U.PORTO

PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM ARQUITECTURA

O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto

Ana Catarina Costa

D

2022

U.PORTO

Ana Catarina Costa. O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto

D.FAUP **2022**

O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto

Ana Catarina Dinis Costa

FACULDADE DE ARQUITETURA

O CAMPO DA ARQUITECTURA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE DEMOCRÁTICA

PROCESSO SAAL/PORTO

Ana Catarina Costa

DOUTORAMENTO EM ARQUITECTURA: TEORIA, PROJECTO, HISTÓRIA
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
2022

ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA
Professor Emérito Sergio Leopoldo Fernandez Santos (orientador)
Professor Associado Carlos Manuel de Castro Cabral Machado (co-orientador)
Professor Associado José Virgílio Borges Pereira (co-orientador)

Este trabalho beneficiou do apoio da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia através da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/115226/2016.

O documento foi redigido segundo a grafia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

O analista que do passado só conhece os autores que a história literária reconheceu como dignos de serem conservados entrega-se a uma forma intrinsecamente viciosa de compreensão e de explicação: não pode deixar de registar, sem se dar conta disso, os efeitos que justamente os autores que ignora exerceram, segundo a lógica da acção e da reacção, sobre os autores que pretende interpretar e que, pela sua recusa activa, contribuíram para o desaparecimento dos primeiros; proíbe-se assim de compreender deveras tudo aquilo que, na obra dos sobreviventes, é, como as suas recusas, produto indirecto da existência e da acção dos autores desaparecidos.

Pierre Bourdieu

ÍNDICE

Agradecimentos 9

Resumo/Abstract 13

Siglas e acrónimos 17

Apresentação 19

Parte 1. Processo SAAL no Porto: precedentes e a luta dos moradores 43

1. O problema da habitação no Porto 45
   1.1. Expansão urbana do Porto e alojamento operário 47
   1.2. Políticas de habitação implementadas até 1974 55
2. O curso de arquitectura da ESBAP e a relação com a cidade 71
   2.1. Aprendizagem a partir do estudo e levantamento da realidade 73
   2.2. Crise de 1969 no curso de arquitectura e os anos experimentais 81
3. O 25 de Abril e o direito à habitação 93
   3.1. O 25 de Abril e os movimentos populares 95
   3.2. O direito à habitação 107
4. SAAL: a constituição de um serviço 117
5. A delegação SAAL/Norte e o processo desenvolvido no Porto 137

Parte 2. A arquitectura do SAAL/Porto 163

6. As operações SAAL/Porto 165
7. Operações no núcleo antigo da cidade 173
   Op04 Operação SAAL da Sé 177
   Op21 Operação SAAL de Miragaia 187
8. Operações no anel de expansão urbana dos séculos XVIII e XIX 201
   8.1. Área central 203
   Op03 Operação SAAL do Leal 205
   Op06 Operação SAAL da Lapa 227
   Op07 Operação SAAL de S. Vítor 247
   Op08 Operação SAAL da Bela Vista 263
   Op10 Operação SAAL de Parceria-Antunes 271
   Op12 Operação SAAL da Póvoa 277
   Op13 Operação SAAL de Vilar 283
   Op18 Operação SAAL da Bouça 291
   Op20 Operação SAAL do Heroísmo 305
   Op24 Operação SAAL do Campo 24 de Agosto 315
   Op25 Operação SAAL das Fontaínhas 325
   Op26 Operação SAAL da Lomba 335
   Op32 Operação SAAL de Cedofeita-Carvalhosa 341

8.2. Periferia 347
Op02 Operação SAAL das Antas 349
Op15 Operação SAAL da Boavista 367
Op17 Operação SAAL da Arrábida 379
Op22 Operação SAAL de Presa Velha-Formiga-China 395
Op29 Operação SAAL de Justino Teixeira 399
Op30 Operação SAAL dos Combatentes 405
Op31 Operação SAAL do Carvalhido 411
9. Operações na periferia semi-rural 417
9.1. Área central e periferia ocidental 419
Op09 Operação SAAL de Massarelos 421
Op11 Operação SAAL da Prelada 433
Op14 Operação SAAL de Francos 443
Op23 Operação SAAL de Serralves 453
9.2. Periferia oriental 461
Op01 Operação SAAL da Maceda 463
Op05 Operação SAAL de Chaves de Oliveira 473
Op16 Operação SAAL da Zona de S. Roque 485
Op19 Operação SAAL de Contumil 495
Op27 Operação SAAL de Pêgo Negro 505
Op28 Operação SAAL de Tirares 513
Op33 Operação SAAL de S. Pedro-Azevedo 517

Parte 3. O campo da arquitectura no SAAL/Porto 521

10. A política do plano e a discussão da cidade 523
10.1. A política do plano 525
10.2. Recuperação da estrutura urbana e subversão do modelo especulativo 549
10.3. Tipos edificatórios, ideologia e participação 567
11. O campo da arquitectura na revolução 597
11.1. O arquitecto como agente eficiente 599
11.2. Realismo e arquitectura 607

Notas finais. A construção da cidade democrática 631

Bibliografia 639

Tabela-síntese das operações SAAL no Porto 669

Este índice contém ligações para todos os capítulos do presente documento. Carregando no número de página, a qualquer momento poder-se-á voltar ao índice.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento da presente tese de doutoramento ocupou de forma intensa os últimos anos da minha vida (desde o Outono de 2012, embora com alguns períodos de interregno), pelo que o número de pessoas a quem gostaria de expressar o meu agradecimento excede em larga escala aquelas que aqui destaco pela contribuição determinante que tiveram neste percurso.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à equipa de orientação científica deste trabalho formada pelos professores Sergio Fernandez, Carlos Machado e Virgílio Borges Pereira, cujos contributos muito variados e complementares foram decisivos para o curso que a investigação tomou e para a forma final que agora apresenta. Enquanto membro interveniente no processo SAAL, o professor Sergio Fernandez foi a memória viva consultável de toda a sequência de acontecimentos, a um passo de distância. A ele lhe devo o exemplo e a obstinação que continuam a marcar o seu percurso profissional. Ao professor Carlos Machado, agradeço a sincera e contínua generosidade com que partilhou os seus saberes, tanto no papel de professor, como de regente da disciplina de História da Arquitectura Contemporânea, que leccionei durante 6 anos, e ainda enquanto amigo. A exigência que sempre manifestou moldou fortemente a minha forma de pensar a arquitectura. Ao professor Virgílio, agradeço o entusiasmo, o rigor, a sagacidade e a franca disponibilidade (mesmo quando os dias teimavam em não esticar) que foram decisivos nas várias etapas desta investigação. O seu trabalho enquanto investigador e a sua conduta são, para mim, inspiradores.

Este trabalho mudou a sua trajectória graças à oportunidade de, durante cerca de um ano, ter tido a meu cargo a digitalização e o tratamento do arquivo fotográfico de Alexandre Alves Costa sobre o SAAL. Por me ter confiado essa tarefa, e por toda a disponibilidade que sempre demonstrou em revisitar o processo, devo salientar o papel fundamental que, directa e indirectamente, exerceu na elaboração desta tese. Foi no seguimento desta tarefa que se formou o conselho editorial que tem vindo a trabalhar na produção de uma colecção de livros sobre o SAAL, editada pela Tinta-da-china, ao qual gostaria de apresentar o meu agradecimento, com especial destaque para o Ricardo Santos, companheiro na génese desta aventura e ávido entusiasta de todas as matérias por explorar a partir do SAAL.

Grande parte do tempo desta investigação foi despendido em arquivos. Nesse sentido, quero manifestar o meu agradecimento aos técnicos do Arquivo Distrital do Por-

to, da Fundação Marques da Silva, do Centro de Documentação da FAUP e do Centro de Documentação 25 de Abril, entre os quais destaco Jorge Ferreira (que, perante um sistema absolutamente inflexível, procurou ajudar-me na medida do possível), Paula Abrunhosa, Conceição Pratas, Ana Ramos, João Alves, Teresa Godinho (que gentilmente me informou do depósito de material novo) e Natércia Coimbra. Quero agradecer, ainda, a todos os que consentiram o acesso aos seus arquivos pessoais ou dos seus familiares, alguns deles generosamente cedidos por períodos prolongados, nomeadamente os arquivos de Pedro Cabral, Alfredo Matos Ferreira (grata à companhia de Isabel Matos Ferreira), Sergio Fernandez, Cecília Cavaca, Agostinho Ricca (agradecida a Helena Ricca e João Luís Marques), Margarida Coelho, Mário Trindade, Álvaro Siza (grata à Chiara Porcu), Associação de Moradores do Bairro da Maceda e Associação de Moradores de Contumil. Expresso também a minha gratidão a todos os que emprestaram ou forneceram materiais de grande utilidade para a tese, entre os quais José António Bandeirinha, Aitor Varea Oro, Joaquim Moreno, Nuno Grande, Eliseu Gonçalves, Pedro Augusto e Manuel Ascensão. A José António Bandeirinha quero agradecer, ainda, o facto de sempre se ter mostrado disponível para ajudar no que fosse necessário. Agradeço também aos técnicos das bibliotecas da FAUP e da FLUP.

Este trabalho teve o contributo de várias pessoas que participaram no processo SAAL e com as quais tive o privilégio de poder dialogar sob a forma de entrevista ou de conversa. São elas Alexandre Alves Costa, Margarida Coelho, Manuel Lessa, Sergio Fernandez, Pedro Ramalho, Álvaro Siza, Manuel Mendes, José Manuel Soares, Pedro Cabral, Ricardo Figueiredo, Mário Trindade, José Luís Gomes, Xan Casabella López, Pedro Borges de Araújo, José Oliveira, Manuel Fernandes de Sá, Elói Castro, Helena Albuquerque, Camilo Cortesão, Adalberto Dias, Eduardo Souto de Moura, Teresa Fonseca, Rui Águeda, Carlos Ribeiro, Carlos Alberto, Ana Borges, António Silva Lima, Lucas Sá, José Ferreira, Jaime Matos, Manuel Ribeiro e Marília. A todos os restantes moradores com quem me cruzei, mas cujos nomes não registei, gostaria de manifestar a minha gratidão.

No âmbito do programa de doutoramento, a definição do projecto de tese contou com o apoio e aconselhamento dos professores Alexandre Alves Costa, Madalena Silva e Marta Oliveira, a quem manifesto o meu grato reconhecimento. Agradeço ainda aos colegas e amigos que fizeram parte deste percurso, entre os quais o Vítor Alves, o Edgar Brito, o Pedro Carvalho e, sobretudo, a Natalia – e o Alberto e a Alma – que passaram a ser a minha família costarricense. Aos meus companheiros da *Stones against diamonds* e amigos Paulo Monteiro e Pedro Bismarck, agradeço todas as par-

tilhas e a sua luta constante em defesa de um espírito crítico e de uma escola melhor. Obrigada aos restantes colegas da casa cor-de-rosa e da faculdade, com destaque para aqueles com quem os laços de amizade se estreitaram, atribuindo um sentimento de familiaridade ao dia-a-dia, nomeadamente Ana Sofia Silva, Daniela Alves Ribeiro, Mariana Carvalho, Nuno Travasso, Pedro Bragança, Maria Sofia Santos, Carla Garrido, Gisela Lameira, Álvaro Domingues e Maria Oliveira. Agradeço ainda a Manuel C. Teixeira e José Alberto Lage terem trocado comigo algumas ideias sobre o SAAL.

A exigência do trabalho foi sendo contrariada com mudanças de rotina e de espaços de trabalho. Como tal, gostaria de agradecer aos trabalhadores do Candelabro, Célia, Vitória e sobretudo do Asa de Môsca por serem complacentes com os estudantes nómadas. Aos meus amigos de sempre, Ana Renata Polónia, Mariana Ferreira, Nuno Mota, Sofia Augusto, José Carvalho, Diana Carvalho, Rita Abrantes, Luísa e Zé, obrigada pelo apoio constante neste longo percurso. Agradeço também aos amigos que têm estado presentes e que cuidam da partilha do comum, entre os quais Marta Orta, Irina Pereira, Miguel Almeida, Elisa Caetano, Joana Carneiro, Inês Ribeiro, Pascal Ferreira, Associação Praça da Alegria Futebol Clube, Maria Neto, João Paupério, Maria Rebelo, Susana Sousa, professor Albertino e Associação Ilusão Adiada. À minha família, o meu agradecimento por todo o apoio.

A elaboração desta tese não teria sido possível sem o apoio financeiro da bolsa de doutoramento concedida pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia entre 2017 e 2021 e o apoio institucional do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Agradeço ainda a Luca Ortelli, por se ter disponibilizado para orientar o meu doutoramento caso tivesse optado por desenvolvê-lo na EPFL em Lausanne, e a Lukasz Stanek, por ter aceitado tutelar a formação complementar em Manchester que teria ocorrido na Primavera de 2020, caso não tivesse surgido a Covid-19.

Agradeço aos meus pais, à minha irmã e ao Rodrigo, que sempre forneceram as bases de que necessitava para ser capaz de empreender esta tarefa. Sem eles não teria conseguido.

Ao Francisco, que acompanhou a última fase do meu trabalho, agradeço a segurança, o entusiasmo e a assistência crucial em todo o tipo de tarefas e dilemas que foram surgindo. Este trabalho passou a ser também dele.

RESUMO

A presente investigação explora de que modo o campo de acção da arquitectura pode contribuir para a democratização da cidade, considerando que, se as estruturas espaciais reflectem a organização social e política, essas práticas também são condicionadas pela forma urbana. Embora a arquitectura esteja inevitavelmente ao serviço das estruturas de poder, ela pode actuar como instrumento de resistência, tal como se verificou em diversos programas habitacionais realizados em contextos de mudança política.

O SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local, 1974-1976) foi um programa habitacional implementado durante o processo revolucionário português que defendeu o direito à cidade e apresentou uma via alternativa para a resolução dos problemas habitacionais das classes populares através da transformação dos seus bairros degradados. Esta dissertação toma como objecto o Processo SAAL desenvolvido no Porto, procurando reconstituir o seu funcionamento e as suas concretizações e analisá-las enquanto intervenções pontuais e fragmentárias e enquanto propostas que integram um plano de conjunto. Deste modo, traça-se a política do plano subjacente às diversas intervenções e os moldes em que se processou a discussão da cidade a partir da interacção entre os diversos intervenientes, com enfoque no papel dos arquitectos.

Num primeiro momento, abordam-se os precedentes que levaram ao lançamento do SAAL e o contexto específico da sua implementação no Porto. De seguida, analisam-se de forma sistemática os processos das 33 operações formalizadas, 11 das quais parcialmente construídas, a partir de critérios análogos. Por último, faz-se um cruzamento entre as diversas intervenções, com vista a averiguar de que forma se demarcou uma posição política através dos processos e da materialização dos projectos elaborados.

Neste quadro de transformação política e social de propensão idealista, desenvolveram-se critérios de gestão urbana centrados nas necessidades dos habitantes e numa ideia colectiva de cidade que recupera e valoriza o seu património arquitectónico e social. A pertinência deste estudo não reside, contudo, na possibilidade de reprodução das metodologias desenvolvidas no âmbito do SAAL na actualidade, mas sim no contributo que estas podem trazer para a concepção de novas possibilidades de acção, reiterando a responsabilidade política do arquitecto no exercício da sua função.

ABSTRACT

This research explores how the field of action of architecture can contribute to the democratisation of the city, considering that, if spatial structures reflect the social and political organisation, such practices are also conditioned by urban form. Although architecture is inevitably at the service of the power structures, it may also act as an instrument of resistance, as experienced in several housing programmes carried out in contexts of political change.

The SAAL (*Serviço de Apoio Ambulatório Local* – Mobile Service for Local Support, 1974-1976) was a housing programme implemented during the Portuguese revolutionary process which defended the right to the city and presented an alternative path for addressing the housing needs of the working classes via the transformation of their run-down neighbourhoods. This dissertation takes as its object the SAAL Process developed in Porto, seeking to reconstitute its functioning and its achievements and to analyse them both as punctual or fragmentary interventions and as proposals that integrate an overall plan. In this way, it traces the politics of the plan underlying the various interventions, and how the discussion of the city took place based on the interaction between the different actors, with the focus on the role of architects.

Firstly, the precedents that led to the launching of the SAAL and the specific context of its implementation in Porto are discussed. Then, the processes of the 33 formalised operations, 11 of which were partially built, are systematically analysed based on similar criteria. Finally, a cross-referencing between the several interventions is made in order to ascertain how a political position was demarcated through the processes and the materialization of the projects.

Within this framework of political and social transformation of idealistic propensity, urban management criteria were centred on the needs of the inhabitants and on a city's collective idea that recovers and values its architectural and social heritage. The relevance of this study does not lie, however, in the possibility of reproducing the methodologies developed under the SAAL programme today, but rather in the contribution they can bring to the development of new possibilities of action, reiterating the political responsibility of the architect in exercising his function.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADP – Arquivo Distrital do Porto
AEP – Associação Empresarial de Portugal
AIL – Associação de Inquilinos Lisboenses
AMP – Arquivo Municipal do Porto
CDH – Contratos de Desenvolvimento para a Habitação
CIAM – Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna
CITAC – Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra
CMP – Câmara Municipal do Porto
CODA – Concurso de Obtenção do Diploma de Arquitecto
COPCON – Comando Operacional do Continente
COPREFA – Cooperativa Operária de Produção e Montagem de Pré-Fabricados
CRMP – Conselho Revolucionário de Moradores do Porto
CRUARB – Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo
DHN – Direcção de Habitação do Norte
DUO – Definição de Unidade Operacional
DUP – Declaração de Utilidade Pública
DZD – Declaração de Zona Degradada
ENA – Encontro Nacional de Arquitectos
ESBAL – Escola Superior de Belas Artes de Lisboa
ESBAP – Escola Superior de Belas Artes do Porto
FAUP – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
FFH – Fundo de Fomento da Habitação
FIMS – Fundação Instituto Marques da Silva
GRIMU – Grupo de Intervenção em Meio Urbano
ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária
MDP – Movimento Democrático Português
MFA – Movimento das Forças Armadas
MOJAF – Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna
MRAR – Movimento de Renovação de Arte Religiosa
ONU – Organização das Nações Unidas
PCP – Partido Comunista Português
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREVI – Proyecto Experimental de Vivienda
PRID – Programa de Recuperação de Imóveis Degradados
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Social Democrata
SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local
SEHU – Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VCI – Via de Cintura Interna

APRESENTAÇÃO

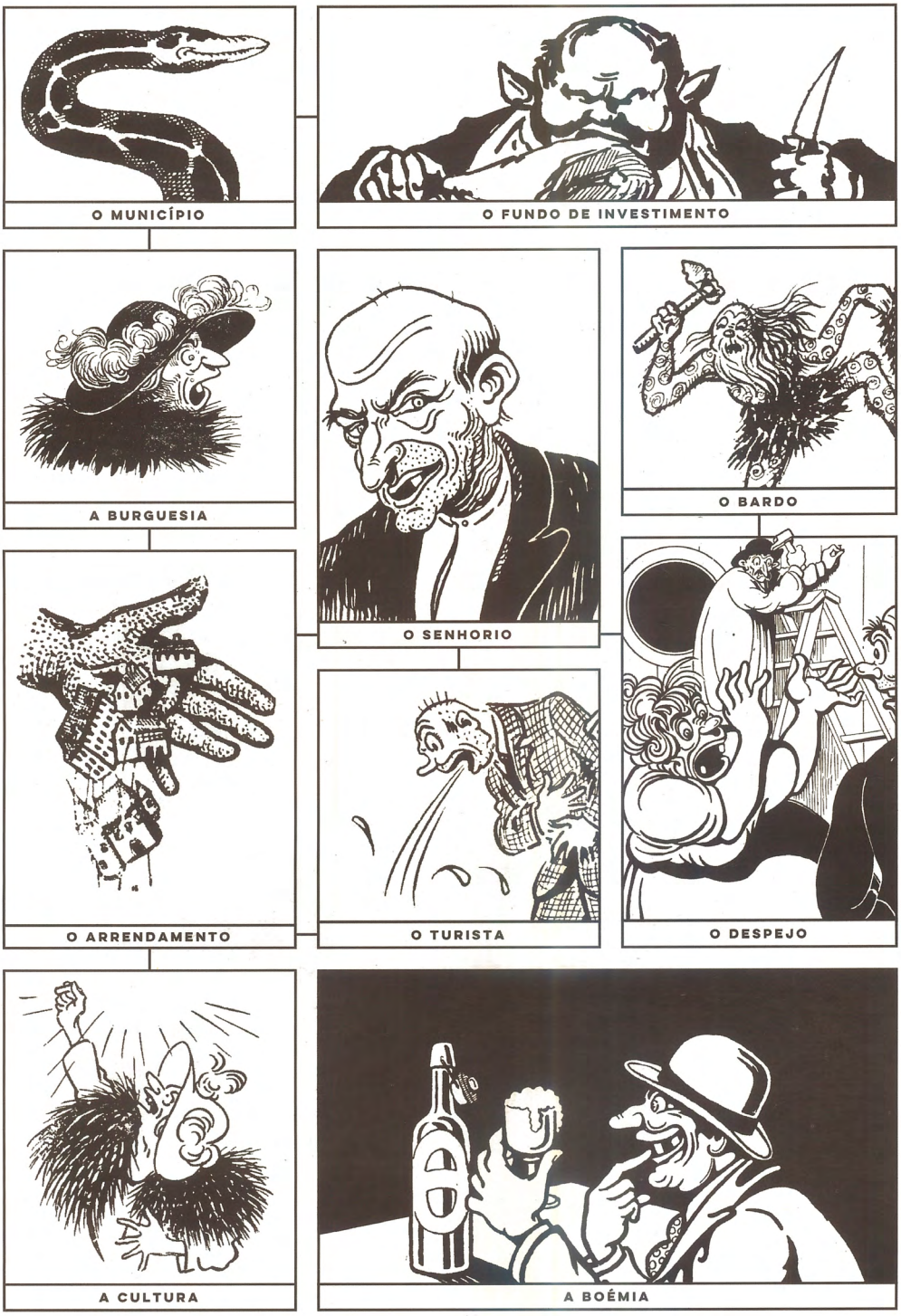
> "Falo na condição de arquitecto, e da condição de arquitecto; falo da transformação da cidade, lugar por excelência da Arquitectura – face a uma súbita mudança."[1]

Álvaro Siza inicia assim um texto que escreveu sobre "O 25 de Abril e a transformação da cidade", a propósito da sua participação em duas operações SAAL desenvolvidas na cidade do Porto (S. Vítor e Bouça). Pode tomar-se este excerto como pretexto e objecto do presente trabalho de investigação que, a partir do estudo do Processo SAAL desenvolvido na cidade do Porto, procura analisar o campo da arquitectura na transformação da cidade no período revolucionário português.

Num momento em que se verificam, mais do que nunca, os efeitos da especulação exercida pelo neoliberalismo – gerados, em parte, pelos movimentos financeiros globais e pela mercantilização da habitação –, apenas os movimentos sociais e uma luta pelo comum parecem poder fazer frente a essas ameaças e defender uma cidade democrática. Também os gabinetes de arquitectura se vêem reféns do capitalismo selvagem, encontrando-se numa encruzilhada entre a sua própria subsistência – o que implica que o arquitecto, enquanto peça de um sistema mais global, se veja esvaziado do seu papel enquanto agente político e crítico ou do seu cariz humanista –, o afastamento da componente prática do ofício, ou uma postura crítica e negativa. Contudo, ainda que a arquitectura esteja, inevitavelmente, ao serviço das estruturas de poder[2], também pode ser um instrumento de resistência. Sobretudo em momentos de mudança política, acreditou-se que o desenho do espaço urbano podia estar a par das transformações sociais e dos processos revolucionários. Sendo a mais públi-

1 Álvaro Siza, "O 25 de Abril e a transformação da cidade" (Dez. 1984), *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Fevereiro 1986, p. 37.

2 Tomando a proposição de Pier Vittorio Aureli: "From the beginning, architecture as a discipline was conceived as a nexus made of governance, organization, and authority." Pier Vittorio Aureli, "Introduction: Means to an end: the rise and fall of the architectural project of the city" *in* Aureli, Pier Vittorio (ed.), *The city as a project*, Berlim: Ruby Press, 2014, p. 21. A monumentalidade das pirâmides, dos palácios ou das catedrais, para referir alguns exemplos, asseguraram a dominação do poder sobre a cidade e o território quando foram construídos. De modo semelhante, as novas instituições criadas a partir do século XVIII, como aquelas apresentadas por Nikolaus Pevsner na sua "História dos tipos edificatórios", serviram à consolidação do novo estado e da sociedade civil. Os eixos radiais de Roma no século XVI ou os boulevards de Haussmann para Paris no século XIX foram usados como meios de dominação e controlo, assegurando a governação política. E, no século XX, a promoção do espaço doméstico como propriedade privada e base para o bem-estar social fizeram da casa um aparato económico. Considerando o momento presente de financeirização global, a arquitectura vê-se ao serviço dos interesses privados e do mercado, enquanto se assiste à dissolução da função social do arquitecto. Cf. Idem, pp. 14-38; Pevsner, Nikolaus, *A history of building types*, New Jersey: Princeton University Press, 1997 [1976].



→ Ilustração "Uma cidade mais-que--perfeita", *Gabinete Paratextual*. © Rui Silva, "Uma cidade mais-que--perfeita" *in* Oficina Arara, *Buraco - Pasquim Satírico Pró-Lírico: Buraco da Torre / A contra-cidade*, Junho 2019, p. 42.

ca de todas as artes, a arquitectura pode envolver-se e influenciar as políticas de uso. Por esse motivo, conhecer os exemplos do passado parece assumir-se como tarefa necessária para repensar uma transformação social, sobretudo aqueles exemplos orientados para práticas e hábitos comunitários e em que a cidade foi tomada como território de experimentação. Com isto não se pretende afirmar que o estudo do passado possa servir como modelo ou teoria para o momento presente, ou que dele se possa extrair um repertório formal capaz de dar resposta a esse fim, mas que a história[3] recupera os processos originários que definem o papel e significado da arquitectura, na sua complexidade e ambiguidade[4], e que o conhecimento do passado implica a sua reinvenção, sempre feita à luz da circunstância presente.

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) foi um programa habitacional que, no âmbito do processo revolucionário português, procurou transformar de forma profunda a organização social e espacial da cidade. Em relação directa com os movimentos sociais do pós-25 de Abril, em particular com os movimentos dos moradores mal-alojados, tinha um pendor anti-capitalista e emancipador da sociedade. A sua curta duração, simultânea ao processo revolucionário, não possibilitou, contudo, que o número de fogos construídos tenha deixado um legado proporcional às expectativas geradas em torno desta iniciativa. O SAAL foi criado por despacho a 6 de Agosto de 1974 e dissolvido a 27 de Outubro de 1976 quando foi integrado nas Câmaras Municipais, o que conduziu à sua extinção. Das 170 operações iniciadas a nível nacional, que envolviam mais de 40.000 famílias, apenas se avançou com a construção de pouco mais de 2.000 fogos.

*

O interesse neste Processo verificou-se, especialmente, a nível internacional. Vários foram os números de revistas de arquitectura, e não só, dedicados inteira ou parcialmente ao caso português com referência ao SAAL[5]. Os primeiros talvez tenham sido o número 2 da revista *Arquitecturas Bis* que inclui dois pequenos artigos sobre o momento de transição que se vivia em Portugal[6] e o número 13-14 da revista *Espaces et Sociétés* com a realização de uma entrevista a Nuno Portas conduzida por

3 Sobre a ideia de história, cf. Jacques Le Goff, "História" *in* Romano, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi, volume 1 Memória-História*, [Lisboa]: I.N.C.M., 1984, pp. 156-178.

4 Cf. Tafuri, Manfredo, *Teorias e história da arquitectura*, Lisboa: Presença, 1979 [1968], pp. 277-285.

5 Sobre publicações internacionais relativas ao SAAL, cf., por exemplo, Silva, Cristina Emília, *A divulgação internacional da arquitectura portuguesa 1976-1988*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2016; Reis, Sofia Borges, *74-86 Arquitectura em Portugal: uma leitura a partir da imprensa*, Coimbra: Dissertação de Mestrado, FCTUC, 2007; Bandeirinha, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.

6 Juan Antonio Solans, "Portugal e o seu futuro", "Nuno Portas al poder" [Transcrição de algumas partes da entrevista dada ao jornal *O Século* publicado a 12 de Julho de 1974], *Arquitecturas Bis*, 2, Julho 1974, pp. 31-32.

Manuel Castells[7], ainda em 1974. O número 30 da revista *CAU: construcción, arquitectura, urbanismo* de Barcelona, de Março/Abril de 1975, integralmente dedicado ao caso português, inclui um texto de Carles Teixidor Begudan sobre o SAAL[8]. A revista italiana *Città Classe* deu mais destaque ao caso de Lisboa, embora o texto de Vítor Matias Ferreira trate o SAAL de um ponto de vista mais global e ainda «a quente»[9]. Uma publicação com impacto significativo terá sido o número 185 da revista francesa *L'Architecture d'Aujourd'hui*, de Maio/Junho de 1976, que consistiu num dossier sobre Portugal onde se faz uma contextualização da produção arquitectónica anterior ao SAAL e reúnem projectos de algumas operações SAAL, textos de Raúl Hestnes Ferreira e Brigitte David e um debate entre Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Filipe Lopes, Manuel Vicente, Gonçalo Byrne, Hestnes Ferreira e Bernard Huet[10]. O tom do debate entre os diversos intervenientes deixa notar que era já adquirido que nesse momento o SAAL se aproximava do fim. Em Novembro de 1976, no número 419 da revista italiana *Casabella*, um artigo de Francesco Marconi faz uma reflexão sobre as características do Processo salientando-o como prática política, enquanto são publicados alguns projectos de operações SAAL[11]. Com Paula de Oliveira, Francesco Marconi lançou também o livro *Politica e Progetto: Un'esperienza di base in Portogallo* em 1977, traduzido e publicado em espanhol no ano seguinte, onde se desenvolvem os diversos aspectos mencionados no artigo[12]. A revista *Lotus International* publicou artigos relativos ao SAAL em vários números. No número 10, de 1975, faz-se referência ao caso português com a publicação da operação SAAL de Forte Velho em Setúbal[13]; no número 13, de 1976, é publicada a operação SAAL de S. Vítor e o texto "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano" de Álvaro Siza[14]; e no número 18, de 1978, um texto de Vittorio Gregotti e outro de Alexandre Alves Costa reflectem sobre o Processo SAAL desenvolvido na cidade do Porto, com a divulgação de algumas operações no mesmo contexto, e é também apresentado um texto sobre a operação de renovação urbana da área do Barredo[15]. Numa perspectiva mais crítica, Briane Bica conclui, em 1979, a sua tese de doutoramento em estudos urbanos e organização do território onde defende que o SAAL serviu como instrumento para controlar os

7 Manuel Castells, "La question du logement au Portugal démocratique", *Espaces et Sociétés*, 13-14, Out. 1974 - Jan. 1975, pp. 199-207.

8 *CAU: construcción, arquitectura, urbanismo*, 30, Março/Abril 1975.

9 *Città Classe*, 4, Setembro 1975.

10 *L'Architecture d'Aujourd'hui: Portugal an II*, 185, Maio/Junho 1976.

11 *Casabella*, 419, Novembro 1976, pp. 2-21.

12 Oliveira, Paula de; Marconi, Francesco, *Politica e progetto: Un'esperienza di base in Portogallo*, Milão: Feltrinelli, 1977; Oliveira, Paula de; Marconi, Francesco, *Política y proyecto: Una experiencia de base em Portugal*, Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

13 *Lotus International: Aspetti e realizzazioni di una politica della casa nei paesi europei*, 10, 1975, pp. 34-42.

14 *Lotus International: Rinnovo urbano*, 13, 1976, pp. 80-93.

15 *Lotus International: Architettura nella città storica*, 18, 1978, pp. 64-103.

movimentos populares[16]. Em 1976, Álvaro Siza menciona a operação SAAL de S. Vítor num texto publicado no catálogo que resultou do seminário realizado em Santiago de Compostela sobre "projecto e cidade histórica"[17]. Mais tarde, em 1979, foi publicado um texto de Siza na revista *Separata* sobre uma conferência proferida em Sevilha em 1975 em que aborda o processo relativo à operação SAAL de S. Vítor[18]. Na edição do catálogo *Bürgerbeteiligung in Portugal 1974 bis 1976* em 1981, coordenado por Brigitte Cassirer (Fleck) e Álvaro Siza a propósito da exposição IBA em Berlim, também figura o SAAL[19]. O número 22-23 da revista holandesa *Wonen Tabk* foi em parte dedicado a Portugal, incluindo um texto de Alexandre Alves Costa sobre o SAAL ilustrado por algumas operações desenvolvidas no Porto[20]. Foram ainda publicados artigos relativos ao SAAL noutras publicações estrangeiras, como na revista sueca *Att. Bo*[21], nas revistas francesas *Autogestion et socialisme*[22], *Espaces et Sociétés*[23], *Autrement*[24] e *Les Temps Modernes*[25], na revista italiana *Panorama*[26] e na revista inglesa *International Journal of Urban and Regional Research*[27].

Aquando da primeira conferência das Nações Unidades sobre Assentamentos Humanos, *Habitat*, que decorreu em Vancouver em 1976, dois dos três membros que compuseram a delegação portuguesa (Alexandre Alves Costa e Ana Salta) estavam ligados ao SAAL. O Processo SAAL foi apresentado na conferência não-governamental da mesma organização por Alexandre Alves Costa, publicando-se o testemunho dessa participação no *Livro Branco do SAAL*[28]. Entre 1977 e 1983, Sergio Fernandez e

16 Bica, Briane Elisabeth Panitz, *Renovation urbaine "a l'inverse": Les moradores et la politique urbaine, Portugal 1974-1976*, Grenoble: Tese de Doutoramento, Université des Sciences Sociales, 1979.

17 Álvaro Siza, "Tres intervenciones en la ciudad de Oporto" *in* Tarragó, Salvador; Beramendi, Justo G. (ed.), *Proyecto y ciudad histórica: I Seminario Internacional de Arquitectura*, Santiago de Compostela: C.O.A.G., 1976, pp. 85-101.

18 Álvaro Siza, "1975. Memoria de Sevilla", *Separata: Literatura, arte y pensamento*, 3, Verão 1979, pp. 28-39.

19 Cassirer, Brigitte; Siza, Álvaro, *Bürgerbeteiligung in Portugal 1974 bis 1976: Ein Berich über Bügerbeteiligungsprojekte in Portugal*, Berlim: Bauausstellung Berlin GmbH, 1981.

20 Alexandre Alves Costa, "Beelden van een bevrijde stad", *Wonen-Tabk*, 22-23, 1983, pp. 25-31.

21 Kajsa Pehrsson, "Om bostadsfrågan i Portugal", *Att. Bo*, 1975.

22 *Autogestion et socialism: études, débats, documents: Mouvements de gestion directe au Portugal; Débat sur le marxisme*, 33-34, 1976, pp. 5-113.

23 Christian Topalov, "La politique du logement dans le processus révolutionnaire portugais (25 avril 1974 - 11 mars 1975)", *Espaces et Sociétés*, 17-18, Mar.-Jun. 1976, pp. 109-136.

24 João Pires Granjo, "À Lisbonne: «Casas sim, barracas não»", *Autrement: Contre-pouvoirs dans la ville*, 6, Setembro 1976.

25 Luís Leitão, António Dias, Jorge Manuel, Laurent Dianoux, "Mouvements urbains et commissions de Moradores au Portugal (1974-1976)", *Les Temps Modernes*, 388, Novembro 1978.

26 Lorenzo Berni, "Architettura Portogallo: operazione SAAL", *Panorama*, 620, 1978.

27 Charles Downs, "Comissões de Moradores and urban struggles in revolutionary Portugal", *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 4, 2, Junho 1980, pp. 267-294.

28 Cf. Maria Graça Saraiva (FFH-DSP), Alexandre Alves Costa (FFH-SAAL), Ana Maria Salta (FFH--SAAL), "Circular – Às Associações de Moradores, às Equipas Técnicas (Brigadas), aos Trabalhadores do SAAL e do FFH" *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *Livro branco do SAAL 1974-1976*, [s.l.]: Conselho Nacional do SAAL, Novembro 1976, pp. 337-339. Ainda a este propósito, cf. a comunicação preparada por Nuno Portas para a reunião preparatória da conferência das Nações Unidas: Nuno Portas, "Uma nova política urbana", *Binário*, 197, Fevereiro 1975, pp. 60-62.

Alexandre Alves Costa foram convidados para leccionar um seminário sobre o SAAL num curso internacional de habitação no Bouwcentrum, em Roterdão, criado após a segunda grande guerra e entretanto orientado para países em desenvolvimento. Um texto de Nuno Portas sobre o Processo SAAL, bem como um comentário de Manuel Castells, integram o livro *The scope of social architecture*, editado em 1984, que congregou diversos exemplos de projectos desenvolvidos em 12 países centrados na questão processual e empenhados na transformação do espaço vivido através do controlo democrático e da participação popular[29].

As publicações internacionais que se sucederam e que incluíram o Processo SAAL incidiram, na grande maioria, sobre os projectos elaborados por Álvaro Siza neste âmbito[30]. À ideia por vezes mencionada de que a divulgação da arquitectura portuguesa e as encomendas internacionais feitas posteriormente a Siza (em Berlim e Haia) se deveram à visibilidade alcançada pelo SAAL[31], Cristina Silva contrapõe o argumento de que o reconhecimento da qualidade da sua obra já existia antes e continuou após o SAAL[32]. De facto, nalgumas monografias dedicadas a Siza, como é o caso do livro *Profissão Poética* de 1986, os textos de Keneth Frampton, Nuno Portas, Pierluigi Nicolin e a republicação de artigos de Bernard Huet, Oriol Bohigas e Vittorio Gregotti foram acompanhados por um texto de Alexandre Alves Costa sobre o Processo SAAL (que corresponde a parte do que havia sido publicado na revista *Lotus International* número 18)[33], concluindo-se que o interesse pela obra de Siza abriu espaço para a divulgação do SAAL. Mas foi ainda a visibilidade que a escola do Porto adquiriu que levou à divulgação da arquitectura produzida no contexto do SAAL, de que é exemplo o livro

29 Hatch, Richard (ed.), *The scope of social architecture*, Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1984.

30 Dado o elevado número de publicações que incluem as operações SAAL de S. Vítor e/ou da Bouça, mencionam-se apenas algumas: Christine Rousselot, Laurent Beaudouin, "Entretien avec Álvaro Siza", *AMC: Architecture, Mouvement, Continuité*, 44, 1978, pp. 33-41; Gregotti, Vittorio (ed.), *Alvaro Siza, architetto 1954-1979*, Milão: Idea Editions/Edizioni del Padiglione d'Arte Contemporânea di Milano, 1979; *L'Architecture d'Aujourd'Hui*, 211, 1980; Markku Omonen, "Neilikkavallunku - Mouksen Arkkitehti", *Arkkitehti*, 7, 1980; Álvaro Siza, "Bouça Residents' Association Housing", *a+u Architecture & Urbanism*, 123, 1980; *Wonen-Tabk*, 9 – 83, 1983; Janet Abrams, "Name to reckon with", *Building Design*, 532, 1981, p. 2; A. C., "Álvaro Siza Vieira en Madrid", *Arquitectura*, 228, 1981, p. 9; Francisco Couto Gulin, "La lección de un maestro", *Q*, 43, 1981; Kenneth Frampton, "The isms of contemporary architecture", *Architectural Design*, 52 (7/8), AD Profile 42, 1982, pp. 60-82; *Quaderns*, 159, 1983; France Vanlaethem, "Entrevue avec Alvaro Siza: Pour une architecture épurée et rigoureuse", *ARQ – Architecture/Québec*, 14, Agosto 1983, pp. 16-19; Lampugnani, Vittorio Magnano, *Architecture and city planning in the twentieth century*, Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold Company, 1985, pp. 218-219. A selecção das publicações teve por base a inventariação realizada por Cristina Silva na sua tese de doutoramento, cf. Cristina Emília, *op. cit.*, 2016.

31 A este respeito, cf. Silva, Cristina Emília, *op. cit.*, 2016, pp. 146, 485; *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 1150, 29 Out. - 11 Nov. 2014, pp. 1, 8, 9, 12.

32 Esta é uma das proposições da sua tese. Cf. Silva, Cristina Emília, *op. cit.*, 2016.

33 Nicolin, Pierluigi (dir.), *Álvaro Siza, Professione poetica=Poetic profession*, Milão: Electa, 1986; *Álvaro Siza, Profésion poética=Profissão poética*, Barcelona: Gustavo Gili, 1988.

Architectures à Porto[34], o livro *La scuola di Porto*[35], ou, como já mencionado, o número 22-23 da revista *Wonen Tabk* e o número 18 da revista *Lotus International*. Igualmente, o ciclo de conferências organizadas sobre o SAAL em escolas italianas de arquitectura, em 1977, incluíam uma exposição onde figuraram algumas operações e projectos, tendo-se seleccionado apenas operações desenvolvidas no SAAL/Norte[36]. No entanto, o interesse pela arquitectura de Álvaro Siza e dos arquitectos da escola do Porto deixou progressivamente de se focar no papel social do arquitecto para se centrar na apreciação das obras a partir da sua ordem formal e espacial. Os projectos realizados no âmbito do SAAL foram também relidos nesse sentido, sendo enquadrados na produção arquitectónica portuguesa através de um ponto de vista menos político.

A nível nacional, destacam-se algumas publicações de arquitectura sobre o SAAL editadas nos anos da sua actividade ou nos anos seguintes, entre as quais o número 205-206 da revista *Binário*[37] e os números 1 e 2 da revista *Cidade/Campo*, este último inteiramente dedicado ao SAAL[38]. Por iniciativa dos técnicos do Serviço, em 1976, foi publicado o *Livro Branco do SAAL* que compilou dados e documentos relativos ao Processo[39]. Foram realizados também vários filmes sobre o Processo[40]. A estas publicações, seguiu-se um interregno que só foi reavivado a partir dos anos 1990 com a inclusão do SAAL na exposição "Arquitectura portuguesa contemporânea: anos sessenta – anos oitenta" organizada por Nuno Portas e Manuel Mendes em Serralves, e publicada sob a forma de catálogo[41], com a publicação de alguns desenhos relativos às operações SAAL de Miragaia e da Bouça no número 100 do *Jornal Arquitectos*[42], e com a publicação do texto "Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos" de Paulo Varela Gomes no terceiro volume da colecção dirigida por Paulo Pereira sobre *História da arte portuguesa*[43]. José António Bandeirinha atenta para o facto de o texto de Varela Gomes se tratar do primeiro momento de reabilitação do SAAL, em que as operações de-

34 Opus Incertum, *Architectures à Porto*, Liège: Pierre Mardaga, [1990]. A bibliografia apresentada neste livro reúne documentação extensa sobre o SAAL, Álvaro Siza e a escola do Porto, cf. Idem, pp. 238-241.

35 Borella, Giacomo, *La scuola di Porto*, Milão: CLUP, 1991.

36 Cf. Susana Lobo, "*Viaggio in Italia*. O SAAL-Norte e os anos de chumbo", *Estudos Italianos em Portugal*, 9, 2014, pp. 27-46.

37 "Operação SAAL", *Binário*, 205-206, Jan-Fev. 1976, pp. 49-54.

38 João Paulo Bessa, "O SAAL valeu a pena. A operação Forte Velho/Setúbal", *Cidade/Campo: Cadernos da habitação ao território: Portugal, habitação e dependência*, 1, Fevereiro 1978, pp. 127-145; *Cidade/Campo: Cadernos da habitação ao território: Movimento popular e prática urbanística em Portugal*, 2, 1979.

39 Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *Livro branco do SAAL 1974-1976*, [s.l.]: Conselho Nacional do SAAL, Novembro 1976.

40 Cf., a título de exemplo, Cinequipa, *Direito à habitação*, 1976; António Cunha Teles, *Continuar a viver ou Os Índios da Meia Praia*, 1977.

41 Portas, Nuno; Mendes, Manuel (org.), *Arquitectura portuguesa contemporânea: anos sessenta – anos oitenta*, Porto: Fundação de Serralves, 1991.

42 *Jornal Arquitectos*, 100, Junho 1991, pp. 31-36.

43 Paulo Varela Gomes, "Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos" *in* Pereira, Paulo (dir.), *História da arte portuguesa*, volume 3, [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1995, pp. 547-591.

senvolvidas no Porto foram tomadas como um exemplo a considerar[44]. Seguiram-se o texto "1974-1975, o SAAL e os anos da revolução" de Alexandre Alves Costa, incluído no livro *Portugal: Arquitectura do século XX*[45], o fascículo "Processo SAAL" da publicação *Porto 1901-2001: Guia de arquitectura moderna*[46], onde o SAAL já consta da história construída no seio da disciplina da arquitectura, e o número 204 do *Jornal Arquitectos* sobre "A questão do alojamento", onde se publica pela primeira vez o texto "Linha de acção dos técnicos enquanto técnicos" de Álvaro Siza[47], uma tradução para português do manifesto que havia sido publicado na *Lotus International* número 18, e um artigo de Alexandre Alves Costa[48], onde comenta o texto de Siza "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano" publicado originalmente nessa mesma revista.

Na área das ciências sociais, os estudos sobre o SAAL foram sendo mais regulares. Logo em 1975, Vítor Matias Ferreira publicou o livro *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política: A intervenção do SAAL em Lisboa*[49]. Sérgio Lopes apresentou, presumivelmente em 1977, uma investigação sobre os movimentos de moradores associados ao SAAL no Porto onde estabelece uma relação entre os diversos intervenientes e os partidos políticos[50]. Em 1979, foi editado o número 2 da revista *Cadernos de Intervenção Social*[51], que incluiu textos sobre o SAAL. De modo a registar as comunicações e artigos apresentados num colóquio que procurou reflectir sobre o 25 de Abril, volvidos 10 anos sobre essa data[52], o número 18/19/20 da *Revista Crítica de Ciências Sociais* de 1986 congregou vários artigos em que foi abordado o Processo SAAL[53]. Em 1989, Gas-

44 "(...) Varela Gomes pôs, pela primeira vez, a questão do significado do SAAL enquanto motivação, ou lição, para as práticas subsequentes. No seu entender, a actualidade do processo manifestava-se ainda em meados de noventa, sob a forma de fantasma ignorado ou recalcado, no panorama do debate sobre a cidade consolidada. Dada a sua capacidade de adaptação, o seu sentido arquitectónico mais prático, mais próximo da realidade, as operações portuenses encarnavam, na opinião de Varela Gomes, os tipos de figura de planeamento urbano mais recentes, aos quais os italianos chamavam terceira geração de planos, feitos mais para estabilizar as cidades do que para as acrescentar." Bandeirinha, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007, 234.

45 Alexandre Alves Costa, "1974-1975, o SAAL e os anos da revolução" *in* Becker, Annette; Tostões, Ana; Wang, Wilfried (org.), *Portugal: Arquitectura do século XX*, München, Prestel, 1997, pp. 64-71.

46 José António Bandeirinha, "Processo SAAL" *in* Figueira, Jorge; Providência, Paulo; Grande, Nuno (comissariado), *Porto 1901-2001: Guia de arquitectura moderna*, Porto: Porto 2001, 2001, fascículo 24.

47 Álvaro Siza, "Linha de acção dos técnicos enquanto técnicos", *Jornal Arquitectos*, 204, Jan.-Fev. 2002, p. 17.

48 Alexandre Alves Costa, "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano: algumas considerações sobre um título enigmático", Idem, pp. 9-16.

49 Ferreira, Vítor Matias, *Movimentos sociais urbanos e intervenção política: A intervenção do SAAL em Lisboa*, Porto: Edições Afrontamento, 1975.

50 Lopes, Sérgio, *État et «Moradores»: Le S.A.A.L. et les commissions de quartier à Porto (25 avril 1974 – 30 août 1976)*, Paris: [ed. Autor], 197?. Embora o documento não mencione a data da sua realização, a análise das operações foi feita com o processo em curso e a bibliografia apresentada tem como data extrema o ano de 1977, pelo que se presume que o trabalho terá sido finalizado nesse ano.

51 *Cadernos de intervenção social*, 2, Setembro 1979.

52 Cf. Boaventura de Sousa Santos, "Editorial", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Fevereiro 1986.

53 Cf., entre outros, Álvaro Siza, "O 25 de Abril e a transformação da cidade"; Margarida Coelho, "Uma experiência de transformação no sector habitacional do Estado: SAAL – 1974-1976"; Nuno Portas, "O Processo SAAL: Entre o Estado e o poder local"; Mário Brochado Coelho, "Um processo

par Marins Pereira apresentou um texto sobre o SAAL/Norte num seminário que foi recentemente publicado na revista *História* da FLUP[54]. Em 1993, Helena Vilaça apresentou um trabalho sobre associativismo e movimentos sociais que incluiu o estudo das associações de moradores ligadas ao SAAL[55]. Maria Rodrigues defendeu, em 1997, a sua dissertação de mestrado sobre o movimento de moradores no Porto durante o período revolucionário, que foi publicada em 1999[56]. Jaime Pinho elaborou, em 1998, a sua tese de mestrado sobre as operações SAAL em Setúbal, que resultou numa publicação em livro em 2002[57]. Em 2003, João Arriscado Nunes e Nuno Serra escreveram um texto onde procuraram analisar o processo de implementação do SAAL a partir do papel dos vários actores que nele intervieram, considerando o período revolucionário "um momento histórico único em que a transformação do espaço urbano e a derrota do sistema capitalista caminhavam juntas"[58].

Mas a obra que constituiu o momento de charneira no conhecimento acerca do Processo SAAL foi a tese de doutoramento de José António Bandeirinha, defendida em 2002 e editada em livro em 2007[59]. Através de uma exaustiva recolha de material relativo ao Processo e de uma rigorosa análise da informação em ligação com os movimentos sociais e o contexto sócio-histórico e político, o SAAL é estudado a nível nacional a partir da especificidade disciplinar da arquitectura. Entendendo-o como uma das lutas mais activas do processo revolucionário, Bandeirinha enquadra o SAAL no seio do debate internacional relacionado com questões habitacionais e o engajamento social e político do arquitecto, elabora acerca do trabalho que precedeu o desenho do programa habitacional e que permitiu a sua génese, reconstitui o processo de implementação do SAAL nas diferentes delegações regionais (SAAL/Norte, SAAL/Lisboa e Centro-Sul e SAAL/Algarve) ao longo do seu período de actividade e faz um levantamento das operações iniciadas em todo o país, procurando estudar características comuns, particularidades e estratégias seguidas.

organizativo de moradores (SAAL/Norte – 1974/1976)"; Teresa Barata Salgueiro, "A promoção habitacional e o 25 de Abril", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Fevereiro 1986.

54 Gaspar Martins Pereira, "SAAL: Um programa de habitação popular no processo revolucionário", *História, Revista da FLUP*, IV série, vol. 4, 2014, pp. 13-31.

55 Vilaça, Helena, *Associativismo e movimentos sociais: modalidades de participação*, Porto: Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, FLUP, 1993. Cf., ainda, Helena Vilaça, "As associações de moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e da participação social", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 4, Janeiro 1994, pp. 49-96.

56 Rodrigues, Maria, *Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto*, Porto: Campo das Letras, 1999.

57 Pinho, Jaime; Taurino, Leonor; Gonçalves, Fernanda, *Fartas de viver na lama: 25 de Abril, o Castelo Velho e outros bairros SAAL do distrito de Setúbal*, [Lisboa]: Colibri, 2002.

58 João Arriscado Nunes, Nuno Serra, "«Casas decentes para o povo»: movimentos urbanos e emancipação em Portugal" *in* Santos, Boaventura de Sousa, *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*, Porto: Edições Afrontamento, 2003, pp. 226, 213-245.

59 Bandeirinha, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.

Ao longo do seu trabalho, Bandeirinha salienta as particularidades do SAAL/Norte e do caso específico do Porto, tanto a partir da intensa relação existente entre o corpo técnico e os movimentos de moradores, como da leitura das várias operações compreendidas na relação com a cidade. Esta diferenciação deve-se, no seu entender, à localização das operações do Porto em áreas mais centrais, verificando-se uma maior coesão entre os processos, o que conduziu a uma progressiva definição da metodologia implementada e à constituição de uma alternativa, e um desafio, ao planeamento camarário. A identificação dos movimentos de moradores com o SAAL revelava de modo mais evidente a autonomia desejada em relação ao Governo e aos serviços municipais, o que terá levado a que os bloqueios da Câmara Municipal do Porto tenham sido mais prementes que os da Câmara de Lisboa, que era mais operativa e cooperante. Também por esse motivo, foi no Porto que se verificaram ataques bombistas, tanto à sede do SAAL/Norte como ao carro de Alexandre Alves Costa, um dos coordenadores do Serviço.

A partir da sistematização do Processo elaborada por Bandeirinha, o SAAL voltou a ser objecto de estudo. Vários cineastas procuraram documentar o Processo em vídeo[60]. A preparação de uma exposição sobre o SAAL no museu de Serralves em 2014, que foi também exibida no Canadian Centre for Architecture em Montreal em 2015, reuniu documentação sobre o Processo e elementos de 10 operações[61], afirmando a relevância deste programa habitacional na contemporaneidade e tendo como destinatário o grande público[62]. Embora a exposição não tenha produzido informação nova (exceptuando o registo fotográfico actual de alguns bairros), as actividades paralelas procuraram contribuir para um conhecimento mais aprofundado do Processo e para o debate sobre a sua pertinência na actualidade. Foi com esse sentido que se promoveu um simpósio ainda antes da inauguração da exposição, intitulado "SAAL: em retroprospetiva", que falhou, porém, na criação de condições necessárias para se poder fazer uma transição entre a compreensão do que foi este programa habitacional e a sua implementação e situações contemporâneas em diferentes contextos. Ao tentar colocar-se o tema da participação sob dois ângulos opostos – o do envolvimento com os moradores num projecto colectivo e o da inviabilidade ou incapacida-

60 Cf., por exemplo, João Dias, *As operações SAAL*, 2007; Pedro Mesquita, *Paredes meias*, 2009; Filipa César, *Porto, 1975*, 2010.

61 As dez operações apresentadas foram: no Porto, as operações de S. Vítor, Antas, Miragaia e Leal; em Lisboa, as operações da Curraleira-Embrechados, Quinta da Bela Flor, Bacalhau-Monte Coxo e Quinta das Fonsecas-Calçada; em Setúbal, a operação Casal das Figueiras; e no Algarve, a operação da Meia Praia-Apeadeiro. Cf. Sardo, Delfim (ed.), *O Processo SAAL: Arquitectura e participação 1974-1976*, Porto: Serralves, 2014.

62 A exposição "O Processo SAAL: Arquitectura e participação, 1974-1976", com curadoria de Delfim Sardo, esteve patente no Museu de Arte Contemporânea de Serralves, no Porto, entre 31 de Outubro de 2014 e 1 de Fevereiro de 2015, e no Canadian Centre for Architecture, em Montreal (Canadá), entre 12 de Maio e 4 de Outubro de 2015.

de para a condução de processos participativos – faltou tempo e profundidade para entrar nesses temas.[63] O colóquio internacional intitulado "74-14 SAAL and Architecture", organizado em Coimbra, procurou, tal como referido na introdução ao livro de actas que resultou do encontro, tomar o SAAL como "modelo histórico" à luz das circunstâncias contemporâneas[64]. A divisão em quatro painéis – arquitectura portuguesa, arquitectura autónoma, arquitectura inclusiva e arquitectura transrelacional – reuniu comunicações de investigadores de diferentes gerações e nacionalidades com estudos elaborados sobre o SAAL e casos afins.

O interesse no Processo a partir do campo disciplinar da arquitectura ficou definitivamente afirmado, como se pode constatar pela sua inclusão na Trienal de Arquitectura de Lisboa de 2010[65], em duas edições da Bienal de Veneza – com a operação da Bouça em 2016[66] e a operação da Meia Praia em 2021[67] –, ou ainda com a menção e escolha de projectos de operações SAAL para a exposição "Os Universalistas – 50 anos de arquitectura portuguesa" promovida pela Gulbenkian e patente na Cité de l'architecture et du patrimoine, em Paris, e na Casa da Arquitectura[68]. Também o número 145 sobre "Activismo em arquitectura" da revista *Lotus International*, de 2011, integra um texto de José António Bandeirinha sobre o SAAL[69]; Ricardo Carvalho faz menção ao SAAL no seu livro *A cidade social*, uma edição reduzida do seu doutoramento e publicada em 2016[70]; e Bandeirinha escreve uma entrada sobre o SAAL para o suplemento do *Dicionário de História de Portugal* relativo ao 25 de Abril[71]. Em 2016, a

63 Cf. Ana Catarina Costa, "O simpósio «SAAL: em retroprospectiva». Algumas considerações sobre as condições necessárias à crítica", *Revista Punkto*, Junho 2014, disponível em: https://www.revistapunkto.com/2014/06/o-simposio-saal-em-retroprospectiva-ana_6.html, consultado a 9 Maio 2021. O simpósio foi realizado no Museu de Serralves a 10 de Maio de 2014.

64 José António Bandeirinha, Delfim Sardo, Gonçalo Canto Moniz, "74-14 SAAL and architecture: an introduction" *in* Bandeirinha, José António; Sardo, Delfim; Moniz, Gonçalo Canto (ed.), *74-14 SAAL and architecture*, Coimbra/Porto: e|d|arq, CES, Fundação de Serralves, 2015, p. 9. O colóquio realizou-se entre os dias 14 e 16 de Novembro de 2014 no Colégio das Artes, em Coimbra.

65 Com o título "Falemos de casas", a exposição comissariada por Delfim Sardo e integrada na Trienal de Arquitectura de Lisboa esteve patente entre 14 de Outubro de 2010 e 16 de Janeiro de 2011. Foi também nesse âmbito que Catarina Alves Costa preparou a curta *Casas para o povo*, de 2010.

66 Na 15.ª edição da exposição internacional de arquitectura La Biennale di Venezia a exposição curada por Nuno Grande e Roberto Cremascoli e intitulada "Neighbourhood: Where Álvaro meets Aldo" esteve patente entre 28 de Maio e 27 de Novembro de 2016. Tratou-se de uma leitura de alguns projectos de habitação dita social que Álvaro Siza realizou, englobando os projectos da operação SAAL da Bouça, de Berlim, de Haia e de Veneza. A exposição estabelece um paralelismo entre Álvaro Siza e Aldo Rossi, anunciando os seus encontros (viagens, concursos, debates, seminários), as publicações dos dois arquitectos, bem como aspectos comuns às obras de ambos, como as ideias de fragmentação e memória colectiva.

67 A 17.ª edição da Bienal de Veneza, prevista para 2020 mas a decorrer entre 22 de Maio e 21 de Novembro de 2021, intitula-se "In Conflict" e é curada pelos depA arquitectos.

68 A exposição comissariada por Nuno Grande esteve patente em Paris entre 13 de Abril e 29 de Agosto de 2016 e na Casa da Arquitectura entre 13 de Abril e 19 de Agosto de 2018.

69 José António Bandeirinha, "Il processo SAAL, trentacinque anni dopo. Modelli, valutazioni e upgrades", *Lotus International: Activism in architecture*, 145, 2011, pp. 48-53.

70 Carvalho, Ricardo, *A cidade social: Impasse, desenvolvimento, fragmento*, Lisboa: Tinta-da-china, 2016.

71 José António Bandeirinha, "Serviço de Apoio Ambulatório Local" *in* Reis, António; Rezola, Maria Inácia; Santos, Paula Borges (coord.), *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, Porto:

editora Tinta-da-china encetou a publicação de uma colecção de livros, coordenada por investigadores do CEAU, sobre as operações SAAL, encontrando-se publicados os volumes sobre Oeiras[72], S. Vítor[73] e Antas[74].

O crescente número de publicações existentes que resultaram de trabalhos académicos sobre o SAAL testemunha a vastidão do tema, ainda por explorar. Em 2009, Maria Salgado Rodrigues desenvolveu uma dissertação de mestrado sobre o movimento de moradores no Porto[75]. Em 2012 foi publicado o livro *SAAL e autoconstrução em Coimbra: Memórias dos moradores do bairro da Relvinha 1954-1974*, de João Baía, que resultou da sua dissertação de mestrado[76]. Idalina Machado terminou no mesmo ano a sua tese de doutoramento centrada no bairro da Bouça[77]. E, em 2018, Camila Rodrigues defendeu a sua tese onde analisa os bairros SAAL construídos na cidade de Lisboa, considerando a sua evolução até à contemporaneidade[78]. Na área da arquitectura, várias têm sido as provas finais ou dissertações de mestrado desenvolvidas sobre operações SAAL. Centrando esta recolha nos trabalhos que tomaram como objecto de estudo operações desenvolvidas na cidade do Porto, referem-se os trabalhos de Mariana Santos[79], Pedro Moreira[80], Cláudia Velho[81], Leidy Melo[82], Luísa Oliveira[83], Maria Filipa Guimarães[84], Ariana Ribeiro[85], Bruno Tavares[86], Maria de Fátima Ribeiro[87], Tia-

Figueirinhas, 2018, pp. 357-365.

72 Santos, Ricardo, *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL – Oeiras*, Lisboa: Tinta-da-china, 2016.

73 Costa, Ana Alves; Costa, Ana Catarina; Fernandez, Sergio (coord.), *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL – S. Victor*, Lisboa: Tinta-da-china, 2019.

74 Costa, Ana Alves; Fernandez, Sergio (coord.), *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL – Antas, Pedro Ramalho*, Lisboa: Tinta-da-china, 2020.

75 Rodrigues, Maria Salgado, *Movimentos sociais e políticas sociais: perspectivas dos actores do Movimento de Moradores no Porto (1974-76)*, Porto: Dissertação de mestrado em ciências da educação, FPCEUP, 2009. A dissertação inclui entrevistas realizadas a alguns intervenientes no processo SAAL no Porto.

76 Baía, João, *SAAL e autoconstrução em Coimbra: Memórias dos moradores do bairro da Relvinha 1954-1976*, Coimbra: 100Luz, 2012.

77 Machado, Idalina, *Lutas sociais, habitação e quotidiano: análise da génese e estruturação do bairro da Bouça na cidade do Porto (do SAAL à solução cooperativa)*, Porto: Tese de Doutoramento, FLUP, 2012.

78 Rodrigues, Camila, *Memories of the SAAL in Lisbon: Socialism was not around the corner*, Lisboa: Tese de Doutoramento, FCSH-UL, 2018.

79 Santos, Mariana, *Sobre a apropriação do espaço: um percurso pelos bairros SAAL do Porto*, Porto: Prova Final, FAUP, 2004.

80 Moreira, Pedro, *O SAAL, as ilhas e a cidade*, Porto: Prova Final, FAUP, 2004.

81 Velho, Cláudia, *S. Vítor e as Siedlungen: Dos anos vinte à contemporaneidade do lugar*, Porto: Prova Final, FAUP, 2007.

82 Meli, Leidy, *A unidade residencial da Bouça: A proposta, os espaços e a cidade*, Porto: Prova Final, FAUP, 2007.

83 Oliveira, Luísa, *A continuidade da tradição na modernidade: São Vítor, Kreuzberg, Schilderswijk e Chiado*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2009.

84 Guimarães, Maria Filipa, *Do social edificado: Bases para uma proposta de reabilitação do bairro de São Vítor*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2009.

85 Ribeiro, Ariana, *A operação de Serralves: Uma proposta de habitação social*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2011.

86 Tavares, Bruno, *Estudo do SAAL – da teoria à prática: Carácter da sua execução no Porto*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, Universidade Lusíada do Porto, 2011.

87 Ribeiro, Maria de Fátima, *A operação SAAL Miragaia: Da interpretação da cidade ao património*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2011.

go Henriques[88], Maria Camps[89], Sandra Sequeira[90], António Pedro Faria[91], Maria Inês Gomes[92] e Sara Walton[93].

Grande parte da investigação que aborda o SAAL fá-lo a partir do estudo da obra de Álvaro Siza. É o caso da análise elaborada por Carlos Machado sobre a operação da Bouça na sua tese de doutoramento[94], ou da prova também de doutoramento de Nelson Mota em que analisa projectos habitacionais desenvolvidos por Siza, englobando as operações de S. Vítor e da Bouça[95]. Ao considerar as particularidades da formação dos arquitectos portugueses associadas a uma situação de periferia em relação à Europa, Nelson Mota procura compreender a dualidade entre engajamento e estranhamento presente na operação SAAL de S. Vítor, considerando a condição de «outro» que Siza estabelece entre a vida e a arte e desenvolvendo a ideia brechtiana de *Verfremdung* (estranhamento) primeiramente explorada por José António Bandeirinha[96]. Também Pedro Gadanho e Joaquim Moreno se têm interessado pelo SAAL a partir do projecto de Siza para S. Vítor, com textos publicados sobre o tema[97].

Numa perspectiva diferente, e através do estudo da operação de S. Vítor, a tese de doutoramento de Aitor Varea Oro expressa um desencantamento pelo Processo SAAL

88 Henriques, Tiago, *A habitação social portuense do processo SAAL: Uma leitura do experimentalismo tipológico a partir de operadores projectuais*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2011.

89 Camps, Maria, *Da obra projectada à obra vivida: Sobre o conjunto habitacional da Bouça*, Porto, Dissertação de Mestrado Integrado, 2012.

90 Sequeira, Sandra, *S.A.A.L.: Novo conceito de projectar habitação e habitar*, Lisboa: Dissertação de Mestrado Integrado, Universidade Lusíada de Lisboa, 2012.

91 Faria, António Pedro, *Porto, área de S. Victor: Cidade, arquitectura, política*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2015.

92 Gomes, Maria Inês, *Sobre a realidade social e autonomia do desenho: Da ESBAP à política da habitação nos projectos SAAL de Siza Vieira*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2015.

93 Walton, Sara, *Disparidades dos limites que compõem o espaço urbano: o limite da cidade vs. o limite da casa no SAAL Boavista*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2016.

94 Machado, Carlos, *Anonimato e banalidade: Arquitectura popular e arquitectura erudita na segunda metade do século XX em Portugal*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2006. Embora Carlos Machado adopte apenas a Bouça como objecto de estudo, a sua análise estende-se a uma compreensão do processo SAAL e das operações do Leal e de S. Vítor.

95 Mota, Nelson, *An archeology of the ordinary: Rethinking the architecture of dwelling from CIAM to Siza*, Delft: Tese de Doutoramento, Delft University of Technology, 2014. Nelson Mota está interessado em explorar, na arquitectura portuguesa e no caso particular de Álvaro Siza, a polaridade binária entre arquitectura moderna e tradição vernacular e a intersecção entre autonomia disciplinar e o confronto com o contexto em que se insere, segundo uma postura engajada social e politicamente. Vários artigos que elaborou posteriormente incidiram igualmente sobre o SAAL, cf., entre os quais: Nelson Mota, "Freedom to build? Self-help and incremental growth in the politics of housing in post-revolutionary Portugal" *in* Bandeirinha, José António; Sardo, Delfim; Moniz, Gonçalo Canto (ed.), *74-14 SAAL and architecture*, Coimbra/Porto: e|d|arq, CES, Fundação de Serralves, 2015, pp. 111-119; Nelson Mota, "SAAL, sweat and tears", *Volume: Self-building city*, 43, 2015, pp. 82-91.

96 José António Bandeirinha, "«Verfremdung» vs. «Mimicry»: O SAAL e alguns dos seus reflexos na contemporaneidade" *in* Sardo, Delfim (org.), *Falemos de casas: Entre o Norte e o Sul*, Lisboa: Athena/Babel, 2010, pp. 59-79.

97 Pedro Gadanho, "Operações SAAL, Álvaro Siza e a persistência de São Victor: Falhar, falhar novamente, falhar melhor" *in* Sardo, Delfim (ed.), *O Processo SAAL: Arquitectura e participação 1974-1976*, Porto: Serralves, 2014, pp. 65-75; Joaquim Moreno, "«Aprendizagem revolucionária»: Uma pedagogia da arquitectura social" *in* Rodrigues, Dalila (coord.), *Arquitectura social: Três olhares críticos*, Lisboa, CCB, 2014, pp. 27-35.

e pelo entendimento que dele foi sendo feito a partir do campo disciplinar da arquitectura[98]. Varea Oro considera que se substituiu a reflexão sobre as desigualdades geradas em meio urbano, que permanecem, por um deslumbramento pelos projectos arquitectónicos que resultaram do SAAL, legitimados através do envolvimento da população no período da sua produção. Outras posições assumem-se contra aquilo que consideram ser uma história celebratória do SAAL fabricada por alguns dos seus intervenientes e que se focam nas qualidades arquitectónicas de alguns projectos, como aquelas manifestadas por Catarina Ruivo e José Pedro Tenreiro na mesa redonda "Habitar Abril 74-82", organizada na Universidade Popular do Porto em 2019[99], ou na comunicação apresentada por Ricardo Ruivo e José Pedro Tenreiro ao colóquio internacional organizado sobre o SAAL. Nessa comunicação, os autores atribuem um carácter conservador aos projectos elaborados pelo SAAL no Porto (que inclusivamente consideram contraditórios face ao problema em mãos, visto considerarem que o modelo de construção a baixa altura não permitiria produzir o número de fogos necessário, só alcançável através de edifícios em altura), referindo o misticismo nostálgico associado ao SAAL como um dos factores que contribuíram para a reabsorção da habitação pelo mercado e que a visibilidade dada ao SAAL é desproporcional face a outros programas desenvolvidos no âmbito do Fundo de Fomento da Habitação (FFH) e cujos resultados foram muito mais eficazes.[100]

Quanto à relação entre o desenvolvimento do Processo SAAL e a Escola de Belas-Artes do Porto (ESBAP), o primeiro estudo de relevo talvez seja o de Jorge Figueira apresentado em 1997 e publicado em 2002, onde toma o 25 de Abril como um momento de instabilidade, mas também de (re)construção do projecto de escola[101]. A tese de doutoramento de Eduardo Fernandes, de 2010, também lê o envolvimento de docentes e estudantes da ESBAP no SAAL como um momento de transformação da escola, focando-se sobretudo em algumas operações desenvolvidas no Porto a partir da linguagem adoptada[102]. Em 2014, Raquel Paulino defendeu a sua tese de doutora-

98 Oro, Aitor Varea, *La arquitectura del território: Los entramados sociales como herramienta de proyecto*, Valência: Tese de Doutoramento, Universitat Politècnica de València, 2015.

99 A mesa redonda foi realizada na Universidade Popular do Porto a 17 de Dezembro de 2019 e teve como oradores José Baptista Alves, António Madureira, Virgílio Borges Pereira, Catarina Ruivo, Micaela Santos e José Pedro Tenreiro. Embora Anni Günther Nonell constasse no programa, não esteve presente.

100 Ricardo Ruivo, José Pedro Tenreiro, "The SAAL program, the FFH, and contradictions in disciplinary ideology historical and historiographical tensions: The case of the Porto region" *in* Bandeirinha, José António; Sardo, Delfim; Moniz, Gonçalo Canto (ed.), *74-14 SAAL and architecture*, Coimbra/Porto: e|d|arq, CES, Fundação de Serralves, 2015, pp. 77-83.

101 Figueira, Jorge, *Escola do Porto: Um mapa crítico*, Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002.

102 Fernandes, Eduardo, *A escolha do Porto: Contributos para a actualização de uma ideia de Escola*, Guimarães: Tese de Doutoramento, Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2010. Eduardo Fernandes apresentou também uma comunicação no colóquio internacional dedicado ao SAAL, cf. Eduardo Fernandes, "The language of the SAAL program: Similarities and variations in the work of the SAAL teams in Porto" *in* Bandeirinha, José António; Sardo, Delfim; Moniz,

mento sobre o programa pedagógico da escola do Porto entre 1969 e 1984, englobando a ligação entre a ESBAP e o SAAL[103]. Pedro Bandeira desenvolveu uma exposição intitulada "Escola do Porto: Lado B/Uma história oral (1968-1978)", onde procurou tratar o período que antecedeu e sucedeu o 25 de Abril na relação com a ESBAP sob o lado menos visível da história, que encontra também relações com o desenvolvimento do SAAL[104].

Embora o aumento do número de publicações que se debruçam sobre o SAAL contribua para a produção de conhecimento sobre o que foi o seu processo, alguns trabalhos produzidos recentemente não constituem, porém, investigações que reflictam uma análise minuciosa dos casos abordados[105].

Foram já desenvolvidas duas teses de doutoramento que procuram analisar as operações SAAL desenvolvidas na cidade do Porto. A tese de Rafaela Cavalcanti, elaborada em 2014, centra-se na análise da organização dos fogos construídos referentes às operações de Maceda, Antas, Leal, Chaves de Oliveira, Lapa, S. Vítor, Massarelos, Francos, Bouça e Contumil[106]. A leitura que faz sobre o desenvolvimento do Processo apoia-se, sobretudo, em registos orais, nalguma bibliografia e nalguns documentos consultados no Arquivo Distrital do Porto, não fazendo um levantamento exaustivo da documentação existente. O estudo dos projectos cinge-se aos conjuntos construídos e a uma análise da sintaxe espacial, não considerando as propostas globais de cada operação nem relações urbanas com os locais em que se inserem. A tese de José Alberto Lage, defendida em 2017, tem por ponto de partida o SAAL, procurando definir estratégias de intervenção para a recuperação das áreas relativas a algumas operações no presente. Nesse sentido, entende-se o SAAL simultaneamente como contexto e processo operativo[107]. As acções metodológicas de intervenção propostas são desenvolvidas em relação a quatro casos de estudo – Antas, Leal, Lapa e S. Vítor – fazendo uma releitura das propostas elaboradas no âmbito do SAAL em confronto com a situação actual.

Gonçalo Canto (ed.), *74-14 SAAL and architecture*, Coimbra/Porto: e|d|arq, CES, Fundação de Serralves, 2015, pp. 135-142.

103 Cf. Paulino, Raquel, *ESBAP/FAUP: O ensino da arquitectura na* Escola do Porto*: Construção de um projecto pedagógico entre 1969 e 1984*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2013.

104 Bandeira, Pedro, *Escola do Porto: Lado B, 1968-1978 (Uma história oral)*, Guimarães: Centro Internacional das Artes José de Guimarães/Documenta, 2014.

105 Restringe-se a referência a alguns estudos sobre operações desenvolvidas no Porto. Cf., a título de exemplo: Rodrigues, Fernando Matos; Silva, Manuel Carlos, *Cidade, habitação e participação: o processo SAAL na ilha da Bela Vista 1974/76*, Porto: Edições Afrontamento, 2015; Costa, Nuno Brandão, *Band à part 1: Tipologia e revolução*, Porto: Circo de Ideias, 2019.

106 Cavalcanti, Rafaela Campos, *A arquitectura dos cravos: Da experiência do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) no Porto*, Recife: Tese de Doutoramento, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

107 Lage, José Alberto, *Reabilitação de bairros e arquitectura. Estratégias de processo; práticas de projecto (SAAL/NORTE: 1974-1976/1997, 2012)*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2017. À data de entrega da presente investigação, a tese ainda não tinha sido publicada.

*

Apesar de existirem vários estudos realizados sobre o SAAL, e em particular sobre o processo desenvolvido na cidade do Porto, estava por elaborar uma compilação de elementos e um estudo sistemático das diversas operações que beneficiasse da grande quantidade de material hoje depositada em arquivos consultáveis e que permitisse reconstituir o Processo. De modo a que se tomasse essa tarefa em mãos e que fosse possível, no âmbito de uma tese de doutoramento, perspectivar um grau de profundidade satisfatório para a análise das operações, foi necessário circunscrever o campo de estudo a um contexto geográfico reduzido, neste caso à cidade do Porto. Embora se trate de uma análise limitada da delegação regional do SAAL/Norte, o número e a variedade de casos desenvolvidos (33 operações) possibilita um estudo consistente da implementação do SAAL nesta circunstância particular, garantindo também uma compreensão minuciosa do espaço intervencionado, ou seja, da história e transformação da cidade do Porto. O estudo incide, assim, tanto em operações que são do conhecimento do campo disciplinar (e não só), como em operações que foram mantidas na sombra, e, embora se restrinja ao ciclo curto de duração do SAAL, relaciona-se com um ciclo mais alargado da estruturação dos lugares na cidade.

A iniciativa de criação de um núcleo documental relativo ao SAAL/Norte por parte do Arquivo Distrital do Porto – elaborada no âmbito do projecto "Uma Cidade em (r)evolução: recuperação do arquivo SAAL Norte", implementado em 2001 – congregou acervos pessoais e institucionais que facilitam uma leitura global deste processo, concentrando uma quantidade significativa de material relativo à quase totalidade das operações e dos documentos e correspondência do Serviço[108].

A documentação depositada no Arquivo Distrital do Porto (ADP) foi a base documental de maior relevo para a presente tese de doutoramento. O processo de consulta e recolha revelou-se, contudo, muito moroso e de grande exigência, não só pela vasta quantidade de elementos disponíveis[109], mas sobretudo pelas condições de consulta em vigor. A limitação da consulta presencial a 20 peças por dia[110] (o que, no caso das

108 Ainda que grande parte da documentação relativa ao processo SAAL desenvolvido no Porto se tenha perdido irremediavelmente com a destruição das instalações do SAAL/Norte à bomba em Janeiro de 1976, e que a distância temporal tenha levado ao extravio de muitos documentos, foi possível, desta forma, reunir um fundo documental considerável que permite reconstituir o processo deste programa habitacional.

109 No site do Arquivo Distrital do Porto menciona-se a existência de: 2 livros, 278 macetes, 639 folhas, 243 maços, 673 unidades de outro tipo de documentos não identificado, 3 álbuns e 27 capilhas relativos a documentação do processo SAAL/Norte. Cf. https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/details?id=409302, consultado a 21 de Janeiro de 2021.

110 O número limite de peças consultáveis por dia é 10 através de pedido presencial e 10 através de reserva antecipada, perfazendo o total de 20 peças consultáveis por dia. A única excepção que me foi possibilitada pelos técnicos superiores responsáveis foi a acumulação de 10 pedidos diários através de pedido de reserva durante alguns dias, de modo a poder consultar um maior número de documentos de uma só vez, dado que só assim conseguiria compreender integral-

folhas de desenho não agrupadas em maços, é um número pouco razoável[111]) – medida agravada por uma catalogação pouco discriminada e com algumas imprecisões – e a impossibilidade de fotografar os documentos consultados (medida que só foi revertida a meados de 2019[112], num momento em que a fase de recolha de arquivo, iniciada em 2014, estava praticamente concluída) tornaram-se os maiores constrangimentos à pesquisa e factores que prolongaram a estadia no ADP por um período somado superior a um ano. O custo associado à digitalização de material gráfico e escrito que, nas condições de execução desta tese de doutoramento, ainda que apoiada pela bolsa de doutoramento atribuída pela FCT, é bastante avultado, limitou também a recolha de materiais àqueles que se consideraram estritamente necessários à compreensão e apresentação dos processos e projectos.

O método de consulta baseou-se na transcrição de informação que foi compilada e organizada em diversos documentos e pastas, de modo a, numa fase posterior de análise, permitir a reconstituição dos processos. Esta estratégia implica que não sejam referenciadas todas as fontes bibliográficas na apresentação dos casos de estudo e na explicação dos processos. De notar que uma parte considerável do material consultado corresponde a folhas sem título, data ou assinatura, centrando-se a pesquisa no teor da informação nelas contida e na sua equiparação com outros documentos que abordam o mesmo assunto. Noutros casos, a proveniência da informação descrita é tão variada e vasta –memórias descritivas, inquéritos, levantamentos, registos fotográficos, peças desenhadas de projecto, mapas, relatórios das Brigadas, correspondência, boletins dos moradores, publicações periódicas, panfletos, actas, anotações de reuniões, fichas e tabelas, rascunhos, processos jurídicos, processos de financiamento, planos de actividades, documentos expositivos, fichas de honorários, autos de medições, etc. –, que apenas se citam as fontes consultadas nos momentos considerados mais marcantes.

Outro acervo de grande importância para a presente investigação foi a colecção de slides do arquitecto Alexandre Alves Costa, cujo tratamento de arquivo foi realizado por mim entre 2013 e 2014 no âmbito da investigação "O Processo SAAL/Norte" coordenada pelo grupo "Arquitectura: Teoria, Projecto, História" do Centro de Estudos de

mente os projectos (visto, por exemplo, plantas, cortes e alçados da mesma fase serem desenhos separados, cujas informações raras vezes estão identificadas no catálogo disponibilizado).

111 A título de exemplo, sobre a operação SAAL das Antas existem 234 peças desenhadas o que, para efeitos de consulta, corresponde a 234 peças consultáveis. Considerando o método de requisição seguido e exposto na nota anterior, só o acesso a estes documentos, que não esgota a documentação existente no ADP sobre a operação das Antas, perfaz mais de 23 dias úteis de pedidos, esgotando a possibilidade de outros pedidos de reserva durante este período. Cf. https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/DetailsForm.aspx?id=410407, consultado a 22 Janeiro 2021.

112 Com a aplicação da Lei n.° 31/2019 publicada no Diário da República n.° 85/2019, Série I de 3 de Maio de 2019.

Arquitectura e Urbanismo (CEAU). O acesso em primeira mão ao arquivo fotográfico de um dos coordenadores da delegação regional Norte do SAAL com cerca de 2.800 imagens foi um complemento muito relevante para uma aproximação aos actores implicados no Processo SAAL desenvolvido no Porto. O arquivo contém fotografias de desenhos de projecto, manifestações, plenários, luta política, movimentos partidários, inscrições na cidade, cartazes, panfletos, reuniões de moradores, bairros degradados correspondentes a operações SAAL, operações em fase de construção, bairros construídos e habitados, actividades desenvolvidas nos bairros, entre outros.

O centro de documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) tem também um fundo sobre o SAAL, onde foi possível consultar alguma documentação que não foi depositada no ADP e que reúne itens pertencentes a alguns arquitectos chefes de Brigada que eram ou são docentes na ESBAP e/ou FAUP. Este conjunto de documentos não se encontra ainda tratado, mas foi possível consultá-lo. Existe também material referente a trabalhos escolares desenvolvidos na ESBAP que, nalguns casos, se cruzam com o SAAL.

Vários acervos pessoais que foram entregues à Fundação Marques da Silva (FIMS) contêm documentação relativa ao Processo SAAL, nomeadamente os espólios de Fernando Távora, Alfredo Matos Ferreira, Alcino Soutinho e Manuel Teles. Recentemente, Manuel Mendes, que pertencia ao sector de apoio a projectos e planeamento do SAAL/Norte, depositou também alguns documentos que estavam na sua posse na referida instituição. A disponibilização de alguns destes acervos durante o período de elaboração da presente tese obrigou a uma deslocação faseada a este centro de documentação, e à reformulação dos conteúdos produzidos perante a existência de nova informação.

O Centro de Documentação 25 de Abril, sediado em Coimbra, congrega no seu arquivo material relativo ao SAAL, destacando-se as doações de Alexandre Alves Costa e José António Bandeirinha que incluem um corpo significativo de documentos referente ao SAAL/Norte. Este centro não foi considerado pela presente pesquisa como núcleo central de documentação, dado grande parte do material disponível ser idêntico àquele que se encontra depositado no Arquivo Distrital do Porto. Ainda assim, o acesso a esta documentação foi fundamental para colmatar algumas lacunas existentes no acervo reunido no ADP.

Através do contacto com alguns dos agentes intervenientes no Processo SAAL desenvolvido no Porto, foi possível obter acesso aos seus arquivos pessoais, nomeadamente aos arquivos de Agostinho Ricca, Alfredo Matos Ferreira, Álvaro Siza, Cecília Cavaca, Margarida Coelho, Mário Trindade, Pedro Cabral e Sergio Fernandez. A distância

temporal ao objecto em estudo comporta, contudo, algumas dificuldades. Alguns intervenientes já não têm consigo essa documentação, ou esta não se encontra acessível, e nos casos de elementos das Brigadas entretanto falecidos o acesso a esses arquivos é ainda mais restrito.[113]

Realizaram-se entrevistas aos arquitectos Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza, Manuel Lessa, Manuel Mendes, Margarida Coelho, Pedro Ramalho e Sergio Fernandez com o objectivo de obter informações sobre a sua participação no SAAL (tanto no âmbito da chefia de brigadas técnicas como da integração nos quadros do Serviço), mas também considerações acerca do Processo e da relevância deste programa habitacional nos dias de hoje. Também foram realizadas conversas com outros elementos integrantes de brigadas técnicas (ou familiares, nos casos de elementos entretanto falecidos), mas com um carácter menos formal que o da entrevista, nomeadamente com Adalberto Dias, Camilo Cortesão, Eduardo Souto de Moura, Elói Castro, Helena Albuquerque, Helena Ricca, Isabel Matos Ferreira, Xan Casabella López, José Luís Gomes, José Manuel Soares, José Oliveira, Manuel Fernandes de Sá, Mário Trindade, Pedro Borges de Araújo, Pedro Cabral, Ricardo Figueiredo e Teresa Fonseca. Noutros casos, não houve disponibilidade por parte dos intervenientes para realizar uma conversa ou resposta às solicitações enviadas[114], havendo ainda casos de familiares contactados que já não se recordavam dos contornos do processo.

Nos casos das Associações de Moradores que se encontram em funcionamento, sobretudo daquelas em que houve construção SAAL, foi também possível aceder à documentação em sua posse e obter informações sobre o Processo através do contacto com dirigentes ou moradores. Foi o caso das Associações de Moradores das Antas, Bouça, Chaves de Oliveira, Contumil, Maceda, Massarelos, Lapa e Leal. Destacam-se ainda os contactos estabelecidos com moradores da Arrábida, Boavista, Campo 24 de Agosto, Fontaínhas, Francos, Heroísmo, Póvoa, S. Vítor e Vilar.

Apesar de se reconhecer na história oral um recurso de importância vital para a reconstituição de muitos processos, com o decorrer da investigação constatou-se que, na maior parte das vezes, a distância que separa o momento do SAAL dos dias de hoje (quase 50 anos) não permite condições para a recolha de memórias detalhadas por parte dos seus intervenientes. Se nalguns casos foi possível obter dados muito relevantes para a compreensão dos processos e operações, na maior parte dos casos o recurso a documentação escrita e gráfica provou ser mais frutífero e fiel aos propósi-

113 Apesar de termos tido acesso a alguns elementos do arquivo de Margarida Coelho, coordenadora do SAAL/Norte, a maior parte dessa documentação ficou perdida. Diversos membros integrantes das brigadas técnicas referem a mesma dificuldade no acesso a essa documentação.

114 São os casos de Anni Günther Nonell, Carlos Guimarães, Francisco Barata, João Serôdio, José Gigante e Marta Oliveira.

tos, realizações e conflitos dos processos na altura do que os registos orais realizados no âmbito da tese. Menciona-se, no entanto, a grande validade das entrevistas realizadas por José António Bandeirinha no âmbito da elaboração da sua tese de doutoramento, há mais de 20 anos, e que estão disponíveis no Centro de Documentação 25 de Abril[115].

Para a compreensão e conhecimento dos territórios intervencionados no âmbito do SAAL, o catálogo online do Arquivo Municipal do Porto mostrou ser uma fonte muito útil, possibilitando o acesso a cartas topográficas e processos de obras que permitem enquadrar alguns desses contextos tendo em conta a sua transformação ao longo do tempo. Destaca-se a importância da planta de Teles Ferreira, referente ao ano de 1892, que pela primeira vez retrata de forma sistemática a totalidade do território da cidade do Porto, representando as construções existentes no interior dos quarteirões[116]. Outras fontes, como bibliografia variada que trata a formação e transformação da cidade, foram também de grande utilidade para a investigação. Para o suporte gráfico do trabalho, não existindo nenhuma carta topográfica da cidade do Porto numa data próxima ao período de implementação do SAAL[117], recorreu-se a fotografias aéreas efectuadas pelo Centro de Informação Geo-espacial do Exército no ano de 1974.

A análise do Processo SAAL desenvolvido no Porto e das operações iniciadas foi feita com base nos materiais inventariados de acordo com o processo acima enunciado. No entanto, o estudo das operações apresenta um grau de desenvolvimento desigual, desde logo condicionado pela data de início de cada uma das operações (aquelas que se formalizaram mais cedo tiveram um maior desenvolvimento do que as que se formaram posteriormente) e pelo facto de algumas terem avançado para fase de construção e outras não. Consequentemente, os projectos elaborados variam entre as etapas de diagnóstico, projecto de execução e acompanhamento do processo de construção. Para além destes factores, o aprofundamento da análise de alguns projectos beneficia do acesso a informação sobre outras obras ou aspectos da vida dos técnicos das Brigadas. A bibliografia publicada sobre a obra de alguns dos arquitectos que participaram no SAAL e a existência de arquivos consultáveis deixados pelos mes-

115 Cf. https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs?_token=tIr6c0dl3Ho9KN7neIxAMxAYN5iC5R-g31YzMDaEz&action=advanced-search&title=saal&authors=&publicationYear=&type=&country=&language=&otherSearchTerms=&repository=&order_asc_desc=asc, consultado a 23 Janeiro 2021.

116 Para um conhecimento mais pormenorizado da importância deste documento, cf. Rui Tavares, "A carta topographica da cidade do Porto de 1892 – uma base cartográfica para a gestão urbanística municipal" *in* Braga, Maria Helena Gil; Fernandes, Mário (coord.), *A planta da cidade do Porto no século XIX: cartografia e urbanismo*, Porto: CMP, Pelouro do conhecimento e coesão social, departamento municipal de arquivos, FLUP, departamento de geografia, Novembro 2011, pp. 14-19.

117 A última carta topográfica elaborada numa data anterior ao SAAL a que se teve acesso é de 1960.

mos constituem materiais complementares que auxiliam a investigação e potenciam de modo desigual o estudo dos casos. Ainda que se pudesse ter optado por tentar uniformizar a análise das operações, não se forçou um equilíbrio que é, por base, inexistente devido aos distintos graus de desenvolvimento das próprias operações. Assim sendo, considerou-se que a análise poderia ser mais densa nos casos em que se julgou ser pertinente e em que houve recursos para tal.

As propostas elaboradas no âmbito do SAAL são lidas à luz do contexto local e temporal em que se inserem, ainda que a história da cidade seja tomada como uma base de trabalho primordial para a leitura das operações (formação dos bairros degradados e transformação sócio-espacial daquela área ao longo do tempo). A transformação subsequente daqueles lugares é mencionada apenas como estado de sítio, sem que o período posterior ao SAAL seja aprofundado e tomado como objecto de estudo. Trata-se, assim, de uma abordagem sócio-histórica da cidade, focada num período preciso, para a qual importa o contexto presente, mas em que este contexto não é o objecto de análise.

A investigação muniu-se de dois modelos essenciais para a estruturação do trabalho, o livro *Vienna Rossa* de Manfredo Tafuri[118] e o livro *The architecture of Red Vienna* de Eve Blau[119], tomados como exemplos do que são estudos meticulosos sobre um determinado objecto (neste caso, o programa de habitação desenvolvido em Viena entre 1919 e 1934) onde se trabalha a relação entre programa político, história urbana e prática arquitectónica, entendidos na produção de um discurso colectivo. Ainda que raras vezes se faça referência a estes estudos, a metodologia desenvolvida viu-se imbuída dos ensinamentos que lhe estão subjacentes. De igual forma, a tese de doutoramento de Manuel C. Teixeira sobre habitação popular na cidade do Porto[120] e os estudos desenvolvidos por Aldo Rossi sobre determinados contextos urbanos[121] serviram de referência e informaram a presente investigação sobre a complexidade dos fenómenos urbanos, no que diz respeito aos factores sociais, económicos e políticos e à relação entre arquitectura e cidade.

Nesse sentido, procurou-se que a análise do processo e das suas arquitecturas fosse estabelecida desde o campo de acção dos arquitectos intervenientes no SAAL, num momento de transformação política e social muito complexo e rico para a arquitec-

118 Tafuri, Manfredo, *Vienna Rossa: La politica residenziale nella Vienna Socialista*, Milão: Electa, 1980.

119 Blau, Eve, *The Architecture of Red Vienna: 1919-1934*, Cambridge/Londres: MIT Press, 1999.

120 Teixeira, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

121 Rossi, Aldo, *La arquitectura de la ciudad*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2018 [1966/1978]; Rossi, Aldo, "Las características urbanas de las ciudades venecianas" [1970], *Para una arquitectura de tendência: Escritos: 1956-1972*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977.

tura e para o papel social do arquitecto. Foi também um momento em que a cidade, enquanto palco da acção política, contou com o envolvimento dos cidadãos para a sua transformação. Pretende-se, assim, explorar o modo como a ideologia política daquele período e dos agentes associados à sua produção está expressa nos projectos elaborados, com as suas contradições e os conflitos latentes, e como isso se espelha nas condições do programa e no processo da sua implementação. Procura-se explorar a demarcação de uma posição política tendo em conta a forma de conhecimento particular à arquitectura.

*

A estruturação da presente tese é feita em três partes. A primeira parte procura compreender a conjuntura que viabilizou a génese e a implementação do Processo SAAL no Porto. Para tal, estuda-se o problema da habitação no Porto, partindo de uma leitura da expansão urbana da cidade desde o século XVII e do surgimento de alojamento operário – tanto sob a forma de sobreocupação das casas existentes como da formação de núcleos de *ilhas* – e fazendo um levantamento das políticas habitacionais públicas implementadas até 1974. A ligação entre o funcionamento do SAAL/Norte e a ESBAP, considerando a integração de membros do corpo docente e discente nas brigadas técnicas, levou ao estudo do funcionamento do curso de arquitectura nos anos que precederam o SAAL, das motivações da crise académica ocorrida em 1969 e da reorganização do curso com a implementação dos anos experimentais e a posterior estabilização do programa pedagógico em 1976. Para o enquadramento da defesa do direito à habitação no pós-25 de Abril é necessário compreender o momento histórico do golpe revolucionário e os movimentos populares que se lhe seguiram e que procuravam implementar um exercício de democracia directa. Faz-se também um trajecto pelas soluções alternativas que foram sendo ensaiadas ao longo da ditadura pelos arquitectos que intervieram no Processo. A criação e implementação do Serviço de Apoio Ambulatório Local é reconstituída através de uma leitura cronológica, centrando-se, posteriormente, no estudo da formação e actuação da delegação regional SAAL/Norte, mais especificamente no processo desenvolvido no Porto.

Na segunda parte é feito um estudo das 33 operações SAAL desenvolvidas no Porto, procurando compreender as características dos lugares intervencionados, o processo implementado em cada operação e a circunstância actual dessas partes de cidade. Fez-se um agrupamento das operações de acordo com a área da cidade em que se encontram, considerando que o tipo de núcleos a intervencionar era uma condição de partida, ainda que esse agrupamento possa não reflectir a estratégia adoptada pelas brigadas técnicas para a sua intervenção. A inclusão desta matéria no corpo

principal da tese deveu-se à decisão de realizar um estudo individualizado, aprofundado e sistemático de cada uma das operações, segundo uma linha de análise comum, ainda que se trate, inevitavelmente, de uma leitura heterogénea, condicionada pelos diferentes graus de desenvolvimento das operações, pelo facto de ter havido ou não construção e pela disparidade no acesso a material. Considera-se que este objectivo de observação atenta e incisiva deste processo de transformação dos lugares poderia ficar comprometido com a sua relegação para um volume anexo que, no âmbito da produção de um trabalho individual de doutoramento, dificilmente adquiriria o mesmo grau de detalhe, conduzindo ao centramento em determinados casos de estudo ou a uma leitura mais panorâmica do Processo. Procurou-se, assim, compreender de forma abrangente os desenvolvimentos parciais de um processo de transformação cultural da sociedade.

A terceira e última parte da tese faz uma leitura cruzada do processo e dos projectos desenvolvidos nas várias operações, procurando traçar a política do plano e da discussão da cidade segundo uma leitura global. Esse estudo contempla a coordenação entre as várias estratégias seguidas individualmente e as suas implicações no tecido urbano, através da reconfiguração dos lugares de intervenção, da relação com o Plano Director da cidade de 1962 ou ainda do papel que os vários equipamentos criados e planeados desempenhavam na transformação da cidade. Faz-se uma análise do tipo de propostas elaboradas para os diferentes sectores definidos, procurando perceber de que modo o carácter dos lugares influenciou as estratégias postas em prática. Considera-se ainda o papel dos arquitectos na configuração das práticas e códigos do espaço social, tendo em conta as condições de produção e a demarcação de uma posição política através da materialização dos projectos elaborados. Desta forma, pretende-se entender o seu campo de acção na construção da cidade democrática, nas suas complexidades e contradições.

PARTE 1.

PROCESSO SAAL NO PORTO: PRECEDENTES E A LUTA DOS MORADORES

1. O PROBLEMA DA HABITAÇÃO NO PORTO

"No Porto como em outras cidades europeias da época contemporânea, a segregação espacial das classes populares agrava-se com as intervenções de «renovação» tendentes a reorganizar o espaço urbano de acordo com os interesses das classes dominantes. Sobretudo a partir dos finais do século XIX, período de forte crescimento urbano, o processo de apropriação do solo pela burguesia vai a par dos seus desígnios de «centrifugação» das classes populares dos espaços habitacionais situados no centro da cidade."[1]

1 Rodrigues, Maria, *Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76)*, Porto: Campo de Letras, 1999, pp. 15-16.

1.1. EXPANSÃO URBANA DO PORTO E ALOJAMENTO OPERÁRIO

A cidade do Porto conhece, durante o século XVII, um crescimento populacional significativo, quase duplicando a sua população[2]. Esse crescimento resultou do ciclo migratório de populações rurais devido à criação de postos de trabalho relacionados com o desenvolvimento portuário e com a fixação de comerciantes estrangeiros, principalmente ingleses. O aumento populacional não se reflectiu na criação de novos pólos urbanos, mas na densificação dos núcleos existentes dentro de muralhas, cuja estrutura era medieval, e no crescimento dos principais núcleos extra-muros: Miragaia e Santo Ildefonso. Junto às estradas de ligação a cidades como Valongo e Penafiel, Braga, Guimarães e Póvoa do Varzim e Vila do Conde, os povoamentos rurais ampliaram-se. Nas áreas fronteiras às portas da cerca fernandina, onde se instalaram sobretudo conventos e edifícios assistenciais, começaram a verificar-se indícios de expansão urbana de desenvolvimento radial e também a criação dos primeiros rossios e hortas que serviriam ao desenvolvimento urbano pelos Almadas, já no século XVIII. O tecido urbano do século XVII era marcado pela predominância de habitação burguesa, uma casa de frente estreita com dois ou mais andares, que ocupa toda a largura dos lotes estreitos e profundos, estando associada em banda ao longo dos arruamentos[3]. Este tipo de construção facilitava uma adaptação ao terreno com grandes declives. O interior das casas era organizado em torno de uma escada central, com os espaços habitacionais localizados na parte frontal e de tardoz. A fachada para a rua tinha geralmente duas ou três aberturas no piso térreo destinadas a loja ou armazém e ao acesso aos restantes pisos. Os pisos superiores dispunham de varanda corrida ou janelas que tendiam a encostar-se às empenas, criando um pano cego central onde, por vezes, se instalava o fogão de sala.

Com a ampliação da actividade económica ligada à exportação de vinho do Porto e a prosperidade alcançada pelo ouro vindo do Brasil, no século XVIII verificaram-se transformações profundas na estrutura urbana da cidade orientadas por programas urbanos renovadores. Essas transformações foram realizadas pela Junta das Obras Públicas, liderada por D. João de Almada e Melo e o seu filho, Francisco de Almada

2 No início do século XVII a cidade tinha 18.800 pessoas, atingindo, em 1732, cerca de 30.000. Cf. Ferrão, Bernardo José, *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*, Porto: Faup Publicações, 1997 (3ª ed.) [1985], pp. 149-150.

3 Sobre as características da casa burguesa no Porto, cf. Fernandes, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*, Porto: Faup Publicações, 1999, pp. 65-282.

e Mendonça, e mandada criar por Marquês do Pombal em 1758 no seguimento da acção desenvolvimentista da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e da reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755[4]. A expansão da cidade seguiu as tendências já indiciadas pelos núcleos existentes fora de muros e na direcção norte.

A intervenção teve quatro fases: a primeira, em que se definiu um novo eixo para a expansão da cidade, a Rua do Almada; a segunda, em que se propôs a reestruturação do centro urbano medieval; a terceira, que passou pela criação e articulação de mais eixos para a expansão radial da cidade; e a quarta fase, em que se procurou fundir o núcleo antigo e as novas áreas urbanas[5].

Após a abertura da rua do Almada, os novos eixos de expansão urbana (as ruas de Santo Ildefonso, de Santa Catarina e de Cedofeita) impulsionaram um desenvolvimento radial da cidade, articulado pelas ruas de ligação criadas entre eles. A sobreposição dos arruamentos de perfil longitudinal e rectilíneo à topografia acidentada da cidade levou a que o desenho dos quarteirões tenha resultado do traçado viário, contendo nos seus meandros uma organização mais orgânica. Mantiveram-se os lotes estreitos e compridos e as casas continuaram a associar-se em banda ao longo dos arruamentos, o que facilitava, para além da adaptação ao terreno, um desenvolvimento capitalista[6]. A unidade-base de expansão era a parcela individual regular, com uma frente de 5,5 ou 6 metros que correspondia ao vão máximo possibilitado pela capacidade técnica existente na altura. Embora não houvesse um plano para o desenho interior das casas, fazia-se o ordenamento de conjuntos de fachada de modo a conceber conjuntos unos, apesar do processo fragmentado do desenvolvimento urbano. As casas burguesas mantiveram a organização já existente nas casas do século XVII, aumentando a cércea das construções, o pé-direito e o número de aberturas nas fachadas.

4 Para o estudo da transformação urbana operada no tempo dos Almadas, cf. Ferrão, Bernardo, *op. cit.*, 1997; Gaspar Martins Pereira, "Do Porto dos Almadas ao limiar do século XX" *in* Fernandes, José A. Rio, *Geografia do Porto*, Porto: Book cover, 2020, pp. 76-89; Oliveira, J. M. Pereira de, *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento, 2007 [1973], pp. 217-283; Anni Günther Nonell, Rui Tavares, "Oporto" *in* Guàrdia, M., Monclús, F. J., Oyón, J. L. (dir.), *Atlas histórico de ciudades europeas*, Vol. 1 – Peninsula Ibérica, Barcelona: Salvat, 1994, pp. 126-153.

5 Cf. Mandroux-França, Marie-Thèrése, *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*, Porto: C. M., 1985; Ferrão, Bernardo, *op. cit.*, 1997, pp. 204-218.

6 No desenvolvimento urbano realizado pelos Almadas, fora adoptada como base a largura de 5,5 ou 6 metros para o parcelamento dos lotes. Esta regularidade permitia um desenvolvimento faseado dos lotes que apenas estivesse dependente do interesse especulativo dos proprietários, reflectindo um desenvolvimento capitalista. Cf. Teixeira, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 71; Manuel C. Teixeira, "Do entendimento da cidade à intervenção urbana: o caso das «ilhas» da cidade do Porto", *Sociedade e Território*, 2, Fevereiro 1985, p. 78.

A intensa urbanização da cidade no final do século XVIII e início do século XIX gerou um aumento populacional significativo nas freguesias outrora suburbanas, como Santo Ildefonso e Cedofeita que, entre os anos 1730 e 1780, viram a sua população aumentar 150% e 250%, respectivamente[7]. Houve necessidade de dotar estas áreas de infra-estruturas, através da construção de fontes públicas, da tentativa de instalação de iluminação pública e da criação de espaços verdes, como as alamedas das Fontaínhas e das Virtudes. A alta burguesia começou a construir quintas luxuosas na periferia urbana da cidade, sobretudo na área ocidental.

Apesar de não haver um plano desenhado de conjunto, como aconteceu noutras intervenções iluministas de que são exemplo Lisboa ou Vila Real de Santo António[8], a racionalidade que dominou a expansão Almadina proveu a estrutura urbana da cidade de uma geometrização e uma repetição tipológica que permitiram que houvesse uma regularidade morfológica, formando um conjunto simultaneamente uno e heterogéneo[9].

A primeira metade do século XIX foi uma época conturbada pelas invasões francesas, pela revolução liberal e pela guerra civil. Já na segunda metade, impulsionada pela Regeneração e consequente desenvolvimento económico, assistiu-se a uma intensa industrialização da cidade. As relações comerciais foram acentuadas pela construção de uma ponte suspensa sobre o Douro (a ponte Pênsil, aberta em 1843) que permitiu uma ligação facilitada ao sul do país. Em 1886, a ponte Luís I veio substituir a ponte Pênsil e reforçar a ligação com a parte alta da cidade. Deu-se a instalação de várias indústrias, sobretudo indústria têxtil que rapidamente se implantou de forma dispersa no território urbano correspondente às áreas de expansão da cidade, principalmente na área oriental.

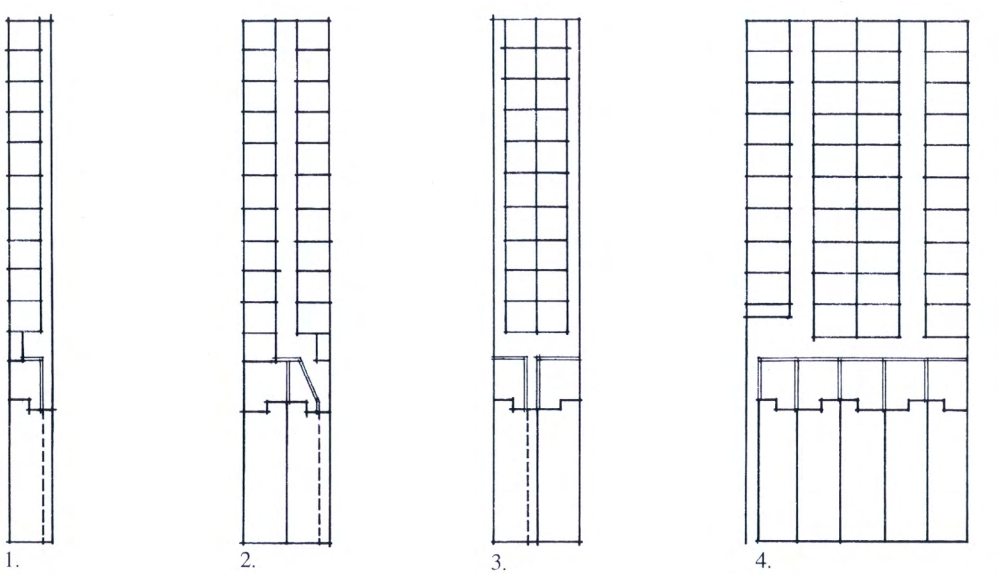
A construção das vias de caminho-de-ferro na segunda metade do século, com ligação ao norte e ao interior do país, fez do Porto uma cidade com uma localização e condição estratégica privilegiadas. O desenvolvimento industrial, cada vez mais intenso e apoiado nas grandes infra-estruturas de transportes entretanto desenvolvidas, provocou um grande afluxo de população que quase quadruplicou o número de habitantes da cidade no espaço de um século[10]. As novas indústrias

7 Ferrão, Bernardo José, *op. cit.*, 1997, pp. 212-213.

8 Para uma comparação entre as diferentes intervenções, cf. Idem.

9 À unidade criada através dos conjuntos de fachadas dos novos arruamentos, contrapunha-se a diversidade constante no interior dos quarteirões.

10 A cidade do Porto tinha 50.000 habitantes em 1820, 87.000 em 1864, 168.000 em 1890 e em 1911 contava já com 194.000 habitantes. Cf. Gros, Marielle Christine, *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Porto: Afrontamento, 1982, p. 55; Manuel C. Teixeira, *op. cit.*, Fevereiro 1985, p. 77.



↗ Esquema dos principais tipos de ilha: 1) ilha construída num único lote; 2) ilha construída em dois lotes, com corredor central; 3) ilha construída em dois lotes, com as casas dispostas no centro costas com costas e dois corredores laterais de acesso; 4) ilha construída em terrenos de maiores dimensões que correspondem a vários lotes.
© Teixeira, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p.184.

localizaram-se em áreas de fácil conexão com as linhas férreas e onde os preços dos terrenos eram mais baixos.

A instalação das indústrias nos anéis correspondentes às primeiras áreas de expansão almadina expulsou as classes mais abastadas. À medida que a alta burguesia se foi deslocando para áreas de expansão mais periféricas, a pequena burguesia, que ocupava as áreas centrais, deslocou-se para as áreas e casas outrora ocupadas pela alta burguesia. Os migrantes recém-chegados, vindos de meios rurais em busca de trabalho, começaram por se alojar no centro da cidade. Mas rapidamente se verificou uma densificação e sobreocupação do centro, já latente pelo crescimento exponencial de habitantes que se vinha a verificar.

Face à ausência de alojamento e ao desinteresse público, ou das classes abastadas, em produzir alojamento para as classes operárias, foi sobretudo a pequena burguesia que viu neste problema uma oportunidade[11]. Adequando a sua capacidade financeira às características espaciais da cidade, esta classe construiu até meados do século XIX alojamento operário no espaço de logradouro das suas casas burguesas localizadas na malha urbana almadina em decadência (após a deslocação da alta burguesia)[12], sacrificando o espaço de quintal ou jardim em prol da sua rentabilização. As *ilhas*, termo atribuído no Porto às casas operárias, na sua generalidade consistem em bandas de pequenas células habitacionais construídas nas traseiras das casas burguesas e acessíveis por um corredor que estabelece a ligação à rua através de uma passagem por baixo da casa dos proprietários. Limitadas à largura da parcela de 5,5 ou 6 metros, estas bandas de casas de um piso e com uma área de aproximadamente

11 O estudo e compreensão do processo de desenvolvimento das ilhas e das condições de procura e oferta de habitação operária no Porto oitocentista foram baseados na tese de doutoramento de Manuel C. Teixeira consultada a partir da sua versão publicada em Português, cf. Teixeira, Manuel C., *op. cit.*, 1996.

12 Embora as ilhas inicialmente tenham sido construídas na malha urbana almadina já consolidada, praticamente não existem ilhas nos principais eixos de desenvolvimento.





↖ Exemplo de uma ilha de dois pisos que ocupa vários lotes e se prolonga até à face da avenida Fernão de Magalhães, [1975].
© Arquivo Alexandre Alves Costa

16 m² (a dimensão das unidades habitacionais varia entre 9 e 25 m²) são agrupadas lado a lado no sentido longitudinal do lote e têm apenas uma frente voltada para o corredor de acesso que tem 1,5 ou 2 metros de largura. As casas são compostas por um espaço de sala, uma alcova e uma cozinha iluminados por uma porta e uma janela, tendo por vezes um quarto no sótão acessível através de uma escada íngreme. O corredor é utilizado pelos moradores como extensão do espaço doméstico de pequenas dimensões. As latrinas comuns normalmente são colocadas ao fundo da ilha. A grande densidade de ocupação fazia das ilhas locais de grande insalubridade, sobretudo pela fraca insolação e ventilação das casas (apenas a partir do corredor) e pela falta de saneamento (para além da inexistência de rede de esgotos, os chuveiros e retretes colectivos, quando existentes, eram escassos e com más condições).

Na segunda metade do século XIX o modelo de construção da ilha foi repetido em áreas que ainda estavam a ser urbanizadas, constituindo, frequentemente, um factor de urbanização nos terrenos que não eram apetecíveis pelas classes abastadas (quer pela desvalorização daquelas áreas devido à localização de indústrias nas imediações, quer pelas características topográficas dos terrenos). Enquanto empreendimentos planeados, a construção em simultâneo da casa da frente de rua e da ilha (ou até da própria rua) permitiu a realização de alguns ajustamentos. Quando as ilhas ocupam apenas um lote, a estrutura é mantida, mas, na fachada para a rua, a entrada para a casa principal é diferenciada da entrada exclusiva de acesso à ilha. Existem situações em que as casas não ocupam a largura total do lote, libertando uma entrada lateral descoberta para o acesso à ilha localizada nas traseiras. A perda de área da casa é compensada pela desvinculação ao alojamento operário. Nos casos em que ocupam dois lotes, as ilhas organizam-se, por norma, em duas fileiras de casas encostadas aos muros limítrofes e são acessíveis através de um corredor central cuja largura pode atingir 4 metros. Quando as duas fileiras de casas são colocadas no espaço central dos lotes, dispostas costas com costas, estas são acessíveis por dois corredores mais estreitos (por vezes com apenas 1 metro de largura) localizados

junto aos muros limítrofes do lote. Muitas vezes, essas casas de ilha têm dois pisos ou correspondem à sobreposição de duas casas, como é o exemplo de uma rua na Avenida Fernão de Magalhães em que o acesso ao piso superior é feito através de uma galeria. Nalguns casos as ilhas prolongam-se até à face da rua, podendo corresponder a um ou dois lotes, e as células habitacionais contíguas à rua dispõem de aberturas também para esse lado. Existem ainda casos de ilhas construídas em terrenos que não tinham os mesmos constrangimentos espaciais, mas onde se implantou o mesmo modelo. A racionalidade das ilhas permitia uma ocupação intensiva do terreno e a redução dos custos de urbanização, o que levou a que esta solução fosse repetida em terrenos de maiores dimensões, como é o caso dos bairros Herculano, do Vilar e da Bela Vista[13]. Nos bairros de maiores dimensões por vezes eram instalados equipamentos comuns, como lavadouros.

O modelo da ilha correspondeu, assim, tanto às possibilidades de investimento económico dos pequenos comerciantes e industriais, como aos escassos recursos da classe laboriosa (apesar de, ainda assim, as rendas praticadas serem excessivamente elevadas para os salários obtidos)[14]. Perante a urgência em encontrar soluções de alojamento para a classe operária, estes empreendimentos de pequena escala davam garantias de rentabilidade graças à ocupação intensiva do terreno e aos baixos custos de construção. Quando os investidores procuraram criar condições melhores de habitabilidade, aumentando as áreas das casas e a qualidade da construção, o encarecimento do empreendimento implicou a subida das rendas, tornando estes espaços inacessíveis ao operariado e pouco atraentes para os grupos sociais intermédios. Os investidores tiveram de baixar o valor das rendas de modo a torná-las comportáveis para a classe operária, o que conduziu ao seu próprio endividamento, acabando as casas por serem divididas para albergar duas famílias ou ocupadas por algumas famílias da pequena burguesia.[15]

As ilhas generalizaram-se na cidade e, tal como o nome indica, permaneceram isoladas e invisíveis desde a rua, ocultando a miséria e a extrema precariedade das condições habitacionais do operariado. Ainda que frequentemente fossem focos de doenças (como os inúmeros casos de tuberculose que afectaram a cidade e

13 Sobre estes bairros ver, neste documento, os capítulos dedicados às operações SAAL das Fontaínhas, do Vilar e da Bela Vista, respectivamente. Para um conhecimento mais aprofundado sobre o processo de desenvolvimento de cada um deles, cf. Teixeira, Manuel C., *op. cit.*, 1996, pp. 293-401.

14 Correspondia ainda às condições impostas pela burguesia industrial, que assegurava a sua sobrevivência através do pagamento de salários baixos aos operários. Cf. Manuel C. Teixeira, *op. cit.*, Fevereiro 1985, p. 81.

15 São exemplo desta situação o bairro do Vilar e o bairro Herculano que, pela dimensão do empreendimento e pela necessidade de recurso a crédito, conduziram os investidores ao endividamento. Cf. Teixeira, Manuel C., *op. cit.*, 1996, pp. 293-368.

mataram, sobretudo, habitantes das ilhas), e que vários higienistas, como Ricardo Jorge, alertassem para os graves problemas de salubridade e higiene públicas, a Câmara fechava os olhos ao que se passava nas traseiras das casas. O problema só foi considerado quando um surto de peste bubónica se alastrou a toda a cidade e, em 1899, a Junta Médica do Porto se viu forçada a decretar quarentena à cidade durante aproximadamente 6 meses. Nesse ano, cerca de um terço da população da cidade do Porto vivia em ilhas[16]. Esta situação levou a que a Câmara tenha empreendido acções de fiscalização para um melhor controlo das condições sanitárias na cidade quando, até ao momento, não existia qualquer regulamentação para as construções realizadas no interior dos quarteirões (regulamentando-se apenas as fachadas[17]). As ilhas aparecem, pela primeira vez, representadas no levantamento cartográfico da cidade de 1892 coordenado por Teles Ferreira.

As preocupações higienistas tornaram-se por demais inadiáveis. Realizaram-se vários inquéritos[18] que davam conta das situações vividas nos interiores dos quarteirões, e a Câmara viu-se obrigada a acompanhar e a legislar sobre as construções que se realizavam 5 metros para lá da rua e a proibir a construção de ilhas. Apesar dessa regulamentação, as ilhas continuaram a ser construídas clandestinamente[19], embora a menor ritmo, já que se tratava de um tipo de investimento mais compensatório do que, por exemplo, a construção de casas burguesas[20]. Manuel Teixeira conclui o seu estudo sobre as ilhas referindo que a indústria, ainda que tenha sido "a força dominante na definição da imagem da cidade e na estruturação espacial do Porto no século XIX", não foi o sector dominante da economia da cidade, mas sim os sectores comercial e financeiro, o que de algum modo explica que não tenha havido uma modernização cultural da cidade propiciada pela sua industrialização e que, pelo contrário, se tenha conservado uma certa ruralidade, reforçada pela cultura rural trazida pelos migrantes que vieram trabalhar para a cidade[21].

16 Gaspar Pereira, Maria Serén, "O Porto Oitocentista" *in* Ramos, Luís A. de Oliveira (dir.), *História do Porto*, Porto: Porto Editora, 1994, p. 396.

17 "A mesma Câmara que não se preocupava com o que se construía atrás das casas e que, na prática, *só* regulamentava fachadas, procurou ao longo da segunda metade do século XIX, não sem muita polémica pelo meio, esquecer as suas entranhas e não ter em conta o que lá se passava." Virgílio Borges Pereira, "Uma imensa espera de concretizações. Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto", *Sociologia, Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 13, 2003, p. 141.

18 Entre os quais, os inquéritos: "Demografia e Higiene na Cidade do Porto" de 1899 elaborado por Ricardo Jorge, "Insalubridade do Porto" de Álvaro Cândido Furtado Antas em 1902, "Tuberculose e habitação no Porto" do Dr. A. de Almeida Garrett em 1913-14, "Contribuição para o Estudo da Higiene do Porto" de António Gomes Ferreira de Lemos em 1914. Cf. Gros, Marielle Christine, *op. cit.*, 1982, p. 170.

19 Cf. Virgílio Borges Pereira, *op. cit.*, 2003, p. 142.

20 Cf. Teixeira, Manuel C., *op. cit.*, 1996, pp. 379-380.

21 Idem, pp. 403-426.

1.2. POLÍTICAS DE HABITAÇÃO IMPLEMENTADAS ATÉ 1974

Os problemas habitacionais começaram a ser perspectivados sob uma concepção filantrópica. Na ausência de uma mobilização estatal, o jornal *O Comércio do Porto* destacou-se por tomar em mãos o fomento de bairros operários. Na forma de parceria público-privada, o jornal construiu, com o auxílio do Município através da disponibilização de terrenos, 95 casas em três bairros[22]. Foram construídos o bairro de Monte Pedral (1899-1905), com projecto do arquitecto Marques da Silva[23], o bairro de Lordelo do Ouro, projectado pelo encarregado de obras Manuel Fortunato Mota (iniciado em 1903)[24], e o bairro do Bonfim (Antas), com projecto de Manuel Fortunato Mota e do engenheiro Joaquim Gaudêncio Pacheco (iniciado em 1901)[25]. Esta iniciativa reflecte uma perspectiva moralista na construção de casas, com base em critérios de economia, higiene e também de regulação social. As habitações eram atribuídas como prémio ao bom desempenho de alguns operários, criando a possibilidade de virem a tornar-se pequenos proprietários.[26] Os bairros estavam

22 Manuel Teixeira faz referência a um total de cinco bairros construídos no Porto no âmbito desta iniciativa. Porém, através da consulta de outras fontes, não se incluíram a Colónia Operária na Foz do Douro (composta por 8 habitações em banda e iniciada em 1901), deduzindo que se trata de um equívoco e confusão com a colónia operária construída pela Câmara no final dos anos 1920, nem o bairro de Serpa Pinto (composto por 26 casas construídas em 1904), imaginando que se trate do bairro de Monte Pedral e que, por equívoco, esteja repetido. Cf. Teixeira, Manuel C., *op. cit.*, 1996, pp. 495-497; "MU: Colónia Operária da Foz do Douro/Bairro do Mercado" *in* Ramos [et al.], *Mapping Public Housing Research Project Database*, disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a413&script=GOficha, consultado a 17 Abril 2021.

23 Embora o projecto para este bairro tenha sido elaborado pelo arquitecto Marques da Silva, este apenas coordenou a primeira fase de construção correspondente a 14 casas, enquanto as 12 casas construídas na segunda fase foram realizadas pela Câmara Municipal do Porto, eventualmente elaboradas pelo arquitecto Tomás Pereira Lopes. Para um conhecimento mais aprofundado sobre este bairro, cf. Eliseu Gonçalves, "O Bairro do Monte Pedral e o alojamento operário em 1900" *in* Ramos, Rui (coord.), *Leituras de Marques da Silva*, Porto: FIMS, 2011, pp. 100-109; Eliseu Gonçalves, Rui Ramos, "Primeiras propostas de habitação operária no Porto: a casa unifamiliar, o carré Mulhousien e a *cité-jardin*", *Ciudades: Revista del Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid*, 19, 2016, pp. 77-98; Gonçalves, Eliseu, *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933: a prática de uma arquitectura* económica, saudável e cómoda *nas vésperas do moderno*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2014, pp. 257-264, 409-410; José Lopes Cordeiro, "O bairro do Monte Pedral", Público, 23 Maio 1999, disponível em: https://www.publico.pt/1999/05/23/jornal/o-bairro-do-monte-pedral-133935, consultado a 17 Abril 2021.

24 O bairro corresponde à construção de 29 casas em banda. Cf. Eliseu Gonçalves, "Alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: Da casa familiar ao bloco comunitário" *in* Pereira, Virgílio Borges (org.), *A habitação social na transformação da cidade: Sobre a génese e efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956*, Porto: Afrontamento, 2016, pp. 9-20; Gonçalves, Eliseu, *op. cit.*, 2014, pp. 411-412.

25 O bairro, composto por 40 fogos, incluía três tipos de habitação diferentes: dois tipos de habitações em banda, desenhados pelo encarregado de obras Manuel Fortunato Mota, e um tipo de habitações reunidas em grupos de quatro projectado pelo engenheiro Joaquim Gaudêncio Pacheco que se assemelhava às casas projectadas pelo arquitecto Marques da Silva para o bairro do Monte Pedral. Cf. José Lopes Cordeiro, "Os bairros d' «O Comércio do Porto»", *Público*, 16 Julho 2000, disponível em: https://www.publico.pt/2000/07/16/jornal/os-bairros-d-o-comercio-do-porto-146522, consultado a 17 Abril 2021; Gonçalves, Eliseu, *op. cit.*, 2014, pp. 251-256, 413-414.

26 Sobre este assunto, cf. Eliseu Gonçalves, *op. cit.*, 2011, pp. 100-109.





↑ Fotografias do bairro de Lordelo do Ouro, anos 1970.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

localizados em áreas periféricas da cidade à data e formavam conjuntos de baixa densidade, com base na repetição de unidades habitacionais mínimas por simetria (simples ou dupla) e segundo uma arquitectura de inspiração rural[27].

Com a implementação da República, criou-se a lei do inquilinato e tentou-se incentivar a construção de habitações de boa qualidade para o operariado através de iniciativa privada, tentativa que se viu gorada perante a falta de rentabilidade de investimentos deste cariz. Só após 1918, com Sidónio Pais, é que se construiu o primeiro bairro social no Porto, o bairro Sidónio Pais, ou bairro da Arrábida, inaugurado em 1918[28]. Sob iniciativa municipal, construíram-se também quatro colónias operárias entre 1915 e 1919, num total de 296 casas: a colónia Antero de Quental (32 casas) nas Antas, a colónia Estêvão de Vasconcelos (116 casas) na Prelada, a colónia Dr. Manuel Laranjeira (84 casas) em Paranhos, e a colónia Viterbo Campos (64 casas) na Arrábida[29]. As casas respondiam à formulação de uma casa condigna com o mínimo de custos possível. Baseadas nas experiências realizadas pelo jornal *O Comércio do Porto*, as colónias não reflectiam uma preocupação de integração urbana, mas a organização de um conjunto residencial uno em si mesmo. O termo colónia,

27 Cf. Tavares, Domingos, *António Correia da Silva: Arquitecto Municipal*, Porto: Dafne, 2016, pp. 58-77; Eliseu Gonçalves, op. cit., 2016, pp. 9-20.

28 Apesar de em 1918 apenas terem sido construídas 35 casas das 100 previstas, refere-se a conclusão da construção da sua totalidade em 1930. Cf. Matos, Fátima, "Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956", *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3.ª), p. 685; Eliseu Gonçalves, "A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933)" *in* Agarez, Ricardo, *Habitação: Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*, Lisboa: IHRU, 2018, p. 58; Gonçalves, Eliseu, *op. cit.*, 2014, pp. 337-342, 415-416.

29 Perante informações variáveis consoante as fontes bibliográficas consultadas, e embora haja indícios de que a construção das colónias se tenha prolongado no tempo (para lá de 1919, possivelmente até aos anos 1930), consideraram-se os dados apresentados por Domingos Tavares no texto "Colónias Operárias", cf. Tavares, Domingos, *op. cit.*, 2016, pp. 58-77. Domingos Tavares não inclui neste conjunto a colónia operária da Foz do Douro, também denominada de bairro do Mercado e correspondente a uma banda de casas com 8 fogos, construída entre 1928 e 1929, e que é mencionada por outros autores. Cf. José Lopes Cordeiro, "O plano do senhor Stéphankévitch", Público, 23 Julho 2000, disponível em: https://www.publico.pt/2000/07/23/jornal/o-plano-do-senhor-stephankevitch-146788, consultado a 17 Abril 2021; "MU: Colónia Operária da Foz do Douro/Bairro do Mercado", disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a413&script=GOficha, consultado a 17 Abril 2021; Gonçalves, Eliseu, *op. cit.*, 2014, pp. 631-632.





↑ Fotografias da colónia Viterbo Campos e do bairro Sidónio Pais, anos 1970.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

como refere Domingos Tavares, promovia a ideia de "coesão de grupo na defesa de direitos"[30]. Mas essa designação denotava também o pensamento reformista e higienista[31] já subjacente ao modelo seguido[32]. O número de casas realizado foi extremamente reduzido tendo em conta as necessidades existentes, e a população insolvente continuou a ocupar as ilhas.

Alguns industriais também construíram bairros para os seus trabalhadores, junto das fábricas. Ainda na segunda metade do século XIX, foram os casos da Fábrica de Fiação de Salgueiros[33], da Fábrica Social da Fontinha[34] e da Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto[35]. Em 1921, a Fábrica Azevedo, Soares & Companhia também promoveu a construção de 48 casas na Areosa[36]. Apresentando apenas ligeiras melhorias em relação às condições habitacionais das ilhas, e assemelhando-se bastante a estas, estes bairros eram destinados a operários com bom comportamento e permitiam exercer um duplo controlo sobre eles, pela ligação da habitação ao trabalho. Essa dupla forma de controlo foi clara quando, em épocas de forte

30 Tavares, Domingos, *op. cit.*, 2016, p. 61.

31 Cf. Topalov, Christian [et al.] (dir.), *L'Aventure des Mots de la Ville*, Paris: Robert Laffont, 2010, pp. 334-338. Sobre a utilização da designação "colónia operária", cf. Lameira, Gisela; Rocha, Luciana, *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)*, Porto: FAUP, 2019, pp. 109-111.

32 Este modelo de conjuntos habitacionais económicos, homogéneos, compostos por casas unifamiliares e localizados em áreas periféricas da cidade tinha implícito o controlo das práticas quotidianas e a reforma do espaço doméstico, a favor da saúde pública, promovendo um modo de vida ligado à modernidade. Sobre os vários conjuntos de habitação popular construídos no Porto entre 1899 e 1933, cf. Gonçalves, Eliseu, *op. cit.*, 2014.

33 Cf. "FI: Bairro da Fábrica de Salgueiros", disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a487&script=GOficha, consultado a 17 Abril 2021.

34 Cf. Teixeira, Manuel C., *op. cit.*, 1996, pp. 275-279; "FI: Bairro da Fábrica Social da Fontinha", disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a475&script=GOficha, consultado a 17 Abril 2021.

35 Cf. "FI: Bairro da Fábrica Jacinto", disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a289&script=GOficha, consultado a 17 Abril 2021.

36 Cf. Gonçalves, Eliseu, *op. cit.*, 2014, pp. 417-418; "FI: Bairro da Fábrica da Areosa" *in* Ramos [et al.], *op. cit.*, disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a275&script=GOficha, consultado a 17 Abril 2021.





↑ Fotografias do bairro de casas económicas das Condominhas, anos 1970. © Arquivo Alexandre Alves Costa

movimentação sindical, a movimentação dos trabalhadores desta fábrica foi mínima e não houve registo de greves[37].

A intervenção habitacional realizada durante a Primeira República foi bastante escassa e pouco eficaz na procura de uma solução para o problema das condições de alojamento das ilhas ou dos casos de sub-aluguer de casas. Com o Estado Novo, lançou-se, logo em 1933, o Programa das Casas Económicas, entendido como um dos eixos de acção fundamentais da ditadura[38]. Tratava-se de um programa ideológico (e também económico), marcado pela defesa da casa individual com jardim e da transformação dos habitantes em pequenos proprietários, numa perspectiva pastoral e moralizadora que premiava grupos familiares com base na sustentabilidade da dívida (à qual ficavam presos) e submetia-os a uma avaliação de conduta. Contudo, não se estava perante casas destinadas a habitantes das ilhas, mas sim a grupos sociais que pertenciam a corporações dependentes do Estado, como forma de premiar e manter a sua lealdade ao regime[39]. Entre 1935 e 1965 este programa construiu 2.378 fogos, num total de 12 realizações na cidade do Porto[40].

37 Costa, Alexandre Alves [et al.], "SAAL/Norte: Balanço de uma experiência", *Cidade/Campo*, 2, 1979, p. 16.

38 Sobre o programa de casas económicas, cf., por exemplo, Pereira, Virgílio Borges; Queirós, João, *Na "Modesta Cidadezinha": Génese e estruturação de um bairro de casas económicas do Porto (Amial, 1938-2010)*, Porto: Afrontamento, 2013; V. B. Pereira, J. Queirós, S. D. Silva, T. Lemos, "Casas económicas e casas desmontáveis: génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo" *in* Agarez, Ricardo (coord.), *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal*, Lisboa: IHRU, 2018, pp. 82-117; Gros, Marielle Christine, *op. cit.*, 1982: Matos, Fátima, *A habitação no grande Porto: uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*, Porto: Tese de Doutoramento, FLUP, 2001.

39 Cf. Pereira, Virgílio Borges; Queirós, João, *op. cit.*, 2013, pp. 19-21.

40 No âmbito do Programa das Casas Económicas, foram construídos no Porto os bairros: Ilhéu (Campanhã, 1935), Condominhas (Lordelo do Ouro, 1937), Azenha (Paranhos, 1.ª fase concluída em 1937 e a 2.ª em 1940), Paranhos (1.ª fase concluída em 1938 e a 2.ª em 1940), Amial (Paranhos, 1.ª fase concluída em 1938 e a 2.ª em 1958), Ramalde (1.ª fase concluída em 1939 e a 2.ª em 1940), S. Roque da Lameira (Campanhã, 1.ª fase concluída em 1941 e a 2.ª em 1943), Costa Cabral (Campanhã, 1942), Marechal Gomes da Costa (Lordelo do Ouro, 1950), Vilarinha (Ramalde, 1958), António Aroso (Aldoar, 1958) e Viso (Ramalde, 1965). Cf. Idem.





↑ Fotografias do bloco Duque de Saldanha, anos 1970.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Com a tomada de posse de Mendes Correia na presidência da Câmara Municipal em 1936, lançaram-se bases para uma acção no domínio da habitação das classes insolventes. O trabalho de inquérito geral às ilhas realizado entre 1938 e 1939 dava conta da existência de 1.153 ilhas (abrangendo quase 14.000 casas)[41], para as quais quase nada tinha sido feito no sentido de melhorar as condições habitacionais e de salubridade. Segundo Azeredo Antas e Manuel Monterroso, a Câmara pouco tinha feito em termos de instalação de redes de esgotos já que, perante a situação anti-higiénica da quase totalidade das ilhas, a realização de obras nalguns casos legitimaria situações que não tinham qualquer viabilidade[42]. Ainda assim, após o inquérito adoptou-se uma campanha de salubrização das ilhas fundada no critério de demolir uma em cada três casas de ilha para melhorar as condições de iluminação e ventilação e facilitar a instalação de redes de infra-estruturas. Nos casos em que as ilhas não pudessem ser melhoradas, construir-se-iam blocos de habitação para o realojamento desses habitantes. Mas a campanha principiou sem que a Câmara tivesse providenciado medidas de apoio e soluções de alojamento para as pessoas a deslocar, o que agravou a situação habitacional noutras áreas da cidade e conduziu à suspensão deste programa[43].

Planeado como edifício de realojamento temporário nas imediações das ilhas a demolir, o Bloco Duque de Saldanha (com 115 habitações) foi o único construído de um conjunto de edifícios de habitação plurifamiliar projectados para o mesmo efeito[44]. Contudo, durante a sua construção (1938-1940) gerou-se um desacordo entre

41 Câmara Municipal do Porto, *Plano de salubrização das «ilhas» do Porto*, Porto: C.M., 1956, p. 6.

42 Antas, A. Azeredo; Monterroso, Manuel, *A salubridade habitacional no Pôrto (1929-1933)*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1934, p. 16.

43 Câmara Municipal do Porto, *op. cit*, 1956, pp. 7-8.

44 A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Câmara Municipal do Porto colaboraram durante um breve período no desenho de bairros de habitação plurifamiliar para realojar os habitantes das ilhas demolidas, implantados no mesmo local ou nas suas imediações. Um dos projectos é da autoria de Joaquim Madureira e Amoroso Lopes, que propunha a inserção de 4 blocos na estrutura do quarteirão norte da Rua de S. Vítor, utilizando soluções tipológicas inovadoras, uma arquitectura moderna e a construção de edifícios de 4 pisos segundo uma morfologia que se distinguia do loteamento característico da cidade, apesar de se tratar de

o município e o governo sobre o modelo de edifício a realizar. O governo defendia a solução da casa unifamiliar como mais próxima do programa ideológico que vinha sustentando, enquanto o município procurava encontrar uma forma mais expedita e eficaz de produzir alojamento. O bloco Duque de Saldanha – um conjunto de habitação plurifamiliar com distribuição por galeria de grande profundidade e formado por dois blocos, um bloco em forma de "U" organizado em torno a um pátio que é acedido a partir da grande abertura do segundo bloco disposto à face da Rua Duque de Saldanha – gerou uma grande polémica por se opor à ideologia do governo e por se assemelhar, segundo opiniões da época, ao Karl Marx-Hof (1927-30)[45], a mais emblemática das realizações do programa habitacional da Viena Vermelha (1919-1934). Foi o facto de ter sido concebido como realojamento temporário que viabilizou, ainda assim, a sua construção.

A população da cidade continuou a aumentar e o município empreendeu alguns bairros de carácter menos transitório destinados às classes insolventes. O bairro de habitações populares de Rebordões, em S. João de Deus, marcou a retoma das directrizes do governo com a construção de 144 casas unifamiliares em 1944[46]. Noutros bairros também se optou pela utilização de casas unifamiliares, como as casas construídas no bairro de S. Vicente de Paulo, entre 1945 e 1946, ao abrigo do programa de casas desmontáveis[47], e no bairro Rainha D. Leonor, entre 1952 e 1953, ao abrigo do programa de casas para famílias pobres[48], que consistiam numa versão mais económica do programa estatal das casas económicas[49]. Mas as dificuldades

uma solução de continuidade urbana ao nível da rua. Cf. Eliseu Gonçalves, *op. cit.*, 2016, pp. 16-17; Gonçalves, Eliseu, *op. cit.*, 2014, pp. 343-358; Mendes, Manuel, *(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*, Porto: Faup Publicações, 2001, pp. 242-249.

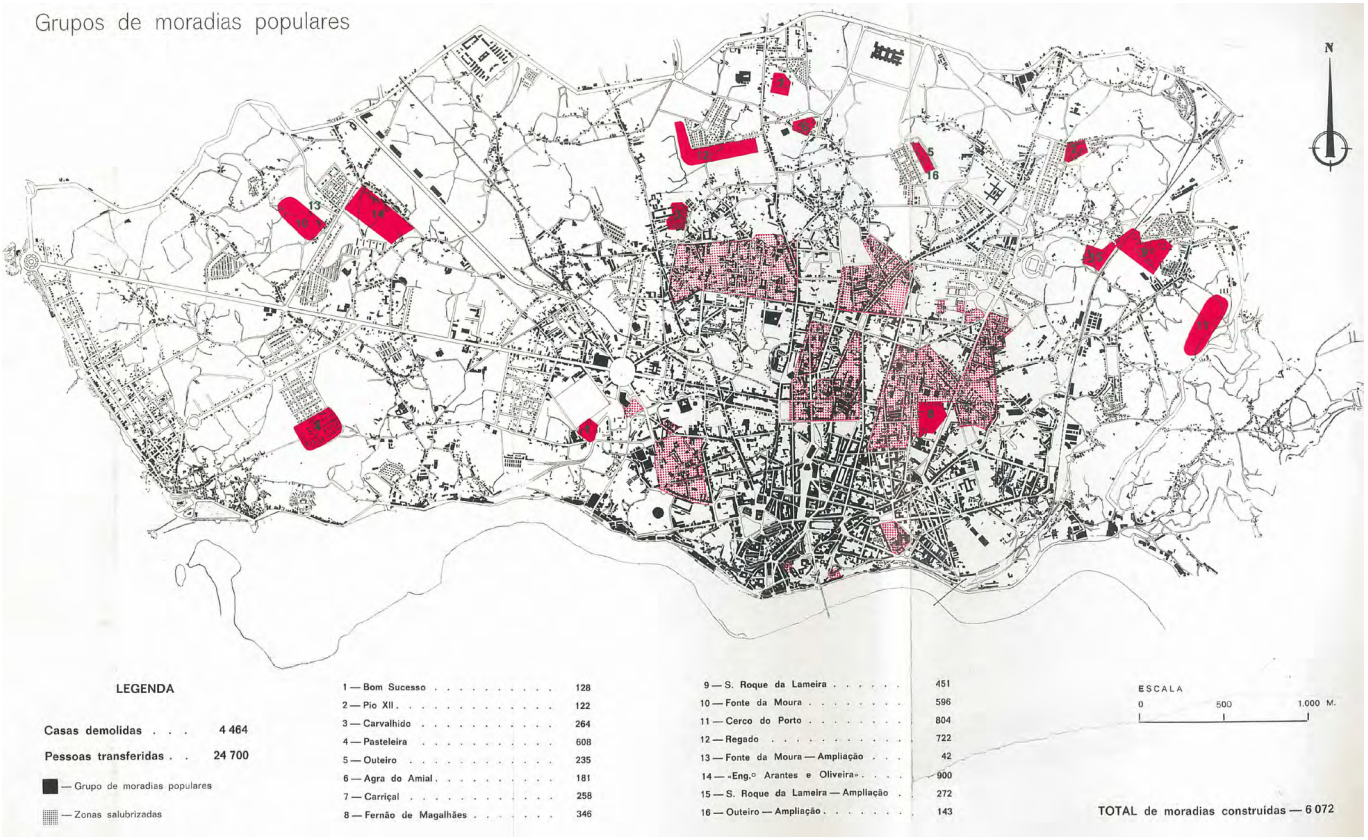
45 "«Tomei também como presidente da Câmara Municipal do Porto, a iniciativa da construção de dois bairros municipais de casas económicas. E promovi a construção de um bloco de cento e quinze moradias, que foi, com grande injustiça, apelidado de bloco Karl Marx, porque se supunha que ele tinha muito de parecido com um bloco de habitações do mesmo nome em Viena, bloco que se tornou célebre na história dos conflitos sociais dos últimos tempos», declarava Mendes Correia (…). / Mendes Correia referia-se obviamente ao Karl Marx-Hof (1927-30), o complexo residencial edificado em Viena segundo um projecto de Karl Ehn. / (…) na sua forma, o Hof é simbolicamente o monumento à 'força de trabalho', pólo de auto-organização operária." Mendes, Manuel, "«Karl-Marx», off", *Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erostismo*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2010, pp. 383-384.

46 Sobre o processo do Bairro de Rebordões em S. João de Deus, cf. Pedro Bismarck, "Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto" *in* Cepeda, André; Costa, Nuno Brandão, *São João de Deus*, Porto: Dafne, 2018, pp. 23-27.

47 "CD: Aglomerado de casas para pobres da Corujeira/Bairro S. Vicente de Paulo", disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a555&script=GOficha, consultado a 18 Abril 2021.

48 "CFP: Bairro de casas para famílias pobres Rainha D. Leonor/Bairro das Sobreiras (fase 1)", disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a195&script=GOficha, consultado a 18 Abril 2021.

49 "O Decreto Lei n.o 34486, de 6 de abril de 1945, determina o fim não oficial das «casas desmontáveis», sendo a terminologia abandonada por uma mais abrangente — «casas para famílias pobres» —, que permitirá a câmaras municipais e a outras entidades o recurso a soluções tradicionais de construção, sem que, todavia, seja abandonada uma ideia de «transição», até que os habitantes possam aspirar às «habitações definitivas», que seriam, ainda e sempre, as «casas económicas»." Virgílio Borges Pereira [et al.], "Casas económicas



↑ Planta com os bairros construídos na primeira fase do Plano de Melhoramentos.
© Câmara Municipal do Porto, *Plano de melhoramentos: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966, [s.p.].

no controlo de custos levaram ao ensaio da solução em bloco, entre 1950 e 1951, com a construção de blocos de três pisos com acesso por galeria na segunda fase do bairro de S. Vicente de Paulo[50]. Também nos bairros da Rainha D. Leonor, de Pereiró e de S. João de Deus se construíram blocos de habitação entre 1955 e 1956 (com excepção do bairro das Condominhas, com a instalação de pré-fabricados em 1955)[51], adoptando a solução de distribuição em galeria. Nesta altura, já José Machado Vaz, presidente da Câmara do Porto entre 1953 e 1962, defendia abertamente a preferência pela construção em altura moderada, com blocos de três a quatro pisos, devido à economia da construção e de ocupação do solo[52]. As questões económicas sobrepunham-se a considerações de carácter ideológico.

O *Plano de salubrização das «ilhas» do Porto* de 1956 fazia um balanço das experiências realizadas anteriormente, propondo duas vias de intervenção para o problema habitacional das ilhas que permanecia[53]: a recuperação e salubrização das ilhas,

e casas desmontáveis: génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo" *in* Agarez, Ricardo, *Habitação: Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*, Lisboa: IHRU, 2018, p. 109.

50 "CFP: Bairro de casas para famílias pobres da Corujeira/S. Vicente de Paulo", disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a552&script=GOficha, consultado a 18 Abril 2021.

51 Cf. João Queirós, "O «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956: Enquadramento político-social e elenco de realizações" *in* Pereira, Virgílio Borges (org.), *A habitação social na transformação da cidade: Sobre a génese e efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956*, Porto: Afrontamento, 2016, p. 48.

52 Cf. Câmara Municipal do Porto, *op. cit.*, 1956.

53 Estimava-se que houvesse à data cerca de 1.000 ilhas, num total de 12.000 casas. Cf. Idem, p. 7.





↑ Fotografias do bairro do Cerco do Porto (1961-63) e do bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres (1965-70), ambos construídos no âmbito do Plano de Melhoramentos, anos 1970.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

e a construção de blocos de habitação plurifamiliar para realojar os moradores a deslocar. A proposta de salubrização das ilhas seguia a campanha implementada em 1940 e que tinha por base a demolição de casas de ilha, de modo a que cada casa ficasse com duas frentes para insolação e ventilação. Mas para obedecer a critérios minimamente aceitáveis quanto às áreas habitacionais, propunha também a junção de duas casas de ilha numa só. A implementação desta estratégia criava a necessidade de construção de 6.000 casas[54], dando origem ao Plano de Melhoramentos que previa a construção desse número de casas no prazo de 10 anos.

Um plano desta dimensão requeria uma racionalização dos custos muito apertada. Alegando a impossibilidade de obter valores aceitáveis de ocupação do solo através do realojamento dos moradores nas imediações das ilhas ocupadas, propôs-se a construção na periferia da cidade, aplicando os conhecimentos adquiridos com a construção de blocos de altura moderada nos anos que antecederam o plano. Dava-se indicação para se reduzirem as superfícies de utilidade comum de modo a atenuar situações de promiscuidade[55], e para se obter a máxima qualidade e higiene possível com a aplicação de critérios económicos exigentes.

O Plano de Melhoramentos cumpriu o seu desígnio: em 1966 estava concluída a construção de 6.072 fogos em 14 bairros; para tal, tinham-se demolido 4.464 casas e transferido 24.700 pessoas[56]. Se, por um lado, esta foi a intervenção estatal mais

54 Este valor é considerado como valor intermédio entre 4.000 casas, caso apenas se demolissem casas de ilha, ou 7.800 casas, unindo casas de ilha numa só. Cf. Idem, pp. 7-10.

55 Câmara Municipal do Porto, *op. cit*, 1956, p. 22.

56 Na primeira fase do Plano de Melhoramentos, entre 1956 e 1966, foram construídos os seguintes bairros: Bom Sucesso (1956-58, 128 fogos); Pio XII (1957-58, 122 fogos), Carvalhido (1957-58, 264 fogos), Pasteleira (1958-60, 608 fogos), Outeiro (1ª fase em 1958-60, 235 fogos; 2ª fase em 1964-66, 143 fogos), Agra do Amial (1958-61, 181 fogos), Carriçal (1959-61, 258 fogos), Fernão de Magalhães (1959-62, 346 fogos), S. Roque da Lameira (1959-62, 451 fogos), Fonte da Moura (1ª fase em 1960-62, 596 fogos; 2ª fase em 1962-64, 42 fogos), Cerco do Porto (1961-63, 804 fogos), Regado (1962-64, 722 fogos), Eng.º Arantes e Oliveira (Campinas) (1963-65, 900 fogos) e Eng.º Machado Vaz (S. Roque da Lameira) (1963-65, 272 fogos). Cf. Câmara Municipal do Porto, *Plano de melhoramentos: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966; João Queirós, *op. cit.*, 2016, p. 54.

consistente na tentativa de melhorar as condições habitacionais dos moradores das ilhas, com uma resposta pioneira ao problema habitacional, por outro lado, as soluções habitacionais criadas eram baseadas em edifícios-tipo cujo objectivo era o menor custo possível, não considerando os estudos desenvolvidos em Portugal em matéria de habitação[57], nem as várias experiências desenvolvidas no estrangeiro, como era o caso do Ina-Casa[58]. Nuno Portas, que tinha elaborado o seu CODA sobre a procura de uma metodologia de análise e projecto de habitação social[59], escreveu com Bartolomeu Costa Cabral dois artigos na revista *Arquitectura* em que davam conta dos problemas relacionados com as limitações das soluções adoptadas nas intervenções do Plano de Melhoramentos[60]. Limitações que não se verificavam em programas paralelos (mas não direccionados para os moradores das ilhas), como a actividade experimental das Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência, sob coordenação de Nuno Teotónio Pereira, que no Porto apenas teve a realização do bairro de Ramalde, com projecto de Fernando Távora (1952-60)[61], e do conjunto no sector poente do bairro da Pasteleira, com projecto de João Serôdio, Luís Almeida d'Eça e Rui Paixão (1966-72)[62].

57 Referem-se, por exemplo, os estudos elaborados no LNEC com a entrada de Nuno Portas. Sobre este assunto, cf., por exemplo, Tiago Lopes Dias, "A precedent of SAAL: the National Laboratory for Civil Engineering's housing research program in the 1960s" *in 74-14 SAAL and Architecture. Book of proceedings*, Porto/Coimbra: e|d|arq, CES, Serralves, 2016, pp. 85-92; Carvalho, Mariana, *Investigação em arquitectura: o contributo de Nuno Portas no LNEC 1963-1974*, Coimbra: Dissertação de Mestrado Integrado, FCTUC, 2012.

58 O Ina-Casa foi um programa habitacional público implementado em Itália a partir de 1949, após a segunda guerra mundial, no qual participaram arquitectos como Mario Ridolfi, Ludovico Quaroni, Franco Albini, Ignazio Gardella, entre outros. Este programa surgiu como resposta às necessidades de alojamento das classes mais desfavorecidas e a uma profunda crise na indústria da construção. Os cerca de 355.000 fogos realizados denotam o ensaio de novas tipologias que procuravam conferir um carácter coletivo à habitação dita social, procurando atender à complexidade do quotidiano contra uma versão tipificada e racionalizada desenvolvida no período precedente. Sobre o programa Ina-Casa, cf., por exemplo, Biagi, Paola Di (org.), *La grande ricostruzione: il piano Ina-Casa e l'Italia degli anni cinquanta*, Rome: Donzelli editore, 2010 [2001]; Pilat, Stephanie Zeier, *Reconstructing Italy: The Ina-Casa neighborhoods of the postwar era*, London/New York: Routledge, 2016 [2014].

59 O CODA, ou Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto, elaborado por Nuno Portas intitulava-se "A Habitação Social: Proposta para a metodologia da sua arquitectura". Cf. Portas, Nuno, *A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura*, Porto: Faup Publicações, 2004.

60 Cf. Nuno Portas, Bartolomeu Costa Cabral, "Uma realização da Câmara Municipal do Porto: O conjunto habitacional da Pasteleira. Notas em torno das realizações portuenses" e "A política habitacional da Câmara Municipal do Porto e o problema das «ilhas»", *Arquitectura*, 69, Novembro-Dezembro 1960, pp. 31-47.

61 Embora o plano inicial previsse a construção de 43 blocos, o conjunto habitacional de Ramalde projectado por Fernando Távora é composto por 11 blocos de 3 pisos correspondentes à primeira fase (9 dos quais no sector a sudoeste) e 17 blocos de 3 e 4 pisos correspondentes à segunda fase. Sobre o projecto para o bairro de Ramalde, cf. Vasconcelos, Diana da Silva, *O bairro de Ramalde de Fernando Távora: um bairro moderno no Porto*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2009; Tavares, Maria, *Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e modos de actuação no exercício do projecto*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2016, pp. 212-220, 318-322; Nuno Portas, "Arquitecto Fernando Távora: 12 anos de actividade profissional", *Arquitectura*, 71, Julho 1961, pp. 11-23; "CRE: Bairro de Ramalde (fases 1 e 2)", disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a22&script=GOficha, consultado a 18 Abril 2021.

62 O conjunto habitacional no sector poente do bairro da Pasteleira é composto por 5 blocos habitacionais de 4 pisos projectados por Rui Paixão, um bloco de 6 pisos com comércio no piso térreo projectado por João Serôdio e 6 torres de 14 pisos projectadas por Luís Almeida d'Eça. Sobre este projecto, cf. Pimenta, Ana Rita, *O conjunto habitacional da Pasteleira*, Porto:

Para além das limitações relacionadas com a organização dos fogos e com o desenho urbano dos bairros, houve uma deslocação forçada dos moradores para áreas semi-rurais e não urbanizadas, rejeitaram-se as relações de vizinhança das ilhas (conduzindo a um isolamento ainda mais penoso)[63] e os moradores eram sujeitos a acções repressivas e de controlo por autoridades públicas, como a figura do fiscal[64]. A implementação do plano foi bastante radical, já que implicou a deslocação de cerca de 10% da população, alterando de modo substancial a configuração social da cidade, sem que se salvaguardasse o papel do Estado como gestor social. Para além da segregação física a que estes moradores foram submetidos, a imagem social dos moradores dos bairros camarários era também depreciada. Quem prestou apoio social aos moradores foi a Obra Diocesana de Promoção Social. Através da gestão dos poucos equipamentos criados junto dos novos bairros camarários, a Obra Diocesana fez um trabalho de assistência e formação pedagógica (como de cuidados de higiene, entre outros), procurando ainda a criação de laços de sociabilidade perante o desmembramento das estruturas comunitárias. O objectivo da sua acção era o desenvolvimento comunitário, a promoção social e também a emancipação dos moradores, em total oposição à postura paternalista e ao controlo impostos pelo Governo.[65] A acção de consciencialização desenvolvida por assistentes sociais nos bairros servidos pela Obra Diocesana, e a dinâmica de formação de jovens assistentes sociais no terreno daqui decorrente, não foi alheia à reacção imediata e organizada dos moradores de bairros camarários, ou do centro histórico do Porto, já perto e depois do 25 de Abril.[66]

A implementação do Plano de Melhoramentos foi tornada possível por uma recomposição do campo do urbanismo na cidade do Porto que viabilizou a realização

Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2013; Tavares, Maria, *op. cit.*, 2016, pp. 439-441; "CRE: Bairro da Pasteleira – sector poente – Torres Vermelhas", disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a16&script=GOficha, consultado a 20 Abril.

63 A sociabilidade existente nas ilhas era vista pelas autoridades como perigosa, tanto do ponto de vista moral como social, entendida enquanto "viveiro de doenças e de revoltas". Com a deslocação dos moradores, as relações de vizinhança e os laços existentes entre moradores das ilhas foram propositadamente desfeitos. Cf. Gaspar Pereira, Maria Serén, *op. cit.*, 1994, p. 394.

64 Cf. Alexandre Alves Costa, "Anotações para sete imagens" *in* Sardo, Delfim (ed.), *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação 1974 – 1976*, Porto: Serralves, 2014, p. 83.

65 António Teixeira Fernandes, "A Igreja e a «questão social» na cidade do Porto" *in* Pereira, Virgílio Borges (org.), A habitação social na transformação da cidade: Sobre a génese e efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956, Porto: Afrontamento, 2016, pp. 65-101; Marques, João Luís, "Pensar a cidade: Plano director da Cidade do Porto (1962)", *A igreja na cidade, serviço e acolhimento, arquitectura portuguesa 1950-1975*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2017, pp. 218-303.

66 Sobre este assunto cf., ainda, João Queirós, V. B. Pereira, "State, housing and the «social question» in the city of Porto (1956-2006): an analysis on the making of doxa, orthodoxy and «alodoxia effects» in the (re)production of state housing policies", *Social Sciences - Annual Trilingual Review of Social Research*, 1, 2012, pp. 203-214; João Queirós, V. B. Pereira, "Estado, Alojamento e a «Questão Social»: elementos para a compreensão sociológica da formação da respectiva relação no Porto contemporâneo", *Argumentos de Razón Técnica – Revista Española de Ciencia, Tecnología y Sociedad, y Filosofía de la Tecnología*, 2, 2009, pp. 113-128.

e conclusão de vários estudos e planos que serviram como elementos orientadores e permitiram o desenvolvimento de uma estratégia global de intervenção na cidade, como o Plano Regulador da Cidade do Porto elaborado por Antão Almeida Garrett entre 1947 e 1952[67]. Igualmente, a recomposição socio-territorial que o Plano de Melhoramentos propunha permitia enquadrá-lo num processo de renovação mais vasto. Robert Auzelle foi convidado por Machado Vaz para elaborar o Plano Director (1962), com o objectivo de modernizar a cidade. Este plano propunha uma reorganização funcional por zonas e uma reestruturação viária, que assentava, em parte, no desenvolvimento de infra-estruturas de mobilidade. Aproveitando a expropriação dos terrenos e as obras de urbanização das áreas periféricas em que se localizaram os bairros novos, procurava-se criar sectores de expansão com funcionalidades mistas que interessassem ao investimento privado. Com a demolição das ilhas e o descongestionamento do centro, afirmava-se a terciarização da área central da cidade, o que explica, em parte, porque é que a salubrização prevista para as ilhas não foi aplicada a nenhum caso[68]. Como refere Manuel C. Teixeira, o Plano Director deu legitimidade técnica ao processo de destruição sistemática de áreas de habitação operária e libertação de terrenos valiosos no centro da cidade[69].

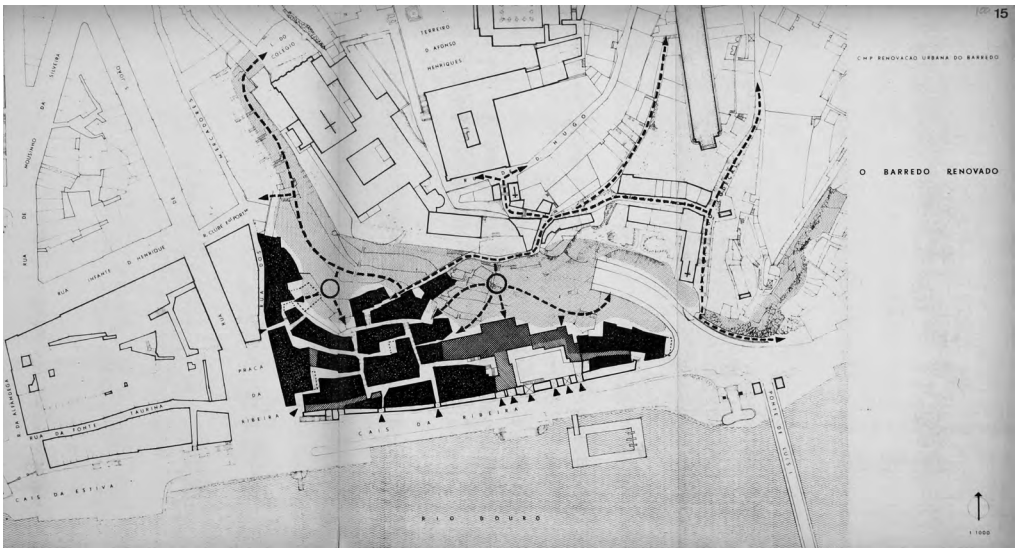
Para a gestão e manutenção do património edificado, foi necessário criar a Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos que, mais tarde, em 1966, foi substituída pela Direcção dos Serviços de Habitação. Verificava-se uma reorganização das estruturas burocráticas do Município que coincidiu com a criação do Fundo de Fomento da Habitação (FFH) em 1969[70], uma estrutura centralizada que congregou os vários sectores da habitação, criou novos poderes legislativos para a expropriação de terrenos e permitiu um aumento de recursos técnicos e financeiros nos planos e projectos desenvolvidos. Tanto a nível local como central, assistiu-se à especialização dos corpos técnicos e à entrada de jovens técnicos empenhados em qualificar as soluções habitacionais.

67 Sobre este assunto, cf. João Queirós, *op. cit.*, 2016, pp. 37-64.

68 Apesar de a acção estar centrada na promoção dos novos bairros e a diversidade de situações das ilhas dificultar a implementação de soluções tipificadas para a sua salubrização, várias ilhas foram demolidas com o intuito de utilizar esses terrenos localizados no centro da cidade para outros fins sem que haja registo de operações de renovação de ilhas (ainda que estivessem previstas como acção complementar no Plano de Salubrização). Cf. João Queirós, *op. cit.*, 2016, p. 55.

69 Cf. Manuel C. Teixeira, *op. cit.*, Fevereiro 1985, p. 85.

70 Faz-se um paralelismo entre as duas dinâmicas introduzidas, embora a reforma nas estruturas burocráticas do Município tenha sido ainda anterior à criação do FFH. Sobre o FFH, cf., por exemplo, José António Bandeirinha, Tiago Castela, Rui Aristides, Joana Gouveia Alves, "O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado" *in* Agarez, Ricardo (coord.), *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal*, Lisboa: IHRU, 2018, pp. 235-279.



↗ Planta com a proposta de renovação do Barredo.
© Távora, Fernando (coord.), *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*, Porto: Câmara Municipal do Porto/ Direcção dos Serviços de Habitação – Repartição de Construção de Casas, 1969, p. 100.

Face às grandes transformações sociais e urbanas que se verificavam na cidade com a demolição das ilhas nas áreas centrais e a construção de novos bairros na periferia, o Município entregou a Fernando Távora a realização de um estudo para a renovação do núcleo antigo da cidade, que tinha ficado "à margem"[71]. No passado já tinham sido elaborados vários estudos e planos que delineavam estratégias de intervenção completamente díspares. Enquanto Ezequiel de Campos defendia o "completo arrasamento" da parte antiga da cidade em 1932[72], o Plano Regulador de 1952 definia-a como "zona arqueológico-histórico-turística", desmobilizando propostas mais radicais[73] . O Plano Director de 1962 propunha a valorização do núcleo antigo através da demolição de alguns quarteirões interiores e da introdução de novos edifícios, numa perspectiva de valorização turística e melhoria dos sistemas de acessibilidade (propondo inclusivamente a construção de um parque de estacionamento). Mas com a publicação da Carta de Veneza em 1964, que defendia a conservação dos monumentos e das áreas envolventes, o Município concordou em suspender as demolições propostas e encomendar um estudo coordenado por Fernando Távora com o apoio da Repartição de Construção de Casas da Direcção de Serviços de Habitação, realizado entre 1967 e 1969.

O estudo de Távora propunha uma visão de conjunto, e não por zonas, como previa o plano de Auzelle. Marcado por preocupações urbanas e sociais, o estudo defendia um "processo dinâmico, seguro e permanente de renovação a todos os níveis"[74],

71 Toma-se esta expressão do título de um livro de João Queirós, onde se discutem as intervenções estatais no centro antigo da cidade. Cf. Queirós, João, *No Centro, À Margem: Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015.

72 Campos, Ezequiel, *Prólogo ao plano da cidade do Porto*, Porto: Empresa Industrial Gráfica, 1932, p. 35.

73 Cf. Queirós, João, *op. cit.*, 2015, p. 29.

74 Távora, Fernando (coord.), *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*, Porto: Câmara Municipal do Porto/Direcção de Serviços de Habitação – Repartição de Construção de Casas, 1969, p. 33.

em que houvesse uma participação e envolvimento da população. Segundo o lema "continuar-inovando", a renovação deveria ser "global" (entendendo o conjunto integrado na cidade) e aberta (permitindo uma redefinição constante dos objectivos perante a alteração das circunstâncias)[75]. Do ponto de vista arquitectónico, propunha-se: a conservação e renovação de construções existentes, procurando manter o carácter dos edifícios a conservar sem, no entanto, haver uma "orientação purista de restauro"[76]; a construção de edifícios novos em áreas renovadas, utilizando "uma linguagem do nosso tempo", ainda que estes fossem enquadrados "nos múltiplos condicionamentos locais e em todo o espírito que preside ao critério de renovação"[77]; e a construção de novos aglomerados para o realojamento dos moradores que, face à sobreocupação das casas, teriam de ser deslocados. O processo a desencadear deveria ser "rápido, dinâmico e total"[78] e só poderia resultar de um "clima de participação que englobe tudo e todos", considerando não apenas os "interesses económicos mas toda a sua estrutura social e psicológica"[79]. Para tal, era essencial o trabalho de toda a equipa, constituída não só por técnicos da Repartição de Construção de Casas, mas também por estudantes de arquitectura da ESBAP (que antes e durante o estudo tinham elaborado os levantamentos de todas as casas), por estudantes do serviço social (que tinham elaborado os relatórios) e por assistentes sociais ligados ao Centro Social do Barredo[80], o que permitia não só um conhecimento profundo da realidade social e urbana, mas também um envolvimento com os moradores e o seu apoio durante o processo.

A não aprovação de legislação até Maio de 1973 fez com que o estudo para o Barredo apenas avançasse já depois do 25 de Abril, com a criação do Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo (CRUARB). Pelo contrário, o sucesso do empreendimento do Plano de Melhoramentos levou a que em 1966 fosse proposto o seu prolongamento por mais cinco anos, que na prática durou até quase ao final da década de 1970 e possibilitou a construção de mais cerca de 3.500 fogos[81].

75 Idem, pp. 33-34.
76 Idem, p. 40.
77 Idem, p. 53.
78 Idem, p. 59.
79 Idem, pp. 32-33.
80 O Centro Social do Barredo também estava associado à Obra Diocesana de Promoção Social, com a qual a assistente social Maria Rosa Sousa, a trabalhar na equipa de Távora, mantinha ligações. Cf. Marques, João Luís, *op. cit.*, 2017, pp. 311-316. A acção da Igreja no município também foi marcada por outro tipo de iniciativas mais autonomizadas dos centros sociais. Uma dessas iniciativas, o "Património dos Pobres" desenvolvida pelo Padre Américo, promoveu a construção do Bairro D. António Barroso em Miragaia em 1954. Outro tipo de iniciativas consistiu em projectos de auto-construção desenvolvidos com as populações, através dos movimentos da Liga Operária Católica e da Juventude Operária Católica em Ramalde e Aldoar ou, ainda, do movimento em S. Mamede de Infesta (Matosinhos) ligado ao padre António Teixeira Sousa. Cf. Idem, pp. 251-263.
81 No período de prolongamento do Plano de Melhoramentos foram construídos os bairros: S. João de Deus (ampliações, 1966/67/77), Francos (1966), Aldoar (1968), Dr. Nuno Pinheiro Torres



↗ Planta de implantação do bairro do Aleixo, Dezembro 1971.
© Arquivo Municipal do Porto

Esta segunda fase do plano ficou marcada pela derrapagem nos custos e tempo de implementação, mas também por uma maior experimentação ao nível das soluções arquitectónicas adoptadas. Essa experimentação foi motivada pela entrada de novos técnicos na Repartição de Construção de Casas, entre os quais se destacam Alexandre Alves Costa e Manuel Teles, que integraram a equipa em 1968, e que foram responsáveis pelos projectos dos bairros do Aleixo e de Contumil na segunda fase do Plano de Melhoramentos[82].

No Aleixo, a construção de cinco torres para realojar moradores do Barredo não se tratou de uma opção, mas do cumprimento daquilo que estava estipulado no Plano Director de Auzelle.[83] Ainda que não concordassem com a construção de torres naquele lugar, os arquitectos procuraram estimular a criação de formas de sociabilidade e apropriação do espaço através da galeria-saguão que servia o acesso aos fogos. Propuseram também um edifício que interligava três torres no piso térreo

(1970), Monte da Bela (1970), Falcão (1973), Lagarteiro (1973/77), Bom Pastor (1974), Aleixo (1976), Contumil (1977) e Lordelo do Ouro (1978). Cf. João Queirós, *op. cit.*, 2016, p. 57.

82 Apesar de o primeiro ser assinado por Manuel Teles e no segundo os blocos 1 e 3 serem assinados por Manuel Teles e o bloco 2 por Alexandre Alves Costa, ambos colaboraram na elaboração dos dois projectos. No âmbito do prolongamento do Plano de Melhoramentos, elaboraram outros projectos, mas mais pequenos. Um exemplo é a intervenção no bairro S. João de Deus de 1968, em que Alexandre Alves Costa fez o projecto de ampliação e remodelação do Centro Social de S. João de Deus, bem como o projecto de instalações para a Obra Diocesana no piso térreo de um bloco no mesmo bairro.

83 Sobre todo o processo desde a concepção e o desaparecimento do bairro do Aleixo, cf., por exemplo, Queirós, João, *Aleixo: génese, (des)estruturação e desaparecimento de um bairro do Porto (1969-2019)*, Porto: Edições Afrontamento, 2019; Paulo Moreira, Mariana Pestana, "«Aleixo Sempre». Demolição do Bairro do Aleixo. Projecto de Restradas com Delair CFD", *Jornal Arquitectos*, 249, Jan.-Abr. 2014, pp. 282-297.

com instalação de equipamentos sociais, que não foi construído[84]. A diversidade presente na organização dos vários módulos habitacionais, bem como a importância dada à relação do fogo com o espaço exterior privado, denotam a aprendizagem e experimentação que vinham a ser conduzidas no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Essa aprendizagem também está presente no projecto para os três blocos do bairro de Contumil. Se nos blocos 1 e 3 isso se manifesta no tamanho e forma de articulação da galeria de distribuição dos fogos, no bloco 2 o módulo habitacional contempla um espaço denominado de *lavoro* (na herança das experiências do Ina-Casa, podendo ser traduzido por espaço de trabalho), que consiste num espaço intermediário da casa que é iluminado pelo saguão, permite criar contacto visual entre os espaços de *lavoro* das habitações vizinhas e está destinado a várias funções. A flexibilidade conferida a este espaço funciona também como suplemento às reduzidas áreas dos fogos.

Dentro das estruturas camarárias, à medida que se verificava uma maior abertura política e um maior experimentalismo, tornavam-se mais evidentes as tensões e contradições internas. Face à demolição de ilhas em áreas centrais e ao realojamento de moradores nos bairros construídos na periferia, começaram a ouvir-se vozes críticas à estratégia desenvolvida pelo Plano de Melhoramentos. José Carlos Loureiro, que foi vereador da Câmara Municipal do Porto no início dos anos 1970, questionava em 1972 o rigor dos critérios usados para a decisão de demolição das ilhas e reclamava que os moradores das ilhas demolidas fossem realojados nas imediações da área habitada através da construção ou recuperação de edifícios. Para tal, propôs a elaboração de inquéritos que permitissem classificar o estado das ilhas e apurar a possibilidade da sua recuperação.[85] Encetavam-se estratégias que denotavam o olhar crítico de alguns técnicos face às directrizes seguidas até então, começando a dar sinais de oposição ao regime dentro do próprio sector estatal. Esta situação só foi possível pela progressiva autonomização do sector de produção de políticas habitacionais e urbanas. O entendimento do serviço público como forma de acção política foi traçando um caminho que permitiria, após o 25 de Abril, uma acção imediata[86].

84 Para além da supressão do conjunto de equipamentos sociais, a dimensão das galerias foi diminuída e o revestimento exterior foi alterado, bem como a dimensão das janelas. Cf. Paulo Moreira, Mariana Pestana, *op. cit.*, Jan.-Abr. 2014, pp. 282-297.

85 Cf. João Queirós, *op. cit.*, 2016, p. 61; Sousa, Fernando (coord.), *Os presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*, Porto: CEPESE-Centro de Estudos da População Economia e Sociedade, 2013, p. 375.

86 Este tema é desenvolvido no sub-capítulo 3.2 dedicado ao direito à habitação.

2. O CURSO DE ARQUITECTURA DA ESBAP E A RELAÇÃO COM A CIDADE

A maioria dos professores do curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes do Porto (ESBAP) chefiou brigadas SAAL, um número significativo de estudantes integrou as brigadas técnicas e as instalações da Escola funcionaram como lugar de acolhimento de várias acções relativas ao Processo. Neste capítulo, procura-se informar sobre o funcionamento da Escola nos anos que precederam e acompanharam o Processo SAAL de modo a traçar as condições que permitiram a sua rápida activação e que caracterizaram o seu funcionamento no Porto.

2.1. APRENDIZAGEM A PARTIR DO ESTUDO E LEVANTAMENTO DA REALIDADE

Em Portugal, e em particular no Porto, a arquitectura tardou em acompanhar os debates culturais que se desenvolviam em contexto internacional. Foi Carlos Ramos, director do curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes do Porto (ESBAP) entre 1952 e 1967, quem pugnou por uma aproximação progressiva ao ensino moderno, permitindo que a Escola ganhasse alguma abertura enquanto espaço de experimentação, questionamento e pluralidade[87]. Nesse sentido, e a par de iniciativas de outros arquitectos e de eventos como o 1.º Congresso Nacional de Arquitectura realizado em 1948, verificou-se uma afirmação da arquitectura moderna, uma abertura aos avanços técnicos e culturais e também uma defesa do ofício de arquitecto autónomo das directivas ideológicas do Estado Novo[88].

As práticas pedagógicas na Escola foram-se transformando com o cruzamento entre um ensino de componentes artística e técnico-científica, a relação directa com a prática profissional dos arquitectos docentes e a renovação do corpo docente. Ao longo dos anos 1950, alguns dos novos docentes afirmavam uma intencionalidade política adversa ao regime, ainda que o modernismo de Carlos Ramos fosse "a-ideológico"[89]. De igual forma, a participação em encontros internacionais e nacionais, como os Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna (CIAM) ou a Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM), e na elaboração do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal evidenciavam a maturação de um discurso crítico que se veio a desenvolver ao longo dos anos 1960. Defendia-se a autonomia disciplinar e a função social e cultural do arquitecto, paralelamente às discussões levadas a cabo na Europa, havendo um "acerto de culturas" [90] como lhe chamou Jorge Figueira.

Apesar de o Inquérito ter sido financiado pelo regime com o objectivo de fundamentar a ideia de uma arquitectura nacionalista, os arquitectos que dele fizeram parte[91] empenharam-se no reconhecimento de uma realidade diversificada

87 Sobre o papel de Carlos Ramos na ESBAP e sobre o funcionamento da Escola até 1969, cf. Moniz, Gonçalo Canto, *O ensino moderno da arquitectura: a Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*, Coimbra: Tese de doutoramento, Darq-FCTUC, 2011.

88 Sobre o 1.º Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, cf. Sindicato Nacional dos Arquitectos, *1.º Congresso Nacional de Arquitectura: relatório da comissão executiva, teses, conclusões e votos do congresso*, Lisboa: S.N.A., 1948.

89 Figueira, Jorge, *Escola do Porto: Um Mapa Crítico*, Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002, p. 33.

90 Idem, p. 39.

91 O Inquérito foi organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, realizado entre 1955 e 1960 e publicado em 1961. Dividido geograficamente em seis zonas, nele participaram os arquitectos:

e no levantamento de uma arquitectura popular que era sobretudo racional e funcional[92]. Estas características estavam aliadas à defesa de uma arquitectura moderna, legitimando o foco nas formas e técnicas construtivas e na essencialidade do programa[93]. No entanto, outros aspectos eram salientados. Se Alexandre Alves Costa chama a atenção para o interesse por uma arquitectura tradicional que não se dividia entre popular e erudito e para uma visão antropológica interessada em conhecer os costumes do povo ao longo do território nacional[94], Manuel Mendes realça a importância do estudo das formas de povoamento e apropriação do espaço traduzidas nas escalas do território, aglomerado e edifício e para os factores psicológicos associados ao uso dos materiais[95]. Esta relação entre arquitectura e vida também é salientada pelo antropólogo João Leal, quando vê no Inquérito uma apreciação da realidade entendida na adequação entre parte e todo[96].

A atenção dirigia-se preferencialmente para o campo, onde era possível reconhecer uma convergência entre formas espaciais e sociais. Os arquitectos faziam uma revisão crítica da arquitectura moderna apoiada nos modos de vida comunitária que correspondiam a uma realidade cristalizada (o rural incontaminado)[97]. São os casos dos trabalhos de fim de curso (os CODA – Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto) de Octávio Lixa Filgueiras ("Urbanismo: Um Tema Rural", 1953), Arnaldo Araújo ("Formas do habitat rural – Norte de Bragança: contribuição para a estrutura

Fernando Távora, Rui Pimentel e António Menéres (zona 1); Octávio Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo e Carlos Carvalho Dias (zona 2); Francisco Keil do Amaral, José Huertas Lobo e João José Malato (zona 3); Nuno Teotónio Pereira, António Pinto de Freitas e Francisco da Silva Dias (zona 4); Frederico George, António Azevedo Gomes e Alfredo da Mata Antunes (zona 5); Artur Pires Martins, Celestino de Castro e Fernando Torres (zona 6). Cf. Sindicato Nacional dos Arquitectos, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa: Sindicato nacional dos arquitectos, 1961. O reconhecimento da necessidade de empreender um trabalho deste tipo tinha sido esboçado por Fernando Távora no seu texto "O Problema da Casa Portuguesa", publicado primeiramente no jornal monárquico *Aléo* em 1945 e posteriormente em versão revista como primeiro número da série I dos *Cadernos de Arquitectura* organizados por Manuel João Leal e Nuno Teotónio Pereira em 1947. A enunciação clara da ideia de Inquérito é lançada por Keil do Amaral em 1947 na revista *Arquitectura* n.º 14 com o texto "Uma Iniciativa Necessária". Cf. Fernando Távora, "O Problema da Casa Portuguesa", *Aléo*, 9, ano IV, série IV, Lisboa, 10 de Novembro 1945, p. 10; Távora, Fernando, *Cadernos de Arquitectura*, série I, Lisboa: Manuel João Leal, 1947; Keil do Amaral, "Uma Iniciativa Necessária", *Arquitectura*, 14, 2ª série, Abril 1947, pp. 12-13.

92 Cf. Nuno Teotónio Pereira, "Architettura Popolare, dall'Inchiesta al Progetto", *Domus*, 655, 1984, pp. 28-30.

93 Embora os objectivos para a formulação sejam comuns, existiam abordagens diferentes dependendo das zonas de trabalho. No estudo da zona Norte, a atenção passou principalmente pelo estudo dos assentamentos urbanos e rurais e a sua implantação no território, enquanto no estudo da zona Centro e Sul se aprofundou o estudo das tipologias de habitação rural. Cf. Idem.

94 Cf. Costa, Alexandre Alves, "A Problemática, a Polémica e as Propostas da Casa Portuguesa", *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa: outros textos sobre arquitectura portuguesa*, Porto: Faup Publicações, 2007, pp. 58-59.

95 Cf. Mendes, Manuel, "Porto, Escola e Projectação. 1940-1986 (experiências de partilhada evolução da situação da arquitectura)", *Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erostismo*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2010, p. 163.

96 Cf. João Leal, "Entre o Vernáculo e o Híbrido: a partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal", *Joelho*, 2, Abril 2011, p. 69.

97 Sobre a visão pastoral da modernidade dos arquitectos que vão estudar Trás-os-Montes, cf. Alexandre Alves Costa, Nelson Mota, "Nem neogarrettianos nem Vencidos da Vida. Uma pastoral transmontana", *Monumentos*, 32, Dezembro 2011, pp. 148-157.

da comunidade", 1957), José Joaquim Dias ("Recuperação de Aldeias – Espinhosela – Bragança", 1963) ou Sergio Fernandez ("Recuperação de Aldeias – equipamento colectivo – Rio de Onor", 1965). Em 1956, o grupo do Porto que participou no décimo CIAM realizado em Dubrovnik apresentou o trabalho "Habitat Rural – Uma Nova Comunidade Agrícola", uma proposta que vinha na sequência do trabalho elaborado para a zona 2 do Inquérito[98].

A valorização da história, da tradição popular e da realidade social das formas de organização do espaço eram conjugadas com a experimentação formal dos mestres do movimento moderno, numa relação entre referências globais e contexto local. O encontro entre a defesa da modernidade e o reconhecimento da cultura portuguesa, ou a denominada "terceira via"[99], foi o que caracterizou a prática profissional de docentes como Fernando Távora e que consistia, segundo Alves Costa, na "arquitectura visitável"[100]. Contudo, a massificação do turismo veio desvirtuar a arquitectura vernacular com a elaboração de imitações falsas e codificações formais. Foi Álvaro Siza quem percebeu, durante a elaboração do projecto para a Piscina da Quinta da Conceição (1958-65), que o "momento de renovação da arquitectura portuguesa" presente no Pavilhão de Ténis de Fernando Távora (1956-59) "era irrepetível"[101]. Ainda que os resultados colhidos para a prática de projecto tenham sido limitados, do ponto de vista cultural a instrução do olhar e a valorização das características do lugar como base para informar o projecto marcaram uma geração de arquitectos do Porto e de Lisboa. Desenvolvia-se um método empírico para apreender a realidade que seria transportado para o estudo da cidade, ainda que com alguma dificuldade devido à velocidade das transformações urbanas e às relações entre formas espaciais e modos de apropriação que não tinham o tempo de sedimentação próprio da cultura rural.

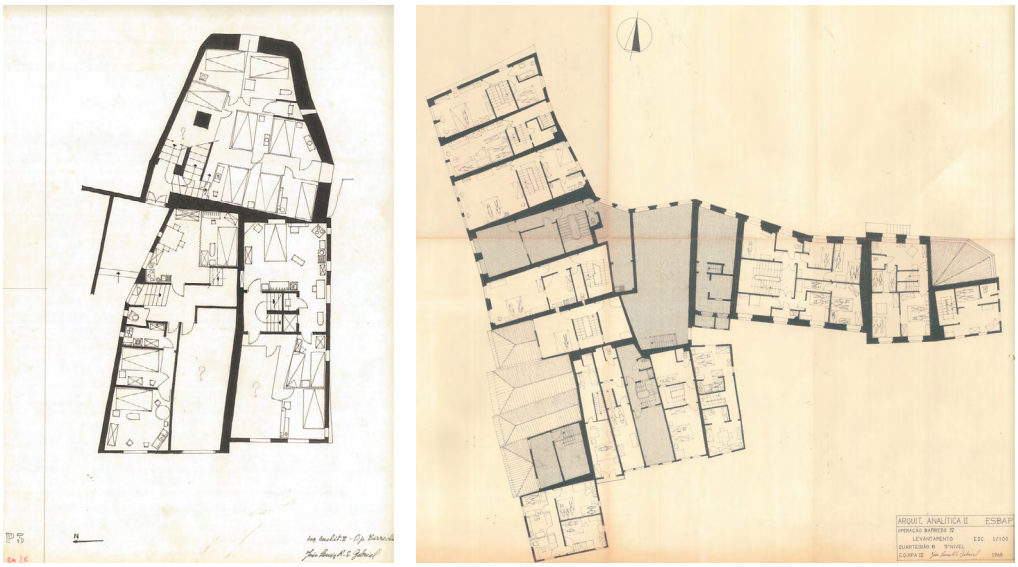
O olhar para a cidade centrou-se no estudo dos núcleos mais antigos e de estrutura densa. A cadeira de Arquitectura Analítica, que tinha por docente responsável Octávio Lixa Filgueiras, foi leccionada durante um período de 10 anos, entre 1958/59 e 1968/69, e procurava compreender a complexidade da realidade em meio urbano, substituindo o estudo das ordens clássicas da arquitectura. Para tal, desenvolvia-se

98 O grupo CIAM-Porto era formado por Octávio Lixa Figueiras, Fernando Távora e Alfredo Viana de Lima, e contou com a participação dos alunos Arnaldo Araújo e Carlos Carvalho Dias que estavam a trabalhar na zona 2 do Inquérito.

99 Para Távora, a "terceira via" correspondia à "evolução da arquitectura moderna com capacidade de identificação com o tradicional". Fernando Távora *cit. in* Javier Frenchilla, "Fernando Távora: Conversaciones en Oporto", *Arquitectura, Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, 261, Jul-Ago. 1986, p. 23.

100 Costa, Alexandre Alves, op. cit., 2007a, p. 61.

101 Álvaro Siza, "Quinta da Conceição" (2002) *in* Morais, Carlos Campos (ed.), *01 Textos: Álvaro Siza*, Porto: Civilização Editora, 2009, p. 284.



↗ Levantamentos da área do Barredo para a cadeira de Arquitectura Analítica 2 da ESBAP.
© Centro de documentação da FAUP

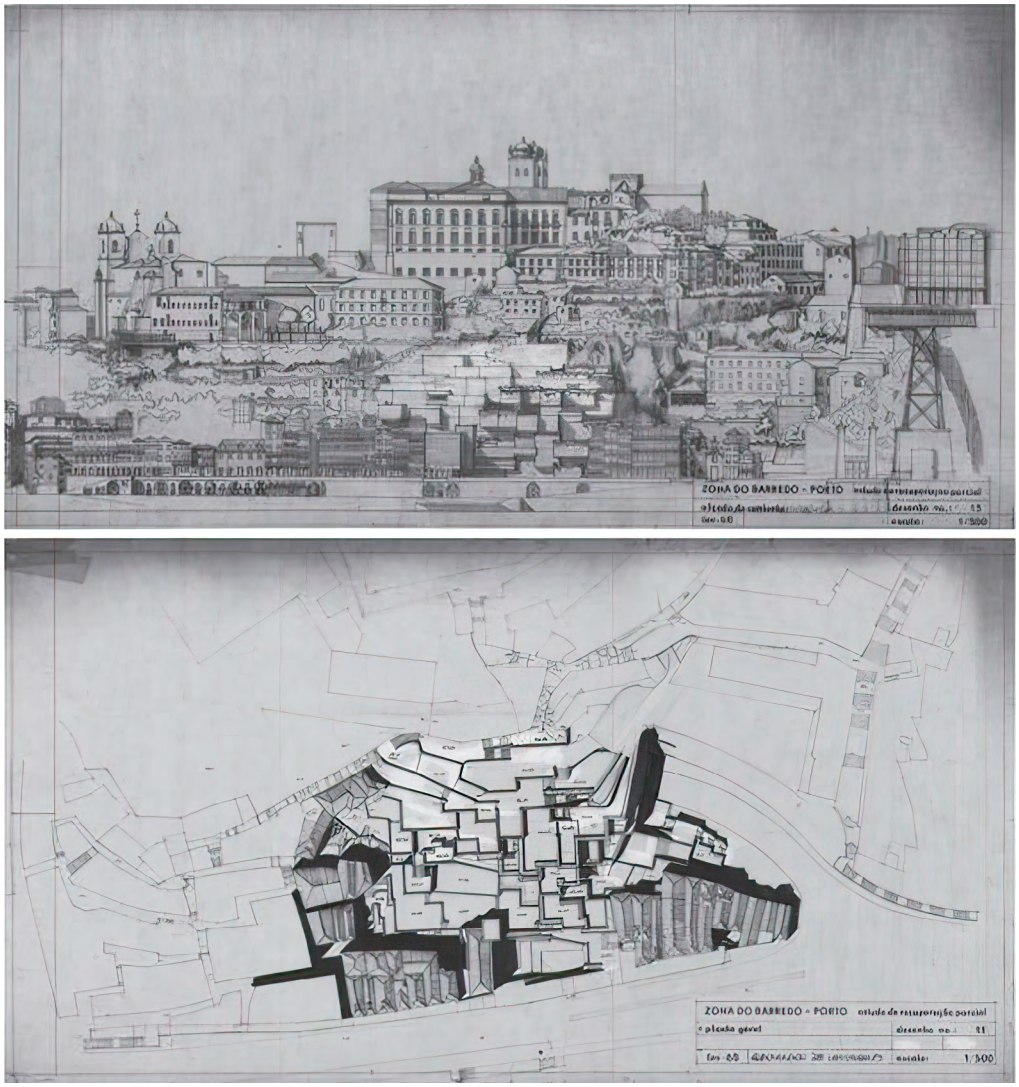
um método analítico que contemplava uma relação interdisciplinar entre história, desenho, sociologia e antropologia. Se nos primeiros anos se pretendia estudar o espaço livre público, como é o caso do trabalho sobre o Jardim de S. Lázaro desenvolvido no ano lectivo de 1960/61, a partir de 1962/63 o estudo evoluiu para o levantamento das condições de alojamento da classe operária, focando-se no estudo de áreas consolidadas e degradadas da cidade[102]. Organizados primeiro em equipa e depois individualmente, os alunos realizavam um trabalho de inquérito das áreas escolhidas, designadas de operações[103], partindo do levantamento arquitectónico e social do conjunto edificado para o desenvolvimento de uma proposta de reorganização dos espaços. O registo minucioso dos lotes, do interior das casas e do seu conteúdo e ocupação, através de desenho e fotografia, obrigou os alunos a confrontarem-se com situações de extrema pobreza e insalubridade e a desenvolverem relações de proximidade com os moradores, dada a longa duração da realização dos desenhos. Este contacto com uma realidade profunda era um "murro no estômago dos jovens burgueses aprendizes de arquitectura"[104] que permitia desenvolver uma consciência social e crítica que preveniria, segundo a intenção de Lixa Filgueiras, "devaneios e riscos de um messianismo de gabinete"[105].

102 Os casos de estudo foram: Matosinhos (1962/62), Miragaia (1963/64), Barredo (de 1964/65 a 1968/69) e Rua do Almada (de 1966/67 a 1968/69). Cf. G. C. Moniz, L. M. Correia, A. Gonçalves, "O Estudo de Renovação Urbana do Barredo. A formação social do arquitecto para um território mais democrático", *Revista de Estudos do Século XX*, 14, 2014, p. 320.

103 É curioso que, mais tarde, esta tenha sido a designação escolhida para as várias intervenções SAAL.

104 Camilo Cortesão *cit. in* Bandeira, Pedro, *Escola do Porto: lado B, 1968 1978=Porto school: B side, 1968 1978*, Guimarães: Centro internacional das artes José de Guimarães, 2014, p. 91.

105 Octávio Lixa Filgueiras *cit. in* Moniz, Gonçalo Canto, *op. cit.*, 2011, p. 48. A dimensão humanista e social da arquitectura é defendida por Lixa Filgueiras na dissertação que prepara para a candidatura às provas públicas para o lugar de professor em 1962, cf. Filgueiras, Octávio Lixa, *Da função social do arquitecto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*, Porto: E.S.B.A.P., 1985 [1962].



↖ Trabalho escolar para a cadeira de Composição de Arquitectura 3 da ESBAP leccionada por Fernando Távora, 1967-68.
© Moniz, G. C., Correia, L. M., Gonçalves, A., "O Estudo de Renovação Urbana do Barredo. A formação social do arquitecto para um território mais democrático", *Revista de Estudos do Século XX*, 14, 2014, p. 322.

Este contacto entre a formação dos arquitectos e a realidade social contribuiu para a politização dos alunos, mas também para a promoção de uma acção directa em contexto real. A existência de registos e levantamentos de todas as habitações do Barredo elaborados pelos alunos em Arquitectura Analítica influenciou a decisão de elaboração de um Estudo de Renovação Urbana do Barredo pela Repartição de Construção de Casas da Direcção de Serviços de Habitação da Câmara Municipal do Porto e coordenado por Fernando Távora entre 1967 e 1969[106]. Távora tomou a área do Barredo como tema da cadeira de Composição de Arquitectura 3 (5.º ano) no ano lectivo de 1967/68, procurando estabelecer uma ponte entre os exercícios escolares e a elaboração do Estudo para a CMP. Nessa cadeira, deu continuidade às experiências desenvolvidas por Lixa Filgueiras e procurou estudar soluções para o problema da habitação e para a "reabilitação do espaço público a partir do quarteirão"[107]. Desta forma, os trabalhos desenvolvidos em contexto pedagógico ampliaram o seu campo de acção, não só pela produção de informação de levantamento que permitiu a

106 Sobre este estudo, cf. o capítulo anterior.
107 G. C. Moniz, L. M. Correia, A. Gonçalves, *op. cit*, 2014, p. 321.

elaboração do Estudo, mas também pelo ensaio de possibilidades de intervenção concretas sobre a cidade.

Os métodos desenvolvidos por Fernando Távora eram, contudo, diferentes daqueles desenvolvidos por Octávio Lixa Filgueiras. Enquanto Távora explorava um método mais empírico na forma de ler a realidade a partir dos saberes e ferramentas específicos da arquitectura, Lixa Filgueiras dava predomínio à vertente analítica. Alguns arquitectos, entre os quais Alexandre Alves Costa, consideram que a cadeira de Arquitectura Analítica estava marcada por uma objectificação excessiva, privilegiando os instrumentos da sociologia e da antropologia, ao invés de afirmar a componente artística da arquitectura. Nesse sentido, entende que a cadeira de Lixa Filgueiras introduzia uma ruptura no processo pedagógico, ao não estimular a criatividade nem a originalidade dos alunos.[108]

Mas o período era de incertezas, e, se todos partilhavam a aposta numa formação social do arquitecto, os métodos que procuravam dar-lhe resposta estavam ainda a ser ensaiados. Com a entrada de Nuno Portas no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em 1963, e a constituição do Núcleo de Arquitectura e Urbanismo iniciou-se uma linha de investigação sobre habitação social que seguiu os estudos do sociólogo Chombart de Lauwe e a investigação desenvolvida por Leslie Martin. Integravam-se estudos paramétricos e o Método de Manchester[109], procurando criar um método científico que permitisse racionalizar e sistematizar possibilidades de organização interna dos fogos que atendessem à economia de espaço e recursos financeiros. O objectivo era o de encontrar soluções optimizadas que permitissem responder às necessidades habitacionais do "maior número"[110]. Este tipo de investigação laboratorial foi testado por Alves Costa no estágio que desenvolveu no LNEC em 1965/66, orientado por Portas e supervisionado por Lixa Filgueiras, e por Álvaro Siza, no primeiro ano em que trabalhou como assistente na cadeira de Composição 3 no ano lectivo de 1965/66, com orientação de Portas[111].

108 Cf. Costa, Alexandre Alves Costa, "O lugar da história", *Textos Datados*, Coimbra: e|d|arq, 2007b, p. 259; Costa, Alexandre Alves, *Dissertação expressamente elaborada para o concurso de habilitação para a obtenção do título de professor agregado…*, Porto: ESBAP, 1982 (2.ª ed.), p. 50.

109 Sobre este método desenvolvido por D. G. Thornley, docente em Manchester, que privilegiava a componente de análise, e a sua aplicação no LNEC e na ESBAP, cf. Paulino, Raquel, *op. cit.*, 2013, pp. 92-97. Cf., ainda, por exemplo, D. G. Thorney, "Método da composição na educação arquitectónica", *Arquitectura*, 91, Jan.-Fev. 1966, pp. 33-37.

110 Expressão original de Georges Candilis, é utilizada por Nuno Teotónio Pereira para se referir ao problema habitacional das camadas insolventes da população (tomando-o como um fenómeno colectivo), e que deve, nas formas de acção empreendidas, considerar aspectos quantitativos e qualitativos. Cf. Nuno Teotónio Pereira, "Habitações para o maior número", *Arquitectura*, 110, Julho-Agosto 1969, pp. 181-183; Baía, Pedro, "O problema do maior número, 1969-1976", *Da recepção à transmissão: reflexos do Team 10 na cultura arquitectónica portuguesa 1951-1981*, Coimbra: Tese de Doutoramento, DArq-FCTUC, 2014, pp. 248-273.

111 O trabalho desenvolvido na cadeira de Composição 3 tinha como objecto de estudo a Cooperativa do Regado e tentava utilizar um método subsidiário do Método de Manchester. Cf. Paulino, Raquel, *op. cit.*, 2013, p. 96.

Contudo, segundo Alves Costa, estas experiências geraram dúvidas quanto à eficácia dos seus métodos e introduziram alguma desorientação quanto à importância da vocação artística da arquitectura[112]. Contribuíam, igualmente, para um ambiente de pessimismo e decepção perante a impossibilidade de a arquitectura dar resposta aos grandes problemas da sociedade.

Verificava-se, no geral, uma "recusa do desenho", expressão originalmente usada por Álvaro Siza[113], mas reconhecida por todos os que se ocupam do estudo da Escola do Porto neste período. Esta recusa levanta, ainda assim, várias hipóteses de leitura que se podem atribuir: à procura de um método científico para a arquitectura que descura a sua artisticidade, como exposto; ao desenvolvimento de um tipo de desenho de representação, tal como praticado em Arquitectura Analítica, no qual está ausente uma vertente inventiva; à preferência pela busca de um suporte teórico da disciplina, negando a cópia de modelos arquitectónicos relacionados com a prática profissional dos docentes[114]; ou à inevitabilidade de qualquer exercício formal estar inscrito num sistema de dominação capitalista, considerando-se necessário, primeiro, revolucionar a sociedade ou encontrar alternativas que privilegiassem a condição social das intervenções. Mas esta suspensão da prática, ou recusa do desenho, também permitiu um conhecimento da história e a reformulação da prática de arquitectura, como refere Álvaro Siza[115].

Estava patente a luta pela definição de uma cultura própria para a formação em arquitectura. Mas a intensificação das divergências anunciava uma ruptura iminente que conduziu à instalação de uma crise no curso de Arquitectura da ESBAP em 1969, e que estava inscrita num contexto de transformação social mais vasto que se foi avolumando ao longo dos anos 1960.

112 Cf. Costa, Alexandre Alves Costa, "Introdução", *op. cit.*, 2007b, p. 12.

113 Cf. Bandeira, Pedro, *op. cit.*, 2014, p. 201.

114 Cf. Mendes, Manuel, *op. cit.*, 2010a, p. 170; Manuel Mendes *cit. in* Bandeira, Pedro, *op. cit.*, 2014, p. 107.

115 Cf. Álvaro Siza *cit. in* Fernandes, Manuel Correia, *ESBAP / Arquitectura anos 60 e 70: Apontamentos*, Porto: Serviço editorial da FAUP, 1988, p. 56.

2.2. A CRISE DE 1969 NO CURSO DE ARQUITECTURA E OS ANOS EXPERIMENTAIS

Com a modernização do ensino e a crescente oposição às políticas educacionais do Estado Novo, fizeram-se sentir várias reacções que levaram à grande crise académica de 1962, marcada pela formação de um movimento estudantil que, em Lisboa, em Coimbra e no Porto, aprofundava a crítica política ao regime. Nos cursos de arquitectura, a luta contra a reforma do ensino artístico, regulamentada em 1957, vinha no encalce da transição entre o ensino antigo e o ensino moderno que se verificava a nível global e que deu origem à crise académica, também global, que culminou nos movimentos estudantis do Maio de 1968[116]. Estavam em questão aspectos como a transformação da hierarquia interna da academia, a abolição de regras que advinham de hábitos e da preservação do *status quo*, a relação com a sociedade e a sua transformação (nos dois sentidos: da influência e poder da academia sobre a sociedade e do reflexo da transformação da realidade no campo universitário), a implementação da ideia de progresso científico, a consideração da figura do investigador, a oposição entre gerações académicas (e não gerações de académicos entendidas no sentido da idade[117]) e a luta pela definição da cultura legítima das várias disciplinas.

O momento de crise e as mudanças no mundo universitário que levaram ao Maio de 1968 geraram não só uma intensificação dos movimentos estudantis, como também a transformação da lógica de acção colectiva dos professores e da sua contestação do *status quo* instalado. Verificou-se igualmente a extensão da contestação académica à sociedade, muito por influência de intelectuais como Henri Lefebvre, Guy Debord, Herbert Marcuse ou Ernst Bloch, o que transformou a crise universitária numa crise geral. Perspectivava-se uma sincronia entre os intelectuais e o proletariado, na medida do que defendiam. Protestava-se contra o capitalismo, o efeito nefasto do domínio da sociedade burguesa e a sociedade de consumo, e reclamava-se o "direito à cidade"[118], à paz e à liberdade. Reivindicava-se também a subjectividade, o desejo e a utopia, como refere Michael Löwy[119], numa recusa da sociedade industrial e

116 Sobre as transformações na academia Francesa e a crise do Maio de 1968, cf., por exemplo, Bourdieu, Pierre, *Homo Academicus*, Stanford: Stanford University Press, 1988.

117 "We understand that, contrary to what was thought and written at the time of the crisis of May 1968, the conflict which divided the faculties did not oppose generations understood in the sense of age but *academic generations*, that is agents who, even when they are the same age, have been produced by two different modes of academic 'generation'." Idem, p. 147.

118 Lefebvre, Henri, *O Direito à Cidade*, Lisboa: Letra Livre, 2012 [1968].

119 Cf. Michael Löwy, "The Revolutionary Romanticism of May 1968", *Thesis Eleven*, 68, February 2002, pp. 95-100.





↗ Exercícios de colagens para a cadeira de Teoria e História de Arquitectura da ESBAP.
© Centro de documentação da FAUP

num apelo artístico pela defesa da sensibilidade e da imaginação. Este romantismo latente ao Maio de 1968 encontra correspondência, no Porto, na dicotomia existente entre a defesa de um cosmopolitismo e revolução social pelos arquitectos, por um lado, e o interesse pelo mundo rural, por outro, ou, ainda, nos exercícios utópicos desenvolvidos por alguns alunos mais próximos do movimento situacionista[120]. Mas o efeito mais significativo do Maio de 1968 foi a transformação do pensamento e da vida, atribuindo-se uma dimensão simbólica ao quotidiano.

A crise académica que se verificou no curso de Arquitectura da ESBAP em 1969 foi paralela à crise no curso de Arquitectura da ESBAL (Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa) devido à regulamentação em 1957 da reforma do ensino artístico (iniciada em 1950), estando ambas enquadradas numa crise mais global, como referido.[121] Apesar de a Reforma de 1957 ser necessária e ter sido reivindicada pelos sectores progressistas, a demora na sua regulamentação fez com que a sua implementação já estivesse desactualizada. A modernização do ensino procurava conferir à arquitectura uma competência técnico-científica e aproximá-la do modelo universitário, tentando abranger os vários domínios relacionados com o lado técnico da profissão que não estavam salvaguardados pela formação das artes plásticas. Contudo, as alterações introduzidas foram bastante fragmentárias e não conseguiram integrar e dar continuidade às experiências escolares desenvolvidas previamente. Verificou-se uma dispersão das matérias das áreas científicas que resultou mais num somatório de disciplinas do que numa formação integrada, mantendo um ensino da arquitectura de pendor académico. Para integrar as novas matérias, os alunos tinham de se deslocar à Faculdade de Ciências (para as aulas de Matemática, Física e Química), o que comprovou a dispersão do programa

120 Essas experiências, ou "lado B" da Escola do Porto, foram narradas por Pedro Bandeira e desenvolveram-se nos 10 anos a seguir ao Maio de 1968. Cf. Bandeira, Pedro, *op. cit.*, 2014.

121 Sobre a Reforma de 1957 nos cursos de arquitectura, cf., por exemplo, Moniz, Gonçalo Canto, *O ensino moderno da arquitectura: a reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*, Coimbra: Tese de Doutoramento, FCTUC, 2011; Paulino, Raquel, *op. cit.*, 2013.

pedagógico e a falta de vinculação ao ensino específico da arquitectura. Se a relação franca existente entre Carlos Ramos, director do curso até 1967, e a comunidade escolar permitiu que as fragilidades da Reforma de 1957 se fossem resolvendo internamente num espírito de solidariedade, com a direcção de António Cândido de Brito a reacção à Reforma foi acentuada e tomada como bandeira para a contestação política do regime e da guerra colonial.

O descontentamento com a Reforma era generalizado. Organizavam-se debates que contavam com a participação de docentes e alunos, numa politização crescente do espaço da Escola. A suposta condição de abertura do regime, com a subida ao poder de Marcelo Caetano, criou expectativas de diálogo que ficaram frustradas, comprovando-se, pelo contrário, o aumento do controlo e da repressão da actividade associativa cada vez mais organizada e enquadrada no movimento estudantil nacional. A crise instalou-se de forma efectiva quando, perante a falta de condições de contratação, a quase totalidade do corpo docente solicitou a sua demissão em 1969[122], suspendendo o curso de arquitectura. No ano lectivo de 1969/70, as aulas não se iniciaram.

Esta crise, paralela a outras que decorriam nas universidades portuguesas, levaram à demissão do Ministro da Educação José Hermano Saraiva e obrigaram o novo ministro, José Veiga Simão, a negociar. Entre Abril e Julho de 1970 implementou-se um regime experimental na Escola. Procurando dar continuidade a algumas vias testadas pelos vários docentes, congregaram-se todos os saberes na disciplina de arquitectura, considerada um tronco comum para o qual as várias matérias convergiam. Essa estratégia foi enunciada por Fernando Távora, Jorge Gigante, José Carlos Loureiro, Alfredo Viana de Lima, Álvaro Siza, Cristiano Moreira e Pedro Ramalho num comunicado que intitularam de "linhas mestras de um esquema de pensamento"[123]. A nova estrutura de estudos seria avaliada por uma Comissão Coordenadora de constituição paritária[124], de modo a que este fosse um processo dinâmico e crítico no qual os alunos eram parte activa.

Mas esta iniciativa experimental e democrática foi difícil de implementar. Reduzido a três meses, o curso funcionou mal pelas dificuldades na resolução de questões administrativas, pela assistência docente insuficiente, pela complexidade

122 Ainda que tenha partido de iniciativas individuais e não de uma decisão concertada, solicitaram demissão os docentes: Álvaro Siza, Pedro Ramalho, Fernando Távora, Arnaldo Araújo, Duarte Castel-Branco, Jorge Gigante, Alfredo Viana de Lima, Cristiano Moreira e José Carlos Loureiro. Octávio Lixa Filgueiras mantém-se no corpo docente. Cf. Paulino, Raquel, *op. cit.*, 2013, p. 157.

123 Cf. Idem, p. 170.

124 A Comissão era constituída por três professores (Octávio Lixa Filgueiras, Fernando Távora e Jorge Gigante) e por três alunos (Ricardo Figueiredo, Manuel Vicente e Rui Louro). Cf. Moniz, Gonçalo Canto, "A formação social do arquitecto: Crise nos cursos de arquitectura, 1968-1969", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 2010, pp. 59-76.





↗ Recolha e colagem de publicações sobre problemas habitacionais, trabalho escolar para a cadeira de Teoria e História de Arquitectura da ESBAP.
© Centro de documentação da FAUP

da redefinição e ajustamento do programa pedagógico, pela consequente desmobilização dos alunos e pelas cisões que se fizeram sentir no corpo docente, que agravaram ainda mais a situação. Octávio Lixa Filgueiras assumiu nesta altura um grande protagonismo, por ter sido o único professor que não se demitiu quando o curso foi suspenso. Se Lixa Filgueiras legitimou o regime experimental numa fase inicial, acabou por se afastar da Comissão Coordenadora, preferindo regressar à Reforma de 1957. O facto de não defender a continuidade do regime experimental nem a sua gestão paritária colocou-o numa posição ambígua. Apesar de ter ideias progressistas, nesta situação de crise Lixa Filgueiras "revelou as suas tendências mais íntimas"[125], que consistiram na preferência por um processo não-democrático, no receio da "novidade imprevisível"[126] e na preferência pelo conhecido, procurando, acima de tudo, a defesa da sobrevivência do ensino.

Lixa Filgueiras assumiu uma posição de ruptura com o funcionamento e a orgânica do regime experimental. O grupo que o apoiava acabou por fazer um acordo com a direcção da Escola e com o ministro Veiga Simão, que recusou a gestão democrática e introduziu uma gestão autoritária. Esta gestão foi sendo contestada pelos alunos ao longo do ano lectivo de 1970/71, no prolongamento de um regime experimental que estava, contudo, "ferido de sentido, legitimidade e legalidade, à revelia da Escola", como refere Raquel Paulino[127]. Na sequência da desintegração da Escola, alguns docentes demitiram-se. A direcção, com uma posição cada vez mais impositiva e autoritária, ordenava o controlo e fiscalização por alguns docentes e auxiliares das actividades desenvolvidas na Escola, algumas vezes com recurso à violência.

125 Expressão de Lanson citada por Pierre Bourdieu no texto abaixo mencionado, refere-se às situações de crise que obrigam cada pessoa ou grupo a "revelar as suas tendências mais íntimas", ou seja, a organizar a sua posição política, optando por um determinado campo. A divisão entre campos faz o reconhecimento de dois pólos principais entre as múltiplas e parciais pertenças. Cf. Bourdieu, Pierre, *op. cit.*, 1988, p. 181.

126 A novidade imprevisível é aquela em que todas as possibilidades estão em aberto. Expressão de Bergson usada por Pierre Bourdieu, cf. Idem, p. 162.

127 Cf. Paulino, Raquel, *op. cit.*, 2013, p. 277.





↑ Trabalhos escolares sobre a área de S. Vítor para as cadeiras de Urbanologia e Sociologia do curso de arquitectura da ESBAP.
© Centro de documentação da FAUP

O avolumar da tensão política levou à consolidação do movimento estudantil e à organização interna em torno de aspectos culturais, políticos e sociais, e não tanto pedagógicos ou de programa.

Mesmo assim, e ainda que de forma irregular, o curso foi funcionando durante aqueles anos. Alguns alunos, ao sabor das experiências situacionistas, desenvolviam intervenções artísticas como actos de contestação desencantados[128]. Outros procuravam aprofundar a consciência da função social do arquitecto, ao estudarem os problemas habitacionais que se verificavam por todo o país e que, apesar da censura, eram dos poucos temas que continuavam a ser discutidos na imprensa[129]; alguns destes alunos desenvolveram trabalhos escolares em contextos de alojamento precário, sinalizando-os na cidade e estudando formas de intervenção e luta[130]. Mas para aqueles que queriam manter um contacto mais frequente com a prática disciplinar (e não só nos três meses de funcionamento da Escola), a opção passava por desenvolver actividade regular em gabinetes de arquitectura.

Para Alexandre Alves Costa, que integrou o corpo docente em 1972, a cadeira de arquitectura funcionava como núcleo de resistência onde permanecia, apesar das dificuldades, alguma capacidade interventiva dos alunos[131]. Fernando Távora liderava esta perspectiva, apoiada pelos docentes mais novos, e foi encontrando bases para

128 Cf. Bandeira, Pedro, *op. cit.*, 2014.

129 A publicação nos meios de comunicação de críticas incisivas sobre os problemas habitacionais num período de forte controlo e censura só é compreensível pelo peso que os sectores liberais tinham no Governo. Cf. Ferreira, António Fonseca, *Por uma nova Política de Habitação*, Porto: Edições Afrontamento, 1984, p. 64.

130 Os trabalhos de campo desenvolvidos pelos alunos ajudaram no reconhecimento das situações habitacionais problemáticas da cidade do Porto, tendo avançado na realização de inquéritos, na prestação de apoio e esclarecimento aos moradores e na resolução de alguns problemas habitacionais. Logo que o despacho de criação do SAAL foi lançado, os alunos trataram de divulgá-lo, o que permitiu que as operações SAAL tenham arrancado quase imediatamente.

131 Cf. Costa, Alexandre Alves, *op. cit.*, 1982, p. 87.

um programa pedagógico de cariz generalista organizado em torno do projecto, entendido enquanto síntese e não análise. Para Távora, o arquitecto era um "homem do ofício"[132] e a Escola o lugar do desenho e da prática artística, enquanto Lixa Filgueiras, que era "o homem da disciplina"[133], defendia uma visão mais científica e procurava relações interdisciplinares com as ciências sociais e humanas. Távora manteve-se do lado dos alunos e dos docentes politizados e, ainda que não dissesse aos alunos "o que [queriam] ouvir", defendia "aquilo que [precisavam] de saber para aprender a projectar"[134].

Foi-se descobrindo a autonomia e a especificidade disciplinar da arquitectura através do reconhecimento da importância da herança das *Beaux-Arts* e da ligação ao desenho naturalista e à "cultura humanista"[135]. Defendia-se a condição artística da arquitectura, a produção de conhecimento através da indução (ao invés do raciocínio dedutivo)[136], e a aproximação e compreensão da realidade assumindo a sua condição mutável. Mas também se reconhecia a necessidade de uma formação teórica sólida que permitisse uma prática de projecto também sólida. A Escola seria o lugar onde se poderiam congregar estes vários saberes, mas só após o 25 de Abril, com a fixação das Bases Gerais, é que se conseguiu estabilizar o programa pedagógico.

Nos últimos anos antes do 25 de Abril, os alunos tentavam retomar a prática disciplinar apoiada pelas matérias subsidiárias sem abandonar uma posição de resistência. Ainda que projectar fosse um fenómeno complexo depois de Auschwitz, como refere Eduardo Souto de Moura[137], segundo Marcuse a imaginação permitiria ultrapassar o bloqueio da acção política[138]. Tomava-se consciência de que não se revolucionaria a sociedade através da arquitectura, mas nem por isso esta perderia a sua condição transformadora. A arquitectura, dentro do seu campo de acção, poderia

132 Manuel Mendes *cit. in* Gonçalo Canto Moniz, "Depoimentos sobre Octávio Lixa Filgueiras", Fundação Marques da Silva, 2017, disponível em: https://www.facebook.com/fundacao.marquesdasilva/videos/679803375563554/, consultado a 16 Abril 2019.

133 Ibidem.

134 Alexandre Alves Costa *cit. in* Gonçalo Canto Moniz, *op. cit.*, 2017, disponível em: https://www.facebook.com/fundacao.marquesdasilva/videos/667583280118897/, consultado a 16 Abril 2019.

135 Cf. Figueira, Jorge, *op. cit.,* 2002, p. 35.

136 Segundo Domingos Tavares, é a partir da capacidade indutiva que se defende "o específico da formação artística, arquitectónica ou outra". Cf. Tavares, Domingos, *Da Rua Formosa à Firmeza*, Porto: Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P., 1985, p. 8.

137 "A agudização política do sistema, a resposta do Movimento Estudantil, Maio de 68, fazem com que a simples concepção da arquitectura como artefacto seja ultrapassada por uma análise mais vasta de ordem político-ideológica. / Projectar torna-se então num fenómeno cultural complexo. Desenhar, passa pelo juízo de que «… toda a cultura depois de Auschwitz é incómoda… é a convicção de que a racionalidade pode ser utilizada em função da mais brutal irracionalidade». É o medo, é o «silêncio dos poetas», é o desespero legítimo do não desenho." Cf. Moura, Eduardo Souto de, *Relatório de Estágio de Arquitectura*, [s.l.]: [s.n.], 1980.

138 Cf. Marcuse, Herbert, *Um Ensaio para a Libertação*, Amadora: Livraria Bertrand, 1977 [1969], p. 65.

e deveria modificar-se e revolucionar-se[139]. Eram estes as reflexões e os ensinamentos de Giancarlo De Carlo, Vittorio Gregotti e Oriol Bohigas, que vinham mantendo contacto com os arquitectos portugueses desde os anos 1950[140].

Paralelamente, reforçava-se o autoritarismo e a repressão. No ano lectivo de 1973/74 foram levantados vários processos disciplinares contra estudantes[141] e não se renovaram os contratos de alguns docentes devido ao seu comprometimento na politização da Escola[142]. Tal como aconteceu de forma geral nas várias crises universitárias europeias, alguns professores assistentes associaram-se aos estudantes revolucionários na tomada de posição política[143], o que levou a que Alexandre Alves Costa fosse expulso da Escola em Março de 1974. O facto de a expulsão se dever a um alinhamento de acordo com as suas convicções mais profundas fez desse acontecimento um factor prestigiante[144] quando reentrou para a Escola, já em ambiente de liberdade.

Logo após o 25 de Abril, no dia 29 de Abril, realizou-se um plenário na Escola onde se aprovou por unanimidade o empenho no combate ao fascismo dentro e fora da Escola, a expulsão do sub-director, a anulação dos processos disciplinares que tinham sido instaurados e a reintegração dos docentes que tinham sido afastados, tanto recentemente como nos últimos anos da ditadura. Decidiu-se que Octávio Lixa Filgueiras deveria presidir ao órgão directivo da Escola por ser o professor mais antigo, mas a persistência de desentendimentos com os outros docentes e alunos, e de acções que quebravam o exercício democrático, levaram a que lhe fosse levantado

139 Cf. Bohigas, Oriol, "Equivocos «progresistas» en la arquitectura moderna", *Contra una Arquitectura Adjectivada*, Barcelona: Editorial Seix Barral, 1969, pp. 5-37.

140 A nível internacional, é com Itália e Espanha (mais propriamente Barcelona) que os arquitectos portugueses estabelecem contacto. Estes contactos iniciaram-se de forma mais directa a partir da participação de Fernando Távora na Escola de Verão dos CIAM de 1952 que se realizou em Veneza, e que teve repercussões tanto na forma como os estudos históricos e culturais assumiram uma importância crescente para os arquitectos portugueses, como pelo destaque e atenção ampliada que a revista *Casabella Continuità* adquiriu (retirando visibilidade à revista *L'Architecture d'Aujourd'Hui*, até então a referência principal). A participação nos Pequenos Congressos organizados por Oriol Bohigas e Rafael Moneo tornou esta relação ainda mais forte, tendo levado à organização do congresso de 1967 em Tomar. Cf. Nuno Correia, "A crítica arquitectónica, o debate social e a participação portuguesa nos «Pequenos Congressos» - 1959/1968", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, Dezembro 2010, pp. 41-57.

141 Um exemplo foi a participação criminal feita pelo Sub-director Joaquim Machado contra um grupo de quinze alunos da ESBAP no dia 30 de Março de 1974 relativa aos acontecimentos verificados no dia 22 de Fevereiro, em que se proibiu ao Grupo Cultural de Belas-Artes a realização de uma reunião para exibição e discussão de um documentário sobre "a luta dos heroicos Povos da Indochina". A invasão do anfiteatro desencadeou agressões físicas aos alunos e funcionários. Cf. Paulino, Raquel, *op. cit.*, 2013, pp. 306-325.

142 Cf. Fernandes, Manuel Correia, *op. cit.*, 1988, p. 44.

143 Cf. Bourdieu, Pierre, *op. cit.*, 1988, pp. 36, 184.

144 Alexandre Alves Costa refere em entrevista que o facto de ter sido expulso da Escola lhe deu "imenso prestígio", o que remete para a ideia de Pierre Bourdieu de que o sucesso de determinada posição dos académicos e intelectuais está relacionado com a importância do capital cultural e da sua coerência. Cf. Alexandre Alves Costa *cit. in Entrevista a Ana Catarina Costa*, 11 de Março de 2016; Bourdieu, Pierre, *op. cit.*, pp. 188-189.



↗ Plenário de moradores no anfiteatro da ESBAP, 25 Janeiro 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

um processo de saneamento e a que tivesse sido forçado, em Novembro de 1974, a afastar-se da Escola[145].

Com o lançamento, em Agosto de 1974, do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), criado para apoiar a resolução dos problemas da população mal-alojada, os estudantes que estavam a desenvolver trabalho de campo em bairros onde se verificavam problemas de habitabilidade tiveram um papel fundamental na constituição de operações SAAL e na formação das primeiras brigadas técnicas. Houve um esvaziamento temporário da Escola, já que grande parte dos estudantes integrou estas brigadas técnicas e quase todos os docentes se converteram nos respectivos chefes[146]. A participação dos estudantes no Processo SAAL foi muito importante, não só pela integração em brigadas, mas também pelo apoio na mobilização das populações, na elaboração de estratégias de acção política (como a contestação da auto-construção inicialmente proposta pelo Serviço) e no apoio institucional prestado pela Escola, como o acolhimento de vários plenários e o

145 Para consultar este processo, cf. Paulino, Raquel, *op. cit.*, 2013, pp. 364-373, 403-404, 450-453.

146 Apenas Alexandre Alves Costa não chefiou brigadas, dado que fazia parte da coordenação do SAAL/Norte. Foram chefes de brigada os docentes: Domingos Tavares (Poço de Baixo em Ovar e S. Vítor), Manuel Correia Fernandes (S. Pedro da Cova), Joaquim Bento Lousan (Carcavelos, em Matosinhos), Pedro Ramalho (Antas e Combatentes), Álvaro Siza (S. Vítor), Sergio Fernandez (Leal), Alcino Soutinho (Maceda, Justino Teixeira e Serralves), Manuel Fernandes de Sá (Massarelos), Fernando Távora (Miragaia e Prelada), Alfredo Viana de Lima (Campo 24 de Agosto, embora apenas temporariamente) e Cristiano Moreira (Heroísmo e Lomba). Os alunos da ESBAP integravam a quase totalidade das brigadas: Maceda, Antas, Leal, Sé, Chaves de Oliveira, Lapa, S. Vítor, Bela Vista, Massarelos, Parceria-Antunes, Póvoa, Vilar, Francos, S. Roque, Arrábida, Bouça, Contumil, Heroísmo, Miragaia, Presa Velha-Formiga-China, Serralves, Campo 24 de Agosto, Fontaínhas, Lomba, Pêgo Negro, Tirares, Justino Teixeira, Combatentes, Cedofeita-Carvalhosa, Santo Ovídio, Gervide, Cruz de Pau A-B e C, S. Mamede, Angeiras, S. Pedro da Cova, Marinha e S. Pedro. Este levantamento é realizado de acordo com informação consultada em arquivo, no *Livro Branco do SAAL* e na tese de doutoramento de Raquel Paulino, cf. Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *Livro branco do SAAL 1974-1976*, [s.l.]: Conselho Nacional do SAAL, Novembro 1976; Paulino, Raquel, *op. cit.*, 2013, pp. 417-418.



↖ Peça de teatro em frente à Câmara Municipal, com a participação e apoio de estudantes da ESBAP. Manifestação contra os despejos, pela legalização das casas ocupadas, pelo direito à habitação, contra o aumento do custo de vida e contra o fascismo, 6 Março 1976.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

desenvolvimento de trabalhos relacionados com o Processo SAAL no espaço da ESBAP[147].

Ainda assim, tentava-se criar condições para um bom funcionamento da Escola. Foram formadas duas listas para a elaboração de propostas de reestruturação do curso para o ano lectivo de 1974/75: a lista cinzenta e a lista amarela. Pretendia-se conjugar a formação experimental com formação de natureza magistral, estabelecer uma relação directa com a sociedade e tornar a Escola num pólo cultural dinamizador de actividades abertas à comunidade. Para tal, a lista cinzenta[148] propunha uma formação generalista que estaria centrada em torno da arquitectura, salientando o papel social da arquitectura e a importância da habitação social e do apoio técnico às populações; como se procurava dar resposta aos problemas do presente, acabou por se propor o foco no direito à habitação, justificando a aposta numa única via de formação. A lista amarela[149] apostava numa formação diversificada e numa ideia de Escola não unitária, instigando uma maior interdisciplinaridade e uma autonomia dos alunos, já que defendia que estes fossem os responsáveis pela construção do seu percurso; entendia-se a Escola como um lugar de experiências,

147 De acordo com o levantamento realizado por Raquel Paulino na sua tese de doutoramento, realizaram-se as seguintes sessões na Escola: o primeiro plenário das Comissões de Moradores enquadradas pelo SAAL/Norte no dia 2 de Dezembro de 1974; o plenário geral dos moradores com o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo (SEHU) Nuno Portas no dia 25 de Janeiro de 1975; o plenário do dia 18 de Março de 1975 que reuniu 29 Comissões de Moradores, 23 Brigadas Técnicas e a Comissão Coordenadora do SAAL/Norte; um plenário realizado de emergência com o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente (MESA) e o SEHU a 12 de Abril de 1975; o seminário sobre o SAAL realizado entre 24 e 26 de Maio de 1975; o plenário do dia 9 de Janeiro de 1976; o plenário realizado a 14 de Janeiro na sequência do ataque à bomba das instalações do SAAL/Norte; o plenário extraordinário de moradores no dia 6 de Agosto de 1976; e o plenário das Comissões e Associações de Moradores, dos Técnicos das Brigadas e dos Trabalhadores do SAAL/Norte no dia 29 de Outubro de 1976. Cf. Paulino, Raquel, *op. cit.*, 2013, p. 415.

148 A lista cinzenta era composta por: Francisco Barata, José Lencastre, Fernando Távora, Pedro Ramalho, Carlos Guimarães, Manuel Mendes, Eduarda Correia Fernandes, José Gigante, Maria João Palha, Maria Emília Gomes, Alexandre Alves Costa, António Côrte-Real, Francisco Lima, Carlos Prata, Manuel Correia Fernandes, Paula Cruz, Vítor Bastos, Francisco Morais, José Manuel Soares, Pedro Cabral, Bento Lousan, Marta Oliveira, Luís Piçarra e Oliveira Martins. Cf. Idem, p. 387.

149 A lista amarela era composta por: Alcino Soutinho, Cristiano Moreira, Domingos Tavares, Joaquim Vieira, Cláudio Ricca, Júlio Matos e Teresa Vaz.



↗ Participação de estudantes da ESBAP numa manifestação, 1975. © Arquivo Alexandre Alves Costa

ao invés de um estudo centrado nas respostas aos problemas habitacionais do momento. Embora a lista amarela tenha obtido a maioria das votações, o facto de não ter um plano completamente definido levou a que se implementasse a proposta da lista cinzenta.

Apesar dos vários esforços para implementar uma estrutura pedagógica, o ano lectivo de 1974/75 acabou por ser anulado devido ao funcionamento irregular das actividades lectivas[150]. No ano lectivo seguinte, com o reingresso de Álvaro Siza e Pedro Ramalho e a integração de novos docentes, tentou-se construir uma base de funcionamento. Foi-se verificando um progressivo regresso à Escola; mesmo para aqueles que mantinham actividade regular em gabinetes de arquitectura ou em brigadas técnicas do SAAL, a Escola era vista como um complemento à prática, um lugar onde se podiam colher referências teóricas.

As Bases Gerais do programa pedagógico ficaram estabilizadas em 1976 e seriam implementadas no ano lectivo 1976/77. Essa proposta assentava explicitamente em princípios socialistas[151], e fixava uma formação generalista do projecto apoiada num saber empírico, e não analítico, o que deveria implicar "uma proposta de forma

150 Cf. Paulino, Raquel, *op. cit.*, 2013, pp. 442-444.

151 Refere-se especificamente que um dos objectivos gerais da proposta consiste em entender a Escola "como centro aglutinador e dinamizador de actividade intelectual, na prespectiva [sic] do Socialismo, ao serviço das massas trabalhadoras e da luta do povo pela sociedade sem classes". Cf. Escola Superior de Belas Artes do Porto: Curso de Arquitectura, *II Encontro do Curso de Arquitectura, ESBAP: Regime de estudos, 1976-1977: bases gerais*, Porto: ESBAP, 1976, [s.p.]. Contudo, as transformações sociais posteriores levaram a que esses objectivos também fossem alterados, o que mostrou, como refere Raquel Paulino, que "a *intervenção social* era de facto circunstancial". Paulino, Raquel, *op. cit.*, 2013, p. 657.

desde o primeiro contacto com uma realidade em transformação"[152]. A primazia reconhecida à intuição, relacionada com o processo de desenho, e o método empírico de apreender a realidade e reconhecer características do lugar que "informam e enformam"[153] o projecto criaram um espírito ou tendência de Escola. Esta reformulação da prática surgia por reacção aos métodos desenvolvidos previamente por Octávio Lixa Filgueiras, que acabou por ser derrotado por não ter reconhecido o caminho apontado pelo regime experimental. Aqueles que defendiam métodos analíticos ou interdisciplinares, como Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo ou Jacinto Rodrigues (que entrou para a Escola após o 25 de Abril e desenvolveu experiências de projecto relacionadas com modos de vida alternativos assentes na defesa da ecologia e de processos de desurbanização), acabaram por afastar-se ou ser afastados e ter pouca influência na evolução do processo pedagógico da Escola.

Mas as propostas analíticas e mais académicas de Lixa Filgueiras contribuíram, em boa parte, para a pluralidade do ensino e para a existência da diferença, condição que contribuiu para o reconhecimento de uma identidade. Os princípios fixados nas Bases Gerais resultaram também da consciência crítica e social que tinha sido estimulada a partir dos exercícios desenvolvidos na cadeira de Arquitectura Analítica, e o circunstancialismo da intervenção social[154] talvez pudesse não ter sido tão circunstancial caso essa ou outras diferenças tivessem permanecido e sido incentivadas na Escola, a par da tendência que se foi afirmando[155].

152 "Considera-se que o processo de projectação não é analítico e linear (partindo da informação para a forma) e que, pelo contrário, envolve uma proposta de forma desde o primeiro contacto com uma realidade em transformação." Álvaro Siza, "Construção I e II" *in* Escola Superior de Belas Artes do Porto: Curso de Arquitectura, *op. cit.*, 1976, [s.p.]

153 Expressão usada por Álvaro Siza. Cf. Álvaro Siza, "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano" (1976) *in* Costa, A. A.; Costa, A. C.; Fernandez, S. (coord.), *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL. S. Victor*, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, p. 38.

154 Mais uma vez se faz referência à afirmação de Raquel Paulino de que a intervenção social foi circunstancial, limitando-se ao período revolucionário. Cf. Paulino, Raquel, *op. cit.*, 2013, p. 657.

155 Tomando um argumento de Kant usado no seu livro "O conflito das faculdades" – em que se refere a pertinência da audiência de oposição de esquerda perante a classe marcadamente de direita das faculdades – e estabelecendo um paralelismo com a ESBAP, deve existir sempre uma audiência de oposição para que haja um escrutínio severo e um levantamento de objecções às possibilidades apontadas; caso contrário, as decisões podem ser danosas e gerar problemas. Cf. Immanuel Kant *cit. in* Bourdieu, Pierre, *op. cit.*, 1988, p. 36.

3. O 25 DE ABRIL E O DIREITO À HABITAÇÃO

"Quem me vir aqui a estas horas
há-de pensar: está à espera de uma mulher.

E estou.

Corpo subterrâneo.
Cabelos clandestinos.
Perfil que queima e neva.

Revolução."[156]

156 Ferreira, José Gomes, "Comboio - XLV" (1955-56), *Poeta militante: Viagem do século vinte em mim: 2.º volume*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 299-300.

3.1. O 25 DE ABRIL E OS MOVIMENTOS POPULARES

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 pôs fim à mais longa ditadura da história moderna da Europa Ocidental que privou o povo português de direitos democráticos fundamentais. No seio do imperialismo global, acometido por uma recessão internacional[156], Portugal encontrava-se numa situação pré-revolucionária que deu lugar a um dos movimentos sociais populares mais amplos e profundos na Europa no período do pós-guerra[157] marcado pela participação e politização massiva, bem como pela defesa da justiça popular. Estava anunciado um espírito de mudança.

O Movimento das Forças Armadas que derrubou o governo já vinha delineando planos para a execução do golpe desde 1973. A justificar esta iniciativa estava, sobretudo, a impopularidade da guerra colonial iniciada em 1961 e que não tinha quaisquer perspectivas políticas futuras. As tensões internas nas forças armadas estavam marcadas pela derrota e humilhação com a invasão de Goa, pela fragilização provocada pela denúncia pública internacional dos massacres em Moçambique e pelo fracasso da guerra contra os movimentos de libertação das colónias de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. O amplo recrutamento de oficiais provenientes de classes sociais diferentes do campo de recrutamento "tradicional"[158] ou estudantes, que já desde o início dos anos 1960 se vinham politizando e mostrando hostis ao regime, contribuiu para o desencadeamento de acções de conspiração no seio dos oficiais que culminaram com a organização do golpe militar.

O apoio incondicional das massas populares ao golpe militar[159] e a inexistência de movimentos em defesa do regime de Marcelo Caetano deram origem a uma situação nova de natureza política para a sociedade portuguesa que exigia uma mudança radical.

Há muito que se verificavam tensões sociais e políticas. As bases do fascismo, sustentadas no colonialismo, num atraso social, num regime repressivo e no apoio

156 Cf. Blackburn, Robin, "The Test in Portugal", *New Left Review*, I/87-88, Set.-Dez. 1974, p. 6.

157 Cf. Santos, Boaventura Sousa, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Edições Afrontamento, 1992 [1990], p. 27.

158 César Oliveira, "O 25 de Abril e a ruptura com os municípios corporativos" *in* Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa: Temas & Debates, 1996, p. 345.

159 "A tomada espontânea da rua por parte da população logo na manhã de 25 de Abril de 1974, contra todas as expectativas dos militares rebeldes, representa bem uma metáfora do processo de súbita mobilização para a actividade política que os militares rebeldes não haviam previsto no seu modelo de transformação." Manuel Loff, "Fim do colonialismo, ruptura política e transformação social em Portugal nos anos setenta" *in* Loff, Manuel; Pereira, M. da Conceição Meireles (coord.), *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*, Porto: Editora Universidade do Porto, 2006, p. 167.

de uma parte substancial da Igreja[160], estavam ameaçadas pelas guerras coloniais e pela re-orientação capitalista. Em 1969 iniciou-se "a crise final da forma organizativa do Estado e, com ela, uma profunda crise de legitimação e hegemonia"[161]. A abertura ao investimento estrangeiro e a transição para um regime liberal gerou uma situação de grande instabilidade que obrigou à afirmação de uma matriz mais rígida, repressiva e autoritária por parte do Estado. A repressão e os baixos salários que se verificavam numa altura de crescente produção industrial geraram reivindicações operárias e greves. As situações de revolta nas Universidades eram controladas através de repressão policial. O mesmo acontecia com oposicionistas ao regime, de que é exemplo a carga policial exercida no III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro em 1973. Desenvolviam-se formas de resistência clandestina. Mas só com o golpe militar é que se verificou uma abertura e uma conjuntura favorável à generalização dos movimentos de protesto e reivindicação das massas populares.

As populações tomaram a ofensiva na rua, por iniciativa própria, conquistando e exercendo as liberdades de reunião e expressão. A ausência de repressão e o apoio por parte dos militares permitiram que a mobilização ganhasse expressão e se organizasse colectivamente.

O "agente tutelar"[162] ou "motor"[163] da revolução foi o Movimento das Forças Armadas. No seu Programa anunciava como medidas imediatas: o exercício de poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação de um Governo Provisório Civil e a posterior convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte "eleita por sufrágio universal directo e secreto"; "a amnistia imediata de todos os presos políticos"; a abolição da censura e exame prévio; a extinção da polícia política, da Legião e da Mocidade Portuguesas; "o saneamento das forças armadas e militarizadas". A curto prazo, declarava o respeito pelas liberdades e direitos fundamentais, a resolução da política ultramarina, "uma nova política económica" que defendesse as classes mais desfavorecidas e "uma nova política social que, em todos os seus domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses".[164]

160 Apesar do apoio da Igreja, existiam movimentos católicos progressistas que se opunham ao regime.

161 Santos, Boaventura Sousa, *op. cit.*, 1992, p. 17.

162 Pereira, Gaspar Martins, "SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário", *História: Revista da FLUP Porto*, IV Série, vol. 4, 2014, p. 17.

163 Chilcote, Roland H., *A Revolução Portuguesa: Estado e classes sociais na transição para a democracia*, Porto: Edições Afrontamento, 2014, p. 115.

164 "Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas", disponível em: http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07, consultado a 22 Junho 2018.



↖ Manifestação dos moradores ligados ao SAAL/Norte de apoio aos delegados das comissões e associações em reunião com o SEHU, 25 Janeiro 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Por um lado, o MFA servia como garante da aplicação do seu Programa, da preparação da sociedade para eleições democráticas e da anulação de qualquer risco de recessão e retorno às "sombras do fascismo"[165]. Por outro lado, para o povo, as forças armadas eram vistas como forças libertadoras, empenhadas na defesa dos seus interesses e na resolução dos seus problemas e carências, o que criou um universo simbólico em torno do MFA.

A aplicação do Programa manteve o Movimento mais ou menos unido durante a primeira fase do processo revolucionário, apesar de a resolução da questão colonial se ter prolongado até Janeiro de 1975 e ter levado à formação de três Governos Provisórios[166]. Ainda que não se referisse explicitamente, as medidas contempladas forneciam uma base de transição para o socialismo, muito pela influência que o pensamento marxista havia exercido nos intelectuais portugueses do século XX. Impunha-se uma transformação radical das estruturas política, económica, social e cultural do país.

Contudo, as mudanças estruturais foram mais aparentes que reais. As estruturas políticas e aparelhos repressivos fascistas foram desmantelados, mas apenas se reformou o Estado através da infiltração de novos agentes em posições e cargos do aparelho burocrático, inviabilizando uma reconstrução mais profunda. Verificou-se uma "paralisia administrativa do Estado" e o MFA organizou-se "contra a forma fascista da dominação política capitalista"[167], impedindo a concentração de capital e a dominação da burguesia industrial-financeira, já que, como alega Boaventura Sousa

165 A expressão "sombras do fascismo" é utilizada por vários autores. Cf., por exemplo, Blackburn, Robin, *op. cit.*, Set.-Dez. 1974, p. 43.

166 O I Governo Provisório tomou posse a 16 de Maio de 1974 presidido por Palma Carlos, que tentou manter as colónias; na sequência da derrota no referendo criado, o governo caiu a 11 de Julho. O II Governo Provisório, presidido por Vasco Gonçalves, tomou posse a 18 de Julho, num governo maioritariamente formado por oficiais do MFA. A renúncia de António de Spínola ao cargo de presidente da Junta de Salvação Nacional a 30 de Setembro de 1974 (tendo sido nomeado Francisco da Costa Gomes como seu sucessor) levou à saída de generais apoiantes das ideias de Spínola e à formação do III Governo Provisório na mesma data, que se manteve em funções até 26 de Março de 1975, presidido por Vasco Gonçalves.

167 Santos, Boaventura Sousa, *op. cit.*, 1992, p. 33.



↗ Manifestação do "Poder Popular", convocada por comissões de moradores e de trabalhadores, de apoio ao "Documento-Guia" do MFA, 18 Julho 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Santos, não se poderia ter organizado contra a dominação política capitalista. É o mesmo autor que refere que a suspensão ou neutralização de um poder capitalista impediu, de igual forma, o surgimento de um poder operário, verificando-se uma "dualidade de impotências"[168].

Após a resolução do problema colonial, a luta política e as posições partidárias tornaram-se mais evidentes. Com a criação do Conselho da Revolução, a partir de 11 de Março de 1975, acentuou-se a radicalização do regime. A ala mais radical do MFA afirmava-se como vanguarda revolucionária, defensora do movimento popular de base e de um modelo participativo como resposta aos movimentos sociais e populares.

Os movimentos populares que se seguiram ao 25 de Abril confirmavam o acesso à cidadania e às liberdades e direitos que haviam sido negados durante o regime fascista, abrindo caminho para um espaço democrático na sociedade civil. Igualmente, exteriorizavam expectativas de mudança e melhoria das condições de vida e de participação pública colectiva que estavam relacionadas com os princípios político-institucionais que progressivamente foram sendo apresentados nos programas dos vários Governos Provisórios. Entre eles estavam o acesso à educação, serviços de saúde universais e gratuitos, a ocupação do universo feminino no espaço público, aumentos salariais, políticas anti-inflaccionistas, intensificação do investimento público, nacionalizações e também o direito à habitação.

168 Idem, p. 35.

A questão da habitação foi um dos eixos de mobilização e organização popular, dado que se tratava de um problema que tinha sido constantemente relegado ou apenas considerado quando alinhado com outros interesses. A liberalização política e o anúncio de medidas de correcção das injustiças sociais levaram a que as mobilizações se fizessem sentir imediatamente. No dia 29 de Abril de 1974, moradores de bairros de barracas em Lisboa ocuparam as casas vazias de um bairro social[169]. No Porto, os moradores do bairro S. João de Deus reuniram-se em assembleia no dia 30 de Abril para a elaboração de um caderno reivindicativo. É muito significativo que o movimento de moradores tenha sido activado por moradores de bairros camarários, já que o "interesse colectivo e o interlocutor já estavam definidos"[170].

Os movimentos de moradores procuraram implementar um exercício de democracia directa, com a constituição de comissões de moradores e organizações de base popular. Como explica Maria Rodrigues, a luta dos moradores pelos seus direitos e a reivindicação de um sistema urbano que não fosse segregante nem repressivo assumiram uma espécie de catarse ou ritual, num momento em que finalmente encontraram espaço para exigir o que sempre havia sido negado e a abertura de possibilidades alimentava esperanças[171].

A partir de Setembro de 1974, com o lançamento do Decreto-Lei 445/74 que determinava o período de 120 dias para os senhorios alugarem as casas que se encontravam devolutas, as reivindicações populares tornaram-se mais efectivas. Verificou-se o controlo público de arrendamentos, a obrigatoriedade de integração das casas vazias na bolsa da habitação e a suspensão das demolições de edifícios urbanos. Se, numa primeira fase, os interesses privados se mantiveram como observadores, nesta fase houve acções abertas de confronto, com a fuga de capitais e de investimentos e a consequente falência de empresas do sector de construção civil e aumento do desemprego[172].

Vítor Matias Ferreira identifica três tipos de movimentações urbanas. No início, considera que as movimentações foram essencialmente de carácter reivindicativo, consistindo em reivindicações generalistas de vertente humanista em que não existia

169 O facto de nos quinze dias que se seguiram ao 25 de Abril terem sido ocupadas cerca de 2.000 habitações em Lisboa demonstra a necessidade urgente de habitações pelas populações mais carenciadas. Cf. Christian Topalov, "La politique du logement dans le processus révolutionnaire portugais (1974-1975)", *Espaces et Sociétés*, 17/18, Mar.-Jun. 1976, pp. 130-131.

170 Cerezales, Diego Palacios, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa 1974-1975*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 88.

171 Cf. Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, p. 119.

172 Segundo Christian Topalov, a fuga de capitais era simultaneamente uma contribuição para a sabotagem da economia nacional. Cf. Christian Topalov, *op. cit.*, Mar.-Jun. 1976, p. 127.

um destinatário político específico. Progressivamente, estas foram assumindo formas de protesto, com protestos políticos dirigidos a instituições específicas. Mas, para as mobilizações assumirem o estatuto de movimentos sociais, devem enunciar "um projecto de transformação da própria sociedade em que surge[m]"[173]. Foi só numa fase posterior que o movimento de radicalização da luta dos movimentos urbanos excedeu os movimentos reivindicativos.

Na base dessa radicalização da luta estavam as várias ocupações realizadas, que punham em causa a propriedade privada. O movimento de ocupação de casas teve o apoio fundamental do COPCON, o Comando Operacional do Continente liderado por Otelo Saraiva de Carvalho, que se revelou fundamental nos processos de mediação e negociação, bem como na elaboração do projecto de lei que consolidaria e legitimaria as ocupações realizadas, ainda que, como refere Boaventura Sousa Santos, este tenha nascido como nado-morto[174]. O movimento de ocupação de casas foi inviabilizado, em parte por em oposição a este movimento se encontrarem o Estado, estratos médios da burguesia e também a pequena burguesia (pequenos proprietários com parcos recursos económicos que não deveriam ser lesados com as expropriações). Mas a inviabilização das ocupações declarava, simultaneamente, que a propriedade privada não seria mudada. Ainda assim, serviu, juntamente com os restantes movimentos urbanos, para pressionar as forças políticas no sentido de encontrar soluções para o problema habitacional.

Alguns autores salientam o apoio partidário e o incitamento aos habitantes para as ocupações, alegando o objectivo político contido nesta forma de luta urbana[175]. Outros reforçam a autonomia da sua organização[176] e a relação com movimentos operários e com o proletariado rural, tendo-se tornado um referente simbólico para o processo político. A identificação entre comissões de moradores e de trabalhadores foi outro dos vectores que reflectiu a força dos movimentos sociais urbanos.

173 Ferreira, Vítor Matias, *Movimentos sociais urbanos e intervenção política: a intervenção do SAAL em Lisboa*, Porto: Edições Afrontamento, 1984, pp. 15-17.

174 Cf. Santos, Boaventura Sousa, *op. cit.*, 1992, pp. 60-62.

175 Tal como referido por Nuno Portas. Cf. Nuno Portas *cit. in* "La Question du Logement au Portugal Democratique" (entrevista a Nuno Portas para a revista "Espaces et sociétés: revue critique internationale de l'aménagement, de l'architecture et de l'urbanisme", Outubro 1974 / Janeiro 1975), *in* Portas, Nuno, *Arquitectura(s): teoria e desenho, investigação e projecto*, Porto: Faup Publicações, 2005, p. 251.

176 Ainda que os movimentos populares tenham sido muitas vezes instrumentalizados por forças políticas e segundo determinadas estratégias para uma tomada de poder, em muitas situações essas organizações foram completamente espontâneas, abrindo "novos espaços de sociabilidade e criatividade social" que "projectaram de forma inovadora soluções autónomas para os problemas das classes trabalhadoras no domínio da habitação, da actividade cultural, da organização da produção, da vida comunitária, asseguraram o funcionamento mínimo do processo produtivo face ao defensismo absentista ou mesmo ao boicote do patronato, identificaram ou ampliaram carências sociais e servidões que o ambiente simbólico concentracionário do Estado Novo não tinha permitido revelar e, enfim, alargaram e aprofundaram o conceito de política no próprio processo de capacitação social das classes populares". Santos, Boaventura Sousa, *op. cit.*, 1992, p. 32.



↖ Manifestação nacional dos moradores, contra o decreto que impede as ocupações (198ª/75), 17 Maio 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

O "carácter claramente anti-capitalista"[177] dos movimentos sociais, como defende Diego Palacios Cerezales a partir da análise do processo, permite ler as formas radicais de acção e o seu alinhamento comum. Manuel Castells salienta que existe uma "extrema dependência das lutas urbanas em relação às outras lutas sociais e mesmo a sua incapacidade de desenvolvimento real sem uma articulação com os conflitos políticos que ficam essencialmente dominados pelas formas actuais de afrontamento entre Capital e Trabalho". É através da "articulação das contradições urbanas com as outras contradições da estrutura social" que os movimentos urbanos se tornam movimentos sociais, "na medida em que chegarem a ser componentes de um movimento político que põe em causa a ordem social, como por exemplo, a luta operária".[178] A tentativa de socializar e democratizar o espaço urbano e a relação com cooperativas de produção e de construção denotam uma orientação que punha em causa o sistema político e económico e visava a revolução da sociedade.

Estas acções coincidiram com a radicalização do regime, como foi referido. O período entre 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975 foi marcado por um grande número de nacionalizações que procuravam controlar os principais sectores da economia – bancas, seguros e empresas dos grupos monopolistas – e desmantelar os grandes grupos económicos. Boaventura Sousa Santos constata como, "[a] partir de então, o Estado passou a ser uma plataforma múltipla de lutas sociais e políticas e, mais do que isso, a questão global da natureza de classe da dominação estatal passou a ser parte integrante da luta política, senão mesmo o objectivo privilegiado

177 Cerezales, Diego Palacios, *op. cit.*, 2003, p. 81.
178 Castells, Manuel, *Lutas Urbanas e Poder Político*, Porto: Afrontamento, 1976, pp. 122-123.

da luta de classes"[179]. Contudo, como se pôde constatar, as nacionalizações dos meios de produção serviram mais o domínio exercido pelo Estado do que uma socialização que permitisse estabelecer um regime de hegemonia proletária e a sua apropriação.

Esta conjuntura mais radical impulsionou, para além da ocupação das casas devolutas, o controlo de empresas e pequenas fábricas em regime de auto-gestão pelos seus trabalhadores e a constituição de unidades colectivas de produção. No campo houve a ocupação de latifúndios, o que levou à Reforma Agrária, com a expropriação e nacionalização das explorações agrícolas com áreas superiores a 500 hectares. As múltiplas vias das pressões exercidas tentavam aumentar as hipóteses de que essas questões fossem atendidas pela sociedade civil, mas demonstravam também a capacidade e crença de poderem controlar as suas circunstâncias a partir da via do poder popular.

Mário Brochado Coelho entende que o poder popular não se perfilava como uma alternativa ao poder, mas como uma crítica aos compromissos e indefinições verificados, como uma crítica contra o capitalismo. Considera que não seria "a sua actual estrutura fragmentária, localista e politicamente embrionária que [poderia] vir, a curto prazo, a constituir um meio de tomada do poder pelos trabalhadores"[180]. De qualquer forma, ainda que não se tenham criado novas formas de produção do espaço[181], porque dependentes de alterações mais estruturais na sociedade que não foram implementadas, houve uma tentativa de apropriação colectiva da cidade. Embora a mobilização dos moradores correspondesse a um grupo heterogéneo e fragmentado que, por si só, não constituía um corpo coeso[182], requereu uma unidade em torno de uma causa comum. Houve um "exercício colectivo" do "direito à habitação condigna"[183], que exigia igualmente a construção de infra-estruturas e de equipamento social, a aplicação de preços acessíveis e a resolução do problema dos transportes. Havia a consciência de que a habitação jogava um papel decisivo na transformação imediata das condições de vida das massas e no reforço da sua acção

179 Santos, Boaventura Sousa, *op. cit.*, 1992, p. 28.

180 Coelho, Mário Brochado, "Um processo organizativo de moradores: SAAL Norte 1974-76", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Fevereiro 1986, p. 667.

181 "As the capitalist production mode produces a space that is specific to it, a revolutionary strategy will have to create another mode of producing space, according to Lefebvre, by way of a collective reappropriation of the city, as well as by way of a reappropriation and liberation of daily life, something which of course, is impossible except in a non-capitalist production mode." Busquet, Grégory, "Political Space in the Work of Henri Lefebvre: Ideology and Utopia", *justice spatiale | spatial justice*, 5, Dez. 2012 - Dez. 2013, pp. 2-3.

182 Tal como reconhecido por Lefebvre, Castells ou Harvey. Cf. Harvey, David, *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*, London/New York: Verso Books, 2013, p. xiii.

183 Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, p. 70.

reivindicativa e política[184], e a organização dos moradores foi, "em si mesma, um processo de formação de uma identidade colectiva"[185].

Contraposto ao reforço do espírito revolucionário e do poder popular, começou a fazer-se sentir uma resistência por parte das estruturas partidárias menos radicais. As eleições para a Assembleia Constituinte, que tinham como finalidade a redacção da nova Constituição e que foram realizadas no dia 25 de Abril de 1975, deram a vitória ao Partido Socialista. Esta foi a primeira convocatória de eleições com sufrágio universal e teve uma afluência às urnas de 91,2%[186], uma das mais elevadas de sempre. Esta ampla participação demonstrou o envolvimento e a percepção popular da capacidade de agir, decidir e transformar a sociedade. Reflectia também a abertura do espaço político e a organização e mobilização popular. Porém, os resultados antecipavam acontecimentos subsequentes, como a preferência por uma democracia formal e parlamentar, contrariamente à opção por uma democracia directa ou aspirações a um socialismo, democrático ou radical, da via do poder popular. Os partidos mais votados viam legitimada a defesa da "estabilização da democracia representativa"[187].

Durante o "Verão quente" de 1975, verificou-se a multiplicação de manifestações, de ocupações de fábricas e de casas, de ocupação de órgãos de comunicação social, de saneamentos nas empresas e instituições, e o desenvolvimento de estruturas políticas de base. A defesa do direito à habitação e à cidade estava enquadrada num conjunto mais amplo de reivindicações que tinham como vontade a transformação global da sociedade.

Foi durante este período que se formaram o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto e o Conselho de Moradores de Setúbal. No Porto, o Conselho Revolucionário de Moradores (CRMP) teve o importante apoio da Comissão Administrativa Militar que estava integrada na Câmara Municipal e que tornou o CRMP um órgão consultivo do Conselho Municipal. Em Setúbal, o Conselho de Moradores tinha o apoio da Câmara Municipal liderada pelo Movimento Democrático Português (MDP), embora se estabelecessem limites claros quanto à legitimidade das ocupações[188].

184 Cf. Manuel Castells, "La Question du Logement au Portugal Democratique" (entrevista a Nuno Portas para a revista "Espaces et sociétés: revue critique internationale de l'aménagement, de l'architecture et de l'urbanisme", Outubro 1974 / Janeiro 1975) *in* Portas, Nuno, *op. cit.*, 2005, p. 247.

185 Chilcote, Roland H., *op. cit.*, 2014, p. 84.

186 Cf. Manuel Loff, "Fim do colonialismo, ruptura política e transformação social em Portugal nos anos setenta" *in* Loff, Manuel; Pereira, M. da Conceição Meireles (coord.), *op. cit.*, 2006, p. 169.

187 Pereira, Gaspar Martins, *op. cit.*, 2014, p. 22.

188 Cf. Cerezales, Diego Palacios, *op. cit.*, 2003, p. 86.

No mandato do VI Governo Provisório, a partir de 19 de Setembro de 1975, os moderados tomaram o controlo. As várias iniciativas realizadas anteriormente eram entendidas pela elite política democrática como a tentativa de imposição de uma ditadura do proletariado, protagonizada pelo Partido Comunista Português, apesar de, como indica António Costa Pinto, esta leitura estar "longe de esgotar o tema"[189]. As próprias clivagens existentes no seio das forças armadas inviabilizavam acções programadas. Mas foi nesta altura que se notou uma maior polarização. O sector moderado do MFA preparava-se para o golpe de 25 de Novembro de 1975 e verificava-se uma mobilização anti-revolucionária, tanto protagonizada pelos Partidos Socialista e Social Democrata, como pela mobilização da Igreja Católica[190], sobretudo fora dos grandes centros urbanos. Houve também uma dispersão das tendências mais radicais que, "[ao] actuarem desconexa e hesitantemente, (...) entregaram de mão beijada os trunfos ao grupo moderado e ao seu sector operacional"[191].

A 25 de Novembro de 1975, uma acção militar organizada pela coligação de sectores conservadores e moderados das forças armadas e de formações políticas de centro recuperou o controlo político. Um dos objectivos principais era terminar com a paralisia do Estado, reactivar o seu exercício de poder e reconstituir autoridade. Como refere Boaventura Sousa Santos, procurava-se "desmoralizar os movimentos sociais populares, neutralizar as forças políticas mais radicais, disciplinar as forças armadas, reactivar o aparelho repressivo e concluir o processo de definição constitucional do novo regime"[192]. Impôs-se o desalojamento das casas ocupadas e o desmantelamento das estruturas de organização popular. Associada à derrota do MFA e das estruturas alternativas, houve uma inversão do processo político, económico e social e o movimento de moradores também perdeu força e coesão.

Ainda que mantivesse actividade local, o movimento de moradores adoptou uma posição defensiva. A politização da defesa do poder popular apoiada pelo MDP não era aceite por todas as organizações de moradores. A desmobilização que se fez sentir correspondeu à perda de abertura e estrutura de oportunidades políticas, apesar de outros autores, como Pedro Ramos Pinto, referirem que essa

189 Cf. António Costa Pinto, "O legado do autoritarismo e a transição portuguesa para a democracia, 1974-2004" *in* Loff, Manuel, Pereira, M. da Conceição Meireles (coord.), *op. cit.*, 2006, p. 40.

190 A Igreja Católica, um dos pilares ideológicos mais importantes do Estado Novo, não tinha sofrido processos de transformação interna e manteve-se resguardada da contestação social. Cf. Santos, Boaventura Sousa, *op. cit.*, 1992, p. 27.

191 António Reis, "A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização" *in* Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Volume VI, Lisboa: Publicações Alfa, 1992, p. 59.

192 Cf. Santos, Boaventura Sousa, *op. cit.*, 1992, p. 36.

desmobilização resultou de uma escolha da população por seguir o rumo da democratização segundo uma posição mais moderada[193].

Para Roland Chilcote, o que se perdeu com o 25 de Novembro "não foi o avanço imediato para o socialismo, mas a liderança das massas populares sobre o processo de democratização"[194]. A necessidade de salvaguardar a ordem democrática burguesa fez com que houvesse uma diluição gradual do projecto socialista através do acordo entre os partidos políticos e as facções moderadas das forças armadas, impedindo o desenvolvimento de propostas mais radicais.

Em Fevereiro de 1976, a Assembleia do MFA foi eliminada, reservando ao Movimento das Forças Armadas o papel de garante da democracia.

A política económica passou a ser orientada para a liberalização do mercado, com o relançamento do investimento de iniciativa privada e a cedência às pressões dos promotores imobiliários. A adopção do sistema de crédito criou uma procura solvente artificial, impulsionando a especulação imobiliária. Apesar dos vários esforços, o capitalismo persistiu, bem como a salvaguarda da ordem burguesa. No que diz respeito à luta pelo direito à habitação e à cidade, não se conseguiram alcançar mudanças irreversíveis[195].

A 2 de Abril de 1976 foi aprovada pela Assembleia Constituinte a Constituição da República que continha uma forte orientação socialista, apesar de se ajustar aos valores da democracia liberal. Estavam contempladas várias formas de democracia participativa e direitos sociais e económicos avançados, como lastro do alinhamento à esquerda da vida política portuguesa durante o seu curto processo revolucionário[196]. Com o passar dos anos, os partidos foram reconquistando a sua formação ideológica própria e afastaram-se da via socializante, mais apoiados na ideia da legitimação dos seus princípios por sufrágio do que num compromisso com as iniciativas das massas populares. As revisões efectuadas na Constituição em 1982 e 1989 eliminaram a linguagem revolucionária.

193 Cf. Pedro Ramos Pinto, "Urban Social Movements and the Transition to Democracy in Portugal, 1974-1976", *The Historical Journal*, 51, 4, 2008, p. 1045.

194 Chilcote, Roland H., *op. cit.*, 2014, pp. 116-117.

195 Cf. Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, p. 138.

196 A Constituição continha um capítulo dedicado às "Organizações populares de base", pretendendo "intensificar a participação das populações na vida administrativa local", mas nunca foi publicada a legislação acerca desta estrutura. Com o passar do tempo, perdeu-se a importância e papel decisório das comissões de moradores, mantendo-se apenas o "direito de petição perante as autarquias locais" e o direito de "participação, sem direito de voto, através de representantes, nas assembleias de freguesia". Cf. *Constituição da República Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976, p. 118; Mário Brochado Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 658; J. J. G. Canotilho e Vital Moreira *cit. in* César Oliveira, *op. cit.*, 1996, p. 356.

As eleições presidenciais realizadas a 27 de Julho de 1976 deram a vitória a Ramalho Eanes, que procurou repor a ordem democrática. A defesa dos órgãos populares de base, assumida por outros candidatos como Otelo Saraiva de Carvalho que ficou classificado em segundo lugar, não era evidente na candidatura de Ramalho Eanes, o que tornou a linha de actuação do movimento de moradores cada vez mais marginal[197].

Havia a ideia de que seria possível manter parte da estrutura do Estado e transformá-la internamente, sob uma liderança progressista. Apesar das nacionalizações efectuadas, o Estado não alcançou autonomia, que só poderia estar assegurada através de uma coesão dos processos políticos, económicos, sociais e culturais. A pressão criada pelos movimentos populares foi insuficiente para superar a dominação capitalista, que se manteve intacta, e o sistema político estabelecido de recorte demoliberal foi-se aproximando do neoliberalismo, tal como o conhecemos hoje.

197 Cf. Bandeirinha, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007, p. 201.

3.2. O DIREITO À HABITAÇÃO

Os movimentos de moradores que se seguiram à queda do regime fascista resultaram, como se referiu anteriormente, das carências e más condições de habitabilidade que se foram acumulando ao longo de dezenas de anos, bem como das políticas de habitação implementadas que passaram, entre outros, pela expulsão dos segmentos sociais mais fragilizados dos núcleos urbanos antigos das cidades. Reclamava-se o direito à habitação e o direito à cidade. As cidades, obra e reflexo humano, mas, também, concentração de capitais, são "o *espaço do poder*"[198] e palco da luta de classes, daí que a mobilização social se processe em território urbano.

Os problemas de habitação existem desde sempre, porque resultam da exploração da classe trabalhadora pela classe dominante. Com a industrialização e os fluxos de população para as grandes cidades houve um agravamento das más condições habitacionais. Um dos primeiros a analisar as condições de alojamento da classe operária foi Friedrich Engels, quando observou as condições em que vivia a classe trabalhadora em Inglaterra, tecendo duras críticas à exploração praticada pelo capitalismo industrial. Até então, o trabalho, espaço de produção, era entendido como o espaço de resistência e a habitação como um problema secundário, sem se perceber a sua importância enquanto lugar da reprodução social como realçou Engels. Contudo, Engels é peremptório na sua tese: "(...) enquanto existir o modo de produção capitalista, será absurdo pretender resolver isoladamente o problema da habitação, ou qualquer outro problema social referente à sorte do operário. A solução reside na abolição deste modo de produção, na apropriação pela própria classe operária de todos os meios de produção e existência."[199]. Engels reagia ao reformismo social defendido por Proudhon, que dava seguimento às ideias de Owen e Fourier, uma ideologia que classificava como sendo "pequeno-burguesa"[200]. Ainda que Castells partilhe desta constatação, entende que "pode haver no processo geral de transformação (que aliás não pára com a tomada de poder) fases e batalhas particulares que podem mudar, de maneira sempre instável e parcial, a lógica geral da organização urbana"[201]. E, para isso, os movimentos de moradores desempenham um papel fundamental de resistência e pressão política.

198 Ferreira, Vítor Matias, *op. cit.*, 1984, p. 11.

199 Engels, Friedrich, *A Questão do Alojamento*, Porto: Editora Poveira, 1971 [1873], p. 140.

200 António Fonseca Ferreira, "A Questão do Alojamento – Revisitar Engels", *Jornal Arquitectos*, 204, Jan.-Fev. 2002, pp. 5-8.

201 Castells, Manuel, *op. cit.,* 1976, p. 17.



↗ Manifestação dos moradores das casas "sub-alugadas", ilhas e bairros camarários, pelo direito à habitação, 30 Novembro 1974. Os cartazes e faixas utilizados expressam os diferentes tipos de reivindicações dos moradores relativas ao direito à habitação.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

O direito a uma habitação condigna é consagrado na declaração universal dos direitos humanos da ONU desde 1948; no entanto, não é aplicado. Embora a casa deva ser um recurso acessível a todos, um lugar de conforto, segurança e mediação com o mundo, as classes mais desfavorecidas vêem-se frequentemente em situações de densificação, insalubridade, insegurança e opressão. A mercantilização da habitação e a sua utilização como forma de exploração põem em risco a importância da casa como lugar de segurança ontológica[202] e protecção contra a alienação[203]. Para além da necessidade universal de um espaço para viver, o ambiente doméstico é o garante da individualidade, identidade cultural e referentes simbólicos. David Madden e Peter Marcuse afirmam mesmo que "nenhuma outra mercadoria é tão importante na articulação e organização de cidadania, trabalho, identidades, solidariedades e política"[204].

O problema da habitação não se resume à provisão de casa, mas também de serviços públicos, enquadramento legal, segurança social, igualdade e integração urbana.

202 "Ontological security is the sense that the stability of the world can be taken for granted. It is the emotional foundation that allows us to feel at ease in our environment and at home in our housing. Ontological security is a subjective state, but it depends upon a number of structural conditions. It presupposes stable access to dwelling space that is under the resident's own control. It assumes a particular class position, which makes the steady reproduction of everyday life possible. It also implies a functioning domestic economy, which invariably raises questions about gender roles and the remuneration of labor. It is underpinned by legal rights that maintain the sanctity of the home as the domain of personal sovereignty. It is, in essence, the psychosocial corollary to full political and social citizenship—and as such has long been reserved as an elite, male, white privilege. / For poor households, the current housing system seems designed specifically to produce residential alienation instead of ontological security." Madden, David; Marcuse, Peter, *In Defense of Housing: The politics of crisis*, London-New York: Verso, 2016, e-book, capítulo 2, "The experince of insecurity", para. 3.

203 "The thought that we want to draw from the idea of alienation is that social violence inevitably occurs when an activity that is essential to our humanity is subject to exploitation and control by others." Idem, capítulo 2, "Alienation and housing", para. 10.

204 Idem, introdução, "In defense of housing", para. 5.

Reclamar a cidade no seu aspecto comunitário é um exercício de cidadania. O direito à cidade, na perspectiva de Henri Lefebvre[205], tem um sentido ético e político que transcende o direito legal de pertença ou acesso a recursos incorporados na cidade, estando relacionado com o "direito a uma cidade transformada e o direito a transformar a cidade"[206]. Como tal, a reinvenção da cidade é um processo colectivo que se sobrepõe aos processos de urbanização.

A amplitude e complexidade deste tema deve entender-se no seu enquadramento económico e político, o que levanta questões quanto ao sistema económico em que se insere e à acção estatal. O Estado é um agente fundamental, tanto pelo seu papel de mediação como de promoção de habitação pública. A tendência para delegar a responsabilidade da construção de habitação ao domínio privado, alegando a auto-regulação do mercado, não protege as classes com menores rendimentos. Igualmente, ao não regulamentar as condições de promoção habitacional, mas assegurar as infra-estruturas que favorecem o lucro dos investidores, facilita e contribui para uma gestão capitalista e um sistema de especulação, sem assegurar a dignidade no acesso à habitação, o que acentua as situações de desigualdade.

A questão habitacional depende da acção estatal em múltiplos sentidos: planeamento urbano, certificação de materiais e técnicas de construção, fornecimento e/ou regulação de infra-estruturas, fiscalização, formação de mão-de-obra, definição do direito laboral, enquadramento legal de compra, venda e arrendamento, regulação civil, entre outros. Num quadro capitalista, que se centra no consumo individual, o investimento em habitação, equipamentos e transportes é deficitário, mas, nem por isso, indispensável ao seu desenvolvimento. O Estado, enquanto investidor e administrador, tem de ser o gestor destes problemas urbanos e definir as linhas de orientação política.

Porém, como refere Manuel Castells, "não há racionalidade técnica fora da história concreta, e (…) toda a intervenção do Estado dentro da organização da vida social se faz a partir e dentro da lógica das forças sociais em presença", o que significa que reflecte os interesses das classes dominantes. Deste ponto de vista, "a planificação urbana não pode ser instrumento de mudança social, mas de dominação, de integração e de *regulação das contradições*, e os seus efeitos devem analisar-se do ponto de vista social e não em relação a uma quimérica «ordem espacial»."[207]

205 Lefebvre, Henri, *op. cit.*, 2012.
206 Madden, David; Marcuse, Peter, *op. cit.*, 2016, e-book, conclusão, "Housing as a right", para. 6.
207 Castells, Manuel, *op. cit.*, 1976, p. 16.



↗ Manifestação dos moradores das casas "sub-alugadas", ilhas e bairros camarários, pelo direito à habitação, 30 Novembro 1974.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

A própria urbanização converteu-se numa forma de "mobilização, produção, apropriação e absorção de excedentes económicos"[208]. Ainda que permaneça a ideia humanista de que a habitação e a intervenção urbana possam contribuir para fornecer as bases para uma sociedade mais democrática – através da desmercadorização da habitação, construção de equipamentos colectivos, provisão de espaços de sociabilidade, incentivos a sistemas de auto-gestão, processos participados e envolvimento político e cultural com os habitantes –, por si só, estas iniciativas não conseguem pôr cobro a um sistema muito mais global.

De qualquer forma, os vários agentes que intervêm nestes processos, e, em particular, o Estado, são cruciais para a tentativa de democratização da habitação e da produção de cidade, tal como o são para a manutenção da desigualdade social e o reforço da especulação privada.

O período que se seguiu ao 25 de Abril denota essa consciência clara na luta pelo direito à habitação e à cidade. Os arquitectos que intervieram no processo revolucionário estavam preparados e tinham ideias bastante formadas sobre as possibilidades que poderiam ser exploradas, a par dos movimentos de contestação e revolta dos moradores. Essas ideias procederam das alternativas que foram ensaiadas ao longo dos anos da ditadura.

Nuno Teotónio Pereira foi perfilando, ao longo dos anos 1950 e 1960, estratégias metodológicas de participação popular e empenhamento cívico através da sua mobilização enquanto técnico. Como refere José António Bandeirinha num artigo

208 Harvey, David, *The Urbanization of Capital: Studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization*, Oxford: Basil Blackwell, 1985, p. 221.

dedicado ao estudo da actividade do arquitecto durante esse período[209], a aliança entre as práticas profissionais e políticas de Teotónio Pereira é indistinguível.

Teotónio Pereira desenvolveu, juntamente com Bartolomeu Costa Cabral, experiências de participação popular num projecto de blocos de habitação plurifamiliar para a Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL) num terreno na Ajuda. Este projecto teve início em 1956 e tratava-se de uma promoção cooperativista que procurava atender às necessidades das classes mais desfavorecidas, na medida em que os moradores não seriam proprietários das habitações, mas inquilinos da entidade cooperativa. Neste âmbito, colaboraram na montagem da exposição "O Cooperativismo Habitacional no Mundo"[210] que permitiu divulgar e esclarecer a população sobre este modelo habitacional através da apresentação de desenhos, maquetas e um modelo à escala real, possibilitando também a recolha de impressões da população sobre aspectos específicos do projecto.

Na sequência das demolições de barracas para a construção e inauguração da ponte sobre o Tejo, já no final dos anos 1960, Nuno Teotónio Pereira fez uma denúncia num folheto clandestino das operações de realojamento dos moradores, alertando para a sua realização apressada e mal-executada que gerou situações muito problemáticas para os moradores, quer pelas precárias condições de realojamento, quer pela localização distante em relação ao lugar previamente ocupado. Nesse folheto, alertava ainda para o facto de nalguns casos se tratar de demolições tardias, cujo propósito era meramente estético.[211]

Estas duas iniciativas de Teotónio Pereira revelam como, associado à sua consciência cívica enquanto técnico, se verificava um compromisso político muito forte.

O problema da habitação também ganhou uma importância central no trabalho de outros arquitectos, como se pode verificar pela realização de diversos colóquios dedicados a este tema. Em 1960 realizou-se um colóquio sobre habitação no Palácio Galveias, organizado por Nuno Portas, Bartolomeu Costa Cabral, Octávio Lixa Filgueiras, entre outros, e que contou com a presença de Chombard de Lauwe e de Robert Auzelle. Nesse colóquio, Nuno Portas apresentou uma comunicação intitulada "Problemas da célula familiar", onde destacava a importância de entender

209 Cf. José António Bandeirinha, "Nuno Teotónio Pereira 1950-1970: Arquitectura como prática política", *Estudo Prévio: Revista do Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa*, 10, 2016, disponível em: https://www.estudoprevio.net/jose-antonio-bandeirinha-nuno-teotonio-pereira-1950-1970-arquitectura-como-pratica-politica/, consultado a 20 Abril 2021.

210 Sobre a exposição, patente entre 30 de Março e 7 de Abril de 1957 em Lisboa, e as propostas apresentadas, cf. Maria Tavares, "Casa Protótipo: afirmação de um caminho experimental em arquitectura", *Resdomus: revista de cultura arquitectónica*, 11, 2014, pp. 35-45.

211 Cf. José António Bandeirinha, *op. cit.*, 2016.

a habitação como um problema social que engloba questões específicas dos fogos habitacionais, mas também equipamentos complementares e questões urbanas.[212] Nuno Portas viria a criar uma linha de investigação sobre habitação quando integrou o LNEC, a partir de 1963, que constituiu o principal pólo de investigação e experimentação do país. Paralelamente, Octávio Lixa Filgueiras desenvolvia, na cadeira de Arquitectura Analítica leccionada na ESBAP, exercícios que implicavam a realização de inquéritos urbanos, o que dotava os alunos de um conhecimento aprofundado das condições habitacionais das classes mais desfavorecidas no Porto. Como se referiu no capítulo dedicado ao ensino na ESBAP, Lixa Filgueiras procurava contribuir para uma formação que privilegiasse a função social do arquitecto.

Nuno Teotónio Pereira também participou em diversos colóquios sobre habitação, como o colóquio organizado pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses em 1967, o Colóquio de Urbanismo no Funchal em Janeiro de 1969, o Colóquio sobre Política da Habitação organizado pelo Ministério de Obras Públicas em Julho de 1969 (onde participou como consultor da Federação das Caixas de Previdência), e o Encontro Nacional de Arquitectos (ENA) em Dezembro de 1969. No Colóquio de Urbanismo apresentou a comunicação "Habitações para o maior número", onde reflectia sobre os "recursos não aproveitados" da população, entre os quais a possibilidade de auto-construção, traçando hipóteses alternativas para a resolução do problema habitacional como a assistência técnica em casos de edificação marginal ou clandestina.[213] Sobre o Colóquio organizado pelo Ministério de Obras Públicas, viria a publicar clandestinamente um texto[214] onde declarava que aquele tipo de debate tecnocrático visava silenciar e tornar a opinião pública passiva, ao mesmo tempo que mantinha os técnicos sob o controlo do regime. No Encontro Nacional de Arquitectos, Teotónio Pereira integrou o grupo de trabalho com o tema "Participação popular e trabalho do arquitecto no desenvolvimento urbano" e apresentou uma comunicação onde defendia um exercício da profissão a par da coerência ética e ideológica (pessoal), bem como a consciência da responsabilidade da acção do arquitecto, referindo o risco de o arquitecto ser um "instrumento directo do poder económico" e fazer parte da máquina opressora. Neste sentido, e numa postura realista quanto às limitações do campo de acção, propunha o empenhamento político dos técnicos enquanto técnicos em acções de "denúncia e contestação dos mecanismos de exploração", em acções "pedagógicas" com a população e, entre outros aspectos, na orientação para a "abolição das actuais estruturas político-

212 Cf. Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 65.
213 Cf. José António Bandeirinha, *op. cit.*, 2016.
214 Cf. Pereira, Nuno Teotónio, "O Colóquio da Habitação", *Escritos: 1947-1996 selecção*, Porto: Faup Publicações, 1996, pp. 98-105.

económicas".[215] Na sequência deste Encontro, integrou o Grupo de Intervenção no Meio Urbano (GRIMU) que desenvolvia acções de propaganda e agitação junto da população com problemas habitacionais e urbanos e apoio técnico na elaboração de propostas alternativas. No documento elaborado aquando da formação do GRIMU menciona-se a criação de "equipas de apoio local", bem como a preparação das "populações para o exercício dos seus direitos" e dos "quadros técnicos para o serviço dessas populações"[216].

O que estava em questão no ENA, a quarta reunião de arquitectos com carácter plenário[217], era a "tomada de consciência do papel do arquitecto na sociedade actual"[218] e o contributo para a sua transformação. Como esclarece João Afonso, ainda que se tenha manifestado uma pluralidade de opiniões e formas de acção, os 12 textos apresentados no Encontro tinham em comum a "crítica à situação social e política portuguesa, o desinteresse pelas questões disciplinares e organizativas e, ainda, a vontade de actuar politicamente, mas como arquitectos"[219].

Nuno Portas não esteve presente no Encontro, mas enviou uma mensagem onde defendia a necessidade de acção, contra o álibi revolucionário que alegava a necessidade de uma mudança estrutural primeiro. Para tal, sugeria duas vias de acção: uma que se relacionava com o accionamento de "mecanismos de divulgação nos meios de comunicação social disponíveis" onde houvesse espírito crítico e discussão de alternativas por parte dos profissionais liberais; outra que propunha a ocupação de cargos em centros de direcção, como instituições ou organismos do Estado, considerando-a uma "responsabilidade indeclinável"[220].

A consciência cívica aguda dos arquitectos, o conhecimento do panorama internacional e dos movimentos urbanos europeus, sobretudo através de Nuno

215 Pereira, Nuno Teotónio, "Participação Popular e Trabalho do Arquitecto" (Dez. 1969), [Comunicação de Nuno Teotónio Pereira no Encontro Nacional de Arquitectos (ENA) em Dezembro de 1969], *ex-curso, Stones against diamonds*, série a, 3, Novembro 2018.

216 Pereira, Nuno Teotónio, "Grupo de intervenção no meio urbano – GRIMU", *op. cit.*, 1996, pp. 106-111. A designação de "equipas de apoio local" viria a ser utilizada na formação do Processo SAAL.

217 A primeira reunião dos arquitectos portugueses com carácter de plenário realizou-se em 1948 com o I Congresso Nacional de Arquitectura, onde se fez sentir a defesa da autonomia e a contestação contra a imposição de uma linguagem nacional; a segunda realizou-se em 1957 com a I Reunião de Arquitectos, organizada com o objectivo de defender a consciência de classe; e a terceira em 1966 com a II Reunião Geral dos Arquitectos, que tinha o propósito de estruturar a profissão. Como a questão da profissão já havia sido discutida, o que estava em discussão no ENA era a intervenção na sociedade, e não a defesa do espaço da arquitectura ou o encontro de uma identidade colectiva. Cf. João Afonso, "Encontro Nacional de Arquitectos: tomar consciência da sociedade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, Dezembro 2010, pp. 27-39.

218 Carta circular da Comissão Preparatória do Encontro *cit. in* José António Bandeirinha, "O Encontro Nacional de Arquitectos em 1969. A reprodução das tensões sociais, culturais e políticas no âmbito profissional da arquitectura", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 2010, p. 13.

219 João Afonso, *op. cit.*, Dezembro 2010, pp. 27-39.

220 Nuno Portas *cit. in* José António Bandeirinha, *op. cit.*, 2010, pp. 11-26.

Portas, a actividade do Atelier da rua da Alegria, de Nuno Teotónio Pereira, que funcionava como local de reunião, a experimentação desenvolvida na divisão Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência ou nos Gabinetes Técnicos de Habitação, as propostas alternativas experimentadas por alguns técnicos que resultaram, nalguns casos, em práticas efectivas, e a participação em instituições e órgãos decisórios foram fundamentais para que fosse possível delinear formas de acção consistentes imediatamente após o 25 de Abril.

O problema habitacional foi contemplado como uma das medidas a adoptar logo no programa do I Governo Provisório. Ao longo do período revolucionário foram implementados vários programas e apoios nesse sentido: realizaram-se alterações ao arrendamento urbano de modo a condicionar aumentos de rendas, tornar obrigatório o aluguer dos fogos devolutos e legalizar as ocupações; relançou-se o cooperativismo habitacional vocacionado para as classes com menos possibilidades económicas, já que anteriormente as cooperativas se tinham transformado em sociedades de crédito cooperantes com a especulação; reforçaram-se programas de habitação social, aumentando a produção de fogos pelo sector público; reforçou-se o apoio técnico às autarquias através da promoção de empreendimentos a custos controlados e da comparticipação na construção de habitação para as classes insolventes; instituíram-se os Contratos de Desenvolvimento para a Habitação (CDH) que estimulavam a promoção privada de fogos com rendas controladas (apesar de este programa não se dirigir para as camadas de população mais pobre e visar, sobretudo, aumentar a construção e atenuar o desemprego); criou-se o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) que concedia financiamentos bonificados para a conservação e beneficiação de habitações; e tentou-se lançar bases para uma melhor política urbana com acções de planeamento e reforço do papel das autarquias.[221] Como explica Teresa Salgueiro, pela primeira vez "aparece a promoção directa do Estado como forma principal de resolver o problema do alojamento para os mais desfavorecidos"[222] e foram desbloqueados os programas em curso no Fundo de Fomento da Habitação (FFH). Mas se estas medidas correspondiam, em parte, às reformas preconizadas pelos sectores liberais e progressistas desde os anos 1960 para os problemas habitacionais, correspondiam também a tentativas de recuperação da produção, relacionando-se com a manutenção da ordem e estabilidade política e económica. Apesar dos ideais socialistas, grande parte destes programas respondiam à tentativa de salvar

221 Cf. Ferreira, António Fonseca, *op. cit.*, 1984, p. 69.

222 Teresa Barata Salgueiro, "A Promoção Habitacional e o 25 de Abril", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Fevereiro 1986, p. 675.

o capitalismo no sector da construção civil.[223] E ainda que se ampliasse o papel do sector público na construção de habitação e se lutasse contra a especulação, o apoio simultâneo ao sector privado conduzia, inevitavelmente, ao reforço dos monopólios no sector da construção, inviabilizando um controlo do poder económico pelo poder democrático[224].

Uma proposta de projecto de lei elaborada durante o IV Governo Provisório propunha o controlo do arrendamento de todo o parque habitacional através da criação de um Banco da Habitação. Ao deixar a cargo do Estado a gestão de todo o parque habitacional, público e privado, procurava-se que os recursos reunidos revertessem para a construção de casas novas e conservação do património edificado. Este projecto foi abandonado com a queda do IV Governo Provisório, mas demonstra como outras medidas, menos reformistas, estavam a ser ensaiadas.

De forma idêntica, foi lançado logo no final de Julho de 1974 o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) destinado a apoiar as classes mais desfavorecidas na transformação dos seus bairros. Idealizado por Nuno Portas, com o apoio de Nuno Teotónio Pereira, o SAAL correspondia a uma tentativa de resolução dos problemas habitacionais dentro das circunstâncias existentes. É deste programa que a presente investigação trata.

223 Cf. Oliveira, Paula de; Marconi, Francesco, *Política y proyecto: Una experiencia de base en Portugal*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978, p. 85. Uma visão transversal da história permite ler como a provisão e o investimento em habitação pública se verificaram não por acções de "benevolência", mas sim quando existiu uma "sobreposição com outros interesses estatais" ou interesses privados representados pelo Estado. A existência de ilhas na cidade do Porto foi reconhecida quando se verificaram problemas de saúde pública, como a peste bubónica. O número de fogos criado com o Plano de Melhoramentos tinha como intenção a libertação de terrenos centrais valorizados que estavam ocupados por moradores pobres. A criação do Fundo de Fomento da Habitação em 1969 derivou dos interesses de produtividade industrial desejados para o país num quadro mais liberal encetado por Marcelo Caetano e da procura de uma maior estabilidade. A construção clandestina sempre foi tolerada pelo Estado Novo por aliviar a tensão social. Também no pós-25 de Abril o incentivo à produção habitacional procurou reverter a crise existente na construção civil. Ainda assim, várias experiências e alternativas foram ensaiadas no sentido de se atender ao problema habitacional entendido na sua dimensão mais ampla. Cf. Madden, David; Marcuse, Peter, *op. cit.*, 2016, p. 45; Teresa Barata Salgueiro, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 687.

224 Cf. Christian Topalov, *op. cit.*, Mar.-Jun. 1976, pp. 134-135.

4. SAAL: A CONSTITUIÇÃO DE UM SERVIÇO

Com a remodelação da estrutura do Estado, "entraram em jogo diversos actores e movimentos sociais e políticos, que facilitaram a formulação de um novo programa de habitação dirigido às populações urbanas mais carenciadas"[225]. Nuno Portas fez parte dos três primeiros governos provisórios (16 Maio 1974 – 26 Março 1975) no cargo de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. Esta escolha foi "uma opção natural"[226], tendo em conta o trabalho desenvolvido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) com Manuel Rocha, que tinha sido nomeado para Ministro do Equipamento Social e do Ambiente no I Governo Provisório e substituído, depois, por José Augusto Fernandes. A 31 de Julho de 1974, Nuno Portas lançou o despacho co-assinado pelo Ministro da Administração Interna, Manuel Costa Brás, que criou o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), e que foi publicado no Diário do Governo a 6 de Agosto. Organizado pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH)[227], o SAAL consistia num "corpo técnico especializado"[228] para resolver os problemas habitacionais das classes mais insolventes com um programa a curto prazo.

A necessidade de um programa a curto prazo relacionava-se com as precárias condições de habitabilidade e com a urgência da sua resolução. Nuno Portas estava ciente de que a preparação de reformas de fundo, ou mesmo o lançamento de programas de construção convencional, tardaria alguns anos, e de que era necessário agir imediatamente. Para além disso, o crescente número de ocupações de casas em bairros de promoção pública (vagos ou em construção) implicava que nos próximos tempos não haveria mais casas para distribuir, podendo gerar situações de "populações necessitadas em luta violenta umas com as outras"[229]. Portas salientava

225 Gaspar Martins Pereira, *op. cit.*, 2014, p. 17.

226 Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 110.

227 Havia sido delineado um "Programa de Acções Prioritárias" para o FFH onde se referia explicitamente o Serviço de Apoio ambulatório Local – SAL. Cf. Nuno Portas, "Despacho Programa de Acções Prioritárias a considerar pelos Serviços do Fundo de Fomento da Habitação", Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, Gabinete do Secretário de Estado, [s.d.] *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *Livro branco do SAAL 1974-1976*, [s.l.], Conselho Nacional do SAAL, Novembro 1976, p. 61.

228 Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, "Despacho", *Diário do Governo*, I série, n.º 182, 06/08/1974, p. 873-874.

229 Nuno Portas *cit. in* "O Arquitecto Nuno Portas e o Direito à Habitação" (entrevista ao jornal "O Século", 12 Junho 1974), *in* Portas, Nuno, *op. cit.*, 2005, p. 238. Esta observação de Portas e as características do programa fizeram com que houvesse interpretações do SAAL como uma tentativa de resolução ordeira e legítima face às ocupações que se verificaram, como aquela partilhada por Gonçalo Bryrne, cf. Gonçalo Byrne *cit. in* "S.A.A.L.: architects, quell avenir? Débat avec Téotonio Pereira, Nuno Portas, Filipe Lopes, Manuel Vicente, Gonçalo Byrne, Raul Hestnes Ferreira et Bernard Huet", *L'Architecture d'Aujourd'hui: Portugal an II*, 185, Maio/Junho 1976, p. 79.

também o "clima popular de colaboração e participação" que se vivia e que deveria ser aproveitado, bem como o facto de as comissões de bairro se mostrarem "capazes de resolver muitos dos seus problemas internos", estando dispostas a "oferecer energias, com que normalmente não se contava"[230]. Perante a ausência de verbas para programas maiores, esta circunstância permitia um arranque imediato, entendendo que a melhoria e solução das condições habitacionais seria resolvida "sob forma evolutiva"[231].

O despacho fundador do SAAL foi sendo preparado, essencialmente, a partir de três textos. O primeiro, o "Programa para uma acção imediata no sector do equipamento social e do ambiente", resultou dos encontros de técnicos de organismos públicos realizados no Teatro de S. Luís em Lisboa desde 23 de Maio[232] para estudar os "problemas do Equipamento Social e do Ambiente com vista a contribuir para a definição de um Programa de Actuação no sector" e "pressionar as estruturas fechadas e burocráticas e tecnicistas em que funcionavam as instituições do Estado, de modo a proporcionar uma participação efectiva por parte da população, órgãos e entidades locais, na decisão e na execução de acções a curto e médio prazo, garantida a coordenação e apoio centrais da responsabilidade do Estado"[233]. Nesse texto, fazia-se referência a "grupos locais de acção (...), constituídos pela população, entidades locais, e pela mobilização de quadros técnicos"[234]. O segundo texto, o "Programa de acções prioritárias a considerar pelos serviços do Fundo de Fomento da Habitação", publicado sob forma de despacho da autoria de Nuno Portas no início de Julho, fazia referência à criação do SAAL, um serviço vocacionado para os estratos mais insolventes da população que tivessem organização interna, permitindo um envolvimento imediato em "«auto-soluções», com apoio estatal em terreno, infra-estrutura, técnica e financiamento"[235]. A prioridade máxima referida para a reabilitação dos bairros degradados derivava dos contactos já estabelecidos com representações de moradores, várias de Lisboa e duas do Porto, que haviam manifestado a possibilidade de auto-construírem, caso tivessem apoio técnico e

230 Idem, pp. 236-246.

231 Idem, p. 240.

232 Segundo Gaspar Martins Pereira, esta reunião decorreu entre os dias 16 e 18 de Junho, mas José António Bandeirinha refere a data de 23 de Maio como a primeira reunião organizada no Teatro de S. Luís, que depois foi continuada nas datas referidas por Gaspar Martins Pereira no Teatro de S. Luís e no Instituto Superior Técnico. Cf. Gaspar Martins Pereira, *op. cit.*, 2014, p. 18; Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, pp. 111, 267-268.

233 "Programa para uma acção imediata no sector do equipamento social e do ambiente", 18/06/1974 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, p. 59.

234 "Programa para uma acção imediata no sector do equipamento social e do ambiente", 18/06/1974 *in* Idem, pp. 59-60.

235 "Programa de acções prioritárias a considerar pelos serviços do Fundo de Fomento da Habitação" *in* Idem, p. 61.

financeiro[236]. O terceiro texto consistia no "Estudo interpretativo dos objectivos a prosseguir através do SAAL" elaborado por Nuno Teotónio Pereira a 24 de Julho de 1974, em que se exigia que as iniciativas tivessem origem nas populações interessadas, sendo preponderantes o nível de organização interna, o dinamismo e posição reivindicativa. Teotónio Pereira mencionava ainda a ideia de "processo" e a organização das populações sob a forma de cooperativa ou associação[237].

Concretizado no despacho, e limitado legalmente a essa formalização, o SAAL destinava-se a "apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas das populações mal-alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários"[238]. Como tal, as iniciativas deveriam partir dos moradores, que se deveriam organizar em associações ou cooperativas, devendo ser eles também a gerir o processo. As Câmaras Municipais estavam encarregadas de apoiar através da construção de infra-estruturas (sanitárias e viárias) e da cedência de terrenos, bem como do controlo urbanístico e garantia de empréstimos.

A assistência técnica do SAAL deveria assegurar:

> "a) Acção fundiária: aquisição e cedência de solo necessário após exame das aptidões locais;
>
> b) Acção de projecto: traçado urbanístico e de loteamento, projecto de infra-estruturas, fornecimento de esquemas tipo para habitações; projecto de componentes normalizados;
>
> c) Acção de assistência nas operações de construção: organização de estaleiro; mudanças de casas ou barracas para dar lugar à nova construção; eventual preparação de empreitadas e sua fiscalização; treino das brigadas de trabalho locais, volantes ou de voluntariado e programação das tarefas no período previsto e aceite pelos moradores;
>
> d) Acção de assistência na gestão social: organização e preparação de estatutos das cooperativas; montagem do sistema de contabilidade, recurso ao crédito

236 Cf. Nuno Portas *cit. in* Ferreira, António Fonseca, *op. cit.*, 1984, p. 84. Uma das representações terá sido dos moradores do Bairro do Acácio que, numa exposição ao General Spínola, ao Secretário da Habitação e Urbanismo e à Câmara Municipal do Porto, pediam instalação de saneamento, água e instalações sanitárias no bairro, referindo ainda que "os moradores do Bairro do Acácio estão dispostos a contribuir dentro das suas possibilidades, trabalhando na reconstrução das suas casas, e nas obras a fazer no bairro, para o que pedem subsídios, apoio material e técnico". Cf. Documento policopiado, [s.d.], consultado na Fundação Marques da Silva.

237 Cf. Nuno Teotónio Pereira, "Estudo interpretativo dos objectivos a prosseguir através do SAAL", 24/07/1974 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 61-64; Pereira, Nuno Teotónio, *op. cit.*, 1996, pp. 142-148.

238 Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, *op. cit.*, p. 873-874.

> e repartição de responsabilidades entre os sócios; acções culturais e políticas com colaboração eventual de movimentos políticos, sociedades recreativas, etc., mas sempre organizada pela população."[239].

Contudo, não havia ficado definida a estruturação interna do SAAL, a articulação com as autarquias locais ou a posição do SAAL relativamente aos vários órgãos do Estado e às organizações de moradores. Esta indefinição gerou situações ambíguas no seu funcionamento que, por um lado, permitiu garantir alguma autonomia quanto ao seu papel de intermediação, mas, por outro, levou à existência de bloqueios no processo. Também se assumiu que o SAAL arrancaria sem que as medidas normativas e legislativas tivessem sido implementadas. Questionou-se se se deveria começar pelas leis e decretos, ou se estes resultariam da consolidação dos processos que alterariam as condições e as relações de forma.[240] Mas, face ao compasso de espera de, pelo menos, um ano para o lançamento de todos os despachos necessários[241], sujeitos a mudanças estratégicas e flutuações num período tão conturbado como o que se vivia, optou-se por ir definindo os aspectos legais progressivamente, à medida das necessidades. Isto conferiu ao SAAL um considerável grau de experimentalismo, entendido como risco assumido, já que o arranque imediato era prioritário e se pretendia que o desenho do programa fosse adequado ao seu desenvolvimento. Porém, a ausência de medidas legais pôs em causa a sua exequibilidade, visto que as medidas necessárias à sua correcta e ágil implementação foram constantemente proteladas.

O carácter experimental que regia o Serviço assumia-o como um "projecto-piloto, que pretendia reformar e regular as práticas já existentes e abrir novas perspectivas" ao invés de uma "ruptura total"[242]. Para além deste princípio, José António Bandeirinha reconhece outros cinco princípios que estariam subjacentes ao SAAL: a "organização social da procura", em que a iniciativa partiria dos próprios moradores com o intuito da necessidade de apropriação e da sua capacidade de auto-organização, garantindo uma gestão democrática e a sua dinamização progressiva; a "preferência pela manutenção das localizações", prevenindo acções de especulação fundiária e a deslocalização da população para áreas convenientes sob o pretexto de renovação urbana; a "autonomia na gestão do projecto e da obra", entendendo o princípio da "participação efectiva por parte da população" tal como referido a 18 de Junho de 1974 no "Programa para uma acção imediata no sector do

239 Ibidem.

240 Cf. Nuno Portas, "O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Fevereiro 1986, pp. 637-638.

241 Cf. Ibidem.

242 Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 121.

equipamento social e do ambiente"[243]; a "incorporação de recursos próprios", como medida para uma apropriação mais efectiva e de modo a poder facilitar a supressão das necessidades habitacionais, incomportáveis na sua totalidade pelo Estado dado o *deficit* do país; e a "descentralização da promoção habitacional", de modo a ultrapassar burocracias imobilistas e a superar a centralização característica do regime do Estado Novo.[244]

A iniciativa deveria partir das populações, organizadas em comissões, associações ou cooperativas de moradores em prol da melhoria das condições de habitabilidade, entendidas num sentido amplo e comum a todos os membros. As comissões de moradores eram criadas provisoriamente para que os moradores de um espaço geográfico de proximidade (área, bairro ou rua) se organizassem. Estas tinham o papel de: contactar o SAAL e esclarecer os moradores sobre as características do serviço, contando com a presença de elementos do SAAL; definir o interesse em formar ou não uma operação SAAL; eleger uma comissão de moradores com carácter definitivo para depois vir a constituir uma associação ou cooperativa de moradores; e iniciar os trabalhos ligados ao SAAL. O despacho de criação do SAAL referia a organização dos moradores em associações ou cooperativas, privilegiando, contudo, a forma cooperativa, já que se comprometia a elaborar um diploma para a constituição de cooperativas não lucrativas e a dar assistência técnica para a elaboração dos estatutos, sem desenvolver as mesmas explicações sobre a forma de associação[245]. No entanto, optou-se, preferencialmente, pela organização dos moradores em Associação, uma vez que o quadro jurídico criado para esta forma de organização não inviabilizava a sua espontaneidade e democracia participativa e, em comparação com as Cooperativas, esta opção permitia uma maior liberdade e autonomia e comportava menos riscos[246]. A estrutura legal das Associações de Moradores ficou regulada pelo Decreto-Lei 594/74 de 7 de Novembro e a das Cooperativas de Habitação Económica ficou definida pelos Decretos-Lei 730/74

243 Cf. "Programa para uma acção imediata no sector do equipamento social e do ambiente", 12/06/1974 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, p. 59.

244 Cf. Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, pp. 121-122.

245 Cf. Mário Brochado Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 647.

246 "(...) a cooperativa é um tipo de associação virada, no campo habitacional, para estratos de moradores realmente possuidores de «recursos latentes» ao nível do próprio financiamento em capital e que por isso exige a formação de um capital social constituído pelas participações dos sócios. (...) no caso das operações SAAL na zona norte não só não há possibilidade de pedir aos moradores tal participação como estes não estão dispostos a iniciar um processo não completamente definido e cujas consequências futuras desconhecem e temem. / A associação, por sua vez, é um tipo de organização genérica dos moradores que não se mostrando especializada permite uma maior liberdade de actuação e sobretudo não exige à partida os sacrifícios e o tipo de empenhamento que é próprio das cooperativas." Comissões Instaladoras / A Comissão Instaladora do Bairro do Leal, "Um problema de organização dos moradores: cooperativa ou associação?", 09/12/1974, *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, p. 101. Cf. Mário Brochado Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, pp. 669-671.

e 737-A/74 de Dezembro. Mas, como refere Bandeirinha, apesar de a lei conceder às Associações de Moradores o mesmo direito de associação, benefício de apoio e condições de uso das cooperativas de habitação, "terminava com uma outra figura, menos institucional mas mais verdadeira sob o ponto de vista da espontaneidade revolucionária, que era a da Comissão de Moradores e essa institucionalização era vista por alguns sectores mais radicais como um primeiro passo na recuperação ideológica da pureza de classe dos movimentos urbanos"[247].

A Comissão Organizadora do SAAL propôs uma estruturação do Serviço que, gradualmente, se organizou a três níveis: nacional, constituído pelo Grupo de Trabalho nos serviços centrais, sob coordenação do vice-presidente do FFH, que funcionou como embrião do SAAL; regional, com a subdivisão em delegações regionais (SAAL/Norte, SAAL/Centro e Sul e SAAL/Algarve); e local, pelas brigadas técnicas no apoio às organizações de moradores. Para a formação do novo serviço, previa-se o convite a pessoas externas a organismos do Estado que eram escolhidas segundo a relevância do seu desempenho profissional[248].

Pretendia-se que o Grupo de Trabalho fosse composto por técnicos de diversas áreas disciplinares[249]. O grupo era formado por Maria Proença (assistente social), Hélder Tiago (engenheiro), Margarida Duque Vieira (assistente social), Dr. Mariano Florentino[250] e Margarida Coelho (arquitecta). Margarida Coelho trabalhava na Direcção de Habitação do Norte (DHN) e viria a coordenar a delegação SAAL/Norte. Como consultores, foram indicados Nuno Teotónio Pereira, Bruno Soares e a Dr.ª Bárbara Lopes. Este grupo de trabalho do FFH responsável pelo SAAL deveria "identificar as zonas de intervenção e acções a desenvolver", "assegurar e dinamizar a constituição de Brigadas de construção locais", "coordenar e acompanhar a acção das diferentes Brigadas e assegurar os meios técnicos necessários" e "definir as medidas de política que [garantissem] a coerência das acções"[251].

As brigadas técnicas cumpriam a função suplementar de apoio técnico, dada a incapacidade de os serviços camarários assegurarem as necessidades existentes. As brigadas técnicas funcionavam como elemento de ligação entre o FFH, a Câmara Municipal e as populações, agindo como intérpretes das populações organizadas e representadas pela Associação de Moradores. Esta condição requeria

247 Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 132.

248 Cf. Margarida Coelho, "Uma experiência de transformação no sector habitacional do Estado: SAAL – 1974-1976", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Fevereiro 1986, p. 620.

249 Cf. Maria Proença, "Estruturação do SAAL", 02/08/1974 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, p. 66.

250 Não se conseguiu averiguar qual era a formação do Dr. Mariano Florentino.

251 Margarida Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 621.

a autonomia do serviço em relação aos organismos oficiais, mas também, como observa Portas, que tivessem "o papel de militantes ou educadores, no bom sentido, não paternalista, do termo"[252]. Havia a ideia de uma espécie de continuação do Inquérito, ao propor que as brigadas tentassem "descobrir os verdadeiros anseios da população através da tomada de consciência da mesma população do que são as suas próprias necessidades"[253]. Também o Estudo de Renovação Urbana do Barredo, elaborado por Fernando Távora em 1969 no Porto, servia como referência ao SAAL, pelo desenvolvimento de processos participados que contemplavam igualmente a manutenção do local de residência.

Apesar das directrizes comuns, Vítor Matias Ferreira identifica algumas diferenças a nível nacional na forma como as brigadas eram vistas pelos moradores. Considera que, enquanto em Lisboa as brigadas eram vistas como representantes das entidades oficiais, no Porto os moradores consideravam-nas aliadas da sua luta. Já em Setúbal, com a tomada de controlo da comissão de moradores, as brigadas funcionavam como executoras técnicas das decisões tomadas pela comissão.[254] A acção local e a adaptação às circunstâncias características de cada região demonstram como o caminho seguido se opôs a uma racionalidade coordenada e centralizada e ao desenvolvimento e aplicação de projectos-tipo. Ainda que a multiplicação do número de técnicos envolvidos implicasse um maior dispêndio de recursos em serviço técnico, isso era compensado pela utilização de soluções e tecnologias mais adequadas[255].

A implementação de um programa não convencional justificava-se por ter como aspecto fundamental a "apropriação de locais valiosos pelas camadas populares nele radicadas sob forma marginal"[256]. Havia uma opção clara por tentar integrar de forma plena a habitação popular no tecido urbano, assegurando a manutenção do local de residência das populações através da transformação dos seus bairros. Como refere Maria Rodrigues, este foi o único período em que não se verificou uma "apropriação do centro da cidade pelos detentores do capital e a evacuação das classes populares para as zonas desqualificadas, centrais ou periféricas"[257].

252 Nuno Portas *cit. in* "O Arquitecto Nuno Portas e o Direito à Habitação", *in* Portas, Nuno, *op. cit.*, 2005, p. 242.

253 Ibidem.

254 Cf. Ferreira, Vítor Matias, *op. cit.*, 1984, pp. 48-50.

255 Cf. Nuno Portas, "O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local", *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 639.

256 Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, "Despacho", *Diário do Governo*, I série, n.º 182, 06/08/1974, p. 873-874.

257 Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, p. 16.

Este aspecto seria «compensado» com o investimento de recursos latentes por parte dos moradores. Dada a ausência de fundos, o dinheiro do Estado seria aplicado em terrenos, infra-estruturas, serviços técnicos e no apoio à construção das casas. A solução inicialmente proposta previa a concessão por parte do Estado de 40% do valor total a fundo perdido, e o resto teria de ser mobilizado pelos moradores através de investimento em dinheiro, auto-construção e/ou empréstimos bancários. Portas conhecia bem exemplos de auto-gestão assistida na América Latina e em Marrocos, que tinham servido os estudos que elaborou com Francisco Silva Dias no LNEC, em 1971, sobre habitação evolutiva[258]. A experiência recente no Chile ajudava a ler possibilidades e a antecipar problemas[259]. No contexto português, o contacto já efectuado com algumas populações havia demonstrado capacidade de investimento e Portas estava fascinado com os "recursos «ocultos»"[260] dos bairros clandestinos. Requeria-se a auto-promoção, que poderia consistir ou não em auto-construção.

Mas gerou-se uma onda de clamor à ideia de auto-construção por parte dos moradores, dos arquitectos e da esquerda. Reivindicava-se que fosse o Estado a suportar 100% do custo das operações – o que não era possível, tanto pelo carácter experimental do Serviço, como pelos recursos existentes, e isso aproximar-se-ia de uma promoção pública convencional[261] – e entendia-se a auto-construção como dupla-exploração. Os moradores reagiam à ideia de, depois de um dia de trabalho, ainda terem de construir as suas casas. Salientavam, igualmente, a contradição entre a possibilidade de gerir o processo de construção das suas casas e o meio de obtê-las, o que espelhava a desigualdade existente entre as diferentes classes[262]. Esta

258 Cf. Nuno Portas e Francisco Silva Dias, "Habitação Evolutiva" *in* Portas, Nuno, *op. cit.*, 2005, pp. 173-230.

259 No Chile, a organização de um movimento de moradores tinha como expressão política de base a reivindicação urbana. A articulação entre organização urbana e política, ligada à conjuntura revolucionária daquele momento, permitiu que o movimento desafiasse a "antiga ordem urbana" através da ocupação de terrenos e da construção de acampamentos, tornando-se um movimento social urbano. Foram criadas brigadas de construção, muitas vezes formadas por pessoas desempregadas, funcionando como formação alternativa ao sistema capitalista (possibilidade também consagrada e implementada no SAAL). Como tal, foi um dos alvos de acções repressivas aquando da instauração da ditadura miliar de Pinochet em 1973. Apesar de se procurar satisfazer as necessidades colectivas através da articulação com um governo de unidade popular e de haver mobilização social para conquistar centros de poder, estes não foram suficientes face à inexistência de uma empresa pública de construção para habitação social e à ausência de recursos. Cf. Castells, Manuel, *op. cit.*, 1976, pp. 93-118; Nuno Portas *cit. in* "Urbanismo e Ordenamento do Território: Balanço dos anos 1970-2000" (entrevista à revista "Sociedade e Território", Fevereiro 2002) *in* Portas, Nuno, *op. cit.*, 2005, pp. 294-297.

260 Nuno Portas *cit. in* "Urbanismo e Ordenamento do Território: Balanço dos anos 1970-2000" *in* Portas, Nuno, *op. cit.*, 2005, p. 296.

261 Cf. Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, p. 52; Nuno Portas, *op. cit.*, Fevereiro 1986, pp. 642-643.

262 " Nous pensons qu'une discussion sur les effets économico-sociaux de l'auto-construction et sur les thèmes «double-explotation» et «concurrence avec les chômeurs» devrait s'appuyer sur de nombreuses variables comme: degré de mobilité de la main-d'oeuvre, à la fois professionelle et régionalle, sa qualification, etc. ce qui impliquerait des résultats qui pourraient varier considérablement dans le pays. Aucune des parties n'a pas trop approfondi la question et il se peut que l'insuffisance de statistiques n'aie pas permis d'avancer beaucoup plus loin. En tout cas l'argumentation nous semble déplacée par rapport aux vrais enjeux politiques. Dans l'interview mentionée à la note (...), un «morador» déclare: «Au début... il s'agissait d'auto-construction,

solução também não era a mais adequada para áreas degradadas de grandes cidades, como Lisboa e Porto, onde a população era, em grande parte, urbana, adequando-se mais facilmente a pequenos conjuntos em áreas rurais[263]. Ainda que uma solução de auto-construção melhorasse as condições habitacionais dos moradores, faria com que as construções fossem, de qualquer forma, medíocres quando comparadas com habitação convencional. Como referiu Christian Topalov, a auto-construção apenas poderia ser uma solução a curto termo.[264] Para além disso, era necessário defender o direito ao trabalho, já que se verificava uma situação de desemprego preocupante no sector da construção civil.

A aplicação de trabalho gratuito ou outro tipo de investimentos por parte dos habitantes acabou por ser quase insignificante, o que, segundo Portas, dificultou a agilização do Processo e impediu que esta política habitacional fosse mais significativa quantitativamente[265]. Porém, os impasses que existiram na política de financiamento justificam de algum modo as hesitações dos moradores, que entendiam ser muito arriscado avançarem com um investimento complementar *a priori*. Mário Brochado Coelho depreende que o investimento dos recursos latentes dos moradores insolventes só poderia ter sido aplicado após um primeiro sinal de participação do Estado, o que funcionaria como garantia para os moradores.[266] Paula Oliveira e Francesco Marconi partilham da mesma leitura, referindo que a contribuição complementar ou eventual emprego de mão-de-obra poderiam funcionar em situações seguras, quando o Estado tivesse "cumprido as suas promessas e justificado os sacrifícios por parte dos habitantes"[267].

Houve uma grande indefinição quanto ao financiamento das operações (e também das brigadas técnicas), bem como quanto aos processos de expropriação. A regulamentação dos financiamentos nunca foi formalmente aprovada, dado que nunca se publicou qualquer decreto, só despachos[268]. A solução adoptada consistiu

c'est-à-dire, d'une double-explotation du travailleur, qui, après les huit heures de travail journalier, devrait construire sa propre maison». Après cet argument le «morador» avance un autre: «Nous demandons: est-ce que, pour se loger, les bourgeois se sont organisés aussi en coopératives d'auto-construction? Il semble que non.» / Ici il nous semble que le «morador» touche le fond de la question, en évoquant une raison aussi «réelle» que les arguments d'ordre économique. En effet il nous paraît naturel que les habitants soient sensibles à la contradiction entre la promotion qu'on veut leur offrir: le logement et sa gestion, el l'humiliation qui constitue le moyen de l'obtenir sourtout la où cette inégalité de «moyens» se rend si manifeste, comme dans une grande ville et peut difficilement s'articuler à une «lutte pour la reconnaissance» qui se veut anti-capitaliste, dans les entreprises et dans les casernes." Lopes, Sérgio, *op. cit.*, 197?, pp. 147-148.

263 Na sua visita a Lisboa, John Turner mencionou a auto-construção como uma boa solução a aplicar em conjuntos pequenos que se pudessem construir num prazo máximo de 3 anos. Cf. Ferreira, António Fonseca, *op. cit.*, 1984, p. 89.

264 Cf. Christian Topalov, *op. cit.*, Mar.-Jun. 1976, p. 132.

265 Nuno Portas, *op. cit.*, Fevereiro 1986, pp. 641-643.

266 Mário Brochado Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 670.

267 Oliveira, Paula de; Marconi, Francesco, *op. cit.*, 1978, p. 72.

268 Cf. Gaspar Martins Pereira, *op. cit.*, 2014, p. 17; Mário Brochado Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 657.

na concessão, por parte do Estado, de um fundo perdido de 60 contos por habitação às Associações de Moradores[269]. O restante montante necessário para a construção dos fogos deveria ser negociado através de um empréstimo a 20-30 anos com juros baixos às Associações. Mas a falta de regulamentação específica dificultou a concessão de empréstimos, causando a paralisação das obras em curso e agravando os seus custos finais[270]. Desta forma, criavam-se situações de insegurança para as famílias envolvidas no Processo, que desconheciam os encargos que teriam de suportar no futuro[271]. Como observa Nuno Portas, o financiamento é "um dos grandes instrumentos de controlo do Estado, em relação aos grupos ou às entidades que são objecto da sua acção"[272]. No caso do SAAL, esse processo era relativamente simples, uma vez que a gestão do dinheiro deveria ser feita pelas Associações de Moradores, não passando pela verificação de contas nem por concursos públicos para adjudicações. Isso implicava que houvesse uma grande autonomia na gestão que, curiosamente, como menciona Portas, não deu origem a transgressões[273]. Mas este era, como refere Mário Brochado Coelho, "o aspecto mais «revolucionário» e mais incómodo do SAAL (...) que, por ser incompatível com a política dos sucessivos governos, provisórios ou não, foi a causa profunda da extinção do SAAL"[274].

Relativamente aos processos de expropriação, a legislação existente à data sobre solos urbanos era anterior ao 25 de Abril, com excepção do diploma introduzido para acelerar algumas das medidas de expropriação. Como essa legislação não especificava o valor justo para a expropriação dos terrenos, esse valor era determinado segundo as «leis do mercado», sujeitas a taxas de especulação[275]. Ainda que se tenham evitado fortes especulações do solo durante este período, manteve-se um respeito pela propriedade privada que constituiu um obstáculo ao desenvolvimento do SAAL. Num boletim do MFA publicou-se que "[essa] questão dos solos urbanos é daquelas que em momentos de excepção exige medidas de excepção"[276]. Mas as inovações que surgiram foram tardias e inadequadas às características do Processo[277], o que foi também uma forma de manter o "controlo

269 Esta solução partiu do despacho lançado a 22 de Abril de 1975, clarificando o valor dos subsídios a fundo perdido, referindo também que em situações excepcionais esse valor poderia atingir os 90 contos. Cf. Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 149.

270 Cf. Gaspar Martins Pereira, *op. cit.*, 2014, p. 17.

271 Cf. Ferreira, António Fonseca, *op. cit.*, 1984, p. 88.

272 Nuno Portas, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 638.

273 Cf. Ibidem.

274 Mário Brochado Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 669.

275 Cf. Ferreira, Vítor Matias, *op. cit.*, 1984, p. 38.

276 "Movimento", Boletim Informativo do M.F.A. 9 *cit. in* Ferreira, Vítor Matias, *op. cit.*, 1984, p. 38.

277 Cf. Gaspar Martins Pereira, *op. cit.*, 2014, p. 17.



↖ Fotografia de manifestação, 1976.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

num período de luta de classes intensa"[278]. No final, apenas 13% dos terrenos necessários às operações em curso foram cedidos ou expropriados[279].

O atraso e inadequação da legislação implementada levou a atrasos consecutivos e a conflitos com as Câmaras. Os processos eram morosos, demasiado burocráticos e dependentes de aprovações e formalidades dos serviços camarários, como o pedido de Declaração de Utilidade Pública e a posse administrativa dos terrenos expropriados. A necessidade de definir o grau de autonomia do SAAL já era referida num documento dos serviços centrais datado de 13 de Setembro de 1974[280], e o receio de que existissem impedimentos burocráticos tinha fundamento. A parceria que tinha sido desenhada entre o SAAL e as Câmaras Municipais apresentava algumas contradições, uma vez que as suas estruturas burocráticas não tinham sido alteradas. Pensava-se que estes problemas poderiam ser superados através do SAAL e das suas "pequenas revoluções"[281], dos exercícios de contra-poder, das forças alternativas e da legitimidade revolucionária; contudo, estes órgãos administrativos acabaram por se revelar factores de bloqueio. Os autarcas receavam perder "as suas prerrogativas e competências autárquicas"[282], levando a que as relações entre o SAAL, o poder local e os serviços camarários estivessem marcadas por "indisfarçada incompreensão e até má vontade e resistência activa"[283]. Entre a oposição ao SAAL estavam funcionários municipais e do FFH, proprietários sujeitos a expropriação, técnicos com influência

278 Boaventura Sousa Santos *cit. in* Chilcote, Roland H., *op. cit.*, 2014, p. 166.
279 Cf. Teresa Barata Salgueiro, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 676.
280 Cf. Serviço de Apoio Ambulatório Local, "Planos e programas de funcionamento do SAAL", 12/09/1974 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, p. 83.
281 Ferreira, Vítor Matias, *op. cit.*, 1984, p. 34.
282 Mário Brochado Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 659.
283 Idem, p. 658.

em aparelhos partidários, partidos preocupados com a ascensão do poder popular e autarcas que temiam um contra-poder[284]. Mas também existiu, segundo António Fonseca Ferreira, alguma "sobranceria" e "atitude centralista (jacobina) dos técnicos para com as Autarquias Locais" que, face à "falta de um normativo processual para a tramitação dos processos pelos serviços municipais estipulando prazos de aprovação tácita" e "de definição de condições mínimas de habitabilidade para os projectos SAAL"[285], nem sempre procuraram resolver da melhor forma os conflitos existentes. De qualquer forma, o aperto causado pela ausência de protecção legal necessária foi estrangulando a implementação do SAAL, até à sua extinção.

O funcionamento do SAAL foi-se ajustando às mudanças governamentais, e foram-se verificando alterações da sua orgânica. A 11 de Março de 1975, com a mudança de governo, Nuno Portas deixou o cargo na Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, sendo substituído pelo engenheiro Eduardo Pereira. Nesse momento, o SAAL alcançava um sentido de participação e conquista mais significativo. Face ao número de operações em curso e à actividade centrífuga das brigadas, a Direcção Nacional do SAAL, que era coordenada pelos militares da Comissão Directiva do FFH, estipulou normas de funcionamento internas, exigindo às brigadas técnicas a entrega de um relatório mensal das actividades e trabalho realizados, como condição para o pagamento dos salários[286]. Houve também a tentativa de maximizar os "recursos disponíveis ao serviço das classes mais desfavorecidas"[287], o que levou ao estabelecimento de uma estrutura do Serviço que garantisse o desempenho das funções necessárias, identificadas no decorrer do processo. Neste sentido, foi criado o Conselho Nacional do SAAL com o objectivo de acompanhar e avaliar o processo, discutir e aprovar o plano de actividades, fazer a distribuição das verbas pelas direcções regionais e definir critérios gerais de intervenção.

Com as alterações da situação política, o estado de alerta passou a ser constante, principalmente numa altura em que os ataques ao SAAL começavam a ser mais explícitos. Num artigo de Tomás Taveira para o *Jornal Novo*, o SAAL era referido "como uma maneira eficiente de hipotecar todo o futuro do Planeamento, substituindo com uma acção imediata e local (atomista), uma visão global do país; substituindo-se de forma inequívoca e grave, a uma tentativa da conquista de um modelo de País"[288]. O deputado do PS Mário Sottomayor Cardia também

284 Cf. Idem, pp. 661-662.
285 Ferreira, António Fonseca, *op. cit.*, 1984, p. 91.
286 Cf. Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 169.
287 "Projecto de funcionamento do SAAL" *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, p. 206.
288 Tomás Taveira, "A comunicação de Pinheiro de Azevedo Uma política irrealista devastou o sector da habitação e equipamento social", 22/10/1975, *in* Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p.

fez uma intervenção na Assembleia Constituinte a 11 de Novembro de 1975, acusando a Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo de, a propósito da greve dos trabalhadores da construção civil, não se preocupar com os problemas da construção e "perder tempo a promover a anarquia urbanística, nomeadamente através do plano SAAL"[289]. Segundo José António Bandeirinha, a "opinião pública não estava propriamente bipolarizada" e os "ataques partiam de blocos localizados e especializados, integrados nos partidos do espectro liberal e social-democrata"[290]. Contudo, a campanha contra o SAAL estava iniciada, verificando-se acusações de variada ordem sobre a má utilização de dinheiros, o aproveitamento da luta de moradores para atingir fins políticos, entre outros.

Os efeitos do 25 de Novembro e da consequente perda de liderança das massas populares sobre o processo de democratização sentiram-se mais tarde no SAAL. Ainda que do ponto de vista político não houvesse grandes ilusões sobre a possibilidade de reversão do processo, do ponto de vista do SAAL o andamento das obras renovava o ânimo dos moradores e dos técnicos envolvidos no Processo.

Em Fevereiro de 1976 criou-se um Ministério da Habitação Urbanismo e Construção, ficando Eduardo Pereira como Ministro. Para Portas, a criação do Ministério pouco ou nada adiantaria para a resolução dos problemas existentes, dado não reconhecer uma política transversal que justificasse a sua criação, servindo apenas para confundir e afastando-se da ideia de reforço do papel dos municípios, tal como defendia[291].

Na Primavera de 1976, os esforços pela neutralização do Serviço tornaram-se mais claros e relacionavam-se com a própria natureza do Processo, que procurava resolver o problema do alojamento das classes carenciadas através de processos de iniciativa e participação das populações, da intervenção Estatal acentuada e em situações urbanas de terrenos muito valorizados. Estes objectivos iam contra a recuperação da ordem capitalista e a beneficiação dos agentes privados. A preparação efectiva da neutralização do SAAL deu-se com a não aprovação do Plano de Actividades do FFH para 1976 pelo Ministério da Habitação, o que levou à demissão da Comissão Directiva Militar do FFH e do Director Nacional do SAAL, o Major José Manuel da Costa Baptista Alves. Segundo Bandeirinha, o que estava em questão era a libertação das "incómodas chefias militares que subsistiam no aparelho de Estado"

171.

289 Mário Sottomayor Cardia *cit. in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, p. 216.

290 Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 172.

291 Cf. Idem, p. 177.

e das "pesadas e incómodas heranças de uma visão intervencionista do Estado"[292] que agora não constituía prioridade por se pretender uma liberalização do sector construtivo e imobiliário. Tratava-se de um "saneamento «mascarado»"[293]. A acção do SAAL passou a estar cada vez mais centrada na luta contra as difamações que iam sendo feitas ao Serviço, ao mesmo tempo que se tentava prosseguir com os trabalhos. Quanto às operações do SAAL/Algarve, o seu desenvolvimento ganhava dinâmica e impacto regional.

Com a tomada de posse do primeiro Governo Definitivo a 23 de Julho de 1976, Eduardo Pereira manteve-se no cargo de Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção. Uma das primeiras medidas legislativas tomadas consistiu na regulamentação dos Contratos de Desenvolvimento da Habitação. O Ministro Eduardo Pereira manifestava uma evidente preferência por programas diferentes do SAAL, que propunham o realojamento dos moradores em edifícios novos com localizações distintas das ocupadas, em bairros programados com planos integrados. Quanto ao SAAL, criticava o grau de artesania das construções e a não correspondência entre o entusiasmo político dos técnicos e a pequena quantidade de fogos produzidos.[294] Na sua opinião, a resolução do problema habitacional passava pelo equilíbrio entre investimento público e privado, que foi o que se verificou durante o seu ministério em 1976/77, com o bloqueamento de programas habitacionais e a deterioração do funcionamento e das condições de gestão do FFH[295]. Perante o desvio de verbas das operações SAAL para o programa de casas pré-fabricadas destinadas aos retornados das ex-colónias, José da Paz Branco, que tinha assumido o cargo de Director Nacional do SAAL, recusou-se a aceitar tal medida e demitiu-se[296].

No dia 27 de Outubro de 1976 lançou-se um despacho assinado pelos Ministérios da Administração Interna e da Habitação, Construção e Urbanismo que tornava inevitável a extinção do SAAL. Extinguia-se a sua metodologia e iniciava-se a extinção da sua estrutura orgânica[297]. O argumento usado era o de que algumas brigadas se tinham desviado do espírito do despacho que deu origem ao SAAL, considerando que estas actuavam "à margem" das autarquias locais e do FFH, sem permitirem o seu contributo e ajuda técnica. Referia-se que, perante o aumento de construção clandestina e a consequente desinserção em planos urbanos, competia

292 Idem, p. 197.
293 Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 331-333.
294 Cf. Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, pp. 203-207.
295 Cf. Ferreira, António Fonseca, *op. cit.*, 1984, p. 121.
296 Cf. Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 207; "À Comissão Directiva do FFH", 22/09/1976 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, p. 407.
297 Cf. Mário Brochado Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 658.

às autarquias locais a dinamização das populações envolvidas e o comando dos processos, apoiadas pela nova lei de solos. Como solução, passava a ser da incumbência das Câmaras Municipais a decisão de manutenção e da necessidade da colaboração das brigadas contratadas à tarefa e eram designados comissários do Governo para estabelecer a relação entre as acções da Administração Central e dos órgãos da autarquia nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e na região do Algarve[298]. Sabendo-se que os maiores entraves ao Processo tinham partido das próprias Câmaras, muito por influência dos interesses fundiários locais (entre outros), o SAAL não teria mais qualquer viabilidade. Os comissariados limitaram-se a tomar posse e funcionaram, praticamente sem actividade, até Julho de 1978.

Um novo Despacho Ministerial a 11 de Novembro ordenava um inquérito para averiguar irregularidades por parte de elementos das brigadas técnicas do SAAL e de funcionários do FFH[299]. As várias desconfianças que se levantaram em torno do SAAL eram injustificadas, dado que o trabalho e o pagamento das brigadas eram alvo de "duplo controlo, dos utentes e da administração"[300], como refere Margarida Coelho, através dos relatórios mensais entregues, onde se indicavam as pessoas e o trabalho realizado, incluindo a ficha de pagamento, e que deveriam ser aprovados pelo Serviço e pela Comissão de Moradores. Mas "os problemas que o SAAL colocou (...) não eram técnicos (...), eram políticos"[301].

Seguiu-se o incentivo à aquisição de casa própria através de sistemas de crédito. As Câmaras passaram a ter maior facilidade na promoção de habitação, mas a centralização das medidas económicas e a descentralização das medidas de apoio social criaram uma separação entre as esferas social e económica, o que contribuiu, segundo Teresa Barata Salgueiro, para "fragmentar geograficamente os conflitos, despolitizá-los e desideologizá-los"[302].

O programa SAAL correspondeu à tentativa de encontrar uma solução colectiva para os problemas habitacionais, uma solução muito distinta dos programas habitacionais que o sucederam, uma vez que "cada candidato, em vez de ser mais um participante na acção colectiva, somando força ao projecto conjunto, se transformou num adversário na divisão de bens escassos"[303], como refere Diego Cerezales. Foi também a luta pelo direito à habitação interligada com o direito e à

298 Cf. "Despacho Ministerial", Diário da República 28/10/1976 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 452-454.
299 Cf. Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 215.
300 Margarida Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 629.
301 Idem, p. 630.
302 Teresa Barata Salgueiro, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 678.
303 Cerezales, Diego Palacios, *op. cit.*, 2003, p. 104.

cidade, como salienta Maria Rodrigues, introduzindo uma ruptura de conceitos[304] que inclusivamente contestou a legitimidade da propriedade privada dos solos urbanos. Margarida Coelho refere como o SAAL questionou as intervenções políticas seguidas até então, afirmando-se como ruptura, não contra o Estado, mas como "um serviço do Estado que apontou para a sua transformação"[305]. Contudo, se a integração do novo serviço logo após o 25 de Abril poderia impulsionar a transformação das velhas estruturas estatais, também poderia fazer com que fosse progressivamente marginalizado, como se verificou. A falta de autonomia do SAAL e a sua dependência relativamente a outros órgãos decisórios foi causadora de bloqueios permanentes. A ausência de uma estrutura legal e regulamentar que apoiasse a sua operacionalização implicou que o seu funcionamento andasse a reboque das conquistas das lutas dos movimentos de moradores, como refere Vítor Matias Ferreira[306].

Outra das medidas particulares do SAAL estava relacionada com a liberalização da informação, com o apelo à participação pública e com a "democratização da racionalidade técnica"[307]. O facto de se tratar de um serviço de apoio local e de haver uma "partilha da gestão e do controlo das operações por utentes e técnicos"[308] contribuiu tanto para o reconhecimento e actuação segundo a especificidade de cada caso, como para a formação e consolidação dos movimentos sociais e para o envolvimento dos moradores no processo. Seria demagógico afirmar que o comando do processo era das populações, mas existiram condições de diálogo onde se ensaiavam e praticavam vários níveis de discussão e responsabilização. No entanto, as expectativas de Nuno Portas de que os processos experimentados pudessem ser inovadores e encontrar reflexo nos seus produtos não se verificaram, o que o levou a tecer duras críticas ao SAAL, referindo que os projectos elaborados serviram principalmente as carreiras dos arquitectos[309]. Para Portas, o grande paradoxo foi que, após o término da construção das casas, houve alterações imediatas operadas pelos moradores, como a alteração de paredes e caixilhos que não respeitavam o projecto e destruíram parte do dinheiro público gasto[310]. Esta constatação punha em causa a eficácia dos processos participados, considerando que a participação efectiva dos moradores se reflectiu mais em reivindicações e que houve uma imposição dos técnicos e líderes das organizações de moradores quanto às soluções

304 Cf. Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, p. 46.
305 Margarida Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, pp. 620-624.
306 Cf. Ferreira, Vítor Matias, *op. cit.*, 1984, p. 22.
307 Margarida Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 624.
308 Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, p. 46.
309 Cf. Nuno Portas *cit. in* "Urbanismo e Ordenamento do Território: Balanço dos anos 1970-2000" (entrevista à revista "Sociedade e Território", Fevereiro 2002) *in* Portas, Nuno, *op. cit.*, 2005, pp. 295-296.
310 Cf. Nuno Portas, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 643.

arquitectónicas. Ainda assim, reconhece que a opção quase generalizada por bairros de baixa altura correspondeu à interactividade dos processos participados. Da parte das brigadas, havia a intenção de iniciar a construção o mais depressa possível, dada a instabilidade política e a possibilidade de alteração radical das estratégias para a habitação[311]. Nesse sentido, as primeiras obras eram encaradas como experimentais, servindo, por um lado, como concretização do direito reconhecido e, por outro lado, como objecto de discussão para fases futuras.

O SAAL foi entendido como uma batalha particular que estava inscrita numa ideia mais geral de transformação da dominação de classe e de alteração do poder político, sem os quais não poderia haver uma verdadeira transformação da sociedade. Os técnicos do SAAL estavam intensamente identificados com o processo revolucionário, não sendo possível evitar o seu envolvimento com a população. Nesse sentido, os problemas da construção também faziam parte desse posicionamento, procurando recorrer sobretudo a empresas nacionalizadas, a cooperativas de trabalhadores e a brigadas de desempregados na indústria da construção, de modo a não apoiar o sistema capitalista. Abriam-se algumas excepções com o recurso a empresas do sector privado de pequena dimensão, devido aos despedimentos e à paralisação que se verificava, mas exigiam-se preços acessíveis de modo a evitar que houvesse especulação[312]. Procurava-se a utilização de materiais de produção nacional e de baixo custo, para que se propusesse uma reorganização da indústria. Quanto às técnicas utilizadas, optava-se por soluções elementares que permitissem a utilização de mão-de-obra não especializada, promovendo, simultaneamente, a organização dos trabalhadores em cooperativas de construção.[313] Estas opções demonstram que havia um olhar atento para os circuitos de produção, que servia, igualmente, como processo pedagógico.

A eliminação do SAAL e o baixo número de construções realizadas deixaram uma marca de desânimo. Até Outubro de 1976, apenas se iniciou a construção de 2.259 casas em todo o país, apesar de estarem em curso 170 operações que envolviam 41.665 famílias, e haver 19.359 fogos em fase de projecto[314]. Talvez por isso o reconhecimento da importância dos princípios defendidos pelo SAAL tenha ocorrido sobretudo a nível internacional. Entre esses princípios estava a valorização da participação e do envolvimento colectivo num modelo de desenvolvimento urbano que tentasse

311 Cf. Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 149.

312 Cf. Nuno Portas *cit. in* "O Arquitecto Nuno Portas e o Direito à Habitação" *in* Portas, Nuno, *op. cit.*, 2005, p. 243.

313 Cf. Oliveira, Paula de; Marconi, Francesco, *op. cit.*, 1978, pp. 104-111; 163-167.

314 Números obtidos através do balanço realizado no *Livro Branco do SAAL*, cf. Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. A, B, C.

atender às ambições dos moradores e valorizar as vivências e os aspectos culturais dessas populações em profunda relação com os espaços habitados e com o próprio dinamismo da cidade. Estas características do processo e a relação com a qualidade da arquitectura produzida deixaram um legado que, segundo Gaspar Martins Pereira, serviu ao movimento das cooperativas de habitação e permitiu reter a ideia de que "as inovações só serão possíveis se assentarem na transgressão de rotinas mas também no respeito pelas identidades socio-espaciais"[315]. Ainda que os seus resultados tenham sido pouco numerosos e muito fragmentados, porque apenas se construíram alguns fogos da primeira fase das operações que avançaram, o seu processo assumiu, paulatinamente, um certo estatuto pedagógico, passando a ser evocado como exemplo e como um legado para repensar políticas urbanas, movimentos populares e o papel de intervenção dos técnicos.

315 Gaspar Martins Pereira, *op. cit.*, 2014, p. 17.

5. A DELEGAÇÃO SAAL/NORTE E O PROCESSO DESENVOLVIDO NO PORTO

Durante o funcionamento do SAAL, a delegação SAAL/Norte teve a seu cargo o desenvolvimento de um total de 65 operações, 61 no distrito do Porto e 4 no distrito de Aveiro, envolvendo um total de 16.865 famílias. Existiram ainda mais 46 pedidos de intervenção que não chegaram a ser satisfeitos.

O âmbito territorial do SAAL/Norte correspondia à área acometida à DHN, que contemplava o Grande Porto (Porto e concelhos limítrofes) e os concelhos da Região do Porto (cerca de 30 concelhos). Contudo, deu-se prioridade às principais aglomerações urbanas onde se verificavam graves carências habitacionais, tal como fixado no despacho de criação do SAAL.

Logo após o 25 de Abril, houve mobilizações dos moradores na cidade do Porto. Ainda que o foco inicial das reivindicações estivesse, em geral, centrado na defesa da liberdade, as degradantes condições de vida e de habitabilidade e o anseio pela melhoria dessas condições levaram ao surgimento de vários movimentos sociais espontâneos. Essas acções de organização popular foram desencadeadas pelos moradores dos bairros camarários[315]. No dia 30 de Abril formou-se no Bairro S. João de Deus a primeira Comissão de Moradores[316] e no dia 1 de Maio os moradores do Bairro manifestaram-se no Quartel General contra o regulamento em vigor, tendo procedido à entrega de um caderno reivindicativo (o primeiro de que se tem conhecimento[317]). A 26 de Maio, moradores de quase todos os bairros camarários reuniram-se junto à Câmara Municipal numa manifestação para a revogação do regulamento em vigor nos bairros. A 15 de Julho realizou-se um plenário das comissões de moradores entretanto formadas, que reunia a quase totalidade dos bairros camarários do Porto, onde se aprovou o documento intitulado de "Princípios fundamentais reguladores dos bairros camarários do Porto" que revogava o regulamento em vigor.

Perante estas mobilizações e as reuniões que se seguiram, Nuno Portas pediu a Margarida Coelho, funcionária do FFH no Porto, para o pôr a par daquilo que se estava a passar. Nesse âmbito, propôs-lhe ainda em Julho a coordenação da delegação SAAL/Norte.

315 Tal como referido anteriormente. Cf. Cerezales, Diego Palacios, *op. cit.*, p. 88.
316 Cf. Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, p. 84.
317 Cf. Mário Brochado Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 646.

Margarida Coelho, arquitecta formada pela ESBAP, tinha um conhecimento profundo da situação habitacional que se vivia na cidade do Porto. Durante a sua formação, esteve em contacto com várias áreas de ilhas e elaborou inquéritos sobre bairros camarários, como os bairros da Pasteleira e Rainha D. Leonor. O conhecimento das ilhas provinha, em boa parte, das acções promovidas pelos dominicanos, muito próximas do exemplo de D. António Ferreira Gomes (bispo do Porto deposto e exilado entre 1959 e 1969), e das acções relacionadas com as Conferências de S. Vicente de Paulo, onde dava formação sobre cuidados de higiene ou alimentares aos moradores das ilhas. A elaboração dos inquéritos sobre bairros camarários foi feita a pedido de Nuno Portas, aquando da realização de uma sessão no Porto no ano lectivo de 1962/63, para um estudo do LNEC sobre modos de vida familiares e espaços habitacionais e para o qual Margarida Coelho se voluntariou. Essa experiência permitiu que fosse para o LNEC no Verão desse ano lectivo, tendo conhecido também Nuno Teotónio Pereira e feito parte do Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR). Após terminar o curso, esteve três anos em Paris, onde fez um curso sobre pré-fabricação e assistiu a diversas conferências de Chombart de Lauwe, que conheceu pessoalmente. Com a criação do FFH, candidatou-se às vagas disponíves, passando a integrar a Direcção Regional do FFH no Porto.[318]

Ainda que Margarida Coelho conhecesse bem o contexto de intervenção, achou que para a coordenação do SAAL/Norte seria necessário obter apoio para a elaboração de normas legais e formalização das organizações de moradores (por se tratar de um programa que traria problemas jurídicos novos), bem como apoio para a discussão das propostas arquitectónicas. Para isso, sugeriu que se convidassem para a equipa de coordenação o advogado Mário Brochado Coelho e o arquitecto Alexandre Alves Costa.

Margarida Coelho conhecia Mário Brochado Coelho da Cooperativa Confronto e das vigílias organizadas na Capela do Rato. Brochado Coelho acabou o curso de Direito na Universidade de Lisboa por ter sido expulso da Universidade de Coimbra devido a motivos políticos. Durante os seus estudos, tinha sido dirigente do Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (CITAC). Após regressar da guerra colonial em Angola, onde esteve entre 1963 e 1966, fundou a cooperativa cultural Confronto, que esteve em funcionamento entre 1966 e 1972 e a que presidiu. A cooperativa funcionava no Porto como lugar de encontro e diálogo entre diferentes ideologias políticas, filosóficas e religiosas, onde se promovia a edição e distribuição

318 Informação recolhida a partir do testemunho de Margarida Coelho, em entrevista realizada a 21 de Setembro de 2015.



↖ Fotograma do filme *Direito à habitação*, Cinequipa, 1976, com Alexandre Alves Costa e Margarida Coelho. © Centro de Documentação 25 de Abril

de publicações, a organização de cursos, reuniões e conferências, e onde se faziam estudos e projectos de modo a contribuir para a vida cultural da cidade e para a "dignificação do homem"[319]. Integrou também uma estrutura clandestina que publicou e fez circular os *Cadernos Necessários*, procurando reforçar a luta contra a guerra colonial[320]. Para além da sua intervenção na vida associativa do Porto, colaborava em diversas publicações, como na revista *O Tempo e o Modo* ou nas antologias *Afrontamento*. Foi também advogado de presos políticos. Colaborava ainda na redação do jornal *O Primeiro de Maio*, um jornal de apoio às lutas populares e que estava em contacto com os movimentos dos bairros camarários[321]. Margarida Coelho estava a par do seu envolvimento social e político e sabia que, do ponto de vista jurídico, o apoio de Mário Brochado Coelho seria fundamental.

Alexandre Alves Costa era professor da ESBAP, tendo sido suspenso em Março de 1974 por motivos políticos e readmitido no pós-25 de Abril. Após terminar o curso na ESBAP, fez o estágio profissional no LNEC em 1965/66 sob orientação de Nuno Portas, onde desenvolveu propostas de racionalização de soluções habitacionais[322]. A partir de 1970 exerceu arquitectura em regime liberal e foi funcionário da Câmara do Porto, tendo trabalhado na Repartição de Construção de Casas da Direcção de Serviços da Habitação. Perante a ideia vigente de demolição sistemática das ilhas existentes no Porto, Alves Costa trabalhou na elaboração de inquéritos com

319 Coelho, Mário Brochado, *Confronto: Memória de uma cooperativa cultural, Porto 1966-1972*, Porto: Edições Afrontamento, 2010, p. 37.

320 Dessa estrutura também fazia parte Alexandre Alves Costa. Cf. Rui Bebiano, "As esquerdas e a oposição à guerra colonial" *in* Teixeira, Rui de Azevedo (org.), *A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção. Livro de actas do II congresso sobre a guerra colonial*, Lisboa: Editorial Notícias, 2002, pp. 293-313.

321 Informação recolhida a partir do testemunho de Alexandre Alves Costa, em entrevista realizada a 11 de Março de 2016. Sobre o jornal *O primeiro de Maio* e a colaboração de Mário Brochado Coelho, cf. Lima, João, *O 1º de Maio. Um grupo militante no processo revolucionário português: nascimento, morte e transfiguração*, Porto: Dissertação de Mestrado, FLUP, 2016.

322 Cf. Costa, Alexandre Alves; Portas, Nuno, R*acionalização de soluções da habitação: Análise e selecção de esquemas do fogo*, Lisboa: LNEC, 1966.





↑ Fotografias de inscrições contra os fiscais dos bairros camarários e os sub-aluga, anos 1970.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

o objectivo de classificar o estado das ilhas e propor a sua recuperação, quando possível, bem como o realojamento dos moradores em áreas da vizinhança[323]. Essa proposta advinha do contacto que mantinha com os movimentos de moradores dos bairros camarários, estando a par da insatisfação dos moradores que tinham sido desalojados das ilhas. Na Câmara, elaborou com Manuel Teles os projectos para os blocos de Contumil e para as torres do Aleixo[324]. O conhecimento e envolvimento em projectos e estudos de programas habitacionais públicos, a ligação aos movimentos populares e a relação que poderia estabelecer com a ESBAP, onde se desenvolviam trabalhos em áreas de ilhas, levou a que Margarida Coelho solicitasse a sua participação no sector de apoio ao planeamento e projectos do SAAL/Norte.

No dia 8 de Agosto de 1974, dois dias após a publicação do despacho de criação do SAAL, Margarida Coelho, Mário Brochado Coelho e Alexandre Alves Costa reuniram pela primeira vez. Foi nessa reunião que Mário Brochado Coelho e Alexandre Alves Costa aceitaram a ligação à coordenação do SAAL/Norte (apesar de tanto Brochado Coelho como Alves Costa terem preferido não estabelecer uma relação vinculativa com o SAAL, o primeiro por possivelmente preferir manter alguma independência[325], e o segundo devido ao seu vínculo com a ESBAP), e dali resultou um primeiro documento, a "Estruturação do SAAL/Norte"[326], que indicava já contactos com a população de algumas ilhas do Porto, áreas de barracas em Matosinhos e um bairro clandestino de mineiros em S. Pedro da Cova, Gondomar. Desde essa data até 15 de Setembro, organizou-se uma lista de operações prioritárias que envolvia 7.470

323 Esta proposta partiu do então vereador da Câmara Municipal do Porto, o arquitecto José Carlos Loureiro, como referido no capítulo sobre o problema da habitação no Porto. Cf. João Queirós, *op. cit.*, 2016, p. 61; Sousa, Fernando (coord.), *op. cit.*, 2013, p. 375.

324 Tal como referido no capítulo sobre as políticas de habitação implementadas até 1974.

325 Informação recolhida a partir do testemunho de Margarida Coelho, em entrevista realizada a 21 de Setembro de 2015.

326 "Estruturação do S.A.A.L./Norte", 08/08/1974 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 66-67.

moradores no concelho do Porto, 350 no de Matosinhos, 4.000 no de Gondomar e 180 no de Ovar, num total de 12.000 moradores[327].

Com o aparecimento do SAAL, os movimentos de moradores alargaram-se. Ao movimento reivindicativo dos bairros camarários sucedeu-se uma segunda forma de reivindicação dos moradores das ilhas que contestava o sistema urbano existente[328]. Verificaram-se também movimentações dos moradores do centro antigo da cidade, como da área Ribeira/Barredo, contra as *sub-alugas* e as condições degradantes de vida. No dia 30 de Novembro de 1974, uma manifestação no Terreiro da Sé integrou moradores com problemas diversificados e de várias áreas da cidade (os moradores das casas sub-alugadas, das ilhas e dos bairros camarários) e culminou com a invasão da Câmara Municipal do Porto. Daqui resultou o primeiro diálogo com a Comissão Administrativa da Câmara e uma articulação entre as comissões de moradores.

Progressivamente, foi havendo uma sedimentação do movimento de moradores consoante o tipo de problemas existentes. A luta dos moradores dos bairros camarários, para além da suspensão e revogação[329] do regulamento em vigor, impediu despejos, obrigou a que nos serviços camarários (no gabinete coordenador dos Bairros Camarários) estivessem representantes dos moradores e formou uma comissão central[330]. Os moradores das casas-colmeia (ou sub-alugas) conseguiram que pontualmente houvesse uma diminuição do valor das rendas, a oposição aos despejos[331] e centralizaram o movimento de moradores das áreas de Ribeira/Barredo, Sé, Bonfim, Regeneração, Rua Costa Cabral, Rua D. João IV, Rua de Camões e Rua de Santo Ildefonso numa casa na Rua D. João IV com o número 402[332]. A luta pela ocupação das casas devolutas não chegou a ter uma organização sólida, com excepção da ocupação das minas de S. Pedro da Cova[333] onde se criou o Centro Revolucionário Mineiro. Os moradores dos bairros de lata não conseguiram ter força reivindicativa: os serviços camarários evacuaram e destruíram os bairros e os moradores foram realojados temporária ou definitivamente.[334] A luta dos moradores das ilhas ou situações semelhantes (de outras áreas degradadas) que se organizavam

327 Cf. Margarida Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 621.

328 Cf. Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, pp. 84-85.

329 O regulamento foi anulado a 23 de Fevereiro de 1975.

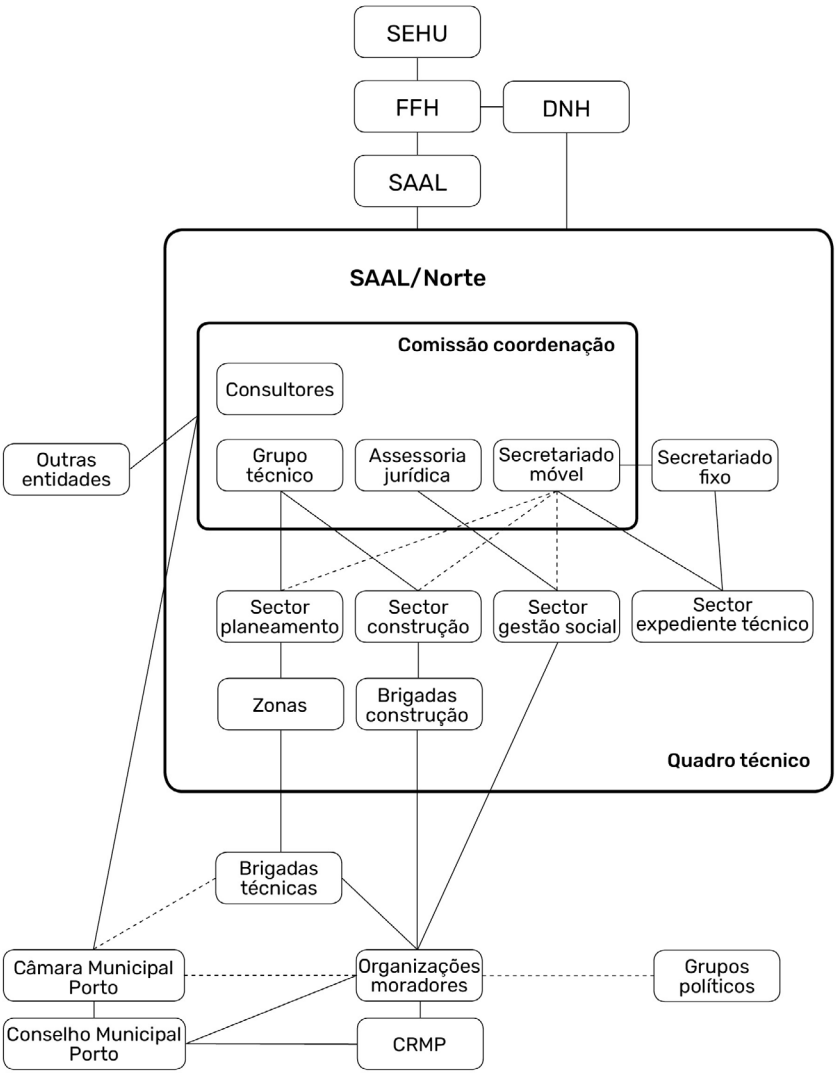
330 A Comissão Central dos Bairros Camarários foi criada a 13 de Dezembro de 1974.

331 A 7 de Janeiro de 1975, o Decreto-Lei 6/75 suspendeu os despejos judiciais e administrativos relativos a ocupação ou sublocação na área do Grande Porto. A 16 de Maio de 1975, um novo Decreto (232/75) punia a sublocação através da denúncia de sobreocupação, com efeito no concelho do Porto e em freguesias dos concelhos de Vila Nova de Gaia, Gondomar, Maia e Matosinhos. Este Decreto visava punir directamente as sub-alugas e as colmeias humanas na cidade. Cf. Gaspar Martins Pereira, *op. cit.*, 2014, p. 22; Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 151.

332 Cf. Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, p. 87.

333 As instalações das Minas de S. Pedro da Cova foram ocupadas a 22 de Maio de 1975.

334 Cf. Mário Brochado Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 656.



↗ Organigrama do SAAL/Norte.
© Ana Catarina Costa

em comissões e elaboraram um pedido de intervenção do SAAL/Norte ia crescendo e passou a estar centrada em torno do Serviço. O CRUARB, entretanto criado, foi mantendo a dinâmica de moradores ligada às estruturas organizativas do SAAL/Norte[335].

A delegação SAAL/Norte definiu uma estrutura com funções específicas: o grupo técnico, que consistia na chefia e na equipa encarregada do arranque das operações, contratação das brigadas e acompanhamento e avaliação técnica das operações; a assessoria jurídica, que prestava apoio jurídico à coordenação do SAAL, apoio às associações de moradores e às brigadas; o secretariado móvel, encarregado da coordenação interna, da ligação constante aos moradores e brigadas, da recolha e organização de elementos informativos e avaliadores das operações, bem como da elaboração de boletins informativos; o secretariado fixo, que tratava dos trabalhos de secretaria, contabilidade e atendimento na sede do Serviço; e o quadro técnico, que apoiava a comissão coordenadora.

335 Cf. Idem, p. 652.

A comissão coordenadora do SAAL/Norte era composta por um responsável geral e por elementos que integravam a estrutura técnica, a estrutura administrativa e ainda por consultores especialistas[336]. Essa comissão era responsável pela alteração de membros da sua comissão coordenadora, pela selecção das operações na fase inicial e homologação das operações, pelo apoio à população em todas as fases (sobretudo no arranque, para esclarecimento do processo e acompanhamento da sua organização), pela contratação de equipas técnicas consultivas e aprovação e execução das suas propostas, e pelo estabelecimento de relações de cooperação com organismos oficiais locais e organismos públicos centrais implicados nas operações ou em actuações no mesmo local.

Para o funcionamento do Serviço, existiam também as brigadas de intervenção, as equipas técnicas de apoio à fase da construção e uma comissão coordenadora geral. Às brigadas de intervenção competia a preparação e desenvolvimento do processo conduzido pelas populações, a orientação e execução de inquéritos, levantamentos, acção fundiária e gestão social, a elaboração de estudos e projectos de urbanização e edificação, a elaboração de esquemas de infra-estruturas, bem como a assistência técnica necessária à execução da obra. A brigada deveria ainda apoiar as Câmaras na execução de projectos de infra-estruturas e na assistência necessária para a sua execução. Às equipas técnicas de apoio à fase da construção competia o acompanhamento de projectos de infra-estruturas elaborados pelas brigadas (desde a entrada na Câmara até à aprovação e início dos trabalhos), a execução de medições, orçamentos e programas de trabalho com base nos projectos de edificação apresentados pelas brigadas, e recebia ainda da comissão coordenadora o esquema global de obras que permitia a encomenda de materiais, os pedidos de verbas, a instalação de estaleiro, o aluguer de máquinas, entre outros. Quanto à comissão coordenadora geral, esta era constituída por dois elementos de cada comissão de zona, por uma comissão central e por um elemento da SEHU.

A divisão das operações em zonas resultou de uma organização administrativa que permitia à coordenação um conhecimento concreto dos processos desenvolvidos nas várias operações, para além da discussão e partilha de problemas, estratégias

336 Em Dezembro de 1974, a comissão coordenadora era constituída por Margarida Coelho (admitida na DHN desde 19/4/71, responsável do SAAL/Norte, com funções no grupo técnico e algumas no secretariado móvel), Alexandre Alves Costa (não admitido oficialmente, mas ao serviço desde 15/9/74, com funções no grupo técnico, algumas no secretariado móvel, a tempo parcial), Fernanda Alcântara (admitida a 1/11/74, com funções no grupo técnico), Mário Brochado Coelho (não admitido oficialmente, mas ao serviço desde 1/9/74, com funções de assessoria jurídica, algumas para o secretariado móvel, a tempo parcial) e Maria Paula Barbosa (admitida na DHN desde 1/5/70, com funções de secretariado fixo e algumas de secretariado móvel). Em Setembro de 1975, a comissão coordenadora do SAAL/Norte era composta por 15 elementos no total: 4 que integravam a estrutura técnica, 7 a estrutura administrativa e 4 consultores especialistas. Cf. Informação recolhida a partir de documentação existente no Arquivo Distrital do Porto.

e informação entre brigadas de uma mesma zona e, por vezes, entre zonas. Cada comissão de zona era constituída por elementos da comissão de coordenação e por um representante das brigadas técnicas dessa zona. As reuniões de zona (realizadas mensalmente) tinham um papel pedagógico e democrático, já que reflectiam a participação e contribuição de todos na definição dos procedimentos processuais que deveriam ser comunicados globalmente. Contudo, refere-se nalguns casos que o espírito das reuniões de zona era de controlo burocrático, e não tanto crítico dos trabalhos das brigadas[337].

Para o apoio das operações, foram ainda criados sub-grupos nas estruturas técnicas do Serviço: o sector de apoio ao planeamento e projectos, o sector de apoio técnico à construção, o sector de apoio à gestão social das organizações de moradores e o sector de expediente técnico[338].

O pedido de intervenção tinha de ser elaborado por escrito pelos moradores. Na sequência desse pedido, elementos da comissão coordenadora deslocavam-se ao local, elaboravam um relatório e participavam numa ou em mais sessões de esclarecimento em reunião geral de moradores (convocada e organizada por uma comissão de moradores, provisória ou definitiva). Para dar início à operação, era contratada uma brigada técnica provisória (que poderia ficar como definitiva) para a Definição da Unidade Operacional.

Em 1974, no Porto, iniciaram-se 8 operações SAAL: Maceda, Antas, Leal e Sé em Outubro; Chaves de Oliveira, Lapa e S. Vítor em Novembro; Bela Vista em Dezembro. Iniciaram-se 2 operações em Matosinhos (Cruz de Pau A e B), uma em Gondomar (S. Pedro da Cova – Bela-Vista) e 2 em Ovar (Cortegaça e Poço de Baixo). Várias brigadas que se formaram corresponderam a equipas técnicas que, desde o início, se manifestaram disponíveis. Também se verificou desde logo a presença e

337 Cf. Posição crítica da Brigada das Fontaínhas na reunião da zona 5, realizada no dia 19 de Maio de 1976. Documentação consultada no Centro de Documentação da FAUP.

338 Apesar de a estrutura do Serviço se ir alterando ao longo do processo e não se ter acesso a documentos que consigam precisar essa informação, identificou-se num documento a constituição destes sub-grupos. Faziam parte do sector de apoio ao planeamento e projectos: Alexandre Alves Costa, Carlos Guimarães, Vítor Sinde, Manuel Mendes, Paulo Felisberto Ramos dos Santos, Manuel Nicolau Costa Brandão e Maria Fernanda Alcântara Pereira. No sector de apoio técnico à construção constavam: Diomar Santos, José Maria Oliveira, Aníbal Vasconcelos, António Cândido Fernandes, Carlos Santos Delfim, Joaquim de Azevedo Figueiras, Vítor Carlos Almeida, Ramiro Teixeira, Abílio Mourão, Fernando Parati, Francisco da Silva Cascaes, Joaquim Topa da Presa, António Cerveira Pinto e Emília Silva. O sector de apoio à gestão social das organizações de moradores era constituído por: Mário Brochado Coelho, Ricardo Sousa Lima, Manuel Sotomaior Faria, Maria de Fátima Grácio, Bonina Brandão Pedro, Pablo Rojas, Rui Brás Afonso. Do sector de expediente técnico, faziam parte: Maria Paula Cardoso, Matilde Maria Figueiredo e Silva, Maria de Fátima Mano Cerqueira Domingues, Marília da Silva Vieira, Maria Eduarda Gomes de Almeida (contabilidade), Dulce Maria Pinto Leite, Manuel Maria Magalhães da Silva, António Manuel da Silva Pina, Orquídea de Jesus Santos Garcia, Isabel Maria Ferreira Cardoso e Branco Ferreira Lima Dias. Cf. Documentação consultada no ADP.

disponibilidade de estudantes que se encontravam a trabalhar na identificação de áreas de intervenção[339].

Um dos aspectos fundamentais que distinguem o Processo SAAL no Porto decorreu da relação entre as brigadas técnicas e a ESBAP. Havia uma tradição de estudo e prática de projecto em áreas de habitação degradada em várias cadeiras no curso de arquitectura, o que permitiu que houvesse um conhecimento profundo de algumas das áreas de intervenção que viriam a constituir-se operações. Como as brigadas foram constituídas, em grande parte, por professores e alunos da ESBAP, e existia esse contacto prévio com os moradores, a acção das brigadas foi entendida desde o início como defensora dos interesses dos habitantes, contrariamente ao que aconteceu em operações desenvolvidas noutras áreas do país.[340]

O SAAL/Norte foi tentando definir, logo em Setembro, a organização dos processos técnicos e as normas para a caracterização das operações. A caracterização das operações deveria contemplar: planta de localização; planta geral (com o aglomerado e os terrenos livres circundantes); fotografias; informação sobre os proprietários dos terrenos em questão (aglomerado e terrenos circundantes); características do aglomerado, que incluíam características urbanas (forma do aglomerado, número de fogos, densidade habitacional), infra-estruturas (transportes, arruamentos, logradouro, abastecimento de água, rede de esgotos, rede eléctrica e iluminação pública), tipo de construção existente e estado de conservação, e equipamentos (instalações sanitárias colectivas, lavadouros, comércio, artesanato, indústria, etc.); tipos de contratos de arrendamento e valor das rendas; informação sobre iniciativa dos senhorios ou dos habitantes na beneficiação ou conservação das casas, de infra-estruturas e de equipamentos; e as solicitações realizadas pelos habitantes.[341]

Esta caracterização servia para formalizar e delimitar as áreas de intervenção da Unidade Operacional, entendida como a "área geográfica de influência da Comissão ou Associação de Moradores"[342], e, num contexto mais lato, definir o processo e as estratégias de actuação. Ao caracterizar a população interessada e a sua organização, as carências existentes e verificar a viabilidade da intervenção SAAL (identificando núcleos de intervenção imediata e terrenos livres para expansão, áreas de influência e propriedade dos terrenos livres, e verificando os planos previstos para a área, que

339 Cf. SAAL-Norte, "Estruturação do S.A.A.L./NORTE", 08/08/1974 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 67-68.

340 Tal como referido anteriormente. Cf. Ferreira, Vítor Matias, *op. cit.*, pp. 48-50; o capítulo sobre o curso de arquitectura da ESBAP e a relação com a cidade.

341 Cf. "Norma para a caracterização das primeiras operações do SAAL/Norte" *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 81-82.

342 Cf. "Matriz do Processo Técnico" *in* Idem, pp. 361-366.

poderiam ter implicações no processo e desenvolvimento da operação), começava-se a esboçar a proposta de um método a seguir na intervenção.

Como refere Alexandre Alves Costa, a delimitação das Unidades Operacionais era "um dos mais delicados problemas", já que se deveria tratar de uma "área com alguma unidade arquitectónica e urbanística" coincidente com as "identidades de natureza sociológica ou até política" da organização de moradores, correspondendo a "um lugar antropológico, identitário, relacional e histórico". Deveria ainda permitir resolver todos os problemas habitacionais dentro da área delimitada, através de recuperação da construção existente ou de construção nova em terrenos disponíveis, seguindo critérios de manutenção, demolição e construção que permitissem "consolidar ou reinventar um *lugar praticado* que, como os lugares antigos, inventariados e classificados fosse, como eles, promovido a *lugar de memória*".[343] O sector de apoio ao planeamento e projectos debatia estes vários temas com as brigadas, permitindo que existisse uma metodologia comum simultânea à especificidade e unidade formal de cada operação. Uma das ideias de base que havia ficado definida estava relacionada com a defesa da manutenção do local de residência, que provinha do conhecimento do penoso processo de realojamento dos moradores de ilhas em bairros camarários localizados na periferia e do reconhecimento da vitalidade sócio-espacial das ilhas, aliada à defesa do sentido de urbanidade. Nessa perspectiva, propunha-se a transformação dos seus bairros através da construção de casas novas e da renovação das ilhas, atendendo a certos padrões de conforto e salubridade e ao aumento de áreas habitacionais. Ao mesmo tempo que se valorizava o quotidiano das classes populares, procurava-se, contudo, eliminar o carácter estigmatizante desses espaços através da sua abertura à cidade. A abertura desses espaços escondidos e a sua nova visibilidade significavam também a formação de novas redes de sociabilidade e, por isso, uma apropriação simbólica da cidade.

A 2 de Dezembro de 1974 realizou-se o primeiro plenário das Comissões de Moradores com o SAAL no anfiteatro da ESBAP, onde foi criada a Comissão Coordenadora de Comissões e Associações de Moradores ligadas ao SAAL/Norte e o seu Secretariado[344]. Os moradores começavam a "perspectivar as suas necessidades individuais numa dimensão colectiva"[345] a partir da identificação de problemas comuns, permitindo que houvesse uma coesão entre os membros da organização

343 Alexandre Alves Costa, *op. cit.*, 2014, p. 81.

344 Esta Comissão era composta por dois representantes de cada comissão ou associação de moradores e reunia quinzenalmente nas instalações do SAAL/Norte.

345 Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, p. 83.



↖ Fotografia do Centro de Cultura Popular, na avenida da Boavista, 1975. © Arquivo Alexandre Alves Costa

colectiva, a partilha de formas de expressão e uma consciência de classe, ainda que existisse uma grande heterogeneidade social nos grupos[346]. Algumas das acções mais significativas estiveram relacionadas com a criação de equipamentos sociais que serviam várias comissões de moradores. Uma delas foi a ocupação de um edifício na rua Morgado Mateus, a Comuna Infantil Soldado Joaquim C. Luís, onde se instalou um infantário e uma creche para os moradores das áreas de S. Vítor, Campo 24 de Agosto, Heroísmo, etc. Outro exemplo foi a Comuna Infantil de Campanhã na Rua Justino Teixeira. Equacionou-se, ainda, a criação de Escolas Populares para educação comunitária e actividades culturais. Segundo Maria Rodrigues, estas acções potenciavam uma apropriação colectiva do espaço urbano pelos movimentos de moradores, uma conquista social que, num momento mais avançado, se enquadraria no domínio político e afirmaria os valores da cultura popular.[347]

Apesar das dificuldades na obtenção de terrenos, a meados de Novembro de 1974 a SEHU lançou despachos que concediam verbas às Câmaras para a aquisição de terrenos e obras de infra-estruturas. O protocolo que viabilizava a movimentação das verbas só foi assinado pelo FFH e pela Câmara do Porto a 22 de Janeiro de 1975, e o decreto que facilitava a expropriação dos solos foi lançado a 13 de Fevereiro, mostrando-se já inadequado para as necessidades existentes.

As manifestações de moradores foram-se sucedendo, bem como reuniões gerais, de modo a organizar a luta por melhores condições habitacionais e encontrar soluções para os sucessivos bloqueios e a falta de definição que atrasava e paralisava as operações SAAL. A 25 de Janeiro organizou-se uma manifestação de moradores ligados ao SAAL/Norte para o apoio aos delegados das associações e comissões de moradores que estavam em reunião com o Secretário de Estado da Habitação e

346 Cf. Idem, p. 107.
347 Cf. Idem, pp. 111-118.

Urbanismo, o arquitecto Nuno Portas, à qual se seguiu um plenário na ESBAP que contou com a sua presença.

No SAAL/Norte, todas as comissões de moradores formalizaram a sua organização enquanto Associação e não Cooperativa, por permitir uma maior autonomia, ser um processo de constituição e gestão menos burocrático e comportar menos riscos, sendo, por isso mesmo e como refere Mário Brochado Coelho, também um problema de classe[348]. Os estatutos para as Associações de Moradores foram aprovados na assembleia geral de moradores realizada a 1 de Fevereiro de 1975 no Bairro da Maceda, e a primeira associação constituída foi a Associação de Moradores de Francos a 31 de Março de 1975. Apesar da sua ligação ao SAAL, as associações deveriam desenvolver a sua actividade de forma autónoma e com independência em relação ao Serviço, e até ultrapassar os seus limites, quando necessário.[349] Deveriam igualmente salvaguardar a sua independência em relação ao Estado, partidos políticos e instituições religiosas[350].

Em 1975 arrancaram mais 20 operações SAAL no concelho do Porto: Massarelos, Parceria-Antunes, Prelada, Póvoa e Vilar em Janeiro; Francos em Fevereiro; Boavista em Março; S. Roque, Arrábida, Bouça e Contumil em Abril; Heroísmo em Maio; Miragaia, Presa Velha-Formiga-China e Serralves em Julho; Campo 24 de Agosto e Fontaínhas em Agosto; Lomba em Setembro; Pêgo Negro e Tirares em Dezembro. Arrancaram também 3 operações em Vila Nova de Gaia (Cândido Reis, Gervide e Santo Ovídio), 9 em Matosinhos (Carcavelos, Cruz de Pau C, Ilhas de Leça, Seixo, Senhora da Hora, S. Mamede (Centro, Igreja-Velha e Telheiro) e S. Roque – Alto Mearim), 11 em S. Pedro da Cova em Gondomar (Bairro Norte, Cabine, Casa da Malta, Cimo de Serra, Ervedosa, Farrobo, Mó, Passal, Silveirinhos, Vale Souto e Aldeia, Vila Verde), uma no Torrão em Marco de Canaveses e 2 em Espinho (Marinha e S. Pedro).

Para o desenvolvimento das operações SAAL e dos seus processos documentais deveria ser elaborado, após o processo de Definição de Unidade Operacional (DUO), o processo de Declaração de Utilidade Pública (DUP). O processo de DUP consistia numa proposta de expropriações apresentada pelo SAAL à Câmara Municipal, para que esta expropriasse e cedesse os terrenos à Associação de Moradores para construção. Esses terrenos deveriam englobar as áreas ocupadas pelos moradores

348 Cf. Mário Brochado Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 668.

349 Cf. Idem, pp. 653-654.

350 Cf. Circular SAAL/Norte, "Regulamentação das Associações de Moradores" *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 157-158. As organizações de moradores deveriam ser unitárias, autónomas, solidárias, democráticas internamente, desburocratizadas sem perda de disciplina interna, ter uma direcção proletária e ser, sobretudo, apartidárias. O principal perigo para as organizações de moradores era a invasão e tentativa de controlo pelos partidos políticos, que tentavam transportar para este campo as lutas partidárias divisórias da unidade do povo contra a sociedade capitalista. Cf. Documentação consultada no ADP.

e terrenos livres para expansão, propondo a recuperação e renovação do conjunto urbano abrangido pela operação. O processo elaborado pela Brigada Técnica deveria ser analisado pela Comissão de Moradores e pelo Serviço SAAL/Norte para depois ser enviado à Câmara Municipal, que se encarregaria de propor à SEHU as Declarações de Utilidade Pública (DUP) e de Zona Degradada (DZD), que definia o estatuto de prioridade para a intervenção nos terrenos identificados.[351]

Os principais bloqueios aos processos ocorriam no momento de aprovação da DUP, devido à inexistência de medidas legais que tornassem o processo mais expedito. A 11 de Março de 1975, uma "Informação do SAAL/Norte" dava conta de terem ficado retidos na Câmara do Porto os processos de DUP das operações Maceda, Antas, Bela Vista, Chaves de Oliveira, Leal e S. Vítor[352]. Nesse sentido, 29 Comissões de Moradores e respectivas Brigadas (com excepção das Comissões da Arada, Torrão e Boavista que não tinham Brigada) subscreveram uma posição elaborada no plenário de 18 de Março de 1975 realizado no anfiteatro da ESBAP que se declarava contra a paralisação do Processo, contra a falta de colaboração e "sabotagem" dos serviços camarários e contra a burocracia e a resistência do FFH. Criticavam o facto de o governo provisório não assumir uma orientação anti-capitalista quanto aos financiamentos e valorização dos terrenos, exigindo medidas que suprissem estas necessidades, sob pena de uma tomada de acção por parte das Comissões de Moradores, das Brigadas Técnicas e trabalhadores do SAAL.[353]

Em consequência, no dia 5 de Abril realizou-se uma assembleia no Palácio de Cristal que contou com uma ampla participação e que deliberou a ocupação das casas abandonadas (organizada pelas Associações de Moradores para os mais necessitados), a suspensão do pagamento das rendas nas áreas de intervenção SAAL, a suspensão do pagamento de rendas a sub-alugas, a reorganização da gestão camarária de modo a incluir a participação dos moradores, o saneamento da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto e do seu presidente, o arquitecto Artur Andrade, o saneamento da direcção do FFH e do engenheiro Fortuna, e a ocupação das instalações do FFH[354]. Estas medidas foram bastante eficazes e conduziram à emissão dos primeiros despachos de DUP para as áreas

351 Cf. "Matriz do Processo Técnico" *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 361-366.

352 SAAL/Norte, "Diversos aspectos relacionados com o SAAL/Norte a aguardar tomadas de decisão", 11/03/1975 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 121-125.

353 Cf. O Grupo Coordenador SAAL/Norte, "Comunicado", 18/03/1975 *in* Idem, pp. 129-130; Gaspar Martins Pereira, *op. cit.*, 2014, p. 23.

354 Cf. Mesa do Plenário, 05/04/1975 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 130-131.

das operações SAAL/Norte e de uma portaria para a concessão de subsídios a fundo perdido para as Associações de Moradores[355].

Apesar de haver alguma esperança do ponto de vista político com a coesão do MFA e a efervescência das lutas dos movimentos de moradores, após as eleições para a Assembleia Constituinte verificou-se um progressivo distanciamento do PS em relação ao SAAL e ao movimento de moradores e vários processos administrativos estavam estagnados. Os conflitos entre o SAAL e a Câmara Municipal do Porto mantinham-se. A 14 de Maio, na sequência de uma greve de trabalhadores da Câmara iniciada no dia 4 do mesmo mês, os trabalhadores camarários realizaram um plenário em que decidiram o saneamento da Comissão Administrativa e dos elementos que estabeleciam a relação entre a Câmara e o SAAL, entre os quais o arquitecto Manuel Teles, afastando os poucos elementos que, "já com muita dificuldade, iam garantindo a coordenação com o SAAL"[356].

Estas tensões levaram à organização de uma manifestação em defesa do SAAL coordenada a nível nacional. Realizada no dia 17 de Maio, a manifestação foi uma grande vitória, tendo conseguido a demissão do executivo municipal da Câmara do Porto e instalado uma Comissão Administrativa Militar, na qual constava o arquitecto Bernardo Ferrão[357]. O caderno reivindicativo dos moradores tinha como palavras de ordem "Lutar por uma casa para todos é lutar contra o capitalismo!" e "Não é justo que hajam [sic] casas sem pessoas, quando há pessoas sem casa!"[358], o que não deixava dúvidas quanto à transformação das reivindicações dos moradores numa luta anti-capitalista entendida num sentido mais global.

Foi também criado o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto (CRMP)[359] como órgão coordenador do movimento de moradores e fiscalizador das actividades e serviços da CMP, mantendo um estatuto de independência em relação a esta[360].

355 Cf. Gaspar Martins Pereira, *op. cit.*, 2014, p. 23.

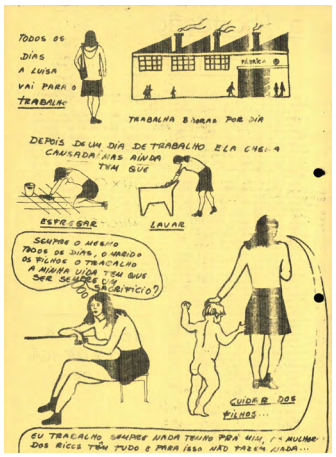
356 Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 152.

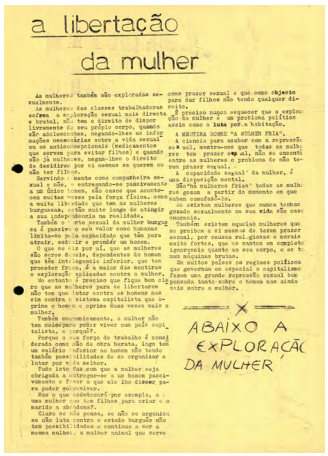
357 Cf. Idem, p. 154.

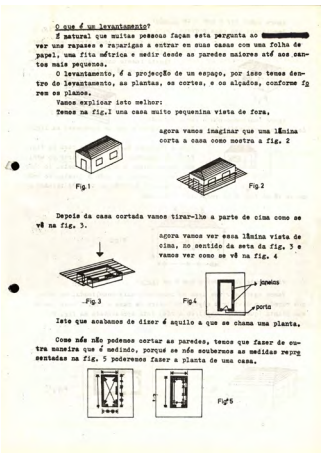
358 Comissões de Moradores integradas no processo SAAL/Norte, "Caderno reivindicativo das C.M.", 17/05/1975 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 153-154.

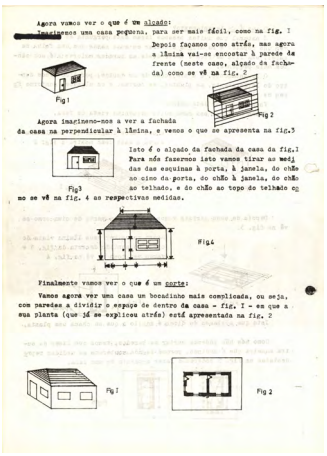
359 A 15 de Junho, segundo Gaspar Martins Pereira; segundo José António Bandeirinha, foi activada a sua criação a 26 de Junho; e Maria Rodrigues refere que o CRMP se desenvolveu a partir de Abril de 1975. Cf. Gaspar Martins Pereira, *op. cit.*, 2014, p. 24; Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 160; Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, p. 76. O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto era composto por 2 representantes de cada comissão ou associação de moradores do concelho do Porto, pertencente ou não ao SAAL/Norte. O secretariado era composto por 9 representantes de igual número de comissões e associações. Para o Conselho Consultivo da CMP foram eleitos 6 representantes de igual número de comissões ou associações de moradores do concelho do Porto como seus delegados.

360 Cf. Comissão coordenadora das comissões e associações de moradores do SAAL/Norte, "1.ª Proposta das comissões e associações de moradores ligadas ao SAAL/Norte e Comissariado Ribeira-Barredo que fundamentou a apresentada à C.M.P. em 20 de Junho de 1975", 26/06/1975 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 171-172.









↑ Páginas de jornais das organizações de moradores, com artigos sobre a defesa dos direitos das mulheres e com informação de natureza pedagógica sobre os trabalhos das brigadas técnicas. Associação de Moradores do Leal, *A voz do Leal*, [4], 1976; Comissão de Moradores da Zona da Arrábida, *A Reconstrução*, 5/6, 30 Julho 1975. © Arquivo Distrital do Porto

O CRMP funcionava como um organismo intermédio que tratava de aspectos com carácter mais global e comuns às várias lutas de moradores. A 4 de Julho foi criado o Conselho Municipal do Porto, composto pelos militares, por seis representantes das comissões de moradores eleitos pelo CRMP, por três representantes das juntas de freguesia e três representantes dos trabalhadores municipais[361]. Pela primeira vez, as comissões de moradores eram integradas e formalizavam a sua participação institucional nas tomadas de decisão.

O reforço do poder popular estava associado a uma atitude anti-capitalista e à apropriação colectiva da cidade. As organizações de moradores empenhavam-se na apropriação de instalações para alojar novas funções sob controlo popular. Um exemplo foi a ocupação de uma casa pela Associação de Moradores das Antas que foi arranjada e serviu de sede e infantário, tendo também sido construídos quartos-de-banho e um pavilhão. Outro exemplo foi a exigência de expropriação do edifício devoluto do "Frigorífico do Peixe"[362] pela Associação de Moradores de Massarelos. Esse edifício, como muitos outros, era propriedade das grandes famílias endinheiradas, neste caso era propriedade da família Champalimaud, e a Associação exigia que lá fossem instalados uma creche, um posto médico e uma sede para a Associação.[363]

Os jornais de bairro de cada Comissão ou Associação de Moradores iam dando conta do desenvolvimento das suas reivindicações e da evolução do envolvimento político, funcionando como um "termómetro do grau de politização do próprio bairro"[364]. Continham informação sobre o andamento dos processos, o levantamento das necessidades e carências dos bairros, acontecimentos políticos e o Processo SAAL. Procuravam ainda informar e prevenir cuidados médicos e sanitários e defender a

361 Cf. Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, pp. 77, 123.
362 O antigo "Frigorífico do Peixe" hoje corresponde ao Hotel Vincci Porto.
363 Cf. Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, pp. 107-109.
364 Oliveira, Paula de; Marconi, Francesco, *op. cit.*, 1978, p. 76.

luta popular, anti-capitalista e a emancipação da mulher. A elaboração dos boletins informativos e pedagógicos contava com a colaboração das brigadas técnicas, que contribuíam para a democratização dos processos.

As brigadas manifestaram, ao longo de todo o Processo, um apoio incondicional aos moradores e à sua luta[365]. Os técnicos do SAAL foram-se transformando e evoluindo com o desenrolar do Processo e com a transformação e evolução das movimentações e organizações populares. Essa realidade levou a que os técnicos do SAAL não se reduzissem à função de apoio técnico do processo, mas tivessem um papel político, usando a sua influência e abrangência de acção para apoiar a luta dos moradores.

Havia também plena consciência da carga política relativa às questões técnicas, no que se refere à elaboração do projecto, à selecção de solos e ao entendimento do território urbano como espacialização das relações de poder e de modos de sociabilidade. A metodologia seguida divergia da prática corrente (que, por norma, se limitava a responder a uma encomenda com programa e terreno pré-estabelecidos), e o contacto constante entre técnicos e moradores levava ao ensaio de novos modos de trabalho. Ao reforço da dimensão política no exercício das funções técnicas não era ainda alheio o clima emocional que se vivia, que entrevia a possibilidade de uma apropriação colectiva da cidade.

Mas, da parte dos técnicos, a transformação que se poderia operar tinha de estar apoiada na prática de projecto. As brigadas iam tomando consciência da necessidade de construir e de que seria fundamental sistematizar as experiências, fazer uma revisão crítica do processo decorrido e propor uma reorganização para a definição de um processo que comportava um elevado grau experimental. Para isso foi organizado o primeiro Encontro do SAAL/Norte realizado nos dias 25, 26 e 27 de Julho de 1975 no Centro de Formação Profissional Acelerada que tinha como tema geral o "Inventário e avaliação crítica da experiência SAAL/Norte e a sua inserção no processo político nacional"[366].

O texto "A estruturação do SAAL/Norte"[367] assinado por Margarida Coelho e Mário Brochado pretendia fazer um balanço da organização do Serviço. Partindo da transcrição do despacho fundador do SAAL e da constituição da delegação regional do Norte, o texto abordava a própria evolução do Processo e a actividade do Serviço. Referia ainda o desajustamento da estrutura do SAAL face às necessidades e

365 Cf. Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, p. 90.

366 Comissão Coordenadora do SAAL/Norte, "Participação das comissões ou associações de moradores integradas no processo SAAL no 1° encontro SAAL/Norte", documento policopiado, arquivo pessoal Margarida Coelho.

367 Margarida Coelho e Mário Brochado Coelho, "A estruturação do SAAL/Norte", 25/07/1975 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 194-198.

dimensão entretanto atingidas, o que prejudicava a sua eficácia, defendendo a necessidade de transformar o SAAL num serviço público autónomo para poder atender à especificidade da sua metodologia.

Na sequência dessa reestruturação, no final de Julho ficou assente a autonomia da coordenação da região SAAL/Norte, a ligação directa à direcção do Serviço (sem ter de passar pela DHN) e a definição da sua área geográfica de actuação, englobando os concelhos do Porto, Matosinhos, Valongo, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Espinho. Já em Dezembro de 1974 tinha sido pedida pelo SAAL/Norte uma clarificação da forma de dependência da delegação em relação à DHN[368]. Quanto à necessidade de autonomia do Serviço face aos órgãos administrativos locais e aos organismos do Estado, só com a intensificação dos movimentos de moradores, simultânea aos impasses e bloqueios do SAAL, é que essa reclamação ganhou maior veemência. Era a pressão que as organizações de moradores exerciam nas instâncias legais que permitia que se encontrassem soluções práticas e se criasse legislação para enquadrar os problemas existentes e permitir a operacionalização do Processo. Nalguns casos, essa resolução existia *a posteriori*, quando os poderes políticos se deparavam com "situações de facto consumado"[369].



↑ Cartaz de divulgação do Encontro SAAL/Norte realizado entre 25 e 27 de Julho de 1975 no Centro de Formação Profissional Acelerada.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

O Encontro organizou-se com a formação de grupos de trabalho em torno de vários temas: luta urbana e política de habitação; financiamento, expropriação e política de solos; construção; organização de moradores; planeamento; imprensa de zona; saúde; educação, cultura popular e alfabetização[370]. Nesses grupos predominou uma consciência política e o enquadramento do SAAL/Norte no processo de transformação da sociedade, como apoio e fomento da "organização dos órgãos de Poder Popular em zonas"[371]. Quanto ao planeamento, fez-se um balanço sobre a desconexão e carácter pontual das intervenções, a utilização de infra-estruturas e equipamentos colectivos, a consideração de valores ambientais e a qualidade das soluções a nível urbano. Discutiu-se a tipologia das habitações, tendo-se optado preferencialmente pela construção de bairros a baixa altura devido à intenção de manter as características positivas dos bairros dos moradores, como a individualização das casas e a possibilidade da sua manutenção e conservação pelos próprios. O contacto directo com a rua era considerado uma característica positiva que contribuía para uma vivência que se queria colectiva. No que se refere aos

368 Cf. "Reestruturação do SAAL/Norte", 05/12/1974 *in* Idem, pp. 102-110.
369 Mário Brochado Coelho, *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 657.
370 Os temas "reestruturação", "brigadas" e "a mulher na revolução" não funcionaram por falta de inscrições.
371 "Conclusões do 1.º encontro SAAL/Norte" *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, p. 186.

processos participativos, identificaram-se duas posições: "seguidismo nas soluções e (...) metodologia autoritária"[372], em que a primeira dificultava o encontro de soluções alternativas e a segunda reflectia a divisão entre o trabalho intelectual e manual. No entanto, verificava-se, na generalidade, uma fraca participação dos moradores que decorria, nalguns casos, da dificuldade que os moradores sentiam em contribuir para a discussão dos projectos. Referiu-se ainda o SAAL como possível alternativa a um tipo de planeamento que favorece os interesses da classe burguesa. O facto de esta reflexão se ter realizado apenas entre técnicos levou à necessidade de alargar as questões levantadas a todos os intervenientes. Nesse sentido, propôs-se a realização de uma exposição com o material apresentado que estaria patente na ESBAP durante um mês e aberta à noite, tornando-se itinerante no período subsequente.

De acordo com José António Bandeirinha, a avaliação e reflexão sobre o Processo durante o seu desenvolvimento, "em que se debateu e se criticou, sem bloquear, em que se deu voz e expressão a intenções diferenciadas, sem perder coordenação e sentido de confluência, em que se pensou sobre uma prática em evolução e não sobre teorias distantes", é uma das especificidades do SAAL/Norte, em comparação com outras delegações regionais[373].

Embora houvesse uma maior proximidade e interacção entre a Comissão Coordenadora do SAAL/Norte e a Comissão Administrativa Militar da Câmara, que indiciava o desbloqueamento dos processos e o seu arranque definitivo, a partilha real do poder das organizações de moradores na Câmara Municipal do Porto teve uma duração curta. No início de Setembro, os militares da Comissão Administrativa da Câmara demitiram-se, apesar dos esforços e das moções lançadas pelos moradores no plenário organizado no dia 13 de Setembro no Palácio de Cristal contra o saneamento dos militares da Câmara, a dissolução do Conselho Municipal e o bloqueamento do SAAL. O Conselho Municipal criado a 4 de Julho foi ilegalizado a 15 de Setembro de 1975 e substituído por uma Comissão de Gestão nomeada pelo Governador Civil do Porto e deputado do PS, Mário Cal Brandão[374]. Seria também Cal Brandão, já no dia 24 de Setembro, e apoiado pelas forças moderadoras do VI Governo Provisório que tomou posse a 19 de Setembro de 1975, a fazer um ataque frontal ao SAAL/Norte, acusando a ausência de democracia na eleição das comissões de moradores, o seu modo de funcionamento e "anarco-populismo", e a condução por organizações partidárias minoritárias[375].

372 Idem, p. 190.
373 Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 169.
374 Cf. Rodrigues, Maria, *op. cit.*, 1999, pp. 77-78.
375 "Declarações do deputado do PS Cal Brandão na sessão n.º 51 da assembleia constituinte", 24/09/1975 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, p. 213.

Alguns autores salientam a crescente politização partidária no seio das Associações e Comissões de Moradores, verificando-se disputas entre estruturas de cariz partidário pela liderança, o que acabaria por gerar situações menos democráticas e causar o afastamento de alguns moradores. João Arriscado Nunes e Nuno Serra referem o papel crucial dos partidos e organizações políticas na viabilidade e sobrevivência dos movimentos de moradores, através do fornecimento de recursos como competências, trabalho e apoio material que permitiam uma acção organizada e eficaz dos moradores, apesar de ressalvarem o caso do SAAL/Norte, em que a "capacidade de influência, controlo e monitorização dos movimentos populares" se revelou "muito contida, quando não mal sucedida, face à espontaneidade e heterogeneidade social dos próprios movimentos"[376]. Gaspar Martins Pereira, Maria Rodrigues e José António Bandeirinha, entre outros, referem que no SAAL /Norte o papel dos partidos foi secundário e que houve uma clara decisão de apartidarismo no seio das reuniões de moradores. Ainda assim, o trabalho de Sérgio Lopes refere situações de dominação política ou lutas partidárias no seio das organizações de moradores da Arrábida, Campo 24 de Agosto, Sé, Fontaínhas e Leal[377].

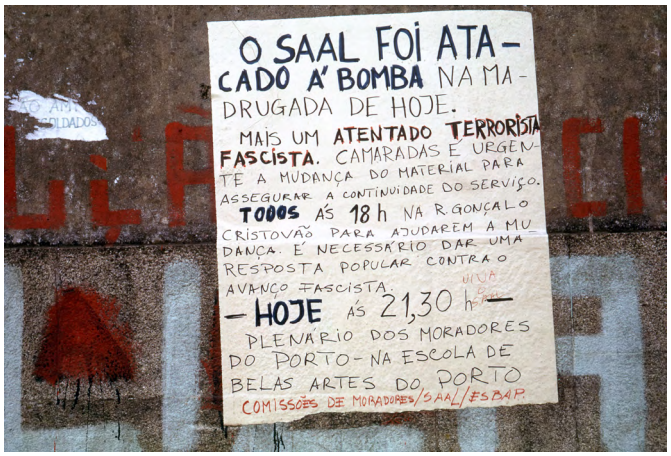
Perante os entraves políticos e administrativos, a Comissão Coordenadora do SAAL/Norte propunha a 27 de Outubro de 1975 uma mobilização a larga escala e a necessidade de uma "passagem à ofensiva" como "condição de subsistência"[378]. Três dias depois, a "Proposta de um grupo de trabalhadores dos serviços SAAL/Norte"[379] esclarecia a natureza dos entraves existentes. Referiam-se os interesses oportunistas por parte da burguesia e que estariam na base dos bloqueios, procurando desmobilizar as populações e propor projectos reformistas que exigiam a deslocação das populações pobres de modo garantir o valor especulativo dos terrenos centrais por elas ocupadas. Seria necessário defender os moradores pobres e encontrar soluções para os problemas das ocupações, das rendas e dos entraves colocados ao SAAL. Expunha-se também a não tomada de posse pela Câmara de 9 áreas expropriadas (Antas, S. Vítor, Leal, Lapa, Bela Vista, Chaves de Oliveira, Bouça, Póvoa e Prelada), bem como a paralisação das DUP em várias operações (Arrábida, Vilar, Massarelos, Parceria-Antunes, Chaves de Oliveira (2.ª fase) e Sé).

376 João Arriscado Nunes; Nuno Serra, "«Casas decentes para o povo»: movimentos urbanos e emancipação em Portugal" *in* Santos, Boaventura Soura (org.), *Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa*, Porto: Edições Afrontamento, 2003, pp. 229-230.

377 Cf. Lopes, Sérgio, *État et «Moradores»: Le S.A.A.L. et les commissions de quartier à Porto (25 avril 1974 – 30 août 1976)*, Paris: [ed. Autor], 197?.

378 Comissão Coordenadora do SAAL/Norte, "Comunicado urgente às comissões de moradores", 27/10/1975 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 218-219.

379 "Proposta de um grupo de trabalhadores dos serviços SAAL/Norte", 30/10/1975 *in* Idem, pp. 219-222.





↑ Fotografias do estado das instalações do SAAL/Norte após o ataque bombista de 14 Janeiro 1976 e de um jornal de parede a noticiar o sucedido. © Arquivo Alexandre Alves Costa

A partir do 25 de Novembro começaram a tornar-se mais evidentes as incertezas e ambiguidades nas políticas de habitação. Entre essa data e o desmantelamento do SAAL, em Outubro de 1976, verificou-se uma desmobilização gradual do movimento de moradores e uma série de ataques directos ao SAAL. Apesar de, do ponto de vista cultural e das actividades promovidas, se notarem os efeitos das conquistas das organizações de moradores, e de as expectativas em relação ao SAAL terem ganhado alento com o arranque e desenvolvimento de algumas obras, começou-se a adoptar uma posição defensiva. Com as transformações políticas que estavam em curso, não era mais possível a gestão municipal dos moradores, nem uma via para a auto-gestão, instaurando-se um desânimo progressivo.

A 14 de Janeiro de 1976 deflagrou uma de três cargas explosivas instaladas nas instalações do SAAL/Norte. Para além da destruição parcial dessas instalações e dos danos provocados no edifício, destruiu as instalações contíguas do Comissariado Ribeira-Barredo, onde também se realizavam as reuniões do Conselho Revolucionário dos Moradores do Porto. As suspeitas do atentado vertiam sobre a direita radical, com a intenção de aterrorizar e desmobilizar as frentes de esquerda e de apoio popular centralizadas no Processo SAAL. No dia 4 de Março foi colocada uma bomba no automóvel de Alexandre Alves Costa, que o destruiu totalmente. Atacava-se novamente o SAAL/Norte, com o objectivo de desmobilizar o movimento de moradores. Apesar da solidariedade expressa por várias pessoas e colectivos, não houve qualquer reacção ao atentado por parte do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção nem do Ministério da Administração Interna[380]. Houve ainda buscas nas instalações do SAAL/Norte a 12 de Abril pela Polícia de Segurança Pública do Porto devido à denúncia da possível existência de estrangeiros em situação irregular[381]. Veio a confirmar-se meses depois o envolvimento de Major

380 Cf. Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, p. 187.

381 Cf. Margarida Coelho, "Carta dirigida ao Comandante da Polícia de Segurança Pública do Porto pelo SAAL/Norte em 13/4/76" *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op.*

Mota Freitas, comandante da polícia encarregada e assinante do mandato de busca, na rede bombista que tinha vindo a actuar na região Norte[382].

As decisões do Governo alheavam cada vez mais o SAAL. Por um lado, lançavam-se ataques às comissões de moradores, justificados pelo não reconhecimento de algumas delas e pela consideração de ausência de democracia efectiva na sua formação. Por outro lado, anunciavam-se medidas que não referiam nem contemplavam o SAAL ou, quando mencionavam, não denotavam "nenhum empenho específico para com este programa"[383].

Ainda assim, tentava-se prosseguir com os trabalhos e com novas frentes de luta. Em 1976, arrancaram mais 5 operações SAAL no concelho do Porto: Justino Teixeira em Janeiro; Combatentes em Fevereiro; Carvalhido e Cedofeita-Carvalhosa em Março; S. Pedro-Azevedo em Agosto. Arrancou também a operação de Angeiras no concelho de Matosinhos.

No dia 9 de Abril realizou-se o plenário do Grupo de Coordenação Popular da Fase de Construção, uma sessão de trabalho para discutir problemas relacionados com construção no SAAL/Norte, que deu origem a quatro propostas por parte dos grupos em discussão[384]. As propostas dos moradores (Comissões e Associações de Moradores), dos trabalhadores produtivos da construção civil (cooperativas, sindicatos e comissões de trabalhadores) e dos técnicos (brigadas técnicas SAAL e actividades paralelas) referiam a necessidade de coordenação popular da fase de construção. Para tal, expunha-se a possibilidade de intervenção de cooperativas de produção, embora a sua organização fosse ainda frágil, e a utilização de materiais nacionais com matéria-prima e mão-de-obra nacional, preferencialmente de empresas nacionalizadas. Considerava-se, contudo, a possibilidade de empreitadas totais ou parciais por empresas tradicionais para que a empreitada fosse célere, salvaguardando o critério de preferência por empresas não monopolistas e de auto-gestão.[385] De facto, nalguns casos a paralisação das obras devia-se ao abandono de entidades construtoras por não terem capacidade de realizar a obra, nomeadamente cooperativas de construção civil[386]. Contrapunha-se a possibilidade de uma federação

cit., 1976, pp. 318-319.

382 "Busca nas instalações do SAAL/Norte – Informações" *in* Idem, p. 405. Sobre o envolvimento do Major Mota Freitas nos ataques bombistas que se seguiram ao 25 de Abril, cf., por exemplo, Carvalho, Miguel, *Quando Portugal ardeu: histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*, Alfragide: Oficina do Livro, 2017.

383 Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, pp. 185-189.

384 Cf. "Propostas do grupo de coordenação popular da fase de construção aprovadas no plenário de 9 de Abril de 1976" *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 311-314.

385 Cf. "Relatório das actividades do Grupo de Trabalho da Construção entre 9/4/76 e 28/5/76" *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 329-331.

386 Cf. Bandeirinha, José António, *op. cit.*, 2007, pp. 192-193.





↑ Fotografias da exposição sobre o Processo SAAL nas faculdades de arquitectura da Universidade de Roma La Sapienza e da Universidade Livre Gabriele d'Annunzio em Pescara, 1977. © Arquivo Alexandre Alves Costa

de cooperativas de construção que respondesse aos problemas de dimensão e capacidade técnica.

Simultaneamente, o SAAL começava a ganhar visibilidade internacional. A 11 de Junho, uma circular dava conta dos convites dirigidos aos responsáveis pelas operações das Antas, Gondomar, Lapa, Leal, Maceda, Massarelos, Miragaia, Prelada e S. Vítor para participarem numa exposição em várias faculdades italianas de arquitectura, lançando também o convite a outras brigadas que tivessem interesse em participar[387]. Este interesse e visibilidade não deixava de ser paradoxal, considerando a situação de paralisação e desânimo em que se encontrava o Processo devido aos sucessivos bloqueios e tentativas frustradas de reivindicação da publicação de corpo legislativo que regulamentasse as expropriações e o financiamento, acrescidos das difamações que eram feitas ao SAAL.

Dia 4 de Julho um jornal noticia a visita do Dr. Cal Brandão, Governador Civil do Porto, ao Bairro do Leal[388], acusando o SAAL/Norte de gastar demasiado dinheiro em projectos quando, segundo o artigo, tudo "poderia ter sido feito exclusivamente pelos moradores", criticando o tempo despendido e acusando os técnicos de serem "grandes incompetentes da arquitectura, mas progressistas revolucionários"[389].
A 12 de Outubro, na Assembleia da República, o arquitecto Gomes Fernandes, deputado do PS, atacava a estratégia seguida pelo SAAL, pedindo uma "profunda análise à sua estruturação, coordenação, processo e eficácia de intervenção" que reconsiderasse também os objectivos do despacho que o criou. Com o apoio da arquitecta Helena Roseta, apontava o dedo às "ambições políticas", ao "oportunismo" e à "incompetência profissional" dos técnicos que eram "muito bem pagos" e que se tinham "vindo a servir [das populações envolvidas] para atingir objectivos diversos

387 Cf. Idem, p. 199.
388 Cf. "Ataques ao SAAL", 07/07/1976 *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. 367-368.
389 Ibidem.

daqueles"[390]. A forte institucionalização das posições hostis ao SAAL justificava-se também pelo lançamento e apoio a um outro programa que se opunha ao SAAL, o Programa para Reparação de Imóveis em Degradação (PRID), e que, segundo os trabalhadores do SAAL/Norte, fomentava o "individualismo e a alienação"[391]. Os princípios fundamentais preconizados pelo SAAL eram bastante distintos daqueles que caracterizavam o PRID[392], já que o SAAL pressupunha a organização colectiva, e não individual, dos moradores e a construção era baseada em princípios não especulativos que se relacionavam com uma ideia muito mais abrangente de transformação da sociedade.

A manifestação realizada no Porto a 23 de Outubro de 1976 pela defesa do SAAL não impediu que no dia 27 de Outubro se decretasse o fim do SAAL. O despacho ordenava a transição para os Municípios das funções que competiam ao SAAL, podendo os Municípios solicitar ou não o apoio técnico e financeiro do FFH para a realização das operações. Os contratos de tarefa celebrados com as brigadas SAAL poderiam manter-se apenas enquanto as Câmaras Municipais, agora responsáveis pelas operações, considerassem a sua colaboração necessária. Nesse sentido, foi pedido a todas as operações um relatório discriminado do processo decorrido, que iria ser avaliado. Os procedimentos para dispensar as brigadas "cujo trabalho não é necessário ou conveniente em termos políticos e técnicos"[393] estavam acautelados. As Associações de Moradores, como órgãos dinamizadores de base, deveriam chegar às Câmaras Municipais através das Juntas de Freguesia, o que não salvaguardava uma organização autónoma dos moradores, problema já relatado no Encontro SAAL/Norte realizado em Julho de 1975[394].

Num documento intitulado "Análise global dos empreendimentos programados pelo SAAL/Norte sob o ponto de vista construtivo"[395] de 13 de Fevereiro de 1977, assinado pelo engenheiro civil António José Marques, refere-se explicitamente uma mudança na estratégia de intervenção. Considerava-se que as obras de reparação e melhoramento das habitações degradadas deviam ser feitas por inquilinos e senhorios, e que a um serviço deste tipo competia o apoio técnico para a execução de novos edifícios. Como alternativa aos projectos do SAAL/Norte, na sua grande

390 Trabalhadores dos serviços SAAL/Norte, "Intervenção na Assembleia da República do deputado Gomes Fernandes", 13/10/1976 *in* Idem, pp. 418-421.

391 Trabalhadores do SAAL/Norte, "Tomada de posição dos trabalhadores do SAAL/Norte face à deslocação ao Porto do S.E.H.U. em 16 e 17 de Setembro", 20/09/1976 *in* Idem, p. 406.

392 Cf. Ferreira, António Fonseca, "Programa de Recuperação de Imóveis Degradados – PRID", *op. cit.*, 1987, pp. 114-116.

393 "Recuperação das zonas degradadas e clandestinas", 14 de Fevereiro de 1977, documento da Câmara Municipal do Porto assinado por um jurista consultado no ADP.

394 Cf. Primeiro Encontro do SAAL/Norte, realizado nos dias 25, 26 e 27 de Julho de 1975 no Centro de Formação Profissional Acelerada, documento consultado no ADP.

395 Documento consultado no ADP.

maioria construções de baixa altura que, tal como entendido no documento, obrigavam à execução de obras vultuosas de infra-estruturas e urbanização e à eliminação de áreas verdes, apresentava-se a solução de construção de edifícios de três ou quatro pisos que traria vantagens económicas e libertava áreas para recreio. Para além de críticas relacionadas com as soluções construtivas dos projectos do SAAL/Norte (relativamente às áreas de contacto com o ambiente – paredes exteriores e telhados – e rufos e platibandas), considerava-se que as construções SAAL não criavam "as condições de habitabilidade desejáveis para as populações na medida em que se [apresentavam] frias, monótonas e deprimentes no seu conjunto", para além de não passarem "da institucionalização em 1977 das ilhas do século passado que tão contestadas têm sido como solução habitacional". Procurava-se a "normalização dos processos de construção" e a adopção de uma política de solos que garantisse a propriedade privada e não seguisse as políticas de "expropriação violenta e injusta" que institucionalizaram as intervenções SAAL.[396]

As brigadas formalizaram propostas para a resolução dos problemas relacionados com o bloqueio e paralisação das operações em curso, que advieram da aplicação do despacho, e para uma colaboração activa com a Câmara Municipal do Porto. Para isso, entendiam que seria necessário criar uma estrutura de coordenação e apoio técnico às operações, de modo a assegurar a unidade das intervenções e a sua correcta integração urbana. Propunha-se a formação de uma Federação de Municípios que permitisse também uma coordenação global através da relação entre representantes da coordenação dos diversos Municípios e o Comissário do Governo nomeado para a região Norte. Devia também considerar-se a formação de novas brigadas para os pedidos de intervenção solicitados pelos moradores que ainda não tinham tido resposta. Mas estes esforços foram em vão. Apenas uma minoria das brigadas continuou a conseguir trabalhar nas operações que estavam em curso, concluindo-se somente a construção das casas já iniciadas e, nos casos das operações de Massarelos e Contumil, iniciando-se a construção dos fogos da primeira fase já após o término do SAAL. No caso da operação da Boavista, a Brigada continuou a trabalhar e tentou adaptar-se às novas directizes imprimidas pela entidade responsável[397]. Para algumas áreas de intervenção houve projectos elaborados segundo projectos-tipo da Câmara Municipal do Porto, alguns deles construídos[398].

396 "Análise global dos empreendimentos programados pelo SAAL/Norte sob o ponto de vista construtivo", 13 de Fevereiro de 1977, assinado pelo engenheiro civil António José Marques, documento consultado no ADP.

397 Cf. o texto elaborado sobre a operação SAAL da Boavista na segunda parte da tese.

398 São os casos dos edifícios construídos para as Associações de Moradores do Vilar, Pêgo Negro, Tirares, Combatentes e Carvalhido. Posteriormente, a Câmara construiu edifícios de habitação nas áreas respeitantes às operações SAAL das Antas, Leal, S. Vítor, Bela Vista, Parceria-Antunes,



↖ Manifestação dos moradores em defesa do SAAL/Norte, 23 Outubro 1976.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Com o fim do SAAL, assistiu-se ao definhar dos movimentos de moradores e à tendência para uma liberalização das políticas urbanas e para a exclusividade da democracia representativa. O comissariado previsto para o Porto, que tinha como responsável o Dr. Licínio José Rodrigues de Sousa, nem sequer teve instalação de gabinete técnico como previsto no despacho[399]. Os projectos finalizados para a primeira fase de construção ou fases subsequentes não foram edificados, e 46 novos pedidos de intervenção SAAL/Norte não foram satisfeitos. No total, construíram-se apenas 418 fogos em operações SAAL no Porto, de 11.568 famílias envolvidas no Processo[400]. Como refere Gaspar Martins Pereira, o fim do SAAL foi também "o fim de uma política de intervenção urbana para resolução dos problemas habitacionais dos estratos sociais mais desfavorecidos"[401].

Serralves (Mouteira), Campo 24 de Agosto e Fontaínhas com outros projectos e segundo outros programas.

399 Cf. Gaspar Martins Pereira, *op. cit.*, 2014, p. 28.

400 Enquanto o número de fogos construídos foi confirmado no âmbito da presente investigação, o número de famílias envolvidas no Processo aqui identificado corresponde aos dados constantes no *Livro Branco do SAAL*. Na impossibilidade de fazer uma contabilização do número total de fogos construído em operações SAAL/Norte (já que o campo de estudo se resume ao concelho do Porto), refere-se que em Outubro de 1976 se tinha iniciado a construção de 374 fogos no SAAL/Norte, de um total de 16.865 famílias envolvidas. Cf. Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, 1976, pp. A, C, I.

401 Gaspar Martins Pereira, *op. cit.*, 2014, p. 28.

PARTE 2.
A ARQUITECTURA DO SAAL/PORTO

6. AS OPERAÇÕES SAAL/PORTO

Tomando como caso de estudo a cidade do Porto, no âmbito do programa SAAL iniciaram-se, entre Agosto de 1974 e Outubro de 1976, 33 operações[1]. A formação das operações ocorreu por iniciativa dos moradores dos núcleos de habitação degradada, ainda que em parte a solicitação do apoio do Serviço tenha decorrido também de um conhecimento prévio da situação habitacional da cidade, sobretudo a partir dos estudos desenvolvidos na ESBAP, e, portanto, do incentivo dos estudantes que conheciam estas áreas degradadas e do seu contacto com os moradores. Após a elaboração do pedido de apoio técnico pelos moradores, era formada uma brigada técnica, provisória ou já definitiva, constituída pelos estudantes ou técnicos que estavam em contacto com aqueles núcleos e por um técnico mais experiente, indicado por estes, que assumia a responsabilidade de chefiar a brigada. A brigada avaliava a viabilidade da formação da operação e, a partir dessa análise, preparava a definição da unidade operacional (DUO), paralelamente à formalização da organização de moradores.

A ordem de formação das operações seguiu a sequência das solicitações de apoio técnico pelos moradores, a sua viabilidade e a capacidade de resposta do Serviço. Segundo uma sequência cronológica, iniciaram-se no Porto as operações de: Maceda (Op01), Antas (Op02), Leal (Op03) e Sé (Op04) em Outubro de 1974; Chaves de Oliveira (Op05), Lapa (Op06) e S. Vítor (Op07) em Novembro de 1974; Bela Vista (Op08) em Dezembro de 1974; Massarelos (Op09), Parceria-Antunes (Op10), Prelada (Op11), Póvoa (Op12) e Vilar (Op13) em Janeiro de 1975; Francos (Op14) em Fevereiro de 1975; Boavista (Op15) em Março de 1975; S. Roque (Op16), Arrábida (Op17), Bouça (Op18) e Contumil (Op19) em Abril de 1975; Heroísmo (Op20) em Maio de 1975; Miragaia (Op21), Presa Velha-Formiga-China (Op22), e Serralves (Op23) em Julho de 1975; Campo 24 de Agosto (Op24) e Fontaínhas (Op25) em Agosto de 1975; Lomba (Op26) em Setembro de 1975; Pêgo Negro (Op27) e Tirares (Op28) em Dezembro de 1975; Justino Teixeira (Op29) em Janeiro de 1976; Combatentes (Op30) em Fevereiro de 1976; Carvalhido (Op31) e Cedofeita-Carvalhosa (Op32) em Março de 1976; e S. Pedro-Azevedo (Op33) em Agosto de 1976.[2] A numeração das operações diz respeito à data da sua constituição, que doravante será tomada como ordem de exposição.

1 Consideram-se os limites administrativos do concelho que corresponde também ao território da cidade.

2 Embora outras organizações de moradores tenham requerido o apoio técnico do SAAL, apenas se consideram aquelas em que houve formação de uma operação SAAL com brigada técnica atribuída. Ficam assim excluídas, por exemplo, as organizações de moradores das áreas do



↑ Planta das operações SAAL na cidade do Porto com a identificação das zonas, tal como definidas pela coordenação SAAL/Norte. Zona 1, amarelo; zona 2, laranja; zona 3, magenta escuro; zona 4, vermelho-cereja; zona 5, *bordeaux*-castanho; zona 6, roxo; zona 7, azul; zona 8, verde-azeitona; zona 9, verde.
© Arquivo Distrital do Porto (imagem-base)

Como resposta à multiplicação do número de operações e à tentativa de coordenação horizontal, o Serviço estabeleceu uma organização das operações por sectores administrativos, definidos segundo critérios de localização e proximidade. Às zonas, tal como eram denominados estes sectores, correspondiam as operações de: Arrábida (Op17) e Serralves (Op23) na zona 1; Massarelos (Op09), Parceria-Antunes (Op10), Vilar (Op13) e Cedofeita-Carvalhosa (Op32) na zona 2; Leal (Op03), Lapa (Op06), Bouça (Op18) e Carvalhido (Op31) na zona 3; Prelada (Op11), Francos (Op14) e Boavista (Op15) na zona 4; Sé (Op04), Miragaia (Op21) e Fontaínhas (op25) na zona 5; S. Vítor (Op07), Heroísmo (Op20), Presa Velha-Formiga-China (Op22), Lomba (Op26) e Justino Teixeira (Op29) na zona 6; Antas (Op02), Bela Vista (Op08), Póvoa (Op12), Campo 24 de Agosto (Op24) e Combatentes (Op30) na zona 7; Maceda (Op01), Chaves de Oliveira (Op05), S. Roque (Op16) e Contumil (Op19) na zona 8; e Pêgo Negro (Op27), Tirares (Op28) e S. Pedro-Azevedo (Op33) na zona 9.[3] Considerando o âmbito territorial da delegação SAAL/Norte, aos restantes concelhos correspondiam outras zonas que não são aqui objecto de estudo: Gondomar, zona 10; Matosinhos, zona 11; Vila Nova de Gaia, Espinho, Esmoriz, Cortegaça e Ovar, zona 12; Maia, zona 13; e Valongo, zona 14.

Campo Alegre, Condominhas, Foz do Douro, Nevogilde, Viso, Padre António Vieira-Miraflor, Seixo e Vitória.

3 Relativamente à organização das operações por zonas, nos documentos consultados estão também identificados outros núcleos de habitação degradada que estariam a ser analisados para a formação de novas operações. Esses núcleos eram: Foz, Nevogilde e Passos na zona 1A; Condominhas-Ouro na zona 1B; Campo Alegre e Aníbal Cunha na zona 2; Monte de S. João, Moreira da Assunção, S. Helena, Bairro Amarelo e Travessa de Campos na zona 3; Resende-Ramalde do Meio e Pereiró-Igreja-Outeiro-Pinheiro Manso na zona 4; S. Nicolau, Vitória, Viriato, Bandeirinha e Comissariado do Barredo na zona 5; Padre António Vieira, Pinheiro de Campanhã-Bonjóia-Noeda e Bonfim-Godim na zona 6; Valongueiro, Silva Tapada e Coutinho de Azevedo na zona 7; Pinheiro Grande e Ilha do Joãozinho na zona 8.

A distribuição das operações pelo território da cidade é relativamente uniforme, observando o desenvolvimento do tecido urbano e a ocupação do solo. Isto leva a concluir que os núcleos de habitação degradada não estavam concentrados, mas, pelo contrário, localizavam-se por toda a cidade. Ainda assim, é possível verificar uma mancha de ocupação mais densa na área oriental, junto à linha do comboio e aos vários tipos de indústria que ali se localizavam, e a ausência de operações SAAL na faixa atlântica e no anel exterior da periferia. De modo geral, as operações que se formaram mais cedo tinham uma dimensão menor quando comparadas com as grandes operações que se formaram posteriormente.

Para o estudo das operações, julga-se que os critérios de localização e proximidade utilizados pela gestão administrativa para o agrupamento por zonas não seriam suficientes para um estudo comparado. Opta-se, assim, pelo agrupamento das operações de acordo com a área da cidade em que se encontram, considerando que se poderá fazer uma leitura da cidade dividida por sectores. Essa leitura, sempre artificial, necessita de ser sustentada por critérios que se entendam como essenciais para reconhecer nas operações os aspectos comuns mais relevantes. Dado que o objecto de análise da investigação são o processo e o projecto elaborados para os núcleos de habitação degradada, tomou-se como parâmetro o tipo de núcleos a intervencionar relacionado com a evolução urbana da cidade. Ainda que este parâmetro possa não ser determinante para o tipo de estratégia e solução adoptados nalgumas operações, era uma condição de partida, já que o decreto fundador do SAAL previa "apoiar (...) as iniciativas das populações mal-alojadas (...) na transformação dos próprios bairros"[4]. A relação estabelecida entre o tipo de núcleos a intervencionar e a evolução urbana do Porto ajuda a ler fenómenos homogéneos na formação-transformação desses núcleos habitacionais, relacionando-os com os diferentes momentos de desenvolvimento e ocupação do território da cidade.

Estabeleceu-se uma divisão em três sectores principais e dois sub-sectores: o *núcleo antigo*, o *anel de expansão dos séculos XVIII e XIX* (área central e periferia) e a *periferia semi-rural* (área central e periferia ocidental, e periferia oriental). Para tal, cruzaram-se estudos realizados por diversos autores sobre a transformação urbana da cidade do Porto – com especial enfoque no livro *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas, 1758/1813* de Bernardo Ferrão[5], nas plantas elaboradas no âmbito da tese

4 Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, "Despacho", *Diário do Governo*, I série, n.º 182, 06/08/1974, p. 873-874.

5 Ferrão, Bernardo José, *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*, Porto: Faup Publicações, 1997 [1985].



↑ Planta com a identificação das operações SAAL no Porto a azul, a marcação das áreas agrícolas a amarelo e a divisão da cidade por sectores a branco (núcleo antigo, área central, cidade periférica, faixa atlântica). © Arquivo Distrital do Porto (imagem-base)

de doutoramento de J. M. Pereira de Oliveira intitulada *O espaço urbano do Porto*[6] e na estruturação adoptada por Hélder Marques, José Rio Fernandes e Luís Paulo Martins no livro *Porto: Percursos no espaço e memórias*[7] – e a leitura e caracterização das unidades operacionais realizadas pelas brigadas técnicas. Nesse sentido, definiu-se como *núcleo antigo* da cidade a área compreendida pela muralha fernandina e o arrabalde de Miragaia, abrangendo as operações SAAL da Sé (Op04) e de Miragaia (Op21). Apesar de a área das Fontaínhas ser considerada por alguns autores como integrante do núcleo antigo (por pertencer à freguesia da Sé), Bernardo Ferrão menciona que naquele lugar é feita a transição entre a malha medieval da cidade e a área de expansão[8], o que também é evidenciado pela brigada técnica das Fontaínhas (levando inclusivamente à adopção de uma estratégia específica para os diversos núcleos que a compõem[9]), motivo pelo qual se excluiu essa operação deste sector. Na tese *O espaço urbano do Porto*, publicada primeiramente em 1973, é apresentada uma planta com a identificação das áreas onde se fazia agricultura à data[10], que, sobreposta à planta com a marcação das operações SAAL, permitiu reconhecer o limite entre aquelas que se localizam no anel de expansão setecentista e oitocentista e as que se localizam na periferia semi-rural. A subdivisão destes dois sectores teve em consideração a estrutura adoptada no livro *Porto: Percursos no espaço e memórias*, que organiza a cidade em 4

6 Oliveira, J. M. Pereira de, *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento, 2007 [1973].

7 Marques, H., Fernandes, J. A. R., Martins, L. P., *Porto: Percursos no espaço e memórias*, Porto: Edições Afrontamento, 1984.

8 Cf. Ferrão, Bernardo, *op. cit.*, 1997 [1985], p. 229.

9 Ver a análise realizada sobre esta operação no presente documento.

10 Apesar de a planta em questão (Planta Temática VIII: Espaços verdes) integrar o estudo de J. M. Pereira de Oliveira apresentado em 1973, aparece a indicação de que esta planta se refere ao ano de 1965. Ainda assim, tomou-se esta planta como actualizada para o período em estudo. Cf. Oliveira, J. M. Pereira de, *op. cit.*, 2007 [1973], p. 437.

sectores: o núcleo antigo, abrangendo as freguesias de Miragaia, Vitória, São Nicolau e Sé; a área central, que inclui as freguesias de Massarelos, Cedofeita, Santo Ildefonso e Bonfim; a cidade periférica, que corresponde às freguesias de Aldoar, Lordelo do Ouro, Ramalde, Paranhos e Campanhã; e a faixa atlântica, que contém as freguesias de Nevogilde e Foz do Douro. Desta forma, na área central do *anel de expansão dos séculos XVIII e XIX* localizam-se as operações SAAL do Leal (Op03), Lapa (Op06), S. Vítor (Op07), Bela Vista (Op08), Parceria-Antunes (Op10), Póvoa (Op12), Vilar (Op13), Bouça (Op18), Heroísmo (Op20), Campo 24 de Agosto (Op24), Fontaínhas (Op25), Lomba (Op26) e Cedofeita-Carvalhosa (Op32). Na área periférica do anel de expansão incluem-se as operações SAAL das Antas (Op02), Boavista (Op15), Arrábida (Op17), Presa Velha-Formiga-China (Op22), Justino Teixeira (Op29), Combatentes (Op30) e Carvalhido (Op31). Quanto à *periferia semi-rural*, e dadas as características destes núcleos, optou-se por distinguir um grupo de operações situadas na área central e na periferia ocidental e outro na periferia oriental, compreendendo a freguesia de Campanhã. Nesse sentido, na área central e na periferia ocidental do sector semi-rural localizam-se as operações SAAL de Massarelos (Op09), Prelada (Op11), Francos (Op14) e Serralves (Op23). Na área da periferia oriental do sector semi-rural inserem-se as operações SAAL de Maceda (Op01), Chaves de Oliveira (Op05), S. Roque (Op16), Contumil (Op19), Pêgo Negro (Op27), Tirares (Op28) e S. Pedro-Azevedo (Op33). Ao estudo das operações de cada um destes sectores corresponde, na parte seguinte do presente documento, um texto de reflexão sobre os problemas que lhe são próprios.

Apesar de haver a intenção de estudar as várias operações SAAL desenvolvidas no Porto de forma sistemática, esse estudo esteve condicionado por vários factores. Por um lado, o grau de desenvolvimento de cada uma das operações foi muito diverso, influenciado pela data de início das operações, pela dinâmica das organizações de moradores e pelo facto de ter havido ou não construção (só houve construção parcial em 11 operações e nem todas as restantes chegaram à fase de projecto). Por outro lado, o acesso a material de arquivo e testemunhos esteve limitado aos documentos existentes nos arquivos acessíveis e à cooperação dos intervenientes no Processo[11]. Apesar destas limitações da investigação, tentou-se estabelecer para cada uma das

11 Consultou-se o material relativo ao SAAL/Porto depositado nos arquivos institucionais acessíveis: Arquivo Distrital do Porto, Fundação Marques da Silva, Centro de Documentação da FAUP e Centro de Documentação 25 de Abril. Foi possível aceder também aos arquivos pessoais de Pedro Cabral, Alexandre Alves Costa, Sergio Fernandez, Alfredo Matos Ferreira, Margarida Coelho, Agostinho Ricca, Álvaro Siza e Cecília Cavaca. O contacto com alguns desses intervenientes ou familiares e com os moradores contribuiu para uma melhor compreensão do processo e dos projectos. Cooperaram ainda na compreensão das operações os intervenientes: Pedro Ramalho, Manuel Lessa, Helena Albuquerque, José Manuel Soares, Ricardo Figueiredo, Mário Trindade, José Oliveira, Manuel Mendes, Juan Casabella Lopez, Pedro Borges de Araújo, José Luís Gomes, Manuel Fernandes de Sá, Elói Castro, Adalberto Dias. Não foi possível obter a cooperação dos arquitectos ou familiares de: João Serôdio, Carlos Guimarães, Carlos Prata, José Gigante, Marta Oliveira e Anni Günther.

operações uma linha de análise que dá a conhecer as características do lugar, o desenvolvimento do Processo SAAL e a circunstância presente dessas partes de cidade. Sempre que possível, e condicionada pela possibilidade de acesso a material sobre a vida e obra dos arquitectos chefes das brigadas técnicas, avançou-se numa análise especulativa, procurando estabelecer analogias que permitam uma compreensão mais aprofundada destes processos.

7. OPERAÇÕES NO NÚCLEO ANTIGO DA CIDADE

O *núcleo antigo da cidade* corresponde ao aglomerado urbanizado até ao final do século XVII, antes da intensa urbanização e expansão da cidade operada no século XVIII. Esse núcleo é o produto da fixação do sítio original da cidade[1], da sua povoação e da evolução urbana que ficou definida pela muralha fernandina (cuja construção foi concluída no último quartel do século XIV) e pelo arrabalde de Miragaia. Ainda que a muralha fernandina tenha definido os limites da organização urbana do Porto até ao século XVII, não se podem desconsiderar as relações de dependência com o burgo extra-muros e a importância do arrabalde de Miragaia que, apesar de estar localizado fora das muralhas, tinha uma grande antiguidade e importância por lá se localizar o estaleiro naval, sendo, como tal, parte constituinte da cidade. Miragaia estava ainda nas imediações dos conventos das ordens mendicantes de S. Francisco (1234) e de S. Domingos (1238) e na continuidade do eixo construído entre 1521 e 1525 (ruas das Flores e de Belmonte), como resposta ao aumento das actividades portuárias[2]. Os arrabaldes do Campo do Olival e de Santo Ildefonso também ficaram fora da muralha fernandina, mas não se considera que tivessem a mesma relevância e vetustez de Miragaia[3].

A estrutura do núcleo antigo é medieval, com marcas e edifícios de várias épocas implantados segundo uma adaptação à geografia física do lugar e à relação de dependência com o rio Douro. Existe uma centralidade da área correspondente à muralha românica construída no século III que fortificou o núcleo da Penaventosa e onde se localiza a Sé. As igrejas e conventos destacam-se na estrutura urbana pelo seu posicionamento e escala, primeiro com o estabelecimento das ordens mendicantes, depois com a construção do conjunto aduaneiro e da rua Nova iniciados no século XIV e, sobretudo, com o estabelecimento de novos edifícios no século XVI que introduziram

1 Considera-se como sítio original da cidade o sopé do morro da Penaventosa, tal como defendido por J. M. Pereira de Oliveira na sua tese de doutoramento. Também Bernardo Ferrão refere que no início da romanização sobressaíam os aglomerados junto aos morros da Penaventosa e do Castelo, e que Calém resultaria do crescimento dos dois aglomerados castrejos. Cf. Oliveira, J. M. Pereira de, *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento, 2007 [1973], p. 217; Ferrão, Bernardo, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas, 1758/1813*, Porto: Faup publicações, 1997 [1985], pp. 130-131.

2 Anni Günther Nonell, Rui Tavares, "Oporto" *In* Guàrdia, M.; Monclús, F. J.; Oyón, J. L. (dir.), *Atlas histórico de ciudades europeas, Vol. 1- Peninsula Ibérica*, Barcelona: Salvat, 1994-1996, pp. 128-131.

3 Anni Günther Nonell e Rui Tavares consideram como núcleo histórico aquele formado pela área medieval, que compreende as freguesias da Sé, São Nicolau, Vitória e Miragaia, enquanto Cedofeita e Santo Ildefonso, juntamente com o Bonfim e Massarelos, se enquadram nos bairros de expansão realizada no século XVIII. Cf. Idem, p. 138.

uma monumentalidade de cariz renascentista na cidade[4]. As relações de dependência com o rio eram evidentes pela existência de 10 portas da muralha na área da Ribeira, onde atracavam os barcos, e pela ligação ao estaleiro de Miragaia. Os solos agrícolas que existiam no interior da muralha foram sendo progressivamente ocupados e as construções foram-se alinhando e tornando mais altas com a crescente densificação do espaço. Com a utilização quase máxima do terreno existente para a implantação de edifícios, os dispositivos de articulação entre os vários espaços (ruas, largos, passagens estreitas e escadas) resultaram dos espaços sobrantes. O aumento brusco de população da cidade a partir do século XVII gerou uma ocupação ainda mais intensiva do centro antigo já denso, e as casas foram subdivididas para alojar o maior número de pessoas possível, em condições de grande miséria e exiguidade. Esta sobreocupação, a perda de importância como centro da vida política e administrativa e a criação de vias de maior escala e tráfego a circundarem a área da Sé levaram a uma marginalização e degradação progressiva desta área, tornando o centro antigo um espaço relegado da cidade[5].

4 Cf. Idem, pp. 128-131.

5 Abre-se excepção a espaços do núcleo antigo que não sofreram da mesma forma uma sobreocupação e degradação dos seus espaços, ou cuja acção de higienização foi realizada anteriormente. São, por exemplo, os casos da Rua das Flores, dos espaços intramuros intervencionados e transformados na época dos Almadas e da Rua Mouzinho da Silveira (concluída na década de 1870).



↑ Planta com a identificação das operações SAAL no núcleo antigo da cidade: Op04 Sé, Op21 Miragaia.
© Arquivo Municipal do Porto (imagem-base)

OP04
OPERAÇÃO SAAL DA SÉ

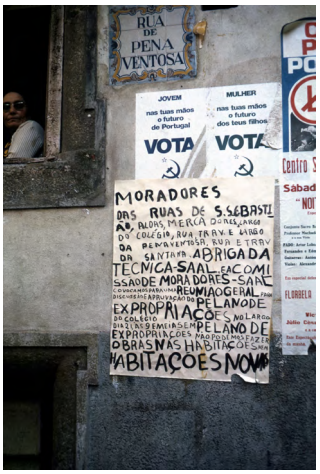


↖ Fotografia da participação dos moradores da Sé na manifestação dos moradores das casas "subalugadas", ilhas e bairros camarários, pelo direito à habitação, 30 Novembro 1974.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

A operação SAAL da Sé foi das primeiras a formar-se, em Outubro de 1974. No entanto, os conflitos existentes na organização dos moradores dificultaram o avanço e desenvolvimento dos trabalhos, comprometendo a celeridade do processo. A brigada técnica era formada por estudantes de arquitectura da ESBAP no 6.º ano de escolaridade: Carlos Guimarães, José Gigante, Henrique Carvalho, Maria Manuela Antunes e Carlos Prata. Nos documentos de assinatura do contrato da Brigada em Janeiro de 1975, Manuel Teles, arquitecto na CMP e elemento que estabelecia a ligação entre o SAAL e a autarquia, aparecia como arquitecto responsável. No entanto, Carlos Guimarães assumiu essa responsabilidade posteriormente e o nome de Manuel Teles não volta a aparecer associado à operação da Sé. Referem-se também outros membros integrantes da Brigada, como o desenhador José Martins, os engenheiros civis Raimundo Delgado e António Silva Costa, os auxiliares técnicos Jofre da Silva Bispo, António Trindade e Miguel Henriques, a estagiária Maria Estela Vieira e os estudantes do 5.º ano de engenharia civil António Ribeiro, João Carlos Sousa e Carlos Filipe Ribeiro.

A primeira organização de moradores ocorreu no Centro Social de Santana, o que facilitou o contacto entre os estudantes da ESBAP interessados em formar uma operação SAAL e a população. O Centro Social de Santana fomentou a eleição de delegados de rua, de modo a reunir moradores interessados em integrar o Processo SAAL e identificar as necessidades habitacionais existentes. Formaram-se as comissões das ruas de Santana, Aldas, Mercadores, S. Sebastião, Penaventosa, das travessas da Penaventosa e de Santana, e dos largos da Penaventosa, Colégio e Pedro Vitorino. A partir da informação reunida e da formação de uma Comissão de Moradores, a Brigada começou a elaborar um plano de expropriações para essa área. A Comissão de Moradores passou a estar encarregada de questões ligadas aos problemas habitacionais, enquanto o Centro Social de Santana se ocupava dos equipamentos colectivos.

Contudo, um grupo de moradores que não se relacionava com o Centro Social de Santana formou uma terceira organização, pois considerava que este Centro favorecia a área a ele afecta. Essa nova organização, o Centro Social e Cultural da Sé, pretendia alargar a





↗ Fotografias na rua da Pena Ventosa e no largo do Colégio, 1974-75.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

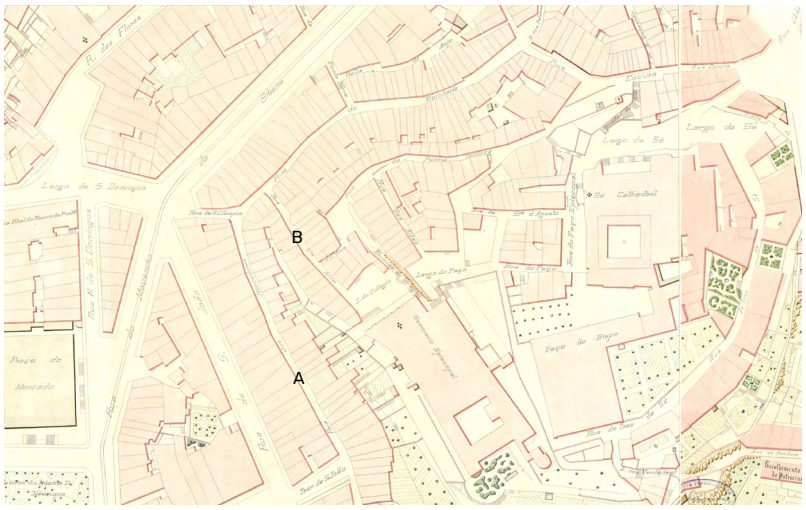
sua área de influência e a dinamização cultural. Para tal, tomou de assalto a sede do Centro Social de Santana instalada na Casa da Torre[1] e passou a controlar a área que não estava associada ao SAAL. Esta organização tinha apoio partidário[2], estando associada à Junta de Freguesia da Sé que visava o aniquilamento da Comissão de Moradores ligada ao SAAL, e tentou controlar os terrenos e edifícios incluídos na operação SAAL e na sua área de expansão, dificultando o desenvolvimento das operações SAAL da Sé e também das Fontaínhas. Perante a polarização dos moradores e a sua associação a entidades, surgiu uma quarta organização de moradores, o Centro dos Independentes da Sé, que pretendia manter-se autónoma de entidades existentes. Ainda assim, a operação SAAL ficou mais ligada à Comissão de Moradores que se tinha organizado inicialmente a partir da relação com o Centro Social de Santana.

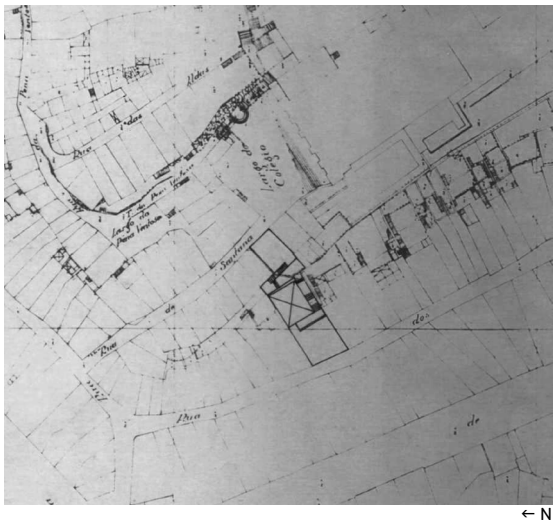
De qualquer modo, tornava-se necessário o estabelecimento de uma relação com a população das ruas dos Pelames, Corpo da Guarda, Escura, Banharia, Souto, D. Hugo e Escadas do Codeçal, onde os índices de ocupação e as condições salubridade também se tinham agravado. Estes moradores eram hostis à Comissão de Moradores. Havia inclusivamente notícia de ameaças nas ruas Escura e da Banharia caso os moradores entrassem em contacto com a Brigada. Posteriormente, com a iniciativa de gestão popular dos edifícios da Fundação Guerra Junqueiro e as actividades culturais apoiadas pela Brigada, houve uma tentativa de trabalho conjunto entre a Comissão de Moradores e o Centro Social e Cultural da Sé, o que possibilitou uma união entre os vários moradores da área (processo para o qual colaborou a Comissão Administrativa Militar). Todos estes percalços levaram a que a constituição da Associação de Moradores fosse bastante tardia, apenas em Fevereiro de 1976, e os estatutos fossem publicados em Agosto de 1976.

A intervenção da brigada técnica começou pela elaboração de projectos para equipamentos colectivos, dando seguimento ao trabalho que o grupo de estudantes estava a desenvolver na ESBAP. Foi elaborado o projecto para um edifício de balneários e lavadouros e, posteriormente, o projecto para a cobertura de um recinto a usar como pavilhão recreativo. A construção do edifício de balneários e lavadouros, a única realização da operação SAAL da Sé, foi subsidiada pela Câmara, para a qual o SAAL contribuiu

1 Designada comummente de Torre Medieval, trata-se da reconstituição da ruína descoberta aquando das obras de demolição dos quarteirões para a construção do Terreiro da Sé em 1940 pela DGMN (com projecto de Arménio Losa), sendo a Casa da Torre demolida, reimplantada e reconstruída segundo projecto de Rogério de Azevedo.

2 Embora não se refira qual era o partido que apoiava o Centro Social e Cultural da Sé, supõe-se que se tratasse do PS que, inclusivamente, viria a vencer as eleições autárquicas de 1976 para a freguesia da Sé. A mesma suposição é apontada por Sérgio Lopes: "Même si on ne dispose pas de preuves, tout le monde s'accorde à considerer «Sé» comme un «fief» politique du PS." Lopes, Sérgio, *État et «Moradores»: Le S.A.A.L. et les commissions de quartier à Porto (25 abril 1974 – 30 août 1976)*, Paris: [ed. Autor], 197?., p. 71.





← N

← Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área da Sé. Identificação na planta de: A - Rua dos Mercadores; B - Rua de Santana.
© Arquivo Municipal do Porto

→ Planta com a localização do edifício de lavadouros e balneários, Julho 1975.
© Arquivo Municipal do Porto

com apoio técnico[3]. O edifício foi implantado no miolo de um quarteirão que era terreno camarário, entre a rua de Santana e a rua dos Mercadores, com acesso por uma viela que estava ligada à rua de Santana[4]. Essa viela, a viela de S. Lourenço, tratar-se-ia da alteração toponímica da viela do Forno, com origem na época castreja ou romana, que descia à rua dos Mercadores junto das casas-torre aí localizadas e ligava à Ribeira[5]. A plataforma superior corresponde à área de lavadouro, um espaço aberto de planta aproximadamente rectangular, com muretes de betão, estrutura metálica e uma cobertura de quatro águas em telha com estrutura de madeira. Fiadas de telhas de vidro permitem que o espaço central também esteja iluminado, ainda que insuficientemente por oposição à luminosidade que entra através do vão horizontal contínuo que recorta aquele volume a toda a volta e enquadra a encosta sudoeste do morro da Sé e a outra margem do rio, funcionando também como miradouro.

Os 32 tanques em betão estão organizados em quatro fiadas dispostas simetricamente. No piso de baixo, com acesso por escadas laterais e uma galeria, localizam-se os balneários (com 13 chuveiros para homens e 6 para mulheres). A fachada dos balneários é em betão e tem janelas de guilhotina com caixilhos de madeira. A galeria, barrada por um portão, dá acesso às traseiras da casa do lote contíguo com entrada pela rua dos Mercadores. Apesar de actualmente estar encerrado, a existência deste acesso denota a tentativa de criação de percursos de atravessamento do interior do quarteirão, como a reactivação de um troço da viela de S. Lourenço[6] e a criação desta nova articulação perpendicular à rua dos Mercadores. Posteriormente, propôs-se a construção de salas de apoio que estivessem relacionadas com o novo percurso, e uma sala polivalente de 128 m². Esta solução pretendia minimizar aquilo que a Brigada reconheceu como imediatismo de resposta às reivindicações dos moradores relativamente à construção do edifício de lavadouros e balneários, que não resultou de um estudo global e aprofundado da área nem da definição de estratégias de renovação. Desta forma, pretendia-se um melhor enquadramento da intervenção no conjunto urbano[7].

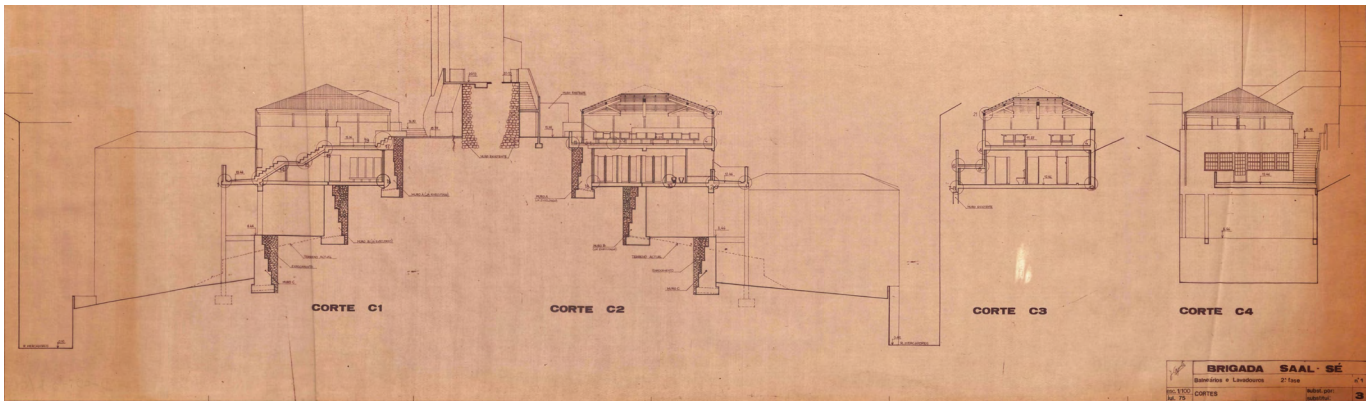
3 Apesar de haver notícia de terem sido concluídas as obras da 2ª fase a 11 de Maio de 1977 (1.ª fase: muros de suporte, fundações, movimentos de terras, alguns elementos estruturais; 2ª fase: obra de betão, cobertura e drenagem), não se sabe quando se terá concluído a 3ª fase de construção (acabamentos, saneamento, abastecimento de água e instalação eléctrica). Cf. ainda Markl, Martin, *O banho público do Porto: análise e projecto de intervenção*, Porto: Dissertação de Mestrado Integradom FAUP, 2020, pp. 222-225.

4 Actualmente o acesso faz-se através do miradouro da igreja e colégio de S. Lourenço (convento dos Grilos), no Largo do Colégio, na sequência de obras de Qualificação do Espaço Público iniciadas em 2010 pela Porto Vivo-SRU. Anteriormente, o acesso fazia-se sob o edifício na Rua de Santana, n.º 3, património municipal e construído após o edifício de lavadouros e balneários.

5 Delgado, Ana Paula; Valença, Paulo de Queiroz; Guimarães, Margarida Mesquita (coord.), *Morro da Sé: de porta a porta*, Porto: Porto Vivo, SRU, 2011, pp. 40-41.

6 O troço seguinte da Viela de S. Lourenço revela actualmente uma situação ambígua, visto que se trata de um espaço partilhado de traseiras das casas do quarteirão, mas encerrado.

7 Os edifícios que actualmente são contíguos ao lote dos lavadouros e balneários foram construídos através da promoção da FDZHP (Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto) nos







↑ Cortes do edifício de lavadouros e balneários, Julho 1975.
© Arquivo Municipal do Porto

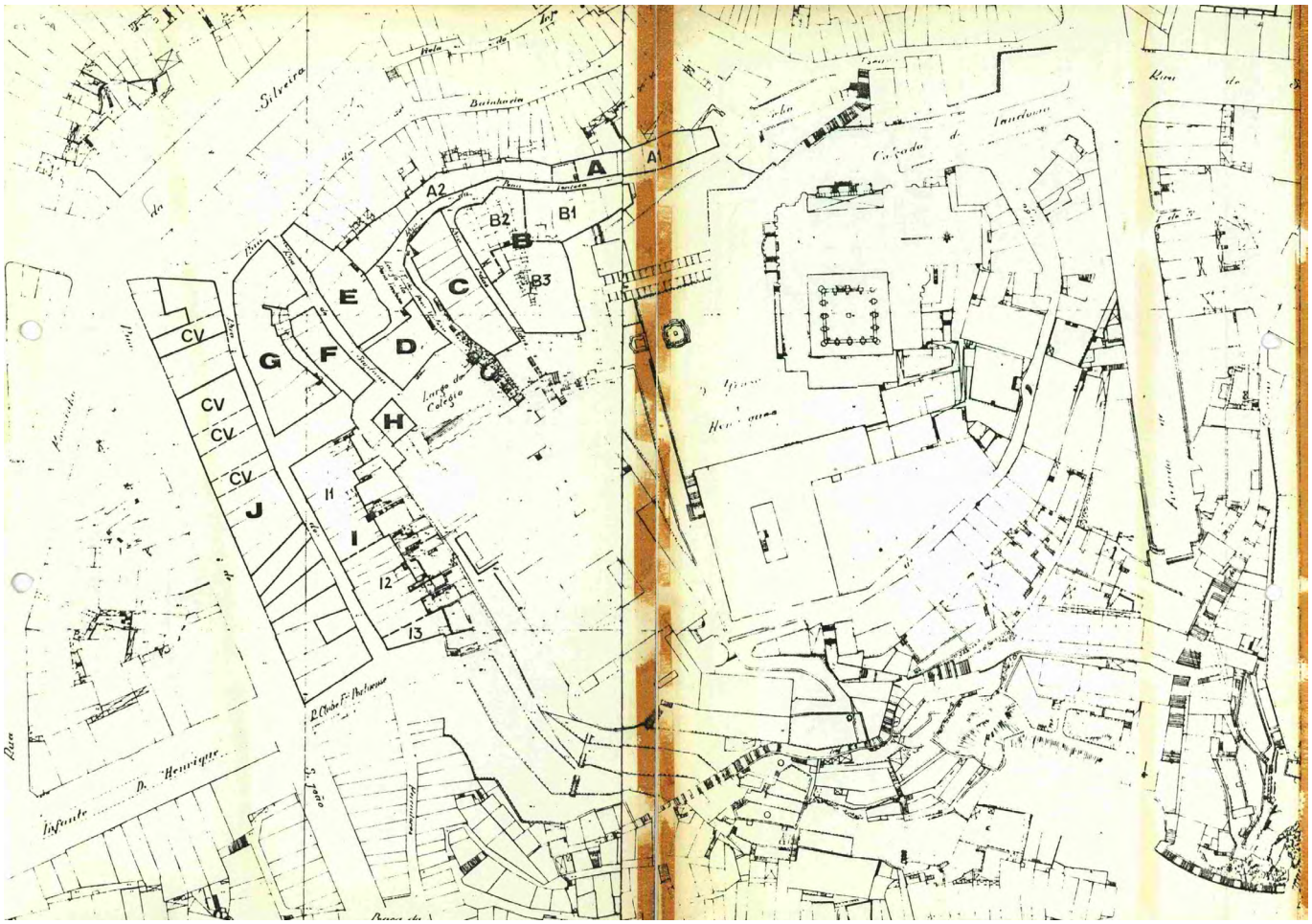
↓ Fotografia aérea actual onde se vê o edifício de lavadouros e balneários, 2021.
© Bingmaps

↗ Fotografia do espaço dos lavadouros, 2020.
© Ana Catarina Costa

O projecto para a cobertura do recinto a usar como pavilhão recreativo foi entregue na CMP em Fevereiro de 1975. No entanto, com o decorrer do processo e após uma visão mais global da intervenção, a Brigada começou a pôr em causa essa hipótese, que não chegou a avançar. A cobertura tinha sido pensada para ser colocada numa propriedade camarária junto à igreja dos Grilos, onde se desenvolviam actividades com a população infantil do bairro e onde existia um parque infantil, um jardim-escola e um recinto para a prática de desportos geridos pelo Centro Social de Santana. O objectivo consistia em cobrir uma área de 250 m² de modo a melhorar as condições das actividades desenvolvidas, sobretudo durante o inverno, permitindo, igualmente, a utilização do espaço para o funcionamento de outras actividades.

anos 1990. Apesar de aparecer construção nestes terrenos na planta de Telles Ferreira de 1892, é possível observar através de uma fotografia aérea de 1974 que estes teriam sido demolidos.

Houve uma divisão em duas Unidades Operacionais (UO) correspondentes às fases da organização dos moradores. A primeira UO compreendia os dois quarteirões entre a rua do Clube Fluvial Portuense, a rua de S. João, a travessa e rua da Banharia e a rua de Santana (com a rua dos Mercadores no meio); as casas da rua da Penaventosa; as casas da rua de Santana; e os quarteirões entre a rua de Santana e o largo de S. Sebastião, exclusive (compreendendo o largo do Colégio, o largo da Penaventosa, o largo Pedro Victorino, a rua das Aldas e parte da rua de S. Sebastião). Esta UO equivalia à área de influência do Centro Social de Santana. Apesar de não estarem incluídas algumas ruas onde os moradores ainda não se tinham organizado, foi necessário avançar com a definição da UO e com o plano de expropriações. A segunda UO compreendia os quarteirões entre a rua Mouzinho da Silveira, a rua do Souto, a rua Escura, a travessa de S. Sebastião e a rua do Corpo da Guarda (englobando a rua dos Pelames e a travessa do Souto), e os quarteirões entre a rua de D. Hugo, a escada das Verdades, a rua da Sr.ª das Verdades e as escadas do Codeçal. Considerando a totalidade da área de intervenção, esta tinha como limites



↑ Planta com a identificação dos núcleos a intervencionar na primeira unidade operacional.
© Arquivo Distrital do Porto

a rua do Clube Fluvial, a rua de S. João, a rua Mouzinho da Silveira, a rua do Corpo da Guarda, a travessa de S. Sebastião, a Avenida Vímara Peres, as Escadas do Codeçal, a rua Sr.ª das Verdades, as Escadas das Verdades e a igreja dos Grilos.

O pedido de Declaração de Utilidade Pública (DUP) para a primeira Unidade Operacional, que englobava 546 fogos para 1.830 pessoas, foi entregue em Setembro de 1975 e aprovado em Maio de 1976. Quanto ao pedido de DUP da segunda Unidade Operacional realizado em Maio de 1976, que englobava 457 fogos para 1.456 pessoas, não se obteve resposta.[8]

O atraso na aprovação dos processos levou à desmobilização dos moradores.

Apesar da marginalização a que o bairro da Sé estava votado, os moradores queriam manter o seu local de residência e a relação de proximidade com a cidade. Essa vontade, bem como o reconhecimento do valor histórico, arquitectónico e cultural do centro antigo, levava à rejeição das propostas do Plano Director (Auzelle, 1962) para esta área. Com o argumento de salubrizar o centro antigo, o Plano Director propunha a demolição de alguns quarteirões (entre a rua da Banharia e a viela do Anjo, e entre a rua das Aldas e a travessa da Penaventosa) para a manutenção dos restantes, nos quais se realizariam obras de restauro e recuperação. Seriam introduzidos novos edifícios com o intuito de fomentar actividades ligadas à cultura e ao turismo. Propunha-se a abertura de uma rua que conectaria o largo de S. Domingos a um edifício de interesse público situado no Barredo, o que implicaria a demolição das casas

8 A Brigada começou a trabalhar a 15/10/1974, assinou contrato a 02/01/1975, entregou o pedido de DUP da primeira UO a 03/07/1975, fez um aditamento à DUP a 22/10/1975, entregou um estudo de aproveitamento do terreno livre na Rua de S. Sebastião a 22/01/1976, publicou a DUP no Diário da República a 18/05/1976, fez uma rectificação à DUP a 19/05/1976, entregou o pedido de Declaração de Zona Degradada (DZD) em Julho de 1976, fez um pedido de cedência de terreno na Rua Augusto Rosa a 09/09/1976, e entregou o pedido de DUP da segunda UO em Maio de 1976, não tendo obtido qualquer resposta. O facto de se ter obtido aprovação da DUP relativa à primeira UO, mas não da DZD, não permitiu tomar posse de nenhuma das 119 parcelas.



↑ Planta de projecto, Outubro 1975 .
© Arquivo Distrital do Porto

do lado nascente da rua dos Mercadores. E propunha-se ainda a criação de um sistema viário que procurava facilitar o acesso à ponte Luiz I através de uma ligação directa ao largo dos Lóios, o que levaria a demolições na rua do Corpo da Guarda.

Numa perspectiva contrária, a Brigada pretendia "manter as características gerais de uma zona histórica respeitantes às tipologias urbana e arquitectónica e simultaneamente melhorar as condições de habitação, estar e percursos etc. do bairro da Sé"[9]. O critério de intervenção seria a preservação da estrutura medieval do bairro da Sé e das características dos edifícios de modo a assegurar a unidade da área, procurando também revitalizar percursos perdidos.

Avançou-se com algumas propostas para a primeira UO, cujos espaços a ser intervencionados foram identificados com letras, do A ao J. A pouca experiência profissional da Brigada originou grandes margens de erro nos primeiros levantamentos, obrigando à repetição dos levantamentos e à elaboração de estudos com critérios definidos previamente.

Propunha-se a recuperação de uma ruína do século XVIII na rua dos Mercadores (I3), junto ao acesso do túnel da Ribeira. Para este local, de terreno camarário, estava programada a construção de uma fonte e uma escadaria, decisão que foi alterada para a construção de uma loja no piso térreo e 5 fogos nos pisos superiores[10].

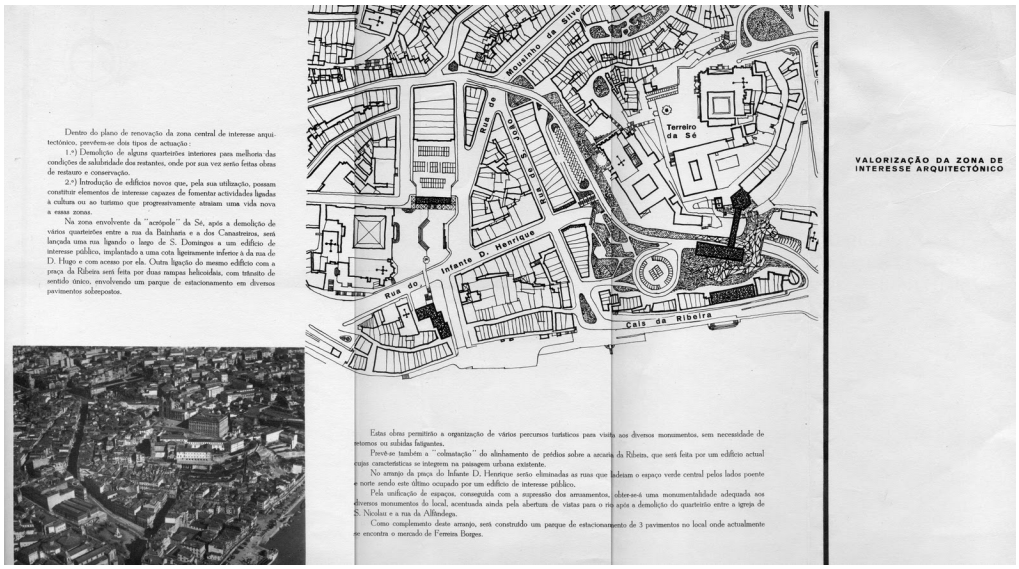
As construções localizadas na rua dos Mercadores (I2), entre a ruína junto ao túnel da Ribeira e o terreno onde estavam em construção os balneários e lavadouros, perfazem 11 edifícios que integravam 41 fogos. Previa-se a possibilidade de aproveitamento dos edifícios para 26 fogos recuperados. O ante-projecto em fase de conclusão em Novembro de 1976 seria suficiente para o arranque da obra, já que os pormenores seriam decididos *in loco*.

No quarteirão E propunha-se a recuperação da ilha na rua das Aldas que tinha 19 células, correspondentes a 16 fogos. Apesar de se conservarem as características arquitectónicas da ilha, a sua ocupação era alterada, com a reconversão das células para apenas 5 fogos de modo a melhorar as condições de habitabilidade[11].

9 Brigada técnica da Sé, "Questões sobre a recuperação de um centro antigo – intervenção SAAL na Zona da Sé", documento policopiado, consultado no Arquivo Distrital do Porto.

10 Um novo edifício seria construído nesta parcela em 1994 por Alberto Marcos, com promoção do FDZHP.

11 A recuperação da ilha na Rua das Aldas foi realizada em 2000, com autoria de Pedro Mendes e promoção do CRUARB e do Projecto piloto do Bairro da Sé, dando origem a 5 habitações.



↖ Página do Plano Director de 1962 relativa à área da Sé.
© Gabinete de urbanização da Câmara Municipal do Porto, *Plano Director da Cidade do Porto*, Porto: C.M., 1962.

A unidade de intervenção F integrada na rua de Santana englobava 7 edifícios onde existiam 34 fogos. Desconhecem-se propostas para este conjunto.

Junto ao largo do Colégio, a unidade H compreendia dois edifícios com 9 fogos e a unidade D, que se voltava também para a rua de Santana e o largo da Penaventosa, compreendia 7 edifícios com 30 fogos. Também se desconhecem as propostas para estas unidades.

Para o terreno livre na rua de S. Sebastião, onde se encontravam as ruínas da Casa dos Vinte e Quatro e das Escadas da Rainha e onde tinham sido demolidos edifícios em 1940 para o arranjo urbano do Terreiro da Sé, propunha-se a sua requalificação através da criação de espaços verdes, de um parque infantil e da integração das ruínas arqueológicas[12].

Dada a alta densidade de ocupação do bairro da Sé, seria impossível manter o número de moradores na área. O facto de não existirem terrenos disponíveis para expansão, já que o Comissariado do Barredo englobava parte dos poucos terrenos livres e as restantes áreas livres pertenciam ao clero, levou a que se dialogasse com outras áreas. Estabeleceu-se contacto com a operação SAAL das Fontaínhas para criar um conjunto habitacional num terreno livre na sua área, o parque das Camélias, localizado no quarteirão compreendido entre as ruas Augusto Rosa, Alexandre Herculano, Duque de Loulé e do Sol.[13] Para tal, organizou-se uma luta conjunta para impedir a realização de uma via prevista no Plano Director que destruiria o quarteirão entre a rua do Sol e o passeio das Fontaínhas e que utilizaria o terreno proposto como área de expansão da operação SAAL da Sé para a criação de uma central de camionagem[14]. Contra o reforço da estrutura viária na área central da cidade, defendia-se o direito de os moradores permanecerem nos locais que habitavam ao longo de várias gerações.

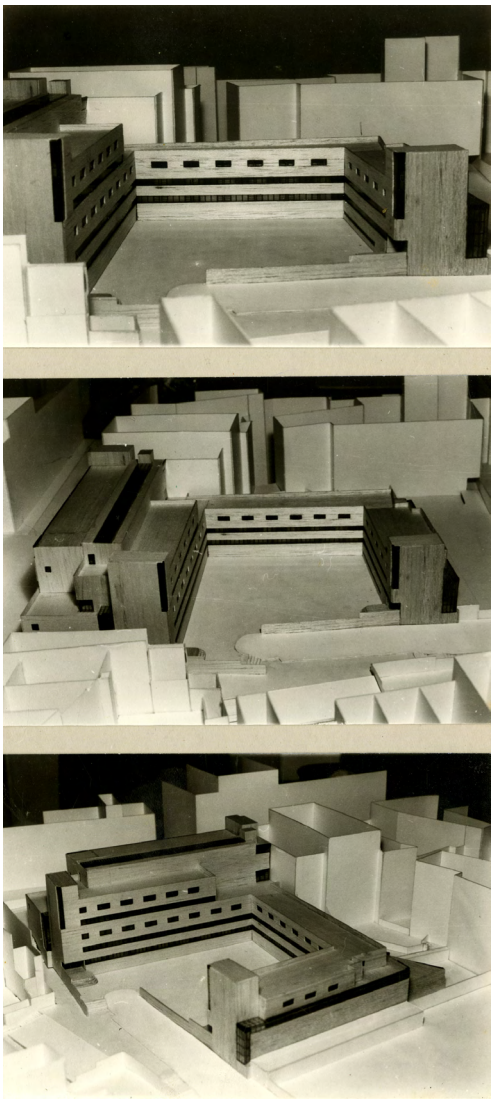
Parte do terreno do parque das Camélias estava ocupado pelo Clube Vasco da Gama. Ficou acordado que, mantendo-se o recinto desportivo e os balneários do Clube Vasco

12 O projecto de recuperação da Casa dos Vinte e Quatro seria realizado por Fernando Távora entre 1995 e 2003, promovido pelo CRUARB.

13 A partir da documentação acessível consultada depreende-se que o conjunto habitacional a construir neste terreno estaria destinado aos moradores da operação SAAL da Sé. Contudo, o facto de se localizar numa área pertencente à operação SAAL das Fontaínhas e Manuel Mendes referir que estaria destinado aos moradores desta operação (a partir de conversa informal com o arquitecto coordenador da operação) leva a supor que, tal como no caso das operações SAAL da Bouça e de Cedofeita-Carvalhosa, a distribuição destes fogos seria repartida pelas duas organizações de moradores.

14 Estes esforços seriam em vão, visto que ambas as alterações previstas no Plano Director se concretizaram.





← Planta de implantação do conjunto habitacional no parque das Camélias, Setembro 1976.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

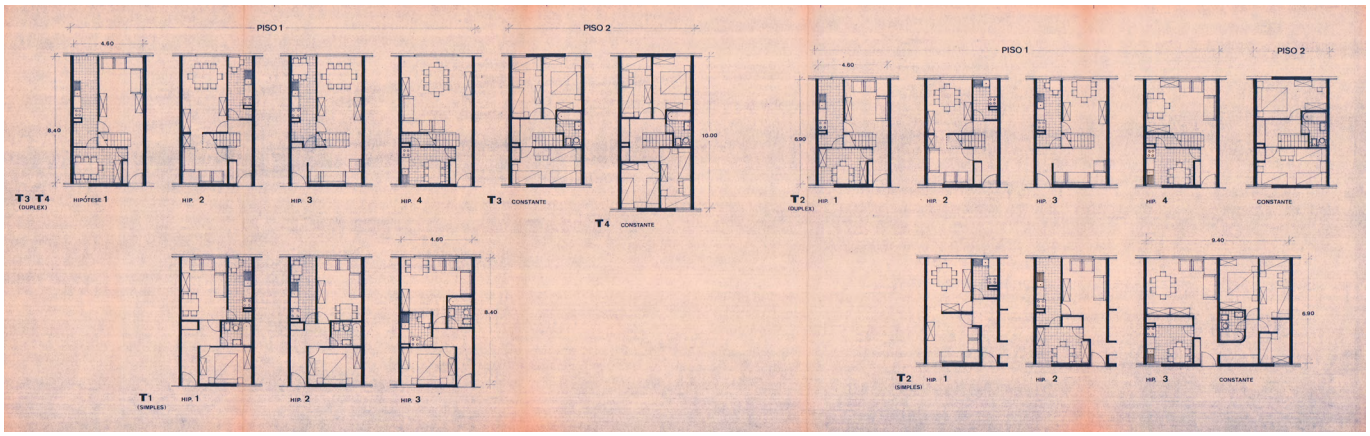
→ Fotografias da maqueta do conjunto habitacional no parque das Camélias, Setembro 1976.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

da Gama, o restante terreno seria destinado a habitação. O estudo prévio estava finalizado em Maio de 1976[15], mas aguardava-se a garantia de cedência de terreno para avançar com o projecto de execução. O mesmo estudo prévio dava conta da intenção de criar uma leitura de quarteirão, apesar de, para além da construção na periferia do quarteirão, também se propor construção no interior do quarteirão e um percurso a atravessar todo o conjunto. O novo conjunto procurava fazer a transição entre as duas escalas existentes no quarteirão – a dos edifícios do século XIX e a sua substituição por outros de maior escala na rua Alexandre Herculano – e enquadrar as instalações do Clube Vasco da Gama, ainda que, simultaneamente, tentasse albergar o maior número de moradores possível. O conjunto com 80 fogos era constituído por dois edifícios, um maior em forma de "C" que fazia frente para a rua Augusto Rosa (66 fogos: 16 T1, 10 T2, 33 T3, 6 T4 e 1 T5) e outro que fazia frente para a rua Duque de Loulé (14 fogos). Os dois blocos seriam ligados por um percurso linear ajardinado que garantia a permeabilidade do quarteirão, ao mesmo tempo que procurava controlar o impacto visual do espaço de tardoz dos edifícios da rua Alexandre Herculano. Ajudava também à divisão dos espaços de logradouro das casas[16] e do Clube Vasco da Gama.

Desenvolveu-se o projecto para o edifício de maior dimensão, que consistia num edifício em forma de "C", com três alas dispostas à volta de um pátio e acesso por galeria. A maior ala é dupla, com uma parte de 6 pisos voltada para a rua Augusto Rosa e outra de 4-5 pisos voltada para o pátio, tal como as

15 Os desenhos datam de Maio de 1976, mas é dada notícia de que foram enviados ao Serviço em Setembro de 1976 e remetidos para a Câmara em Outubro de 1976.

16 Este aspecto compensava em parte o facto de se propor a expropriação de uma porção dos terrenos dos logradouros de lotes privados da Rua do Sol.



↑ Plantas de variantes dos fogos do conjunto habitacional no parque das Camélias, Maio 1976.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

restantes duas alas de 4 pisos. As galerias de acesso aos fogos da ala dupla estão voltadas para o espaço intermediário entre elas, onde existe um saguão coberto. A ala mais interior do conjunto é contígua aos balneários do Clube Vasco da Gama, para onde está voltada a galeria. No caso da ala intermédia, a galeria também se encontra voltada para o espaço posterior e os espaços da casa para o pátio. O pátio comum está numa cota inferior à do percurso e ao primeiro nível de habitações, estando em contacto com um espaço de utilização colectiva localizado no piso inferior das duas alas mais baixas. Para além do pátio comum, existem terraços comuns em vários pisos que seriam destinados a espaços de estar e de secagem de roupas. Os dispositivos de acesso vertical distinguem-se volumetricamente por se localizarem nos topos e serem mais altos do que as alas a que estão associados. As galerias são iluminadas por clarabóias e têm pé direito duplo no caso de acesso a fogos duplex. A repetição do módulo com largura de 4,6m permite que as fachadas sigam uma métrica uniforme, alternando entre vãos horizontais a toda a largura nos pisos com fogos simplex e nos pisos dos espaços comuns dos fogos duplex e conjuntos de dois vãos simétricos nos pisos dos quartos dos fogos duplex. Ainda que no conjunto se procure uma redução máxima de custos através da racionalização do desenho dos fogos (no caso dos fogos duplex, definiu-se um esquema-base que agrega a escada, o quarto-de-banho, o corredor de distribuição e os armários), estudam-se variações na organização dos módulos de modo a que pudessem adaptar-se às necessidades dos moradores.

Nota-se alguma rigidez no desenho do conjunto devido à forma de ocupação do terreno. A implantação dos volumes não resulta, aparentemente, de uma relação com a morfologia urbana daquele lugar, e o sistema de distribuição em galerias, por serem periféricas e estarem todas interligadas, acaba por ter uma extensão excessiva quando comparado com o número de fogos servidos. Mas esta organização possibilita que os fogos localizados no interior do quarteirão se agreguem em torno do pátio, procurando estimular a vida em comum. A regularidade dos módulos leva a que as adaptações ao perímetro do lote sejam realizadas através do ajuste dos espaços de articulação, e não por introdução de variações no conjunto. Ainda assim, procurou-se um modelo que permitisse a inclusão do maior número de fogos possível, ajustando a altura das várias alas de modo a permitir uma boa insolação e o desafogo dos espaços livres.

Se no conjunto habitacional novo a escolha da volumetria e da linguagem se prendiam com critérios de racionalização, nos edifícios a recuperar os critérios deveriam ser definidos individualmente, procurando manter a especificidade de cada edifício, articulados com a estrutura urbana da área e a unidade do conjunto a preservar. A Brigada reconhecia a necessidade de sistematizar os elementos definidores da homogeneidade tipológica e morfológica da área, bem como da

especificidade de cada edifício, pois a repetição de erros poderia resultar numa alteração das características arquitectónicas do bairro da Sé. Mas isso não implicava que a organização espacial dos fogos não obedecesse a critérios de habitabilidade adequados às condições de vida contemporânea, já que procurava evitar-se um restauro que visasse em primeiro lugar a integralidade dos edifícios. A Brigada era crítica em relação às estratégias de "reconversão do centro antigo em zona turística com restaurantes típicos, estalagens, etc., exagerando mediocremente o «aspecto antigo» da zona"[17]. Pelo contrário, tomava-se como fundamental a manutenção de actividades ligadas à vida local (comércio local, casas de pasto, armazéns – sobretudo na rua dos Mercadores), ainda que os pisos superiores fossem utilizados para habitação. As ruas e os largos deveriam manter-se como espaços de convívio dos moradores por excelência. Igualmente, ao pretenderem recuperar os edifícios a partir dos processos construtivos existentes na área, referiam a necessidade de estabelecer um compromisso entre conservação e adaptação às condições do mercado de construção.

A par das propostas que iam sendo elaboradas, reivindicavam-se medidas imediatas, como melhorias na iluminação das ruas do bairro, a resolução do problema de recolha de lixos e a reparação do parapeito de pedra do Terreiro D. Afonso Henriques. Outras reivindicações não foram atendidas, como a reparação do pavimento das ruas e a cedência de um edifício para sede da Associação de Moradores.

Ainda que a Brigada tivesse intenção de elaborar uma proposta global para a área e fosse das primeiras a iniciar trabalho com os moradores, os conflitos entre os moradores e a inexperiência dos elementos da Brigada, aliados a todos os entraves que o SAAL foi sofrendo, não permitiram que houvesse mais resultados para além da construção do edifício de balneários e lavadouros. O resto da parcela a que esse edifício pertence foi depois edificado nos anos 1990 segundo iniciativas do CRUARB[18]; os espaços de acesso e da viela de S. Lourenço foram objecto de intervenção mais recente pela Porto Vivo-SRU. A operação SAAL da Sé reconhecia a necessidade de definição de uma metodologia de intervenção comum ao Comissariado do Barredo e às operações SAAL das Fontaínhas, Miragaia e Massarelos, pois tratava-se de áreas ribeirinhas de grande antiguidade e que poderiam ser discutidas como sector a partir dos seus problemas semelhantes. Essa estratégia acabou por ser seguida pelas instituições designadas para o efeito, como acontece actualmente com a Porto Vivo-SRU que veio substituir o CRUARB. Contudo, a delegação das operações de recuperação nas mãos da iniciativa privada e a condução de processos não participados, não tendo por objectivo a manutenção dos moradores, desvirtuou aquilo que foram as lutas do Processo SAAL e o reconhecimento de que os processos de renovação urbana integram tanto a recuperação física como social[19].

17 Brigada técnica da Sé, "Questões sobre a recuperação de um centro antigo – intervenção SAAL na Zona da Sé", documento policopiado, consultado no Arquivo Distrital do Porto.

18 O edifício na Rua de Santana foi promovido pelo CRUARB e edificado em 1994 com projecto de Paula Silva, e os edifícios na Rua dos Mercadores foram promovidos pela FDZHP (Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto) e edificados em 1996 com projecto de Alfredo Resende e António Moura. Cf. Loza, Rui Ramos (coord.*), Porto património mundial III: CRUARB: 25 anos de reabilitação urbana: as intervenções de 1974 a 2000. Fichas de obras*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000-2001, pp. 31, 35

19 Sobre a actuação do CRUARB e da Porto Vivo-SRU, cf. Queirós, João, *No Centro, À Margem: Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015

OP21
OPERAÇÃO SAAL DE MIRAGAIA

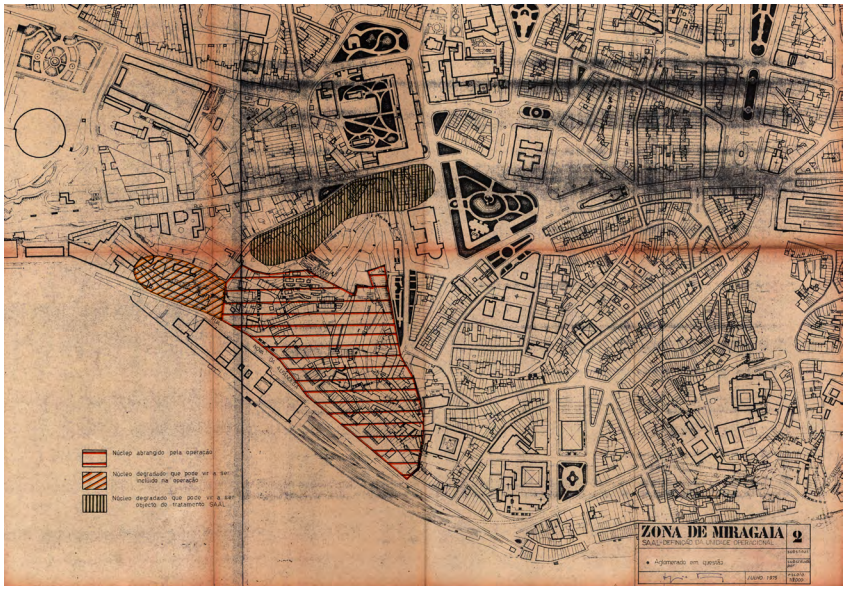


↖ Fotografia da participação dos moradores de Miragaia na manifestação contra os despejos, pela legalização das casas ocupadas, pelo direito à habitação, contra o aumento do custo de vida e contra o fascismo, 6 Março 1976.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

A operação SAAL de Miragaia começou com o trabalho de um grupo de estudantes da ESBAP em Maio de 1975, tendo os moradores formulado o pedido de intervenção ao SAAL no dia 3 do mês seguinte. A brigada provisória era integrada pelos estudantes de arquitectura: António Lacerda (2.º ano), José Prata (2.º ano), Maria Amélia (5.º ano), José Fernando (1.º ano), Isabel Flores (1.º ano), José Casanova (1.º ano), Teresa Cardoso (1.º ano), Adriana Rego (1.º ano), Mário Dorminsky (1.º ano), Manuela Pereira (6.º ano), José Oliveira Martins (6.º ano) e Helena Ramos. Enquanto não se formava uma brigada definitiva, o grupo de estudantes foi orientado por Sergio Fernandez, tendo procedido à elaboração do processo de Definição de Unidade Operacional (DUO) e à sua entrega em Agosto de 1975.

A área de actuação era definida a nascente pelas escadas do Caminho Novo, a sul pela rua Nova da Alfândega, a poente pelo largo da Alfândega e pelas escadas da Sereia e a norte pelo jardim das Virtudes, incluindo o bairro D. António Barroso. Ponderava-se a inclusão na operação do núcleo degradado compreendido entre a rua Nova da Alfândega e a calçada de Monchique e entre a rua da Bandeirinha e as escadas da Sereia. Considerou-se que o núcleo junto à rua da Bandeirinha, que incluía as construções a norte do Tribunal da Relação, poderia vir a ser objecto de tratamento SAAL, mas noutra operação, visto não haver afinidade morfológica e social com o núcleo de Miragaia (a área norte junto à rua da Bandeirinha é mais plana, mais recente, cortada por vias de grande tráfego, marcada por grandes edifícios e espaços públicos e os quarteirões têm grandes dimensões). Ainda assim, mais tarde, os vários núcleos seriam contemplados como pertencentes à operação SAAL de Miragaia. Os terrenos municipais nos jardins das Virtudes e os terrenos privados entre a calçada das Virtudes e o interior da rua S. Pedro de Miragaia constituíam os espaços de expansão disponíveis na área.

Miragaia resultou de um aglomerado que se desenvolveu nas encostas do vale do antigo rio Frio no período medieval e que mantinha relação com a cidade, apesar de estar localizado fora das muralhas. Foi lá que existiu uma das judiarias da cidade. O largo areal junto ao rio levou a que ali se instalassem os principais estaleiros navais da cidade, o que fundou a base de desenvolvimento de Miragaia a partir do século XIV, verifican-



← Planta com a definição da unidade operacional da operação SAAL de Miragaia, Junho 1975.
© Arquivo Distrital do Porto



→ Fotografia do edifício da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Douro, 1958.
© Arquivo Municipal do Porto

do-se também o surgimento de comércio associado. O núcleo de construções que aí se formou ainda se mantém na rua de Miragaia, com algumas alterações. As casas alinham-se paralelamente ao rio, e o piso térreo, em arcada, era utilizado para oficinas e armazéns, dando apoio aos trabalhos elaborados no areal onde se situavam os estaleiros navais. A fachada urbana porticada sobre a praia denota a existência de uma regulamentação uniformizadora. Estes quarteirões fronteiros ao rio, muito largos, com pouca profundidade e compostos por lotes rectangulares de duas frentes, estão inteiramente preenchidos por edificação e prolongam-se desde a Ribeira até Miragaia. Os quarteirões localizados ainda em terreno plano nas traseiras destes têm formas e dimensões mais irregulares. As restantes ruas, já em terreno acidentado, são paralelas às curvas de nível e as diferentes cotas são vencidas através de uma complexa rede de escadas. Os lotes inserem-se contra a pendente e as frentes acompanham a modelação do terreno. A toponímia da área deixa depreender que as raízes do lugar também estariam ligadas a espaços de cultivo, como as ruas de Cidral de Cima e Cidral de Baixo[1].

No século XVIII verificaram-se grandes alterações em Miragaia, a par das transformações urbanas que ocorreram no resto da cidade. Com a deslocação da área portuária para a Ribeira, onde o rio era mais fundo e onde estavam os espaços e serviços de apoio à indústria do vinho do Porto, a indústria de construção naval de Miragaia começou a entrar em declínio. Os espaços vazios da área, anteriormente espaços de cultivo, começaram a ser ocupados por novas construções (sobretudo na parte alta, como nas ruas de Tomás Gonzaga e Francisco da Rocha Soares) e reordenaram-se os alinhamentos com novas construções junto ao rio no lado nascente (entre as escadas do Caminho Novo e a igreja de S. Francisco). O facto de a diferença de cotas ser vencida por extensos traçados rectilíneos de grande inclinação deu origem a quarteirões com algum espaço interior livre, contrariamente aos quarteirões do núcleo mais antigo do aglomerado que não tinham espaço livre. Verificou-se também a construção dos primeiros edifícios fabris, como a Fábrica de Loiça de Miragaia, e grandes armazéns, como os da Companhia Agrícola das Vinhas do Alto Douro. Com a proletarização daquele lugar, houve um aumento da densidade habitacional e a população mudou, bem como a relação entre habitação e local de trabalho no caso dos moradores que passaram a trabalhar fora da área. Apesar de a estrutura interna se manter inalterada, a relação com o rio Douro foi muito modificada devido à construção da alfândega e da via

1 Cf. Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 103.





← Fotografia de uma casa na rua de Miragaia, 1939.
© Arquivo Municipal do Porto

→ Fotografia das obras de abertura da rua Nova da Alfândega, na área ribeirinha de Miragaia, [1859-1869].
© http://portoarc.blogspot.com/2017/03/alfandega-nova.html, consultado em 17 Dezembro 2020.

marginal. A velha alfândega da Ribeira já não respondia às necessidades existentes e, dado que o areal de Miragaia já não era utilizado, foi lá que se construiu a nova alfândega, criando-se uma barreira em frente ao rio e a uma cota elevada. A criação de vias periféricas à volta do aglomerado, principalmente a via marginal que tem uma grande intensidade de tráfego, contribuiu igualmente para a alteração das características de uma área que estava voltada ao rio. As casas medievais construídas nos séculos anteriores foram substituídas por novas construções (nos séculos XVII, XVIII e XIX), os espaços livres foram ocupados e as casas foram subdivididas para maior provento dos senhorios que aproveitavam a falta de habitação que existia. O fenómeno de sobreocupação acentuou o estado de degradação física da área e a sua marginalização.

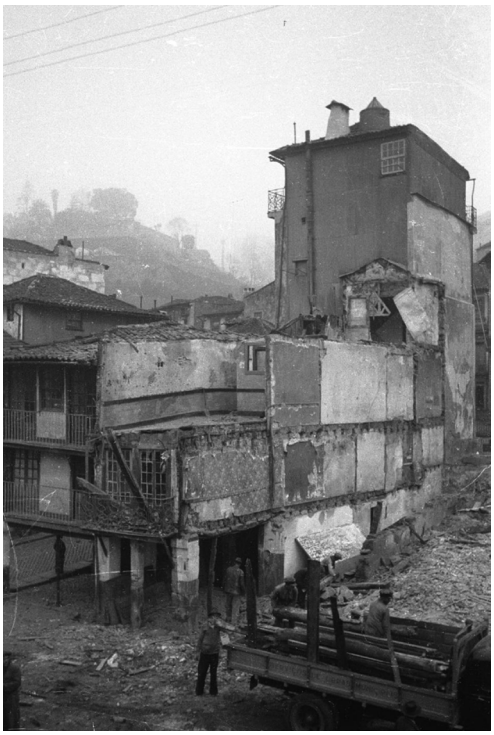
Nos anos 1940 e 1950 houve uma tentativa de salubrização da área de Miragaia pela Câmara Municipal através da demolição de algumas casas e do arranjo dos espaços de largo ou de algumas ruas. Sob o pretexto de salubrizar os quarteirões densos e compactos, procurava-se embelezar aquela área e manter o seu carácter pitoresco, desafogando espaços junto à marginal. Contudo, esta iniciativa reduziu o número de fogos sem viabilizar alternativas, o que agravou ainda mais os problemas habitacionais da área. Alterou também a imagem homogénea das fachadas com arcadas pela introdução de vazios entre elas. Perante as carências habitacionais verificadas, o Centro Social e Paroquial de Miragaia (fundado em 1961) apurou necessidades existentes e criou perspectivas de melhorias a realizar. Mas essas expectativas acabaram por ficar frustradas por não terem conduzido a quaisquer intervenções, gerando desalento entre os moradores. Devido à sobrelotação verificada, às cheias do rio Douro e à falta de obras de conservação, o estado de degradação das casas foi piorando sucessivamente. A maior parte da população não era proprietária das casas habitadas, com excepção dos moradores do bairro D. António Barroso que eram usufrutuários dessas habitações[2], e os senhorios não investiam na preservação das casas.

Depois do 25 de Abril, os moradores de Miragaia organizaram-se para reivindicar a melhoria das suas condições habitacionais e ocuparam uma fábrica abandonada na rua do Monte dos Judeus para instalar lá a sua sede, a Casa dos Moradores. Esta iniciativa

2 O bairro D. António Barroso, situado nas plataformas da viela de Sant'Ana acessíveis através da rua do Monte dos Judeus, foi mandado erigir pelo padre Américo no âmbito do seu projecto "Património dos Pobres" e inaugurado em 1954. Este bairro foi a primeira concretização em contexto urbano desse projecto, que procurava soluções habitacionais para as populações mais desfavorecidas. Cf. Marques, João Luís, *A igreja na cidade, serviço e acolhimento: arquitectura portuguesa 1950-1975*, Porto: FAUP, tese de doutoramento, 2017, p. 258.



← Fotografia das Virtudes e de Miragaia com o bairro D. António Barroso em primeiro plano, anos 1960.
© Arquivo Municipal do Porto



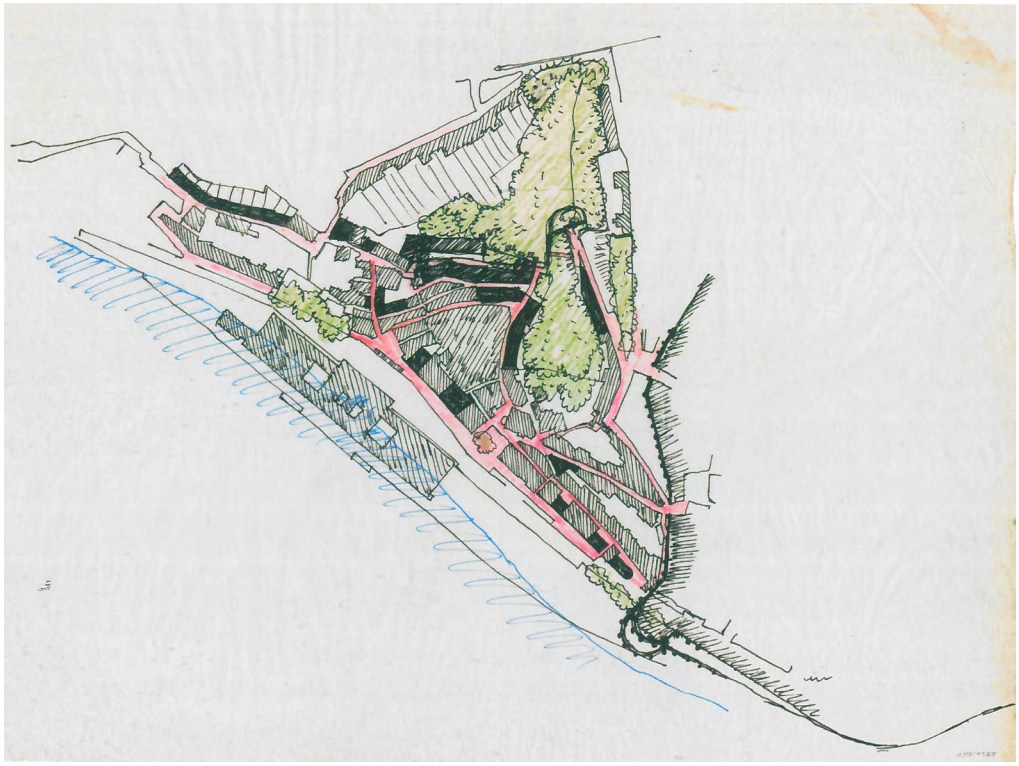
→ Fotografia de demolições realizadas na rua de Miragaia, 1941.
© Arquivo Municipal do Porto

visava contrariar a desconfiança existente entre os moradores e promover a sua mobilização. Desenvolveu-se uma forte luta contra a sub-locação, com o apoio dos estudantes da ESBAP. De igual forma, constatava-se a falta de equipamentos, infra-estruturas e assistência médica e sanitária na área. A Casa dos Moradores serviria para a projecção de filmes e para a realização de eventos desportivos, actividades culturais e actividades para as crianças, mas seria necessário criar lavadouros, balneários, outros centros de cultura popular, postos médicos, parques infantis, espaços verdes, resolver os problemas de recolha do lixo e iluminar e conservar as ruas do bairro. Publicou-se também o jornal dos moradores "Miragaia em Luta" que ia acompanhando a evolução do processo popular.

A brigada SAAL definitiva foi constituída em Novembro de 1975. Fernando Távora assumiu com Jorge Barros a chefia da Brigada, contando também com Bernardo Ferrão, o estudante de arquitectura do 2.º ano Gil Carneiro e a colaboração pontual do desenhador Agostinho Ramos. A partir daí começaram a desenvolver-se trabalhos de reconhecimento da área para a elaboração de propostas. Perante a difícil adesão dos moradores ao processo, que se considerava condição essencial para o bom funcionamento da operação, a Brigada tentou compatibilizar o processo de expropriações com o início das construções de modo a ganhar a confiança dos moradores. Mas para dar conta das múltiplas frentes de trabalho e da dinamização dos moradores foi necessário incluir novos elementos na Brigada. Foram integrados os estudantes de arquitectura Pedro Paredes e Joaquim Jordão, o estudante de engenharia Manuel Campos e os assistentes sociais António Melo e Luísa F. Silva[3]. Os moradores formalizaram a sua organização em Associação de Moradores em Março de 1976 e os estatutos foram publicados em Diário da República em Julho de 1976.

A Brigada dividiu-se em dois grupos. Um grupo procedia à realização de inquéritos, que correspondia ao preenchimento de uma ficha por agregado familiar e ao levantamento dos edifícios. O outro grupo estava encarregado do tratamento do material de desenho em escritório. Nos inquéritos identificava-se o número de habitantes, idade, profissão, local de trabalho, escolaridade, condição de saúde, rendimento médio, valor da renda actual e da renda desejada, tipo

3 Os assistentes sociais começaram a trabalhar na brigada a partir de meados de Maio de 1976. No caso da assistente social Luísa F. Silva, apenas desenvolveu trabalho no período compreendido entre Maio e Agosto.



↖ Esboço inicial com a proposta de intervenção da operação SAAL de Miragaia.
© Bandeirinha, José António (ed.), *Fernando Távora: Modernidade Permanente*, [Matosinhos]: Associação Casa da Arquitectura, 2012, p. 352.

de habitação necessária, observação sobre o estado das casas, radicação na área, local desejado para residência, entre outros. O levantamento dos edifícios era sumário e realizado à escala 1/200, e procurava identificar os tipos de edifícios existentes, a sua capacidade de ocupação, o grau de homogeneidade dos quarteirões, o estado de conservação das casas, o valor arquitectónico dos edifícios com a identificação de casos notáveis ou pormenores a evidenciar, entre outros, procurando dar início a um estudo que determinaria as possibilidades de reconversão das casas existentes. A partir destes dados seria possível compreender a situação social, económica e habitacional da população e calcular aproximadamente as necessidades de realojamento na área e da construção de edifícios novos em terrenos livres.

Só após o estudo global e aprofundado desta área é que a Brigada avançou com o plano de expropriações, que integrava já propostas globais e dados económicos aproximados. Este método permitiu que o plano estivesse perfeitamente justificado e não levantassem dúvidas ou equívocos quanto às soluções apresentadas. No entanto, isso não significava que o plano fosse tomado como um produto acabado, pois procurava-se avançar simultaneamente com propostas de actuação imediata que mobilizassem a população. Desta forma seria possível avaliar o impacto pedagógico das soluções propostas nas várias fases do processo e ia-se reduzindo progressivamente o grau de indeterminação da intervenção.

Para a área estimou-se que existiam cerca de 1.000 agregados familiares[4]. A reconversão dos edifícios existentes permitiria a instalação de 600 famílias. Previa-se a construção de 200 fogos novos em terrenos livres localizados na quinta da Cochela e do Espírito Santo. Os terrenos do horto municipal (ou jardim das Virtudes) não seriam usados para construção devido ao interesse em mantê-los como espaços de parque para usufruto dos moradores da área de Miragaia e do resto da cidade. Nos terrenos onde outrora tinha havido construções propunha-se a sua reconstrução, com capacidade para 100 fogos novos. As 100 famílias em déficit que não poderiam ser realojadas no bairro corres-

4 Noutros documentos encontraram-se variações quanto ao número total de habitantes. Há registo do preenchimento de 1.080 fichas de inquérito relativas a habitações e outro tipo de ocupações, e noutro documento é referida a necessidade de 1.200 fogos para cerca de 4.800 pessoas.



↑ Planta e alçado com a proposta de construção nos espaços vazios da rua de Miragaia, Maio 1976. Identificação do centro sócio-cultural com o número 5.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

pondiam aproximadamente ao número de moradores que pretendiam mudar de área.

Para a primeira fase, de construção imediata, propunha-se o preenchimento dos espaços livres da rua de Miragaia que haviam resultado das demolições levadas a cabo nos anos 1940 e 1950 e a edificação nos terrenos junto à escada do Monte dos Judeus, incluindo o terreno da sede dos moradores, na rua do Monte dos Judeus n.º 19, onde os moradores tinham ocupado uma fábrica devoluta. Se no caso do terreno particular da rua do Monte dos Judeus n.º 19 foi necessário elaborar um pedido de aquisição, os terrenos vazios na rua de Miragaia e uma parcela nas escadas do Monte dos Judeus (que era contígua ao terreno na rua do Monte dos Judeus n.º 19) eram propriedade municipal, para os quais a Brigada entregou um pedido de cedência de direito de superfície em Maio de 1976. No entanto, nenhum destes pedidos chegou a ser satisfeito.

A reconstrução dos edifícios nos terrenos vazios da rua de Miragaia tinha como objectivo a reabilitação e redefinição daquele tecido urbano cujas cicatrizes tinham ficado expostas pelas demolições operadas. Enquanto medida isolada, a criação de espaços livres junto à marginal apenas tinha criado desequilíbrios na lógica urbana existente, ao quebrar o vínculo com a morfologia urbana antiga sem encontrar soluções habitacionais para os moradores. Decorrente do estudo sobre a formação da área de Miragaia, a Brigada compreendeu que urgia reverter a demolição dos módulos porticados que integravam a frente ribeirinha desde a Ribeira até Miragaia. Procurava-se, assim, repor a estrutura medieval e a unidade formal daquele conjunto de quarteirões. A proposta procurava correspondências com a altura dos edifícios contíguos e, embora se tivesse em consideração a superfície anteriormente construída, a forma da implantação dos edifícios não pretendia mimetizar as formas previamente existentes. Através de uma avaliação da capacidade construtiva da área e da tentativa de obter uma densidade habitacional adequada, os novos edifícios não ocupavam a totalidade da dimensão dos lotes de modo a libertar mais espaço entre edifícios e a promover permeabilidade no interior dos quarteirões. A área construída no piso térreo mantinha um espaço de percurso coberto, repondo a unidade do conjunto de arcadas através da criação de edifícios porticados. Ainda que o grau de desenvolvimento de projecto a que se teve acesso seja impreciso, é possível observar que os novos edifícios teriam uma correspondência formal e de linguagem com os edifícios existentes, o que se pode constatar, por exemplo, pela utilização de cobertura inclinada. Contudo, os elementos porticados não procuravam reproduzir as arcadas antigas, nem seguir uma postura nostálgica, mas sim recuperar os nexos da morfologia urbana daquele lugar, manter elementos característicos e utilizar formas que se enquadrassem nos princípios compositivos dos novos edifícios. Deste modo,







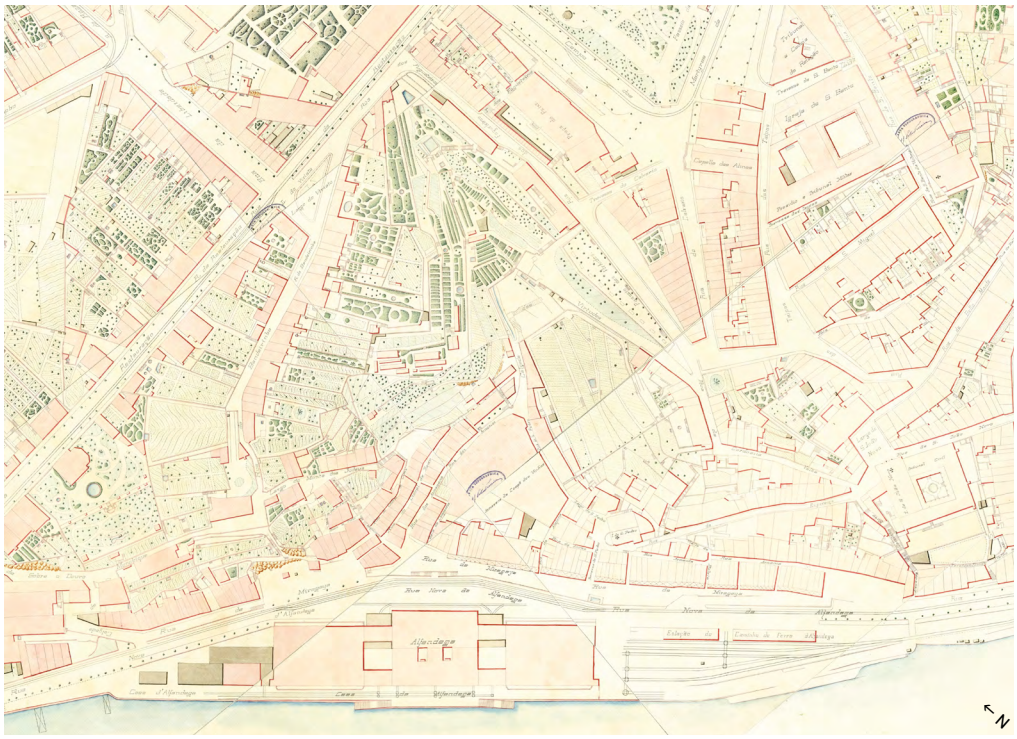
↖ Plantas de 1892 e da solução proposta em Maio de 1976 pela Brigada para o terreno da rua do Monte dos Judeus até à rua dos Armazéns. Corte da proposta e fotografia do estado do terreno nos anos 1970.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

↑ Edifícios realizados no âmbito do CRUARB no Monte dos Judeus, com projecto de Paula Silva (1986), 1992.
© Arquivo Municipal do Porto

← Parque infantil implantado ao lado igreja de São Pedro Miragaia, 1973.
© Arquivo Municipal do Porto

a métrica dos pórticos aproximar-se-ia à largura média dos lotes daquele conjunto, adaptada aos usos e necessidades coetâneos. O edifício do centro sócio-cultural, que seria localizado na parcela identificada com o número 5, junto à igreja de S. Pedro de Miragaia, no coração da área, assumia-se como elemento de excepção. Apesar de se ter conhecimento de um projecto de Alexandre Alves Costa, Sergio Fernandez e Camilo Cortesão para a remodelação de um edifício na rua dos Armazéns destinado a um centro social da paróquia de Miragaia, mantinha-se a necessidade de criar um centro sócio-cultural, ainda que o outro equipamento também pudesse ser usado para esse fim. Se o projecto para os restantes edifícios consiste em construções verticais com coberturas inclinadas, este edifício é marcadamente horizontal e tem cobertura plana, ainda que a unidade do conjunto fosse assegurada pela continuidade do percurso coberto através dos elementos porticados também previstos para este edifício. O volume do centro sócio-cultural procura não rivalizar com a igreja de S. Pedro de Miragaia, tanto em termos de cércea como de espaço libertado no piso térreo que permite conferir uma maior amplitude ao largo em frente à igreja. Nos restantes edifícios, o piso térreo parcialmente aberto poderia servir para a instalação de equipamentos de interesse público. De igual modo, encorajava-se a manutenção dos serviços existentes – como casas de vinho e petiscos, escritórios, pomares, oficinas de reparação de motores, de serralharia e de bicicletas, mercearias, estabelecimentos comerciais, tascas e armazéns de mercearias, sucata, camionagem e ferro – e o desenvolvimento de actividades de exterior nas ruas e praças do bairro, com vista a participar na dinamização da área. Quanto ao parque infantil existente, o mesmo não poderia permanecer naquele lugar pois serviria para a criação do centro sócio-cultural referido. Discutia-se a sua relocalização sob o espaço ocupado ou numa praceta na rua de Miragaia, ou ainda a beneficiação das suas instalações, apesar de nenhuma destas hipóteses resultar a longo prazo já que os vários espaços seriam ocupados por outras construções. Perante a inexistência de terrenos livres ou edifícios com capacidade para albergar essa função, optou-se pela solução menos onerosa e mais rápida, que passaria pela remodelação das instalações do parque infantil. Para tal, propunha-se a colocação de mobiliário infantil exterior (uma roda de cavalinhos e um escorrega), a construção de duas salas e a adaptação dos sanitários.

O terreno de socalcos localizado junto às escadas do Monte dos Judeus, parte propriedade particular e parte municipal, tinha no patamar de cima as instalações de uma antiga fábrica que estava devoluta e tinha sido

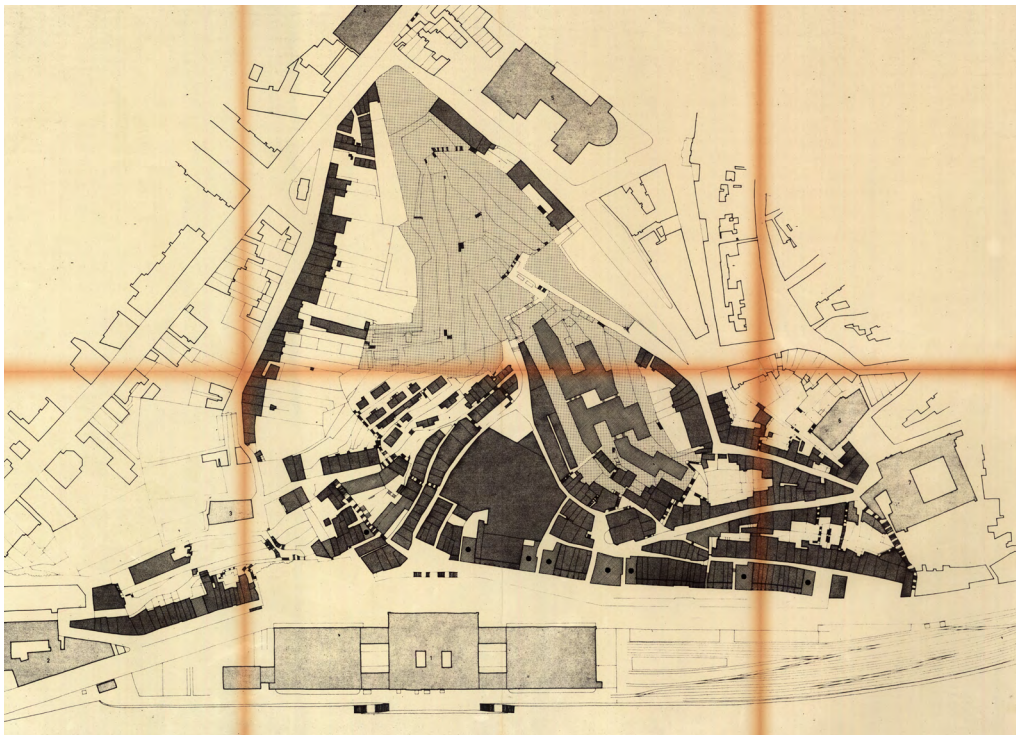


↗ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área de Miragaia.
© Arquivo Municipal do Porto

ocupada pelos moradores para a instalação da sua sede, como referido. Nos patamares intermédios existia um barraco desabitado e um logradouro que era usado por moradores de outra área, e no patamar de baixo estava um armazém de sucata. As várias propostas de conjunto apresentadas revelam estratégias diferentes para este lugar. A primeira proposta esboçada[5] mantinha o volume da antiga fábrica e propunha o encerramento parcial do quarteirão através de construção de dois novos volumes a ladear a escada do Monte dos Judeus e a rua do Cidral de Baixo. A segunda proposta, de Maio de 1976, desenhava dois volumes novos que fechavam o quarteirão em cima e em baixo, libertando o espaço intermédio. Propunha-se a reconstrução do quarteirão definido pelas ruas do Cidral de Baixo e do Cidral de Cima, mantendo as construções tal como existiam na planta de 1892, embora recuadas, mas eliminando aquelas que se localizavam no prolongamento da rua do Cidral de Cima de modo a reservar espaços livres nos patamares intermédios do terreno. Quanto ao patamar superior, previa-se a correcção do alinhamento da rua do Monte dos Judeus, a demolição da antiga fábrica e a construção de 20 fogos.[6] Mantinham-se os muros de suporte dos patamares, que eram de boa construção, bem como a fonte do século XVIII. Criavam-se ainda dois percursos públicos a diferentes níveis que asseguravam a relação com a escada do Monte dos Judeus e com os patamares intermédios deixados livres, onde se situava a fonte. Na última proposta, desenvolvida já em 1977, a solução aproxima-se mais da planta de 1892, com a proposta de reconstrução do quarteirão definido pelas ruas do Cidral de Baixo e do Cidral de Cima, a reconstrução de volumes no prolongamento da rua Cidral de Cima e a libertação do patamar superior, onde não existiria qualquer construção. Verifica-se, assim, que a proposta vai evoluindo no sentido de estabelecer uma profundidade dos lotes que recuperava correspondências com os traçados antigos, ao mesmo tempo que libertava mais espaço livre para uma melhor insolação das casas. As várias soluções preservavam a fonte do século XVIII e os muros

5 Apesar de não estar datado, aponta-se a hipótese de o desenho de esboço com uma proposta geral de intervenção ser anterior aos desenhos rigorosos de Maio de 1976.

6 Os edifícios que lá existem actualmente (15 fogos) foram realizados posteriormente, em 1986, com projecto de Paula Silva e promoção do CRUARB. Os edifícios têm uma implantação semelhante à que tinha sido proposta por Távora na solução de Maio de 1976, apesar de estarem mais afastados da rua do Monte dos Judeus. O prolongamento das Escadas dos Armazéns no troço entre as ruas do Cidral de Baixo e do Cidral de Cima também se diferencia da proposta de Távora, criando uma situação urbana nova naquele lugar.



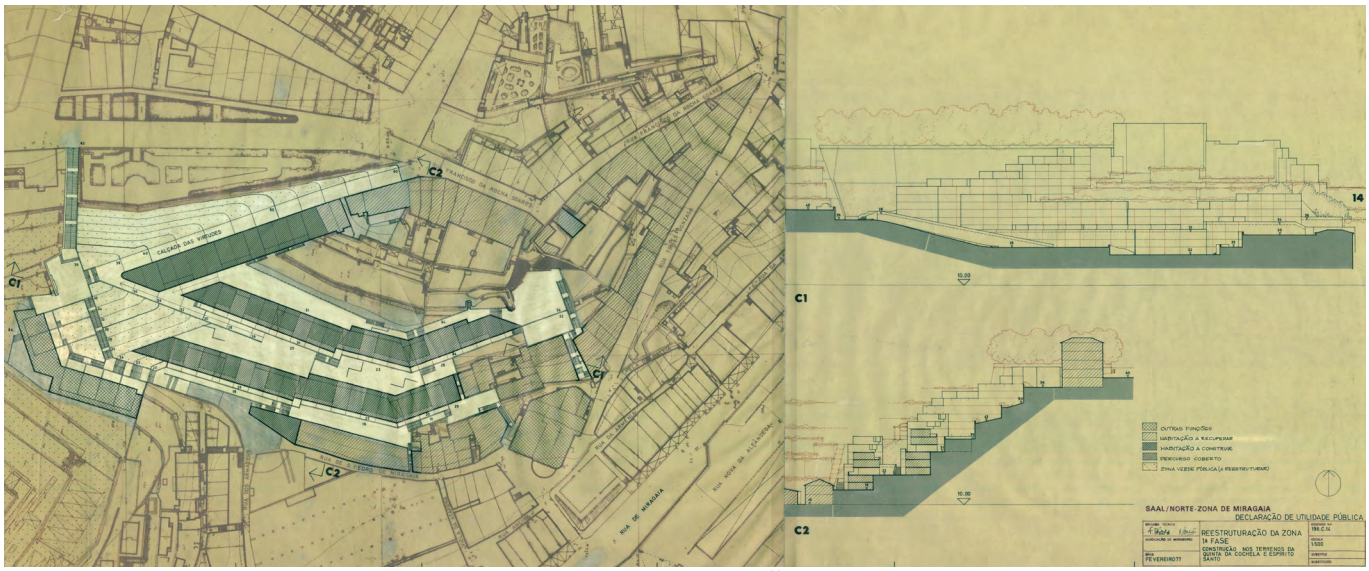


↑ Planta de conjunto do estudo prévio, Maio 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

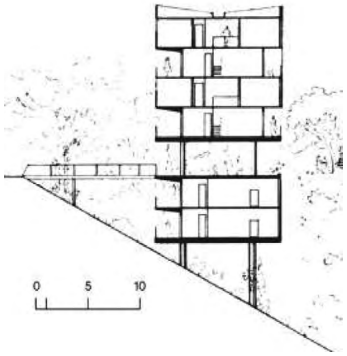
↓ Planta de conjunto para a reestruturação da área, Fevereiro 1977.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

de suporte das plataformas, promovendo a articulação entre elas.

No caso da proposta de substituição das casas do bairro D. António Barroso apresentada no primeiro esboço com a intervenção global, esta não é continuada nas propostas elaboradas de seguida (em Maio de 1976 e em 1977). A primeira proposta deixa notar a vontade de uniformizar a morfologia urbana daquela área através da construção de bandas contínuas, cujo alinhamento ia sofrendo inflexões de acordo com as curvas de nível do terreno. Esta solução visava modificar a disposição descontínua das casas de um piso implantadas nas plataformas que escalonam o terreno, já que divergiam dos restantes tipos edificatórios da área, nos quais há uma ocupação contínua ao longo dos arruamentos e a forma dos lotes é perpendicular


C1
C2
C1
C2
RUA DE MIRAGAIA
C1
C2
SAAL/NORTE-ZONA DE MIRAGAIA
DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA
RECLASSIFICAÇÃO DE EDIFÍCIOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES
RECLASSIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
RECLASSIFICAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS CANAIS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS SUBTERRÂNEOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS AÉREOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS MARÍTIMOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS FLUVIAIS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS LACUSTRES
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PANTANOSOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS ARENOSOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS ROCHOSOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS GLACIAIS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS VULCÂNICOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS SÍSMICOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS TECTÓNICOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS EROSIVOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS DEPOSICIONAIS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS METAMÓRFICOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS IGNÍFEROS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS SEDIMENTARES
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS ORGÂNICOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS INORGÂNICOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS MISTOS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS ARTIFICIAIS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS NATURAIS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS SEMI-NATURAIS
RECLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS SEMI-ARTIFICI







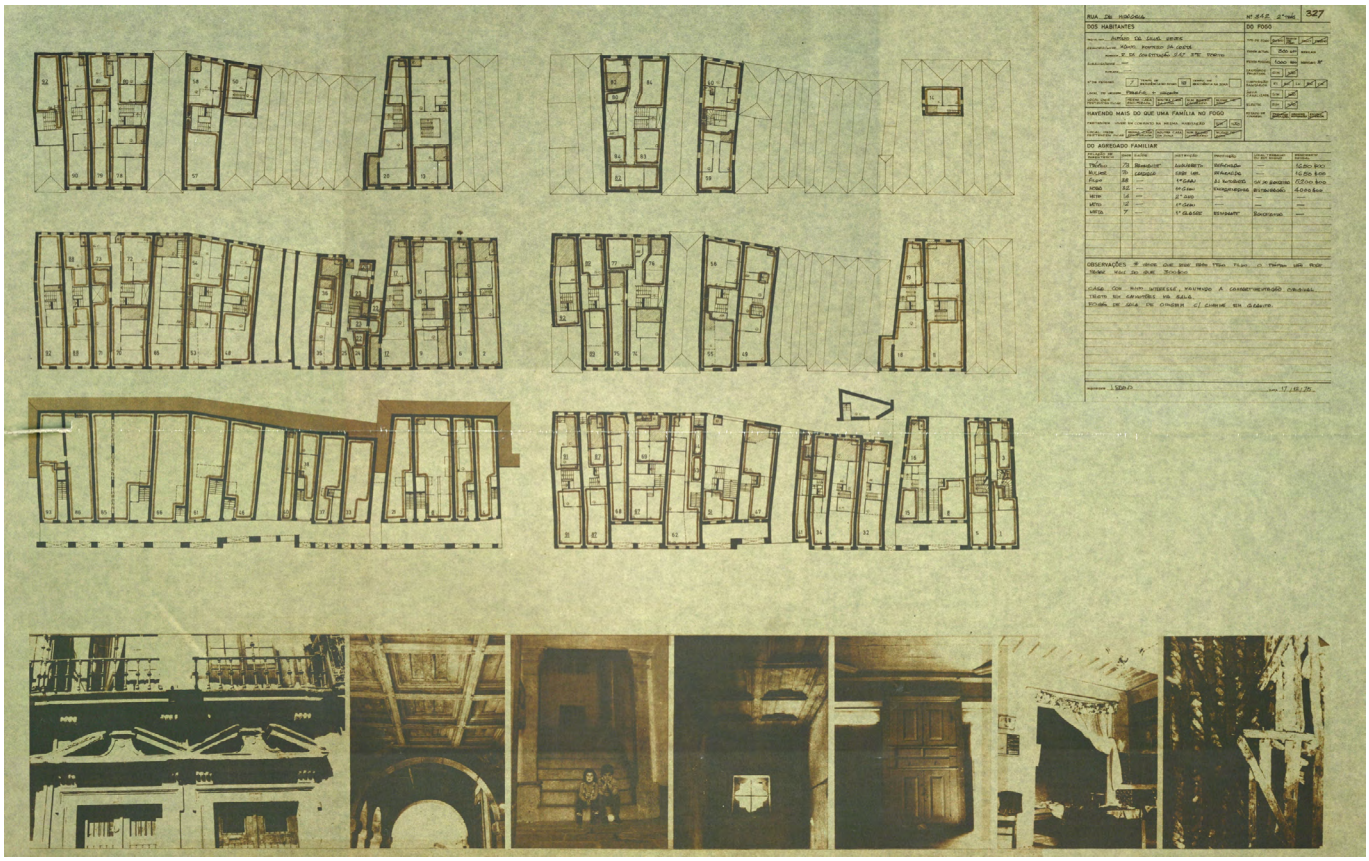
↑ Maqueta da proposta.
© Sardo, Delfim (ed.). *O processo SAAL: arquitectura e participação, 1974-1976*, Porto: Serralves, 2014, p. 157.

↓ Corte do bloco curvilíneo do conjunto residencial Pedregulho e fotografia da fachada posterior do bloco curvilínro, projecto de Affonso Eduardo Reidy (Rio de Janeiro, 1956).
© Reidy, *DPA*, 19 , Edicions UPC, Barcelona, 2003, pp. 24, 35.

S. Pedro de Miragaia e um edifício com duas alas que formam um ângulo obtuso na cota inferior do horto municipal, uma delas paralela ao troço inferior da calçada das Virtudes e ao corpo alongado à cota baixa. Os vários edifícios procuram adaptar-se às curvas de nível do terreno e minimizar o seu impacto sobre a paisagem. Apesar de não se manter o conjunto de escadas a sul, que na segunda proposta unia a rua Francisco da Rocha Soares à rua de Tomás Gonzaga, cria-se um acesso entre o topo do edifício da plataforma intermédia e a rua de Tomás Gonzaga. Os três corpos alongados são vazados nalguns momentos, permitindo uma leitura contínua da encosta e originando percursos entre os vários patamares.

Não se conhecem desenhos que permitam perceber como seriam os fogos previstos para este conjunto. Ainda assim, poderá depreender-se que o acesso aos fogos se faria através dos espaços vazados, correspondentes ao encontro dos volumes com os socalcos ou plataformas do terreno. Esta solução lembra o projecto de Affonso Eduardo Reidy para o complexo habitacional Pedregulho projectado entre 1946 e 1952 para funcionários do Estado no Rio de Janeiro. O edifício mais alongado e de forma curvilínea que ombreia a encosta tem um piso vazado no encontro com a plataforma superior do terreno, a partir do qual se fazem as entradas no edifício. Esta solução permite que o edifício não obstrua a vista da paisagem e, simultaneamente, ao aceder a esse piso através de duas pontes, possibilita a manutenção das duas frentes do edifício livres. Apesar de Távora não manter esse piso intermédio completamente vazado como acontece no Pedregulho e de, no caso de Miragaia, os volumes se adoçarem ao terreno e terem apenas uma frente – aproximando-se dos tipos de casas existentes em Miragaia e na Ribeira que acompanham a modelação do terreno com lotes inseridos contra a pendente, em que os pisos inferiores têm uma só frente –, o conjunto edificado torna-se menos maciço e mais permeável à cidade através dessas aberturas.

Para a recuperação dos edifícios existentes, estabeleceu-se que não se alteraria a volumetria de construção e que se manteria o tipo corrente identificado na área, de pequenas frentes, grande profundidade e organizado



↑ Excerto do painel-síntese da proposta elaborada para a operação SAAL de Miragaia, com o levantamento arquitectónico e fotográfico anotado de um dos quarteirões a recuperar. © Arquivo Fundação Marques da Silva

em torno de uma escada central. A compartimentação excessiva dos espaços para albergar várias famílias seria reconvertida, reduzindo a densidade da área e dotando cada uma das casas de condições de habitabilidade dignas. Através da recuperação dos edifícios e da adaptação das estruturas antigas resolvia-se o problema de degradação da área, relacionando-se com os nexos da estrutura antiga da cidade. Apesar de não haver propostas elaboradas, o levantamento de todos os quarteirões estava concluído em Março de 1977, o que permitiria um arranque imediato das obras de recuperação das casas.

Entre a proposta de Maio de 1976 e a proposta de 1977 também existe uma mudança de estratégia quanto ao terreno do largo da Alfândega no lado noroeste, já que na última proposta se previa a construção de novos edifícios que completariam os quarteirões fronteiros ao rio, apenas interrompidos por uma rua estreita perpendicular, abdicando-se desse espaço de largo. Esta estratégia estaria relacionada com a necessidade de construção do maior número de fogos possível nos terrenos livres da área.

Durante o Processo, foram também feitas intervenções em edifícios esparsos. Na Casa dos Moradores já estavam concluídos uma secretaria, uma sala de reuniões e um salão para espectáculos e pretendia construir-se ainda quartos-de-banho e chuveiros. No bairro D. António Barroso o muro foi reparado e fizeram-se obras no canal do rio Frio. Construíram-se balneários no parque infantil; arranjaram-se as ruas de S. Pedro de Miragaia e Ancira; colocaram-se lâmpadas de mercúrio na via pública; colocaram-se contadores de água colectivos; realizaram-se obras em duas casas da rua do Cidral de Baixo (n.ºs 2 e 10) e colocou-se água e luz em duas casas (rua de Tomás Gonzaga n.º 6 e rua do Monte dos Judeus n.º 1). No caso de um edifício com o n.º 12 na rua da Arménia[7] que, por ameaçar ruir e o senhorio se ter recusado a fazer reparações, foi objecto de uma vistoria camarária que ordenou o des-

7 Nesse edifício funciona actualmente a Associação Musical de Miragaia e foi intervencionado em 2000 pelo CRUARB, com projecto de Audemaro Rocha.

pejo dos ocupantes, propôs-se a realização de obras através de financiamento SAAL. Pediu-se a anulação do mandato de despejo dos 52 moradores que ocupavam aquele edifício e da ordem de demolição, já que o SAAL promoveria obras para garantir condições de segurança e habitabilidade. Houve também a ocupação, por 77 moradores, da residência universitária situada da rua da Bandeirinha que estava naquele momento sem utilização, tendo-se instalado uma família em cada assoalhada. Acordou-se que não se procederia à desocupação dos residentes sem procurar solução para os seus problemas.

Quanto às actividades dinamizadas pela Associação de Moradores, procedeu-se à limpeza da área, que permitiu a contratação de 6 moradores, e a gestão do parque infantil permitiu empregar outros 3 moradores que se encarregaram da realização de actividades educativas, recreativas e culturais. Apesar de nestas iniciativas se verificar uma organização colectiva dos moradores, num relatório elaborado pela assistente social Luísa F. Silva são feitas observações quanto ao isolamento da Associação de Moradores, sobretudo do grupo da direcção. Refere-se que não existia um espírito democrático, já que as tarefas estavam centralizadas na direcção, que a participação individual era inibida e que não se criavam hábitos de trabalho de grupo. Existiam igualmente conflitos de origem partidária que, juntamente com o foco na resolução de problemas individuais, faziam com que os moradores se afastassem ou mantivessem uma posição passiva e desconfiada. Nesse sentido, seria necessário dinamizar a Associação para contrariar o seu isolamento, os vícios instalados e o alheamento face às questões gerais do movimento reivindicativo dos moradores do Porto.

Da parte da Brigada, procurava-se uma coordenação entre as várias brigadas e associações de moradores da área ribeirinha da cidade, bem como das áreas circundantes a estas que tivessem características idênticas, de modo a avaliar se poderiam ser também abrangidas por operações SAAL (como era o caso da área da Vitória que já tinha comissão de moradores formada), e o Comissariado de Renovação Urbana da Área da Ribeira e Barredo. A partir das semelhanças existentes entre as várias operações, considerando condições físicas, de antiguidade e as características da população, os critérios de intervenção poderiam ser discutidos em conjunto e, simultaneamente, possibilitar uma articulação entre intervenções parcelares e globais. Esta coordenação viabilizaria a resolução de problemas relacionados com os espaços de fronteira entre estas operações e uma avaliação das necessidades comuns, como equipamentos colectivos, transportes e realojamento em áreas exteriores às unidades operacionais. Para isso, a mobilização e participação activa dos moradores deveria operar desde o plano local, com as relações de vizinhança, até à sua integração nos problemas discutidos à escala da cidade. Esse envolvimento passava pela participação nas manifestações populares, pelos contactos a estabelecer com cooperativas de construção e produção (como forma de organização e controlo das medidas económicas e sociais pelas classes trabalhadoras) e pelo fomento de dinâmicas de discussão com o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto.

Ainda que o trabalho da Brigada se tenha prolongado até Junho de 1977[8] e se tenha elaborado uma proposta de conjunto e propostas de pormenor para alguns sectores, não foram realizadas intervenções para além das obras esparsas mencionadas. Segundo Álvaro Siza, o projecto de Miragaia "era um relógio", tanto em termos do processo participativo desenvolvido como do plano em elaboração[9], só que já começou tarde e o fim do SAAL determinou a interrupção da operação.



↑ "Miragaia em luta, jornal da associação de moradores de Miragaia", número 3 de Maio de 1976. © Ephemera - Biblioteca e arquivo de José Pacheco Pereira, disponível em: https://ephemerajpp.com/2011/06/15/miragaia-em-luta/, consultado a 8 Abril 2021.

8 Existe um documento de 5 de Novembro de 1977 enviado por Fernando Távora à Câmara Municipal do Porto que dá conta do número de fogos a construir nos terrenos da Calçada das Virtudes e da rua de S. Pedro de Miragaia, perfazendo um total de 190 fogos (47 T1, 47 T2, 67 T3, 19 T4 e 10 T5).

9 Álvaro Siza *cit. in* "O romantismo da revolução e a grande ambição latente", entrevista a Álvaro Siza realizada a 3 de Dezembro de 2016 por Alexandre Alves Costa, Sergio Fernandez e Ana Catarina Costa.

8. OPERAÇÕES NO ANEL DE EXPANSÃO URBANA DOS SÉCULOS XVIII E XIX

O *anel de expansão da cidade nos séculos XVIII e XIX* compreende a intensa urbanização que decorreu das transformações realizadas pelos Almadas. Ainda que durante o século XVII já se verificasse um crescimento dos núcleos urbanos localizados nas áreas exteriores da muralha fernandina e ao longo das estradas de acesso à cidade, a ordenação e consolidação dessa expansão urbana ocorreu nos séculos XVIII e XIX, simultaneamente ao crescimento exponencial da população. No final do século XVIII iniciou-se a demolição sistemática da muralha no sector norte[1]. Nas áreas extramuros ou nos lugares previamente ocupados pela muralha criaram-se espaços urbanos pontuados por edifícios maneiristas e barrocos (como as igrejas dos Carmelitas, do Carmo, de Santo Ildefonso ou a igreja e torre dos Clérigos) e neo-clássicos ou neo-palladianos (como as novas instituições, o hospital de Santo António, a cadeia da Relação, o quartel de Santo Ovídio, a Casa Pia ou o teatro de S. João)[2]. Nalguns casos, a expansão realizada pelos Almadas dá corpo a um movimento de expansão da cidade que já estava indicado na requalificação barroca do espaço urbano. Criaram-se também eixos de expansão radial da cidade (a rua do Almada, a rua de Santo Ildefonso, a rua de Santa Catarina e a rua de Cedofeita) e ruas que serviram de articulação entre eles[3]. Estas áreas de expansão foram urbanizadas a partir da sobreposição de ruas de traçado linear à topografia acidentada da cidade. Os terrenos das antigas quintas foram subdivididos em lotes estreitos e profundos segundo uma métrica relativamente regular (com 5,5 ou 6 metros de largura), e os edifícios novos eram construídos à face da rua, identificando-se com a largura da parcela. Através da regularidade morfológica introduzida e dos estudos de fachada realizados, o desenho das ruas dava um carácter unitário às áreas de expansão da cidade[4]. O espaço posterior das casas correspondia a pátios ou logradouros de profundidade irregular

1 Cf. Gaspar Martins Pereira, "Do Porto dos Almadas ao limiar do século XX" *in* Fernandes, José A. Rio, *Geografia do Porto*, Porto: Book cover, 2020, pp. 79-80.

2 Cf. Ferrão, Bernardo, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas: 1758/1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*, Porto: FAUP, 1997 [1985], pp. 151, 156-157, 197-203, 223-236; Anni Günther Nonell, Rui Tavares, "Oporto" *in* Guàrdia, M.; Monclús, F. J.; Oyón, J. L. (dir.), *Atlas histórico de ciudades europeas, Vol. 1- Peninsula Ibérica*, Barcelona: Salvat, 1994-1996, p. 130.

3 Cf. Ferrão, Bernardo, *op. cit.*, 1997 [1985], pp. 204-218; Anni Günther Nonell, Rui Tavares, *op. cit.*, 1994-1996, p. 132.

4 Esta geometrização dos lotes permitia que, apesar de os edifícios serem construídos de forma faseada e de acordo com uma gestão autónoma, se mantivesse um carácter unitário. Cf. Oliveira, J. M. Pereira de, *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento, 2007 [1973], p. 296; Ferrão, Bernardo, *op. cit.*, 1997 [1985], pp. 219-223.

que constituíam, no seu conjunto, espaços verdes da cidade (apesar de privados e individualizados).

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial e o significativo aumento populacional, e verificando-se já uma sobrelotação do centro antigo, muitos interiores de quarteirão foram utilizados para alojar as classes operárias através da construção de ilhas e/ou habitações com condições semelhantes a estas, num aproveitamento especulativo do espaço interior dos lotes[5]. Este tipo de ocupação aumentou a densidade de construção destas áreas, reduziu o número de espaços verdes e tornou-os mais fragmentados. Como a maior densidade construtiva passou a localizar-se nas traseiras das casas e o espaço livre mais desafogado passou a ser o da rua, alterava-se substancialmente a forma de ocupação do solo, apesar de se manter a hierarquia espacial com a manutenção da importância das ruas enquanto definidoras da estrutura urbana.[6] A construção, na mesma época, de edifícios com carácter principal (casas à face da rua) e secundário (construções no interior do quarteirão dependentes do edifício principal onde era alojada a classe operária ou pequena-burguesia) deu origem a uma estrutura urbana interna que ficou ocultada do espaço público da cidade. Surgiram também outras formas de alojamento das classes operárias que não estavam dependentes do edifício principal do lote em que se inserem, embora apresentassem condições de densidade de ocupação e insalubridade idênticas às das ilhas. Este anel de expansão em torno ao núcleo antigo ficou consolidado através da instalação de unidades fabris e da extensão das áreas ocupadas por estas formas de alojamento operário.

5 Cf. Teixeira, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa : F.C.G., 1996.

6 Cf. Oliveira, J. M. Pereira de, *op. cit.*, 2007 [1973], pp. 355-361.

8.1. OPERAÇÕES NO ANEL DE EXPANSÃO URBANA DOS SÉCULOS XVIII E XIX (área central)



↑ Planta com a identificação das operações SAAL na área central do anel de expansão urbana dos séculos XVIII e XIX: Op03 Leal, Op06 Lapa, Op07 S. Vítor, Op08 Bela Vista, Op10 Parceria-Antunes, Op12 Póvoa, Op13 Vilar, Op18 Bouça, Op20 Heroísmo, Op24 Campo 24 de Agosto, Op25 Fontaínhas, Op26 Lomba, Op32 Cedofeita-Carvalhosa.
© Arquivo Municipal do Porto (imagem-base)

OP03
OPERAÇÃO SAAL DO LEAL



↖ Casas de "ilha" no Leal, Novembro 1974.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Os moradores do Bairro do Leal – um bairro localizado no interior de um quarteirão definido pelas ruas de Fonseca Cardoso e do Bonjardim – há muito que contestavam a falta de condições habitacionais em que viviam. Num bairro com uma densidade de ocupação muito alta, e onde grande parte das células habitacionais não ultrapassava os 16 m², a ausência de instalações sanitárias nas casas e a existência de apenas 3 retretes para todo o bairro levavam à utilização de balde e ao seu despejo numa fossa tapada que existia num dos arruamentos do bairro e que frequentemente entupia. Esta situação de insalubridade levou-os a fazer uma exposição do caso ao presidente da Câmara em 1972, onde reivindicavam a demolição do bairro e a transferência dos moradores para casas em bairros camarários, solução que continuavam a reclamar após o 25 de Abril.

Entre Junho e Agosto de 1974, um grupo de estudantes da ESBAP fez um inquérito para avaliar as condições habitacionais do bairro e, após a publicação do despacho de criação do SAAL, marcou uma reunião geral para discutir a sua possível inclusão no Processo. Essa reunião realizou-se no dia 24 de Agosto, e na mesa estiveram presentes um representante do grupo de moradores (o senhor Hilário), um representante dos estudantes (António Corte Real) e Alexandre Alves Costa em nome pessoal (que pertencia à coordenação do SAAL/Norte). Alves Costa fez uma explicação sobre o SAAL, onde referiu as diferenças entre este programa e as hipóteses até então consideradas pelas políticas de habitação. Daqui resultou a eleição de uma comissão provisória de moradores que, juntamente com os estudantes, formulou um pedido de intervenção ao SAAL, propondo desta vez a recuperação e renovação daquela área.

No início de Outubro formou-se a brigada técnica, que começou oficialmente a trabalhar no dia 15 desse mês. Essa Brigada era composta por Sergio Fernandez como arquitecto chefe, Vítor Sinde como arquitecto de 2.ª classe e os estudantes de arquitectura António Corte Real e Emídio Fonseca que iniciaram o contacto com os moradores e foram integrados na Brigada. O estudante de arquitectura José Manuel Soares começou a trabalhar na Brigada em Março de 1975 e o engenheiro Carlos Delfim a partir de Setembro de 1975. Elegeu-se também uma



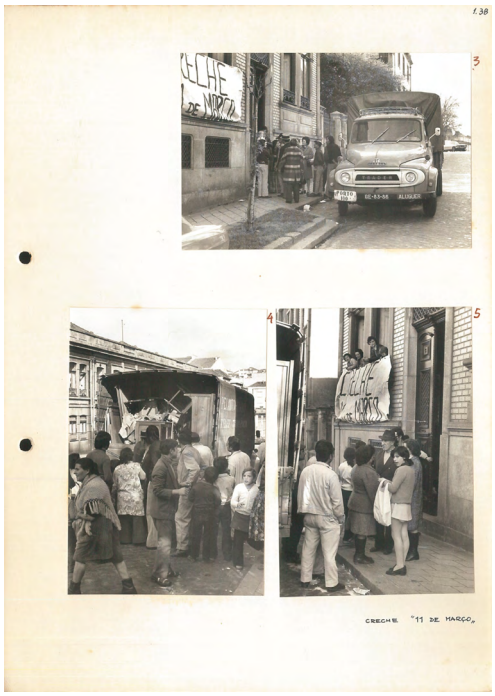
↑ Fotografia aérea da áera do Leal e da Fontinha, 1974.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

comissão instaladora da futura associação de moradores.

Uma das primeiras acções dos moradores passou pela recusa da instalação de um parque de estacionamento num terreno onde nos anos 1970 tinha sido demolida uma ilha na rua das Musas, a ilha do Cipreste. Defendia-se a redução do número de carros no centro e que esse terreno vago, que entretanto tinha estado em ruínas e onde se depositava lixo, servisse à população do bairro para a construção de casas. A deslocação dos moradores à Câmara conseguiu impedir a realização do parque e que se procedesse à realização de algumas obras de melhoramentos, como o desentupimento da fossa, a iluminação do bairro e a pavimentação de algumas ruas.

Os moradores do Leal foram bastante activos e tiveram uma organização exemplar, como refere Sergio Fernandez, o que permitiu enfrentar as várias dificuldades que se interpunham[1]. Em Novembro conseguiram impedir a demolição de 14 casas camarárias na rua das Musas, cujos inquilinos tinham sido transferidos para bairros camarários devido à previsão de realização de um parque de estacionamento. Apesar de desabitadas, essas casas estavam num estado de conservação razoável e poderiam servir para alojar moradores do bairro do Leal. Para tal, elaborou-se um pedido de cedência à Câmara que, contudo, tardou em dar resposta e levou a ponderar-se a hipótese de ocupação, que não foi posta em prática. No entanto, em Fevereiro de 1975 algumas casas na rua das Musas foram ocupadas por pessoas estranhas ao bairro. A comissão instaladora procurou que os ocupantes se retirassem explicando o pedido de cedência elaborado e a situação em que se encontravam, mas, perante a resistência dos ocupantes, acabou por contactar a polícia com a intenção de desalojá-los. Ainda que a comissão não tenha avançado com a ocupação das casas nem com a expulsão dos ocu-

1 Cf. Sergio Fernandez, "Leal", *Lotus International*, 18, Março 1978, p. 85.





← Página de dossier relativo ao processo da operação SAAL do Leal. Ocupação de edifício na rua João das Regras para instalação da creche "11 de Março".
© Arquivo Sergio Fernandez

→ Moradores do Leal em frente à Câmara Municipal do Porto, manifestação.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

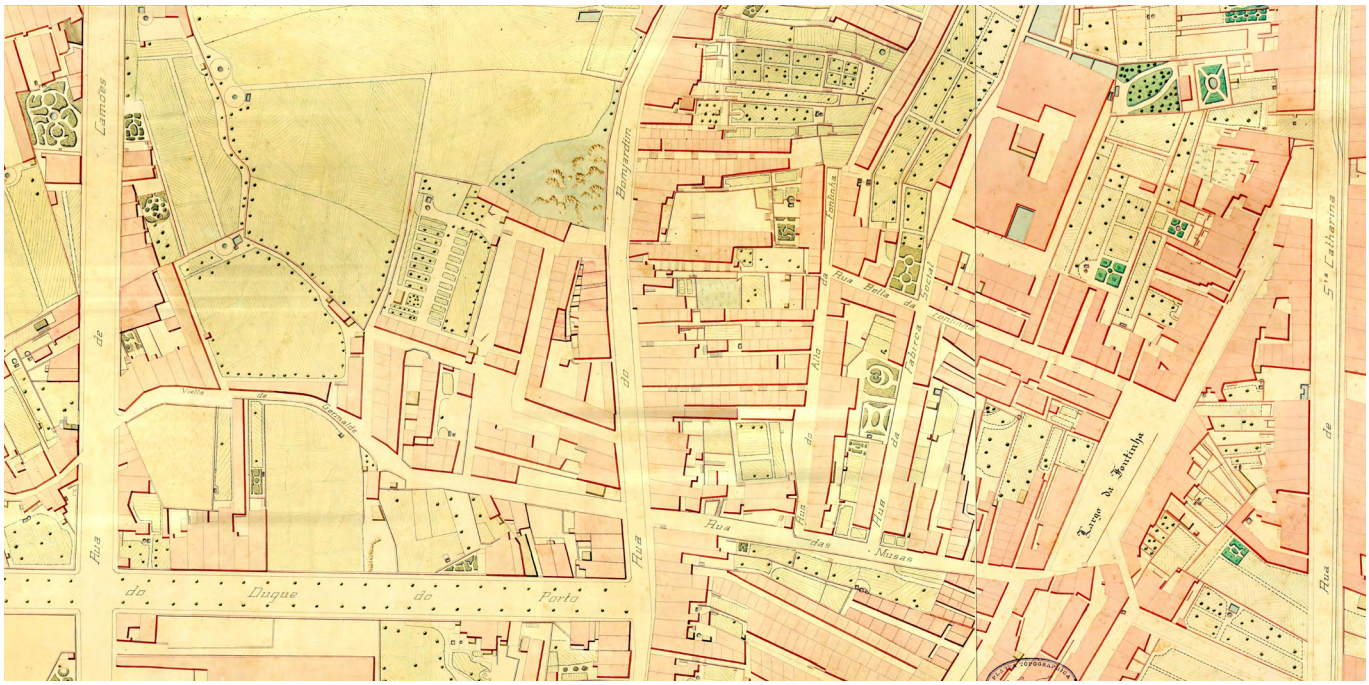
pantes, naquele momento colocou-se contra o movimento popular de ocupação de casas. Sem embargo, quando a Câmara concordou em ceder as casas à Associação de Moradores (oficialmente reconhecida em Abril de 1975), os ocupantes dessas casas foram integrados na operação. Este episódio reflecte a batalha constante entre interesses particulares (ou de um grupo) e a defesa dos interesses gerais do movimento popular, da qual os moradores do bairro do Leal estavam conscientes. Foi, aliás, essa clarividência que os levou a promover a primeira assembleia geral, realizada em Dezembro de 1974, da qual nasceria o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto que centralizaria todas as lutas[2].

Em Março de 1975, os moradores ocuparam uma casa na rua João das Regras[3] que estava abandonada há cerca de duas décadas para ali instalarem uma creche. Reservou-se espaço para um campo de jogos nas traseiras e instalaram-se os balneários de apoio num edifício existente. Este foi o único equipamento colectivo conquistado pela Associação, que servia a freguesia de Santo Ildefonso. A escola da Fontinha, já existente, serviria também como equipamento ao serviço dos moradores.

O bairro do Leal – localizado no interior do quarteirão definido pelas ruas do Bonjardim, de João das Regras, de Fonseca Cardoso e de Olivença – terá começado a ser construído no final do século XIX. Na planta de 1832, que correspondeu ao prolongamento da planta redonda de 1813, pode observar-se que essa área seria ainda de cultivo, situação que permaneceria na planta de 1865. Contudo, nesta última planta já aparece assinalado o lugar da Fontinha, cuja fábrica foi fundada em 1830. A Fábrica da Fontinha, que se destinava ao fabrico de porcelanas e, a partir de 1852, de chapéus (tendo passado a chamar-se Fábrica Social da Fontinha), era a maior instalação fabril nas redondezas, embora ali existissem várias unidades industriais de pequena e média dimensão desde o início do século XIX. A topografia acidentada daquele lugar fez com que lá não se instalasse a burguesia, tendo-se tornado numa área residencial operária. Nos anos 1850, o dono da Fábrica Social da Fontinha empreendeu a construção de um conjunto residencial para alojar os seus trabalhadores (nas ruas do Alto da Fontinha, da Fábrica Social e da Bela da Fontinha), tendo-lhe acrescentado uma

2 "Consapevole del fatto che soltanto se non si disperdono gli sforzi che la populazione meno abbiente di una città opera per modificarla a favore dei propri interessi sarà possibile evitare ogni speculazione immobiliare, la commissione del quartiere Leal promuove nel dicembre '74 la prima assemblea generale da cui nascerà il consiglio rivoluzionario di abitanti di Oporto, organo che centralizzerà tutte le lotte." Sergio Fernandez, "Leal", *op. cit.*, Março 1978, p. 84.

3 Na casa na Rua João das Regras n.º 305 actualmente funciona a Associação Porta-Jazz, após ter sido um jardim de infância gerido durante algumas décadas pela Junta de Freguesia de Santo Ildefonso.



↑ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área do Leal e da Fontinha.
© Arquivo Municipal do Porto

ilha no início dos anos 1880.[4] Presume-se que também por esta data um senhor Leal, proprietário dos terrenos do Bairro do Leal, tenha empreendido a construção das casas do bairro. Este aparece já quase totalmente contruído na planta de 1892.

Apoiado na rua das Musas, e com acesso também pela rua do Bonjardim, o bairro ocupou o interior do quarteirão ainda antes que o seu perímetro estivesse construído. Os arruamentos criados segundo a direcção norte-sul (calçada do Leal, travessa do Leal e travessa das Musas) estruturavam a disposição das casas organizadas em fileiras e encostadas umas às outras, tendo apenas uma frente. Existia também uma ilha, com acesso pela travessa do Leal. A continuação da edificação do bairro nas primeiras décadas do século XX encerrou o contacto directo que permanecia entre a rua do Bonjardim e a travessa do Leal, densificando mais a já densa ocupação daquela área. Mas foi a abertura da rua Fonseca Cardoso no início do século XX que tornou ainda mais impactante o contraste entre as casas do bairro e os edifícios à face das ruas de maior dimensão.

Em 1974, a população do bairro do Leal era de 575 pessoas, correspondente a 168 fogos e a uma área de 5.000m². As casas existentes poderiam ser recuperadas – casas em pedra que estavam em péssimas condições de conservação e com problemas de humidade –, desde que agrupadas de modo a aumentar a área de cada uma das habitações e dilatando os espaços livres. Porém, para isso seria necessário incluir outros terrenos na unidade operacional de modo a manter os moradores no bairro com condições de habitabilidade dignas. Para além das casas do bairro do Leal e das já referidas casas camarárias situadas na rua das Musas, foram englobados na UO outros dois terrenos, um localizado entre a rua das Musas e a rua Bela da Fontinha e outro entre a rua do Bonjardim e a rua do Alto da Fontinha. Neste último haviam sido demolidas ilhas no seu interior, e um dos talhões já pertencia à Câmara. À face da rua do Bonjardim restava apenas um talhão vazio que resultava de demolições para a construção de um prédio e que se queria incluir na área a expropriar. A inclusão desse edifício com frente para a rua possibilitaria melhores acessos ao interior do quarteirão e uma maior visibilidade, ainda que se preservassem as outras entradas que existiam na rua do Bonjardim. No outro terreno, o interior de quarteirão também estava desocupado

4 Cf. Teixeira, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: As ilhas do Porto*, Lisboa: F.C.G., 1996, pp. 275-279.



↑ Colagem com a proposta de intervenção para os núcleos do Leal e da Fontinha sobre a planta de expropriações realizada em Abril de 1975.
© Arquivo Distrital do Porto/Arquivo Sergio Fernandez

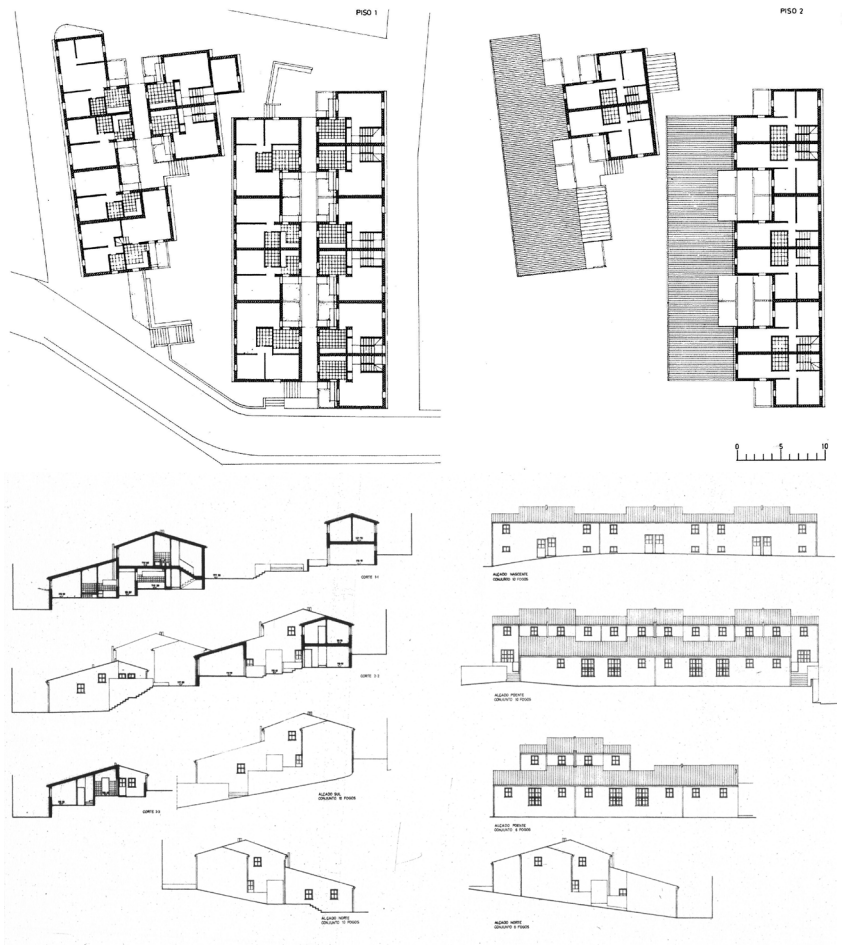
pela demolição de ilhas que existiam anteriormente, havendo alguns talhões libertos à face da rua das Musas e da rua Bela da Fontinha. Este terreno pertencia na sua maioria à Câmara, uma faixa pertencia à Santa Casa da Misericórdia e três parcelas pertenciam a particulares. Ambos os terrenos tinham boas condições de insolação, pois estão numa encosta voltada a sul.

A Brigada fez um levantamento e estudo das características das casas existentes, bem como da organização do bairro e da sua relação com as formas de socialização que se verificavam. Daqui concluiu que pretendia "manter uma estrutura urbanística semelhante à que existe no Bairro do Leal e que existiu, também, na ilha do Cipreste"[5]. À semelhança do que acontecia, privilegiar-se-ia a utilização das ruas como local de convívio, apesar de se colocarem guias e rampas de modo a viabilizar o acesso automóvel em situações de emergência, e manter-se-ia a morfologia do lugar.

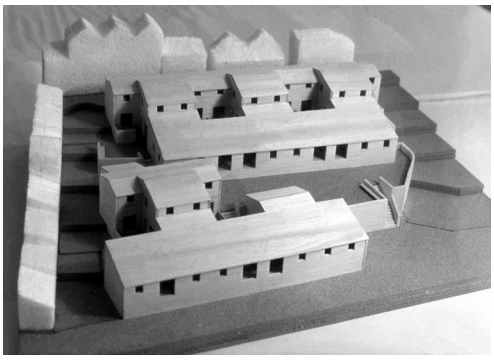
Após uma análise dos espaços livres na área, tinha-se pensado reservar a área resultante da demolição da ilha do Cipreste para instalar a sede da Associação de Moradores e uma cooperativa. No entanto, foi decidido que esse espaço também seria ocupado com habitações, já que se tratava de um terreno expropriado e do qual existia um levantamento topográfico, sendo possível iniciar a construção imediatamente. Apontar-se-ia o terreno na rua do Bonjardim – mais central e menos adequado para a construção de habitações – para albergar os equipamentos comuns. O interior do quarteirão na Fontinha seria usado para a construção de novos fogos.

Para a proposta, a Brigada baseou-se nos meios disponíveis e possíveis de implementar, tais como sistemas construtivos tradicionais e recurso a uma mão-de-obra não especializada. Esse é o motivo indicado pela Brigada sobre a opção de construir edifícios com um máximo de dois ou três pisos, dado que para os moradores a facilidade de construção e possibilidade de dispensar grandes empreiteiros eram os argumentos que mais pesavam. No entanto, a ideia de valorizar um tipo de vivência e a história do lugar só

5 Sergio Fernandez, "Bairro do Leal – 1ª fase – Zona do Cipreste. Memória descritiva e justificativa do ante-projecto", 21 de Julho de 1975, s.p., documento consultado no arquivo pessoal de Sergio Fernandez.



↑ Plantas, cortes e alçados do conjunto de 16 casas para a área do Cipreste.
© Arquivo Sergio Fernandez



↗ Fotografia da maqueta do conjunto da área do Cipreste.
© Arquivo Sergio Fernandez

se articula com edifícios de baixa altura, o que terá mobilizado também a adopção desta solução, reflectindo uma postura crítica sobre as hipóteses para a renovação e preservação da cidade de modo a atender às diversas escalas de associação (casa, rua, bairro e cidade).

Na área da ilha do Cipreste, por onde começou a intervenção, as 16 casas construídas – e que seriam as únicas realizações da operação do Leal – adoptam aproximadamente a implantação das casas que ali existiam[6] e que haviam sido demolidas uns anos antes pela Câmara. Para isso, criaram-se dois núcleos de casas unidos por uma praça elevada da rua, o que identifica ou individualiza o complexo enquanto conjunto. Cada um dos núcleos tem uma rua parcialmente coberta para onde estão voltadas as cozinhas e os pátios individuais das casas, procurando "restabelecer a vivência em comum hoje verificada no bairro"[7]. A praça pretendia constituir um espaço de reunião abrigado dos ventos e bem insolado.

Esta forma de organização permite manter a leitura contínua da travessa e da calçada do Leal, ladeadas de construções, estabelecendo um contacto directo com as restantes construções da área. Os espaços de socialização mais intensa entre casas estão, contudo, voltados para o interior desse conjunto, tanto através das ruas parcialmente cobertas como do espaço de praça. A junção dos pátios de 4 casas estimula o contacto directo entre moradores, reforçando as relações de vizinhança.

Na travessa do Leal, a entrada principal das casas está voltada para fora, bem como a escada de dois lanços de ligação entre pisos, o que, tal como na operação das Antas, permite que as casas dessa banda estejam assentes na mesma plataforma e que o ajustamento da diferença entre as cotas das casas e da rua inclinada seja feita no espaço interior, através da adaptação dos lanços de escadas. A composição desse alçado apenas se liberta dos alinhamentos horizontais comuns a todo o conjunto nos vãos das portas que estão situadas na parte mais inclinada da rua. Se neste caso esta solução evita movimentos de terras e reduz a área de fachada, procurando reduzir custos, no caso dos fogos voltados para a praça elevada ou para a calçada do Leal isso não acontece, porque os desníveis existentes são acentuados através da plataforma em que estão assentes, optan-

6 Tal como se pode observar ao consultar plantas mais antigas e as fotografias aéreas de 1939 e 1940.

7 Sergio Fernandez, "Bairro do Leal – 1ª fase – Zona do Cipreste. (...)", *op. cit.*, s.p..







↑ Fotografias do interior das casas construídas na área do Cipreste, [1978].
© Arquivo Sergio Fernandez

do por garantir uma maior privacidade para os espaços interiores das casas. A composição desses alçados segue um ritmo regular e mantém os alinhamentos.

A organização das casas procurou reflectir os anseios dos moradores, ao criar um espaço de cozinha independente da sala, com área para refeições e trabalhos domésticos, e um espaço para secagem de roupa. Nos fogos maiores, organizados em duplex, reservou-se o piso inferior para os espaços comuns e o piso superior para os quartos e instalações sanitárias[8]. Os fogos mais pequenos, T1 ou T2, são organizados num só piso. A associação e encaixe dos vários volumes possibilitou que a diferença altimétrica do conjunto acompanhasse o perfil do terreno, adaptando-se melhor àquele contexto. Com excepção dos fogos voltados para a travessa do Leal, que têm uma entrada pela travessa e outra pela cozinha através do pátio, as casas têm apenas uma entrada acessível a partir da rua parcialmente coberta e respectivos pátios. Mantém-se a possibilidade de entrar a partir da cozinha também nestas casas, ainda que se assuma como entrada principal a porta que dá para a sala, ou, no caso dos fogos T1, a porta que dá acesso a um pequeno átrio que antecede a sala. Independentemente do tipo de fogos, a sala abre-se sempre para poente; o outro vão de menores dimensões localizado no lado oposto da sala (janela ou a entrada) permite que haja ventilação cruzada. A cozinha também tem duas aberturas, a porta para o pátio e uma janela para a parte coberta da rua de cada núcleo, mas, observando a utilização das casas na actualidade, esta última está quase sempre fechada. Ainda que a proximidade entre as janelas das cozinhas procurasse estimular o relacionamento e proximidade entre vizinhança, esta intenção algo romântica acabou por não resultar devido às diferenças entre as cotas dos fogos que estavam frente a frente (já que as cotas dos fogos vão diminuindo no sentido nascente-poente) e à proximidade talvez excessiva ao espaço de passagem.

A proporção dos vãos aproxima-se de um rectângulo de ouro disposto ao alto, com excepção das portas de entrada que são mais alongadas e das janelas pequenas da sala que correspondem a meio módulo das janelas dos quartos. Nos quartos, as janelas são de guilhotina. Esta solução foi discutida numa visita à obra, com a presença dos moradores, da Brigada e do empreiteiro. Os moradores questionaram esta solução prevista no projecto, tendo a Brigada procedido à preparação de moldes de janelas de guilhotina, de abrir com uma folha e de abrir com duas folhas, avaliando-se as vantagens e os inconvenientes de cada uma. A votação da maioria recaiu na solução da janela de guilhotina.[9] As portas de entrada são de abrir com uma folha, e as portas-janelas da sala são de abrir com duas folhas. Para os vários vãos foi prevista uma reentrância no exterior para a colocação de caixas de estores.

As variações entre as várias casas, adequando-se às diferentes necessidades de tamanho

8 A única excepção é o único fogo T4 que tem também um quarto no piso inferior.

9 Brigada técnica, "Relatório da Brigada técnica do Bairro do Leal: 15 de Setembro a 15 de Outubro de 1976", documento consultado no arquivo pessoal de Sergio Fernandez.







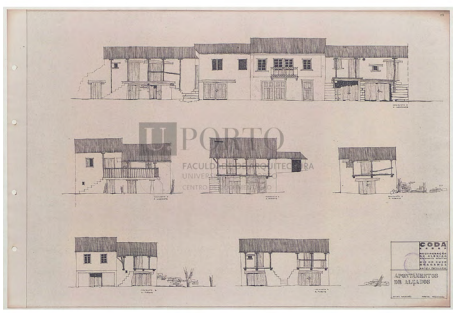
↑ Fotografias das casas na área do Cipreste (calçada do Leal e rua das Musas), Novembro 2020.
© Francisco Ascensão

e aos arruamentos que faceiam, expressam um tipo de organização muito distante da racionalidade compositiva da operação das Antas, por exemplo, cuja concepção se caracteriza pela repetição do mesmo módulo de forma linear e sequencial. Pelo contrário, nas casas construídas no Leal o projecto foca-se na ideia de conjunto, à semelhança da ideia de *cluster* defendida pelos ingleses ou dos agrupamentos reconhecíveis em meio rural. A isso não serão indiferentes a experiência de Sergio Fernandez em Rio de Onor nem a sua proximidade à arquitectura inglesa.

A "experiência" em Rio de Onor, tal como Sergio Fernandez lhe chama, correspondeu ao seu trabalho de fim de curso[10], onde procurou indagar quais as consequências da presença de um arquitecto numa comunidade rural completamente isolada. Este trabalho partia do interesse já manifestado por uma geração precedente que, na vontade de redescobrir a arquitectura popular, tinha realizado o Inquérito[11], não para exaltar as

10 Cf. Fernandez, Sergio, *Recuperação de aldeias – equipamento colectivo: Rio de Onor*, ESBAP: CODA, 1964.

11 Cf. o capítulo 2.1 desta tese intitulado "Aprendizagem a partir do estudo e levantamento da realidade".


↑ Páginas do CODA de Sergio Fernandez, *Recuperação de aldeias - equipamento colectivo: Rio de Onor*, 1964.
© Repositório da Universidade do Porto

"virtudes da ruralidade", mas para olhar para a relação entre construção e sistema económico-social a partir da arquitectura moderna, reconhecendo as suas qualidades arcaicas, a diversidade existente, a racionalidade da sua construção e a necessidade de resposta às carências verificadas.[12] Tendo por base o trabalho "Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril" de Jorge Dias, elaborado em 1953, Sergio Fernandez aproveitou a natureza do trabalho de fim de curso que possibilitava um envolvimento pessoal para conhecer e permanecer num lugar remoto no nordeste transmontano, na fronteira com Espanha, seduzido pelo regime de vida comunitário e pela sua organização espacial. Deste trabalho resultou um levantamento sistemático de todas as construções da aldeia e da sua forma de ocupação, um inquérito aos habitantes, documentação em fotografia e filme, um registo das actividades agrícolas e comunitárias mais significativas, propostas para a beneficiação de habitações e infra-estruturas, e o projecto para a Casa do Povo, que não chegou a ser construído. O conhecimento das formas de organização daquela comunidade e a relação de proximidade estabelecida com a população – ao estar imerso naquela realidade – permitiu entender "a importância que a proximidade aos utentes tem na nossa profissão" e "saber estabelecer esse diálogo, sem ser subservientes". Pode dizer-se, tal como o próprio refere, que esta acção se revestia de um "certo romantismo por visar, em ambiente político adverso e sem o necessário rigor científico, a obtenção de resultados concretos, apenas através da acção disciplinar"[13]. Mas este conhecimento instruiu acções futuras já com real expressão, em particular "com os trabalhos do SAAL, onde este dialogar foi muito natural, mas com populações urbanas muito diferentes".[14] O estudo quase antropológico de Fernandez permitiu-lhe reconhecer "uma acertada adequação entre meios e fins, entre a parte e o todo"[15] e, sobretudo, "uma dimensão do essencial"[16] a partir da qual o projecto se resolve e que transportaria para trabalhos posteriores.

Pode dizer-se que essa dimensão do essencial já aparecia representada nos vários estudos de pavimentação e instalação de redes de água e iluminação em Rio de Onor, bem como no projecto para a Casa do Povo. Nesse projecto, a essencialidade da proposta está expressa na composição do conjunto a partir da figura do quadrado, na escolha de um programa e de elementos que suprissem as necessidades principais (tais como um consultório médico, instalações sanitárias ou a torre sineira) e na utilização de elementos espaciais reconhecidos nas formas de organização daquela comunidade e que se consideravam essenciais (como a varanda). Tratava-se da compreensão das necessidades locais e da sua forma de vida, ao invés de uma imitação dos sistemas de construção locais, já que se assumia uma diferenciação

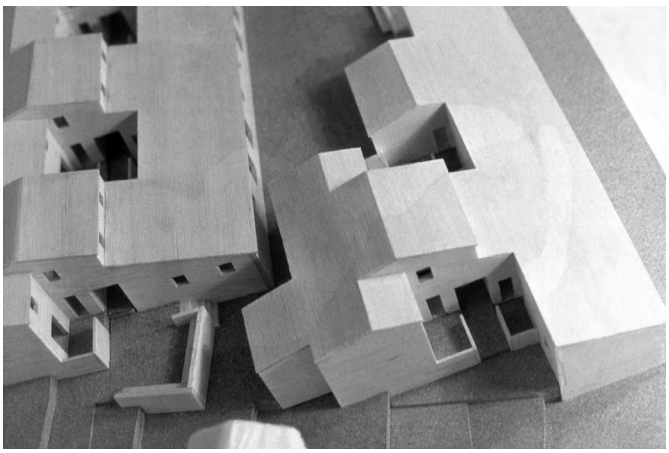
12 Cf. Sergio Fernandez, "Rio de Onor, 1963-1965", *Joelho*, 2, Abril 2011, pp. 38-49.

13 Fernandez, Sergio, *Percurso: arquitectura portuguesa, 1930-1974*, Porto: Faup Publicações, 1988 [1985], p. 143.

14 Sergio Fernandez, "Rio de Onor, 1963-1965", *op. cit.*, Abril 2011, p. 49.

15 João Leal refere a convergência entre o funcionalismo da arquitectura moderna e da antropologia moderna na sua "apreciação da realidade". Cf. João Leal, "Entre o vernáculo e o híbrido: a partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal", *Joelho*, 2, Abril 2011, p. 69.

16 José António Bandeirinha, "A lição da ponte de Rio de Onor", *Joelho*, 2, Abril 2011, p. 132.





↑ Fotografia da maqueta das casas da área do Cipreste.
© Arquivo Sergio Fernandez

↗ Fotografia de um pátio e da rua interior de acesso às casas da área do Cipreste, Novembro 2020.
© Francisco Ascensão

do ponto de vista matérico[17] por se tratar de um equipamento colectivo.

Outros dois aspectos marcam o trabalho sobre Rio de Onor: por um lado, o reconhecimento da importância de determinados elementos, como as varandas que funcionavam enquanto extensão da cozinha, espaço de secagem de alimentos e espaço de trabalho, identificando a adequação entre forma e função; por outro lado, a consciência de que as estruturas espaciais correspondem à organização em comunidade, no levantamento das casas não isoladas, mas agrupadas e dispostas ao longo dos arruamentos. São aspectos como estes que se reflectem no projecto realizado para a área do Cipreste no Bairro do Leal e que têm a ver, como refere Nuno Portas, "com a semântica dos espaços mais do que com as formas geométricas para ver de fora os edifícios como objectos singulares"[18]. Tomando em consideração algumas ideias formuladas por Neil Leach, são as associações semânticas que sugerem uma condição política da arquitectura, sendo sempre instáveis e dependentes da memória histórica ligada à imaginação colectiva[19]. A forma como as casas são agrupadas, quatro a quatro com os pátios comunicantes, e como se criam vários espaços de transição e um grande espaço para uso colectivo, o pátio central, procura estimular actividades diversas e uma dinâmica constante entre vizinhos. As ruas parcialmente cobertas de acesso às casas vivem no limiar entre interior e exterior, numa transposição clara das ruas das ilhas, subtraindo-lhes os aspectos negativos. Carlos Machado estabelece essa associação de forma muito clara:

"No Bairro do Leal, de Sergio Fernandez, a largura dos percursos «interiores» que atravessam as duas fiadas duplas de casas (1,8 metros) está muito próxima da dos corredores/pátio que servem as «ilhas» (entre 1,5 a 2 metros), transpondo directamente a escala e a vivência particular destes espaços para a nova cidade."[20]

Mas se se pode reconhecer a recuperação de formas de sociabilidade através dessa organização espacial, no caso do pátio central, um espaço novo e desafogado de reunião, o resultado não é tão evidente por se tratar de

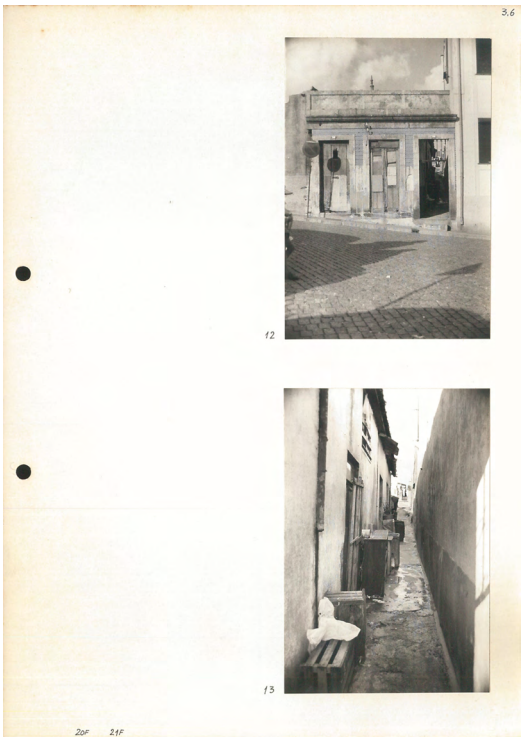
17 A diferenciação do ponto de vista matérico não significa que não se mantivesse uma certa artesania e que a mão-de-obra e os métodos de construção locais não fossem equivalentes aos aplicados, mas que se utilizavam outros sistemas construtivos, introduzindo o betão-armado e outros materiais. Sobre este carácter artesanal reconhecível tanto em Rio de Onor como na casa em Caminha, cf. André Tavares, "O salto" *in* Tavares, André; Bandeira, Pedro (ed.), *Só nós e Santa Tecla: a casa de Caminha de Sergio Fernandez*, Porto: Dafne, 2008, pp. 34-47.

18 Portas continua: "A participação tinha a ver com a revelação e interpretação dos modos de vida para chegar ao realismo dos programas, nem abstractos nem visionários. A espacialidade estava no diálogo interior-exterior, através dos espaços de transição (pátios, vielas, desníveis) e do dimensionamento das casas e dos espaçamentos. O Leal poderia ser um laboratório de reflexividade sobre as hipóteses que o SAAL assumiu?". Nuno Portas, "Das casas às pessoas e vice-versa" *in* Costa, Alexandre Alves [et al.], *op. cit.*, 2008, p. 53.

19 Cf. Neil Leach, "Architecture or revolution?" *in* Leach, Neil (ed.), *Architecture and revolution: contemporary perspectives on Central and Eastern Europe*, Londres/Nova Iorque: Routledge, 1999, p. 118.

20 Machado, Carlos, *Anonimato e banalidade: Arquitectura popular e arquitectura erudita na segunda metade do século XX em Portugal*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2006, p. 354.







↖ Fotografia da rua interior de acesso às casas da área do Cipreste, Novembro 2020.
© Francisco Ascensão

← Página de dossier relativo ao processo da operação SAAL do Leal. Fotografia de uma ilha.
© Arquivo Sergio Fernandez

↙ Fotografia da travessa do Leal, [Novembro 1974].
© Arquivo Sergio Fernandez

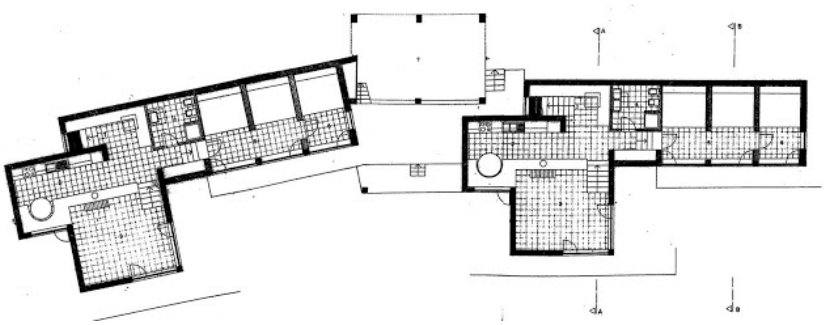
um espaço menos vivido. O desnível face à rua demarca e identifica aquele espaço, mas o facto de as casas não estarem voltadas para ele e de não existir ali nenhum equipamento de apoio ou nenhuma função associada dificulta a sua apropriação.

Também existe uma redução ao essencial no conjunto de duas casas que projectou em Caminha (uma delas para si próprio), aproximando-se à construção de um abrigo. Esta intenção decorria da necessária economia da construção e da inexistência à data de quaisquer edifícios na encosta, o que levou a que se optasse por quase fundir o conjunto na paisagem. Mas as casas de Caminha manifestam ainda uma outra intencionalidade: a experimentação de "modelos de uso que questionam as convenções pré-estabelecidas da habitação burguesa"[21]. As alcovas em vez de quartos, o corredor semelhante a uma varanda minhota, a cozinha como espaço de estar e de trabalho, ou a centralidade do espaço de preparação de refeições na casa com vista privilegiada sobre a paisagem marcam indubitavelmente uma concepção de casa e dos seus espaços que se liberta do fardo das normas dominantes. Como refere Maria Manuel Oliveira a propósito desta casa, "as casas de férias constituíram-se como laboratório de pesquisa sobre os aspectos programáticos que informavam o desenho do habitar coetâneo, o qual – na sua busca de racionalidade e invenção – liminarmente subentendia a emancipação da mulher e a liberalização dos costumes", apontando para "um quotidiano partilhado" e "uma vida em comum"[22]. Esta "ordem espacial aberta"[23] facilitava a apropriação, algo que, contudo, não consegue experimentar na operação SAAL do Leal, não por se tratar de habitação permanente, mas porque a aspiração burguesa dos moradores rejeitou uma experimentação que pudesse questionar essas convenções.

21 Pedro Bandeira e André Tavares, "Só nós e Santa Tecla" *in* Costa, Alexandre Alves [et al.], *op. cit.*, 2008, p. 8.

22 Maria Manuel Oliveira, "Linha de sombra" *in* Costa, Alexandre Alves [et al.], *op. cit.*, 2008, p. 31.

23 Idem, p. 32.



↑ Planta da Vila Alcina, Sergio Fernandez, 1973.
© Costa, Alexandre Alves [et al.], *Só nós e Santa Tecla: a casa de Caminha de Sergio Fernandez*, Porto: Dafne, 2008, p. 76.





→ Fotografias da Vila Alcina.
© Inês d'Orey

Apesar das propostas da Brigada, os moradores declinaram sistemas colectivos de preparação de refeições ou de lavagem de roupas, como se verificou com a rejeição tímida de um lavadouro colectivo. Esta situação era considerada sintomática da ausência de vontade real de se procurar uma solução alternativa, já que os moradores se viam finalmente com a possibilidade de ter uma casa e aspiravam a um modelo semelhante àquele que conheciam das classes burguesas. Não foi possível discutir a função ideológica da casa individual, nem tentar superar esta situação através da colectivização de tarefas comuns.[24] Procurou contrariar-se esta individualização através da constituição de núcleos de vizinhança a partir das formas de agregação das casas.

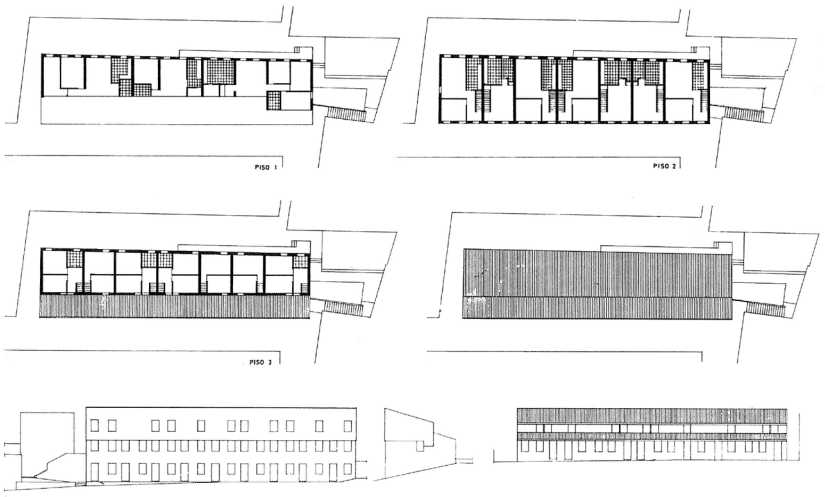
Mas se no caso específico do projecto os processos participativos não permitiram ir mais além e experimentar alternativas aos modos de vida convencionais, o funcionamento da Associação de Moradores do Leal e a sua acção no quadro geral do movimento popular revelaram o seu dinamismo. O alargamento das áreas abrangidas pelo SAAL revelava a amplitude dos problemas que eram comuns a vários bairros e o robustecimento da luta popular, o que se traduzia também no progressivo controlo que as populações detinham sobre o processo.

Para a recuperação das casas na área do Bairro do Leal apenas se avançou com o projecto para o troço localizado na cota mais baixa da travessa das Musas, correspondente ao edifício mais ocidental. Nas restantes casas localizadas ao longo da travessa das Musas fez-se um levantamento com a intenção de desenvolver em seguida o projecto de união das células habitacionais, aumentando a área de cada casa.

No edifício a transformar, propunha-se a manutenção do mesmo perímetro, apesar de se alterar substancialmente a configuração espacial das casas. O edifício pré-existente tinha entre um e dois pisos para a frente da rua (lado oriental) e entre dois e três pisos para as traseiras (lado ocidental). As células habitacionais de apenas uma frente eram acessíveis através da rua, no caso dos pisos inferiores, e através de um corredor central interior, nos pisos superiores, cuja entrada se fazia por um dos topos. Com a reformulação proposta, cada casa passaria a ocupar toda a profundidade do lote, com frente para os dois arruamentos, com excepção das

24 Cf. Brigada técnica, "Bairro do Leal", apresentação no I Encontro SAAL/Norte, Julho de 1975, documento consultado no ADP.





↖ Fotografia da travessa das Musas, Novembro 1974.
© Arquivo Sergio Fernandez

↑ Plantas e alçados da proposta de intervenção no edifício localizado na travessa das Musas.
© *Lotus International*, 18, Março 1978, p. 87.

casas voltadas para as traseiras que, devido à inclinação do terreno, teriam apenas uma frente e seriam organizadas num só piso. As restantes casas teriam acesso pelo lado oriental e seriam organizadas em dois pisos, localizando no piso inferior os espaços comuns da casa e no piso superior os quartos (com excepção de um fogo T3 no topo norte do edifício, em que as áreas comuns se localizam no piso superior). No total, este conjunto perfazia 10 casas: 1 T1, 4 T2 e 5 T3. No extremo norte far-se-ia a ligação entre os desníveis da travessa através de escadas exteriores. Multiplicam-se, assim, os percursos pelo bairro através do aumento de espaços livres, reduzindo o seu isolamento e evitando uma sobreocupação do bairro.

A transformação deste edifício mantinha o seu invólucro, apesar de uniformizar o último piso recuado através de um alinhamento contínuo. O ritmo e forma das aberturas mantêm-se genericamente, embora no piso térreo do lado ocidental algumas portas deixem de corresponder à entrada principal e passem a ser apenas um vão a toda a altura. Nesta atitude reconhece-se a vontade de aproveitar ao máximo as estruturas existentes, tanto por uma questão de custos, como de fidelidade à "imagem"[25] do bairro, algo que Fernandez defendia. No caso do último piso do edifício, as aberturas autonomizam-se dessa métrica e decorrem da organização do espaço interior. Como o último piso do lado oriental é recuado e revestido num material diferente, possivelmente em chapa, a alternância e o desalinhamento na distribuição dos vãos tornam-se menos notórios. Já os recortes no volume, que se devem ao piso recuado, criam uma correspondência com as casas do Cipreste, estabelecendo-se elementos de coesão entre as várias partes. Ainda assim, aqui opta-se por uma cobertura de apenas uma água.

A área da Fontinha tinha sofrido demolições das ilhas existentes no interior do quarteirão, havendo alguns terrenos devolutos que já eram propriedade da Câmara e outros que seria necessário expropriar. Foi projectado um conjunto que englobava a totalidade desses terrenos, aproveitando os lotes voltados para as ruas para implantar os edifícios de fecho e para criar acessos ao interior do quarteirão. Tal como na área do Cipreste, a disposição dos edifícios corresponde aproximadamente à ocupação prévia dos lotes[26]. Apesar de se reduzir a densidade de ocupação, os volumes seguem as direcções das ilhas pré-existentes, ideia reforçada pela permanência dos muros de suporte do terreno bastante acidentado.

O conjunto é formado por 5 bandas de casas unifamiliares em duplex, que perfaz um total de 32 fogos (23 T3 e 9 T2). Dessas 5 bandas, 4 organizam-se em torno a um espaço

25 "Uma das lutas das pessoas nessa altura era o direito à cidade, o direito ao lugar, e nós acrescentávamos o direito à imagem, à casa, àquilo a que estavam [habituados]." Sergio Fernandez, Entrevista realizada a 3 de Outubro de 2014

26 Tal como se pode verificar através da consulta de plantas anteriores e das fotografias aéreas realizadas em 1939 e 1940.



↑ Plantas e alçados da proposta de intervenção para a área da Fontinha.
© *Lotus International*, 18, Março 1978, p. 87.



↗ Fotografia aérea da área da Fontinha, anos 1970.
© Arquivo Sergio Fernandez

central que resulta do espaço sobrante entre as bandas, já que estas são paralelas aos seus limites exteriores (ou seja, às traseiras das casas que definem o quarteirão). Estas bandas estão ligeiramente desalinhadas de modo a criar uma diagonal para o percurso que faz a ligação à quinta banda localizada na esquina da rua Bela da Fontinha com o largo da Fontinha[27]. Na rua Bela da Fontinha, mais acima, mantém-se um vazio entre casas que é usado como acesso ao conjunto. Multiplicam-se os percursos em torno e por entre as bandas de casas, e os desníveis do terreno são estabilizados por meio de plataformas unidas através de escadas. O facto de o terreno ser bastante acidentado e de haver vários desníveis originou uma partição dos espaços exteriores, tornando-os mais reduzidos. No caso do pátio central, a divisão em duas cotas retira-lhe o carácter de espaço comum e faz com que esses espaços estejam mais ligados aos fogos localizados na sua proximidade. Desta forma, frente e traseiras são espaços equivalentes.

O módulo-base deste conjunto corresponde a um fogo T3 em duplex, com a distribuição das áreas comuns no piso inferior e dos quartos e instalações sanitárias no piso superior. Cada fogo tem dois espaços exteriores de uso privado, um de cada lado, localizados junto à cozinha e à sala. A entrada dá para um estreito corredor, com as escadas para o piso superior ao seu lado direito e o acesso aos restantes espaços no piso térreo ao fundo. Um pequeno desnível marca a entrada na sala aberta para o pátio e divide-a em duas partes[28]. À esquerda está a cozinha, de perímetro aproximadamente quadrado e recuada em relação à fachada, tendo um espaço exterior coberto. No piso superior, ao cimo das escadas, um átrio dá acesso a um quarto à esquerda voltado para o lado da cozinha, aos dois quartos à direita localizados por cima da sala e ao quarto-de-banho em frente.

Os módulos são dispostos simetricamente dois a dois e em banda. As excepções correspondem ao topo de algumas bandas (pela criação de acessos, adaptação ao lote, entre outros) e/ou à inserção de fogos T2, mais estreitos que os fogos T3. No caso da quinta banda que forma a esquina da rua Bela da Fontinha com o largo da Fontinha, os fogos têm uma distribuição espacial diferente, condicionada pela menor profundidade do lote. Os espaços de distribuição são encur-

27 Actualmente, este lote permanece vazio.

28 A utilização de desníveis para diferenciar os espaços da casa tem talvez a sua experimentação máxima no Bloco residencial E da Pasteleira que Sergio Fernandez desenhou com Pedro Ramalho entre 1963 e 1967. Nesses fogos, há uma organização dos espaços de estar e comer em níveis distintos. Cf. Rui Ramos, "Pasteleira" *in* Costa, Alexandre Alves [et al.], *Porto 1901-2001, Guia da arquitectura moderna*, Porto: Ordem dos Arquitectos SRN/Civilização, 2001.

tados e, com excepção dos fogos voltados para o largo da Fontinha, a escada de ligação entre pisos é colocada na fachada para a rua Bela da Fontinha, não existindo no piso térreo qualquer abertura para essa rua para além da porta de entrada. Quanto às casas que faceiam a rua das Musas, a entrada é feita pelo interior do quarteirão – já que as casas estão assentes numa plataforma – e as salas voltam-se para a rua. Neste caso, a organização segue um sentido inverso ao da quinta banda, o que eventualmente está justificado pela orientação solar e pelo distanciamento em relação à rua, que é beneficiado ainda pela diferença entre a cota de assentamento das casas e a rua.

Nas bandas com orientação norte-sul, os espaços da sala estão voltados a sul. No caso das bandas com orientação este-oeste, é curioso notar que, apesar de, por norma, as salas estarem orientadas a este, no espaço mais estreito do pátio central inverte-se a disposição das casas de uma das bandas, voltando as salas desses fogos a oeste. Deduz-se que se opta por relacionar a sala com os espaços livres mais desafogados e recatados, alheando-se dos percursos mais movimentados do conjunto, de modo a promover a individualidade das casas e a conferir maior privacidade. O sentido de colectividade do conjunto do Cipreste, fomentado através do agrupamento dos pátios das casas quatro a quatro, aqui está mais esbatido, indo porventura ao encontro das aspirações dos habitantes. A promoção de um sentido de comunidade simultânea à preservação de privacidade e individualidade são dois pólos em constante tensão, que são a base para uma vida social partilhada[29].

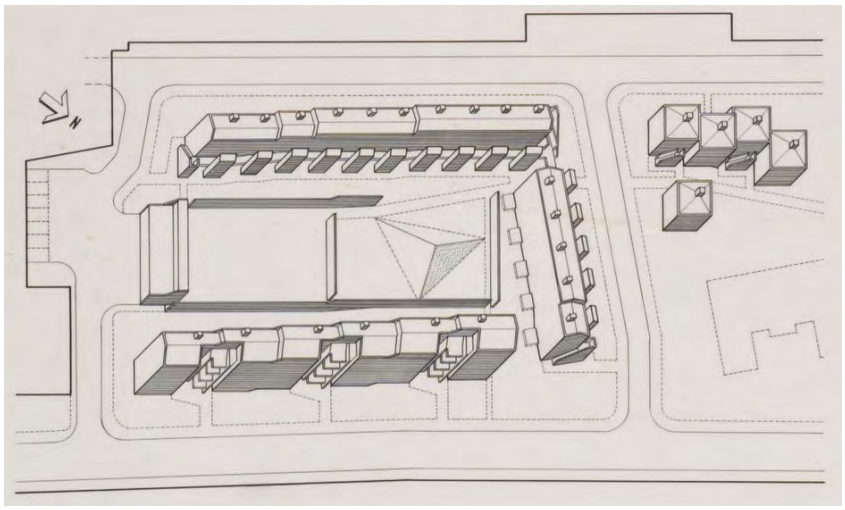
No conjunto da Fontinha é ainda mais notória a relação com a arquitectura inglesa, que Sergio Fernandez conheceu nas suas estadias em Londres no final dos anos 1950. À ideia de *cluster* –conceito que Alison e Peter Smithson utilizaram num sentido lato para núcleo ou agrupamento[30], e que se aproxima do interesse de Sergio Fernandez pelas formas de agrupamento que estudou em Rio de Onor – soma-se ainda a adesão a soluções de grande densidade a baixa altura desenvolvidas por Leslie Martin. Valoriza-se a vitalidade da rua, que se procura transportar para o novo conjunto através da manutenção das mesmas relações de escala, afastando-se, nesse sentido, do casal Smithson e das suas propostas de criação de ruas-no-ar em edifícios de grande altura. Mas o interesse pelo espírito da rua é transversal aos vários exemplos mencionados e encontrou expressão através das fotografias de Nigel Henderson, que foram usadas pelo Independent Group e pelo Team X. Tratava-se da redescoberta do dinamismo da rua enquanto espaço de canal e de jogo, onde decorrem as interacções entre vizinhança, e que se tomou como elemento-base para a composição dos diversos conjuntos na operação SAAL do Leal.



↑ Fotografia das casas na rua das Musas, das casas nas ruas do Alto da Fontinha e da Fábrica Social e da escola da Fontinha.
© Arquivo Sergio Fernandez

29 Schmid, Susanne, "Transitions between Public and Private" *in* Schmid, D., Eberle, D., Hugentobler, M. (ed.), *A history of collective living: forms of shared housing*, Basel: Birkhauser, 2019, pp. 15-18.

30 O *cluster* é um padrão de associação, de reunião ou uma forma de agregação que foi utilizado por Alison e Peter Smithson para substituir entidades de grupo (como aldeias ou cidades) ou subdivisões comunitárias (como casa, rua, bairro e cidade) – que consideravam demasiado carregadas de conotações históricas – num processo de transição ou de renovação da estrutura comunitária. O *cluster* comportava uma ideia de abertura e crescimento, procurando responder à vitalidade da comunidade a partir de uma estrutura que não estava pré-determinada. Cf. Alison & Peter Smithson, "Cluster City: A new shape for the community", *Architectural Review*, Novembro 1957, pp. 333-336; Smithson, Alison & Peter, *Urban Structuring: Studies of Alison & Peter Smithson*, London: Studio Vista, 1967, pp. 33-38.







↑ Planta do projecto para o conjunto habitacional em Avenham, Presto, James Stirling e James Gowan, 1957-61. © Arquivo Canadian Centre for Architecture

↗ Fotografias do conjunto habitacional em Preston. © Arquivo Canadian Centre for Architecture

Tanto na área do Cipreste como da Fontinha, os conjuntos são pensados a partir de um espaço central do qual deriva a organização de todas as dependências. A disposição dos vários volumes integra traços das construções anteriores, aproximando-se das formas de implantação precedentes, apesar de estas não privilegiarem do mesmo modo um espaço central comum. Assim sendo, esta solução tanto deriva como perturba a morfologia daquele lugar. Por um lado, a ocupação respeita a especificidade histórica daquele lugar, as relações de escala, as linhas de referência – o que é incrementado pela própria linguagem e materiais utilizados – e respeita uma especificidade antropológica ao recuperar formas que estão associadas a aspectos sociais que permanecem inalterados. Por outro lado, a ocupação perturba a ordem existente, porque promove um novo tipo de quarteirão e, com isso, uma nova vivência associada.

Esta característica está patente de modo idêntico no projecto de Stirling e Gowan para o conjunto habitacional em Avenham, Preston, desenvolvido entre 1957 e 1961. Nesse conjunto projectado para um local onde, no seguimento de um programa de saneamento, se tinham demolido casas victorianas em banda dispostas ao longo de ruas paralelas, Stirling e Gowan procuraram renovar a tipologia e a morfologia locais. Sem apagar os traços das ruas e construções antigas, que as condenariam ao esquecimento, os novos volumes são dispostos paralelamente à rua, tal como as bandas de casas dos quarteirões vizinhos e das construções que ocupavam previamente aquele local. Mas não se procura reestabelecer uma organização anterior; os volumes organizam-se em torno a um espaço central comum, ocupando três dos seus lados e enquadrando o espaço de recreio criado, segundo uma nova configuração de quarteirão. Esta alteração expressa uma vontade de continuidade em mudança, tal como os conjuntos do Leal. Ao mesmo tempo que se recuperam traços locais, escala e *imagem*, atribui-se primazia à configuração dos espaços comuns, o que constitui um novo paradigma nos dois contextos.

Há, segundo Mark Crinson, uma "utilização positiva da nostalgia"[31], uma nostalgia que acompanha realidades em mudança através de uma concepção crítica do presente.

31 Mark Crinson, "The uses of nostalgia: Stirling and Gowan's Preston housing", *Journal of the Society of Architectural Historians*, vol. 56, 2, Junho 2006, p. 217.



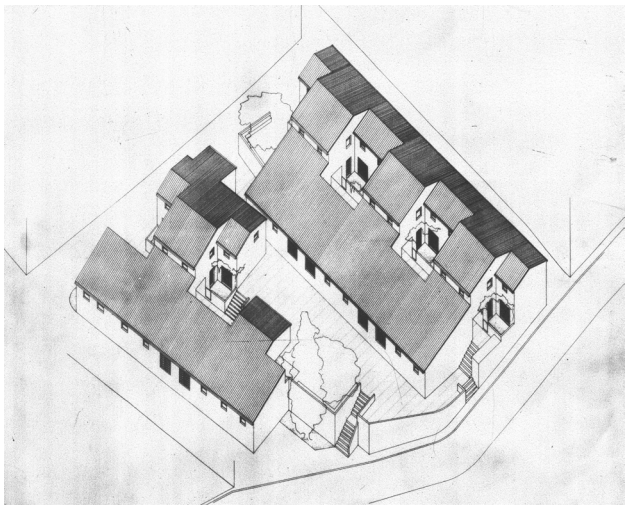
↑ Fotografias dos percursos no conjunto da área do Cipreste, Novembro 2020.
© Francisco Ascensão

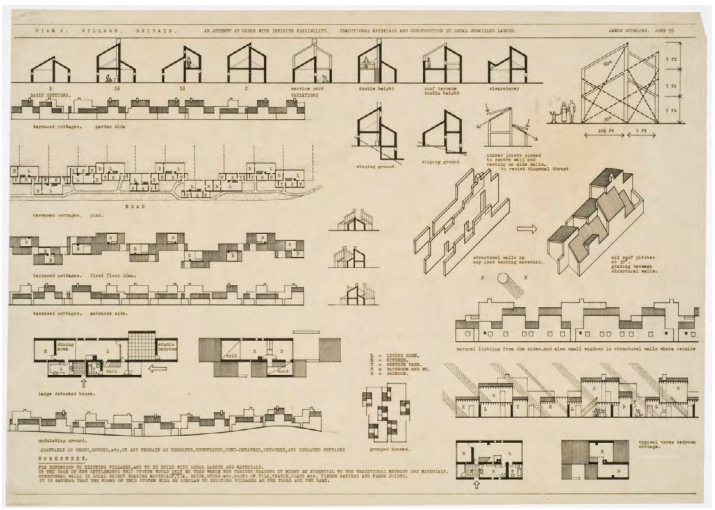
Não se trata, portanto, de uma proposta de regresso a "um passado idealizado e distorcido", mas sim da revalorização de "elementos de um passado desprezado" e do questionamento dos mitos do progresso, oferecendo, para isso, "a perspectiva dos usuários, dos oprimidos"[32]. Parte-se da renovação de uma memória ainda activa e da manutenção das relações de identidade de um lugar específico, já que é essa condição que possibilita o estabelecimento de uma ponte entre indivíduos e comunidade na reconfiguração dos espaços partilhados.

Nesse processo, dá-se uma transformação dos lotes das casas victorianas em espaço comum, fundindo as formas das habitações em banda num quarteirão de construção perimetral aberta. A substituição dos pátios privados das casas por um espaço comum de jogo e pelos restantes espaços de estar e percurso implica "novos códigos de comportamento ou modalidades a aprender"[33]. A abstracção dos elementos que conformam os novos espaços comuns dá-lhes um efeito cenográfico, como é o caso das rampas de acesso à galeria de distribuição dos fogos ou das escadas de tiro que avançam sobre a rua, anunciando os novos actos performativos no espaço de vizinhança.

Se o conjunto do Cipreste se parece com um núcleo rural – em que as várias casas que foram agregadas e fundidas em dois edifícios se organizam em torno a dois espaços, uma rua semi-interior semelhante aos corredores das ilhas e um pátio comum voltado para a rua –, no conjunto da Fontinha é evidente uma individualização das casas dispostas em banda (e já não enquanto edifício único), o que se aproxima mais da proposta de Stirling e Gowan para Preston. A fusão entre casas individuais e espaços comuns anula a diferença entre frente e traseiras, e encontra correspondência nas casas escalonadas do bairro social da Fontinha e nas casas victorianas em Preston. No entanto, no Leal, os dispositivos de acesso às plataformas não são tão teatrais como os elementos usados por Stirling e Gowan, ainda que se pretenda anunciar a abertura do interior do quarteirão, a sua visibilidade e a permeabilidade entre os vários espaços. À sociedade em transição não correspondem novos elementos espaciais, como a rua-no-ar usada em Preston. A colectivização dos lotes na Fontinha faz do espaço livre um todo comum que não é, contudo, indiviso, pois existe uma subdivisão em duas cotas que marca uma

32 Idem, p. 233.
33 Idem, p. 226.









↑ Axonometria do conjunto de 16 casas para a área do Cipreste.
© Arquivo Sergio Fernandez

↗ CIAM X Village housing project, James Stirling, 1955.
© Canadian Centre for Architecture

← Alçado do projecto para o conjunto habitacional em Ham Common, Londres, James Stirling, [1955]-1959.
© Canadian Centre for Architecture

→ Fotografia de edifício na Pasteleira, Porto, Sergio Fernandez e Pedro Ramalho, 1963-67.
© Repositório aberto da Universidade do Porto

diferença substancial quando comparado com o conjunto de Preston. O espaço central adopta mais a forma de canal partilhado do que espaço de jogo. Tanto no conjunto do Cipreste como em Preston, a ambiguidade na proximidade à rua não favoreceu a vitalidade do espaço central de recreio, tornando-se sobretudo um espaço de contemplação. Talvez por isso se experimente uma organização alternativa na Fontinha, tornando a distância entre o espaço livre e as casas mais íntima, quase como um prolongamento destas, imergindo-as no dinamismo dos locais de passagem e na sua eventual apropriação.

Encontram-se outras correspondências entre a arquitectura de Sergio Fernandez e de James Stirling. A configuração dos edifícios a partir da forma quadrada e por agregação de unidades, ao invés da planta livre, denota uma estratégia compositiva que assenta particularmente numa experimentação volumétrica. A concepção é sempre tridimensional[34], pensada através do agrupamento escalonado de volumes, o que se torna evidente no aspecto cúbico que os edifícios adoptam. A expressão plástica dos conjuntos é dada pela articulação dos vários componentes, o que é muito visível no conjunto do Cipreste, embora não seja dado o mesmo destaque a elementos ou massas salientes como acontece nos projectos de Stirling (vejam-se as "mini-torres" nos edifícios de três pisos em Preston, que correspondem aos anexos das casas duplex, reproduzindo os anexos das casas victorianas para guardar carvão ou outros; ou o conjunto habitacional apresentado no CIAM X, com as paredes

34 "More importantly, these elements [all the elements of a mature architectural manner used in Stirling and Gowan's work] – formed as it were as «found» – already possessed a three-dimensional composition technique: that of binding together of the whole through a process of volumetric experiment. (…) This formal «welding together» of preconceived elements would become a hallmark of Stirling's developed design strategies for the rest of his career." Vidler, Anthony, *James Frazer Stirling: notes from the archive*, New Haven: Yale University Press, 2010, p. 125.





← Fotografia da rua interior no conjunto das casas da área do Cipreste, [1978].
© Arquivo Sergio Fernandez

→ Fotografia do conjunto habitacional em Preston, James Stirling e James Gowan.
© Arquivo Canadian Centre for Architecture

salientes). Mas esta aproximação à obra de Stirling já fora evidente no bloco E projectado para a Pasteleira com Pedro Ramalho em 1963-67, onde a alternância entre a estrutura de betão e o revestimento em tijolo encontra uma expressão semelhante ao projecto de Stirling e Gowan para os apartamentos em Ham Common (Londres, 1955-59), que apresenta ainda mais parecenças se comparado com um posterior bloco de apartamentos em Camden Town (Londres, 1964-76).

Aquilo que se pode concluir é que existe um equilíbrio entre elementos figurativos e abstractos, no qual ambos os autores procuram recuperar características locais, seja a "imagem"[35] ou o "espírito"[36], ou ainda a "escala de acomodação"[37], como se pode observar a partir do estudo e levantamento que fazem dos lugares onde vão intervir. Tanto as fotografias de Stirling de Preston como os registos de Fernandez do Leal mostram uma paciente actividade de observação e recolha, que se reflecte na concretização do projecto. O projecto surge enraizado a partir de uma postura crítica, produzindo, por isso, novas sínteses. Esse compromisso entre uma transferência dos aspectos sociais positivos da vida dos bairros para os novos conjuntos, a preservação da memória do lugar e a vontade de transformação aparecem na manutenção de elementos da cidade, ainda que sem cristalizar as suas formas. A continuidade entre épocas dá-se em mudança.

O projecto para a área da Fontinha não foi construído, apesar do seu grau muito avançado de desenvolvimento. Inclusivamente, ponderavam-se alterações aos desenhos conhecidos e que foram enviados para a publicação na revista Lotus em 1978[38]. Enquanto nesses desenhos as várias bandas de casas do conjunto têm coberturas de duas águas, o que correspondia aos desenhos datados de Dezembro de 1975 e seguia o exemplo desenvolvido no Cipreste, os desenhos de Agosto de 1976 revelam o reequacionamento da solução em alçado e corte, tendo-se optado pela utilização de coberturas de apenas uma água. Esta alteração estava a ser desenvolvida ao nível de projecto de execução, para substituir os restantes elementos, mas porventura terá sido interrompida devido aos atrasos no processo de expropriação dos terrenos e à instabilidade latente, já que em Outubro se desestruturava o Serviço.

Porém, em 1978 foi apresentada uma proposta camarária assinada por Henrique Coelho que vinha substituir o projecto da Brigada

35 Sergio Fernandez, Entrevista realizada a 3 de Outubro de 2014.

36 James Stirling e James Gowan *cit. in* Mark Crinson, *op. cit.*, Junho 2006, p. 222.

37 James Stirling *cit. in* Ibidem.

38 Cf. "Leal", *Lotus International*, 18, Março 1978, pp. 84-87.





← Fotografia de Stirling das traseiras de casas em Avenham, Preston.
© Vidler, Anthony, *James Frazer Stirling: Notes from the archive*, New Haven: Yale University Press, 2010, p. 110

→ Fotografia do conjunto habitacional em Preston, James Stirling e James Gowan.
© Arquivo Canadian Centre for Architecture





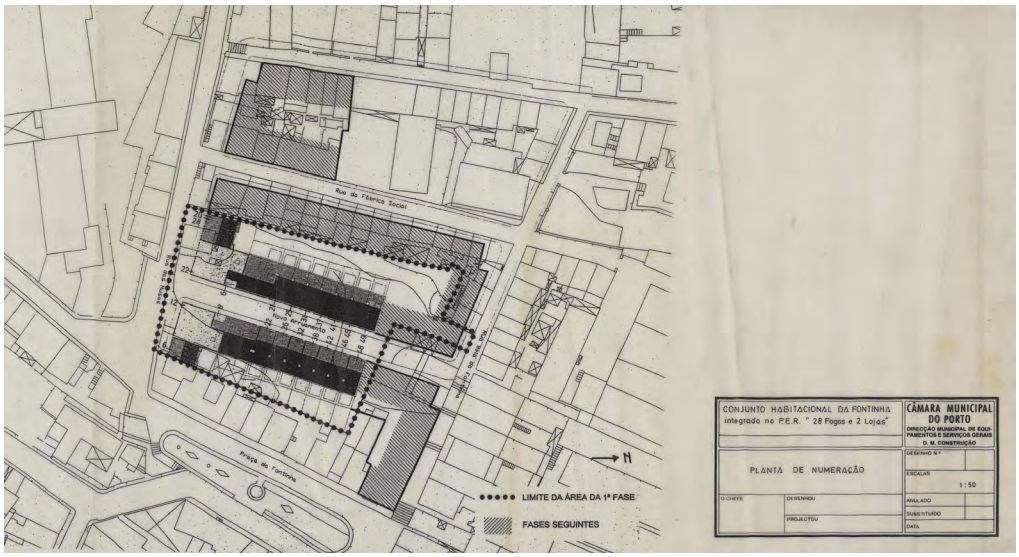
← Fotografia da travessa do Leal, [Novembro 1974].
© Arquivo Sergio Fernandez

→ Esquina entre a rua das Musas e a travessa do Leal, Novembro 2020.
© Francisco Ascensão





→ Fotografias de pormenor do conjunto de casas na área do Cipreste, Novembro 2020.
© Francisco Ascensão

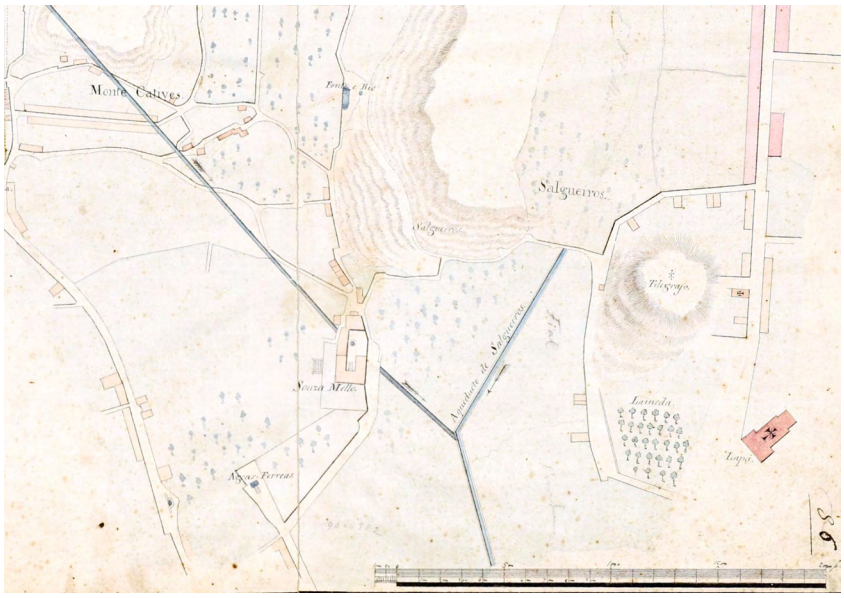


↖ Planta da proposta para o conjunto habitacional da Fontinha integrado no PER, Rui Mealha e Daniel Ribau, 1996-98.
© Arquivo Municipal do Porto

para a área do Alto da Fontinha. Essa proposta consistia na distribuição de 3 blocos paralelos à rua das Musas e da reedificação dos lotes na rua Bela da Fontinha. Do quarteirão apenas permaneceriam os edifícios voltados para o largo da Fontinha. Os blocos propostos teriam 4 pisos no total, com caixas de escadas de acesso a dois fogos por piso. Na rua Bela da Fontinha, haveria casas duplex e um edifício de dois pisos com um fogo por piso na esquina com o largo da Fontinha. No total, a proposta perfazia 41 fogos, alterando de forma evidente a escala do quarteirão e as marcas das construções pré-existentes. Apesar de se proporem vários percursos e espaços de estar entre os blocos, o conjunto consistia na repetição do mesmo edifício, com excepção da rua Bela da Fontinha, e de elementos exteriores que não procuravam correspondência com as construções ao seu redor.

Este projecto não teria continuidade e, entre 1996 e 1998, Rui Mealha e Daniel Ribau desenvolveram um terceiro projecto no âmbito do PER (Programa Especial de Realojamento) que propunha a divisão do quarteirão em duas partes, com um novo arruamento a meio, e que estaria dividido em duas fases. O conjunto previsto para a primeira fase viria a ser construído, desenvolvido por Aberto Costa Macedo, Rui Mealha e Teresa Pires de Miranda entre 1998 e 2000, sem que se tenha unido a nova rua Cooperativa do Povo Portuense à rua Bela da Fontinha e ficando, por isso, como *cul-de-sac*. Este conjunto de 28 fogos e 2 espaços de loja consiste em 14 casas unifamiliares duplex no novo arruamento, 4 casas com acesso directo a partir da rua das Musas e os restantes 10 fogos nos edifícios que fazem esquina com a rua das Musas. As casas unifamiliares têm um espaço de pátio nas traseiras, para onde se abre a cozinha. O alargamento da rua das Musas, existente apenas neste troço, e o empobrecimento do espaço novo de rua como acesso e estacionamento automóvel retiram a vitalidade que os restantes projectos propunham para o interior do quarteirão e alteram substancialmente as relações morfológicas que se mantinham no projecto da Brigada. Igualmente, não se criam espaços de uso comum, fomentando a individualização de cada casa, anulando, de certa forma, o potencial colectivo e de espírito de vizinhança.

OP06
OPERAÇÃO SAAL DA LAPA



↖ Excerto de plano topográfico de 1839 "que compreende (...) todos os terrenos que medeiam entre os sítios das Águas Férreas, Carvalhido, Lugar do Regado, Estrada de Braga, Sério, Rua da Rainha e Igreja de Nossa Senhora da Lapa (...)".
© Arquivo Municipal do Porto

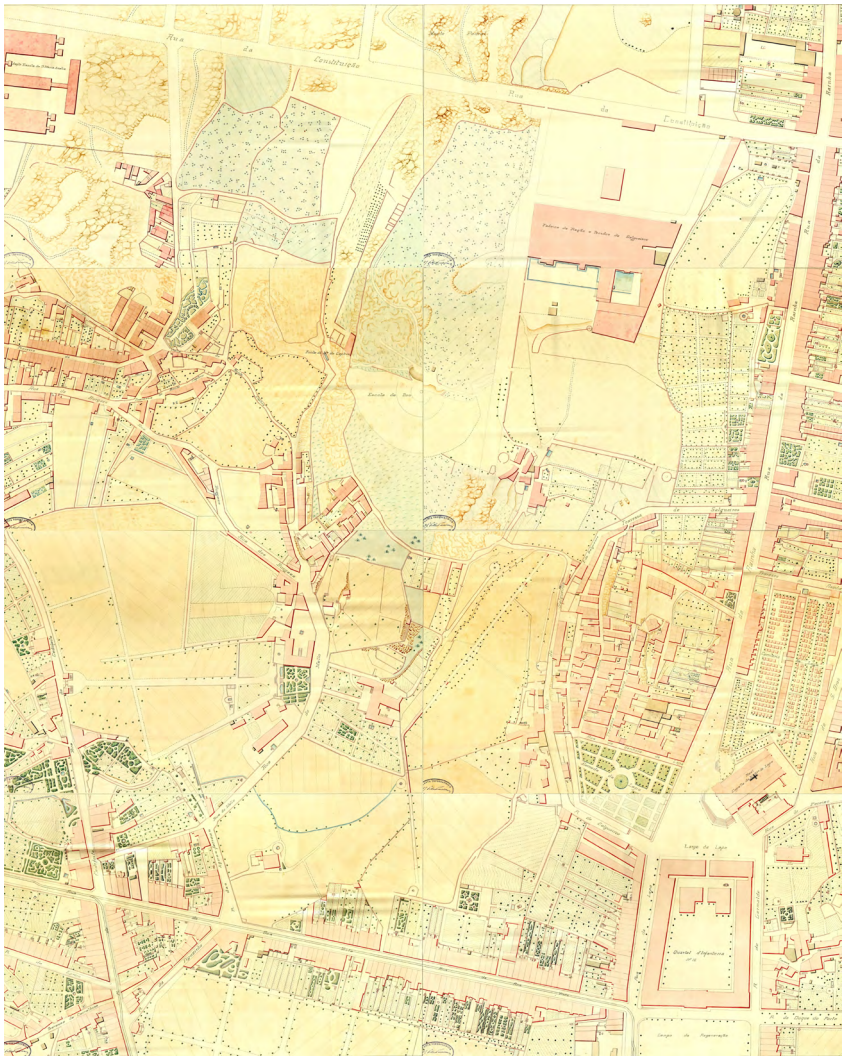
Na área da Lapa, a população mal-alojada que aderiu ao Processo SAAL vivia maioritariamente no monte da Lapa, sito junto à praça da República. As casas no monte terão sido construídas a partir de meados do século XIX, já que na planta de 1833 (uma extensão da planta de George Balck de 1813 para áreas periféricas) esta área ainda se encontrava despovoada. Na Lapa existia apenas: a Capela do Senhor do Olho Vivo, provavelmente uma das primeiras marcas do lugar erguida no século XVIII junto ao padrão velho de Santo Ovídio[1]; a Igreja da Lapa, cuja construção começou em 1756 e terminou em 1863; a alameda plantada no final do século XVIII, onde hoje se situa o Hospital da Lapa; os primeiros troços do Quartel-general; e o mirante localizado no ponto mais elevado do monte da Lapa, um antigo moinho de vento que serviu como telégrafo durante o cerco do Porto (1832-1833) e após esse período até 1859. Numa nota sobre a toponímia da travessa de Salgueiros refere-se que em 1835 a quinta de Salgueiros era propriedade da herança jacente de José Moreira Aranha que estaria a ser reclamada pela viúva deste[2]. Em 1873 a quinta de Salgueiros foi comprada para a instalação de uma fábrica de fiação a vapor. As pedreiras da quinta foram alugadas, reconstruíram-se os muros que as cercavam e construiu-se um edifício para albergar a oficina e a fiação. Registos indicam a edificação de 47 casas para operários entre 1875 e 1879, sem que seja evidente a que construções correspondem.[3] Em 1877 foi construída a ilha localizada no antigo caminho do lugar de Salgueiros, a actual rua de Alves Redol[4]. Julga-se assim que a urbanização daquela área se tenha realizado nos anos 1870 e 1880, já que na planta de 1892 aparecem representadas praticamente todas as construções que existiam na área da Lapa em 1974 e que formavam um núcleo urbano relativamente estabilizado. Tal como nos casos do Leal e das Antas, também aqui se poderá dizer que foi a ocupação densa do monte para alojamento operário que estabeleceu o lugar da Lapa. Embora já existissem outras construções significativas (o que não

1 "Sob o altar-mor desta capela está ou esteve um cruzeiro datado de 1622, com as imagens de Cristo e de Sant'Iago, que dizem ter sido padrão levantado por peregrinos indo a Compostela. Seria talvez o referido Padrão de Santo Ovídio." Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 242.

2 Idem, p. 309.

3 Ibidem.

4 Licença de obra n.º 317/1877, Arquivo Municipal da Câmara do Porto. Disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/472575/?q=317%2F1877, consultado a 10 Abril 2019.



↑ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892.
© Arquivo Municipal do Porto



↗ Fotografia da linha de comboio, com o monte da Lapa atrás, 1974.
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

acontecia no caso das Antas nem do Leal), a consolidação do lugar deu-se com a fixação dessas populações. Nos anos 1930, o túnel da Lapa é aberto para a passagem da linha de comboio, o que acabou por criar uma divisão no território, contribuindo para que as casas no monte se tornassem um espaço relegado e que o restante espaço permanecesse por edificar ao longo dos anos.

A ocupação do monte é feita em torno do mirante, onde existe um pequeno largo, e ao longo de ruas dispostas no sentido norte-sul na encosta voltada a poente. As casas construídas à face das ruas de maior dimensão têm dois ou três pisos. Nas ruas transversais e mais estreitas existem pequenas habitações de um só piso e com uma área de 16m², aproximadamente.

A população mal-alojada da Lapa ascendia a 482 famílias, correspondendo a cerca de 1.700 pessoas[5]. As condições de insalubridade foram-se agravando, tendo a Câmara procedido, por volta de 1940 e no âmbito de um plano de beneficiação das ilhas, à instalação de cabines com instalações sanitárias. Os moradores esperavam que aqueles que vivessem em piores condições fossem alojados no Bairro do Bom Pastor[6], algo que não chegou a acontecer. Conscientes da indignidade das péssimas condições habitacionais da área, em Setembro de 1974 elaboraram o pedido de intervenção do SAAL. A brigada técnica, constituída na altura por Alfredo Matos Ferreira e Bernardo Ferrão na chefia, o desenhador Agostinho Ramos e os estudantes Francisco Barata, Joaquim Jordão e Manuel Magalhães, começou a trabalhar a partir de Novembro do mesmo ano. Posteriormente, Beatriz Madureira assume a chefia da Brigada com Alfredo Matos Ferreira, e Bernardo Ferrão e Manuel Magalhães deixam de integrar a equipa. Até Janeiro de 1975, a Brigada procedeu ao estudo da área através do contacto com os moradores e da realização de inquéritos, que consistiam tanto no preenchimento de uma ficha por fogo como no levantamento das casas. A partir da análise dos dados recolhidos definiu-se a área de intervenção juntamente com a Câmara e iniciou-se a elaboração do processo de expropriações e do ante-projecto de conjunto. A unidade operacional da Lapa ficou definida pela rua Antero de Quental e o largo da Lapa a nascente, pela via do caminho-de-

5 Dados relativos a 23 de Janeiro de 1975.
6 O Bairro do Bom Pastor, a norte da área da Lapa já perto de Arca d'Água, foi construído no âmbito da segunda fase do Plano de Melhoramentos com projecto de Domingos Faria e Florêncio de Carvalho (1969-74), correspondendo a 10 blocos com 274 fogos.





← Fotografia de ilha no monte da Lapa, [1974-75].
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

→ Fotografia do monte da Lapa, [1974-75].
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

-ferro a sul, pela rua do Melo a poente e pelas rua e travessa de Salgueiros a norte.

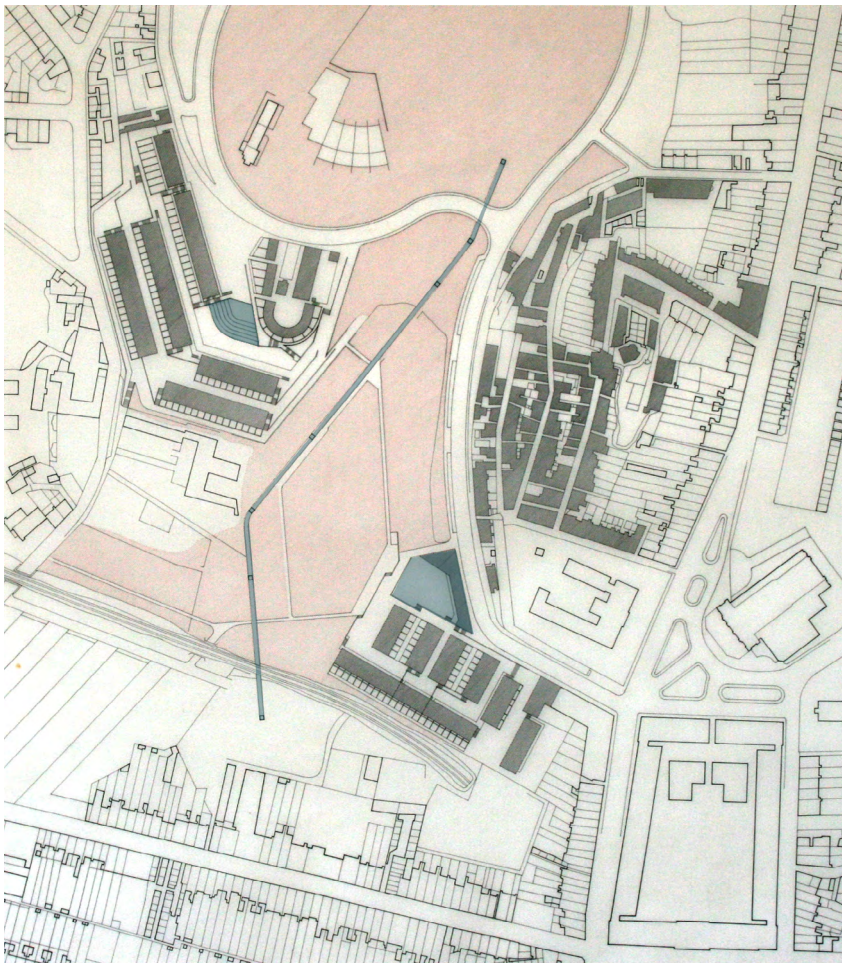
Ainda que houvesse casos de ruína e algumas casas estivessem em muito más condições, sobretudo na parte sul (na rua Senhora da Lapa, na travessa da Senhora da Lapa e na rua da Glória), a maior parte das construções era recuperável, ou pelo menos a sua estrutura. A recuperação deveria consistir na colmatação dos vazios e na demolição do excesso de construções no interior dos quarteirões, aumentando a área dos espaços livres e dos percursos. As casas deveriam ser melhoradas e ampliadas. De qualquer maneira, seria necessário construir casas novas para substituir aquelas que não fossem recuperáveis e para fixar o excedente populacional, de modo a reduzir a densidade habitacional do núcleo existente.

Apesar de a ocupação do monte ser extremamente concentrada, existiam vários terrenos livres contíguos ao monte, o que permitiria criar núcleos habitacionais novos. Esses terrenos conformavam um vale onde existia uma antiga linha de água que ligava o manancial de Salgueiros ao de Arca d'Água (Paranhos), alimentando várias fontes do centro da cidade[7]. Os óculos da mina ainda hoje são visíveis. Como se trata de um dos pontos mais altos do Porto, com vista privilegiada para poente, a diferença de cotas muito pronunciada desta área tem grande impacto no perfil da cidade. Estas características levavam a que a implantação dos novos núcleos devesse ser cautelosamente ponderada, o que implicava também que a volumetria criada respeitasse e se enquadrasse na paisagem daquele lugar. A expansão do bairro deveria ainda atender aos planos que estavam previstos para aquela área. Estava prevista a criação de uma área residencial nos terrenos da antiga fábrica de Salgueiros, eliminando a área industrial existente. O Plano Director propunha a criação de um parque público na área do vale e uma escola primária, objectivos que se queriam respeitar. Existia também o antigo Clube dos Caçadores – que havia substituído a anterior escola de tiro (que aparece representada na planta de 1892) –, para o qual se encontraram registos da construção de um pavilhão em 1921, e que em 1974 já era propriedade municipal[8].

A proposta de conjunto foi estruturada em três sectores que corresponderiam a três fases. Numa primeira fase criou-se um sector de fogos novos a construir nas traseiras das casas na rua da Lapa, junto à linha do caminho-de-ferro (actual linha de metro). Numa segunda fase criar-se-ia um sector novo a norte, abaixo do monte do antigo

7 O aqueduto de Salgueiros começou a ser construído em 1825, tendo abastecido as fontes do centro da cidade a partir de 1838. O aproveitamento do manancial de águas de Salgueiros veio suprimir a necessidade de abastecimento regular da cidade, dado que o fornecimento de água a partir do manancial de Paranhos não era suficiente. A partir de 1892, as águas de Salgueiros e de Paranhos passaram a correr separadas e só se juntavam mais adiante. Cf. Horácio Marçal, "O abastecimento de água à cidade do Porto e à vila de Matosinhos", Separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, 15, 1968, p. 12; Freitas, Eugénio, *op. cit.*, 1999, pp. 308-309.

8 Actualmente funciona lá o Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara do Porto.









↑ Planta com a proposta de intervenção da operação SAAL da Lapa, [1975].
© Arquivo Fundação Marques da Silva

↗ Fotografias do monte da Lapa, onde se vê o mirante, o vale a partir do corro da Lapa e o monte do antigo Clube dos Caçadores, [1974-75].
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

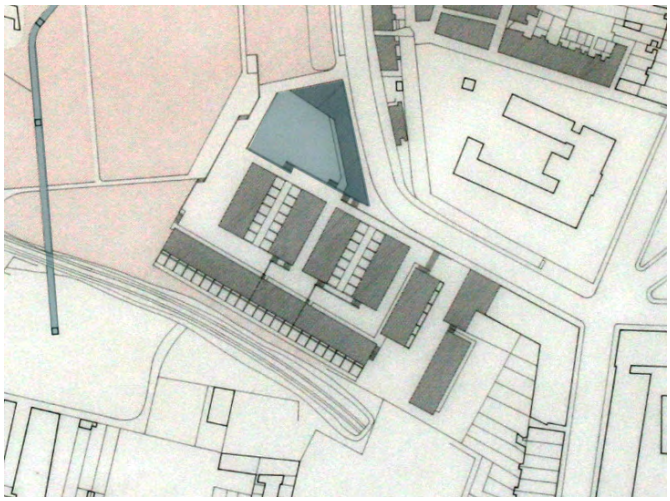
Clube dos Caçadores, onde também seriam construídos fogos novos. Numa terceira fase reestruturar-se-iam e recuperar-se-iam as casas do monte da Lapa. Num total de aproximadamente 500 fogos, 250 seriam recuperados e os restantes construídos de raiz. O parque público previsto no Plano Director e no Plano de Pormenor para a área do vale tornar-se-ia o elemento integrador dos três núcleos, mantendo os elementos que caracterizam o lugar (como as caixas de acesso e respiradouros do túnel do aqueduto) e desenhando caminhos que tanto conectariam os vários sectores como os relacionariam com a vizinha operação SAAL da Bouça. Para além disso, o parque consistiria num elemento de valorização da área. Nesse sentido, também a rua de Salgueiros (a actual rua de Alves Redol) deveria ver o seu traçado corrigido, tanto para uma melhor ligação aos sectores norte e oriental, como para possibilitar uma melhor acessibilidade ao parque público. O parque poderia interessar aos moradores como espaço de cultivo, para além de funcionar como área de arvoredo e recreação. A escola primária que já estava prevista no Plano Director junto à rua do Melo seria reposicionada perto das instalações do antigo Clube de Caçadores, de modo a ter uma posição mais central relativamente àquela área[9]. Previam-se equipamentos colectivos adicionais, como a criação de um centro social com jardim de infância que substituísse a sede provisória da Associação localizada no número 218 da rua de Salgueiros[10], uma cooperativa de consumo localizada no cunhal entre a rua da Lapa e a rua de Cervantes e um anfiteatro que aproveitaria as condições naturais do terreno junto à antiga pedreira.

9 Esta escola serviria também áreas próximas, como a operação SAAL da Bouça.

10 A intenção inicial seria de que esse equipamento albergasse a sede da Associação de Moradores da Lapa e um Centro Social e que se instalassem três grupos de creche-jardim junto a cada um dos núcleos habitacionais: um no mirante ou em edifício a construir no monte da Lapa, outro que aproveitasse um dos espaços do edifício do centro social e outro que aproveitasse parcialmente o antigo Clube dos Caçadores.







↑ Excerto da planta geral de intervenção com o sector da primeira fase.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

↖ Fotografias do terreno destinado à construção das casas da primeira fase, [1974-75].
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

O sector da primeira fase estava localizado nas traseiras dos edifícios da rua da Lapa. Esse terreno tinha uma inclinação acentuada que se devia à existência de um aterro que a Câmara deixou que se fosse acumulando ao longo de anos, o que acabou por desfigurar o seu perfil natural. Em parte, esse terreno era cultivado por arrendamento à Câmara. O conjunto proposto procurou fixar cotas próximas do perfil original do terreno, interligando-as através de escadarias e arruamentos com pendente moderada. Esse conjunto era formado por um bloco comprido de três pisos paralelo à linha do comboio e por um conjunto de sete blocos de menor comprimento com dois pisos, dispostos perpendicularmente ao bloco-comboio. Os dois blocos a nascente fechariam as traseiras dos edifícios da rua da Lapa, rematando a empena dos edifícios à face da rua de Cervantes e ocupando a profundidade do lote. O bloco seguinte faria a transição entre esses dois blocos e os restantes quatro. Quanto aos outros quatro, estariam dispostos em dois conjuntos de dois blocos cada, com as casas unifamiliares organizadas em banda com logradouro independente nas traseiras. A disposição destes blocos foi variando ao longo do processo; a determinado momento, propunha-se uma configuração que incluía mais um conjunto de dois blocos de casas unifamiliares com pátio localizado nas traseiras das casas da rua da Lapa e um bloco perpendicular a estes, continuando o alinhamento da actual rua de Cervantes.

A tipologia das casas foi determinada a partir dos inquéritos sobre a composição do agregado familiar, o tipo de necessidades existentes e os rendimentos da família. Mas também deveria resultar do tipo de construção que a Associação de Moradores viesse a definir ao longo do processo. Na memória descritiva do ante-projecto para a primeira fase, a Brigada refere que seria indispensável uma "grande standartização" e "a criação de uma margem de flexibilidade capaz de assegurar a satisfação de um grande leque de situações particulares", já que os conjuntos deviam ser apropriados de modo colectivo e a operação era muito grande e economicamente muito condicionada. Menciona-se que, "para além das modificações normais da composição de cada agregado familiar, a que a estrutura do fogo tem de responder, (...) o agregado familiar que o ocupa pode mudar". Deveria, portanto, estabelecer-se "uma estrutura que, tanto ao nível de cada fogo como ao nível do conjunto, seja capaz de resolver uma arrumação adequada de toda a variedade de situações particulares e de conjunto", mas que salvaguardasse "uma



↑ Fotografia do sector da primeira fase em construção, [1975-76].
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

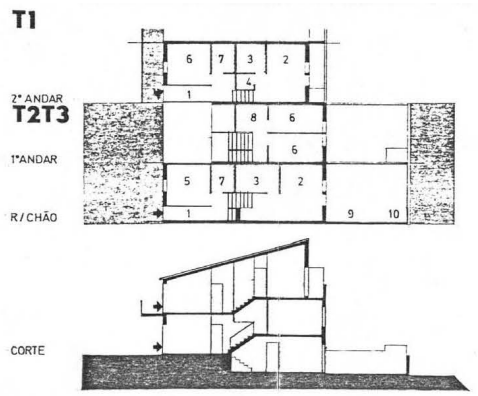
margem que permita, ao nível de cada fogo, uma apropriação e caracterização específica, capaz de contrariar, por iniciativa de cada agregado familiar, a tendência para uma excessiva sistematização".[11] Desta forma, estudou-se uma "fórmula de casa-célula que pudesse ser adaptada a qualquer terreno, que fosse modular tanto em altura como em planta, e que estivesse apta também a conferir a uniformidade desejada pelos próprios habitantes por uma questão de justiça, enquanto permitia realizar variações e modificações ditadas pela experiência"[12].

O módulo utilizado permitia resolver necessidades de diferentes agregados familiares e dos diversos sectores, propondo várias alternativas para fogos T1, T2/T3, T3 e T3/T4. Nos casos de designação bipartida, um dos quartos desses fogos poderia ter vários tipos de função – quarto de dormir, sala de estar, espaço de trabalho, entre outros –, o que correspondia à flexibilidade pretendida pelos habitantes. Independentemente do tamanho, todos os fogos teriam um núcleo semelhante composto pela sala e pela cozinha, mantendo a dimensão da frente de fachada, o que facilitaria a agregação das casas. A cozinha é interior, sendo iluminada e ventilada artificialmente quando não é possível ter clarabóia, e pode ser aberta sobre a sala. A sala tem relação directa com um espaço exterior privado de cada fogo, pátio ou varanda, que poderá ser usado para tratamento de roupa. Os pátios têm sempre uma área coberta. Os fogos organizam-se em meios pisos para vencer os desníveis do terreno internamente, ajustando-se à regularização do terreno. A utilização de coberturas inclinadas no sentido da inclinação do terreno reforça esse sentido de integração na paisagem.

As casas deste sector seguiram as directrizes do módulo-tipo. As bandas de casas unifamiliares com logradouro têm 7 fogos T3/T4 e organizam-se em quatro meios pisos. A sala e a cozinha têm relação directa com o pátio privado nas traseiras. Todos os fogos têm um

11 Brigada técnica, "Memória descritiva relativa ao anteprojecto: Habitações 1.ª fase", Julho 1975, documento consultado na FIMS.

12 Alfredo Matos Ferreira, "Lapa", *Lotus International*, 18, Março 1978, p. 82.







espaço de trabalho – ou zona de trabalho, tal como indicado nos desenhos – que se abre sobre a escada e antecede o acesso aos quartos. Este espaço deriva possivelmente do *lavoro* italiano, que já tinha sido utilizado por Alexandre Alves Costa no bairro de Contumil e procedia das experiências realizadas no âmbito do Ina-Casa, e poderia servir como espaço de estudo ou de apoio às tarefas domésticas. Junto à entrada no fogo, o compartimento que dá para a rua poderia servir como quarto ou espaço de trabalho, como referido.

O bloco-comboio tem dois fogos sobrepostos: casas T2/T3 directamente acessíveis a partir da rua, com três meios pisos e um pátio privado; e casas T1 no último piso com acesso através de galeria, que funciona em dois meios pisos e tem uma varanda nas traseiras. Inicialmente, este bloco tinha sido pensado apenas com dois pisos, à semelhança das bandas de casas unifamiliares, mas a dado momento ter-se-á optado por um edifício de maior escala, talvez pela proximidade aos edifícios da operação SAAL da Bouça, onde se sobrepõem dois fogos de dois pisos cada. Apesar de na generalidade se optar pela construção de baixa altura, procurando não se impor ao perfil do terreno e seguir a escala da massa construída no Monte da Lapa, acabou por se criar esta solução de três pisos no bloco paralelo à linha do comboio, tornando-se um elemento que ganha visibilidade e protagonismo, assumindo a representação do bairro ou a imagem da colectividade. Esta ideia é reforçada pela inclinação da cobertura de uma água para o lado interior do bairro, expondo a altura total do edifício na fachada voltada para a linha férrea.

A excepcionalidade deste edifício face à restante composição deve-se não só à criação de uma «frente» do bairro, como também ao papel que assume enquanto barreira para a linha de comboio e simultaneamente edifício de fecho do conjunto, já que tem uma disposição perpendicular aos restantes blocos. Ao adoptar uma orientação norte-sul, a organização do edifício é alterada devido à introdução da galeria como elemento distributivo. Os edifícios projectados por Walter Gropius para a *Siedlung* Siemensstadt (Berlim, 1929-30) com orientação nascente-poente têm quatro pisos e o acesso aos fogos é efeito através de um sistema de distribuição vertical em escadas, com acesso a dois fogos por piso. No entanto, no braço com orientação norte-sul o acesso é feito através de galeria, que é colocada a norte, bem como os espaços de serviço. À semelhança de Gropius, Alfredo Matos Ferreira usa galeria na fachada norte do edifício do

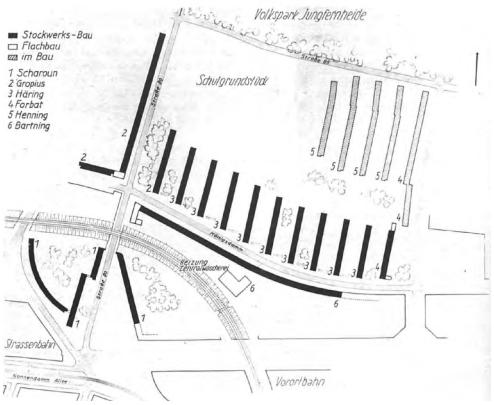
↖ Planta e corte dos fogos do bloco-comboio, com indicação de: 1 entrada, 2 sala, 3 cozinha, 4 arrumos, 5 quarto/sala/espaço de trabalho, 6 quarto, 7 quarto-de-banho, 8 espaço de trabalho, 9 pátio, 10 espaço coberto.
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

↑ Alçados do bloco-comboio.
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

↓ Fotografia do alçado sul do bloco-comboio.
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira









↑ Fotografias do sector da primeira fase, com o bloco-comboio em primeiro plano, [1976-77].
© Arquivo Alexandre Alves Costa / Alfredo Matos Ferreira

↗ Planta da *Siedlung* Siemensstadt e fotografia do edifício desenhado por Walter Groupius (1929-30), Belim 2016.
© Arís, Carlos Martí (ed.), *Las formas de la residencia en la ciudad moderna: Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, Barcelona: Edicions UPC, 2000 [1991], pp. 136, 142.

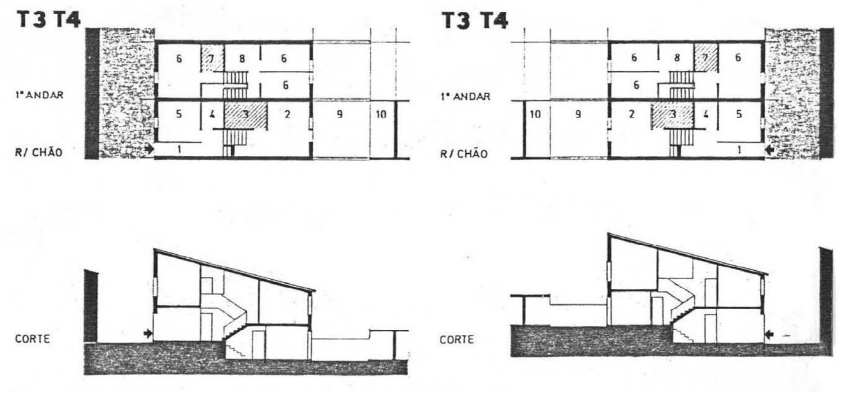
bloco-comboio. Mas se no caso do edifício em Berlim a largura dos fogos permite que os espaços de estar e de dormir se voltem a sul, neste caso os fogos são muito estreitos e compridos, ficando o quarto voltado para a galeria e a sala para sul. É curioso comparar os dois projectos. Como José Ramón Pastor refere no livro de Carlos Martí Arís sobre as formas da residência na cidade moderna, na *Siedlung* Siemensstadt supera-se a cidade-jardim através do ensaio de "novas formas urbanas a partir de tipos edificatórios de altura média"[13]. Ainda que esteja presente a configuração a partir do quarteirão (com a marcação dos seus limites), a composição é abstracta e os edifícios organizam-se com independência das ruas, excepção feita na marcação de momentos-chave, como na estruturação dos dois eixos principais que se cruzam através dos edifícios lineares de Gropius e de Otto Bartning e no remate introduzido por Hans Scharoun no seu conjunto situado no eixo norte-sul. Na Lapa, os edifícios também se autonomizam das ruas e organizam-se paralelamente de acordo com uma exposição solar mais eficaz. Existe, contudo, uma diferença: no caso da Lapa, as bandas são constituídas por casas unifamiliares com espaço exterior privativo e, mesmo quando os edifícios se aproximam de uma altura média, estes consistem na sobreposição de casas unifamiliares e não em habitação plurifamiliar (tal como na operação SAAL da Bouça). Apesar de não ser o caso de Siemensstadt, na maior parte das *Siedlungen* alemãs permanece o "tipo edificatório" da "casa unifamiliar organizada em dois pisos", tal como é salientado por Giorgio Grassi. Mas este é também o tipo utilizado em quase todas as operações SAAL, talvez por reflectir "uma série de escolhas de ordem técnica, mas também relativas à vida e aos costumes, mantidas ao longo do tempo, ao ponto de mostrar a persistência de determinadas formas, mesmo quando a alteração das con-

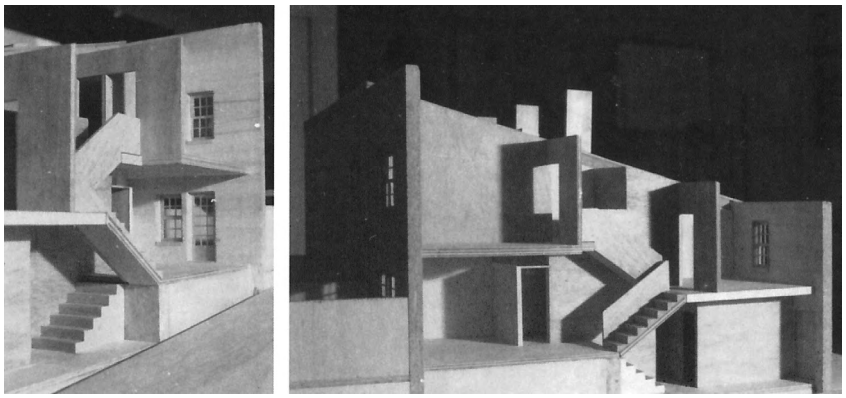
13 José Ramón Pastor, "Siedlung Siemensstadt, Berlín, 1929-30" *in* Arís, Carlos Martí (ed.), *Las formas de la residencia en la ciudad moderna: Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, Barcelona: Edicions UPC, 2000 [1991], p. 135.

dições sociais e económicas, ou até técnicas e de ordem especificamente formal, pareciam indicar ao invés mudanças radicais".[14] Para além disso, "a casa em banda (...) é também aquele [tipo de edifício] que melhor se prestava a ser retomado e discutido no debate sobre a questão da habitação de baixo custo e sobre a arquitectura da nova cidade", daí "a persistência tenaz do antigo modelo" nas "*Siedlungen* do *racionalismo* alemão"[15].

Verifica-se uma complementaridade entre uma racionalidade e sistematização da produção dos fogos, por um lado, e uma flexibilidade e liberdade na utilização do espaço da casa, por outro. A produção das casas em banda, com áreas reduzidas e sem que existam excepções nos topos, demonstra como a racionalização presidiu à proposta de modo a responder eficazmente à economia necessária. As casas partilham paredes de meação, as coberturas são contínuas e não existem variações volumétricas nem um escalonamento dos volumes. Os fogos são estreitos e profundos, com frentes de fachada com 4,2 metros de largura, e os vãos são relativamente reduzidos. As escadas de ligação entre pisos funcionam também como espaço de distribuição devido à organização do fogo em meios pisos, conjugando corredor e escadas num só dispositivo de modo a aproveitar melhor as áreas. Em contrapartida, os espaços da casa são bastante compartimentados para que se possam individualizar as diferentes funções, sendo que alguns deles poderão adaptar-se a variados tipos de utilização, como foi referido relativamente à divisão junto à entrada que poderá funcionar como quarto ou outro tipo de espaço de acordo com o modo de vida dos habitantes e a sua evolução. Dado que o fogo é bastante profundo, sempre que possível os espaços interiores, nomeadamente o espaço de trabalho (no caso das casas T3/T4) ou a cozinha (no caso dos fogos T1), são iluminados através de clarabóias[16]. Quando a cozinha se localiza no piso inferior, existe apenas uma abertura para a sala e outra para o espaço de distribuição. O espaço de trabalho, que está presente em todos os fogos com excepção das casas T1, aproveita o espaço central e de circulação de modo a complementar a compressão de áreas, dando origem a um espaço suplementar adaptável a diferentes usos. Este espaço faz lembrar os







↑ Fotografia das casas em banda T3/T4 do sector da primeira fase, [1976-77].
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

↓ Plantas e cortes das casas em banda T3/T4 do sector da primeira fase e fotografias de maquetas, com indicação de: 1 entrada, 2 sala, 3 cozinha, 4 arrumo, 5 quarto/sala/espaço de trabalho, 6 quarto, 7 quarto-de-banho, 8 espaço de trabalho, 9 pátio, 10 espaço coberto.
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

14 Grassi, Giorgio, "Habitação nas cidades alemãs (1966)", *Escritos escolhidos, 1965-2015*, Porto: Edições Afrontamento, 2018, p. 36.

15 Idem, p. 47.

16 Tal como acontece na casa tradicional do Porto.





↑ Fotografias das casas em banda do sector da primeira fase, com o monte da Lapa atrás, [1976-77]
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

espaços "supérfluos"[17] desenhados por Vítor Figueiredo no âmbito de programas habitacionais públicos, em que o estrangulamento orçamental o levou a, em detrimento da redução das áreas dos espaços de dormir ao mínimo indispensável e da grande economia nos acabamentos, poder reservar espaço na casa que, "para além dos pobres lugares onde se come, cozinha ou dorme, (...) permita a comunicação ou o isolamento, o trabalho caseiro, as refeições, o recolhimento, o estudo, o recreio, a vigilância, a recepção, e relação com o exterior"[18]. Esta estratégia de dignificação do espaço doméstico, de um espaço que permita acomodar situações diversas[19], também está presente no desenho dos fogos na Lapa, sobretudo pela existência do espaço que pode abrigar diferentes funções e de pátios em todos os fogos (ou varandas no caso dos fogos T1) que estimulam a relação com o exterior.

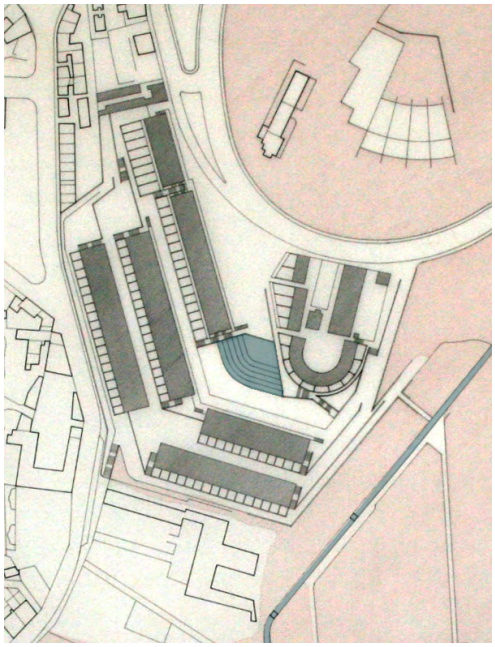
Se os edifícios obedecem a uma ordem elementar e a uma pureza geométrica, alguns elementos denotam uma atenção à integração no contexto (como as coberturas inclinadas que acompanham a pendente do terreno) e identificação com a construção local. As janelas de guilhotina relacionam-se com as casas do monte da Lapa, e a utilização de portadas de madeira exteriores no piso térreo e na galeria com diferentes cores procuravam individualizar as casas apesar da uniformidade das formas e dos elementos. Deste modo, encontram-se tanto no espaço interior como nos elementos que constituem o invólucro das casas estratégias que estabelecem a ponte entre indivíduo e colectividade, entre uma individualização das casas e a harmonia do conjunto.

O sector correspondente à segunda fase localizava-se a sul da rua de Salgueiros (actual rua de Alves Redol), imediatamente abaixo do terreno do antigo Clube dos Caçadores

17 Como refere Duarte Cabral de Mello: "a invenção do supérfluo (potencial de usos quotidianos que escapam à determinação funcionalista) constitui, através do projecto, uma subversão do sistema das «necessidades» e, portanto, do funcionalismo que secreta. / Essa subversão, é preciso sublinhar, não será permitida a não ser respeitando os custos de construção calculados, para cada investimento concreto, sobre uma base funcionalista. A habitação social é assim o lugar onde se torna impossível ocultar a articulação entre a «racionalidade» que a determina e o suporte teórico, ou seja ideológico, da arquitectura que a serve.". Duarte Cabral de Mello, "Vítor Figueiredo: La misère du superflu", *L'Architecture d'Aujourd'Hui*, 185, Maio/Junho 1976, p. 30. Cf. também Carlos Machado, "Vítor Figueiredo: A miséria do supérfluo", 12 Dezembro 2012, disponível em https://www.artecapital.net/arq_des-96-vitor-figueiredo-a-miseria-do-superfluo, consultado a 20 Julho 2017.

18 Vítor Figueiredo, "Agrupamento de unidades de habitação em Olivais Sul, Célula C: Memória descritiva do anteprojecto" (1960) *in* Maldonado, Vanda; Borges, Pedro Namorado (ed.), *Vítor Figueiredo: Projectos e obras de habitação social 1960-1979*, Porto: Circo de ideias, 2015, p. 37.

19 "A ideia que nós temos é que as casas, independentemente do seu tamanho, devem acomodar uma vida rica. Se não for à custa de muito espaço e de materiais muito ricos, ao menos que seja à custa de um espaço afável, onde haja diferenças suficientes para acomodar situações de festa, situações de luto, situações de alegria, enfim, na medida do possível, tudo quanto marca a vida das pessoas independentemente do seu estatuto social e da sua capacidade económica." Duarte Cabral de Mello *in* "Maria Manuel Godinho de Almeida e Duarte Cabral de Mello", entrevista a Manuel Graça Dias *in* Colaço, Isabel; Dias, Manuel Graça (autores), Feldman, Edgar (realização), *Magazine de Arquitectura e Decoração*, RTP 2, 27 Janeiro 1993, disponível em https://arquivos.rtp.pt/conteudos/maria-manuel-godinho-de-almeida-e-duarte-cabral-de-mello/, consultado a 10 Abril 2019.







↖ Excerto da planta geral de intervenção com o sector da segunda fase.
© Arquivo Fundação Marques da Silva.

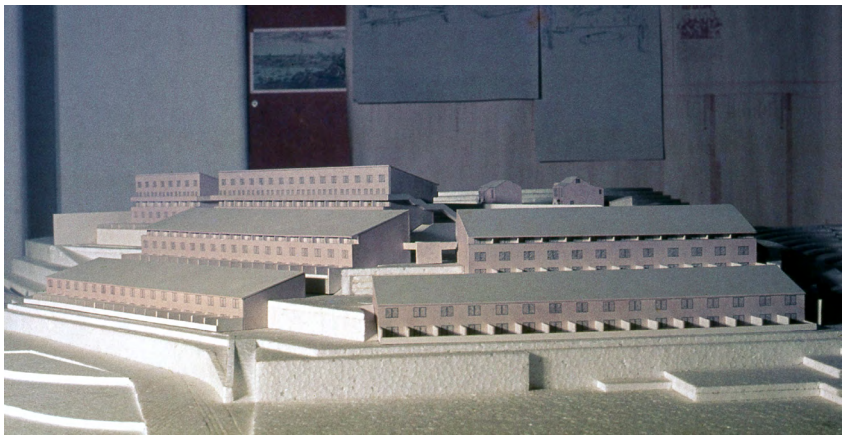
↑ Fotografias do núcleo de ilhas localizado na rua de Alves Redol e do edifício do Centro Educativo de Menores, [1974-75].
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

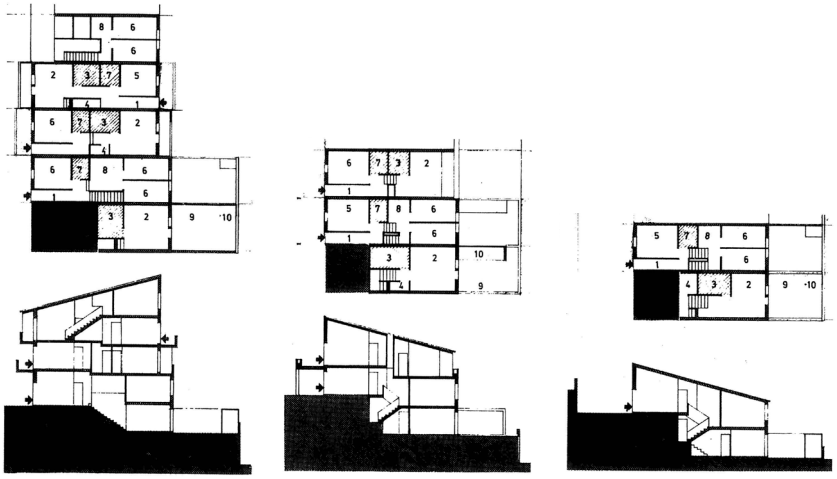
e acima do edifício do Centro Educativo de Menores. O conjunto de ilhas aí localizado seria renovado e incorporado no sector. Embora o terreno seja mais íngreme do que o da primeira fase, adoptaram-se soluções semelhantes às do sector da primeira fase, já que o módulo-base foi pensado para ser adaptável às diversas situações.

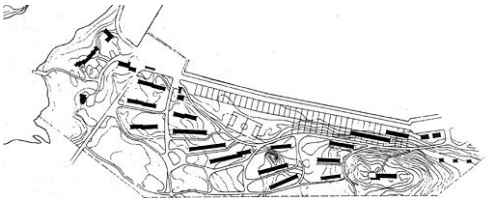
A proposta partiria da estabilização de quatro plataformas entre a rua de Salgueiros e a rua do Melo, de modo a regularizar a pendente do terreno. O conjunto completaria o tecido urbano entre a rua de Salgueiros e o edifício do Centro Educativo de Menores e envolveria e remataria o núcleo de ilhas. As casas das ilhas seriam recuperadas, acrescentando-se novos fogos de modo a completar o conjunto tanto a poente como a sul. A implantação dos fogos novos a sul replicava a forma em curva do monte para aproveitar a panorâmica sobre a cidade. As escadas do Monte Cativo (que ligam a rua de Salgueiros à rua do Melo) seriam redesenhadas e incorporadas no conjunto. Cada bloco assentaria em duas plataformas, sendo que o acesso à plataforma de cima seria feito a partir da fachada posterior e o acesso à plataforma de baixo a partir da fachada anterior, ou seja, os edifícios estariam encastrados na encosta e o piso inferior teria apenas uma fachada.

Na proposta, seis blocos organizam-se em conjuntos de dois, longitudinalmente e de modo a acompanhar o perfil do terreno. Os dois blocos à cota mais alta são rematados por um anfiteatro que aproveita o maciço rochoso (onde estão implantadas as ilhas) como pano de fundo. Os blocos seguintes orientam-se a poente e sul, seguindo a forma do terreno. À cota mais baixa, um dos edifícios faria frente para a rua do Melo e o outro seria rematado pelo edifício do Centro Educativo de Menores.

Quanto à organização dos fogos, os blocos à cota mais elevada têm 5 pisos, conjugando fogos T3 duplex nos pisos de baixo, fogos T1 no terceiro piso e fogos T2/T3 duplex nos últimos pisos. Os T3 duplex têm acesso directo a partir da plataforma superior, descendo-se para o piso inferior onde estão os espaços comuns voltados para o pátio privativo. Os fogos T1 têm acesso por uma galeria colo-







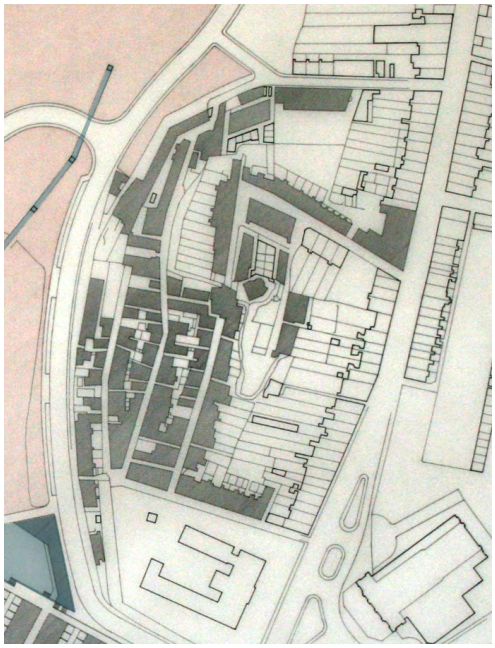
↑ Fotografia da maqueta relativa ao sector da segunda fase.
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

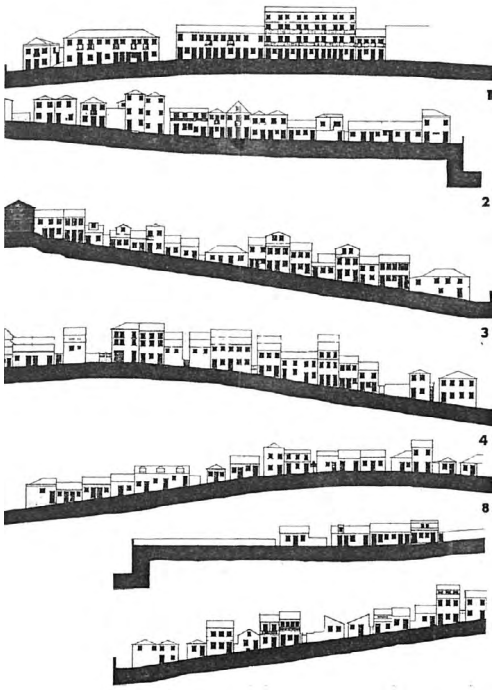
↑ Plantas e cortes dos blocos do sector da segunda fase.
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

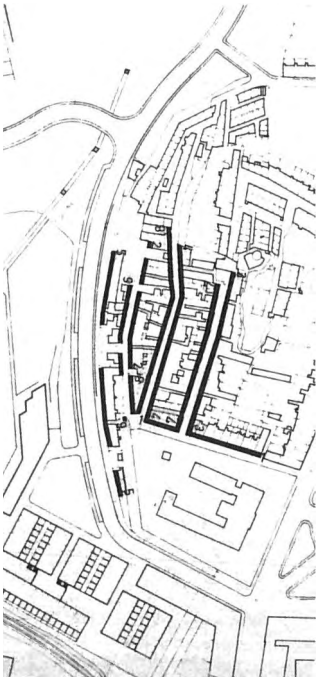
↗ Planta do conjunto habitacional projectado por Alvar Aalto para Sunila (1935-39, 1951-54).
© Arís, Carlos Martí (ed.), *Las formas de la residencia en la ciudad moderna: Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, Barcelona: Edicions UPC, 2000 [1991], p. 188.

cada na fachada voltada a nascente, e a sala está voltada a poente, onde existe uma varanda. Os fogos T2/T3 também são acessíveis a partir de uma galeria colocada no 4.º piso, mas que está voltada a poente; neste caso, os espaços comuns do fogo são dispostos no piso de entrada e voltados a nascente, onde existe uma varanda. Tanto os fogos T3 como os T2/T3 têm um espaço de trabalho no átrio de acesso aos quartos. De modo semelhante ao bloco-comboio, nestes blocos a cobertura inclinada de uma água desce no sentido contrário ao da inclinação do terreno, afirmando, desta forma, com maior vigor, a presença dos blocos da plataforma superior em relação à paisagem. Nos blocos intermédios de 3 pisos há uma sobreposição de dois fogos, um T2/T3 duplex nos pisos inferiores e um fogo T1 no piso superior. O fogo T2/T3 tem acesso directo a partir da plataforma superior e os espaços comuns localizam-se no piso inferior, em contacto directo com o pátio privativo. O espaço de trabalho deste fogo é iluminado a partir de uma clarabóia que intersecta o fogo superior. O fogo T1 é acedido a partir de uma galeria colocada no último piso, a nascente/norte. Quanto aos blocos inferiores de 2 pisos, correspondem a casas em banda T2/T3 duplex com pátios privativos orientados a poente/sul, para onde se voltam os espaços comuns da casa. A partir da plataforma superior acede-se ao piso de cima onde estão os quartos. No caso dos quatro blocos localizados nas cotas mais baixas, a cobertura inclinada contínua de uma água segue o sentido da inclinação do terreno.

De modo idêntico ao sector da primeira fase, os fogos organizam-se em meios-pisos, revelando uma grande flexibilidade na adaptação à pendente do terreno. A organização interna é equivalente, existindo espaços exteriores privativos em todos os fogos e espaços de trabalho nos fogos com mais de um quarto. A esse nível, as diferenças residem apenas nas adaptações necessárias a cada caso e, em certas situações, no aproveitamento de espaços sem luz natural para arrumos. Porém, ao nível da implantação e dos volumes criados, neste sector não existe a mesma rigidez compositiva presente na grelha que rege a disposição dos edifícios da primeira fase. Aqui os volumes adoptam uma configuração que se organiza em resposta à curvatura do terreno, procurando controlar, sobretudo, o seu enquadramento na paisagem devido ao protagonismo que assumem no perfil da cidade. Embora o conjunto da Lapa se insira num contexto urbano, o projecto desta fase faz lembrar o conjunto habitacional que Alvar Aalto projectou para Sunila (1935-39, 1951-54), anexo a uma fábrica de celulose. Nesse conjunto, a disposição dos edifícios não se sujeita a qualquer ordem geométrica; pelo contrário, procura









uma integração quase natural no terreno e na paisagem arbórea daquele lugar que se situa na costa sul da Finlândia, a cerca de 130 quilómetros a Este de Helsínquia. Os projectos distinguem-se, contudo, nas formas de articulação estabelecidas, já que em Sunila o espaço livre entre os edifícios reforça o sentido de integração na natureza[20], enquanto na Lapa as galerias que articulam os blocos, que por sua vez estão dependentes da fixação no terreno, constituem um dispositivo urbano que funciona como camada sobreposta que unifica o conjunto.

A terceira fase corresponderia à recuperação das casas do Monte da Lapa, melhorando as condições de habitabilidade, o perfil e pavimentação das ruas e a rede de esgotos. Esta operação incluiria a demolição de algumas casas, a redução da densidade de ocupação e o aumento de espaços livres públicos e semi-públicos. Ainda assim, a intervenção procuraria respeitar o tecido urbano e social do local, e a integração no terreno. Não se conhecem desenhos de projecto para a renovação das casas, por possivelmente corresponder à terceira fase de trabalho que não chegou a avançar. Existem várias fotografias e levantamentos dos alçados dos arruamentos que, por estarem organizados junto aos alçados dos blocos dos restantes sectores, sinalizam, talvez, a intenção de procurar correspondências entre ambos.

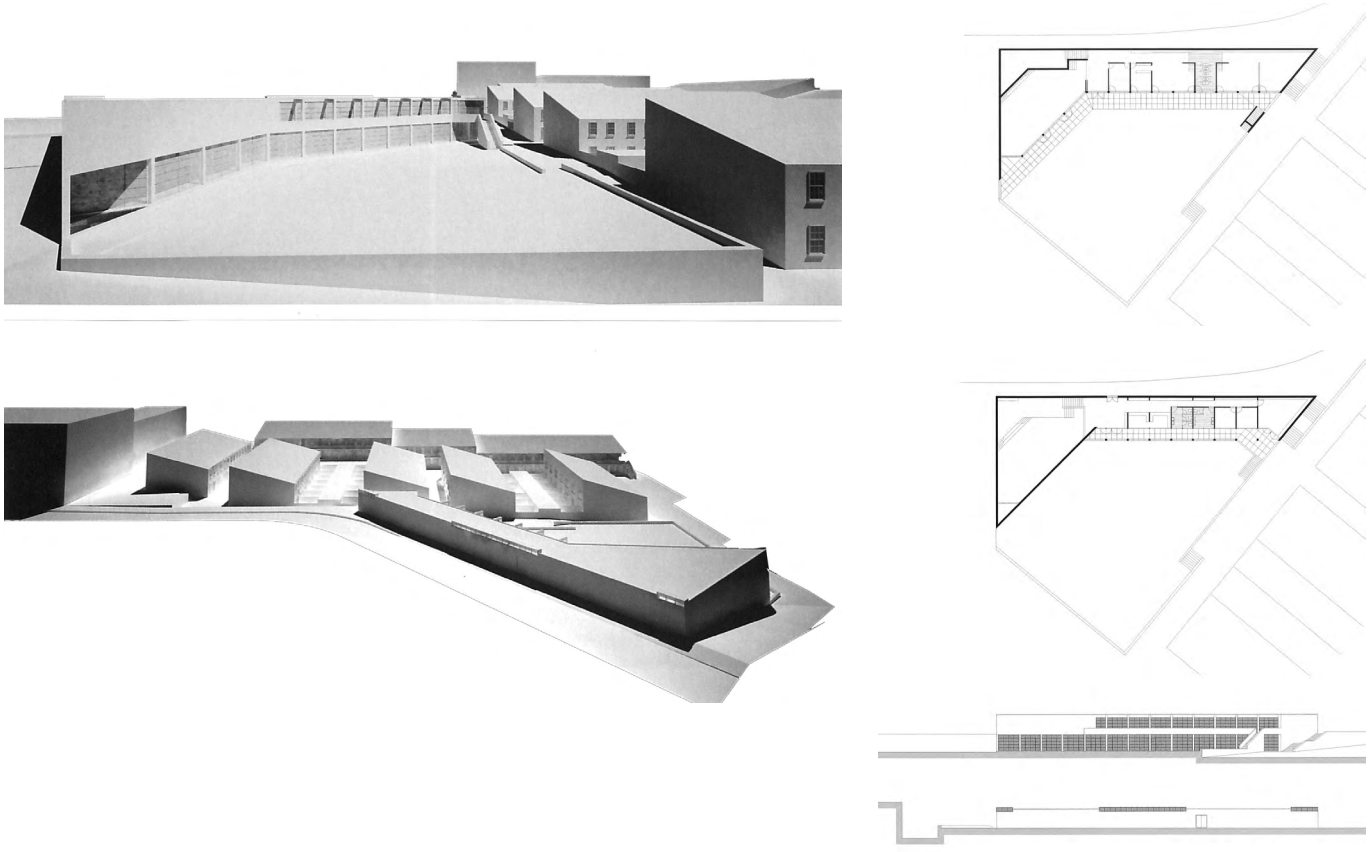
Quanto aos equipamentos para a população local, já se referiu a escola primária junto ao antigo edifício do Clube dos Caçadores. A julgar pela implantação, o edifício da escola procuraria uma relação com o edifício existente e, simultaneamente, aproveitar a panorâmica através da forma curva que segue o limite do terreno. O anfiteatro ao ar

↖ Excerto da planta geral de intervenção com o sector da terceira fase.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

↑ Planta e alçados das casas das ruas do monte da Lapa.
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

↓ Fotografia das casas do monte da Lapa, [1974-74].
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

20 Cf. Jaume Sanmartí, "Viviendas em Sunila" *in* Arís, Carlos Martí (ed.), *Las formas de la residencia en la ciudad moderna: Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, Barcelona: Edicions UPC, 2000 [1991], pp. 186-193.



↑ Plantas, alçados e imagens do modelo tridimensional elaborados para o edifício da sede da Associação de Moradores da Lapa.
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

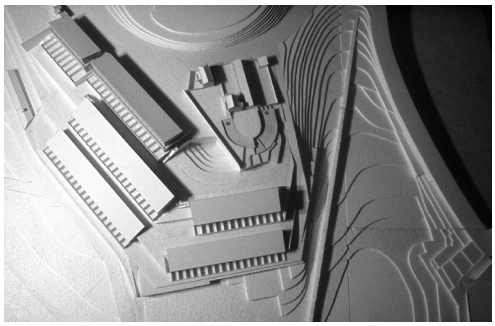
livre serviria para a realização de actividades colectivas, num espaço que Matos Ferreira descreveu como tendo "características ambientais de excepcional beleza"[21] e que correspondia a uma antiga pedreira. Para alojar a Associação de Moradores, previa-se a criação de um edifício-sede no sector da primeira fase que viria a rematar o conjunto no momento de torção da rua de Salgueiros (actual rua de Cervantes). Esse edifício funcionaria como centro social e jardim de infância da Associação de Moradores da Lapa. A partir da terraplanagem de uma plataforma que era propriedade municipal, implantar-se-ia um edifício de dois pisos que albergaria no piso inferior uma sala polivalente (recinto coberto para as crianças durante o dia e sala de reuniões ou para outro tipo de actividades à noite) e no piso superior o jardim de infância. O ante-projecto assinado por Beatriz Madureira estava completamente definido e orçamentado em Junho de 1977, mas não chegou a ser construído[22]. Era intenção da Associação de Moradores criar uma pequena cooperativa de consumo e localizá-la no cunhal entre a rua de Salgueiros e a rua da Lapa, por se considerar um local com boa vocação comercial. Quanto ao parque, funcionaria como o centro de todo o bairro e elemento integrador dos três sectores, para o qual se desenharam percursos pedonais e mantiveram os respiradouros do aqueduto, elementos que aparentemente teriam algum destaque, embora não se consiga perceber qual a forma que adoptariam (se através de percursos ou de outros elementos)[23]. Nos vários equipamentos promover-se-iam actividades educativas e recreativas com o intui-

21 Alfredo Matos Ferreira, "Lapa", *Lotus International*, 18, Março 1978, p. 82.

22 O espaço actualmente corresponde a um parque infantil exterior.

23 Sem que tenha sofrido transformações significativas, a área prevista para parque público tem actualmente em curso um projecto de transformação em Parque urbano da Lapa, que poderá, no futuro, juntamente com a Quinta de Santo António, formar um parque único. O plano de regeneração do território, que conta com a construção de edifícios de habitação no sector correspondente à segunda fase (sem que se mantenha o núcleo de ilhas existente), não abarca o Monte da Lapa por existir para este sector um projecto de reabilitação específico promovido pela empresa Pedra Líquida e da autoria de Álvaro Siza. Cf. Mariana Correia Pinto, "Uma mancha verde e habitação para construir «cidade nova» na Lapa", 9 Dezembro 2019, disponível em: https://www.publico.pt/2019/12/09/local/noticia/-mancha-verde-habitacao-construir-cidade-nova-lapa-1896735?fbclid=IwAR2d6e6eAGmngaxXfGVgnyhSUY9JIS2e9CB-SoJ1B7C8iVF9_696dwYAG16g, consultado a 9 Dezembro 2019; Miguel Amorim, "Ilha de Siza Vieira à venda por 25 milhões", disponível em: https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/ilha-de-siza-vieira-a-venda-por-25-milhoes-11356683.html, 1 Outubro 2019, consultado a 9 Dezembro 2019.







← Fotografia da antiga pedreira onde seria colocado o anfiteatro ao ar livre e maqueta onde se pode ver a proposta desenhada, [1974-77].
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

→ Fotografia do arranque das obras no sector da segunda fase, 1977.
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

to de fomentar um espírito comunitário e a emancipação da população.

Da operação da Lapa apenas foram construídos 74 fogos no sector correspondente à primeira fase (28 T3/T4, 23 T1 e 23 T2/T3), tendo ficado vários fogos por construir (três blocos, de acordo com a planta de implantação, ou 12 fogos, segundo o acordo final realizado com a Câmara). No sector da segunda fase, onde seriam construídos 182 fogos novos e recuperados 13 fogos, as obras chegaram a arrancar, mas foram suspensas pela Câmara com base em alegados "erros técnicos de monta"[24]. Esta era a maior operação SAAL em curso e, como tal, era necessário travá-la, tanto devido ao valor dos terrenos em causa como em nome dos interesses imobiliários no restante tecido da cidade que se viam ameaçados perante o avanço e escala desta operação. Ainda que as fundações dos blocos da segunda fase tenham começado a ser erguidas, as obras ficaram suspensas e a operação bloqueada.

Para a interrupção das obras contribuiu também um desentendimento entre a brigada técnica e a Associação de Moradores. Apesar da combinação prévia entre estas, numa reunião com a Câmara, a Direcção da Associação acabou por aceitar um acordo proposto pelo município, sem consultar os moradores. Esse acordo consistia em, para compensar a anulação da construção da segunda fase, oferecer um terreno junto à primeira fase onde poderiam ser construídos 12 fogos e em realizar vagas promessas quanto a um novo terreno junto a uma futura rua. A Direcção cedeu face ao argumento apresentado pela Câmara de que o valor por fogo dispararia devido às características do terreno, quando, na verdade, os fogos seriam semelhantes aos da primeira fase e o valor das infra-estruturas seria suportado pela Câmara, pois essas obras estavam a seu cargo. A necessidade de construção de muros de contenção num terreno de elevada pendente e a instabilidade do solo devido a tratar-se de uma área que havia sido utilizada como depósito de lixo da antiga Fábrica de Salgueiros tornariam esta operação bastante onerosa para a Câmara, algo que não lhes interessava e que, aliado ao impacto que esta operação representava enquanto conquista do Processo SAAL na cidade do Porto, conduziu ao seu bloqueio. Ao confiar na palavra da Câmara, achando que esta agia de boa fé, a Direcção quebrou a relação de confiança que existia com a Brigada.

A Associação de Moradores teve uma boa organização inicial, publicou o primeiro número do jornal *A Voz da Lapa* logo em Novembro de 1974 e foi a única operação em que se

24 No dia 24 de Fevereiro de 1977, a Câmara Municipal do Porto mandou suspender as obras em curso no sector da segunda fase, alegando "«erros técnicos de monta» constantes de relatórios que sobre a operação foram elaborados por um grupo de técnicos camarários. Nem antes da decisão, nem depois dela ser conhecida, e apesar das sucessivas diligências da AM e da BT, foi autorizado pela CMP o acesso aos referidos relatórios.". Brigada da Lapa, "Actividades da Brigada relativas ao mês de Fevereiro de 1977", 15 de Março de 1977.


A VOZ DA LAPA
JORNAL DE APOIO ÀS LUTAS POPULARES
Nº 4 1975 AGOSTO PREÇO 1$50
EDITORIAL
SUMÁRIO

↑ Capa do jornal *A voz da Lapa: jornal de apoio às lutas populares*, 4, Agosto 1975.
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

iniciaram as obras da segunda fase, embora tenham sido interrompidas. Igualmente, a Associação mantém o seu bom funcionamento na actualidade, com sede renovada no número 144-148 da rua de Salgueiros (actual rua de Cervantes), um parque infantil e boas condições de conservação e habitabilidade das casas. Apesar das modificações introduzidas nos edifícios, como a alteração da caixilharia e construção de marquises, as obras foram realizadas de forma homogénea e seguindo os mesmos critérios para todas as casas[25]. Ainda assim, a aliança de membros da Direcção ao PCP na altura, contrária ao desejado apartidarismo, fez com que de alguma forma se tenham minado as relações entre os habitantes e também da Direcção com a Brigada. Notas escritas à mão pelo arquitecto Matos Ferreira dão ainda a entender a sua discordância quanto aos critérios adoptados pela Direcção para a distribuição das casas[26], o que conduziu a uma relação de desconfiança entre ambos.

Documentos referentes a uma fase intermédia do processo revelam, pelo contrário, uma total confiança na brigada técnica manifestada pelos moradores, destacando o papel fundamental da Brigada no processo de luta, na motivação e dinamização da população e na rapidez e eficácia com que conduziu o projecto para a operação da Lapa[27]. O empenho de Matos Ferreira neste processo é notório, tal como se pode perceber pela forma como se refere ao Processo SAAL nos vários textos elaborados. Como destaca o arquitecto:

"A experiência de trabalho no âmbito das acções SAAL (…) foi sem dúvida a mais gratificante de toda a minha longa carreira de arquitecto, um momento de grande euforia e esperança, um momento de libertação colectiva em que se conjugaram vários factores irrepetíveis que nos faziam sentir úteis socialmente."[28]

Para além de servir uma população com graves carências habitacionais, foi um momento em que se acreditava ser possível participar na gestão da cidade. Daí que, terminado o Processo, escreva com alguma melancolia e desilusão que "[o] pequeno núcleo construído contribuirá para dividir os habitantes e permanecerá somente como recordação"[29], e que a não construção do edifício sede da Associação de Moradores "foi mais um sonho frustrado para os moradores e para o arquitecto que com eles sonhou"[30].

25 Estão em curso, no final de 2019, novas obras para o melhoramento das casas do bairro. Como escreveu Maria Rodrigues, ainda em 1999: "Com maior ou menor dinamismo, as associações de moradores que subsistiram adequaram os seus objectivos à realidade local sempre em renovação. Dar resposta a necessidades habitacionais, pressionar os poderes autárquicos no sentido da construção de equipamentos de carácter social e desenvolver actividades de animação cultural foram as vertentes mais visíveis da sua acção (…)". Rodrigues, Maria, *Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76)*, Porto: Campo das Letras, 1999, p. 141.

26 "É preciso lutar para haver justiça na distribuição de casas. / É preciso que as pessoas que não podem pagar tenham acesso às casas. / Não aceitar como a Direcção fez, em que só as pessoas que têm posses é que vão para as casas porque podem pagar. / O SAAL não foi feito para isso, o subsídio a fundo perdido não foi feito para isso. Valer-se dele para dar casas a pessoas que podem pagar é roubar." Alfredo Matos Ferreira, "Distribuição de casas", documento escrito à mão, s.d., arquivo pessoal de Alfredo Matos Ferreira. Amadeu, morador associado da área da Lapa, manteve-se empenhado no processo de construção das casas quando os conflitos tomaram conta do processo, contando, para tal, com o apoio do arquitecto Matos Ferreira. Apesar de ter lutado muito pela sua concretização, rejeitou a possibilidade de lhe ser atribuída uma casa por considerar que a distribuição das casas deveria ser feita de uma forma justa, ou seja, por considerar que primeiramente deveriam ser entregues àqueles que mais dela necessitavam. Cf. Virgílio Borges Pereira, "Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu. Breves notas sobre a memória do encontro entre o social e a política no Porto (pós)-revolucionário" *in* Monteiro, Bruno; Pereira, Virgílio Borges (orgs.), *A política em estado vivo: uma visão crítica das práticas políticas*, Lisboa: Edições 70, 2013, pp. 247-251.

27 "Na nossa luta teve papel preponderante a nossa Brigada Técnica, assim como elementos do S.A.A.L. Norte, mas não podemos deixar de salientar e nunca é demais o papel exaustivo da nossa Brigada Técnica, chefiada pelo Sr. Arq. Matos Ferreira, que em todas as Reuniões de Moradores e junto da população foi de uma eficácia extremamente válida, estamos até conscientes de que sem esse precioso apoio não nos seria possível chegar-mos [sic] tão rapidamente à posição actual. / Queremos ainda em relação à nossa Brigada Técnica, salientar o seu poder de Organização, e estamo-nos a lembrar duma Reunião Geral de Moradores em que foram apresentados pela B.T. diapositivos elucidativos do desenvolvimento do trabalho efectuado até ao momento, a apresentação deste trabalho, teve nos Moradores uma Projecção de largo alcance, que nos contagiou ao ponto de nos sentirmos na obrigação de dar tudo por tudo e nós temos tentado fazer o melhor possível para não nos desiludirmos a nós nem aos que em nós confiam." Direcção da Associação de Moradores da Zona da Lapa, "À Coordenadora S.A.A.L. Norte", s.d., documento consultado no ADP.

28 Alfredo Matos Ferreira, "Lapa", *op. cit.*, Março 1978, p. 82.

29 Ibidem.

30 Alfredo Matos Ferreira, "SAAL Lapa, edifício sede da Associação de Moradores" *in* Mendes, Manuel (coord.), *Memória: Alfredo Durão de Matos Ferreira*, Porto: Fundação Instituto Marques da Silva, 2017, p. 212.











← Fotografias de Urros.
© Mendes, Manuel (coord.), *Memória: Alfredo Durão de Matos Ferreira*, Porto: Fundação Instituto Marques da Silva, 2017, pp. 116, 131, 81.

→ Fotografia de instalações agrícolas da Quinta da Canameira (1955) e da habitação de férias da Quinta de Joanamigo (1950, 1962-2005).
© Idem, pp. 75, 143.

A relação de grande dedicação e proximidade ao lugar e às pessoas é característica da vida e obra deste arquitecto, cuja obra até recentemente era pouco conhecida[31]. Era também derivada do contacto com Fernando Távora, do conhecimento do Estudo de Renovação Urbana do Barredo e dos processos em curso nas operações SAAL de Miragaia e da Prelada, já que partilhavam sociedade nessa altura[32]. Mas devia-se, especialmente, ao seu percurso muito particular, autónomo e profundamente enraizado em Trás-os--Montes, que imprime no arquitecto "emoções e afectos, convicções e valores de vida"[33].

Pode dizer-se que, apesar de não ter participado no Inquérito à Arquitectura Popular, realizou o seu próprio inquérito. Os laços familiares de Matos Ferreira com o Nordeste Transmontano permitiram que desenvolvesse um conhecimento directo da "utilização agrícola desse território e do carácter das suas povoações"[34]. Esse conhecimento está explanado nos documentários que realizou sobre actividades agrícolas e de pastorícia da região[35] e nos diversos registos fotográficos elaborados. Ao documentar os vários processos e práticas produtivos e culturais, e ao realizar paralelamente uma análise das formas do território, este conhecimento e envolvimento profundo moldou a sua prática profissional, o que se manifesta nas próprias

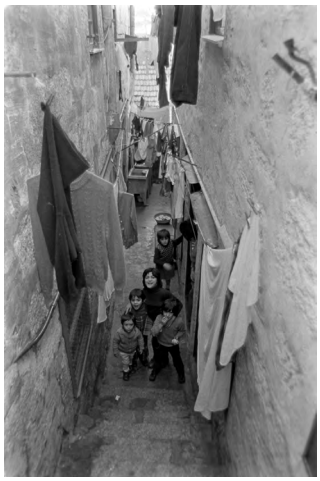
31 A vida e obra do arquitecto foram objecto de tratamento documental e acções de disseminação e exposição organizadas por Manuel Mendes a partir de 2017, na sequência da doação do espólio à Fundação Marques da Silva.

32 Alfredo Matos Ferreira (1928-2015), da geração intermédia entre Távora e Siza, partilhou gabinete com Álvaro Siza, Alberto Neves, António Menéres, Joaquim Sampaio e Vasco Macieira Mendes na Sala 35 e posteriormente teve sociedade com Fernando Távora entre 1972 e 1982.

33 Carolina Medeiros/FAUP, "Percurso arquitectónico de Alfredo Matos Ferreira em exposição na FAUP", *Notícias Universidade do Porto*, 10 de Dezembro de 2017, disponível em: https://noticias.up.pt/percurso-arquitetonico-de-alfredo-matos-ferreira-em-exposicao-na-faup/, consultado a 10 Abril 2019.

34 Álvaro Siza, "Prefácio" *in* Mendes, Manuel (coord.), *op. cit.*, 2017, p. 13.

35 A título de exemplo, é o caso do documentário "Centeio" realizado em Urros em 1968.







↑ Fotografias de ilhas e espaços de pátio no monte da Lapa, [1974-75]. © Arquivo Alfredo Matos Ferreira

obras de arquitectura que desenvolveu na região. Isso está patente no projecto para a Quinta de Joanamigo, nas várias instalações agrícolas que realizou ou no plano de reconversão urbana e agrícola de Urros que elaborou por iniciativa própria. Perante as alterações urbanas que foram descaracterizando a aldeia de Urros, algumas de forma irreversível, Matos Ferreira sentiu o imperativo ético de contribuir para uma qualificação do espaço que tão bem conhecia, manifestando desta forma um alto sentido de responsabilidade cívica.[36]

Quando começou a trabalhar no Processo SAAL, Matos Ferreira estava embrenhado no próprio processo revolucionário, o que influenciou a sua participação[37]. Através da consciência do uso da técnica e do seu alcance, a sua actuação não se limitou à de um técnico executante, mas de um agente que também orientou a acção política.

Embora conhecesse bem a pobreza rural, não sabia que o mesmo se passava em contexto urbano, o que o marcou profundamente. A população da Lapa era urbana, e consistia na segunda geração que residia ali, a partir da fixação de migrantes que, com o desenvolvimento industrial, afluíram ao Porto vindos do mundo rural em busca de trabalho. As condições habitacionais eram preocupantes, como revela o texto publicado no jornal dos moradores:

"CAMARADAS: Um dos maiores problêmas [sic] do nosso bairro, é a habitação, pois as mesmas habitações por razões que todos nós conhecemos, são indignas de ser habitadas, por famílias na sua maioria numerosas. Mediante estes problêmas, não se pode dar uma boa educação aos filhos, pois na sua maioria, têm que dormir em divisões feitas com cortinas, fazendo do quarto a cozinha e da cozinha a retrete, onde todos estão sujeitos a apanhar doenças incuráveis! Em muitas das casas não há água canalizada, não há quartos de banho, e há ilhas onde há casas onde o sol nunca lá entrou, pois mais parecem buracos do que casas. (...)."[38]

Perante esta conjuntura, Matos Ferreira sentiu pela primeira vez "uma plena sensação de utilidade como deve sentir um médico quando assiste um doente grave e tenta a todo o custo curá-lo"[39]. Logo na primeira reunião com os moradores percebeu que o entendimento entre ambos era possível, revelando que "talvez o facto de desde sempre ter tido contacto com gentes que têm a sua própria cultura e modo de comunicar, em Trás-os--Montes ou no Calhau madeirense, me tenha ajudado"[40]. Transpôs, assim, as ferramentas de leitura do lugar que foi desenvolvendo na

36 Cf. Mendes, Manuel (coord.), *op. cit.*, 2017.

37 Durante o período do SAAL, Alfredo Matos Ferreira realizou dois documentários: um sobre o Encontro SAAL/Norte, intitulado "Porto, 1975: Encontro SAAL/Norte – Centro de Formação Acelerada"; e outro sobre a luta popular e as manifestações ligadas ao SAAL/Norte.

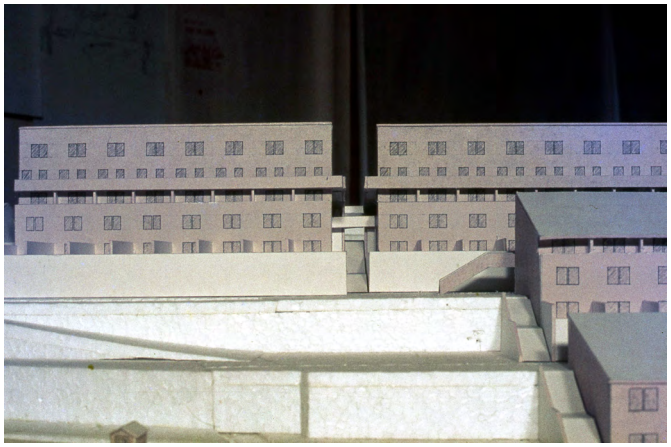
38 "A habitação no nosso bairro", *A Voz da Lapa (Jornal de apoio às lutas populares)*, 1, Novembro 1974.

39 Alfredo Matos Ferreira, "SAAL Lapa" *in* Mendes, Manuel (coord.), *op. cit.*, 2017, p. 190.

40 Ibidem.







← Fotografia do núcleo de ilhas localizado na rua Alves Redol, [1974-75].
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

→ Fotografia das plataformas do bloco-comboio, [1976-77].
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

↓ Fotografia da maqueta relativa ao sector da segunda fase.
© Arquivo Alfredo Matos Ferreira

região transmontana para o contexto urbano.

Tendo por base que tanto a recuperação das casas antigas como a construção de casas novas assegurariam boas condições habitacionais e de conforto, numa dignificação dos modos de habitar, Matos Ferreira procurou compreender os modos de vida existentes e ler os traços e marcos do lugar, no sentido em que estes reflectem uma apropriação do espaço pelos habitantes, algo que pretendia ser potenciado. Nas fotografias que fez do aglomerado no Monte da Lapa retratam-se, sobretudo, as características das casas e os espaços de horta, pátios, corredores e escadas. Reconhecendo que os espaços semi-públicos se revestem de especial importância nas formas de sociabilidade existentes, o arquitecto tentou transportá-los para o novo projecto, pois entendeu que são os espaços de umbral que possibilitam o convívio entre vizinhos e o exercício de cidadania. Os pátios individuais, as galerias de acesso às casas, as ruas e os largos resultam dessa leitura e procuram criar uma sucessão de espaços exteriores com diferentes níveis de intimidade que permitem criar dinâmicas diversificadas de apropriação do espaço. Equipamentos, como o parque público e o anfiteatro, constituiriam os espaços colectivos por excelência.

Mas a Brigada sabia que a luta por melhores condições habitacionais do bairro só seria possível se enquadrada num projecto político maior de transformação da cidade e da sociedade, e não restrito aos limites de cada unidade operacional: "A recuperação de uma zona urbana degradada tem de ser também encarada como uma operação global e só nessas condições é possível levá-la a bom termo, tanto do ponto de visa técnico, como económico."[41]. Esta consciência e posicionamento denotam como nas estratégias lançadas se vai equacionando uma ideia de sociedade e de construção de uma cidade democrática.

Mais de 40 anos passados, a área semi-rural do vale permanece cristalizada. Apesar da adaptação da linha-de-comboio para o metro, o facto de o espaço de acesso não ter sido tratado potenciou a instalação de gangues, o que acentuou a marginalidade a que o bairro ficou votado. Recentemente, dois projectos propõem uma transformação da área. Um projecto camarário propõe a transformação do vale num parque urbano, conjugando edifícios de habitação, uma residência universitária e a concentração dos tribunais do Porto (que resulta de uma imposição do governo central)[42]. O outro projecto, promovido

41 Alfredo Matos Ferreira, notas soltas, documento consultado na FIMS.

42 Cf. Mariana Correira Pinto, "Uma mancha verde e habitação para construir "cidade nova" na Lapa", *op.*

pela empresa Pedra Líquida, diz respeito à transformação do Monte da Lapa, cujo plano foi encomendado a Álvaro Siza[43]. Ainda que o plano camarário mantenha os vários terrenos do vale nas mãos do município, o facto de não se incorporar o Monte da Lapa (onde se prevê a manutenção de alguns moradores – outros já foram realojados noutros locais –, mas sobretudo uma exploração turística) e de se valorizar a área fez com que, logo no dia a seguir a ser noticiado o plano do parque, tenha saído um artigo que revelava que a Lapa está no radar dos investidores[44]. As várias transformações têm implicações imediatas no tecido urbano e social, pois inflaccionarão o valor imobiliário da área e, consequentemente, desencadearão processos de gentrificação. Pegando nas palavras de Nuno Portas, que se aplicam também aos moradores que permanecerão no Monte da Lapa com as casas renovadas, "é natural que as bases, de momento, possam não entender em que medida é que uma *aparente* melhoria as pode, a curto prazo, vitimar em vez de beneficiar"[45].

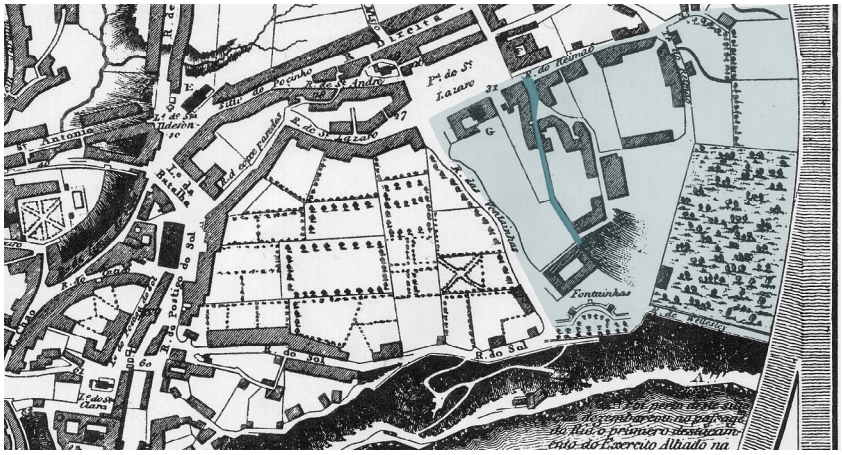
cit., 9 Dezembro 2019.

43 O plano consiste na recuperação de 3 ilhas (10 casas no total) onde se pretende manter os moradores residentes, na recuperação de 8 casas para um apart-hotel e na construção de uma pousada junto ao mirante. O mirante servirá como café da pousada.

44 Mariana Correia Pinto, "Em meio ano, Porto recebeu 187 pedidos de licenciamento para projectos imobiliários", *Público*, 10 Dezembro 2019, disponível em: https://www.publico.pt/2019/12/10/local/noticia/meio-ano-porto-recebeu-187-pedidos-licenciamentos-projectos-imobiliarios-1896807, consultado a 10 Dezembro 2019.

45 Portas, Nuno, "O arquitecto Nuno Portas e o direito à habitação: Entrevista por Eduardo Guerra Carneiro" (1974), *Arquitectura(s): Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto: Faup Publicações, 2005, p. 245.

OP07
OPERAÇÃO SAAL DE S. VÍTOR



↖ Excerto da planta redonda de George Balck de 1813 onde se vê representada a viela Sr.ª das Dores. © Arquivo Municipal do Porto

A 16 de Setembro de 1974, os moradores da área de S. Vítor enviaram uma carta ao SAAL onde solicitavam a sua intervenção, dando conta das condições de grande insalubridade em que viviam. Reclamavam ainda da inacção da Câmara Municipal do Porto perante solicitações elaboradas anteriormente, referindo que "os escassos melhoramentos (?) que foram feitos nada modificaram"[1].

A área de S. Vítor, outrora conhecida por ter a taxa de mortalidade mais elevada da cidade[2], consistia numa área dominantemente de habitação operária edificada ao longo do século XIX após a abertura da Rua de S. Vítor. Na planta redonda de George Balck, datada de 1813, é possível ver como esta área correspondia ainda à Quinta da Fraga[3], existindo apenas construção na parte ocidental integrante do quarteirão Sr.ª das Dores, e reconhece-se a viela Sr.ª das Dores que atravessava o quarteirão desde o largo do Camarão até ao Asilo Portuense da Mendicidade[4] nas Fontaínhas. A abertura da rua de S. Vítor iniciada em 1818 a partir do troço oriental viria a desencadear o desenvolvimento desta área que, apesar de relativamente periférica em relação ao centro da cidade, reunia condições para se tornar uma área residencial burguesa, tal como aconteceu noutras áreas de expansão almadina. Foi o desenvolvimento industrial e a localização de equipamentos fabris nas imediações que fez decair o seu estatuto, tornando-se uma das maiores concentrações de ilhas da cidade. A demora na abertura do troço ocidental da rua e a não concretização do eixo mais a sul do esquema radial de ruas projectado por Almeida Machado em 1883, que atravessaria o denso quarteirão a norte desde a rua do Heroísmo até à rua de S. Vítor, acentuaram a relegação deste lugar[5].

O parcelamento dos terrenos da antiga quinta seguiu a mesma prática adoptada nos arruamentos da expansão setecentista da cidade, com a divisão dos lotes em parcelas estreitas e profundas. A sua ocupação mos-

1 Moradores da zona de S. Vítor, "Carta enviada ao SAAL, a 16 de Setembro de 1974", documento policopiado consultado no Arquivo Distrital do Porto.

2 Teixeira, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: FCG, 1996, p. 235.

3 Ibidem.

4 Embora este edifício esteja identificado na planta de 1892 como Matadouro, sabe-se que foi profundamente transformado e ocupado pelo Asilo Portuense da Mendicidade na segunda metade do século XIX.

5 Pinto, Jorge Ricardo, *O Porto oriental no final do século XIX: um retrato urbano (1875-1900)*, Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 92.





↑ Planta da operação SAAL de S. Vítor com os dois sectores assinalados.
© Arquivo Álvaro Siza

↗ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892.
© Arquivo Municipal do Porto

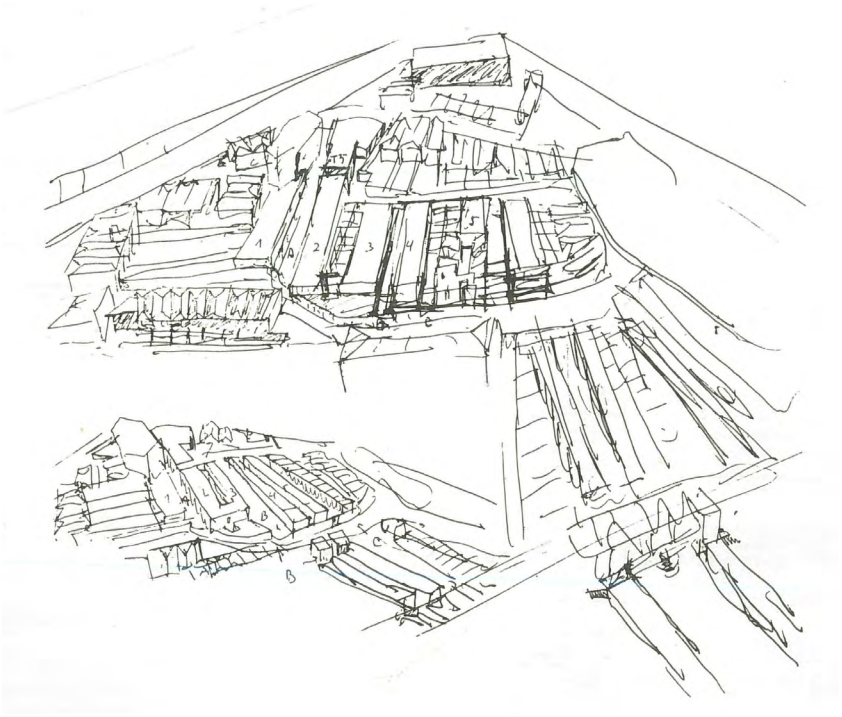
tra, contudo, diferenças. Devido ao baixo estatuto da área aquando da sua urbanização, a lógica imobiliária das classes médias e da pequena burguesia adaptou os seus investimentos às possibilidades económicas do operariado. Nuns casos, verificou-se a edificação das casas burguesas à face da rua com a construção de ilhas no espaço de logradouro (por vezes em simultâneo). Noutros casos, a ilha ocupou todo o lote, podendo uma ou duas das células habitacionais ter frente para a rua.

O contacto estabelecido com os moradores meses antes por estudantes de arquitectura da ESBAP no âmbito de um trabalho escolar agilizou o processo[6]. Foram esses estudantes que convidaram Álvaro Siza e Domingos Tavares para chefiar a Brigada no momento de formalização da operação SAAL de S. Vítor. No entanto, devido à quantidade de operações em curso, em Fevereiro de 1976 a Brigada foi dividida, tendo alguns elementos passado para a operação SAAL de Presa Velha – Formiga – China, e Álvaro Siza ficou encarregado de S. Vítor.

A Brigada partiu da análise da evolução histórica da área, atendendo às transformações morfológicas. Analisou também a proposta do Plano Director (Auzelle, 1962), que propunha a demolição de todas as construções no interior do quarteirão Sr.ª das Dores, da qual se afastou. Para iniciar os trabalhos, definiu-se a unidade operacional constituída por dois sectores: o sector Sr.ª das Dores, delimitado pelo sector ocidental da rua de S. Vítor, pela praça da Alegria até ao lado poente do Asilo Portuense da Mendicidade, pelo sector sul da rua das Fontaínhas e pela avenida Rodrigues de Freitas, exceptuando as parcelas interiores do quarteirão pertencentes à Santa Casa da Misericórdia e ao Colégio de Nossa Senhora da Esperança; e S. Vítor, delimitado pelo lado nascente da praça da Alegria, pela rua de Gomes Freire, pelo troço sul da rua Duque de Saldanha e pelas traseiras das casas da rua do Duque de Palmela.

O projecto começou pelo sector Sr.ª das Dores por uma questão de operacionalidade, uma vez que previamente tinham sido realizadas demolições e alguns terrenos tinham sido expropriados para a construção de um parque de estacionamento, tal como previsto

6 Segundo Adalberto Dias, o grupo inicial de estudantes era composto pelo próprio, Eduardo Souto de Moura, Graça Nieto Guimarães, Manuela Sambade e Teresa Fonseca. No momento de formação da Brigada integravam-na os arquitectos Álvaro Siza, Domingos Tavares e Francisco Guedes e os estudantes Adalberto Dias, Eduardo Souto de Moura e Manuela Sambade, tendo-se mais tarde juntado as estudantes Graça Nieto Guimarães e Paula Cabral. Cf. Adalberto Dias, "Renascer" *in* Costa, A.A., Costa, A.C., Fernandez, S. (coord.), *Cidade participada: arquitectura e democracia. Operações SAAL – S. Victor*, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, p. 129; Brigada Técnica de S. Vítor, "L'isola proletária come elemento base del tessuto urbano", *Lotus International*, 13, 1976, p. 81.



↖ Esquisso da primeira solução proporas para o sector Sr.ª das Dores. © Arquivo Álvaro Siza

no Plano Director. Esses terrenos foram reclamados pelos moradores para a construção de casas e permitiram um arranque imediato da operação.

Aquela que se presume ser a primeira proposta de Álvaro Siza para este sector consistia na edificação de bandas de casas segundo o alinhamento dos muros de suporte dos lotes das ilhas que tinham sido demolidas, tanto do lado nascente como poente da rua Sr.ª das Dores, prolongando-se o comprimento das bandas do lado nascente até à rua Sr.ª das Dores. Uma segunda proposta, que foi parcialmente construída, revela uma alteração da estratégia seguida. Uma das bandas (indicada na planta da página seguinte com a legenda A1) é disposta paralelamente à rua de S. Dionísio e à rua Sr.ª das Dores e forma uma nova frente no interior do quarteirão. Esta disposição altera substancialmente a organização do quarteirão, ao contrariar o parcelamento respeitante às ilhas e ao tornar o quarteirão mais aberto. Quanto aos restantes elementos deste sector, consistem: no caso dos conjuntos C2 e C5, na "[r]econstrução aproveitando fundações e paredes de prédios semidemolidos"; para o conjunto A4, na construção de casas novas num terreno que também correspondia a um terreno onde tinham sido demolidas ilhas; quanto ao conjunto D3, na "[r]ecuperação e equipamento de edifícios da periferia já desocupados"; e para os conjuntos B6, B7, B8 e B9, em construção nova "[e]m terrenos da periferia nunca construídos"[7].

O conjunto A1 é formado por uma banda de casas unifamiliares de dois pisos que se adapta à topografia do terreno e pontualmente é interrompida pela intersecção com muros e desníveis e para a criação de passagens. A ruína torna-se uma nova frente no interior do quarteirão e conforma os espaços exteriores das casas, estabelecendo diferentes graus de intimidade. Esta banda só foi parcialmente construída, num total de 12 fogos[8], ficando por edificar os fogos das extremidades da banda à cota mais baixa e o troço de 7 fogos da banda à cota mais alta.

A organização em banda de casas unifamiliares aproxima-se do modelo das *Siedlungen* projectadas por J.J.P. Oud ou Bruno Taut no período entre-guerras, que consistiu num

7 Brigada Técnica de S. Vítor, "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano" *in* Costa, A.A., Costa, A.C., Fernandez, S. (coord.), *op. cit.*, 2019, p. 38.

8 Inicialmente a construção em curso englobava apenas 11 fogos, tendo-se iniciado a construção de outro fogo a norte posteriormente, como é visível nalgumas fotografias da época. Desenhos parciais correspondentes à construção dos 11 fogos foram publicados em: Siza, Álvaro, *Professione Poetica=poetic profession*, Milão: Electa, 1986; Santos, José Paulo dos (ed.), Álvaro Siza: obras y *proyectos, 1954-1992*, Barcelona: Gustavo Gili, [cop. 1993].



↑ Planta da proposta de intervenção no sector Sr.ª das Dores, com os edifícios construídos assinalados a azul. (Para a consulta da planta relativa ao sector Sr.ª das Dores com a sobreposição dos projectos elaborados para os conjuntos A1, C2, D3 e A4, cf. Mota, Nelson, *An archaeology of the ordinary: rethinking the architecture of dwelling from CIAM to Siza*, Delft: Tese de Doutoramento, Delft University of Technology, 2014, p. 230.)
© Arquivo Álvaro Siza

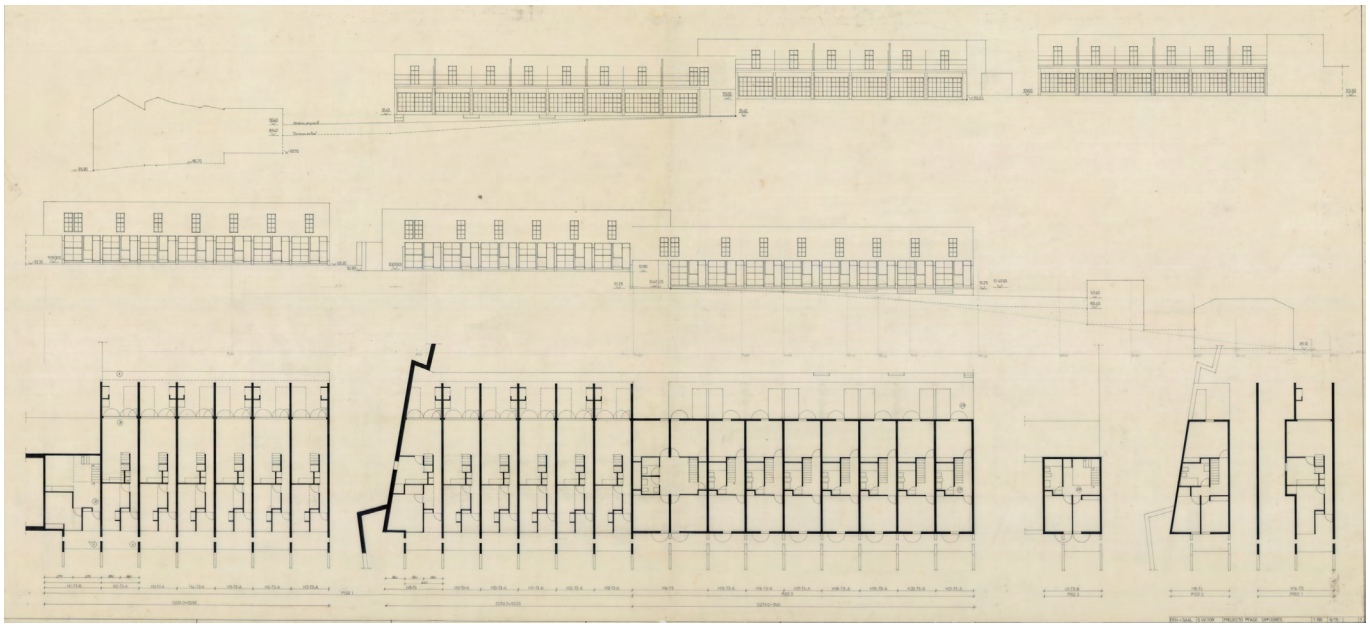


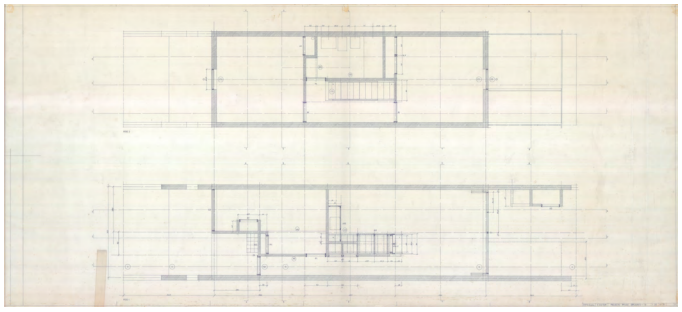


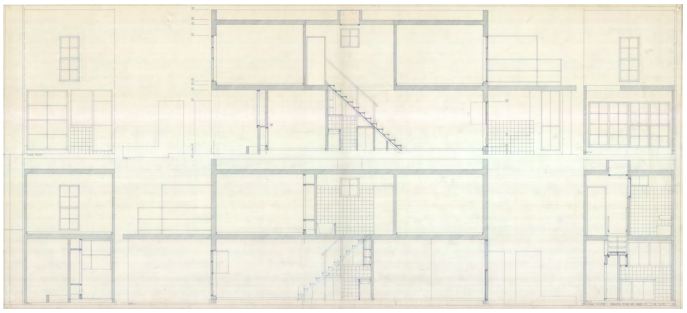
↗ Fotografias do bloco A1.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

modelo de expansão das cidades que em parte retomou a edificação de casas unifamiliares e que procurou criar estruturas unitárias do ponto de vista formal e social. Quanto às casas, considerando a casa-tipo, estas têm apenas 3,6 metros de largura para controlar custos e facilitar a construção, obrigando a um grande engenho na organização do espaço interior. A entrada é recuada e dá acesso a um corredor que distribui para o primeiro quarto e para os restantes espaços da casa. O corredor é conformado por uma escada de um lanço que é paralela mas afastada da parede de meação, subindo na direcção contrária à da entrada, e a perspectiva da sala abre-se à medida que a escada desce. O espaço sob a escada é aproveitado para um braço do "L" da cozinha, interior, que se organiza transversalmente e está aberta para a sala que comunica directamente com o espaço de logradouro. No piso superior há dois quartos e um quarto-de-banho distribuídos através de um pequeno hall iluminado por uma clarabóia, que ilumina também o quarto-de-banho e a sala através da escada. O quarto voltado para o espaço de tardoz tem acesso a um terraço sobre o logradouro, onde existe uma pequena abertura que permite iluminar a sala e manter árvores existentes. Esta opção faz lembrar o pavilhão do Espírito Novo de Le Corbusier (Paris, 1925), onde se fez uma abertura na cobertura que cobre toda a área do módulo da casa para manter e integrar uma árvore.

O revestimento homogéneo em reboco das superfícies exteriores da banda não revela a sua origem construtiva, aproximando-se das experiências dos arquitectos modernos dos anos 1920 e 1930. Ao piso térreo aberto nas duas fachadas contrapõem-se os vãos verticais e centrais do piso superior. A repetição na composição do alçado é quebrada nos topos e no momento de transição de cotas, que coincidem com a colocação de fogos de excepção. O módulo da janela do alçado anterior no piso superior, composto por dois panos fixos em baixo e janela em guilhotina em cima com o pano superior fixo, repete-se no alçado de tardoz em cima (com os dois panos de baixo a abrir para fora) e no vão da sala, composto por quatro módulos. No quarto junto à entrada no piso térreo apenas







se mantém a relação de largura entre vãos, simulando, contudo, uma métrica semelhante com a subdivisão do caixilho em múltiplos de quatro.

Reconhecem-se elementos já usados noutras obras de Siza: os muretes entre fogos (como fragmentos soltos) permitem a apropriação do espaço exterior e foram usados de modo semelhante no edifício plurifamiliar projectado para Caxinas (1970-72), as superfícies homogéneas e a forma curva tinham sido experimentadas no banco em Oliveira de Azeméis (1971-74), o ritmo regular e contrapontístico dos alçados é parecido ao do bairro da Bouça (1973-77, 2000-06), a caixilharia de madeira pintada de castanho com cortinas alaranjadas lembram a casa Alcino Cardoso (1971-73), a utilização de janelas de guilhotina é semelhante à casa Beires (1973-76), e a aplicação de cor já tinha sido testada em Caxinas e na casa Beires. Em S. Vítor as casas são pintadas de verde-água. Curiosamente, a cor verde foi usada por Robert Venturi na casa que desenhou para a mãe (Chestnut Hill, 1959-64) por ter ouvido Marcel Breuer comentar que era a única cor a não poder ser usada na arquitectura[9].

O confronto entre a abstracção das formas e a carga da ruína ou, como escreve Siza num esquisso do projecto de S. Vítor, a "neutralidade bauhausiana em diálogo com a história"[10] expressam um *rigor*[11] e distanciamento que depois é apaziguado pela utilização de cor e de janelas de guilhotina que lembram as casas de expansão almadina.

"Nesta condição, o arquitecto não pode actuar (participar) imitando a espontaneidade que não

9 Cf. Robert Venturi *in* "My choice of colour for the Vanna Venturi House", disponível em: http://www.webofstories.com/people/robert.venturi.and.denise.scott.brown/11?o=SH, consultado a 3 Junho 2016.

10 Cf. desenho acessível em https://www.moma.org/collection/works/161449?artist_id=29732&locale=pt&page=1&sov_referrer=artist, consultado 3 Junho 2016.

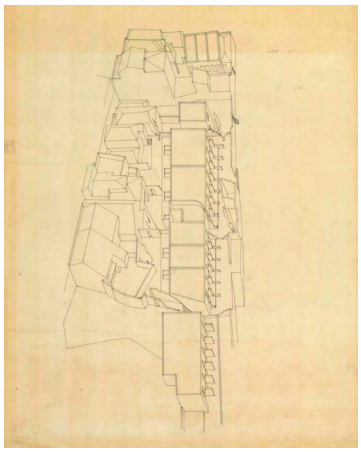
11 A ideia de "rigor" é abundantemente referida no manifesto da Brigada, que se sabe escrito por Álvaro Siza. Cf. Álvaro Siza, "Linhas de acção dos técnicos como técnicos" *in* Costa, A.A., Costa, A.C., Fernandez, S. (coord.), *op. cit.*, 2019, pp. 56-57.

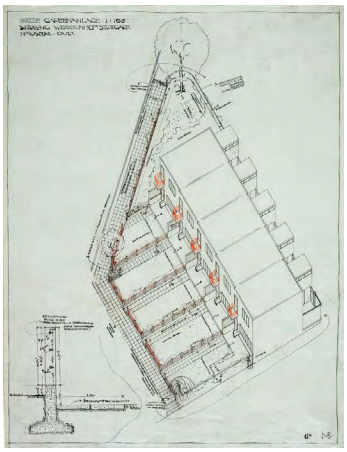


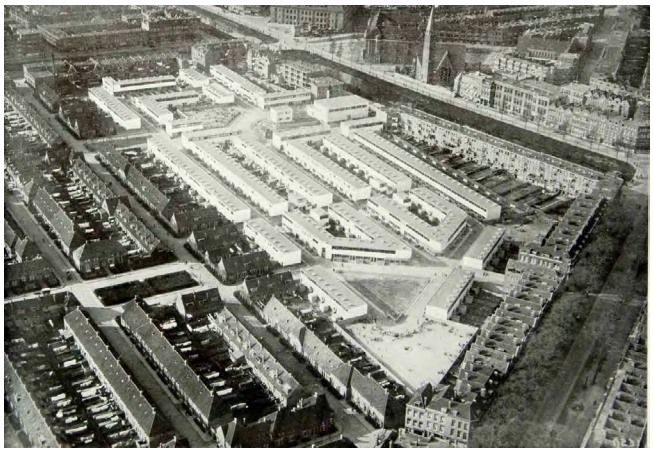
↑ Plantas e alçados do bloco A1.
© Arquivo MoMA

↑ Plantas, cortes e alçados das casas-tipo do bloco A1.
© Arquivo Álvaro Siza

↗ Fotografia da escada do fogo do bloco A1.
© Arquivo Alexandre Alves Costa







↑ Axonometria do bloco A1.
© Arquivo MoMA

↑ Axonometria do edifício de J. J. P. Oud para o bairro Weissenhof, Estugarda (1927).
© http://schatkamer.nai.nl/en/projects/woningen-en-interieur-weissenhofsiedlung#, consultado a 10 Junho 2016.

↗ Fotografia aérea do bairro Kiefhoek, J. J. P. Oud, Roterdão (1925-30).
© https://digital.library.cornell.edu/catalog/ss:1504049, consultado a 10 Junho 2016.

→ Fotografias do bloco A1 em fase de construção,
© Arquivos Alexandre Alves Costa / Álvaro Siza





tem; nem fechando-se numa produção supostamente erudita, quando a transformação da Arquitectura da Cidade sempre assentou no cruzamento, mestiçagem, inovação e continuidade, procura de resposta aos problemas do quotidiano e ânsia de aventura."[12]

A alteração de estratégia seguida de implantação relaciona-se sobretudo com o facto de a disposição da banda A1 contrariar a forma cadastral e o parcelamento do quarteirão. Considerando, tal como Aldo Rossi, que a divisão do terreno das cidades testemunha a luta de classes e que as técnicas de divisão são uma etapa dessa mesma luta[13], esta nova formulação poderá simbolizar uma denúncia e tentativa de ruptura com a lógica de ocupação dos talhões urbanos. A alteração morfológica implica uma alteração da relação entre as parcelas do terreno e a tipologia, anunciando o rompimento com a tipologia das ilhas e com a lógica de exploração imobiliária nos logradouros das casas burguesas. Nesse sentido, talvez se possa afirmar que se trata de um momento de vanguarda[14], em que a arquitectura, influenciada por uma determinação ideológica, procura uma renovação da ordem espacial. Mas se a tipologia das ilhas é alterada no que diz respeito a áreas, padrões de conforto e salubridade, dispositivos de circulação, enquadramento no espaço urbano, entre outros, a alternativa à morfologia da ilha não significa que a mesma não seja mantida num sentido lato. Ainda que se contrarie a orientação dos lotes pré-existentes, mantém-se a proposta de construção de bandas de casas no interior do quarteirão.

O muro limítrofe dos lotes ocupados pelas ilhas é deixado em ruína, como "memória estruturadora"[15] do projecto. Este funciona

12 Álvaro Siza, "O 25 de Abril e a transformação da cidade" (Dez. 1984), *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Fevereiro 1986, p. 39.

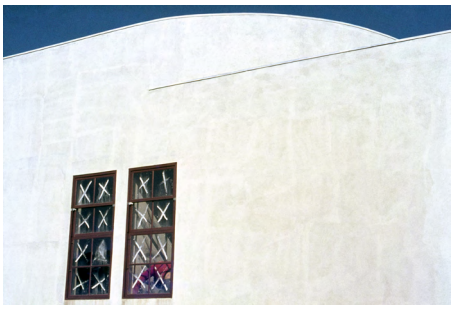
13 Cf. Rossi, Aldo, "Las características urbanas de las ciudades venecianas", *Para una arquitectura de tendencia. Escritos: 1956-1972*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977 [1975] p. 241.

14 O conceito de vanguarda é entendido tal como formulado por Jacques Rancière, não como novidade, mas como "invenção das formas sensíveis e das condições materiais de uma vida por vir". Cf. Rancière, Jacques, *Estética e política: a partilha do sensível*, Porto: Dafne, 2010, p. 32.

15 Álvaro Siza, "1975. Memoria de Sevilla", *Revista Separata. Literatura, arte y pensamiento*, 3, Verão 1979, p. 35











↖ Fotografia do alçado anterior do bloco A1 onde se vê a cor original.
© Arquivo Álvaro Siza

↑ Fotografia de uma porta em S. Vítor.
© Arquivo Álvaro Siza

↗ Fotografia de pormenor do bloco A1.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

← Interior do quarteirão Sr.ª das Dores onde se vê a viela com o mesmo nome.
© Arquivo Álvaro Siza

→ Fotografia aérea do bloco A1 em fase de construção.
© Arquivo MoMA

como elemento-âncora da nova banda de casas, permitindo que a nova ordem nasça fazendo já parte do lugar. Mas simboliza também a face visível da subversão da lógica cadastral, enquanto registo dessa transformação. Poderá dizer-se que Siza não se afasta de uma postura *tradicionalista*[16], entendendo a tradição como "a assumpção inovadora do adquirido, o diálogo ou combate no interior dos seus muros"[17].

Álvaro Siza faz uma leitura quase arqueológica das pré-existências do sector Sr.ª das Dores. No conjunto com a legenda C5, que ladeia a rua Sr.ª das Dores e é conformado, de um dos lados, pela nova frente aberta no interior do quarteirão, os muros ou fundações semi-destruídos são aproveitados. Segue-se, assim, a lógica de disposição existente, que é reinterpretada e apropriada, o que justifica que os vários volumes não sejam ortogonais (contrariamente às novas construções A1 e A4). Nos dois conjuntos centrais, em que as fiadas de casas são agrupadas costas com costas, não é possível perceber se a proposta corresponde a casas-pátio ou à recuperação da tipologia das ilhas, com casas de uma só frente que formam portais nos topos. A mesma lógica é continuada nas casas localizadas no momento de inflexão da rua Sr.ª das Dores na ligação ao largo do Camarão.

Na rua de sentido nascente-poente que liga a rua de S. Dionísio ao Asilo Portuense da Mendicidade propõe-se a reconstrução de três casas (conjunto C2), a recuperação das duas casas encostadas de um lado e do outro das casas C2 e a recuperação das casas que rematam o conjunto C5. As obras de recuperação são desenvolvidas a partir de técnicas construtivas tradicionais. A recuperação da casa junto à rua de S. Dionísio com o número 9 foi a primeira obra concluída e a ser entregue à família que vivia em piores condições, de acordo com a votação realizada pela Associação de Moradores[18].

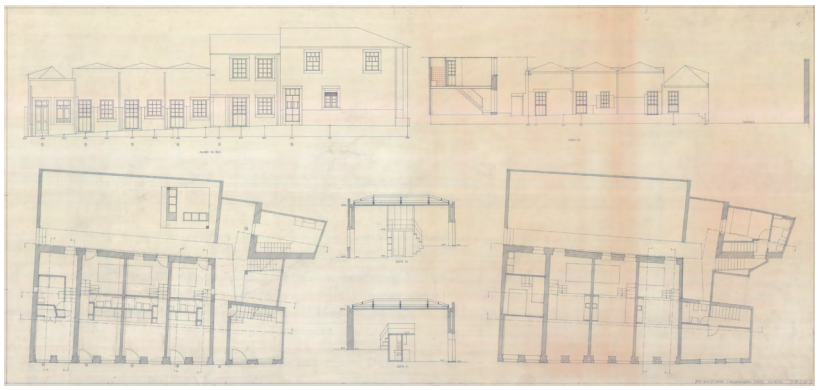
16 "Sou conservador e tradicionalista, isto é: movo-me entre conflitos, compromissos, mestiçagem, transformação." Álvaro Siza, "Oito pontos" (1983) *in* Morais, Carlos Campos (ed.), *01 Textos: Álvaro Siza*, Porto: Civilização editora, 2009, p. 28.

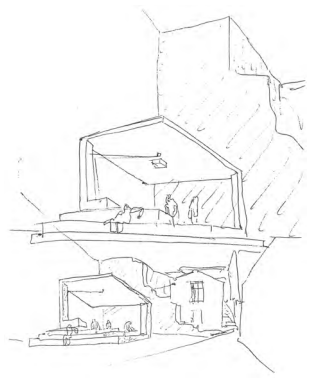
17 Lourenço, Eduardo, *O labirinto da saudade*, Lisboa: Gradiva, 2013 [1978], p. 78.

18 Imagens da entrega da primeira casa concluída publicadas em: Costa, A.A., Costa, A.C., Fernandez, S. (coord.), *op. cit.*, 2019, pp. 100-101.













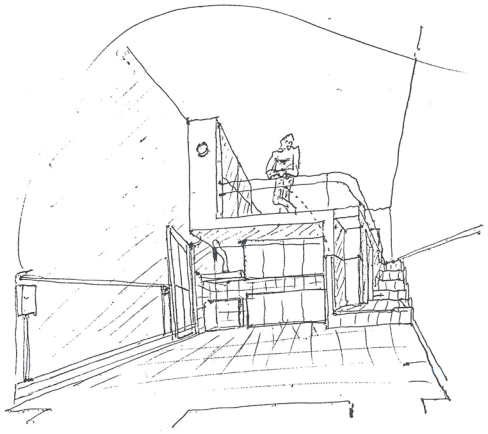
↑ Fotografias das casas C2.
© Arquivos MoMA/Álvaro Siza

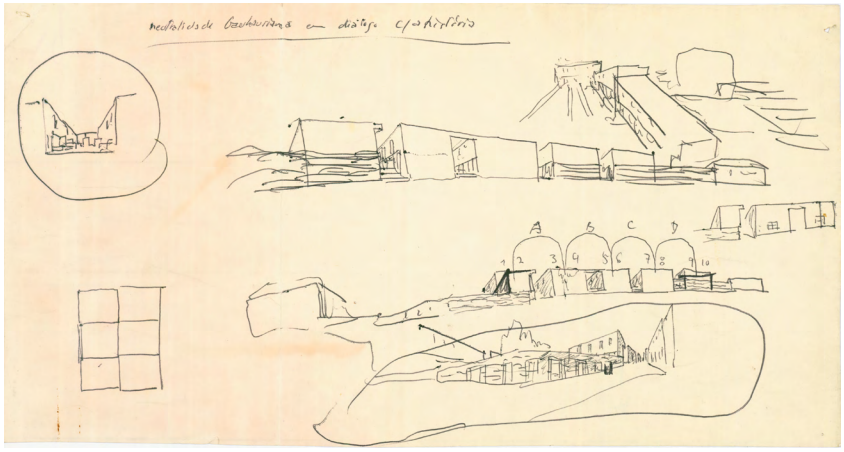
↗ Plantas, cortes e alçados das casas C2.
© Arquivo Álvaro Siza

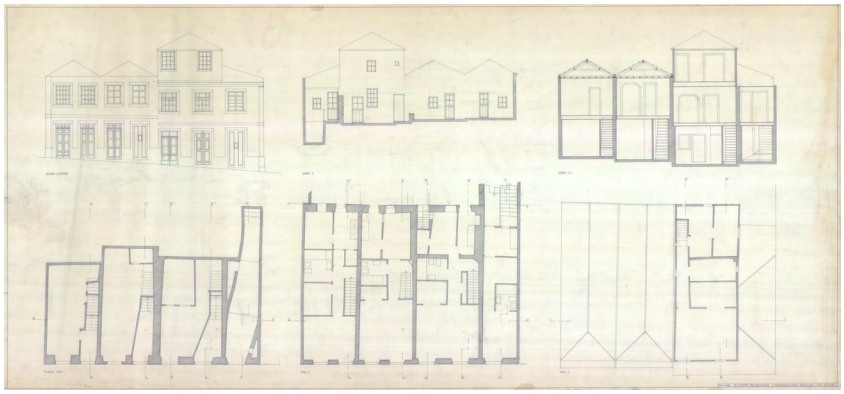
← Esquissos do espaço de tardoz do conjunto C2, com a representação de um tanque colectivo.
© Arquivo Álvaro Siza

↗ Fotografia do espaço de tardoz do conjunto C2.
© Arquivo Álvaro Siza

→ Esquisso do interior das casas C2.
© Arquivo Álvaro Siza









↖ Esquisso das casas C5.
© Arquivo MoMA

← Plantas, cortes e alçados das casas do conjunto D3.
© Arquivo Álvaro Siza

→ Fotografia das casas D3 na rua das Fontaínhas.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

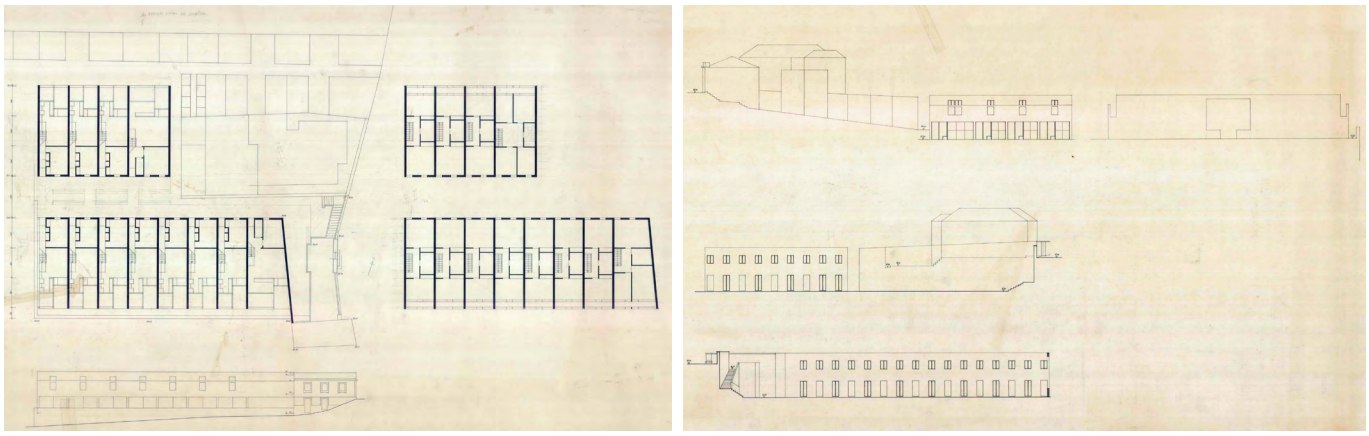
Para a reconstrução das casas aproveitaram-se as partes das paredes exteriores que estavam em pé, evidenciando a distinção entre construção nova e construção pré-existente. No interior aproveitou-se a diferença de cotas entre o alçado anterior e o posterior para desenvolver uma solução de meios pisos, que deu origem a um espaço em mezanino sobre a sala. No espaço comum de logradouro propôs-se a colocação de tanques de lavagem cobertos[19] e elevados sobre uma plataforma que serviria também de banco. As obras de reconstrução das três casas C2 terminaram já sob supervisão de técnicos camarários, após a extinção do SAAL.

Na rua das Fontaínhas recuperaram-se quatro casas indicadas em planta com a legenda D3, recuperação realizada também segundo técnicas construtivas tradicionais[20]. Praticamente não existem registos gráficos dessa intervenção e, entretanto, as casas foram demolidas. Uma das estratégias de projecto que se pode depreender passava pela ligação ao interior do quarteirão através dos logradouros das casas, estabelecendo-se uma articulação com o conjunto de casas A4.

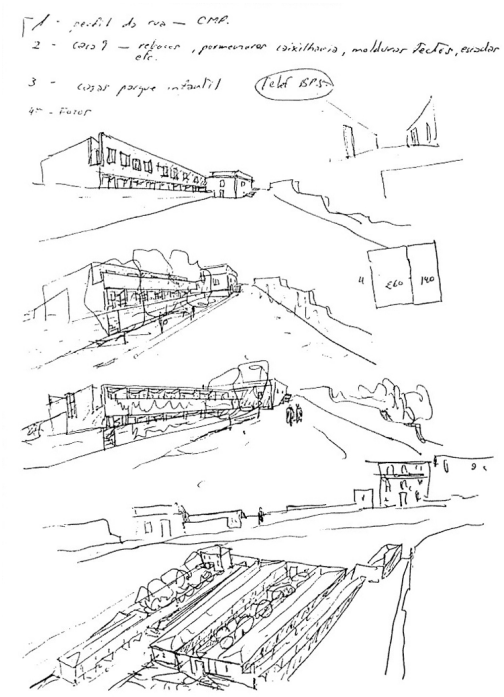
O projecto para as bandas de casas A4, localizadas no interior do quarteirão entre a rua das Fontaínhas e a rua Sr.ª das Dores, foi sofrendo diversos ajustes ao longo do processo. A partir da recuperação de uma pequena casa no extremo da rua Sr.ª das Dores, foi amarrado um conjunto de duas bandas de casas que formam um pátio no espaço central. É perceptível o cuidado de integração e adaptação, muito atento às pré-existências e aos desníveis acentuados do terreno, seguindo aproximadamente a morfologia das ilhas que haviam sido demolidas e relacionando-se com aquelas que ainda se mantinham. A determinado momento, os esquissos denotam a hipótese de realizar a cobertura inclinada em telha de duas águas. Na solução final, que não chegou à fase de construção, a banda de casas a norte ficou

19 Na revista L'Architecture d'Aujourd'Hui n.º 278, a legenda do esquisso relativo a esta intervenção identifica-o como um teatro ao ar livre. Cf. *L'Architecture d'Aujourd'Hui*, 278, Dezembro 1991, p. 62.

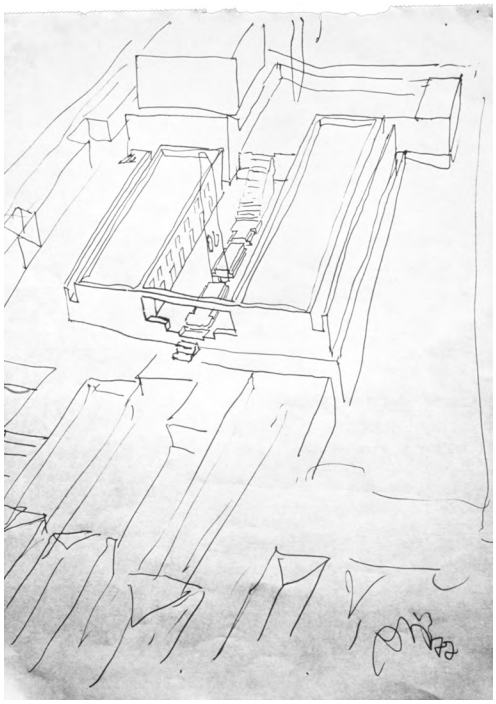
20 As casas correspondem aos números de porta 38-40-44-48, e o registo de obras está documentado em actos de medições custodiados no Arquivo Distrital do Porto.



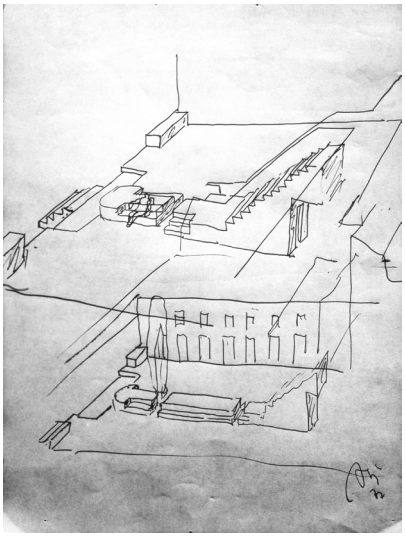
↑ Plantas e alçados das casas do conjunto A4.
© Arquivo Álvaro Siza



← Esquissos das casas A4.
© Arquivo Álvaro Siza



→ Esquisso do conjunto A4.
© Arquivo Alexandre Alves Costa



← Esquisso da escada-banco do pátio do conjunto A4.
© Arquivo Alexandre Alves Costa



→ Fotografia do piso inferior da galeria de arte na rua do Campo Alegre (Álvaro Siza, 1973-74).
© Arquivo Álvaro Siza

mais curta, reduzindo-se o número de fogos e o tamanho do pátio[21].

O desenho dos fogos apresenta alterações significativas quando comparado com o dos fogos da banda parcialmente construída A1, e revela uma clara aproximação ao módulo testado na operação SAAL da Bouça. Os fogos têm uma largura superior, de 4 metros, a escada encostou-se a uma das paredes de meação, e a cozinha foi posicionada junto à fachada. A rejeição da solução de janelas de guilhotina pela população que ocupou as casas construídas da banda A1 – e que procedeu a alterações imediatamente após a entrega das casas – levou a que neste conjunto se optasse por janelas de abrir de duas folhas. Os muretes exteriores de separação entre fogos desapareceram, impelindo os moradores a definirem eles mesmos a apropriação do espaço comum. Como diz Álvaro Siza:

"Uma proposta arquitectónica que tenha como objectivo aprofundar os conflitos e as tensões que configuram a realidade, as tendências de transformação latentes; uma proposta que pretenda representar algo mais do que uma materialização passiva, rejeitando a simplificação dessa realidade, analisando todos os seus aspectos, um a um – uma proposta desse tipo não pode encontrar apoio numa imagem fixa, nem seguir uma evolução linear."[22]

O ensaio de soluções é necessariamente lento, e no projecto distinguem-se elementos de continuidade entre propostas e outros de transformação:

"Transformamos o espaço como nos transformamos a nós próprios: de súbito e sucessivamente, confrontados com «o outro», colectiva e individualmente."[23]

O conjunto de casas A4 assenta numa plataforma criada com o objectivo de estabilizar a topografia acidentada daquele lugar. O facto de, para além disso, se encerrarem os topos com portais acentua o carácter colectivo que se quer conferir ao espaço exterior que une as duas bandas. A interioridade desse espaço aproxima-se mais de um espaço partilhado de miolo de quarteirão do que de um percurso interior das ilhas, embora seja atravessável. Essa característica e a inserção de uma escada-banco no pátio central fazem lembrar o interior do quarteirão do bairro municipal Tussendijken em Roterdão (1920-24), desenhado por J.J.P. Oud. O desenho escultórico da escada-banco, bastante parecido com a escada da galeria de arte na rua do Campo Alegre (Álvaro Siza, 1973-74), evidencia a monumentalização que se pretende atribuir a este espaço de encontro.

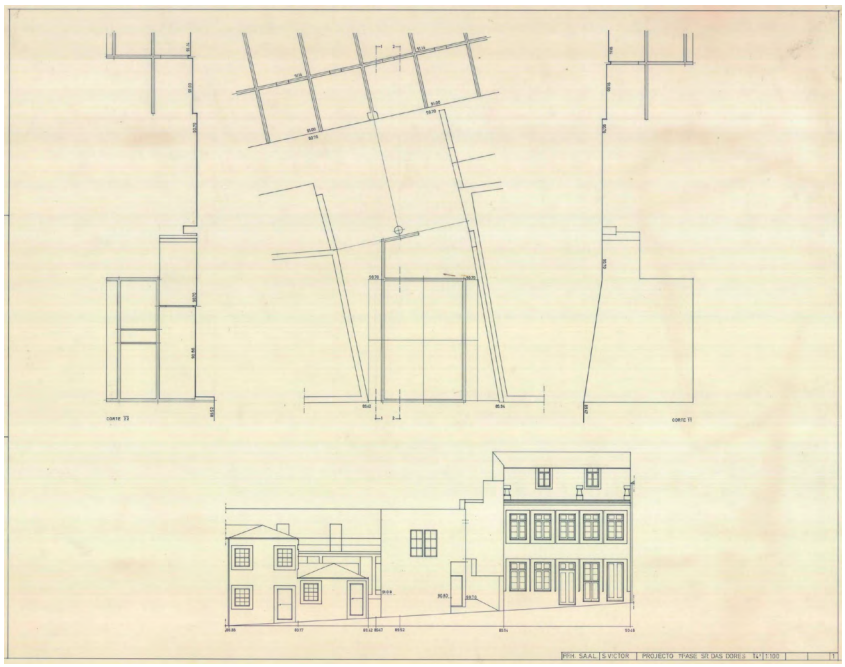
As intervenções pontuais de tipo B consistem em construção nova em terrenos não edificados. O edifício B7, localizado na rua de S. Dionísio, procura completar a fachada da rua e, simultaneamente, criar duas passagens para o interior do quarteirão, nas traseiras da banda A1. Num momento inicial desenhou-se um edifício rodado, de modo a tornar mais evidente a permeabilidade pretendida. A solução final privilegia a continuidade da fachada da rua; na fachada de tardoz do edifício, prolonga-se uma parede que serve de suporte à colocação de uma fonte.

O alinhamento das fachadas da rua de S. Dionísio é mantido nos três edifícios identificados com a legenda B6, de modo a regularizar e completar a frente de rua e conformar o largo em frente. No caso do edifício B8, que faria o gaveto entre a rua de S. Vítor e a rua de S. Dionísio, apenas se percebe a vontade de marcação da esquina que faz a transição para o edifício de habitação

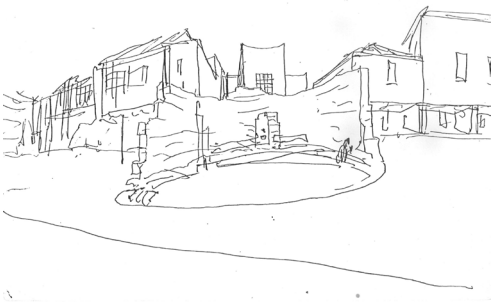
21 Na planta do sector Sr.ª das Dores, a banda a norte contabiliza 12 fogos e a banda a sul 11 fogos, solução que é mantida nas diversas maquetas elaboradas. Nos desenhos que parecem constituir a solução final do conjunto A4, a banda a norte apresenta 4 fogos (3 T3 e um T5), mantendo-se as pré-existências que estabelecem relação com a rua Sr.ª das Dores, e a banda a sul perfaz um total de 8 fogos (7 T3 e um T4 que estabelece relação com a casa pré-existente).

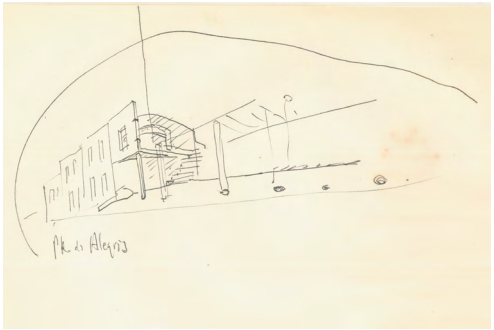
22 Álvaro Siza, "A maior parte dos meus projectos" *in* Morais, Carlos Campos (ed.), *op. cit.*, 2009, p. 299.

23 Idem, p. 300.









↑ Planta, corte e alçado do edifício B7.
© Arquivo Álvaro Siza

↗ Esquissos do edifício B7.
© Arquivo Álvaro Siza

→ Esquisso do edifício B9.
© Arquivo Álvaro Siza

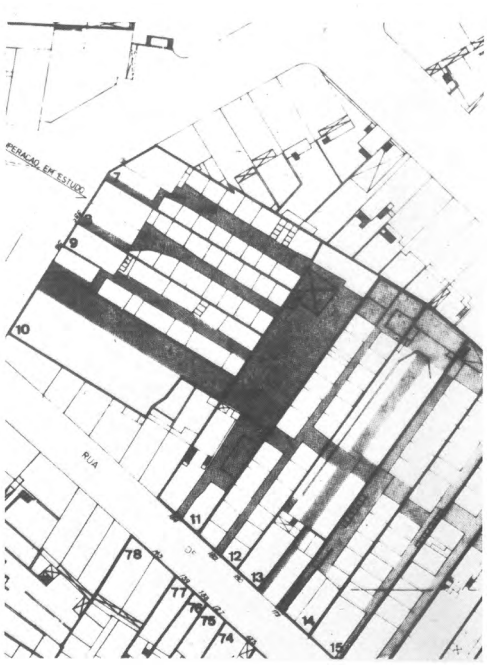
plurifamiliar voltado para a praça da Alegria através da adopção de uma forma curva. Do lado oposto, o edifício assinalado com a legenda B9 aparenta servir como ligação entre cotas e criação de mais um percurso a atravessar o quarteirão Sr.ª das Dores. O piso térreo, aberto e coberto, e o desenho de uma fachada falsa no piso superior sugerem que se poderia tratar de um espaço sem programa atribuído, adaptável aos usos que os moradores lhe pretendessem dar.

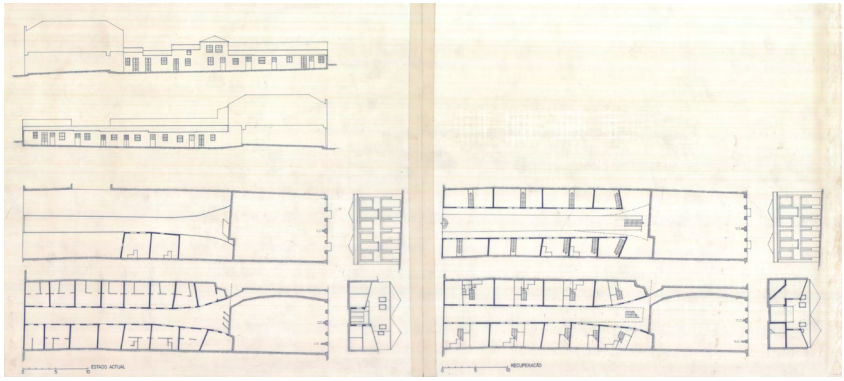
A proposta de interligação entre os vários espaços através de percursos, espaços comuns e equipamentos potencia uma vivência social que contraria uma lógica especulativa de aproveitamento dos lotes. Estas intervenções de carácter pontual transformariam de forma significativa a estrutura urbana e a sua utilização, gerando espaços livres, abrindo-os ao usufruto dos moradores e criando uma permeabilidade que retiraria o carácter de espaço relegado que a área adquiriu.

O projecto para o sector Sr.ª das Dores não consiste numa unidade imposta, nem na sobreposição de uma nova lógica à realidade encontrada. Trata-se de uma intervenção fragmentária, adaptada às circunstâncias físicas reconhecidas no lugar e a partir daquilo que a cidade contém "em potência"[24].

Apesar de não se ter iniciado a construção no sector de S. Vítor, delinearam-se ideias gerais e foi desenvolvido o projecto de recuperação de uma ilha na praça da Alegria. Este projeto serviria como esquema-base para a recuperação das restantes ilhas do sector de S. Vítor. Após a experiência do primeiro sector, a solução de aproveitamento das unidades e das plataformas pré-existentes havia-se mostrado vantajosa em termos de tempo, economia e facilidade de realojamento da

24 A propósito do estudo da operação SAAL da Bouça, Carlos Machado escreve que "a descoberta da cidade existente e das suas possibilidades" consiste na "*renovação* da cidade existente, entendida como uma apropriação *nova*, social e formalmente, daquilo que ela é, *de facto*, e do que contém, *em potência*." Machado, Carlos, *Anonimato e banalidade: arquitectura popular e arquitectura erudita na segunda metade do século XX em Portugal*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2007, pp. 326-327.





↖ Planta de recuperação das ilhas na praça da Alegria com marcação dos percursos.
© Arquivo Álvaro Siza

↑ Planta de recuperação de ilha na praça da Alegria.
© Arquivo Álvaro Siza



← Fotografia de uma ilha na praça da Alegria.
© Arquivo Álvaro Siza

população. Mas, como refere Alexandre Alves Costa na análise que faz do texto da Brigada intitulado "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano"[25], "[o]s arquitectos vão redesenhar as velhas e as novas ilhas (...) por razões ideológicas, mas também (...) de desenho"[26]. As ilhas, "fragmentos dolorosamente belos"[27], foram reconhecidas e valorizadas nos seus aspectos positivos: "o contacto contínuo com a realidade de S. Victor permitiu à Brigada um alargamento da compreensão de uma forma de vida e de uma cultura marginalizadas e ignoradas, que integram possivelmente o que há de mais vivo e influente na cidade"[28]. Não se tratou apenas da constatação da maior eficiência desta solução, já que o *tal como encontrado* (ou *as found*, expressão utilizada por Alison e Peter Smithson[29]) foi tido como realidade rica e condição integrante do projecto, base de um lugar a reinventar.

No projecto de recuperação da ilha da praça da Alegria propunha-se a duplicação das áreas dos fogos através da união de casas e do acrescento de um piso recuado onde existiria uma galeria. O lote seria aberto, criando-se uma rede que interligaria as diferentes ilhas e abriria o interior dos quarteirões à cidade.

A *ilha proletária*, enquanto parte da estrutura da cidade, é uma forma de construção no interior do quarteirão passível de ser tomada como elemento-base a partir do qual seria possível repensar a organização da cidade, tal como é sugerido no texto da Brigada. Mas na utilização do termo *proletária* está também implícita a ideia do proletariado como força motora para uma sociedade sem classes. Essa transformação profunda dependia de aspectos muito mais globais e só seria possível através da luta das massas populares. Ao povo atribui-se esse papel heróico, e por isso épico, do "desejo da cidade para todos"[30].

25 Álvaro Siza, "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano" (1976) *in* Costa, A.A., Costa, A.C., Fernandez, S. (coord.), *op. cit.*, 2019, pp. 32-47.

26 Alexandre Alves Costa, "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano: algumas considerações sobre um título enigmático", *Jornal Arquitectos*, 204, Janeiro/Fevereiro 2002, p. 12.

27 Álvaro Siza, "O 25 de Abril e a transformação da cidade" (Dez. 1984), *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 38.

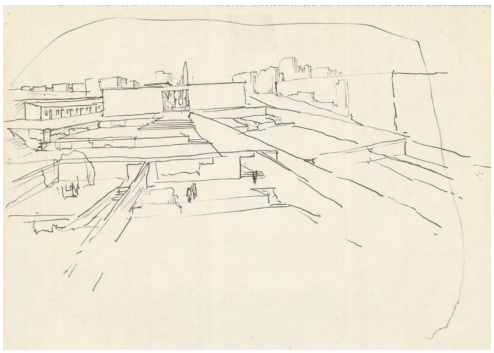
28 Álvaro Siza, "Renovação da zona de S. Vítor, Porto 1974-77. Memória descritiva" *in* Castanheira, Carlos, Porcu, Chiara (ed.), *As cidades de Álvaro Siza*, Lisboa: Figueirinhas, 2001, p. 25.

29 Sobre a expressão "as found", cf. Dirk van den Heuvel, "As found: The metamorphosis of the everyday. On the work of Nigel Henderson, Eduardo Paolozzi, and Alison and Peter Smithson (1953-1956)", *OASE, Scratching the Surface,* 59, 2002, pp. 52-67.

30 "Na arquitectura, aquilo em que acredito muito, é que não se faz nada de extraordinário sem que não haja, exterior ao desenho, uma vontade muito grande; que não é a vontade do tipo que paga, é muito mais do que isso. É uma coisa que anda no ar, muito forte, e que afecta tudo. E esses são momentos raros. Quem me dera apanhar-me num momento desses; a única



↑ Esquissos de estudo de recuperação de ilhas.
© Arquivo MoMA



← Esquisso do conjunto A4.
© Arquivo MoMA



→ Matteotti-hof, Heinrich Schmid e Hermann Aichinger, Viena (1926-27), Setembro 2017.
© Ana Catarina Costa

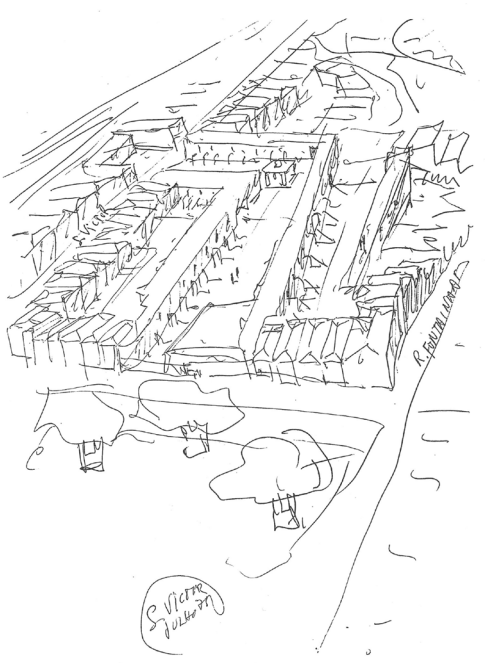
A produção arquitectónica, sempre em relação directa com o fenómeno das ideias, adquire neste momento uma importância acrescida, por responder a uma "vontade muito grande"[31] relacionada com o processo político em curso. A comoção latente, mas prudente, aliada a um cepticismo quanto a posições voluntaristas ou demagógicas, reconhece, valoriza e exponencia aquele que entende como o reduto mais importante da vitalidade da cidade. Incorporam-se elementos que simbolizam uma nova monumentalidade que acompanha a transformação social. Os momentos de entrada, que estabelecem a relação entre os espaços de ilhas, funcionam como portais que anunciam, orgulhosa e emotivamente, a desobstrução e interligação destes fragmentos de cidade. Fazem lembrar, a outra escala, as grandes entradas nos *Höfe* da Viena Vermelha que, apesar da autonomia e do carácter defensivo destas fortalezas operárias na relação com o tecido urbano circundante, são permeáveis ao traçado viário.

No redesenho das *velhas e as novas ilhas*, o projecto para o sector de S. Vítor também passou pela abertura do interior dos quarteirões e criação de equipamentos nos espaços de transição. Não se procurava preservar ou cristalizar um passado nem propor uma alternativa para um novo lugar. Tratava-se de introduzir as *modificações necessárias*[32]. A atenção à topografia, morfologia e circunstância pré-existente do lugar reflecte um entendimento da história como parte do pre-

experiência que tive em que de certo modo o senti foi nos projectos do SAAL. Aí realmente havia um impulso que já não era só o de desenhar – também era –, mas era muito o que estava no ar, de transformação, de desejo da cidade para todos. Mas são momentos muito raros, e a expressão que sempre me vem à ideia é «não pôr o carro à frente dos bois», porque quando se põe não anda, ou anda empurrado, anda mal." Álvaro Siza *cit. in* Figueira, Jorge, *Reescrever o pós-moderno*, Porto: Dafne editora, 2011, pp. 26-27.

31 Cf. Nota anterior.

32 Rossi desenvolve o problema da relação entre a importância do passado e a complexidade dos problemas existentes no presente: "El problema de los centros históricos, es decir, de cómo construir y operar en los centros históricos ha revelado las insuficiências de la arquitectura contemporânea en la misma medida que el problema de las periferias urbanas. La cuestión no puede ser planteada solamente desde el punto de vista de la relación entre lo viejo y lo nuevo, ya se trate del ambiente urbano o del ambiente natural, sino desde el punto de vista de la modificación necesaria que ha de producir cualquier intervención." Rossi, Aldo, "Arquitectura y ciudad: pasado y presente", *Para una Arquitectura de Tendencia. Escritos: 1956-1972*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977, p. 294.





↖ Esquisso de ilha a atravessar o quarteirão entre a praça da Alegria e a rua de S. Vítor.
© Arquivo Álvaro Siza

↑ Fotografia aérea do bloco Duque de Saldanha.
© Bingmaps, 2018

sente, aproximando-se de Aldo Rossi quando este atribui à história da cidade a condição de "imunidade" contra a especulação e falsa cenografia das áreas antigas[33]. E a vocação comum dos vários espaços, com diferentes escalas e graus de intimidade, manifesta uma vontade de democratização da cidade.

Num esquisso com uma vista aérea sobre a área de S. Vítor, partindo da escola primária, um percurso ladeado de ilhas atravessa o quarteirão e inflecte a direcção na travessa de S. Vítor com a colocação de um equipamento no ponto de viragem, finalizando já do outro lado da rua de S. Vítor com um bloco em "U". Ao desenho deste bloco não terá sido indiferente o vizinho Bloco Duque de Saldanha, edifício camarário projectado entre 1938 e 1940 para alojar os habitantes das ilhas na sua área de residência. Esta experiência, pioneira e isolada, não foi bem acolhida na altura, nem pelos habitantes que reclamavam contra as áreas reduzidas e a forma de agregação em bloco de habitação plurifamiliar, nem pelos intelectuais reaccionários que associavam a forma em ferradura aos *Höfe* vienenses, chegando mesmo a apelidar o edifício de "bloco Karl Marx", como se se tratasse de uma fortaleza operária de conotação marxista em pleno Estado Novo[34]. A política de habitação que se seguiu, o Plano de Melhoramentos, realojou os moradores das ilhas em áreas periféricas da cidade, privando-os dos laços sociais existentes e de um sentido de urbanidade.

O projecto da operação SAAL de S. Vítor revela a estrutura até então escondida do lugar através dos percursos que são abertos e que interligam as diferentes ilhas. Numa planta estes percursos são assinalados a preto, espécie de figura-fundo dos esquemas de Colin Rowe e Fred Koetter (*Collage city*, 1978), inspirados, por sua vez, na planta de Roma de Giambattista Nolli (1748), como parte de uma malha urbana mais ampla. Consistem na convergência entre os movimentos de transformação da cidade e as formas que os tornam visíveis. Em sentido figurado, mas também concreto, o projecto para os sectores Sr.ª das Dores e de S. Vítor traduz-se "num percurso da casa para o Plano" e "tende à globalidade"[35].

Em 1981, a Câmara Municipal do Porto elaborou uma proposta para a construção de blocos de habitação plurifamiliar nos terrenos do sector Sr.ª das Dores, que consistia na repetição de um edifício-tipo sem respeitar

33 Aldo Rossi, "Ciudad y proyecto" *in* I Seminario Internacional de Arquitectura en Compostela, *Proyecto y ciudad histórica*, Santiago de Compostela: COAG, 1976, p. 18.

34 Cf. Mendes, Manuel, "'Karl-Marx', off", *Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erotismo*, Porto: FAUP, tese de doutoramento, 2010, pp. 383-384.

35 Álvaro Siza, "O 25 de Abril e a transformação da cidade" (Dez. 1984), *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 39.



↑ Pllano municipal elaborado para o quarteirão Sr.ª das Dores, Hélder Casal Ribeiro e Ana Sousa da Costa (1995-98).
© Arquivo Municipal do Porto

o projecto elaborado pela Brigada e prevendo a demolição das casas da rua de S. Dionísio. Apesar de haver projectos finalizados para o sector Sr.ª das Dores, só se concluiu a construção das casas C2. A banda de casas A1 ficou incompleta e a ruína, parte integrante da banda, foi demolida.

Hoje, os quarteirões da rua de S. Vítor pouco diferem da planta de Teles Ferreira de 1892, pela difícil implementação de estratégias devido ao complexo sistema de propriedades que, aos poucos, vai sendo «resolvido» pelas agências imobiliárias. O sector Sr.ª das Dores está praticamente irreconhecível: as casas D3 da rua das Fontaínhas foram demolidas, as casas C2 encontram-se em avançado grau de deterioração, e os novos edifícios realizados no interior do quarteirão no âmbito de um projecto municipal para a Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto (com desenho de Hélder Casal Ribeiro e Ana Sousa da Costa, 1995-98), subverteram as relações de escala. Este projecto apenas foi realizado parcialmente, e os «espaços públicos» que sobraram revelam-se sobredimensionados e apagaram os traços da viela – a rua Sr.ª das Dores – que serviu como elemento estruturante da proposta de Siza, um dos primeiros elementos de formação do lugar.

OP08
OPERAÇÃO SAAL DA BELA VISTA



↖ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área da Bela Vista assinalada.
© Arquivo Municipal do Porto

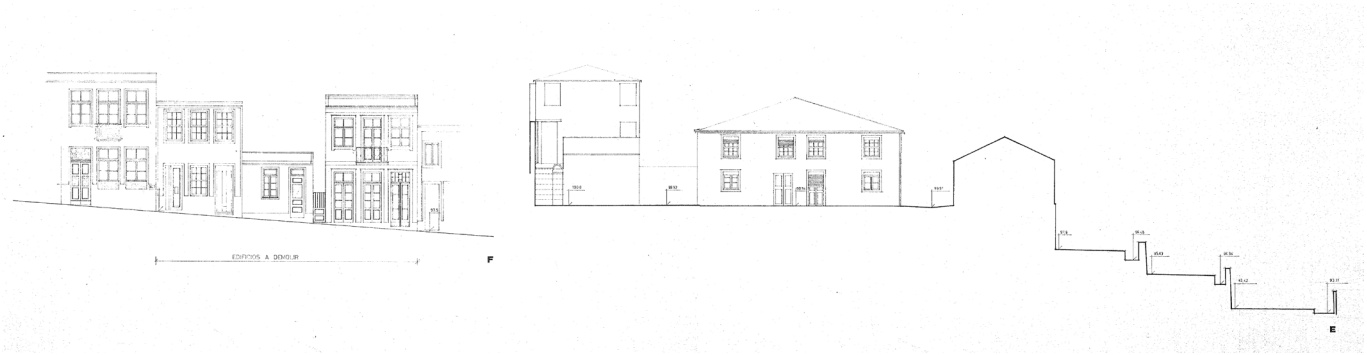
Organizados desde Agosto de 1974, os moradores da ilha da Bela Vista vêem o seu pedido de intervenção atendido pelo SAAL logo em Outubro do mesmo ano, apesar de o contrato com a Brigada só ter sido formalizado em Novembro. A ilha contava um total de 52 fogos no interior de um quarteirão com acesso por uma passagem estreita na rua D. João IV, para um total de 156 habitantes.

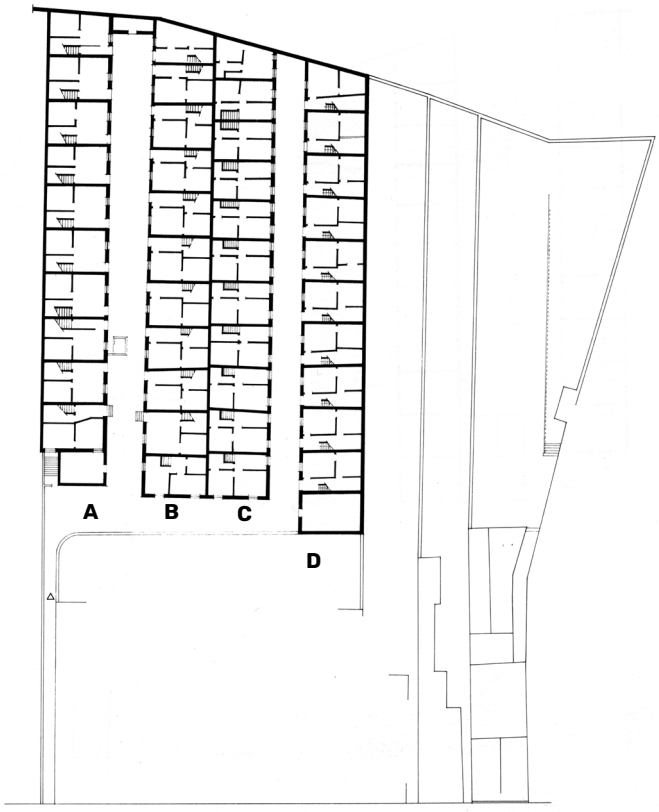
A ilha terá sido construída no final dos anos 1870, resultante da urbanização do Monte dos Congregados, uma antiga propriedade rural[1]. As plantas de 1843 e 1859 deixam ver como esse troço norte da rua D. João IV (na altura rua Duqueza de Bragança), uma rua que uniria o jardim de S. Lázaro à estrada que ligava a cidade ao norte do país, estaria ainda a ser prolongado e no local ocupado pela ilha da Bela Vista existia uma praça com uma fonte. A rua acabou por ser prolongada apenas até à rua da Alegria, mas, embora esta fosse uma importante área burguesa da cidade, no troço superior da rua, já mais distante do centro, deu-se a construção simultânea de habitação burguesa e operária.

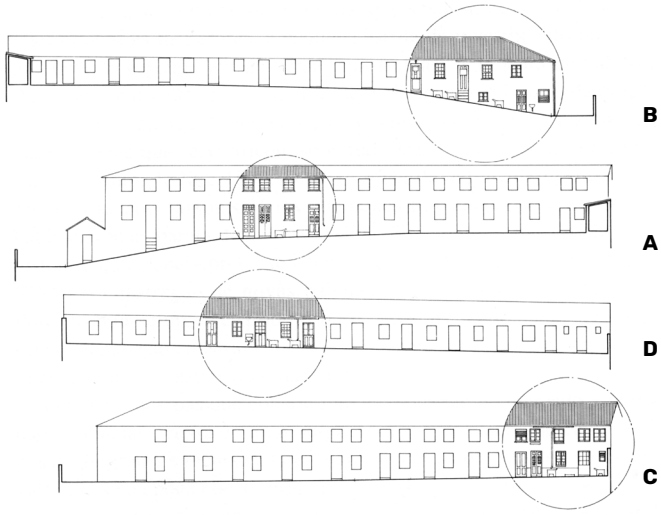
Na planta de Teles Ferreira é possível ver como em 1892 a rua já encontrava a rua da Alegria, tendo desaparecido a antiga praça, e a ilha da Bela Vista apresentava a conformação espacial que tinha à data do SAAL. Aquele terreno foi dividido em lotes com uma largura que variava entre 6 e 6,5 metros e uma profundidade de 25 metros, no qual se construíram 5 casas, reservando o terreno das traseiras para a construção da ilha.

No momento da sua construção, a ilha da Bela Vista totalizava 43 casas que ocupavam 5 lotes, com acesso por um estreito corredor a céu aberto localizado no extremo norte do terreno, e organizava-se em quatro alas paralelas com dois corredores de distribuição. O limite nascente do terreno é um muro de geometria irregular que marca a diferença de cotas muito acentuada entre o lado poente (mais alto) e o lado nascente (mais baixo) do quarteirão. As quatro alas de ilhas prolongam-se até esse limite, e as duas alas situadas nas extremidades norte e sul encostam-se a esses muros limítrofes (A e D, respectivamente, tal como se pode observar na planta da página seguinte), enquanto as duas alas centrais fazem as costas uma da outra (B e C). Os dois corredores de distri-

1 Teixeira, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: FCG, 1996, p. 369.







↑ Perfis de levantamento da ilha da Bela Vista, Julho 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

← Planta da ilha da Bela Vista, piso térreo, com a identificação das alas.
© Teixeira, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: F.C.G., 1996, p. 399.

→ Alçados da ilha da Bela Vista.
© Idem, p. 401.

buição correspondem ao único espaço livre no interior do quarteirão.

Das 43 casas inicialmente construídas, 22 tinham dois pisos, correspondendo às alas A e C e ao topo poente da ala B, com uma área de aproximadamente 48m², e as restantes 21 tinham apenas um piso, correspondendo às alas B e D, com 24m² de área[2]. Apesar de este terreno ser relativamente grande e, por isso, não restringir à partida a forma de implantação da ilha, ao contrário do que aconteceria caso apenas se dispusesse de um ou dois lotes, a disposição das casas seguiu o esquema comum das ilhas, ocupando de forma intensiva o solo, ainda que os fogos e os corredores tivessem áreas ligeiramente superiores. A contabilização de um total de 52 fogos em 1974, mais 9 do que à data da construção, significa que algumas casas tinham sido subdivididas, já que não existia espaço livre para mais construção[3].

Quando os moradores elaboram o pedido de intervenção ao SAAL em 1974, as condições habitacionais da ilha haviam-se deteriorado. Sendo os corredores o único espaço livre do conjunto[4], era lá que se processava toda a vida social dos moradores e outro tipo de

2 Idem, p. 377.

3 Referimo-nos aos dados constantes na memória descritiva do projecto, apesar de Manuel C. Teixeira referir que o acréscimo teria sido de 11 casas. Cf. Idem, p. 379.

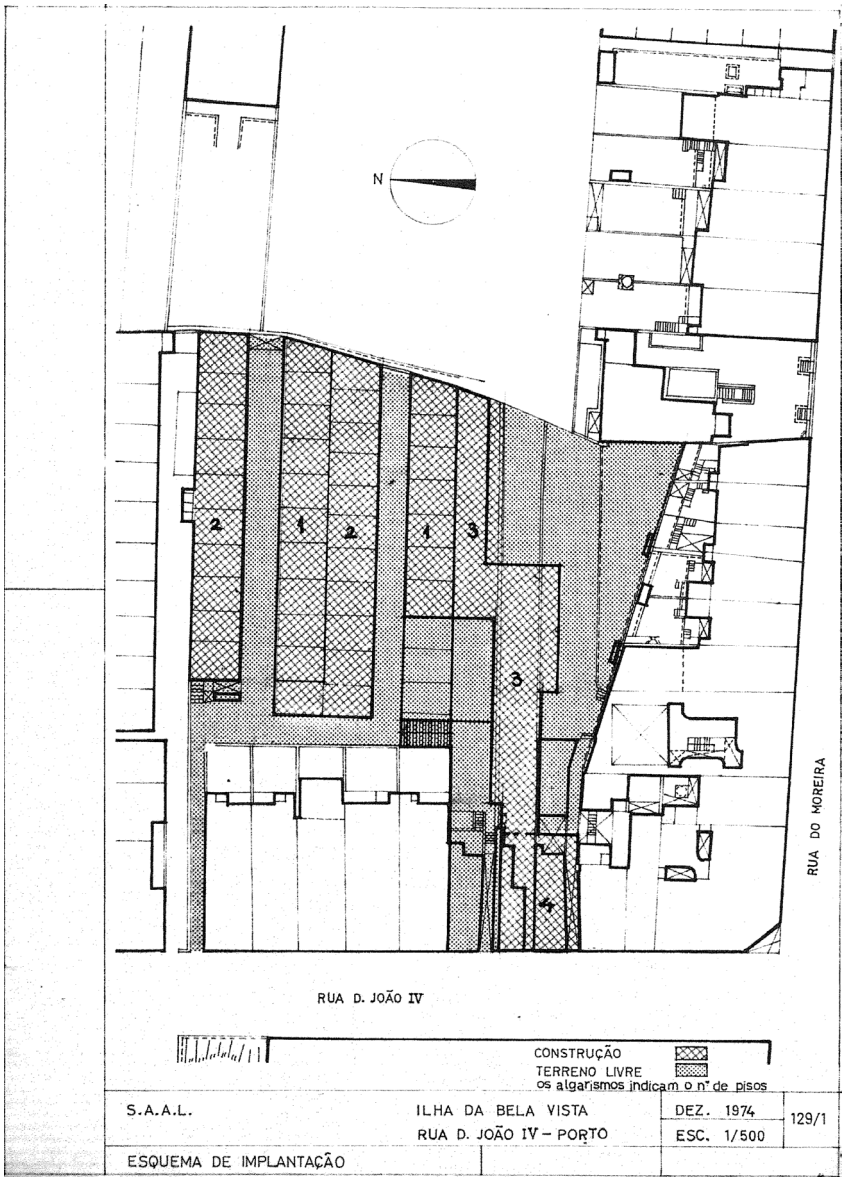
4 Na memória descritiva refere-se que a área total do terreno era 1706,75 m², a área construída 1686 m², a área livre 578,75 m². Mário Trindade, "Memória descritiva", s.d., documento consultado no ADP.

actividades, como a lavagem e secagem de roupa. As casas encontravam-se, regra geral, em mau estado e não dispunham de instalações sanitárias, existindo duas baterias de 10 chuveiros e 10 retretes no total.

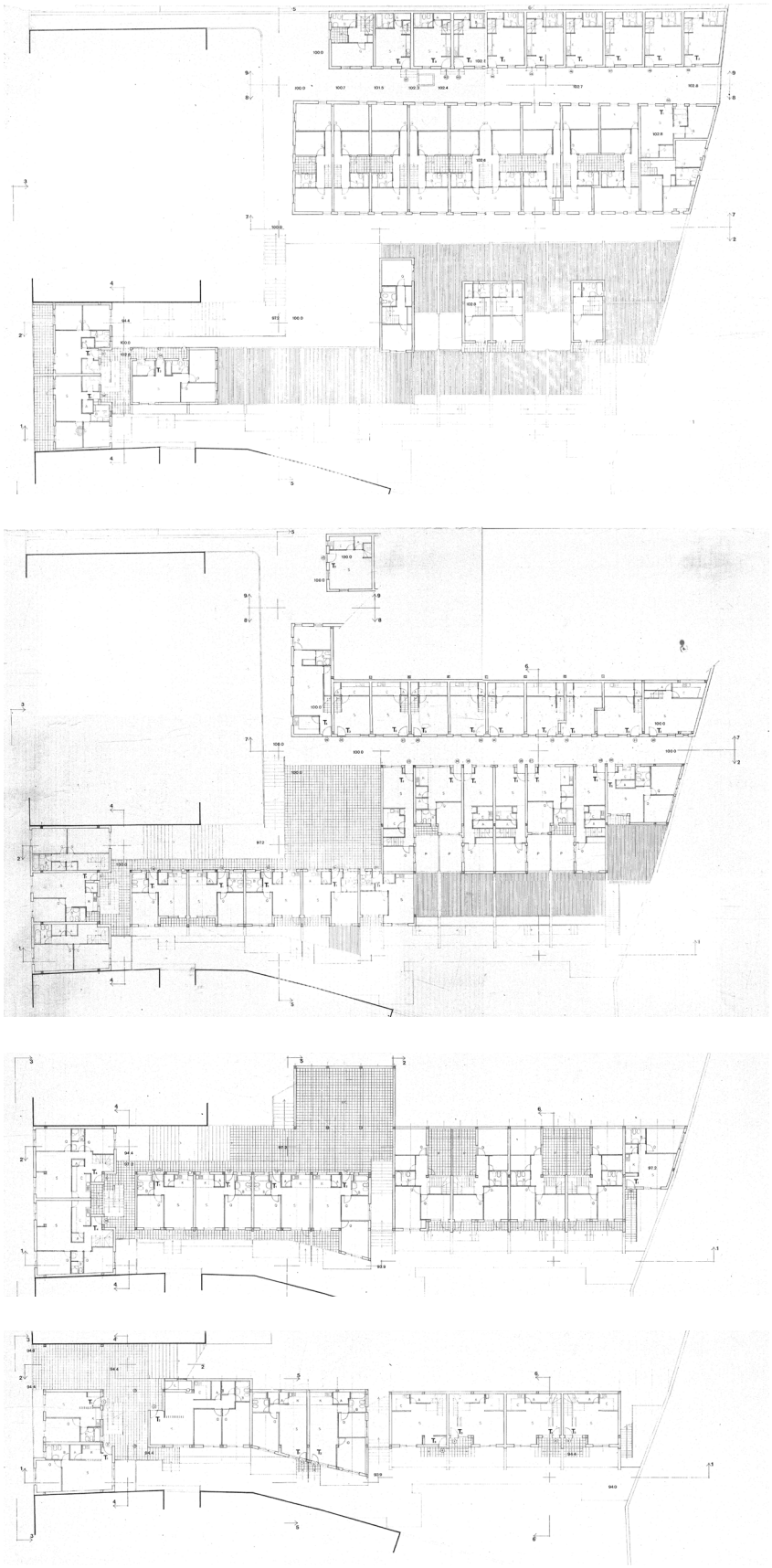
Inicialmente, a Brigada era chefiada pelo arquitecto Mário Moura, havendo indicação de pertencerem também à Brigada Mário Trindade e Henrique Vanez. Contudo, um documento assinado por Mário Moura a 30 de Abril de 1975 anuncia a sua substituição pelo arquitecto Mário Trindade, ficando a Brigada constituída também por Fernando Lucena como arquitecto de 1.ª classe e Henrique Vanez como arquitecto de 2.ª classe. Mais tarde, Manuel Carvalho também integrou a Brigada.

De modo a reduzir a densidade habitacional e a manter todos os moradores, a Unidade Operacional elaborada em Dezembro de 1974 incluiu os cinco lotes ocupados pela ilha da Bela Vista e outros três lotes mais a sul para a expansão do bairro. O esquema de implantação elaborado para a Declaração de Utilidade Pública na mesma altura, ainda sob chefia de Mário Moura, seria continuado pela Brigada e partia da recuperação quase total das quatro alas da ilha e da construção de um volume mais a sul nos terrenos de expansão. Apenas seriam demolidas 3 casas da ala D, de modo a libertar algum espaço. Encostada a esta ala surgiria o novo volume com 3 pisos que avançaria para o lote seguinte e seria prolongado até à face da rua, onde teria 4 pisos. A restante área seria usada como espaço livre. No planeamento da construção, a primeira fase corresponderia à construção dos edifícios novos, o que permitiria que essas habitações servissem como volantes até finalizar a obra.

A proposta apresentada em Julho de 1975 desenvolve o esquema anterior, com pequenas alterações. É importante referir que se tratou do primeiro projecto a ser completado no âmbito do Processo SAAL no Porto. Aproveitam-se os muros de suporte já existentes, mantém-se o número de pisos das várias alas, demolindo apenas 3 casas da ala sul (D), e cria-se um volume com 3 pisos no terreno de expansão encostado a essa ala. A proposta toma partido da inclinação do terreno que desce no sentido norte-sul para poder desenvolver uma solução em altura, sem que isso prejudique a insolação das restantes alas. O novo volume é prolongado até à face da rua, onde se propõe a construção de um edifício de 4 pisos (em que o último é recuado) que ocupa os três lotes. No piso térreo é deixada uma passagem correspondente à largura de um dos lotes de expansão, criando um novo acesso ao bairro. A cave do edifício à face da rua serviria como sala de reuniões e convívio da Associação de Moradores.



↑ Esquema de implantação da proposta para a operação SAAL da Bela Vista, Dezembro 1974.
© Arquivo Distrital do Porto



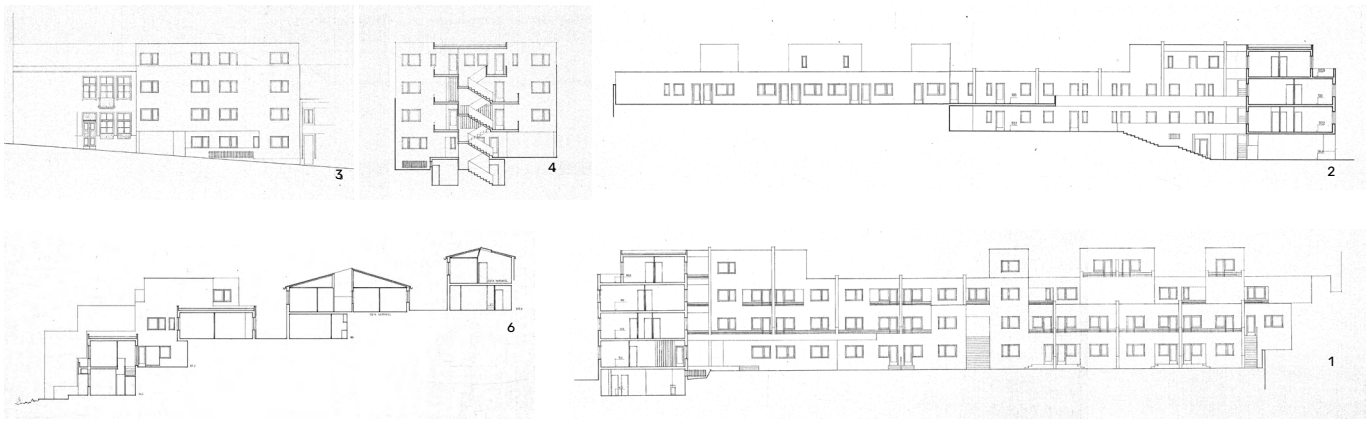
↑ Plantas da proposta elaborada para a operação SAAL da Bela Vista, pisos 4, 3, 2 e 1, Julho 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

Para a recuperação das alas pré-existentes mantinham-se apenas as paredes resistentes e as coberturas, que seriam substituídas quando em mau estado. Procurava-se não alterar o aspecto dessas habitações, o que se percebe pela tentativa de recuperação das caixilharias sempre que fosse possível.

A recuperação dos fogos da ala A manteria uma organização semelhante à que tinha previamente, com os fogos organizados em duplex. Os fogos T2 teriam no piso inferior a sala com kitchnet, quarto-de-banho, arrumos e escadas para o piso superior, onde estariam os quartos. O anexo pré-existente no topo da ala seria demolido.

Quanto às alas B e C, sofreriam uma transformação maior, visto que as duas alas seriam agregadas numa só. Só uma casa teria acesso a partir do corredor norte (à cota 102,8m), um T1 de um só piso localizado no extremo junto ao muro, composto pela união de duas células habitacionais. Os restantes fogos duplex teriam acesso a partir do corredor sul (à cota 100m) e seriam todos T3, com excepção do fogo no topo poente que seria T4 e do fogo no outro topo que seria T2. No piso inferior, os fogos T3 ocupariam somente a ala C, onde se localizaria a sala, a cozinha e arrumos, enquanto no piso superior, que ocuparia a profundidade total das duas células, localizar-se-iam os três quartos e quarto-de-banho. Devido à modulação das células, estreitas e profundas, um dos quartos seria voltado para um pátio localizado no centro do fogo. O fogo T4 situado no topo teria uma disposição idêntica no piso superior, e no piso inferior ocuparia a profundidade das duas células, acrescendo um quarto nesse piso e um quarto-de-banho.

A ala D sofreria bastantes transformações, tanto pela demolição de três casas no topo poente, como pela sua integração no novo volume de articulação. A partir do corredor sul de distribuição aceder-se-ia a 7 fogos. O fogo T2 no extremo junto ao muro seria o único que ocuparia somente a profundidade



↑ Perfis 3, 4, 2, 6, 1 e 5 (da esquerda para a direita) da proposta elaborada para a operação SAAL da Bela Vista, Julho 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

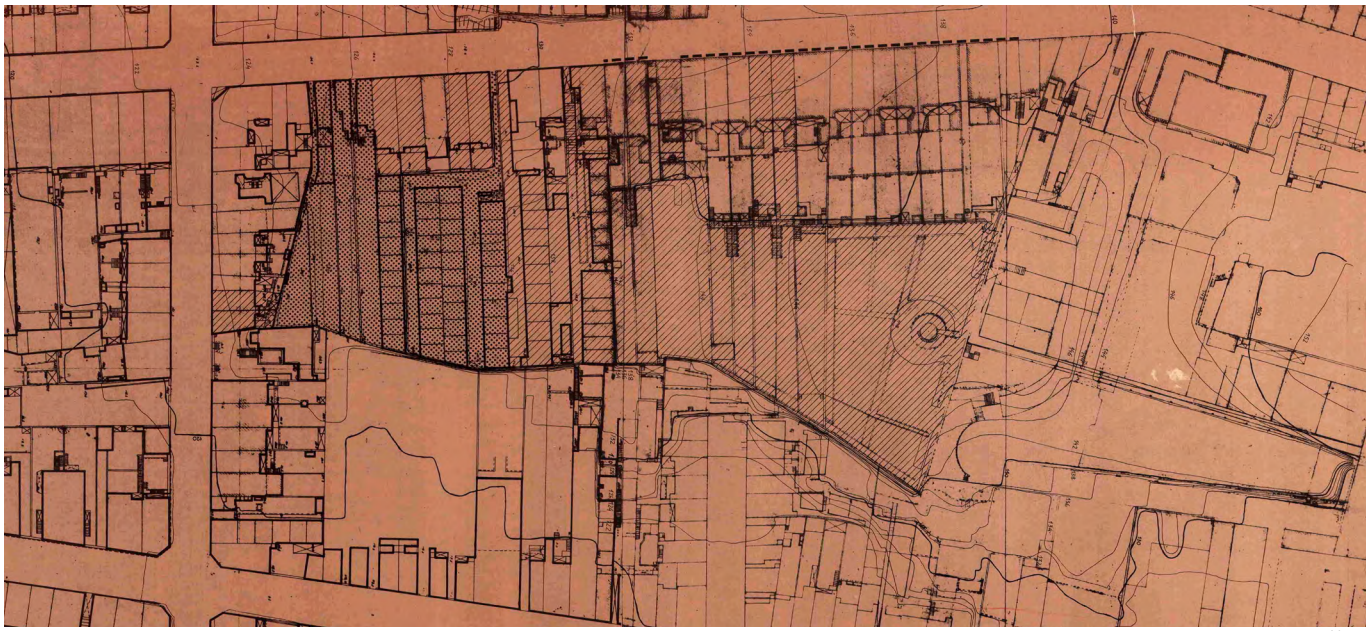
da ala D, com um só piso e uma varanda voltada a sul. Seguir-se-iam 3 fogos T2 duplex e 2 fogos T1 de um piso. No topo da banda estaria um fogo T3 duplex. Os fogos T2 e T3 teriam pátios orientados a sul, com acesso a partir do quarto colocado no piso inferior; os fogos T1 teriam varanda acessível a partir da sala.

Na transição entre as construções pré-existentes e a área de expansão inclui-se uma plataforma dupla que teria um espaço coberto no piso inferior. Essa plataforma serviria como espaço livre central do bairro, onde seriam concentradas as escadas de ligação entre as duas cotas. A partir do piso superior da plataforma, que estaria à mesma cota do corredor de distribuição das alas C e D (100m), seria possível aceder a 5 fogos T1 de um só piso, já na extensão do volume novo em direcção à rua. Nesses fogos, todos os espaços de estar e varandas estariam orientados a sul, voltando as cozinhas e quartos-de-banho a norte.

O prolongamento da plataforma até às traseiras das casas situadas à face da rua D. João IV daria acesso a outro dispositivo de articulação vertical que serviria tanto os fogos novos à face da rua como os fogos correspondentes a outros pisos do volume novo que se prolonga no interior do quarteirão.

No edifício novo à face da rua, que ocuparia três lotes e teria quatro pisos, seriam criados 7 fogos. A cave, como referido, estaria destinada a actividades da Associação de Moradores. No piso de entrada (à cota 94,4m), onde se criaria o acesso sul ao bairro, seriam colocados dois fogos T1 ligeiramente elevados em relação à cota da rua, o que permitiria garantir alguma privacidade. Nos pisos seguintes o edifício ocuparia a largura total dos lotes. O segundo e terceiro pisos (às cotas 97,2m e 100m) seriam ocupado por dois fogos T4 duplex, que seriam intermediados por um fogo T1 no piso superior. O último piso (à cota 102,8m) seria recuado e teria dois fogos T2, acedendo-se também a um fogo T2 nas traseiras, já parte integrante do novo volume construído no interior do quarteirão.

Esse novo volume também teria fogos nos pisos inferiores. O volume estaria dividido em dois troços separados por um lanço de escadas que uniria a plataforma central do bairro ao espaço livre no lado sul. O troço mais próximo da entrada sul do bairro teria na cota inferior (94,4m) dois fogos T2 e um fogo T1, e no piso seguinte (cota 97,2m) teria três fogos T1 e um fogo T2. Nos pisos 3 e 4, como mencionado, teria cinco fogos T1 à cota 100m e um fogo T2 à cota 102,8m. O troço mais atrás teria quatro fogos T3 duplex com acesso a partir da cota 94,4m e um fogo T1 à cota 97,2m junto ao muro limítrofe do terreno. Este fogo seria acessível a partir de escadas independentes. Enquanto nos dois pisos inferiores o volume apenas ocuparia parte dos lotes de expansão do bairro, nos



N →

↑ Planta com a área de intervenção da nova Unidade Operacional, [1976]. © Arquivo Distrital do Porto

pisos seguintes, como mencionado, o volume sobrepor-se-ia à ala D da ilha pré-existente, sendo o acesso aos fogos feito a partir do corredor de distribuição da antiga ilha (à cota 100m).

A tentativa de manutenção das características das casas pré-existentes não se estendeu à linguagem adoptada nos novos edifícios. Enquanto nas antigas alas das ilhas se mantiveram as fachadas e a cobertura inclinada, bem como os caixilhos (caso pudessem ser recuperados), a nova construção teria um aspecto bastante distinto. Segundo a memória descritiva, procurava-se que os novos edifícios resultassem de uma racionalidade e economia, o que implicava uma grande simplicidade das fachadas. As coberturas em fibrocimento, que seriam quase planas, adequar-se-iam melhor ao facto de os volumes serem escalonados, mas acentuariam a diferença entre as duas partes do conjunto. De facto, embora na transição para a ala D incorporada no novo edifício haja uma transição progressiva de escala, a linguagem não denota a procura de correspondência com as construções antigas. A proporção dos vãos e a organização dos volumes seguiria uma lógica autónoma, com aberturas horizontais, e adoptaria uma nova métrica e um escalonamento dos edifícios que não teriam paralelo na reconstrução das alas da ilha.

De igual forma, a linguagem adoptada nos novos edifícios à face da rua D. João IV contrastaria com os edifícios vizinhos. Esse contraste torna-se ainda mais evidente ao observar o desenho de levantamento dos três edifícios que seriam demolidos na rua para dar origem à nova construção. A horizontalidade do novo volume, acentuada pelas aberturas rectangulares ao baixo, anularia a leitura da métrica dos lotes almadinos e da verticalidade dessas construções. A ausência de indicação quanto aos acabamentos, referindo-se apenas a necessidade de baixo custo e fácil manutenção, torna o desenho dos alçados ainda mais hermético quando comparado com o dos edifícios vizinhos.

Esta circunstância terá levado a que o andamento da operação sofresse alguns sobressaltos, pois, apesar de a Declaração de Utilidade Pública entregue em Dezembro ter sido aprovada em Abril de 1975, de haver autorização por parte da Câmara para a tomada de posse dos terrenos em Junho do mesmo ano, o que somente se efectivou em Fevereiro de 1976, e de ter sido publicada a Declaração de Zona Degradada em Novembro de 1975, a operação ficou suspensa. Em causa estaria o custo da operação tomando em conta o número reduzido de fogos, 53 no total.

A definição da unidade operacional havia obedecido à identificação da situação particular da ilha da Bela Vista e à vontade de um arranque imediato, o que levou a que não se incluíssem lotes contíguos onde condições habitacionais semelhantes se verificavam. Contudo, considerando o crescente número de pedidos de intervenção SAAL, a dimensão das restantes operações e a mobilização da população vizinha, não faria sentido limitar aquela intervenção a uma circunstância tão restrita. Numa assembleia de moradores realizada em Novembro de 1975 decidiu-se alargar a Associação de Moradores de modo a incluir alguns vizinhos, tornando-se necessária a definição de uma nova UO que englobasse aquela unidade espacial. Seriam anexados os terrenos a norte da ilha da Bela Vista correspondentes ao interior do quarteirão até ao terreno da Cooperativa dos Pedreiros, mantendo como limite nascente o muro que marcava a diferença de cotas muito acentuada. Incluíam-se também alguns lotes à face da rua D. João IV.

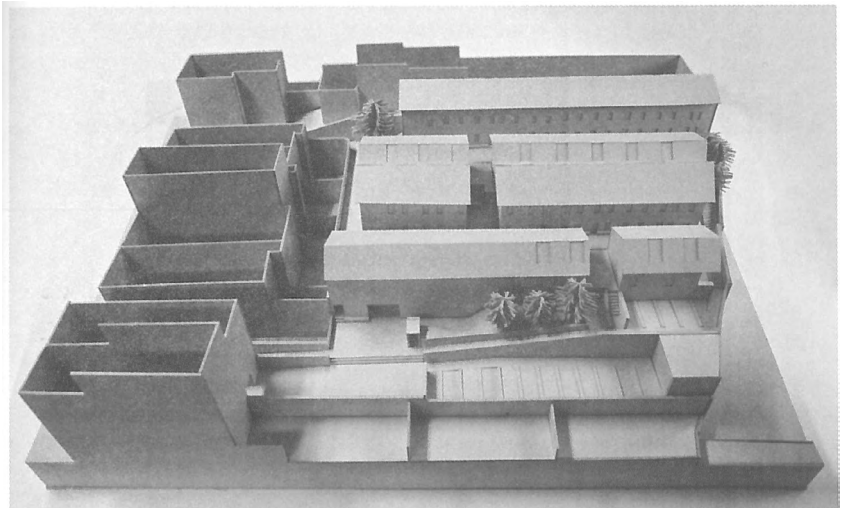
No entanto, a interrupção de uma operação com projecto pronto para construção e onde os terrenos já tinham sido expropriados não se deve somente ao facto de se tratar de um conjunto pequeno. Caso se tratasse apenas disso, iniciar-se-ia a construção desta fase enquanto o projecto para os outros terrenos seria elaborado. O serviço SAAL/Norte não teria dado a sua anuência relativamente à proposta apresentada pela Brigada, solicitando a revisão do trabalho. Presume-se que em causa estaria a demolição das casas à face da rua D. João IV e a sua substituição por edifícios novos que alterariam a escala e o carácter daquele lugar.

Daquilo que é possível depreender dos documentos das reuniões de zona e das reuniões do grupo de planeamento do SAAL/Norte, ainda que não exista um manual ou documento com recomendações específicas, as indicações do Serviço iam no sentido de manter as estruturas pré-existentes sempre que possível. Incentivava-se a recuperação dos edifícios, não só como uma solução mais ágil e económica, mas também como reconhecimento do valor patrimonial da arquitectura corrente da cidade. Esta postura apresentava-se como alternativa à tendência verificada anteriormente da demolição indiscriminada de alguns aglomerados habitacionais, ou às propostas elaboradas pelo Plano Director de 1962 que previam a demolição integral de várias áreas de habitação degradada, numa estratégia de modernizar a cidade e preservar sobretudo os monumentos. No entanto, a demora na reprovação do projecto pela Comissão Coordenadora do SAAL/Norte estagnou o andamento da operação e acentuou o estado de desânimo da Brigada e dos moradores.

Uma segunda hipótese começou a ser esboçada, que aproveitava parte do projecto realizado e eliminava as intervenções que seriam mais caras, como a demolição dos edifícios à face da rua e a construção do volume novo que estabeleceria a ligação com o núcleo existente transformado. Como tal, todas as construções existentes seriam recuperadas. No que diz respeito aos outros núcleos degradados a incluir na operação, iniciaram-se estudos para construção nos terrenos contíguos de expansão[5].

Com a independência de Moçambique, Mário Trindade (que é moçambicano) partiria para lá. É nessa mesma altura que os restantes elementos da Brigada abandonam o trabalho, tendo a operação ficado sem apoio técnico. Em Fevereiro de 1976, Manuel Teixeira Carvalho, que era membro da Brigada, ainda assumiu a chefia, Manuel Pinto integrou-a como desenhador, e pontualmente terão feito parte da Brigada Manuela Juncal como estudante e Fernando Parati como desenhador. No entanto, Manuel Carvalho declarou que não aceitaria a responsabilidade de condução do processo sem que

5 A área de expansão corresponderia aos terrenos entre a antena dos Emissores do Norte Reunidos e a ilha do Acácio. Cf. *União do Povo, Boletim da Associação de Moradores da Bela Vista (D. João IV) – Porto*, 1, Janeiro 1976, p. 6.



↑ Maqueta do projecto de reabilitação da ilha da Bela Vista, [2013-2015]. © Rodrigues, Fernando Matos; Silva, Manuel Carlos, *Cidade, habitação e participação: o processo SAAL na ilha da Bela Vista 1974/76*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 67.

houvesse uma responsabilização efectiva por parte do Serviço, com critérios e uma metodologia claros a aplicar no desenvolvimento de cada caso. A mudança nos critérios de avaliação numa fase já avançada do projecto obrigou a uma suspensão dos trabalhos e consequente desmobilização da população, e Manuel Carvalho considerava que talvez fosse preferível continuar a desenvolver uma solução que, não sendo a ideal, poderia dar resposta às solicitações do momento.[6] Apesar de se argumentar por um lado que a solução apresentada não comprometia a expansão da área de intervenção de modo a incluir outros moradores, por outro lado o custo do projecto mantinha-se elevado, o que poderia obrigar os moradores a um esforço económico superior àquele que poderiam suportar. Não havendo entendimento, os elementos da Brigada abandonaram o trabalho e, em Abril, a Brigada deixou de exercer funções.[7]

Em Novembro do mesmo ano houve uma proposta de constituição de uma nova Brigada chefiada por António Dias[8], com vista à definição da nova Unidade Operacional. O acordo que António Dias estabeleceu com Fernanda Alcântara (da comissão coordenadora do serviço SAAL/Norte e do sector de apoio ao planeamento e projectos) foi o de que não consideraria a hipótese de dar continuidade ao trabalho elaborado pela anterior Brigada introduzindo apenas algumas alterações, como sugerido. Em causa estaria o aproveitamento de parte do projecto, abandonando a substituição dos edifícios na rua D. João IV, que seria a intervenção mais dispendiosa. António Dias considera que para ele era inaceitável que lhe pedissem para fazer remendos e revisões a um trabalho de um colega quando os serviços tinham rejeitado essa proposta e o próprio não concordava com ela. Para além disso, menciona que se não aceitassem a sua proposta não sentia qualquer obrigação contratual nem moral de dar continuidade à operação, pois oficialmente não era chefe da Brigada[9].

Com a paralisação do Processo SAAL, a operação não teria mais seguimento, apesar de, contrariamente ao que se passou na grande maioria das restantes operações, se ter tomado posse daqueles terrenos. A ilha tornou-se municipal, tendo sido recentemente objecto de uma intervenção de reabilitação pelo gabinete Cerejeira Fontes, num processo conduzido pelo Laboratório de Habitação Básica e Social entre 2013 e 2015 com o apoio da Câmara do Porto[10].

6 Cf. Brigada técnica, Relatório Jan.-Fev. 1976

7 Cf. relatório Fev.-Mar. 1976

8 Essa Brigada seria constituída por António Dias como arquitecto chefe, o arquitecto Manuel Teles, os desenhadores Eduardo Queirós, Manuel Queirós e António Jorge Lopes, pela estudante do liceu Maria Helena Rodrigues e pelo engenheiro técnico José Mário Pereira. Há indicação de que esta equipa teria começado a avaliar a proposta da anterior Brigada em Setembro de 1976 e de que António Dias terá pedido um parecer sobre esse projecto, para perceber os motivos que levaram à dissolução da equipa.

9 António Dias, [Carta enviada ao SAAL], 16 Novembro 1976, documento consultado no ADP.

10 O processo e o projecto encontram-se documentados nos livros: Rodrigues, Fernando Matos; Silva, Manuel Carlos, *Cidade, habitação e participação: o processo SAAL na ilha da Bela Vista 1974/76*, Porto: Edições Afrontamento, 2015; Rodrigues, Fernando Matos, *Ilha da Bela Vista*, Porto: Edições Afrontamento, 2015; Rodrigues, Fernando Matos; Fontes, António Cerejeira; Silva, Manuel Carlos; Fontes, André Cerejeira (coord.), *A cidade da participação: projecto de arquitectura básica participada na ilha da Bela Vista*, Porto: Edições Afrontamento, 2016.

OP10
OPERAÇÃO SAAL PARCERIA ANTUNES



↖ Fotografia da participação dos moradores dos bairros Parceria e Antunes no plenário dos moradores realizado no pavilhão dos desportos, 5 Abril 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

A operação SAAL Parceria Antunes iniciou-se em Janeiro de 1975. Numa fase inicial, a brigada técnica era formada por dois engenheiros civis: Carlos Ferreira, que assumiu a responsabilidade da Brigada, e José Sião Reis, que integrou a equipa até Maio de 1975. Em Junho do mesmo ano a equipa seria reforçada com as estudantes de arquitectura Graça Guimarães, Paula Cabral e Clara Outeiro e, em Junho de 1976, com Rui Graça como desenhador de primeira classe. Contudo, a meados de Julho, Carlos Ferreira foi para Moçambique, tendo sido substituído pelos arquitectos Henrique Vanez e Fernando Lucena. No final de 1976, a Brigada era constituída por estes dois arquitectos, pelo estudante de engenharia civil António Jorge Nunes e pelo desenhador Rui Graça.

Os bairros da Parceria e Antunes, implantados num terreno de perímetro triangular com acesso pelo largo da Maternidade, ocupavam a plataforma superior do terreno contíguo à Maternidade e ao cemitério britânico. O bairro da Parceria organizava-se ao longo de duas ruas perpendiculares, a rua Parceria e a travessa Parceria, com as casas agrupadas em banda. O bairro Antunes era composto por duas bandas de casas que formavam um espaço triangular, tendo uma das bandas encostada ao lado poente do bairro da Parceria. O conjunto pode considerar-se do tipo ilha, com as células habitacionais na sua maioria de uma só frente dispostas ao longo de corredores ou pátios – ou arruamentos privados, no caso do bairro da Parceria – e encostadas aos muros limítrofes do terreno, ocupando-o de forma intensiva. Ainda assim, no bairro da Parceria as áreas das casas eram mais generosas do que as das habituais ilhas. Eram compostas por piso térreo e sótão habitado e tinham instalações sanitárias privadas, ainda que exteriores e em péssimo estado de conservação. O bairro Antunes era mais precário. As casas tinham áreas mais pequenas, pois, apesar de também terem piso térreo e sótão habitado, este não ultrapassava a altura de 1,5 metros, e as instalações sanitárias eram colectivas. Estes bairros, com origem ainda no século XIX (tal como se pode constatar a partir da sua representação na planta de Teles Ferreira de 1892), estavam em muito mau estado de conservação e os tectos e pavimentos ameaçavam ruir.

A urbanização desta área da cidade terá sido desencadeada pela instalação do cemitério



↑ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área de Parceria Antunes.
© Arquivo Municipal do Porto



↗ Fotografia aérea da área Parceria Antunes, 1939-40.
© Arquivo Municipal do Porto

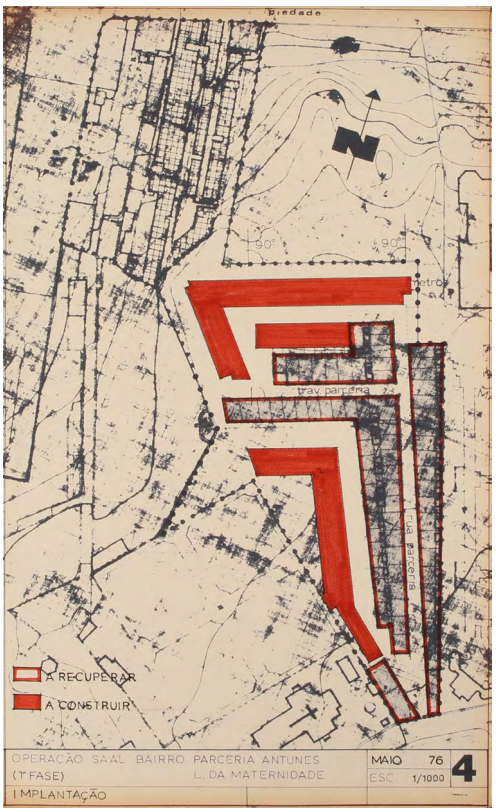
britânico no final do século XVIII, numa altura em que esta área designada de campo pequeno ainda estava fora da cidade. Ali existia a quinta da torre de Pedro-Sem, cuja casa-torre terá sido construída na primeira metade do século XIV e depois transformada no século XVIII pela justaposição de um solar[1]. A igreja do cemitério britânico foi construída entre 1815 e 1818. O terreno ocupado actualmente pela maternidade Júlio Dinis pertencia a um inglês que edificou ali a sua casa em meados do século XIX. Foi no terreno entre o cemitério e essa casa que, no final do século XIX, se edificaram os bairros da Parceria e Antunes. Na sequência de um incêndio, o conjunto da casa foi vendido e, em 1928, iniciou-se a construção da Maternidade. A empresa de reparação automóvel Eduardo Ferreirinha & Irmão, fundada em 1929, instalou-se no número 125 da rua da Boa Nova. Com o crescimento da empresa, sobretudo durante a segunda guerra mundial, esta expandiu-se para os terrenos a norte e poente do cemitério britânico, construindo aí a sua fábrica já depois de 1940[2]. As ilhas na rua da Piedade devem datar aproximadamente da mesma altura da construção dos bairros da Parceira e Antunes, visto também estarem representadas na planta de 1892. Verifica-se, portanto, desde cedo uma grande discrepância de classes sociais naquela área, que terá sido urbanizada para alojar tanto o proletariado como a alta burguesia. Isso é evidente, desde logo, pela construção em meados do século XIX do palacete Pinto Leite no terreno contíguo ao da casa que viria a ser ocupada pela Maternidade justaposto a um terreno onde foi construída uma ilha de grande dimensão.

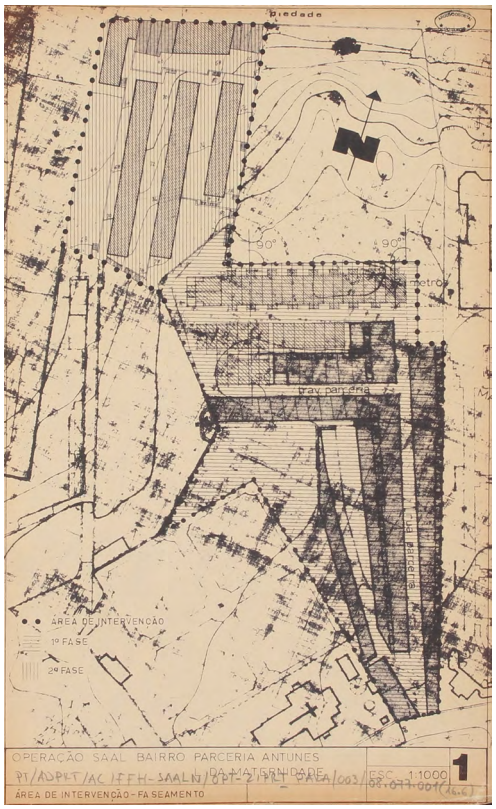
Para a Definição da Unidade Operacional englobava-se não só a plataforma superior onde se localizavam os bairros, mas também as plataformas inferiores até à rua da Piedade (onde algumas ilhas tinham sido demolidas), que serviriam como terreno de expansão. O perímetro era então definido pelo limite poente dos terrenos da maternidade Júlio Dinis, pelo largo da Maternidade, pelo limite nascente do cemitério britânico, pelo limite nascente da fábrica Eduardo Ferreirinha & Irmão, pela rua Júlio Dinis e pela rua da Piedade.

A Declaração de Utilidade Pública foi elaborada em Abril de 1975 e entregue na Câmara do Porto em Agosto do mesmo ano. Nessa DUP previa-se a construção de novas habitações na plataforma inferior, na esquina entre a rua Júlio Dinis e a rua da Piedade, e reservava-se área para a construção de equipamento no espaço central de transição entre as duas plataformas e para um espaço verde

1 Cf. "Torre do Palácio dos Terenas/Torre de Pedro-Sem/Torre da Marca", disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5554, consultado a 15 Outubro 2019.

2 Na fotografia aérea tirada entre 1939 e 1940 é possível ver como a fábrica Eduardo Ferreirinha & Irmão ainda não existia. A crise financeira da empresa durante os anos 1970 terá levado à sua falência já nos anos 1980, e os terrenos foram usados para a construção de habitação para a média-alta burguesia.





← Planta da proposta de intervenção para a primeira fase da operação SAAL Parceria Antunes, Maio 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

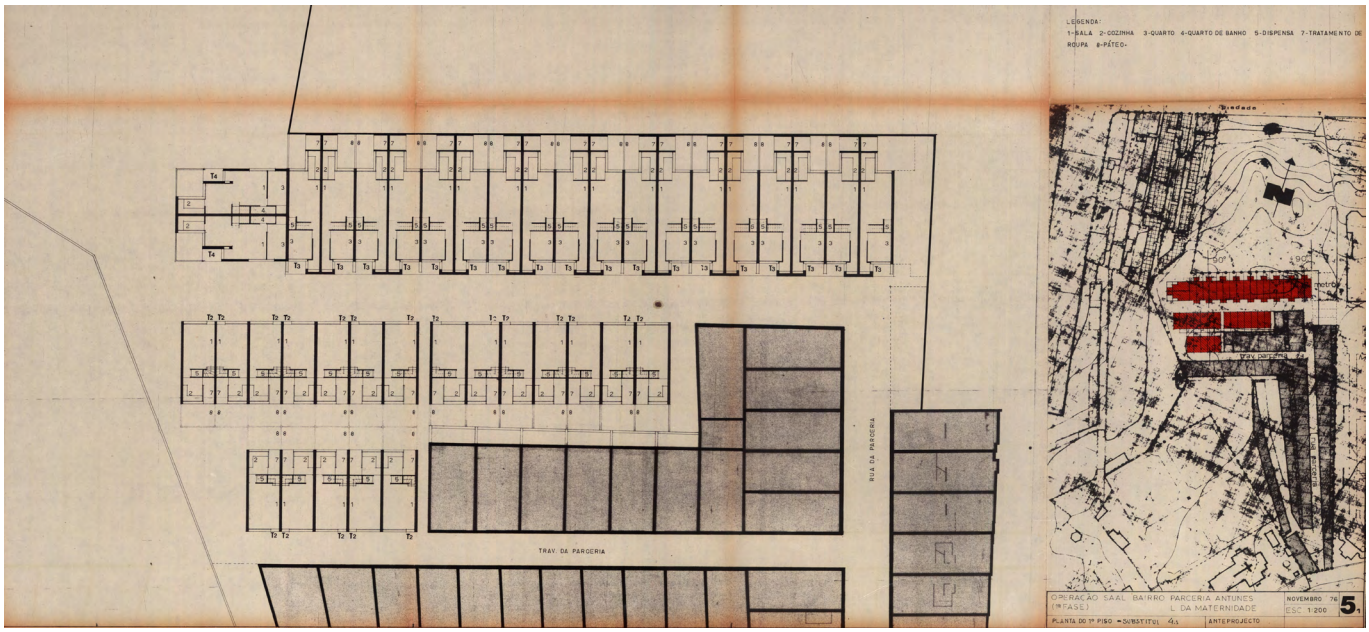
→ Planta da proposta de intervenção global na operação SAAL Parceria Antunes, [Novembro 1976].
© Arquivo Distrital do Porto

numa cota mais baixa já na rua da Piedade. Com base nessa organização e nos levantamentos entretanto realizados, em Novembro de 1975 começa-se a elaborar o projecto de recuperação das habitações existentes e implantação das novas habitações. No entanto, em Dezembro a DUP foi recusada por incluir parte de um terreno que seria usado para ampliar as instalações da Maternidade. Dado que essa intervenção beneficiaria a cidade, os moradores e a Brigada aceitaram as indicações da Direcção das Construções Hospitalares do Norte de não incluir essa área na operação. Assim sendo, procedeu-se a um novo estudo de implantação que abdicava das áreas verde e para equipamento, reduzindo o perímetro da operação.

Em Maio de 1976 é apresentada uma primeira versão do projecto que previa uma intervenção profunda. Propõe-se a demolição da banda de casas a poente do bairro Antunes, substituindo-a por um edifício em "L" disposto paralelamente às casas do bairro da Parceria. Esse volume teria 3 pisos com acesso em galeria e fogos de um só piso. A norte do bairro da Parceria acrescentam-se dois edifícios: uma banda de casas duplex em continuidade com o edifício existente e um edifício com forma em "V" que remata o conjunto e faz uma inflexão seguindo a direcção do limite da unidade operacional. As restantes casas seriam recuperadas, procurando manter as características da construção original. Os novos edifícios teriam um aspecto diferenciado das habitações recuperadas. Seguindo regras de composição autónomas, as fachadas seriam revestidas com chapa metálica (a julgar pelos desenhos) e as aberturas seriam verticais, de modo a contrastar com a horizontalidade dos volumes que teriam cobertura plana.

A proposta que se seguiu era mais comedida. Decorrente de uma reunião realizada em Julho de 1976 com um elemento do sector de planeamento do SAAL/Norte e um consultor, alterou-se a estratégia de intervenção, optando-se por recuperar a totalidade do bairro Antunes e baixar a cércea para dois pisos nos volumes novos construídos a norte do bairro da Parceria.

Os novos volumes consistiriam em fogos duplex organizados em banda que completariam o tecido urbano do bairro da Parceria,

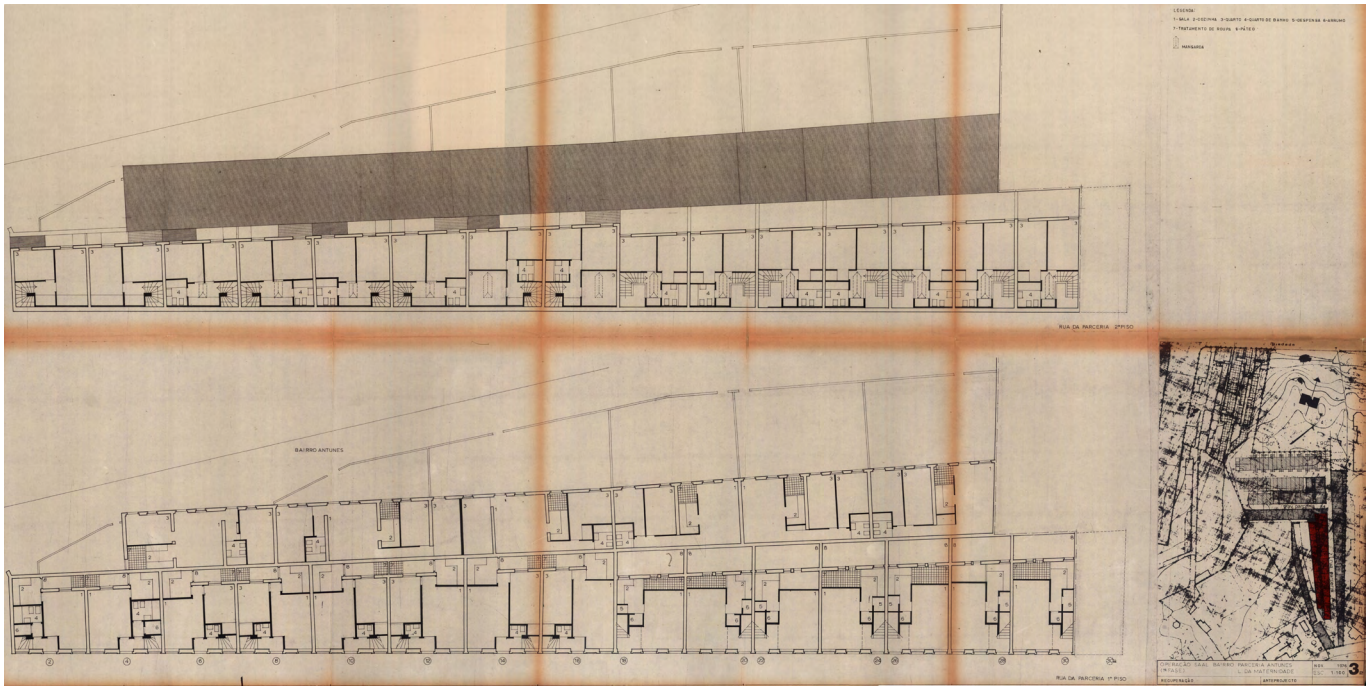


↑ Planta do primeiro piso dos edifícios novos a construir na ala norte da primeira fase, Novembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

rematando o conjunto com um volume que no topo poente teria dois fogos T4 rodados de modo a assinalar a passagem para a segunda fase da operação (o conjunto localizado na plataforma inferior nas traseiras das casas na rua da Piedade). Os fogos desse volume seriam T3, com excepção dos dois fogos T4 no topo, enquanto os restantes fogos dos outros volumes seriam T2. Apesar de os novos edifícios que completariam o volume em "L" mais a norte partilharem o limite das traseiras com as casas do bairro da Parceria (para onde estariam voltados os pátios de cada fogo), estes estariam separados por pequenas passagens nos limites laterais. Desta forma, não haveria uma fusão entre construções novas e antigas. As casas T2 duplex teriam os espaços comuns no piso inferior, com entrada a partir da sala e a cozinha e o espaço para o tratamento de roupa voltados para o pátio localizado nas traseiras. As escadas centrais perpendiculares à profundidade dos fogos dariam acesso ao piso superior onde estariam dois quartos, um voltado para a lado anterior e outro para o lado posterior, e um quarto-de-banho ao centro. Nas casas T3 duplex, a entrada seria feita através de um corredor que daria acesso a um quarto voltado para a fachada anterior, às escadas em "L" e à sala e cozinha. Tanto a sala como a cozinha seriam iluminadas a partir do pátio localizado na parte posterior da casa, através do qual se acederia a um espaço de tratamento de roupas. Subindo as escadas, no piso superior acede-se ao quarto-de-banho e aos restantes dois quartos, um voltado para a fachada anterior e outro para a fachada posterior. Como o fogo tem aproximadamente a mesma largura mas é mais profundo que os fogos T2, há dois átrios que antecedem os quartos. Quanto aos alçados, manter-se-iam alguns traços da proposta elaborada anteriormente, com um piso térreo mais aberto que o piso superior onde as aberturas são pontuais. Nota-se, contudo, uma maior horizontalidade da composição com a utilização de aberturas de forma quadrada, e aparentemente o material de revestimento seria uniforme.

Para a recuperação das casas dos bairros aproveitar-se-ia a quase totalidade das construções existentes, excepto a casa no topo norte do bairro da Parceria (junto ao muro com a fábrica da empresa Eduardo Ferreirinha & Irmão), que seria demolida para permitir a ligação à plataforma inferior do terreno onde se desenvolveria a fase de expansão, e a algumas casas no topo norte da ala nascente (junto ao muro com a Maternidade).

Regra geral, as casas do bairro da Parceria seriam recuperadas resolvendo o fogo em dois pisos. No bairro Antunes, os fogos teriam apenas um piso e resultariam da união



↑ Plantas com a proposta de recuperação da ala poente do bairro da Parceria e a ala nascente do bairro Antunes, Novembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

de duas ou três células habitacionais. Só uma casa que já teria dois pisos se manteria assim, no topo norte da banda a poente, associando-se a outra célula habitacional de um piso. Apesar de se manterem as paredes resistentes, o interior das habitações não seria aproveitado, alterando-se a organização das casas bem como os materiais utilizados. A única excepção seria a banda nascente das casas do bairro da Parceria que estariam em melhores condições de conservação, propondo-se uma remodelação parcial.

Na ala nascente do bairro da Parceria, as casas manteriam as paredes resistentes e a mesma área de construção. A entrada seria feita através da sala voltada para o alçado anterior, a partir da qual se acederia às escadas de dois lanços para o piso superior e a um quarto e à cozinha voltados para um pequeno pátio localizado nas traseiras. No piso superior, os dois quartos estariam voltados para o alçado anterior, estando o quarto-de-banho e um pequeno espaço sem utilização fixa (que dá acesso a uma varanda por cima da cozinha) voltados para o alçado posterior. As casas da ala paralela do mesmo bairro (ala poente) difeririam por serem T2, com os dois quartos situados no piso superior e voltados para o alçado posterior e as escadas, átrio e quarto-de-banho na fachada anterior onde existiria uma mansarda. No piso térreo, a entrada far-se-ia para um átrio que daria acesso às escadas e à sala, a partir da qual se acederia à cozinha e ao espaço de tratamento de roupas voltados para o pátio nas traseiras. As casas teriam cobertura de duas águas.
Na ala mais a sul do bairro da Parceria, com acesso a partir da travessa da Parceria, entrar-se-ia através de um átrio que daria acesso às escadas de um lanço encostadas a uma das paredes de meação e à sala. Através da sala seria possível aceder a um dos quartos e à cozinha voltados para o pátio no alçado de tardoz. No piso superior, o quarto localizado no alçado frontal teria uma mansarda e o outro quarto estaria voltado para o alçado de tardoz, com o quarto-de-banho no espaço central. A ala em "L" mais a norte, também com acesso pela travessa da Parceria e pela rua da Parceria, teria uma organização semelhante à da ala sul, excepção feita aos fogos localizados nos momentos de cruzamento que teriam aberturas para ambas as ruas e do fogo com acesso pela travessa mais a norte que teria um pátio de maiores dimensões.

Na ala nascente do bairro Antunes, as casas seriam térreas e resultariam da união de duas células no caso dos fogos T2 e da união de três células no caso dos fogos T3. Todas

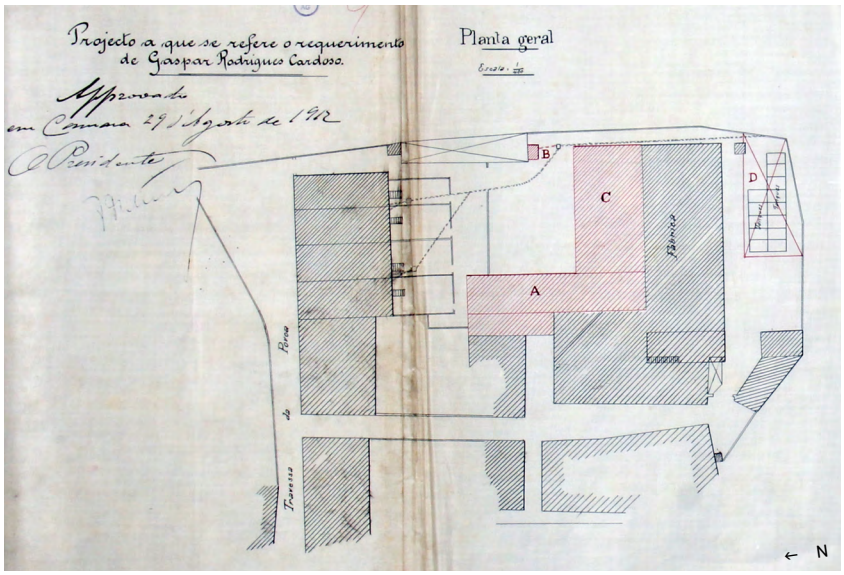
as divisões estariam voltadas para o alçado anterior, visto que a parede de meação com a ala poente do bairro da Parceria não teria aberturas e seria lá que se colocaria o quarto-de-banho. Na ala poente do mesmo bairro, as casas resultariam da união de três células e também seriam térreas. A sala e os dois quartos estariam voltados para o alçado anterior, enquanto a cozinha e o quarto-de-banho teriam aberturas no alçado posterior. As coberturas das casas seriam de uma água.

Embora se procure integrar as novas construções no bairro de modo a não existir uma diferenciação substancial entre as casas recuperadas e os novos fogos – implantando os novos edifícios como prolongamento dos existentes –, a criação de pequenas ruas nos momentos de transição entre as construções não cumpriria esse propósito, demarcando claramente a nova intervenção. A rotação dos dois últimos fogos no topo poente do novo edifício a norte pretende assinalar a ligação entre as duas áreas da operação.

Quanto à área de expansão, na plataforma inferior, apenas se teve acesso a uma planta que contém a proposta de implantação, onde se indicam as duas fases de intervenção. Nessa planta é possível observar como as seis casas na rua da Piedade seriam mantidas e no gaveto entre a rua Júlio Dinis e a rua da Piedade surgiria um novo edifício, bem como no espaço entre as casas. No interior do quarteirão, correspondente à área previamente ocupada pelas ilhas que haviam sido demolidas, surgiriam três volumes paralelos à rua Júlio Dinis, embora afastados, cuja cota de implantação acompanharia o perfil do terreno (a julgar pelas escadas representadas entre plataformas). Esses volumes poderiam consistir em casas duplex em banda, tal como se propõe para os novos edifícios da primeira fase, apesar de a organização se poder assemelhar mais às alas nascente e poente recuperadas do bairro da Parceria, a julgar pela menor profundidade dos volumes. A opção por bandas de casas de dois pisos seria mais provável, visto ser um sistema simples que permite uma execução célere e uma redução dos custos de construção, e ter sido a solução adoptada nos restantes edifícios do projecto após se ter abandonado a solução de fogos com acesso por galeria.

O projecto não avançou para a fase de construção e os bairros da Parceria e Antunes ter-se-ão mantido com as mesmas características, embora em condições cada vez mais precárias – dada a ausência de manutenção e obras de melhoramentos –, até serem demolidos em 2002. Perante a intenção de criar o Centro Materno-Infantil do Norte no terreno contíguo à Maternidade, os cerca de 150 moradores foram indemnizados (nos casos em que os habitantes eram proprietários) ou realojados no bairro novo da Pasteleira. No terreno ocupado pelos velhos bairros foi construído em 2005 o conjunto habitacional Parceria e Antunes, gerido pela Domus Social, com 54 fogos que alojam cerca de 137 pessoas.

OP12
OPERAÇÃO SAAL DA PÓVOA



↖ Excerto da planta da fábrica de curtumes Gaspar Rodrigues Cardoso, licença de obras de 1912.
© Arquivo Municipal do Porto

A operação SAAL da Póvoa formou-se em Janeiro de 1975, após a população residente naquela área se ter unido com vista a ultrapassar as difíceis condições habitacionais em que se encontrava. A organização de moradores, inicialmente constituída enquanto Comissão de Moradores da Travessa da Póvoa, tornou-se Associação em Junho de 1975.

O lugar da Póvoa existe desde o século XVII. Registos paroquiais de Santo Ildefonso indicam que em 1638 havia já a Póvoa de Cima e a Póvoa de Baixo, onde existiam duas quintas, e existem registos da rua da Póvoa de Baixo em 1757[1]. Lá havia um manancial de água, o Manancial da Póvoa de Cima, que juntava as nascentes das Freiras e da Mitra, dirigindo-se para o Monte dos Congregados[2].

Em 1892, a partir da planta de Teles Ferreira, é possível ver como o lugar da Póvoa se encontrava em processo de urbanização. A rua da Póvoa já estava bastante urbanizada na parte norte, com algumas casas de ilhas dispostas tanto à face da rua como nas traseiras, verificando-se construções mais pontuais no troço sul associadas aos campos de cultivo. Na travessa e na viela da Póvoa havia sobretudo ilhas ou casas para alojamento operário. A fábrica de curtumes existiria já no cruzamento entre a travessa e a viela da Póvoa, a julgar pelos tanques representados, o que explica a fixação de alojamento operário naquela área. Continuando no sentido nascente, várias ilhas teriam sido construídas: duas ilhas de duas bandas orientadas no sentido norte-sul que ocupam a profundidade do lote e uma ilha perpendicular de duas bandas que ocupava o lote que faz a inflexão na travessa da Póvoa. Numa viela perpendicular à viela da Póvoa presume-se que as construções representadas corresponderiam também a casas de ilha.

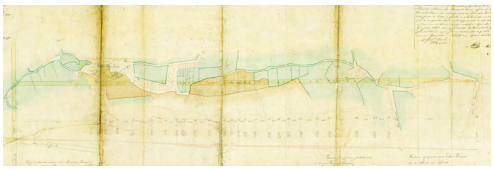
Registos de licenças de obras dão conta da intenção de construção de 3 casas em 1902 na travessa da Póvoa com os números 410-412, 414-416 e 420-424 por parte de Manuel da Silva Lopes. Estas casas seriam construídas

1 Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 31.

2 "*Manancial da Póvoa de Cima*, também conhecido por *Manancial da Mitra* ou das *Religiosas do Convento de Santa Clara*, por a Câmara Municipal o ter havido da Mitra Portucalense e da Abadessa de Santa Clara. / Este manancial, alimentava as quatro seguintes fontes públicas: (...) Fonte da Rua da Firmeza, (...) Fonte do Canavarro (...), Fonte do Bolhão, (...) Fonte de Santo Ildefonso ou do Padrão (...)." Marçal, Horácio, *O abastecimento de água à cidade do Porto e à vila de Matosinhos*, Matosinhos: [s.n.], 1968, pp. 18-19.



↑ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área da Póvoa.
© Arquivo Municipal do Porto



↗ Planta para a abertura da rua de Santos Pousada, 1863.
© Arquivo Municipal do Porto

"no terreno denominado bairro Gaspar"[3], eventualmente integradas nos terrenos de Gaspar Rodrigues Cardoso, proprietário da Fábrica dos Curtumes da Póvoa, ou utilizadas pelos seus operários. Gaspar Cardoso também empreendeu a construção de casas destinadas aos operários junto à Fábrica (nos números 392, 194, 396, 398, 402, 406 e 408), como é possível perceber pelos registos de licenças[4]. Presume-se que as restantes casas construídas nesse troço da travessa da Póvoa (ainda identificada como viela da Póvoa na planta de 1892) pertenceriam também a Gaspar Cardoso e seriam destinadas aos seus operários.

A abertura da avenida Fernão de Magalhães a partir dos anos 1930 – que veio sobrepor-se à rua do Monte Bello – introduziu uma alteração de escala naquela área, que já havia sido iniciada com a abertura da rua Santos Pousada (antiga rua de S. Jerónimo, cujo plano foi aprovado em 1863[5]), mas desta vez alcançando um maior impacto devido a tratar-se de uma artéria de circulação mais rápida. Várias indústrias se instalaram ou ampliaram naquela área. A fábrica de Curtumes foi sendo ampliada no sentido sul, e a fábrica de fechaduras e ferragens A Portuense foi também instalada na travessa da Póvoa. Algumas oficinas localizadas naquela área e pertencentes a Gaspar Cardoso seriam utilizadas para outros tipos de produção. Presume-se que mais tarde outros terrenos com acesso pela travessa da Póvoa tenham sido ocupados por outras indústrias, como o armazém SAMECA, Sá e Castro, onde se guardavam produtos químicos entretanto considerados por uma comissão da FEUP como altamente poluentes, tóxicos e explosivos. No lado norte da travessa da Póvoa, com o número 233, a fábrica Sarius[6] pertenceria a Francisco Dias de Oliveira[7].

Com a demolição de ilhas e a implementação do Plano de Melhoramentos já no final dos anos 1950, foi construído entre 1959 e

3 Licença de obra n.°: 37/1902. Cf. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/73064/?q=37%2F1902, consultado a 20 Outubro 2019.

4 Licenças de obras n.°: 384/1909; 646/1909; 1514/1911. Cf. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/112676/?q=384%2F1909; http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/79295/?q=646%2F1909; http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/118196/?q=1514%2F1911, consultados a 20 Outubro 2019. Cf., ainda, Gonçalves, Eliseu, *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933: a prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2014, pp. 639-640.

5 Cf. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/340206/?q=Planta+e+perfil+para+abertura+de+rua+Santos+Pousada, consultado a 20 Outubro 2019.

6 Não se sabe a partir de que altura a fábrica terá sido denominada de Sarius, dado apenas ter sido possível reconhecer esse nome a partir da ruína existente na actualidade.

7 Licença de obra n.°: 562/1940 relativa à ampliação da fábrica. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/182083/?q=562%2F1940, consultado a 20 Outubro 2019.





← Fotografia aérea do bairro Fernão de Magalhés, 1961.
© Arquivo Municipal do Porto

→ Fotografia do bairro Fernão de Magalhães em fase final de construção, início dos anos 1960.
© Arquivo Municipal do Porto

1962 o bairro Fernão de Magalhães nos terrenos a sul da travessa da Póvoa, entre a rua de Santos Pousada e a avenida Fernão de Magalhães. Esse bairro com 346 fogos está dividido em dois lados, norte e sul, com um jardim no espaço central, o jardim das Pedras (ou jardim Paulo Vallada). No lado sul foram construídos 6 edifícios de 4 pisos com acesso por galeria junto à Fábrica Aliança. No lado norte, nas traseiras dos terrenos das fábricas de Curtumes e A Portuense, foram construídos 5 edifícios de 4 pisos com acesso por galeria e 2 edifícios mais compridos de 5 pisos com acesso por esquerdo-direito. Na faixa junto ao jardim foram construídos outros 3 edifícios com acesso esquerdo-direito, um de 5 pisos e 2 de 4 pisos, e 2 edifícios de 4 pisos com acesso por galeria. Esses edifícios foram desenhados por Vasco Mendes, Miguel Reimão Pinto e Alberto Rosmaninho. Em 1969 a construção da escola primária estaria concluída ou em vias de conclusão. Embora o plano inicial previsse a edificação de alguns volumes residenciais de iniciativa privada no espaço do jardim, nestes lotes entre a avenida Fernão de Magalhães e a rua de Santos Pousada apenas foram construídos 5 volumes longitudinais e 2 edifícios em forma de torre, sendo que apenas a torre mais alta ocupa um dos vértices do triângulo do jardim. Apesar da construção deste bairro de iniciativa municipal, os problemas habitacionais da população que residia na rua e na travessa da Póvoa mantiveram-se.

Com a formação da operação SAAL da Póvoa, cuja Brigada foi constituída por José Alberto Miranda como arquitecto chefe, a estudante de engenharia Suzana Cavaco, os estudantes de arquitectura Luís Casal, Pedro Cavaco e Fernando Pinto, o técnico auxiliar Olavo Barros e a desenhadora Leonor Machado Seixas, procurava-se uma solução para a carência habitacional de cerca de 1.500 moradores[8]. A sede da Associação de Moradores da Zona da Póvoa, situada no número 99 da travessa da Póvoa, foi inaugurada em Maio de 1976[9].

Para além das más condições habitacionais das casas, os moradores também se queixavam dos problemas ambientais relacionados com o armazém da SAMECA (de produtos químicos), tendo inclusivamente pressionado as instâncias competentes até conseguirem que se emitisse de um mandato de despejo. Contudo, o armazém manteve-se nos mesmos terrenos até, em 1978, se ter deflagrado um incêndio no armazém.

A Unidade Operacional ficou definida pelo limite norte do bairro Fernão de Magalhães, pelas traseiras das casas na rua de Santos Pousada até à rua do Monte Tadeu (antigo largo de S. Jerónimo), pelas casas da rua da Póvoa até quase ao cruzamento com a rua Aires de Ornelas, pelas traseiras das casas na rua Aires de Ornelas até à calcada da Póvoa e pelas traseiras das casas da rua Aires de Ornelas e da avenida Fernão de Magalhães até

8 Natércia Pacheco, "Travessa da Póvoa-Porto. Sabem que mais? A revolta sobe", *Gazeta*, 27 de Maio de 1976.

9 "Inaugurada a Sede da Associação de Moradores da Zona da Póvoa", *Jornal de Notícias*, 16 de Maio de 1976.



↑ Planta de implantação da operação SAAL da Póvoa, Fevereiro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

ao limite com o bairro Fernão de Magalhães, incluindo um lote da avenida Fernão de Magalhães situado no enfiamento da travessa da Póvoa antes do momento de inflexão a nascente. A Declaração de Utilidade Pública foi publicada em Agosto de 1975.

Propunha-se que o edifício da fábrica de Curtumes fosse transformado num equipamento colectivo, bem como duas construções nos terrenos mais a norte: uma correspondente a uma casa senhorial, com o número 1 da calçada da Póvoa, e outra propriedade do industrial Pablo Melero, no número 122 da calçada da Póvoa[10]. Várias instalações fabris inscritas nos limites da unidade operacional não seriam abrangidas pela operação, bem como alguns fogos. Os restantes fogos seriam recuperados e proceder-se-ia à construção de fogos novos.

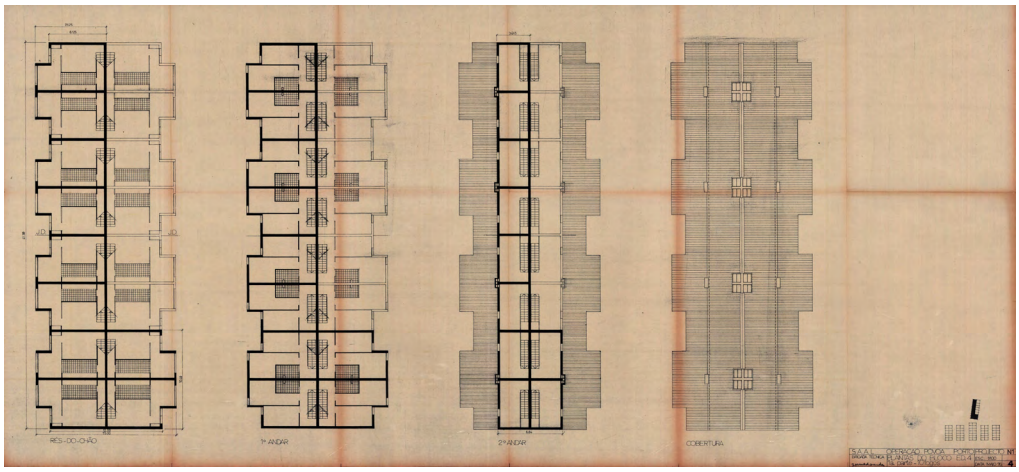
A primeira fase concentrava-se nos terrenos contíguos ao limite norte do bairro Fernão de Magalhães, presumivelmente no terreno onde se encontrava a fábrica SAMECA. As três ilhas existentes na travessa da Póvoa seriam mantidas integralmente, com excepção da ilha mais a poente (que apenas manteria uma das bandas) e da banda perpendicular da ilha mais a nascente. Paralela a essas ilhas propunha-se a construção de uma banda dupla de casas com 16 fogos T3 triplex. Esses fogos consistiriam em duas bandas simétricas com 8 fogos cada[11]. No piso térreo estariam a sala, dividida em dois espaços diferentes, e a cozinha. A escada de um lanço encostada à parede de tardoz, que é parede de meação com a casa simétrica da outra banda, daria acesso a dois quartos e um quarto-de-banho no primeiro piso e a um quarto recuado no segundo piso. A escada seria iluminada por um lanternim em ferro. Apesar de as casas terem apenas uma fachada para a rua, a pouca profundidade das casas permitiria que fossem bastante luminosas, com as aberturas de uma das bandas orientadas a nascente e as da outra a poente. A cobertura teria uma inclinação suave e os caixilhos seriam em madeira e ferro.

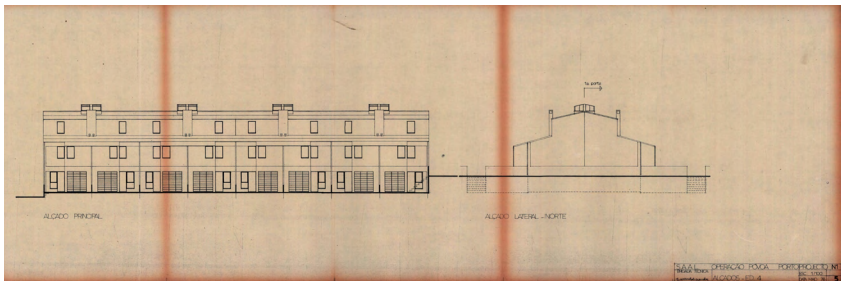
Os restantes fogos novos da primeira fase seriam semelhantes aos descritos. Na faixa de terreno localizada entre a fábrica, o novo edifício e as ilhas pré-existentes, no lado norte, e o bairro Fernão de Magalhães, no lado sul, seriam construídos 5 volumes correspondentes a 5 bandas duplas de casas. Para aceder a essas casas, a calçada da Póvoa seria prolongada até ao limite com o bairro Fernão de Magalhães, inflectindo e ficando confinante com esse limite até se conectar novamente à travessa da Póvoa. Este novo arruamento seria fundamental para facilitar os acessos e tornar o bairro mais permeável. Apesar de uma planta respeitante à mesma data da planta de implantação geral, de Fevereiro de 1976, dar ideia de que somente os 3 volumes a nascente consistiriam em bandas duplas, sendo que a poente estariam 3 bandas simples que aparentavam tratar-se de casas-pátio, calcula-se que se tenha optado pelos 5 volumes de bandas duplas[12]. Presume-se que os dois volumes mais a nascente teriam apenas dois pisos, enquanto os restantes teriam fogos de três pisos, a julgar pela projecção do recuado semelhante ao

10 Licença de obra n.º: 78/1941 correspondente à construção de acrescentos para tanques de curtumes. Estas construções foram demolidas em 1988. Cf. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/163775/?q=78%2F1941, consultado a 20 Outubro 2019.

11 Os desenhos datam de Maio de 1976.

12 Essa conclusão aparece reforçada pela inclusão de uma solução de bandas duplas nas plantas do primeiro edifício, com a data de Maio de 1976.





← Plantas de um dos blocos da primeira fase, Maio 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

↙ Alçados de um dos blocos da primeira fase, Maio 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

primeiro edifício. Os edifícios teriam todos o mesmo comprimento, com excepção do edifício ao centro que seria um pouco mais comprido, comunicando com o edifício mais a norte. Esses volumes teriam 30 fogos T3, 21 fogos T2 e 11 fogos T4. Somando os outros 16 fogos, perfariam um total de 78 fogos novos para a primeira fase.

É interessante notar que a estratégia de completamento da malha urbana das ilhas através da construção de novas bandas paralelas a estas passou também pela proposta de casas com uma só frente, de modo semelhante às ilhas. Esta solução, bastante invulgar se comparada com outras operações, faz lembrar os projectos das colónias operárias, sobretudo se comparando os denteados na planta do piso térreo. Mas se no caso das colónias operárias cada volume correspondia à agregação de 4 casas simétricas entre si, neste caso trata-se de casas agrupadas em banda.

Não existem documentos que permitam averiguar o tipo de recuperação que seria realizada nos fogos pré-existentes, sabendo-se apenas que a meados de Dezembro de 1976 estariam concluídos projectos de recuperação de 33 fogos (2 T2, 30 T3 e 1 T4), estando em curso projectos para mais 45 fogos (12 T1, 16 T2, 9 T3 e 8 T4), num total de 78 fogos[13]. Refere-se, contudo, que seriam necessários mais 36 fogos (4 T1, 12 T2, 19 T4 e 1 T6). De qualquer forma, várias bandas de fogos novos em terrenos sem construção aparecem identificadas na planta geral de implantação. Essas bandas ocupariam alguns espaços interiores de lotes ou localizar-se-iam à face da rua. O lote vago na avenida Fernão de Magalhães não seria edificado e serviria como passagem pedonal de acesso ao bairro. As instalações mais antigas da fábrica de Curtumes, no terreno onde se faz o cruzamento entre a travessa e a calçada da Póvoa, aparentemente seriam demolidas e lá seriam construídos 5 edifícios na sequência das casas edificadas por Gaspar Cardoso.

Tal como aconteceu noutras operações, os projectos não saíram do papel e aquela área ainda hoje se encontra em condições semelhantes às existentes na altura do SAAL.

13 Brigada técnica da Zona da Póvoa, "Operação Póvoa – Porto: Relatório da B.T. Novembro/Dezembro 76", 14 de Dezembro de 1976, consultado no ADP.

OP13
OPERAÇÃO SAAL DE VILAR



↖ Fotografia da casa à face da rua através da qual se faz o acesso ao bairro de Vilar, Janeiro 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

A operação SAAL de Vilar foi iniciada em Janeiro de 1975 como resposta às solicitações dos moradores do bairro de Vilar. Este bairro foi construído de raiz a partir da tipologia das ilhas no final do século XIX, e as suas condições habitacionais foram-se deteriorando com o passar dos anos.

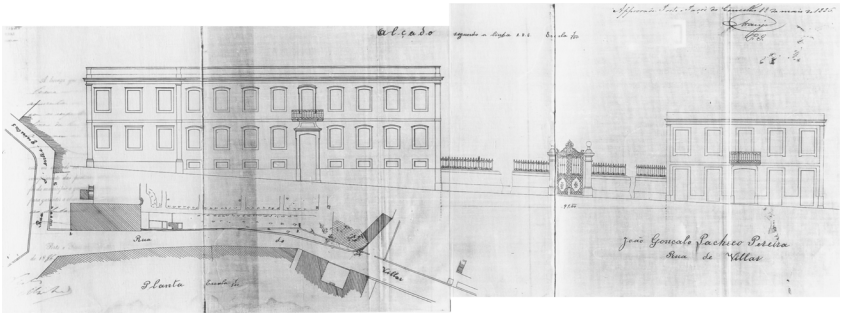
O lugar de Vilar já existiria no século XVI, a julgar pela referência a um campo junto ao rio de Vilar que no final do século XVII se chamava campo do Lugarinho na aldeia de Vilar[1]. A rua de Vilar aparece representada na planta redonda de George Balck de 1813 e lá foi fundado o Seminário de Vilar em 1840. Era também nessa rua que a família Pacheco Pereira tinha uma grande casa de campo, numa das suas propriedades na área de Vilar e Massarelos que na altura correspondiam à periferia da cidade do Porto.

Nesta parte ocidental da cidade, que tinha várias quintas dispersas e era também local de residência da colónia britânica, surgia simultaneamente uma nova área industrial dedicada sobretudo à indústria têxtil. No século XVIII surgiu ali a maior fábrica da altura, a fábrica de Clamouse Browne que foi destruída pelos franceses, e as origens da primeira fábrica com fiação a vapor, a Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto, também datam ainda do final desse século[2]. Esta fábrica inicialmente foi construída no largo Sá Pinto, junto à rua da Torrinha, e foi-se expandindo para terrenos contíguos. Contudo, após dois incêndios, no final do século XIX mudou de localização, tendo-se instalado na rua da Piedade junto à já existente fábrica de cerveja Companhia União Fabril Portuense, onde se manteve em funcionamento até meados dos anos 1980. Esse conjunto ou unidade fabril ocupava os terrenos onde actualmente se localizam os edifícios Mota-Galiza. A vocação industrial daquele lugar levou a que começasse a surgir alojamento operário nas imediações. No caso do bairro de Vilar, este não resultou de uma acção especulativa da baixa ou média burguesia, mas sim da aristocracia.

João Pacheco Pereira era um nobre ainda bastante influente na sociedade portuense

1 Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 341.

2 Magalhães, Maria Madalena, "Aspectos da industrialização do Porto: elementos para uma visita de estudo" *in VI colóquio ibérico de geografia, Porto, 14 a 17 de Setembro de 1992*, Porto: Instituto de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992, p. 3.



↑ Projecto apresentado à Câmara por João Pacheco Pereira em 1886. © Teixeira, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: As ilhas do Porto*, Lisboa: F.C.G., 1996, p. 319.





↗ Fotografias do bairro de Vilar, Janeiro 1975. © Arquivo Alexandre Alves Costa

de meados do século XIX, relacionando-se com diferentes sectores da burguesia. Foi assim que desempenhou um papel importante na construção do Palácio de Cristal no Porto, tanto pela doação de terrenos para o efeito, como por ter ficado como um dos fiadores do empréstimo solicitado para esse empreendimento. Porém, o Palácio de Cristal revelou-se um desastre económico, o que o colocou numa situação económica bastante frágil, a si e ao seu filho, apesar do vasto património rural que possuía na cidade.[3] João Gonçalo Pacheco Pereira herdou do pai, em 1878, bens e dívidas. De modo a tentar fazer face à instável situação económica resolveu investir em habitação popular. Começou por construir, entre 1883 e 1888, uma ilha na rua de Entre Quintas com 19 casas[4]. O sucesso desse empreendimento levou-o a investir num novo bairro, de maior dimensão, no pomar da sua quinta. Esse bairro, o bairro de Vilar, estava já pensado no projecto de 1886 relativo às melhorias a realizar na sua propriedade na rua de Vilar. João Gonçalo Pacheco Pereira apresentou um projecto que previa o aumento de pisos da sua residência (só realizado em parte), a construção de um prédio no extremo norte da quinta (junto à igreja de Vilar) e a construção de um muro entre a sua casa e o novo edifício com um portão no meio de acesso à quinta. Esse edifício novo com 18 metros de frente tinha um arco ao centro para dar acesso ao bairro de Vilar construído nas traseiras. Com este empreendimento, Pacheco Pereira procurava liquidar as suas dívidas e melhorar a sua situação financeira, apesar de para isso ter contraído novo empréstimo[5].

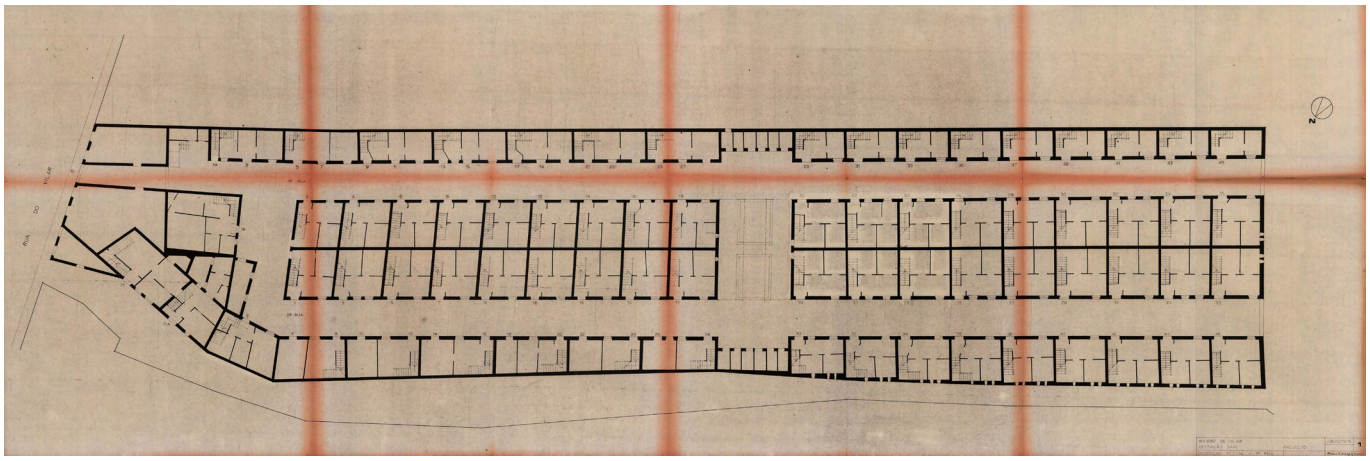
O novo edifício no extremo norte da propriedade escondia o bairro tipo ilha a ser construído nas traseiras que, apesar de ter casas com dimensões superiores à da maioria das ilhas, se assemelhava a estas por não ter relação directa com a rua e as casas terem apenas uma frente. Embora a forma do lote não o exigisse, o bairro seguiu a morfologia comum das ilhas, com duas bandas de casas a formar o perímetro exterior do bairro e duas bandas de casas encostadas costas-com-costas no centro. Dois corredores com 4 metros de largura cada um serviam as bandas de 120 metros de profundidade, interrompidas a meio para instalar 12 latrinas e dois tanques para lavagem de roupa. No total, o bairro tinha 68 casas de dois pisos com áreas que variavam entre 30 e 60m².

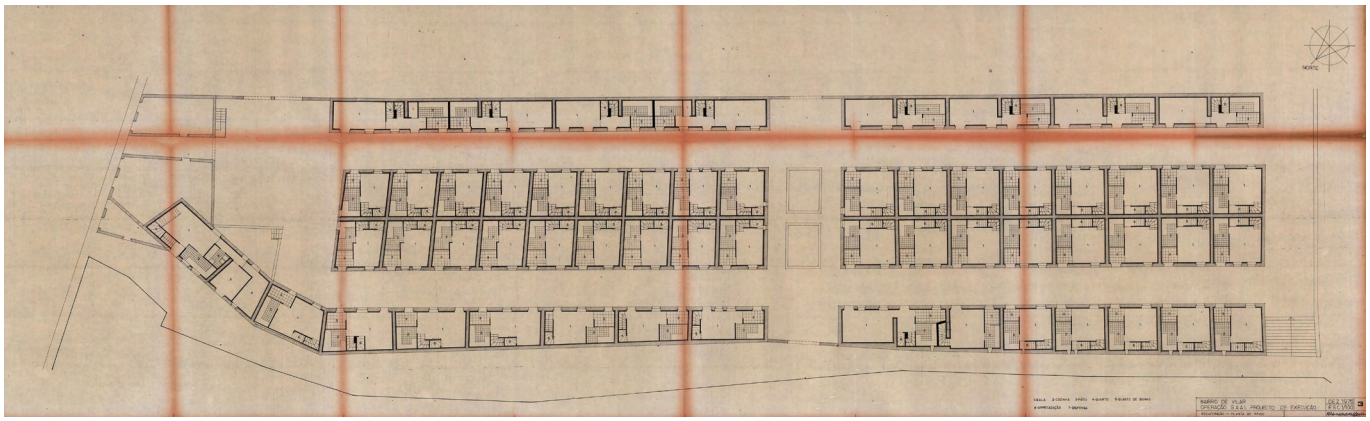
A qualidade superior de construção destas casas relativamente à da maioria das ilhas correspondia a um maior investimento por parte de Pacheco Pereira com o intuito de, com isso, aplicar rendas superiores, o que lhe permitiria extrair um lucro mais elevado. Sem embargo, as rendas esperadas eram incomportáveis para o operariado, e o carác-

3 Teixeira, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: As ilhas do Porto*, Lisboa: F.C.G., 1996, pp. 297-298.

4 Idem, p. 300.

5 Idem, p. 301.





↑ Planta de levantamento do bairro de Vilar, Julho 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

↓ Planta do projecto de execução elaborado pela Brigada para a recuperação das casas do bairro de Vilar, Dezembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

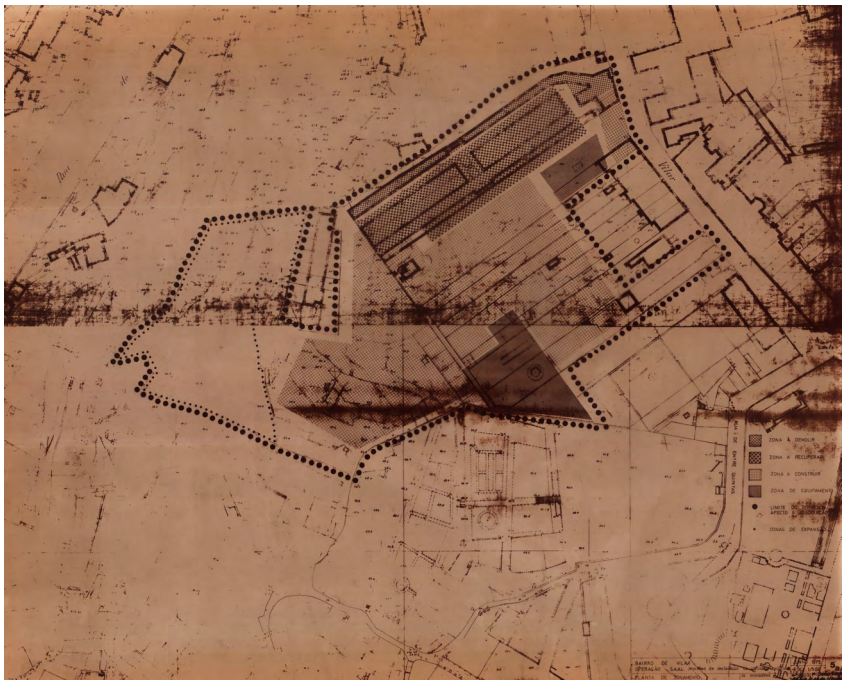
ter do bairro, semelhante ao das ilhas, não o tornava apelativo para a média burguesia. Desta forma, o investimento foi um fracasso e endividou ainda mais Pacheco Pereira, que teve de renunciar a todos os seus bens e propriedades, acabando por "sucumbir às mãos da burguesia capitalista"[6]. Em 1899, menos de 10 anos após a sua construção, o bairro de Vilar foi vendido a Albino Lopes Coelho que dividiu cada casa em duas, baixando a renda de modo a ser comportável pelos operários das fábricas vizinhas e manter o rendimento[7].

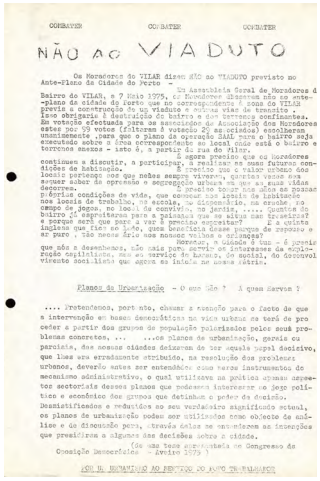
Em 1939, as 68 casas do bairro de Vilar haviam passado a 94[8], e, em 1975, com o início da operação SAAL, contabilizava-se um total de 124 casas, o que significa que cada vez mais se foram dividindo as casas com o passar dos anos, o que certamente acelerou a degradação do bairro. Apesar de terem uma qualidade de construção superior à de outras ilhas, em 1975 as casas ainda não tinham abastecimento de água nem saneamento.

A Brigada da operação SAAL de Vilar começou a trabalhar a meados de Janeiro de 1975. Inicialmente era chefiada pelo engenheiro civil Domingos Moreira Polónia e composta pelo arquitecto Mário Seabra Moura, pelo estudante de engenharia mecânica Paulo Simões Ramos dos Santos (que saiu em Março de 1975), pelo estudante de engenharia civil Luís Pereira Alves (que saiu em Maio de 1975) e pela estudante de economia Maria João Ralha Matos. Com a saída de Domingos Polónia em Abril de 1975, Mário Moura passou a assumir a chefia da Brigada. Em Setembro de 1975 entrou para a Brigada o estudante de arquitectura José Oliveira, e em Agosto de 1976 o auxiliar técnico António José Rocha.

Em Março de 1975 foi definida a Unidade Operacional, que englobava o bairro de Vilar (no número 61 da rua de Vilar) e terrenos

6 Idem, p. 293.
7 Idem, p. 307.
8 Idem, p. 311.




COMBATER COMBATER COMBATER

NÃO ao VIADUTO

Os Moradores do VILAR dizem NÃO ao VIADUTO previsto no Ante-Plano da Cidade do Porto –

Na Assembleia Geral de Moradores d
Bairro do VILAR, a 7 Maio 1975, os Moradores disseram não ao ante-
-plano da cidade do Porto que no correspondente à zona do VILAR
previa a construção de um viaduto e outras vias de trancito .
Isso obrigaria à destruição do bairro e dos terrenos confinantes.
Em votação efectuada para se associarem da Associação dos Moradores
estes por 79 votos (fiteram 8 votação 2ª ou ocidade) escolheram
unanimente , para que o plano de operação SAAL para o bairro seja
executado sobre a área correspondente ao local onde está o bairro e
terrenos mesmo - isto é, a parte do rua do Vilar.

Agora preciso que os moradores
continuem a discutir, a participar, a realizar os seus futuros con-
dições de habitação.
Locais perfeitos com que nobres sempre viveram, quartos vazios era
seguer sobre do espraiado e segregação
decorrem.
piorias condições de vida, que concedeu aos locais de habitação
nos locais de trabalho, na escola, na dispersão, na cruche, no
campo de jogos, no local de convivio, no jardim, ... quantos do
bairro já esqueiraram para a paisagem que se alça nas proximidades
e porque será que para a ver é preciso sucessitar? E a quinta
inglesa que fica no lado, que beneficia desse ponque de oxigénio e
ar puro , tão nesse frio aos nossos velhos e crianças?

Porventura, a cidade é vas - é precis
que não a desenhemos, não mais para servir os interesses da explo-
ração capitalista, mas ao serviço do homem, do social, do desenvol
vimento socialista que agora se inicia no nosso país.

Planos de Urbanização - O que são ? A quem servem ?

.... Pretendemos, port nto, chamar a nossão para o facto de que
a intervenção ao nosso desconhecimento no vivo urbano só terá de pro
ceder a partir dos grupos de população polarizados pelos seus pro-
blemas concretos, ...os planos de urbanização, gerais ou
parciais, dos nossos cidades deixaram de ter aquele papel decisivo,
que lhes era erradamente atribuido, na resolução dos problemas
urbanos, deverão antes ser entendidos como meros instrumentos de
mecanismo administrativo, o qual utilizava as políticas apenas aspec-
tos sectoriais desses planos que poderam interessar ao jogo poli-
tico e económico dos grupos que detinham o poder de decisão.
Desmistificados e reduzidos ao seu verdadeiro significado actual,
os planos de urbanização podem ser utilizados como objecto de aná-
lise e de discussão para, através deles se reconhecerem as intenções
que presidiram a algumas das decisões sobre a cidade.

(Do que terá sido apresentado no Congresso da
Ordem dos Arquitectos - Junho 1975)

ASSEMBLEIA DE MORADORES DO BAIRRO DO VILAR

↑ Planta de zonamento da operação SAAL de Vilar, Junho 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

↓ Página do jornal da Associação de Moradores de Vilar.
© Arquivo Distrital do Porto

contíguos que permitiriam a sua expansão[9]. Aquela área localizada numa encosta sobranceira ao rio e orientada a sul e a poente é constituída por três plataformas separadas por desníveis consideráveis.

A Brigada começou por fazer inquéritos a todos os moradores organizados. Visto que as casas não tinham abastecimento de água nem saneamento, foram realizadas obras de emergência para instalar o fornecimento de água. A operação englobava 124 fogos no bairro de Vilar onde residiam 419 pessoas, bem como 6 fogos correspondentes à quinta de Jesus, localizada na plataforma inferior a poente, onde residiam 31 pessoas[10]. As casas na quinta de Jesus haviam sido mandadas construir por José Nunes Coelho em 1915, tendo acesso através da viela do La Roque, uma viela localizada entre o Seminário de Vilar e o bairro de Vilar[11].

Logo na fase inicial verificou-se que naquela área existia um conflito com as ideias traçadas no Plano Director da cidade, uma vez que no Plano para o Campo Alegre se previa um acesso directo da ponte da Arrábida ao centro da cidade que se sobreporia ao bairro de Vilar e à sua área de expansão. Perante esta situação, os moradores e a Brigada posicionaram-se contra a realização do viaduto, tanto devido ao constrangimento que criaria para a viabilização da operação, como ao problema da dependência dos subúrbios em relação à cidade e do volume de tráfego que seria introduzido e que congestionaria ainda mais o centro da cidade. Para além de defenderem a utilização de transportes colectivos, os moradores referem que a relação entre cidade e campo deveria ser repensada no sentido de encontrar uma solução mais equilibrada e evitar deslocações pendulares[12].

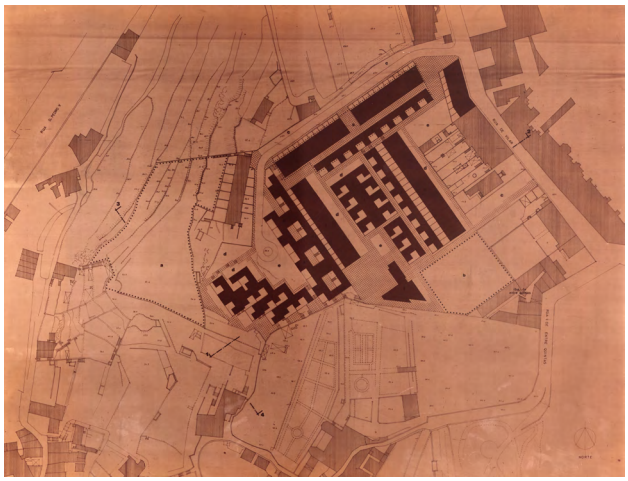
Dado noutras operações SAAL haver problemas de compatibilidade semelhantes a este, em que estudos ou planos elaborados para a cidade incluíam áreas abrangidas pelas operações (de que são exemplo Massarelos, Arrábida e Contumil), chegou-se à conclusão de que deveria haver uma visão conjunta do problema de modo a que as Brigadas e o Serviço pudessem preparar uma resposta estruturada. Assim sendo, Manuel Teles e Fernando Távora ficaram responsáveis por fazer uma análise dos vários planos de modo a apresentar uma proposta global que simultaneamente apresentasse soluções particula-

9 Não foi possível consultar desenhos com esta data que permitam precisar os limites da unidade operacional definida inicialmente. Em desenhos posteriores, a unidade operacional tem o seu perímetro definido pelo terreno correspondente ao bairro de Vilar, alguns lotes na rua de Vilar a nascente do bairro, as traseiras das casas da rua de Vilar até ao lote recentemente ocupado pela rua do Abade de Baçal (integralmente incluído na operação, do qual faria parte também a parte do lote à face da rua de Vilar), o limite do jardim da casa Tait, terrenos agrícolas no vale formado com a rua de D. Pedro V e o terreno do Seminário de Vilar até à rua de Vilar.

10 Estes dados dizem respeito à memória descritiva da Definição da Unidade Operacional de Março de 1975. Em Junho de 1975, na memória descritiva da Declaração de Utilidade Pública, é indicado que o número de habitações contempladas era de 126, o que equivalia a 567 habitantes. Brigada técnica de Vilar, "Memória descritiva da DUO", Março 1975, documento consultado no ADP; Brigada técnica de Vilar, "Memória descritiva do PDUP", Junho 1975, documento consultado no ADP.

11 Licença de obra n.º: 837/1915 para a construção de 6 casas na quinta de Jesus. No mesmo ano foi também feito pelo proprietário da quinta de Jesus um pedido para a construção de mais 15 casas. Apesar de não se ter conseguido averiguar se estas casas foram ou não realizadas, a partir de uma fotografia aérea de 1974 é possível observar como na plataforma inferior, encostadas ao muro limítrofe alinhado com o topo das casas do bairro de Vilar, existia uma fiada de casas. Cf. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/83759/?q=Licen%C3%A7a+de+obra+837%2F1915; http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/83821/?q=874%2F1915, consultados a 30 Outubro 2019.

12 Cf. Brigada técnica de Vilar, "Memória descritiva do projecto de execução", Dezembro 1976, documento consultado no ADP.





← Esquema de ocupação elaborado pela Brigada para a DUP, Junho 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

→ Alternativa elaborada pela Brigada para o plano de pormenor do Campo Alegre, Outubro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

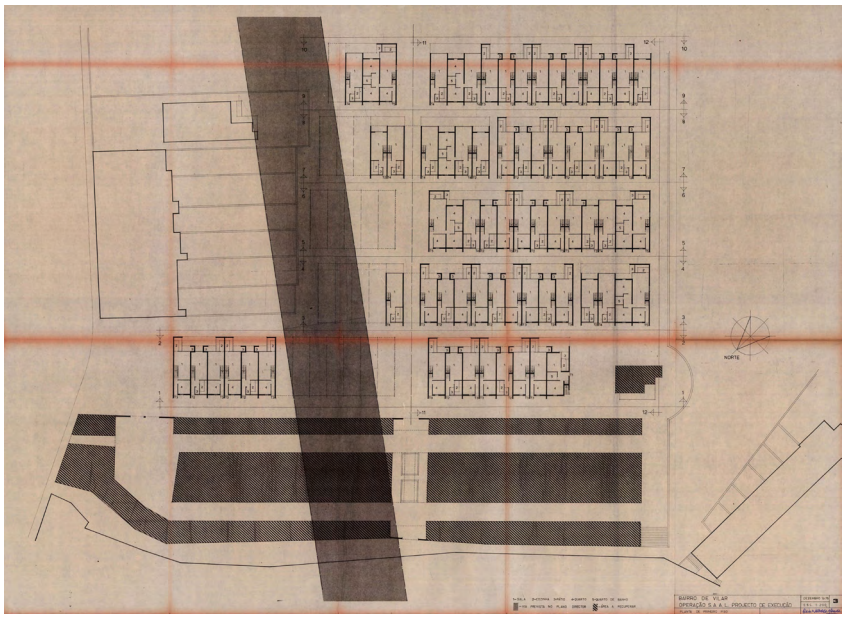
res para os diferentes casos. Criou-se assim uma espécie de gabinete, composto também por elementos das brigadas cujas operações se encontravam nessa situação, de modo a procurar uma solução conjunta.

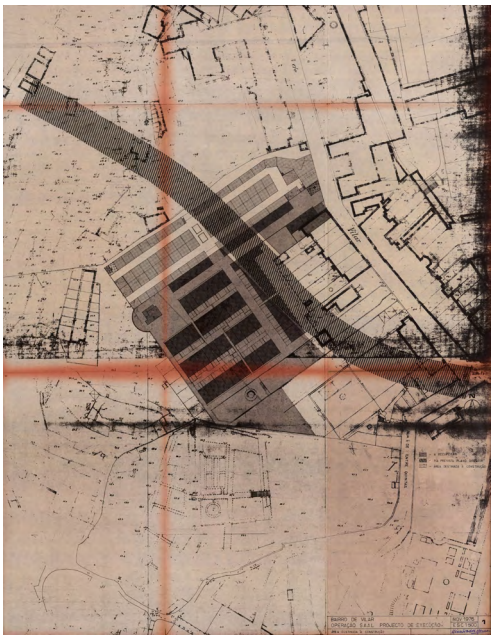
Na primeira proposta de projecto apresentada pela Brigada em Julho de 1975 não se contemplava a realização do viaduto. Propunha-se a recuperação parcial do bairro de Vilar, mantendo somente as duas bandas de casas centrais. A banda de casas mais a norte seria substituída por um novo arruamento que serviria de ligação às casas construídas na área de expansão a poente e sul. O edifício com o número 61 da rua de Vilar, que dava acesso ao bairro, seria demolido, tornando o bairro visível a partir da rua. Nos lotes seguintes que estavam vazios propunha-se a construção de novos edifícios à face da rua. Nas traseiras das casas da rua de Vilar, e ocupando a plataforma seguinte voltada a poente, seriam construídas novas casas que estariam organizadas em ala contínua de duas frentes, com 2 pisos e possibilidade de expansão em altura, ou em pátio de um ou dois pisos, com possibilidade de expansão em altura ou superfície de implantação. Aparentemente, todas as casas teriam um espaço exterior privado, o que aconteceria também nas casas a recuperar do bairro de Vilar, e, sempre que possível, deveriam ser evolutivas. No espaço central reservar-se-ia espaço para equipamentos colectivos, como um centro social, áreas ajardinadas e um equipamento infantil. Previa-se ainda uma área para expansão da ilha de Entre Quintas, procurando conectar os dois bairros.

Embora discordassem da realização do acesso contemplado no Plano Director, progressivamente os moradores e a Brigada de Vilar consideraram que a transformação das condições de vida e de habitação da população não podia ficar dependente da execução ou não do Plano Director e, como tal, consentiram na elaboração de alternativas por parte da Brigada que compatibilizassem o viaduto com a operação. Nessas propostas o viaduto era desviado de modo a atravessar somente as plataformas inferiores do terreno inicialmente destinado à área de expansão. Apesar de se ter criado um gabinete para preparar respostas conjuntas aos problemas de compatibilidade com o Plano Director, a Brigada de Vilar acabou por apresentar individualmente uma proposta ao SAAL sem passar pela reunião de zona, o que foi recebido com relutância por parte do Serviço. Entre as motivações para a Brigada ter tomado a dianteira, poderá considerar-se a eventual demora na apresentação de soluções por parte do gabinete designado para o efeito[13].

Em Abril de 1976, a Brigada elaborou uma segunda proposta que contemplava os traçados alternativos para o viaduto de modo a manter o bairro de Vilar e a área necessária para a expansão da operação. Nessa pro-

13 A colocação desta hipótese justifica-se pelo facto de, em nenhum dos arquivos consultados, se terem encontrado soluções apresentadas pelo referido gabinete.





↑ Planta com a proposta de expansão do bairro, Dezembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

↗ Planta da área destinada à construção, Novembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

posta, e na sequência de uma reunião da Brigada com sectores responsáveis do SAAL, considerava-se a recuperação quase integral das casas do bairro de Vilar, com excepção de construções anexas às traseiras do edifício à face da rua de Vilar e de uma casa da banda sul (para que esta ficasse alinhada com o limite nascente das bandas centrais). A expansão do bairro corresponderia à duplicação da malha de construção para o terreno contíguo a nascente do bairro de Vilar, atrás dos lotes das casas à face da rua que não estavam incluídas na unidade operacional. Esta proposta foi corrigida no final de Julho de 1976 de modo a que os novos edifícios se organizassem num sistema de casas em alas contínuas de 2 pisos, e não de 3 pisos com acesso por galeria como se estava a propor, procurando mais afinidades com o bairro pré-existente e a recuperar.

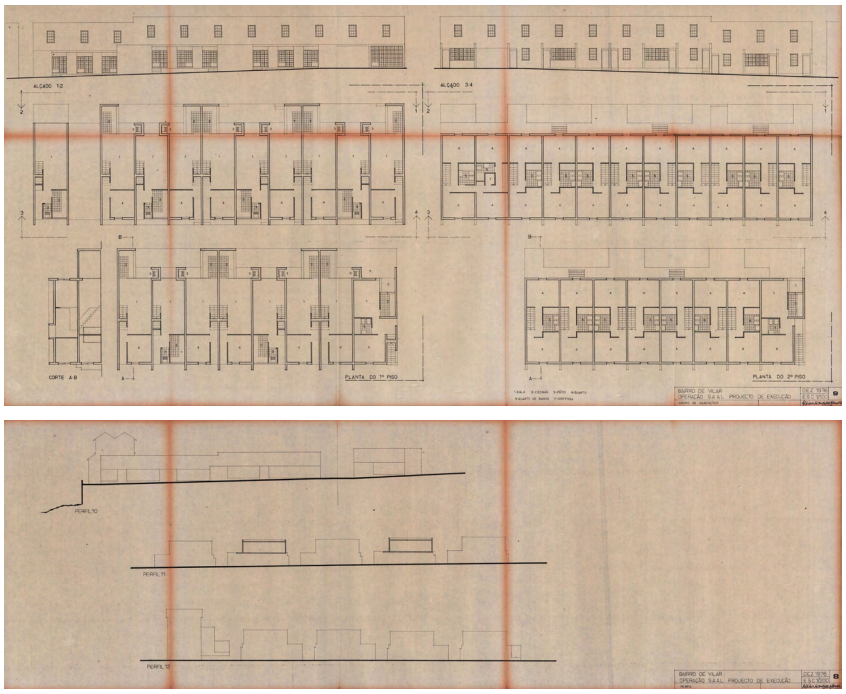
A Declaração de Utilidade Pública foi aprovada e publicada no início de Junho de 1976. Previa-se a recuperação de 67 fogos e a construção de 69 fogos novos. No projecto de execução apresentado em Dezembro de 1976 especifica-se que a recuperação das casas do bairro de Vilar se deve, por um lado, ao seguimento da metodologia do Processo SAAL e, por outro lado, ao reconhecimento da necessidade de preservação das características arquitectónicas daquele conjunto, realizando alterações que permitissem assegurar a melhoria das condições habitacionais das casas. Para tal, a divisão das casas seria reestabelecida, ou seja, as casas seriam reconvertidas em fogos duplex tal como eram aquando da construção do bairro, antes de serem subdivididas. A partir da planta com o projecto de recuperação das casas contam-se 56 fogos. Presume-se que os restantes 11 fogos a recuperar corresponderiam às 6 casas da Quinta de Jesus, incluída na operação, e a 5 fogos no edifício à face da rua a partir do qual se fazia o acesso ao bairro. Essa reconversão consistiria na transformação das casas originais em fogos com menos quartos ou através da união de duas células, possibilitando assim áreas mais generosas, iluminação natural em todas as divisões e inclusão de quartos-de-banho[14]. No espaço central do bairro os dois tanques de lavagem de roupa seriam mantidos, mas as latrinas seriam demolidas, criando-se passagens nesses locais tanto para a viela que ligava às casas da quinta de Jesus como para os terrenos contíguos a nascente onde seriam construídas as novas casas.

As novas construções tomam por referência as casas do bairro de Vilar, "procurando constituir um efectivo prolongamento do

14 É referido num documento consultado no ADP que alguns fogos T2 passariam a ser T1, e que dos 19 fogos T2 passaria a haver 14 com o mesmo número de quartos.

Bairro"[15] e suprir, na medida do possível, diferenças entre as casas recuperadas e a nova construção. Opta-se por um esquema simples de disposição dos novos fogos através de casas duplex em banda com duas frentes, de modo a permitir uma execução mais rápida e custos menores. As cinco bandas de casas são organizadas no sentido longitudinal dos lotes. Considerando os fogos T3, a entrada far-se-ia a partir de um corredor que daria acesso ao primeiro quarto voltado para o alçado anterior e à sala voltada para as traseiras. Voltados para o alçado posterior estariam o pátio e a cozinha, estando esta organizada longitudinalmente em relação à sala, num volume saliente em relação ao rectângulo-base da casa. A partir da sala seria possível aceder à escada de um lanço encostada à parede de meação, que subiria no sentido contrário ao do corredor de entrada, e daria acesso a dois quartos no piso superior, um voltado para o alçado anterior e outro para o lado posterior, e ao quarto-de-banho localizado no espaço central da casa. No alçado anterior as paredes de meação seriam prolongadas de modo a marcar a divisão entre as casas, enquanto no alçado posterior o prolongamento do volume da cozinha circunscreveria o pátio de cada casa. Os denteados dos volumes da cozinha marcariam um ritmo nos arruamentos longitudinais do conjunto, tornando o espaço exterior de cada casa mais resguardado. Os alçados do piso térreo são mais abertos, enquanto os do piso superior são mais fechados, tendo apenas as janelas verticais de guilhotina dos quartos que se assemelham, nas proporções e caixilhos, às janelas do bairro de Vilar. Para a adaptação ao ligeiro desnível do terreno, a altura dos volumes teria algumas quebras de quando em quando.

O atravessamento do bairro de Vilar através do espaço central seria prolongado na área de expansão, formando uma rua central transversal a todo o conjunto. No topo sudoeste formar-se-ia uma rua para unir todo o conjunto da plataforma superior, tendo umas escadas que permitiriam aceder à plataforma inferior da quinta de Jesus. Entre as casas recuperadas e os fogos novos seria criado um miradouro, onde também estaria o equipamento colectivo num edifício a recuperar. A grande entrada para o conjunto far-se-ia agora a partir do lote imediatamente ao lado do antigo edifício de acesso ao bairro de Vilar, pois as construções novas que ocupariam esse lote estariam recuadas em relação à rua, de modo a tornar o conjunto visível a partir da rua de Vilar.



↑ Plantas e perfis dos edifícios a construir de raiz na área de expansão, Dezembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

Embora a Declaração de Utilidade Pública tivesse sido aprovada, a Câmara não tinha tomado posse dos terrenos e o projecto não foi construído. Numa acta de reunião de 23 de Março de 1977 refere-se que, perante o impasse em que se encontravam, a Associação de Moradores encarava a possibilidade de construir os fogos necessários noutro terreno que estivesse localizado nas imediações da área de intervenção para que pudesse avançar. Entendia-se ser do interesse de todos que, com a transferência da coordenação das operações SAAL para o município, existisse um acordo entre a Brigada, os serviços técnicos da Câmara e os moradores de

15 Brigada técnica de Vilar, "Memória descritiva do projecto de execução", Dezembro 1976, documento consultado no ADP.



N →

↑ Planta dos edifícios construídos para a Associação de Moradores de Vilar, Fevereiro 1985.
© Arquivo Municipal do Porto

modo a encontrar uma solução habitacional para os últimos.

O novo projecto para a Associação de Moradores de Vilar foi desenvolvido pela Direcção dos Serviços de Habitação da Câmara do Porto a partir de 1979, e foi inaugurado em 1983, utilizando os terrenos da unidade operacional que não interferiam com a passagem do viaduto, que não chegou a realizar-se[16]. No lote vago ao lado do bairro de Vilar foi contruído um bloco de habitação com 4 pisos à face da rua. Os restantes blocos, também de 4 pisos, foram organizados em arruamentos perpendiculares aos lotes da rua de Vilar, com excepção dos blocos mais a norte que se localizam numa parte do terreno outrora ocupada pelo bairro de Vilar e se dispõem perpendicularmente em relação aos restantes blocos. A última linha de blocos mais a sul, por se implantar numa parte do terreno com maior declive, permite que estes tenham mais um piso de habitações. O conjunto localizado em frente ao campo de jogos foi realizado uns anos mais tarde pela Câmara do Porto. O facto de a Associação de Moradores ser muito coesa, de José Oliveira ter passado inclusivamente a integrá-la e de Mário Moura se ter candidatado à junta de freguesia de Massarelos (candidatura que teve cobertura das Associações de Vilar, Massarelos, Parceria-Antunes e Campo Alegre) reforçou o posicionamento das Associações de Moradores, contribuindo para que este projecto pudesse avançar. José Oliveira refere mesmo que as reuniões, que se realizavam numa sala do Seminário de Vilar, eram muito participadas, tanto durante o Processo SAAL como no processo que se seguiu já coordenado pela Câmara[17].

A construção do novo conjunto de 136 fogos permitiu que os moradores do bairro de Vilar permanecessem no local de residência e melhorassem substancialmente as suas condições habitacionais. O bairro passou também a dispor de equipamentos de apoio aos moradores, como um campo de futebol, uma horta comunitária, um auditório, um salão de festas, uma casa mortuária, um bar de convívio e a sede da Associação de Moradores. Contudo, os novos blocos, pela sua escala, descaracterizaram em parte aquela encosta ainda rural do rio Douro. Essa mudança de escala acaba por encontrar reflexo no grande conjunto do Seminário de Vilar. O bairro de Vilar foi destruído e não se criou um plano integrado que ligasse também a ilha de Entre Quintas (que ainda se mantém), o que faz com que, apesar de os laços sociais se manterem, os traços físicos daquele lugar tenham sido apagados.

16 Foram realizadas várias reuniões entre o engenheiro Guilherme Ferreira da Câmara e os moradores e a Brigada Técnica de Vilar. Os moradores tiveram de lutar contra a realização da infra-estrutura que acabou por se provar desnecessária.

17 Entrevista realizada a José Oliveira a 2 de Junho de 2020.

OP18
OPERAÇÃO SAAL DA BOUÇA



↖ Fotografia de celebração da ocupação de um bloco na rua do Melo pela Comissão de Moradores da Bouça, 8 Fevereiro 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

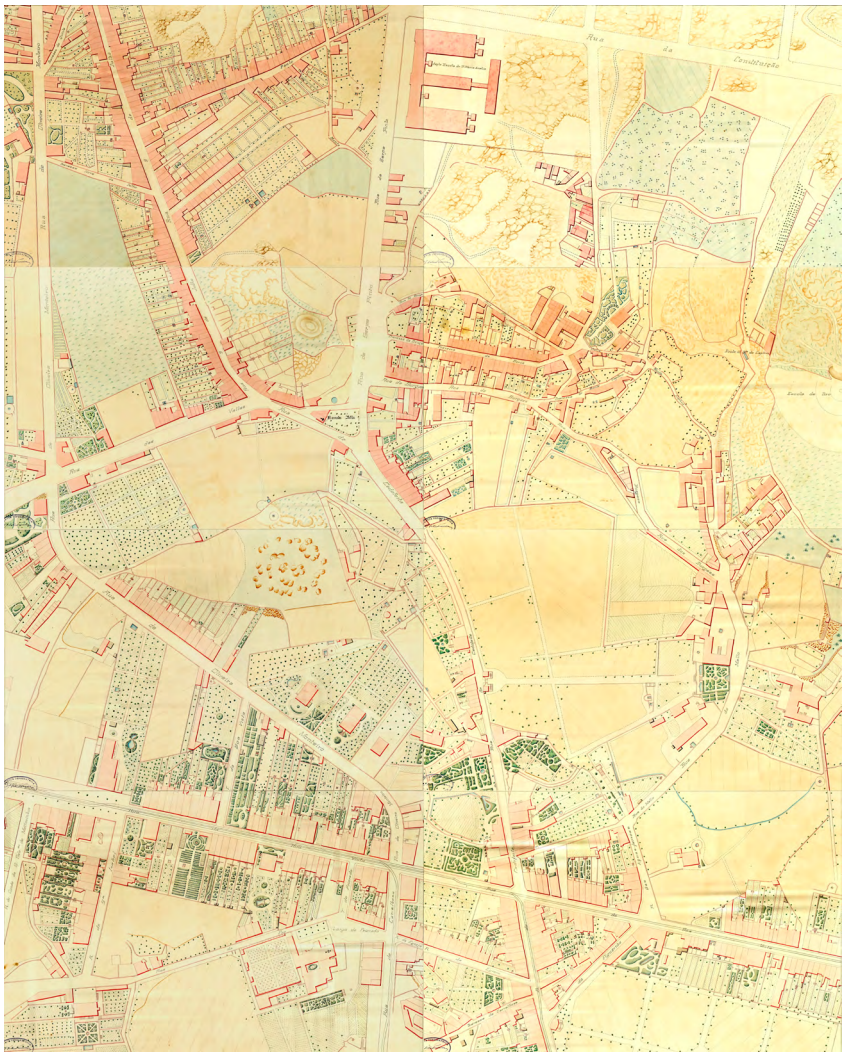
A operação SAAL da Bouça é, provavelmente, a operação SAAL mais conhecida e estudada dos processos desenvolvidos na cidade do Porto. Tal deve-se ao facto de este se tratar de um projecto da autoria de Álvaro Siza e a ter sido o único a ser concluído, embora tardiamente, entre 2004 e 2006. Contudo, os vários estudos realizados sobre esta operação referem-se somente ao conjunto habitacional projectado por Siza num terreno que pertencia ao Ministério da Justiça localizado entre a rua da Boavista e a linha do caminho-de-ferro, sem mencionar outras intervenções, não realizadas, desenvolvidas a noroeste deste terreno e que correspondiam à recuperação das habitações degradadas dos moradores da Bouça. Tal como nas restantes operações, o Processo privilegiava a recuperação das habitações degradadas e tomava o terreno anexo ao Tribunal de Menores do Porto como área de expansão. Como existia um projecto de Álvaro Siza para esse terreno, que havia sido encomendado pelo FFH em 1972, o terreno foi cedido para usufruto da população e solicitou-se que Siza revisse a proposta, de modo a adaptá-la às necessidades dos moradores da Bouça.

Não é possível precisar qual será a origem do núcleo da Bouça. O Monte Cativo era um dos limites do couto do Porto ainda no século XII, cujo topónimo permanece na rua do Monte Cativo[1]. Existem registos da rua dos Burgães do início do século XVIII, topónimo utilizado para se referir a um arrabalde ou lugar fortificado[2]. No plano topográfico de 1839, onde aparecem representados os terrenos junto às Águas Férreas, a travessa da Bouça (actual rua de Marques Marinho) estava completamente edificada e existiam algumas construções na rua da Peneda, na rua da Bouça, na rua do Monte Cativo e no cruzamento da rua dos Burgães com a Serpa Pinto. Aparece também representada a quinta das Águas Férreas, que ia das Águas Férreas até ao monte fronteiro com o mirante da Lapa e era cortada pela rua do Melo[3]. Na planta de Teles Ferreira de 1892 é possível observar a densificação daquela área urbana, com a presença de ilhas e construções semelhantes nas ruas da Bouça, Burgães, Monte

1 Quanto ao topónimo, a calçada do Monte Cativo é hoje rua do Soajo, a rua particular é rua do Marão e a travessa é a rua do Gerês. As escadas do Monte Cativo mantêm a toponímia original. Cf. Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 240.

2 Cf. Idem, p. 76.

3 A quinta de Santo António da Boavista era chamada quinta das Águas Férreas devido a ter uma fonte dessa água junto à propriedade. Cf. Idem, pp. 15-16.



↑ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área da Bouça.
© Arquivo Municipal do Porto



↗ Fotografia da ocupação do edifício na rua do Melo pelos moradores da Bouça, 8 Fevereiro 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Cativo, na travessa da Bouça e nas escadas do Monte Cativo.

Perante condições habitacionais precárias, os moradores daquela área mobilizaram-se e integraram as lutas populares que reivindicavam o direito à habitação. Foi nesse contexto que cerca de 200 moradores das ruas da Bouça, Marques Marinho, Burgães e Peneda decidiram ocupar, a 9 de Fevereiro de 1975, um edifício de 32 fogos localizado na rua do Melo que estava desocupado há mais de 10 anos[4]. Após esta acção, os moradores organizados requereram a intervenção do SAAL, cuja Brigada foi atribuída em Abril de 1975, e a 4 de Julho de 1975 formou-se a Associação de Moradores da Bouça[5].

A Brigada, chefiada por Anni Günther Nonell, inicialmente era constituída pelos estudantes de arquitectura Maria José Abrunhosa Castro e Sérgio Gamelas e pelo arquitecto Augusto Amaral, que fez parte da Brigada até Julho de 1975. O estudante de engenharia Alberto Rainho integrou a Brigada entre Setembro e Dezembro de 1975, e Jorge Moreira, estudante de arquitectura, fez parte da Brigada a partir de Março de 1976.

Uma fase da operação correspondia à recuperação das habitações degradadas. A outra fase consistia na construção de fogos novos no terreno de expansão, adaptando a proposta elaborada previamente por Álvaro Siza para o terreno anexo ao Tribunal de Menores do Porto.

Os documentos a que se teve acesso não permitem precisar qual seria o perímetro da unidade operacional, sabendo-se apenas, através da planta de expropriações elaborada em Junho de 1975, que dela fariam parte alguns lotes dos quarteirões compreendidos entre a rua de Serpa Pinto a poente, a rua da Constituição a norte, a rua do Monte Cativo a nascente e os terrenos do Ministério da Justiça a sul, que correspondiam à antiga quinta das Águas Férreas.

4 Cf. Idalina Machado, "Do SAAL à cooperativa no conjunto habitacional da Bouça: reflexos no espaço social" *in* Cachado, Rita Ávila; Baía, João (org.), *Políticas de habitação e construção informal*, Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2012, pp. 30-32. Documentos consultados no Arquivo Distrital do Porto dão notícia de que apenas 6 famílias da Associação de Moradores da Bouça permaneceriam no edifício na rua do Melo, comprometendo-se, contudo, a desocupá-lo logo que existissem condições de alojamento no novo bairro. Num desses documentos refere-se que as 24 habitações (e não 32) estariam devolutas há 15 anos, embora nessa área se verificassem várias situações de carência habitacional. Cf. Responsável pelo SAAL/Norte, "Operação da Bouça (Porto): ofício", 6 de Outubro de 1976, p. 1.

5 Os estatutos da Associação de Moradores da Bouça foram publicados em Diário da República em Setembro de 1975.

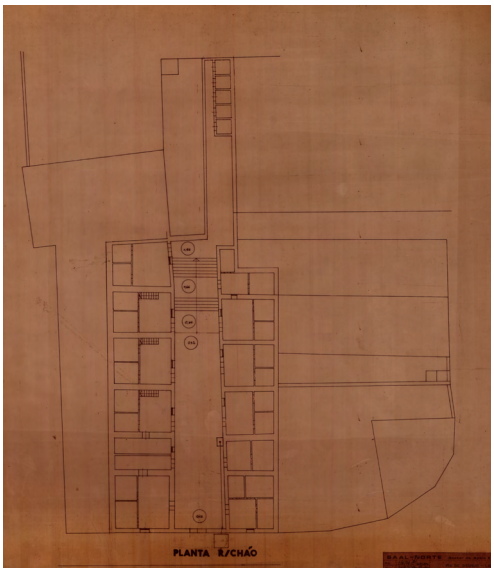


← Planta de expropriações da área da Bouça, Junho 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

Em Julho de 1975, os moradores ocuparam um edifício na rua de Burgães para instalar a sede da Associação de Moradores, o que permitiu a realização de reuniões e o fomento do espírito de entreajuda entre os associados. Foi lá que se instalou um jardim de infância e um equipamento desportivo, após realização de obras de recuperação e adaptação das instalações, que ainda hoje funciona como infantário[6]. Uma característica de funcionamento da Associação de Moradores da Bouça prendia-se com o afastamento de qualquer envolvimento partidário. Era proibida a entrada de militantes partidários nas reuniões de moradores, tal como se pode constatar a partir do depoimento de Avelino, membro da Associação, que tinha experiência política e era militante de extrema-esquerda, mas que se desvinculou da organização política a que pertencia, dando prioridade ao seu compromisso no seio da Associação[7]. Este procedimento permitia

6 Actualmente, a sede da Associação está instalada num edifício anexo ao infantário ao qual se acede a partir de um corredor de ilha.

7 "Numa organização popular em que se pretende, há objectivos comuns, em que se pretende atingir determinados objectivos e que se pretende mobilizar toda a gente… Estar, estar a fazer cisões, estar a cavar fossos por sectarismo e por intolerância ou por um fim sectário. Isso foi uma coisa que eu aprendi nos estudos, a não ser sectário. Não fui, nunca fui. (…) Bom, mas acho que isso impossibilitou que eu continuasse ligado à organização política em si. (…) Quer dizer, sou simpatizante, não é? Sou simpatizante. Na altura continuo com aquela fé e fica mas não intervenho em nada, não é? Não participei em nada, nem em reuniões." Avelino *cit. in* Virgílio Borges Pereira, "Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu. Breves notas sobre a memória do encontro entre o social e a política no Porto (pós-)revolucionário" *in* Monteiro, Bruno; Pereira, Virgílio Borges (orgs.), *A política em estado vivo: uma visão crítica das práticas políticas*, Lisboa: Edições 70, 2013, pp. 246-247.



→ Planta da ligação à rede da pia de despejo de uma ilha.
© Arquivo Distrital do Porto

acautelar uma eventual discórdia entre os moradores e influências externas, favorecendo a sua união e a luta coesa pela mesma causa.

Quanto às intervenções a realizar no núcleo degradado, sabe-se apenas que estariam em curso projectos para 2 blocos habitacionais na rua da Bouça[8], 12 fogos T2 na mesma rua[9], 2 habitações na rua de Burgães com os números 367 e 369[10], referindo-se ainda a recuperação de outras 8 habitações em terreno desconhecido[11]. Havia sido feito um projecto de saneamento da ilha com o número 145 da rua da Bouça[12]. O processo de recuperação da Zona Degradada havia sido entregue ao SAAL em Novembro de 1975[13], mas a falta de tomada de posse das parcelas a expropriar mantinha o processo paralisado. Para o terreno anexo ao Tribunal de Menores havia-se realizado um projecto para a canalização e cobertura da mina de água ali existente[14].

Perante a pressão para abandonar o edifício ocupado na rua do Melo com o número 93, fez-se uma permuta e propôs-se a cedência aos moradores da Bouça do terreno anexo ao Tribunal de Menores do Porto[15] para o qual o FFH previa a construção de um conjunto habitacional para funcionários judiciais e que havia sido entregue em 1972 a Álvaro Siza[16]. Solicitou-se que Álvaro Siza continuasse o projecto em desenvolvimento, com estudo prévio já aprovado, aguardando-se apenas a aquisição do terreno pelo FFH, e que este fosse adaptado de acordo com as carências e capacidades económicas da Associação de Moradores. Embora numa fase inicial o pedido consistisse na cedência à Associação de Moradores da Bouça, o facto de este se encontrar nas imediações da operação SAAL de Cedofeita e Carvalhosa e de não existirem na área terrenos livres para a expansão desta operação levou a que se acordasse que parte

8 Este ante-projecto estava em fase de conclusão em Março de 1977. Cf. Brigada técnica da Bouça, "Relatório da B. T. da Bouça referente ao período de 15 de Fevereiro a 15 de Março", 15 de Março de 1977, documento consultado no ADP.

9 Este ante-projecto estava concluído em Dezembro de 1976 e a tomada de posse do terreno tinha sido efectuada pela Câmara no mesmo mês. Cf. Brigada técnica da Bouça, "Relatório da B. T. da Bouça referente ao período de 15 de Novembro a 15 de Dezembro", 15 de Dezembro de 1976, documento consultado no ADP; Brigada técnica da Bouça, "Relatório da B. T. da Bouça referente ao período de 15 de Janeiro a 15 de Fevereiro", 15 de Fevereiro de 1977, documento consultado no ADP.

10 Este processo estava paralisado devido "ao não andamento da tomada de posse do terreno", embora o projecto estivesse pronto há vários meses e já tivesse obtido uma proposta para a sua execução pela Cooperativa de Construção Oupa-Oupa. Cf. Brigada técnica da Bouça, "Relatório da B. T. da Bouça referente ao período de 15 de Outubro a 15 de Novembro", 15 de Novembro de 1976, documento consultado no ADP; Brigada técnica da Bouça, "Relatório da B. T. da Bouça referente ao período de 15 de Novembro a 15 de Dezembro", 15 de Dezembro de 1976, documento consultado no ADP.

11 O ante-projecto referente a 8 habitações estava concluído em Fevereiro de 1977, datando a tomada de posse do terreno de Julho de 1976. Cf. Brigada técnica da Bouça, "Relatório da B. T. da Bouça referente ao período de 15 de Janeiro a 15 de Fevereiro", 15 de Fevereiro de 1977, documento consultado no ADP.

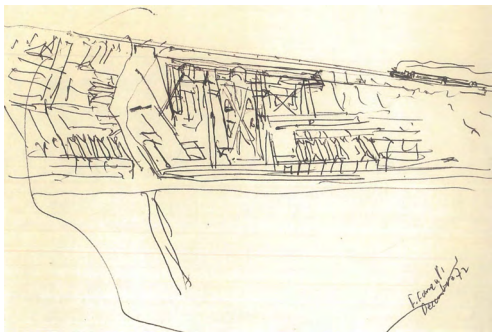
12 Cf. Brigada técnica da Bouça, "Relatório da B. T. da Bouça referente ao período de 15 de Setembro a 15 de Outubro", 15 de Outubro de 1976, documento consultado no ADP.

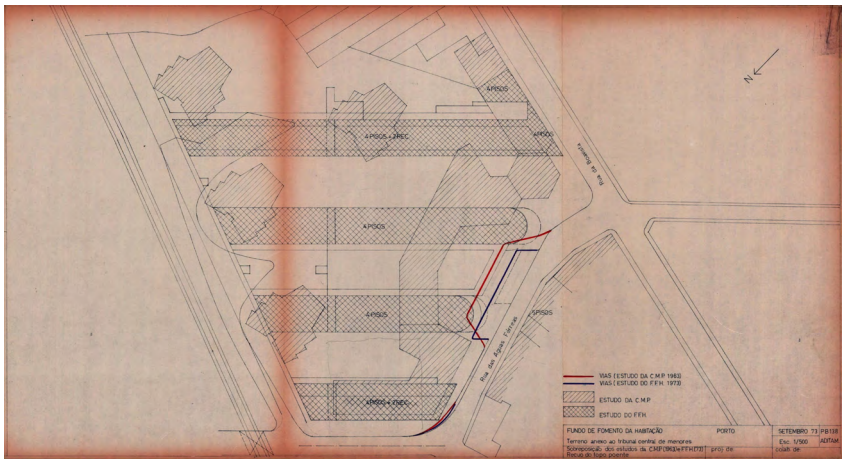
13 Cf. Brigada técnica da Bouça, "Relatório da B. T. da Bouça referente ao período de 15 de Novembro a 15 de Dezembro", 15 de Dezembro de 1976, documento consultado no ADP.

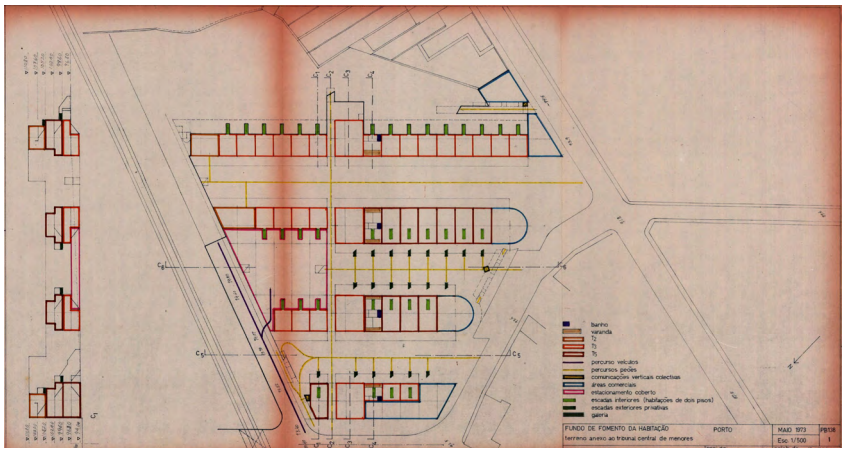
14 O projecto foi enviado à Câmara em Janeiro de 1977. Cf. Brigada técnica da Bouça, "Relatório da B. T. da Bouça referente ao período de 15 de Dezembro a 15 de Janeiro", 15 de Janeiro de 1977, documento consultado no ADP.

15 Havia sido feito um pedido de cedência do terreno e casas no edifício com o número 93 na rua do Melo em Setembro de 1975, visto não existirem clientes nem candidatos para estes fogos à data da ocupação. O compromisso de abandono das casas foi feito em Janeiro de 1976, ficando assente que os moradores deixariam essas casas após a conclusão da primeira fase de construção nova, servindo apenas como casas volantes. Cf. Direcção da Associação de Moradores da Zona da Bouça, Brigada Técnica da Zona da Bouça, "Zona da Bouça – SAAL: Resumo da reunião realizada na terça-feira, dia 4 de Novembro de 1975 no SAAL – Norte", pp. 1-2; Associação de Moradores da Bouça, "Carta ao Director Nacional do S.A.A.L. Sr. Major Batista Alves", 25 de Janeiro de 1976, documentos consultados no ADP.

16 Cf. Idalina Machado, *op. cit.*, p. 32; Domingos Tavares, "A difficult work: systematic and circumstance in opening new ways to Portuguese architecture" *in* Bandeirinha, José António; Sardo, Delfim; Moniz, Gonçalo Canto (eds.), *74-14 SAAL and architecture*, Coimbra/Porto: e|d|arq, CES, Fundação de Serralves, 2015, p. 53.







dos fogos pertencentes ao conjunto desenvolvido por Siza seriam destinados a estes moradores[17].

O terreno para o qual Siza tinha elaborado um estudo prévio havia sido objecto de um plano preliminar elaborado pela Câmara em 1963. Nesse plano, propunha-se um edifício a fechar o quarteirão no lado da rua da Boavista e da rua das Águas Férreas e a construção de 4 torres no interior do quarteirão. A proposta de Siza não segue este esquema, optando, pelo contrário, por abrir o quarteirão para a rua da Boavista e por reduzir a altura de construção. De modo a que esta implantação não introduzisse uma ruptura no tecido urbano, Siza desenha um bloco que faz a transição entre os edifícios à face da rua da Boavista e os restantes blocos, que ficam aproximadamente perpendiculares à linha de caminho-de-ferro e são mediados por pátios.

Na proposta elaborada em 1973, e que seria continuada com a adaptação para o Processo SAAL, culminam várias hipóteses ensaiadas por Siza em projectos anteriores. O loteamento Bárbara de Souza em Ovar, elaborado em 1972, corresponde a um tipo de ocupação que privilegia a criação de conjuntos racionais que entendem a "casa como elemento central das diversas possibilidades de agregação" e a "ideia de bairro enquanto unidade parcelar de um todo"[18]. Nesse sentido, as bandas habitacionais dispostas paralelamente e unidas por um edifício em espinha retomam tanto a tradição de alguns bairros das cidades medievais como as *Siedlungen* criadas no período entre-guerras, ainda que estas tenham sido construídas sobretudo na periferia das cidades e não no centro, como acontece nos projectos em Ovar, na Bouça e também em S. Vítor[19]. A semelhança a algumas destas *Siedlungen* é evidente – quer no projecto de Ovar quer nos projectos no Porto – no remate das bandas com topos semi-circulares, nomeadamente os conjuntos *Kiefhoek* (Roterdão, 1925-29) e em Hoek van

↖ Um dos primeiros esquissos elaborados por Álvaro Siza em 1972
© Fleck, Brigitte; Wang, Wilfried, *Bouça Residents Association Housing: Porto 1972-77, 2005-06, Álvaro Siza*, Austin: The Center for American Architecture and Design, 2008, p. 10.

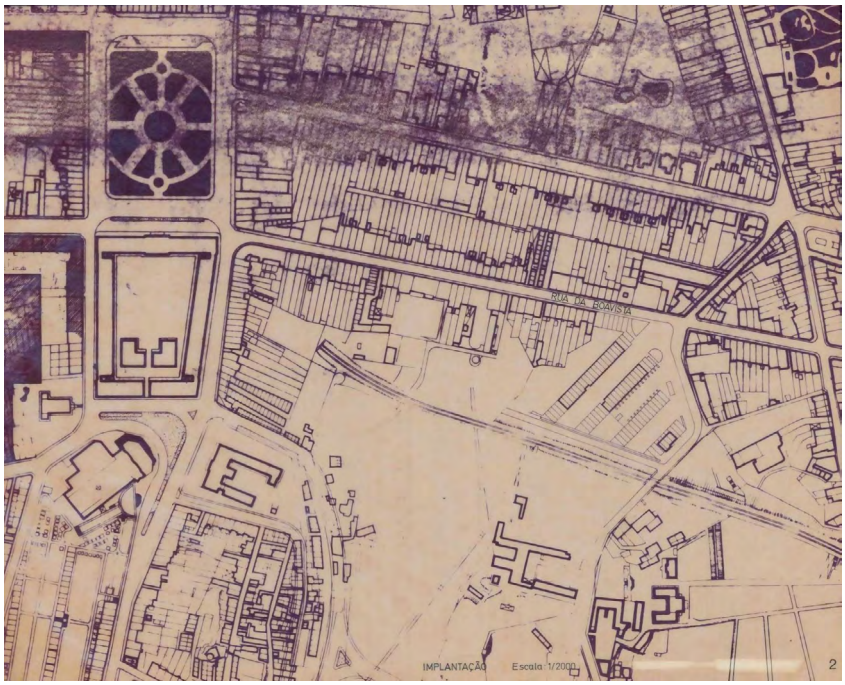
↑ Planta de sobreposição do plano preliminar apresentado pela Câmara Municipal do Porto em 1963 e da proposta de Álvaro Siza de 1973.
© Arquivo Distrital do Porto

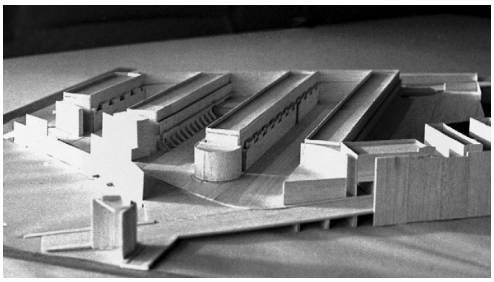
↓ Planta e cortes da proposta elaborada por Álvaro Siza, Maio 1973.
© Arquivo Distrital do Porto

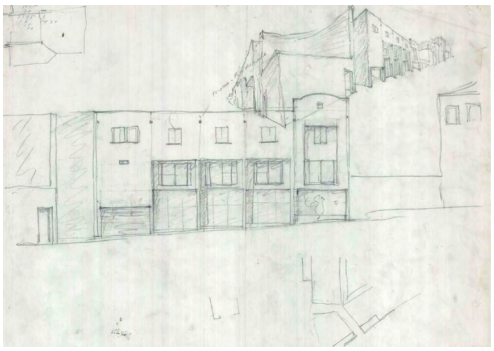
17 O rácio de distribuição dos fogos é incerto, visto referir-se nalguns documentos que dos 160 fogos, 140 seriam para os moradores da Bouça; enquanto noutros documentos se menciona apenas a totalidade de 150 fogos; noutro refere-se que seriam atribuídas 120 habitações das 200 projectadas; e, no projecto final, apenas estavam contemplados 128 fogos no total. Cf. Direcção da Associação de Moradores da Zona da Bouça, Brigada Técnica da Zona da Bouça, "Zona da Bouça – SAAL: Resumo da reunião realizada na terça-feira, dia 4 de Novembro de 1975 no SAAL – Norte", pp. 1-2, documento consultado no ADP; Responsável pelo SAAL/Norte, "Operação da Bouça (Porto): ofício", 6 de Outubro de 1976, p. 2, documento consultado no ADP.

18 Machado, Carlos, *Anonimato e banalidade: Arquitectura popular e arquitectura erudita na segunda metade do século XX em Portugal*, Porto: FAUP, tese de doutoramento, 2006, p. 352. Carlos Machado refere-se às *Siedlungen* centro-europeias, no entanto parece-nos que a mesma observação possa ser feita a propósito do loteamento Bárbara de Souza, visto serem intervenções idênticas.

19 Veja-se, a este propósito, a associação que Carlos Machado estabelece entre o projecto da Bouça, a ideia da "ilha como elemento base do tecido urbano", a cidade medieval e as *Siedlungen* centro-europeias. Cf. Idem, pp. 331-353.







↑ Planta de implantação do projecto para a Associação de Moradores da Bouça.
© https://www.drawingmatter.org/, consultado em Fevereiro 2019.

↗ Maqueta do projecto para a Associação de Moradores da Bouça.
© Trigueiros, Luiz (ed.), *Álvaro Siza: 1954-1976*, Lisboa: Blau, 1997, p. 177.

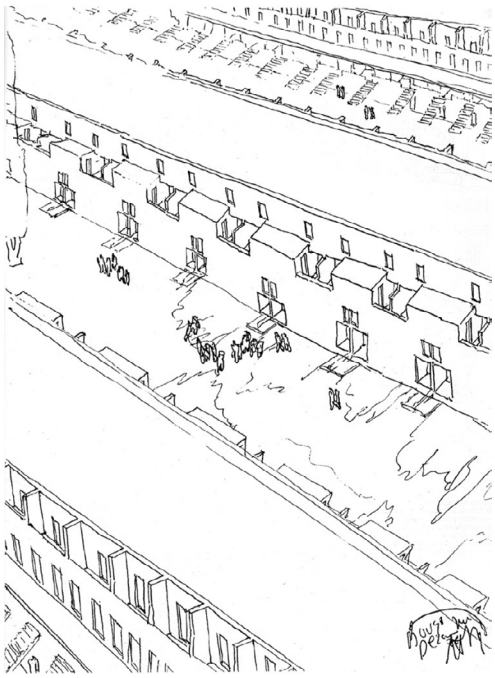
→ Esquissos do edifício de viragem na rua da Boavista.
© https://www.drawingmatter.org/, consultado em Fevereiro 2019.

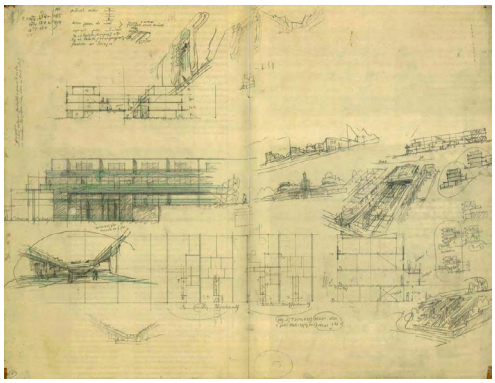
Holland (1924-27), ambos de J.J.P. Oud. Esta mesma estratégia aparecia já na primeira proposta para a Bouça, com a colocação de espaços comerciais nesses topos abertos para as ruas da Boavista e das Águas Férreas, o que suavizava a esquina e garantia a continuidade da estrutura urbana.

O conjunto desenhado em 1973 estruturava-se através de um muro criado no topo do lote, junto à linha do caminho-de-ferro, de modo a proteger do ruído causado pela passagem do comboio. O muro tinha a altura das bandas, funcionando como barreira mas também como um elemento que complementava o conjunto. As bandas habitacionais partiam numa direcção aproximadamente perpendicular ao muro, sofrendo uma ligeira torção de modo a ficarem paralelas à travessa da Figueirôa e ao troço da rua do Melo tangente ao lote, e ocupavam quase a profundidade total do lote trapezoidal. As bandas corresponderiam, na sua maioria, a fogos duplex sobrepostos, com largura de 6 metros e uma escada central. Os fogos dos dois pisos inferiores seriam acedidos directamente através da rua, enquanto a entrada nos fogos dos pisos superiores se faria através de galeria. Nas bandas das extremidades, os acessos à galeria estariam localizados no bloco de transição para a rua da Boavista, no caso da banda mais comprida a nascente, e junto ao muro, no caso da banda mais curta a poente. A galeria das duas bandas centrais estaria interligada e ficaria suspensa na entrada do pátio, formando um "U", localizando-se o acesso à galeria num ponto médio do pátio central junto à rua da Boavista. Embora o conjunto tivesse um carácter defensivo, tal como sugerido por Wilfried Wang[20] devido à altura de 6 pisos das duas bandas nas extremidades (enquanto as duas bandas centrais teriam apenas 4) – aspecto incrementado ainda pela presença da galeria suspensa no pátio central –, o facto de se preverem escadas exteriores a partir da cozinha nas três bandas mais a poente criaria espaços comuns tipo anfiteatro, sobretudo no pátio central, que promoveriam o convívio dos moradores do bairro. Igualmente, as galerias estariam voltadas para os pátios, com excepção da galeria da banda a nascente que estaria na fachada das traseiras, o que tornaria os pátios mais dinâmicos.

Várias destas estratégias foram continuadas na adaptação do projecto para a Associação de Moradores da Bouça. Por um lado, mantém-se uma integração urbana, tanto

20 Cf. Wilfried Wang, "Bouça and Public Housing at the Beginning of the 21st Century" *in* Fleck, Brigitte; Wang, Wilfried, *Bouça Residents Association Housing: Porto 1972-77, 2005-06, Álvaro Siza*, Austin: The Center for American Architecture and Design, 2008, pp. 66-67.





← Esquisso dos pátios.
© *L'Architecture d'Aujourd'Hui*, 211, Outubro 1980, p. 51.

→ Esquissos.
© https://www.drawingmatter.org/, consultado em Fevereiro 2019.

através do bloco que faz a transição entre as casas dos lotes almadinos da rua da Boavista e o novo conjunto, como no reforço da importância da travessa da Figueirôa e da rua do Melo ao implantar as bandas de casas paralelas a estas e ao revitalizar, de certo modo, a rua das Águas Férreas, factor a que se acresce a abertura do bairro à cidade. Por outro lado, mantém-se uma ideia de conjunto que preserva a individualidade dos fogos ao mesmo tempo que promove um espírito de colectividade, já que se tenta garantir a privacidade dos fogos, mas pretende-se estimular o convívio através do pátio central, mais largo e para o qual dão as escadas individuais de acesso aos fogos, entendendo-se como espaço de reunião por excelência. Apesar de a construção do conjunto residencial Alexandra Road, em Londres, só ter avançado em 1972, talvez Siza conhecesse o projecto elaborado por Neave Brown em 1968, no qual as escadas de acesso aos fogos voltadas para as ruas pedonais também configuram um espaço de encontro e convívio.

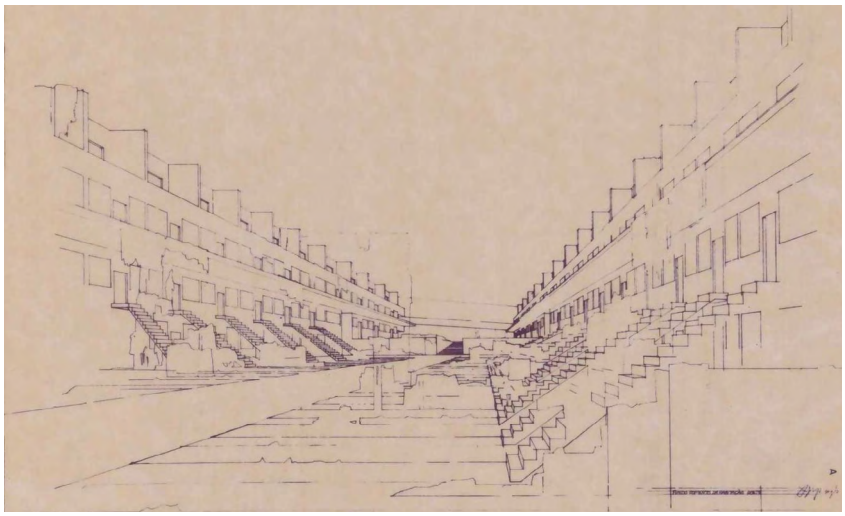
A influência do projecto de Alvar Aalto para um conjunto de casas para os trabalhadores de uma indústria em Sunila (as casas Päivölä, cujo projecto foi elaborado no final dos anos 1930) é evidente logo nos primeiros esquissos de Álvaro Siza. A projecção das paredes de meação das casas, as aberturas largas, o desenho das varandas com guardas horizontais e o escalonamento dos edifícios evidenciam o paralelismo que se pode estabelecer com o projecto da Bouça. Igualmente, em Sunila, a entrada independente para os vários fogos sobrepostos retiraria o carácter de habitação plurifamiliar, assemelhando-se mais à agregação de casas unifamiliares. Essa característica também permite uma associação ao projecto de J.J.P. Oud para um conjunto de casas com terraço em Haia, que não foi construído e data de 1917, onde o escalonamento dos volumes e a presença de escadas exteriores de acesso aos fogos reforça o mesmo tipo de leitura. Quanto às escadas exteriores da Bouça, estas têm também um sentido utilitário que, pela sua escala, permite lê-las como escadas de serviço ou de acesso a edifícios rurais, como é o caso de alguns exemplos registados no Inquérito que terão servido de influência ao projecto "Habitat rural" do grupo CIAM-Porto apresentado no CIAM X realizado em Dubrovnik.[21]

Na adaptação do projecto, a largura das casas foi reduzida para 4 metros, e a diminuição da largura dos vãos tornou as aberturas mais verticais. Houve também um empobrecimento dos materiais utilizados, tendo-se optado por construir as paredes portantes com blocos *mecan*, embora as paredes continuem a funcionar como "elemento-base da estrutura formal"[22] no sentido de construção tradicional, por oposição à planta livre. As bandas passaram a ter todas apenas 4 pi-

21 Aspectos mencionados na tese de doutoramento de Carlos Machado. Cf. Machado, Carlos, *op. cit.*, 2006, pp. 333-334, 365.

22 Idem, p. 360.











↑ Planta geral da proposta adaptada para a Associação de Moradores da Bouça.
© https://www.drawingmatter.org/, consultado em Fevereiro 2019.

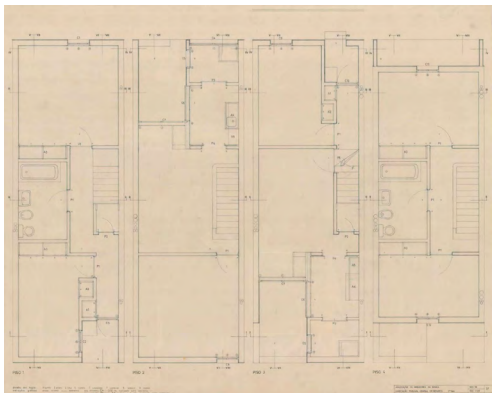
↓ Perspectiva do pátio central.
© https://www.drawingmatter.org/, consultado em Fevereiro 2019.

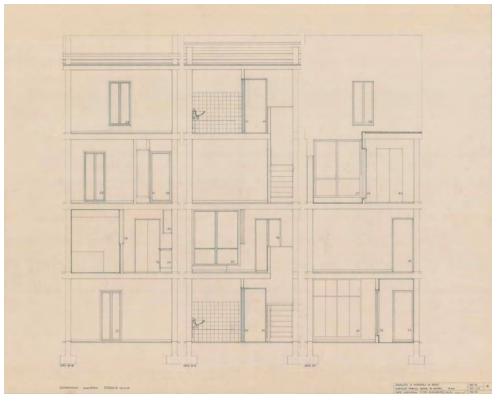
↗ Fotografias das bandas construídas e em construção, final anos 1970.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

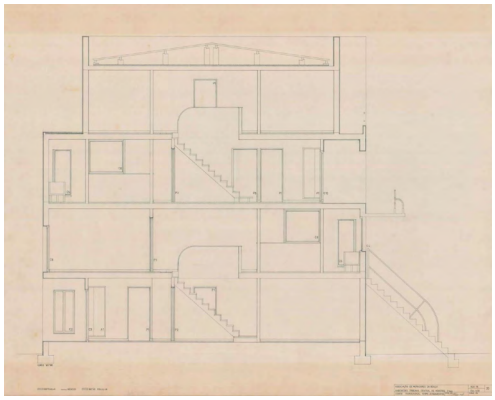
sos, evitando a necessidade de elevadores. Estas transformações prendiam-se com a necessária economia do projecto, de modo a produzir o maior número de fogos possível a custos controlados, para que fossem comportáveis pelos moradores. Com essas alterações, algumas semelhanças ao projecto de Aalto tornam-se menos evidentes.

O programa também sofreu modificações, de maneira a responder de modo consistente às necessidades habitacionais da colectividade. Nos topos das bandas para a rua da Boavista seriam instalados equipamentos em vez de espaços comerciais, nomeadamente um posto de transformação na banda mais comprida, uma lavandaria na banda seguinte e uma biblioteca e sala de estudo na penúltima banda. A sede da Associação manteve-se na rua de Burgães. As formas desses equipamentos seriam variadas, distinguindo cada uma das bandas: um volume triangular para o posto de transformação, um edifício semi-circular para a lavandaria e um volume mais cúbico no caso da biblioteca e sala de estudo. A dimensão dos pátios foi diferenciada, com uma largura de 18 metros no pátio central enquanto os restantes teriam 16 metros.

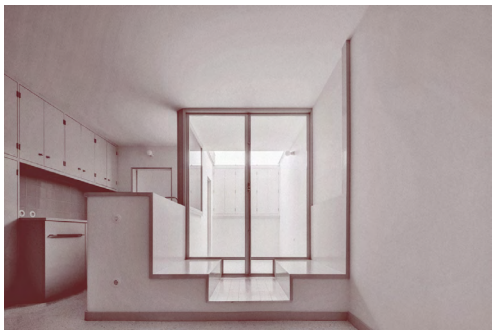
Os fogos-tipo são T3 duplex e organizam-se a partir de um quadrado-base com 4 metros de lado, mantendo sempre essa relação proporcional. Com uma profundidade de 12 metros, o espaço interior é organizado através de três quadrados, tanto no piso inferior como superior. Nos fogos dos pisos inferiores, a entrada é feita directamente a partir da rua, para um átrio exterior recuado em relação à fachada. O corredor de entrada dá acesso ao quarto, cujo vão abre para o átrio, e ao espaço central de distribuição da casa







onde se localiza o quarto-de-banho e a escada para o piso superior. O outro quarto do piso térreo está voltado para a outra fachada, assegurando-se alguma privacidade graças à projecção da escada exterior de acesso ao pátio da lavandaria. Através da escada interior acede-se ao espaço comum da casa, com 2/3 do espaço ocupados pela sala, cozinha e lavandaria que abre para o exterior e 1/3 correspondente a um quarto. Nos fogos dos pisos superiores, acedidos através da galeria, existe também um átrio recuado que dá acesso a um corredor que distribui para o primeiro quarto, desta vez com janela aberta para a galeria, e para o espaço de sala, cozinha e lavandaria que abre lateralmente para um terraço. A galeria é rebaixada em relação à cota da casa, permitindo que exista maior privacidade nesse quarto junto à entrada.





← Plantas e cortes dos fogos. © https://www.drawingmatter.org/, consultado em Fevereiro 2019.

→ Fotografias do espaço da sala e cozinha em dois fogos. © https://2019.openhouseporto.com/places/bairro-bouca/ / Fleck, Brigitte; Wang, Wilfried, *op. cit.*, 2008, p. 97.

No piso de cima desses fogos, o quarto-de-banho localiza-se também entre os dois quartos que estão voltados para fachadas opostas, existindo uma varanda no quarto voltado para o lado da entrada. No outro lado, não existe varanda, já que apenas se projecta o volume da lavandaria.

Dados a redução de áreas e o empobrecimento dos materiais de construção, os espaços comuns da casa ocupam os pisos intermédios, ficando as áreas nocturnas no piso térreo e no quarto piso, de modo a minimizar o impacto do ruído provocado pela sua utilização em horários distintos. Também na escada é utilizado um artifício para resolver a supressão de espaço, sem que se torne desconfortável: utiliza-se uma forma curva na escada de recepção que, projectando-se sobre o corredor, encurta o comprimento da escada e convida a mudar de direcção. Estratégia semelhante foi adoptada por Aalto num outro conjunto de casas em Sunila – o conjunto Mäkelä (1937) –, neste caso devido à pouca profundidade no átrio de entrada na casa. Ainda relativamente à escada interior, nos fogos dos pisos inferiores a escada está aberta para a sala e nos fogos dos pisos superiores o desenho dos móveis da cozinha aproveita o vão da escada. Por contraposição,





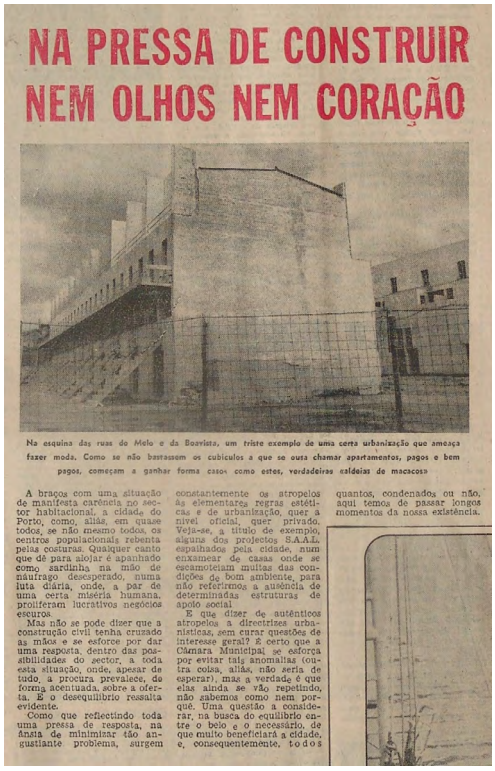
↗ Fotografias dos alçados, final anos 1970.
© *A+U*, 123, Dezembro 1980, pp. 62 e 59.

a dimensão generosa do quarto-de-banho (que ocupa quase a largura do quadrado-base, tirando os armários dos quartos) e a existência de pátios e varandas em todos os fogos (apesar das áreas reduzidas) pretendem qualificar e enobrecer as casas que resultam de uma dura luta pelo direito à habitação. Também na sala Siza desenha dois bancos frente a frente, junto à janela para o pátio da lavandaria, como mobiliário permanente que qualifica o espaço interior. A organização da casa é pouco fragmentada, possibilitando a leitura de espaços mais amplos (sobretudo na união de sala e cozinha) e uma maior flexibilidade na sua utilização.

As bandas são dispostas em espelho, voltando as fachadas mais abertas umas para as outras, correspondentes ao lado do espaço de cozinha e sala dos fogos dos pisos inferiores, e as mais fechadas umas para as outras. Na fachada mais aberta destacam-se os planos compositivos, com a saliência das lajes da galeria e das paredes de meação das casas, enquanto na fachada mais fechada sobressai a massa construída. Nessa fachada, a leitura das massas é conseguida através do volume recortado do pátio da lavandaria no terceiro piso e do plano recuado do último piso. Esse recuado é pintado de vermelho, uma escolha justificada como homenagem a Bruno Taut e aos bairros que elaborou em Berlim no período entre-guerras, podendo associar-se à «frente vermelha» da *Hufeisensiedlung* em Berlin-Britz. Contudo, Carlos Machado estabelece também uma correspondência com os volumes acrescentados por cima da cornija ou platibanda das casas burguesas no Porto, muitos deles revestidos com chapa de tom avermelhado[23].

Estas associações do projecto da Bouça à cidade tradicional e à própria estrutura das ilhas, aqui aberta à cidade, não descuram a ligação à arquitectura moderna, como já foi possível referir através das semelhanças encontradas com projectos de J.J.P. Oud, Bruno Taut ou Alvar Aalto. Domingos Tavares refere que a galeria dá uma aparência moderna à Bouça[24] e o facto de se encobrir a cobertura inclinada com a altura da platibanda aponta no mesmo sentido. Também o ritmo regular das fachadas, com as aberturas centralizadas no caso da fachada com galeria e com a concentração das aberturas verticais simétricas dos fogos na fachada mais fechada, dá ideia de repetição e uniformidade que se relaciona aos princípios desenvolvidos nas *Siedlungen* centro-europeias.

23 Cf. Idem, p. 335.
24 Cf. Domingos Tavares, *op. cit.*, p. 55.



NA PRESSA DE CONSTRUIR NEM OLHOS NEM CORAÇÃO

Na esquina das ruas do Melo e da Boavista, um triste exemplo de uma certa urbanização que ameaça fazer moda. Como se não bastassem os cubículos a que se outa chamar apartamentos, pagos e bem pagos, começam a ganhar forma casas como estas, verdadeiras caldeiras de macacos»

A braços com uma situação de manifesta carência no sector habitacional, a cidade do Porto, como, aliás, em quase todos, se não mesmo todos, os centros populacionais, rebenta pelas costuras. Qualquer canto que dê para alojar é apanhado como sardinha, na mão de náufrago desesperado, numa luta diária, onde, a par de uma certa miséria humana, proliferam lucrativos negócios escuros.

Mas não se pode dizer que a construção civil tenha cruzado as mãos e se esforce por dar uma resposta, dentro das possibilidades do sector, a toda esta situação, onde, apesar de tudo, a procura prevalece, de forma acentuada, sobre a oferta. E o desequilíbrio ressalta evidente.

Como que reflectindo toda uma pressa de resposta, na ânsia de minimizar tão angustiante problema, surgem constantemente os atropelos às elementares regras estéticas e de urbanização, quer a nível oficial, quer privado. Veja-se, a título de exemplo, alguns dos projectos SAAL, espalhados pela cidade, num enxamear de casas onde se escamoteiam muitas das condições de bom ambiente, para não referirmos a ausência de determinadas estruturas de apoio social.

E que dizer de autênticos atropelos a directrizes urbanísticas, sem curar questões de interesse geral? É certo que a Câmara Municipal se esforça por evitar tais anomalias (outra coisa, aliás, não seria de esperar), mas a verdade é que elas ainda se vão repetindo, não sabemos como nem porquê. Uma questão a considerar, na busca do equilíbrio entre o belo e o necessário, de que muito beneficiará a cidade, e, consequentemente, todos quantos, condenados ou não, aqui temos de passar longos momentos da nossa existência.

A construção de apenas 56 fogos em duas bandas nos anos 1970 deixou o conjunto incompreensível e uma ferida aberta na rua da Boavista. Apesar de a não conclusão da construção se dever à paralisação do processo SAAL e à normalização do poder político, que era avesso a este programa habitacional, foi em parte entendida como incompetência dos técnicos das brigadas alinhados à esquerda. Um artigo de jornal sobre a Bouça intitulado "Na pressa de construir nem olhos nem coração"[25] ilustra o desarranjo do espaço exterior e tece várias críticas aos fogos e ao aspecto dos edifícios, a que se associam as escadas de madeira improvisadas para aceder às galerias de distribuição, que ficaram inacabadas. Daí se possa compreender a falta de encomendas públicas a Álvaro Siza no período subsequente ao SAAL.

Mais de 20 anos depois, em 2000, foi criada a Cooperativa das Águas Férreas para concluir a construção do bairro, correspondente a 72 fogos, aos topos das bandas e à recuperação das casas construídas na primeira fase[26]. A possibilidade de completar o projecto com uma lacuna temporal de três décadas foi uma grande surpresa para Siza, que já havia perdido completamente a esperança[27], e este projecto foi elaborado em colaboração com António Madureira.



Tratou-se novamente de um processo participado. Perante as alterações introduzidas pelos habitantes dos fogos ocupados, Siza concordou em desenhar marquises nos terraços das lavandarias no terceiro piso, de modo a uniformizar o conjunto. Os pátios do segundo piso foram fechados com caixilhos e colocaram-se vedações metálicas nos átrios de entrada dos fogos. Com a construção dos fogos novos aplicou-se isolamento térmico em todo o conjunto, inclusive nas bandas existentes.

Mas a distância temporal obrigou à realização de mais alterações. Criou-se um parque de estacionamento subterrâneo com capacidade para 128 viaturas e espaços de arrumos. Os volumes destinados a equipamentos do bairro foram transformados em espaços comerciais para alugar. A conversão da linha do caminho-de-ferro para o metro permitiria abdicar do muro enquanto barreira sonora. Contudo, o muro havia adquirido a função de elemento agregador do conjunto e, por esse motivo, foi mantido. Ainda assim, os percursos longitudinais e transversais já previstos, usados pelos moradores e por aqueles que pretendem aceder à estação de metro, tornaram o bairro permeável e mais dinâmico devido à penetração pública do seu espaço. Os fogos também sofreram algumas

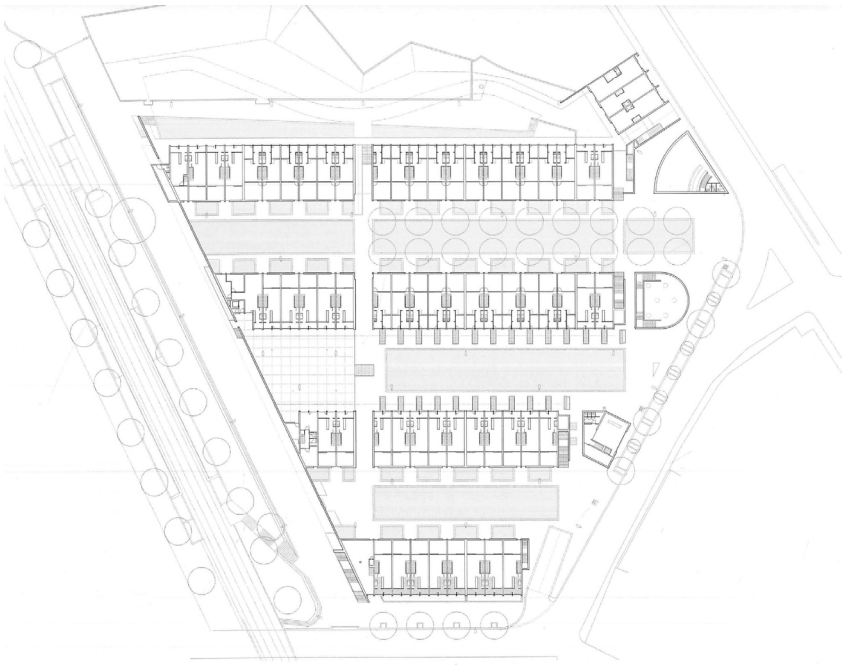
← Excerto de página de jornal, *O Primeiro de Janeiro*, 2 Março 1978, p. 7. © https://www.drawingmatter.org/, consultado em Fevereiro 2019.

→ Fotografia da escada improvisada de acesso à galeria, 1978. © Fleck, Brigitte; Wang, Wilfried, *op. cit.*, 2008, p. 39.

25 Cf. *O Primeiro de Janeiro*, 2 de Março de 1978, p. 7.

26 A Companhia das Águas Férreas era "composta pela Cooperativa As Sete Bicas, Cooperativa CETA e Associação de Moradores da Bouça". Idalina Machado, *op. cit.*, p. 33.

27 Cf. Álvaro Siza, "Foreword: The Bouça Housing Stock" *in* Fleck, Brigitte; Wang, Wilfried, *op. cit.*, 2008, p. 7.





↑ Planta de implantação do bairro da Bouça, completado enquanto cooperativa, 2005.
© Fleck, Brigitte; Wang, Wilfried, *op. cit.*, 2008, p. 120.

↗ Plantas dos vários pisos dos fogos, 2005.
© Fleck, Brigitte; Wang, Wilfried, *op. cit.*, 2008, p. 130.

modificações: não se manteve a proporção organizada a partir do quadrado de 4 metros de lado, reduzindo o espaço reservado para o quarto-de-banho – que foi dividido em dois módulos, um com banheira e lavatório e outro com lavatório, sanita e bidé – e aumentando a dimensão dos quartos. Também os espaços exteriores foram comprimidos com o objectivo de aumentar a área interior. No caso do quarto junto à sala, este ficou mais pequeno para aumentar a área do espaço comum e colocou-se uma porta de correr para permitir um prolongamento entre os dois espaços e que este quarto pudesse funcionar como espaço de escritório. Os espaços exteriores foram redesenhados, plantando-se árvores apenas no pátio mais profundo, já que nos restantes isso não seria possível devido à construção do parque de estacionamento.

Mas o completamento da construção teve um sabor amargo. A constituição de uma cooperativa implicava a aquisição dos fogos, o que era inacessível para a quase totalidade dos associados da Bouça. Os fogos da segunda fase de construção acabaram por ser adquiridos por "atores sociais que não tinham com aquele espaço qualquer tipo de ligação", revelando "mudanças na composição do seu tecido social"[28]. Este processo foi bastante distinto daquele desenvolvido para a distribuição das casas construídas ao abrigo do SAAL, como é possível perceber a partir do testemunho de Avelino, da Associação de Moradores da Bouça:

"Foi tão complexo, foi tão completo que eu, sinceramente, eu não me recordo que haja alguém que algum dia tenha dito que se foi alguém lá para baixo [para as casas novas] que foi por favor ou por ... Porque foi... Foi exemplar. Foi absolutamente exemplar. (...) Foi tudo democrático. Foi tudo muito discutido. E muito... Com técnicos das diversas, desde as assistentes sociais a engenheiros, os arquitectos, etc. Toda a gente foi envolvida e as pessoas a participar activamente, não é. Foram feitas vistorias a toda a gente, às casas das pessoas, toda a gente..."[29].

A diferença entre os programas habitacionais manifesta-se nas várias facetas dos processos encetados, sobretudo no peso dado à integridade dos actores que neles intervêm, neste caso dos seus associados:

"Não sem conflitos, o reconhecimento local da legitimidade do processo de atribuição das casas novas nos bairros resultará, largamente, desse trabalho colectivo de sensibilização dos morado-

28 Idalina Machado, *op. cit.*, p. 40.
29 Avelino *cit. in* Virgílio Borges Pereira, *op. cit*, p. 250.



← Esquisso de "Monumento à Associação de Moradores" da Bouça, Dezembro 1976.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

res para a relevância de critérios objectivos determinados em que muitos dos militantes associativos investirão a forma mais consagrada de capital que, na época, possuem, a saber, o *crédito* que inspiram entre os seus vizinhos e o seu nome."[30]

Será porventura por esse motivo que Álvaro Siza desenhou um monumento para a Associação de Moradores da Bouça, que terá sido concretizado posteriormente com o completamento do projecto, correspondendo à escada exterior isolada e sem função localizada na sequência das escadas exteriores de acesso à lavandaria da segunda banda mais comprida, no pátio central[31].

30 Idem, p. 251.

31 No projecto de 1975, a escada estava colocada na sequência das escadas exteriores de acesso à lavandaria na terceira banda mais comprida, também no pátio central, e pela sua forma teria um impacto mais forte do que a actual.

OP20
OPERAÇÃO SAAL DO HEROÍSMO



↖ Casas do bairro do Bom Retiro, no Heroísmo, Janeiro 1976.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Os moradores da área do Heroísmo organizaram-se no final de 1974, tendo produzido um documento no dia 17 de Dezembro do mesmo ano onde davam conta das suas más condições habitacionais. Referiam-se problemas quanto ao mau estado das casas (sobreocupadas, com dimensões reduzidas e em débil estado de conservação), do saneamento, das instalações sanitárias e da pavimentação dos arruamentos. Para além destas características relativas às ilhas do troço ocidental da rua do Heroísmo (no lado norte) e ao bairro do Bom Retiro, somava-se o estado arruinado de alguns lotes vizinhos, que serviam de lixeira, e a existência de uma fábrica de farinhas contígua à ilha do Moreira (com o número 278 da rua do Heroísmo) que fazia estremecer as casas quando os moinhos estavam em funcionamento. Os moradores davam conta da existência de terrenos livres nos terrenos a norte das suas casas, nomeadamente um terreno arborizado na rua de António Carneiro[1], a norte do palacete onde funcionava o liceu Rainha Santa Isabel (onde está instalada agora a Direcção Regional de Educação do Norte), que pertencia à Câmara do Porto.

A operação SAAL do Heroísmo teve início em Maio de 1975 e a Brigada técnica era constituída por Cristiano Moreira como arquitecto-chefe, o arquitecto José Ramos Coutinho, o desenhador José Fernando Monteiro e a assistente social Maria Beatriz Almeida[2]. É mencionada a inclusão de um estagiário de medicina, Eduardo Goulart, em Outubro de 1975, embora não seja possível indicar, através dos elementos consultados, o período em que este esteve afecto. Este elemento, que integrou a Brigada no regime de voluntariado enquanto aguardava outro tipo de vínculo, esteve encarregado do lançamento de uma campanha de educação sanitária que procurou mobilizar os moradores para a remoção de entulho e lixos depositados nas casas devolutas.

A Brigada encontrou dois tipos de aglomerados: quatro ilhas na rua do Heroísmo, correspondendo cada uma a um núcleo isolado, e o bairro do Bom Retiro, mais coeso. A unidade operacional ficou, portanto, delimitada

1 No terreno outrora arborizado hoje está implantada a escola básica Dr. Augusto César Pires de Lima.

2 José António Bandeirinha menciona ainda a integração dos estudantes de arquitectura José Lencastre e Mário Ramos, apesar de nos documentos consultados não se ter encontrado qualquer menção a estes elementos. Cf. Bandeirinha, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007, p. 447.



← Excerto do "Plano topográfico da cidade do Porto impresso em Londres em 1813, e continuado aos seos subúrbios em 1832 (…)" com a área do Heroísmo, 1832.
© Arquivo Municipal do Porto



→ Fotografia aérea da área do Heroísmo, 1974.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

pelas ruas de António Granjo, Heroísmo e António Carneiro e, a norte, pelo muro limítrofe do Liceu Alexandre Herculano[3]. Embora existisse o terreno livre na rua de António Carneiro, este não seria cedido à Comissão de Moradores, constrangendo a operação ao perímetro do quarteirão, no qual a densidade de ocupação era muito elevada e sobravam poucos espaços livres no seu interior.

Na planta de 1832, que dá continuidade à planta redonda elaborada em 1813 expandindo-a aos subúrbios da cidade, já está representada a travessa do Bom Retiro parcialmente edificada. Eugénio Freitas aponta a probabilidade de a viela de Sacais, de 1871, ser antecessora da travessa do Bom Retiro[4]. Esta travessa liga as ruas de António Carneiro e do Heroísmo[5]. Nessa área, mais a norte, foi construída a bateria do Bom Retiro no âmbito da guerra liberal e do cerco feito ao Porto nesse ano de 1832. À data, os restantes terrenos estavam ainda por edificar.

Na planta de Teles Ferreira, de 1892, os vários lotes já estão definidos e a área referida apresenta-se mais densificada, o que leva a concluir que tal se tenha concretizado na segunda metade do século XIX. Apesar de ruas confinantes com a rua do Heroísmo, em específico o esquema radial de ruas projectado por Almeida Machado em 1883, já estarem representadas, a rua de António Granjo é um projecto posterior que cortou a quinta de Sacais aí existente. O lote contíguo à quinta de Sacais, de forma esguia e com uma ligeira torção a meio, correspondia já à ilha Zé Maria, cuja edificação ultrapassava metade da área de ocupação do lote e seria continuada nos anos seguintes. No topo traseiro do lote foram instalados sanitários colectivos e uma fonte. Neste caso, a ilha prolonga-se até à rua, revelando que se terá tratado de um projecto especulativo pensado e construído de raiz. Continuando no sentido poente-nascente, no lote correspondente à ilha do Perú existia uma construção no logradouro da casa burguesa à face da rua, apesar de ainda não ser evidente a ocupação do tipo ilha que seria executada mais tardiamente. De facto, no lote contíguo a poente passava-se exactamente o mesmo – tanto a casa burguesa como uma construção nas traseiras coexistiam –, embora neste caso não se tenha construído uma ilha. Nos dois lotes imediatamente a seguir seria construída a ilha de Montes, embora tal só acontecesse nos primeiros anos do século seguinte, já que estes ainda não aparecem edificados na planta de 1892[6]. Ainda que a ilha ocupe as traseiras de duas casas burguesas edificadas

3 A definição da unidade operacional recebeu parecer favorável a 23 de Junho de 1975.

4 Cf. Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 69.

5 A rua António Carneiro anteriormente era designada por rua do Bom Retiro, tal como aparece nomeada numa planta de 1855, e rua de Barros Lima, assim identificada na planta de 1892. Quanto à rua do Heroísmo, teve os topónimos rua do Prado, 29 de Setembro, Padrão e estrada de Campanhã, embora em 1877 já se tivesse adoptado o topónimo actual. Cf. Planta "Alinhamento da Rua do Bom Retiro", 1855, disponível em http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/336700/, consultado a 3 Agosto 2020; Freitas, Eugénio, *op. cit.*, 1999, pp. 69, 174.

6 Chegou-se a esta conclusão através da consulta da fotografia aérea de 1940 relativa a este troço, onde a ilha aparece representada. Cf. "Fotografia aérea da cidade do Porto: 1939-1940: fiada 13, n.º 187, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/589635/, consultado a 3 Agosto 2020.



↖ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área do Heroísmo.
© Arquivo Municipal do Porto

à face da rua, é provável que a construção de todo o conjunto tenha sido feita em simultâneo. Tanto a fábrica de farináceos como a ilha do Moreira aparecem representados na planta de 1892. Como se referiu, a fábrica localizada entre a ilha de Montes e a ilha do Moreira confina com o limite sul do bairro do Bom Retiro. O acesso à fábrica é feito através da rua do Heroísmo, por um corredor lateral à casa sobre a rua. A ilha do Moreira, menos profunda que as restantes, ocupa o logradouro de duas casas burguesas, embora tenha somente uma fiada de casas, já que o lote, de perímetro irregular, é mais estreito nas traseiras.

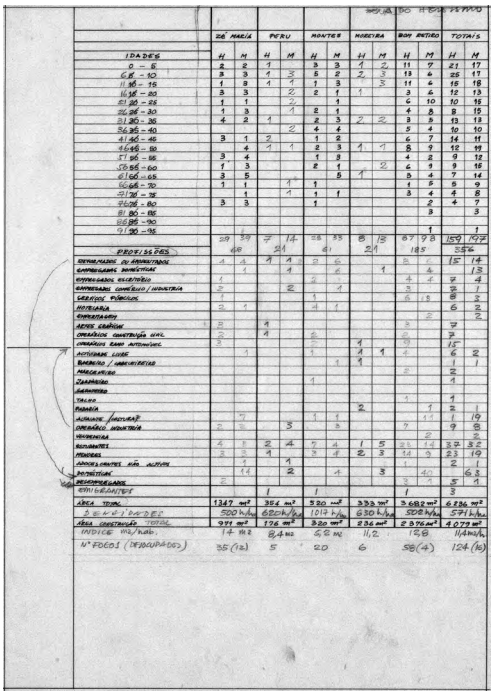
O perímetro do bairro do Bom Retiro é triangular, com entrada a partir da travessa do Bom Retiro. Na planta de Teles Ferreira todas as construções estão representadas, com excepção da fiada de casas localizada no lado direito de quem entra no bairro. As casas tinham quase todas um pequeno quintal na entrada, embora, com o tempo, e devido às áreas diminutas, estes espaços tenham sido convertidos em acrescento das casas[7]. A maioria das casas é do tipo ilha, apenas com uma fachada livre. Estas características e o agrupamento das casas tornam o bairro um aglomerado coeso e uniforme do ponto de vista arquitectónico. Embora inicialmente as instalações sanitárias fossem colectivas, gradualmente os inquilinos fora construindo o seu próprio sanitário junto às suas casas. As construções ao longo da travessa do Bom Retiro têm um carácter ligeiramente diferente, com logradouros verdes que, no caso do espaço que confina com a fábrica de farináceos, apresentam uma dimensão razoável.

Nos anos que se seguiram, a área foi densificada, com a instalação de algumas fábricas nos terrenos que ainda estavam livres. A poente do bairro do Bom Retiro foi construída uma fábrica de tecelagem[8]. A fábrica de gesso, a norte, com entrada pela rua de António Carneiro, seria mais antiga, visto já estar representada na planta de 1892[9]. Deste modo, o solo foi sendo impermeabilizado, mantendo-se somente a área verde do logradouro de maior dimensão acima mencionado e a área a sul da fábrica de tecelagem. No terreno delimitado pela travessa do Bom Retiro e pelas ruas António Carneiro e do

7 À data do SAAL, apenas 23 casas possuíam um pequeno logradouro. Cf. Brigada técnica do Heroísmo, "Definição da Unidade Operacional: memória descritiva", Fevereiro 1976, documento consultado no ADP.

8 Tratar-se-ia da fábrica de acabamentos têxteis da Vitória, cujas vibrações provocavam fissuras nas casas contíguas do bairro do Bom Retiro. Cf. Idem.

9 A identificação do cariz das diversas indústrias foi obtida através do contacto com moradores do bairro do Bom Retiro. Contudo, depreende-se a partir de um documento da Brigada que esta seria uma fábrica de alpergatas. Cf. Idem.



→ Inquéritos elaborados pela Brigada.
© Arquivo Distrital do Porto

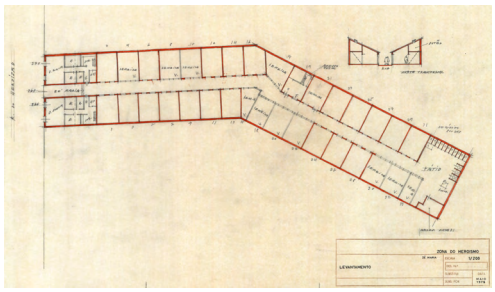
Heroísmo estava instalada a garagem de Grijó, que, entretanto, foi demolida e, no século XXI, o espaço foi aproveitado para colocar a estação de metro do Heroísmo.

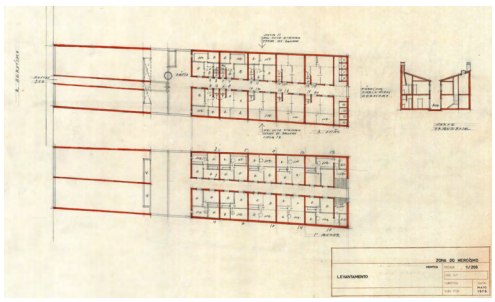
Com a elaboração de inquéritos e o levantamento das casas por parte da Brigada identificaram-se as carências e possibilidades de transformação, o que culminou na elaboração do processo de Declaração de Utilidade Pública. Para a reestruturação da área seria fundamental criar ligações interiores que permitissem torná-la um conjunto uno. Esta transformação permitiria encurtar distâncias, interligar todos os núcleos e favorecer o contacto entre os moradores, reservando espaços para convívio no interior. As objecções consistiam, contudo, na propriedade bastante retalhada deste quarteirão e na sua ocupação intensiva. Dois edifícios que ocupam a totalidade do lote, penetrando o quarteirão em profundidade, dificultavam este objectivo.

De modo a conseguir ligar a ilha do Moreira aos restantes núcleos, o lote pertencente à fábrica de farináceos teria de ser expropriado, já que estava localizado no miolo do aglomerado. Esta fábrica estava a funcionar como cooperativa desde Maio de 1975 devido à instabilidade da sua actividade laboral, existindo o risco de ficar afectada por completo. Seria fundamental, tal como manifestado pela coordenação do SAAL/Norte, estabelecer contactos com os trabalhadores das unidades fabris das imediações, procurando elucidá-los acerca do processo em curso e solicitar a sua colaboração, algo que estaria em falta e que seria mais urgente no caso da fábrica de farináceos. Tal aconteceria no final de 1975, embora não existam registos que permitam conhecer os resultados desse contacto. A escala do volume da fábrica e o impacto da sua actividade nas casas vizinhas não constituía a situação ideal para o melhoramento daquele núcleo de habitação degradada. De qualquer modo, a realização de algumas obras que permitissem alterar o volume, sem prejuízo do seu funcionamento, e a expropriação desse terreno – o que poderia ser vantajoso para os trabalhadores da cooperativa que beneficiariam das actividades da Associação de Moradores e teriam isenção do pagamento de renda – possibilitaria a reestruturação do conjunto. Caso a fábrica cessasse a sua actividade, o edifício poderia ser reconvertido para fins comunitários, tais como uma sede da Associação ou uma cooperativa de consumo. A poente, no lote contíguo à ilha do Perú, seria necessário adquirir o direito de utilização do espaço aéreo no topo traseiro do lote para permitir a criação de uma passagem e completar a interligação dos núcleos. Os restantes lotes da área identificada também seriam expropriados, com excepção das casas dos moradores que não estavam interessados em integrar a operação, de modo a que fosse possível recuperar os fogos degradados e construir novos fogos que permitissem realojar todos os moradores em condições dignas.

A inexistência de outros terrenos ou espaços livres inviabilizou a definição de um local para alojar a sede da futura Associação de Moradores[10]. Esta dificuldade penalizou a organização de moradores e contribuiu em

10 Promoveram-se, neste sentido, contactos com os senhorios de casas devolutas na área para alojar a sede, mas conclui-se que tal não tenha sido conseguido.







↖ Levantamentos das ilhas Zé Maria e Montes, Maio 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

↑ Planta do processo de declaração de utilidade pública, Outubro 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

boa parte para a sua desmobilização com o decorrer do processo. Nalguns momentos verificou-se incapacidade de realização de reuniões para a discussão e aprovação dos projectos, o que acabou por constituir um bloqueio para a prossecução da operação[11]. Documentos da Brigada dão nota da existência de um certo espírito individualista que se reflectiu na rejeição da possibilidade de criação de alguns equipamentos colectivos, como uma lavandaria e tanques colectivos[12]. Os únicos equipamentos solicitados pelos moradores estariam destinados à infância, como infantário, jardim infantil e sala de estudo, e à terceira idade, como um centro de convívio. Existia uma comissão feminina que se encarregava do estudo e preparação do infantário, da sala de estudo e de um posto médico, e uma comissão de jovens que se ocupava dos problemas de promoção cultural, como cinema, teatro, biblioteca e sessões de alfabetização. Ainda assim, procurava-se envolver todos os moradores e requerer a sua participação activa. Uma das estratégias passou pela realização de reuniões por sectores correspondentes a núcleos de vizinhança mais restritos, o que possibilitava discutir e atender tanto a necessidades individuais como a aspectos mais gerais da colectividade, algo que estaria dificultado caso se realizassem apenas reuniões gerais. Alguns equipamentos solicitados seriam abandonados no âmbito da operação, por responderem a carências que deveriam ser pensadas em conjunto com outras operações. A criação de um jornal de parede e de um jornal da Comissão contribuiria igualmente para o envolvimento de todos.

A proposta elaborada pela Brigada visava recuperar os fogos degradados e construir fogos novos nos talhões livres do quarteirão. Como esses talhões confinavam com os das habitações degradadas, estes funcionariam como continuidade ou seu natural prolongamento. A operação abrangia 126 fogos para 377 pessoas[13]. 13 fogos estavam excluídos da

11 Num relatório de Dezembro de 1976 é referido que não foi possível realizar uma assembleia geral por falta de adesão da população para aprovar o ante-projecto geral. Cf. Brigada técnica do Heroísmo, "Zona do Heroísmo: Relatório de Novembro/Dezembro de 1976", Dezembro 1976, documento consultado no ADP.

12 Cf. Brigada técnica do Heroísmo, "Zona do Heroísmo: Relatório de Julho/Setembro de 1975", Setembro 1975, documento consultado no ADP.

13 O valor total de fogos é algo incerto, visto existirem fontes com informações distintas. Nos documentos da Brigada, refere-se que se tratava de 110 fogos; contudo, somando as referências parcelares, daria um total de 190 fogos. Presume-se que exista um equívoco no cálculo do número de fogos do bairro do Bom Retiro, visto aquele espaço não ter capacidade para 124 fogos, tal como indicado nesse documento.

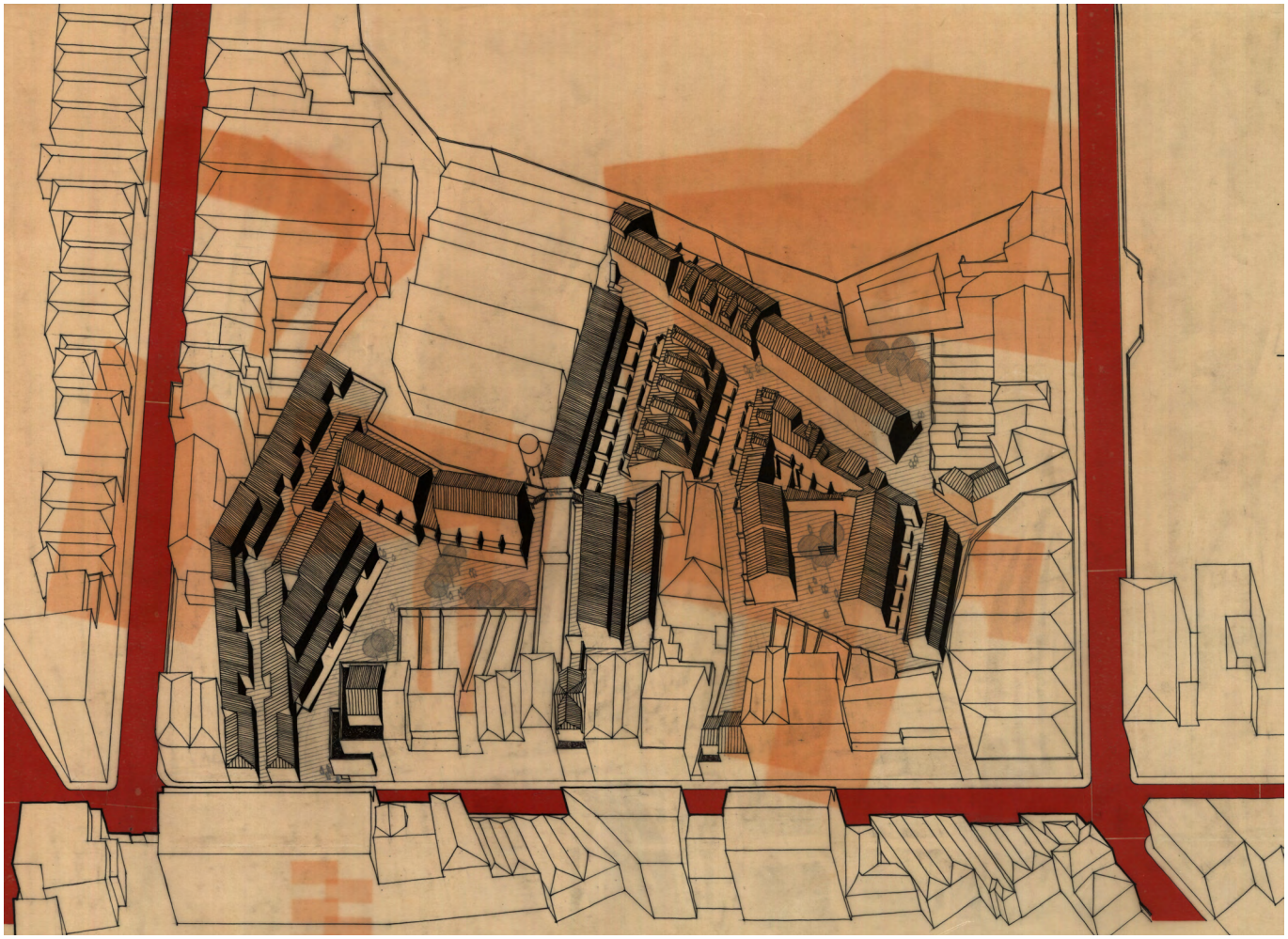


↗ Planta do ante-projecto geral com indicação do faseamento, Junho 1976. © Arquivo Distrital do Porto

operação devido à não adesão dos 31 moradores que os habitavam. Seria necessário construir 34 fogos novos, melhorar as casas recuperáveis, tal como mencionado, e recuperar os espaços exteriores de todo o conjunto.

A ilha do Zé Maria, onde existiam 35 fogos, passaria a comportar 20 fogos (12 T1, 6 T2, um T3 e um T4). As paredes divisórias das casas de ilha seriam demolidas, dispondo cada fogo de uma largura superior à pré-existente. As casas seriam recuperadas de modo a que existisse para cada uma um pequeno espaço exterior, o que permitiria simultaneamente aumentar a largura do espaço de corredor, ainda que pontualmente, e libertar alguns espaços livres, como no momento de torção do lote e numa fracção no topo posterior. Os fogos teriam apenas um piso ou, no caso dos fogos T3 e T4, seriam duplex, compensando em altura o espaço necessário para os fogos de maior dimensão, já que tinham uma área de implantação pequena (estes fogos seriam ainda menos profundos que os restantes devido à sua localização junto à torção do lote). Alguns fogos seriam expandidos para o lote livre contíguo. Na área correspondente ao espaço a sul da fábrica de tecelagem seriam construídas duas novas bandas de casas. A primeira, perpendicular à ilha, teria 3 pisos, conjugando 8 fogos T1 no piso térreo e 8 fogos T3 duplex nos pisos seguintes. O acesso aos fogos dos pisos superiores seria feito através de uma galeria situada no alçado posterior e à qual se acederia através de uma escada colocada no momento de torção da banda, sensivelmente a meio. A segunda estaria numa posição enviesada relativamente à ilha, tratando-se de um volume de dois pisos que teria 6 fogos T2 no piso térreo e 3 fogos T3 no primeiro piso. Dois dos fogos T2 seriam acedidos a partir do corredor da ilha do Zé Maria, enquanto a entrada nos fogos T3 seria feita através de uma escada localizada no lado nascente, ao centro. Estes três núcleos estariam interligados através de duas passagens criadas na ilha do Zé Maria que permitiriam aceder ao lote vizinho de expansão, cuja cota era mais elevada. Nesse talhão, à face da rua, seria construído um volume que funcionaria como equipamento colectivo, onde eventualmente seriam albergadas a sede da Associa-

Ainda assim, contabilizando as plantas de levantamentos, e excluindo os fogos dos moradores que não aderiram à operação (num total de 13 fogos, tal como indicado nos documentos da Brigada), contabilizaram-se 126 fogos no total, algo distante dos números acima referidos.



↑ Axonometria do ante-projecto, Junho 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

ção de Moradores, a sala de convívio, a sala de estudo e o infantário[14].

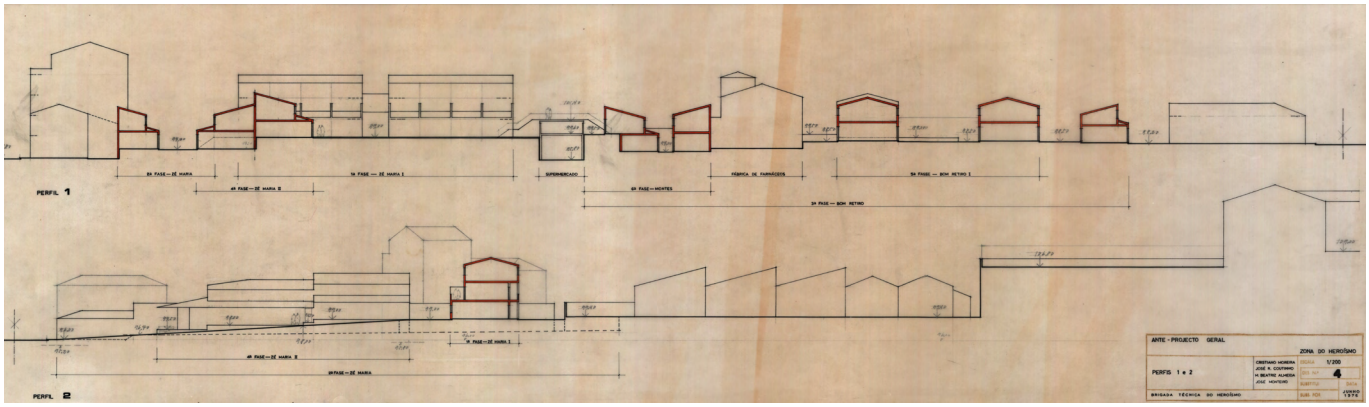
O lote correspondente à ilha do Perú sofreria bastantes transformações. As 5 células da ilha nas traseiras do lote seriam utilizadas como acrescento das casas transformadas na ilha de Montes, e o edifício à face da rua seria recuperado, contendo 6 fogos ao longo dos três pisos (2 T1, 1 T2 e 3 T3). O corredor de entrada para o interior do quarteirão manter-se-ia.

Os 20 fogos da ilha do Montes seriam convertidos em 10 fogos T3 duplex. Os dois volumes manteriam a sua estrutura-base, tal como as paredes divisórias das antigas casas de ilha, mas aumentar-se-ia a área dos fogos através da utilização dos dois pisos para uma habitação apenas. No caso da banda a nascente, as casas manteriam integralmente a sua estrutura. No caso da banda a poente, o piso superior passaria a estar recuado em relação ao corredor de acesso, tornando-o mais luminoso. Para compensar a perda de área, no primeiro piso os fogos utilizariam parte da área das antigas células da ilha do Perú.

O cruzamento entre o núcleo Zé Maria (que inclui a ilha pré-existente e o seu prolongamento), o núcleo do Perú, o núcleo Montes e o bairro do Bom Retiro seria talvez o ponto nodal que faria a intersecção e interligação de todo o conjunto. Para tal, obter-se-ia a cedência do espaço aéreo do topo do lote contíguo à ilha do Perú, a poente, de modo a que fosse criada a ponte de conexão entre os núcleos. Parte desse lote seria ocupado por um supermercado, o que reforça a ideia de centralidade daquele ponto específico.

No caso do bairro do Bom Retiro, e excluindo os fogos não incluídos na operação, o projecto passaria por recuperar as casas, integran-

14 Presume-se que seriam estes os equipamentos instalados, apesar de não se ter tido acesso a um registo que permitisse confirmar estas ilações.



↑ Perfis do ante-projecto, Junho 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

do as instalações sanitárias no seu interior (visto muitos moradores, por iniciativa própria, terem construído sanitários privados no espaço de pátio), reorganizando o espaço interno e adaptando o número de quartos de acordo com a área disponível. Assim sendo, e considerando o volume disponível nos pisos superiores – caso se tratasse de uma mansarda ou de um piso totalmente aproveitável –, variaria o número de quartos, dado a área de implantação de cada casa ser semelhante e todas funcionarem como fogos duplex. O mesmo se passaria com as casas na travessa do Bom Retiro, com excepção do edifício de dois pisos que faz a esquina do lado direito de quem entra da travessa para a rua central do bairro, que teria um fogo T2 em cada piso. Do lado esquerdo da travessa seria criada uma passagem extra, correspondendo ao espaço livre libertado pela demolição do último fogo a sul, multiplicando as entradas no quarteirão. O conjunto de construções adossadas ao muro limítrofe do liceu Alexandre Herculano (ou seja, as pequenas casas às quais se acedia por um pequeno arruamento perpendicular à rua central), seria demolido, aumentando esse espaço livre nas traseiras. Com estas alterações, os 52 fogos considerados seriam convertidos em 41 fogos recuperados. As casas que dispunham de um pequeno pátio colocado na entrada manteriam esse espaço de uso individual[15].

No talhão que correspondia ao logradouro dos fogos na travessa do Bom Retiro e que era um espaço verde seriam construídos dois novos volumes de dois pisos, num total de 9 fogos. Os topos laterais dos volumes estariam encostados ao limite sul do bairro do Bom Retiro e formariam uma espécie de espaço de praça entre eles. Esses fogos seriam T4 duplex, com pátios individuais voltados para os lados opostos ao do espaço de praça.

Os 6 fogos da ilha do Moreira seriam demolidos e o edifício à face da rua seria recuperado, contendo dois fogos (um T1 e um T3) e mantendo a entrada de acesso à ilha como passagem para o interior do quarteirão. O espaço outrora ocupado pelas células habitacionais seria convertido em espaço livre e acesso generoso ao bairro do Bom Retiro.

Contrariamente às entradas nos vários núcleos pré-existentes, que funcionariam como acesso ao interior do quarteirão, o lote da fábrica de farináceos manteria uma entrada independente a partir da rua do Heroísmo. A ausência de portão nos outros casos daria conta da presença desse conjunto habitacional até então escondido, embora essas passagens fossem estreitas e, como tal, tivessem uma escala que não se tornaria convidativa ao transeunte comum. O acesso mais franco ao conjunto seria aquele realizado no talhão que estava desocupado na rua do Heroísmo, em parte aproveitado para instalar o equipamento colectivo e a outra parte funcionando como rua de acesso. Essa rua, bastante larga mas sem saída, incluiria uma faixa rodoviária e passeios, existindo um alargamento ao fundo da rua, no meio do quarteirão, que possibilitaria a inversão de marcha.

15 Verificar-se-ia, com o decorrer de alguns anos, que a quase totalidade das casas converteria pelo menos parte do pátio em área edificada para o prolongamento do espaço interior habitável.



↑ "Planta de tipos", ante-projecto, Junho 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

O conjunto passaria a ter 7 entradas no quarteirão e os vários núcleos estariam interligados, transformando de forma significativa a sua presença na malha urbana da cidade. A nível de conexão interna, os vários dispositivos de ligação e vencimento de cotas no interior do quarteirão têm uma escala reduzida, o que, se por um lado confere um carácter mais doméstico e privado a cada núcleo em si próprio, por outro acaba por manter um certo seccionamento do conjunto, o que poderia ser um obstáculo à desejada permeabilidade entre os espaços. Quanto aos espaços exteriores de maior dimensão no interior do quarteirão, estes seriam desenhados e, naqueles mais amplos, seriam plantadas árvores, procurando qualificar o conjunto, promover a reunião e convívio entre moradores e dar suporte a vários tipos de actividades passíveis de serem realizadas ao ar livre (espaço de jogo para crianças, etc.). No que diz respeito às qualidades arquitectónicas do conjunto do ponto de vista da sua aparência e linguagem utilizada, embora não se conheçam alçados que permitam perceber melhor como este conjunto estaria a ser pensado, percebe-se que o aspecto das casas existentes seria mantido e que as novas construções tenderiam a assemelhar-se a estas, procurando fortalecer a unidade do conjunto sem criar variações entre os diversos volumes. Somente no edifício correspondente ao equipamento colectivo, que teria maior presença urbana por se tratar de um edifício novo construído à face da rua, seria assumida essa diferença, justificada por este contexto particular e por responder a um programa distinto. A projecção do plano do primeiro piso do novo volume anunciaria, de certo modo, a transformação interna em curso, e a platibanda alta do edifício esconderia a cobertura inclinada em telha, numa tentativa, talvez, de marcar o seu tempo.

No caso da operação SAAL do Heroísmo, a desmobilização praticamente total dos mo-

radores venceu ainda antes da paralisação oficial do Processo. Em causa terão estado também possíveis conflitos ou dúvidas no desenrolar dos trabalhos, visto existirem registos em que a Brigada se mostra revoltada relativamente à actuação do serviço de coordenação do SAAL/Norte. Alude-se à alteração de conceitos e pressupostos que, segundo a Brigada, implicariam o desrespeito para com o compromisso assumido com a população[16]. Ficaram a faltar, porém, nos documentos consultados, informações mais precisas que permitam conhecer os vários factos e compreender a evolução do processo.

Não se avançou para a fase de construção, embora o ante-projecto geral respeitante a um total de 113 fogos estivesse concluído (34 fogos novos e 79 recuperados) e tivessem sido desenvolvidas propostas para os vários núcleos em particular (com excepção, talvez, dos edifícios localizados à face da rua, tanto recuperações como o edifício do equipamento colectivo). No que diz respeito a obras de emergência, não é possível concluir se terão sido efectuadas obras de reparação de coberturas e vedações (embora se mencione essa necessidade), nem se estas obras de conservação haviam sido exigidas aos senhorios (outra possibilidade apontada nos documentos consultados). Também não se conhece qualquer expropriação dos lotes referidos no processo de Declaração de Utilidade Pública.

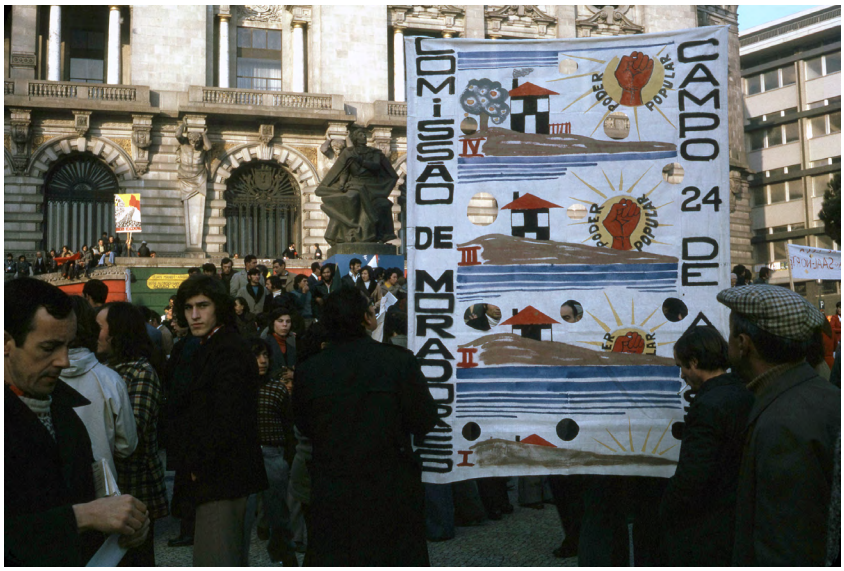
Posteriormente, e por decisão dos moradores, as verbas que tinham sido atribuídas à Comissão de Moradores da Zona do Heroísmo[17] (que não chegou a formar-se como Associação) foram entregues à Junta de Freguesia do Bonfim, para que revertessem em benefício dos moradores mais necessitados. Foi assim que se instalou iluminação pública no bairro do Bom Retiro, se colocou saneamento e as ruas foram pavimentadas.

Actualmente, o interior do quarteirão mantém características semelhantes às encontradas à data do SAAL, assistindo-se ao aumento do volume das casas (que foram aumentadas em altura e área, no caso do crescimento para os antigos pátios) e verificando-se melhores condições sanitárias e de conforto, visto as fábricas contíguas já não se encontrarem em funcionamento. Também a nível de acessos, a localização da estação de metro do Heroísmo na travessa do Bom Retiro trouxe vantagens de mobilidade aos habitantes daquela área.

16 Cf. Brigada técnica do Heroísmo, "Zona do Heroísmo: Relatório de Novembro/Dezembro de 1975", Dezembro de 1975, documento consultado no ADP.

17 Desconhece-se se estas verbas diriam respeito a obras de emergência ou a outro tipo de financiamento.

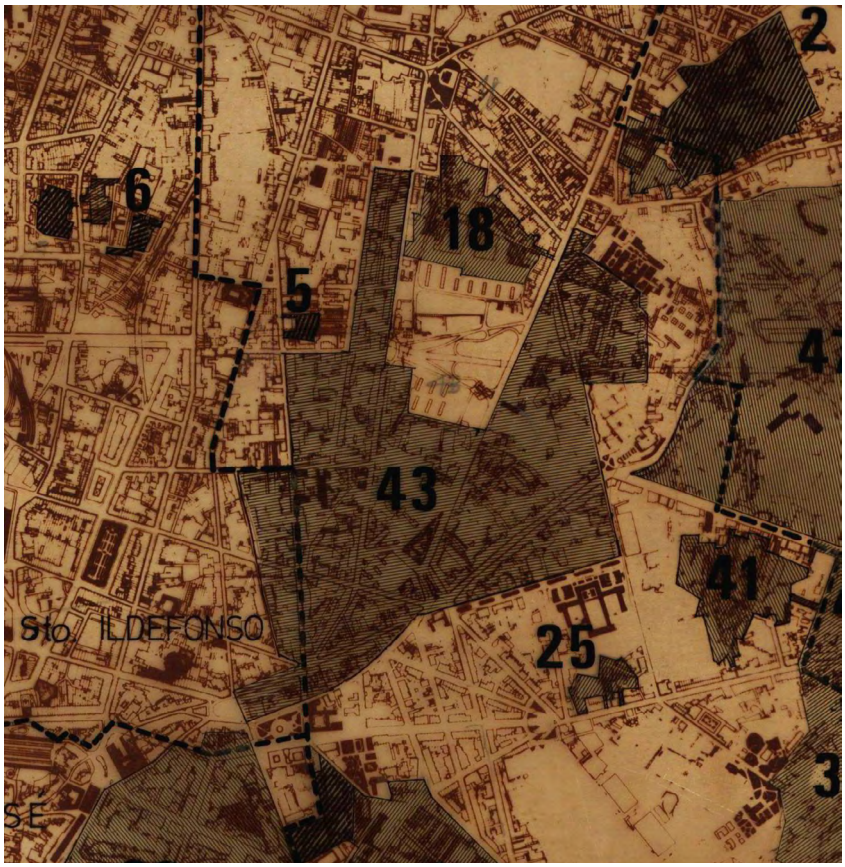
OP24
OPERAÇÃO SAAL DO CAMPO 24 DE AGOSTO



↖ Fotografia da manifestação de moradores contra o fascismo e pelo fim da paralisação do processo SAAL em frente à Câmara, na qual participou a Comissão de Moradores do Campo 24 de Agosto, 17 Janeiro 1976.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

O parco acesso a documentos relativos à organização de moradores do Campo 24 de Agosto dificulta uma compreensão mais aprofundada do processo desta operação. Como não se teve acesso a nenhuma planta com a definição da unidade operacional, não é possível conhecer com precisão os limites da operação e os núcleos habitacionais degradados envolvidos. Através de uma planta geral onde são identificadas as manchas das várias operações em curso na cidade do Porto pode pressupor-se que a operação compreenderia o seguinte perímetro irregular: a sul, seria definido pela rua do Morgado de Mateus e pela avenida Camilo; a nascente, pela rua de António Carneiro e pelo núcleo das Eirinhas, inclusive; a norte o limite é bastante recortado, sendo definido pelo hospital Joaquim Urbano, depois desce pela avenida Fernão de Magalhães até ao limite sul do bairro municipal Fernão de Magalhães, onde volta a subir pela rua da Póvoa e pela rua de Santos Pousada até à rua do Monte Tadeu, onde volta a descer pela rua de Anselmo Brancaamp até à rua do Moreira; a poente, o limite parte da rua do Moreira pela rua D. João IV até à rua da Firmeza, onde desce pela rua do Dr. Alves da Veiga até à rua Formosa, inflectindo na rua de Santo Ildefonso até à praça dos Poveiros e à rua do Morgado de Mateus. Nesta área bastante vasta abrangida pela operação do Campo 24 de Agosto existiam dois tipos de situações de população mal-alojada. Um deles dizia respeito aos moradores que viviam em ilhas, que eram facilmente identificáveis e formavam unidades habitacionais bem definidas. O outro tipo, que era o mais frequente, tratava-se de casos de subaluguer e casas sobrelotadas, muitas vezes alojando na mesma casa 5 ou 7 famílias, e que se encontravam dispersas nessa área. Tratava-se, portanto, de uma operação com uma área extensa, muito dispersa e pouco homogénea. O trabalho da Brigada passou, em parte, pela identificação dos vários casos e pelo esforço de reunir os vários grupos de moradores com problemas semelhantes, embora não se consiga concluir se a unidade habitacional abrangeria todos estes casos, ou se se cingiria às unidades habitacionais mais definidas.

O pedido de intervenção SAAL foi elaborado pelos moradores em Abril de 1975. No final de Julho realizou-se o contrato da Brigada, que iniciou o seu trabalho no mês de Agosto do mesmo ano. Embora numa fase inicial a operação tenha sido chefiada pelo arquitecto



↑ Excerto da planta onde são assinaladas as várias operações SAAL da cidade do Porto com a área correspontente à operação SAAL do Campo 24 de Agosto, representada com o número 43.
© Arquivo Distrital do Porto

Alfredo Viana de Lima, em Fevereiro de 1976 este foi substituído por Agostinho Ricca Gonçalves.

Assim sendo, em Agosto de 1975 a Brigada era constituída pelos estudantes de arquitectura Edgar Castro e Xan Casabella López, pelos estudantes de engenharia Abílio Cardoso, António Cardoso e João Marrana, pelo desenhador de 1.ª classe Nelson Guerra, pelas estudantes de pintura Helena Lemos e Fernanda Meireles, pela estudante de medicina Helena Meireles e pelo arquitecto Viana de Lima. Terá sido Edgar Castro, que estava a elaborar um trabalho escolar na ESBAP focado nessa área, quem encetou o contacto com os moradores do Campo 24 de Agosto e convidou Viana de Lima para assumir a responsabilidade da operação. Xan Casabella López, estudante espanhol exilado a frequentar as aulas de arquitectura na ESBAP, menciona que era Edgar Castro quem comandava os trabalhos nesse período, tendo inclusivamente elaborado um ante-projecto para os terrenos disponíveis. Esse projecto, muito pessoal, tal como referido por Casabella López, consistia em bandas de casas que se assemelhavam aos bairros holandeses do período entre-guerras, nomeadamente aos projectos de J.P.P. Oud. Contudo, divergências no interior da Brigada levaram ao afastamento de Edgar Castro e foi por essa altura que os restantes elementos entraram em contacto com Agostinho Ricca para chefiar a Brigada.[1] A Brigada passaria a ser constituída por Nelson Guerra, Xan Casabella López, Helena Lemos e Agostinho Ricca. Em Junho de 1976, o estudante de arquitectura Rui Manuel Martins também integrou a Brigada.

Nelson Guerra era simultaneamente elemento técnico da Brigada e morador de uma das ilhas incluídas na operação[2]. Como elemento muito dinâmico, esteve inclusivamente vinculado à direcção da Associação de Moradores e a maior parte dos documentos da Brigada a que se teve acesso foram assinados por ele.

Com a ocupação de um palacete localizado na rua de Morgado de Mateus, com o número 137, pela LUAR a 10 de Março de 1975 para a instalação de um infantário, formar-se-ia a Comuna Infantil Soldado Joaquim C. Luís que também seria utilizada pela Associação dos Moradores do Campo 24 de Agosto[3]. Presume-se que no final de 1979 ou início de 1980 a sede da Associação de Moradores tenha passado para um edifício na rua Duque da Terceira com o número 327[4], sendo este um edifício que havia sido ocupado ainda durante o Processo SAAL, como é possível observar em fotografias da

1 Informações obtidas em conversa telefónica com Xan Casabella López no dia 3 de Setembro de 2020.
2 Não foi possível ter acesso a quaisquer documentos da parte de Nelson Guerra, entretanto falecido. Contudo, a partir do contacto com antigos vizinhos e familiares, averiguou-se que teria morado na ilha com o número 178 do Campo 24 de Agosto, mas que à data do SAAL já residiria na rua do Bonfim.
3 Este edifício havia sido propriedade de Emília de Sousa Lemos. No seu testamento, de 1948, a propriedade passaria para os filhos da sua prima Maria de Sousa Lemos ou, caso esta não tivesse filhos, aos filhos da sua irmã Joaquina de Sousa Lemos. Segundo uma notícia do jornal Comércio do Porto de 17 de Março de 1975, o edifício havia albergado a sede do grémio das indústrias de curtumes, mas encontrava-se abandonado há alguns anos. Actualmente o palacete é propriedade particular.
4 Chegou-se a esta conclusão a partir da consulta de correspondência emitida pela Associação, onde a morada é mencionada.



A L.U.A.R. entregou um INFANTÁRIO às crianças pobres do PORTO

O palacete que a L.U.A.R. entregou às crianças situa-se em artéria central e serve perfeitamente os seus novos fins

TOMADO DE ASSALTO UM PALACETE DESABITADO

«A igualdade dos homens começa na igualdade das crianças»

Seguindo uma linha de actuação que desde há muitas cidades, nos locais onde trabalhamos, nos campos e nas empresas, se constituam comissões de moradores, de consumidores, de trabalhadores, que, coordenados a ni

riam vendê-la por 20 mil contos. Foi bem feito. As crianças merecem tudo.

UMA CASA PARA O POVO



← *Comércio do Porto*, 17 Março 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

→ Fotografia do edifício ocupado para instalar a Comuna Infantil Soldado Joaquim C. Luís, Julho 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

época. O edifício da Comuna albergava várias actividades organizadas pelos grupos de belas artes, dinamização cultural e recreativa, centro de estudos, educadores, acção médica e assistência social. O centro clínico funcionava numa parte do edifício, contando com cerca de uma dezena de médicos de várias especialidades[5]. Era também um pólo de defesa e luta pelos interesses dos moradores da área do Campo 24 de Agosto: as águas furtadas do edifício foram utilizadas pela própria Brigada durante algum tempo e as reuniões com os moradores efectuavam-se no espaço de jardim da casa. Ainda assim, os moradores estavam bastante cépticos relativamente às possibilidades que adviriam da adesão ao processo, e a vastidão da área abrangida, que englobava moradores que não se conheciam, era factor de desmobilização. Como contrapartida, a Brigada tentava incentivar os moradores, dando o exemplo das operações que se encontravam em fase de construção, algo a que os moradores assistiam em simultâneo à sua organização ainda iniciática.

Grande parte das ilhas desta área eram anteriores à abertura da avenida Fernão de Magalhães. O centro nevrálgico, o Campo 24 de Agosto, era um campo junto à estrada para Valongo que no século XIV se denominava Mijavelhas e cujos terrenos eram alagadiços. Foi lá que, aproveitando o manancial de Mijavelhas, se construiu a arca de água com o mesmo nome para servir o abastecimento de água da cidade[6]. Posteriormente chamado de Poço das Patas, de Campo Grande (em 1839) e Campo da Feira do Gado (como se pode observar na planta redonda de George Balck de 1813), o Campo 24 de Agosto (assim denominado a partir de 1860[7]) começou a ser urbanizado a meados do século XIX[8]. Em 1832, a edificação desta área concentrava-se na rua de Santo Ildefonso (anteriormente denominada de rua Direita), na rua do Bonfim, na rua de Coelho Neto (designada de rua de Mija Velhas), ao longo do campo do Poço das Patas, no caminho que corresponderia eventualmente à rua de Monte Bello (posteriormente desaparecida com a abertura da avenida Fernão de Magalhães) e existiam algumas construções na rua do Morgado de Mateus (anteriormente denominada de rua do Mede Vinagre e rua da Murta)[9]. Supõe-se

5 Fernando Barradas, "O palacete ocupado pela L.U.A.R.: No riso das crianças o obrigado do povo", *O Comércio do Porto*, 20 de Março de 1975, recorte consultado no ADP.

6 Cf. Marçal, Horácio, *O abastecimento de água à cidade do Porto e à vila de Matosinhos, Separata do Boletim da Biblioteca Municipal de Matosinhos*, n.º 15, 1968, p. 16.

7 Cf. Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 343.

8 Cf. Idem, pp. 342-343.

9 A edificação destas ruas foi identificada a partir da planta de 1832, que expande a planta redonda de



→ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área do Campo 24 de Agosto.
© Arquivo Municipal do Porto

que os restantes terrenos servissem como campos de cultivo ou lavradio.

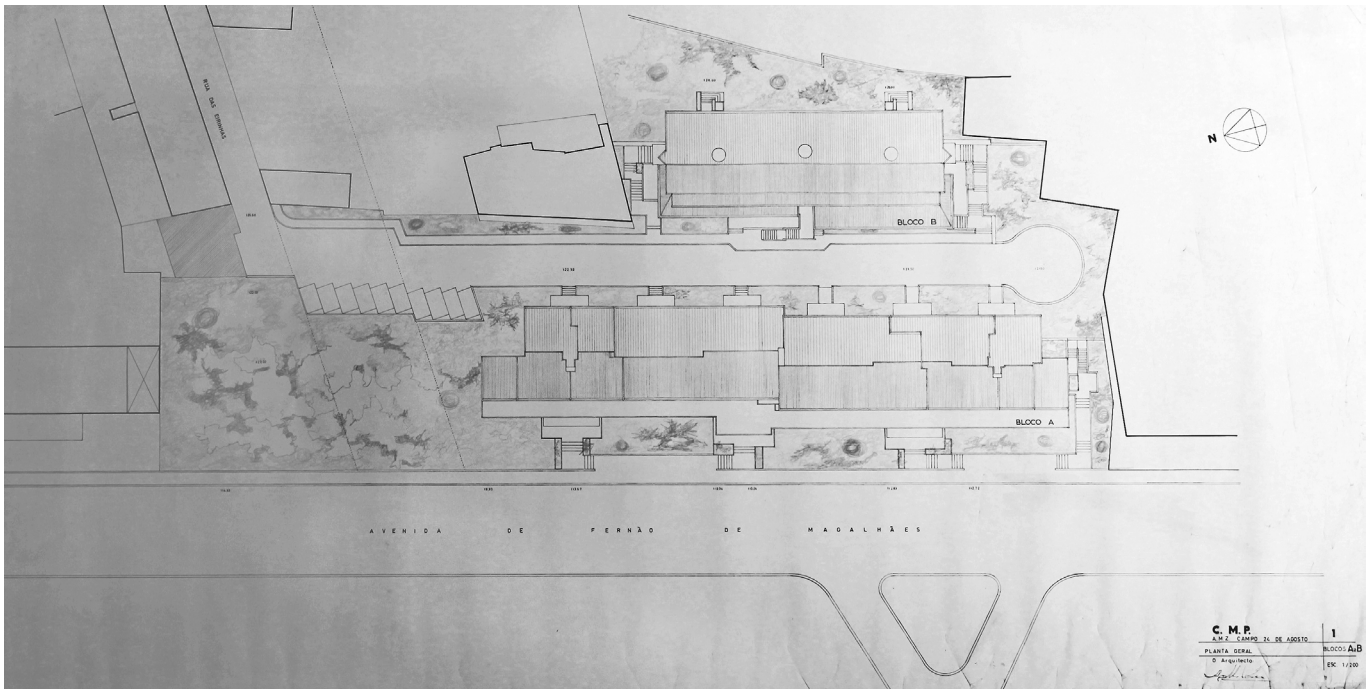
Com a industrialização da cidade e a construção da estação de caminho-de-ferro de Campanhã, o espaço entre o Campo 24 de Agosto e Campanhã converteu-se num eixo industrial. Uma das maiores fábricas da cidade foi construída no Campo 24 de Agosto em 1863, a Companhia de Fiação Portuense, onde operavam cerca de 300 trabalhadores em 1881. Por esse motivo, em 1865 foi projectada uma Escola Industrial nas suas proximidades.[10] No geral, naquela área localizavam-se, sobretudo, indústrias têxteis, o que levou a que fossem edificadas várias ilhas para alojar o operariado que nelas trabalhava. Na planta de Teles Ferreira, de 1892, verifica-se que haviam sido construídas bastantes ilhas ao longo da rua de Monte Bello e no núcleo das Eirinhas, este último correspondente a uma área alta da cidade, servida, sobretudo, pela rua e pela travessa das Eirinhas. Esses arruamentos ainda conservam um traçado rural, fazendo jus ao seu topónimo[11]. Foram elaborados alguns planos com o fim de rectificar os arruamentos dessa área alta (nomeadamente a rua e a travessa das Eirinhas)[12], mas com a implementação do Plano de Melhoramentos várias ilhas ao longo da travessa das Eirinhas seriam demolidas, tal como se pode observar em fotografias do final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Imagina-se que estes moradores tenham sido realojados no bairro Fernão de Magalhães, construído entre 1959 e 1962. Com a abertura da avenida Fernão de Magalhães, das ilhas existentes ao longo da rua de Monte Bello mantiveram-se apenas algumas localizadas mais a sul. Uma delas, a ilha de Castro Neves, com o número 21 da avenida, que já está representada na planta de 1892, destaca-se por conjugar habitações em dois pisos que, no piso superior, são acessíveis através de duas galerias. O espaço comum da

1813 aos subúrbios. Cf. "Plano topográfico da cidade do Porto impresso em Londres em 1813, e continuado aos seos subúrbios em 1832 (...)", 1832.

10 Cf. Pinto, Jorge Ricardo, *O Porto Oriental no final do século XIX: um relato urbano*, Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 143.

11 O topónimo Eirinhas lembra "os arrabaldes rurais da cidade em tempos não muito afastados". Freitas, Eugénio, *op. cit.*, 1999, p. 132.

12 Município do Porto, 3.ª Repartição de Engenharia, "Projecto de arruamentos entre o Hospital de Joaquim Urbano e a Rua das Eirinhas", 1933. Cf. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/24046/, consultado a 7 Agosto 2020.



↑ Planta geral da proposta elaborada para o terreno livre na avenida Fernão de Magalhães.
© Arquivo Agostinho Ricca

ilha, mais largo que o habitual, possibilitou a colocação de dois tanques comunitários no pátio central[13].

Embora esta área estivesse bastante edificada em 1975, existiam ainda muitos terrenos disponíveis que poderiam servir para a expansão da operação. Face ao número de famílias a viver em casas sobrelotadas e em ilhas, previa-se a edificação de novos conjuntos habitacionais nesses terrenos livres de modo a criar condições de habitação dignas para todos os moradores, com áreas adequadas[14]. As casas de ilha e moradias seriam recuperadas e adaptadas de modo a reduzir a densidade habitacional.

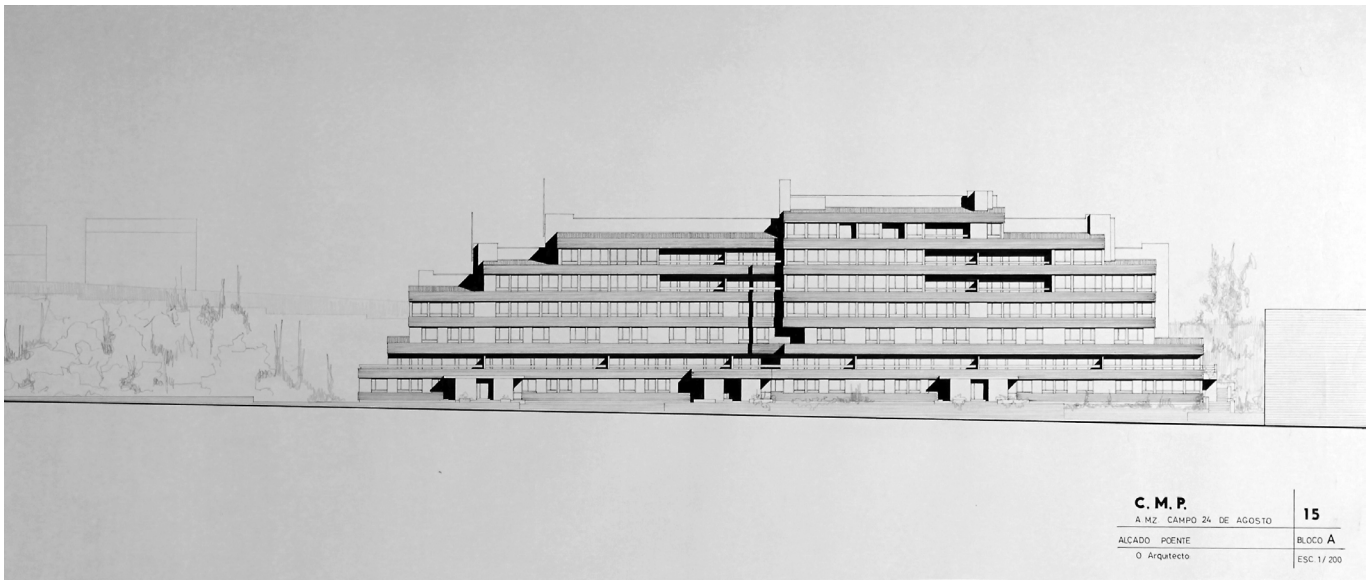
A operação concentrou-se em quatro sub-áreas. A primeira consistia numa encosta com uma frente de 30 metros sobre a avenida Fernão de Magalhães. Algumas casas localizadas na cota mais elevada, acessíveis através da rua das Eirinhas, seriam recuperadas. Outras seriam demolidas e seria construído um novo edifício de remate no topo da rua[15]. Nas áreas livres seriam construídos dois blocos de habitação plurifamiliar escalonados, de modo a harmonizar-se com a encosta e a minimizar a sua presença que, pela escala de construção, poderia tornar-se demasiado rígida. Esses edifícios, paralelos à avenida e implantados em dois planos e cotas distintos, seriam acedidos pela avenida e por um novo arruamento perpendicular à rua das Eirinhas e paralelo à avenida, criado com o único fim de servir estes blocos. Deste modo, aproveitar-se-ia uma cota intermédia da encosta e os dois blocos estariam interligados com espaços ajardinados entre eles.

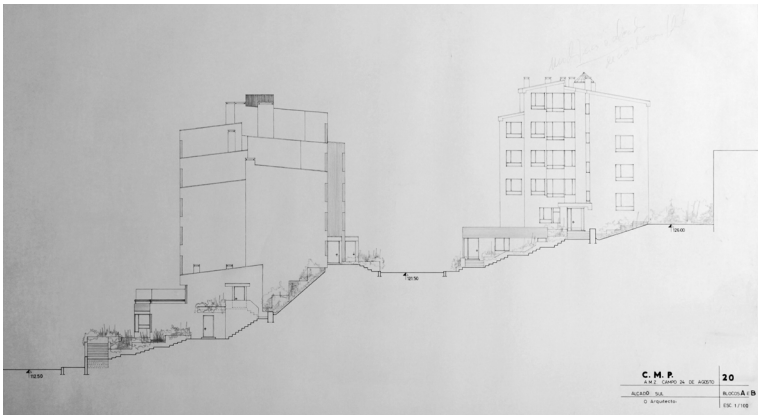
Apesar de a frente disponível na avenida Fernão de Magalhães ser bastante comprida, o Plano Regulador da cidade previa a abertura de um túnel, limitando a edificação da

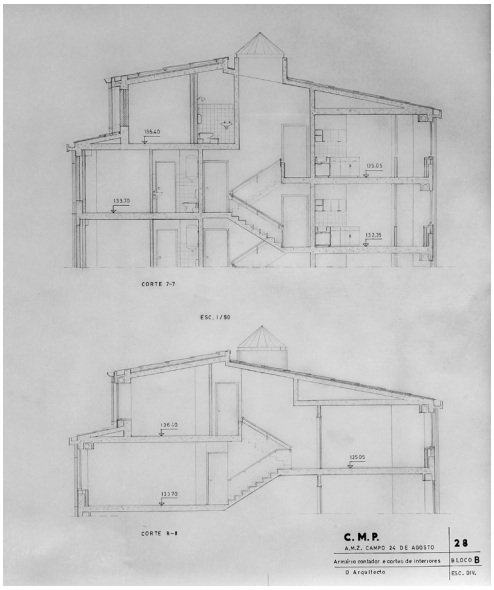
13 A D. Marília (1940-), que foi dirigente da Associação de Moradores do Campo 24 de Agosto, regressou recentemente para a sua casa na ilha, por preferir o tipo de convivência e vizinhança que são possíveis num espaço tipo ilha.

14 Não é possível precisar o número de famílias envolvidas na operação nem o número de fogos previstos, dada a escassez de documentos consultáveis. Embora no Livro Branco se contabilizem 622 famílias, correspondente a cerca de 1700 pessoas, nos documentos encontrados faz-se referência a um total de cerca de 300 fogos, aos quais se acrescem outros 200 casos isolados de população mal-alojada. Cf. Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *Livro branco do SAAL / Serviço de Apoio Ambulatório Local: 1974-1976*, [S.l.]: Conselho Nacional do SAAL, 1976, p. III; Brigada técnica do Campo 24 de Agosto, "Proposta da Brigada do Campo 24 de Agosto", 12 de Fevereiro de 1976, documento consultado no ADP.

15 Presume-se que as casas demolidas corresponderiam às construções do tipo ilha existentes no fundo dos lotes acedidos a partir do topo poente da rua das Eirinhas, preservando-se apenas as construções à face da rua. No entanto, num documento de 1978 é referido que no prolongamento da rua das Eirinhas até ao novo arruamento paralelo à avenida seria edificado um novo volume que serviria de remate, e o edifício acedido pelo caminho perpendicular ao topo poente da rua seria recuperado, dado que a entrada para esse edifício seria feita também por esse novo arruamento.







↑ Alçado poente do bloco A.
© Arquivo Agostinho Ricca

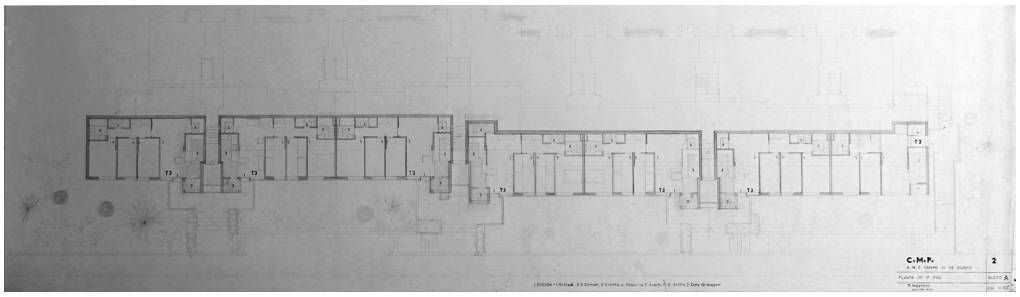
↓ Alçado sul dos blocos A e B.
© Arquivo Agostinho Ricca

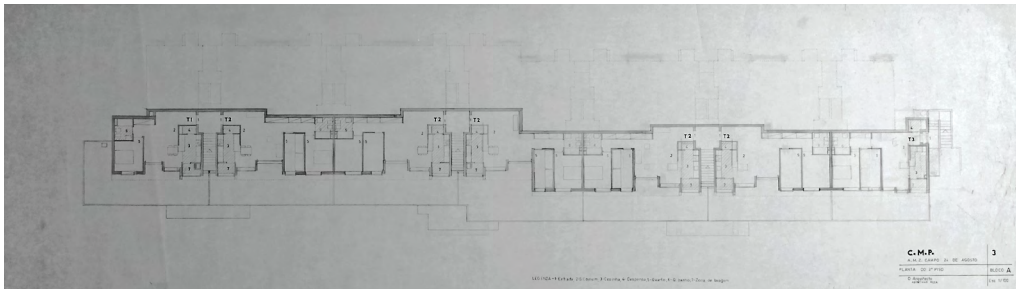
→ Cortes do bloco B.
© Arquivo Agostinho Ricca

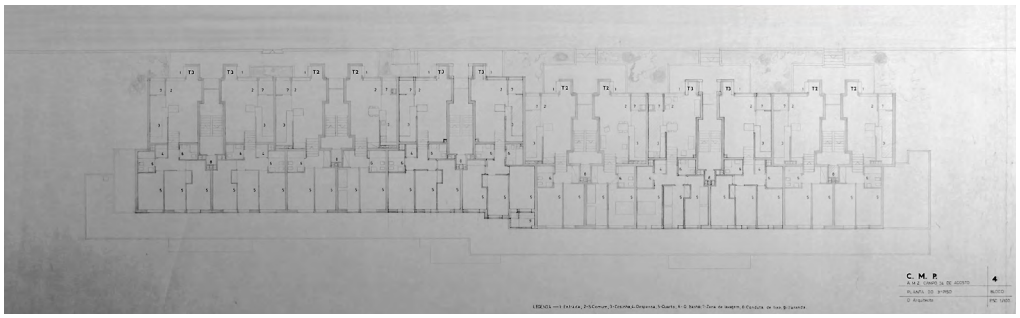
frente da avenida[16]. Deste modo, os novos blocos (A e B) foram desenhados como volumes autónomos que não teriam qualquer construção contígua, e o espaço a norte do bloco localizado na frente da rua seria deixado livre, podendo tornar-se um espaço verde ou ser edificado posteriormente. Esse bloco A estaria recuado em relação à avenida por se tratar de uma artéria de grande tráfego, criando-se uma faixa verde nesse alargamento.

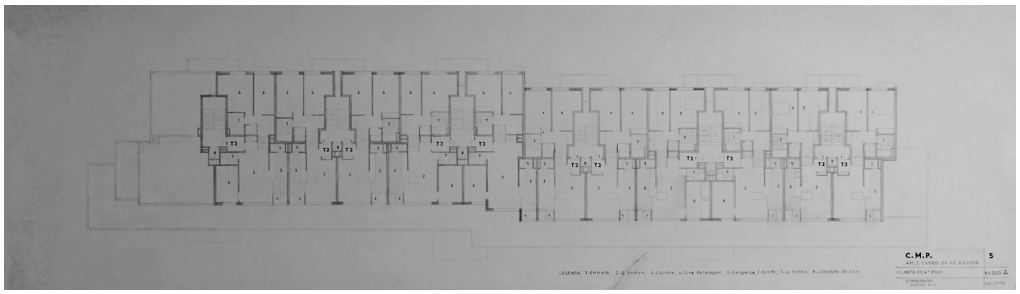
Como foi mencionado, o bloco seria escalonado, o que significa que nas cotas inferiores o edifício seria mais alongando e que ao longo dos pisos seguintes a sua extensão iria sendo encurtada. Desta forma, o edifício de 7 pisos aparentaria ter uma volumetria mais suavizada. Os fogos dos dois primeiros pisos teriam acesso directo a partir da avenida, que seria a sua única frente livre devido à inclinação do terreno. As três entradas no lado poente estavam elevadas em relação à avenida, permitindo resguardar a privacidade dos fogos. Entrando directamente a partir da sala, os fogos de um piso teriam de um lado a cozinha aberta para a sala, o espaço de lavagem e uma despensa, e no espaço posterior haveria um acesso ao corredor dos quartos, ao fundo do qual estariam localizados os quartos-de-banho. Neste primeiro piso haveria 6 fogos T3 e um T2. Cada escada exterior de um lanço daria acesso a dois fogos no segundo piso. Estes fogos estariam recuados em profundidade em relação à área de implantação do primeiro piso e teriam varanda em frente à sala. Os recortes no volume criariam sombras que amenizariam o volume maciço. Neste piso seriam colocados

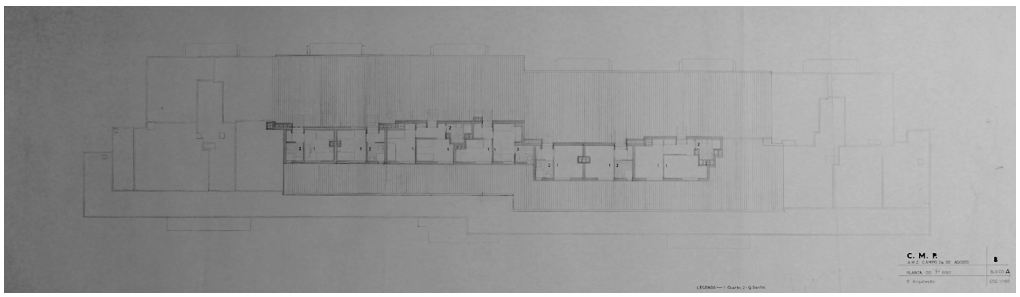
16 O túnel seria aberto numa área mais alta da avenida, passando por baixo da plataforma do Hospital Joaquim Urbano e desembocando na Praça das Flores.











← Plantas dos pisos 1, 2, 3, 4 e 7 do bloco A.
© Arquivo Agostinho Ricca

um T1, 5 T2 e um T3 no topo sul, este último acedido por uma escada independente. No terceiro piso, os fogos teriam acesso directo a partir do novo arruamento a nascente. Estes fogos, mais profundos e com duas frentes, estariam organizados em duas áreas distintas: uma correspondente às áreas comuns, onde se localizariam a sala, a cozinha e o espaço de lavagem, e a outra área dividida através de alguns degraus, onde estariam os quartos, os quartos-de-banho e uma despensa. No total, este piso teria 6 fogos T3 e 6 fogos T2 organizados em meios pisos. Os fogos dos pisos seguintes funcionariam num esquema de habitação plurifamiliar. A entrada realizada a partir do novo arruamento permitiria alcançar as caixas de escadas que dariam acesso a dois fogos por piso, excepto nos casos em que o comprimento do volume seria encurtado, dando acesso a apenas um fogo. Nas caixas de escadas estaria localizada uma conduta de lixo. Nestes fogos, organizados em meios pisos, a divisão em áreas comuns e de dormir seria mantida, embora nos fogos T3 um dos quartos tivesse entrada a partir da sala. Os fogos acedidos a partir do sexto piso teriam três meios pisos, dispondo o espaço comum na cota intermédia e os quartos nos outros dois meios pisos, um para cima e outro para baixo.[17]

A marcação dos planos horizontais fechados das fachadas nascente e poente, intercalados com panos de vidro quase contínuos que estariam depois seccionados pela caixilharia, reforçaria a horizontalidade do volume. Os alçados norte e sul seriam mais verticais devido à decomposição do volume e inclinação das coberturas dos vários planos.

O bloco B, a uma cota intermédia, seria menos extenso que o bloco A e teria 6 pisos. O piso inferior ficaria semi-enterrado, tal como no bloco A, tendo esses fogos apenas uma frente. No caso dos fogos localizados nos topos disporiam de vãos nessas fachadas. Nos restantes pisos os fogos ocupariam a profundidade total do edifício, que já não seria escalonado como o bloco A, sendo apenas fragmentado na cobertura com a inclinação das duas águas. Os desenhos do estudo prévio para este bloco a que se teve acesso e que são referentes ao 3.º, 4.º e 5.º pisos indicam a composição segundo dois módulos, cada um com uma escada central circular que daria acesso a quatro fogos por piso. No módulo mais a norte haveria 3 fogos T1 e um T2, enquanto no módulo mais a sul haveria dois fogos T2 e dois T3. Em ambos os casos, os fogos teriam apenas uma frente e estariam organizados num só piso. Contudo, a partir da observação de um corte elaborado posteriormente presume-se que o projecto para este bloco tenha sofrido algumas alterações, visto os fogos estarem organizados em meios pisos, à semelhança do bloco A.

Os espaços não ocupados pelos blocos seriam ajardinados, com escadas de ligação entre as diferentes cotas, e o novo arruamento conteria alguns lugares de estacionamento e um alargamento ao fundo de modo a permitir a inversão de marcha dos veículos.

No terreno situado entre a rua Santos Pousada e o Campo 24 de Agosto, que tinha cerca de 32.000 m^2, seria possível construir uma massa edificatória substancial. Seriam feitos arruamentos e construir-se-iam edifícios de baixa altura, com 3, 4 ou 5 pisos. Os espaços livres, de grande dimensão, seriam áreas verdes, embora se reservasse espaço para a construção de um edifício que funcionaria como centro infantil. Para este terreno existia um plano prévio elaborado em 1956 pelo Gabinete de Urbanização da Câmara que propunha a edificação de dois blocos longitudinais de 7 pisos no miolo do quarteirão, organizados paralelamente à rua de Santos Pousada com um espaço de jardim no meio, onde seria localizada também uma creche. O acesso aos blocos seria feito por dois novos arruamentos, um que ligaria a rua de Santos Pousada e o Campo 24 de Agosto a norte do edifício que hoje funciona como lar (o lar

17 Consultaram-se os desenhos não datados referentes a uma das propostas apresentadas, sabendo-se que o projecto foi sendo elaborado entre 1976 e 1981.

Nossa Senhora do Livramento) e outro sem saída paralelo aos blocos. Desconhece-se se a proposta para este terreno terá seguido o plano prévio, dado que o processo consultado não inclui elementos desenhados para este núcleo[18].

Na rua das Eirinhas havia alguns terrenos que estavam disponíveis, onde seriam construídos edifícios de dimensões relativamente pequenas e de baixa altura. Num terreno livre de maior dimensão, com cerca de 4.500m² e forte pendente para a rua do Bonfim a norte, estava previsto um conjunto de blocos que faria uma construção perimetral, formando um espaço central arborizado.[19]

Embora exista documentação que dá conta da continuidade de desenvolvimento do processo para a construção dos blocos A e B pela Associação de Moradores até 1982, de o projecto coordenado por Agostinho Ricca ter sido elaborado em detalhe e aprovado pela Câmara, chegando à fase de execução, e de o terreno ter sido cedido à Associação, a construção não terá avançado[20]. Presume-se que tal terá sido devido à impossibilidade de financiamento deste conjunto habitacional pelo Estado e à incompatibilidade entre a proposta para a concessão de empréstimo e a capacidade financeira dos moradores[21]. O mesmo terreno foi utilizado para a construção de um edifício muito semelhante ao bloco A em termos de volumetria, mas já não sob a coordenação de Ricca. O novo projecto destinado à Cooperativa dos Trabalhadores da Câmara do Porto ficou concluído em 1995, não servindo os moradores mal-alojados do Campo 24 de Agosto. No âmbito do Programa Especial de Realojamento, o Gabinete de Planeamento Urbanístico da Câmara elaborou em 1990 um estudo para o conjunto habitacional das Eirinhas que previa o prolongamento da rua do Monte do Bonfim e a regularização do traçado da rua e da travessa das Eirinhas, tomando-se como área de intervenção o espaço compreendido entre esses arruamentos. Contudo, até aos dias de hoje, e apesar de se terem construídos novos edifícios no terreno formado pelo cruzamento entre a rua do Monte do Bonfim e a rua das Eirinhas, essa área não sofreu quaisquer intervenções.



↑ Limite da área de intervenção do Programa Especial de Realojamento para o conjunto habitacional das Eirinhas, 1990.
© Arquivo Municipal do Porto

18 O único documento que contém informação sobre a proposta geral é uma memória descritiva datada de 25 de Junho de 1976. Cf. Brigada Técnica do Campo 24 de Agosto, [Memória descritiva], 25 de Junho de 1976, documento consultado no arquivo pessoal de Agostinho Ricca.

19 Brigada Técnica do Campo 24 de Agosto, [s.t.], 25 de Junho de 1976, documento consultado no arquivo pessoal de Agostinho Ricca.

20 Após o bloqueio feito ao Processo SAAL, a tutela do processo da operação do Campo 24 de Agosto passou para a Câmara Municipal. Como nesses documentos o nome da associação aparece como Associação de Moradores da Zona Campo 24 de Agosto e Eirinhas, presume-se que o núcleo de moradores envolvidos fosse já distinto.

21 Associação de Moradores da Zona Campo 24 de Agosto e Eirinhas, [Correspondência dirigida ao Eng. Civil Chefe da Direcção de Habitação do Norte], 24 de Julho de 1981, documento consultado no ADP.

OP25
OPERAÇÃO SAAL DAS FONTAÍNHAS



↖ Fotografia da encosta das Fontaínhas.
© Arquivo Alexandre Alves Costa, fotografia de Luíz Cunha

O lugar das Fontaínhas deveria ser um arrabalde da cidade intramuros, onde existiam algumas construções medievais e campos agrícolas. Aquele monte aproveitava a boa exposição solar da encosta voltada para o rio Douro e os cursos de água ali existentes. De facto, os mananciais de água daquela área passaram a abastecer outros locais da cidade, tendo sido construída uma bica nas Fontaínhas no final do século XVI para que a água estivesse à disposição da população[1]. O edifício do Matadouro foi edificado a partir de 1797, fazendo serventia daquela que viria a ser chamada de rua das Fontaínhas que, apesar de já constar na planta de George Balck de 1813, apenas seria regularizada posteriormente, e ligava as Fontaínhas ao campo de S. Lázaro[2].

A urbanização da área localizada entre o campo de S. Lázaro e a encosta sobre o rio Douro foi impulsionada pela abertura da rua Direita de Santo Ildefonso em 1778. Até então, S. Lázaro era um campo medieval onde se fundou uma ermida e um hospital (apesar de os registos existentes mencionarem que a gafaria teria sido edificada em 1521, presume-se que já existiria antes dessa data) que, em 1734, dariam lugar ao edifício do Recolhimento da Nossa Senhora da Esperança desenhado por Nicolau Nasoni[3]. A partir de 1720, no campo de S. Lázaro realizavam-se feiras importantes para a cidade, como uma feira anual e a feira semanal dos porcos[4]. Com a construção do colégio dos órfãos e das novas frentes de rua aquele espaço começou a regularizar-se e, em 1834, foi aprovado o projecto para o jardim de S. Lázaro, o primeiro jardim público da cidade.[5] Por volta de 1850, a Misericórdia construiu o Hospital de Lázaros e Lázaras na rua das Fontaínhas[6]. Já o edifício junto ao jardim de S. Lázaro ocupado pela biblioteca pública da cidade a partir de 1842 começou a ser construído em 1783 como convento franciscano, o convento de Santo António da Cidade[7]. O rossio

1 Cf. Marinho, Maria João, *A urbanização das Fontainhas: séculos XVIII-XIX*, Porto: Dissertação de Mestrado, FLUP, 2018, pp. 74-77.

2 Cf. Pinto, Jorge Ricardo, *O Porto Oriental no final do século XIX: um relato urbano*, Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 38.

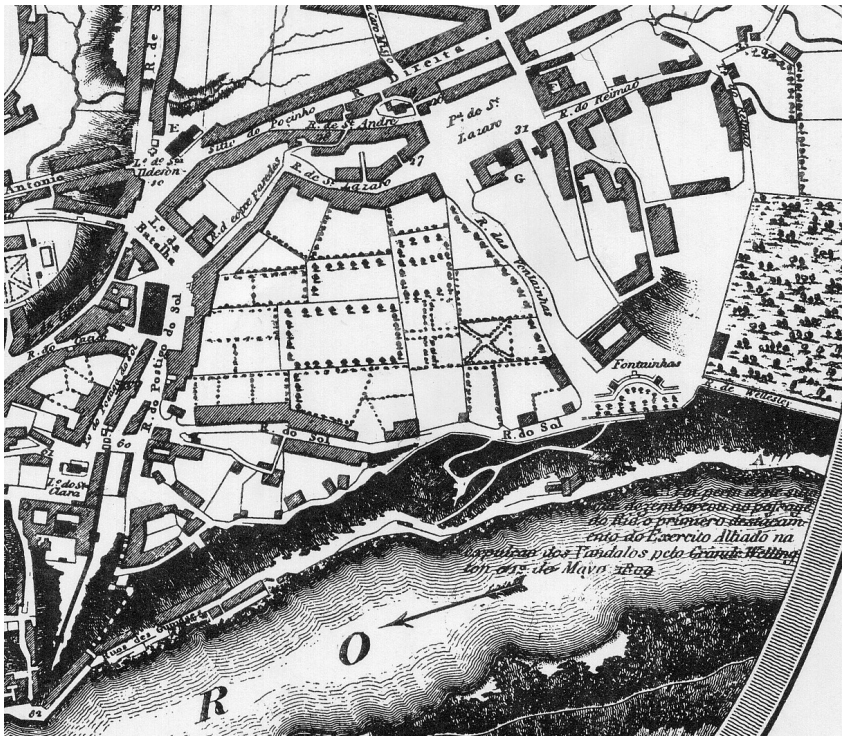
3 Cf. Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, pp. 204-205.

4 Cf. Pinto, Jorge Ricardo, *op. cit.*, 2007, p. 50.

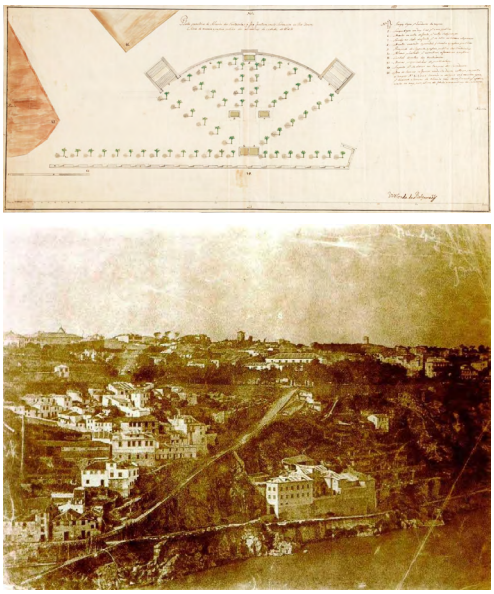
5 Cf. Ferrão, Bernardo José, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas, 1758/1813: Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*, Porto: Faup publicações, 1997 [1985], p. 211; Pinto, Jorge Ricardo, *op. cit.*, 2007, pp. 50-51.

6 Cf. Freitas, Eugénio, *op. cit.*, 1999, p. 205.

7 Cf. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73483, consultado a 5 Abril 2019.



↑ Excerto da planta redonda de George Balck de 1813 com a área das Fontaínhas.
© Arquivo Municipal do Porto



↗ "Planta geométrica da Alameda das Fontainhas (...)", [1800-20].
© Arquivo Municipal do Porto

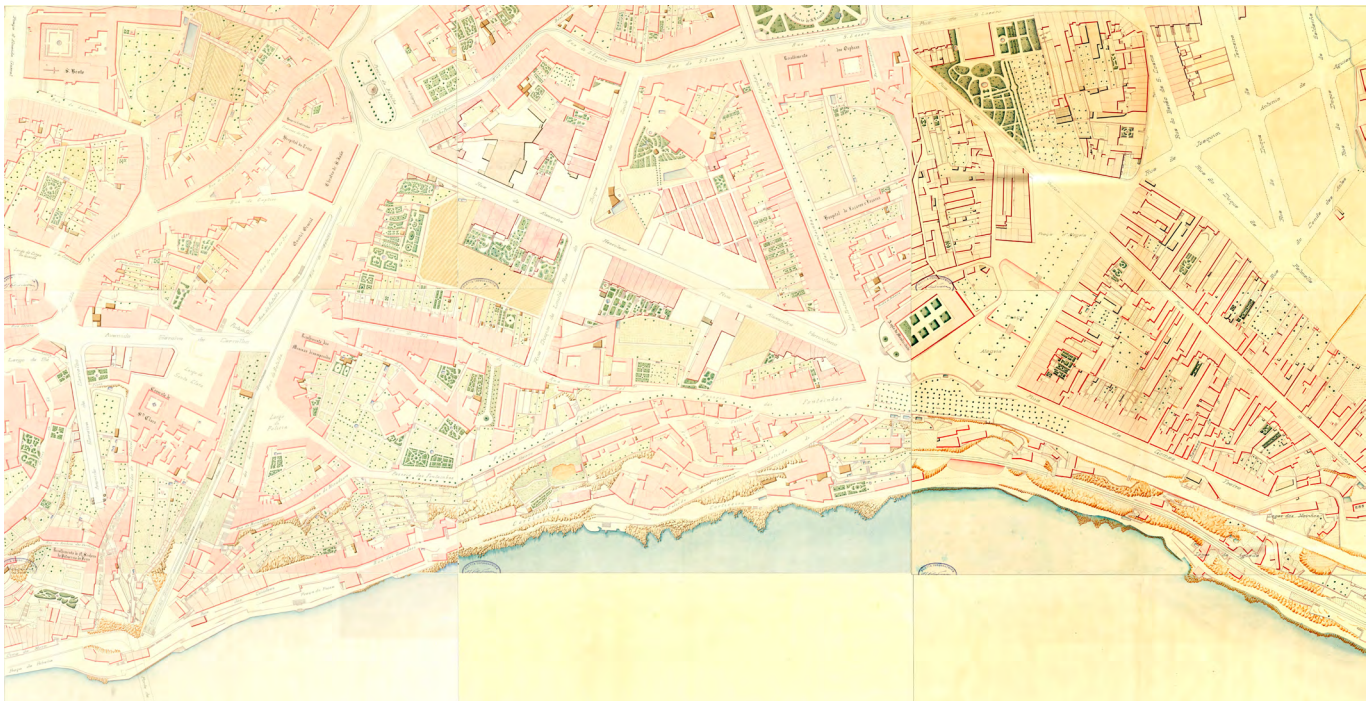
→ Fotografia dos Guindais e Corticeira.
© http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2015/05/as-carqueijeiras-porto.html, consultado em Dezembro 2020

da Batalha foi também urbanizado com a construção do edifício da Casa Pia (iniciado em 1792 e mais tarde convertido em quartel general) e do teatro de S. João (em 1796 iniciou-se a construção do edifício primitivo) que, através da rua do Sol, se conectavam à área das Fontaínhas[8]. Dá-se naquele lugar a transição entre a malha medieval e uma área de expansão da cidade que se pensava como um novo espaço de residência para a média e alta burguesia[9].

Para o melhoramento dos espaços da cidade, os Almadas criaram também espaços verdes, de que é exemplo a alameda das Fontaínhas, um local de passeio e recreio que foi aberto ainda no século XVIII e funciona como miradouro sobre o rio. A alameda foi sendo melhorada, com a plantação de árvores e a colocação de uma fonte e tanques para lavagem de roupa. Esse espaço seria estendido através da abertura da rua de Wellesley (actual rua Gomes Freire), seccionando a quinta da Fraga que até então ocupava o monte e se estendia até ao rio. Segundo Jorge Ricardo Pinto, com essas intervenções procurava-se recrear "o conceito barroco de abertura para a Natureza"[10].

No entanto, a área das Fontaínhas sofreu várias transformações com a instalação de indústrias nas imediações. Devido a problemas de saúde pública, e impulsionado pelas intervenções urbanas dos Almadas junto ao rio de Vila, os pelames e uma indústria de curtumes que ali se concentravam haviam sido deslocados para a encosta das Fontaínhas[11]. A fábrica de curtumes, transferida por volta de 1770 e identificável a partir da planta redonda de 1813, terá sido demolida nos anos seguintes para melhoramento da calçada da Corticeira (hoje calçada das Carquejeiras), mas os pelames ter-se-ão mantido até 1838, data em que se decide que, devido a questões sanitárias, estes deveriam ser novamente deslocados para espaços fora da cidade[12]. Também o edifício do matadouro construído nas Fontaínhas terá sido transferido para outra área devido aos maus cheiros, sendo convertido no Asilo da Mendicidade a partir de meados do século XIX. Estas actividades, mais sujas e menos nobres, eram incompatíveis com os melhoramentos efectuados na alameda das Fontaínhas no início do século XIX, transformada num

8 Cf. Ferrão, Bernardo José, *op. cit.*, 1997, p. 215.
9 Idem, p. 229.
10 Pinto, Jorge Ricardo, *op. cit.*, 2007, p. 40.
11 Esse plano específico consistia na criação da praça de Sant'Ana, uma praça semi-circular próxima da rua das Flores, o que levou à transferência dos pelames aí existentes (na rua dos Pelames e rua do Souto) para as Fontaínhas. Cf. Idem, p. 149; Ferrão, Bernardo José, *op. cit.*, 1997, p. 208.
12 Cf. Marinho, Maria João, *op. cit.*, 2018, pp. 89-93.



↑ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área das Fontaínhas. © Arquivo Municipal do Porto

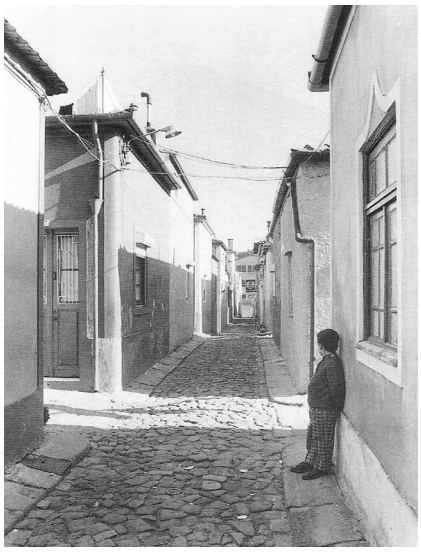
passeio público, gradeado, à semelhança do jardim de S. Lázaro, e utilizado para a socialização da classe burguesa da cidade.

Porém, na cota mais baixa da escarpa das Fontaínhas, junto à calçada da Corticeira, foi instalada uma fábrica de loiça – a Fábrica de Louça e Azulejos do Carvalhinho – que iniciou actividade em 1840[13]. A fábrica ocupava os terrenos da quinta do Carvalhinho, onde existia uma capela. Com o passar dos anos, esta indústria foi ganhando prestígio e sendo ampliada, o que se reflectiu também na necessidade de construção de habitação operária nas proximidades. Os operários fabris foram alojados em casas do tipo ilha na área da Corticeira, aproveitando as plataformas da escarpa com acesso através da rua da Corticeira. Também ao longo da rua de S. Vítor foram construídas ilhas para o alojamento da classe operária que trabalhava nos vários estabelecimentos fabris que se instalaram na área oriental da cidade. Estas transformações baixaram o estatuto da área, defraudando as expectativas criadas para o passeio público das Fontaínhas. Com a mudança de instalações da fábrica já nos primeiros anos do século XX, os edifícios na quinta do Carvalhinho terão sido ocupados por outras indústrias de cerâmica até aos anos 1960, altura em que entrariam em ruína[14]. As casas na Corticeira permaneceram ocupadas por moradores pobres.

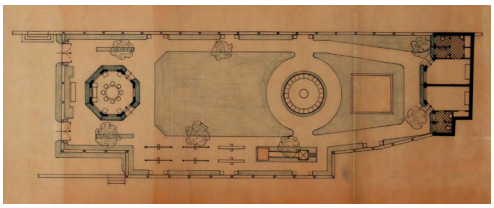
No miolo do quarteirão delimitado pelas ruas das Fontaínhas, Alexandre Herculano e Duque de Loulé foi também construído nas últimas décadas do século XIX um bairro operário. O bairro Herculano, do tipo ilha, era composto por 129 casas com um ou dois pisos e fazia parte de um empreendimento para aquele quarteirão que reservava 17 lotes individuais na rua Alexandre Herculano para a construção de habitação burguesa. Estes projectos haviam sido elaborados em simultâneo, embora, curiosamente, se tenha edificado primeiro a ilha, em paralelo às obras da rua Alexandre Herculano. Este investimento imobiliário visava um aproveitamento máximo da propriedade, adequando o tipo de construção aos diferentes tipos de relação com a rua e às classes destinatárias. Ainda que se tratasse de um bairro do tipo ilha, edificando casas com uma só frente e sanitários colectivos, as áreas das casas (entre 25 e 30m²) e a qualidade de construção eram superiores às das típicas casas de ilha e o bairro

13 Cf. Pinto, Jorge Ricardo, *op. cit.*, 2007, p. 132.

14 Cf. "Porto: porta da Capela da Quinta do Carvalhinho à Calçada da Corticeira, demolida em 1943", consultado em http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/263322/, consultado a 5 Abril 2019.









↑ Fotografias do bairro Herculano. © Teixeira, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: As ilhas do Porto*, Lisboa: F.C.G., 1996, pp. 364-365.

↗ Planta e fotografia do parque infantil Dancy Vargas, [1940]. © Arquivo Municipal do Porto

incluía equipamentos como uma capela com um pequeno jardim em frente, tanques para lavagem de roupa e uma mercearia. O facto de se tratar de um investimento mais avultado implicou que, para ser rentável, as casas fossem alugadas por um valor superior, o que era incomportável pelo operariado, e tampouco eram atractivas para as classes mais abastadas. Para além disso, a construção do bairro popular nas traseiras das casas burguesas e a transformação das imediações não permitiram que aquela área alcançasse um estatuto apelativo para a média e alta burguesia, que nessa altura se instalava em novas áreas de expansão da cidade. Com o endividamento dos investidores, a propriedade do bairro Herculano tornou-se mais retalhada e várias casas de dois pisos foram divididas em duas ou três habitações, o que aumentou a densidade de ocupação do bairro e degradou as condições habitacionais. Ainda que se tratasse de uma ilha de grande dimensão, a existência de duas entradas, atravessando o quarteirão, permitia uma melhor integração destes habitantes na estrutura da cidade, pese embora o estigma que lhe estava associado.[15]

A paisagem urbana da encosta das Fontaínhas sofreu profundas alterações com a abertura do túnel para o ramal que ligava a estação de Campanhã ao terminal da Alfândega a partir de 1888 e, alguns anos mais tarde, para o ramal que se prolonga até à estação de S. Bento. A construção da avenida marginal nos anos 1940 originou várias demolições e transformou de modo significativo o acesso e usufruto dos terrenos da encosta. No lado oriental da alameda das Fontaínhas foi construído entre 1939 e 1940 um parque infantil nomeado de Dancy Vargas para a recreação das crianças daquela área.

A concentração de vários bairros operários nas imediações das Fontaínhas, a que se somavam os casos de subaluguer de casas, fez daquela área um local de cariz popular, em que os problemas de insalubridade se foram agravando com o passar do tempo. A intensificação do tráfego rodoviário e a utilização do passeio das Fontaínhas como local de estacionamento de autocarros degradou também o espaço primeiramente pensado como área verde da cidade.

Através do contacto com os moradores da Sé, que haviam iniciado a operação SAAL em Outubro de 1974, os moradores das Fontaínhas começaram a organizar-se em Novembro do mesmo ano. Realizaram-se diversas assembleias, que levaram os moradores da área das Fontaínhas, Tapada, Corticeira e do bairro Herculano a solicitar, em Março de 1975, o apoio técnico do SAAL. Porém, devido

15 Cf. Teixeira, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: As ilhas do Porto*, Lisboa: F.C.G., 1996, pp. 331-367.



← Planta de renovação urbana da área ribeirinha, com indicação da unidade operacional das Fontaínhas, outras áreas de intervenção SAAL em curso, áreas de habitação urbana com pedido de intervenção SAAL, a área de intervenção do CRUARB e áreas de habitação degradada sem intervenção de renovação urbana, Dezembro 1976. © Arquivo Distrital do Porto

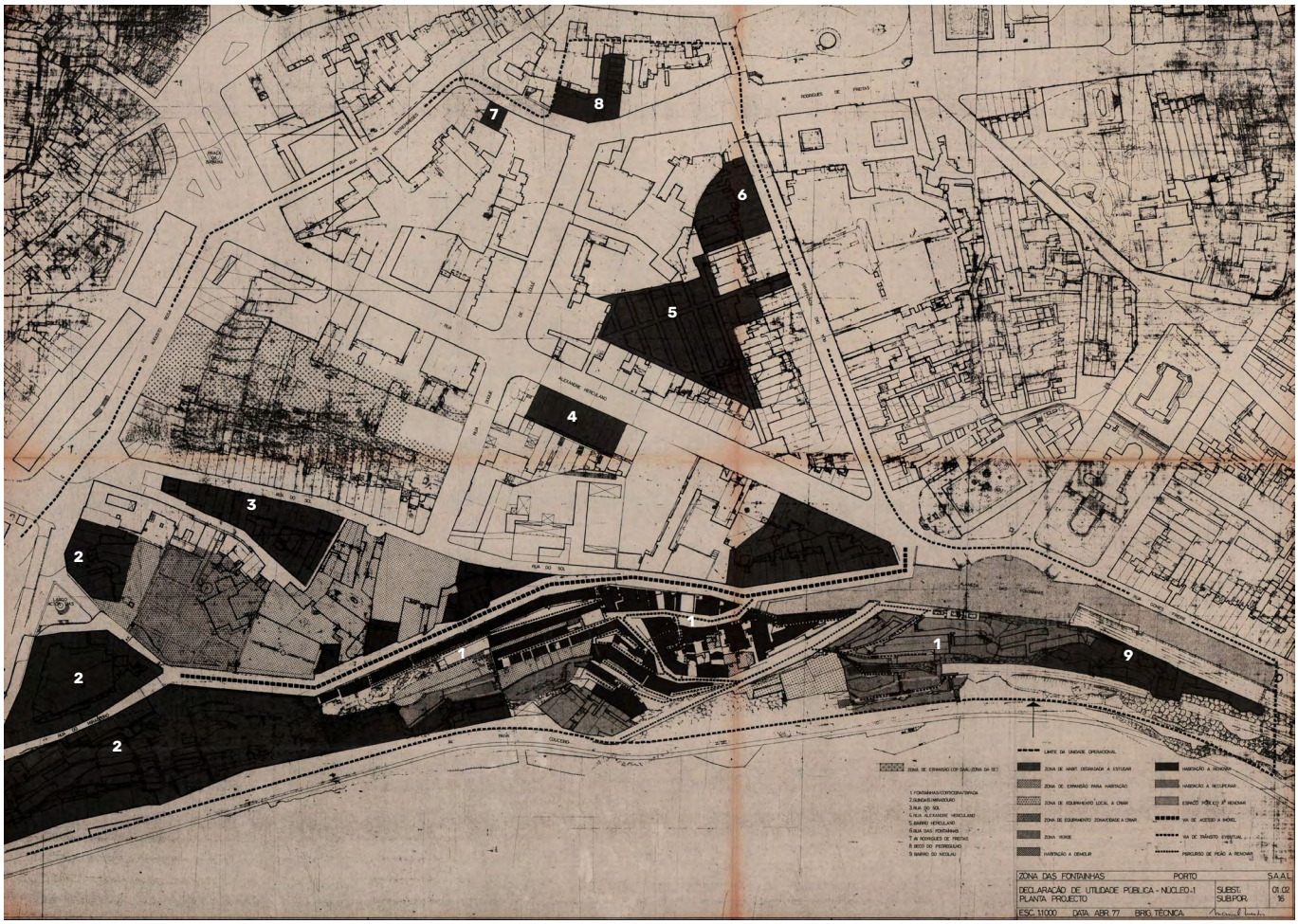
ao avolumar do trabalho do Serviço, apenas seria atribuída uma brigada técnica provisória em Julho do mesmo ano.

A Brigada, chefiada pelo arquitecto de 2.ª classe Manuel Mendes, inicialmente era também constituída por dois militantes do jornal *O Grito do Povo*, José Pereira Athayde e Armando Carvalho (que eram, respectivamente, estudantes de engenharia e de comércio e representantes da Comissão de Moradores no Conselho Revolucionário de Moradores do Porto), pela arquitecta Filomena Vasconcelos e pelos auxiliares técnicos José Pereira e Maria Conceição Veloso. O trabalho desta Brigada, que se prolongou até Dezembro de 1975, consistiu no estabelecimento da Unidade Operacional e na mobilização dos moradores. Porém, atrasos na definição desse perímetro e alguns problemas relacionados com a falta de autonomia entre o trabalho da Brigada e a Comissão de Moradores terão levado à reformulação da equipa técnica em Fevereiro de 1976. Em causa estariam contradições no seio da Brigada e o tipo de apoio fornecido aos moradores por alguns elementos que se imiscuiriam demasiado nas decisões da Comissão e adoptariam uma atitude paternalista, criando um ambiente hostil e contribuindo para a paralisação do processo desta operação. A nova Brigada manteve Manuel Mendes como arquitecto responsável e o auxiliar técnico José Pereira e passou a integrar os estudantes de engenharia Serafim Neves e José Júlio Silva (este último esteve afeto à Brigada somente até Novembro de 1976) e o desenhador José Queirós. O estudante de engenharia José Athayde ter-se-á mantido na Brigada até Julho de 1976.[16]

Embora a organização inicial dos moradores abrangesse apenas os núcleos das Fontaínhas, Corticeira, Tapada e bairro Herculano[17], o trabalho de inquérito foi alargado aos vários núcleos de habitação degradada existentes nas imediações – ainda que englobasse moradores que estavam alheados do processo em curso – e estes foram incluídos nos limites da Unidade Operacional. Esta postura evidenciava a reflexão em torno daquilo que deveria ser contemplado em cada processo e das várias etapas que as operações SAAL deveriam seguir para a prossecução dos trabalhos. Segundo a Brigada, só assim seria possível sistematizar soluções que pudessem ser aplicadas em situações análogas. Também na perspectiva de compreender melhor aquela área em relação com

16 Informações obtidas através da consulta dos relatórios de actividade da Brigada das Fontaínhas, depositados no ADP.

17 A primeira assembleia popular de moradores que compreendiam essas áreas foi convocada pelo grupo de habitação da Junta de Freguesia da Sé e realizou-se a 15 de Fevereiro de 1975. Os primeiros contactos haviam decorrido em Dezembro de 1974.



↑ Planta de projecto da operação SAAL das Fontaínhas, Abril 1977. Indicação dos núcleos a intervencionar: 1 - Fontaínhas/Corticeira/Tapada, 2 - Guindais/Miradouro, 3 - Rua do Sol, 4 - Rua Alexandre Herculano, 5 - Bairro Herculano, 6 - Rua das Fontaínhas, 7 - Av. Rodrigues de Freitas, 8 - Beco do Pedregulho, 9 - Bairro do Nicolau.
© Arquivo Distrital do Porto

o tecido urbano da cidade, foi elaborada uma planta que incluía a área ribeirinha, onde são assinaladas as áreas de intervenção SAAL e do CRUARB[18].

O perímetro da operação incluía a encosta e o passeio das Fontaínhas até sensivelmente metade da extensão da rua Gomes Freire, o núcleo dos Guindais, subia pelas ruas Augusto Rosa e de Entreparedes até à avenida Rodrigues de Freitas, incluindo as habitações do quarteirão a norte acedidas pelo beco dos Pedregulhos, e descia pela rua das Fontaínhas até à alameda. Apesar da proximidade com os núcleos servidos pela rua de Cimo de Vila, pela rua do Sol e pelas escadas do Codeçal, considerou-se que estes sectores deveriam ser objecto de intervenções individualizadas, visto apresentarem características muito específicas e que eram distintas das que se reconheciam nas casas das Fontaínhas. O facto de a operação SAAL das Fontaínhas abranger uma franja da cidade que estava compreendida entre o centro antigo e a parte oriental obrigava a um grande rigor na avaliação das áreas a integrar e da estratégia de intervenção a adoptar. Ainda assim, a operação congregava três sub-sectores: a parte sul, correspondente aos bairros na encosta; o bairro Herculano no interior de um quarteirão a norte; e uma série de casos dispersos e mais heterogéneos, mas incluídos na área delimitada.

A proposta de desenvolvimento da operação previa a recuperação dos seguintes núcleos: as habitações degradadas das Fontaínhas, Corticeira e Tapada; o quarteirão definido pelas escadas dos Guindais, a rua do Miradouro e o largo do Actor Dias; o quarteirão entre a rua do Sol e a rua de S. Luís; um grupo de casas na rua Alexandre Herculano; o bairro Herculano; algumas casas na rua das Fontaínhas; duas ou três casas no início da avenida Rodrigues de Freitas; as habitações

18 Brigada técnica da zona das Fontaínhas, "Declaração de Utilidade Pública – núcleo 1: renovação urbana – zona ribeirinha", Dezembro de 1976.

degradadas do beco do Pedregulho; e o bairro do Nicolau, este último a recuperar com urgência, bem como algumas construções ao fundo da escarpa das Fontaínhas, na avenida marginal[19]. Estes 9 núcleos totalizavam cerca de 950 fogos. Embora se tivesse como objectivo primeiro a renovação dos edifícios existentes, estes permitiriam realojar apenas cerca de 60% da população, prevendo-se o realojamento da restante população em construções novas a edificar nos terrenos a expropriar. Para tal, solicitava-se a cedência dos terrenos livres no quarteirão definido pelo passeio das Fontaínhas e pela rua do Sol, em que uma parte seria aproveitada como área de expansão para a construção de habitações novas e a outra parte, correspondente aos terrenos do Palácio de Seixas, para a criação de equipamentos que servissem uma área mais ampla. Estes terrenos seriam municipais, o que, em princípio, facilitaria a sua cedência à Associação de Moradores[20]. A alameda das Fontaínhas seria renovada, procurando resolver os problemas de falta de iluminação pública, degradação do pavimento, do fontanário e dos bancos de jardim e o problema das lixeiras. O interior do quarteirão definido pelas ruas do Sol, Duque de Loulé e Alexandre Herculano e alguns lotes na rua Augusto Rosa haviam sido destinados para a expansão da operação SAAL da Sé.

Em Junho de 1975, a Comissão de Moradores das Fontaínhas ocupou um edifício na rua Duque de Loulé com o número 32 para instalar a sua sede. Porém, para além deste equipamento, consideravam-se necessários outros, como um infantário, uma creche, salas de estudo, uma sala para a terceira idade, uma biblioteca infantil e para adultos, uma sala polivalente, balneários, lavadouros e espaços verdes. Já existia um sanitário público na alameda das Fontaínhas, mas não tinha cabinas de banho e os moradores desta área tinham de usar o balneário do Campo 24 de Agosto. O lavadouro da calçada da Corticeira necessitava de algumas obras, como a construção de uma cobertura e de um dispositivo que protegesse face aos ventos, a colocação de iluminação, o melhoramento do escoamento de águas e a construção de mais tanques, visto ser utilizado também pelos moradores da Sé. O recinto infantil na alameda das Fontaínhas manter-se-ia, tendo sido objecto de obras de beneficiação no início dos anos 1970[21]. Previa-se o aproveitamento do edifício antigo da fábrica de loiça da Corticeira, embora não se consiga depreender, através da documentação consultada, qual seria a sua utilização, e do Palácio de Seixas, um edifício do século XIX onde estava instalada a Associação de Deficientes do Trabalho e que serviria também para hospedar um infantário.



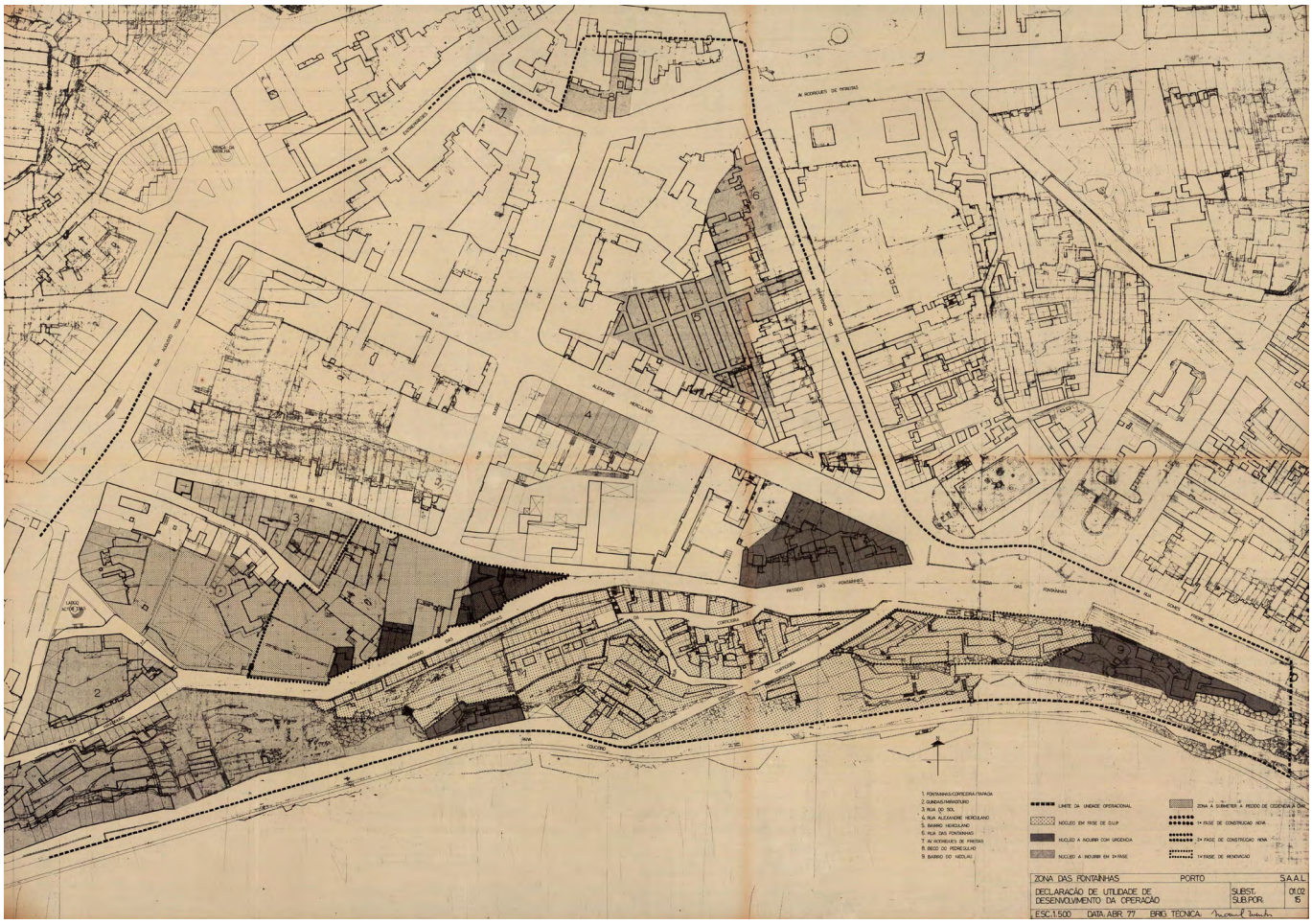
↑ Fotografia da encosta das Fontaínhas com o bairro da Tapada.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

O processo de Declaração de Utilidade Pública foi desenvolvido de forma mais aprofundada para o núcleo das Fontaínhas, Corticeira e Tapada, que era aquele em que a população estava mais empenhada e organizada. Embora os moradores do bairro Herculano estivessem bastante mobilizados no início, os atrasos no processo levaram à sua desmobilização. Ainda assim, propunha-se

19 Brigada técnica da zona das Fontaínhas, "Declaração de utilidade de desenvolvimento da operação", Abril de 1977.

20 Apesar disso, estes terrenos não foram destinados à Associação de Moradores da Zona das Fontaínhas, que foi constituída em Maio de 1976 e teve os seus estatutos publicados em Junho de 1976.

21 Repartição das Obras Municipais, "Jardim infantil na alameda das Fontainhas: obras de beneficiação", 1971, consultado em http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/596011/, consultado a 5 Abril 2019.



↑ Planta com a indicação das fases de desenvolvimento da operação por núcleo, Abril 1977.
© Arquivo Distrital do Porto

a renovação e recuperação daquela área urbana respeitante ao perímetro definido para a unidade operacional, incluindo a consolidação da encosta e a renovação dos espaços exteriores. Tentar-se-iam manter as características dominantes e os percursos existentes, aproveitando as plataformas do terreno para a criação de espaços verdes que serviriam de apoio a outras funções. A estrutura viária seria melhorada, mas sem prever um aumento do caudal de circulação, e vedar-se-ia a alameda das Fontaínhas ao tráfego de modo a reservar aquele espaço enquanto área de lazer da cidade (já que naquela altura servia como parque de estacionamento de autocarros).

O núcleo das Fontaínhas, Tapada e Corticeira englobava 342 fogos, correspondente a 906 moradores, apesar de os fogos aderentes serem apenas 276. A maioria das habitações eram recuperáveis, e as áreas com construções em ruína ou onde haviam sido feitas demolições serviriam como áreas de expansão ou espaços verdes. O muro da calçada da Corticeira deveria ser melhorado e a rua da Corticeira, espaço primordial de acesso aos vários bairros e para o convívio e recreio dos moradores, deveria ser preservada enquanto prolongamento do espaço habitável.

A nascente da calçada da Corticeira, as plataformas superiores da encosta seriam recuperadas (correspondentes a várias ilhas, entre as quais o Bairro Vila Maior, a ilha do Cantarinho e a ilha dos Tanques) e as plataformas inferiores serviriam como espaços verdes, aproveitando o jardim da antiga quinta do Carvalhinho. O bairro do Nicolau, não incluído neste núcleo, constituir-se-ia como uma área degradada a estudar e as antigas construções entre esse bairro e as ilhas recuperadas seriam convertidas em área verde. O edifício da antiga fábrica de loiça, como foi referido, seria utilizado para albergar um equipamento local.







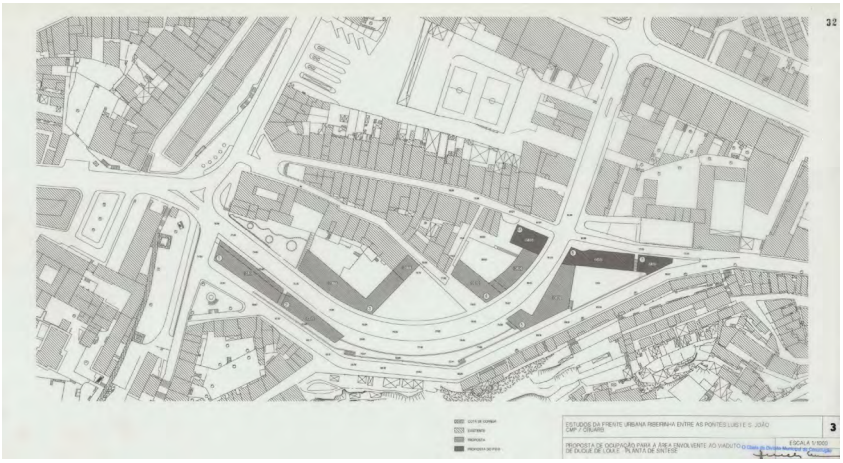
← Fotografias das obras de demolição para a construção de viaduto na rua Duque de Loulé, anos 1970.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

↑ Planta com as propstas do Plano Director de 1962, Dezembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

A poente da calçada da Corticeira, as ilhas – que incluíam os bairros da Tapada, Maria Vitorino, Olímpia, Pinheiro da Fonseca e outros – e as casas ao longo da rua da Corticeira seriam renovadas. Alguns anexos ou construções pontuais seriam demolidos de modo a permitir ligações entre os diversos espaços. Na ilha Maria Vitorino, pequenas faixas de terrenos livres seriam usadas como área de expansão da habitação, nomeadamente a norte, poente e sul, sendo que as faixas nas cotas mais baixas seriam reservadas como espaço verde. Tentar-se-ia estabelecer uma articulação intensa entre as novas habitações e os espaços de pátio, de estar ou percursos, procurando relações análogas com as construções a renovar. Quanto às construções implantadas na cota mais baixa, junto à marginal, seriam recuperadas.

Alguns edifícios ao longo do passeio das Fontaínhas, no quarteirão delimitado também pela rua do Sol, seriam renovados e os terrenos livres seriam utilizados como área de expansão para a construção de novas habitações. O terreno do palácio de Seixas seria utilizado para a criação de equipamentos que servissem aquela área da cidade, possivelmente adaptando o edifício para a instalação de um infantário e os espaços livres para lugar de passeio e descanso, servindo outras áreas vizinhas para além da operação SAAL das Fontaínhas.

O maior entrave para a prossecução da operação das Fontaínhas foi a incompatibilidade com o Plano Director de 1962. Com o objectivo de fomentar o desenvolvimento do sector terciário no centro da cidade e a sua turistificação, o Plano previa a demolição quase integral da malha urbana antiga e a reorganização da rede viária de modo a permitir deslocações mais velozes, o que implicava também a construção de parques de estacionamento. Na encosta das Fontaínhas propunham-se demolições de larga escala e, na área a poente, o prolongamento da rua Duque de Loulé e a construção de um viaduto implicavam a destruição quase total do quarteirão definido pela rua do Sol, passeio das Fontaínhas e rua Augusto Rosa. Nesses terrenos seriam edificados vários blocos que, juntamente com o viaduto, imporiam uma nova escala àquela área da cidade. A proposta da operação SAAL das Fontaínhas para a reestruturação urbana consistia na preservação do tecido existente, o que entrava em clara contradição com a proposta de ruptura e renovação urbana do Plano Director. A viabilidade da operação estava pendente da execução ou não desse Plano, o que acabou por se confirmar, com as demolições operadas para a construção do viaduto General Sousa Dias, debaixo do qual se construiu um parque de estacionamento que bloqueou



↑ Planta de síntese da proposta de ocupação para a área envolvente ao viaduto de Duque de Loulé, indicando a proposta do PER e os estudos elaborados pela Câmara e pelo CRUARB, [1996-98].
© Arquivo Municipal do Porto

a continuidade do passeio das Fontaínhas enquanto elemento de ligação entre as Fontaínhas e o núcleo dos Guindais. Daquilo que se havia previsto para a operação SAAL, nada se realizou.

A posição geográfica da operação das Fontaínhas, localizada entre as operações da Sé e de S. Vítor, e sua a análise enquanto parte integrante da frente ribeirinha da cidade permitiam apontar estratégias de intervenção articuladas com um espaço mais abrangente e com uma ideia global da cidade. Essa percepção é notória pelo estudo das áreas de expansão e de equipamentos colectivos que visavam também áreas limítrofes e intermédias respeitantes a outras operações em curso e a áreas que não constituíam objecto de intervenção àquela data. Nesse sentido, as reuniões de zona, que no caso desta operação correspondiam à zona 5 que contemplava também as operações da Sé e Miragaia, não seriam suficientes para avaliar as condições e necessidades específicas da operação das Fontaínhas caracterizada por ser uma área de transição entre o centro antigo e a parte oriental da cidade[22].

Com a construção da ponte do Infante, os bairros da encosta localizados a nascente da calçada da Corticeira foram demolidos, embora os lavadouros tenham sido mantidos. No lado poente, derrocadas na escarpa deixaram desalojadas cerca de 50 famílias do bairro da Tapada, tendo sido apresentada uma proposta, inicialmente integrada no Programa Especial de Realojamento, para a construção de fogos para essas famílias através de uma cooperativa. Esses fogos foram construídos na rua do Sol, tendo sido adquiridos por moradores ou familiares de moradores da freguesia da Sé[23]. Noutros núcleos, como no bairro de S. Nicolau, os moradores foram despejados pela Câmara em 2013 e as suas casas foram demolidas, alegadamente devido à instabilidade da encosta[24]. Simultaneamente, foi aprovada a construção do hotel Eurostars na cota baixa da escarpa, junto à marginal.

A recente ocupação das plataformas da encosta para a criação de hortas, que beneficiam da boa exposição solar e dos cursos de água existentes, trouxe uma nova dinâmica àquele espaço que, assolado pelo aumento do turismo, recupera agora novas formas de vida local. A iminência da realização de um projecto camarário que visa o aproveitamento do ramal da Alfândega para a construção de uma ciclovia poderá integrar ou, pelo contrário, destruir este novo movimento popular da cidade.

22 Nos documentos consultados relativos às reuniões de zona, a Brigada das Fontaínhas tece críticas quanto ao funcionamento das reuniões, que corresponderiam mais a formas de controlo burocrático do que a sessões de discussão dos trabalhos em curso. Cf. Documento relativo à reunião de zona 5, 19 de Maio de 1976, documento consultado no ADP.

23 Cf. Luísa Pinto, "Cooperativa experimenta habitação de luxo a custos controlados nas Fontainhas", *Público*, 27 Junho 2008, disponível em: https://www.publico.pt/2008/06/27/jornal/cooperativa-experimenta-habitacao-de-luxo-a-custos-controlados-nas-fontainhas-266567, consultado a 5 Abril 2019.

24 Cf. Patrícia Carvalho, "Câmara do Porto vai avançar com demolição do Bairro do Nicolau nas Fontainhas", *Público*, 22 Junho 2013, p. 16; "Bairro de S. Nicolau no Porto está a ser despejado", disponível em: https://portocanal.sapo.pt/noticia/4823, consultado a 5 Abril 2019.

OP26
OPERAÇÃO SAAL DA LOMBA



↖ Fotografia da manifestação de moradores contra o fascismo e pelo fim da paralisação do Processo SAAL, na qual participaram os moradores da área da Lomba, 17 Janeiro 1976.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

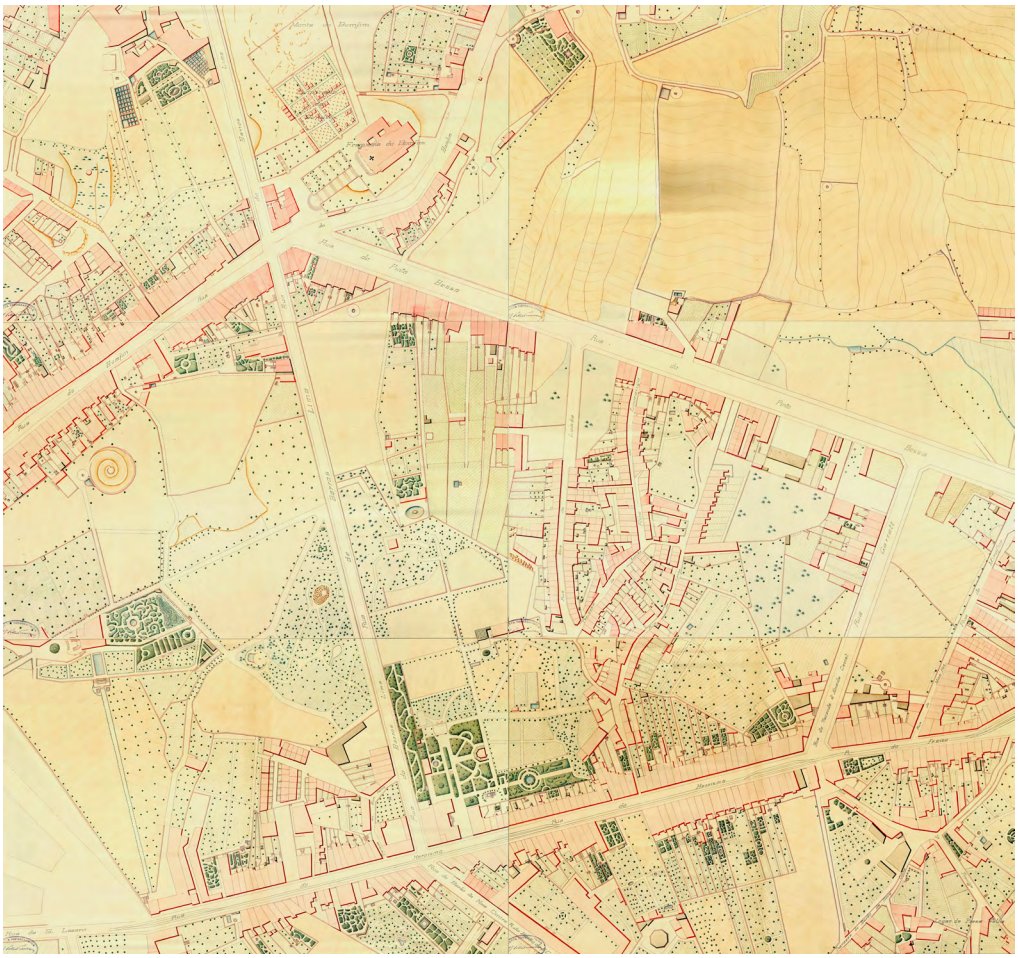
Os moradores da área da Lomba requereram o apoio técnico do SAAL em Abril de 1975. Esta área residencial terá sido edificada de raiz durante o século XIX para alojar os operários que trabalhavam em indústrias localizadas nas imediações. Não correspondia, portanto, a uma área de expansão burguesa em que a construção das ilhas derivava da rentabilização dos espaços de logradouro dos lotes já edificados, mas sim da urbanização de uma área rural que, pela proximidade com a estação de Campanhã, viu o surgimento de uma actividade fabril volumosa e, como noutros locais da cidade, foi densificada a partir da construção de habitação operária.

O lugar da Lomba, tal como se pode depreender a partir do seu topónimo, tratava-se da cumeada de um monte que já era assim designado no século XVII[1]. Com as lutas liberais, nos anos 1830 construíram-se fortificações e lá foi edificada uma bateria de defesa, a bateria da Lomba. A partir de uma gravura da bateria da Lomba pode verificar-se como existiam algumas construções naquele lugar e numa planta onde as fortificações são representadas observa-se como já existiria alguma urbanização ao longo dos caminhos de feição rural, num momento em que apenas estavam representadas as ruas do Heroísmo, de António Carneiro e do Bonfim[2]. Comparando a planta de 1832 com a planta de Teles Ferreira de 1892 ou com o estado actual daquela área pode depreender-se que o traçado orgânico desses caminhos se manteve, em contraste com a criação de vias ortogonais e de maior tráfego que regularizaram o desenho dos quarteirões. Ainda no século XIX, foram executados alguns projectos para o prolongamento da nova travessa da Lomba e para o alargamento e alinhamento da rua e travessa da Lomba[3]. Estas obras terão sido impulsionadas pela abertura da contígua rua Pinto Bessa, uma grande artéria de ligação entre a igreja do

1 Cf. Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 210.

2 Cf. "Bateria da Lomba, após o ataque de 29 de Setembro de 1832", reprodução de desenho, 191-, disponível em http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/301735/, consultado a 29 Agosto 2020; "Plano topográfico da cidade do Porto impresso em Londres em 1813, e continuado aos seos subúrbios em 1832 (...)", 1832.

3 Cf. S.a., "Projecto de prolongamento da travessa da Lomba até encontrar a rua Pinto Bessa", 18-- e Município do Porto, "Projecto do alargamento e alinhamento da rua da Lomba, 1886, documentos consultados em http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/22705/; Município do Porto, "Alinhamento da travessa da Lomba", 1906, documento disponível em http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/532615/, consultados a 29 Agosto 2020.



↗ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área da Lomba.
© Arquivo Municipal do Porto

Bonfim e a estação de Campanhã que já aparece representada na planta de 1892. A área da Lomba permaneceu como um aglomerado denso, mas com uma escala de construção baixa no interior do quarteirão definido pelas ruas de Pinto Bessa, António Carneiro, Heroísmo e Padre António Vieira, tendo como centro nevrálgico a rua da Lomba. Apesar de ter sido alargada em vários troços, a rua da Lomba ainda mantém uma largura bastante estreita na entrada pela rua do Heroísmo (com apenas 2 metros de largura). Várias indústrias foram instaladas naquele quarteirão já no século XX, como a fábrica de sedas Lionesa na rua António Carneiro (n.º 302), uma estância e serração de madeiras A. Silva Marta na rua Vera Cruz (n.º 63), a fábrica portuguesa de Passamanarias na rua da Lomba (n.º 153, onde actualmente está instalada a fundação da AMI) e uma estância de madeiras e armazém de ferro e aço na rua António Padre Vieira (n.º 77). No fundo da travessa Vera Cruz, actual rua Silva Pereira, existe um horto. A urbanização das ruas de maior dimensão foi sendo realizada no período subsequente, verificando-se um desenvolvimento maior a partir dos anos 1960[4]. A abertura da rua Frei Heitor Pinto, uma nova penetração mais larga no interior do quarteirão possivelmente realizada no final dos anos 1940[5], e a construção do grupo escolar com o mesmo nome a partir de 1960[6] e de uma grande indústria (possivelmente um armazém de produtos químicos) situada em frente a esta incrementariam a escala das

4 Informações recolhidas através da consulta dos documentos de análise elaborados pela Brigada. Cf. Brigada técnica da zona da Lomba, "Definição da Unidade Operacional: identificação da zona", Dezembro de 1975, documento consultado no ADP.

5 Cf. "Arranjo do terreno municipal junto ao novo arruamento ligando a Rua do Heroísmo com a Rua da Lomba", 1948, disponível em http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/174/, consultado a 20 Abril 2019.

6 Este grupo escolar, que conjuga ensino primário e jardim de infância, terá começado a ser projectado em 1950 por Alexandre José de Sousa, existindo desenhos relativos ao mesmo projecto de 1960, e estaria concluído em 1962, a julgar pelos registos fotográficos existentes. Cf. "Grupo escolar primário do Freixo e Pinto Bessa", 1950, disponível em http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/649356/, http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/608783/?q=rua+frei+heitor+pinto "Grupo escolar Frei Heitor Pinto", 1962, disponível em http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/295977/, consultados a 20 Abril 2019.



↖ Excerto do caderno do levantamento fotográfico realizado pela Brigada.
© Arquivo Distrital do Porto

edificações no interior do quarteirão, salientada pela criação de um alargamento nesse cruzamento. Existiria também um armazém de sucata de veículos num terreno sobrante com acesso pela rua da Lomba (n.º 128).

Os moradores da área da Lomba foram vendo as suas condições habitacionais já precárias a deteriorarem-se. O pedido de intervenção SAAL elaborado em Abril foi acedido em Julho de 1975 e formalizou-se o contrato da brigada técnica em Setembro de 1975. Esta era constituída por Cristiano Moreira como arquitecto chefe, o arquitecto José Ramos Coutinho, as assistentes sociais Maria Beatriz Almeida e Maria Manuela Ramos, o estudante de arquitectura Júlio Matos e o desenhador Rui Santos. Com a definição da unidade operacional, Maria Manuela Ramos sai da Brigada e é substituída pela também assistente social Maria Luísa Pinto. José Ramos Coutinho e Júlio Matos também se desvinculam da Brigada, integrando-se o estudante de arquitectura Mário Ramos. Talvez pela situação de proximidade, a Brigada partilha alguns técnicos com a operação SAAL do Heroísmo, nomeadamente o arquitecto chefe Cristiano Moreira, a assistente social Maria Beatriz Almeida e o arquitecto José Ramos Coutinho, pese embora este último se tenha desvinculado da operação da Lomba.

A Brigada deparou-se com um conjunto heterogéneo a nível formal, compreendendo ilhas, moradias e blocos de apartamentos. As ilhas, na sua maioria, haviam sido construídas no final do século XIX, tal como se pode verificar a partir da planta de Teles Ferreira. Nos documentos da Brigada é referido que, das 27 ilhas contabilizadas à data, 21 já apareciam representadas nesta planta de 1892. Estas ilhas eram variadas na sua conformação, estando organizadas a partir de corredores laterais ou centrais, alguns deles paralelos à rua de acesso, ou em torno de um pátio. Na maior parte dos casos, os espaços de logradouro eram bastante exíguos. Embora muitas casas não fossem do tipo ilha, apresentavam áreas diminutas e problemas de salubridade semelhantes aos das ilhas. A área havia sido densificada em relação à planta de 1892, com a subdivisão dos loteamentos e das casas e a construção de mais fogos nos terrenos que ainda estavam livres. Assim sendo, em 1975 os bairros operários ocupavam cerca de 45% do espaço interior do quarteirão.[7]

De modo a englobar os vários casos de habitação degradada, a unidade operacional foi determinada a partir dos núcleos existentes no interior do quarteirão definido pelas ruas António Carneiro, Heroísmo, Padre António Vieira e Pinto Bessa. A poente, era delimitada pelo terreno do liceu Rainha Santa Isabel (onde actualmente está a instalada a

7 Cf. Brigada técnica da zona da Lomba, "Zona da Lomba: Processo de declaração de utilidade pública: memória descritiva e justificativa", Novembro de 1976, documento consultado no ADP.



→ Fotografia da sede da Associação de Moradores da Lomba, Setembro 2020.
© Ana Catarina Costa

Direcção Regional de Educação do Norte) e a nascente incluía a área respeitante ao grupo escolar Frei Heitor Pinto. Embora inicialmente se contemplasse uma construção perimetral localizada no cruzamento da rua Frei Heitor Pinto com a rua do Heroísmo, na planta referente ao processo de Utilidade Pública esta já não aparece identificada.

Apesar de existirem alguns equipamentos escolares nas proximidades que eram utilizados pelos moradores da Lomba, como o grupo escolar Frei Heitor Pinto onde funcionava uma escola primária com 14 salas de aula e o liceu Rainha Santa Isabel, aquela área estava mal servida em termos de creches, jardins de infância, salas de estudo, postos médicos e equipamentos de apoio à terceira idade. Na rua do Heroísmo existiam mercearias, artesanatos, uma taberna e outros espaços de comércio. O cine-teatro Odéon situado na rua Pinto Bessa funcionava como equipamento cultural que poderia ser frequentado pelos moradores. Porém, em termos das infra-estruturas no miolo do quarteirão, seria necessário melhorar o sistema de saneamento e a pavimentação das ruas e instalar iluminação nos espaços comuns das ilhas, que era inexistente. A iluminação das várias ruas no interior do quarteirão era também insuficiente.

Em Maio de 1976, os moradores conseguiram obter um espaço no número 24 da rua Vera Cruz para instalar a sede da Associação. Foram os próprios moradores que realizaram obras de reparação e adaptação no edifício, que terá ficado concluído por volta de Abril de 1977[8]. A existência de um espaço de reunião contribuiu significativamente para a organização e mobilização dos moradores[9]. Com a formação de um núcleo cultural da Associação, foram realizados cursos de alfabetização da população e outras actividades culturais. Este núcleo era também responsável pela elaboração do jornal "A Voz da Lomba" e de boletins informativos sobre o processo em curso. A Associação estava empenhada em perceber os casos de arrendamento e ocupações que se verificavam e em estabelecer contactos com os senhorios. Organizou campanhas de saúde e higiene que se focaram nos problemas de acumulação de lixo nos terrenos das casas que haviam sido demolidas e nas questões de saúde e mal-nutrição. Nesse sentido, os moradores foram mobilizados para a limpeza das lixeiras que serviam como espaço de recreio para as crianças do bairro e distribuíram-se desinfectantes devido à existência de um surto de cólera. O único fontanário existente, localizado na rua Vera Cruz, era insuficiente para aquele agregado habitacional, estando a uma distância de cerca de 200 metros de algumas casas que não dispunham de abastecimento de água[10]. Faz-se referência à existência de tanques colectivos que, entretanto, haviam sido demolidos, pese embora não haja menções quanto à intenção de construção de novos tanques.

8 Só em 1977 é que os moradores terão constituído a Associação de Moradores, que até lá funcionava como Comissão de Moradores. Actualmente, a sede da Associação de Moradores da Lomba continua instalada no mesmo espaço.

9 Conforme mencionado nos relatórios mensais da Brigada. Cf. Brigada técnica da Lomba, "Relatório de Maio de 1976", Maio de 1976, documento consultado no ADP.

10 Inquilinos de ilhas e prédios situados nas rua e travessa da Lomba, Rua de Vera Cruz e Rua do Lourenço, [Pedido de apoio técnico do SAAL], 24 de Abril de 1975, p. 3, documento consultado no ADP.



← Planta de projecto da operação SAAL da Lomba, com indicação das áreas habitacionais a recuperar, das áreas reservadas à expansão, dos equipamentos colectivos e das unidades industriais existentes, Outubro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

No processo de declaração de utilidade pública, o levantamento realizado dá conta de uma população de 1.065 moradores correspondente a 417 agregados familiares. Dos 425 fogos existentes, 29 estavam demolidos, 163 em más condições, 170 em estado razoável, 46 em boas condições e 17 num estado de ruína. Excluindo os fogos demolidos, o total de fogos habitados era de 396, que estavam distribuídos por 13 T0, 91 T1, 233 T2, 48 T3, 8 T4 e 3 T5. Desses 396 fogos, 208 tinham instalações sanitárias privadas, 187 usavam instalações colectivas e um fogo não tinha qualquer usufruto de instalações sanitárias.[11]

A estratégia de intervenção passava pela recuperação, sempre que possível, das construções existentes. Isso implicava um respeito pelas características morfológicas daquele conjunto, relacionadas com o perfil dos arruamentos e a topografia do terreno, bem como das características físicas predominantes das construções. Ainda assim, procurava melhorar-se a circulação nos diversos arruamentos, que seria complementada pela criação de uma rede de percursos pedonais, com o objectivo de interligar os diversos núcleos e reduzir o seu isolamento. Este isolamento seria mais evidente pela inexistência de um atravessamento entre as casas situadas na parte norte do aglomerado (entre as ruas Vera Cruz, do Lourenço e da Lomba). Deveriam ser criados espaços livres que permitissem o prolongamento das habitações para o exterior. Quanto às casas que se encontravam em estado ruinoso, deveriam ser demolidas para a construção de novos fogos (nos talhões do quarteirão delimitado pela travessa e rua da Lomba).

11 Cf. Brigada técnica da zona da Lomba, "Zona da Lomba: Processo de declaração de utilidade pública: memória descritiva e justificativa", Novembro de 1976, documento consultado no ADP. No processo de definição da unidade operacional havia-se indicado a existência de mais de 460 fogos para um total de 1189 pessoas.

Face à densidade habitacional verificada nos fogos existentes, os vários terrenos livres do interior do quarteirão seriam expropriados para a expansão habitacional e para reservar espaços livres. Elaborou-se um levantamento desses vários terrenos que incluíam: os logradouros das moradias da rua do Heroísmo (talhões 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4); os terrenos onde tinha havido demolições e que estavam sem qualquer utilização a não ser como local para depósito de lixo (talhão 2.5); um espaço de quintal da casa na rua Vera Cruz com o número 35 (talhão 7.15); os terrenos contíguos às ilhas que seriam aproveitados para o seu prolongamento (talhão 3.2); o terreno situado entre o liceu Rainha Santa Isabel e a travessa da Lomba (talhão 1.7); e ainda um terreno municipal que estava a ser utilizado como espaço de cultivo por um morador da rua da Lomba (talhão 1.6)[12]. Propunha-se a instalação de um equipamento colectivo num espaço correspondente aos logradouros das casas da rua do Heroísmo. Previa-se ainda a realização de obras de emergência nalguns fogos, operação que se tomava como prioritária face ao estado de degradação em que se encontravam. Desconhece-se, contudo, se estas obras terão avançado[13].

A elaboração do processo de definição de utilidade pública apenas em Novembro de 1976 torna claro, por comparação com aquilo que se verificou nas restantes operações após a paralisação do programa SAAL, que as várias propostas não tenham avançado. Caso o processo tivesse tido continuidade, presume-se que se empreenderia um tipo de intervenção semelhante ao proposto para a área do Heroísmo, no qual os projectos para o melhoramento das ilhas consistiam na união das células habitacionais (aumentando as áreas e reduzindo a densidade de ocupação), no acrescento de pisos, na extensão do núcleo das ilhas para espaços livres e na reserva de espaços intermédios para desafogo e encontro dos moradores.

Ainda assim, mesmo após a extinção do SAAL, a Associação de Moradores da Lomba manteve-se activa, a julgar pelo aproveitamento do terreno situado entre o liceu Rainha Santa Isabel e a travessa da Lomba para a construção de um ringue desportivo e um espaço de jardim[14]. À semelhança do que aconteceu em áreas respeitantes a outras operações SAAL, em Março de 1979 os serviços camarários, entretanto responsáveis pela articulação com as operações SAAL, apresentaram um projecto para a construção de blocos de habitação normatizados de 4 pisos que ocupavam o interior do quarteirão da área da Lomba. O aglomerado existente, consolidado no século XIX, seria praticamente todo demolido, alterando-se a escala de construção daquele lugar e abandonando a memória dos caminhos de feição rural. Manter-se-ia apenas o arranque das ruas da Lomba, Vera Cruz e do Lourenço a partir das ruas do Heroísmo e Pinto Bessa, sem que essa traça se repercutisse na conformação dos novos blocos no espaço central, agora desvinculados dos arruamentos. O projecto camarário não foi realizado, estando neste momento em curso, no âmbito do programa Habitar Porto, a elaboração de um projecto para a recuperação de várias ilhas na área da Lomba[15].

12 Cf. Brigada técnica da zona da Lomba, "Zona da Lomba: Processo de declaração de utilidade pública: memória descritiva e justificativa", Novembro de 1976, documento consultado no ADP; Brigada técnica da Lomba, "Processo de declaração de utilidade pública: Planta cadastral", esc. 1/500, Outubro de 1976, disponível em https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/viewer?id=410075, consultado a 20 Abril 2019.

13 Documentos datados de Novembro de 1976 identificam várias obras de reparação de casas (rua da Lomba n.º 18; casas 7 e 8 da rua do Lourenço n.º 5; casa 6 da rua Pinto Bessa n.º 113; casa 1 da rua Vera Cruz n.º 23ª). Cf. Brigada técnica da Lomba, "Zona da Lomba", Novembro de 1976, documento consultado no ADP.

14 Este recinto foi inaugurado em 2003, tendo sido objecto de reabilitação em 2018, numa parceria entre a Associação de Moradores da Lomba e a Câmara Municipal do Porto. Cf. "Câmara reabilita ringue desportivo da Associação de Moradores da Lomba", 28 Março 2018, disponível em: http://www.porto.pt/noticias/camara-reabilita-ringue-desportivo-da-associacao-de-moradores-da-lomba, consultado a 30 Setembro 2020, consultado a 20 Abril 2019.

15 Este programa está integrado no "*Masterplan* estratégico da zona Oriental do Porto" e resulta da parceria entre a Associação Relatos Quotidianos, a Junta de Freguesia do Bonfim, a Junta de Freguesia de Campanhã e a Divisão Municipal de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal do Porto, em colaboração com o grupo de investigação Morfologias e Dinâmicas do Território (MDT) do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU) da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP).

OP32
OPERAÇÃO SAAL
CEDOFEITA CARVALHOSA



↖ Fotografia de manifestação de moradores contra o fascismo e pelo fim da paralisação do Processo SAAL, na qual participou a Comissão de Moradores de Cedofeita, 17 Janeiro 1976. © Arquivo Alexandre Alves Costa

Apesar de os moradores mal-alojados da área de Cedofeita terem elaborado um pedido de intervenção SAAL em Janeiro de 1975, e de os moradores da Carvalhosa estarem em contacto com a operação SAAL do Vilar desde Agosto/Setembro de 1975, só em Janeiro de 1976 é que se iniciaram os contactos entre a Brigada e os moradores. A operação SAAL de Cedofeita-Carvalhosa foi formada em Março de 1976. A brigada técnica era constituída por Anni Günther Nonell no papel de arquitecta chefe e pelos estudantes de arquitectura Maria José Abrunhosa Castro, Sérgio Gamelas e Jorge Manuel Moreira.

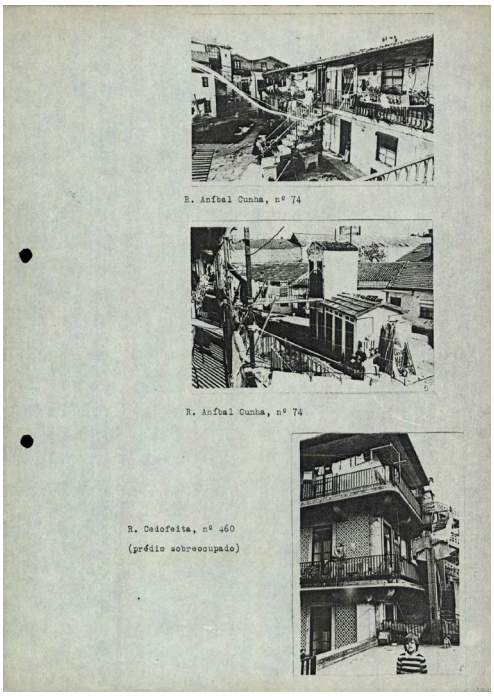
A mobilização dos moradores deveu-se às más condições habitacionais, à especulação praticada sobre o valor das rendas, à falta de iluminação e saneamento nos bairros, ao mau estado da pavimentação dos passeios, aos problemas relacionados com a recolha de lixos, ao trânsito intenso nesses arruamentos, à inexistência de protecção social para a infância e terceira idade e à solicitação de instalação de parques infantis numa área onde a presença de espaços verdes era praticamente inexistente[1]. Esta área residencial e comercial, onde existiam também pequenas indústrias e armazéns, estava bem servida em termos de equipamentos. Trata-se de uma área heterogénea, onde coexistem habitações antigas bem conservadas, edifícios habitacionais mais recentes de boa qualidade, ilhas e casas burguesas sobreocupadas em estado de degradação. As ilhas localizavam-se sobretudo nas ruas dos Bragas, Boavista, Aníbal Cunha e na viela da Carvalhosa. Os casos de habitações sobrelotadas, muitas vezes em condições ainda mais precárias que as dos moradores das ilhas, estavam dispersos um pouco por toda a área. Como se tratava de habitação degradada em altura, os núcleos degradados estavam bastante isolados.

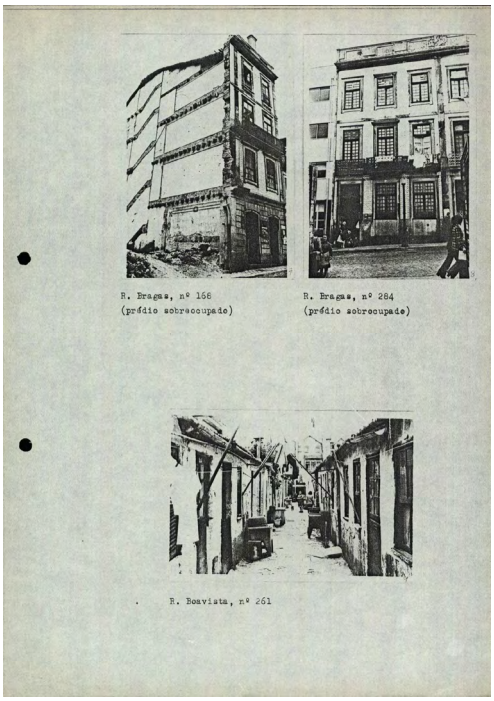
O lugar de Cedofeita terá principiado com a construção de um templo românico no século XII dedicado a São Martinho[2]. Tratar-se-ia de um arrabalde da cidade, ainda algo distanciado, situado no caminho para

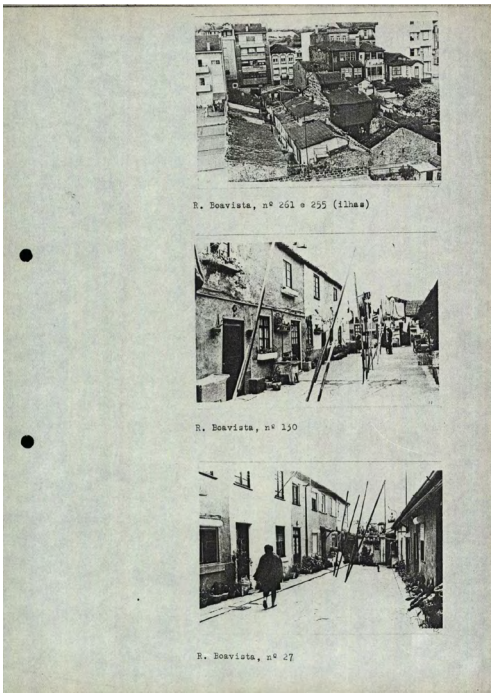
1 "Cedofeita organiza comissões de moradores", *Comércio do Porto*, 23 Fevereiro 1975, recorte de jornal consultado no ADP.

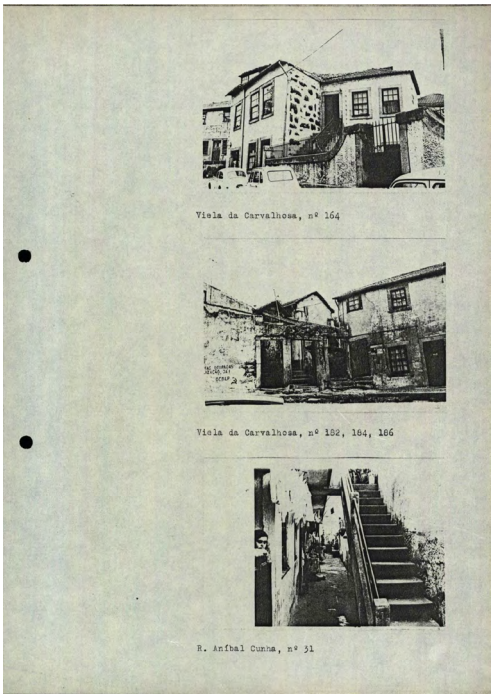
2 Previamente teria ali existido um mosteiro primitivo, atribuído ao século VI. No século XVIII foram realizadas modificações ao templo românico, e as várias transformações realizadas posteriormente e ao longo do tempo foram demolidas nos anos 1930 pela Direção dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Cf. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/303255/, consultado a 30 Abril 2019.

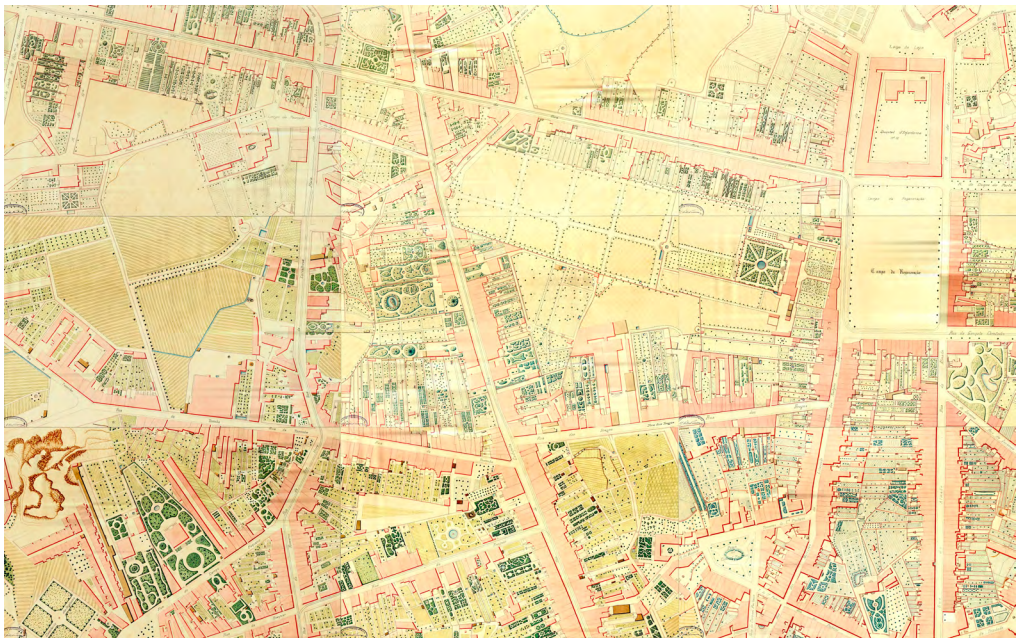
→ Páginas de levantamento de alguns casos de moradores mal-a-lojados nas ruas de Aníbal Cunha, Cedofeita, Bragas e Boavista e na viela da Carvalhosa.
© Arquivo Distrital do Porto











← Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área de Cedofeita. © Arquivo Municipal do Porto

Barcelos e Vila do Conde[3]. A planta para o alinhamento da rua de Cedofeita, elaborada por João Almada de Melo, data de 1782[4], e na planta redonda de 1813 esta área estaria já quase toda urbanizada, tanto ao longo da rua de Cedofeita como da rua da Torrinha ou do lugar da Carvalhosa. No final do século XIX, a partir da planta de Teles Ferreira de 1892, é possível observar como grande parte das ilhas identificadas no âmbito do desenvolvimento da operação SAAL de Cedofeita-Carvalhosa já estavam edificadas. Ainda não estava representada a rua Álvares Cabral, aberta apenas na viragem entre os séculos XIX e XX.

A definição da unidade operacional foi elaborada em Abril de 1976 e sucessivamente alterada até Agosto de 1976. Em traços gerais, esta ficou definida a norte pela rua da Boavista, a nascente pela praça da República e pela rua Mártires da Liberdade, a sul pelas ruas dos Bragas e da Torrinha e a poente pela rua Aníbal Cunha. Identificava-se, porém, uma divisão em duas sub-áreas marcada pela rua de Cedofeita. A sub-área da Carvalhosa englobava os conjuntos de habitações degradadas no lado norte da rua da Torrinha, as ilhas do topo sul da rua Aníbal Cunha e o núcleo respeitante à travessa e viela da Carvalhosa. A sub-área de Cedofeita englobava sobretudo as ilhas do lado norte da rua dos Bragas e do lado nascente da rua de Cedofeita, habitações degradadas em altura ao longo das ruas de Cedofeita (lado nascente), Álvares Cabral e Boavista (lado sul), o quarteirão formado pelas ruas de Cedofeita, Boavista e travessa da Figueiroa e as ilhas localizadas nos lados norte e sul da rua da Boavista e na praça da República.

Praticamente não existiam terrenos livres nesta área para a construção de novos fogos. Como o terreno livre localizado no lado norte da rua da Boavista, que seria usado como área de expansão da operação SAAL da Bouça (referente ao terreno do tribunal de menores do Porto para o qual Álvaro Siza estava a desenvolver o projecto), fazia parte da unidade operacional de Cedofeita-Carvalhosa, os moradores desta operação reivindicavam os fogos excedentes dos novos blocos habitacionais. Igualmente, os terrenos para os quais estavam previstas demolições ficariam reservados para esta operação. Contudo, a paralisação da construção dos edifícios da operação SAAL da Bouça terá inviabilizado que alguns fogos fossem atribuídos à operação de Cedofeita-Carvalhosa.

3 "No século XVI era ainda lugar campestre, e tão ermo e afastado da cidade, que os cónegos da Colegiada pediam ao bispo que os mudasse para a Vitória (...)". Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, pp. 99-100.

4 Cf. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/332012/, consultado a 30 Abril 2019.



↑ Planta com a definição da unidade operacional, Agosto 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

Do processo desenvolvido pela Brigada, apenas se teve acesso a algumas plantas de definição da unidade operacional e ao registo fotográfico dos núcleos degradados. Desconhece-se, portanto, se houve projectos elaborados por esta Brigada relativos à recuperação dos núcleos degradados ou à construção de fogos novos, ou se se definiram processos de intervenção.

Embora os moradores da Carvalhosa estivessem mais organizados, ao contrário dos moradores de Cedofeita que se mostravam mais desconfiados em relação ao Processo SAAL, apenas se formalizou a Associação de Moradores de Cedofeita. A sua sede ficou instalada no número 291 da rua da Boavista. Esta associação, para além da luta pela melhoria dos problemas habitacionais dos seus moradores e de servir como representante dos seus interesses, tinha como missão o desenvolvimento de actividades de carácter cultural, a criação de cursos escolares, a realização de actividades pedagógicas, o desenvolvimento do espírito associativo e a criação de uma cooperativa de consumo. Esta Associação ter-se-á mantido em funcionamento pelo menos até 1982, mas desconhecem-se quaisquer avanços relativamente à situação habitacional dos seus moradores.

8.2. OPERAÇÕES NO ANEL DE EXPANSÃO URBANA DOS SÉCULOS XVIII E XIX (periferia)



↑ Planta com a identificação das operações SAAL na área periférica do anel de expansão urbana dos séculos XVIII e XIX: Op02 Antas, Op15 Boavista, Op17 Arrábida, Op22 Presa Velha-Formiga-China, Op29 Justino Teixeira, Op30 Combatentes, Op31 Carvalhido. © Arquivo Municipal do Porto (imagem-base)

OP02
OPERAÇÃO SAAL DAS ANTAS



↖ Uma casa de "ilha" nas Antas.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

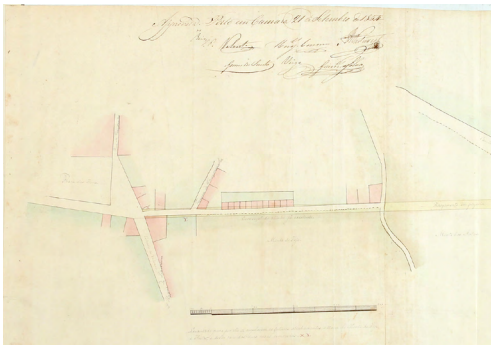
No âmbito de um trabalho escolar desenvolvido por um grupo de estudantes de arquitectura da ESBAP – Luís Magalhães, Francisco Machado Lima, Pedro Borges de Araújo, José Lencastre, Mário Frois Amaral, Paula Cruz, Lídia Costa, Miguel Pais Vieira, Orlando Sequeira, Eduardo Brás, Augusto Costa, José Simões e Vítor Bastos –, em Junho de 1974 estabeleceram-se contactos com a população da área das Antas e detectaram-se os problemas habitacionais existentes. O trabalho denominado "Análise Política da Forma da Cidade – Antas" pretendia analisar as ilhas da rua e travessa das Antas. Após a criação do SAAL, realizou-se uma reunião no dia 16 de Agosto, que contou com a presença de Alexandre Alves Costa, onde se pôde esclarecer os moradores sobre o funcionamento do Serviço. Daí formou-se uma comissão provisória de moradores que, em conjunto com o grupo de estudantes, elaborou o pedido de intervenção SAAL ao FFH. O contacto prévio entre os estudantes e os moradores permitiu o arranque célere da operação. A brigada técnica formou-se em Outubro do mesmo ano, com chefia de Pedro Ramalho e a colaboração dos estudantes Lídia Costa, Miguel Pais Vieira, Maria Teresa Fonseca, Pedro Borges de Araújo e Augusto Costa. Para além destes estudantes, eram elementos voluntários José Lencastre, Orlando Sequeira, Vítor Bastos e Mário Frois Amaral e elementos eventuais Teresa Barreiros (secretária), Américo Queirós (desenhador) e Vítor Gonçalves Arcos (serviços diversos). Posteriormente, a formação oficial da Brigada indicava Pedro Ramalho como arquitecto chefe, Francisco Lima, Pedro Borges de Araújo e Teresa Fonseca como arquitectos estagiários e Lídia Costa, Vítor Bastos, Augusto Costa e José Lencastre como estudantes de arquitectura.

A toponímia das Antas remete para os vestígios mais antigos de ocupação humana naquela que é hoje a cidade do Porto, datados do período megalítico[1]. A área das Antas passou de rural a suburbana na segunda metade do século XIX. A inauguração da estação ferroviária de Campanhã em 1875 precipitou o rápido desenvolvimento urbano daquela área. Foi nas Antas que se localizou uma das áreas habitacionais periféricas para os operários que trabalhavam nas indústrias que surgiram entre o Campo 24 de Agosto e Campanhã. A urbanização desse aglome-

1 Ferrão, Bernardo José, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas, 1758/1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*, Porto: FAUP, 1997 [1985], p. 129.



↑ Extracto da planta de Teles Ferreira (1892). No sentido N-S estão representadas a Rua do Monte Bello e a Rua das Antas; no sentido E-O, a Travessa das Antas, a Travessa de Campanhã, a Rua do Amparo e a Rua de S. Roque da Lameira.
© Arquivo Municipal do Porto



↗ "Plano levantado para por ele se regularem os futuros alinhamentos através do Monte do Fojo, e Antas (...)", 1854.
© Arquivo Municipal do Porto

rado foi impulsionada pela abertura da Rua das Antas em 1854[2], pelo emprazamento das duas parcelas de cada um dos lados da rua e pelo seu loteamento. As casas construídas ao longo da rua eram maioritariamente térreas e nas traseiras construíram-se ilhas, densificando o interior do quarteirão. Nos casos dos lotes que não foram imediatamente edificados, construíram-se ilhas a ocupar todo o lote. Na planta de 1892 pode ver-se como existia construção sobretudo nas ruas do Monte Bello[3], de S. Roque da Lameira, do Amparo e das Antas, nas travessas de Campanhã e das Antas, e que já estavam construídas todas as ilhas por trás dessas casas. Ao redor, e nalguns desses lotes, ainda se mantinha um cariz rural, com poucas construções. Com o passar dos anos essas ilhas tornaram-se muito rentáveis, apesar da falta de manutenção pelos senhorios. As más condições habitacionais foram-se degradando ao longo do tempo, e as transformações urbanas daquela área, com a abertura da avenida Fernão Magalhães a partir dos anos 1930, agudizaram a pressão especulativa que se fazia sentir. Nos anos 1960 algumas ilhas foram demolidas[4], tendo-se deslocado os habitantes para bairros periféricos, e em 1973 foi elaborado um ante-plano camarário para aquela área que previa a destruição de todo o núcleo habitacional existente. Ainda assim, o facto de o núcleo principal se situar numa área de elevada pendente dificultou a sua rápida incorporação nas transformações urbanas em curso e em 1974 ainda se mantinham as características daquela área.

As ilhas existentes nessa altura localizavam-se sobretudo no quarteirão entre a rua das Antas e o parque de S. Roque, com células habitacionais de aproximadamente 25m². As casas da rua das Antas, uma rua muito inclinada, seguiam uma métrica mais ou menos regular, e as ilhas organizadas nas traseiras correspondiam, normalmente, a dois lotes com 10 metros de largura e um comprimento que por vezes atingia 120 metros. As células habitacionais estavam alinhadas por um dos lotes e o corredor e logradouro pelo outro lote. Os espaços de logradouro podiam corresponder a espaços individuais de cultivo, a espaços para a construção de barracas que permitiam prolongar o espaço da casa, ou ainda a um espaço de logradouro ou pátio comum. As células habitacionais das ilhas eram compostas por um espaço de sala-cozinha e duas alcovas. O corredor que lhes dava acesso tinha cerca de 1,5m de largura. Para

2 O projecto de abertura da Rua das Antas, que antes era um caminho rural, foi aprovado em 1854, transformando substancialmente aquela área que era sobretudo agrícola. Cf. Teixeira, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista: As ilhas do Porto*, Lisboa: F.C.G., 1996, p. 211.

3 A abertura da Avenida Fernão de Magalhães viria a sobrepor-se a esta rua.

4 Segundo Manuel C. Teixeira haviam-se demolido quatro ilhas. Contudo, na planta elaborada pela Brigada com a descrição de "Análise: demolições posteriores a 1960", datada de Novembro de 1974, o número de ilhas demolidas é superior. Cf. Teixeira, Manuel C., *op. cit.*, 1996, p. 217; desenhos consultados no Arquivo Distrital do Porto.





← Cartaz de ocupação da casa na Praça das Flores, Antas.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

→ Páginas do jornal *Arranque - Jornal dos Moradores das Antas*, editado pela Comissão de Moradores, n.º 3, Dez. 1975.
© Centro de Documentação 25 de Abril

além da alta densidade de ocupação no interior dos quarteirões, as ruas eram estreitas e não tinham passeio, o que contribuía para a degradação física e para a sua segregação em relação aos espaços circundantes.

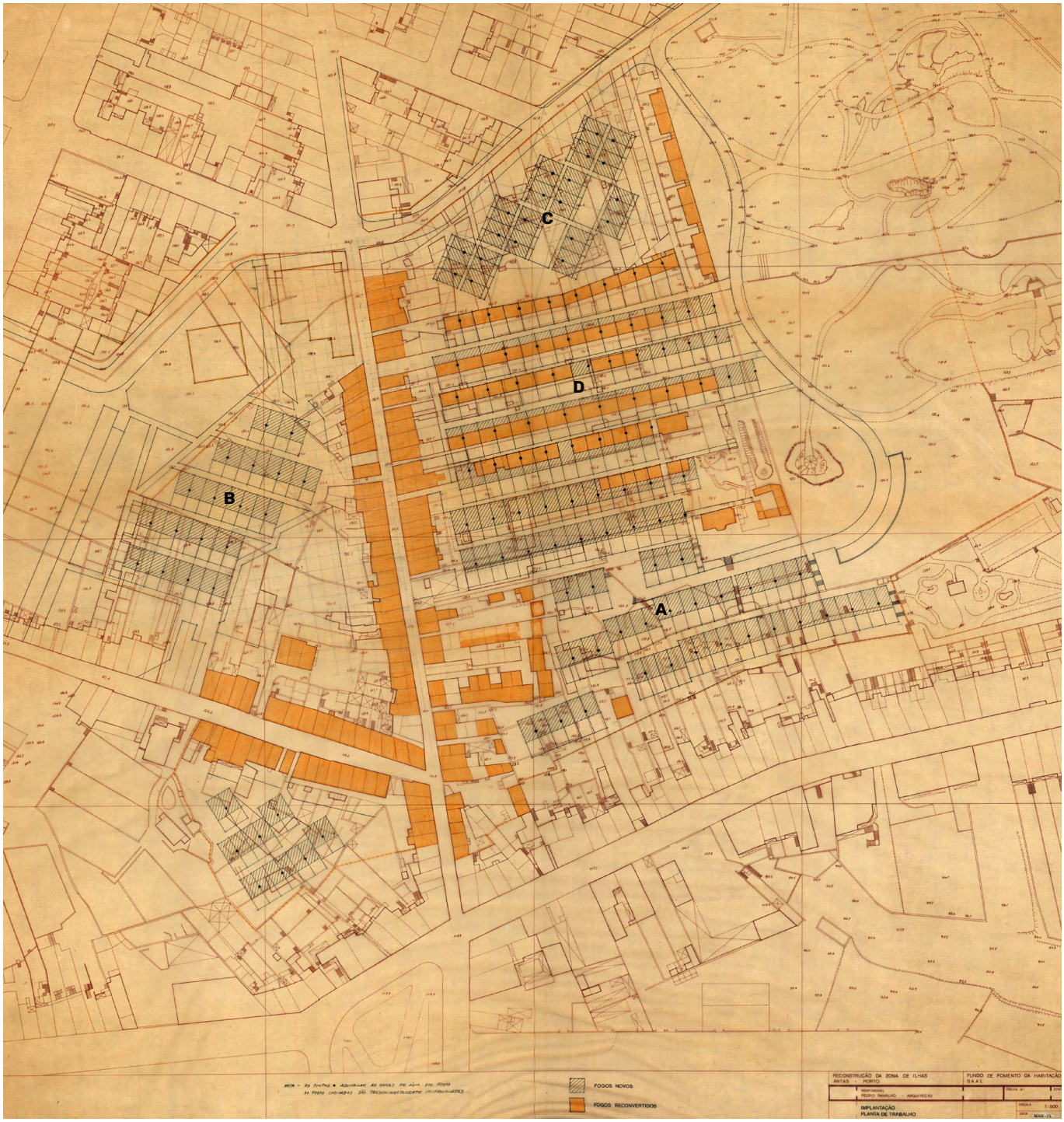
A organização de moradores das Antas data do início do século XX, tendo fundado um clube de futebol, um agrupamento musical e uma cooperativa de consumo que se mantinha à data do SAAL. Contudo, ainda que houvesse nota de pequenas situações de solidariedade colectiva quando os moradores de uma ilha exigiram ao senhorio a construção de instalações sanitárias, o relatório inicial elaborado pela Brigada indicava que a população estava "muito dividida por conflitos internos, desconfiada e temerosa de qualquer processo colectivo e duvidosa da possibilidade dos mesmos, extremamente despolitizada, passiva e ideologicamente dominada por um espírito de concorrência pequeno-burguês"[5]. O trabalho da Brigada, sobretudo dos estudantes que a integravam, passava também pela dinamização cultural e política da população, que incluiu o apoio na produção do jornal dos moradores "O Arranque", acções de esclarecimento, realização de cartazes e panfletos, entre outros.

Procurava-se contrariar a falta de mobilização e envolver os moradores no processo e, para isso, para além do grupo de imprensa e propaganda, formaram-se outros grupos de dinamização, como o grupo de obras, de vigilância e fiscalização de preços, cultural, desportivo e da creche.

A comissão de moradores que se formou após a comissão provisória e que deu origem à Associação de Moradores englobava elementos da comissão provisória e 23 delegados de ilha. No total, a população abrangida pela unidade operacional contava 453 famílias, cerca de 1.500 pessoas. Uma das acções importantes dos moradores passou pela ocupação, em Abril de 1975, de um edifício localizado na Praça das Flores, n.º 56, para instalar a sede da Associação de Moradores, um centro de convívio e uma creche/infantário. Moradores do grupo de obras, juntamente com dois trabalhadores desempregados da área, realizaram arranjos na casa e construíram quartos-de-banho, o que permitiu que a creche entrasse em funcionamento a partir de Abril de 1976[6]. Empreenderam também a construção de um pavilhão para a realização de actividades desportivas e culturais localizado no mesmo terreno, cuja construção se

5 Brigada técnica, "Relatório de dinamização da zona das Antas: Período abrangendo os meses de Maio a Dezembro de 1974", 8 de Janeiro de 1975, documento policopiado, consultado no ADP.

6 O jardim de infância da Associação de Moradores das Antas esteve em funcionamento até ao início dos anos 2000.



↑ Planta da proposta de intervenção nas Antas com os sectores A, B, C e D assinalados, Março 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

iniciou em Novembro de 1975 e concluiu em Junho do ano seguinte. Estas iniciativas contribuíram para estimular a mobilização da população, que dava sinais de alguma fadiga, e respondiam à necessidade de contemplar simultaneamente habitação individual e vida colectiva[7]. A criação de um espírito colectivo era essencial, segundo a Brigada, para que não houvesse divisões na população, o que poderia acontecer caso se atendesse às reclamações de obras de emergência pedidas para algumas casas. Só após se ter conseguido isso, e dando prioridade aos espaços para equipamentos colectivos e de recreio, é que se poderia partir para os casos de obras urgentes.

7 A Brigada referia a necessidade da "criação de centros de necessidade colectiva aprofundando o conteúdo ideológico da noção de casa e alargando o conceito de «casa-invólucro especial da vida individual»". Acrescentava ainda que seria preciso "caminhar em dois sentidos: um abrigo individual (o fogo) e um abrigo para equipamentos, instalações de carácter colectivo, etc.". Brigada técnica, "Relatório da actividade da brigada das Antas durante o mês de Fevereiro", 1975, documento consultado no ADP.

A unidade operacional das Antas era composta pelos dois quarteirões que ladeiam o troço mais estreito da rua das Antas. O perímetro da UO era formado pela travessa das Antas, rua Dr. Alberto de Aguiar, rua de S. Roque da Lameira e o limite ocidental do parque de S. Roque. As casas à face das ruas Dr. Alberto de Aguiar e de S. Roque da Lameira não estavam, contudo, incluídas, mas somente os espaços de logradouro pertencentes às suas parcelas cadastrais. A área de influência era relativamente maior, tendo como perímetro a avenida Fernão de Magalhães até à praça Velázquez, a rua do Monte Aventino, o limite oriental do parque de S. Roque e a sul as ruas de S. Roque da Lameira e do Amparo.

Os trabalhos de reconhecimento da área começaram pela realização de inquéritos, onde se estudaram tipologias e a evolução dos agregados familiares. Procedeu-se ao levantamento das várias ilhas[8] e casas à face das ruas, de modo a que se pudesse estudar uma solução que permitisse reconverter as ilhas, recuperar as casas e criar fogos novos em terrenos livres que tivessem uma correspondência com estas. Esses fogos novos visavam resolver o problema da sobrelotação das casas existentes, estabelecendo-se como prioridade a renovação do maior número de fogos possível.

Estabeleceu-se um plano de conjunto composto por quatro sectores[9]. O sector D correspondia à recuperação das ilhas existentes no lado oriental da Rua das Antas, com o parque de S. Roque ao fundo; o sector A situava-se abaixo do sector D, nas traseiras da rua de S. Roque da Lameira, onde havia algumas ilhas de desenho mais irregular; o sector B correspondia ao miolo do quarteirão no lado ocidental da rua das Antas, onde tinham sido demolidas ilhas nos anos 1960; e o sector C a norte correspondia às ilhas na travessa das Antas. Procurava-se abrir aquela área à cidade, preservando o existente na medida do possível e a sua unidade social. Nesse sentido, pretendia-se manter uma escala de edificação reduzida, aproveitar os muros de suporte existentes e adoptar soluções correntes reconhecidas naquele lugar (como coberturas em telha ou pisos recuados). A propósito deste projecto, Pedro Ramalho refere que:

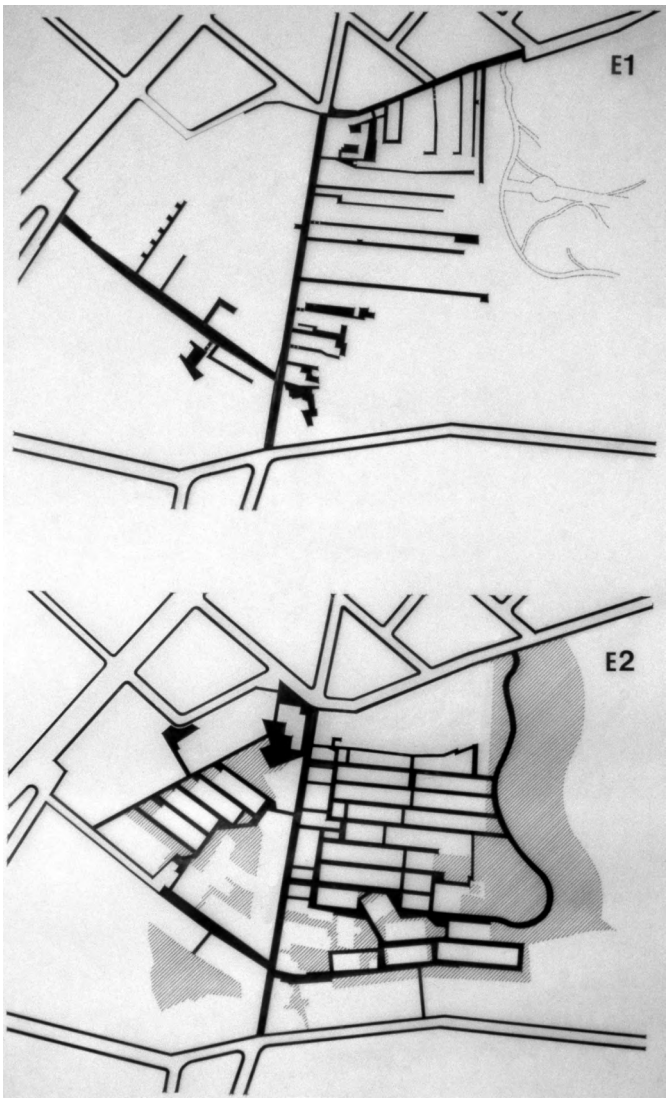
"O arquitecto deve estar consciente dos valores culturais que devem ser criticamente considerados como precedentes. (...) Não se trata (...) de defender um tradicionalismo arquitectónico e muito menos de reconstrução segundo modelos existentes, mas sim de compreender as heranças do passado, sejam remotas ou de ontem, e revalorizá-las em lugar de as destruir. Deverá conhecer o passado para poder entendê-lo como presente."[10]

Todo o conjunto assentaria na implementação de um módulo-tipo repetido que estaria baseado nas possibilidades de reconversão das ilhas. Dado que as células habitacionais das ilhas tinham 25m², seria possível duplicar a área e transformá-las num fogo T2 acrescentando um piso. As restantes casas seguiriam o mesmo princípio, o que daria unidade ao conjunto. O estudo de reconversão das ilhas partiu do sector D, onde várias células habitacionais seriam transformadas, e, nos restantes terrenos, novos fogos seriam erguidos em continuidade com o esquema de organização das ilhas recuperadas. Estes novos fogos, T3, seriam mais profundos. Como salienta Sergio Fernandez, "a intervenção, potenciando todos os elementos construídos, projecta uma nova estrutura habitacional mais ampla que, sem perda ou sequer diminuição do valor da imagem

8 Na Rua das Antas, encontrou-se referência ao levantamento das ilhas: Dentolas I, Dentolas II, dos Portões, dos Pátios, 1.º de Maio, do Come-Nada, Mata a Avó (n.º 106), das Pintoras, do Saraiva, das Garridas, do Arouca, n.º 80, de África, do Preguiça, do Leça e da Lucinda. Na Rua Dr. Alberto de Aguiar existiam as ilhas dos Cães, n.º 60 e n.º 80. Na Rua de S. Roque da Lameira a ilha n.º 2292. E na Travessa das Antas, a ilha n.º 282.

9 Apesar de nos relatórios da Brigada se referir que o sector D teria os fogos T1, nos desenhos este é identificado como sector C. Desta forma, e porque nem todos os desenhos têm os sectores identificados, atribuíram-se as letras segundo a ordem que parecia mais lógica e dando prevalência aos elementos desenhados.

10 Ramalho, Pedro, *Itinerário*, Porto: Faup Publicações, 1989 [1980], p. 53.



↑ Esquemas com os espaços de circulação existentes e propostos. © Arquivo Alexandre Alves Costa

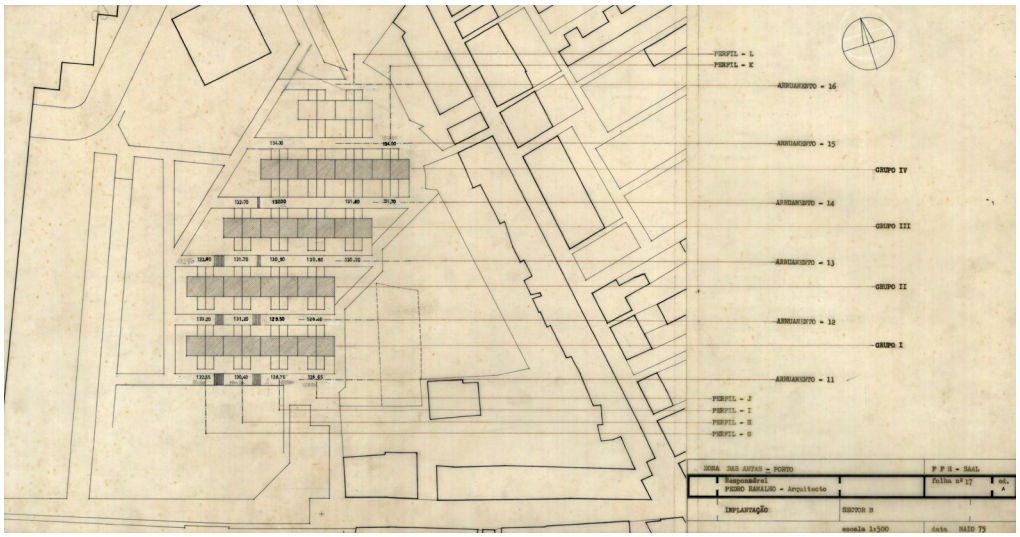
pré-existente, se constitui em seu natural prolongamento"[11]. No sector A, seguir-se-ia a mesma lógica dos novos fogos do sector D, compatibilizada com a recuperação de algumas estruturas existentes e com uma topografia mais irregular, o que teria implicações na descontinuidade dos conjuntos de casas. No sector B seriam construídos novos fogos a partir da repetição do módulo-tipo, no miolo do quarteirão. No caso do sector C trata-se de uma situação diferente, já que, ainda que se procurassem correspondências com o módulo-tipo, criar-se-iam unidades específicas onde os fogos T1 estariam concentrados. Essas unidades não estariam nas traseiras das casas existentes, o que gerou uma situação urbana que a diferenciou dos restantes sectores.

11 Sergio Fernandez, "Dimensão poética da construção" *in* Ramalho, Pedro, *Pedro Ramalho: Projectos e obras de 1963 a 1995*, Porto: A.A.P., 1995, p. 6.

Este plano perfazia um total de aproximadamente 450 casas para 1500 pessoas. Dessas, apenas 32 foram construídas no sector B. Além das áreas residenciais, reservavam-se espaços para a instalação de equipamentos, como um centro de convívio, abastecimento e assistência, terrenos de jogos e espaço para desportos e recreio no parque de S. Roque.

A força da proposta residia na valorização e recuperação das estruturas existentes, na preservação da leitura do monte, na manutenção da escala de construção a baixa altura e na abertura que se queria estabelecer com o parque de S. Roque, diluindo o seu limite ocidental. Quanto aos vários sectores, além de se repetir o mesmo módulo, pretendia-se que os espaços estivessem interligados, como se pode perceber num esquema realizado pela Brigada onde se comparam os espaços de circulação existentes e os propostos. Na proposta apresentada, reforçam-se os atravessamentos pelos quarteirões. No sector B, criam-se dois eixos diagonais que conectam a travessa das Antas, a rua das Antas e a rua Dr. Alberto de Aguiar. Nos sectores D e A, dá-se ênfase ao novo arruamento proposto junto ao parque de S. Roque, conectando os vários arruamentos das antigas ilhas que são prolongados e multiplicados. No entanto, o desenho dos espaços livres e de articulação consiste numa rede de percursos que decorre da disposição dos fogos e da vontade de tornar o interior dos quarteirões mais permeável, não tomando por ponto de partida o desenho urbano dessas articulações. A transformação do corredor das ilhas em rua permitia igualmente que se retirasse o carácter de espaço relegado.

Começou-se pelo sector B, onde o terreno estava liberto e se podia começar a construir imediatamente. Os fogos resultavam dos módulos-tipo estudados a partir da reconversão das ilhas, sendo formados por um núcleo-base duplex ao qual se acrescentam o pátio no lado anterior e as escadas interiores do fogo no lado posterior. O fogo poderia evoluir através da construção de um ou dois



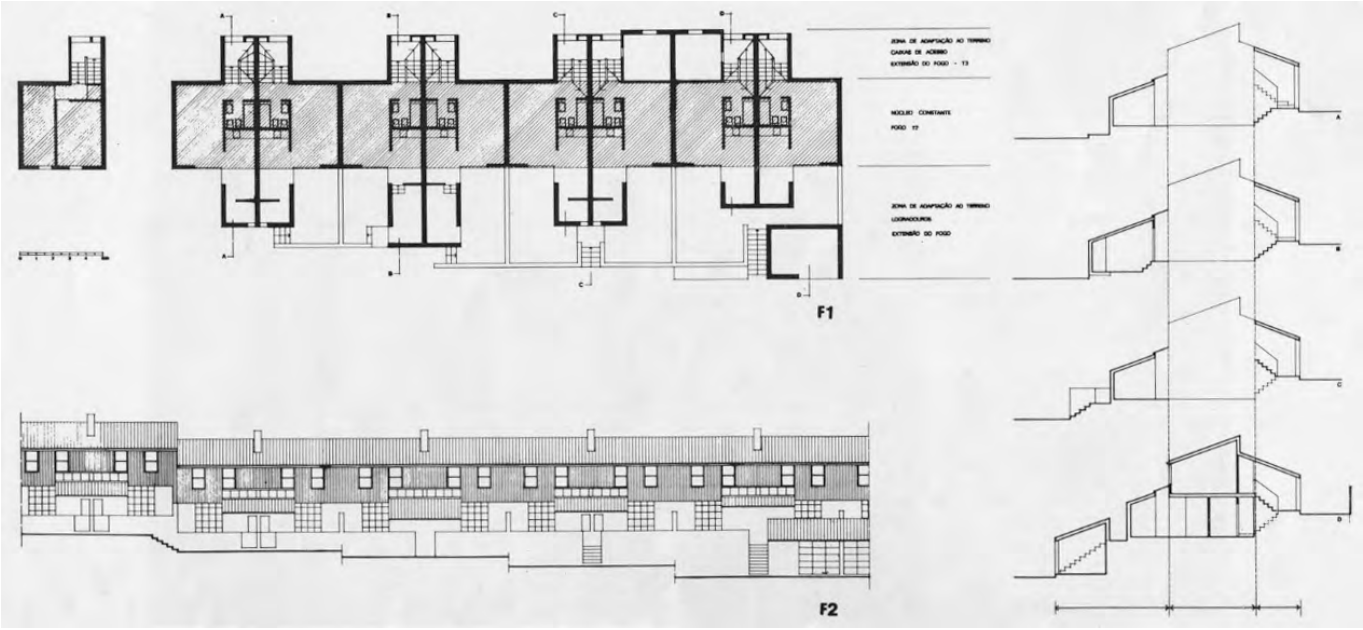
↖ Planta do sector B, Antas, Maio 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

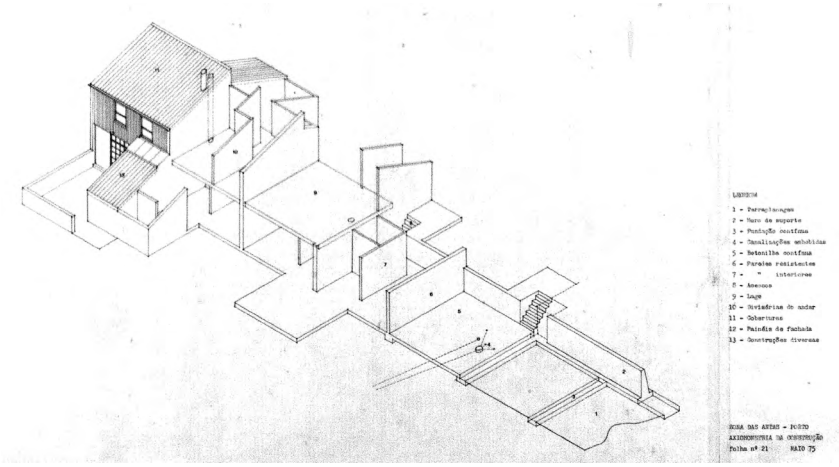
quartos nessas áreas de extensão, possibilitando uma adaptação às necessidades do agregado familiar e/ou às suas actividades laborais, já que ao acrescento poderia corresponder um espaço de oficina, loja, armazém, entre outros. A entrada seria feita pela fachada anterior através da cozinha, ou pela fachada posterior através do corpo das escadas.

Os fogos dispuseram-se paralelamente à rua Dr. Alberto de Aguiar em cinco bandas, quatro de 8 casas e uma com 4 casas, perfazendo um total de 36 casas. Apesar de paralelas e equidistantes, as bandas de casas não estavam alinhadas, já que se procurou adaptá-las ao perímetro existente, que era irregular, de modo a aproveitar para construir o maior número possível de casas. Não existia uma hierarquia na distribuição dos espaços livres, dado que as ruas tinham todas a mesma largura e contornavam as várias bandas de casas. Desenhos de estudo permitem entrever que se teria colocado a hipótese de realizar uma rua central perpendicular às várias bandas, que estariam organizadas simetricamente, e cuja única excepção seria a terceira banda de casas onde existiria um espaço mais desafogado de largo. Contudo, esta solução com uma geometria mais rígida foi abandonada.

Avançou-se para a construção destas casas em Outubro de 1975, tendo sido construídas apenas as quatro bandas de 8 casas cada (num total de 32 casas) e os arruamentos. Nas três bandas mais a sul edificaram-se fogos T2, enquanto na banda mais a norte os fogos eram T3, tendo um quarto extra no piso térreo no lado anterior da casa. O quarto extra do T3 é anexado ao volume da cozinha, que é prolongado até ao limite do pátio com a rua e tem uma janela voltada para o pátio. A construção foi iniciada por uma cooperativa de trabalhadores desempregados, a COPREFA, a mesma cooperativa que trabalharia nas operações de Maceda e S. Vítor. Os problemas na obtenção de materiais e atrasos, a recusa de as Associações de Moradores pré-financiarem as obras (já que não havia garantias quanto à continuação do trabalho por parte da cooperativa) e a não aceitação por parte da COPREFA da contraproposta elaborada pelas Associações, levaram a que a COPREFA se retirasse das obras em Maio de 1976 e fosse substituída por um pequeno empreiteiro, Joaquim de Oliveira (Leça).

Entrando nos fogos T2 a partir do pátio, o volume que se destaca é o da cozinha, que se projecta para fora do núcleo-base ocupando uma porção do pátio. A entrada é feita pelo canto do caixilho envidraçado em "L" que dá também para a sala, e esse espaço é iluminado por uma clarabóia. A cozinha, estreita e comprida, tem à direita um espaço de lavandaria. A sala ocupa a maior parte do núcleo-base da casa. O quarto-de-banho e a caixa de escadas estão localizados no lado oposto ao da cozinha, alinhados por ela,



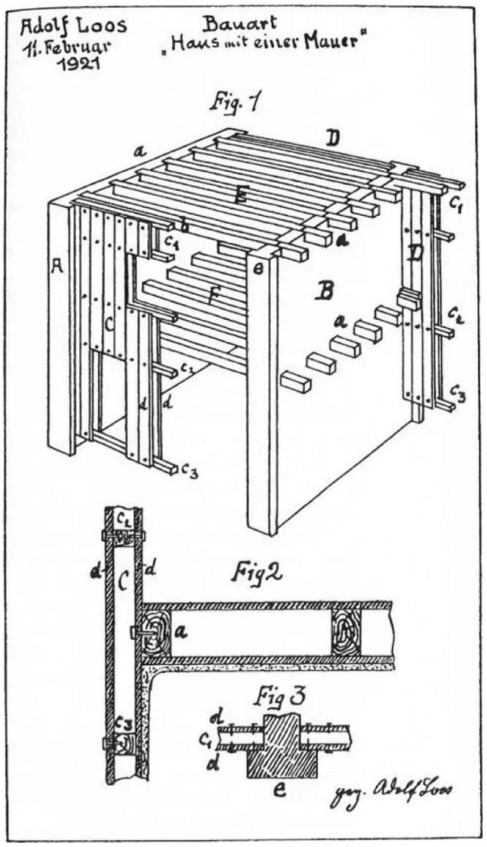


↑ Plantas, alçado e cortes do módulo-tipo para o sector B. Esquema com as possibilidades de adaptação do fogo T2, assinalando no centro do fogo o núcleo constante do T2, com possibilidade de adaptação ao terreno e extensão do fogo nos lados anterior e posterior.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

↓ Axonometria para a construção do módulo-tipo, Maio 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

onde existe uma outra entrada para a casa, que terá uma utilização menos frequente. O facto de a entrada habitual se fazer pela cozinha e de a sala ser o espaço de estar e de refeições, onde toda a vida social da casa se condensa, denota uma permeabilidade entre os espaços comuns da casa e a relação destes com o pátio. Existe uma divisão evidente entre o espaço comum e o espaço de descanso localizado no piso superior, onde um pequeno átrio dá acesso a dois quartos de igual largura voltados para a fachada anterior. No caso dos fogos T3, a cozinha é menos comprida e esse volume é prolongado até ao limite do pátio com a rua para dar origem à divisão extra que tem uma abertura voltada para o pátio.

Os vários núcleos são diferenciados volumetricamente. A cobertura em telha de uma água no núcleo central e na cozinha tem uma inclinação para a parte anterior da casa, enquanto a da caixa de escadas e do átrio dos quartos é inclinada para a parte posterior, o que facilitaria a construção de acrescentos prolongando, e não alterando, a volumetria. Quanto à organização dos alçados, no piso inferior, as paredes são rebocadas. A abertura em "L" entre a sala e a cozinha tem caixilhos reticulados em ferro pintados de vermelho. A janela da lavandaria dá para a rua e tem caixilhos de madeira pintados de amarelo, tal como as janelas em guilhotina dos quartos no piso superior. Nesse piso, o revestimento é feito em chapa metálica escura de cor bordeaux e a largura das janelas dos quartos é igual ao espaço entre elas e entre elas e os limites do alçado. A utilização de chapa metálica, um material usado recorrentemente nos volumes recuados das casas do Porto ou nas barracas construídas pelos moradores nos espaços de logradouro, valorizava e reforçava a imagem local e promovia um mais fácil reconhecimento e familiaridade pelos moradores. O portão do pátio e os tubos de queda são pintados de vermelho, o mesmo tom usado nos caixilhos da sala. Na fachada posterior a única abertura é a da porta de entrada, também em madeira. Caso se acrescentasse uma divisão nessa faixa, a fachada teria também uma janela.





← "Casa com uma parede", Adolf Loos, 1921.
© Opel, A., Quetglas, J. (ed.), *Adolf Loos: escritos II 1910-1932*, Madrid: El Croquis, 2004, p. 164.

↑ Fotografia da construção das casas do sector B.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Para que as casas fossem comportáveis pelos moradores, a solução teria de ser extremamente económica. Isso seria possível através do embaratecimento da solução estrutural, da compactação dos sistemas infra-estruturais e da organização das pequenas áreas da casa de modo racional e funcional. Essa economia teve implicações na forma, já que as casas foram organizadas simetricamente duas a duas de modo a concentrar as infra-estruturas, o que do ponto de vista estético não traduzia a solução mais interessante para Pedro Ramalho, que preferia que os pátios fossem quadrados e que o ritmo dos módulos estivesse mais marcado[12]. Essa racionalização na organização do espaço da casa aproximava-se das experiências desenvolvidas na República de Weimar no período entre-guerras e da noção de *existenzminimum*[13]. Deveria haver uma estandardização e mecanização da construção de modo a torná-la mais veloz e o mais barata possível, o que no contexto português à data não seria praticável, dados o atraso tecnológico e a estagnação do sector da construção civil. Optava-se assim por métodos de construção artesanais que pudessem ser realizados facilmente através dos materiais e meios disponíveis, obedecendo a sua concepção a princípios de racionalização.

Para tal, Pedro Ramalho baseou-se numa patente criada por Adolf Loos em 1921, numa altura em que se verificava um problema de escassez habitacional em Viena e era necessário encontrar rapidamente uma solução construtiva simples e barata[14]. Esse sistema construtivo da "casa com uma parede"[15] consistia na realização de fundações apenas para as paredes resistentes laterais que, no caso da construção de casas em banda, se trataria apenas de uma parede, já que a outra pertenceria à casa contígua. As lajes de piso e os alçados anterior e posterior esta-

12 Pedro Ramalho refere que "seria muito mais interessante se o ritmo fosse diferente, se os pátios fossem quadrados. Mas nós acabámos por fazer isto, juntar, por as infraestruturas serem muito mais económicas. Então conseguimos drenar duas casas só com um tubo.". Pedro Ramalho, entrevista realizada a 13 de Outubro de 2014.

13 A noção de *existenzmininum* foi desenvolvida no 2.° CIAM, organizado em Frankfurt em 1929, que se intitulava "Die Wohnung für das Existenzminimum" (alojamento de mínima subsistência). Apesar de já ter havido outros esforços para alcançar o desenho de unidades habitacionais com dimensões mínimas, as hipóteses aqui estudadas partiam das necessidades biológicas e sociais, e não meramente económicas, dos moradores. Procurava-se dar aos trabalhadores uma habitação digna que pudessem pagar. Cf. Ernest May, "L'allogio minimo" (1929) *in* Grassi, Giorgio (ed.), *Das neue Frankfurt 1926-1931*, Bari: Edizione Dedalo, 2007 [1975], pp. 168-171; Mumford, Eric, "CIAM 2, Frankfurt, 1929: The *Existenzminimum*", *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*, Cambridge: MIT Press, 2002, pp. 27-49.

14 Adolf Loos foi arquitecto-chefe do departamento urbano (*Siedlungsamt*) em Viena entre Maio de 1921 e Junho de 1924.

15 A patente registada em 1921 pretendia encontrar uma solução construtiva o mais barata possível para o problema de escassez de habitação que existia. Cf. Adolf Loos, "La casa de una pared" (1921) *in* Opel, Adolf; Quetglas, Josep (ed.), *Adolf Loos: Escritos II 1910/1932*, Madrid: El Croquis, 2004, pp. 162-166.

riam apoiados nas paredes laterais, dispensando alicerces, o que exigia apenas a resolução de questões de isolamento térmico e acústico. Nas Antas, a cobertura não é plana, ao contrário do exemplo de Loos[16], possivelmente por permitir uma mais fácil integração local e porque a utilização de coberturas inclinadas permite aproveitar a pendente do terreno de modo a reduzir a área de fachada. A volumetria escalonada das casas das Antas contradiz o princípio de redução de área de fachada, mas funcionava como armação a partir da qual a casa poderia evoluir e que, portanto, não se considerava um gasto desnecessário.

A simplicidade compositiva dos fogos decorre da destreza na disposição dos espaços da casa, evitando espaços mortos e reduzindo as áreas ao mínimo indispensável segundo padrões de conforto aceitáveis. Pedro Ramalho reconhece esse engenho na "articulação do espaço interior"[17] na arquitectura de Loos, apesar de esta associação aparecer de modo mais evidente em projectos posteriores, como nas moradias na Rua do Veludo (Porto, 1977-79). Nessas casas, a colocação da escada no espaço central funciona como dispositivo que domina e define as configurações espaciais e os movimentos na casa, tal como se pode observar de modo geral nos vários projectos de Loos, inclusivamente nos projectos habitacionais para a classe operária em Viena[18]. A riqueza do espaço interior é definida pelas engenhosas soluções de articulação, que decorrem de uma economia de meios e área.

O plano para a operação SAAL das Antas estava centrado na tipologia do fogo[19]. As casas eram organizadas em banda, paralelamente, nos vários sectores e, de modo a minimizar movimentos de terras, a cota de implantação de cada conjunto de módulos das casas adaptava-se às diferenças topográficas. Assegurada a configuração da casa e prevista a sua evolução, bem como as respectivas adaptações aos diferentes sectores, a solução seria repetida de modo a permitir uma melhor e mais eficiente gestão da construção. As variações em relação ao módulo-base limitam-se ao acréscimo do número de quartos, não havendo modificações, por exemplo, nas casas localizadas nos topos das bandas que poderiam beneficiar de aberturas nesse alçado ou criar uma situação urbana de excepção. Talvez se possa dizer que, tal como Adolf Loos, Pedro Ramalho pensa o espaço da casa segundo um espírito pragmático, enquanto "objecto de uso diário"[20]. Dentro das possibilidades económicas e materiais existentes, e por isso segundo um espírito pragmático, procurou criar o maior número possível de casas de acordo com aquilo que reconheceu como sendo respeitante ao seu modo de vida e à sua evolução[21].

Loos diz que:

16 Apesar de na memória descritiva da patente do sistema construtivo Loos não se referir à cobertura, os desenhos dão a entender que se trataria de uma cobertura plana. Esta proposta seria coerente com aquilo que defende na conferência "Die moderne Siedlung" ("A colónia moderna") de 1927, quando refere que a solução menos dispendiosa e mais natural seria a da cobertura plana, agora possível tecnicamente. Cf. Adolf Loos, "La colonia moderna, una conferencia" (1927) *in Idem*, pp. 245-247.

17 Cf. "Orgânico racional: Entrevista a Pedro Ramalho", entrevista a Pedro Ramalho realizada por José Miguel Rodrigues para a exposição organizada na Casa da Arquitectura, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J1ZtamLj-ig, consultado a 6 de Setembro de 2019.

18 Cf. a título de exemplo, as casas dos conjuntos habitacionais Lainz (Viena, 1921) e Heuberg (Viena, 1921-24).

19 Esta ideia aparece acentuada na exposição dedicada à obra de Pedro Ramalho e intitulada de "Orgânico Racional", que esteve patente na Casa da Arquitectura entre 8 de Junho e 8 de Setembro de 2019 com curadoria de Nuno Brandão Costa. Ao apresentar a operação SAAL das Antas apenas a partir do módulo-base dos fogos T2 do sector B, não é mostrado qualquer outro elemento que permita lê-lo e entendê-lo no plano de conjunto.

20 Tal como refere Hubert Damisch a propósito da obra de Loos. Cf. Damish, Hubert, *Noah's ark: Essays on architecture*, Cambridge/London: MIT Press, 2016, p. 146.

21 No livro "Itinerário", Pedro Ramalho refere que: "A realidade é que tem existido um total desajustamento entre as propostas da arquitectura doméstica e a forma como estas são utilizadas. As consequências desse desequilíbrio serão tanto maiores quanto mais «rígidos» forem os projectos e, principalmente, menos compreendidas as maneiras de viver das populações e a sua evolução. / Uma casa se não se transforma num museu tem de ser receptiva a transformações que à partida são imprevisíveis. Por essa razão, não é somente na atitude projectual que se pode encarar este problema. Ele deve ser visto principalmente como uma atitude interior, acreditando-se que a obra arquitectónica terá a sua vida própria ligada à evolução da sociedade e não que se criou um projecto para viver o tempo do registo fotográfico.". Ramalho, Pedro, *Itinerário*, Porto: Faup Publicações, 1989 [1980], pp. 29-30

"Os arquitectos devem compreender a profundidade da vida, pensar nas necessidades até às últimas consequências, para ajudar aqueles que socialmente são mais débeis, para criar – se possível – o maior número de casas com objectos verdadeiramente utilitários, e nunca para inventar novas formas."[22]

Esta vocação conservadora da casa (contrariamente à obra de arte, que é revolucionária)[23] acaba por estar associada à recusa em encarar problemas urbanos a uma maior escala[24]. Nos conjuntos habitacionais que elaborou para a classe operária em Viena nos anos 1920, Loos cingiu-se à consideração da circunstância específica do projecto sem tomar em consideração um contexto urbano mais alargado. Nas casas que estudou para os movimentos de ocupação, Loos considerou que "o problema era cultural, e, portanto, uma questão de tipologia em vez de plano urbano"[25] e que, como tal, deveria estar ancorado na horta (*Nutzgarten*)[26]. De modo semelhante, e apesar de propor a abertura daquela área à cidade, Ramalho secundarizou o desenho urbano e, com isso, uma ideia de conjunto urbano coeso, em nome do centramento no espaço da casa e numa provisão eficiente de casas, enquanto resposta expedita às necessidades habitacionais urgentes.

O SAAL pressupunha o controlo do processo pelos moradores. Contudo, o registo de uma conversa entre a Brigada e a direcção da Associação de Moradores denuncia um problema de adesão real ao Processo[27]. Enunciam-se várias reticências e desconfianças que alguns moradores sentiam em relação à viabilidade da operação, e que se deviam a medos e ameaças de despejo por parte dos senhorios e à desconfiança em relação à palavra da direcção que, por ausência de suporte legal evidente, não gozava de autoridade. Igualmente, embora a Brigada quisesse ter a opinião dos moradores sobre a proposta apresentada, estes não se pronunciavam, quer por não compreenderem a proposta ou terem capacidade crítica acerca desta (apesar dos esforços por parte da Brigada para tornar o projecto compreensível através de diferentes meios de expressão e focando-se em partes restritas do projecto, já que a maior dificuldade residia na apreensão do plano de conjunto pelos moradores), por não acreditarem que o projecto seria concretizado ou por a proposta satisfazer as suas ambições visto ter características

22 Traduzido a partir da versão em espanhol: "Los arquitectos están para comprender la profundidad de la vida, para pensar sobre las necesidades hasta las últimas consecuencias, para ayudar a los más débiles socialmente, para crear – a ser posible – el mayor número de viviendas con perfectos objetos utilitarios, y nunca para inventar nuevas formas.". Adolf Loos, "Acerca del ahorro" (1924) *in* Opel, Adolf; Quetglas, Josep (ed.), *op. cit.*, 2004, p. 213.

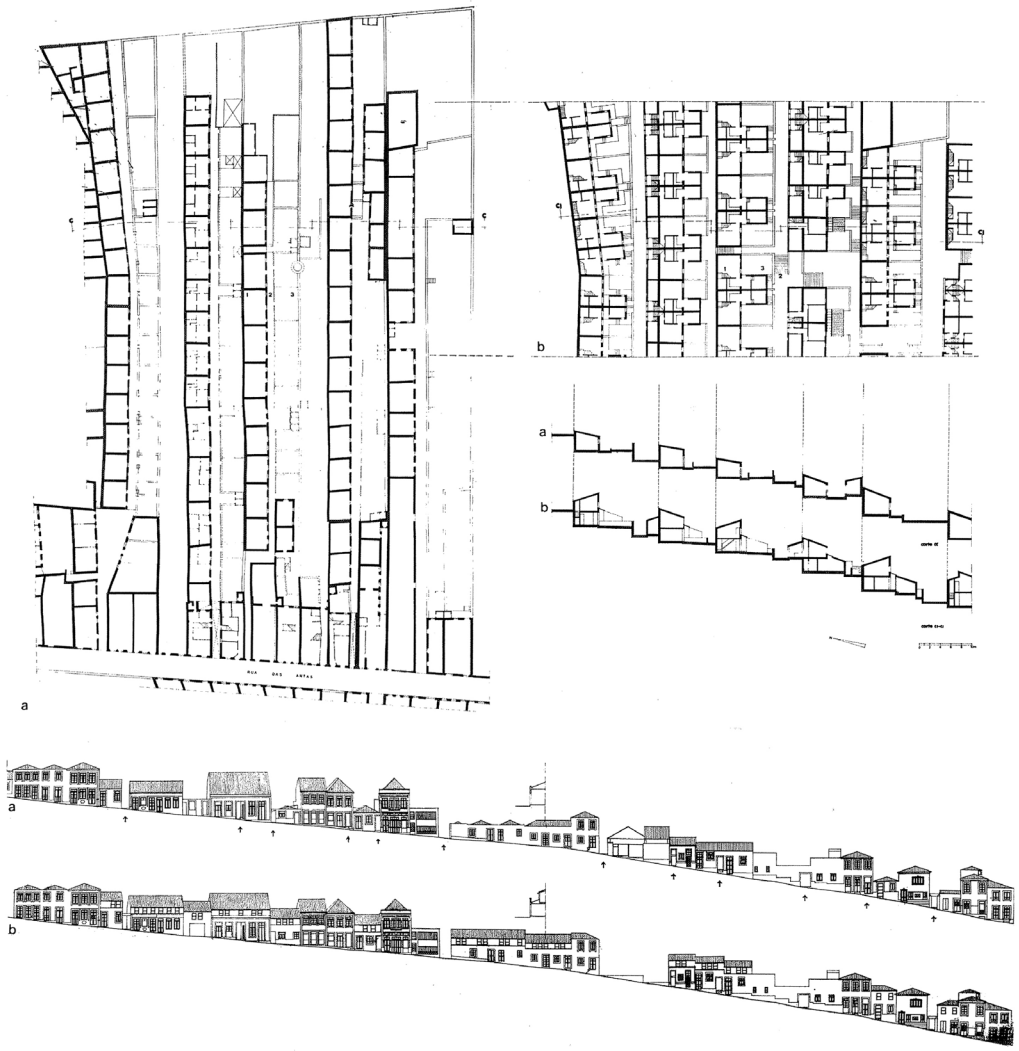
23 "La casa tiene que gustar a todos. A diferencia de la obra de arte, que no tiene que gustar a nadie. La obra de arte es asunto privado del artista. La casa no lo es. La obra de arte se introduce en el mundo sin que exista necesidad para ello. La casa cumple una necesidad. La obra de arte no debe rendir cuentas a nadie, la casa a cualquiera. La obra de arte quiere arrancar a las personas de su comodidad. La casa tiene que servir a la comodidad. La obra de arte es revolucionaria, la casa es conservadora. La obra de arte enseña nuevos caminos a la humanidad y piensa en el futuro. La casa piensa en el presente. La persona ama todo lo que sirve para su comodidad. Odia todo lo que quiera arrancarle de su posición acostumbrada y asegurada y le abrume. Y por ello ama la casa y odia el arte." Adolf Loos, "Arquitectura" (1910) *in* Idem, p. 33.
A propósito deste assunto, Hilde Heynen refere que Loos compreendeu que a habitação não poderia coincidir com a totalidade da vida moderna. O espaço doméstico deveria estar protegido do domínio público, não podendo existir uma harmonia entre os vários domínios da vida. Como tal, a arquitectura deveria representar essas mesmas rupturas e contrastes. A arquitectura está ligada à cultura, e a arte transcende a cultura. Não se pode, por esse motivo, inventar um estilo que corresponda a uma mudança cultural, pois correria o risco de ser artificial. A tradição consiste no avanço da cultura, e na modernidade há uma actualização da tradição. Essa tradição é a essência da arquitectura, já que a arquitectura revela os contrastes ligados a essa cultura. Cf. Heynen, Hilde, *Architecture and Modernity: a critique*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1999, pp. 75-94.

24 "Loos's revulsion at the idea of taking into account the changing scale of urban development problems (obvious even in his mass housing projects of the twenties) goes hand in hand for him with the idealization of artisanal conditions of production. In this archetypal site of "alienation" that is the large modern city, the architect is never but an uprooted person, just as, in their own way, the abruptly proletarianized peasant masses are. The best he can do is limit himself to specific projects that he attempts to insert unscathed into the urban fabric; a program, as we can see, that is very timely. It is the same one that was behind the Michaelerplatz building, which was scandalous because it made any usurped signs of familiarity, as well as any plagiarism, impossible. In contrast with the baroque palaces, the columns of the ground floor are monolithic and made of real marble." Damish, Hubert, *op. cit.*, p. 151.

25 Blau, Eve, *The Architecture of Red Vienna: 1919-1934*, Cambridge/London: MIT Press, 1999, p. 101.

26 Adolf Loos elaborou diversos projectos para casas unifamiliares em banda na periferia de Viena, cuja tipologia derivava da relação com a horta, focada nas necessidades e características do proletário-agricultor, devendo as casas ser fáceis de construir (através de processos de auto-construção), baratas e flexíveis. Cf. "Collective housing – pursuing the reality of livelihood" *in Adolf Loos: From interior to urban city*, *a+u*, 573, Junho 2018, pp. 92-135; Blau, Eve, *op. cit.*, 1999, pp. 90-133.

27 Cf. "Zona das Antas – Mesa redonda efectuada com a participação da direcção da Associação de Moradores e a Brigada Técnica realizada com a finalidade de debater o desenrolar do processo SAAL na zona das Antas e o seu controle pelos moradores.", Julho 1975, pp. 1-18, documento consultado no ADP.



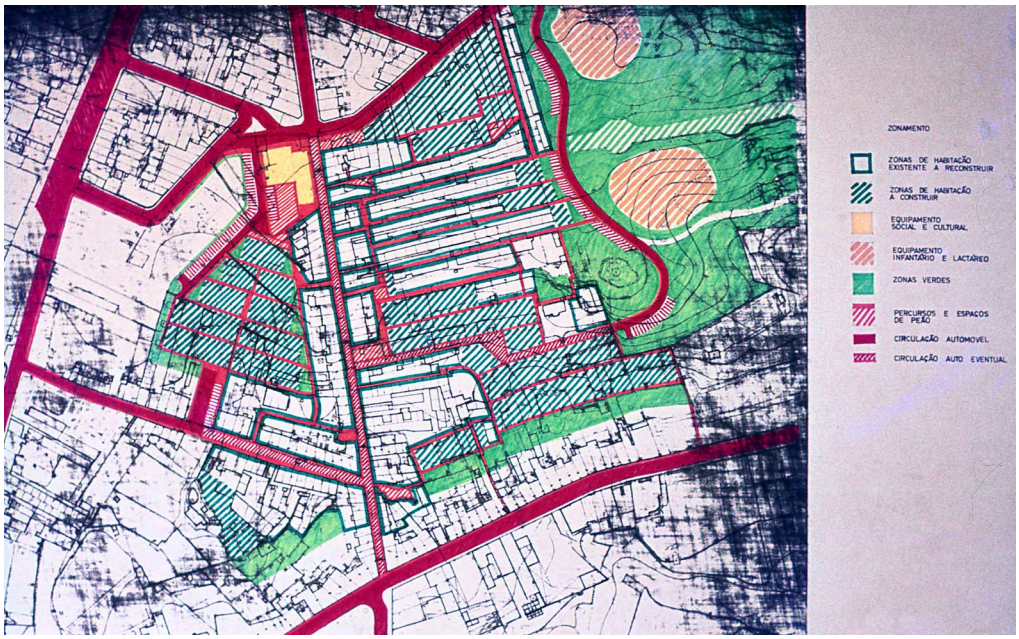
↗ Levantamento do existente e proposta de intervenção nas ilhas na Rua das Antas, sector D.
© *Lotus International*, 18, Março 1978, p. 90.

muito superiores àquelas em que viviam. A Brigada pretendia que os moradores opinassem sobre a organização funcional, sobre a relação entre o espaço individual e a vida colectiva e sobre a natureza dos materiais ou dos processos de construção a empregar, dos quais não se dá nota nessa conversa[28]. O receio de que as pessoas se desiludissem com a construção das casas acabou por se verificar quando os moradores julgaram, de modo errado, que os conjuntos de mobílias não cabiam num dos quartos, num momento em que as casas estavam em vias de finalização[29]. Ainda assim, a Brigada referia que a proposta advinha não só de uma leitura das características físicas e sociais do bairro[30] e das exigências económicas, mas também dos comentários que os moradores haviam feito em relação à importância dos quartos-de-banho, ao problema de promiscuidade existente e da falta de privacidade, e às vantagens de ter os logradouros das casas separados, o que permitia a existência de espaços para exercer actividades recreativas ou de labor. Foram estas as indicações que influenciaram a proposta e a flexibilidade prevista para os espaços de acrescento de cada casa.

28 Cf. "Exposição do trabalho da Brigada Técnica do SAAL (Zona das Antas)", documento consultado no ADP.

29 "Realizou-se uma reunião no local das obras com diversos moradores. Esta reunião solicitada por estes últimos, destinava-se a discutir o espaço existente no quarto de casal, considerado pequeno. Esta noção de pequeno, era referida essencialmente à incapacidade de o quarto conter uma mobília completa de casal. Em obra na presença de moradores que já tinham medido esse espaço verificou-se que essa noção estava errada." Brigada técnica, "Relatório da actividade da brigada das Antas durante o mês de Junho", 1976, documento consultado no ADP.

30 Pedro Ramalho menciona a "consciência social" da comunidade que havia sido "adquirida ao longo de cem anos de existência", mas também os "valores importantes" que encontraram no "plano estético", relativos à "transformação do seu próprio habitat, adequando-o a novas exigências ou melhorando-o qualitativamente". Esta condição fez com que a intervenção fosse "pautada pelo respeito que nos merece essa comunidade com todos os seus valores e marcada pela própria vontade da população na conservação da sua unidade, tanto social como urbana". Ramalho, Pedro, *Itinerário*, Porto: Faup Publicações, 1989 [1980], p. 54.



↖ Planta inicial com a proposta de intervenção, Novembro 1974. Esquema das novas ruas propostas para a recuperação das ilhas do sector D.
© Arquivo Pedro Ramalho

Face à falta de controlo e decisão pelos moradores, cabia às direcções das Associações de Moradores a condução dos processos. Esta situação levou a que várias vezes essas pessoas defendessem mais os interesses pessoais e partidários do que os colectivos, ainda que não fosse o caso das Antas. O facto de os partidos terem começado a controlar algumas comissões de moradores – a própria Associação das Antas recusou uma oferta do PS em Abril de 1976[31] – minou aquilo que eram as causas das comissões e, por consequência, afastaram mais alguns moradores que estavam reticentes em relação ao Processo. De qualquer forma, em Julho de 1975, 170 agregados familiares haviam pago alugueres à Associação de Moradores das Antas, o que demonstrava a confiança depositada no Processo[32].

A criação do módulo-tipo a partir da reconversão de ilhas no sector D resultou concretamente do estudo de transformação de duas ilhas consecutivas na Rua das Antas: a ilha 1.º de Maio e a ilha do Saraiva. Este estudo depois foi aplicado às três ilhas seguintes, e consistia, como referido, na manutenção da célula habitacional como núcleo-base da casa, aumentando um piso e incluindo acrescentos nos lados anterior e posterior da casa que permitissem uma nova disposição dos corpos adjacentes e dos espaços de circulação. Se no caso da ilha 1.º de Maio só se previa a expansão da casa para o lado anterior, já que o limite posterior se mantinha e não teria aberturas (sendo fogos T2, tal como aconteceria na maioria das casas de ilha recuperadas), no caso da ilha do Saraiva a alteração da rua-corredor de entrada permitia que, partindo do núcleo-base da casa, esta crescesse nos lados anterior e posterior, tal como nos novos fogos. Este princípio seria repetido nos restantes casos sempre a partir do posicionamento da célula habitacional das ilhas.

As casas que resultavam da recuperação das ilhas perdiam uma relação directa com as parcelas das casas à face da rua das Antas, pois as novas ruas não estavam alinhadas com os pontos de entrada a partir da rua, fazendo com que o posicionamento destas derivasse da nova organização interna. Tomava-se como prioritário o aproveitamento dos muros de suporte e das paredes de meação das células habitacionais das ilhas, o que diminuía a necessidade de movimentos de terras. O critério principal seria, como mencionado, o de manter as células habitacionais

31 "Em colaboração com os diferentes grupos existentes na Associação, recusou a oferta de 10 contos do Partido Socialista." Brigada Técnica, "Relatório da actividade da brigada das Antas durante o mês de Abril", 1976, documento consultado no ADP.

32 Apesar disso, em Janeiro de 1976 houve uma derrota dos moradores quando os senhorios conseguiram que as rendas lhes fossem pagas novamente.





← Fotografia das casas do sector B, ainda em construção.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

→ Fotografia de anexo construído pelos moradores no logradouro de uma ilha.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

das ilhas enquanto núcleos-base das casas, pois isso permitia aproveitar os muros de suporte e as paredes de meação das células habitacionais das ilhas e diminuía a necessidade de movimentos de terras. A eficiência económica da solução e a simplificação do processo construtivo aliavam-se assim à tentativa de preservar a identidade sócio-espacial daquele lugar, enquanto a rede de acessos o tornava mais permeável[33].

As construções pré-existentes foram reorganizadas através da sobreposição de uma malha e de uma ordenação geométrica que daria àquele bairro um novo potencial. A abstracção do plano, a repetição dos módulos, a eficiência da construção e a economia de áreas traduzem uma postura moderna. Ainda assim, no limite, as casas não são mais do que o melhoramento e a transformação das casas de ilha. Essa evidência está manifesta nas analogias que se podem estabelecer quanto à linguagem utilizada. A cor vermelha dos caixilhos metálicos e dos tubos de queda, a chapa ondulada de cor bordeaux ou as janelas de guilhotina não são mais do que reinterpretações dos anexos construídos pelos moradores nos espaços de logradouro, aplicados de forma sequencial e estandardizada. Como escreve Pedro Ramalho, "até no plano estético encontramos alguns valores importantes do seu próprio habitat, adequando-os a novas exigências ou melhorando-os qualitativamente"[34].

Ao mesmo tempo que se tomam como modelo as *Siedlungen* do período entre-guerras, implementando uma racionalização adaptada aos meios de produção existentes, assegura-se uma continuidade cultural ligada aos hábitos concretos dos habitantes e aos seus sistemas de representação. Repetem-se formas antigas e padrões pré-existentes de modo a que a partir deles se reconheçam as diferenças[35].

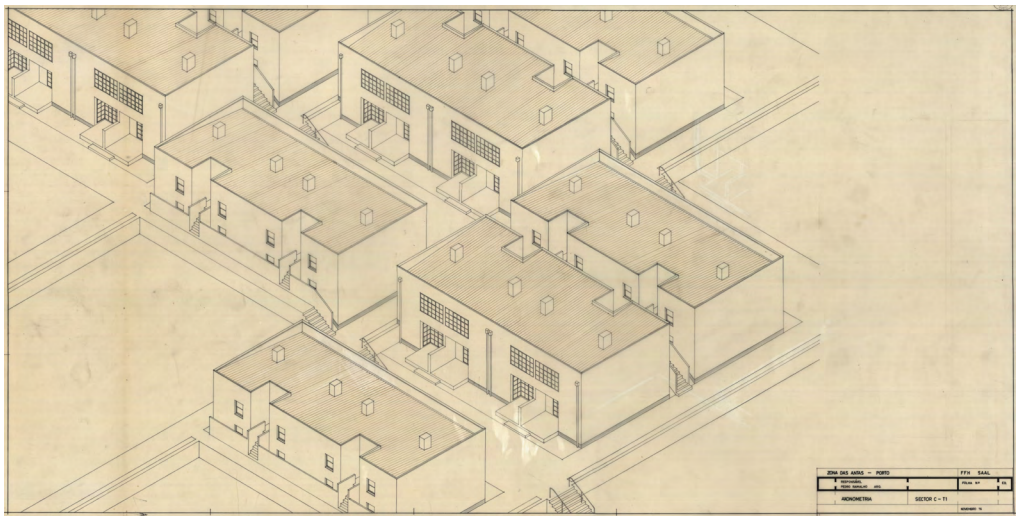
Nas restantes parcelas pertencentes ao quarteirão oriental limitado pela rua das Antas, correspondente ao sector A, seguia-se a lógica de disposição das bandas de casas recuperadas, paralelas às fileiras das ilhas no sector D. Estas novas casas seriam T3, pelo que as bandas teriam uma largura um pouco superior à das casas recuperadas. No caso das bandas localizadas mais a sul, nos logradouros das casas da rua S. Roque da Lameira, a recuperação de algumas estruturas pré-existentes e a adaptação às curvas de nível do terreno tornaria as bandas mais descontínuas, aproximadamente paralelas à direcção da rua.

A necessidade de criação de fogos T1 levou a que se optasse por concentrá-los em unidades específicas, a norte da ilha 1.º de Maio,

33 A preservação da vida social entende-se como autónoma das más condições habitacionais onde esta existia, apesar de poder estar aliada às formas de organização do espaço.

34 Ramalho, Pedro, *op. cit.*, 1989, p. 54.

35 Cf. Teyssot, Georges, "Ansiedade pela origem: notas sobre programa arquitectónico", *Da teoria de arquitectura: doze ensaios*, Lisboa: Edições 70, 2010 [1987], pp. 59-61.



↖ Axonometria dos edifícios do sector C.
© Arquivo Distrital do Porto

correspondente ao sector C. As várias ilhas que ocupavam esse terreno voltado para a travessa das Antas seriam demolidas e criar-se-iam conjuntos de 8 casas cada. Os volumes compactos projectados para os fogos T1 seguiam a direcção das casas do sector B, autonomizando-se dos limites das ruas e de uma configuração periférica de quarteirão. Os fogos de um só piso estariam agregados em edifícios de dois pisos. O acesso aos fogos do piso superior seria feito por uma escada exterior a partir do alçado mais fechado, enquanto a entrada nos fogos do piso inferior se faria pelo outro alçado, segundo um esquema semelhante ao do módulo-tipo dos fogos T2. A diferença do fogo do piso inferior em relação ao módulo-tipo consistiria no posicionamento do quarto no lado posterior da casa, colocando o volume da cozinha no lado anterior, que seria menos profundo. O piso superior não teria pátio. Estes volumes seriam compactos, e não escalonados como os módulos-tipo, e a cobertura, apesar de inclinada, daria a impressão de ser plana já que a platibanda a ocultava. Previa-se a plantação de linhas de árvores que resguardariam o interior dos fogos. No caso dos alçados posteriores, para onde estariam voltados os quartos e por onde se acederia aos fogos do piso superior, criar-se-ia um murete exterior de modo a proteger o quarto do piso térreo. O facto de estas construções não terem qualquer vínculo com construções à face da rua denota uma situação urbana muito diferente que contrastaria com o resto do conjunto. Tentar-se-ia substituir a ideia de quarteirão por uma disposição que eventualmente se pudesse expandir e procurasse um diálogo com o vizinho Bairro Operário das Antas, promovido no início do século XX pela Câmara e pelo jornal "O Comércio do Porto"[36]?

Previa-se ainda uma outra área de expansão a sul da rua Dr. Alberto de Aguiar, no quarteirão delimitado por essa rua e as ruas Câmara Pestana, do Amparo e das Antas. Nos desenhos de Julho de 1976 relativos à DUP da 2.ª fase refere-se que a recuperação da habitação degradada e a construção de fogos novos não estavam incluídas no processo por haver um plano de urbanização pré-existente para aquela área. Nos primeiros desenhos da proposta do plano a hipótese de construção nesse quarteirão ainda aparecia, pelo que teria sido, entretanto, abandonada e reintegrada mais tarde. Quando se retomou esta possibilidade, reservava-se espaço no miolo do quarteirão para uma área industrial e para área habitacional[37].

Não deixa de ser curioso notar como as ilhas no sector D que seriam reconvertidas foram entretanto demolidas – dando lugar a um

36 Bairro com casas projectadas pelo engenheiro Gaudêncio Pacheco e pelo encarregado de obras Manuel Fortunato Mota, iniciado em 1901. Cf. José Lopes Cordeiro, "Os bairros d' «O Comércio do Porto»", Público, 16 Julho 2000, disponível em: https://www.publico.pt/2000/07/16/jornal/os-bairros-d-o-comercio-do-porto-146522, consultado a 17 Abril 2021.

37 A informação disponível apenas permite referir estas intenções de projecto.



↑ Fotografia aérea das Antas na actualidade.
© Bingmaps

bairro de blocos de cinco pisos projectado pelo gabinete de Camilo Cortesão com 156 fogos (1995-2001) – e como as ilhas que seriam demolidas para a construção de fogos T1 do sector C permanecem hoje em dia. A mesma estranheza subjacente à proposta para o sector C encontra correspondente no novo bairro camarário que, ao seguir também a direcção das casas do sector B, e ampliada pela introdução de uma nova escala no miolo do quarteirão que contrasta com as casas baixas da operação SAAL das Antas e com as ilhas e casas remanescentes, representa a ameaça instalada de uma transformação maior, e mais dramática, que ainda está por vir.

Walter Gropius defende que os edifícios altos de apartamentos responderiam melhor a uma população urbana industrial, referindo-se à economia da construção, à redução de deslocações e à existência de serviços colectivos que permitiriam uma maior independência dos habitantes relativamente às tarefas domésticas (sobretudo das mulheres)[38]. Também em Viena, apesar da apologia de Adolf Loos do modelo *Siedlung*, acabou por se optar pelo modelo *Hof* em contexto urbano, que consistia na construção perimetral em altura com grandes pátios no interior do quarteirão, obtendo uma maior densidade de ocupação[39]. Nas Antas, as casas unifamiliares em banda são urbanas, e não suburbanas ou rurais ligadas ao jardim ou à horta. Ainda assim, pelo contexto de localização no interior do quarteirão, estas pretendem manter aspectos de socialização que se reconheciam e valorizavam nas ilhas e que estavam ligados a uma certa ruralidade que se mantinha – e mantém – no interior da cidade do Porto. Ao continuar a mesma escala de construção, estabelecia-se uma relação com os fogos das ilhas reconvertidas, preservando o carácter daquela área.

A adopção dessa escala constituía uma alternativa que entrava em contradição com os interesses especulativos da cidade burguesa. Através da ocupação do interior dos quarteirões, que assegurava agora padrões de higiene e conforto aceitáveis, propunham-se bairros de baixa altura no centro da cidade para a classe mais desfavorecida. Contrariamente à visão mecanicista de Gropius acerca da desadequação entre o modelo da

38 Gropius, Walter, "Case alte, case medie o case basse?" (1930) *in* Grassi, Giorgio (ed.), *op. cit.*, 2007 [1975], pp. 338-344.

39 Também Adolf Loos acabou por desenvolver complexos habitacionais em altura em contexto urbano, como o conjunto projectado em Viena em 1923 que era formado por dois edifícios de apartamentos com terraços e um espaço de pátio comum ao centro, ideia que transpôs para o troço que desenhou no Otto-Haas-Hof, mas cuja concretização acabou por ser simplificada por imposição do município, abandonando-se a inclusão de terraços. Cf. "Collective housing – pursuing the reality of livelihood", *op. cit.,* Junho 2018, pp. 92-135.



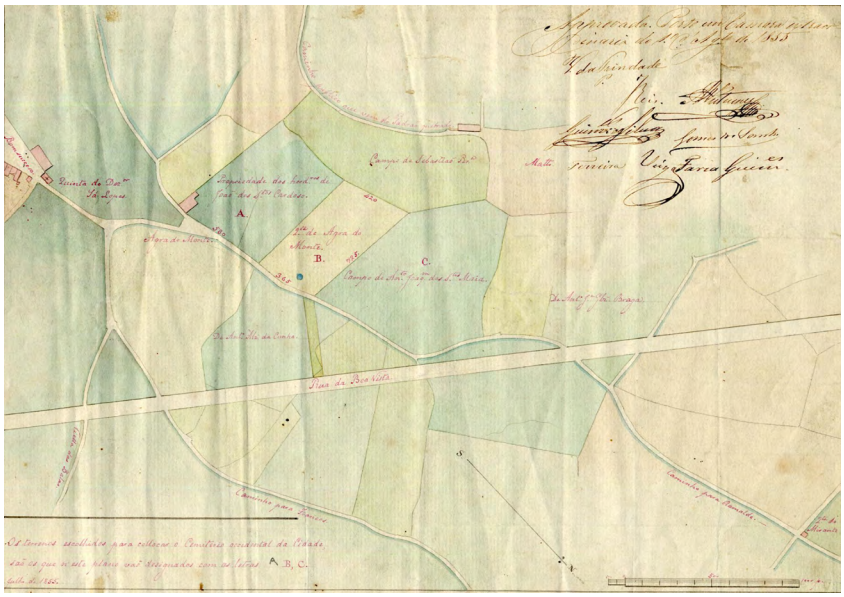
← Vista do jardim da Villa Medici em Roma [1630], pintura de Diego Velázquez.
© Museo del Prado, Madrid

casa unifamiliar e a ideia de cidade, e a uma larga franja da crítica que vê como regressiva a escolha de casas unifamiliares, Giorgio Grassi lembra o projecto da cidade horizontal de Diotallevi, Marescotti e Pagano para uma área central em Milão (1940), no qual se propõe "uma alternativa concreta à cidade especulativa do século XIX" através de uma alteração tipológica, e por isso arquitectónica, que opta pela implantação de casas unifamiliares com pátio no centro urbano[40].

No caso das Antas, essa escolha passa pelo reconhecimento, dignificação e exteriorização da cidade escondida, fazendo face aos ditames do progresso. Esta preservação de características locais – culturais e sociais – revela uma alternativa real para as áreas centrais da cidade do Porto, nomeadamente para a área das Antas que constitui uma área residencial da alta burguesia. Alcança-se assim uma dimensão política e arquitectónica: condições de resistência que persevera (tal como a lavadeira pintada na Villa Medici), como uma de outras ilhas entre os jardins de Velázquez.

40 A proposta de Diatollevi, Marescotti e Pagano apresentava-se como alternativa ao plano de ordenamento municipal que previa a deslocação dos moradores de uma área insalubre e degradada no centro de Milão para o aproveitamento especulativo daquele sector. A opção da utilização de casas-pátio – proposta que se estendia a toda a área central de Milão e que integraria monumentos e torres de escritórios de 20 pisos de modo a manter uma vitalidade urbana diurna – relacionava-se com a dignificação individual como condição fundamental para a vida colectiva. Cf. Grassi, Giorgio, "Tipología residencial en Pavía (un proyecto de fin de carrera)", *La arquitectura como oficio y otros escritos*, Barcelona: Gustavo Gili 1980 [1971], p. 94.

OP15
OPERAÇÃO SAAL DA BOAVISTA



↖ Planta da rua da Boavista e dos terrenos adquiridos para a construção do cemitério de Agramonte, 1855.
© Arquivo Municipal do Porto

A operação SAAL da Boavista surgiu por iniciativa de um grupo de moradores de 35 ilhas e outras habitações degradadas de uma área relativamente extensa na área da Boavista. A área compreendia quarteirões definidos pela Avenida da Boavista, pela rua 5 de Outubro e pela rua Pedro Hispano.

O troço da rua da Boavista entre o campo de Santo Ovídio e a rua de Cedofeita estava a ser traçado em 1784 e ocupava terrenos pertencentes à antiga quinta da Boavista. Só nos anos 1830 é que começou a expandir-se para poente. A avenida da Boavista foi projectada em 1855 e a rotunda da Boavista estava em construção em 1877.[1] Na planta referente aos terrenos adquiridos para a construção do cemitério ocidental, o cemitério de Agramonte, verifica-se que os terrenos da área abrangida pela operação da Boavista eram quintas e que apenas existiam caminhos que ligavam a Francos e Ramalde[2]. A rua 5 de Outubro, outrora rua do Príncipe da Beira, já tinha sido rasgada no último quartel do século XIX[3]. Presume-se, assim, que a construção de alojamento operário só se tenha realizado no final do século XIX. Na planta de Teles Ferreira de 1892 já existiam ilhas na rua 5 de Outubro, na viela que actualmente é a rua de Vanzeleres e na rua João de Deus (antiga rua do Mirante Vanzeller), embora ainda não fossem tão numerosas como se comprovou posteriormente. O processo resultou, não da densificação dos interiores de quarteirão de uma área urbana já desenvolvida, mas da construção de ilhas nos terrenos das antigas quintas que tinham sido divididos em lotes. Aproveitava-se a profundidade dos lotes sem que, em muitas ilhas, existisse qualquer construção à face da rua ou estas ocupassem a totalidade do lote.

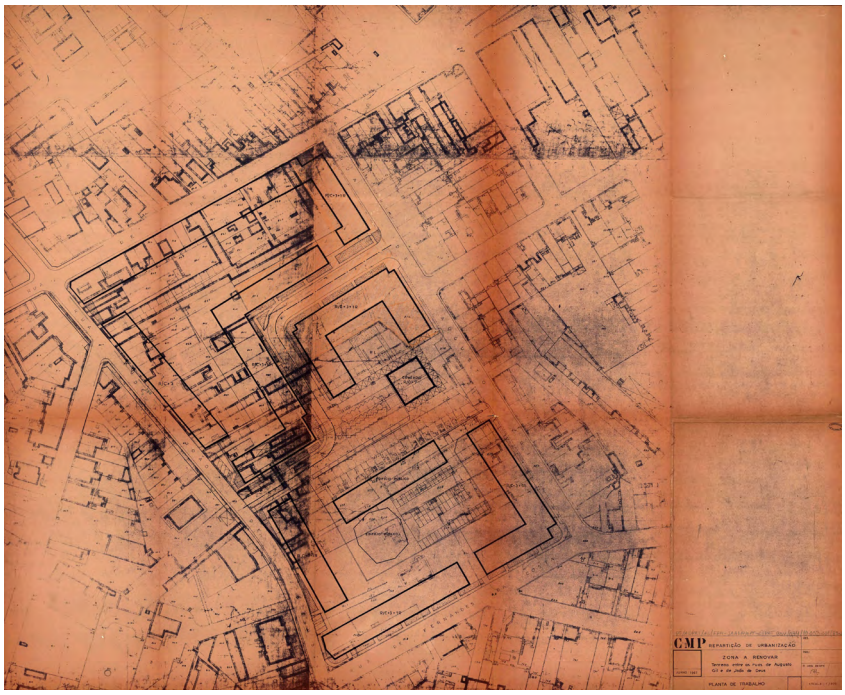
A localização da estação do caminho de ferro da Póvoa, que ligava o Porto até à Póvoa e Famalicão, e da estação da companhia Carris de Ferro do Porto terão facilitado que ali se instalassem diversas indústrias, justificando a necessidade de construção de habitação operária. A partir das fotografias aéreas realizadas entre 1939 e 1940 constata-se que existiam as seguintes indústrias: na rua Te-

1 Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 67.

2 Planta da "Rua da Boavista e terrenos adquiridos para o Cemitério Ocidental", 1855. Cf. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/338514/, consultado a 4 Novembro 2019.

3 Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 106.





↑ Fotografias aéreas da área da Boavista, 1939-40.
© Arquivo Municipal do Porto

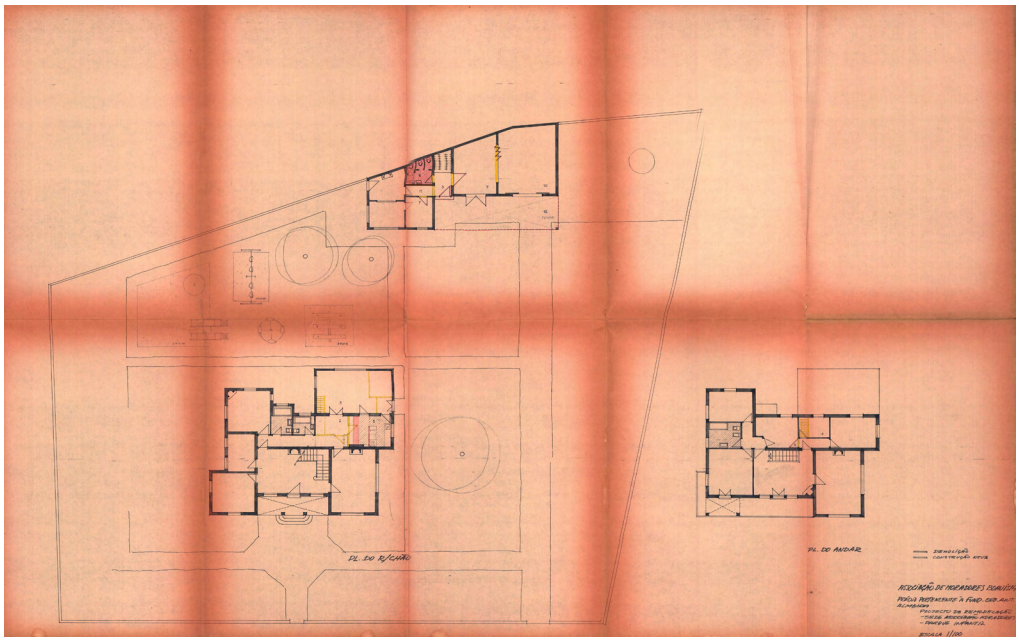
↓ Projecto municipal para o quarteirão definido pelas ruas Pedro Hispano, João de Deus, Fernandes Costa e Augusto Gil, 1967.
© Arquivo Distrital do Porto

nente Valadim, a fábrica de tacos e tira-tacos de curtumes e correias de Paulo da Silva Ranito (n.º 585); na rua Pedro Hispano, a tipografia da livraria Lello & Irmão (n.º 674); na rua Augusto Gil, a fábrica de tecelagem de Armando Monteiro Pinto; na rua 5 de Outubro, a fábrica de moagem Brites Rodrigues & C.ª, Ltd. (n.º 154); na rua dos Vanzeleres, a fábrica de malhas de Domingos Fernandes & C.ª (n.º 337); e na avenida da Boavista, a fábrica de jogos Majora (n.º 856).

Em meados do século XX, a área da Boavista conheceu uma rápida transformação urbana. Enquanto até então era uma área caracterizada por terrenos agrícolas, residências da média e alta burguesia e pequenas indústrias e ilhas, nos anos 1960 e 1970 começou a formar-se um novo centro urbano onde o sector terciário e o comércio de luxo se desenvolveram[4], alterando substancialmente o tipo de ocupação territorial. Esta alteração da vocação espacial da área gerou uma pressão imobiliária nos terrenos ocupados pela população mal-alojada, começando pelas ilhas da rua 5 de Outubro.

Ainda que o Plano Director de 1962 não entrasse em conflito com as áreas ocupadas pela habitação operária (entre os elementos previstos estavam a instalação de uma escola primária, de um centro cívico, a expansão da estação da Boavista e equipamento desportivo para a área do Bessa), estudos municipais posteriores implicariam a demolição de ilhas localizadas naquela área. O projecto municipal de 1967 para o quarteirão definido pelas ruas Pedro Hispano, João de Deus, Fernandes Costa e Augusto Gil propunha a construção de um conjunto residencial para uma classe mais abastada que previa a demolição total das ilhas existentes, o que, consequentemente, acarretaria a transferência dos moradores das ilhas para outros locais. Outro estudo municipal mais tardio, realizado em Maio de 1975, propunha a construção de um parque de estacionamento nos terrenos interiores da rua 5 de Outubro, ao longo da linha férrea, implicando igualmente a demolição das ilhas aí localizadas.

4 Anni Günther Nonell, Rui Tavares, "Oporto" *in* Guàrdia, M.; Monclús, F. J.; Oyón, J. L. (dir.), *Atlas histórico de ciudades europeas, Vol. 1 - Peninsula Ibérica*, Barcelona: Salvat, 1994-1996, p. 146; sobre a relação entre comércio e a transformação do espaço urbano na área da Boavista, cf. Fernandes, José A. Rio, *Porto: cidade e comércio*, Porto: CMP, Arquivo Histórico, 1997.



← Planta do projecto de remodelação do edifício utilizado para alojar a sede da Associação de Moradores da Boavista.
© Arquivo Distrital do Porto

Em Março de 1975 foi formada a operação SAAL da Boavista, cuja brigada técnica estava à responsabilidade de João Resende e João Godinho. Dela também fizeram parte o arquitecto José Luís Milho, os auxiliares técnicos Paula Araújo Silva, Jorge Barbosa e Carlos Claro, os desenhadores António Moreira e António Oliveira e o engenheiro Artur Santos Leite.

No primeiro contacto com a população, procurou-se fazer uma análise das características da área, inventariar as ilhas existentes e o estado de habitabilidade e conservação, e identificar os terrenos livres nas proximidades que permitiriam a expansão do conjunto. Foi assim definida a Unidade Operacional, que englobava vários troços dos quarteirões delimitados pelas ruas: 15 de Novembro, Vanzeleres e a avenida da Boavista; Vanzeleres e 5 de Outubro; 5 de Outubro e a linha do caminho de ferro; Vanzeleres, Fernandes Costa e Moreira de Sá; Fernandes Costa, João de Deus, Pedro Hispano e Augusto Gil; João de Deus, Belos Ares e avenida da Boavista; Belos Ares, Pedro Hispano e avenida da Boavista; e João de Deus, Pedro Hispano e Tenente Valadim (ver planta na página seguinte). O terreno entre as ruas João de Deus, Pedro Hispano e Tenente Valadim serviria para a expansão do bairro. No terreno do outro lado da rua Tenente Valadim, nos edifícios pertencentes à casa do engenheiro Eugénio de Almeida (posteriormente convertida em fundação), alojou-se a sede da Associação de Moradores. Lá também seriam localizados uma biblioteca, serviços clínicos, serviços sócio-culturais e sala para reuniões internas, e um parque infantil[5]. Esse equipamento viria colmatar a ausência de assistência social, cultural e de saúde naquela área, apesar de bem servida em termos de comércio e transportes. A obtenção de instalações para a Associação facilitou a organização e mobilização dos moradores, através da promoção de eventos sociais e culturais que dinamizavam a população e contribuíam para a vitalidade e evolução do seu papel político. Refere-se, no entanto, que estas instalações não seriam permanentes, visto que, com o andamento do processo, a Associação foi convidada a realizar as suas reuniões já não no auditório, mas em instalações anexas, até o acesso lhe ter sido vedado[6]. Uma nova sede viria a ser proposta para

5 O parque infantil foi inaugurado em Junho de 1976. Cf. "As crianças da Boavista já têm parque infantil", *Comércio do Porto*, 20 Junho 1976.

6 "As primeiras reuniões com a Assembleia de Moradores fizeram-se numa sala pequena com condições miseráveis, numa escola primária que existia na altura na esquina de João de Deus com Pedro Hispano, e lá perto morava um senhor muito rico, o Eng.° António Almeida, onde é agora a Fundação, e quando ele soube que fazíamos ali as reuniões tão perto dele ofereceu o auditório da casa dele para reunirmos lá, sabe porquê? Porque tinha medo do povo e dos ocupas, então pensou «mais vale ceder-lhes o espaço antes que eles se venham cá meter». Mas com o passar do tempo, e com o aproximar apocalíptico do fim do SAAL, o Eng.° gradualmente passou-nos do auditório para a garagem, e depois da garagem para uma zona coberta no jardim, até que nos mandou dali para fora." Artur Santos Leite *cit. in* Walton, Sara, "Entrevista a arq. João Resende e eng. Artur Santos



↑ Planta de ordenamento da operação SAAL da Boavista, Outubro 1975. © Arquivo Distrital do Porto

o interior do quarteirão maior, com acesso pela rua de Augusto Gil.

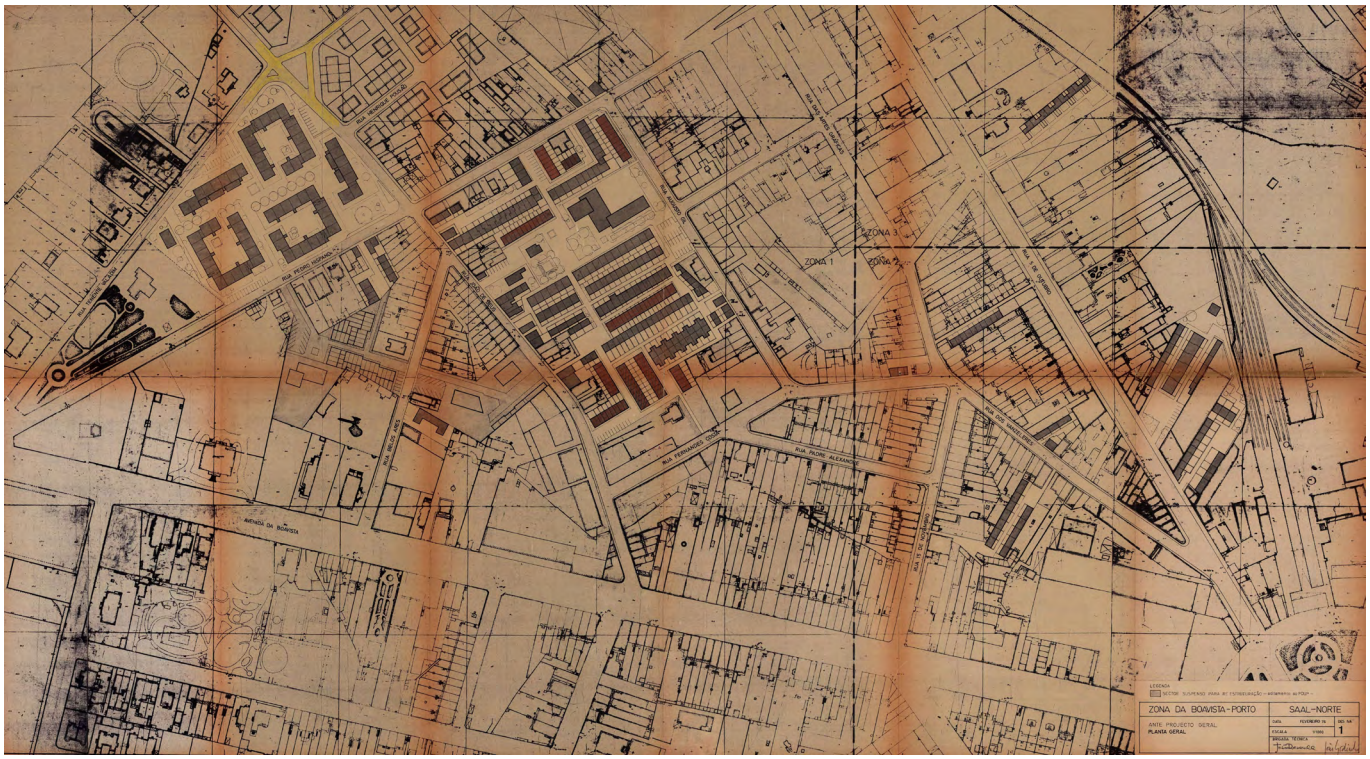
Da análise realizada, as 35 ilhas existentes contabilizavam 484 casas, havendo ainda outros casos de habitação insalubre que não correspondiam ao tipo de ilha e que se encontravam dispersos um pouco por toda a área. Chegou-se ao número total de 539 habitações degradadas, para uma população de cerca de 1.720 habitantes. Como nalguns casos havia aglomerados familiares que coabitavam no mesmo espaço, seriam necessários 564 fogos para a população inquirida. Estudos preliminares permitiram averiguar que a recuperação das ilhas existentes daria origem a 333 fogos, pelo que a operação deveria contemplar 231 habitações novas, o que seria possível de concretizar já que os terrenos livres existentes nas imediações tinham capacidade para cerca de 250 fogos. Faltava, contudo, saber se 8 das 35 ilhas que não haviam aderido ao Processo por não existir internamente uma decisão maioritária para a sua inclusão viriam a estar englobadas no projecto de conjunto.

Embora a comunicação fosse dificultada pela extensão da operação, a Brigada refere que a Associação de Moradores tinha uma grande capacidade de controlo do processo e que era muito consciente quanto à necessidade de uma acção mais ampla que não se cingisse somente ao problema da habitação. Contudo, constata que, ao nível da participação nas discussões relativas ao projecto, os moradores se continham, aguardando a apresentação da solução definitiva.[7]

A apreciação da área permitiu concluir que existiam núcleos distintos: um maior e mais uniforme correspondente às ilhas localizadas no quarteirão definido pelas ruas João de Deus, Pedro Hispano, Augusto Gil e Fernandes Costa, onde seria possível recuperar as casas de ilhas e construir equipamentos e fogos novos nos terrenos livres disponíveis nesse quarteirão; um outro núcleo, menos coeso, que abrangia as ilhas da rua 5 de Outubro, mas que tinha uma ocupação mais polarizada e sem possibilidade de ligação entre elas, dificuldade esta acrescida pela pressão imobiliária que se fazia sentir e pelo

Leite", *Disparidades dos limites que compõem o espaço urbano: o limite da cidade vs. o limite da casa no SAAL Boavista*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2016, p. 187.

7 Brigada técnica da zona da Boavista, "Documento para o 1.º Encontro SAAL/Norte", 10 Julho 1975, documento consultado no ADP.



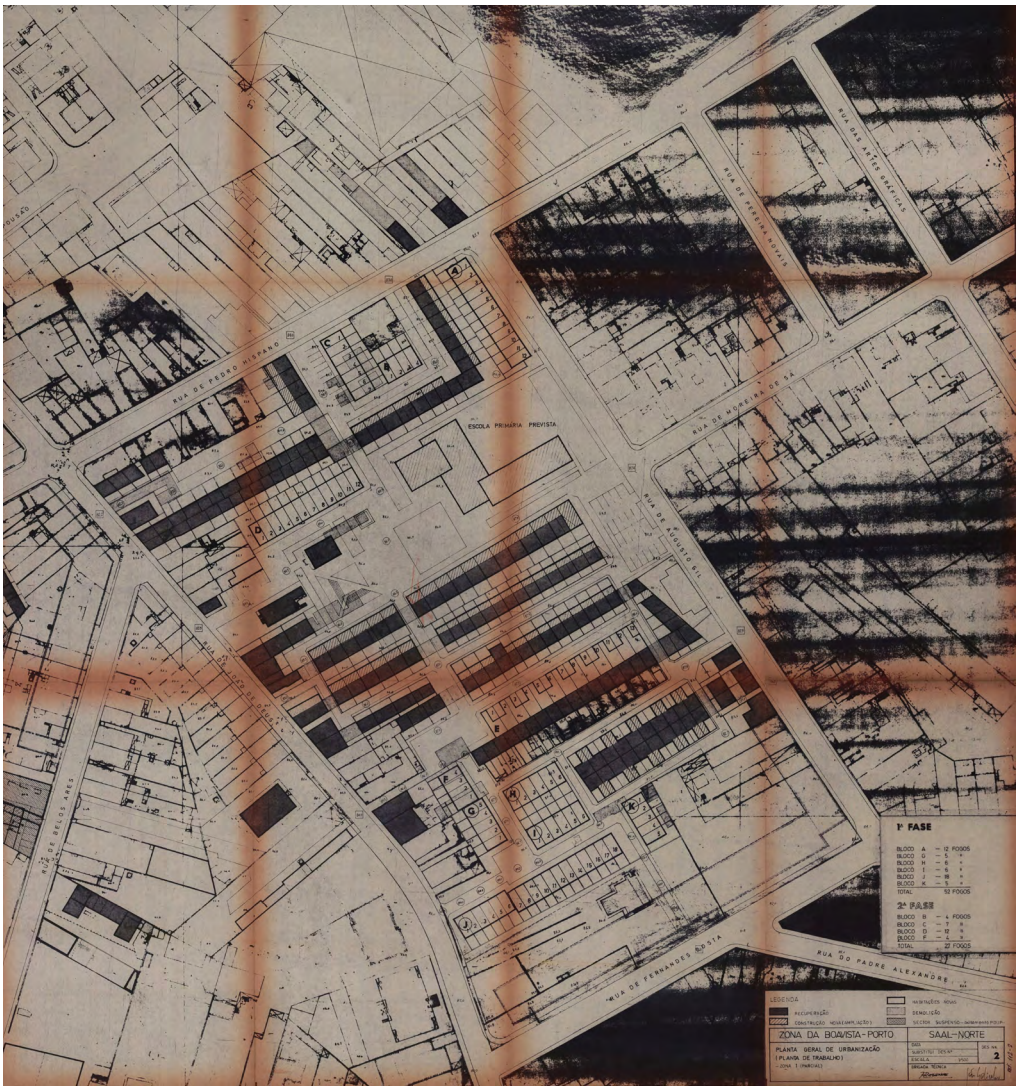
↑ Planta do ante-projecto geral elaborado para a operação SAAL da Boavista, Fevereiro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

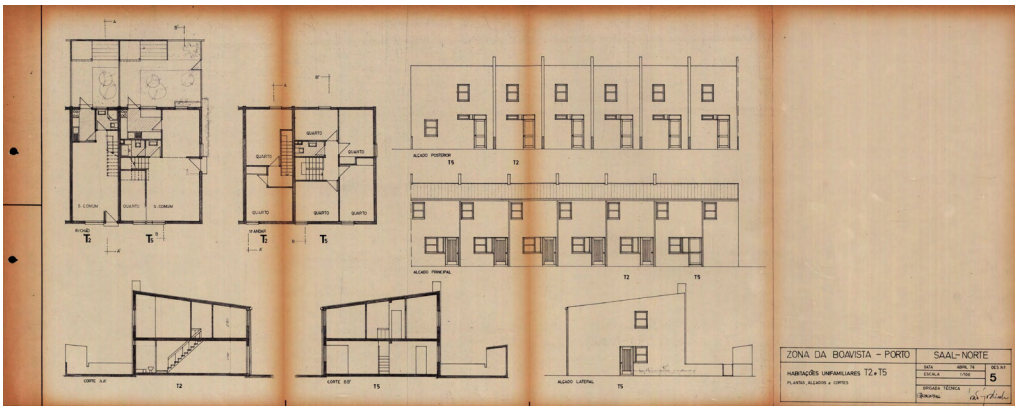
projecto para um parque de estacionamento elaborado pela Câmara Municipal; e um terceiro grupo que englobava as várias habitações dispersas na área, algumas irrecuperáveis, outras passíveis de ser recuperadas através da adopção de medidas particulares para cada caso e uma maioria de situações em que, resolvido o problema de sobreocupação, teriam condições de alojamento adequadas. O objectivo passaria por conseguir tornar aquele conjunto urbano um todo uno, ainda que se constatasse que isso seria mais facilmente concretizável no primeiro grupo, que era mais homogéneo e coeso, e por isso era lá que os vários esforços se concentravam.

Começou a esboçar-se uma hipótese de ordenamento de todo o conjunto com a elaboração da Declaração de Utilidade Pública que seria primeiramente apresentada em Outubro de 1975 e revista em Março de 1976. Nessa hipótese delimitam-se os terrenos a expropriar, as áreas de habitação degradada a recuperar em duas fases, as áreas de expansão para construção nova, as áreas onde a construção deveria ser condicionada mediante medidas cautelares, as áreas verdes privadas a preservar por se considerarem de interesse público e as áreas para equipamento colectivo. Para além dos edifícios que existiam (escolas primárias, escola secundária, uma instituição de ensino para crianças inadaptadas, o centro de cultura popular na avenida da Boavista e o centro desportivo do Bessa), assinala-se o local de implantação da já prevista escola primária João de Deus no Plano Director e os vários equipamentos propostos. A proposta contemplava uma escola materno-infantil, um lar de idosos, espaços para comércio e artesanato, uma cooperativa de consumo, um pavilhão gimno-desportivo, um local para assistência médica e social e uma creche. Os terrenos definidos como área de expansão para construção nova localizavam-se no quarteirão formado pelas ruas Pedro Hispano, Tenente Valadim e João de Deus, no quarteirão delimitado pelas ruas João de Deus, Fernando Costa, Augusto Gil e Pedro Hispano (com duas áreas de expansão previstas) e no interior do quarteirão formado pelas ruas de Belos Ares, Pedro Hispano e avenida da Boavista. Quanto às áreas de habitação degradada a recuperar, iniciavam-se estudos para a recuperação dos 28 núcleos identificados na planta de ordenamento.

↑ Planta geral do primeiro núcleo.
© Arquivo Distrital do Porto

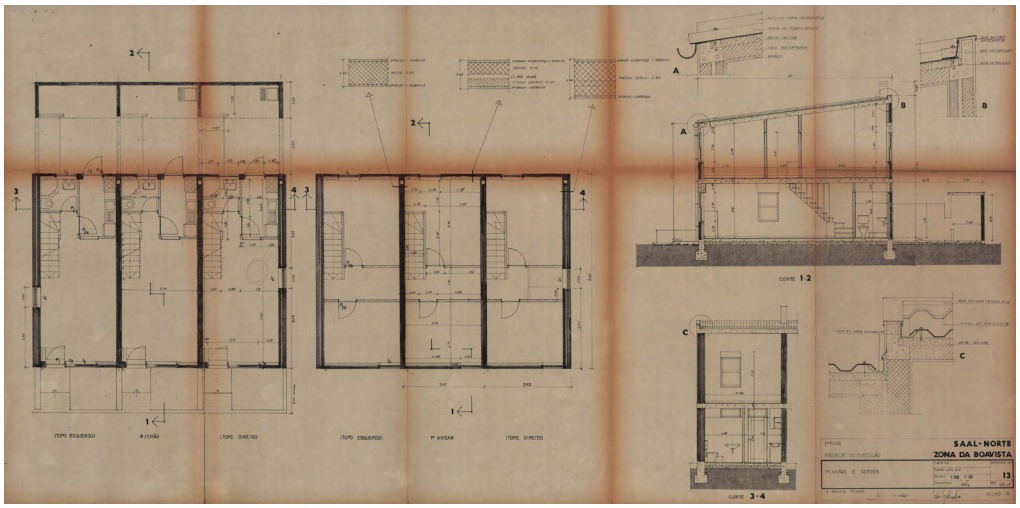
↓ Plantas, cortes e alçados de fogos novos a construir no primeiro núcleo, Abril 1976.
© Arquivo Distrital do Porto





De seguida elaborou-se o ante-projecto geral, apresentado logo em Fevereiro de 1976, com uma proposta que seria continuada com o decorrer do processo. A estratégia do projecto distinguia três núcleos principais: o já identificado núcleo correspondente ao quadrilátero formado pelas ruas João de Deus, Pedro Hispano, Augusto Gil e Fernandes Costa; um núcleo de construções novas a realizar no quarteirão triangular definido pelas ruas Tenente Valadim, João de Deus e Pedro Hispano; e um terceiro grupo que diz respeito às intervenções pontuais a realizar para a recuperação dos casos de habitação degradada que estavam implantados de forma dispersa, concentrando-se sobretudo na área junto à rua 5 de Outubro.

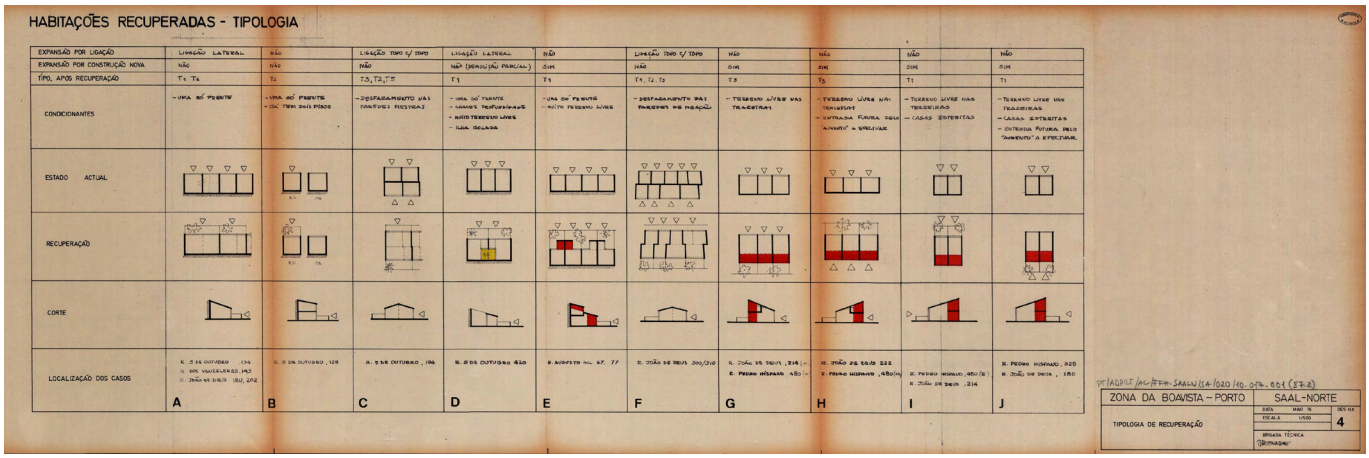
O primeiro núcleo referido, e que corresponde ao quarteirão principal de intervenção onde a proposta foi mais desenvolvida, conjugaria a recuperação de algumas ilhas



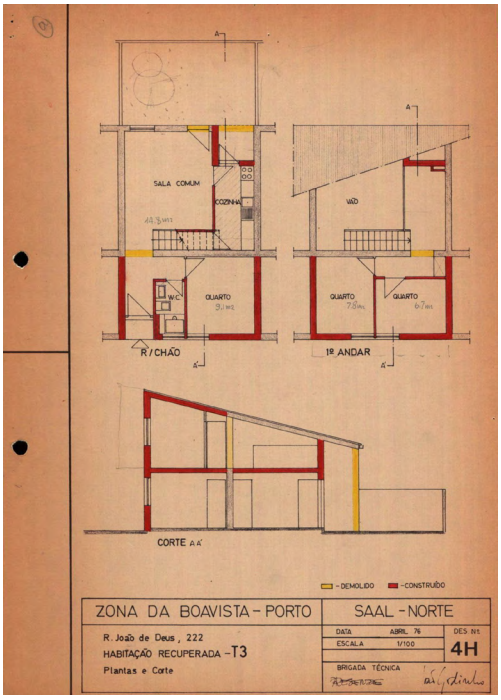
← Plantas e cortes dos fogos novos a construir na primeira fase, projecto de execução, Julho 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

existentes e a construção de fogos novos. As maiores ilhas do quarteirão seriam recuperadas, na sua maioria através da agregação de novos volumes que permitissem aumentar a área de implantação das casas e dotá-las de duas frentes, mas seriam feitas algumas demolições de modo a permitir a comunicabilidade entre elas. Trata-se de ilhas que ocupavam a profundidade quase total do quarteirão no sentido nordeste--sudoeste e que, na proposta, seriam interrompidas para a criação de ligações entre as partes do conjunto. Pode dizer-se que o quarteirão seria atravessado por dois eixos longitudinais perpendiculares às ilhas, ainda que não sejam lineares, que transformariam de modo significativo a sua organização, tornando-o mais permeável. O eixo mais a sul possibilitaria a passagem de viaturas. Quanto aos restantes arruamentos de acesso às casas, a circulação automóvel estaria limitada a serviços de emergência, existindo algumas bolsas de estacionamento nos espaços que marginam o quarteirão. A área central, nos terrenos que estavam livres, tornar-se-ia o espaço colectivo por excelência, onde estaria localizada a escola primária prevista no Plano Director, reservando-se o restante espaço para convívio, espaços verdes e alguns equipamentos de apoio. Outros espaços livres dispersos pelo quarteirão poderiam ter utilizações variadas.

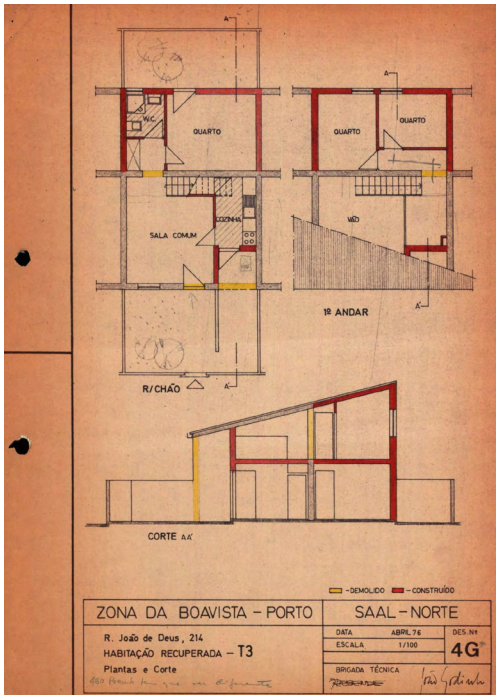
Os edifícios novos a construir consistiriam em habitações unifamiliares de dois pisos dispostas em banda que ocupariam os restantes terrenos vagos no interior do quarteirão, seguindo uma lógica de ocupação semelhante à das ilhas a recuperar. Daqui se pode perceber a estratégia seguida pela Brigada para conseguir uma estrutura homogénea em todo o conjunto, tanto no que diz respeito à escala como à forma de implantação. As bandas de casas complementam a malha urbana sugerida pelas ilhas, colocando-se em sequência a estas (blocos C, D, E, H, I, J), rematando as traseiras das casas à face da rua (blocos B, F, G, K) ou, no caso do bloco A, formando uma frente de rua. No caso do bloco E, que não é referido na memória descritiva relativa ao projecto, presume-se que as casas teriam apenas uma frente e que a entrada seria feita a partir do pátio. Quanto à organização dos fogos, a entrada nas habitações novas T2 teria um espaço com uma profundidade de 2 metros que ficaria ao cuidado de cada casa. Entrar-se-ia através da sala com uma largura de 3,34 metros que teria o quarto-de-banho e uma cozinha voltados para as traseiras. A cozinha daria acesso ao logradouro, onde ao fundo existiria uma arrecadação para lavagem de roupa. A escada, encostada à parede de meação, subiria no sentido contrário ao da entrada, dando acesso a dois quartos no piso superior, um voltado para cada fachada. Os vãos verticais, algo contidos, teriam caixilharia de madeira com janelas em guilhotina. Todos os espaços teriam iluminação e ventilação natural, inclusivamente o quarto-de-banho. A cobertura de uma água que desceria no sentido da entrada teria uma inclinação sua-



↑ Tipologias de recuperação das ilhas, Maio 1976.
© Arquivo Distrital do Porto



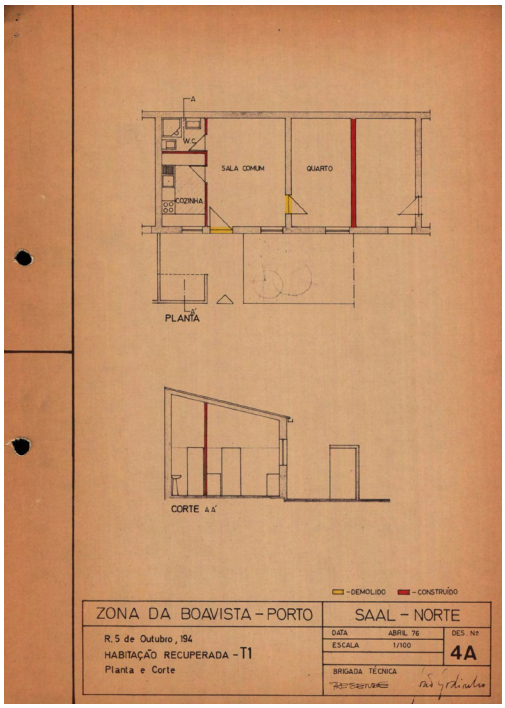
← Projecto para a recuperação de casas na ilha n.º 222 da rua João de Deus, Abril 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

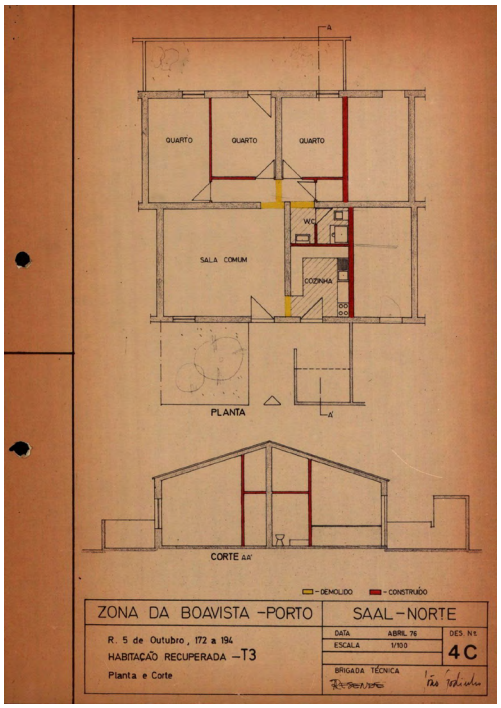


→ Projecto para a recuperação de casas na ilha n.º 214 da rua João de Deus, Abril 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

ve e seria assumida nos topos das bandas. Embora a casa tivesse 7,60 metros de profundidade, somando o logradouro e o espaço exterior na entrada esta perfaria um total de 13,60 metros.

Quanto à recuperação das ilhas deste quarteirão, observam-se várias soluções diferentes. No caso da ilha com acesso pela rua Pedro Hispano, a forma em "U" seria quebrada de modo a formar um "L" paralelo aos blocos A e B e permitir o atravessamento no outro lado, preservando apenas 4 casas de ilha do outro braço. Para além de cada uma das casas passar a dispor de um espaço de pátio de entrada e logradouro (à semelhança das casas novas), construir-se-iam volumes agregados às casas que permitiriam o acrescento de área (soluções G, H e I da tipologia apresentada para as habitações a recuperar). Como a ilha localizada entre o bloco D e a rua Pedro Hispano não dispunha de terreno livre para a construção de anexos, aproveitava-se o facto de as bandas de casas se encostarem costas com costas para uni-las transversalmente, passando estas a ter duas frentes e logradouro nas traseiras (correspondente à tipologia F). Nas quatro ilhas consecutivas implantadas na área central do quarteirão, a solução passaria por criar dois atravessamentos transversais a elas – correspondentes aos eixos longitudinais que uniriam todo o conjunto – que implicariam a demolição de algumas das casas. As restantes casas seriam aumentadas através da construção de acrescentos, com excepção do troço mais curto a sudoeste, onde as casas seriam unidas lateralmente de modo a au-



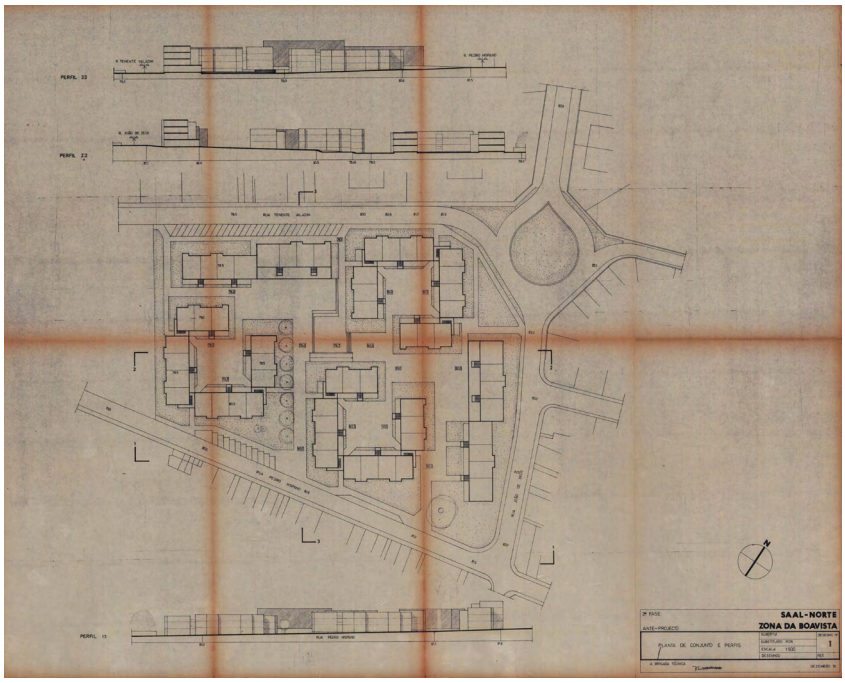


← Projecto de recuperação de casas da ilha n.º 194 da rua 5 de Outubro, Abril 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

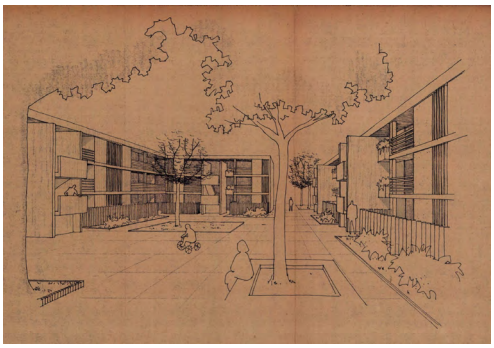
→ Projecto de recuperação de casas das ilhas n.º 172-195 da rua 5 de Outubro, Abril 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

mentar a área, e da última banda mais a sul, onde eventualmente se aumentaria a área através do acrescento de um piso. Todas as casas teriam logradouro, passando a ter duas frentes, com excepção da última banda da ilha recuperada que teria apenas uma frente para o logradouro, por onde se entraria. Relativamente à ilha seguinte, com entrada a partir da rua de Augusto Gil, as casas manter-se-iam apenas com uma frente, e nos espaços correspondentes aos logradouros, por onde se faria a entrada, seria acrescentado um volume e aumentar-se-ia um piso. De modo semelhante ao que aconteceria às outras ilhas mencionadas, seriam demolidas algumas casas para permitir o seu atravessamento. Quanto aos restantes casos mais pontuais, a recuperação das ilhas seguiria as estratégias mais favoráveis a cada situação particular. Algumas casas implantadas à face das ruas também seriam recuperadas.

Não se conhece um projecto de conjunto para o grupo que reúna as intervenções a realizar em habitações degradadas implantadas de modo disperso. Ainda assim, a partir das propostas individuais desenvolvidas e sistematizadas em Abril e Maio de 1976 num esquema com a tipologia para a recuperação das ilhas é possível observar como as soluções a adoptar aproveitavam ao máximo a estrutura existente, procurando melhorar as condições habitacionais dos fogos consoante as possibilidades específicas de cada situação. Nuns casos, não havendo espaço para adicionar um novo volume, a solução passaria por recuperar as casas de dois pisos e uma frente, acrescentando um pátio de entrada (tipologia B, que se aplica ao caso da ilha da rua 5 de Outubro com o número 128). Nos casos em que as casas de ilha tinham apenas um piso e não era possível fazer um anexo, outra solução seria a união de casas lateralmente, transformando duas casas numa, ou três casas em duas, mantendo apenas uma frente onde seria acrescentado um pátio (tipologia A, correspondente ao número 134 da rua 5 de Outubro e aos números 143 e 160 da rua dos Vanzeleres). Outra solução era proposta para os casos em que, não existindo espaço para a construção de novos volumes, as casas se encostavam costas com costas, sendo possível uni-las transversalmente. Assim sendo, as casas passavam a ter duas frentes, pátio na entrada e logradouro, e a cobertura das casas seria de duas águas (tipologia C, verificada nalguns casos da ilha na rua 5 de Outubro entre os números 172 e 194). Quando não era possível construir acrescentos, mas existia algum terreno livre, optava-se por unir casas lateralmente, transformando três casas em duas por exemplo,



↑ Planta e perfis do projecto para o segundo núcleo, Dezembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto



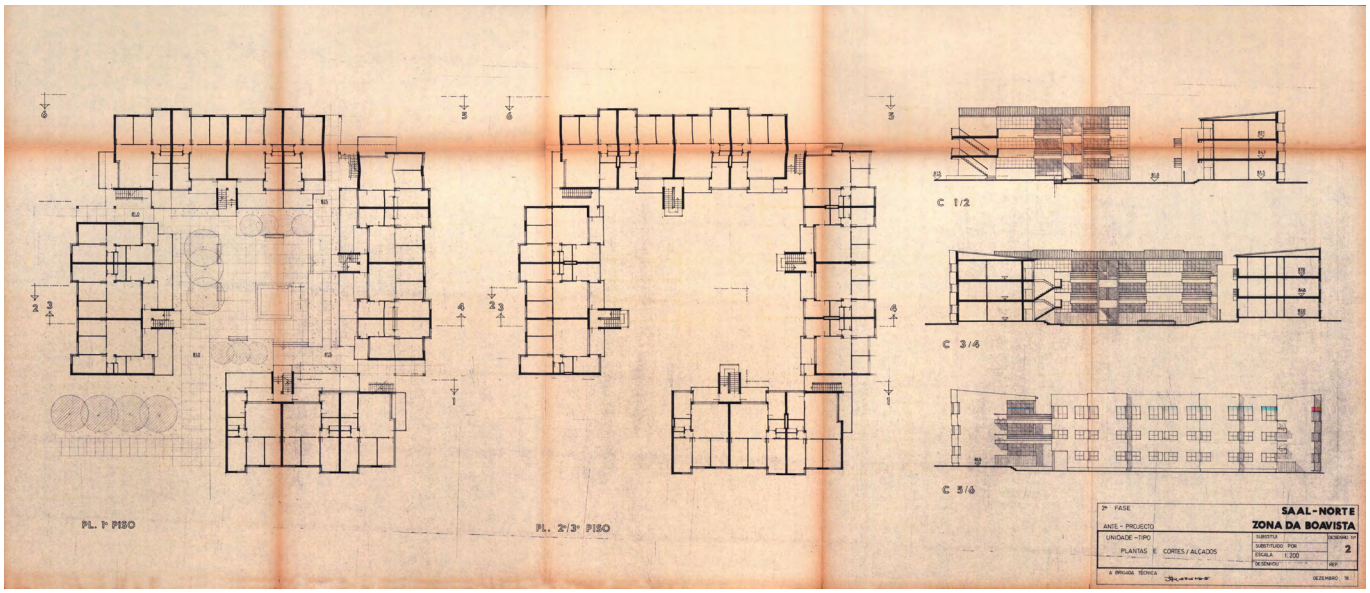
↗ Perspectiva dos espaços livres entre os edifícios do segundo núcleo.
© Arquivo Distrital do Porto

e criar um pátio entre elas, bem como um pátio de entrada (tipologia D, aplicável à ilha com o número 420 na rua 5 de Outubro). Na ilha correspondente ao número 323 da rua 5 Outubro, onde existe um atravessamento entre esta rua e a rua dos Vanzeleres – a travessa dos Vanzeleres –, as casas seriam recuperadas para pequenos estabelecimentos de comércio e para oficinais artesanais. Na ilha com o número 294 da rua dos Vanzeleres o tipo de recuperação a realizar não foi definido, encontrando-se suspenso também pela não adesão ao processo da ilha contígua, a ilha das Grades. Nas ilhas com os números 517 e 531 da rua Pedro Hispano optava-se apenas pela manutenção e recuperação das casas com fachada para a rua e pela demolição das casas de ilha, visto tratar-se de ilhas muito pequenas com casas em mau estado de conservação. Nas ilhas com os números 306, 314 e 328 da rua Pedro Hispano procurava-se unir as ilhas num único conjunto, eliminando para isso algumas casas da ilha com o número 314 e o edifício à face da rua com o número 318, através do qual seria feito o acesso. Criar-se-ia um espaço de uso colectivo entre as casas laterais que seriam aumentadas através da construção de novos volumes anexos, apesar de não ser possível identificar qual a tipologia de recuperação escolhida entre as hipóteses E, G, H, I ou J. No número 94 da rua de Belos Ares previa-se a recuperação do edificado para criar alojamento para idosos, que consistiria tanto em alojamento individual como na concepção de equipamentos colectivos (cozinha, refeitório e instalações sanitárias).

Não sendo possível criar um conjunto coeso para a recuperação dos vários casos enumerados, procurava-se unir as ilhas com os números 128, 134 e 172-194 da rua 5 de Outubro através de um percurso criado paralelamente à linha férrea, onde seriam instalados um parque infantil e um pequeno pavilhão de apoio. Quanto à ilha com o número 143 da rua dos Vanzeleres, propunha-se a demolição das últimas duas casas de modo a permitir o atravessamento do quarteirão, ficando ligada à rua 15 de Novembro através do acesso à ilha Aurora, contígua à primeira. Nos restantes casos, manter-se-ia o isolamento de cada núcleo, embora os espaços livres fossem muito mais generosos e, no caso das ilhas unidas na rua Pedro Hispano, se providenciasse um espaço maior de uso colectivo.

No núcleo respeitante ao quarteirão triangular formado pelas ruas Tenente Valadim, João de Deus e Pedro Hispano, como o terreno estava praticamente livre a intervenção consistiria somente na construção de 180 fogos novos[8]. O edifício existente na esquina entre as ruas João de Deus e Tenente Valadim não seria aproveitado e manter-se-ia apenas a árvore centenária na esquina entre as ruas João de Deus e Pedro Hispano. Nes-

8 Informação relativa ao número de fogos conforme o indicado em relatório da Brigada. Cf. Brigada técnica da Zona da Boavista, "Relatório referente ao período de 15 de Outubro a 15 de Novembro 76", 15 de Novembro de 1976, p. 2, documento consultado no ADP.



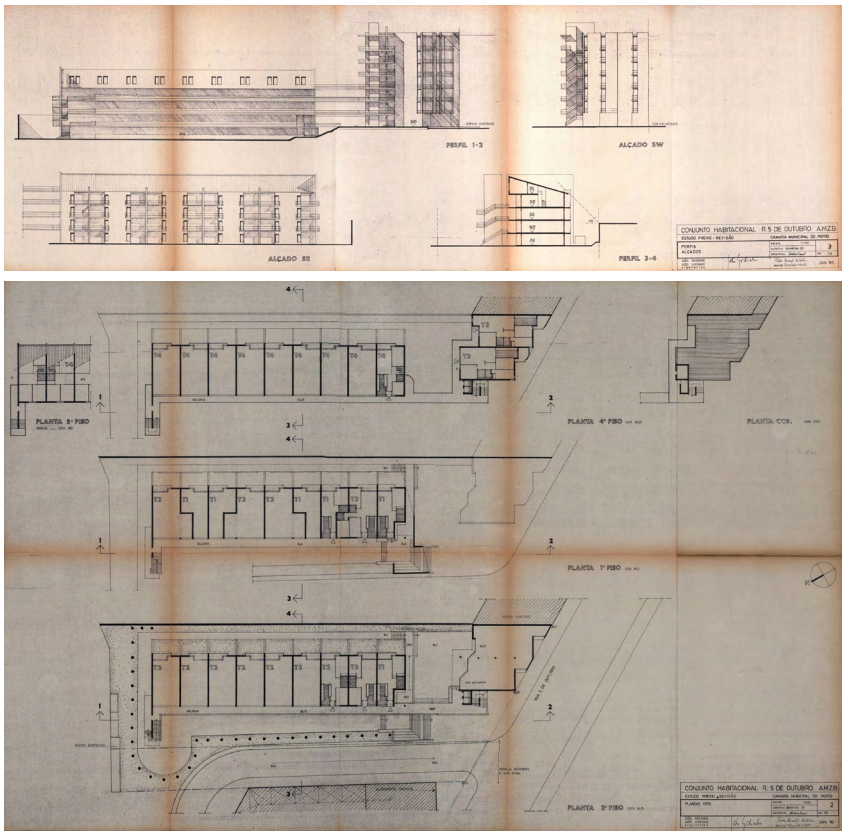
↑ Plantas, cortes e alçados do projecto para a unidade-tipo do segundo núcleo, Dezembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

te quarteirão, a escala de construção seria diferente, visto não existirem constrangimentos, apresentando-se soluções de habitação plurifamiliar com três e quatro pisos. Os edifícios ocupariam a quase totalidade do terreno, estando um pouco recuados em relação à rua e agrupando-se de modo a criar espaços livres entre eles. Enquanto dois conjuntos de blocos se dispõem paralelamente à rua, onde se previa no piso térreo a instalação de comércio ou outro tipo de equipamentos colectivos, cada um dos restantes três conjuntos forma uma unidade, organizando-se em torno a uma espécie de praça ou espaço comum, sem estar fechada. Os vários espaços livres estariam conectados através de passagens com diferentes dimensões e, como os edifícios se ajustariam à topografia do terreno, seriam essas passagens a fazer a transição entre cotas, como se pode ver no espaço central do quarteirão. Esses espaços seriam pavimentados e ajardinados, com várias árvores, e reservava-se acesso automóvel apenas para recolha de lixos e eventuais emergências. Nos conjuntos organizados em torno a um espaço livre de forma aproximadamente quadrangular, os edifícios dispõem-se em forma tipo espiral. As escadas exteriores voltadas para o espaço central dão acesso a dois fogos T3 por piso, entrando-se a partir de uma varanda para onde estão voltadas a sala e a cozinha[9]. Este sistema é semelhante ao acesso por galeria, mas, por servir apenas dois fogos, permite que cada fogo tenha o seu espaço exterior de acesso autónomo, funcionando como varanda. Os quartos estariam voltados para o outro alçado, com o quarto-de-banho localizado entre a cozinha e os quartos. Apesar de este esquema dizer respeito à unidade-tipo, não é possível averiguar se nos outros conjuntos a organização se manteria.

Embora o projecto para os vários núcleos estivesse praticamente terminado, sendo possível iniciar imediatamente as obras da primeira fase, a não tomada de posse dos terrenos, a extinção do Processo SAAL e a absorção das operações pela Câmara no final de 1976 ditou o final desta fase do Processo. No entanto, contrariamente àquilo que se passou com outras operações, o município convidou os arquitectos da Brigada para desenvolverem uma nova proposta para o quarteirão formado pelas ruas João de Deus, Pedro Hispano, Augusto Gil e Fernandes Costa. As directrizes iam no sentido de dar continuidade ao primeiro plano municipal de 1967 proposto para esse terreno, que previa a demolição das ilhas existentes e a construção de um conjunto de 20 blocos de habitação plurifamiliar[10]. Ainda que houves-

9 Considera-se que os fogos seriam T3, apesar de se ter acedido apenas à planta de um dos conjuntos em que a organização interior dos fogos é detalhada.

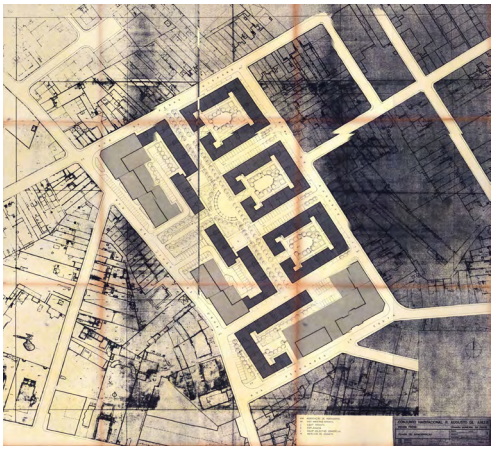
10 "Considera-se que a proposta de intervenção em parte mais não é que a manutenção das ilhas, embora viessem a ser salubrizadas e beneficiadas, mantinham um tipo semelhante de habitação que se pretende extinguir." Gabinete de Planeamento, sector 1.1,



↗ Planta da proposta elaborada pelos arquitectos João Resende e João Godinho para o quarteirão respeitante ao primeiro núcleo, Junho 1979.
© Arquivo Distrital do Porto

↑ Plantas, cortes e alçados do projecto elaborado pela dupla de arquitectos para o lote ocupado uma ilha na rua 5 de Outubro, Janeiro 1980.
© Arquivo Distrital do Porto

se alguma liberdade para alterar o projecto, como manifestado por João Resende[11], o desenvolvimento desta solução subvertia os princípios primeiramente defendidos pelos arquitectos e que haviam sido acordados pelos moradores, o que não deixa de ser paradoxal. A solução apresentada, e que foi sendo progressivamente revista, propunha a construção de edifícios de quatro pisos a ocupar tanto os terrenos livres como aqueles ocupados pelas ilhas. A variante ao plano camarário aumentaria o número de fogos de 344 para 420, mantendo a ideia de um elemento axial na forma de rua-alameda e da localização dos equipamentos no espaço central. No fundo, adaptava-se a solução desenvolvida ainda no âmbito do SAAL para o terreno triangular, onde os edifícios organizados em unidades formariam praças in-



teriores, pretendendo simular o tipo de relacionamento social das ilhas. Deste projecto foram construídas apenas quatro bandas com acesso pela rua Augusto Gil, que pertencem à Cooperativa da Zona da Boavista, ocupando os terrenos que estavam livres. As restantes ilhas permanecem até hoje, tendo uma delas sido recuperada recentemente, numa solução que mantém alguns dos moradores mais antigos e reserva as restantes casas para alojamento local e arrendamento por períodos de maior duração.

Os mesmos arquitectos terão elaborado em Janeiro de 1980 uma proposta para um terreno ocupado por uma ilha na rua 5 de Outubro, propondo a sua demolição e substituição por dois edifícios, um de 7 pisos à face da rua ligado por galeria a outro edifício de 4 pisos que ocuparia o interior do quarteirão. No total, este conjunto perfaria 50 fogos, numa solução mais densa que os arquitectos justificam com o valor do terreno. Este projecto não avançou para a fase de concretização, mas recentemente esta ilha foi demolida e substituída por um edifício de habitação plurifamiliar. Também a ilha com o número 172-192 já tinha sido substituída pelo centro comercial Sirius. Quanto ao quarteirão no terreno triangular formado pelas ruas João de Deus, Pedro Hispano e Tenente Valadim, a proposta elaborada foi abandonada e lá foi construído um conjunto habitacional para uma classe mais abastada.

"Memória descritiva e justificativa: zona da Boavista", 8 Julho 1977, documento consultado no ADP.

11 "A Planta que apresenta como sendo da C.M. do Porto datada de 67 foi entregue pelos Serviços Municipais ao Arq.to Godinho para ser cumprida, em substituição da nossa anteriormente aprovada. Tivemos todavia a oportunidade de a conformar com o nosso «gosto», invocando a necessidade de efectuar a execução das primeiras casas com o terreno livre disponível e só depois proceder a demolições (da totalidade das casas de ilhas identificadas). Viria a ficar por aqui a nossa intervenção na zona, mas posso afirmar que todos os dirigentes e «habitantes graúdos» ficaram alojados nesta fase... Não sei da autoria do projecto da CMP, mas penso ser de arquitecto..." João Resende *cit. in* Walton, Sara, *op. cit.*, 2016, p. 192.

OP17
OPERAÇÃO SAAL DA ARRÁBIDA



↖ Fotografia de uma rua na Arrábida.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

A operação SAAL da Arrábida nasceu por iniciativa dos moradores daquela área urbana que se organizaram em Associação de Moradores após o 25 de Abril.

O topónimo Arrábida tem origem árabe, que se pode referir a um lugar isolado (sendo dos poucos nomes de origem árabe existentes a norte do rio Douro), e conhecem-se menções ao lugar da Arrábida já no século XIII[1]. O monte da Arrábida caracteriza a entrada no rio Douro pela presença da escarpa íngreme que, juntamente com o monte da Afurada, configura uma porta na cidade, tal como se pode observar na carta náutica de 1833[2]. No século XIX este era descrito como um "cabeço sobranceiro ao Rio Douro, procurado pelas gentes de então para passeios e piqueniques, denominado Monte da Arrábida"[3], o que se pode confirmar a partir das gravuras realizadas desde o monte no início do século[4]. Na marginal foi instalada a Companhia do Gás do Porto, presumivelmente a partir de 1855[5], que se foi expandindo com o passar do tempo. Anos mais tarde foi instalada a Companhia Portuguesa de Fósforos (posteriormente apelidada de Sociedade Nacional de Fósforos) na calçada da Arrábida (actual rua do Progresso), e começaram a fixar-se naquela área operários da fábrica e respectivas famílias, originando uma população constituída por várias gerações de operários. Em 1885 formou-se a Sociedade Cooperativa de Consumo dos Operários da Arrábida, tendo construído um edifício próprio para o efeito na rua da Arrábida, e em 1915 criou-se o Grupo Dramático Beneficente Mocidade da Arrábida que se instalou primeiramente num edifício na travessa do Gás (que actualmente se designa de rua da Mocidade

1 Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 45.

2 A carta náutica de 1833 foi corrigida em 1860. Cf. Belcher, Edward, "Entrance of the river Douro", 1860. Cf. http://icc.georeferencer.com/map/QTht93XZAZH-fsV4v5pR1kJ/201206052136-21nCMM/, consultado a 8 Julho 2020.

3 Brigada técnica da Zona da Arrábida, "Texto de análise crítica à experiência da comissão de moradores da Arrábida", p. 1, documento consultado no ADP.

4 Reprodução de estampa e gravuras publicadas nos livros Batty, Robert, *Select views of some of the principal cities of Europe*, London: Moon, Boys and Graves, 1832 e Kinsey, William Morgan, *Portugal illustrated: in a series of letters*, London: Treuttel Würtz, and Co., 1828 e disponibilizadas no Arquivo Municipal do Porto. Cf. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/301731/, http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/428359/, http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/428366/ e http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/428357/, consultados a 8 Julho 2020.

5 A julgar pela data do projecto do edifício mãe. Cf. Licença de obra n.º: 137/1856, http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/505082/, consultado a 8 Julho 2020.



↑ Fotografia da escarpa da Arrábida.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

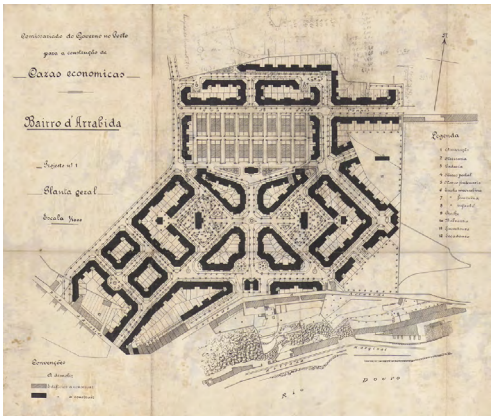


→ Excertos da carta náutica de Edward Belcher, "Entrance of the river Douro", 1833, corrigida em 1860.
© https://cartotecadigital.icgc.cat/digital/collection/espanya/id/2407



↑ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área da Arrábida.
© Arquivo Municipal do Porto





↗ Fotografia da colónia operária Viterbo Campos.
© Arquivo Municipal do Porto



↗ Planta da colónia operária Viterbo Campos (1915) e do bairro Sidónio Pais (1918).
© *Ciudades: revista del Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid*, 19, 2016, p. 87.

→ Fotografia aérea da colónia operária Viterbo Campos e do bairro Sidónio Pais.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

da Arrábida), tendo passado em 1936 para as instalações da Sociedade Cooperativa[6]. Em 1918 nasceu também a Associação Recreativa União Portuense, que consistia num grupo reivindicativo que liderou greves da Fundição de Massarelos e da Fundição do Ouro, em protesto face às condições de escravidão que se viviam na indústria[7]. A par com as formas de organização que lutavam por melhores condições laborais, as colectividades, como o grupo cénico amador que funcionava no edifício do grupo Mocidade da Arrábida, tinham uma função pedagógica. Foi no seio do grupo cénico que vários moradores aprenderam a falar, saber ouvir e se foram politizando, como se pode perceber pelas peças progressistas que lá eram apresentadas de forma clandestina[8]. Refere-se também que se recolhiam pequenos fundos para a população mais pobre, o que denota o espírito de entreajuda que se praticava, apesar das dificuldades sentidas por todos. Percebe-se, assim, a longa tradição associativa desta população, que tivera os seus primórdios ainda no século XIX.

Devido à ocupação fabril na área da Arrábida, foi lá que, em 1915, se construiu a primeira colónia operária sob iniciativa municipal, a colónia Viterbo Campos, que consistiu na construção de 64 casas caracterizadas por terem uma cobertura muito pronunciada e que são organizadas quatro a quatro, ou com planta quadripartida, ao longo de duas bandas[9]. A colónia, também designada de bairro



← Fotografia da reabertura da sede do Grupo Dramático Beneficente Mocidade da Arrábida designado agora por Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida, Junho 1975. © Arquivo Alexandre Alves Costa

operário de Entre Campos, foi implantada no quarteirão formado pela rua, travessa e viela de Entre Campos e pela viela da Arrábida, estando ligada ao conjunto da Arrábida a partir da viela de Entre Campos, um arruamento estreito que já aparece assinalado na planta de Teles Ferreira de 1892. Em 1918 iniciou-se também a construção do primeiro bairro social de financiamento estatal no Porto, o bairro Sidónio Pais, que consistiu na realização de 100 casas a norte da colónia operária. Estas casas faziam parte de um plano mais abrangente do engenheiro Gaudêncio Pacheco, o Bairro da Arrábida[10], que previa a edificação do terreno compreendido entre o Campo Alegre e a escarpa da Arrábida utilizando o modelo da cidade-jardim. Deste conjunto apenas foram realizadas as construções destinadas aos moradores mais pobres (correspondentes às 100 casas), tendo ficado por realizar todo o projecto a sul da colónia operária que englobava também uma série de equipamentos[11].

Na primeira metade do século XX foram elaborados vários planos para a travessia do rio entre os montes da Afurada e da Arrábida e para a urbanização da área do Campo Alegre[12], mas seria apenas nos anos 1950 que

6 Nessa altura, outras salas das instalações da Sociedade Cooperativa de Consumo dos Operários da Arrábida eram alugadas a outras associações, como os Fosforistas Reformados, o Sindicato dos Botoeiros e a Associação dos Socorros Mútuos União dos Operários do Porto. Cf. Grupo Dramático e de Moradores Mocidade d'Arrábida, "História do Mocidade", 2008, https://mocidadearrabida.wordpress.com/, consultado a 8 Julho 2020.

7 Apesar de nos documentos consultados se referir a data de 1918, encontrou-se informação de que a ARUP terá sido fundada a 14 de Março de 1920. As suas instalações localizam-se no número 93 da rua da Arrábida. Cf. https://www.facebook.com/583614321693287/posts/2162821740439196/, consultado a 8 Julho 2020.

8 Esta informação é referida nos documentos da brigada técnica. Cf. Brigada técnica da Zona da Arrábida, "Texto de análise crítica à experiência da comissão de moradores da Arrábida", p. 2, documento consultado no ADP.

9 Gonçalves, Eliseu; Ramos, Rui J. G., "Primeiras propostas de habitação operária no Porto: a casa unifamiliar, o carré Mulhousien e a *cité-jardin*", *ciudades*, 19, 2016, pp. 86-87.

10 Cf. nota de rodapé n.º 8 *in* Eliseu Gonçalves, "A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933)" *in* Agarez, Ricardo, *Habitação: Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*, Lisboa: IHRU, 2018, p. 56.

11 Cf. Ibidem; Comissariado do Governo no Porto, "Bairro d'Arrábida: planta geral", 1918 *in* Eliseu Gonçalves, Rui Ramos, "Primeiras propostas de habitação operária no Porto: a casa unifamiliar, o carré Mulhousien e a cité-jardin", *Ciudades: Revista del Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid*, 19, 2016, p. 87.

12 Referimo-nos ao "Plano Regulador da Zona do Campo Alegre" de Giovanni Muzio, ao "Plano Parcial de Ubrnaização do Campo Alegre" de Fernando Távora e ao "Plano Parcial de Urbanização do Campo Alegre – Nova entrada na Cidade pela Ponte da Arrábida" de Januário Godinho. Cf. Ramos, Sílvia, *Campo Alegre Cidade: da sua longa metamorfose*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2017, pp. 135-265.





↑ Fotografia da construção da ponte da Arrábida e das vias de acesso, [1959-62].
© Arquivo Municipal do Porto

↓ Fotografia de uma rua na Arrábida com uma das torres do Aleixo ao fundo.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

o último plano, desenvolvido por Januário Godinho, viria a ser implementado, e o projecto da ponte seria entregue ao engenheiro Edgar Cardoso. Os terrenos da casa Andresen[13], que se situavam entre o Campo Alegre e a Arrábida, foram cedidos à Universidade do Porto, nos quais foram construídos o Jardim Botânico e o Estádio Universitário[14]. Para a construção do Estádio Universitário, inaugurado em 1953, desbravou-se o arvoredo do monte da Arrábida. Foi também por essa altura, em 1956, que se iniciaram as obras de construção da ponte da Arrábida e dos seus acessos, o que gerou uma transformação significativa daquela área na cota alta. Essas transformações tiveram repercussões directas no conjunto habitacional da Arrábida e na sua população, já que vários edifícios foram demolidos e deu-se um êxodo dos moradores que viviam entre a calçada da Arrábida, a viela de Entre Campos e o denominado bairro social da Arrábida[15]. Verificou-se assim uma redução da densidade habitacional daquela área e a coesão social que existia entre os moradores viu-se debilitada, o que se reflectiu na própria dinamização dos grupos associativos. Parte da colónia operária Viterbo Campos foi demolida para a criação de acessos à ponte, restando apenas 35 das 64 casas, e com a construção das vias rápidas deixou de existir a ligação entre o aglomerado da Arrábida e a área do Campo Alegre, que era estabelecida pela viela de Entre Campos. Os moradores que permaneceram na Arrábida continuaram a residir em casas com problemas de salubridade que se foram agravando ao longo do tempo, apesar das operações urbanas realizadas.

Com a construção da ponte da Arrábida, a área da Boavista consolidou-se como novo centro urbano e novos estudos continuaram a ser elaborados para o desenvolvimento desta área da cidade. Fernando Távora foi convidado a desenvolver o "Plano de Urbanização da Zona do Campo Alegre e Estudo de Pormenor do Sector da Arrábida" no gabinete de urbanismo da Câmara entre 1968 e 1974, mas cujas propostas não saíram do papel[16]. Foi também por essa altura que nos terrenos a poente do monte da Arrábida, e no âmbito da segunda fase do Plano de Melhoramentos, se iniciou a construção do bairro do Aleixo. O projecto elaborado por Manuel Teles e Alexandre Alves Costa a partir de 1968 consistiu na edificação de cinco torres, seguindo o tipo de ocupação que havia sido previsto no plano de Auzelle de 1962, embora os arquitectos preferissem uma solução de menor altura[17]. O bairro serviria para alojar moradores do Barredo e a sua construção ficou concluída em 1976.

Após o 25 de Abril, e a partir do conhecimento do Processo SAAL, os moradores da Arrábida organizaram uma reunião geral em Novembro de 1974 da qual nasceu uma Comissão de Moradores. A Comissão fundiu-se a uma das colectividades existentes, o Grupo Dramático Beneficente Mocidade da Arrábida, dando origem ao Grupo Dramático e

13 Outrora esses terrenos haviam sido da Quinta Grande, comprada à ordem de Cristo por um fabricante de chapéus em 1802. Cf. https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=casa%20andresen, consultado a 13 Julho 2020.

14 Idem, p. 229.

15 Segundo Sérgio Lopes, esta intervenção obrigou ao realojamento de cerca de 400 famílias noutros locais da cidade. Cf. Lopes, Sérgio, *État et «Moradores»: Le S.A.A.L. et les commissions de quartier à Porto (25 abril 1974 – 30 août 1976)*, Paris: [ed. Autor], 197?, p. 30.

16 Sobre este plano, cf. Ramos, Sílvia, *op. cit.*, 2017, pp. 301-321.

17 Cf. Sobre este projecto ver, neste documento, a informação constante no capítulo 1.2 dedicado às políticas de habitação implementadas até 1974.



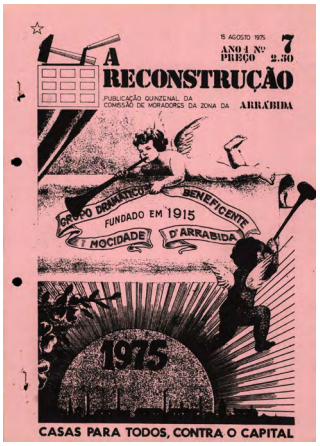


de Moradores Mocidade da Arrábida[18]. Para a sua sede, adaptou-se o edifício do grupo Mocidade da Arrábida existente na rua da Arrábida que estava fechado havia 17 meses.

As primeiras iniciativas da Comissão incidiram na remoção da lixeira existente na área do Aleixo, na resolução do problema de abastecimento de água (sem sucesso) e na luta por melhores condições habitacionais. Fotografias dão conta de arranjos nos arruamentos realizados pelos próprios moradores. Apostou-se também na realização de actividades culturais e desportivas, de modo a dinamizar a população. Mas a mobilização só terá sido mais efectiva a partir do momento em que se oficializou a operação SAAL da Arrábida e se designou uma Brigada, em Abril de 1975. O trabalho da Brigada foi assumido pelos arquitectos José Luís Gomes e Camilo Cortesão. Contudo, ainda no verão quente Camilo Cortesão foi chamado para a tropa, pelo que terá saído da Brigada a meados de 1975[19], ficando José Luís Gomes no cargo de arquitecto-chefe. Integraram também a Brigada José Manuel Soares, Miguel Vieira, José Guilherme Corte Real e Romero Cunha[20].

A edição de um jornal dos moradores, "A Reconstrução", a partir de Maio de 1975 tornou-se um meio de comunicação de grande vitalidade. O jornal tinha uma função informativa, de divulgação e também de dinamização. Para além de se publicarem notícias e informações acerca do Processo SAAL em curso, das actividades da Associação de Moradores e do movimento popular entendido num sentido mais geral – de modo a esclarecer os moradores e conseguir o seu envolvimento e colaboração –, divulgavam-se também as várias actividades culturais, recreativas e desportivas que se organizavam e que eram bastante diversificadas, abrangendo teatro, cinema, canto, belas artes, entre outros. Desta forma, trabalhava-se no sentido da dinamização da população e da sua politização. A vitalidade da Associação também se reflectiu na população mais nova, já que se formou um grupo denominado de Pop Latas que era presença constante nas acções de rua. Documentos da Associação referem que, ainda assim, os moradores pugnavam por um maior contacto entre as comissões de moradores da cidade.

Numa fase inicial, o trabalho da Brigada consistiu na realização de inquéritos às condições habitacionais vividas nas várias casas, a partir dos quais decorreram várias reuniões entre a Brigada e os moradores que se realizavam no Campo das Pedras[21]. Desses



↖ Fotografia de reunião dos moradores no Campo das Pedras, Junho 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

↑ Fotografia de moradores envolvidos no arranjo dos arruamentos, Setembro 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

↓ Capa do número 7 do jornal da Comissão de Moradores da Zona da Arrábida "A Reconstrução", 15 Agosto 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

18 O SAAL ajudou a reactivar a dinamização da população, num momento em que esta se encontrava mais estagnada. Cf. Lopes, Sérgio, *op. cit.*, 197?, p. 36.

19 Camilo Cortesão terá regressado da tropa no final de 1976 para integrar o corpo docente do curso de Arquitectura da ESBAP. Informação obtida por consulta telefónica ao próprio, efectuada a 13 de Julho de 2020.

20 Presume-se que José Manuel Soares tenha integrado a Brigada da Arrábida numa fase em que a operação SAAL do Leal teria os seus projectos em vias de finalização, já que este fazia parte da Brigada do Leal.

21 Algumas reuniões foram noticiadas no jornal "A Reconstrução". Cf. Comissão de Moradores da Zona da Arrábida, *A Reconstrução*, 3, 15 de Junho 1975; Comissão de Moradores da Zona da Arrábida, *A Reconstrução*, 4, 30 de Junho 1975.



↑ Fotografia de casas no monte da Arrábida, Janeiro 1976.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

inquéritos concluiu-se que a população totalizava 991 moradores a residir em 271 fogos, embora correspondesse a 295 famílias. Como algumas famílias pretendiam continuar a viver juntas, seria necessário providenciar 283 fogos[22].

O bairro da Arrábida corresponde ao conjunto habitacional implantado na encosta voltada a poente do monte da Arrábida e que consiste em casas dispostas ao longo das ruas da Arrábida, do Alto da Arrábida e da Mocidade da Arrábida e das travessas da Arrábida e do Alto da Arrábida, bem como em ilhas com acesso por esses mesmos arruamentos. A unidade operacional teve o seu perímetro definido, a nascente, pela via rápida de acesso à via de cintura interna que circunda o Estádio Universitário; a norte, pelos lotes das casas acessíveis através da travessa da Arrábida; a poente, pela rua da Mocidade da Arrábida; e a sul, pela escarpa do monte da Arrábida. Enquanto as construções da rua da Arrábida são mais urbanas, nos restantes arruamentos as construções têm um carácter semi-rural, para o que terá contribuído o facto de os acessos serem mais irregulares e com grandes diferenças altimétricas. Alguns terrenos não tinham qualquer construção e eram usados para cultivo. Embora algumas casas fossem mais recentes, a maioria das casas à face da rua estava sobrelotada e muito degradada. Às ilhas, constituídas por casas de pequenas dimensões, faltavam condições de salubridade, tal como acontecia nas restantes áreas da cidade. O objectivo da Brigada passava pela recuperação das várias construções, embora a sobrelotação e a densidade habitacional obrigassem à construção de fogos novos (de número indeterminado), de modo a possibilitar a existência de um total de 283 fogos condignos[23]. Para a criação de fogos novos previa-se a expropriação e reconversão de alguns terrenos ocupados por pequenas indústrias e armazéns ou terrenos livres.

Um dos problemas reconhecidos no conjunto da Arrábida era a acessibilidade bastante condicionada. No Plano Director propunha-se o prolongamento da via panorâmica que termina, ainda hoje, no limite nascente do conjunto urbano da Arrábida e que permitiria melhorar a rede viária desta área da cidade, conectando os dois lados do monte da Arrábida. Em contrapartida, essas alterações implicariam a demolição de várias ilhas, que seriam substituídas por edifícios de outra escala que alterariam de modo significativo o perfil daquele conjunto urbano. De igual modo, a justaposição da via ou viaduto à encosta modificaria a sua leitura[24]. Esta proposta foi sendo desenvolvida nos planos urbanos que se lhe seguiram, com algumas alterações. No estudo coordenado por Fernando Távora previa-se a rectificação dessa via de modo a tentar respeitar o máximo possível o perfil do monte, propondo a construção de edifícios mais baixos em vez das torres previstas no Plano Director e es-

22 As 283 habitações corresponderiam a 63 fogos T1, 78 T2, 107 T3, 29 T4 e 6 T5. Cf. Brigada técnica da Arrábida, "Memória descritiva – Processo de Declaração de Utilidade Pública", 8 de Agosto de 1975, documento consultado no ADP.

23 Num documento mais tardio de 1982 – uma troca de correspondência entre o Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida e a Direcção de Habitação do Norte – aparece referência ao número de fogos novos (150) e a recuperar (133). Esta informação também é mencionada noutras fontes, cf. Ribeiro, Susana, *Reabilitação, reinterpretação e(m) evolução*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2018, p. 113.

24 Veja-se como aconteceu no caso da área das Fontaínhas, em que a construção do viaduto General Sousa Dias, para além de provocar a demolição de uma massa construída significativa, alterou de forma dramática as características paisagísticas daquele lugar, bem como a continuidade da alameda das Fontaínhas.





← Plano de Alinhamentos para o Sector da Arrábida posterior ao Plano Director, que previa a demolição de quase todas as construções existentes, o alargamento das vias e a implantação de 4 torres (3 das quais com 15 pisos), à esquerda, e planta correspondente à proposta elaborada por Fernando Távora no Plano de Urbanização da Zona do Campo Alegre, à direita.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

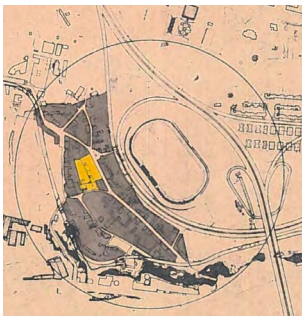
↓ Planta da proposta geral para a operação SAAL da Arrábida com indicação dos vários núcleos a intervencionar: A - edifício do infantário e jardim de infância, B - edifícios no Campo das Pedras, C - edifício n.º 160 na rua da Arrábida, D - edifício na rua da Arrábida, E - edifícios no cruzamento entre a rua e a travessa do Alto da Arrábida, F - casas em banda na rua do Alto da Arrábida, G - volume na rua do Alto da Arrábida, H - edifício na esquina da calçada da Arrábida, I - edifício entre o novo arruamento e o prolongamento da via Panorâmica, J - edifícios no novo arruamento, K - edifício na rua da Mocidade da Arrábida, L - recuperação de casas na rua da Arrábida, M - recuperação de edifícios na esquina entre a rua da Arrábida, a rua do Alto da Arrábida e o largo por elas formado.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

tabelecendo uma transição entre as ruas de maior caudal de circulação e as ruas internas do bairro, que manteriam a sua estrutura[25].

A Brigada e os moradores reconheciam a necessidade de melhorar as infra-estruturas no lado poente do monte da Arrábida, bem como a possibilidade de circulação de transportes colectivos, ainda que estivessem

25 Cf. Brigada técnica da Arrábida, "Memória descritiva – Processo de Declaração de Utilidade Pública", 8 de Agosto de 1975, documento consultado no ADP. Por comparação com o painel relativo à operação SAAL da Arrábida, presume-se que alguns desenhos não identificados que fazem parte do processo da Brigada técnica da Arrábida possam corresponder à proposta elaborada por Fernando Távora no Plano de Urbanização da Zona do Campo Alegre e Estudo de Pormenor do Sector da Arrábida para a encosta da Arrábida. Esta associação é justificada pela menção dessa proposta nos documentos escritos. Contudo, num estudo elaborado sobre este plano não são identificadas propostas para essa área em específico, não permitindo confirmar se a suposição está correcta. Cf. Ramos, Sílvia, *op. cit.*, 2017, pp. 301-321; Cartaz da Operação SAAL da Arrábida, documento consultado no Centro de Documentação 25 de Abril.





↑ Fotografia aérea do terreno para o qual foi elaborado o projecto do infantário e jardim de infância.
© Arquivo José Manuel Soares

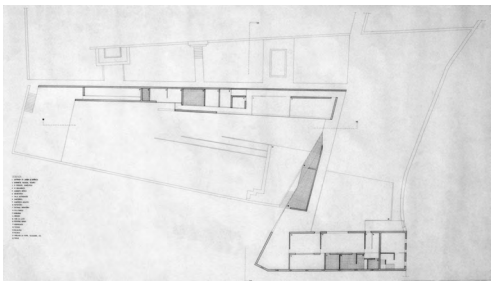
↗ Planta da área da Arrábida, com a área destinada ao infantário e jardim de infância assinalada a amarelo.
© Arquivo José Manuel Soares

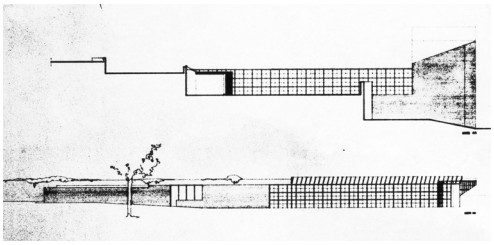
→ Planta e alçados do edifício do infantário e jardim de infância.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

reticentes relativamente à demolição de edifícios e à transfiguração do conjunto.

Na proposta de conjunto elaborada pela Brigada este problema foi contemplado, tendo-se optado por prolongar a via panorâmica até ao limite poente da rua da Arrábida. Embora não se conheçam alçados e cortes que permitam perceber se o desenho da via estaria adossado à encosta, presume-se que, ainda que esta tenha sido desviada para o extremo ocidental, teria alguns troços suspensos, tratando-se de um viaduto que inevitavelmente teria impacto no perfil do monte. A rua do Alto da Arrábida seria rectificada de modo a ter uma largura constante, bem como a travessa do Alto da Arrábida, e seria criada uma variante a poente que permitiria o acesso às casas situadas a uma cota mais baixa e que desembocaria na rua da Mocidade da Arrábida. Deste modo, viabilizar-se-ia a circulação automóvel no lado ocidental do monte da Arrábida e este passaria a não estar tão isolado relativamente à cidade.

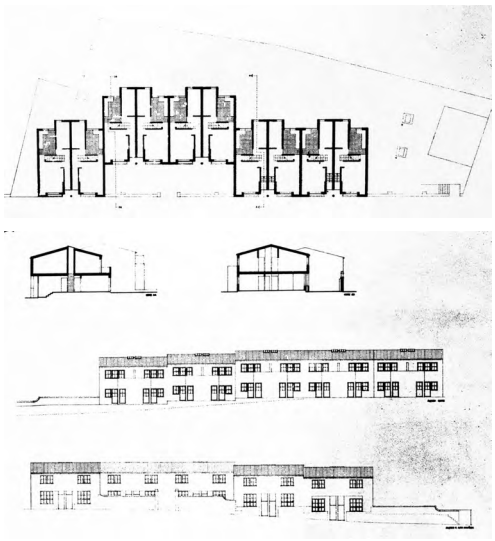
Para responder ao problema habitacional, a proposta desenvolvida para o conjunto consistia na reabilitação dos fogos degradados, na construção de edifícios novos nos terrenos livres existentes e na revitalização de alguns equipamentos e comércio local. Ainda assim, para os habitantes que pretendessem desenvolver algumas actividades artesanais, pensava-se na possibilidade de criação de espaços com esse fim junto às habitações ou em áreas especificamente concebidas para o efeito. Não existindo nenhum equipamento pré-primário, propunha-se a sua construção aproveitando o edifício de uma pequena indústria abandonada localizada junto a





um terreno livre na rua da Arrábida que se queria tornar público, dado tratar-se do espaço verde de maior volume ali existente. No terreno contíguo à sede da Associação queria desenvolver-se um equipamento de apoio social e cultural para todo o bairro, e numa sala da sede foram feitas algumas obras de modo a possibilitar o funcionamento provisório de uma creche. Embora a maioria dos terrenos livres fosse utilizada para a construção de fogos novos, reservavam-se alguns espaços que pudessem servir para recreio infantil e convívio dos moradores.

A proposta para o edifício do infantário e jardim de infância havia surgido ainda antes do SAAL, no âmbito de um trabalho escolar desenvolvido por José Manuel Soares no segundo ano do curso de Arquitectura na ESBAP para a cadeira administrada por Alexandre Alves Costa no ano lectivo de 1972/73. Essa proposta foi recuperada para a operação da Arrábida, dado ser adequada e compatível com o processo que se conduzia. O edifício (A) tinha uma forma esguia em "Z" e ocupava o miolo do quarteirão definido pelas





← Planta, cortes e alçados do projecto de 10 casas em banda (conjunto F).
© Arquivo Alexandre Alves Costa

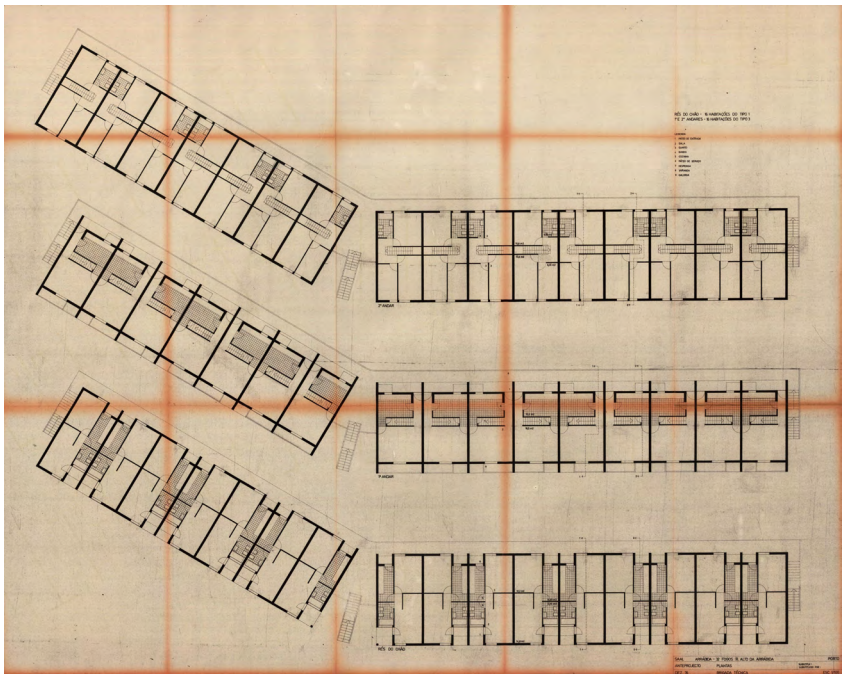
→ Fotografia com o lote respeitante ao conjunto F.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

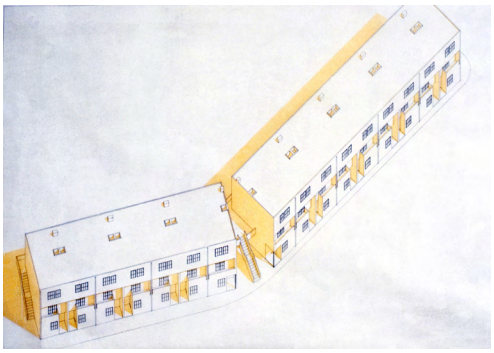
ruas da Arrábida e da Mocidade da Arrábida e pela travessa do Alto da Arrábida. Um dos corpos correspondia, como mencionado, à recuperação da indústria existente nas traseiras de um edifício da travessa do Alto da Arrábida que estaria ligado a um novo corpo implantado a uma cota superior e que estaria encostado ao muro de suporte, libertando desta forma uma plataforma voltada a poente que serviria como espaço de recreio. A nascente, na plataforma seguinte, o jardim seria preservado, constituindo uma massa verde central a todo o conjunto para usufruto da população. Como os volumes referentes ao equipamento pré-primário teriam a platibanda alinhada com a plataforma superior, ficariam indistinguíveis desde cima e não obstruiriam o usufruto da paisagem.

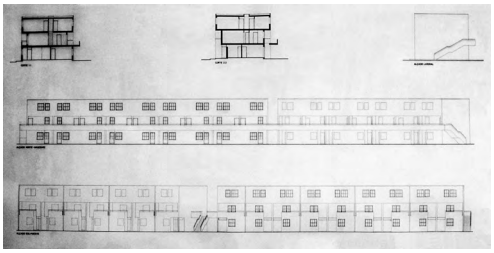
No terreno correspondente ao Campo das Pedras, localizado na entrada do bairro a nascente, propunha-se a construção de dois edifícios novos perpendiculares (B) que permitiriam definir os limites do quarteirão, preservando as construções existentes. Para se aceder ao corpo mais alongado seria criado um arruamento no lado do nó de acesso à ponte. O volume mais curto, transversal relativamente à via panorâmica, formaria o edifício de entrada no bairro. O facto de não se propor um quarteirão fechado e de os dois volumes estarem desencontrados sugere que se formaria um espaço de largo nesse ponto de entrada.

No seguimento da rua da Arrábida, no quarteirão compreendido entre essa rua e o Estádio Universitário, várias casas seriam recuperadas. Há indicação em planta de que o edifício com o número 160 da rua da Arrábida (C) seria substituído por uma construção nova, embora se desconheçam propostas para o mesmo.

No quarteirão definido pela rua da Arrábida, pela rua do Alto da Arrábida e pela travessa do Alto da Arrábida propunha-se a recuperação das casas degradadas e das ilhas, bem como três novas intervenções. Uma delas, no lote livre com acesso através da rua da Arrábida, sensivelmente a meio, consistiria na construção de um novo edifício à face da rua (D), sem que haja mais documentação para além da planta de implantação que permita averiguar em que consistiria esse edifício. Para o terreno que resulta do cruzamento da rua com a travessa do Alto da Arrábida, que ainda hoje é utilizado para cultivo, propunham-se dois edifícios (E), um acessível através da rua do Alto da Arrábida e outro através da travessa do Alto da Arrábida. Ambos os arruamentos seriam alargados e corrigidos, o que criaria uma percepção espacial substancialmente diferente naquele lugar. Quanto aos edifícios, não se conhece qualquer desenho que permita perceber a sua escala e forma de organização. Na terceira intervenção, no terreno livre com acesso a partir da rua do Alto da Arrábida, propunha-se a edificação de 10 casas em banda (F), agrupadas duas a duas, que ocupavam a quase totalidade da largura do lote, embora não se encostassem aos seus limites. As quatro casas colocadas numa posição aproximadamente central estavam recuadas







↑ Planta dos dois edifícios em galeria (conjunto J).
© Arquivo Distrital do Porto

↗ Axonometria, cortes e alçados dos dois edifícios em galeria.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

em relação à rua de modo a manter o muro e a sua entrada, gerando um pátio comum a essas casas, e salvaguardar igualmente o pinheiro manso ali presente. No lado nascente preservava-se uma construção e desenhavam-se umas escadas que permitiam aceder ao limite do terreno, conservando também esse troço do muro. As casas, T4 duplex, teriam entrada a partir de um corredor que distribuía para a sala voltada para a rua e para um quarto e cozinha localizados nas traseiras. A escada, de um lanço e iluminada por uma clarabóia, dispõe-se no centro do fogo e transversalmente em relação ao corredor, dando acesso a três quartos e um quarto-de-banho com luz natural no piso superior. O quarto de maior dimensão, e que está voltado para as traseiras, tem uma varanda que corresponde à projecção do volume do quarto do piso de baixo. O ritmo da composição dos alçados anterior e posterior é marcado pela disposição dos módulos de duas casas organizados simetricamente e dispostos em banda. As aberturas de cada fogo são agrupadas, com excepção da porta de entrada que se autonomiza em relação ao grande vão quase quadrado da sala. Embora o vão do quarto no piso térreo esteja encostado ao limite com a cozinha, e por isso crie uma leitura de contiguidade, está noutro plano. No piso superior, as aberturas dos quartos e do quarto-de-banho têm igual largura. Presume-se que as janelas seriam de guilhotina, e mesmo as portas (do quarto no piso superior para a varanda, da cozinha e do quarto no piso térreo) manteriam o módulo de cima envidraçado com uma caixilharia semelhante à das janelas enquanto o módulo de baixo seria fechado. A cobertura é inclinada de duas águas. No espaço de tardoz não se desenham limites entre as casas, pelo que se supõe que o terreno sobrante seria de uso colectivo.

Entre a rua do Alto da Arrábida e o prolongamento da via panorâmica seria formada uma nova passagem que daria continuidade ao caminho perpendicular à rua do Alto da Arrábida e a conectaria, como se referiu, à rua da Mocidade da Arrábida. A ligação entre estes dois arruamentos consistiria na transformação em rua do corredor de uma espécie de ilha que tem entrada pelo cimo da escadaria da rua Mocidade da Arrábida. Essa área, que estava isolada, ficaria permeável e acessível, permitindo uma ocupação dos terrenos voltados para o rio. Ao longo desse novo arruamento propõem-se quatro intervenções, conhecendo-se apenas o projecto para uma delas. O volume novo disposto ao longo da rua do Alto da Arrábida (G), em frente ao conjunto de 10 casas, marcaria a

transição para a rua transversal. No cruzamento entre esse troço transversal e a calçada da Arrábida, que vem na continuidade da via panorâmica, desenha-se um edifício a marcar a esquina (H) que completaria um edifício existente. Entre os troços paralelos do novo arruamento e do prolongamento da via panorâmica propõe-se a construção de um edifício estreito (I), que estaria numa plataforma a uma cota mais baixa, sem que seja possível extrair mais conclusões acerca dessa solução. Do outro lado do novo arruamento, a uma cota superior e estável, seria implantado um conjunto de dois edifícios (J). Os dois edifícios de três pisos ligados através de uma galeria teriam fogos T1 no piso térreo, para os quais se acederia directamente a partir da rua, e fogos T3 duplex nos pisos seguintes. A galeria seria alcançada através de três escadas, duas situadas nos dois topos do conjunto e uma central, entre os dois edifícios. Utiliza-se um módulo com a largura de 5 metros para o desenho de todo o conjunto e os edifícios têm aproximadamente 10 metros de profundidade, incluindo a largura da galeria. A entrada nos fogos T1 é recuada, formando um átrio exterior coberto, e entra-se directamente para a sala que é iluminada por uma janela de secção aproximadamente quadrada. No espaço central do fogo faz-se a distribuição para o quarto e a cozinha voltados para as traseiras e o quarto-de-banho localizado entre a entrada e a cozinha. A cozinha é recuada em relação ao módulo do fogo com 9 metros de profundidade, estando ligada a um pequeno pátio de serviço, e o quarto tem uma janela com a mesma proporção da janela da sala. Os fogos T3, com entrada a partir da galeria situada na fachada posterior, têm também a entrada recuada. Para criar distanciamento entre a galeria e o interior dos fogos projectam-se as paredes de meação das casas e cria-se uma abertura na laje que corresponde ao pátio de serviço do fogo do piso térreo. A cozinha está voltada para a galeria e a sala para a rua do Alto da Arrábida, onde existe uma estreita varanda que não ocupa a largura total do módulo, deixando uma parte do átrio de entrada do fogo do piso térreo com pé direito duplo. À semelhança dos 10 fogos duplex organizados em banda (conjunto F), a escada é colocada transversalmente na área central, é iluminada por uma clarabóia e dá acesso, no piso superior, a dois quartos voltados para o alçado anterior e um quarto de maior dimensão e o quarto-de-banho voltados para o alçado posterior. As aberturas no piso superior são agrupadas, tal como acontece no conjunto F, embora não tenham a mesma largura. Os quartos de maiores dimensões têm janelas iguais às da sala e do quarto do fogo do piso térreo, com três módulos, enquanto as janelas do quarto-de-banho e do quarto mais pequeno são mais estreitas, com dois módulos, tendo a mesma largura da porta da cozinha; a porta da sala corresponde a quatro módulos.

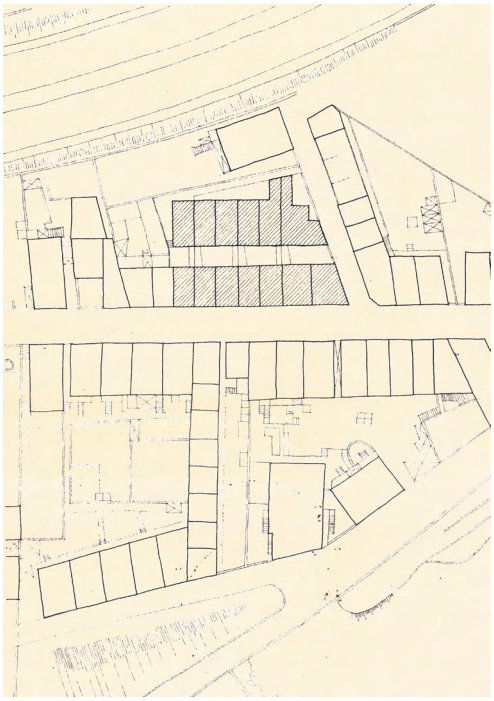
Estes edifícios, de cobertura plana e três pisos, denotam uma estratégia algo diferente das propostas anteriormente descritas (considerando aquelas que foram desenvolvidas), pois assume-se uma densidade de ocupação em altura, bem como a introdução de uma escala alheia ao aglomerado urbano da Arrábida, implantando um edifício de três pisos num ponto alto do monte que teria uma grande visibilidade a partir da encosta. De qualquer modo, esta solução faz lembrar o bloco-comboio da operação SAAL da Lapa, mas adoptando uma solução invertida, com o fogo T1 no piso térreo e não no piso superior. A união de dois volumes quebrados através da galeria lembra também a proposta apresentada para a segunda fase de construção da operação da Lapa ou o projecto da primeira fase da operação de Chaves de Oliveira.

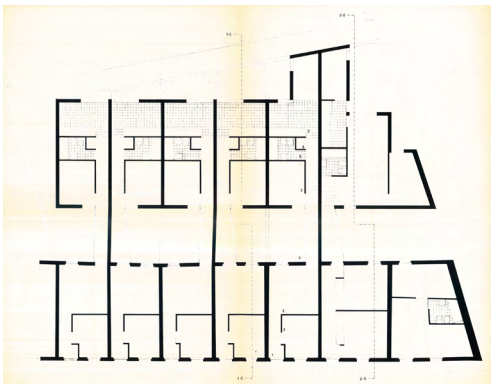
No mesmo quarteirão do jardim de infância seria ainda construído outro edifício novo (K) nos lotes livres da rua da Mocidade da Arrábida. Esse edifício estaria recuado em relação à rua, mas não se conhecem mais desenhos ou documentos que permitam averiguar como seria a proposta. Tendo em conta o lote na actualidade, supõe-se que o

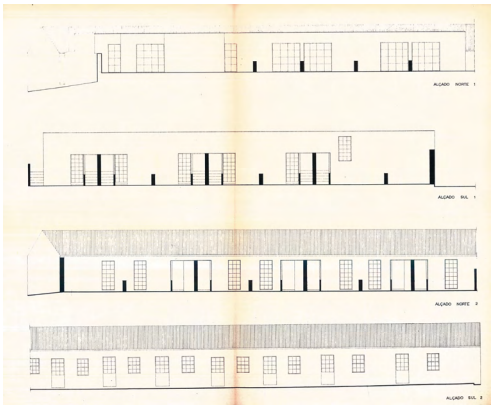
→ Fotografia das casas do conjunto L que seriam recuperadas.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

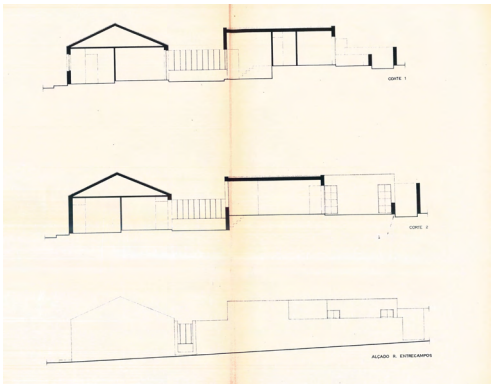
↘ Plantas, cortes e alçados do projecto para o conjunto L.
© Arquivo José Manuel Soares











edifício estaria recuado de modo a manter a plataforma verde à frente.

Relativamente à recuperação dos fogos degradados conhecem-se apenas propostas para dois conjuntos. O conjunto com acesso pela rua da Arrábida (L) corresponde à recuperação de 7 casas térreas de pequenas dimensões à face da rua, que seriam aumentadas através da construção de um volume novo no terreno livre das traseiras, expandindo assim cada fogo de modo a passar a ter uma área habitacional adequada. O projecto foi desenvolvido por José Manuel Soares e utilizava uma solução de casas-pátio, optando por colocar um pátio entre o volume pré-existente e a nova construção. Nas 4 casas mais a norte, os volumes existentes seriam aproveitados para localizar a entrada, um quarto voltado para a rua e uma sala que estaria aberta para o pátio. A partir da sala aceder-se-ia a um corredor envidraçado para o pátio que ligaria a mais um quarto, também voltado para o pátio, e, subindo alguns degraus, estariam localizados o quarto-de-banho e a cozinha que estaria voltada para um outro pátio, posterior, cuja dimensão variaria de acordo com o espaço livre entre as casas e um passeio contíguo à via de acesso à ponte. Enquanto as casas recuperadas manteriam a cobertura de duas águas, no volume novo a cobertura seria plana. A quinta casa seria semelhante às anteriores, mas como o terreno atrás era mais profundo aproveitava-se para acrescentar mais uma divisão acessível a partir da cozinha. A sexta casa seria maior, aproveitando a construção existente para instalar dois quartos, um voltado para a rua e outro para o pátio criado, e no edifício novo estariam localizados a sala, o quarto-de-banho, um quarto anexo à sala





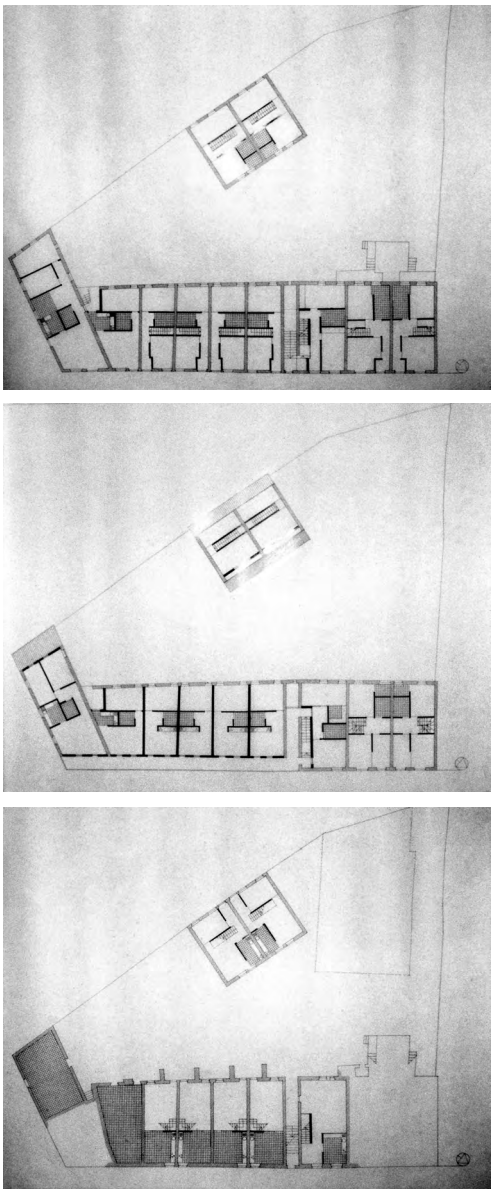




↖ Fotografias dos edifícios relativos ao conjunto M.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

e voltado para as traseiras e uma divisão com entrada a partir da cozinha. Este fogo seria mais denteado atrás, adaptando-se à configuração do lote. A sétima casa, que faz esquina com a rua perpendicular à rua da Arrábida, não teria nenhum corpo novo, aproveitando-se a sua dimensão, um pouco superior às restantes, para a adaptar a um fogo T1, com sala e kitchnet voltadas para a rua da Arrábida, o quarto-de-banho ao centro e o quarto voltado para as traseiras onde existiria o pátio dessa casa. Os caixilhos do novo corpo procurariam correspondência com os caixilhos das casas existentes, utilizando panos recticulados, embora de maiores dimensões.

O outro conjunto (M) corresponde aos lotes que fazem a esquina entre a rua da Arrábida, a rua do Alto da Arrábida e o largo por elas formado. Esse conjunto teria uma ocupação bastante densa, a julgar por alguns registos que existem à época. Tratar-se-ia de um conjunto edificado para alojar os trabalhadores das indústrias daquela área, ainda que tenha correspondido a empreendimentos faseados, o que é notório pela anexação dos vários edifícios. O conjunto ocupava o perímetro do lote triangular, embora o lado da rua do Alto da Arrábida não estivesse completamente edificado, deixando uma passagem que servia de entrada para o pátio colectivo localizado no espaço central. O pátio era usado como espaço de lavagem e secagem de roupa e acesso aos fogos, sendo lá que se localizavam os sanitários colectivos. O lado do lote que dá para a rua da Arrábida era composto por três partes: de sul para norte, o edifício de dois pisos que formava a esquina e dava para o largo, o conjunto de 5 casas de dois pisos (que devido à diferença de cotas do terreno tinham três pisos do outro lado) na rua da Arrábida e dois edifícios anexos (um com dois pisos para a rua da Arrábida e três pisos para o outro lado e outro com o dobro da largura que tinha três pisos). Tratava-se de edifícios de habitação plurifamiliar, embora isso se devesse à adaptação de modelos de habitação unifamiliar que foram agregados. No caso das 5 casas, a entrada nos fogos do piso térreo far-se-ia a partir do pátio, nos fogos do primeiro piso pela rua da Arrábida e nos fogos do segundo piso através de uma galeria que corresponde ao volume recuado voltado para a rua da Arrábida e que seria acessível por uma caixa de escadas existente no prolongamento da quinta casa, podendo



→ Plantas da proposta para o conjunto M.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

entrar-se a partir da rua da Arrábida ou do pátio, a cotas distintas. Essa galeria tinha sido prolongada até ao edifício que fazia a esquina do quarteirão. Os restantes fogos desse edifício tinham entrada pelo largo ou por uma escada a partir do pátio. Os fogos dos edifícios mais a norte teriam acesso ora a partir da rua da Arrábida ora a partir do pátio, onde várias escadas davam acesso aos fogos dos pisos superiores. Do lado da rua do Alto da Arrábida, de sul para norte, havia duas casas de dois pisos e um edifício de três pisos e grande profundidade.

Na proposta para este conjunto só se desenha o contorno do edifício mais profundo, não sendo perceptível se não estaria incluído na unidade operacional e, por esse motivo, não seria intervencionado, ou se seria demolido. No edifício que faz a esquina do quarteirão, o piso acessível pelo pátio corresponderia eventualmente a um estabelecimento comercial ou equipamento; o primeiro piso, com acesso pela rua da Arrábida, seria convertido em T2, aproveitando a fachada para o largo para criar aberturas; e o último piso continuaria a ter acesso pela galeria, sendo também um T2. Quanto às 5 casas, a primeira seria convertida também num espaço comercial ou equipamento no piso térreo, o primeiro piso seria um fogo T1 com entrada pela rua da Arrábida ou pelo pátio, já que uma escada ligaria a cozinha ao pátio, e o segundo piso seria também um T1, com uma varanda ou pequena divisão acessível a partir da cozinha. As restantes 4 casas seriam convertidas em fogos T3 duplex nos dois primeiros pisos, tendo no piso térreo a sala, a cozinha e a escada em "L" para o piso superior, onde haveria dois quartos, o quarto-de-banho e um corredor que permitiria a entrada também a partir da rua da Arrábida. No último piso, os 4 fogos T1 teriam acesso a partir da galeria. O acesso à galeria sofreria algumas alterações, já que a escada de um lanço passaria a ocupar toda a largura (quando previamente existiam dois lanços de escadas), e cuja entrada passaria a ser feita somente através do pátio. Esse lanço de escadas subiria dois pisos e, para alcançar o terceiro piso, outro lanço paralelo ocuparia parte do edifício vizinho. Deste modo, no último piso o espaço do primeiro lanço seria transformado num corredor que daria acesso à galeria. A casa contígua à caixa de escadas seria transformada num T2 duplex nos primeiros dois pisos, e no último piso seria um T1 com acesso a partir da caixa de escadas da galeria. Quanto à outra casa, no piso térreo apenas se desenha o contorno. Nos outros dois pisos haveria dois fogos T4 duplex, com entrada a partir da rua da Arrábida. No piso inferior, entrar-se-ia por um corredor que dava acesso a uma divisão voltada para o alçado anterior e a uma sala e cozinha voltadas para o alçado posterior. A caixa de escadas de dois lanços no centro da casa daria acesso a três quartos e um quarto-

-de-banho no piso superior. Em frente à caixa de escadas seria deixado um espaço que poderia funcionar como espaço de trabalho ou estudo. Relativamente às duas casas com acesso pela rua do Alto da Arrábida, seriam fogos T4 triplex. O corredor de entrada daria acesso a um quarto voltado para a rua e à sala e à cozinha voltadas para as traseiras. A escada de um lanço, disposta transversalmente em relação à entrada, daria acesso, no piso seguinte, a dois quartos e um quarto-de-banho e, no último piso, a uma divisão que aproveitaria a área útil do último piso devido à cobertura de duas águas.

Nenhuma das propostas elaboradas no âmbito da operação SAAL da Arrábida foi executada. Conhece-se um Plano de Urbanização da Zona da Arrábida elaborado pelo Gabinete de Planeamento da Direcção dos Serviços de Habitação da Câmara Municipal do Porto que, tal como acontece noutras áreas correspondentes a operações SAAL, visava a demolição da totalidade das construções e a sua substituição por módulos de blocos de habitação plurifamiliar que seriam repetidos ao longo dos vários arruamentos. Este plano não foi levado avante e durante algumas décadas aquela área não sofreu grandes transformações. Nos últimos anos tem-se assistido ao aumento da pressão imobiliária sobre a área da Arrábida, cobiçando aqueles terrenos com amplas vistas sobre a foz do rio Douro. No Campo das Pedras foi contruído um edifício de 6 pisos com 32 fogos, o edifício "Panorâmico nascente", da autoria de Rogério Cavaca, incrementando a cércea de construção no monte da Arrábida e deslocando para lá uma população da classe alta. No lote definido pelo cruzamento da rua da Arrábida com a rua do Alto da Arrábida, correspondente ao conjunto J, está neste momento em construção um edifício de 4 pisos, o edifício "Panorâmico poente", com 11 fogos, parte do mesmo empreendimento e também da autoria de Rogério Cavaca. Sob o pretexto de se tratar de um foco de droga na cidade, as torres do bairro do Aleixo foram demolidas e criou-se um Fundo Especial de Investimento Imobiliário (FEII) encarregado de requalificar a área[26], o que significará a construção de edifícios de habitação para uma classe endinheirada. As casas do monte da Arrábida têm-se mantido, muitas a acusar degradação, sobrelotação ou abandono, e os moradores temem que a tendência continue a ser a da expulsão da população pobre, para que os terrenos fiquem libertos para a construção de novos empreendimentos de luxo.

26 Cf. Paulo Moreira, Mariana Pestana, Nelson D'Aires, "'Aleixo sempre': Demolição do Bairro do Aleixo. Projecto de Restradas com Delair CFD", *Jornal Arquitectos*, 249, Jan.-Abr. 2014, pp. 282-297, disponível em: http://arquivo2.jornalarquitectos.pt/aleixo-sempre/, consultado a 13 Julho 2020.

OP22
OPERAÇÃO SAAL DA PRESA VELHA-FORMIGA-CHINA



↖ Fotografia do bairro da China, Janeiro 1976.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Os moradores mal-alojados dos núcleos de Presa Velha e Formiga e de Padre António Vieira e Miraflor fizeram um pedido de intervenção SAAL num momento em que, devido à falta de técnicos disponíveis e interessados, não era possível formar uma brigada técnica. Em Agosto de 1975 formou-se uma equipa provisória, composta por estudantes da ESBAP e coordenada por Sergio Fernandez, para desenvolver o processo de definição de unidade operacional, tendo-se desvinculado da operação após essa fase de trabalho[1]. A Brigada definitiva só foi formada em Fevereiro de 1976, sendo composta por alguns técnicos que estavam a trabalhar na operação SAAL de S. Vítor. O arquitecto Francisco Guedes de Carvalho assumiu a chefia da brigada técnica que também era integrada pela arquitecta Helena Albuquerque, pelas estudantes de arquitectura Paula Cabral Silva e Graça Nieto Guimarães e pelo auxiliar técnico Salvador Rocha, que terá tido uma participação mais pontual[2].

Quando a Brigada iniciou o seu trabalho, os limites da unidade operacional foram actualizados, visto a organização de moradores de Padre António Vieira e Miraflor ter-se dissolvido. Foi também incluído o troço da rua do Heroísmo entre o arranque da rua Padre António Vieira e da rua do Barão de Nova Sintra, e o limite poente foi prolongado. Deste modo, em Junho de 1976, os limites da operação SAAL de Presa Velha, Formiga e China ficaram definidos: a norte, pelo troço da rua do Heroísmo desde o arranque da rua do Barão de Nova Sintra até à capela de Nossa Senhora da Saúde, continuando pela rua do Freixo até à Circunvalação, incluindo o quarteirão do lado norte definido pela rua do Noeda; a nascente, pelo troço da estrada da Circunvalação até à margem do rio; a sul, pela estrada marginal; e, a poente, pela ponte D. Maria, pelo limite sul do Seminário, do cemitério do Prado do Repouso e dos terrenos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e pela rua do Barão de Nova Sintra até ao encontro com a rua do Heroísmo. Os moradores tinham instalado a sua sede provisória numa casa desocupada

1 "SAAL – Aditamento ao processo de DUO da Presa Velha-Formiga-China", 18 Julho 1976, documento consultado no ADP.

2 Nos documentos consultados, encontrou-se apenas referência à participação de Salvador Rocha no mês de Outubro de 1976. Cf. Direcção de Serviços de Apoio Ambulatório Local, "Factura mensal de honorários da equipa de apoio local: Presa Velha-Formiga-China: Outubro", 18 Outubro 1976, documento consultado no ADP.





↑ Planta de Definição da Unidade Operacional da operação SAAL de Presa Velha-Formiga-China, Junho 1976. © Arquivo Distrital do Porto

↓ Fotografia aérea da área de Presa Velha-Formiga-China, 1974. © Arquivo Alexandre Alves Costa

na travessa do Barão de Nova Sintra, com o número 186-188[3].

Os núcleos habitacionais da área de actuação eram muito densos, verificando-se uma sobreocupação das áreas residenciais, problemas de insalubridade e falta de infra-estruturas. Embora exista uma maior densidade nos núcleos localizados a noroeste da linha do caminho-de-ferro, os aglomerados localizados no lado sudeste também eram muito densos, embora com uma ocupação mais pontual do território. Junto ao rio e na rua do Freixo predominava a localização de instalações fabris já em decadência, ponderando-se, assim, a possibilidade da sua recuperação para uma futura expansão da operação.

3 A casa foi temporariamente reocupada pelo proprietário em Novembro de 1976, mas a Associação conseguiu retomar as reuniões nessas instalações. Cf. Brigada técnica de Presa Velha-Formiga-China, "Relatório do mês de Novembro", 15 Novembro 1976, documento consultado no ADP.



↖ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área de Presa Velha-Formiga-China.
© Arquivo Municipal do Porto

Existem referências ao lugar de Presa Velha no século XV[4]. Quanto à aldeia de Formiga e à quinta da China, as menções mais antigas remontam ao século XVII[5]. A quinta da China estendia-se até à margem do rio, onde se localizava uma capela de planta poligonal que foi demolida com a abertura da estrada marginal. Era aqui que, aquando do cerco do Porto entre 1832 e 1833, principiava a linha de defesa das tropas liberais. Na carta topográfica de 1892, mandada levantar por Teles Ferreira, pode observar-se que esta era ainda uma área rural e que a maioria das construções ponteavam campos de cultivo. Ainda assim, existia já uma maior densidade de construção junto à rua do Freixo (tanto no troço norte como no sul) e ao longo de alguns arruamentos, como na travessa do Barão de Nova Sintra, identificando-se a presença de algumas indústrias e de algumas construções do tipo ilha, o que indicia que esta área passara a servir também de alojamento para o operariado. Foi no início do século XX que a construção se adensou, tanto à face das ruas existentes como no interior dos quarteirões por elas formados[6]. Verificou-se ainda a construção de habitação operária entre os ramais que ligam Campanhã a Gaia e à Alfândega.

Perante esta circunstância, a Brigada realizou inquéritos e levantamentos que permitiram chegar à conclusão de que os núcleos ocupados eram recuperáveis, mas que serviriam apenas para o realojamento de cerca de 50% da população. Para essa recuperação, seria necessário o apoio dos serviços camarários ao nível das infra-estruturas, nomeadamente para o abastecimento de água, saneamento, electricidade, limpeza pública e para o melhoramento dos arruamentos. Para a restante população, considerava-se a possibilidade do seu realojamento no interior da unidade operacional, eventualmente ocupando parte dos terrenos que ainda estavam livres.[7] Apesar de se referir nos documentos consultados que estava concluído um projecto para 33 fogos, não se teve acesso a quaisquer desenhos que permitam conhecer e localizar esta proposta[8]. Os moradores

4 Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 287.

5 Idem, pp. 152, 102.

6 Para esta área, Eliseu Gonçalves identificou três conjuntos edificados entre 1920 e 1936: um na travessa da Presa de Arga, em frente à linha do comboio (1920); outro com entrada pela travessa de Nova Sintra (1934); e outro na calçada Nova Sintra (1936). Cf. Gonçalves, Eliseu, *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933: a prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2014, pp. 543-544, 599-602.

7 Brigada técnica da Presa Velha-Formiga-China, "Definição da unidade operacional – aditamento ao processo de homologação", 3 Junho 1976, documento consultado no ADP.

8 É referido que o projecto para 33 habitações no terreno correspondente ao quarteirão B do sector 1 já estava concluído, mas não conhecem desenhos onde



← Planta de implantação do projecto realizado na Repartição de Construção de Casas da Câmara, com projecto de Alberto Rosmaninho, 1978.
© Arquivo Municipal do Porto



→ Fotografia da rua da China, mostrando o troço já demolido que se ligava à rua do Barão de Nova Sintra, Janeiro 1976.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

reivindicavam ainda equipamentos como uma creche e uma cooperativa de consumo[9].

Era do conhecimento da Brigada e dos moradores que se previa, naquela altura, o alargamento da via dupla que liga Campanhã a Gaia, o que implicaria a demolição de algumas casas e o realojamento desses moradores. No entanto, não se tinha acesso a documentação suficiente do projecto que permitisse avaliar o impacto dessa transformação. Sabia-se, contudo, que se considerava a demolição de algumas casas do bairro Alegria e do bairro China, a sul e nascente da linha de caminho-de-ferro, e de casas de um bairro no início da travessa da China. Os moradores destes bairros já tinham aderido à Associação de Moradores e declarado que queriam permanecer naquela área.[10]

Data de 1978 o projecto elaborado pelo arquitecto Alberto Rosmaninho, ao abrigo da Repartição de Construção de Casas da Direcção dos Serviços de Habitação da Câmara Municipal do Porto, para a construção de três edifícios de habitação de 4 pisos que totalizavam 40 fogos. Estes edifícios a implantar no largo de Noeda seriam destinados à Associação de Moradores de Presa Velha. Porém, este processo não chegou a ser concretizado, desconhecendo-se os moldes em que foi conduzido.

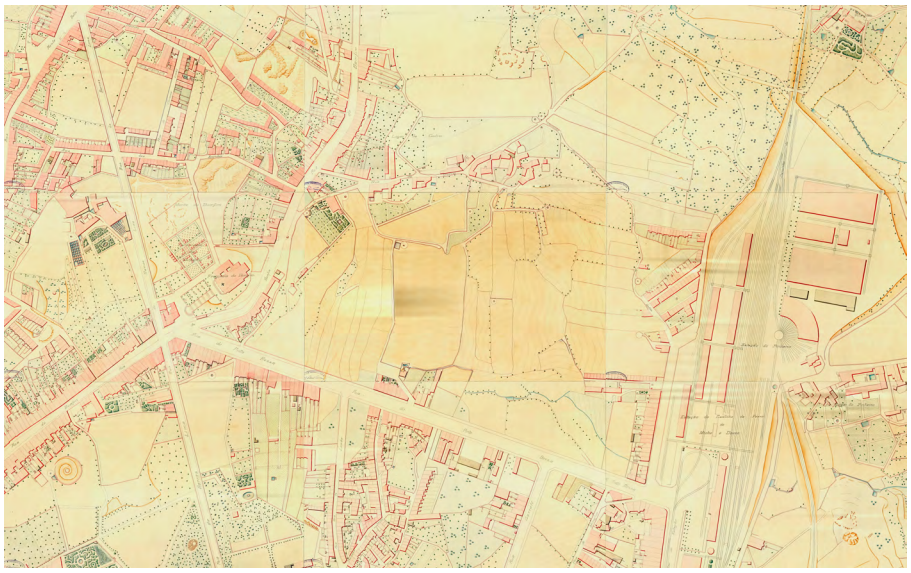
Actualmente, a área mantém características semelhantes às encontradas à data do SAAL, com excepção de alguns núcleos habitacionais localizados junto à linha de caminho-de-ferro, que foram demolidos.

estejam identificados esses sectores. Cf. Brigada técnica da Presa Velha-Formiga-China, "Relatório do mês de Fevereiro", 15 Fevereiro 1977, documento consultado no ADP.

9 "Editorial", *Despertar*, Boletim da Associação de Moradores de Presa-Velha/Formiga, 1, Junho 1976.

10 Cf. Brigada técnica da Presa Velha-Formiga-China, [Carta] "À Companhia de Caminhos de Ferro Portuguesa", 24 Novembro 1976, documento consultado no ADP.

OP29
OPERAÇÃO SAAL DE JUSTINO TEIXEIRA



↖ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área de Justino Teixeira.
© Arquivo Municipal do Porto

Os moradores da área de Justino Teixeira elaboraram um pedido de apoio técnico do SAAL em Junho de 1975, tendo sido designada uma brigada técnica provisória em Dezembro de 1975 para elaborar o processo de definição da unidade operacional. Essa Brigada, que iniciou o seu trabalho em Janeiro de 1976, era constituída por Alcino Soutinho como arquitecto chefe, pelo arquitecto Ricardo Figueiredo, pelo estudante de arquitectura Guilherme de Castro e pelo estudante de comércio Francisco M. Leal.

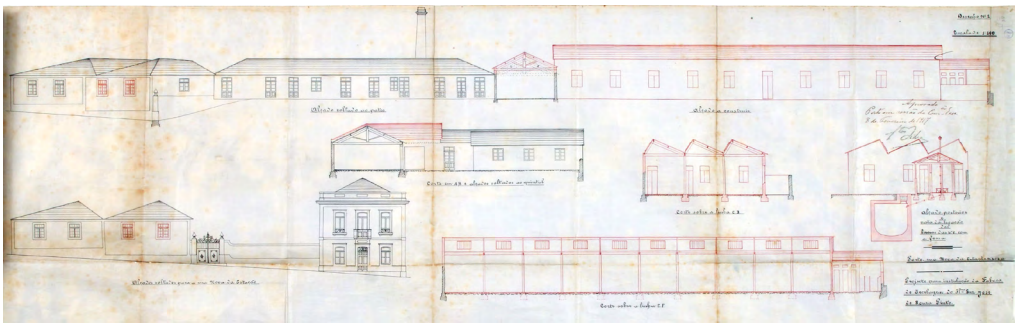
A Brigada estabeleceu contacto com a Comissão de Moradores com vista a delimitar a área de intervenção e a identificar o número de fogos envolvidos na operação. A operação abrangia os moradores dos núcleos residenciais localizados nas ruas Justino Teixeira, Monte da Estação, Godim e D. Lopo de Almeida. Esta área havia sido urbanizada no início do século XX, com a abertura de algumas ruas, a construção de casas ao longo desses novos arruamentos e a instalação de núcleos industriais e armazéns que aproveitavam a proximidade com a estação de comboio de Campanhã[1]. No final dos anos 1930 iniciou-se a construção de um bairro para os associados da Previdência dos Ferroviários Reformados, implantado na rua do Monte da Estação e na rua Particular dos Ferroviários[2].

Observando a planta de Teles Ferreira de 1892 pode verificar-se que existiam apenas algumas construções na rua fronteira à estação de Campanhã (actual rua do Monte da Estação) e na rua do Bonfim. O lado norte da rua Pinto Bessa ainda estava praticamente por edificar e o único núcleo consolidado do interior dessa área consistia no lugar de Godim, cujo topónimo data do século IX, embora apenas existam menções ao casal de Godim em 1511[3]. O lugar de Godim corresponderia a um núcleo rural, tal como hoje ainda se pode perceber pelo perfil dos arruamentos sinuosos e murados de ambos os lados e pelas construções ali existentes, que

1 Numa planta do início dos anos 1970 elaborada por J. M. Pereira de Oliveira pode observar-se como as indústrias instaladas naquela área eram de diversos tipos: metalúrgica, de automóveis, têxtil, química, de construção e de alimentação, entre outras que não estão identificadas. Noutros espaços, como na rua Particular Justino Teixeira, os pavilhões construídos funcionariam como armazéns ou oficinas. Cf. Oliveira, J. M. Pereira de, "Planta parcial XIII: ocupações secundárias (área da estação de Campanhã)", *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento, 2007 [1973].

2 Cf. Licença de obra n.º: 1942/1937, disponível em http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/116357/, consultado a 4 Setembro 2020.

3 Cf. Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 164.



→ Licença de obra de 1917 para a construção de um barracão para a fábrica de fiação e tecidos de José de Sousa Pinto localizada nos números 404-408 da rua Justino Teixeira, onde após o 25 de Abril foi instalada a Comuna Infantil de Campanhã.
© Arquivo Municipal do Porto

se terá consolidado e mantido ao longo dos tempos. Os extensos terrenos em redor eram utilizados como campos cultiváveis. O caminho de Godim, no cruzamento com a rua do Bonfim, foi alargado em 1853, tornando-se o arranque da rua do Godim[4]. O troço mais a sul do caminho de Godim, que ligava o lugar de Godim à estação de Campanhã, foi substituído pela abertura da rua Justino Teixeira que se prolongou até às proximidades da praça das Flores já nos anos 1920[5], introduzindo uma nova escala naquele lugar. Foi ao longo desta rua que a maior parte das instalações fabris daquela área se localizaram, apresentando uma massa edificada com alguma presença e dimensão. A extensão dessa área industrial até ao lugar de Godim tornou-o uma espécie de enclave rural do novo pólo industrial.

A densificação da área através da construção de casas do tipo ilha ter-se-á iniciado ainda no final do século XIX. Tanto na actual rua do Monte da Estação como no troço à cota mais baixa da rua de Justino Teixeira (que correspondia naquela altura ao caminho de Godim) foram edificadas algumas ilhas que aparecem representadas na planta de 1892. Uma delas, formada por duas bandas e construída no quarteirão formado por essas ruas e pela travessa Nova da Estação, terá sido edificada de raiz. Embora tenha duas frentes, o que acontece também na segunda fiada de casas devido à alteração já recente do traçado da rua do Monte da Estação, foi organizada como se se localizasse no interior de um logradouro, com os alçados laterais praticamente encerrados (havendo pequenas aberturas nos acrescentos do piso superior), fazendo-se o acesso a cada casa e a iluminação e ventilação a partir do corredor partilhado. O espaço central entre as duas fiadas de casas serviria como espaço comum, que entretanto terá sido dividido pelos moradores para o prolongamento do espaço doméstico bastante exíguo nas células habitacionais.[6] Outras ilhas, ou casas com características semelhantes, foram sendo edificadas nos novos arruamentos e junto às unidades fabris, a par das casas burguesas da primeira metade do século XX que ali também foram edificadas[7]. Esta mistura de escalas de construção – desde as pequenas casas de ilha, às casas burguesas e prédios, aos pavilhões industriais – fez daquela área um lugar bastante heterogéneo, o que ficou mais evidente com a construção da escola básica Ramalho de Ortigão a meados do século[8] e da piscina de Campanhã, esta construída após o SAAL.

4 Cf. "Planta topográfica que mostra o projeto de alargamento do caminho que, da estrada do Bonfim, se dirige ao lugar de Godim (...)", 1853, disponível em http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/335682/, consultado a 4 Setembro 2020.

5 O alinhamento da rua Justino Teixeira, na altura apelidada de rua Nova da Estação, data de 1891. O projecto para o seu prolongamento até à praça das Flores foi aprovado em 1924, embora não tenha sido efectivado, o que só aconteceu com a abertura da avenida 25 de Abril já nos anos 2000. Cf. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/23440/; http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/23442/, consultado a 4 Setembro 2020.

6 Eliseu Gonçalves identifica este conjunto como tratando-se de um empreendimento único realizado em 1890. Cf. Gonçalves, Eliseu, *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933: a prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2014, pp. 471-472.

7 Entre as décadas de 1910 e 1920, são identificados mais dois empreendimentos construídos de raiz, um na rua de S. Rosendo (1914), demolido antes de 1974, e outro na rua do Bonfim (1923), onde uma banda de casas de ilha é construída paralelamente à banda de casas à face da rua. Cf. Idem, pp. 655-656, 669-670.

8 Não foi possível obter informação do ano de construção da escola básica Ramalho Ortigão. Sabe-se apenas que terá sido construída depois de 1940, visto esse terreno estar ainda por edificar nas fotografias aéreas realizadas nesse ano.





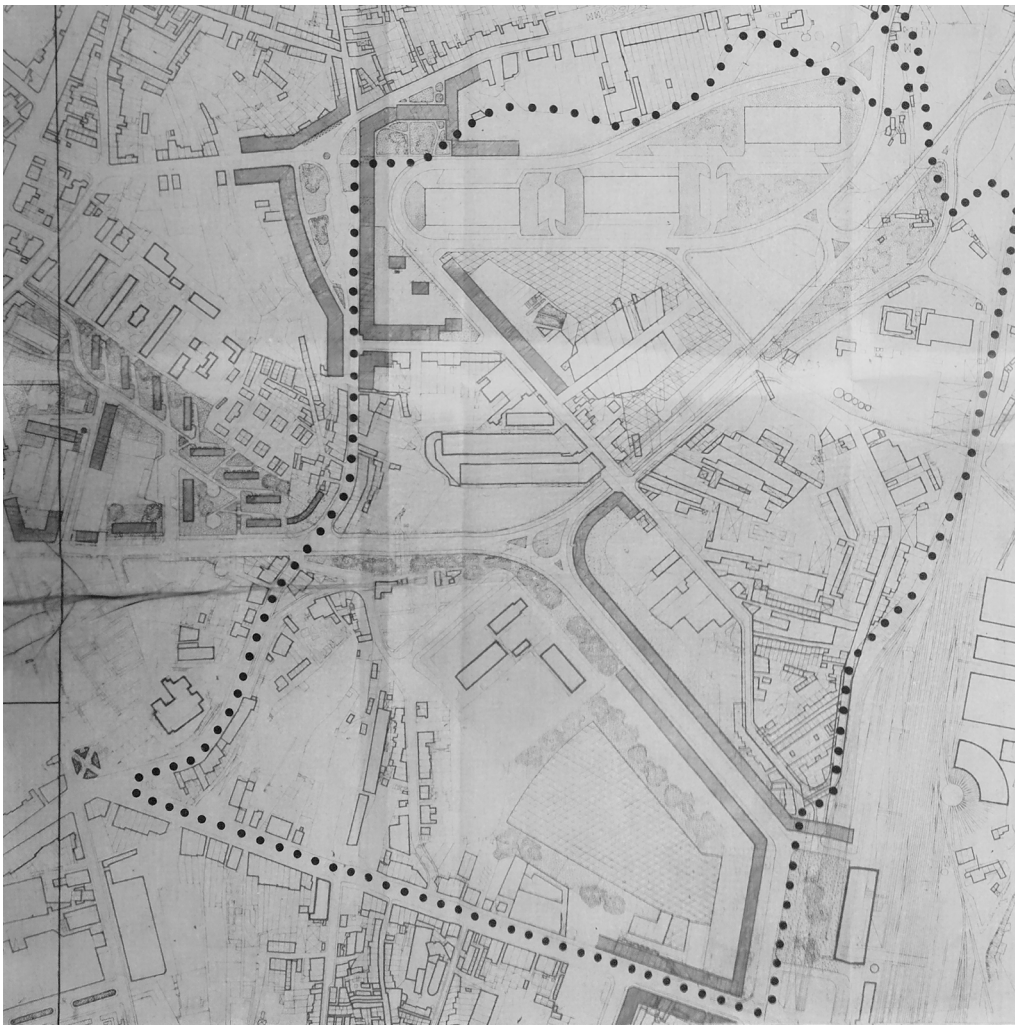
← Cartaz/panfleto da Comuna Infantil de Campanhã, gerida pela Comissão de Moradores de Justino Teixeira.
© Arquivo Centro de Documentação 25 de Abril

→ Fotografia da Comuna Infantil de Campanhã, Julho 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

A unidade operacional, bastante vasta, ficou delimitada a poente pelas ruas do Bonfim e de S. Rosendo, a norte pelas traseiras das casas ao longo da rua S. Roque da Lameira, a nascente pela linha do caminho-de-ferro e a sul pela rua Pinto Bessa. Previa-se a recuperação das casas degradadas daquele núcleo, especificando-se: os casos das ilhas situadas nas traseiras e caves da rua do Bonfim, com corredores de acesso paralelos a este arruamento; uma ilha na rua de Godim; casas abandonadas em vários arruamentos, como a rua de Godim e a rua do Bonfim; e vários conjuntos de casas de só um piso dispersas por toda a área e acessíveis através de pequenos arruamentos ou caminhos (como na travessa do Monte da Estação). Apesar de não ser mencionado, presume-se que se propusesse também a recuperação das ilhas ao longo da rua Justino Teixeira. Existiam dois terrenos livres, um a sul, entre a escola básica e as traseiras das casas nas ruas Pinto Bessa e Justino Teixeira, e um a norte, entre as traseiras das construções na rua de S. Roque da Lameira e os armazéns e indústrias acessíveis através das ruas Particular Justino Teixeira e de Godim. Estes terrenos serviriam, possivelmente, para a construção de novas habitações, de modo a reduzir a densidade habitacional dos núcleos degradados.

Estava prevista uma reestruturação urbana que permitiria resolver alguns problemas de tráfego existentes na área, como o encaminhamento do trânsito relacionado com actividades industriais para a rua D. Lopo de Almeida, que tem um perfil mais largo, e o condicionamento do trânsito no troço sul da rua Justino Teixeira, de modo a unificar o núcleo habitacional à cota mais baixa e aproveitar a rede de percursos pedonais existentes. As ruas de Godim e do Monte da Estação seriam regularizadas (apesar de se poder especular se o alargamento e regularização da rua de Godim não alterariam de forma drástica o seu carácter rural), e previa-se a criação de uma ligação futura com a rua de S. Roque da Lameira.

É referida a falta de equipamentos de apoio aos moradores daquela área, onde apenas existia a escola básica Ramalho Ortigão. Perante o estado de abandono da antiga casa e quinta do Barão de Valado localizada no largo de Godim, previa-se a recuperação deste edifício brasonado para alojar algum equipamento que fosse considerado prioritário pela Associação de Moradores. No entanto, só em 1991 é que a Associação de Moradores da Zona de Justino Teixeira, que tinha instalado a sua sede na rua de Justino Teixeira, transitaria para a Casa de Godim, passando a designar-se de Centro Infantil da Zona de Justino Teixeira, um centro de promoção social e cultural



↗ Planta com a proposta do Plano Director de 1962 para a área de Justino Teixeira.
© Centro de Documentação 25 de Abril

destinado à infância e juventude que ainda hoje desenvolve a sua acção[9].

Existia a intenção de criar uma comuna de produção da construção civil que empregaria os trabalhadores desempregados e aproveitaria as instalações, estruturas e máquinas das empresas falidas daquela área. Essa comuna contaria com o apoio do programa SAAL, das brigadas de engenharia e das belas artes e dos centros de formação profissional, funcionando simultaneamente como espaço de produção e aprendizagem. A sua actividade estaria em articulação com as comissões de moradores, estendendo-se para além do contexto local da área de Justino Teixeira, embora partisse de uma proposta desta comissão de moradores.[10] Presume-se que a comuna de produção não tenha sido criada, mas sim uma comuna infantil – a Comuna Infantil de Campanhã – que, como referido acima, resultou da ocupação de uma antiga instalação fabril na rua Justino Teixeira em Junho de 1975[11], tendo sido transferida para a Casa de Godim em 1991. Nessa Comuna funcionaria a sede da Comissão de Moradores (que se formalizou como Associação de Moradores em Julho de 1976[12]) e uma creche e infantário.

A Brigada só tinha sido contratada para o processo de definição da unidade operacional, que foi entregue em Março de 1976 e contabilizou um total de 180 fogos[13]. Porém,

9 Actualmente, funciona como IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social).

10 Comissão de Moradores da Zona Justino Teixeira, Monte da Estação, Godim e D. Lopo de Almeida, "Proposta: documento para discussão", 24 de Julho de 1975, documento consultado no ADP.

11 A partir da análise dos registos fotográficos da época, conclui-se que esta Comuna estaria instalada no número 408 da rua Justino Teixeira.

12 Os estatutos da Associação foram publicados em Setembro de 1976.

13 O valor relativo ao número de fogos corresponde aos dados constantes no Livro Branco. Nos documentos consultados em arquivo referentes à operação SAAL de Justino Teixeira menciona-se que o número de fogos seria indeterminado. Cf. Membros efectivos do



↖ Fotografia aérea da área de Justino Teixeira, 1974.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

presume-se que esta tenha continuado a prestar apoio aos moradores no período subsequente. A partir da análise das propostas do Plano Director de 1962 para aquela área, verificou-se que a estratégia de recuperação das construções existentes seria incompatível com as propostas apresentadas no Plano, pois este previa uma renovação que destruiria as características daquela área. Em causa estaria sobretudo a construção de um novo arruamento de largo perfil que seccionaria o quarteirão definido pelas ruas de Justino Teixeira, de Pinto Bessa, de São Rosendo e de Godim, a demolição das construções existentes neste sector e a edificação de novas construções à face do novo arruamento. Apesar de a escala das transformações previstas acarretar custos que inviabilizaram a sua aplicação, o processo da operação SAAL de Justino Teixeira não terá avançado e actualmente grande parte dos problemas habitacionais detectados à data do SAAL permanecem naquela área.

VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *Livro branco do SAAL / Serviço de Apoio Ambulatório Local: 1974-1976*, [S.l.]: Conselho Nacional do SAAL, 1976, p. III; FFH, "Informação sobre a operação SAAL de Justino Teixeira", s.d., documento consultado no ADP.

OP30
OPERAÇÃO SAAL DOS COMBATENTES



↖ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área dos Combatentes. © Arquivo Municipal do Porto

A organização dos habitantes da área dos Combatentes foi encetada por um grupo de moradoras do bairro do Valongueiro que tentou dialogar com o senhorio com vista a que se efectuassem melhoramentos nas suas casas bastante degradadas. Perante a hostilidade deste, e após a visita de um grupo de estudantes e professores da ESBAP ao bairro, os moradores dos Combatentes aceitaram dialogar com elementos da vizinha operação SAAL das Antas (moradores e membros da Brigada) para realizar uma sessão de esclarecimento sobre o programa SAAL. Foi formada uma comissão de moradores para elaborar um pedido de intervenção SAAL ainda em Junho de 1975[1]. Poucos dias depois, a 22 de Junho de 1975, os moradores ocuparam um edifício em estado de abandono há 14 anos na rua Naulila com o número 51 para instalar a sua sede, funcionar como equipamento de apoio a actividades culturais e desportivas, e albergar um infantário e creche, uma biblioteca para adultos e crianças e uma sala de convívio. Este edifício foi recuperado pelos moradores e adaptado de acordo com as suas necessidades.

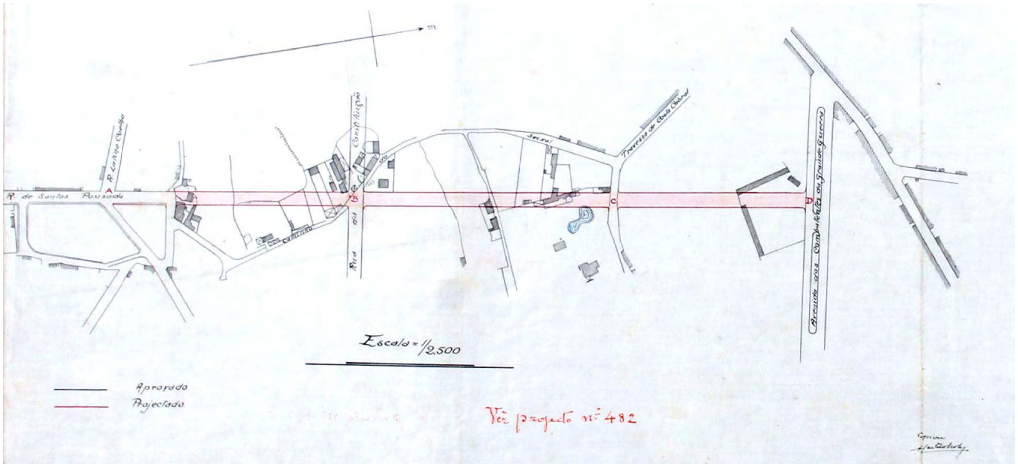
O bairro Valongueiro, um bairro tipo ilha formado por 3 fiadas de células habitacionais encostadas aos limites do terreno triangular (uma com 3 casas e as restantes duas com 12 casas cada, num total de 27 casas) e dispostas em torno de um espaço comum com entrada a partir da rua Costa Cabral, havia sido edificado segundo um projecto de 1896[2], daí não aparecer representado na planta de Teles Ferreira de 1892. Como se pode observar a partir dessa planta, a área dos Combatentes era rural, correspondendo aos terrenos situados entre a rua Costa Cabral e a rua de Monte Belo que ligava ao lugar também rural das Antas, onde adoptava o nome de rua das Antas até alcançar, mais a norte, a rua Costa Cabral[3]. Situava-se nesse lugar uma quinta pertencente à família Cepeda, cujos terrenos foram utilizados para a abertura da avenida dos Combatentes da Grande Guerra e, posteriormente, da praça Velázquez[4]. A avenida

1 Esta comissão de moradores foi constituída unicamente por moradores do sexo masculino. Cf. "Organização da população C. M. Combatentes", documento manuscrito consultado no ADP.

2 Cf. Licença de obra n.º: 236/1896, disponível em http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/71155/, consultado a 10 Setembro 2020.

3 A rua de Costa Cabral era um dos troços da antiga estrada para Guimarães, sendo assim designada por volta de 1850. Cf. Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 120.

4 Cf. Idem, p. 112.



→ "Projeto de prolongamento da Rua de Santos Pousada até à Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, aprovado em 1929" e "requerimento de moradores na Avenida dos Combatentes, pedindo a regularização de um terreno municipal junto à Rua da Alegria e o prolongamento da Rua de Santos Pousada, e queixando-se dos moradores de um bairro existente no local".
© Arquivo Municipal do Porto

dos Combatentes, uma espécie de reprodução da avenida Marechal Gomes da Costa no lado oriental da cidade, viria a tornar-se uma nova área de expansão burguesa com a edificação de casas senhoriais ao longo dos anos 1930. Embora esta não fosse uma área industrial, existiam algumas indústrias têxteis nas proximidades, como a fábrica Matos e Irmãos localizada entre a rua Costa Cabral e a rua da Alegria, o que levou ao surgimento de alguns núcleos de alojamento operário que, como no caso do bairro de Valongueiro, contrastavam com o estatuto adquirido por aquela nova área de expansão. Com efeito, um requerimento assinado por vários moradores da avenida dos Combatentes em 1937 solicitava à comissão administrativa da Câmara Municipal do Porto o prolongamento da rua Santos Pousada até à avenida dos Combatentes, o que implicaria a demolição do bairro do Valongueiro, resolvendo, desta feita, problemas de "higiene pública", como a formação de uma lixeira no espaço confinante do bairro com a avenida, e "actos de assalto e roubo" e "falhas de educação" das crianças do dito bairro que "assediam as suas propriedades". Para os novos moradores da avenida, a concretização do arruamento viria não só "remediar todos aqueles inconvenientes, como animar ainda o emprêgo de capitais na construção de novas edificações, transformando-se assim o lamentável aspecto de um dos pontos mais belos do Pôrto" através da expulsão dos moradores do antigo bairro.[5]

A brigada técnica foi constituída apenas em Fevereiro de 1976. Dela faziam parte alguns técnicos pertencentes à Brigada das Antas, como o arquitecto chefe Pedro Ramalho e os estudantes de arquitectura Pedro Borges de Araújo e José Lencastre. Este último terá integrado a Brigada apenas durante um curto período. Após auscultar os moradores e fazer um reconhecimento daquela área, definiu-se a unidade operacional, delimitada a norte pela rua Pereira Reis e pela via de cintura interna, a nascente pela avenida Fernão de Magalhães, a sul por um perímetro recortado definido pelas ruas Nova de S. Crispim, Santos Pousada e Constituição, e a poente pelas ruas da Alegria, do Lima, de Costa Cabral e Dr. Joaquim Pires de Lima. Os núcleos degradados encontravam-se dispersos por entre este perímetro, incluindo algumas ilhas para além do bairro do Valongueiro e vários casos de moradores a viver em casas sub-alugadas.

Segundo os documentos consultados, os moradores mostraram-se bastante activos e participativos, apesar das investidas do senhorio que tentava travar a luta dos moradores. Para a sua dinamização terão

5 "Requerimento de moradores na Avenida dos Combatentes, pedindo a regularização de um terreno municipal junto à Rua da Alegria e o prolongamento da Rua de Santos Pousada, e queixando-se dos moradores de um bairro existente no local", 1 de Novembro de 1937. Cf. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/23326/, consultado a 10 Setembro 2020.





← Fotografia do edifício na rua Naulila ocupado para a instalação da sede da Comissão de Moradores dos Combatentes, Julho 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

↑ Planta com a definição da unidade operacional da operação SAAL dos Combatentes.
© Arquivo Distrital do Porto

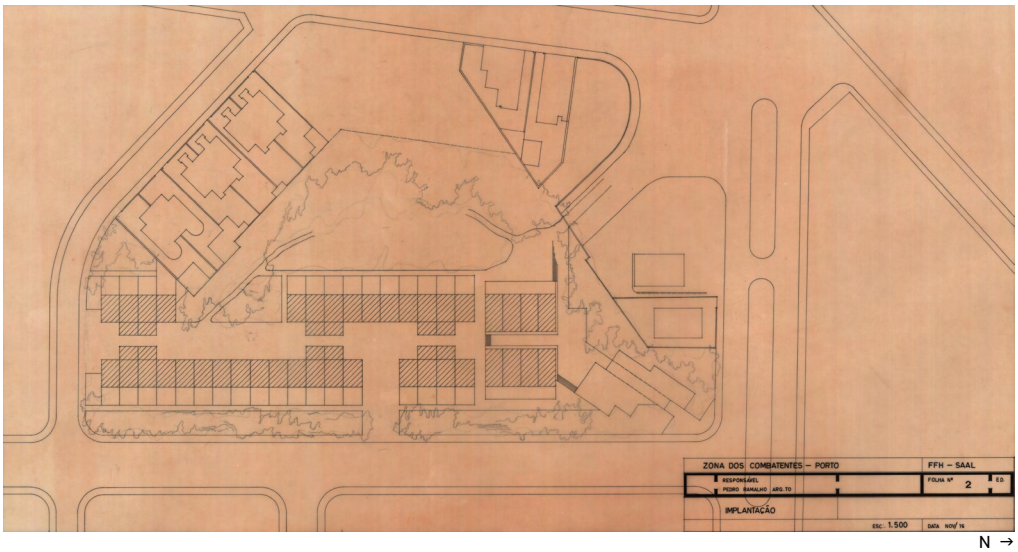
contribuído os contactos com a Associação de Moradores das Antas, o que resultou na organização de actividades conjuntas. Estabeleceram-se também parcerias com algumas escolas primárias daquela área. Os moradores dos Combatentes passaram a colaborar no jornal "Arranque", fundindo-se ao grupo de imprensa da Associação de Moradores das Antas. Foi com esse espírito que os primeiros inquéritos foram elaborados ainda em Novembro de 1975, o que facilitou o início do trabalho da Brigada.

A definição da unidade operacional foi entregue ao SAAL em Maio de 1976. Para além do reconhecimento dos limites da operação, propunha-se a recuperação do bairro Valongueiro e a sua expansão para os terrenos livres contíguos de modo a acomodar todos os moradores em condições dignas e reservar espaço para a instalação de equipamentos[6]. À semelhança de outras operações SAAL, esta estratégia entrava em conflito com o Plano Director elaborado por Robert Auzelle em 1962, pois alterava o esquema viário previsto pelo Plano e a forma de ocupação dos terrenos de modo a permitir a recuperação deste núcleo de habitação degradada. A resposta ao parecer enviado para a Câmara, emitida em Novembro de 1976, foi desfavorável à solução apresentada pela Brigada, reiterando-se a imperatividade do cumprimento do plano de urbanização prévio. Face a esta situação, e à urgência de resolução dos problemas habitacionais, os moradores aceitaram as condições impostas pela Câmara. A Brigada elaborou um novo processo, enviado em Dezembro de 1976, onde se propunha um esquema de implantação adaptado ao sistema viário previsto no Plano, contemplando a edificação de 48 fogos e a instalação da nova sede, de um centro social e outros equipamentos necessários.

Em causa estava a proposta de recuperação do bairro Valongueiro, que era incompatível com o projecto de abertura da rua Professor Bento de Jesus Caraça, um novo arruamento que daria continuidade à rua Santos Pousada e conectaria o prolongamento das ruas perpendiculares Agostinho de Campos, Guilhermina Suggia e a alameda Eça de Queirós. Este desenho urbano integrado no Plano Director retomava uma proposta elaborada em 1929 e que ainda não havia sido concretizada[7].

6 Não se teve acesso a nenhum desenho referente a esta primeira proposta, apresentando-se as intenções a partir dos documentos escritos consultados. Cf. Brigada técnica dos Combatentes, "Relatório da Brigada Técnica dos Combatentes de 15 de Novembro a 11 de Dezembro", Dezembro de 1976, documento consultado no ADP.

7 Cf. "Rua de Santos Pousada: Projecto de prolongamento desta rua até à Avenida dos Combatentes da Grande Guerra", 14 de Janeiro de 1929, disponível em

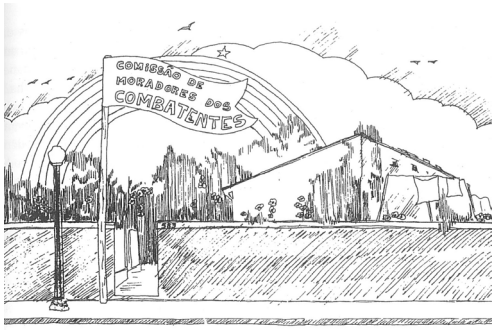


→ Planta do projecto de 48 fogos novos na rua Professor Bento de Jesus Caraça.
© Arquivo Distrital do Porto

O novo projecto da operação dos Combatentes previa a demolição integral do bairro do Valongueiro. A partir da avenida dos Combatentes seria edificado um equipamento que, disposto segundo um ângulo de 45º relativamente à avenida, faria a entrada no bairro. Os 48 fogos organizar-se-iam segundo dois tipos: 32 casas unifamiliares em banda, dispostas segundo duas filas paralelas (uma à face do novo arruamento com 18 casas e outra nas traseiras com 14 casas), e 16 casas correspondentes a um conjunto de 8 unidades organizadas em duas bandas (4 em cada lado). Apesar de não existir informação complementar (como cortes, alçados ou uma memória descritiva) que permita averiguar qual seria a organização dos fogos, a representação em planta permite estabelecer uma comparação com a proposta da Brigada chefiada por Pedro Ramalho para a operação das Antas, dadas as aparentes similitudes entre ambos os projectos. Pode especular-se que as casas unifamiliares estariam organizadas em dois pisos e as restantes casas do conjunto de 8 unidades teriam apenas um piso, formando volumes de dois pisos através da sobreposição de duas casas. A partir da observação do esquema de implantação, as casas unifamiliares teriam, tal como as casas-tipo nas Antas, um pátio na entrada e possibilidade de acrescento de novas divisões no espaço de tardoz. Quanto aos fogos de um só piso, assemelhar-se-iam aos fogos T1 do núcleo mais a norte da proposta para as Antas, com frente para a travessa das Antas. Esta suposição deve-se à exiguidade do espaço entre as duas bandas de casas sobrepostas, para o qual se voltariam pequenas aberturas e através do qual se faria o acesso aos fogos do primeiro piso. No caso do projecto dos Combatentes, a representação de degraus na planta indicia que o espaço intersticial estaria elevado em relação à cota de implantação, o que leva a concluir que os fogos do piso inferior teriam apenas uma frente ou aberturas altas relativamente ao espaço intersticial.

Este projecto da operação dos Combatentes seria bastante permeável aos arruamentos limítrofes do quarteirão, com ligações através da avenida dos Combatentes, do novo arruamento proposto (a rua Professor Bento de Jesus Caraça), da rua Professor Correia de Araújo e da rua Costa Cabral (através daquilo que parece ser o arranque de um eixo posicionado a 45º em relação à avenida Fernão de Magalhães e que não teria sido continuado). Esse terreno que ocupa a esquina entre a avenida dos Combatentes e a rua Costa Cabral foi recentemente ocupado pela estação de metro dos Combatentes. Os fogos voltados para o novo arruamento estariam protegidos através de uma faixa verde (o que permitiria obter maior privacidade), excepto a meio da rua, onde se criaria uma entrada ampla para o conjunto. O miolo não construído do quarteirão seria também um

http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/23326/, consultado a 10 Setembro 2020.





← N

← Esquisso do projecto de 48 fogos novos, perspectiva a partir da avenida dos Combatentes.
© Rodrigues, Fernando Matos; Silva, Manuel Carlos, *Cidade, habitação e participação: o processo SAAL na ilha da Bela Vista 1974/76*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 95.

→ Planta do projecto elaborado pela Direcção dos Serviços de Habitação da Câmara Municipal do Porto para a Associação de Moradores dos Combatentes, Novembro 1979.
© Arquivo Municipal do Porto

espaço verde, com caminhos e espaços de repouso, que contrastaria com o caminho central que atravessa todo o conjunto e ao longo do qual vão surgindo alguns alargamentos e espaços de estar, culminando no equipamento implantado em proximidade à avenida dos Combatentes.

Mesmo tendo apresentado uma alternativa compatível com o plano urbano camarário, o projecto elaborado pela Brigada não teve continuidade. Já sob tutela da Direcção dos Serviços de Habitação da Câmara, cujo chefe era o arquitecto Rui Paixão, a organização de moradores conseguiu dar seguimento ao seu processo[8]. O novo projecto elaborado em 1979 ocupou os mesmos terrenos da proposta elaborada no âmbito do SAAL, consistindo em três blocos de habitação plurifamiliar com 4 pisos, dispostos ao longo da rua Professor Bento de Jesus Caraça, num total de 55 fogos[9]. Na cave do bloco mais comprido foram instalados uma creche e jardim infantil, um minimercado e a sede da Associação de Moradores dos Combatentes (que transitou do edifício com o número 51 da rua Naulila)[10]. Esta cave está aberta para as traseiras, onde existe um espaço de jardim que ocupa o miolo do quarteirão[11]. Ao redor, o *emprego de capitais* viabilizou a construção de novos edifícios de maior altura, seguindo a escala do conjunto urbano que se estende até à praça Velázquez. A nova organização desta área urbana foi ao encontro do estatuto pretendido: um espaço constituído por moradias unifamiliares e blocos de maior escala onde reside a média e a alta burguesia. Pontualmente, são integrados alguns núcleos habitacionais de moradores de menos recursos, como o bairro da Associação de Moradores dos Combatentes, algumas (poucas) ilhas que permanecem nas traseiras de habitações burguesas e as casas da colónia operária Antero de Quental, no outro lado da avenida Fernão de Magalhães. Como refere Pedro Borges de Araújo:

"O resultado realizado, hoje integrado na cidade, cumpre o desejo íntimo dos moradores nas questões fundamentais e, apesar de tudo, no «direito à cidade» que idealmente nos servia de divisa caracterizadora."[12]

Mas vingou a ideia de que não é possível edificar casas baixas para os moradores pobres, tal como aconteceu na operação das Antas, onde as 32 casas construídas representam um "farrapo «honrado»"[13].

8 Os moradores dos Combatentes tiveram de optar entre lutar pela execução do projecto elaborado pela Brigada, sabendo-se de antemão que não seria realizado, ou aceitar a solução-tipo de blocos de habitação plurifamiliar proposta pelos serviços camarários.

9 Cf. "Associação de Moradores dos Combatentes: Desenhos do projeto para edifícios na Rua do Prof. Bento de Jesus Caraça, com os números 331 – 345 – 359 – 373 – 383 – 399 – 415", 1979-1981, disponível em http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/643269/, consultado a 10 Setembro 2020.

10 O projecto do espaço da cave, desenvolvido entre 1979 e 1983, foi elaborado pelo arquitecto Camilo Trigo Soares. Cf. http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/643271/, consultado a 10 Setembro 2020.

11 Este espaço beneficiou da localização contígua da estação de metro dos Combatentes, sendo mantido pelos serviços municipais.

12 Pedro Borges de Araújo, "SAAL Antas 1974-1976" *in* Costa, Ana Alves; Fernandez, Sergio (coord.), *Cidade participada: Arquitectura e democracia: Antas, Pedro Ramalho*, Lisboa: Tinta-da-china, 2020, p. 145.

13 Idem, p. 143.

OP31
OPERAÇÃO SAAL DO CARVALHIDO



↖ Excerto da planta onde são assinaladas as várias operações SAAL da cidade do Porto com a área correspontente à operação SAAL do Carvalhido, representada com o número 39.
© Arquivo Distrital do Porto

Pouca informação existe sobre a operação SAAL do Carvalhido. Iniciada em Março de 1976, a brigada técnica afecta a esta operação era constituída por João Serôdio no papel de arquitecto chefe, pelos arquitectos José Magalhães Carneiro e Ana Maria Almeida e pelo arquitecto estagiário Alfredo Filgueiras Resende.

O perímetro da unidade operacional ficou definido, a nascente, pelas ruas Silva Porto, S. Dinis, Aliança, Egas Moniz e Serpa Pinto, a sul, pela rua Nossa Senhora de Fátima, a poente, pela rua Oliveira Monteiro e, a norte, pelas ruas Nove de Abril e Nova do Regado e por uma diagonal que atravessa o quarteirão delimitado pela travessa do Regado e pelas ruas Silva Porto, Monsanto e Nove de Abril[1]. Abrangiam-se, desta forma, os moradores residentes em ilhas ou casas sobrelotadas das ruas inscritas nesse perímetro[2].

O lugar do Carvalhido correspondia outrora a um arrabalde rural localizado junto à estrada para Vila do Conde que foi urbanizado e densificado ao longo dos anos. Existem menções à capela do Carvalhido em 1760[3], e na planta de 1832 pode verificar-se que o lugar do Carvalhido já estaria consolidado[4]. Na planta de 1892 é possível observar a presença de várias ilhas dispersas por esta área que, com a sua transformação e consolidação progressivas, ficaram camufladas por dentro ou entre as novas construções e as vias de elevado tráfego[5]. Deste modo, em 1976, a área do Carvalhido apresentava-se heterogénea e um somatório de vários núcleos que, apesar de distanciados, partilhavam os mesmos problemas habitacionais. A população era também heterogénea, desde logo pela presença de dois bairros camarários edificados no âmbito do Plano de Melhoramentos – o bairro do Carvalhido (1957-58) e o bairro do Bom Pastor (1974), desenvolvidos na primeira e segunda fases do plano, respecti-

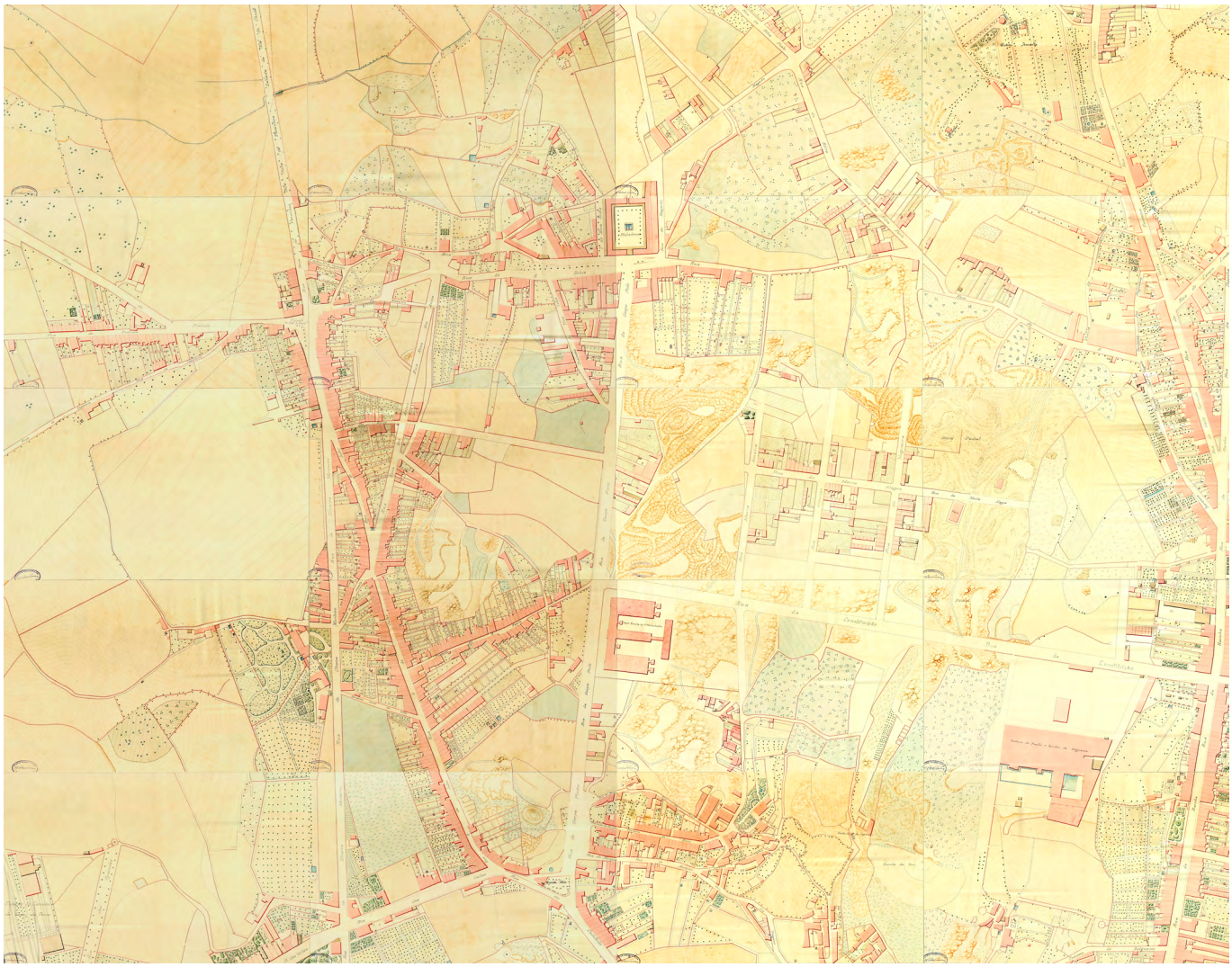
1 Os limites da unidade operacional foram identificados a partir da planta geral das operações SAAL em curso na cidade do Porto.

2 Incluem-se moradores residentes na avenida de França; nas ruas das Classes Obreiras, Honório Barreto, Marques de Oliveira, Lugarinho, Nossa Senhora de Fátima, Nove de Abril, Serpa Pinto, Silva Porto, Conde Vilas Boas, Oliveira Monteiro, Carvalhido, Nove de Julho, António Eanes, Aliança, Almirante Leote do Rego, Arcos, Francos, Chaimite e Lugarinho; e nas travessas de Francos, S. Dinis, Regado, Quinta Amarela e Bica Velha.

3 Cf. Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 93.

4 Cf. "Plano topográfico da cidade do Porto impresso em Londres em 1813, e continuado aos seos subúrbios em 1832 (...)", 1832.

5 Esta característica tornou-se ainda mais evidente após a conclusão da construção da Via de Cintura Interna e do eixo paralelo à rua da Constituição, formado pelas ruas da Quinta Amarela, Egas Moniz, Damião de Góis, João Pedro Ribeiro e Latino Coelho.



↑ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área do Carvalhido. © Arquivo Municipal do Porto

vamente –, as ilhas existentes no miolo dos quarteirões, algumas quintas remanescentes e as novas construções com maior número de pisos destinadas à classe média ao longo dos arruamentos.

No relatório elaborado pela Brigada a 9 de Junho de 1976 menciona-se a realização de inquéritos a 300 agregados familiares, correspondente a 1.094 pessoas, um número que se considerava uma amostragem significativa para avaliar as características da população abrangida e as suas condições de alojamento. A população era predominantemente operária e estava alojada sobretudo em ilhas (verificando-se também casos de população mal-alojada a residir em habitações unifamiliares ou a partilhar fogos, embora em menor número). Contudo, o levantamento realizado contabiliza um total de 625 famílias (informação também constante nos dados do *Livro Branco*) que estariam alojadas em 8 núcleos distintos. O núcleo do Canil, entre as ruas S. Dinis, Nova do Regado, Nove de Abril, Monsanto e a travessa do Regado, correspondia à área onde as condições habitacionais eram mais prementes, abrangendo cerca de 100 famílias, e, como tal, deveria ser objecto de intervenção prioritária. Embora a recuperação das ilhas fosse complicada de executar (estando concentradas sobretudo na rua Nove de Abril e rua e travessa do Regado), existia a possibilidade de expansão para terrenos livres de grandes dimensões que teriam de ser expropriados. O núcleo de Monsanto, delimitado pelas ruas Monsanto e Nove de Abril e pela travessa do Regado, abrangia as habitações degradadas junto à travessa do Regado onde residiam cerca de 70 famílias. De modo semelhante ao núcleo do Canil, considerava-se difícil a recuperação das ilhas existentes, havendo

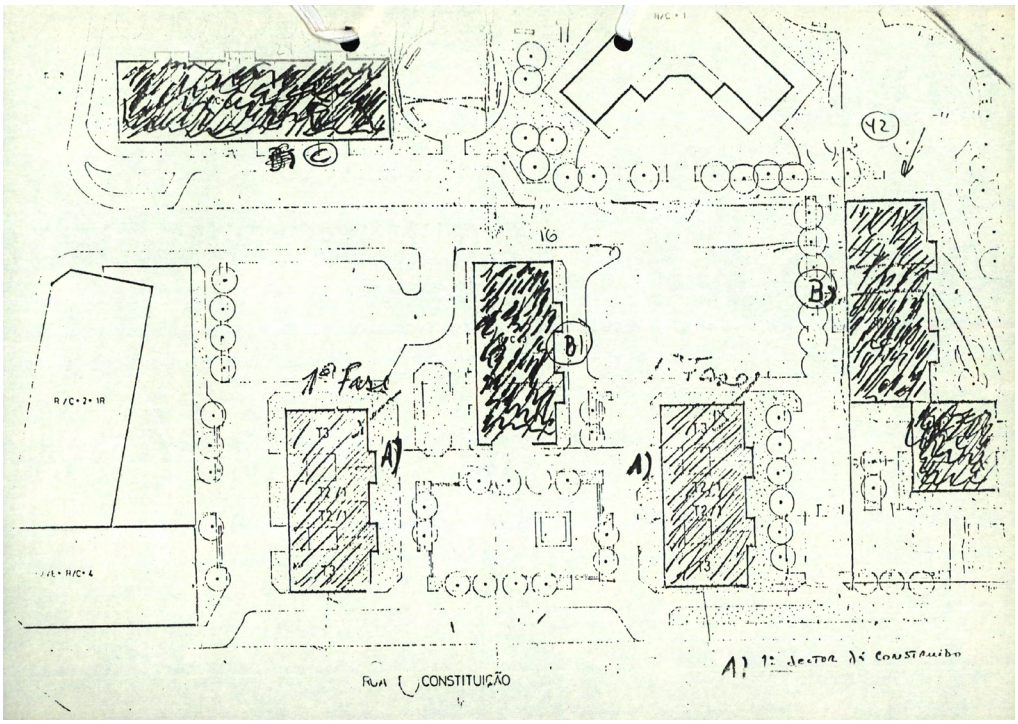
possibilidade de construir edifícios novos nos terrenos livres existentes. O núcleo Silva Porto dizia respeito sobretudo aos casos de habitação degradada localizados nos dois lados da rua Silva Porto, embora abrangesse o espaço compreendido entre as ruas de S. Dinis, Nove de Abril e Bica Velha que englobava cerca de 130 famílias. As ilhas das ruas S. Dinis e Silva Porto poderiam ser recuperadas e seria possível uma expansão para terrenos livres que deveriam ser expropriados ou para o terreno camarário ali existente. O núcleo do Bom Pastor englobava casos de habitação degradada localizados nas ruas Vale Formoso e Ribeiro de Sousa e na travessa Ribeiro de Sousa onde residiam cerca de 50 famílias. Estes seriam recuperáveis dado tratar-se de aglomerados de baixa densidade que poderiam expandir-se para os terrenos livres existentes. O núcleo do Carvalhido incorporava quatro conjuntos de habitação degradada passíveis de serem recuperados, correspondentes a 65 famílias e localizados a poente da rua Oliveira Monteiro. O núcleo de S. Dinis reunia casos de grupos de habitação degradada de pequenas dimensões e dispersos por entre as ruas Oliveira Monteiro, Natária, S. Dinis, Serpa Pinto e António Eanes, abrangendo cerca de 70 famílias. A única excepção dizia respeito a uma ilha localizada no cruzamento entre as ruas Serpa Pinto e S. Dinis, tratando-se de uma ilha de maior dimensão. O núcleo da Aliança englobava casos de habitação degradada respeitantes a 50 famílias e dispersos pela área compreendida entre as ruas de S. Dinis, Constituição e Serpa Pinto. A recuperação dessas habitações seria viabilizada apenas através do recurso a terrenos livres a expropriar. O núcleo da Constituição abrangia situações de habitação degradada onde residiam 90 famílias, na área compreendida entre as ruas Oliveira Monteiro, António Eanes, Serpa Pinto e Nossa Senhora de Fátima. Nesta área já tinham sido levadas a cabo várias demolições para o prolongamento da rua da Constituição e estavam previstas novas demolições para a abertura da rua Egas Moniz, o que implicaria a demolição de alguns aglomerados desta área, como os aglomerados junto à rua do Chaimite e do Conde Vilas Boas (o que acabou por acontecer). A Brigada considerava urgente a revisão do plano camarário que previa a abertura da rua, pois este plano fomentaria o aparecimento de novos edifícios que não estariam destinados à população residente e que veria as suas habitações demolidas, apesar de nalguns casos poderem ser recuperadas dada a existência de um terreno camarário de grandes dimensões nas imediações que possibilitaria a sua expansão.

Considerando a grande extensão da operação, a Brigada sugeriu que esta fosse dividida em áreas mais pequenas, correspondentes aos núcleos supramencionados, sendo-lhes atribuídas brigadas técnicas próprias que estariam sob coordenação da "brigada-mãe"[6]. A informação de que a Brigada se terá demitido após a definição da unidade operacional[7] – sem que existam mais dados alusivos às motivações que levaram a esta decisão – indicia que tal facto se possa dever à não aceitação desta proposta por parte da coordenação do Serviço e, consequentemente, ao abandono de funções da Brigada por considerar que a cobertura de uma área tão vasta seria incomportável por esse quadro técnico.

A organização e vontade colectiva dos moradores do Carvalhido, que tinham constituído a Associação Revolucionária de Moradores do Carvalhido em Março de 1976, manteve-se após a demissão da Brigada. Já sob tutela da Câmara Municipal do Porto, os moradores conseguiram viabilizar condições para a construção de dois blocos habitacionais na rua da Constituição, já no final dos anos 1970, que ficaram concluídos em 1985. No entanto, os 32 fogos construídos representam uma pequena parcela do projecto previsto, já que o plano contemplava a constru-

6 Brigada técnica da operação do Carvalhido, "Operação S.A.A.L. Zona do Carvalhido: Relatório", 9 Junho 1976, p. 7, documento consultado no ADP.

7 Cf. Ministério da Habitação Urbanismo e Construção, Fundo de Fomento da Habitação, "Carvalhido: Associação Revolucionária dos Moradores do Carvalhido", 12 Janeiro 1977, documento consultado no ADP.



↗ Planta com a proposta de implantação elaborada pelos serviços da Câmara Municipal do Porto do conjunto habitacional destinado à Associação de Moradores do Carvalhido.
© Arquivo Distrital do Porto

ção de 96 fogos na primeira fase, para uma intervenção global que perfaria 500 fogos[8]. Actualmente, grande parte das áreas de habitação degradada mantém-se em condições semelhantes às encontradas em 1976.

8 António Fortuna Pereira, Fundo de Fomento da Habitação, "Informação n.º 326/DHN/79: Processo SAAL – Associação de Moradores do Carvalhido", 10 Abril 1979, documento consultado no ADP.

9. OPERAÇÕES NA PERIFERIA SEMI-RURAL

A *periferia semi-rural* corresponde, sobretudo, ao espaço compreendido entre a área de expansão urbana no tempo dos Almadas e o limite da Circunvalação. Apesar da progressiva urbanização do território da cidade, promovida pelo aumento da indústria e do comércio e pelo reforço das vias e meios de circulação[1], à data do SAAL persistiam áreas de feição rural onde existiam pequenas matas e onde ainda havia agricultura, que incluíam também espaços na área central da cidade, de que é exemplo o aglomerado de Massarelos. Os núcleos existentes nessas áreas eram relativamente autónomos e correspondiam a estruturas de utilização agrícola em vias de desaparecimento. As construções adaptadas à topografia e apoiadas em caminhos rurais foram definidas num período longo, com poucas marcas de evolução.[2] Grande parte corresponde a casas com pátios abertos ou encerrados, e suas dependências[3].

Com a progressiva industrialização das freguesias periféricas da cidade, a par do investimento em redes de infra-estruturas de transportes, criou-se um novo anel de expansão onde se instalaram grandes unidades fabris, sobretudo indústrias químicas, de moagens e alimentares.[4] Paralelamente à divisão dos terrenos das velhas quintas, campos de cultivo e áreas de matas, alguns destes núcleos rurais também serviram de alojamento às camadas insolventes a partir do aproveitamento das casas de lavoura e estruturas de apoio agrícola que eram subdivididas e densamente ocupadas, ou através da construção de anexos ou barracas. A grande maioria dos novos moradores trabalhava nos sectores secundário e terciário, havendo alguns que se ocupavam da agricultura. Embora nestas áreas houvesse uma densidade de construção baixa, os espaços habitados estavam densamente povoados, apresentando semelhanças com as condições habitacionais dos interiores de quarteirão.

1 José A. Rio Fernandes, "Século XX" *in* Fernandes, José A. Rio, *Geografia do Porto*, Porto: Book cover, 2020, pp. 90-98.

2 Marques, H., Fernandes, J. A. R., Martins, L. P., *Porto: Percursos no espaço e memórias*, Porto: Edições Afrontamento, 1984, pp. 68-79.

3 Cf. Oliveira, J. M. Pereira de, *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento, 2007 [1973], pp. 361-368, 371-377, 437-438, 440.

4 Idem, pp. 400-410.

9.1. OPERAÇÕES NA PERIFERIA SEMI-RURAL (área central e periferia ocidental)



↑ Planta com a identificação das operações SAAL na área central e ocidental da periferia semi-rural: Op09 Massarelos, Op11 Prelada, Op14 Francos, Op23 Serralves.
© Arquivo Municipal do Porto (imagem-base)

OP09
OPERAÇÃO SAAL DE MASSARELOS



↖ Fotografia da manifestação dos moradores ligados ao SAAL/Norte de apoio aos delegados das comissões e associações em reunião com o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, arq. Nuno Portas, na qual participaram os moradores de Massarelos, 25 Janeiro 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Os moradores de Massarelos viram atendido o pedido de constituição de uma operação SAAL em Janeiro de 1975. Tratava-se de moradores mal-alojados, na sua maioria em situações de subaluguer, dispondo cada família de uma área habitacional reduzida em edifícios dos séculos XVIII e XIX que foram subdivididos com o passar dos anos. Existiam também algumas ilhas, apesar de em número muito inferior quando comparadas com os casos de sobrelotação das casas existentes.

O lugar de Massarelos é uma povoação antiga que se desenvolveu na segunda metade do século XVI a partir de actividades fluviais e marítimas, bem como da sua vocação rural[1]. Constituía um arrabalde antigo da cidade, à semelhança de Santo Ildefonso ou da Cordoaria, que só foi ligado ao núcleo de Miragaia nas primeiras décadas do século XIX, formando uma frente de rio contínua[2].

A instalação da fábrica de cerâmica de Massarelos na segunda metade do século XVIII, da Fundação do Bicalho em 1841 e da Fundição de Massarelos em 1849 (que em 1852 passou a ser propriedade da Companhia Aliança)[3], entre outras indústrias, transformaram de modo significativo aquela área[4]. Embora Massarelos permanecesse como uma área bastante rural, sobretudo no lado ocidental, e por esse motivo a densidade geral daquela área da cidade não fosse muito expressiva, a urbanização a partir do lado oriental e a subdivisão das construções à face das ruas criaram situações de alta densidade habitacional nos núcleos edificados. Em 1975, ainda era possível observar a predominância de campos de cultivo e a presença de socalcos

1 A capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, edificada por volta de 1571 por mareantes e, entretanto, desaparecida, era a matriz de Massarelos, o que dá nota do desenvolvimento deste núcleo. Cf. Freitas, Eugénio, *Toponímia Portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 66.

2 A planta de 1832, que continua a planta elaborada por George Balck em 1813 aos subúrbios, permite ver que existia um intervalo não contruído entre o convento de Monchique e as edificações a poente que lhe eram próximas e a igreja de S. Pedro em Massarelos. J. M. Pereira de Oliveira conclui que terá sido "entre 1813 e 1826 que esta área sofreu uma grande urbanização e é possível que o facto se deva, antes do mais, à abertura do pequeno tramo da via marginal entre Monchique e Massarelos". Cf. "Plano topográfico da cidade do Porto impresso em Londres em 1813, e continuado aos seos subúrbios em 1832 (...)", 1832; Oliveira, J. M. Pereira de, *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Porto: Afrontamento, 2007 (edição fac-similada da edição original de 1973), p. 200.

3 A Fundição de Massarelos era a maior fábrica de fundição da cidade e uma das melhores do país, empregando cerca de 220 trabalhadores. Cf. Associação cultural Amigos do Porto, *Boletim*, 18, 2000, p. 69.

4 Cf. José Manuel Lopes Cordeiro, "O triste fim da Fundição do Ouro", *Público*, 25 Abril 1999, disponível em: https://www.publico.pt/1999/04/25/jornal/o-triste-fim-da-fundicao-do-ouro-132703, consultado a 2 Fevereiro 2021; http://portodeantanho.blogspot.com/search/label/F%C3%A1brica%20de%20Cer%C3%A2mica%20de%20Massarelos, consultado a 2 Fevereiro 2021.



↑ Planta com a demarcação dos limites da unidade operacional de Massarelos.
© Arquivo Distrital do Porto



↗ Fotografia do Centro Infantil de Massarelos, instalado no antigo armazém frigorífico do peixe projectado por Januário Godinho, Porto (1933-1935).
© Arquivo Alexandre Alves Costa

no espaço compreendido entre a via Panorâmica e as traseiras das casas que formam a marginal[5].

A brigada técnica foi constituída por Manuel Fernandes de Sá como arquitecto chefe, pelo engenheiro chefe Rui Oliveira, pelo engenheiro Mário Rui Martins, pelos estudantes de economia Celeste Seixas e Nuno Barata Silvério, pelo estudante de engenharia Manuel Castro e pelos desenhadores José Bastos, Abílio Mourão e Manuel Santos Silva[6]. Manuel Fernandes de Sá (1943) havia concluído o curso de arquitectura na ESBAP em 1968, tendo-se especializado em Plano Urbano e Regional na Universidade de Manchester em 1970 e começado a leccionar na ESBAP em 1972. Supõe-se que terá sido também pela sua ligação com a ESBAP que terá sido convidado para coordenar a Brigada de Massarelos.

O trabalho começou com o reconhecimento da área em estudo, que abrangia os locais onde residiam os habitantes que formaram a comissão de moradores, bem como terrenos de expansão para a construção de novos fogos. Era, assim, uma operação bastante vasta, que inclusivamente compreendia dentro do seu perímetro a unidade operacional do Vilar (ainda que somente se sinalizasse a ilha na rua de Entre-Quintas como parte integrante da área a intervencionar em Massarelos). Através de limites aproximados, pode considerar-se que o perímetro da unidade operacional de Massarelos era definido: a sul, pela margem do rio Douro; a poente, pela via Panorâmica; a norte, por parte dos terrenos que actualmente pertencem à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, englobando os núcleos residenciais na rua e na travessa da Pena e prolongando-se, a nascente, pelas casas na rua do Vilar e no sector poente da rua D. Manuel II; e, a nascente, por uma linha que atravessa os terrenos dos jardins do Palácio de Cristal, estendendo-se até às ruas da Restauração e de Monchique de modo a incluir o núcleo residencial no cais das Pedras. Ainda que este seja o limite exterior da operação, as áreas a intervencionar são mais reduzidas e estão devidamente assinaladas na planta referente ao processo de declaração de utilidade pública[7].

A proposta de projecto estava organizada em várias fases, que contemplavam a construção de fogos novos e a recuperação das casas onde residiam os moradores. A ideia era de que, com a transferência dos moradores para

5 É curioso observar como os muros de contenção da encosta de inclinação acentuada – muito notórios a partir de uma fotografia da área do Bicalho tirada a partir de Gaia e datada da primeira década do século XX – foram retomados no desenho dos espaços exteriores da Faculdade de Arquitectura projectada por Álvaro Siza. Cf. "Vista do Porto: Zona do Bicalho vista de Gaia", 190-, disponível em: http://gisaweb.cm--porto.pt/units-of-description/documents/303081/, consultado a 2 Fevereiro 2021.

6 Embora nos documentos consultados no Arquivo Distrital do Porto não apareça menção a mais nenhum membro da Brigada, na publicação sobre a operação de Massarelos na revista Casabella identifica-se também o arquitecto Rui Sousa Louro como integrante da Brigada. Cf. *Casabella*, 419, 1976, p. 7.

7 Esta planta foi elaborada em Junho de 1975. O reconhecimento do perímetro da unidade operacional foi feito a partir da planta referente à indicação da zona degradada (planta sem indicação de data). Os documentos foram consultados no ADP.



↑ Planta de projecto do Processo de Declaração de Utilidade Pública, Junho 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

os novos fogos, essas casas passassem a alojar outras famílias, estabelecendo-se níveis de conforto e uma densidade de ocupação adequados. Algumas destas casas seriam utilizadas como casas volantes durante a fase de construção da operação. No total, a operação contabilizava 626 famílias associadas ao Processo, o que levava à previsão de reconstrução de cerca de 132 fogos e de construção de 496 fogos novos.

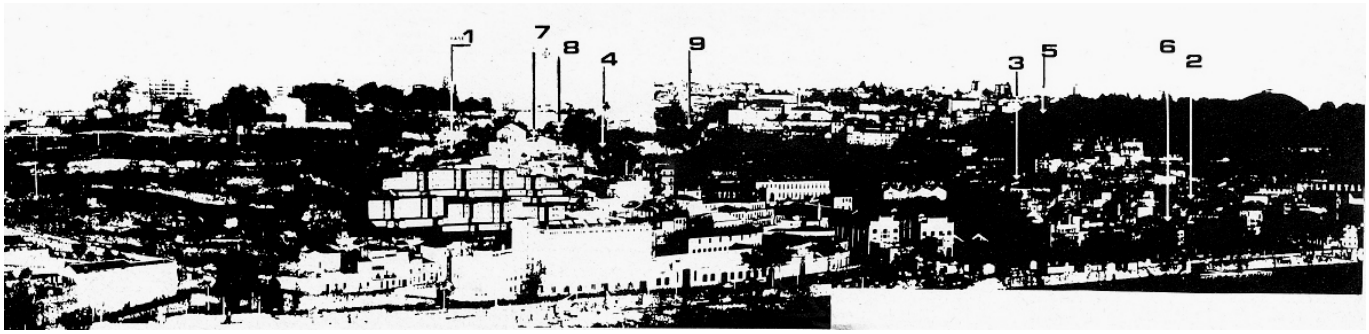
Com o andamento da operação, a Brigada percebeu que o processo de construção seria lento e que seria necessário dinamizar os moradores para que estes não desmobilizassem. Foi nesse sentido que, a 26 de Março de 1975, os moradores ocuparam um antigo armazém de pescado (também conhecido por frigorífico do peixe), localizado na esquina entre a rua de D. Pedro V e a alameda de Basílio Teles, que tinha sido adquirido cerca de 10 anos antes por Champallimaud e onde estava instalada uma dependência dos cimentos Leiria[8]. Dada a previsão de demolição do dito edifício para a construção de um bloco de habitações, os moradores elaboraram um requerimento para a sua expropriação. No entanto, face à ausência de resposta ao requerimento e à possibilidade da sua ocupação para outro tipo de estruturas, os moradores ocuparam-no, mantendo a actividade da firma instalada na cave onde trabalhavam 32 pessoas.[9] Neste edifício, e sob o controlo da Associação de Moradores de Massarelos, passou a funcionar uma creche e infantário para cerca de 100 crianças com refeitório, salas de trabalho e um posto médico onde se faziam consultas uma vez por semana[10]. Entre as actividades organizadas no centro infantil, que contavam com o apoio e dinamização da Brigada, incluíam-se eventos desportivos e passeios.[11] O centro infantil de Massarelos foi inaugurado em Maio de 1976, tendo funcionado ali até 2013, ano em que foi transferido para outro edi-

8 Os moradores ocuparam, primeiramente, um edifício da Cruz Vermelha na rua da Boa Viagem, tendo transitado posteriormente para o armazém de pescado. No dia da ocupação, os moradores conseguiram instalar iluminação e organizaram uma festa e um jogo de futebol entre os moradores e a Brigada. Cf. Manuel Fernandes de Sá *cit. in* José António Bandeirinha, "SAAL: entrevista a João Araújo Resende e Manuel Fernandes de Sá", 1998, disponível em: https://arq-multimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/1269, consultado a 25 de Janeiro de 2021.

9 Cf. "Continuam as ocupações: Moradores de Massarelos expropriam Champallimaud", *Comércio do Porto*, 26 Março 1975, documento consultado no ADP.

10 Cf. M. R., "Dr. Cal Brandão no Centro Infantil de Massarelos: Contai com o meu apoio, estou com as comissões de moradores", *Comércio do Porto*, 30 Maio 1976, documento consultado no ADP.

11 Cf. José António Bandeirinha, "SAAL: entrevista a João Araújo Resende e Manuel Fernandes de Sá", *op. cit.*.



↑ Fotografia panorâmica com as fases de intervenção assinaladas.
© *Casabella,* 419, Novembro 1976, p. 7.

fício na rua Casal do Pedro, encontrando-se actualmente em funcionamento[12].

O único elemento gráfico a que se teve acesso que contém informação sobre as diversas fases da operação é uma fotografia panorâmica da área de Massarelos publicada no número 419 da revista *Casabella* onde se identificam essas fases. Contudo, a numeração utilizada não corresponde àquela que é descrita nos restantes documentos consultados[13] e, fazendo uma correspondência com os núcleos degradados assinalados em planta, o grau de imprecisão na identificação das fases inviabiliza uma tentativa de encontrar correspondências. Sabe-se apenas que o terreno da primeira fase correspondia ao campo do Rou, um interior de quarteirão de carácter rural e para o qual se previa o completamento da malha de modo a manter a escala existente[14]. Não tendo sido possível expropriar o terreno relativo à primeira fase, o trabalho da Brigada concentrou-se no terreno previsto para a segunda fase, onde foi possível avançar para a fase de construção. Quanto aos projectos elaborados para a recuperação de edifícios[15], nenhum chegou a concretizar-se por não ter sido possível expropriá-los.

O terreno relativo à segunda fase localiza-se na área ocidental da unidade operacional e é definido, a norte, pelo lado posterior dos terrenos que são limitados a norte pela via Panorâmica; a nascente, pelo terreno da Escola do Gólgota (actual hotel Casa do Gólgota) que está à face das escadas da rua do Gólgota; a sul, pelas traseiras das casas que dão para a rua do Bicalho; e, a poente, por terrenos cultivados pertencentes, na altura, a José Gomes da Costa. O acesso a este terreno faz-se através do prolongamento da rua da Boa Viagem (também denominada rua de Eduardo Romero), bem como através de uma derivação da rua do Bicalho.

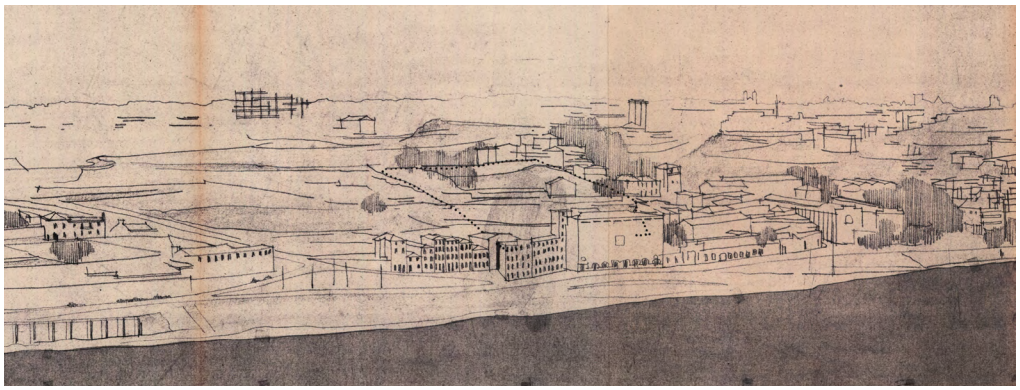
As construções existentes foram demolidas de modo a obter-se uma maior amplitude de terreno disponível para a edificação dos novos fogos. Dada a dimensão da operação e a quantidade de moradores envolvidos, a expectativa quanto ao número de habitações construídas neste terreno era alta. Por esse motivo, optou-se por uma solução de habitação plurifamiliar de média altura que atinge um máximo de 5 pisos. Esta é a concretização de maior altura entre as operações SAAL construídas na cidade do Porto. Nas restantes operações adoptaram-se soluções densas a baixa altura, com excepção dos edifícios em galeria com 3 pisos na Lapa e 4 pisos na Bouça. A Brigada de Massarelos justifica esta

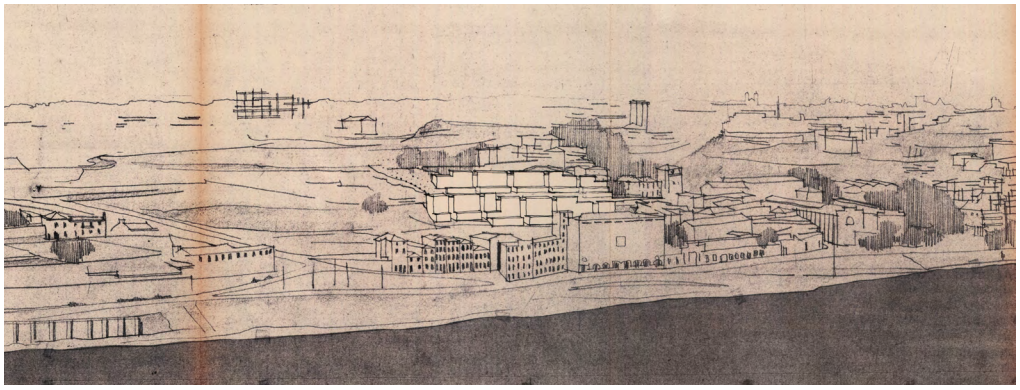
12 Apesar de a Associação de Moradores de Massarelos ter perdido o processo em tribunal contra a Cimpor – nova empresa proprietária do edifício ocupado – esta foi obrigada a dar à Associação um lote na área de Massarelos para a instalação de uma nova sede, bem como cimento para a sua construção. Cf. Idem. A posterior venda do edifício a novos proprietários levou a que tenham sido estes a verem incumbida a tarefa de entrar em acordo com a Associação de Moradores. Para a transferência do centro infantil, foram adquiridos armazéns na rua Casal do Pedro e os novos proprietários custearam as obras de adaptação, procedendo-se à mudança aquando da conclusão das obras nas novas instalações. Cf. Informação recolhida na Associação de Moradores de Massarelos.

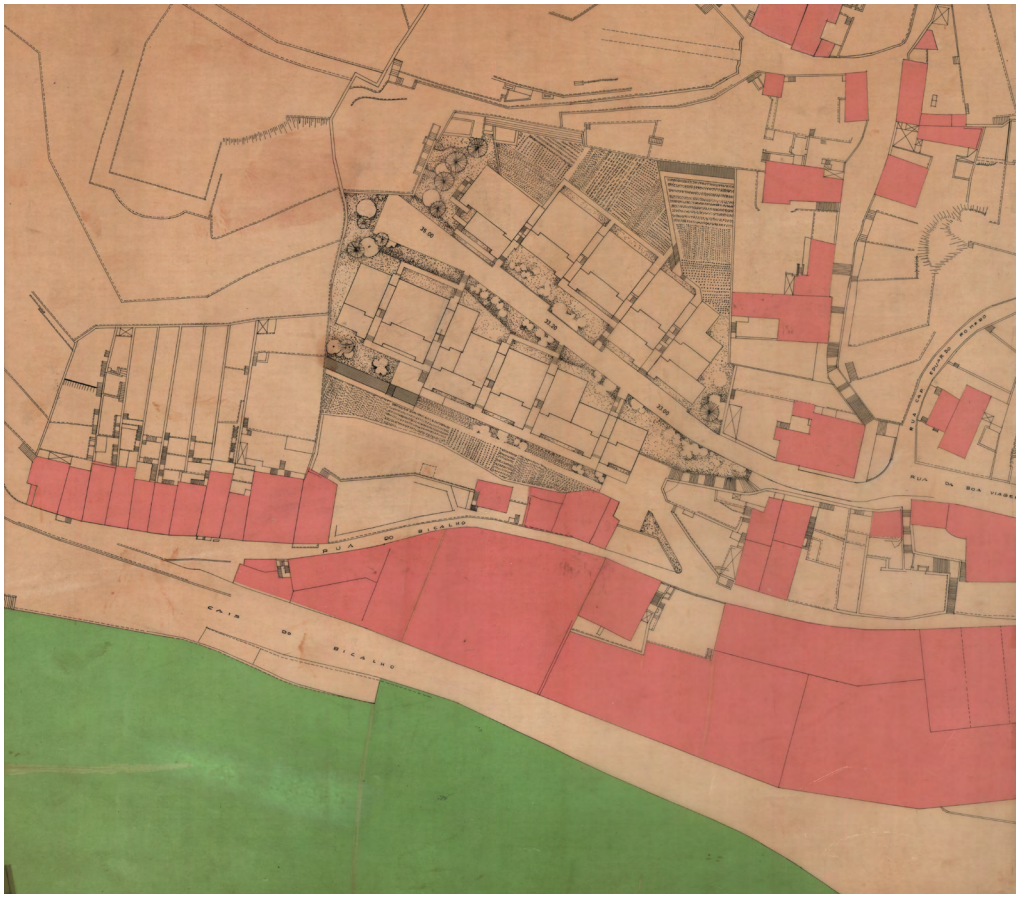
13 O sector onde se construíram os blocos, assinalado como sendo o primeiro, correspondia, segundo a documentação escrita consultada, à segunda fase de intervenção.

14 Informação obtida através de conversa telefónica com Manuel Fernandes de Sá a 3 de Fevereiro de 2021.

15 Encontrou-se referência a duas intervenções, uma para o número 26 da alameda Basílio Teles e o número 27 do largo do Campo do Pau. Cf. Brigada técnica de Massarelos, "Relatório de actividades desenvolvidas de 16/11 a 15/12", 15 Dezembro 1976, documento consultado no ADP.







← Diagrama 1 com a marcação do terreno relativo à segunda fase.
© Arquivo Distrital do Porto

↙ Diagrama 2 com a proposta de projecto para o terreno da segunda fase.
© Arquivo Distrital do Porto

↓ Planta de implantação do projecto para a segunda fase da operação SAAL de Massarelos com os blocos 1 e 2, Junho 1976.
© Arquivo Distrital do Porto



← Fotografia do bloco 1 a partir da rua, 2021.
© Francisco Ascensão



→ Fotografia de um dos blocos em Highgate New Town, Londres, Peter Tábori, 1968-80.
© Tim Crocker, https://placesjournal.org/article/the-modern-urbanism-of-cooks-camden/, consultado em Fevereiro 2021.

opção com "o elevado custo previsto para a preparação dos terrenos e para a construção dos alicerces" que "será diluído num maior número de habitações", com a "relação entre os terrenos de construção existentes na área e o n.º de fogos necessário que obrigará a uma elevada densidade" e com a "intenção de criar o maior número possível de espaços de utilização colectiva"[16]. Em entrevista, Manuel Fernandes de Sá menciona que os próprios moradores preferiam a solução em bloco, acrescentando que esta solução estava de alguma forma influenciada pela sua estadia prévia em Inglaterra e pelos exemplos que conhecia[17].

Reconhece-se essa influência na concepção de uma solução de média altura que, no caso dos conjuntos habitacionais de iniciativa municipal desenvolvidos em Inglaterra no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, representava uma recusa dos edifícios-torre implementados nos anos anteriores e que haviam falhado[18]. Os arquitectos que projectaram conjuntos habitacionais nesse período quiseram contrariar a construção massiva que se havia desenvolvido nos exemplos precedentes, tentando estabelecer uma relação mais humana e retomar a relação com a rua e com a arquitectura tradicional. Ainda que se ambicionassem conjuntos unos, anónimos e repetitivos, procurava evitar-se a monotonia característica dos edifícios construídos nos anos anteriores e promover uma relação com as construções vizinhas. Enquadram-se nestas características conjuntos como Alexandra Road (Londres, 1967-1979), desenhado por Neave Brown, e Highgate New Town (Londres, 1968-80), projectado por Peter Tábori.[19]

Em Massarelos, de modo a aproveitar a largura do terreno, prolongou-se a rua da Boa Viagem como acesso automóvel e espaço para estacionamento de todo o conjunto, fazendo-se um alargamento no topo poente

16 Brigada técnica de Massarelos, "Memória descritiva e justificativa", 14 Junho 1976, p. 3, documento consultado no ADP.

17 Cf. José António Bandeirinha, "SAAL: entrevista a João Araújo Resende e Manuel Fernandes de Sá", *op. cit.*.

18 A adopção de edifícios em altura no final dos anos 1950 justificava-se pela quantidade de pessoas em condições habitacionais precárias, pela dificuldade na obtenção de terrenos e pela tentativa de encontro de uma solução expedita. Contudo, problemas construtivos relacionados com a introdução de métodos industriais e estandardizados, a falta de manutenção dos edifícios e problemas sociais das comunidades residentes ditaram o falhanço deste modelo, levando à preferência, nos anos seguintes, pela adopção de edifícios de média altura. Cf. Boughton, John, "«Get these people out of the slums»: 1956-68", *Municipal Dreams: the rise and fall of council housing*, Londres/Brooklin (NY): Verso books, 2018, pp. 108-138.

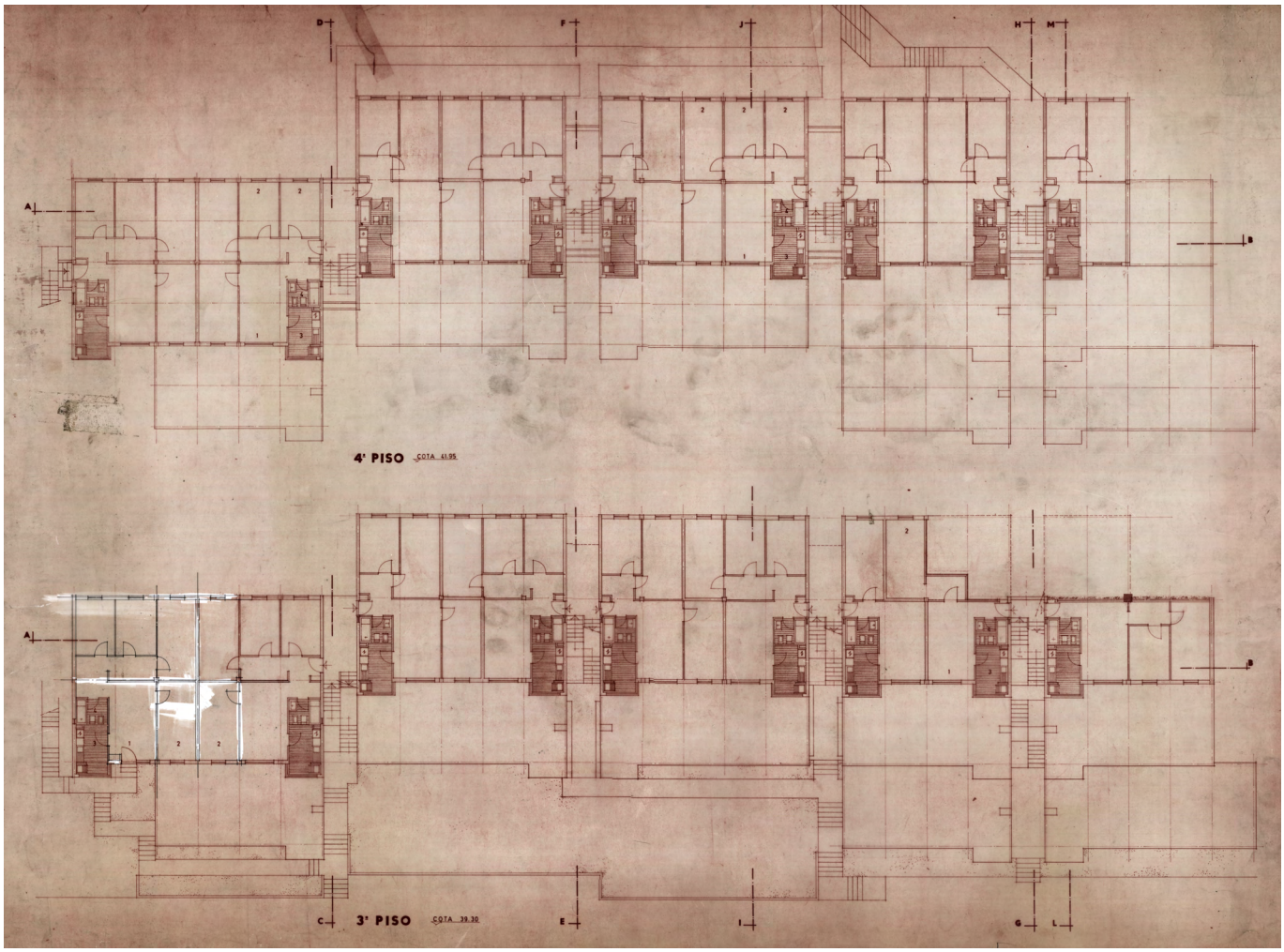
19 Cf. Boughton, John, "«Anti-Monumental, Anti-Stylistic, and Fit for Ordinary People»: 1968-79", Idem, pp. 139-168.



↑ Fotografias das caixas de escadas, 2021.
© Francisco Ascensão

para inversão do sentido de marcha. Os dois blocos, aproximadamente paralelos, foram implantados no sentido longitudinal da rua. Devido à topografia bastante acentuada do terreno e à relação visual estabelecida com o rio, adoptam a mesma orientação, secundarizando, deste modo, a relação com a rua. Enquanto no bloco 1, localizado a norte, o alçado anterior se volta para a rua estabelecendo uma relação franca com esta, no bloco 2, localizado a sul, é o alçado posterior que se volta para a rua, estando afastado e separado por espaços ajardinados. Esta característica, muito marcada pela posição sobranceira ao rio e pela orientação da encosta a sul, distancia-se do projecto de Neave Brown para Alexandra Road, que concebe a rua pedonal do conjunto como espaço central para o qual os espaços de estar e as varandas estão voltados. Apesar disso, em Massarelos, as caixas de escadas de acesso aos fogos dos dois blocos funcionam como percursos que atravessam transversalmente o conjunto, interligando os vários espaços. Peter Tábori também opta por orientar os blocos habitacionais de Highgate New Town no mesmo sentido, criando atravessamentos entre eles.

Esta é, aliás, outra característica marcante nestes conjuntos, em que as escadas de distribuição e acesso aos fogos acompanham o escalonamento dos volumes, aproximando os edifícios de habitação plurifamiliar à escala de habitação unifamiliar. Como referido, na operação de Massarelos, os dispositivos de acesso aos fogos tornam-se ruas que, simultaneamente, estabelecem a ligação entre os lados anterior e posterior dos volumes. Por esse motivo, distanciam-se da restante fachada do ponto de vista matérico, sendo abertos e construídos em betão que é deixado à vista (embora actualmente tenha sido pintado, mantendo, ainda assim, uma distinção com a restante fachada através da utilização de uma cor diferente). As paredes laterais em betão da caixa de escadas são assumidas nos dois alçados, marcando-se o topo da parede nos alçados posteriores e prolongando-se a construção em betão para os volumes contíguos no caso dos alçados anteriores. Evidencia-se, assim, o sistema vertical de acessos, que conecta os diferentes espaços exteriores de utilização colectiva e que funciona simultaneamente como dispositivo colectivo unificador e apropriável por cada habitante. Os patamares intermédios e de acesso aos fogos são utilizados pelos moradores como espaços de extensão do espaço doméstico. Vasos, mesas, bancos, brinquedos, sapatos, entre outros, pontuam os espaços junto à porta de entrada nos fogos, do mesmo modo que elementos como infra-estruturas de águas, guardas e caixas de correio são pintadas de vermelho e se destacam nas caixas de escadas. As floreiras colocadas nos patamares intermédios de

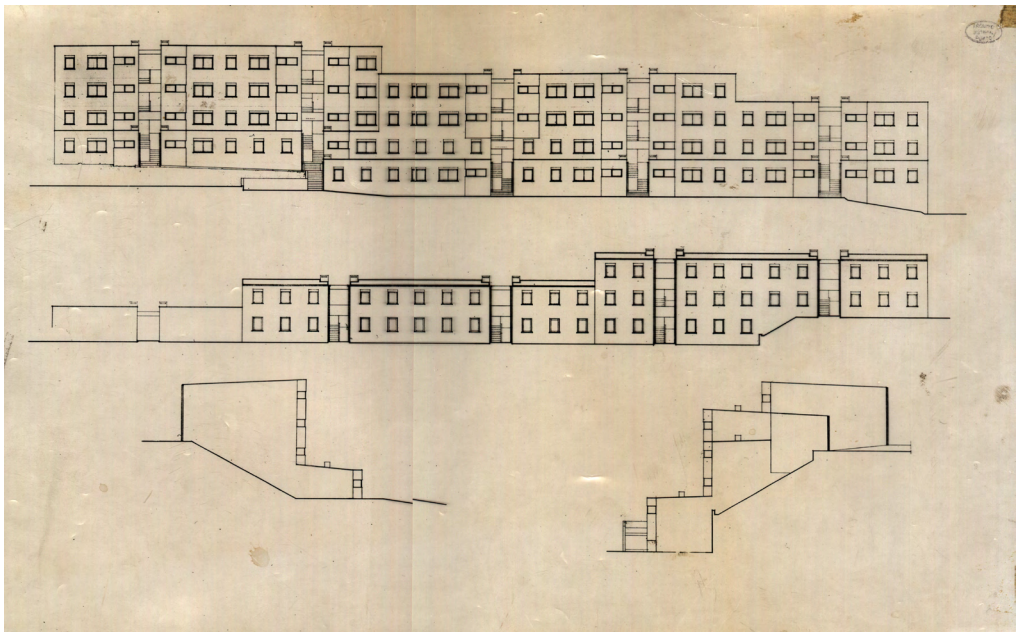


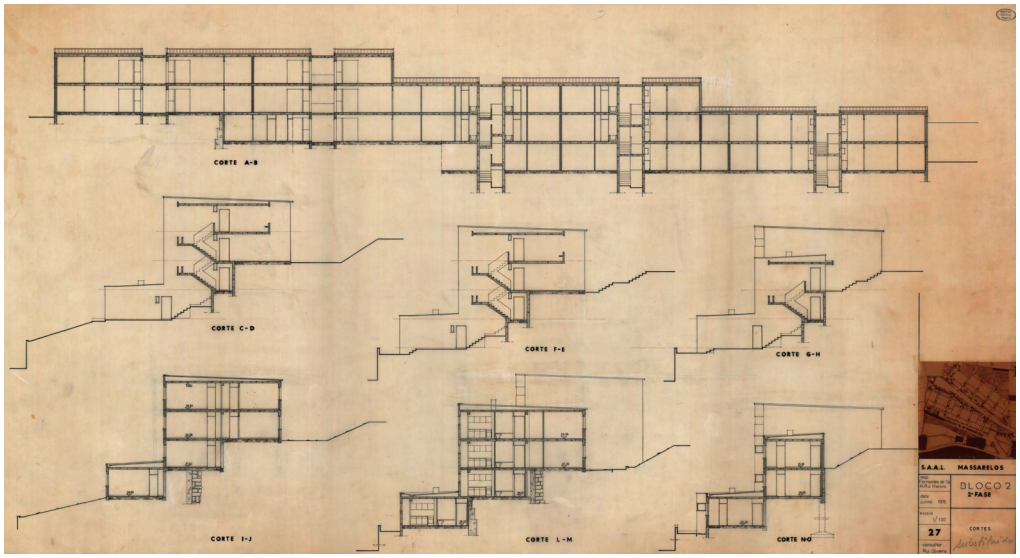
↑ Planta dos 3.º e 4.º pisos do bloco 1.
© Arquivo Distrital do Porto

cada piso servem de guarda protectora e enquadram a vista para o rio Douro. A cobertura suplementar nas caixas de escadas com painéis de policarbonato[20] – que faz lembrar a solução adoptada em Highgate New Town – assegura uma protecção adicional face aos ventos, o que possibilita a secagem da roupa no exterior quando está a chover. Estes espaços compensam, de algum modo, a ausência de varandas nos fogos, concluindo-se que todos os espaços exteriores são de utilização colectiva, embora as formas de apropriação permitam demarcar a área reservada a cada agregado familiar.

De modo a reduzir as movimentações de terras, os blocos de Massarelos são modulares e escalonados para uma adaptação mais fácil às variações do terreno. Concebeu-se, assim, uma estrutura modular de 2,6 ou 5,2 metros aplicada a todo o conjunto e optou-se por semi-enterrar os fogos dos pisos em contacto com o terreno, que ficam apenas com uma frente. Desta forma, aproveitaram-se os taludes e muros de suporte do terreno e são os próprios edifícios que vencem e fazem a transição entre as diferenças de cotas, estabelecendo-se uma simbiose entre edifício e terreno. Esta solução faz lembrar, de algum modo, a residência de estudantes que Denys Lasdun projectou para a universidade de East Anglia (Norwich, 1962-68), na qual o edifício organizado em ziguezague foi adossado ao terreno de suave inclinação, numa construção do tipo zigurate. A mesma estratégia de encastramento e diluição da verticalidade do edifício através do seu escalonamento havia sido desenvolvida por Alvar Aalto no desenho de um conjunto de casas destinadas aos empregados e funcionários da fábrica de Sunila (1935-39) e da Siedlung em Kauttua (1937-40) e pelo Atelier 5 na Sie-

20 Os painéis de policarbonato foram colocados posteriormente, não fazendo parte do projecto original. Cf. Conversa telefónica com Manuel Fernandes de Sá, 3 de Fevereiro de 2021.





↑ Alçados e cortes do bloco 2.
© Arquivo Distrital do Porto

dlung Halen (Herrenschwanden, 1955-61)[21]. Contudo, nos casos mencionados, a solução em zigurate é aproveitada para a criação de espaços de pátio na cobertura dos fogos dos pisos inferiores, o que não acontece em Massarelos. Também em Alexandra Road e em Highgate New Town, o escalonamento dos volumes proporciona uma melhor insolação das varandas dos fogos dos pisos inferiores e permite uma relação mais dinâmica entre vizinhos, já que os espaços exteriores privados estão mais visíveis, tanto devido ao desfasamento dos volumes como à relação que se estabelece com os dispositivos de distribuição.

O escalonamento dos volumes em Massarelos não acontece apenas transversalmente com o avanço dos fogos dos pisos inferiores no sentido de descida do terreno. Acontece também no alinhamento horizontal, com a deslocação de alguns módulos dos blocos de modo a ajustarem-se à dimensão do terreno, e através das diferenças de altura dos módulos. A grelha de implantação é ortogonal para cada um dos blocos, criando-se variações através de avanços e recuos destes módulos e da sobreposição e do encaixe dos fogos. Estas variações, enfatizadas pela proeminência

21 Alvar Aalto era visto pela geração composta por Neave Brown e Keneth Frampton como uma referência alternativa aos mestres do movimento moderno. Cf. Mark Swenarton, "Reforming the welfare state: Camden 1965-73", *Footprint, The European Welfare State Project: Ideals, Politics, Cities and Buildings*, Outono 2011, vol. 5/2, p. 42.





← Fotografia do espaço nas traseiras do bloco 1, 2021.
© Francisco Ascensão

→ Fotografia do espaço em frente ao bloco 2, 2021.
© Francisco Ascensão

dos volumes contíguos às escadas nos alçados anteriores – que criam a ilusão de que a caixa de escadas está num plano bastante recuado –, conferem um maior dinamismo ao conjunto. Nos alçados posteriores são os planos recuados das caixas de escadas que seccionam o bloco, verificando-se também o desalinhamento na implantação de alguns módulos, como acontece no alçado anterior. Estes alçados são bastante regulares pela repetição do mesmo tipo de vão aproximadamente quadrangular, que corresponde ao espaço dos quartos.

Por norma, em cada piso, cada módulo contém dois fogos de duas frentes ou um fogo de uma só frente (existem casos em que o módulo contém um fogo de duas frentes e um de uma frente, como acontece no piso 4 do bloco 1). Os acessos são feitos a partir das caixas de escadas colocadas entre os módulos. Nos topos dos blocos existe apenas um fogo por piso, já que não se duplica a caixa de escadas, com excepção do topo poente do bloco 1 em que o acesso aos fogos de duas frentes é feito a partir de uma escada exterior que contorna esse módulo. Quanto aos fogos, procurou manter-se uma área e organização equivalentes nos casos em que têm só uma ou duas frentes. Os espaços de cozinha e quarto-de-banho localizam-se sempre junto às caixas de escadas, concentrando as áreas de águas, o que facilita e embaratece a instalação das infra-estruturas. A posição do quarto-de-banho junto à entrada do fogo é talvez a situação menos confortável, justificada pela economia da solução. Devido ao avanço da cozinha em relação ao plano da sala e dos quartos – correspondendo ao volume construído em betão à vista que prolonga a estrutura da caixa de escadas – foi possível colocar uma janela horizontal de canto. A sala funciona como espaço central, a partir do qual se faz o acesso à cozinha e, nalguns casos, aos quartos. Por esse motivo, o vão da sala, centrado e com duas folhas de correr, corresponde à junção de dois módulos da janela dos quartos. Todos os caixilhos são em alumínio e as portas em madeira. A diferença entre os fogos de uma só frente e os de duas frentes está na localização de quartos no alçado posterior no caso destes últimos.

Face à dificuldade na comunicação do projecto aos moradores, a Brigada preparou uma maqueta à escala 1/20 que foi decorada por duas adolescentes como que tratando-se de uma casa de bonecas, o que auxiliou na compreensão e discussão da organização dos espaços[22]. Cada fogo tem uma área de arrumos localizada na caixa de escadas ou nos pisos inferiores dos blocos que não foram

22 Cf. José António Bandeirinha, "SAAL: entrevista a João Araújo Resende e Manuel Fernandes de Sá",



↑ Fotografia aérea com os dois blocos da operação SAAL de Massarelos do lado direito e os edifícios da cooperativa de habitação de Massarelos à esquerda.
© Bingmaps, 2021

ocupados com fogos. Alguns destes espaços funcionaram também como pequenos comércios. Quanto aos espaços livres exteriores, o desenho de implantação elaborado em Junho de 1976 dá a entender que se previa a sua utilização como espaços colectivos de cultivo, sem vedações, propondo-se apenas a construção de duas coberturas para arrumos, galinheiros ou pequenas oficinas[23]. Actualmente, a porção de terreno nas traseiras do bloco 1 é utilizada como jardim e estendal colectivo, com pequenos arrumos de apoio ao fundo. No espaço em frente ao bloco 2 existe também um estendal colectivo instalado numa espécie de anfiteatro.

A construção dos dois blocos referentes à segunda fase da operação SAAL de Massarelos com 66 fogos foi já feita sob coordenação dos serviços da Câmara Municipal do Porto no início dos anos 1980, após o bloqueio do Processo SAAL. Trata-se de um dos dois casos no Porto em que, não tendo sido iniciada a construção durante o tempo de vigência do SAAL, a proposta elaborada neste âmbito foi continuada[24]. A justificar esta situação pode estar, porventura, o facto de se tratar de uma proposta de habitação plurifamiliar e de uma Associação de Moradores muito activa e perseverante. Outra possibilidade prende-se com as boas relações que o arquitecto Fernandes de Sá mantinha com a Câmara. O facto é que a Associação de Moradores de Massarelos conseguiu assegurar o funcionamento do centro infantil até aos dias de hoje, mesmo após a transferência do centro para um novo espaço, e formou, mais tarde, nos anos 1990, a Cooperativa de Habitação de Massarelos, que viabilizou a construção de outro conjunto habitacional num terreno vizinho com acesso pela rua D. Pedro V. O projecto para a cooperativa foi encomendado a Fernandes de Sá, que partilhava, na altura, gabinete com Francisco Barata. Esta opção é demostradora da satisfação dos moradores e da boa relação estabelecida com o arquitecto chefe da Brigada.

op. cit.. Não se teve acesso a mais documentos que permitam compreender o processo de inquérito e participação dos moradores.

23 Esta proposta é sustentada na memória descritiva do projecto. Cf. Brigada técnica de Massarelos, "Memória descritiva e justificativa", 14 Junho 1976, p. 3, documento consultado no ADP; Brigada técnica de Massarelos, "Bloco 1 e 2, 2.ª fase: Implantação", Junho 1976, desenho à escala 1/500, documento consultado no ADP.

24 O outro caso diz respeito à operação SAAL de Contumil.

OP11
OPERAÇÃO SAAL DA PRELADA



↖ Fotografia do lote ocupado pelas famílias que requereram o apoio do SAAL, com a casa da Prelada ao fundo. © Bandeirinha, José António (ed.), *Fernando Távora: Modernidade permanente*, [Matosinhos]: Casa da Arquitectura, 2012, pp. 336-337.

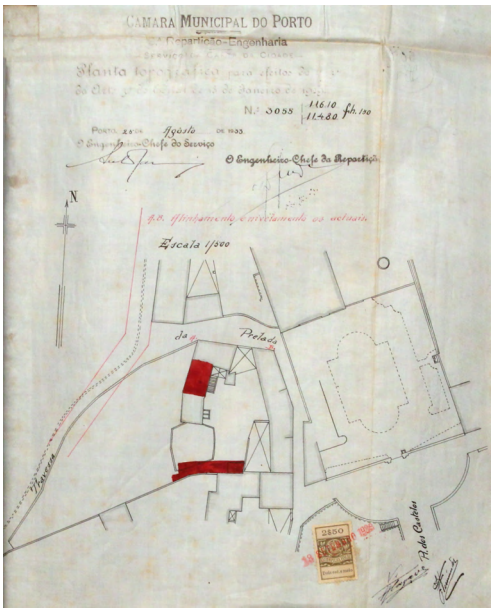
O pedido de intervenção SAAL para a área da Prelada foi feito em Agosto de 1974 por 11 famílias que habitavam nos números 486 e 488 da travessa da Prelada. Essas famílias residiam numa propriedade de feição rural onde existia uma casa de lavoura que havia sido transformada e dividida para alojar a classe operária e um conjunto de casas construídas para o mesmo fim. A rentabilização do lote foi, com probabilidade, iniciada a partir de 1933, ano em que foi apresentado um projecto para a construção de duas casas económicas e para a realização de obras na casa de lavoura[1]. À data do SAAL, na casa de lavoura e seus anexos habitavam 7 famílias, enquanto as restantes 4 famílias residiam nas casas económicas de um só piso encostadas ao muro de suporte a sul[2].

O lugar da Prelada tem origens remotas, conhecendo-se a existência de quatro casais no lugar da Pedra Lada em 1258. A quinta da Prelada, uma propriedade rural e agrícola pertencente à família nobre Noronha e Menezes, existia pelo menos desde 1519.[3] Foram realizados consecutivos melhoramentos na quinta, como a construção do portal de entrada datado do século XVII e, entre 1743 e 1758, D. António Noronha de Menezes Mesquita e Melo transformou a propriedade em local de lazer, encomendando o projecto ao arquitecto Nicolau Nasoni. Para tal, edificou-se a casa da Prelada (uma casa que teria quatro torres e que ficou inacabada), um jardim francês, espaços de horta e a transição para um jardim inglês, a norte, junto à área da mata. Tratava-se de uma concepção paisagística de larga escala, principiada pela colocação de dois obeliscos no Carvalhido (transferidos, nos anos 1930, para o Passeio Alegre na Foz), que marcavam um eixo único de desenvolvimento que começava na alameda que conduz até ao portão da quinta (actual rua dos Castelos) e culminava num espaço de lago onde Nasoni construiu uma torre ameada, já perto da Circunvalação. Em 1904, a propriedade foi legada à Santa Casa da Misericórdia que, a partir de 1961, utilizou a mata para a instalação de um parque de

1 Cf. Licença de obra n.º: 469/1933, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/108386/, consultado a 5 Fevereiro 2021.

2 Nos anos seguintes terão sido construídas mais duas casas económicas contíguas às referidas no projecto.

3 Cf. Freitas, Eugénio, *Toponímia Portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 287.



← Licença de obra n.º: 469/1933 relativa à construção de duas casas económicas e arranjos na casa de lavoura, 1933.
© Arquivo Municipal do Porto



→ Fotografia aérea da área da Prelada, 1939.
© Arquivo Municipal do Porto

campismo[4] e construiu o hospital da Prelada, cujas obras se iniciaram em 1971.[5]

Esta área permaneceu profundamente rural durante largos anos, e as construções que existiam junto à quinta da Prelada eram casas de lavoura que funcionavam como apoio ao cultivo dos terrenos. A fertilidade dos solos devia-se, em parte, ao atravessamento de uma ribeira que nascia em Arca d'Água e passava por ali[6], e, em 1974, a área a norte da travessa da Prelada era ainda predominantemente rural[7]. Na viragem do século XIX para o século XX, começaram a instalar-se algumas indústrias nas imediações, sobretudo a sul[8], o que alterou de modo substancial o carácter daquele lugar. O vale de aptidão agrícola ia sendo urbanizado. Entre 1914 e 1917 foram construídas as primeiras 90 casas da colónia Estêvão de Vasconcelos com projecto do engenheiro Aníbal de Barros. Trata-se de casas de modelo quadripartido que foram organizadas segundo uma grelha ortogonal de ruas que confinam com a rua dos Castelos. Mais tarde, presumivelmente nos anos 1950, a colónia foi completada com a construção de mais 22 fogos, perfazendo um total de 112 casas.[9] A edificação de um bairro neste local para as classes pobres, segundo iniciativa camarária, parece indiciar a escassez de alojamento operário que se fazia notar e que era motivada pela instalação de complexos industriais nas imediações. Ainda assim, estas casas terão sido em número insuficiente, verificando-se a divisão e transformação de casas de lavoura naquela área para o mesmo fim, como aconteceu no terreno respeitante à operação SAAL da Prelada.

A unidade operacional da Prelada era definida por um único lote murado e localizado a poente do terreiro de entrada da quinta da Prelada, sendo delimitado a nascente, norte e poente pela travessa da Prelada e confinante, a sul, com outro terreno de vocação rural. Este conjunto estava enquadrado

4 O parque de campismo esteve em funcionamento entre 1961 e 2006.

5 Cf. "Casa da Quinta da Prelada", http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5446, consultado a 6 Fevereiro 2021.

6 O projecto para um moinho em 1918, a poente da quinta da Prelada e do terreno relativo à operação SAAL da Prelada, deixa ver um dos aproveitamentos da água da ribeira que por ali passava. Cf. Licença de obra n.º: 192/1918, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/86203/, consultado a 6 Fevereiro 2021.

7 Tal como se pode observar na planta elaborada por J. M. Pereira de Oliveira onde se assinala o limite das áreas onde ainda se fazia agricultura. Cf. Oliveira, J. M. Pereira de, "Planta Temática VIII: Espaços verdes", *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento, 2007 [1973], volume Anexos.

8 Como era o caso da fábrica de fiação de lã, construída em 1902 na travessa da Prelada, junto à já existente fábrica de Francos Cf. Licença de obra n.º: 27/1902, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/73049/, consultado a 6 Fevereiro 2021.

9 O projecto dos 22 fogos, datado de 1951, é da autoria do arquitecto António Pereira Afonso Júnior. Cf. "Fotografia aérea da cidade do Porto: 1939-190: fiada 15, n.º 271", disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/587691/, consultado a 6 Fevereiro 2021; "Projecto a construir nos talhões nºs nos novos arruamentos na Colónia Estêvão de Vasconcelos", 1951, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/681815/, consultado a 6 Fevereiro 2021; Martins, Sara Ribeiro, *A disseminação do modelo da casa quadripartida na cidade industrial. O caso do Porto no primeiro terço do século XX*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2016, pp. 90-93.





← Planta da unidade operacional da Prelada, Maio 1975.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

→ Planta de levantamento da casa de lavoura e das casas em banda no lote da operação SAAL da Prelada.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

numa série de outras construções agrícolas, como o complexo localizado a poente da casa da Prelada, que pontuavam os campos de cultivo daquela área rural, mantendo uma escala de construção baixa da qual sobressaía a casa da Prelada. Embora noutros lotes também se verificasse uma sobreocupação das casas de lavoura que serviam como alojamento operário, os moradores vizinhos não se mostraram interessados em integrar a operação SAAL. Deste modo, a operação SAAL da Prelada manteve uma dimensão bastante reduzida, restrita às 11 famílias que requereram o apoio do Serviço, sem que se reunissem condições, contudo, para serem integradas noutra operação[10].

A Brigada iniciou o seu trabalho em Janeiro de 1975, sendo constituída por Fernando Távora, como arquitecto chefe, e pela arquitecta Beatriz Madureira. Em Novembro de 1975, o engenheiro António Silva Costa também integrou a Brigada e, em Fevereiro de 1976, passaram também a fazer parte da brigada técnica A. Ramos, J. Soares Malta e J. Diogo. Após esta data, e com o projecto de execução para a primeira fase de construção concluído, o trabalho da Brigada ficou suspenso, uma vez que a tomada de posse do terreno que nunca se concretizou.

O trabalho de inquérito foi realizado logo em Janeiro de 1975, tendo sido possível recolher dados bastante pormenorizados de cada família devido à pequena dimensão da operação[11]. Para além das reduzidas áreas habitacionais destinadas a cada um dos agregados familiares, da insalubridade das construções e da inexistência de instalações sanitárias privadas (existiam duas retretes comuns, em más condições), as casas não dispunham de abastecimento de água. Os moradores usavam a água de um poço do terreno para a lavagem da roupa, servindo-se de um fontanário localizado a 200 metros para as restantes necessidades. Após uma avaliação da qualidade da construção e do estado de conservação das casas, concluiu-se que a casa de lavoura, edificada possivelmente do século XVIII, poderia ser recuperada, mas não as casas encostadas ao muro sul, que se encontravam num estado de deterioração avançado que implicava a sua demolição.[12]

A casa de lavoura, onde residiam 7 famílias, permitiria apenas o alojamento de duas famílias, já que se pretendia manter o espaço coberto de entrada no bairro tal como existia, utilizar parte do piso térreo para instalar uma sala da Associação de Moradores como espaço de reunião, recreio e convívio (no espaço ocupado por duas habitações) e aproveitar um espaço coberto nos anexos

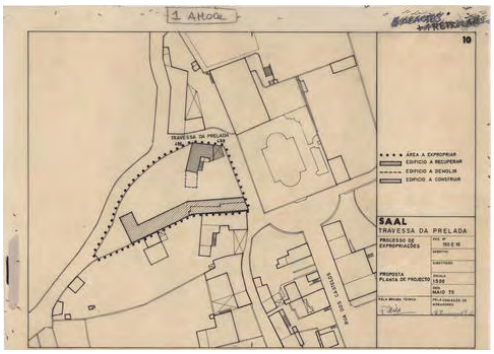
10 As operações SAAL de Francos e do Carvalhido eram as que se situavam mais próximas, mas as suas unidades operacionais tinham características diferentes às encontradas aqui, tratando-se além disso de operações que se formaram mais tarde.

11 Como a dimensão da operação era muito reduzida, não foram organizadas actividades que procurassem estimular a vida colectiva da Associação de Moradores, nem se procedeu à elaboração de um jornal de bairro, dado os contactos poderem ser feitos pessoalmente. De qualquer modo, a Associação de Moradores da Prelada estava representada no Conselho Revolucionário dos Moradores do Porto, participando nas iniciativas organizadas no âmbito mais geral da luta de moradores. Cf. Brigada técnica da Prelada, "Ficha resumo da situação", Dezembro 1975, p. 6, documento consultado na FIMS.

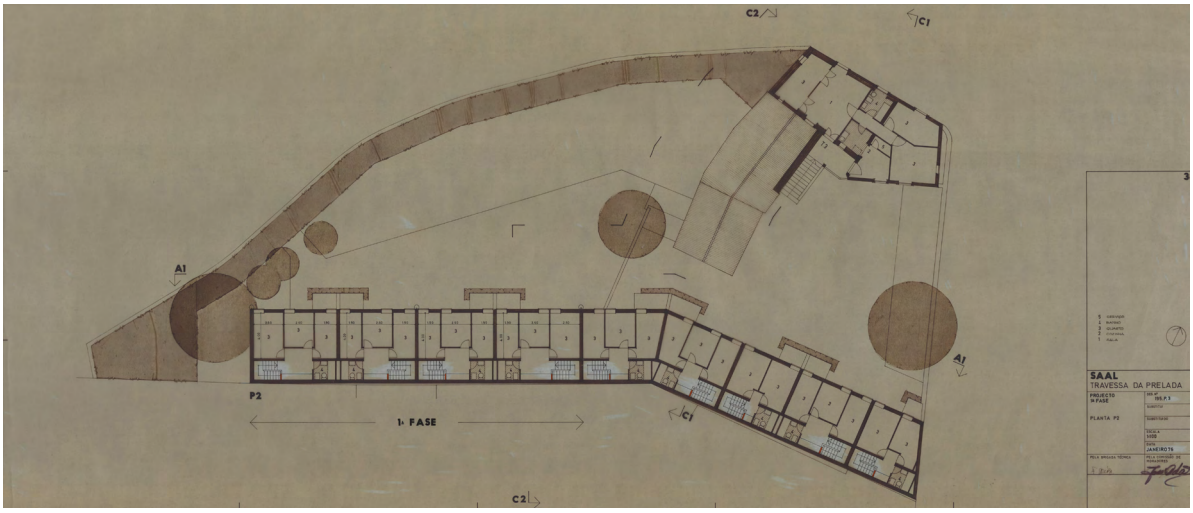
12 Cf. Brigada técnica da Prelada, "Descrição da parcela a expropriar nos termos do art. 1.º do Dec.Lei 273/C/75", Outubro 1975, documento consultado na FIMS.

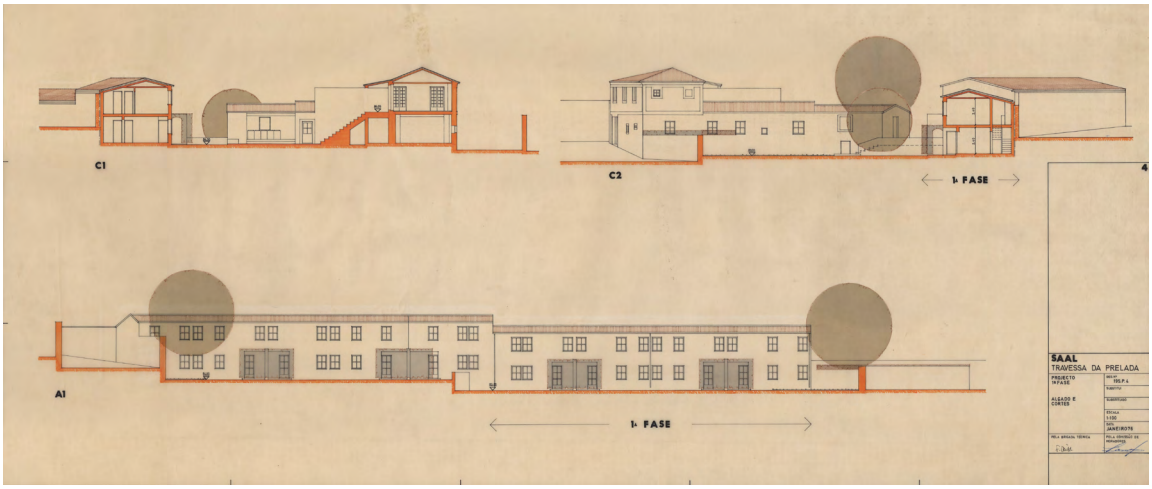
→ Planta de implantação do projecto da operação SAAL da Prelada, Maio 1975.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

↘ Plantas, cortes e alçados do projecto para a operação SAAL da Prelada.
© Arquivo Fundação Marques da Silva









da casa para colocar o lavadouro colectivo (num espaço anteriormente utilizado para uma habitação), preservando assim alguns hábitos do bairro. Instalar-se-ia ainda um sanitário numa dependência da casa para uso colectivo. Esta organização do piso térreo estava condicionada pelo estado de conservação que "não oferecia condições razoáveis para habitação, dada a falta de aberturas, a espessura e o estado das paredes exteriores"[13]. Optou-se, assim, por instalar apenas um T2 no piso térreo, que seria destinado a um morador inválido e ao seu cuidador. Esse espaço sofreria obras de beneficiação e seriam aumentadas as aberturas para o lado poente. No piso superior da casa manter-se-ia parte da compartimentação original, adaptando o espaço ocupado por duas habitações para agora albergar um T3. Deste modo, o fogo estruturar-se-ia à volta da antiga sala de uma das casas, mantendo as alcovas existentes, os eixos de entrada, e colocando os quartos no volume a nascente.

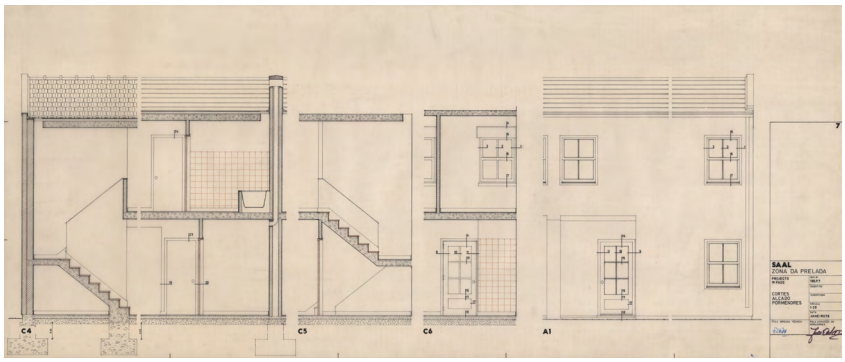
A capacidade reduzida de alojamento da casa de lavoura implicava a construção de 9 fogos novos, o que poderia entrar em confronto com a intenção da Brigada de preservar a vida do bairro ainda muito marcada por um ambiente rural. Queria manter-se a organização das casas em torno do pátio onde existia o poço e a utilização do lado poente do lote, a uma cota inferior, como espaço de quintal, que à data era alugado a um morador do bairro que o usava como horta e vinha[14]. Contudo, para instalar confortavelmente as 9 famílias, seria necessário construir fogos à cota inferior, ainda que se tentasse minimizar o seu impacto de modo a preservar o quintal. Desta forma, o projecto elaborado propunha a construção de casas unifamiliares em banda de dois pisos e apenas uma frente, encostadas ao muro limítrofe do terreno a sul. As casas teriam pouca profundidade e estender-se-iam ao longo de quase todo o comprimento do muro. 5 casas teriam acesso pela cota mais alta e as restantes 4 pela cota mais baixa.

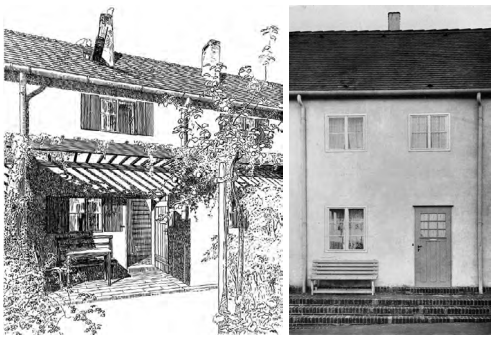
Procurou-se estabelecer um equilíbrio entre as necessidades e aspirações particulares de cada família e as necessidades e aspirações comuns a todos os moradores do bairro, de modo a encontrar uma solução habitacional que pudesse ser generalizável. Através da apresentação e discussão individual e em grupo dos projectos, concluiu-se que as exigências dos moradores se centravam nos espaços de sala e cozinha, que era desejável que as habitações fossem bastante compartimentadas e que o espaço interior dos fogos pudesse ser modificado num momento posterior, alterando as paredes divisórias e as portas do piso térreo. Assim sendo, o alinhamento das novas casas seria paralelo ao muro, com uma torção sensivelmente a meio, e o ritmo do conjunto seria ditado pela organização simétrica das casas e pelo avanço das paredes de meação nas entradas, onde se colocariam sebes para assegurar alguma privacidade. A largura das casas seria determinada pela soma dos módulos dos quartos, que poderiam ter 1,9 ou 2,6 metros de largura.

Adoptou-se como unidade-base o fogo T3, o qual, no piso térreo, teria um espaço de entrada recuado e coberto que daria para a sala e para a cozinha, e ao fundo, na faixa com 1,7 metros de profundidade junto ao muro, colocar-se-ia um arrumo e a escada de acesso ao piso superior. Nesse piso, o espaço em frente à escada corresponderia ao quarto-de-banho, e o átrio entre os dois espaços daria acesso aos três quartos voltados a norte, dois com 1,9 metros de largura e um com 2,6 metros. Tanto no piso inferior como no superior, os vãos das janelas seriam encostados a uma das paredes, formando grupos de dois com a organização simétrica dos fogos. Os caixilhos seriam em madeira e as paredes seriam rebocadas e pintadas. Para os fogos T2, o piso superior ficaria reduzido a dois quartos de maior largura, estreitando-se o

13 Brigada técnica da Prelada, "SAAL – Bairro da Travessa da Prelada. Ante-projecto. Memória descritiva e justificativa", Outubro 1975, p. 6, documento consultado na FIMS.

14 Este espaço ainda hoje é cultivado, embora do conjunto apenas restem as ruínas da casa de lavoura.





← Cortes e alçado de um módulo da banda de fogos novos a construir.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

→ Desenho e fotografia de duas casas operárias em banda projectadas por Tessenow para a cidade-jardim de Hellerau, 1909 e 1910.
© Michelis, Marco de, *Heinrich Tessenow, 1876-1950*, Milão: Electa, 1991, p. 53; Tessenow, Heinrich, *Osservazioni elementari sul costruire*, Milão: Franco Angeli, 1987, p. 133.

espaço da sala e da cozinha no piso inferior. No caso dos fogos T4, o piso superior ficaria com dois quartos largos e um estreito, e no piso térreo seria anexado um quarto estreito, tornando a sala um pouco mais estreita que no fogo T3. O grupo de casas seria formado por 2 T2, 5 T3 e 2 T4. A estrutura seria em betão, com vãos que não ultrapassariam os 4 metros, e as condutas estariam agrupadas de modo a embaratecer a construção.

O desenho das novas casas lembra, de certa forma, as propostas elaboradas por Heinrich Tessenow para aquilo que designou como "pequenas casas" no início do século XX (na sua maioria construídas ainda antes da Primeira Guerra Mundial)[15], que eram caracterizadas pela sobriedade do desenho, rigor e sistematização. Em detrimento de uma arquitectura inscrita numa condição de vanguarda ou da procura de alternativas formais, Tessenow optou por uma simplificação formal e uma austeridade ou redução aos elementos essenciais, procurando uma harmonia das formas inscrita numa continuidade com a tradição.[16] As casas unifamiliares de Tessenow assentam em valores duráveis, dos quais não faz parte a utilização de ornamento, sem que isso signifique a negação da ideia geral da casa, constituída, entre outros, por portas, janelas, tecto, sótão e cave[17]. São esses elementos e a simplicidade da construção que caracterizam os conjuntos que construiu, como as bandas de casas unifamiliares em Hellerau, onde nalguns casos apenas sobressaem os espaços de entrada, com pérgulas ou a colocação de bancos. De igual forma, na Prelada, o recuo da entrada em relação ao plano de fachada e a sua ocultação por meio de sebes sobressai relativamente à disposição regular e simétrica dos vãos das janelas. Como os fogos têm apenas uma frente, essa área exterior, para além de "garantir a privacidade das entradas", permitiria "a criação de mais um espaço de estar, receber ou de serviço"[18]. Esta característica deste espaço, que serve simultaneamente como entrada principal e ligação ao pátio ou quintal, possibilita uma associação ao tipo de relação que a porta da cozinha estabelece com o jardim nas casas unifamiliares de Tessenow. Nos dois casos é evidente a influência do mundo rural e da arquitectura do campesinato, num encontro de modelos urbanos e rurais.

15 Em 1909, Heinrich Tessenow escreveu o livro intitulado "Der Wohnhausbau" com o objectivo de reflectir sobre os problemas e as necessidades do espaço interior doméstico, focando o seu estudo em casas económicas de pequena dimensão.

16 Cf. Michelis, Marco de, "Piccole case", *Heinrich Tessenow, 1876-1950*, Milão: Electa, 1991, pp. 38-65; Tessenow, Heinrich, *Osservazioni elementari sul costruire*, Milão: Franco Angeli, 1987; Ekici, Didem, "In praise of poverty: the middle-class dwelling and asceticism in early twentieth-century Germany, *The Journal of Architecture*, 23:4, pp. 563-579; Anderson, Stanford, "The legacy of German Neoclassicism and Biedermeier: Behrens, Tessenow, Loos and Mies", *Assemblage*, 15, Agosto 1991, pp. 62-87.

17 "La costruzione di un tale *vocabulario* prevede che ogni singolo elemento subisca il medesimo processo. Così come una casa non può negare, come si è detto, l'idea generale di casa – e una casa è fatta di elementi come il tetto, le porte, le finestre, ecc. –, una porta deve essere anzitutto una porta e così una finestra, ecc., e i criteri per dar forma a ogni singolo elemento saranno ancora il massimo di chiarezza e di persuasione rispetto alla sua stessa riconoscibilità." Giorgio Grassi, "L'architettura come mestiere (introduzione a H. Tessenow)" (1974)*in* Tessenow, Heinrich, *Osservazioni elementari sul costruire*, Milão: Franco Angeli, 1987, p. 42. "In an implicit way, Tessenow evidences the fact that a house cannot be understood only as an object of consumption, as a product, as a rationalizable space. The different parts of a house also possess symbolic and cultural values. The basement is the place for the irrational, and the attic, which appears under the slanted roof, is the place for memories, Tessenow does not accept the slogan rhetoric, the formalist topic on the flat roof." Montaner, Josep Maria, "The return of Tessenow", *Temes de Disseny*, 5, 1991, p. 209.

18 Brigada técnica da Prelada, "SAAL – Bairro da Travessa da Prelada. Ante-projecto. Memória descritiva e justificativa", *op. cit.*, p. 4.

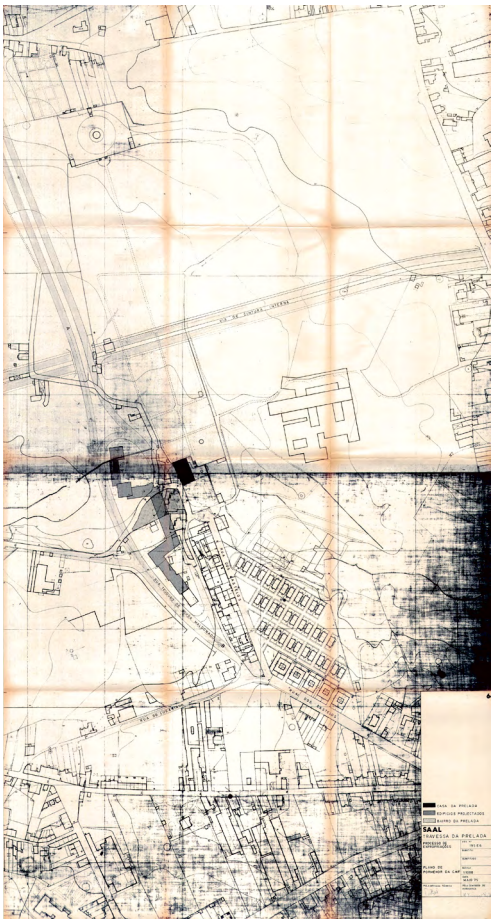
A organização dos fogos na casa de lavoura apresenta semelhanças com os fogos concebidos de raiz (com excepção da cozinha integrada na sala) e os materiais usados em ambos os casos seriam idênticos, formando uma unidade. No pátio seriam introduzidas correcções de cotas, a pavimentação seria renovada e colocar-se-ia vegetação. À cota inferior seria criada uma nova entrada, que se devia tanto à implantação de 4 fogos à cota baixa como à abertura de uma nova via que fazia parte de um plano para a renovação daquela área e que estava a ser implementado. Tratava-se de um plano de pormenor elaborado pelos serviços da Câmara Municipal do Porto que vinha no seguimento da proposta do Plano Director, onde se previa, para além da criação da Via de Cintura Interna, a abertura de uma via que a atravessava no sentido norte-sul (que corresponde às actuais rua Teodoro Sousa Maldonado e avenida Cidade de Xangai) e a utilização dos terrenos a nascente a esta como área residencial nova, abrangendo o terreno relativo à operação SAAL da Prelada. O plano de pormenor em execução dava forma a esta intenção através da proposta de construção de um conjunto residencial em altura que, com uma implantação serpenteante, ocupava os vários lotes entre a nova via e a quinta da Prelada, substituindo as construções existentes e introduzindo uma nova escala naquele lugar.

Fernando Távora elaborou uma contra-proposta ao plano de pormenor, diminuindo o volume de construção e enquadrando os novos edifícios na malha urbana existente de modo a manter a estrutura de caminhos rurais e a preponderância da casa da quinta da Prelada face ao espaço em redor. Um dos aspectos que a proposta de Távora contemplava era a alteração do ângulo de concordância entre a rua Teodoro de Sousa Maldonado e a rua dos Castelos, de modo a que se mantivesse a leitura do eixo da quinta que principiava ali. Rejeitava-se o alargamento da travessa da Prelada no troço localizado entre as ruas Teodoro de Sousa Maldonado e dos Castelos, de modo a preservar a escala dos caminhos rurais. Alterava-se a disposição e volumetria dos novos edifícios, rematando apenas o bloco já existente na rua Teodoro de Sousa Maldonado com um conjunto de edifícios que seria aproveitado para enquadrar a entrada na quinta da Prelada, e a cércea desses edifícios seria reduzida de modo sucessivo para que estes tivessem uma altura inferior à da casa da Prelada. Mantinha-se o projecto elaborado pela Brigada para o terreno da operação SAAL da Prelada, aplicando o mesmo princípio no terreno contíguo a sul, no conjunto localizado no lado poente da casa da Prelada e nos terrenos situados entre a nova via e o limite poente da quinta da Prelada, onde, em vez da proposta de blocos de habitação em altura, seriam criados conjuntos residenciais de um ou dois pisos que formavam pátios entre eles. Deste modo, conservavam-se as antigas casas de lavoura e o "ambiente" local[19]. A proposta de Távora sugeria ainda



↑ "Planta de relação com a Quinta da Prelada", desenho integrante do processo de expropriações da operação SAAL da Prelada, Maio 1975.
© Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

19 O termo "ambiente" foi utilizado pela Brigada em diversos documentos escritos, e poderá estar influenciado pela ideia de ambiente e pré-existências ambientais elaborada por Ernesto Nathan Rogers: "Considerare l'ambiente significa considerare la storia: essendo la maggior penetrazione del significato di questa uno degli argomenti più caratteristici del pensiero filosofico odierno, il pensiero architettonico, seppure lentamente, non poteva non restarne influenzato (...). / (...) Essere moderni significa sempli-





← "Plano de pormenor da C.M.P.", desenho integrante do processo de expropriações, Maio 1975.
© Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

→ "Plano de pormenor proposto", desenho integrante do processo de expropriações, Maio 1975.
© Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

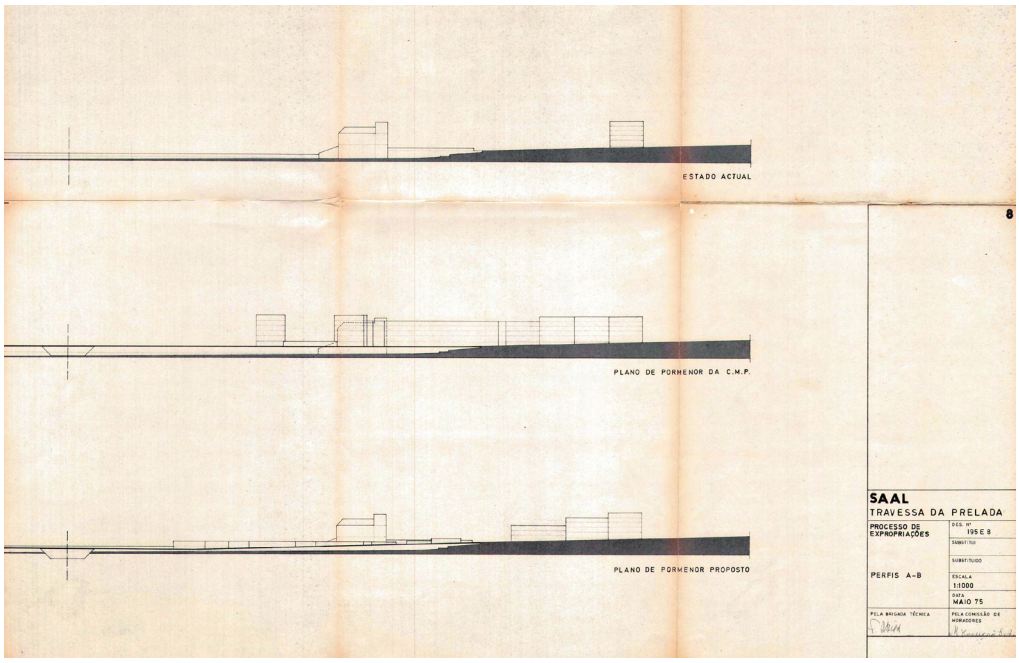
outra alteração, com profundo impacto no conjunto da quinta de Prelada, que consistia na alteração da cota da VCI nesse troço, enterrando-a, para que o espaço da quinta não fosse fragmentado, mantendo uma leitura integral do jardim e da horta da quinta, bem como do grande eixo paisagístico criado por Nasoni.[20] A reforçar esta estratégia estava ainda a sugestão de reposição dos obeliscos da quinta da Prelada no lugar previsto por Nasoni, a marcar o arranque do grande eixo de desenvolvimento do conjunto.

Embora tivesse uma dimensão muito reduzida, sendo a mais pequena das operações SAAL desenvolvidas no Porto, o processo desencadeado na Prelada extrapola os limites precisos da unidade operacional para entendê-la enquanto parte de uma unidade maior, à semelhança da concepção paisagística de Nicolau Nasoli para a quinta da Prelada. Ainda assim, Távora alertava para a necessidade de um estudo de conjunto, dado esta proposta ultrapassar o âmbito do programa SAAL. Verifica-se, portanto, uma defesa simultânea do interesse dos moradores e do património cultural da cidade, um entendimento da relação entre a arquitectura erudita e popular, e entre a história do lugar e o valor cultural e ambiental dos lugares.

Como foi referido, o trabalho da Brigada ficou suspenso a partir de Fevereiro de 1976 devido ao impasse com a tomada de posse do terreno. O processo de expropriação elaborado em Maio de 1975 havia sido aprovado em Junho do mesmo ano, autorizando-se a tomada de posse. A Brigada prosseguiu com

cemente sentire la storia contemporanea nell'ordine di tutta la storia e cioè sentire la responsabilità dei propri atti non nella chiusa barricata di una manifestazione egotistica, ma come una collaborazione che, con il nostro contributo, aumenta ed arricchisce la perenne attualità delle possibili combinazioni formali di relazione universale. / Costruire un edificio in un ambiente già caratterizzato dalle opere di altri artisti impone l'obbligo di rispettare queste presenze nel senso di portare la propria energia come nuovo alimento al perpetuarsi della loro vitalità." Rogers, Ernesto Nathan, "Le preesistenze ambientali e i temi pratici contemporanei" (1955), *Esperienza dell'architettura*, Milão: Skira, 1997 [1965], p. 284; Brigada técnica da Prelada, "SAAL – Bairro da Travessa da Prelada. Ante-projecto. Memória descritiva e justificativa", *op. cit.*.

20 A contra-proposta elaborada pela Brigada teve parecer positivo da Comissão de Arte e Arqueologia. Cf. Brigada técnica da Prelada, [Documento integrante do plano de expropriações], 4 Junho 1975,



↖ Perfis com o estado actual (em 1975), o plano de pormenor da C.M.P. e o plano de pormenor proposto pela Brigada, Maio 1975.
© Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

a elaboração do ante-projeccto entregue em Outubro do mesmo ano e com o projecto de execução para a primeira fase, entregue em Fevereiro de 1976. A primeira fase previa a construção das 4 habitações à cota baixa, que seriam entregues às 4 famílias que residiam nas casas previstas para demolição, permitindo que na segunda fase essas casas fossem demolidas e lá se construíssem as restantes 5 habitações que serviriam para alojar 5 famílias residentes na casa de lavoura. Com esses espaços vagos, proceder-se-ia na terceira fase à recuperação da casa de lavoura, instalando as duas famílias em falta e prosseguindo com a recuperação e arranjo dos espaços colectivos e exteriores.[21] Embora se tenha planeado o faseamento de modo a não ser necessária a previsão de casas volantes, e se tratasse de uma única parcela, o pedido de urgência para a tomada de posse elaborado pela Brigada em Janeiro de 1976 não chegou a ser atendido.[22] Outro constrangimento estava ligado à dificuldade na obtenção de verbas para a construção, devido à reduzida dimensão da operação. A propósito da operação da Prelada, Mário Brochado Coelho refere que as operações deveriam agregar, no mínimo, 50 famílias para que fosse possível diluir os custos e torná-las viáveis, o que não acontecia nesta operação[23]. Perante a ausência de perspectivas e o estado de ruína de algumas habitações, em Outubro de 1976 a Brigada elaborou um pedido para a realização de obras de emergência em algumas casas[24].

Desconhece-se o processo de abandono do terreno correspondente à operação SAAL pelas famílias que lá residiam. Restam apenas as ruínas da casa de lavoura e o quintal, que continua a ser cultivado. O perfil da travessa da Prelada foi aumentado, transformando a escala de um dos troços que permaneciam da estrutura rural daquele lugar, e as novas construções entretanto realizadas acabaram por secundarizar a presença da casa da Prelada. Com o completamento da VCI, o jardim da casa da Prelada ficou seccionado, perdendo-se o eixo orientador do conjunto tal como projectado por Nasoni.

21 Cf. Brigada técnica da Prelada, "SAAL – Bairro da Travessa da Prelada. Ante-projecto. Memória descritiva e justificativa", *op. cit.*, p. 8.

22 Cf. Brigada técnica da Prelada, [Carta ao Gabinete Coordenador SAAL e à Câmara Municipal do Porto], 30 Janeiro 1976, documento consultado na FIMS; Brigada da Prelada, "Relatório da Brigada em Novembro de 1976, 15 Novembro 1976, p. 1, documento consultado na FIMS.

23 Cf. S.a., [Documento referente ao processo da operação SAAL da Prelada], s.d., documento consultado no ADP.

24 Cf. Brigada da Prelada, "Informação", 7 Outubro 1976, documento consultado na FIMS.

OP14
OPERAÇÃO SAAL DE FRANCOS



↖ Fotografia de moradores de Francos no estaleiro da obra da operação SAAL.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

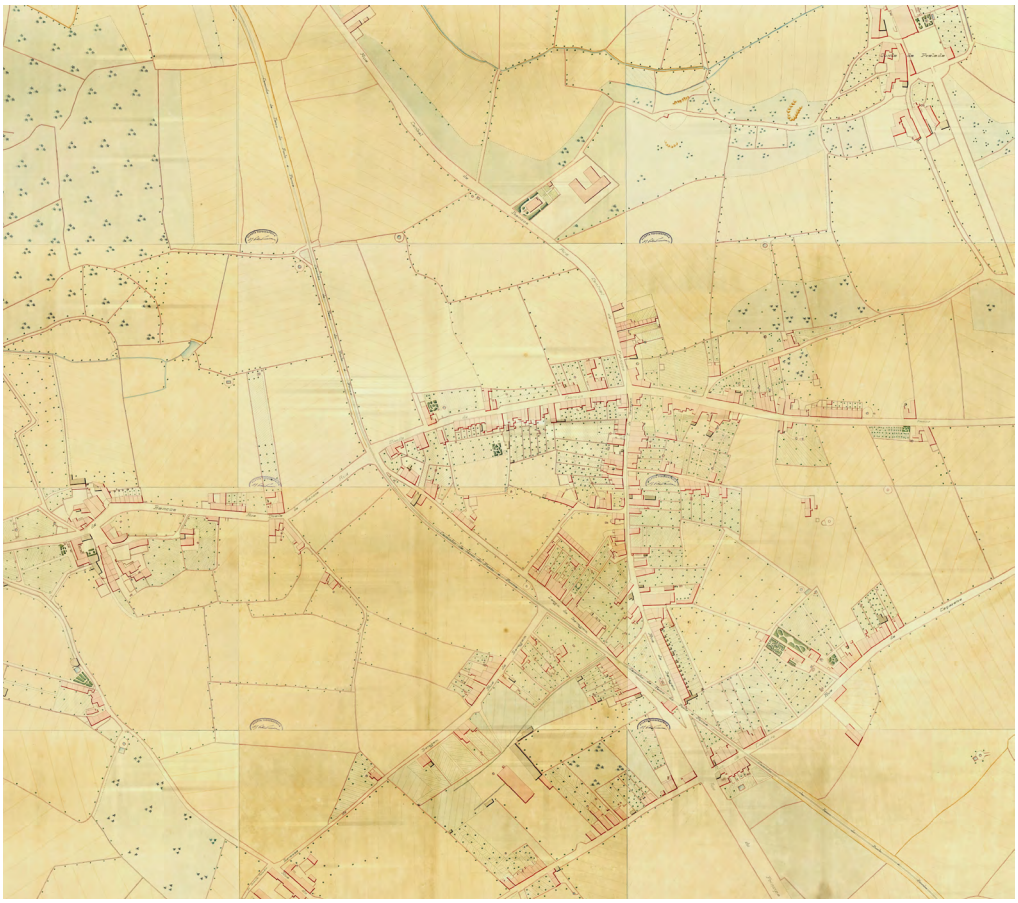
O lugar de Francos tem origem remota. No século XII estava na posse de colonos franceses, a que deve a sua designação. Os antigos casais que aí existiam pertenciam, no século XVI, à família de Pedro Vaz de Caminha, tendo sido vendidos e alienados em 1665, o que levou à sucessiva divisão dos terrenos em lotes.[1] A passagem da linha de comboio que liga o Porto à Póvoa, inaugurada no último quartel do século XIX, terá impulsionado a fixação naquele lugar que permaneceu, contudo, predominantemente rural. A planta de Teles Ferreira de 1892 é bastante esclarecedora nesse sentido, notando-se uma concentração de construções no quarteirão definido pela rua da Travagem, pela rua Direita de Francos e pela travessa da Travagem – onde tanto existem construções à face das ruas e travessas como algumas casas do tipo ilha – enquanto os terrenos à volta correspondiam a campos de cultivo. Nos anos subsequentes essa edificação adensou-se, com a construção de casas em banda e ilhas cujo fim era a rentabilização dos lotes para alojar a classe operária[2].

A construção da via rápida Marechal Carmona que liga a cidade do Porto a Leixões (actual avenida AEP), iniciada no final dos anos 1940, bem como da área industrial de Ramalde alteraram de forma drástica a área de Francos. Alguns núcleos rurais existentes foram destruídos e os seus terrenos foram expropriados e utilizados para a abertura da via rápida, ao mesmo tempo que os campos de cultivo ou mata foram sendo urbanizados. Ainda assim, em 1975, a área de Francos caracterizava-se por manter um cariz rural, composta por pequenos núcleos dispersos de habitação degradada entremeados por campos[3]. Verificavam-se, contudo, diversas situações de alojamento insalubre, tais como o sub-aluguer de partes de casa, a habitação em casas de ilha ou em casas com más condições e área insuficiente, a ocupação de casas devolutas, o aluguer de espaços originalmente não habitáveis, como é o caso de uma vacaria adaptada a habitação para 5

1 Freitas, Eugénio, *Toponímia Portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, pp. 101, 127.

2 Com a banda de casas na rua da Travagem, em frente à linha de caminho-de-ferro com os números 282, 286, 292, 300, 306, 312, 320, 326, 334, 340 e 346, e uma ilha na travessa do Pisca, com o número 33. Cf. Licença de obra n.º: 705/1915, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/83674/; Licença de obra n.º: 428/1928, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/101009/, consultados a 17 Fevereiro 2021.

3 A escolha de um terreno com acesso a partir da rua da Travagem para a construção do convento de Francos, um convento de clausura inaugurado no início dos anos 1950, dá uma boa imagem do cariz rural daquele lugar já na segunda metade do século XX.



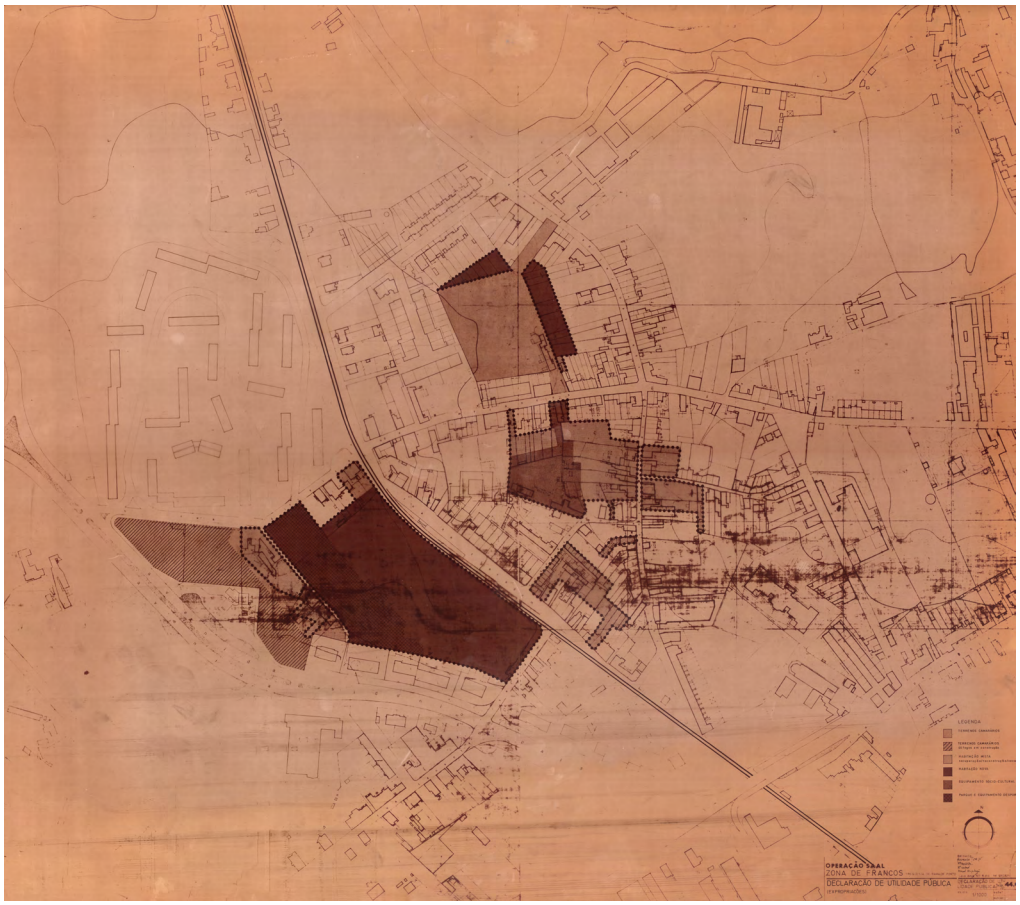
↗ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área de Francos. © Arquivo Municipal do Porto

pessoas[4], e a residência em barracas construídas em logradouros, o que constituía a maior parte dos casos.

Um grupo de moradores mal-alojados de Francos elaborou um pedido de intervenção SAAL em Janeiro de 1975, tendo-se formado uma brigada técnica chefiada pelo arquitecto Rolando Torgo logo no mês seguinte. Inicialmente, a Brigada era constituída pela arquitecta Maria Cecília Cavaca e pelo estudante de arquitectura Manuel Maia. Manuel Maia fez parte da equipa até Maio de 1975, sendo substituído, em Agosto de 1975, pela também estudante de arquitectura Maria Nazaré Guimarães. Em Abril de 1976 o estudante finalista de arquitectura Manuel Magalhães entrou também como membro integrante, tendo permanecido na Brigada até Outubro de 1976.

A operação de Francos foi delimitada, a norte, pela rua Direita de Francos, pela rua da Travagem, pela rua Airosa, pela rua Central de Francos e pela rua de Francos; a nascente, pela rua Domingos Machado, pelo limite norte da Casa de Saúde da Boavista (englobando a travessa do Monte de Ramalde), pela rua do Monte de Ramalde e pela travessa da Travagem; e, a sul, pela rua da Travagem, pela rua Tenente Valadim, pelas traseiras das casas que dão para a avenida Sidónio Pais e pelo arranque da via rápida AEP. Tratava-se de uma área bastante abrangente, com um raio de cerca de 600 metros, embora incluísse diversos terrenos livres a serem utilizados como área de expansão e englobasse os nú-

4 "O presente parecer mais não faz do que confirmar a repugnante exploração a que são submetidas as populações mais desfavorecidas pelo parasitismo de certos senhorios, entre os quais o da "Casa Amarela", da qual o tugúrio em causa faz parte, ocupa posição destacada... / Conhecida por "vacaria" – assim passa a senhoria os recibos – era-o de facto até à altura em que as prementes necessidades de uma família a transformaram num local para viver !!! compartimentando 20 m² de área útil em três aposentos para alojar 5 pessoas (casal e filhos de 7, 4 e 1 anos) que constituem a família. / Sem água, sem retrete (balde e despejo), instalação eléctrica deficientíssima, tabiques em madeira já parcialmente desfeitos, tecto de placas de aglomerado apodrecido, a 2,15 m do solo, entrada de água da chuva pela cobertura em precário estado de segurança, baixo nível de ventilação e iluminação naturais (0,130 m² de área utilizada) são aspectos que bem definem este antro onde até à data viviam pessoas e para o qual a Associação de Moradores de Francos, através da sua Direcção e Brigada Técnica chama a atenção da Comissão Administrativa da C. M. do Porto, pedindo a sua demolição como única medida para evitar a sua reocupação." Brigada técnica de Francos, "Parecer da Brigada sobre a casa nº1, entrada 12 do nº 538 da rua Direita de Francos", 16 Junho 1975, documento consultado no ADP.



↖ Planta da declaração de utilidade pública da operação SAAL de Francos com a identificação dos terrenos a expropriar, Julho 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

cleos degradados que estavam bastante dispersos. Em Julho de 1975, a operação englobava 235 famílias inscritas, correspondentes a 853 pessoas[5], prevendo-se, no entanto, que esse número pudesse aumentar de modo significativo, dadas as condições habitacionais de grande parte dos moradores mais desfavorecidos naquela área.

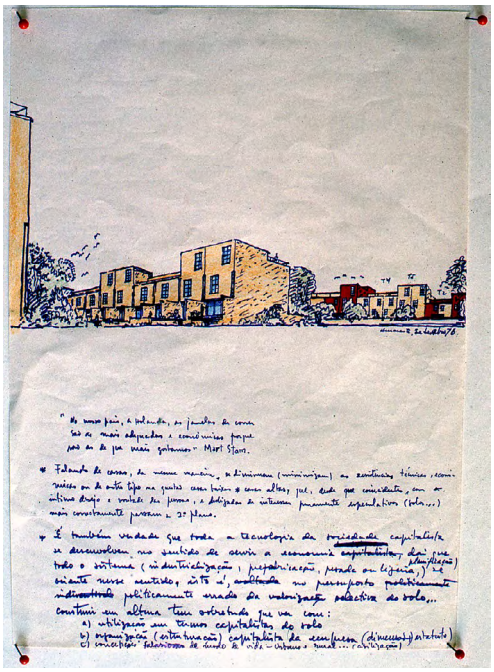
As características particulares daquela operação não permitiam, regra geral, a recuperação das habitações degradadas. Na sua maioria, os moradores habitavam em barracas construídas em logradouros de casas, tratando-se de construções muito precárias com apenas uma frente, pavimentos térreos e pés-direitos baixos (englobando 115 agregados familiares). Quanto aos restantes moradores, 61 agregados viviam em partes de casa, 33 residiam em casas de um só piso, com áreas muito reduzidas e em mau estado de conservação, e 26 em ilhas[6].

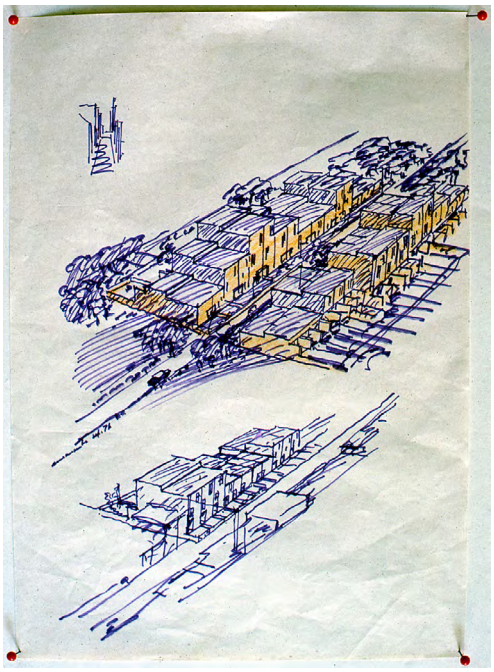
Os logradouros de cada um destes conjuntos não dispunham de capacidade suficiente para o aumento da área destas habitações e, ao invés de intervenções mais pontuais desconectadas entre si, a Brigada preferiu adoptar um estudo de conjunto que viabilizasse uma operação mais una e que passaria pela construção de novos fogos. A existência de vários terrenos livres, alguns deles camarários, viabilizava esta opção.

Nesse sentido, começou-se com o desenho do fogo, tomando-o como unidade que seria replicada nos diversos terrenos de expansão e a partir da qual se realizaria o estudo de ocupação urbana. Devido à necessária economia da construção, a escolha recaiu em casas unifamiliares em banda com frentes reduzidas e uma profundidade constante, que seriam repetidas de modo uniforme.

5 Brigada técnica de Francos, "Processo de Declaração de Utilidade Pública", 15 Julho 1975, documento consultado no ADP.

6 Idem. Eliseu Gonçalves identificou dois empreendimentos do início do século XX que se inscrevem na unidade operacional de Francos, embora não se proponha intervenção nestes casos. Trata-se de 10 casas em banda na rua da Travagem com projeecto de 1915 e da banda de casas semelhante a uma ilha acessível através da travessa da Pisca com projecto de 1928. Cf. Gonçalves, Eliseu, *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933: a prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2014, pp. 467-468, 509-510.





↗ Esquissos de processo da operação SAAL de Francos, Setembro 1976. © Arquivo Alexandre Alves Costa

Para Rolando Torgo, uma solução económica é aquela que coincide com "o íntimo desejo e vontade das pessoas", alheada de "interesses puramente especulativos". Nesse sentido, a opção entre casas baixas ou altas – referência certamente derivada do famoso texto "Casas altas, médias ou baixas?" escrito por Walter Gropius em 1930[7] – seria secundária, sobretudo considerando que a construção em altura provém de uma concepção capitalista da transformação do espaço urbano.[8] Presume-se, assim, que a adopção de casas em banda, ao invés de edifícios de habitação plurifamiliar, não terá derivado de um estudo dos custos associados a cada um destes modelos, mas sim da escolha da solução mais adequada para aquela população, tendo em conta as suas aspirações, e acautelando a necessidade de custos baixos através da forma de concretização dessa solução. Para contrariar uma possível monotonia pela implementação da mesma solução em série, as bandas seriam pouco extensas e introduzir-se-iam variações através da criação de pracetas, pátios e ruas que permitiriam também proporcionar diferentes níveis de intimidade na utilização dos espaços. A simplificação do processo construtivo consistiria na normalização dos elementos utilizados, como portas, janelas, escadas e cozinha, e na redução de tabiques ao mínimo indispensável.

Adoptou-se como módulo-base o fogo T3. O piso térreo centraliza a vida diurna da casa através de um espaço amplo e único, apenas compartimentado pela colocação do quarto-de-banho e da escada de um lanço, e no piso superior localizam-se os quartos. Nos lados anterior e posterior do fogo existem dois espaços exteriores privados: um logradouro, por onde se faz a entrada, que também dá para a cozinha, e onde se colocou um arrumo exterior para tratamento de roupa; e um pátio, para onde se voltou a sala. Esta organização fomentava o dinamismo dos espaços de percurso diário, ao colocar a entrada a partir dos logradouros de serviço e reservar o espaço nas traseiras para o pátio da sala. A cozinha está separada do espaço da sala através de portas de correr. Quanto

7 Walter Gropius, "Case alte, case medie o case basse?" (1930) *in* Grassi, Giorgio (ed.), *Das neue Frankfurt 1926-1931*, Bari: Edizione Dedalo, 2007 [1975], pp. 338-344.

8 "«No nosso país, a Holanda, as janelas de correr são as mais adequadas e económicas porque são as de que mais gostamos.» Mart Stam. / Falando de casas, da mesma maneira, se diminuem (minimizam) as resistências técnicas, económicas ou de outro tipo na questão casas baixas * casas altas, que, desde que coincidentes com o íntimo desejo e vontade das pessoas, e desligadas de interesses puramente especulativos (solos...), mais correctamente passam a 2° plano. / É também verdade que toda a tecnologia da sociedade capitalista se desenvolveu no sentido de servir a economia, daí que todo o sistema (industrialização, prefabricação, pesada ou ligeira, planificação) se oriente nesse sentido, isto é, no pressuposto politicamente errado de valorização colectiva do solo... / Construir em altura tem sobretudo que ver com: a) Utilização em termos capitalistas do solo; b) Organização (estruturação) capitalista da empresa (dimensão + estatuto); c) Concepções falaciosas de modo de vida – urbano e rural... (civilização)." Rolando Torgo, [inscrição em esquisso], Setembro 1976, arquivo Alexandre Alves Costa.



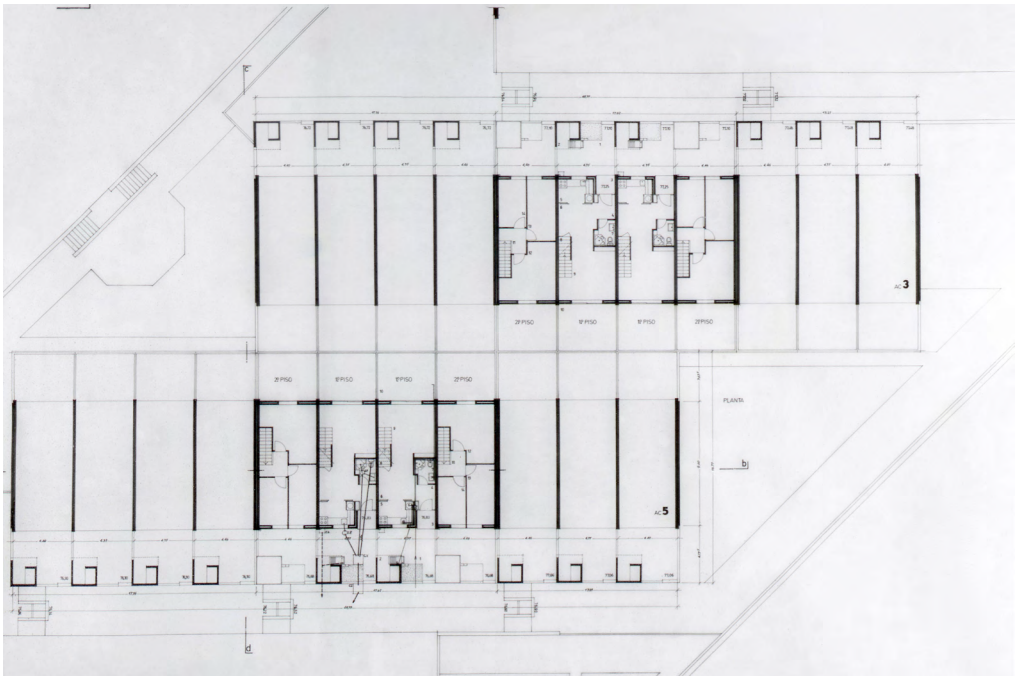


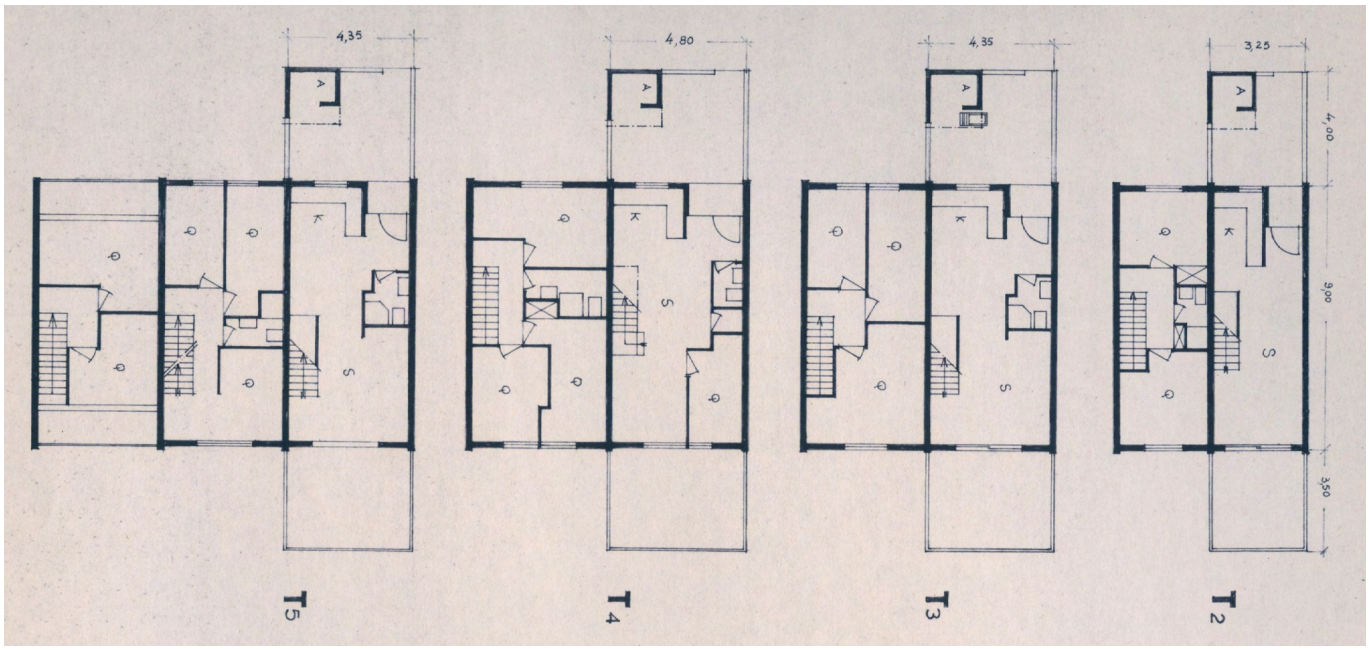


↖ Fotografias dos primeiros 44 fogos T3 em fase de construção, relativos ao primeiro sector.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

← Fotografia do espaço da sala e cozinha dos fogos T3 em construção.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

↙ Planta com o interior dos fogos T3 de duas bandas relativas ao primeiro sector. Legendagem dos espaços: 1 logradouro; 2 roupas/arrumos; 3 pórtico de entrada; 4 vestíbulo; 5 cozinha; 6 refeições; 7 quarto-de-banho; 8 escada; 9 sala; 10 pátio; 11 vestíbulo dos quartos; 12, 13, 14 quartos.
© Arquivo Alexandre Alves Costa



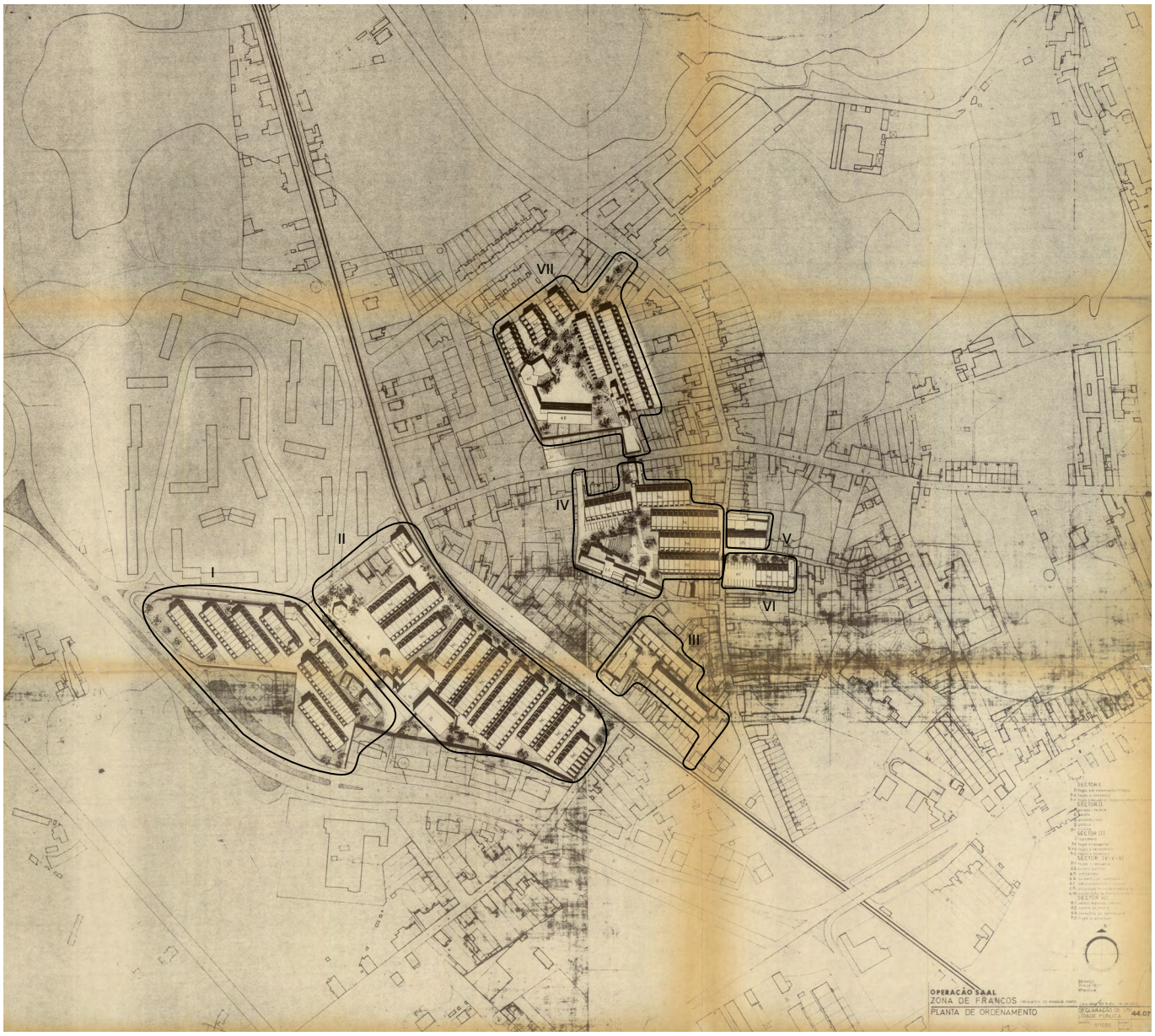


↑ Planta com as variações dos fogos a partir do módulo-base.
© Arquivo Maria Cecíla Cavaca

ao piso superior, os dois quartos mais estreitos voltam-se para o lado anterior e o quarto maior para o lado posterior. A composição dos alçados é simétrica, criando-se apenas uma excepção no vão de entrada que está encostado ao limite da casa e recuado. No lado anterior, as janelas de guilhotina dos quartos e da cozinha têm igual dimensão, com dois módulos, enquanto no lado posterior a janela de guilhotina do quarto é mais larga, com três módulos, e a abertura da sala para o pátio é feita através de duas portas de correr. As paredes de meação das casas, que avançam ligeiramente em relação ao plano da fachada, e o tubo de extracção da cozinha presente na fachada anterior marcam o ritmo e individualização das casas, ritmo esse que é evidenciado pelos muros de divisão dos lotes e pelo anexo construído no logradouro. As casas foram rebocadas num tom verde água, à semelhança da operação de S. Vítor, e todos os caixilhos foram pintados de branco.

A adaptação para os fogos T2, T4 e T5 seria feita através da introdução de variações nas larguras e alturas dos módulos. Enquanto o fogo T3 teria uma largura de 4,35 metros, o fogo T2 teria apenas 3,25 metros, passando o quarto-de-banho para o espaço entre os dois quartos no piso superior. No fogo T4, com uma largura de 4,8 metros, um dos quartos seria colocado no piso térreo, junto a um quarto-de-banho de serviço, e no piso superior estariam os três quartos e um quarto-de-banho completo colocado no espaço central. Relativamente ao fogo T5, este seria semelhante ao fogo T3, com a diferença de que se colocaria um outro quarto-de-banho completo no primeiro piso, no espaço entre os quartos, e o quarto voltado para o lado posterior seria mais pequeno de modo a libertar área para o acesso à escada de ligação ao segundo piso, onde estariam mais dois quartos recuados em relação ao plano da fachada, um voltado para cada lado.

As bandas de casas poderiam ser implantadas de modo isolado ou agregadas duas a duas, de modo simétrico, encostando o lado dos pátios. Esta configuração, facilmente ajustável a perímetros variados, permitia a repetição das bandas de casas pelos terrenos livres integrantes da unidade operacional. Deste modo, a proposta estruturou-se em 7 sectores onde a construção de fogos novos seria complementada pela recuperação de habitações e pela instalação de equipamentos. Os equipamentos propostos viriam colmatar a ausência de serviços colectivos como creches, infantários, posto clínico, instalações sócio-culturais e desportivas e logradouros públicos. A recuperação de casas seria utilizada para instalar casais idosos ou



↑ Planta com a proposta elaborada para a operação SAAL de Francos com os sectores identificados.
© Arquivo Distrital do Porto

pessoas sem agregado familiar definido, já que se trataria de fogos mais pequenos que seriam transformados em T0 ou T1. Dados de uma fase intermédia do processo previam a construção de 334 fogos, a recuperação de 29 fogos e 24 instalações de equipamentos[9].

O primeiro sector, correspondente ao terreno onde foram construídos 44 fogos, era um terreno municipal delimitado pela rua Direita de Francos, pela travessa do Arouca, pela avenida Sidónio Pais e pelo seu prolongamento na avenida AEP. Presume-se que este terreno teria sido previamente destinado à ampliação do bairro camarário de Francos, mas ter-se-á desvinculado desse plano para ser atribuído à operação SAAL[10]. Nesse sector previa-se a construção de 7 bandas de casas, num total de 75 fogos novos, e a reabilitação das habitações existentes na travessa do Arouca. O recorte triangular no limite sul do terreno deveu-se à previsão de instalação de um posto de abastecimento com acesso pela avenida Sidónio Pais. O acesso automóvel ao sector é feito apenas a partir da travessa do Arouca, desenhando-se uma rede de percursos pedonais que servem de

9 Brigada técnica de Francos, s. t., s. d. [1975], documento consultado no ADP.

10 Manuel Teles, Gabinete coordenador, "92/75/CC, 6-6-75", [informação dirigida ao Chefe da Brigada Técnica da Zona de Francos], 6 Junho 1975, documento consultado no ADP. O bairro Central de Francos, construído em 1981 no quarteirão delimitado pela linha do comboio, pela rua Airosa, pela rua Central de Francos e pela Via de Cintura Interna, corresponderá, eventualmente, à concretização dessa intenção de ampliação do bairro de Francos. Cf. http://www.domussocial.pt/bairros-lista/central-de-francos, consultado a 3 Março 2021.





↗ Fotografias do edifício ocupado pela Associação de Moradores da zona de Francos para instalar a sua sede. © Arquivo Alexandre Alves Costa

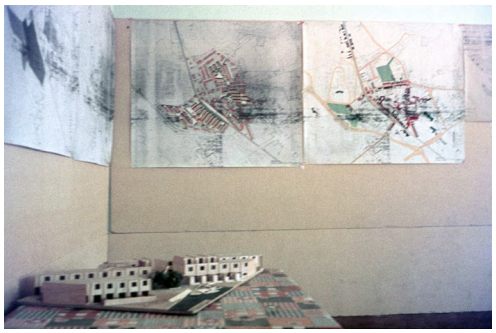
acesso às casas. Segundo a Brigada, o facto de o terreno estar sobre-elevado em relação à rua Direita de Francos possibilitava um descomprometimento com o desenho do bairro camarário do outro lado da rua[11]. Deste modo, as bandas seguem a orientação da travessa do Arouca, com os topos enviesados em relação à rua Direita de Francos. No total, apenas foram construídas 4 bandas de 11 fogos T3. O segundo sector, delimitado pela rua Direita de Francos, pela rua da Travagem, pelas traseiras dos edifícios com frente para a avenida Sidónio Pais e pela travessa do Arouca, contemplava a construção de 11 bandas de casas, a recuperação de habitações na esquina entre a rua Direita de Francos e a rua da Travagem e a instalação de um pavilhão-bar, um parque, um coreto, um ginásio e uma piscina. Estes equipamentos propostos na travessa do Arouca marcariam a centralidade do conjunto formado pelo primeiro e segundo sectores. As bandas de casas, algumas agrupadas duas a duas, estariam dispostas perpendicularmente à linha de comboio (actual linha do metro), separadas através de uma fileira de árvores. Estava prevista a utilização de um lote para acesso de automóveis ao interior do quarteirão a partir da rua Direita de Francos.

O terceiro sector, circunscrito pela travessa da Pisca, pela rua do Monte de Ramalde e pelas traseiras das casas com frente para a rua da Travagem, englobava a recuperação de casas à face da travessa Pisca, a reconstrução de habitações correspondentes a uma ilha com entrada a partir da travessa da Pisca (com o número 44) e a construção de uma banda de fogos novos no interior do quarteirão, paralela à ilha pré-existente. O espaço conformado por estes três conjuntos daria origem a um logradouro colectivo.
O quarto sector abrangia parte do interior do quarteirão delimitado pela rua Direita de Francos, pela rua do Monte de Ramalde, pela travessa da Pisca e pela rua da Travagem, considerando alguns lotes à face da rua Direita de Francos e da rua do Monte de Ramalde e tendo como limite poente os terrenos do convento de Francos. Para aqui propunha-se a construção de 5 bandas de casas aproximadamente perpendiculares à rua do Monte de Ramalde (3 delas à face da rua),

11 Brigada técnica de Francos, "Memória descritiva e justificativa, ante-projecto (1ª fase)", 2 Setembro 1975, documento consultado no ADP. O bairro de Francos foi realizado no âmbito do prolongamento do Plano de Melhoramentos, em 1966. Cf. João Queirós, "O «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956: Enquadramento político-social e elenco de realizações" *in* Pereira, Virgílio Borges (org.), *A habitação social na transformação da cidade: Sobre a génese e efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956*, Porto: Afrontamento, 2016, p. 57.

a edificação de um centro cultural e de um anfiteatro. A abertura de um acesso automóvel para serventia do centro cultural, para o qual se previam lugares de estacionamento, seria obtida através da expropriação de um lote na rua Direita de Francos. A Associação de Moradores de Francos instalou a sua sede num edifício incorporado neste sector que se localizava na rua Direita de Francos (com o número 1084), onde havia funcionado uma antiga escola primária, que foi cedido pelo proprietário à Associação. Este edifício foi beneficiado através do trabalho de brigadas de voluntários, com o apoio de estagiários do Centro de Formação Profissional Acelerada para serviços de carpintaria, e no terreno anexo foi construído um parque infantil[12]. As obras ter-se-ão prolongado até Fevereiro de 1976. A sede dispunha de um pequeno bar e de uma sala de jogos. Relatórios da Brigada dão conta do bom funcionamento da sede, onde se desenvolviam actividades para o sector infantil, como jogos e passeios/visitas, e sessões de estudo acompanhado[13]. Os vários espaços do sector estariam interligados por percursos pedonais e espaços arborizados. Nos quinto e sexto sectores, correspondentes a dois pequenos núcleos na rua do Monte de Ramalde, um de cada lado da travessa do Monte de Ramalde, estavam previstos lugares de estacionamento, a construção de uma banda de fogos novos e um espaço de utilização mista, que alojaria estabelecimentos comerciais, entre outros.

O sétimo sector correspondia ao aproveitamento de um terreno municipal com acesso pelo número 1093 da rua Direita de Francos e que consistia num espaço interior do quarteirão definido pelas ruas da Travagem, Airosa, Central de Francos e Direita de Francos. Esse terreno seria acessível através do lote vago na rua Direita de Francos e de um acesso aberto para trânsito automóvel a partir da rua Central de Francos. Para além da



← Fotografia de desenhos e maqueta da operação SAAL de Francos na sede da Associação de Moradores.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

reabilitação da construção existente no lote, seriam construídas 5 bandas de casas – uma mais comprida a fechar as traseiras dos lotes que dão para a rua Central de Francos, outra paralela a esta e três pequenas bandas de casas cujos topos fechariam as traseiras dos lotes que dão para a rua Airosa –, uma escola primária e uma escola materno-infantil. A vocação escolar deste lugar já havia sido prevista no Plano Director de 1962.

Dos 7 sectores, só se construíram os primeiros 44 fogos do sector I. A construção das casas foi atribulada, com a fissuração de algumas paredes e consecutivas patologias interiores derivadas de humidade. As alterações realizadas ao projecto na fase de construção – substituição por paredes e lajes maciças por motivos de segurança e de solidarização do conjunto – geraram a dilatação da laje e o aparecimento de deficiências nas casas ainda por ocupar. Os moradores exigiam o apuramento de responsabilidades e a reparação das casas, o que passou pelo revestimento das fachadas e empenas[14]. Por motivos económicos, as coberturas planas foram revestidas com chapas de fibrocimento em vez de tela asfáltica, tal como se previa inicialmente.

Actualmente, os fogos construídos ao abrigo do SAAL apresentam uma situação vulnerável face às transformações urbanas que se verificam na área de Francos. As torres de escritórios construídas na avenida Sidónio Pais e os edifícios de habitação na avenida do Bessa alteraram a escala daquele lugar. Com

12 O parque infantil foi inaugurado em Setembro de 1976. Cf. "Parque infantil em Francos", *Jornal de Notícias*, 11 Setembro 1976.

13 Brigada técnica de Francos, "Relatório da Brigada, 15 de Abril a 15 de Maio 1976", 15 Maio 1976, documento consultado no ADP.

14 Não foi possível concluir se o revestimento das fachadas e empenas foi realizado com telas asfálticas ou com chapas de fibrocimento, de acordo com as recomendações indicadas nos relatórios consultados.



↑ Fotografia aérea da área de Francos, 2021.
© Bingmaps

a construção da rotunda do Bessa, as casas da operação SAAL ficaram ainda mais expostas ao volume de tráfego da avenida AEP. O conjunto ficou inclusivamente dividido por uma saída da rotunda que antevê uma futura ligação à rua de Frederico Ozanam do bairro camarário de Francos. Os terrenos respeitantes ao segundo sector continuaram a ser utilizados por 24 famílias como espaços de horta até Abril de 2020, data em que o proprietário desse terreno destruiu os cultivos e as barracas existentes[15]. Para esse terreno está em curso um plano para a sua urbanização, o que confirma os receios manifestados pela Brigada a determinado momento do processo:

"(...) edificações de pequena e média volumetria convivem paulatinamente com hortas e campos de cultivo, mais por consentimento temporário da economia burguesa e capitalista, no papel de reservas operacionais ao esgotamento imobiliário do centro urbano..."[16]

15 Mariana Pinto, Nuno Garrido, "Porto: destruíram-lhes as hortas comunitárias, deixando-os «ainda mais pobres»", *Público*, 28 Abril 2020, disponível em: https://www.publico.pt/2020/04/28/local/noticia/porto-destruiramlhes-hortas-comunitarias-deixandoos-pobres-1914265, consultado a 5 Março 2021.

16 Brigada técnica de Francos, "Processo de Declaração de Utilidade Pública", 15 Julho 1975, documento consultado no ADP.

OP23
OPERAÇÃO SAAL DE SERRALVES



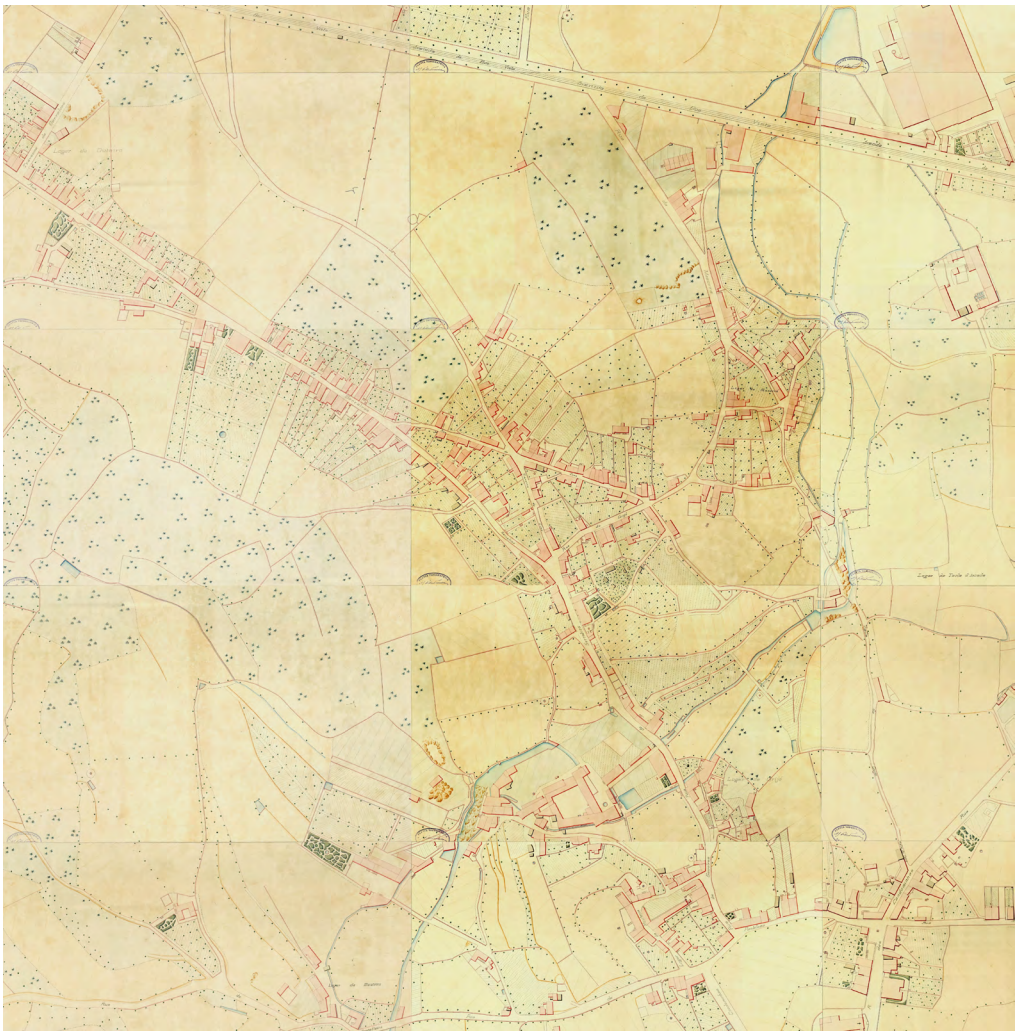
↖ Fotografia da Comuna Infantil Popular de Lordelo, Julho 1975. © Arquivo Alexandre Alves Costa

Dando seguimento ao pedido de intervenção SAAL elaborado por moradores mal-alojados da área de Serralves, e no âmbito de actividades escolares da ESBAP, um grupo de estudantes de arquitectura desenvolveu o processo de definição de unidade operacional desta área em Outubro de 1975. Esta unidade operacional englobava cerca de 300 agregados familiares. Os estudantes assinalaram um terreno camarário na área da Mouteira que estava livre e fizeram um levantamento que permitiu classificar o estado das casas, considerando-se que estas poderiam ser recuperadas, embora nalguns casos necessitassem da realização de obras mais significativas. A Brigada definitiva só se formou em Fevereiro de 1976 e era constituída pelo arquitecto Salviano Cunha Brandão, pelo estudante de arquitectura Guilherme Dias Castro e pelo desenhador Afonso Pinto de Jesus, sendo chefiada pelo arquitecto Alcino Soutinho. A unidade operacional ficou definida, a norte, pela avenida Marechal Gomes da Costa, pela rua do Professor Augusto Nobre, pelo limite sul do bairro da Cooperativa "O lar familiar" e pela avenida da Boavista; a nascente, por terrenos localizados entre a ruas de Ciríaco Cardoso e de Grijó e os terrenos que marginam a VCI, e pela rua de António Bessa Leite; a sul, pela rua de Diogo Botelho e por terrenos próximos ao bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres; e, a poente, pelos terrenos do parque de Serralves e pela rua de Serralves, até ao encontro com a avenida Marechal Gomes da Costa.

Existem referências à aldeia de Serralves em 1758, embora se mencione que, à data, esta tinha apenas 6 vizinhos[1]. De facto, observando a planta de Teles Ferreira de 1892, verifica-se que Serralves era ainda uma área rural, existindo construções sobretudo ao longo da rua de Serralves, da rua de Cima e da rua de Grijó e nos lugares de Mazorra e da Mouteira, enquanto os restantes terrenos estavam livres ou eram agricultáveis. Apesar disso, e de esta ser uma área de veraneio para algumas famílias – como é o caso da quinta de Lordelo que era propriedade do conde de Vizela e que, a partir de 1923, quando o segundo conde de Vizela herdou a propriedade de veraneio da família, foi transformada no parque de Serralves[2] –, existiam já vestígios

1 Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 319.

2 A propriedade foi sendo sucessivamente ampliada, até aos anos 1940. No início dos anos 1950 foi vendida a Delfim Ferreira Cf. https://www.serralves.pt/institucional-serralves/parque-historia/, consultado a 26 Março 2021.



↗ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área de Serralves. © Arquivo Municipal do Porto

de alojamento operário, como se pode verificar pela representação de algumas ilhas nesta planta. A necessidade de alojamento operário devia-se à instalação de diversas indústrias nas imediações, como é o caso da grande Fábrica de Lanifícios de Lordelo localizada na rua de Serralves, junto à ribeira da Granja[3]. As indústrias de têxteis, fundição e lanifícios que foram surgindo instalaram-se em terrenos marginais aos arruamentos existentes. Mas uma das transformações mais significativas desta área da cidade iniciou-se com a abertura da avenida Marechal Gomes da Costa, a partir de 1922, e consequente urbanização, tornando Serralves uma área de residência da alta burguesia, sem que, contudo, esta deixasse de albergar as indústrias instaladas e, consequentemente, os seus operários, que eram alojados em edifícios rurais subdivididos e com precárias condições de habitabilidade. Apesar disso, após o 25 de Abril ainda havia vários terrenos por urbanizar que eram cultivados.

Para além de esta ser uma área de residência da alta burguesia, foi aqui que se concentraram diversos empreendimentos habitacionais de promoção pública. O primeiro tratou-se do bairro operário de Lordelo do Ouro, uma iniciativa do jornal "O Comércio do Porto" e da Câmara, cujos primeiros documentos remontam a 1901[4] e que começou a ser construído em 1903. Este conjunto de

3 A Fábrica de Lanifícios de Lordelo foi fundada em 1805, numa altura em que era conhecida como "Fábrica de Panos". Esta terá sido ocupada pelas tropas miguelistas durante o cerco do Porto, retomando a laboração em 1853. Cf. "Porto – Antiga Fábrica de Lanifícios de Serralves", *Portal do Arqueólogo: Direcção-Geral do Património Cultural*, disponível em: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2720981, consultado a 26 Março 2021; Joaquim Morais Oliveira, "A fábrica e lanifícios de Lordelo", *A Indústria Portuense em perspectiva histórica: actas do Colóquio*, Lisboa: CLC-FLUP, 1998, p. 81-94; "A Fábrica de Lanifícios de Lordelo (Cidade do Porto)", *Monumentos desaparecidos*, disponível em: http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2010/02/fabrica-de-lanificios-de-lordelo-cidade.html, consultado a 26 Março 2021.

4 "Licença de obra n.º: 59/1901", disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/72829/, consultado a 26 Março 2021.



↖ Planta da área da Pasteleira com os bairros camarários assinalados, 1977. Indicação em planta de: A - Bairro de casas económicas Marechal Gomes da Costa (1947-50); B - Bairro da Mouteira (1978-90); C - Bairro da Pasteleira (1957-60); D - Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres (2 fases) (1965-77); E - Bairro Rainha D. Leonor (1952-55); F - Bairro operário do Lordelo do Ouro (1901-1903); G - Bairro de casas económicas de Condominhas (1934-36); H - Bairro das Condominhas (1955-69); I - Bairro do Aleixo (1969-76).
© Arquivo Municipal do Porto

casas em banda localizado na rua da Granja de Lordelo foi projectado pelo engenheiro Manuel Mota e perfaz um total de 29 fogos[5] . A nascente do bairro operário foi construído, entre 1934 e 1936, o bairro de casas económicas de Condominhas, com projecto de Raul Lino e Joaquim Madureira, num total de 102 casas unifamiliares de um piso unidas duas a duas[6]. Também ao abrigo do programa das casas económicas, foi construído entre 1947 e 1950, o bairro de casas económicas Marechal Gomes da Costa destinado à classe média, num total de 186 casas unifamiliares de dois pisos agrupadas duas a duas[7]. Entre 1950 e 1962, por iniciativa da cooperativa "O Lar Familiar", foi construído um bairro de 82 casas unifamiliares de dois pisos entre a rua do Professor Augusto Nobre e a rua de Ciríaco Cardoso com autoria do arquitecto Mário Bonito[8]. Contíguo ao limite norte do bairro de casas económicas de Condominhas foram construídos, entre 1955 e 1969, cinco blocos habitacionais com 26 fogos ao abrigo do programa de casas para famílias pobres, que entretanto foram demolidos[9]. Já no âmbito do Plano de Melhoramentos, foram construídos naquela área o bairro da Pasteleira e o bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres. O bairro da Pasteleira foi edificado entre 1957 e 1960, a sul do bairro de casas económicas Marechal Gomes da Costa, num total de 27 blocos que perfaz mais de 600 fogos[10]. O bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres, também denominado de grupo de moradias populares de Lordelo, foi construído em duas fases. A primeira fase, desenvolvida entre 1965 e 1970, consistiu na construção de 11 blocos de 4 pisos, com um total de 424 fogos, entre a ruas Dom João de Mascarenhas e a rua da Pasteleira[11]. A

5 Entre as colónias operárias promovidas pelo jornal "O Comércio do Porto", a de Lordelo do Ouro é a única que não é formada através da repetição simétrica de uma unidade. Cf. Eliseu Gonçalves, "O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: a Casa Familiar ao Bloco Comunitário" *in* Pereira, Virgílio Borges (ed.), *O Estado, a habitação e a questão social na cidade do Porto*, volume 2, Porto: Afrontamento, 2015, p. 130.

6 "CE: Bairro de casas económicas de Condominhas", *Base de dados Mapa da Habitação*, disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a8&script=GOficha, consultado a 26 Março 2021

7 "CE: Bairro de casas económicas Marechal Gomes da Costa", *Base de dados Mapa da Habitação*, disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a3&script=GOficha, consultado a 26 Março 2021.

8 "COOP: Bairro de moradias económicas da Cooperativa O Lar Familiar", *Base de dados Mapa da Habitação*, disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a184&script=GOficha, consultado a 26 Março 2021.

9 Segundo Fátima Loureiro de Matos, este bairro de casas para famílias pobres de Condominhas foi concluído em 1955. Contudo, um desenho do bairro tem a data de 1969. Cf. Fátima Loureiro de Matos, "Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956", *Análise Social*, vol. XXXIX, 127, 1994, pp. 677-695; Repartição de Construção de Casas, D. S. H., Câmara Municipal do Porto, "Grupo de moradias para pobres das Condominhas: Planta topográfica", Novembro 1969, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/644194/, consultado a 26 Março 2021.

10 "Grupo de Moradias Populares da Pasteleira: topográficas", 1957, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/640333/, consultado a 26 Março 2021.

11 "Grupo de moradias populares de Lordelo: topográficas", 1965-68, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/640615/, consultado a 26 Março 2021.



↗ Planta de Declaração de Utilidade Pública da operação SAAL de Serralves, Dezembro 1976. Identificação na planta de: A - Rua de Serralves; B - Rua Professor Augusto Nobre; C - Rua de Ciríaco Cardoso; D - Rua de Cima; E - Viela de Grijó; F Rua de Diogo Botelho.
© Arquivo Municipal do Porto

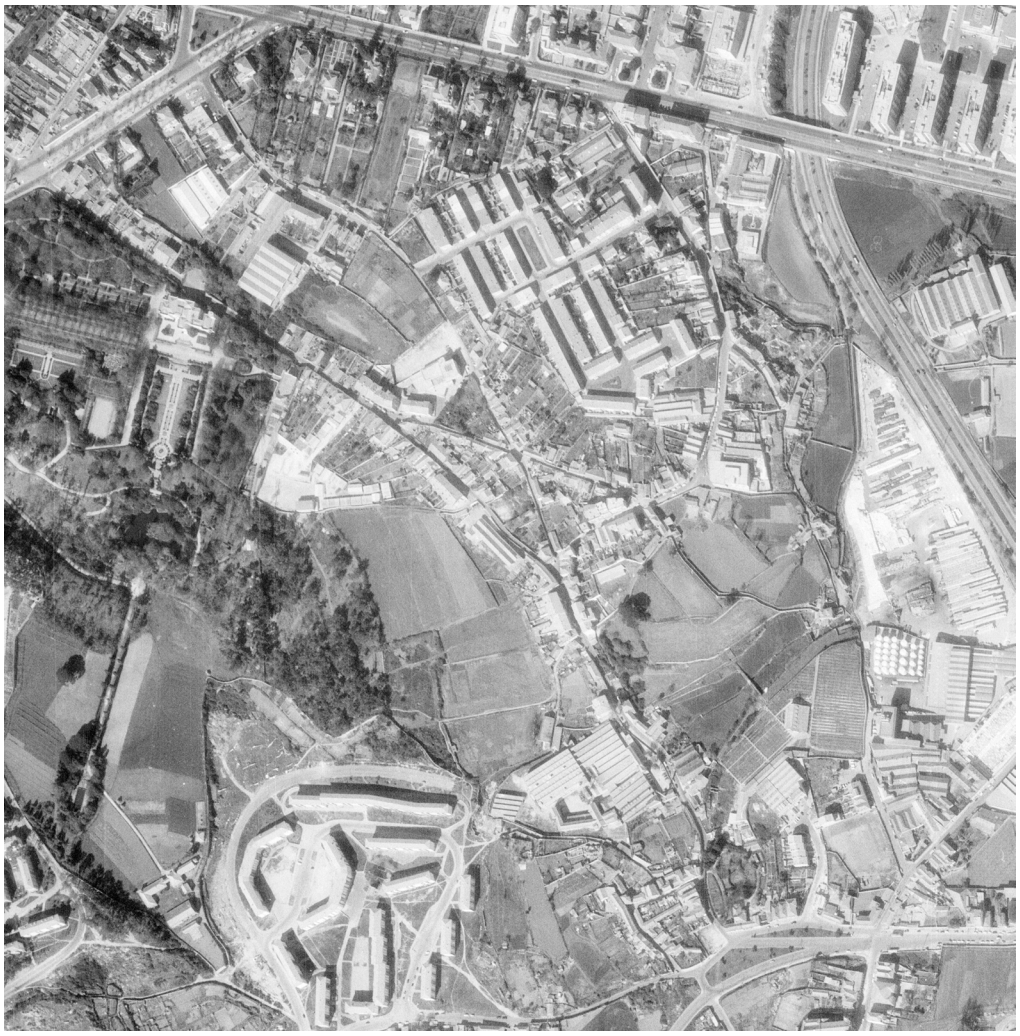
segunda fase, desenvolvida entre 1976 e 1977, já após a duração do Processo SAAL, é compreendia por 4 blocos de 4 pisos localizados a nascente da primeira fase, num total de 168 fogos[12].

Apesar do número de fogos de promoção pública realizados nesta área, em 1976 o número de agregados familiares mal-alojados ascendia a 249, correspondente a 913 pessoas[13]. Os espaços onde residiam apresentavam problemas de sobreocupação, insalubridade e precárias condições de segurança, bem como a inexistência de serviços, áreas livres e espaços verdes de carácter colectivo. O comércio era reduzido, os transportes públicos não atravessavam o núcleo de Serralves, passando apenas nas ruas mais importantes da área, e as fábricas, armazéns e oficinas localizados naquela área faziam descargas na ribeira ali existente. Quase não existiam infra-estruturas – e quando havia, estas eram deficientes –, nem redes de esgotos ou recolha de lixos. Em termos de equipamentos, destacavam-se a escola básica da Pasteleira, a escola Leonardo Coimbra, o pavilhão Infante Sagres e a cooperativa de consumo de Lordelo do Ouro.

A extensão da unidade operacional devia-se à grande dispersão dos núcleos habitacionais degradados, identificando-se três sectores principais: um sector a nascente, junto às rua e viela de Grijó e à rua de Ciríaco Cardoso; um sector central, englobando as ruas de Serralves, Professor Augusto Nobre, de Ciríaco Cardoso e de Cima; e um sector a sul, correspondente à área da Mouteira, até à rua de Diogo Botelho e à ribeira que ali passava. A intervenção da Brigada ia no sentido de estudar a possibilidade de recuperação

12 "Grupo de moradias Dr. Nuno Pinheiro Torres: ampliação: topográficas", 1974-76, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/643125/, consultado a 26 Março 2021.

13 Cf. Brigada técnica de Serralves, "Relatório de Novembro", 15 Novembro 1976, documento consultado no ADP.



↖ Fotografia aérea da área de Serralves, 1974.
© CIGeoE

das habitações degradadas e dos edifícios desocupados, considerando a demolição daqueles que não justificassem o seu aproveitamento. A criação de novos núcleos habitacionais tentaria estabelecer relações de continuidade com os núcleos degradados, tratando aquela área como um conjunto uno, contrariamente a intervenções pontuais e à concentração dos fogos novos apenas num local. Para tal, usar-se-iam os terrenos livres, alguns deles já expropriados. Deste modo, previa-se a recuperação de 42 fogos (13 T1, 9 T2, 17 T3 e 3 T4) e a construção de 227 fogos (39 T1, 55 T2, 108 T3, 24 T4 e 2 T5), num total de 269 fogos[14].

A maior parte dos conjuntos de habitação degradada localizados nas ruas de Serralves, Professor Augusto Nobre, Ciríaco Cardoso e de Cima seria recuperada, embora nalguns casos se propusesse a sua demolição integral – como no caso dos dois conjuntos sinalizados no troço norte da rua de Ciríaco Cardoso – e a construção de novos fogos. Nos terrenos livres, tanto naqueles que já eram camarários como nos que teriam de ser expropriados, previa-se a sua utilização como área de expansão habitacional, onde se construiriam novos fogos. Alguns terrenos seriam reservados para espaços verdes, como as margens da ribeira da Granja, os terrenos localizados entre a rua de Ciríaco Cardoso e a VCI, o terreno em frente à casa de Serralves e um jardim situado entre a rua de Serralves, a rua Diogo Botelho e o beco do Outeiro (correspondente ao lote actualmente ocupado pelo hotel Ipanema Park). Nesses espaços poderiam ser integrados parques infantis e outras instalações de recreio ou convívio. Propunha-se ainda a recuperação de alguns edifícios para a instalação de equipamentos colectivos que servissem de apoio às actividades organizadas pela Associação de Moradores de Serralves, que correspon-

14 Ibidem.



↗ Planta da proposta de alteração ao traçado da via do Plano Director junto da Mouteira, Dezembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

diam aos lotes localizados na esquina entre as ruas de Serralves e de Ciríaco Cardoso, onde estava instalada a sede da Associação e a Comuna Infantil de Lordelo.

Assim sendo, nos terrenos a sul, localizados entre a rua de Serralves e o limite sul da unidade operacional, seriam construídos edifícios de habitação plurifamilar com um máximo de 3 pisos e propunha-se a recuperação dos edifícios da área da Mouteira. No terreno delimitado pela rua de Serralves, pelos terrenos que marginam a ribeira da Granja no lado norte e por um caminho que ali existia seriam construídas habitações unifamiliares em banda com dois pisos e logradouro individual. Essas bandas de casas seriam intercaladas por arruamentos e espaços livres. A mesma estratégia seria seguida nos fogos novos a construir nos lotes localizados no lado nascente do momento de inflexão da rua de Ciríaco Cardoso, no troço norte, demolindo-se as ilhas de alguns destes lotes. Para outros terrenos livres, como os lotes que fazem a esquina entre a rua de Cima e a rua Professor Augusto Nobre, propunha-se a construção de habitações unifamiliares e plurifamiliares, de cércea limitada. Nos restantes casos, as intervenções seriam realizadas de forma pontual, de acordo com as condicionantes específicas de cada um.[15]

Ensaiavam-se propostas de correcção pontual do sistema viário existente e de criação de arruamentos, em paralelo com a renovação dos núcleos residenciais e a construção de novos fogos. A Brigada estudava também alternativas à proposta do Plano Director para esta área, já que a nova via prevista que contornaria o bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres inviabilizaria a recuperação de terrenos e edifícios que eram importantes para a renovação urbana daquela área. Um dos núcleos afectados correspondia aos conjuntos habitacionais localizados na rua e na travessa da Mouteira, alguns de boa qualidade construtiva, que a Brigada pretendia manter, propondo para tal uma ligeira correcção do traçado de modo a preservá-los. A estratégia da brigada técnica consistia na recuperação das casas da área da Mouteira, propondo em paralelo a construção de cerca de 50 fogos volantes que permitiriam prosseguir com a renovação urbana da área de Serralves. Apesar da expectativa da Brigada, esta proposta não foi aceite pela Câmara, tendo-se conhecimento de uma nova proposta que avançaria com a demolição de vários núcleos de casas degradadas, independentemente da sua qualidade de construção, e com a edificação de blocos habitacionais de 4 pisos em terrenos que não eram municipais. A Associação de Moradores acabou por aprovar democra-

15 Brigada técnica de Serralves, "Memória descritiva: Processo de Definição de Utilidade Pública", Dezembro 1976, documento consultado no ADP.

ticamente o novo projecto camarário, que ia contra a proposta de reestruturação urbana apresentada pela Brigada. A estratégia de conservação e recuperação de elementos que se consideravam fundamentais para a manutenção das características e escala daquela área não seria seguida.

O grupo de moradias populares da Mouteira foi desenvolvido em duas fases, entre 1978 e 1990, sendo implantado a norte da primeira fase do bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres. Este bairro camarário, composto por 12 blocos de 4 pisos, totaliza 288 fogos[16]. A sul da segunda fase do bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres, do outro lado da rua Diogo Botelho, e junto ao bairro de casas económicas das Condominhas foi construído, entre 1994 e 1998, o agrupamento de fogos das Condominhas. Este bairro é composto por 11 blocos de 5 pisos, embora a maior parte dos fogos tenham sido vendidos a custos controlados. No espaço entre o bairro da Pasteleira e o bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres foi desenvolvido, entre 1989 e 2001, o agrupamento habitacional da Pasteleira, desenhado por José Carlos Loureiro. Este bairro é composto por edifícios de habitação plurifamiliar de 4 pisos e bandas de casas unifamiliares de 2 pisos, num total de 350 fogos. Mais recentemente, entre 1999 e 2019, foram construídos 6 blocos de habitação com 78 fogos no terreno outrora ocupado pela Fábrica de Lanifícios de Lordelo. Este projecto de Manuel Correia Fernandes foi promovido pela cooperativa SACHE[17].

A concentração de habitação de promoção pública para as classes mais desfavorecidas[18], segundo modelos de blocos de habitação plurifamiliar, entra em contraste com as casas unifamiliares da alta burguesia localizadas a poente, a partir da proximidade com a avenida Marechal Gomes da Costa. Apesar disso, e das demolições efectuadas naquela área, permanecem algumas das situações de alojamento precário que existiam no pós-25 de Abril, constituindo vestígios de uma área semi-rural que está ainda em processo de urbanização.

16 Direcção dos Serviços de Obras, D. C. C., Câmara Municipal do Porto, "Grupo de moradias populares da mouteira – 2.ª fase: Urbanização", Setembro 1991, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/644218/, consultado a 28 Março 2021.

17 Providência, P., Baía, P. (ed.), *Manuel Correia Fernandes: 18 obras*, Porto: Circo de Ideias, 2021, pp. 148-151.

18 Com excepção dos edifícios promovidos por cooperativas.

9.2. OPERAÇÕES NA PERIFERIA SEMI-RURAL (periferia oriental)



↑ Planta com a identificação das operações SAAL na área oriental da periferia semi-rural: Op01 Maceda, Op05 Chaves de Oliveira, Op16 S. Roque, Op19 Contumil, Op27 Pêgo Negro, Op28 Tirares, Op33 S. Pedro-Azevedo. © Arquivo Municipal do Porto (imagem-base)

OP01
OPERAÇÃO SAAL DA MACEDA



↖ Fotografia do bairro do Acácio.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Alguns moradores do bairro do Acácio, por iniciativa individual e motivados pelas precárias condições habitacionais em que se encontravam, haviam elaborado requerimentos a solicitar casas nos bairros camarários ainda antes do 25 de Abril[1]. No entanto, por esta não ser uma área contemplada nos planos de salubrização, esta opção foi-lhes vedada[2]. Logo após o derrube do regime fascista, no dia 15 de Maio de 1974, os moradores manifestaram-se em frente à Câmara e entregaram um requerimento colectivo, que não obteve resposta. Foi também nessa data que se formou a Comissão de Moradores e em Julho estabeleceram-se os primeiros contactos com aqueles que viriam a ser alguns membros da brigada técnica do bairro da Maceda (Manuel Mendes, Marta Oliveira e Pedro Cabral). Os moradores enviaram uma exposição ao General Spínola, ao Secretário da Habitação e Urbanismo Nuno Portas, ao MFA e ao presidente da Câmara Municipal do Porto onde reivindicavam a instalação de água, saneamento e instalações sanitárias, acrescentando ainda que "os moradores do Bairro do Acácio estão dispostos a contribuir dentro das suas possibilidades, trabalhando na reconstrução das suas casas, e obras a fazer no bairro, para o que pedem subsídios, apoio material e técnico"[3]. Esta solicitação ia ao encontro daquilo que havia sido previsto e estipulado no despacho de criação do SAAL, onde se mencionava que se apoiariam "as iniciativas das populações mal-alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes"[4]. De facto, essa ideia já tinha sido sugerida por Nuno Teotónio Pereira no Colóquio de Urbanismo no Funchal[5], em 1969, e Nuno Portas defendia esta solução não só devido à falta de fundos estatais, mas também pelos contactos que já tinha estabelecido com algumas populações

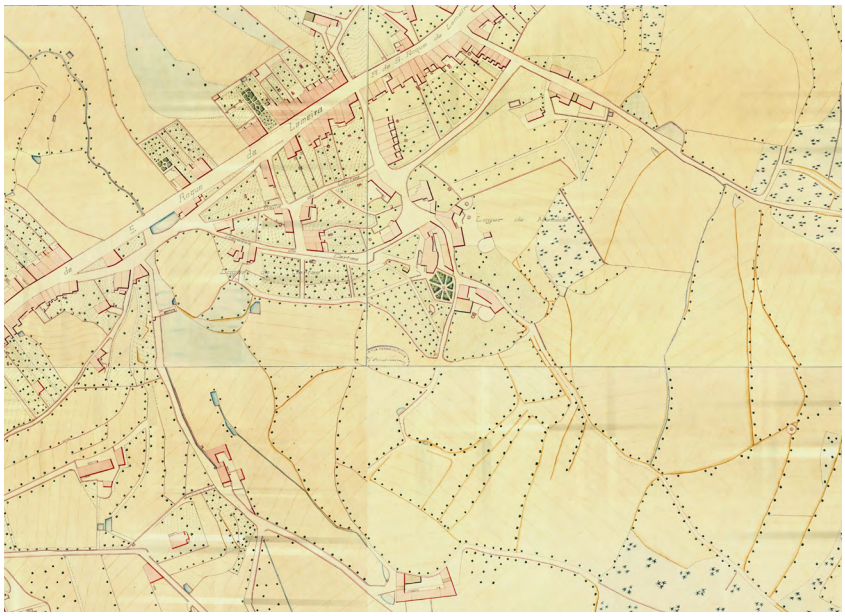
1 O processo relativo ao bairro do Acácio existia na Câmara do Porto desde 1955, onde se encontram intimidações da Câmara ao senhorio e requerimentos colectivos dos moradores. Cf. Brigada técnica do bairro da Maceda, "Reunião de trabalho com representantes das Comissões de Moradores, das Brigadas, do S.A.A.L. e arq. Nuno Portas – ESBAP, 25 de Janeiro de 1975, p. 1, documento consultado no arquivo pessoal de Pedro Cabral.

2 Acrescenta-se ainda que, após uma vistoria da Delegação de Saúde, lhes foi dito que "poderão ver as suas casas demolidas". Brigada técnica do bairro da Maceda, "Bairro do Acácio: declaração de utilidade pública: memória descritiva", s.d., p. 1, documento consultado no arquivo pessoal de Pedro Cabral.

3 Documento policopiado consultado na Fundação Marques da Silva.

4 Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, "Despacho", *Diário do Governo*, I série, n.º 182, 06/08/1974, p. 873-874.

5 Cf. Bandeirinha, José António, "Nuno Teotónio Pereira 1950-1970: Arquitectura como prática política", *Estudo Prévio: Revista do Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa,* 10, 2016, pp. 8-10.



↑ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área da Maceda.
© Arquivo Municipal do Porto



↗ Fotografia da travessa da Maceda com a entrada no bairro do Acácio, Agosto 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

antes do SAAL[6], entre as quais, porventura, os moradores do bairro do Acácio. Porém, num relatório da Brigada referente a uma reunião de trabalho decorrida na escola de Belas Artes, que contou com a presença do arquitecto Nuno Portas, afirma-se que no bairro do Acácio "se trata na grande maioria de pessoas de reduzidíssimas posses e sem possibilidades para fazerem «auto-construção»"[7].

O bairro do Acácio era uma antiga quinta, cujas casa e instalações agrícolas em pedra foram subdivididas e utilizadas para habitação, aproveitando-se uma parte do terreno para a construção de acrescentos de modo a obter maior capacidade de alojamento. No total, o conjunto correspondia a 52 habitações onde residiam 186 pessoas.

O carácter agrícola daquela área tem origens longínquas, existindo somente registos no final do século XVI que mencionam a aldeia de Maceda[8]. Assim terá permanecido por alguns séculos, visto na planta de Teles Ferreira de 1892 apenas estarem representadas as construções à face da travessa da Maceda (correspondentes à casa e instalações agrícolas) e aquilo que se supõe ser uma casa junto à eira. Terá sido já no início do século XX, com a industrialização da área oriental do Porto e consecutiva urbanização, que foram construídas as casas em tabique nas traseiras das construções em pedra à face da rua, bem como uma série de casas do tipo ilha no sentido de profundidade do terreno (realizadas em blocos de tijolo ou madeira) para a alojar o operariado[9]. Considerando um perímetro mais abrangente, a área de S. Roque da Lameira formava um lugar periférico relativamente à cidade, onde se situavam bairros de casas económicas e do Plano de Melhoramentos, indústrias e algumas explorações agrícolas, passando a verificar-se também casos de adaptações efectuadas para alojar os trabalhadores migrantes. Os terrenos que circundavam o bairro do Acácio mantiveram-se como campos de cultivo até ao pós-25 de Abril.

6 Nuno Portas *cit. in* "Urbanismo e Ordenamento do Território: Balanço dos anos 1970-2000" (entrevista à revista "Sociedade e Território", Fevereiro 2002) *in* Portas, Nuno, *Arquitectura(s): teoria e desenho, investigação e projecto*, Porto: Faup Publicações, 2005, p. 296.

7 Brigada técnica do bairro da Maceda, "Reunião de trabalho com representantes das Comissões de Moradores, das Brigadas, do S.A.A.L. e arq. Nuno Portas – ESBAP, 25 de Janeiro de 1975, p. 2, documento consultado no arquivo pessoal de Pedro Cabral.

8 Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 220.

9 A maior parte dos moradores do bairro do Acácio eram operários: em 74 homens, 53 eram operários de indústria têxtil e metalúrgica, e 66% das mulheres que trabalhavam fora de casa eram também operárias. Informação recolhida nos inquéritos elaborados pela Brigada, consultados no ADP.





← Ficha de levantamento fotográfico que retrata alguns problemas de salubridade do bairro do Acácio.
© Arquivo Pedro Cabral

→ Maqueta de páginas do jornal n.º 1 dos moradores do bairro do Acácio, Março 1975.
© Arquivo Pedro Cabral

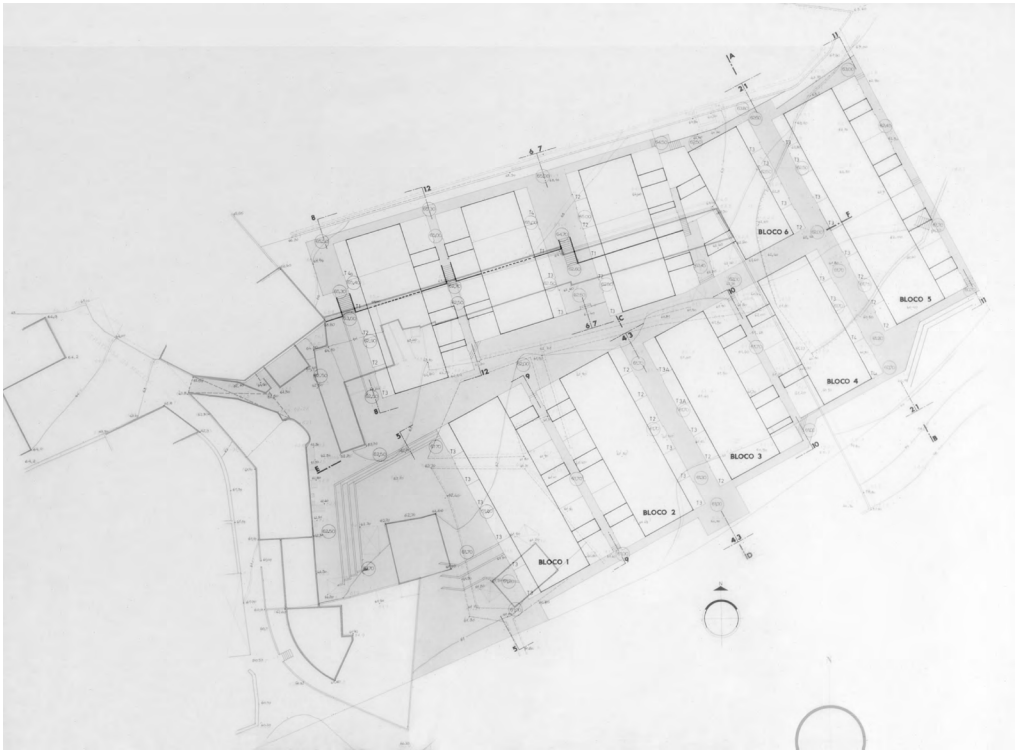
Em 1974, o bairro do Acácio encontrava-se hipotecado a um procurador, cabendo a este o papel de senhorio e a recolha das rendas. A maioria dos moradores não tinha instalação de água nas casas, servindo-se de uma torneira instalada num espaço central do bairro (serviço que era pago ao procurador) ou do fontanário público. Havia apenas um chuveiro para todo o bairro e as retretes colectivas estavam em tão mau estado que os moradores não as utilizavam, usando o espaço em redor a estas como um local de despejos. Estes aspectos, associados às reduzidas áreas habitacionais e ao estado de deterioração das casas, motivaram os moradores a elaborar um pedido de intervenção SAAL, que foi enviado a 27 de Agosto de 1974.

Manuel Mendes, Marta Oliveira, e Pedro Cabral, estudantes de arquitectura da ESBAP, estavam em contacto com os moradores do bairro do Acácio desde Julho de 1974, tendo convidado o arquitecto Alcino Soutinho para chefiar a brigada técnica. Entre o já vasto percurso profissional de Alcino Soutinho, destacava-se a experiência de trabalho na Federação das Caixas de Previdência entre início dos anos 1960 e 1971, onde elaborou projectos de conjuntos habitacionais para o norte do país[10].

Apesar de o trabalho da Brigada da operação da Maceda se ter iniciado a 15 de Outubro do mesmo ano, os estudantes já haviam realizado um inquérito aos moradores em meados de Agosto, o que permitiu um arranque mais célere de todo o processo. A unidade operacional cingiu-se ao perímetro do bairro do Acácio. A parte mais antiga e que correspondia aos volumes construídos em pedra à face da travessa da Maceda poderia ser recuperada, já que algumas casas estavam num estado de conservação razoável. Quanto às restantes construções, os problemas de humidade e de deterioração dos materiais não permitiam o seu aproveitamento.

O projecto elaborado propunha a demolição de uma parte do sector mais antigo do bairro para alargar a entrada, prevendo a manutenção da restante parte desse sector que seria recuperado e utilizado para a instalação de um equipamento colectivo, nomeadamente para a instalação da sede da Associação de

10 Em Matosinhos (Conjunto habitacional da Refinaria Angola, 1951), Alijó (Bairro da casa do povo em Favaios, 1958), Peso da Régua (Bairro da casa do povo em Moura Morta, 1961; Bairro da casa do povo de Vilarinho de Freires, 1965), Arcos de Valdevez (Bairro das caixas, 1962), Armamar (Bairro da casa do povo de Aldeia de Cima, 1968), Penalva do Castelo (Bairro da casa do povo em Esmolfe, 1969), Bragança (Bairro da previdência, 1972) e Mirandela (Bairro da casa do povo em Torre de Dona Chama, 1973). Cf. https://db.up.pt/fmi/webd/mapa_habitacao_db, consultado a 12 Janeiro 2021.



↗ Planta de implantação da operação SAAL da Maceda, sobreposta ao levantamento do bairro do Acácio. © Arquivo Alexandre Alves Costa

Moradores[11]. As restantes edificações seriam demolidas para a construção de casas novas duplex em banda, agrupadas em 9 blocos.

Organizados perpendicularmente aos limites laterais do terreno, as fachadas dos blocos de casas foram orientadas segundo a direcção nascente-poente, aproveitando assim uma boa exposição solar. O bloco localizado no limite nascente do terreno é mais comprido e funciona como remate do conjunto, enquanto os restantes são mais curtos e dispõem-se paralelamente em duas fiadas de modo a adaptarem-se melhor aos limites laterais do terreno, criando uma passagem central que atravessa todo o bairro. No espaço entre a fiada de blocos mais a sul e os edifícios à face da rua estava previsto um espaço exterior comum. Enquanto o terreno na fiada de blocos mais a sul é relativamente plano, na fiada de blocos mais a norte o desnível existente levou a que em 3 blocos existisse uma diferença de cotas considerável que geraria uma quebra volumétrica em cada um desses blocos. As duas plataformas seriam ligadas por intermédio de escadas.

Os blocos foram dispostos de modo a concentrar as entradas e as traseiras frente a frente, numa solução diferente à adoptada na operação SAAL das Antas, mas semelhante às bandas de casas unifamiliares da operação SAAL da Lapa, por exemplo. Existe uma distinção clara entre os arruamentos para os quais se voltam as entradas, que são mais largos, e os arruamentos das traseiras, que são bastante estreitos. Cria-se, deste modo, uma hierarquia dos espaços que se, por um lado, potencia o contacto entre vizinhos nos espaços de entrada das casas, por outro lado secundariza os acessos pelas traseiras. Apesar de os pátios das traseiras se organizarem frente a frente, a exiguidade do espaço entre eles, sobretudo com as transformações realizadas pelos moradores que, em grande parte, fecharam estes espaços, acaba por funcionar como barreira[12]. O desalinhamento dos blocos, com larguras distintas, gera percursos mais sinuosos, o que quebra uma

11 As casas à face da rua respeitantes ao terreno do bairro do Acácio foram, entretanto, demolidas. Era lá que, provisoriamente, estava instalada a sede, numa cave do número 107 da travessa da Maceda. Por não ter sido edificado nenhum equipamento, actualmente a sede está instalada numa das casas do bairro da Maceda.

12 Apesar disso, no bloco mais comprido a nascente, que serve de remate ao conjunto, a exiguidade do arruamento que separa o espaço dos pátios de tardoz e o muro limítrofe do terreno denota essas mesmas características.





possível regularidade e uniformidade dos espaços do bairro.

Avançou-se apenas com a construção de 6 blocos, num total de 33 fogos, por serem aqueles que se localizavam nos terrenos que estavam praticamente livres. Para tal, procedeu-se à demolição de três casas do bairro. Esta decisão foi difícil, visto duas famílias se mostrarem reticentes e não quererem sair. Contudo, a Associação de Moradores considerou que não se podia comprometer a operação por duas famílias e, após auscultar a disponibilidade de casas naquela área, optou-se pela construção de três casas pré-fabricadas de modo a alojar provisoriamente esses moradores, instalando-se também sanitários em módulos pré-fabricados para usufruto de todos. A fiada de blocos mais a norte ocuparia o espaço onde anteriormente estava implantada a banda de casas do tipo ilha e parte das casas em tabique, que só foi demolida alguns anos mais tarde. Em 2016 a Câmara do Porto anunciou a conclusão da obra relativa aos restantes 3 blocos (correspondentes a 14 habitações) sob coordenação da arquitecta Andrea Soutinho, filha de Alcino Soutinho, e as obras estão neste momento em curso[13].

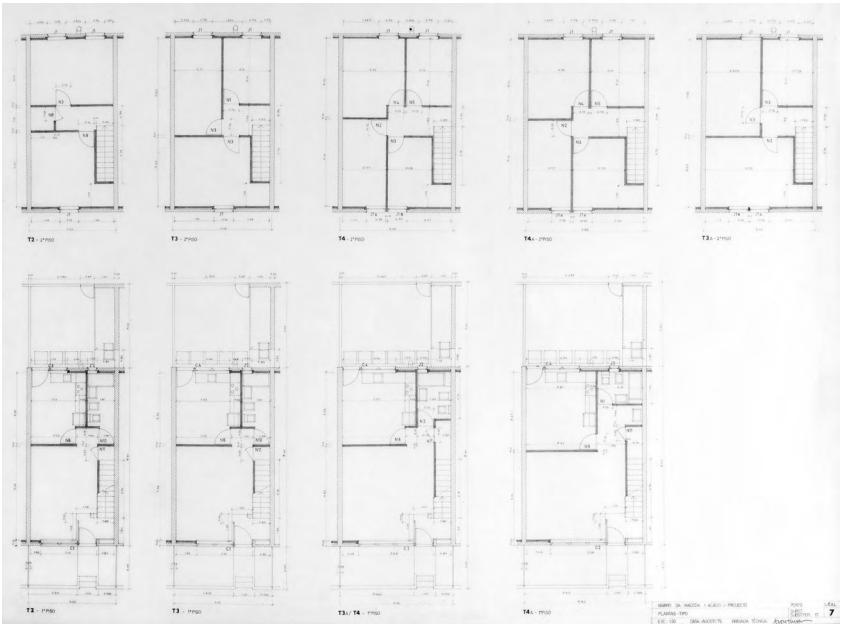
Quanto aos blocos construídos, todos os fogos têm a mesma profundidade de 8,40 metros, aos quais se somam 2 metros do pátio de entrada e 4 metros do pátio no espaço de tardoz, perfazendo um total de 14,40 metros de profundidade. No pátio de tardoz existe um espaço coberto para secagem da roupa, que na maioria dos casos foi prolongado e fechado pelos habitantes com o passar dos anos. Apesar de aparentarem ter uma métrica regular, as larguras dos fogos variam de acordo com o número de quartos. Assim sendo, os fogos T2 têm 4,25 metros de largura, os fogos T3 têm 4,75 metros, os fogos T3A e T4 têm 5,40 metros e os fogos T4A têm 5,85 metros[14]. As variações T3A e T4A prendem-se com a largura, o que permite que os espaços da sala, da cozinha e dos quartos no piso de cima tenham uma área superior. Ainda que existam estas variações, todos os fogos se organizam de igual forma, com a escada de um lanço encostada à parede de meação do lado direito de quem entra, a sala rebaixada um degrau em relação à cota da rua e voltada para a fachada anterior, e a cozinha e o quarto-de-banho orientados para a fachada posterior, acedendo-se ao pátio através da cozinha. No piso superior, os quartos estão orientados para ambas as fachadas e são acessíveis por um átrio.

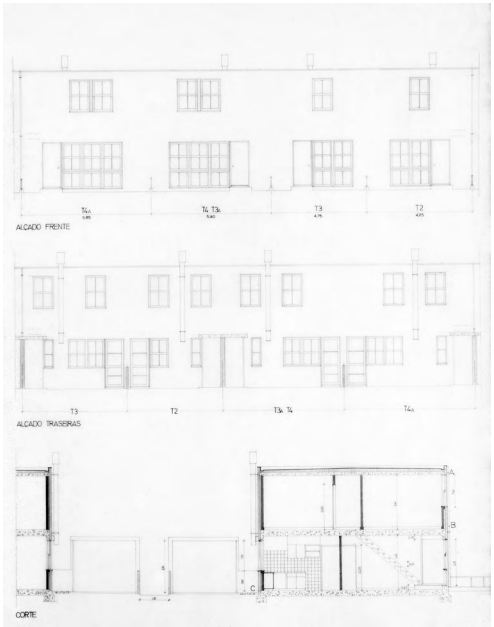
← Fotografia das casas pré-fabricadas instaladas para alojar provisoriamente três agregados familiares do bairro do Acácio.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

→ Fotografia aérea do bairro da Maceda, ainda em fase de construção. Apenas se tinham demolido algumas construções do bairro do Acácio e vêem-se as casas pré-fabricadas, em baixo.
© Arquivo Aexandre Alves Costa

13 Nessas obras, prevê-se ainda o arranjo do espaço exterior e um espaço de loja. Cf. Abel Coentrão, "Segunda fase do projecto SAAL no Bairro da Maceda vai avançar", 21 Abril 2016, disponível em: https://www.publico.pt/2016/04/21/local/noticia/segunda-fase-do-projecto-saal-no-bairro-da-maceda-vai-avancar-1729661 e Patrícia Carvalho, "Obras no Bairro da Maceda avançam em 2017", 22 Novembro 2016, disponível em: https://www.publico.pt/2016/11/22/local/noticia/obras-no-bairro-da-maceda-no-porto-avancam-em-2017-1752163, consultados a 7 de Janeiro de 2021. Contudo, os moradores do bairro da Maceda referem que, apesar de ter havido diálogo entre estes e a Câmara no início desta nova fase, desde que se iniciaram as obras não lhes foi dado qualquer esclarecimento sobre os destinatários das casas e o processo em curso.

14 Os desenhos com o interior dos fogos apenas foram elaborados para os fogos T2, T3, T3A, T4 e T4A. Porém, também estavam previstos fogos T1 nos três blocos relativos à segunda fase, no lado noroeste.





← Plantas dos módulos-tipo dos fogos, Agosto 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

→ Cortes e alçados dos blocos.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Relativamente aos alçados, no espaço de tardoz as aberturas são semelhantes em quase todos os fogos, variando apenas a sua distribuição devido à largura dos fogos. No piso térreo, a cozinha tem duas janelas de guilhotina de dois módulos e uma porta, todos agrupados lado a lado como que tratando-se de uma unidade. A única excepção acontece nos fogos T2, em que a cozinha tem apenas uma janela de guilhotina e a porta. A janela dos quartos-de-banho é da mesma altura das janelas da cozinha, mas tem apenas um módulo. No piso superior, as janelas dos quartos surgem espaçadamente e, embora tenham também dois módulos, são maiores que as da cozinha em altura e largura. Os tubos de ventilação são assumidos na fachada, surgindo entre a janela da cozinha e do quarto-de-banho e subindo entre as janelas dos quartos. Nos alçados anteriores, as aberturas surgem sempre agrupadas, no piso térreo com a porta de entrada e duas ou três portas no espaço da sala, consoante a largura dos fogos, e no primeiro piso com duas janelas de guilhotina também agrupadas nos casos dos fogos T3A, T4 e T4A, ou só uma no caso dos fogos T2 ou T3.

Nas reuniões realizadas entre a Brigada e os moradores abordaram-se aspectos sobre os tipos a adoptar. Ponderou-se se a entrada das casas deveria ser feita apenas a partir do alçado anterior, ou se também poderia fazer-se a partir do alçado posterior[15]. Os moradores preferiram a distinção entre os espaços da cozinha e da sala, pois, embora achassem a proposta de ligação entre ambos interessante, queriam que a cozinha fosse o espaço de trabalho e de refeições e que a sala funcionasse como espaço de estar. Discutiu-se ainda sobre quais seriam os materiais de revestimento a utilizar nas diversas divisões da casa e, apesar de se ter equacionado a hipótese de as casas serem todas iguais, os moradores optaram por poder fazer essas escolhas individualmente, rejeitando uma uniformidade que associavam aos bairros camarários.[16]

Inicialmente, os blocos foram construídos com cobertura plana. Porém, e motivado por eventuais problemas construtivos, fizeram-se adaptações para a colocação de uma cobertura inclinada em chapa, o que levou a que se tenham subido os planos nos topos dos blocos de modo a ocultar a cobertura[17]. A leitura "moderna" do bairro foi assim preservada, num projecto que se apresenta bastan-

15 Brigada técnica do bairro da Maceda, "Relatório da Brigada Técnica do Bairro da Maceda: Abril 1975", 6 Maio 1975, documento consultado no ADP.

16 Brigada técnica do bairro da Maceda, "Relatório da Brigada Técnica do Bairro da Maceda: Outubro 1975", Novembro 1975, documento consultado no ADP.

17 Verifica-se que o mesmo tipo de solução está a ser utilizado nos blocos da segunda fase que estão em construção neste momento.





← Fotografia do alçado de tardoz dos blocos, Setembro 1979.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

→ Fotografia do alçado frontal dos blocos e de um arruamento, Setembro 1979.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

te racional devido à abstracção dos volumes (já que estes volumes são paralelepípedos simples, sem artifícios ou elementos figurativos), vendo essa racionalidade contrariada apenas pelos desfasamentos nos alinhamentos dos blocos. As transformações realizadas pelos habitantes com o passar dos anos, que rapidamente apropriaram os espaços de pátio de acordo com as suas necessidades particulares e individualizaram as fachadas das casas, denotam também a fuga a uma certa rigidez ou uniformidade que pudessem interpretar no projecto inicial.

Porém, reconhece-se nos variados tipos de documentos elaborados pela Brigada que esta opção de projecto não era consensual. Em causa estava a avaliação feita pelos estudantes de arquitectura membros da Brigada, que se interrogavam sobre a adequação deste modelo de implantação tendo em conta as práticas e as formas de espacialização daquela comunidade. A proposta de casas unifamiliares em banda com pátios privados, que urbanizou o terreno outrora agrícola, não promoveu a organização em torno a um espaço central como existia antes. Igualmente, no terreiro que serve como espaço de convívio preferencial, e que está localizado em frente ao primeiro bloco de casas, não se potenciaram algumas das actividades colectivas que se desenvolviam anteriormente nesse espaço central do bairro, como a lavagem e secagem de roupa, a reparação de bicicletas e a realização de trabalhos caseiros. Ainda assim, e respondendo a algumas críticas formuladas por Margarida Coelho e um morador do bairro numa reunião de discussão sobre a proposta, Alcino Soutinho menciona que todos esses aspectos foram ponderados, e que se considerou preferível instalar os tanques de lavagem em cada uma das casas por uma questão de comodidade, referindo que os encontros entre moradores passariam a fazer-se nos arruamentos e espaços de alargamento do bairro, utilizando-se o espaço do terreiro, que é bastante amplo, para as crianças brincarem e para a realização de outras actividades[18]. Refere ainda que no espaço do terreiro se previa a colocação de árvores e bancos, o que favoreceria a sua utilização caso tivessem sido concretizados[19]. Alcino Soutinho também não considera que as subdivisões dos espaços de logradouro privados fossem castradoras de um diálogo entre vizinhos, visto os muros serem baixos e permitirem esse contacto.

Tomando em consideração aquilo que foi a participação dos moradores nas discussões sobre a organização do bairro, e ainda que neste caso as reuniões realizadas tenham tido um carácter mais informativo do que de discussão, alguns moradores prefeririam que a individualização das casas fosse ainda mais evidente:

18 [Conversa entre Margarida Coelho, Alcino Soutinho, Manuel Teixeira e moradores do bairro da Maceda], s.d., pp. 7.7-7.8, documento consultado na FIMS.

19 O espaço do terreiro nunca foi intervencionado – havendo a expectativa de que o seja nesta nova fase de construção em curso – o que não ajuda para uma leitura da sua eficácia enquanto espaço comum.



← Fotografia de um arruamento do lado de tardoz dos blocos, Setembro 1979.
© Arquivo Alexandre Alves Costa







→ Fotografias de espaços comuns do bairro do Acácio, antes da intervenção, [Agosto 1975].
© Arquivo Alexandre Alves Costa

"Eu ainda adiantava mais, eu para mim acho que é o ideal, para mim era um bocado mais tendencioso, mas isso ia ficar muito caro, ia custar mais, era casas mesmo isoladas, mas isso precisa de mais terreno (...)"[20]

Outros moradores não eram dessa opinião:

"Eu não acho bem, nós todos precisamos uns dos outros. Se há um vizinho que precisa de outro, eu acho que um vizinho deve ajudar o outro vizinho (...)"[21]

Esta última posição assemelhava-se àquilo que Margarida Coelho defendeu na reunião, referindo que apesar de ser "sempre difícil viver em conjunto com outras pessoas", considera positivo que se tentem resolver os problemas e superar as dificuldades em conjunto, insistindo na necessidade de convívio entre os moradores e de "encontrar factores externos à casa, um local comum onde se encontrem"[22].

Aquilo que se depreende a partir desta intervenção para o bairro da Maceda é que não existe uma relação tão directa entre o espaço pré-existente e o novo bairro, como acontece por exemplo nas operações do Leal ou de S. Vítor, ainda que nestes casos se trate de reinterpretações que comportam uma transformação substancial na organização dos espaços e na sua integração no tecido urbano circundante. No caso da Maceda, algumas reflexões incidem sobre este tópico:

"A experiência da intervenção no bairro põe-nos a nós também grandes responsabilidades. Até que ponto nos apercebemos dos aspectos positivos da vida em comum, dos laços que se estabeleceram no bairro entre os moradores, e a partir daí soubemos elaborar uma proposta que contivesse esses aspectos positivos e melhorasse de um modo geral as condições de vida, renovando o bairro[?]."[23]

20 Vital *cit. in.* [Conversa entre Margarida Coelho, Alcino Soutinho, Manuel Teixeira e moradores do bairro da Maceda], s.d., p. 7.3, documento consultado na FIMS.

21 António Belmiro *cit. in.* [Conversa entre Margarida Coelho, Alcino Soutinho, Manuel Teixeira e moradores do bairro da Maceda], s.d., p. 7.4, documento consultado na FIMS.

22 Margarida Coelho *cit. in.* [Conversa entre Margarida Coelho, Alcino Soutinho, Manuel Teixeira e moradores do bairro da Maceda], s.d., pp. 7.2, 7.4, documento consultado na FIMS.

23 Brigada técnica do bairro da Maceda, [texto elaborado para apresentação no Encontro SAAL/Norte], Julho 1975, p. 3, documento consultado na FIMS.





← Planta de implantação do bairro da Maceda.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

→ Fotografia dos blocos do bairro da Maceda, Setembro 1979.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

As dúvidas manifestadas pela Brigada neste texto elaborado para o Encontro SAAL/Norte, organizado em Julho de 1975, prendem-se também com o facto de a operação da Maceda se ter restringido aos limites do terreno do bairro do Acácio, não incluindo outros núcleos vizinhos com problemas habitacionais semelhantes nem o contexto imediato:

"A própria operação no bairro foi prejudicada por não se ter avançado num ponto de vista global. A primeira necessidade que os moradores sentiram após o 25 de Abril, foi quebrar o isolamento em que viviam, foi importante a visita de pessoas de fora do bairro e a divulgação das condições de vida nos jornais, assim como a publicação de um jornal de bairro (publicação suspensa). A questão põe-se neste momento: a solução que foi encontrada está na linha dessa abertura ou não. Permite que haja, conjuntamente com os moradores das ilhas vizinhas uma apropriação dos espaços que rodeiam o bairro, a travessa da Maceda, o largo à entrada, que haja na vida das pessoas um sentido colectivo?"[24]

Os moradores do bairro do Acácio foram os primeiros a mobilizar-se na periferia oriental da cidade e, durante algum tempo, esta operação trabalhou de forma isolada. Entretanto surgiram outras comissões de moradores, tendo-se formalizado as associações de moradores de Chaves de Oliveira, da Arada e de Contumil. Embora a operação de Chaves de Oliveira também seja pequena e tenha o mesmo problema, nos restantes casos as unidades operacionais abrangem uma área consideravelmente maior, tal como se verificou nas operações respeitantes ao anel de expansão urbana dos séculos XVIII e XIX que foram iniciadas numa fase mais tardia. Algumas ilhas existentes na travessa da Maceda também elaboraram pedidos de intervenção SAAL, e alguns elementos do sector de apoio a planeamento e projectos do SAAL/Norte eram da opinião que a operação da Maceda deveria ser reformulada de modo a incluí-las, formando uma área de intervenção mais vasta que englobasse outros casos de habitações degradadas[25]. Contudo, os moradores não se mostraram interessados nesta reformulação[26] e os limites da operação mantiveram-se iguais (ao contrário do que aconteceu na operação da Bela Vista), discutindo-se a sua inclusão na área de intervenção da Zona de S. Roque de modo a "contribuir activamente para a elaboração de uma perspectiva geral de zona"[27].

24 Idem, p. 4.

25 Num documento sobre a operação da Maceda, Fernanda Alcântara e Manuel Teixeira são bastante críticos em relação à unidade operacional inicialmente definida, propondo um recomeço, o que acarretaria um atraso de dois ou três meses. Cf. [Processo de análise da operação Maceda], 14 Julho 1975, documento consultado no ADP.

26 Os moradores do bairro do Acácio referem: "Eles troçavam de nós, agora chegamos ao ponto [a] que chegamos, que de facto as coisas estão encaminhadas – ai Jesus que também quero! – Todos tem [sic] necessidade e até está bem que agora as comissões se devem organizar e espalhar-se. Mas sem prejudicar aqueles que andam há um ano e tal na sua luta. E aqueles que foram contra nós, que lutaram contra nós (...) Queriamos [sic] elementos para trabalhar na comissão, entrava um, trabalhava um mês ou dois, desaparecia. E agora, depois de ter o tachinho pronto em cima, todos querem comer.". Moradores do bairro do Acácio *cit. in* Brigada técnica do bairro da Maceda, [texto elaborado para apresentação no Encontro SAAL/Norte], Julho 1975, p. 3, documento consultado na FIMS.

27 Brigada técnica do bairro da Maceda, [texto elaborado para apresentação no Encontro SAAL/Norte], Julho 1975, p. 4, documento consultado na FIMS.





↗ Fotografias de jornais de parede no bairro do Acácio, [Agosto 1975].
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Mas constatava-se a existência de alguns problemas internos no seio da Brigada. Aquilo que se pode depreender a partir dos registos consultados é que existiam duas posições: a de Alcino Soutinho, chefe da Brigada, que em Abril de 1975 era acusado pelos moradores de não comparecer nas reuniões da Comissão de Moradores, acusação que este rebatia com o argumento de que naquele momento o trabalho da Brigada deveria ser desenvolvido em escritório e que a comparência nas reuniões deveria acontecer apenas quando necessário; e a dos restantes membros da Brigada, que defendiam a "necessidade de conhecimento da situação concreta do bairro e dos problemas dos moradores, de ligação à luta dos moradores, o acompanhamento das reuniões da comissão mesmo que (aparentemente) não tenham a ver directamente com o trabalho de projecto"[28]. Esses membros mais jovens da Brigada consideravam que a intervenção arquitectónica de transformação do bairro deveria conter "as características de muitas das lutas de moradores e trabalhadores após o 25 de Abril, não só pela melhoria das condições de vida, mas pela transformação radical dessas condições", o que implicaria que no processo "não houvesse um domínio do técnico sobre as pessoas" e "se estabelecessem relações diferentes entre os técnicos e os moradores"[29].

O processo avançou, com o início das obras de construção das 33 casas da primeira fase sob a responsabilidade, primeiramente, da COPREFA (uma cooperativa formada por trabalhadores desempregados), continuada por alguns trabalhadores da COPREFA e concluída pelo empreiteiro Guilherme Moreira Fernandes. A operação foi viabilizada pela aceitação de uma variante à via proposta pelo Plano Director de 1962 e que estava a ser estudada no final de 1974, que passaria rasante ao bairro do Acácio. A nova via, formada pelas ruas Emílio Biel e Nossa Senhora do Calvário, que prolonga a rua das Escolas, foi desviada um pouco mais para sul de modo a compatibilizar as duas intervenções.

Actualmente, tal como mencionado, encontram-se em curso as obras de construção do projecto respeitante à segunda fase.

28 Marta Oliveira *cit. in* Brigada técnica do bairro da Maceda, "Relatório mensal da Brigada", Março 1975, p. 5, consultado na FIMS.

29 Brigada técnica do bairro da Maceda, [texto elaborado para apresentação no Encontro SAAL/Norte], Julho 1975, p. 3, documento consultado na FIMS.

OP05
OPERAÇÃO SAAL DE CHAVES DE OLIVEIRA



↖ Fotografia da manifestação dos moradores das casas "subalugadas", ilhas e bairros camarários, pelo direito à habitação, na qual participaram os moradores de Chaves de Oliveira, 30 Novembro 1974.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

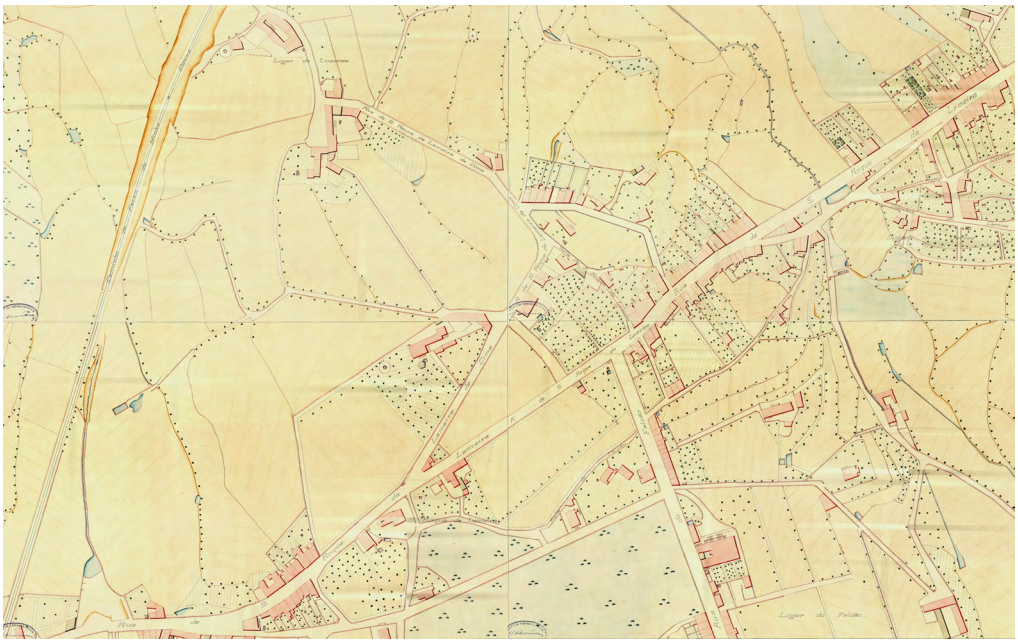
Os primeiros moradores da operação SAAL de Chaves de Oliveira a mobilizarem-se residiam no bairro do Araújo, um bairro que outrora havia sido uma quinta murada com uma casa de lavoura onde em cima viviam os donos e em baixo os animais e os moços, e que no século XX foi adaptada para alojar migrantes rurais que vieram trabalhar para a cidade. O terreno ocupava um lote aproximadamente triangular delimitado pela rua, pela calçada e pela travessa de Chaves de Oliveira, junto à rua de S. Roque da Lameira. Nas dependências da casa habitavam 5 famílias. Foram também construídos anexos à casa, o que permitiu alojar outras 10 famílias, estando os anexos separados por pequenos caminhos que eram utilizados para lavar e estender a roupa[1]. Nos espaços livres de maiores dimensões cultivava-se batata, milho e vinha. Do lado norte da travessa de Chaves de Oliveira, um núcleo com 9 famílias uniu-se aos moradores do primeiro sector de modo a formar uma comissão de moradores. Estes residiam em casas do tipo ilha com entrada a partir de um pátio comum, havendo ainda três casas de características urbanas à face da rua com entrada independente. Tanto no primeiro como no segundo sectores, a maioria dos habitantes eram operários ou ex-operários reformados[2] e cerca de 20% dos moradores eram analfabetos.

O lugar da Lameira já era uma aldeia populosa da freguesia de Campanhã no final do século XVI[3]. Não se encontram referências quanto ao surgimento do topónimo Chaves de Oliveira e na planta de Teles Ferreira de 1892 a rua de Chaves de Oliveira era ainda denominada de rua de S. Roque da Lameira de Cima. Embora a rua de S. Roque da Lameira estivesse bastante urbanizada em 1974 – ainda que fosse claramente suburbana no troço a partir do edifício do matadouro

1 Nos documentos consultados presume-se que o número total de agregados familiares alojados no primeiro sector fosse 15, dado que é esse o número de casas propostas e construídas no âmbito do SAAL. Contudo, na planta de levantamento do bairro do Araújo verifica-se a existência de 16 casas e na entrevista realizada a Manuel Lessa este refere que aqui habitavam 14 famílias. Cf. Brigada de Chaves de Oliveira, "SAAL – Bairro de Chaves de Oliveira: Levantamento – plantas", Janeiro 1975; Manuel Lessa, Entrevista realizada a 19 Setembro 2014.

2 O primeiro sector compreendia 47 pessoas: 9 operários, 4 mulheres a dias, 2 padeiras, 4 empregados de serviços, 9 reformados (mulheres anteriormente operárias em indústria têxtil e um ex-PSP), 4 desempregados, 2 inscritos no serviço militar e 13 crianças. No segundo sector, com 26 pessoas, habitavam 11 operários, 4 empregados de serviços, um varredor, 4 reformados e 6 crianças. Cf. Brigada de Chaves de Oliveira, "Visão crítica do trabalho", [texto apresentado no Encontro SAAL/Norte], Julho 1975, pp. 2-3, documento consultado no ADP.

3 Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 304.



↗ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área de Chaves de Oliveira.
© Arquivo Municipal do Porto

– esta era uma área predominantemente agrícola. Os terrenos em redor correspondiam, em grande parte, a campos cultivados e só mais tarde, com a instalação do mercado abastecedor e consequente urbanização, bem como com a progressiva concentração de trabalhadores das indústrias localizadas no lado oriental da cidade do Porto, é que se verificou uma transformação substancial desta área.

Os moradores elaboraram o pedido de intervenção do SAAL em Setembro de 1974. Para além da sobreocupação das células habitacionais, estavam em causa problemas relacionados com a pouca qualidade das construções e a sua progressiva degradação, a utilização de instalações sanitárias comuns em número insuficiente para a quantidade de habitantes, bem como situações de insalubridade devido à existência de ratos. A Brigada, constituída por um grupo de estudantes de arquitectura, convidou Manuel Lessa para chefiar a Brigada, um arquitecto bastante jovem, com 26 anos, que havia concluído o curso no ano lectivo de 1973/74. Parte da sua experiência provinha da participação no MOJAF (Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna), um movimento coordenado por António Teixeira de Sousa, padre na altura, que havia sido criado em Coimbra em 1963 e continuado em S. Mamede de Infesta e que consistiu na construção de casas para pessoas pobres, assim como noutras formas de intervenção na sociedade[4]. Manuel Lessa participou, entre 1964 e 1965, na construção de casas em S. Mamede de Infesta, um projecto que resultava da solidariedade entre várias pessoas que se voluntariavam para apoiar a edificação de casas nos fins-de-semana segundo desenhos tipificados, num projecto de auto-construção que envolvia a comunidade[5]. Os restantes elementos da Brigada eram os estudantes de arquitectura António Tentúgal Valente, Maria Eduarda Fernandes, Maria João Freitas e Maria Emília Dias Gomes (esta última apenas integrou a Brigada numa fase inicial), a desenhadora Maria do Rosário Alves (que integrou a Brigada entre Março e Julho de 1975) e o engenheiro Joaquim Figueiras (que fez parte da Brigada entre Setembro e Dezembro de 1975).

A Brigada foi constituída em Novembro de 1974, e a fase inicial do trabalho passou pela elaboração de inquéritos e desenhos de levantamento do bairro do Araújo. Embora a construção principal fosse em pedra, nos documentos consultados não se encontrou

4 Cf. Lima, João Torres, *MOJAF – Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna (1963-1970)*, Porto: Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FLUP, 2012.

5 Cf. Noticiário nacional de 1965, "Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna em São Mamede de Infesta", 15 Fevereiro 1965, disponível em: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/movimento-juvenil-de-ajuda-fraterna-em-sao-mamede-de-infesta/, consultado a 15 Janeiro 2021.









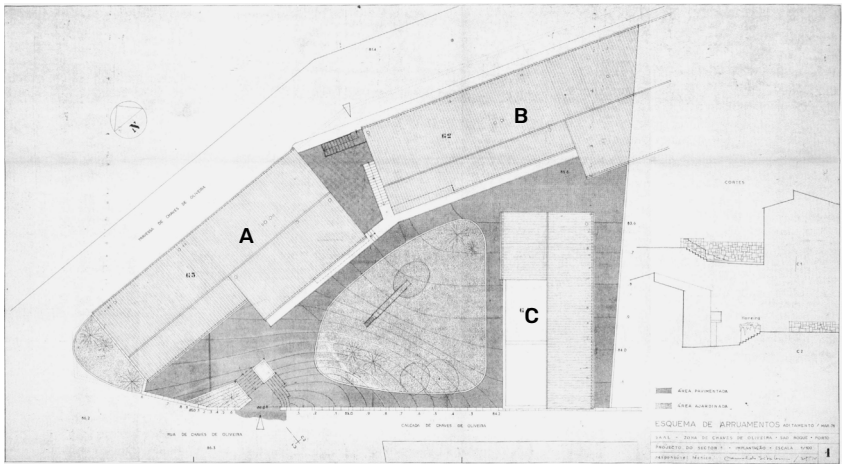


↖ Planta com a localização da implantação das construções pré-fabricadas.
© Arquivo Distrital do Porto

↑ Fotografias das casas pré-fabricadas instaladas para alojar temporariamente os moradores de Chaves de Oliveira.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

qualquer evidência de que a Brigada tivesse intenção de recuperá-la, bem como de recuperar os anexos existentes. Um dos motivos poderia estar relacionado com o seu posicionamento num espaço central do terreno, que seria difícil compatibilizar com uma nova disposição que acondicionasse de modo confortável todos os agregados familiares residentes neste sector. Deste modo, e pela necessidade de retirar todos os moradores para se proceder às demolições no terreno, foram instaladas construções pré-fabricadas num terreno vizinho pertencente à Junta Nacional das Frutas como forma de alojamento temporário. Ponderaram-se outras opções, como a instalação em casas vagas existentes naquela área (que não estavam, contudo, em condições de ser habitadas) e o alojamento dos moradores num edifício da Confidente (alternativa rejeitada pela morosidade do processo burocrático que poderia viabilizar esta solução). Para além das casas pré-fabricadas para os moradores, que incluíam módulos de sanitários e chuveiros colectivos e uma área para lavagem e secagem de roupa, instalou-se também um módulo para albergar a sede da Associação de Moradores[6]. A organização dos módulos pré-fabricados funcionaria, de acordo com os objectivos da Brigada, como fase de transição para as casas novas, procurando manter-se a unidade de vizinhança e melhorá-la, se possível, já que os conflitos existentes entre os moradores derivavam da exiguidade das células habitacionais e dos espaços partilhados. Neste sentido, pretendia exponenciar-se a relação entre os moradores através da demarcação das áreas comuns – colocando a sala de reuniões no topo do conjunto e cobrindo a área de acesso às infra-estruturas de apoio – como que fazendo um pedaço de cidade. Os moradores transitaram para as construções pré-fabricadas em meados de Novembro de 1975, possibilitando que as obras de demolição se iniciassem em Dezembro de 1975.

6 Anteriormente a sede estava instalada numa casa ocupada pelos moradores na rua de S. Roque da Lameira com o número 14, cujo espaço interior se encontrava em ruínas.



← Planta de implantação do primeiro sector da operação SAAL de Chaves de Oliveira com identificação dos volumes A, B e C, Março 1976.
© Arquivo Distrital do Porto



→ Planta de implantação do primeiro sector da operação SAAL de Chaves de Oliveira, sobreposta ao levantamento do bairro do Araújo, Abril 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

Para a proposta do primeiro sector, Manuel Lessa optou por uma construção periférica de modo a libertar o espaço central do bairro e fechar o contorno no lado norte, privilegiando, assim, a insolação das casas a sul. No entanto, como pretendia que o bairro fosse mais permeável, fragmentou o conjunto em três volumes para poder criar atravessamentos entre eles. Como tal, dois volumes são implantados à face da travessa de Chaves de Oliveira, sendo que o volume a nascente (B) faz empena com o edifício seguinte à face da rua, enquanto o topo do volume a poente (A) faz a esquina entre a rua e a travessa de Chaves de Oliveira. Estes dois volumes estão separados por uma passagem que permite a ligação do conjunto ao segundo sector, do outro lado da travessa, já que a entrada nas casas é sempre feita no lado sul, a partir do espaço central. O terceiro volume (C) é perpendicular à calçada Chaves de Oliveira, não se encostando ao limite do terreno de modo a permitir a abertura de vãos na fachada de tardoz. A cota de implantação do conjunto é relativamente estável, tendo sido fixada a partir do ponto de contacto com a travessa Chaves de Oliveira e ficando a uma cota mais baixa relativamente à rua Chaves de Oliveira. Assim sendo, verifica-se que se preserva a leitura de um conjunto murado, tanto na relação com a rua, como no embasamento em pedra dos dois volumes a norte, que se lê do lado da travessa. Esse embasamento foi construído com as pedras do muro e das casas pré-existentes[7]. No local mais alto do embasamento é reservado um espaço para armazém, que actualmente funciona como sede da Associação de Moradores.

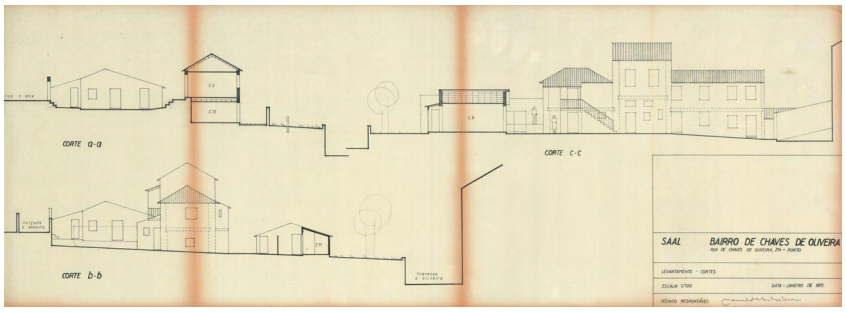
Os volumes são bastante recortados, procurando correspondências com a volumetria da casa de lavoura pré-existente, tal como mencionado por Manuel Lessa[8]. Mas essas variações também se devem à complexidade do conjunto no que diz respeito aos tipos de casas e sistemas de distribuição adoptados. No novo conjunto verificam-se casos de acesso directo e de acesso por galeria, há fogos de um só piso e fogos duplex, e em duas casas adoptou-se um modelo evolutivo, construindo dois terraços que permitiriam uma expansão futura da casa pelos seus habitantes. Contrariamente à estratégia seguida noutras operações SAAL, em Chaves de Oliveira não houve a concepção de fogos-tipo que seriam repetidos, nem de uma estrutura-base que teria variações consoante o número de quartos necessário.

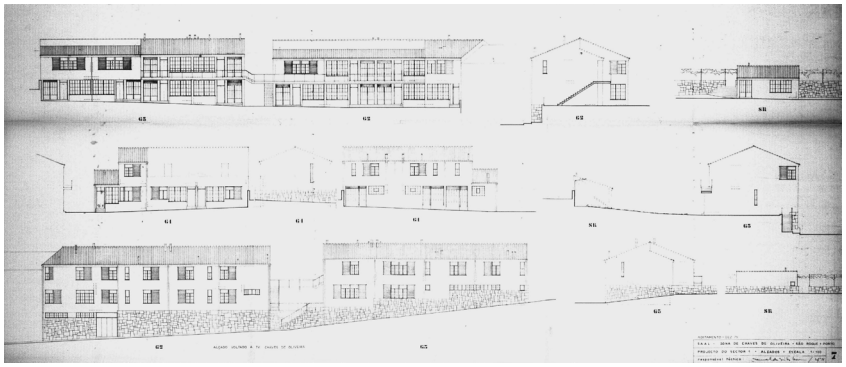
Deste modo, no bloco A, os fogos menos profundos a poente são T3 duplex, entrando-se no piso térreo para a sala, com a cozinha e o quarto-de-banho de serviço ao fundo voltados a norte. A escada, encostada a uma das paredes laterais, dá acesso ao piso superior com dois quartos voltados a sul e um quarto e o quarto-de-banho completo voltados a norte. A área de lavagem foi colocada numa pequena divisão com acesso a partir do exterior, junto à entrada. Nos dois módulos do lado nascente foram colocados dois fogos T2 em cada piso. Nestes casos, a partir da entrada tem-se de um lado a sala e do outro a cozinha, com o espaço de lavagem anexado

7 Manuel Lessa, Entrevista realizada a 19 Setembro 2014.

8 "(…) de facto, eu gostava imenso deste jogo volumétrico, que de alguma maneira se tentou manter." Manuel Lessa *cit. in* Idem.







↖ Fotografia da casa de lavoura do bairro do Araújo.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

↑ Alçados de levantamento do bairro do Araújo, Janeiro 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

↓ Alçados da proposta da operação SAAL de Chaves de Oliveira para o primeiro sector, Dezembro 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

à cozinha junto à fachada sul. O quarto-de--banho é disposto numa posição central e os dois quartos estão ao fundo, voltados para a fachada norte. Os fogos situados nos topos do volume beneficiam de mais aberturas: no caso do fogo T3 duplex, a poente, existe uma janela vertical ao cimo da escada, e no caso do fogo T2 do piso térreo existe uma abertura num espaço de arrumos que, por ter uma dimensão ligeiramente superior e uma janela, poderia funcionar como espaço de trabalho.

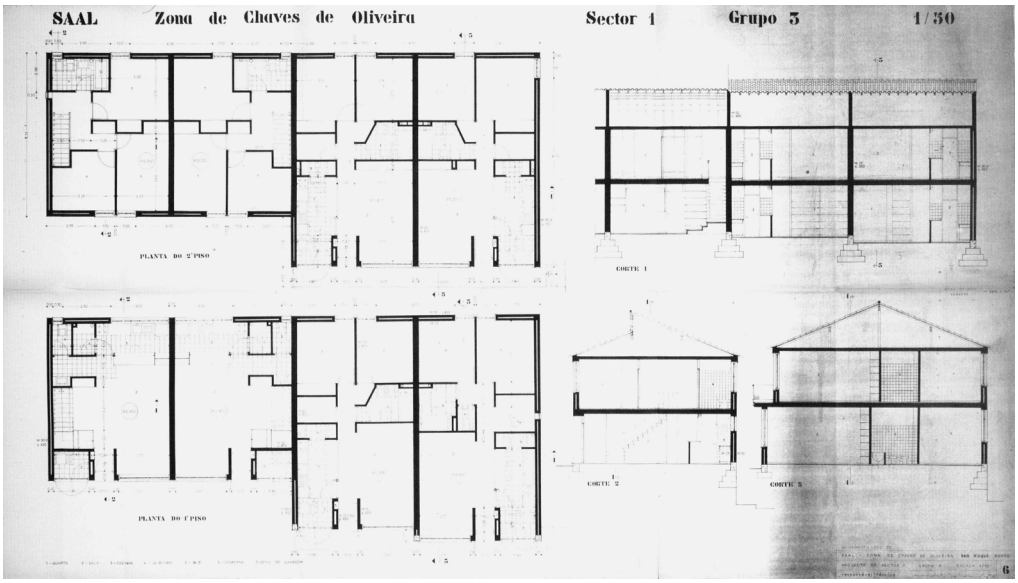
No bloco B, a nascente, os dois fogos nos topos são duplex e os fogos dos dois módulos centrais têm apenas um piso. O fogo que é contíguo ao lote seguinte da travessa de Chaves de Oliveira é T4 duplex, aproveitando a direcção enviesada da parede de meação para incluir um quarto no piso térreo com um vão no alçado voltado a norte. O corredor de entrada dá acesso à sala e à escada encostada à parede enviesada, estando a cozinha e o quarto ao fundo, e um quarto-de-banho de serviço e uma despensa no espaço central. No piso superior, o quarto-de-banho completo tem acesso a partir do átrio central, que distribui para dois quartos no alçado voltado a sul e um quarto no alçado voltado a norte. O fogo duplex a poente é T2, funcionando de modo semelhante aos fogos T3 duplex do bloco A, mas contendo menos um quarto no piso superior e os espaços de despensa e quarto-de-banho de serviço no piso térreo. Quanto aos fogos de um só piso, tanto no piso térreo como no piso superior são fogos T2, com entrada a partir de um átrio que tem a sala de um lado e a cozinha do outro. O quarto-de-banho situa-se entre os dois quartos voltados para o alçado a norte.

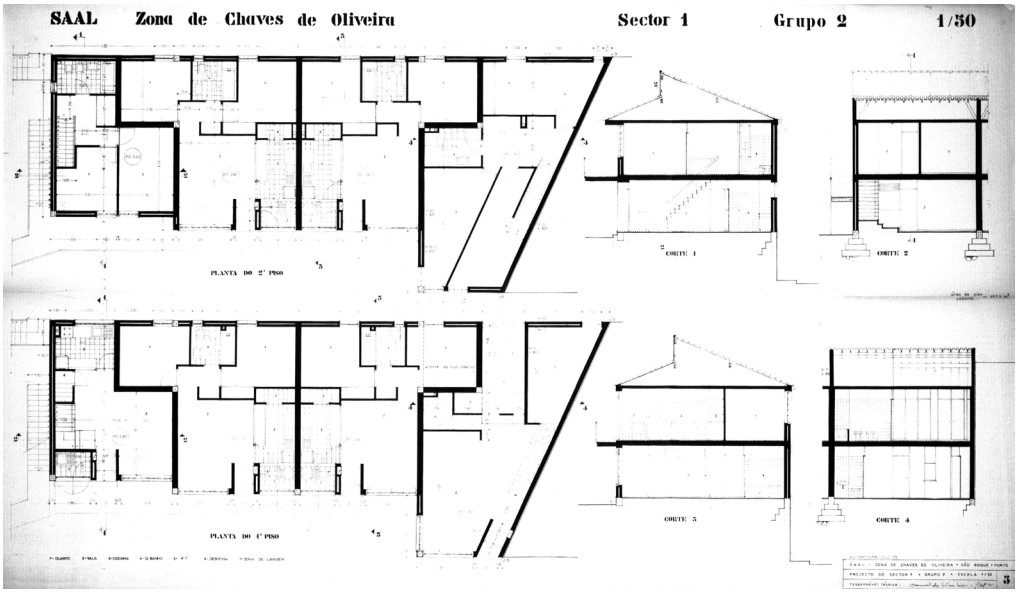
A entrada nos fogos localizados no primeiro piso é feita por uma galeria, cuja escada de acesso está situada no espaço entre os blocos A e B. A proeminência da galeria na fachada sul, enquanto elemento suspenso que une os dois volumes, faz lembrar algumas soluções implementadas no âmbito do programa habitacional italiano Ina-Casa, de que são exemplo as casas Incis em Vialba de Franco Albini (Milão, 1951-53), nas quais a galeria ganha destaque como elemento autónomo que une e faz a distribuição para os vários volumes. No caso das casas em Chaves de Oliveira, a existência de 5 degraus na galeria, devido ao desfasamento de cotas dos dois volumes, retira alguma limpidez a este elemento unificador do conjunto. Outra questão que se coloca é o porquê de não se terem localizado os dois fogos duplex no lado nascente, rentabilizando a dimensão da galeria, cuja extensão se cingiria ao acesso aos fogos de um só piso. Embora o fogo T2 duplex do bloco B pudesse beneficiar da possibilidade de acesso à galeria, entende-se que a proximidade às janelas dos quartos do piso superior não era desejada, dado que a galeria é alargada nesse ponto para criar um maior distanciamento, o que acaba por implicar uma redução da profundidade do fogo.

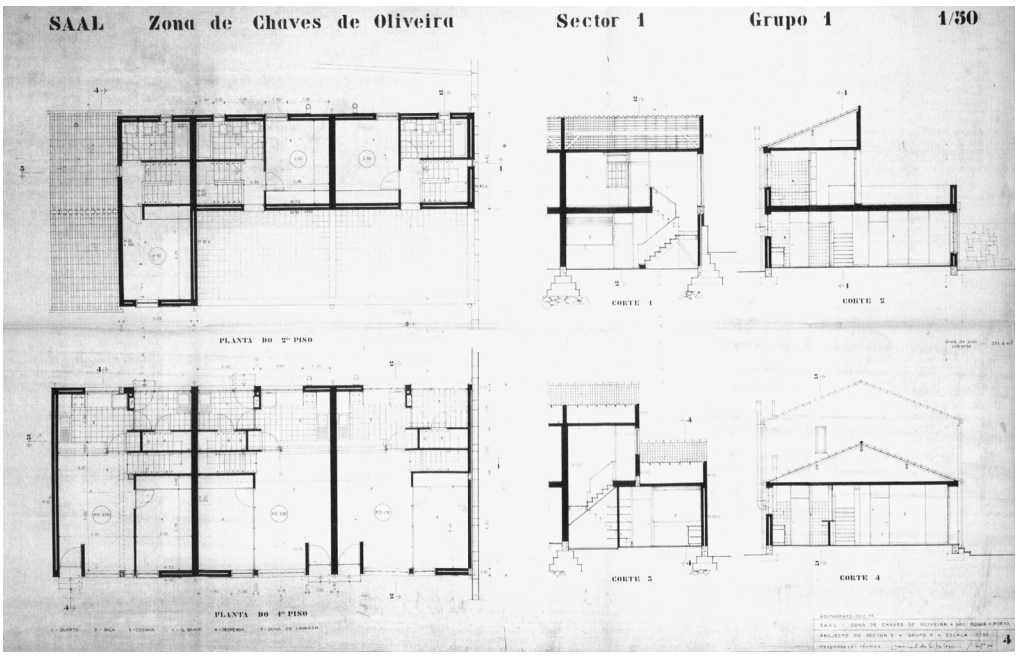
→ Plantas e cortes dos fogos do bloco A do primeiro sector, a poente, Dezembro 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

↘ Plantas e cortes dos fogos do bloco B do primeiro sector, a nascente, Dezembro 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

↓ Plantas e cortes dos fogos do bloco C do primeiro sector, Dezembro 1975.
© Arquivo Distrital do Porto













↑ Fotografias do sector construído da operação SAAL de Chaves de Oliveira, 2014.
© Ana Catarina Costa

O bloco C incorpora três fogos T2 duplex, cuja entrada no piso térreo se faz directamente para a sala, tendo um quarto e a sala voltados para o alçado poente, a cozinha e o espaço de lavagem voltados para o alçado nascente e a escada num espaço central. A partir da escada acede-se a um quarto e a um quarto-de-banho no piso superior que ocupam metade da área do fogo. No caso do fogo mais a norte, a utilização da área no piso superior é feita no sentido da sua profundidade, libertando o topo do volume a norte de modo a não sombrear o bloco B. Os outros dois fogos ocupam a largura total do módulo inferior, libertando a metade voltada a poente, onde são deixados dois pátios que poderiam ser aproveitados para a expansão dos fogos num momento futuro. Esta solução procurava seguir a discussão sobre habitação evolutiva que se fazia naquele momento[9], e que viabilizava que, consoante a evolução do agregado familiar, a casa pudesse crescer, evitando à partida gastos desnecessários. Mas o facto de os fogos evolutivos permanecerem hoje iguais ao estado em que se encontravam no momento da sua construção, sem usar os espaços de pátio para o aumento da superfície construída, leva a concluir que talvez se pudesse ter repensado o sistema de coberturas de modo a não introduzir uma quebra tão significativa na linguagem do conjunto, já que a empena da cobertura atinge nesse ponto uma grande altura, sendo revestida a chapa.

Não foi possível concluir se a grande diversidade de fogos propostos se deveu à tentativa de dar resposta às reivindicações individuais dos moradores, ou se demonstra uma vontade por parte da Brigada de experimentar um variado número de soluções, entendendo o projecto do primeiro sector como um laboratório onde se testavam hipóteses para o segundo sector. Num momento de reflexão sobre o andamento da operação, refere-se que, nas reuniões, os moradores "nunca puseram em causa as opções de fundo, limitando-se a apresentar críticas e sugestões de pormenor (mais uma porta ou janela, o tamanho das cozinhas ou quartos, etc.)"[10]. Segundo a Brigada, não foi possível debater o modelo de habitação a adoptar, visto os moradores defenderem que "só existe um modelo de casa «decente» válido, o da burguesia", estando esta ideologia "infiltrada" de tal forma que não deixava espaço para outra experimentação, senão a de formalizar os anseios dos moradores tendo em conta

9 Cf. Nuno Portas e Francisco Silva Dias, "Habitação Evolutiva" *in* Portas, Nuno, *Arquitectura(s): teoria e desenho, investigação e projecto*, Porto: Faup Publicações, 2005, pp. 173–230.

10 Brigada de Chaves de Oliveira, "Visão crítica do trabalho", *op. cit.*, Julho 1975, p. 5.

as condições geográficas e pressupostos estéticos dos técnicos[11]. Viam assim vedada a sua acção de, ao "servir o povo", "ajudá-lo a libertar-se da repressiva ideologia burguesa" e "ajudá-lo a encontrar as formas culturais que sirvam as suas reais aspirações e não os seus inimigos de classe", ou seja, "ajudá-lo a encontrar um modelo de habitação de acordo com a sociedade nova que [pretendiam] ajudar a construir", concluindo que "[só] os moradores poderiam introduzir avanços qualitativos na solução proposta"[12]. A Brigada sentia-se numa encruzilhada:

"Há, pois[,] que analizar [sic] as diferentes classes que estão agregadas no bairro, pois seguir apenas o que dizem os moradores sem detectar e combater as falsas ideias (que a burguesia sempre fez tudo para mostrar serem as melhores do mundo) é demissão e seguidismo; tentar impor as nossas propostas – por melhores que nos pareçam – sem um conhecimento correcto do modo de vida das populações, das suas soluções práticas, mas também do seu nível de consciência colectiva, é ser Sr. Doutor."[13]

Refere-se mesmo que, por este motivo, se considera o projecto como "uma questão secundária"[14]. Quanto às variações pontuais no desenho dos fogos, eventualmente reflectem a discussão com os moradores.

Uma das reivindicações dos moradores passou pela criação de espaços individuais de lavagem da roupa, partilhando-se apenas o espaço de estendal. Como não existiu consenso quanto à abertura ou fechamento do espaço de lavagem, optou-se por uma solução flexível, colocando esse espaço em diferentes posições consoante o desenho dos fogos e utilizando um sistema de caixilhos que permitiria abri-lo ou mantê-lo fechado. No quarto-de-banho, os moradores preferiram incluir banheira e não chuveiro. Todas as casas têm armários embutidos, que foi outra das reivindicações feitas pelos moradores. Apesar de inicialmente se ter pensado na colocação de cortinas nos armários, acabou por se colocar portas, já que "os moradores dizem que de cortinas estão eles fartos"[15]. A Brigada apresentou uma solução de ligação entre a sala e a cozinha através de um balcão com armário que poderia servir como mesa para pequenas refeições, retirando o armário inferior, e ser fechado através de um estore. Esta proposta tinha por objectivo que a sala servisse como espaço de estar, comer, trabalho e estudo e a cozinha como espaço de preparação de refeições, estando em contacto com o espaço de estar de modo a não isolar a mulher na cozinha. Embora a maior parte dos moradores tenha optado por manter a cozinha fechada, a flexibilidade da solução procurava viabilizar uma transformação progressiva na realização e partilha das tarefas domésticas[16]. Outro aspecto passou pela tentativa de maximizar a área livre de circulação e do logradouro, não incluindo áreas privadas exteriores, mas antes potenciando a utilização colectiva dos espaços exteriores.

Gerou-se alguma controvérsia devido à capacidade do número de fogos naquele terreno. Para os moradores, a solução ideal seria a de optar por casas unifamiliares em que não houvesse sobreposição de fogos. Apesar de existirem casos em que há sobreposição de dois fogos de um só piso, acordou-se, após alguns esclarecimentos sobre os materiais utilizados e o isolamento das casas, que o número máximo de pisos construídos seria dois[17]. Porém, um morador daquela área (que não pertencia à Associação de Moradores) fez uma exposição ao Ministério do Equipamento Social onde acusa a Brigada de sub-aproveitamento do terreno, referindo que caso o projecto tivesse 3 pisos albergaria 38

11 Cf. Ibidem.
12 Ibidem.
13 Brigada SAAL Zona Chaves de Oliveira, "Relatório de Maio", [Junho 1975], p. 4, documento consultado no ADP.
14 Brigada de Chaves de Oliveira, "Visão crítica do trabalho", *op. cit.*, Julho 1975, p. 5.
15 Brigada SAAL Zona Chaves de Oliveira, "Relatório de Maio", *op. cit.*, [Junho 1975], p. 5.
16 "A ligação das duas áreas seria, porém, íntima para permitir uma grande facilidade no trabalho doméstico e também evitar que a cozinha fosse o gineceu onde a mulher trabalha enquanto o homem lê o jornal e fuma um cigarro na sala." Idem, pp. 4-5.
17 Cf. Idem, p. 3.





↑ Fotografias do primeiro sector em fase de construção.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

famílias[18]. O aparente interesse e preocupação não haviam, contudo, sido comunicados à Associação de Moradores nem à Brigada e, ao anexar à exposição a proposta do Plano Director para aquela área, demonstrava o seu interesse pessoal de que aquela área fosse valorizada e que, ao aumentar a capacidade construtiva no primeiro sector, não se expropriasse o terreno do segundo sector, que era contíguo a um dos seus terrenos. A posição da Brigada é a de que a adopção da cércea de dois pisos como altura máxima em todo o conjunto se deveu "à insolação dos prédios vizinhos, às relações de vizinhança existentes e a manter, à boa insolação da área de logradouro" e "à falta de recursos dos moradores"[19], e rejeitavam-se as propostas do Plano Director que "é um plano de desenvolvimento capitalista da cidade" que "oficializa a especulação com o solo urbano, passando por cima dos interesses das populações, criando péssimas condições de insolação, vizinhança, cortando ruas de ligação entre núcleos habitacionais antigos, enfim, destruindo a cidade"[20].

Ao nível da participação dos moradores de Chaves de Oliveira no movimento popular mais amplo, a Brigada refere que esta era fraca, verificando-se que, progressivamente, os moradores se voltaram unicamente para a resolução dos seus problemas. A perda de uma perspectiva mais alargada do movimento popular também se devia, em parte, ao grande volume de trabalho de escritório da Brigada, não permitindo que houvesse uma maior dinamização cultural por parte desta.[21] Os moradores evitavam outro tipo de contactos, temendo que se tratasse de apoios partidários. Foi o caso da decisão de não comparência da Associação de Moradores numa reunião convocada pela Junta de Freguesia que se realizaria na Câmara, referindo "não estarem interessados que a sua luta por uma habitação decente seja entravada por lutas partidárias"[22].

As obras de construção do conjunto do primeiro sector foram realizadas pela cooperativa operária de construção civil Oupa-Oupa e iniciaram-se em Maio de 1976. Tal como a COPREFA, que estava a trabalhar nas operações SAAL de Maceda, Antas e S. Vítor, esta cooperativa aceitava a inscrição de desempregados. A instalação elétrica também foi feita por uma cooperativa, a Coopielectric, numa perspectiva que visava contrariar a exploração capitalista das empresas de construção. Contudo, em Abril de 1978 as obras ficaram paralisadas devido a dificuldades na obtenção de empréstimo por parte da Associação de Moradores, sendo retomadas em Fevereiro de 1980 e terminadas em 1983. Apesar de em Agosto de 1982 ainda

18 Manuel Pereira da Silva (morador na travessa Chaves de Oliveira 82), [Exposição enviada ao Ministério do Equipamento Social], 5 Janeiro 1976, documento consultado no ADP.

19 Brigada SAAL Zona de Chaves de Oliveira, [Informação enviada ao gabinete de coordenação da Câmara Municipal do Porto, do SAAL e do Barredo], 14 Fevereiro 1976, p. 3, documento consultado no ADP.

20 Idem, p. 2.

21 Cf. Brigada SAAL Zona Chaves de Oliveira, "Relatório do mês de Setembro", 22 Setembro 1975, p. 1, documento consultado no ADP.

22 Brigada SAAL Zona Chaves de Oliveira, "Relatório de Junho", [Julho 1975], p. 2, documento consultado no ADP.



↗ Plano de expropriações dos terrenos do segundo sector, Abril 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

não existirem acabamentos de carpintaria e pichelaria, os moradores mudaram para as casas novas nessa altura. Durante os 7 anos anteriores de construção deste sector, os moradores permaneceram nas casas pré-fabricadas, tendo dividido os talhões do terreno para cultivo individual e desenvolvido outras formas de apropriação. A partir do início de 1977 foi António Tentúgal Valente quem assumiu a responsabilidade da Brigada, visto Manuel Lessa ter tido de se ausentar[2,3].

Quanto ao segundo sector, que corresponderia à segunda fase de construção, estava dividido em 5 parcelas: a parcela A, que englobava um grupo de habitações que faziam esquina com a rua de S. Roque da Lameira e que se encontravam vagas, propondo-se a sua recuperação e extensão; a parcela B, um terreno de cultivo localizado no lado poente da travessa de Chaves de Oliveira onde seria colocado um estendal colectivo; a parcela C, uma faixa estreita de terreno que pertencia a um quintal e que seria utilizada para conectar o primeiro sector e a parcela B; a parcela D, que era um lote de habitações no lado nascente da travessa que tinha um pátio e que serviria para a construção de novas habitações; e a parcela E, que correspondia ao lote ocupado por um edifício de dois pisos do tipo urbano e construções do tipo ilha junto ao terreno de cultivo explorado pelos moradores, onde seriam construídas novas habitações, um logradouro e onde seria instalada a sede da Associação de Moradores[2,4]. Previa-se a cedência de parte da parcela E para melhorar o trânsito automóvel na travessa, já que os moradores aceitavam a proposta do Plano Director que consistia em utilizar o troço sul da travessa apenas para circulação pedonal e criar um alargamento circular para se efectuar a manobra de retorno no troço norte.[25] Os 9 agregados familiares que se mobilizaram e juntaram à Associação de Moradores Chaves de Oliveira habitavam em casas localizadas nas parcelas D e E. Utilizando as parcelas mencionadas, propunha-se a construção de 9 fogos novos

23 Com o bloqueio do Processo SAAL e o corte no pagamento dos salários aos membros da Brigada, Manuel Lessa, que era pai de duas filhas, teve de abandonar o acompanhamento da operação para ir trabalhar para Amarante. Cf. Manuel Lessa, Entrevista realizada a 19 Setembro 2014.

24 Inicialmente pensou localizar-se a sede junto à escada de acesso ao primeiro sector, no espaço exterior colectivo (existem ainda alguns desenhos onde se vê essa primeira proposta representada), mas ter-se-á optado posteriormente por localizá-la nesta parcela do segundo sector. No entanto, com a paralisação do processo, optou-se, como referido, por instalar a sede no espaço de armazém no embasamento do bloco B, a nascente, do primeiro sector, acessível pela travessa de Chaves de Oliveira.

25 Cf. Brigada SAAL Zona Chaves de Oliveira, "Plano de expropriação, 2.ª fase: Memória descritiva e justifica-

(3 T1, 4 T2 e 2 T3) para essas famílias e a recuperação de 3 habitações (1 T2 e 2 T3), que serviriam para alojar futuros associados.

No relatório da Brigada respeitante ao período de Abril de 1976 é mencionada uma sugestão de Manuel Mendes, membro do sector de apoio a projectos e planeamento do SAAL, para rever a implantação de um grupo de habitações do segundo sector[26]. Apesar de existirem intenções de projecto, não se teve acesso a quaisquer desenhos de implantação das novas habitações que permitissem compreender melhor a proposta discutida para a segunda fase. Sabe-se apenas que existiram divergências entre os moradores dos dois sectores devido ao facto de os moradores do segundo sector pretenderem criar espaços de quintais individuais, ideia refutada pelos moradores do primeiro sector que entendiam que o espaço exterior deveria ser de uso colectivo, tal como acontecia nesse sector, aproveitando-se a área excedente para a construção de mais fogos[27]. Quanto aos terrenos a expropriar, em Junho de 1976 foi publicada a Declaração de Utilidade Pública no Diário da República que continha essa informação.

Desde meados de 1975 que se discutia a inclusão da operação de Chaves de Oliveira numa unidade operacional de maior dimensão. Foi a 11 de Junho de 1975 que a Comissão Coordenadora do SAAL convocou uma reunião com as brigadas técnicas de Chaves de Oliveira, Arada e Maceda para discutir essa necessidade, dado cada uma destas operações abranger áreas de intervenção muito pontuais. Considerava-se que só com a formação de uma nova Brigada que integraria elementos das diversas Brigadas é que se poderia dar uma resposta cabal ao problema habitacional da área de S. Roque. Contrariamente ao que se passou na operação da Maceda, a brigada técnica de Chaves de Oliveira aceitou integrar essa nova Brigada – tendo a operação SAAL da Zona de S. Roque passado a ser chefiada por Manuel Lessa e a ser constituída também por outros elementos desta Brigada, nomeadamente António Tentúgal Valente e Maria Emília Gomes – anunciando-se que a partir de Abril de 1976 esta seria dissolvida e a Associação de Moradores Chaves de Oliveira passaria a ser apoiada pela brigada técnica de S. Roque[28]. Contudo, documentos posteriores dão conta de que a brigada técnica de Chaves de Oliveira terá continuado em funcionamento, apesar de a definição de uma unidade operacional mais vasta ter tido seguimento. A 13 de Julho de 1976 organizou-se a primeira reunião de moradores da área oriental na sede da Associação de Moradores da Arada, que contou com a presença das operações Chaves de Oliveira, Contumil, Arada, Maceda e Cortes/Maceda/Pinheiro Grande, onde se considerou a possibilidade de alargar esta unidade às operações de Pêgo Negro e Tirares.

Embora a operação Chaves de Oliveira tenha mantido o seu funcionamento tanto à pequena escala como enquadrada na escala mais abrangente da área oriental da cidade, não houve mais desenvolvimentos a não ser o acompanhamento das obras relativas ao conjunto do primeiro sector. Quanto aos moradores mal-alojados do segundo sector, a sua situação mantém-se idêntica à encontrada no período de actuação do SAAL.

tiva", Julho 1975, documento consultado no ADP.

26 Cf. Brigada SAAL Zona Chaves de Oliveira, "Relatório do mês de Abril [Maio] (15/4 a 15/5)", 14 Maio 1976, documento consultado no ADP.

27 Cf. Brigada SAAL Zona Chaves de Oliveira, "Relatório do mês de Abril (20/3 a 15/4)", 14 Abril 1976, p. 5, documento consultado no ADP.

28 Cf. Brigada SAAL Zona Chaves de Oliveira, "Relatório do mês de Fevereiro", 20 Fevereiro 1976, p. 2, documento consultado no ADP.

OP16
OPERAÇÃO SAAL DA ZONA DE S. ROQUE

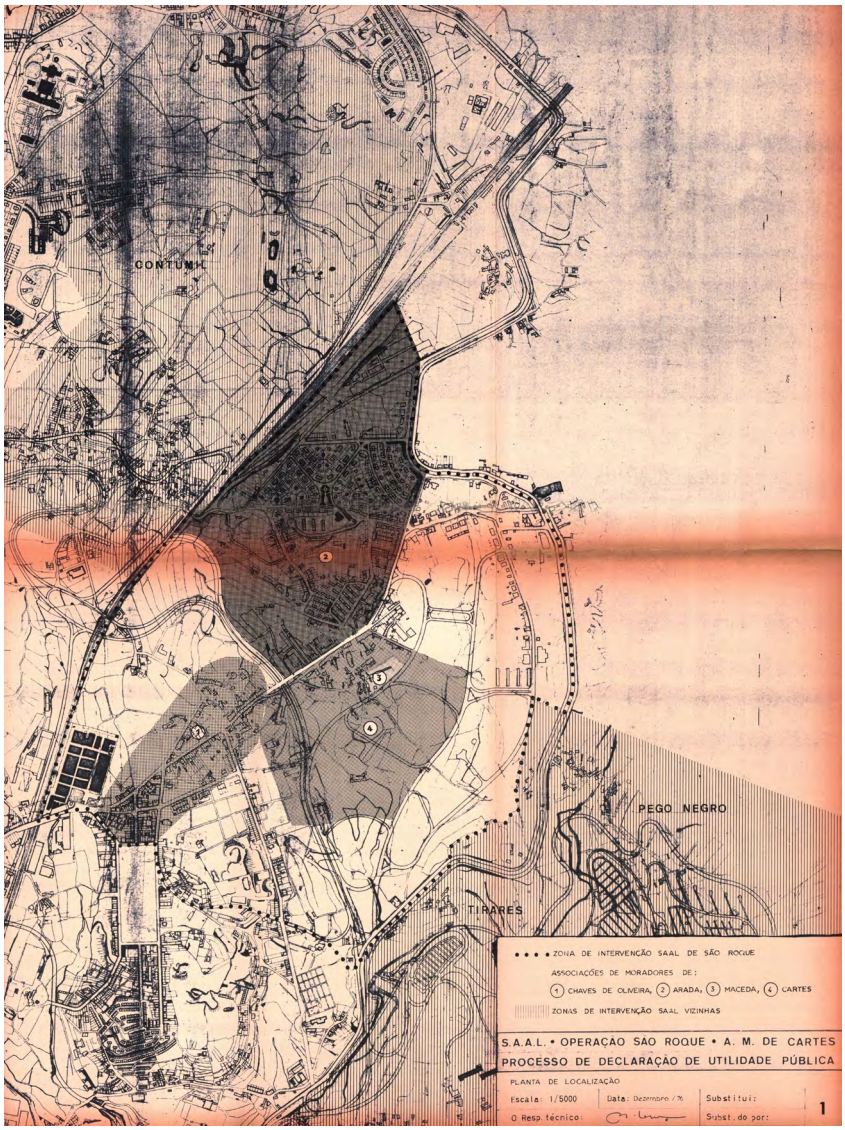


↖ Fotografia da manifestação de moradores contra o fascismo e pelo fim da paralisação do Processo SAAL, na qual participaram os moradores do núcleo da Arada, 17 Janeiro 1976.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

A operação SAAL de S. Roque corresponde a uma operação de zona que engloba a unidade operacional da Arada e de Cartes-Maceda-Pinheiro Grande. Os moradores mal-alojados da área da Arada foram os primeiros a mobilizar-se. Ao terem conhecimento da formação de uma comissão de moradores no bairro Acácio, na Maceda, os moradores de um pequeno núcleo de casas no número 169 da rua da Arada reuniram ainda em Junho de 1974 com essa comissão e depois, em Outubro, com a comissão de moradores de Chaves de Oliveira. Contudo, devido ao grau de desenvolvimento dessas comissões – que já tinham requerido o apoio do SAAL –, resolveram elaborar um pedido de intervenção SAAL autónomo em Outubro de 1974. Em Abril de 1975, o número de agregados familiares com más condições habitacionais associados na área da Arada havia ascendido a 115 e em Maio do mesmo ano formou-se uma brigada técnica para a operação SAAL da Arada[1]. Essa Brigada era chefiada pelo engenheiro Óscar Nunes e composta também pelo estudante de engenharia Manuel Miranda.

Os moradores com problemas habitacionais a sul da rua de S. Roque da Lameira também formalizaram um pedido de intervenção SAAL em Março de 1975, relativo à área de Cartes-Maceda-Pinheiro Grande. Nesse momento, havia já consciência de que, embora as primeiras operações SAAL formadas fossem intervenções pontuais, o desenvolvimento da luta pelo direito à habitação convocava questões urbanas mais latas relacionadas com o ordenamento da cidade, o que não permitia tomá-las de forma isolada ou desligada da sua área envolvente. Chegou-se assim à conclusão de que faria sentido que as várias associações de moradores relativas à área de S. Roque fossem consideradas como um todo, já que grande parte dos problemas eram comuns. Por esse motivo, ficou definido que haveria uma brigada técnica única responsável pelas unidades operacionais do núcleo da Arada e de Cartes-Maceda-Pinheiro Grande, e que as operações SAAL da Maceda e de Chaves de Oliveira, embora mantivessem as suas brigadas técnicas, integrariam a operação de S. Roque, passando a existir uma unidade estrutural e

1 Posteriormente, houve mais moradores interessados em integrar a Associação de Moradores da Arada, mas esta passou a recusar a entrada de mais associados a partir de determinado momento, por temer uma ampliação demasiado brusca.



↑ Planta com a identificação da área de intervenção operação SAAL da zona de S. Roque, Dezembro 1976. © Arquivo Distrital do Porto

uma coordenação a maior escala que abrangeria os diversos casos. No caso da operação da Maceda, esta manteria a sua autonomia apesar de estar incorporada no perímetro do núcleo de Cartes. A Brigada encarregada da operação de S. Roque passaria a ser chefiada pelo arquitecto Manuel Lessa, e seria constituída por António Manuel Valente (membro da Brigada de Chaves de Oliveira), Marta Oliveira e Pedro Cabral (chefes da Brigada de Tirares e Pêgo Negro e membros da Brigada da Maceda) e Manuel Almeida. Mais tarde foram integrados José Oliveira Martins, Maria Emília Gomes (membro da Brigada de Chaves de Oliveira), Isabel Flores, Maria Teresa Cardoso e Jorge Moreira Martins. A estratégia da Brigada consistia em informar os moradores das diversas associações e promover um debate em torno dos benefícios colectivos que poderiam ser alcançados através da criação de equipamentos como uma biblioteca para crianças (até ser possível instalar uma creche), da organização de actividades culturais como teatro, projecção de filmes e sessões de alfabetização e da criação de um órgão informativo e de crítica.

O núcleo da Arada tratava-se de um espaço de transição entre uma área de lavoura em decadência e uma área industrial que tinha por eixo estruturante a rua de S. Roque da Lameira, onde se localizavam estabelecimentos comerciais e demais serviços de apoio àquela área suburbana. Os espaços habitacionais das populações mal-alojadas correspondiam tanto a casas rurais como urbanas, a agrupamentos do tipo ilha ou ainda a barracas. O lugar da Arada ter-se-á formado somente no século XX, visto na planta de Teles Ferreira de 1892 não haver representação de construções nesse lugar[2]. No entanto, a sul da rua de S. Roque da Lameira já existia o lugar da Maceda, bem como a travessa de Cartes e a rua do Pinheiro Grande, onde havia algumas construções e campos de cultivo que beneficiavam da boa insolação a sul e de uma linha de água que aí passava. Até às décadas 20 e 30 do século XX, o núcleo de Cartes-Maceda-Pinheiro Grande era uma área suburbana com características agrícolas e alguma indústria. As casas de lavoura foram sendo divididas e sobreocupadas de modo a alojar os migrantes recém-chegados à cidade do Porto. Os percursos existentes eram ainda em terra batida e estabeleciam a ligação entre os diferentes núcleos. A partir dos anos 1930, aquela área sofreu transformações substanciais com a construção de diversos bairros de promoção pública. O primeiro, o bairro do Ilhéu, estruturado entre as ruas Senhora de Campanhã e Matias

2 Alguns conjuntos habitacionais edificados nas primeiras décadas do século XX foram identificados por Eliseu Gonçalves, como a banda de casas construída em 1913 no interior do quarteirão definido pelas ruas Matias de Albuquerque, Ourique e S. Roque da Lameira, um conjunto na rua da Arada construído em 1928 e outros dois conjuntos na rua Naves de Tolosa (1931) e na rua Antero Antunes de Albuquerque (1935), situados mais a norte e nordeste. Cf. Gonçalves, Eliseu, *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933: a prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2014, pp. 491-492, 521-522, 605-606, 651-652.





← Fotografia aérea da área de S. Roque, com o bairro de S. Roque (1959-62) em primeiro plano, o bairro de casas económicas de S. Roque da Lameira (1938-47) à esquerda e o bairro de casas económicas do Ilhéu (1934-35) à direita, 1962.
© Arquivo Municipal do Porto

→ Fotografia aérea da área de S. Roque, 1974.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

de Albuquerque, foi edificado entre 1934 e 1935 ao abrigo do programa de casas económicas e consistiu na construção de 54 casas unifamiliares geminadas de um só piso[3]. Um pouco mais a norte, junto ao antigo caminho do Calvário (que já aparece representado na planta de Teles Ferreira), entre 1938 e 1947, e também ao abrigo do mesmo programa de habitação, foi construído o bairro de S. Roque da Lameira, totalizando 234 casas unifamiliares de dois pisos[4]. Integrado no Plano de Melhoramentos, foi construído outro bairro entre 1959 e 1962, o bairro de S. Roque da Lameira, tendo como eixo estruturante a rua Senhora de Campanhã. O projecto totalizava 23 edifícios de habitação plurifamiliar com 4 e 5 pisos, dos quais foram construídos 22 edifícios, perfazendo 451 fogos[5]. Mais a sul, foi também construído o bairro do Cerco do Porto, um conjunto edificado entre 1961 e 1963 no âmbito do Plano de Melhoramentos, que engloba 32 edifícios de 4 e 5 pisos num total de 804 fogos[6]. Enquanto os bairros de casas económicas se destinavam a "famílias de grupos sociais específicos" que "constituíam a base de apoio do regime"[7], sobretudo funcionários públicos, e os bairros do Plano de Melhoramentos foram construídos para realojar os moradores das ilhas e casas sobreocupadas do centro do Porto, os agregados familiares com más condições habitacionais que residiam na área de S. Roque não viram as suas condições habitacionais alteradas.

Os moradores mal-alojados dos núcleos da Arada e de Cartes trabalhavam, na sua maioria, nos sectores primário e secundário, estando ligados à agricultura ou à indústria. Os espaços que habitavam careciam, quase todos, de água canalizada e luz eléctrica. A ausência de infra-estruturas nesta área

3 Cf. "a220 CE: Bairro de casas económicas no Ilhéu/Bairro do Ilhéu", Base de dados Mapa da Habitação, disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a220&script=G0ficha, consultado a 10 Março 2021.

4 Cf. "Bairro de casas económicas de São Roque da Lameira", SIPA, disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=24028, consultado a 10 Março 2021.

5 O projecto original para o grupo de moradias populares de São Roque da Lameira previa a edificação de 23 edifícios de habitação plurifamiliar, 3 implantados a norte da linha de comboio e 20 abaixo da linha de comboio. A primeira fase correspondia à edificação de 5 blocos no lado oriental (tendo ficado por construir o edifício 6), e a segunda à edificação de 17 blocos no lado ocidental, incluindo os 3 blocos a norte da linha do comboio. Cf. "Grupo de moradias populares de São Roque da Lameira [edifícios 1 a 5]: topográficas", 1959-60, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/640516/, consultado a 10 Março 2021; "Grupo de moradias populares de São Roque da Lameira [edifícios 6 a 23]: topográficas", 1959-61, disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/640526/, consultado a 10 Março 2021. A partir de uma fotografia aérea de 1974 pode verificar-se que o edifício 6 não foi construído e que o edifício 18 terá sido demolido já após essa data para a abertura da rua das Linhas de Torres. Entre 1963 e 1965, e também inserido no Plano de Melhoramentos, foi construído o grupo de moradias populares Engenheiro Machado Vaz (também designado como ampliação do grupo de moradias populares de São Roque da Lameira) junto aos 3 edifícios do conjunto anterior construídos a norte da linha de comboio, que contabilizava 13 edifícios com um total de 272 fogos. Algumas fontes consultadas apresentam informação contraditória que não toma em consideração a não edificação do edifício 6 do bairro de S. Roque da Lameira ou que contempla os 3 edifícios deste bairro e o bairro Engenheiro Machado Vaz como um conjunto único. Cf. https://db.up.pt/fmi/webd/Mapa_habitacao_db.fmp12?$ID=a704&script=G0ficha e http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35094, consultados a 10 Março 2021.

6 Cf. "Grupo de moradias populares do Cerco do Porto: topográficas", [196?], disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/640476/, consultado a 10 Março 2021.

7 Pereira, V. B., Queirós, J., Silva, S., Lemos, T., "Casas económicas e casas desmontáveis: génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo" *in* Agarez, Ricardo (coord.), *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*, Lisboa: IHRU, 2018, p. 96.



↑ Planta com a proposta do Plano Director para a área de S. Roque. © Arquivo Distrital do Porto

suburbana traduzia-se numa iluminação deficiente dos espaços exteriores, em percursos em terra batida que frequentemente inundavam no inverno e na inexistência de uma rede de saneamento, o que fazia com que os despejos fossem realizados nos sistemas de recolha de águas pluviais ou em valas abertas, escoando para a ribeira de Cartes e poluindo, desta forma, os campos de cultivo. O núcleo industrial localizado naquela área contribuía fortemente para a poluição do vale de Cartes, com a descarga de lixos e esgotos das fábricas nos terrenos de cultivo. Também não existiam equipamentos como creches, infantários ou parques infantis.

A rua de S. Roque da Lameira era o único eixo onde existiam estabelecimentos comerciais e onde havia transportes. Em certos percursos, como na travessa da Maceda, realizavam-se pequenos mercados para a venda de produtos hortícolas ou artigos de primeira necessidade. Toda a área mantinha características rurais, como aglomerados rurais, terrenos de lavoura, hortas, mato e eiras, apesar de a transformação em curso vocacionar esta área suburbana como bolsa residencial e industrial. As propostas capitalistas alavancadas no Plano Director de 1962 fomentavam a apropriação do centro da cidade pelo sector terciário, deslocando as populações mais pobres para a periferia através da construção de infra-estruturas, mas não de equipamentos, tal como refere a Brigada[8]. Na proposta do Plano Director para esta área são definidas as áreas industriais existentes ou a criar (nos terrenos a sudoeste da rua da Arada e junto à linha do caminho-de-ferro), o espaço destinado ao mercado abastecedor de fruta (a noroeste da rua de Chaves de Oliveira), os espaços reservados para serviços públicos (como escolas, em terrenos localizados entre as ruas S. Roque da Lameira e do Cerco do Porto), as áreas mistas a completar predominantemente com habitação e as áreas residenciais existentes ou a criar (que compreendem o núcleo dos lugares de Cartes, Maceda e Pinheiro Grande, os terrenos onde existem bairros camarários e os terrenos de lavoura). Deste modo, e seguindo as directrizes do Plano Director, todos os campos de cultivo seriam urbanizados, eliminando totalmente a vocação rural que ainda caracterizava esta área suburbana. Igualmente, as novas vias propostas que pretendiam agilizar o acesso automóvel ao centro da cidade e criar ramais da Via de Cintura Interna seccionariam alguns núcleos existentes e terrenos com boas condições de construção.

A unidade operacional de S. Roque ficou definida, a poente, pela linha de caminho-de-ferro, a norte, pelo encontro com a estrada da Circunvalação que marca também o perímetro nascente até ao encontro com o bairro do Cerco, onde desce a partir da rua do Pinheiro Grande, voltando a encontrar a estrada da Circunvalação até à rua do Monte de Campanhã, e o limite sul é definido pela

8 Cf. Brigada SAAL da zona de S. Roque, "Processo de Declaração de Utilidade Pública: Associação de Moradores de Cartes-Maceda-Pinheiro Grande", [Fevereiro] 1977, documento consultado no ADP.

rua do Monte de Campanhã, pela travessa da Corujeira de Baixo e pela rua da Corujeira de Baixo, pelo limite norte da praça da Corujeira e pela rua Nova da Corujeira até à rua de S. Roque da Lameira, onde encontra a linha de caminho-de-ferro. Na proposta de intervenção elaborada pela Brigada em Novembro de 1975 propunha-se a recuperação das habitações degradadas ocupadas pelos moradores e a utilização de terrenos livres para a construção de habitação e equipamento[9]. Na área abrangida pelo núcleo da Arada (delimitada, a norte, pela rua do Buçaco; a poente, pela rua de S. Roque da Lameira; a sul, por campos confinantes com a rua da Arada; e, a nascente, pela linha de caminho-de-ferro), os terrenos de expansão correspondiam: ao terreno localizado entre a rua D. João Peculiar, a rua Senhora de Campanhã, o lado norte do bairro de casas económicas do Ilhéu e as traseiras das construções na rua Matias de Albuquerque (à data denominada de Caldeira Cévola); aos campos confinantes com a rua da Arada (entre esta e a nova via prevista no Plano Director que equivale à actual alameda de Cartes) para onde o Plano Director previa uma área industrial nova, prevendo-se a ligação da rua da Arada à rua Beata D. Mafalda de modo a servir este espaço; e para um terreno na rua Dâmaso Carreiro, do outro lado da via prevista que corresponde à alameda de Cartes. Na área abrangida pelo núcleo de Cartes-Maceda-Pinheiro Grande (a sul da rua de S. Roque da Lameira, até ao limite com o bairro do Cerco do Porto), os terrenos de expansão correspondiam: ao quarteirão a sul da travessa de Cartes; aos terrenos livres compreendidos entre a nova via prevista pelo Plano Director que actualmente se denomina rua Emílio Biel, os edifícios do Centro de Formação Profissional Acelerada, a rua que contorna pelo lado norte o bairro do Cerco do Porto (rua Peso da Régua) e uma nova via prevista no Plano Director que uniria o prolongamento da rua Emílio Biel e a rua Peso da Régua mais a norte; e ao terreno localizado do outro lado do prolongamento da rua Emílio Biel (denominada neste troço de rua Nossa Senhora do Calvário) que é servido também pela rua Pinheiro Grande, a sul das instalações fabris aí situadas. Previa-se ainda a instalação de infra-estruturas como iluminação pública, rede eléctrica e rede de água ao longo dos diversos arruamentos[10].



↑ Planta com a proposta elaborada pela Brigada para a operação SAAL da zona de S. Roque, Novembro 1975. © Arquivo Distrital do Porto

A proposta desenvolvida em mais pormenor para o núcleo da Arada, em Agosto de 1976, identificava 10 áreas de intervenção que totalizavam 115 fogos: 82 fogos novos e 33 fogos recuperados. Na área A1, na rua do Salado, localizava-se o edifício ocupado para instalar a sede da Associação de Moradores da Arada[11], que seria recuperado e onde se previa

9 Brigada técnica da zona de S. Roque, "Proposta: SAAL – Zona de São Roque da Lameira – Porto: Processo de Definição da Unidade Operacional", esc. 1/2000, Novembro 1975, desenho consultado no ADP.

10 Brigada técnica da zona de S. Roque, "Infra-estruturas: SAAL – Zona de São Roque da Lameira – Porto: Processo de Definição da Unidade Operacional", esc. 1/2000, Novembro 1975, desenho consultado no ADP.

11 Em vários documentos é referido que a Associação de Moradores da Arada se localizava no número 384 da rua Caldeira Cévola, que actualmente corresponde à rua Matias de Albuquerque, embora corresponda, com grande probabilidade, ao lote localizado na rua do Salado.



↑ Planta de projecto relativa ao núcleo da Arada da operação SAAL da zona de S. Roque, Agosto 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

a construção de equipamentos como um edifício de balneários e outros espaços para a prática de desporto. Na área A2, no lado norte do quarteirão definido pela rua Matias de Albuquerque, pela rua Ourique e pela rua de S. Roque da Lameira, as habitações degradadas maioritariamente localizadas no interior do quarteirão – quase todas do tipo ilha – seriam recuperadas, correspondendo a um total de 17 fogos recuperados. Nas áreas A3 e A4, ambas correspondentes a pequenos lotes na rua de S. Roque da Lameira, seriam recuperados 2 fogos e construídos 6 fogos novos, respectivamente[12]. A área A5, na rua Senhora de Campanhã, seria utilizada para a recuperação de 3 fogos e para a construção de 7 fogos novos. Na área A6, a sul da rua da Arada, os terrenos livres localizados atrás das unidades fabris aí instaladas serviriam para a construção de 54 fogos novos. No limite sul desses terrenos estava prevista a criação de uma faixa verde, bem como a realização de arranjos na rua da Arada – com a criação de um ponto de inversão de marcha –, sendo estas intervenções executadas pela Câmara Municipal do Porto. Nas áreas A7 e A8, ambas na rua da Arada, previa-se a recuperação de dois fogos em cada uma e a construção de 4 e 3 fogos novos, respectivamente. A área A9 seria intervencionada pela Câmara para a recuperação e construção de equipamento social escolar e de apoio à infância. Na área A10, correspondente a um lote na rua Navas de Tolosa, seriam recuperados 7 fogos e construídos 8 fogos novos. Propunha-se ainda a demolição de alguns fogos degradados não recuperáveis, e que ficaram excluídos das parcelas a expropriar.

A proposta de intervenção para o núcleo de Cartes-Maceda-Pinheiro Grande não chegou a um grau de desenvolvimento tão aprofundado como no núcleo da Arada. De qualquer modo, foram identificadas as parcelas onde se construiriam fogos novos e os casos de habitação degradada que seriam recuperados, num total de 91 fogos[13]. Para a construção de fogos novos, contemplavam-se: as parcelas livres a norte e nascente do perímetro do bairro SAAL da Maceda, embora se previsse a recuperação de algumas casas degradadas à face da rua do Pinheiro Grande; os terrenos localizados entre a travessa de Cartes, o ramal da VCI que corresponde à alameda de Cartes e a nova rua Emílio Biel; e um terreno do lado norte da travessa de Cartes, no quarteirão que faz esquina com a rua de S. Roque da Lameira. Propunha-se a recuperação dos fogos dos moradores associados ao longo da

12 Embora na planta de projecto o núcleo A4 seja identificado como área de habitação a recuperar, documentos escritos do Processo de Declaração de Utilidade Pública mencionam a construção de 6 fogos novos neste local. Cf. Brigada técnica da zona de S. Roque, "SAAL – Operação São Roque – A. M. da Arada: Processo de Declaração de Utilidade Pública: Planta de projecto", esc. 1/1000, Agosto 1976, desenho consultado no ADP; Brigada técnica da zona de S. Roque, [Processo de Declaração de Utilidade Pública], s.d., documento consultado no Centro de Documentação da FAUP.

13 Inicialmente, a Associação de Moradores de Cartes-Maceda-Pinheiro Grande tinha 80 agregados familiares inscritos. Esses dados foram actualizados em Dezembro de 1976, contando-se 91 agregados associados. Cf. Brigada SAAL da zona de S. Roque, "Relatório sobre obras de emergência a realizar na zona de Cartes-Maceda-Pinheiro Grande", Dezembro 1976, documento consultado no ADP.



↖ Planta de projecto relativa ao núcleo de Cartes-Maceda-Pinheiro Grande da operação SAAL da zona de S. Roque, Dezembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

rua do Pinheiro Grande (tanto no lado norte como sul da rua), no lote do número 665 da rua de S. Roque da Lameira (que correspondia a um espaço tipo ilha), nos lotes números 81-91 da travessa do Pinheiro Grande, nos lotes números 89-95, 100-102 e 153 da travessa da Maceda, no lote 6 da viela da Maceda e nos lotes correspondentes aos terrenos que fazem esquina entre a rua da Maceda e a viela da Maceda. Algumas casas degradadas seriam demolidas para a abertura de novas vias, realizadas pela Câmara Municipal do Porto.

Face ao zonamento e às intervenções previstas no Plano Director, a proposta elaborada pela Brigada para o núcleo de Cartes-Maceda-Pinheiro Grande utilizava as áreas habitacionais definidas pelo Plano para a construção de novos fogos. Igualmente, a necessidade de criação de infra-estruturas e de equipamentos para os bairros, como escolas e centros cívico, comercial e religioso, iam ao encontro de aspectos apresentados no Plano Director – intervenções essas que seriam realizadas pela Câmara Municipal do Porto, após consenso entre os moradores da operação de S. Roque e os moradores do bairro do Cerco do Porto. No entanto, a proposta de rede viária constante num plano elaborado pela Câmara, posterior ao plano de Auzelle, previa a destruição do quarteirão formado pela rua da Maceda, pela travessa da Maceda, pela travessa de Cartes e pela viela da Maceda através de uma nova via que, partindo da travessa da Maceda, inflectia para poente para se ligar à nova rua Emílio Biel, rompendo com a homogeneidade e com a malha urbana daquele conjunto que se queria preservar. Essa via proposta alargava a rua do Pinheiro Grande e a travessa da Maceda e seccionava um terreno com boas condições de construção – o terreno localizado entre a travessa de Cartes, o previsto ramal da VCI, que actualmente corresponde à alameda de Cartes, e a nova rua Emílio Biel –, possibilitando apenas a construção de um conjunto partido que estaria separado por essa via, o que anularia as correspondências entre os núcleos antigos e o núcleo de expansão propostas pela Brigada e introduziria uma separação entre os moradores. Por outro lado, ao alterar a largura da travessa da Maceda, transformavam-se de modo substancial as características daquele lugar que constituía, sobretudo, um espaço de



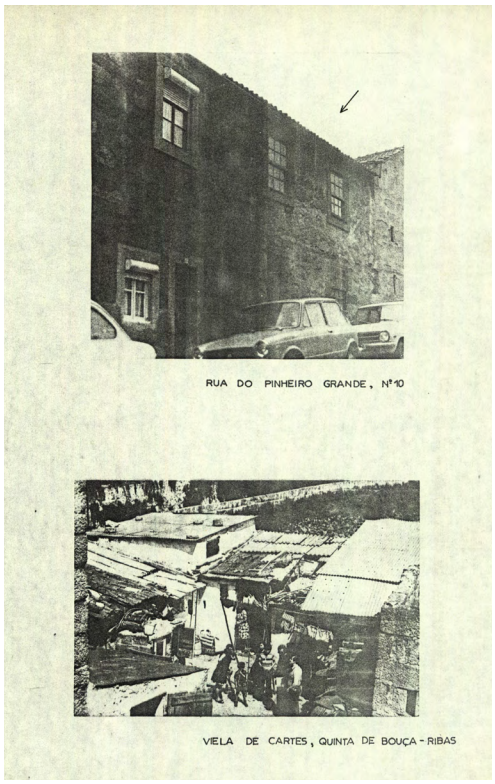
↑ Planta da proposta alternativa de rede viária apresentada para o núcleo de Cartes-Maceda-Pinheiro Grande da operação SAAL da zona de S. Roque, Dezembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

circulação pedonal e onde se realizava um pequeno mercado para a venda de produtos hortícolas e artigos de primeira necessidade, como acima mencionado.

Assim sendo, a Brigada elaborou três alternativas à proposta viária da Câmara, de modo a compatibilizá-la com os objectivos de intervenção da operação SAAL, sem, contudo, ir contra o propósito dessa proposta que passava pela ligação entre a rua de S. Roque da Lameira e a rua do Peso da Régua. A alternativa apresentada que tinha mais viabilidade mantinha as características da travessa da Maceda, por onde circulariam apenas peões e velocípedes, mantinha também as características do troço sul da rua do Pinheiro Grande (apenas para peões e velocípedes), e previa a circulação automóvel no troço norte da rua do Pinheiro Grande, desviando-o para a travessa do Pinheiro Grande e criando um novo troço que uniria a travessa do Pinheiro Grande e a nova rua Emílio Biel, seccionando o quarteirão formado pela rua da Maceda, pela travessa da Maceda, pela travessa de Cartes e pela viela da Maceda de modo a destruir, ao mínimo, a unidade daquele núcleo e a reservar uma porção maior do terreno a sul da travessa de Cartes para a construção de novos fogos. Este novo troço de rua que ligaria a travessa do Pinheiro Grande à nova rua Emílio Biel teria um caudal de circulação menos veloz, já que a largura da rua continuaria a dimensão da travessa do Pinheiro Grande. Esta solução encontrada permitia que os vários caminhos antigos, como a travessa de Cartes e a rua, travessa e viela da Maceda, mantivessem as características existentes, procurando minimizar o impacto dessa nova ligação automóvel.

A Brigada da operação SAAL de S. Roque continuou a trabalhar até meados de 1977. Desenvolveram-se estudos prévios para alguns conjuntos onde se construiriam novos fogos (sobretudo para o núcleo da Arada, cujo processo estava num grau de desenvolvimento mais avançado) e para a recuperação da sede da Associação de Moradores da Arada, procurando implantar um parque infantil. Em Junho de 1977, os moradores tinham em curso as obras nos balneários localizados no terreno da sede da Associação da Arada, tendo-se concluído as obras na cobertura. No núcleo de Cartes--Maceda-Pinheiro Grande, três agregados familiares haviam requerido obras de emergência. Duas situações localizavam-se num conjunto habitacional degradado na antiga viela de Cartes (na quinta de Bouça-Ribas), correspondente a barracas construídas no pátio de uma casa de lavoura. Esse conjunto era atravessado por uma ribeira por onde escorriam os esgotos de uma fábrica têxtil. A outra situação correspondia a um conjunto do tipo ilha construído no lote número 10 da rua do Pinheiro Grande, onde era necessário efectuar obras de reparação do telhado.

Apesar da persistência da brigada técnica, as suas propostas não avançaram. Nos anos seguintes, e já sob coordenação da Câmara Municipal do Porto, os moradores prosseguiram na tentativa de resolver o seu problema habitacional, tendo tentado obter um empréstimo para a construção de 128 fogos, mas esse projecto não foi avante. Só no final dos anos 1980 é que se concretizou novamente um empreendimento habitacional de promoção pública naquele lugar. O conjunto



← Identificação das situações em que se iriam realizar obras de emergência.
© Arquivo Distrital do Porto

habitacional do Ilhéu foi construído no quarteirão definido pelas ruas Nossa Senhora do Calvário, Dr. José António Marques, Peso da Régua e Carrington da Costa segundo projecto de Manuel Correia Fernandes, entre 1989 e 2001. Este conjunto consistiu na construção de 128 fogos através de uma parceria entre a Câmara Municipal do Porto e uma cooperativa, a Cooperativa do Ilhéu. Ainda assim, grande parte das situações de alojamento insalubre daquela área permanecem idênticas ao estado em que se encontravam no pós-25 de Abril de 1974. O carácter rural daquela área foi desaparecendo gradualmente, quase como uma inevitabilidade que foi aceite também por parte da Brigada que, embora questionasse os princípios contidos no Plano Director, contemplava igualmente a utilização de terrenos agrícolas para a construção de novos fogos.

OP19
OPERAÇÃO SAAL DE CONTUMIL



↖ Fotografia da manifestação nacional dos moradores,contra o decreto que impede as ocupações (198A/75), na qual participaram os moradores de Contumil, 17 Maio 1975.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

A mobilização dos moradores mal-alojados da área de Contumil foi alavancada por um grupo de jovens aí residentes em Dezembro de 1974. Estes moradores estabeleceram contacto com a Associação de Moradores das Antas e, na sequência disso, elaboraram um pedido de intervenção SAAL.[1] Em Fevereiro de 1975, a Comissão de Moradores entretanto formada foi contactada por alunos da ESBAP[2] que iniciaram o trabalho de caracterização daquele lugar e de esclarecimento e dinamização da população e, após a integração de um arquitecto, em Abril de 1975 formou-se uma brigada técnica. O arquitecto Célio Costa ficou a chefiar a Brigada, que também era constituída pelos estudantes de arquitectura Elói Castro, Mário Abreu, Carlos Figueiredo, Emília Ferreira, João Ferreira, José Resende Dias e Fernando Costa, este último até final de Agosto de 1976. Em Setembro de 1976 foram incluídos na equipa técnica o estudante de arquitectura José Pereira e o engenheiro Ricardo Catarino. Devido a desentendimentos entre a Brigada e a coordenação SAAL/Norte, no final de Maio de 1976 Célio Costa desvinculou-se da operação, passando esta a ser chefiada por Elói Castro e Mário Abreu.

A unidade operacional foi definida, a norte, pela rua Dr. Lopo de Carvalho e pelos núcleos de Currais e da calçada da Ranha; a nascente, pela linha de caminho-de-ferro; a sul, por terrenos confinantes com a rua de Contumil e a rua da Vigorosa (quase coincidentes com o posterior troço da VCI naquele lugar); e, a poente, pelos terrenos localizados entre o bairro das casas económicas de Costa Cabral e as ruas de Contumil e de Santo António de Contumil. O perímetro da operação SAAL englobava, a norte, um sector caracterizado por uma malha mais linear e pouco densa, onde existiam vários terrenos livres que correspondiam a áreas de mato ou sectores degradados que outrora haviam sido pedreiras (entretanto abandonadas), e outro sector a sul bastante mais denso, com um tecido irregular, onde existiam aglomerados do tipo ilha, casas aglutinadas com graves problemas de insalubridade e casas isoladas que correspondiam a casas de lavoura subdivididas e onde se construíram barracas. Os dois sectores estavam separados por áreas agrícolas e a infra-estrutura viária era bas-

1 Comissão de Moradores de Contumil, "Relatório da Comissão de Moradores de Contumil para o 1.º Encontro SAAL/Norte", 21 Julho 1975, documento consultado no ADP.
2 Ibidem.



↗ Planta com a identificação da unidade operacional de Contumil e com a declaração de zona degradada, 15 Setembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

tante reduzida. As dificuldades sentidas na delimitação desta área tão extensa tentaram superar-se através do encontro de limites ou barreiras naturais, procurando simultaneamente a identificação de características idênticas na área de influência da população.

A área de Contumil podia considerar-se um espaço de transição entre uma estrutura rural e uma estrutura suburbana. Por um lado, constituía um dos dormitórios da cidade do Porto, onde residiam trabalhadores dos sectores industrial e da pequena burguesia[3], que foi iniciado pela implantação de vários conjuntos habitacionais de promoção pública, como o bairro das casas económicas de Costa Cabral (1937-42), o bairro de S. João de Deus[4] (iniciado em 1939), os bairros Pio XII (1957-58) e Engenheiro Machado Vaz (1963-65), ambos elaborados no âmbito do Plano de Melhoramentos, e o bairro de Contumil[5]

3 Segundo documentos da Brigada, a maior parte dos moradores trabalhavam nos sectores de construção civil, têxtil e metalúrgico, englobando também alguns trabalhadores de serviços.

4 O bairro de S. João de Deus teve várias fases de desenvolvimento. O primeiro projecto elaborado em 1939, denominado de projecto do bairro operário da Triana, que previa a edificação de 450 fogos e alguns equipamentos, não foi desenvolvido, tendo-se construído os primeiros 144 fogos agrupados em 48 edifícios geminados de dois pisos sob a designação de bairro de habitações populares de Rebordões, que foi concluído em 1944. Numa segunda fase, entre 1955 e 1956, foram construídos 8 blocos de habitação plurifamiliar, implementando soluções habitacionais mais económicas e racionalizadas que serviram como experiência para o lançamento do Plano de Melhoramentos. É na sequência do prolongamento do Plano de Melhoramentos que se constroem mais 8 blocos de habitação plurifamiliar em S. João de Deus, 6 blocos entre 1965 e 1968 e 2 blocos em 1977. No âmbito do PER, e tentando encontrar respostas habitacionais para os moradores de barracas que se instalaram entretanto na área de S. João de Deus, foram construídos mais 12 blocos de habitação plurifamiliar, 7 concluídos em 1992 e 5 concluídos em 1994. Com o agravamento dos problemas sociais no bairro povoado de forma densa através de processos de ampliação, e sem coordenação social, entre 2003 e 2008 foram demolidos os 28 blocos de habitação plurifamiliar construídos a partir dos anos 1950. O antigo bairro de Rebordões foi recuperado e ampliado a partir de 2014, encontrando-se ainda em construção, segundo projecto de Nuno Brandão Costa. Cf. Pedro Levi Bismarck, "Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto" *in* Cepeda, André; Costa, Nuno Brandão, *São João de Deus*, Porto: Dafne, 2018, pp. 8-55.

5 O desenvolvimento do bairro de Contumil foi dividido em quatro fases, em que as primeiras três foram elaboradas no âmbito da extensão do Plano de Melhoramentos e a quarta foi construída segundo promoção



↖ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área de Contumil.
© Arquivo Municipal do Porto

(1971-84), e pela proximidade com a linha de caminho-de-ferro. Por outro lado, mantinha características de uma estrutura agrária que, não só constituía a fonte de rendimento de uma porção significativa da população daquela área, como dela provinham parte dos bens alimentares fornecidos à cidade do Porto.

O lugar de Contumil tem origens antigas. No século XIV há menção ao Casal de Contumil e em 1426 é referida a aldeia de Contumil[6]. No século XVI havia já vários indícios do seu crescimento, como a utilização dos topónimos Contumil do Souto, Fonte de Contumil, Torre de Contumil, aldeia de Contumil da Torre e Rio de Contumil[7]. Nos espaços vizinhos, os aglomerados começaram a surgir ao longo das ruas de S. Roque da Lameira e de Costa Cabral, impulsionados também pela proximidade com a linha de caminho-de--ferro. A partir da planta de Teles Ferreira de 1892 pode observar-se como as construções naquela área se cingiam ao núcleo de Contumil e aos arruamentos mencionados. No sector norte, os solos eram pouco produtivos, existindo sobretudo mato e cultura de sequeiro. A área de mato servia de protecção para a área agrícola, a sul, onde existiam prados, campos de cereais e hortas. A instalação de diversas indústrias entre a linha de caminho-de-ferro e a rua de S. Roque da Lameira gerou um aumento demográfico

municipal não enquadrada num programa específico. Na primeira fase foram construídos 3 edifícios, um com projecto de Manuel Teles, outro com projecto de Manuel Teles e Alexandre Alves Costa e o terceiro elaborado por estes dois projectistas e por Rui Paixão. Na segunda fase, em 1974, foi construído o edifício mais comprido do conjunto, com projecto de Rui Paixão. Na terceira fase, em 1977, foram construídos 11 edifícios com projecto de Alberto Rosmaninho. Na quarta fase, em 1984, foi edificado o último bloco do bairro na rua de Contumil. Cf. "Base de dados Mapa da Habitação", disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/mapa_habitacao_db, consultado a 19 Março 2021.

6 Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 116.

7 Idem, p. 325.





↑ Fotografias da área de Contumil, mostrando um dos aglomerados mais densos no sector sul (à esquerda) e barracas na área de mato do sector norte (à direita).
© Arquivo Distrital do Porto

nesta área, o que levou à transformação dos aglomerados de características rurais para alojar o operariado e à utilização dos terrenos agrícolas para a construção de conjuntos habitacionais. Essa urbanização de solo agrícola foi, como referido, iniciada pela construção de bairros camarários, sobretudo no sector norte, verificando-se uma maior resistência no sector sul, em parte devido à sua estrutura mais compacta e ao facto de praticamente todas as parcelas se manterem cultivadas[8]. Embora tenha havido a fixação de alguma indústria, maioritariamente de pequena dimensão, quase não existia comércio.

Os principais problemas detectados passavam pelas más condições habitacionais das casas, quase todas de um piso e com áreas reduzidas, com um deficiente estado de conservação, pela inexistência de uma rede de saneamento, pelo mau estado dos poucos arruamentos existentes (nalguns não era possível o trânsito automóvel) e pela falta de iluminação pública. A maior parte da população usava instalações sanitárias colectivas e servia-se de lavadouros colectivos, um localizado no sector norte e três no sector sul. Após uma primeira fase de inquérito, concluiu-se que naquela área existiam 364 fogos degradados, correspondentes a uma população de 1356 habitantes, 153 respeitantes ao sector norte (502 pessoas) e 211 ao sector sul (854 pessoas)[9]. Perante tais condições, a Brigada estimava a necessidade de 400 fogos, em que 340 seriam fogos novos e 60 corresponderiam a recuperações[10]. De modo geral, no sector a norte não se justificava a manutenção das casas existentes, por se tratar de edificação clandestina e com pouca qualidade construtiva. A intervenção passaria, portanto, pela construção de novas habitações, pela ampliação das áreas habitacionais das casas a recuperar e pela efectuação de obras de emergência nos casos mais urgentes. Em termos de infra-estruturas, previa-se a instalação de rede de saneamento e de abastecimento de água para todas as casas, o melhoramento da rede eléctrica (que incluía a instalação de iluminação pública), a pavimentação de arruamentos existentes e a criação de novos arruamentos. Quanto a equipamentos, considerava-se prioritária a instalação de uma creche, de escolas (sobretudo primária, mas não só), de equipamentos sócio-culturais e de apoio sanitário.

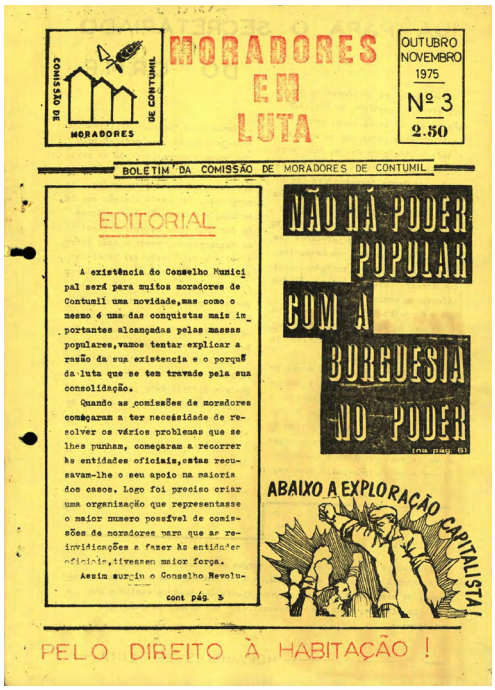
Uma medida urgente a adoptar passava pela assistência médico-sanitária, já que, para além das carências existentes, tinham sido detectados casos de cólera. De modo a dar apoio àquela população, formou-se uma equipa médica constituída por Maria Stanislau Almeida, Maria Gomes Carvalho, Isabel Silva e Iolanda Correia[11]. Os morado-

8 Refere-se que se verificava o cultivo de milho, batata, centeio e erva para os animais, existindo também pequena pecuária.

9 Brigada técnica de Contumil, "Memória descritiva", s.d., documento consultado no ADP.

10 Brigada técnica de Contumil, "Ficha resumo da situação", [1975], documento consultado no ADP.

11 Brigada técnica de Contumil, [Sistematização da informação em processo], Junho 1975, documento consultado no ADP.


MORADORES EM LUTA

COMISSÃO DE MORADORES DE CONTUMIL

OUTUBRO NOVEMBRO 1975

Nº 3

2.50

BOLETIM DA COMISSÃO DE MORADORES DE CONTUMIL

EDITORIAL

A existência do Conselho Municipal será para muitos moradores de Contumil uma novidade, mas como o mesmo é uma das conquistas mais importantes alcançadas pelas massas populares, vamos tentar explicar a razão da sua existência e o porquê da luta que se tem travado pela sua consolidação.

Quando as comissões de moradores começaram a ter necessidade de resolver os vários problemas que se lhes punham, começaram a recorrer às entidades oficiais, estas recusavam-lhe o seu apoio na maioria dos casos. Logo foi preciso criar uma organização que representasse o maior número possível de comissões de moradores para que as reivindicações a fazer às entidades oficiais, tivessem maior força.

Assim surgiu o Conselho Revolu-

cont pág. 3

NÃO HÁ PODER POPULAR COM A BURGUESIA NO PODER

(na pag. 6)

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

PELO DIREITO À HABITAÇÃO !



← Capa do boletim dos moradores número 3 intitulado "Moradores em Luta", Outubro/Novembro 1975. © Arquivo Distrital do Porto

→ Fotografia do pavilhão e balneários construídos para a sede da Associação de Moradores de Contumil. © Arquivo Associação de Moradores de Contumil

res empreenderam obras de saneamento de águas pluviais e esgotos na rua das Coelhas e na travessa da Fonte de Contumil[12], com materiais fornecidos pela Câmara Municipal do Porto. De qualquer modo, e mesmo existindo diversas iniciativas por parte dos moradores, face ao tamanho e dispersão daquela área seria necessário encontrar outras estratégias de mobilização. Para além da formação de uma comissão para a discussão dos estatutos da Associação de Moradores e de uma comissão de dinamização cultural que previa o lançamento de um jornal, o boletim "Moradores em luta", procedeu-se à construção de um pavilhão polivalente que serviria como futura sede da Associação de Moradores e teria anexos balneários públicos (já que, até então, os moradores tinham de utilizar os balneários públicos do Campo 24 de Agosto)[13]. O ideal seria que este pavilhão estivesse localizado entre os dois sectores, para que funcionasse como elemento de coesão. No entanto, este foi implantado na quinta do Fidalgo, um terreno cedido por um proprietário local que quis apoiar aquela iniciativa social, localizado no sector sul junto à travessa da Fonte de Contumil. A limpeza do terreno foi feita pelos moradores e, embora primeiramente se imaginasse que este pavilhão teria um carácter temporário, os apoios da Junta de Freguesia de Campanhã e do Governo Civil permitiram construí-lo segundo uma concepção mais durável. Inicialmente, o projecto elaborado pela Brigada previa um edifício composto por dois volumes agregados: o maior, destinado ao espaço de pavilhão, que albergava um espaço amplo com um palco e bancadas e uma sala de reuniões com um espaço de arquivo, e o menor, destinado aos balneários e sanitários comunitários. Uma fase posterior do projecto incluiu um espaço intermédio adossado aos dois volumes, conferindo um aspecto mais compacto ao edifício de apenas uma água. Este espaço serviria como área de estar e convívio.[14] As obras do pavilhão e dos balneários ficaram concluídas em 1977, o que permitiu criar condições para que a Associação pudesse prosseguir as suas iniciativas com uma organização mais estável[15]. O facto de a população de Contumil ser muito jovem – em que mais de 50% da população tinha menos de 30 anos[16] – atestou a vitalidade da Associação que perspectivava, inclusivamente, a formação de uma escola popular ligada

12 Esta iniciativa correspondeu à actividade denominada de "Dia do trabalho". Cf. Brigada técnica de Contumil, "Zona de Contumil: Relatório: 2.ª quinzena de Outubro/1.ª quinzena de Novembro", 20 Novembro 1975, documento consultado no ADP.

13 Ibidem.

14 Os desenhos do processo relativo ao edifício do pavilhão e balneários podem ser consultados no Centro de Documentação 25 de Abril, embora correspondam a fotocópias dos desenhos originais com qualidade reduzida.

15 O edifício terá sido demolido na primeira década de 2000.

16 Brigada técnica de Contumil, "Processo de Declaração de Utilidade Pública", 11 Maio 1976, documento consultado no ADP.



→ Fotografia do protótipo de um forno solar realizado por alunos da ESBAP.
© Bandeira, Pedro, *Escola do Porto: lado B, 1968 1978=Porto school: B side, 1968 1978*, Guimarães: Centro internacional das artes José de Guimarães, 2014, p. 135.

à agricultura e a criação de um bar, de um posto médico e de uma sala para a terceira idade, algo que não chegou a viabilizar-se.

Juntamente com a Brigada, foi organizada uma sardinhada no pavilhão da Associação de Moradores, tendo-se assado as sardinhas num forno solar. Este pormenor não é de menor importância, visto que a construção de protótipos de aparelhos activados por energias limpas tinha sido uma actividade impulsionada por Jacinto Rodrigues no âmbito da sua actividade enquanto docente na ESBAP, após o seu exílio em Paris[17]. Os temas das aulas de Jacinto Rodrigues estavam relacionados com a ideia de ecologia social, um tema bastante avançado para a sociedade portuguesa naquela altura, mas que estava a par dos vários movimentos ecológicos que surgiam noutros países. A revolução cultural a que aspirava, desde uma posição ideológica muito bem definida, promovia a relação entre técnicas populares, conhecimento científico e energias limpas. Mas promovia ainda uma reflexão sobre a disciplina da arquitectura e sobre o papel do especialista, que desapareceria com a abolição da distinção entre trabalho intelectual e manual, rumo a uma sociedade anti-capitalista sem classes. O protótipo do forno solar, desenvolvido no laboratório prático de grupo da disciplina Teoria e Prática de Investigação II, foi um dos aparelhos produzidos[18] que pretendiam constituir alternativas políticas, mas também tipológicas[19], das formas de vida.

O interesse dos membros da Brigada pelas reflexões e práticas propostas por Jacinto Rodrigues explica de algum modo o seu posicionamento no âmbito da operação de Contumil e a distância entre esta brigada técnica e a maioria das operações SAAL desenvolvidas no Porto. Num documento da Brigada intitulado de "Subsídios para discussão" foi transcrito um excerto do texto "Do técnico na luta de classes" do filósofo André Gorz (que foi apresentado no congresso da União dos Trabalhadores Científicos Neerlandeses (BWA) em 1973), onde este refere que, para que o conhecimento seja um bem comum a todos, não deve existir diferenciação entre peritos e não peritos. Segundo Gorz, "só o que for bom para toda a gente" é "suficientemente bom para cada um", e uma sociedade sem classes só será alcançável quando isso se aplicar a todos os domínios, permitindo a formação de uma verdadeira cultura popular.[20] Seguindo estes princípios, a Brigada recusava que os honorários pagos aos diversos membros variassem de acordo com a sua formação, estabelecendo-se que todos receberiam o mesmo valor por hora, o que gerou controvérsia na relação com a coordenação do SAAL/Norte[21].

Igualmente, no I Encontro SAAL/Norte, realizado em Julho de 1975, a Brigada escreveu

17 Jacinto Rodrigues esteve exilado em Paris até ao 25 de Abril, tendo estudado sociologia na Sorbonne e feito um mestrado em urbanismo na universidade de Paris VIII. Na ESBAP, entre 1975 e 1977, leccionou a disciplina de Teoria e Prática de Investigação II, onde desenvolveu material sobre história e teoria da arquitectura, enfatizando a relação entre a organização espacial e social e política, sob uma perspectiva anti-capitalista e ecológica. Cf. Bandeira, Pedro, *Escola do Porto: lado B, 1968 1978=Porto school: B side, 1968 1978*, Guimarães: Centro internacional das artes José de Guimarães, 2014, pp. 121-182.

18 Também foi produzida uma ventoinha eólica e várias *domes*. As *domes* constituíam alternativas construtivas que, graças à simplicidade da sua estrutura, poderiam ser realizadas através de processos de auto-construção. Cf. Idem, p. 139.

19 "No contexto da exposição *Arquitecturas Marginais*, a «arquitectura sem arquitectos» deveria ser entendida como uma prática que questionaria o sentido da própria disciplina e da profissão, e isto distanciava claramente Jacinto Rodrigues de Fernando Távora (ou de outros arquitectos) como distanciaria mais tarde Jacinto Rodrigues do SAAL, em busca de alternativas políticas mas também de alternativas tipológicas." Idem, p. 129.

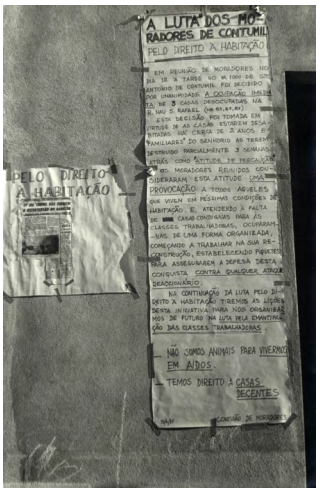
20 Brigada técnica de Contumil, "Subsídios para discussão: «Do técnico na luta de classes», André Gorz", s.d., documento consultado no ADP.

21 Informação obtida através de conversa telefónica com o arquitecto Elói Castro a 18 Março 2021.

na sua comunicação que seria necessário "procurar formalizações espaciais" que correspondessem à "evolução das formas de vida". Essas formas de vida deveriam ser "correspondentes" às "perspectivas de classe" dos moradores, o que implicava dois problemas: um primeiro relacionado com a "posição de classe dos técnicos", que "não põem completamente em causa a sua criatividade baseada em esquemas que sempre estiveram ao serviço da burguesia, sendo assim levados a influenciar as opções da população no que se refere à determinação da organização espacial da habitação, no sentido da aceitação de formas completamente determinadas por concepções moralistas burguesas, ou pequeno-burguesas"; e um segundo problema relacionado com as "formulações da população", que têm as "mesmas concepções moralistas" que lhes foram "impingidas" "pelos aparelhos de repressão ideológica da burguesia, fazendo com que neste momento lhes seja difícil encontrarem formas de organização familiar autónomas, mais correspondentes à sua posição de classe".[22]
A este impasse teórico, e recusando tanto as "formulações da população" sem que haja crítica como a adopção de "uma atitude dirigista", a Brigada optou por recolher elementos que suscitassem a discussão junto da população e realizar inquéritos às áreas de exploração agrícola. Considerava ainda que, numa intervenção com uma grande dimensão e complexidade, deveria avançar-se para propostas de planeamento global, a partir das quais se encontrariam soluções habitacionais mais adequadas. Apesar de entender como pertinente esta reflexão de fundo naquele contexto específico, a Brigada não descurava a urgência da resolução dos casos com os problemas habitacionais mais graves. Nesse sentido, e perante a necessidade de desalojar rapidamente 55 famílias cujas casas não garantiriam a mínima segurança e protecção no inverno seguinte, propunha-se



a instalação de construções pré-fabricadas[23]. Ponderava-se a sua localização num terreno camarário circunscrito entre a rua de Santo António de Contumil e a rua da Nau Vitória e utilizar-se-ia cerca de 10% do subsídio a fundo perdido atribuído à operação de Contumil para esta construção. Para a Brigada, as casas pré-fabricadas tinham também um "interesse experimental", na medida em que permitiriam "orientar a futura elaboração dos projectos das habitações definitivas" sem que os moradores passassem por "organizações tipológicas que lhes são exteriores"[24], e as infra-estruturas criadas para o efeito poderiam ser utilizadas posteriormente. Para não haver uma reocupação das casas degradadas e sem qualquer possibilidade de reparação, previa-se a sua demolição pela Câmara Municipal do Porto e a restituição daqueles terrenos para cultivo, o que permitiria encetar um estudo de reconversão dos terrenos agricultáveis. No entanto, a coordenação do SAAL/Norte não viabilizou esta possibilidade. As directrizes do Serviço iam no sentido de realizar concretizações simples e definitivas em núcleos pequenos, contrariamente à aspiração da Brigada de considerar uma proposta global para a área de intervenção[25]. Estes conflitos e discordâncias terão sido, eventualmente, os motivos que levaram a que Célio Costa abandonasse a Brigada.



← Fotografia das obras de recuperação das casas ocupadas pela Associação de Moradores de Contumil.
© Arquivo Distrital do Porto

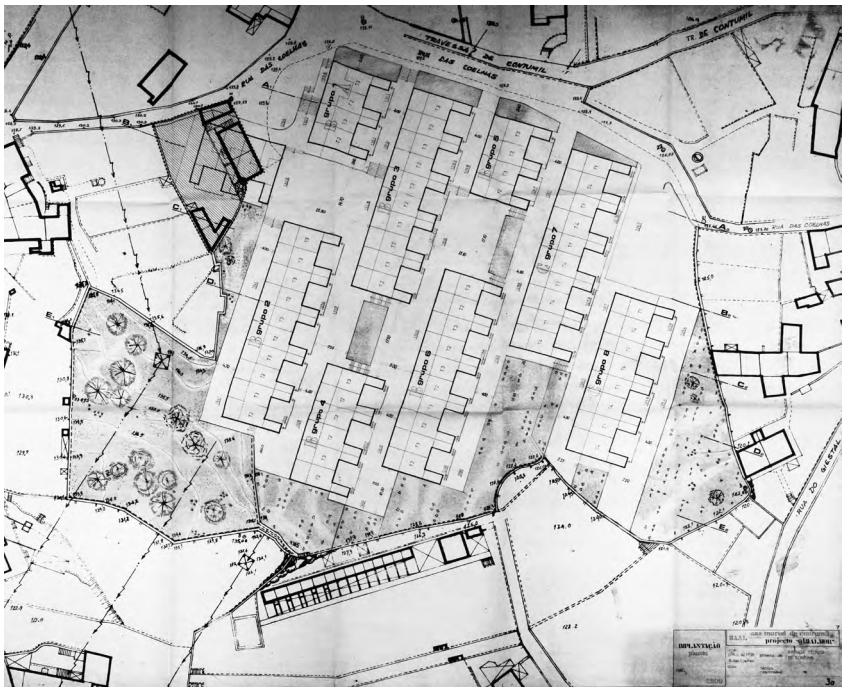
→ Jornal de parede dos moradores da operação de Contumil.
© Arquivo Distrital do Porto

22 Brigada técnica de Contumil, "Zona de Contumil: Relatório", 21 Julho 1975, pp. 1-2, documento consultado no ADP.

23 Brigada técnica de Contumil, "Zona de Contumil: Relatório", Setembro 1975, documento consultado no ADP.

24 Brigada técnica de Contumil, "Zona de Contumil: Relatório 2.ª quinzena de Outubro/1.ª quinzena de Novembro", 20 Novembro 1975, documento consultado no ADP.

25 Esta perspectiva relatada pela Brigada era de algum modo contraditória com a posição assumida pela coordenação do SAAL/Norte relativamente à operação da Bela Vista.

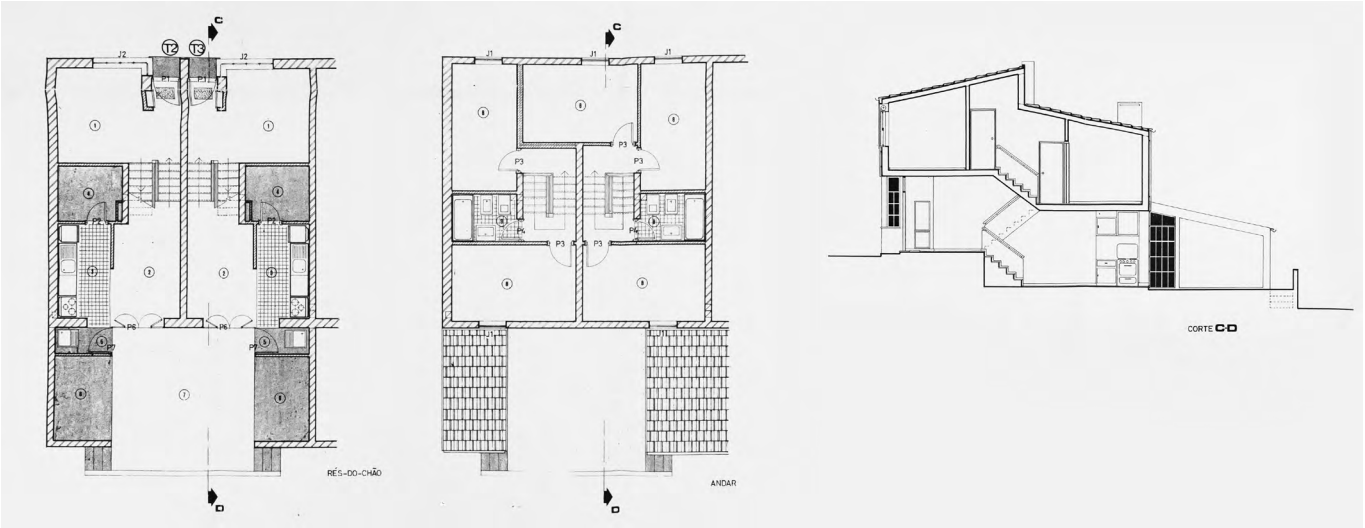


↑ Planta do conjunto habitacional de 62 fogos proposto para a quinta do Almor.
© Arquivo Associação de Moradores de Contumil

Simultaneamente, a Brigada ia orientando intervenções mais pequenas. Uma linha de actuação passava pelo apoio dado aos moradores que ocuparam casas devolutas daquela área. Tratava-se de um processo complexo, já que alguns senhorios, imaginando esse cenário, destruíram algumas casas para que estas não fossem tomadas pela Associação. Ainda assim, os moradores organizaram-se de modo a recuperá-las e a instalar lá os moradores que se encontravam em situações mais vulneráveis.[26] Outra linha de actuação consistiu na elaboração de uma alternativa ao troço da VCI previsto para aquela área. As propostas do Plano Director para a área de Contumil passavam pela manutenção da reserva natural a nascente e pela protecção da área junto à linha férrea de modo a permitir uma futura expansão da estação de Contumil; pela construção de duas escolas, uma escola para o ensino básico (que ficaria localizada num terreno camarário no sector norte) e uma escola materno-infantil (num terreno de características agrícolas a nascente da travessa da Fonte de Contumil, junto ao lavadouro); e pelo prolongamento do traçado da VCI, que intersectaria o terreno da quinta do Almor. Como este traçado impossibilitaria o aproveitamento do terreno da quinta, já na posse da Câmara, a Brigada elaborou um traçado alternativo de modo a deslocá-lo mais para sul. Esta proposta foi aprovada pela Câmara, o que de alguma forma apressou a necessidade de apresentação de propostas para o aproveitamento desse terreno.

O projecto para a construção de novos fogos na quinta do Almor foi considerado pela Brigada como uma alternativa aos fogos pré-fabricados, devendo, por esse motivo, ter um arranque célere. O projecto de execução de 8 bandas de casas unifamiliares de dois pisos estava concluído em Dezembro de 1976, perfazendo um total de 62 fogos. As bandas foram organizadas paralelamente, segundo 5 alinhamentos perpendiculares à rua das Coelhas e à travessa de Contumil (que seguiam lado a lado, a cotas distintas), e aproveitam a ligeira pendente a nascente para desenvolver as casas em meios pisos. Deste modo, em todas as casas a entrada principal é feita a partir do alçado poente, e o espaço de pátio localiza-se a nascente, a uma cota mais baixa, com excepção de duas casas do grupo 1 em que a entrada é feita a uma cota inferior à do pátio. De qualquer forma, realizaram-se movimentos de terras para que as plataformas em que assentam as casas fossem relativamente regulares, fazendo-se o ajuste em relação às ruas através das escadas de acesso aos pátios. As ruas que separam as bandas, e que tinham sido pensadas como espaços pedonais (apesar de actualmente serem utilizadas para o acesso e estacionamento automóvel), estão niveladas, existindo momentos em que os desníveis são vencidos por intermédio de escadas. As bandas de casas, com um mínimo de 4 fogos e um máximo de 10 fogos agregados, estão

26 "Esclarece-se de que a Comissão de Moradores em relação a casas desocupadas, levou sempre em consideração o diálogo com os senhorios o que se veio a verificar não dando resultados positivos com o alugar duma casa na Rua Nau S. Rafael, isso já não aconteceu em virtude do senhorio (BARROS) ter em princípio de Abril do corrente ano apercebido de que se estavam a ocupar casas que se encontravam há bastante tempo desocupadas, neste caso já se encontravam há dois anos, prevendo uma possível ocupação, começou a destruir a casa tirando as telhas o que originou por parte da população uma reacção que nem permitiu que se fosse falar com ele, optando os moradores, concentrados num comício pela ocupação imediata, com a entrega das 3 casas às famílias mais necessitadas da área, depois de reconstruídas." Comissão de Moradores de Contumil, "Relatório da Comissão de Moradores de Contumil para o 1.º Encontro SAAL/Norte", 21 Julho 1975, documento consultado no ADP.



↖ Plantas do piso térreo e do primeiro piso e corte dos fogos T2 e T3 do conjunto habitacional da quinta do Almor, Dezembro 1976.
© Arquivo Associação de Moradores de Contumil

distribuídas de modo desfasado para gerar sempre espaços livres entre elas. Esses espaços livres tinham um carácter diferente entre si, para melhor responder às diversas necessidades da população[27].

As bandas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 são formadas por núcleos que conjugam fogos T2 e T3, enquanto os núcleos das bandas 7 e 8 conjugam fogos T1 e T4, somando 9 fogos T1, 22 T2, 22 T3 e 9 T4. O tamanho dos núcleos é regular, com 8,8 metros de largura e 14,1 metros de profundidade (ou 9,1 metros, excluindo o espaço do pátio). Os fogos T2 e T3 têm ambos uma largura de 4,4 metros, entrando-se por um pequeno átrio que distribui para o espaço da sala de estar e, através de uma escada de dois lanços localizada no centro do fogo, é possível descer meio piso para a cozinha e o espaço de comer que dá acesso ao pátio ou subir meio piso que dá acesso ao quarto-de-banho e a um quarto e, subindo mais um lanço, a um ou dois quartos, consoante se trate de um fogo T2 ou T3. No pátio há um espaço de lavagem, que tem uma porta para poder ser fechado durante o inverno, e um anexo coberto. A organização dos espaços dos fogos T1 e T4 é semelhante à dos fogos T2 e T3, com a diferença de que o T1 tem 3,9 metros de largura e é formado apenas por 3 meios pisos e o T4 tem 4,9 metros, ocupando toda a extensão do 4.º meio piso. O facto de o fogo T4 ser mais largo permite a instalação de dois quartos-de-banho no 3.º meio piso.

Os núcleos correspondem a uma organização simétrica dos fogos, mas, apesar de as fachadas poderem ser simétricas, a janela do quarto central no último meio piso é disposta de modo a ficar incluída na área do piso térreo do fogo a que pertence, anulando essa relação simétrica. Apesar disso, em termos de volumetria, as bandas de casas da operação de Contumil são bastante parecidas às da operação SAAL das Antas, pela utilização de reboco nas fachadas do piso térreo e nas empenas das bandas de casas, enquanto no piso superior se aplica uma chapa ondulada de fibrocimento. Os caixilhos do piso térreo são em ferro pintado, e no piso superior são de madeira, com janelas de guilhotina. Na sala de estar, junto à porta de entrada, há uma janela de canto. A cobertura de duas águas desfasadas em telha permite um melhor ajuste aos fogos organizados em meios pisos e reforça a pendente suave do terreno.

Este projecto estava enquadrado na primeira fase de intervenção, que previa a construção de 258 fogos novos em terrenos livres, correspondentes a quatro sectores distintos: o lugar do Aterro, na quinta de Contumil, onde seriam construídos 126 fogos; o lote com o número 1000 na rua de Santo António

27 Actualmente, a maior parte dos espaços livres entre as bandas de casas são utilizados como lugares de estacionamento, com excepção do espaço livre no alinhamento do grupo 7 que, apesar de se ter mantido durante muitos anos como espaço ajardinado, agora alberga um parque infantil construído pela Associação de Moradores.





↑ Fotografias do conjunto habitacional construído na quinta do Almor, anos 1980.
© Arquivo Associação de Moradores de Contumil

de Contumil[28], onde seriam construídos 30 fogos; o lugar de Presa, Souto e Baixo Souto, onde seriam construídos 22 fogos; e a quinta do Almor, onde seriam construídos 80 fogos, 62 dos quais chegaram a vias de concretização. Na segunda fase, avançar-se-ia para a construção de 131 fogos novos nos locais ocupados por habitação degradada sem possibilidade de recuperação. Parte destas construções localizavam-se nos sectores acima referidos: 9 no lugar do Aterro, 18 no lote número 1000, 12 no lugar de Presa, Souto e Baixo Souto e 15 na quinta do Almor. Na terceira fase, previa-se a recuperação progressiva de 20 fogos. Em Maio de 1976, estimava-se um total de 409 fogos para alojar cerca de 1780 pessoas.[29]

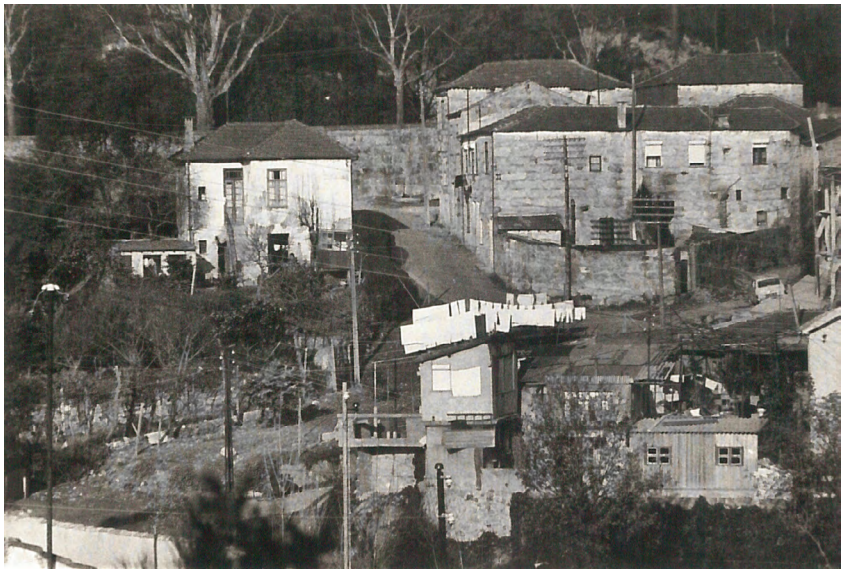
Contudo, na operação SAAL de Contumil apenas foi concluída a construção dos 62 fogos na quinta do Almor. A sua construção foi, ainda assim, atribulada. O projecto só foi aprovado em Maio de 1977 e a construção iniciou-se em 1978, já sob coordenação da Câmara Municipal do Porto, num momento em que estavam em construção os 11 blocos de habitação plurifamiliar relativos à terceira fase de desenvolvimento do bairro camarário de Contumil. No terreno correspondente ao Aterro foi construída uma escola básica e no lote livre entre as ruas de Santo António de Contumil e de Nau Vitória foi construído um conjunto habitacional pela cooperativa de habitação económica dos trabalhadores dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto. O estado dos núcleos habitacionais nas ruas da Presa de Contumil, do Souto de Contumil e de Baixo do Souto mantém-se idêntico àquele que foi encontrado no pós-25 de Abril, embora a criação de novos arruamentos (como a rua Amorim de Carvalho, a rua João Paulo Seara Cardoso e a rua Avelino Ribeiro) tenha fragmentado aquele conjunto. Presume-se que a recente construção da linha do metro venha, de modo progressivo, fomentar transformações mais significativas naquele lugar, que ainda mantém características rurais. Quanto às casas da operação SAAL na quinta do Almor, estas foram sendo melhoradas pela Associação de Moradores[30], que construiu recentemente um parque infantil num dos espaços que estavam livres entre as bandas de casas.

28 Presume-se que seria neste terreno que a Brigada havia previsto a construção das casas pré-fabricadas.

29 Brigada técnica de Contumil, "Processo de Declaração de Utilidade Pública", 11 Maio 1976, documento consultado no ADP.

30 A Associação de Moradores realizou obras para instalar isolamento térmico em todas as casas.

OP27
OPERAÇÃO SAAL DE PÊGO NEGRO



↖ Fotografia de casas no núcleo mais antigo de Pêgo Negro, junto à Circunvalação, [1975].
© Arquivo Pedro Cabral

Na área de Pêgo Negro existia, desde 1943, uma colectividade, a associação recreativa Os Bem Entendidos, que era formada por moradores do núcleo localizado no troço norte da rua de Pêgo Negro, junto à Circunvalação. Essa Associação foi responsável pela instalação de algumas infra-estruturas naquela área, como água canalizada e telefone.[1] Perante os problemas habitacionais existentes no lugar de Pêgo Negro, e a formação de movimentos de moradores no pós-25 de Abril, no início de 1975 um elemento dessa Associação encetou a discussão em torno da necessidade de constituir uma comissão de moradores, para a qual foi organizada uma assembleia. A Comissão de Moradores de Pêgo Negro formou-se em Março de 1975 e desenvolveu várias acções para melhorar as condições daqueles moradores, tais como a limpeza da área e o estabelecimento de contactos com os serviços de limpeza da Câmara para uma recolha regular dos lixos. Com alguma ajuda monetária da Junta de Freguesia de Campanhã, e pressionando o SMAS e a Câmara, membros da Comissão de Moradores usaram os seus tempos livres e as férias para a abertura de uma vala na rua de Pêgo Negro que viabilizou a distribuição de água canalizada para toda a população, entre o rio Tinto e o lugar de Areias[2]. Perante a situação preocupante em que se encontravam algumas casas, a Comissão fez um pedido de fornecimento de materiais para realizar obras numa casa que ameaçava ruir e noutra que se encontrava num estado de degradação muito avançado[3]. Procedeu também ao alargamento e pavimentação do acesso da rua de Pêgo Negro à Circunvalação.

Apesar de o pedido de apoio do SAAL ter sido elaborado em Junho de 1975, só em Dezembro do mesmo ano é que foi constituída uma brigada técnica para acompanhar esta operação, sendo formada pelos ainda estudantes de arquitectura Marta Oliveira e Pedro Cabral. Em Janeiro de 1976 foi apresentado o processo de definição de unidade

1 Cf. "Pego Negro: O que faz o povo quando unido", *A Reconstrução, Publicação quinzenal da Comissão de Moradores da zona da Arrábida*, 8, 15 Setembro 1975, documento consultado no ADP.

2 Até então, parte dos moradores apenas podiam abastecer-se em dois locais distanciados cerca de 200 metros das suas casas. Cf. Comissão de moradores de Pêgo Negro, [Carta a] "Ex. Senhor Presidente da comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Campanhã", 23 Março 1975, documento consultado no arquivo pessoal de Pedro Cabral.

3 Cf. Comissão de Moradores de Pêgo Negro, [Carta] "À Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto", 29 Agosto 1975, documento consultado no arquivo pessoal de Pedro Cabral.



↑ Planta de Definição da Unidade Operacional de Pêgo Negro e Tirares, com a indicação dos núcleos abrangidos pelas Comissões de Moradores, Dezembro 1975. A vermelho, a área de Pêgo Negro; a azul, a área de Tirares; a verde, núcleos de habitação degradada em situação indefinida.
© Arquivo Pedro Cabral

operacional que englobava os núcleos de Pêgo Negro e Tirares. Embora não estejam conectados entre si, dada a proximidade e as características semelhantes dos dois núcleos considerou-se que fariam parte da mesma unidade. Este perímetro ficou definido, a poente, pela estrada da Circunvalação, incluindo o núcleo de Pinheiro Grande situado para lá da Circunvalação; a norte, por um grupo de casas localizadas no topo da rua de Pêgo Negro; a nascente, pelo limite da cidade do Porto; e, a sul, por campos de cultivo junto às margens do rio Tinto e pelo lugar de Areias. Tratava-se de núcleos que estavam isolados relativamente aos aglomerados limítrofes e às vias circundantes, existindo dificuldades de acesso, falta de equipamentos (existiam apenas duas mercearias) e de infra-estruturas (tais como saneamento e iluminação pública) ou, nos casos em que existiam, como a rede de abastecimento de água e de electricidade, estas necessitavam de ser melhoradas. Esta unidade operacional abrangia cerca de 700 moradores que residiam em 180 fogos, aproximadamente, 35 respeitantes ao núcleo de Tirares e 145 ao núcleo de Pêgo Negro. Previa-se que 60 fogos seriam recuperáveis e que seria necessário demolir 60 fogos e construir 140 casas novas, de modo a perfazer 192 fogos para atender às necessidades da população.[4] Com a evolução do processo, os dois núcleos foram tomados como operações independentes. Os outros núcleos que tinham sido incluídos na unidade operacional, mas que não pertenciam às áreas abrangidas pelas comissões de moradores de Pêgo Negro ou de Tirares, mantiveram-se numa situação indefinida e não tiveram desenvolvimento.

As primeiras referências a Pêgo Negro de que se tem conhecimento datam do final do século XVI[5]. O lugar de Pêgo Negro era um núcleo de características rurais, constituído por quintas e casas que formavam um aglomerado junto ao rio Tinto que era rodeado por campos. Na planta de 1892 de Teles Ferreira, o núcleo principal junto à Circunvalação já estava completamente definido. O carácter do lugar foi, contudo, alterado. Com a diminuição das actividades agrícolas, em parte motivada pela poluição do rio Tinto, e a progressiva industrialização da cidade, esta área serviu como residência para o operariado. Primeiramente houve uma proletarização das famílias que trabalhavam na lavoura e, numa segunda fase, foram aqui alojados trabalhadores recém-chegados de meios rurais. Para tal, todas as construções existentes, tratando-se de casas de caseiros ou dependências agrícolas, foram alugadas para habitações, subdividindo-se os espaços. Alguns terrenos de cultivo passaram a ser utilizados pelos moradores como hortas. Numa fase posterior edificaram-se também algumas casas, com muito má qualidade

4 Brigada técnica de Pêgo Negro e de Tirares, "Zona de Pêgo Negro e Tirares: Conclusões do inquérito", [Dezembro 1975], p. 1, documento consultado no ADP.

5 Cf. Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 277.



↖ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área de Pêgo Negro. © Arquivo Municipal do Porto

construtiva e precárias condições habitacionais, no troço norte da rua de Pêgo Negro, junto a Tirares, a Areias e à Circunvalação.

Segundo o inquérito elaborado pela Brigada, a população de Pêgo Negro era maioritariamente natural de Campanhã e constituída por operários[6]. O aglomerado mantinha-se isolado relativamente às vias circundantes e aos circuitos dos transportes públicos, embora grande parte da população não trabalhasse naquela área. Seria necessário alargar a rua de Pêgo Negro nalguns pontos e pavimentá-la, de modo a que fosse transitável, já que era a rua estruturante de todo o núcleo. Os moradores reivindicavam uma série de equipamentos que eram fundamentais para aquela população, tais como um edifício para instalar a sede da Associação de Moradores, uma creche, uma cooperativa de consumo, um lavadouro público e um parque infantil. Provisoriamente, a sede estava instalada numa casa do número 30 na travessa de Pêgo Negro.

A proposta do Plano Director de 1962 para aquela área previa a construção de um cemitério que serviria a cidade, juntamente com o cemitério a construir em Aldoar, substituindo pequenos cemitérios não municipais. Contudo, tal como tinha sido planeado, a grande extensão do cemitério implicaria a demolição de pequenos aglomerados ao longo da rua de Pêgo Negro (num total aproximado de 80 habitações, o que correspondia a 250 habitantes), mantendo apenas o núcleo mais a norte situado junto à Circunvalação (que era considerado "zona rural"), e destruiria a ligação entre os lugares de Pêgo Negro e Azevedo de Campanhã, que seria substituída por uma via apenas de sentido descendente. Essa proposta impossibilitaria, ainda, o realojamento dessa população dentro dos limites da cidade, contra a vontade expressa dos moradores. Nesse sentido, em Março de 1976 a Brigada elaborou uma alternativa que reduzia a área prevista para o cemitério e alterava o traçado da via circundante. A redução da área do cemitério permitiria libertar terrenos que servissem a construção de habitações para os moradores, mantendo alguns terrenos agrícolas existentes. A

6 Cf. Brigada técnica de Pêgo Negro, "Pêgo Negro: Declaração de utilidade pública", 30 Abril 1976, documento consultado no arquivo pessoal de Pedro Cabral.





↑ Planta do Plano Director relativa à área de Pêgo Negro, Março 1976.
© Arquivo Pedro Cabral

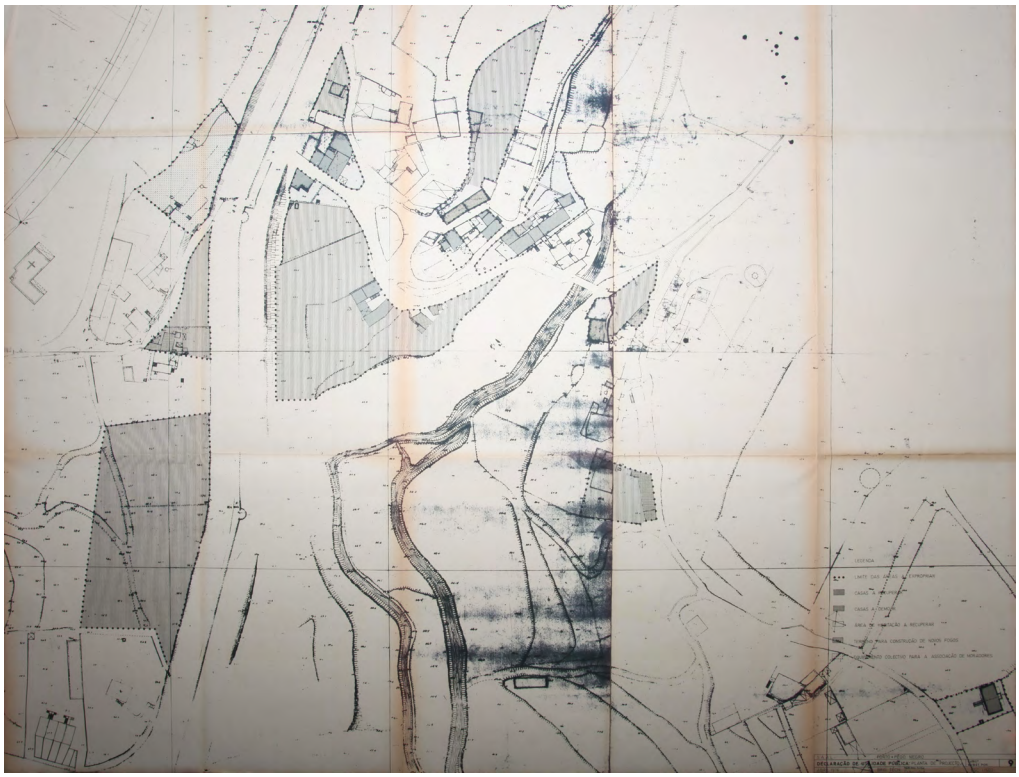
↓ Planta com a proposta de alteração da via prevista no Plano Director, Março 1976.
© Arquivo Pedro Cabral

alteração do traçado da via circundante mantinha a ligação entre Pêgo Negro e Azevedo de Campanhã com dois sentidos, propunha a recuperação das construções do núcleo norte e a preservação da área agrícola em redor desse núcleo, e possibilitava o aproveitamento de alguns terrenos camarários para a construção de novos fogos dentro dos limites da cidade do Porto.[7] Com base nesta proposta, os serviços da Câmara estudaram uma via alternativa àquela que tinha sido desenhada no Plano Director[8].

Quanto ao núcleo a recuperar, em Abril de 1976 foi elaborado o processo de declaração de utilidade pública com indicação dos terrenos a expropriar referentes ao núcleo de Pêgo Negro, que incluía também o lugar de Pinheiro Grande do outro lado da Circunvalação. No lado poente da Circunvalação, os terrenos a sul da rua do Pinheiro Grande seriam utilizados para a construção de habitações, demolindo-se as edificações exis-

7 Cf. Brigada técnica de Pêgo Negro, "Proposta de alteração do traçado duma via e área do cemitério previstos pelo plano Director para a zona de Azevedo de Campanhã", 18 Março 1976, documento consultado no arquivo pessoal de Pedro Cabral.

8 Cf. Brigada técnica de Pêgo Negro, "Pedido de cedência de terrenos municipais", 18 Agosto 1976, documento consultado no arquivo pessoal de Pedro Cabral.



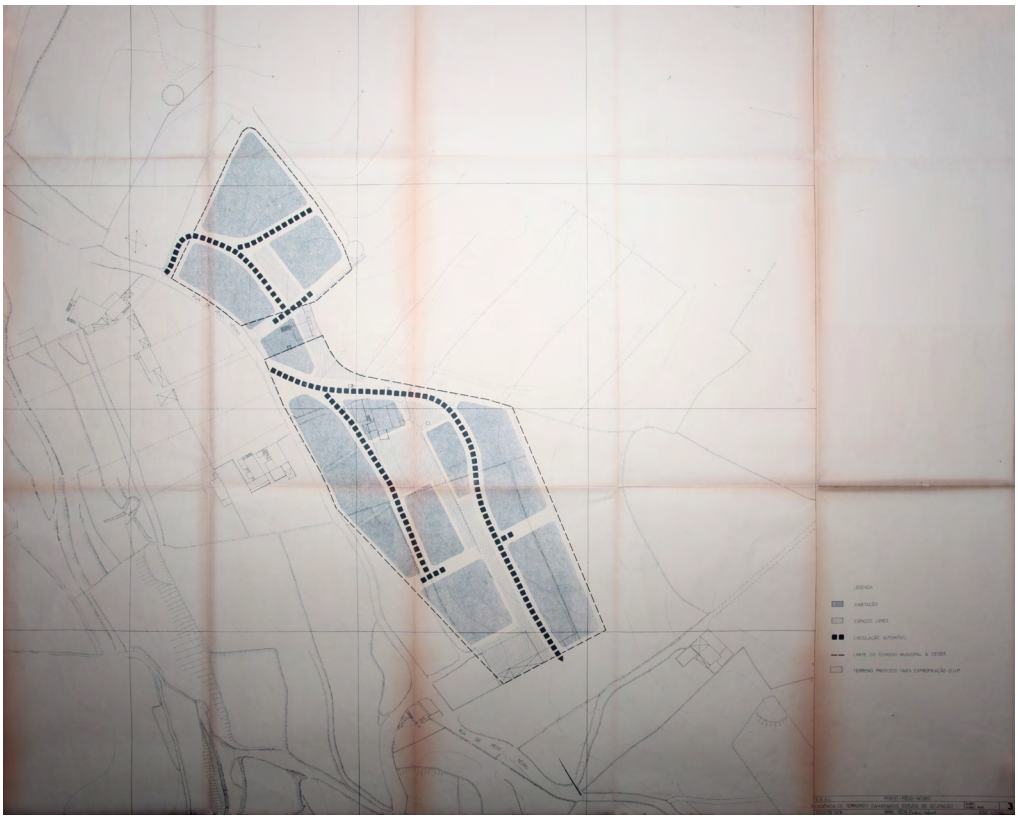
↖ Planta de projecto do Processo de Declaração de Utilidade Pública, Abril 1976.
© Arquivo Pedro Cabral

tentes, e no terreno localizado a norte estava prevista a instalação de um equipamento colectivo. No aglomerado construído ao longo do troço norte da rua de Pêgo Negro a maioria das construções existentes seriam recuperadas, aproveitando-se os terrenos livres para a construção de novos fogos. Apenas a construção mais a norte, situada junto à Circunvalação, seria demolida para dar lugar à construção de habitações. No caso das parcelas de maiores dimensões, estava também prevista a conservação de alguns espaços de cultivo, sobretudo junto ao talude que os separava da Circunvalação. Na margem nascente do rio Tinto, as edificações existentes seriam demolidas para a construção de fogos. No caso da parcela mais a sul, esta seria demolida e expropriada de modo a ser integrada na proposta respeitante à utilização de terrenos municipais (dado estar situada entre esses terrenos). Algumas destas parcelas estavam em parte comprometidas pela aprovação da alteração da via circundante ao cemitério. Com este plano, não seria possível evitar a utilização de algumas parcelas onde havia pequenas hortas para a construção de habitações. A expropriação de algumas parcelas implicava também a alteração da estrutura de funcionamento das antigas quintas, embora estas manifestassem, à data, problemas de sobreocupação e um estado de degradação avançado.[9]

A operação SAAL de Pêgo Negro previa, assim, a renovação dos núcleos de Pinheiro Grande e de Pêgo Negro (localizado no troço norte da rua com o mesmo nome) e a construção de fogos em terrenos municipais que tinham sido expropriados pela Câmara para a construção do cemitério oriental. Propondo-se a redução da área destinada ao cemitério em cerca de 3 hectares, a utilização daqueles terrenos para a edificação de fogos para os moradores possibilitaria o seu realojamento dentro dos limites da cidade, o que, juntamente com a renovação dos restantes núcleos, permitiria o estabelecimento de condições habitacionais adequadas para os moradores de Pêgo Negro, sem, no entanto, interferir nos interesses mais globais da cidade.

O pedido de cedência dos terrenos municipais foi elaborado em Agosto de 1976. Estes terrenos somavam uma área de cerca de 15.000 m², o que viabilizaria a construção

9 Cf. Brigada técnica de Pêgo Negro, "Pêgo Negro: Declaração de utilidade pública", 30 Abril 1976, *op. cit.*.



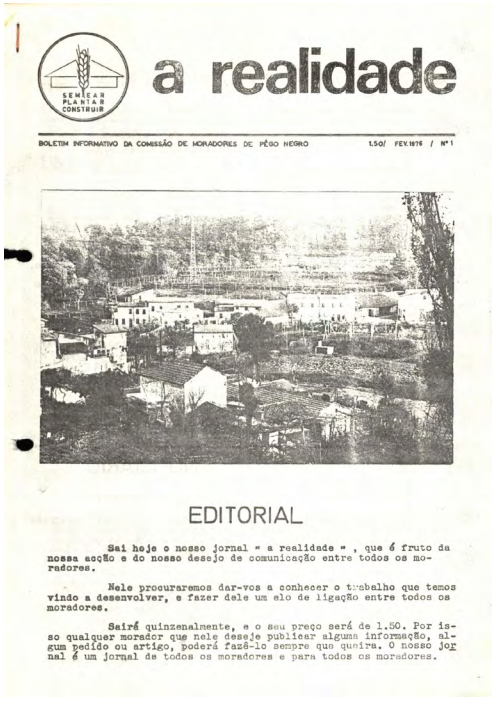
↗ Estudo de ocupação para os terrenos camarários a ceder à Associação de Moradores de Pêgo Negro, Agosto 1976.
© Arquivo Pedro Cabral

de 73 habitações para as 280 pessoas que residiam na área destinada ao cemitério. A utilização desses terrenos com fins residenciais promovia uma expansão que se conectaria ao núcleo de Areias, que se encontrava em grande desenvolvimento. Esta hipótese previa a possibilidade de continuação da rua de Pêgo Negro como eixo estruturante para o eventual crescimento daquela área, ou a sua conexão à via circundante do cemitério. Simultaneamente, ao definir-se uma malha de implantação das novas habitações, que seriam sobretudo casas unifamiliares de dois pisos com logradouro privado, tal como discutido com a Associação de Moradores, propunha-se a criação de espaços livres entre os fogos e percursos pedonais que atravessariam todo aquele conjunto, interligando os terrenos em redor. Considerando a topografia, as habitações ficariam expostas a sudoeste.[10] Nos terrenos localizados a sul, as construções existentes seriam demolidas pela Câmara para a construção do cemitério.

Apesar das propostas elaboradas pela Brigada, este plano não avançou. Em Fevereiro de 1977 a rua de Pêgo Negro continuava intransitável – o que gerava dificuldades para os moradores, como no abastecimento de bens ou apoio médico –, aguardando-se ainda a correcção do seu traçado e pavimentação por parte da Câmara. A iluminação pública da rua, contudo, já tinha sido melhorada[11]. A actividade da Associação de Moradores, formalmente constituída em Junho de 1976, era muito intensa, não só na dinamização da população (que incluiu o lançamento do jornal de moradores "A Realidade"), nas acções de melhoramentos empreendidas ou nos requerimentos enviados a entidades públicas, como também na participação em reuniões de moradores daquela área (de que são exemplo as reuniões no bairro do Cerco do Porto) e do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto. Encontrava-se também

10 Cf. Brigada técnica de Pêgo Negro, "Pedido de cedência de terrenos municipais", 18 Agosto 1976, *op. cit.*.

11 Cf. Comissão de Moradores de Pêgo Negro, "A nossa acção", *A Realidade, Boletim informativo da Comissão de Moradores de Pêgo Negro*, Fevereiro 1976, documento consultado no arquivo pessoal de Pedro Cabral.



SEMEAR
PLANTAR
CONSTRUIR

a realidade

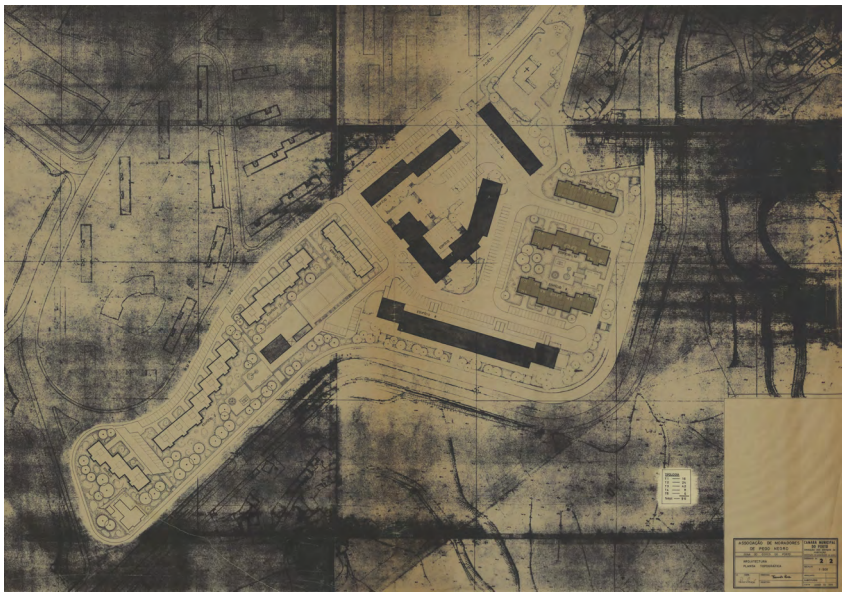
BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO DE MORADORES DE PÊGO NEGRO 1.50/ FEV.1976 / Nº 1

EDITORIAL

Sai hoje o nosso jornal « a realidade » , que é fruto da nossa acção e do nosso desejo de comunicação entre todos os moradores.

Nele procuraremos dar-vos a conhecer o trabalho que temos vindo a desenvolver, e fazer dele um elo de ligação entre todos os moradores.

Sairá quinzenalmente, e o seu preço será de 1.50. Por isso qualquer morador que nele deseje publicar alguma informação, algum pedido ou artigo, poderá fazê-lo sempre que queira. O nosso jornal é um jornal de todos os moradores e para todos os moradores.



← Capa do boletim informativo da Comissão de Moradores de Pêgo Negro "A Realidade" número 1, Fevereiro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

→ Planta com o projecto dos três blocos habitacionais destinados à Associação de Moradores de Pêgo Negro, Junho 1979.
© Arquivo Municipal do Porto

em construção um pavilhão pré-fabricado, um abrigo curvo de fibrocimento.[12]

Terá sido em parte graças à resiliência da Associação que, já sob coordenação dos serviços da Câmara, foram construídos três blocos habitacionais de 4 pisos para os moradores de Pêgo Negro. Estes edifícios totalizam 96 fogos e incluem alguns espaços para a instalação de equipamentos de apoio, como a sede da Associação e uma creche. Este conjunto foi edificado no lado poente da estrada da Circunvalação, a sul do núcleo de Pinheiro Grande e a nascente do bairro do Cerco do Porto, entre 1979 e 1984.[13] Em 2010 foi inaugurado o parque oriental da cidade, que veio ocupar o espaço para o qual estava previsto o cemitério oriental, resultado da limpeza do rio Tinto. Este parque foi expandido em 2019[14]. Porém, alguns aglomerados de casas em Pêgo Negro mantêm condições habitacionais semelhantes àquelas que existiam à data do SAAL.

12 Cf. Associação de Moradores de Pêgo Negro, "Comunicado",

13 Cf. "Associação de Moradores de Pego Negro, zona do Cerco do Porto: topográficas", disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/643649/, consultado a 1 Abril 2021.

14 Cf. Mariana Correia Pinto, Gonçalo Dias, "Tinto, mas limpo: do velho rio à vida nova do Parque Oriental", *Público*, 22 Julho 2019, disponível em: https://www.publico.pt/2019/07/22/local/noticia/rio-tinto-limpo-passo-longa-vida-parque-oriental-1880611, consultado a 1 Abril 2021.

OP28
OPERAÇÃO SAAL DE TIRARES



↖ Fotografia de um moinho na rua de Tirares, [1975].
© Arquivo Pedro Cabral

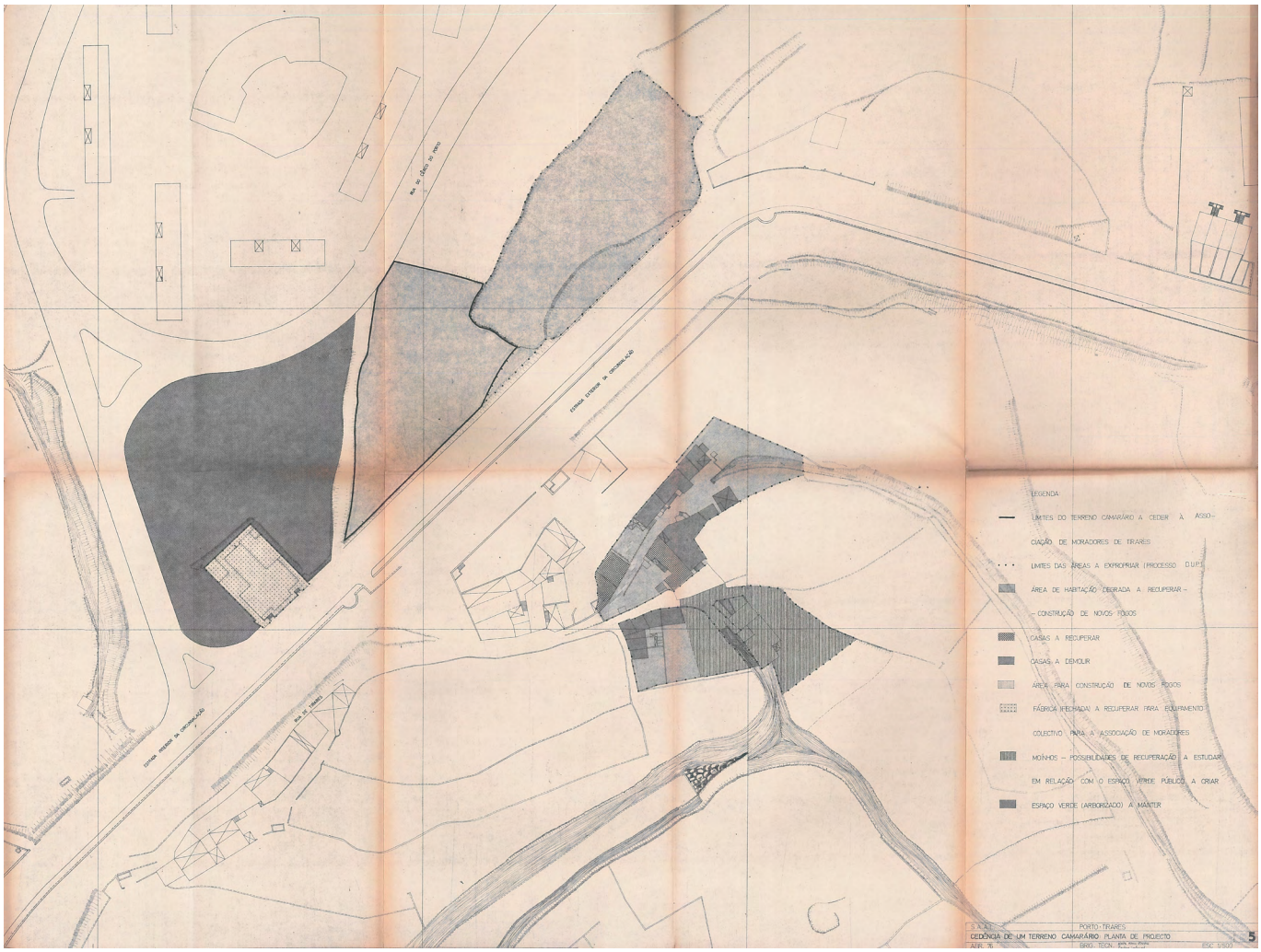
O lugar de Tirares correspondia a um núcleo de origem rural que terá sido formado pela proximidade com o rio Tinto. Lá foram construídos vários moinhos, aproveitando a pendente junto a uma levada que desemboca no rio. A ocupação desse lugar remonta, pelo menos, ao século XV, havendo referência a uma azenha de Tiraz que terá dado origem ao topónimo de Tirares[1]. O aglomerado que aí se formou aproveitava os amplos terrenos e a boa exposição solar para actividades de lavoura. Este núcleo já tinha a sua estrutura definida no final do século XIX, tal como se pode observar a partir da planta de Teles Ferreira de 1892, e ter-se-á mantido assim até meados do século XX, momento em que foi transformado numa área residencial, com a subdivisão das casas de lavoura e o aproveitamento das dependências agrícolas de modo a albergar os migrantes de meios rurais que vinham trabalhar para a cidade. Numa segunda vaga também foram aqui albergados moradores do bairro do Cerco do Porto que tinham sido desalojados das áreas centrais da cidade. Atingiu-se, assim, uma densidade de ocupação bastante alta, com a utilização dos moinhos para habitação e a construção de barracas em telheiros ou espaços que ainda estavam livres.

Os espaços residenciais estavam muito degradados devido aos problemas de sobreocupação, má ventilação e insolação, a que acresciam os problemas de humidade, sobretudo nas casas localizadas sobre a levada. Não existia saneamento nas casas e a instalação de água foi realizada pelos moradores. A levada que servia para regar os campos estava a ser utilizada para a passagem dos esgotos[2]. O isolamento deste núcleo relativamente aos aglomerados vizinhos, as dificuldades no acesso à cidade e a inexistência de quaisquer serviços ou equipamentos, juntamente com as más condições de habitabilidade das suas casas, levaram os moradores a eleger uma Comissão de Moradores e elaborar um pedido de apoio técnico ao SAAL em Maio de 1975. Na sequência disso, a Comissão construiu uma sede dentro do bairro, que funcionava como sala de convívio e buffet[3]. Embora não exista uma ligação

1 Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 331.

2 Cf. Comissão do Bairro de Tirares, "Caderno reivindicativo da zona de Tirares", 25 Novembro 1975, documento consultado no arquivo pessoal de Pedro Cabral.

3 Cf. Brigada técnica de Pêgo Negro e de Tirares, "Zona de Pêgo Negro e Tirares: Definição de Unidade Operacional", 7 Janeiro 1976, p. 2, documento consultado no arquivo pessoal de Pedro Cabral.



↑ Planta de cedência de um terreno camarário da operação SAAL de Tirares, com indicação das parcelas a expropriar, das casas a demolir, a recuperar e da área onde se previa a construção de fogos novos, do espaço destinado ao equipamento colectivo para os moradores e dos moinhos e espaços verdes a manter, Abril 1976. © Arquivo Pedro Cabral

entre os núcleos de Tirares e Pêgo Negro, é provável que o conhecimento da formação de uma Comissão de Moradores em Pêgo Negro tenha incentivado a mobilização destes moradores. Deste modo, o trabalho com a brigada técnica iniciou-se em Dezembro de 1975, tal como em Pêgo Negro, e teve a mesma constituição: os ainda estudantes de arquitectura Marta Oliveira e Pedro Cabral.

A definição da unidade operacional, apresentada em Janeiro de 1976, englobou os núcleos de Tirares e de Pêgo Negro, como referido na apresentação da operação SAAL de Pêgo Negro, dadas as semelhanças entre as duas operações. O núcleo de Tirares, mais pequeno, localiza-se a nascente da estrada da Circunvalação, entre os lugares de Pêgo Negro e do Lagarteiro, e correspondia a um aglomerado isolado composto por duas quintas e moinhos. O número de fogos enquadrados na operação SAAL era de 32, correspondente a 145 pessoas, mas, devido ao desdobramento de fogos, seriam necessárias 36 casas[4].

Embora as construções ocupadas pelos moradores fossem em granito, o estado de degradação em que estas se encontravam não permitia que, na sua maioria, fossem recuperáveis. Propunha-se, assim, a construção de novos fogos, de modo a alojar todos os moradores em condições dignas. A população que ali habitava era bastante jovem e citadina[5], pelo que um dos aspectos essenciais reivindicados recaía sobre a necessidade de ligação aos núcleos vizinhos e à cidade. Para tal, foram realizadas reuniões com a Comissão de Moradores do bairro do Cerco do Porto para discutir a forma de ocupação dos

4 Cf. Brigada técnica de Tirares, "Tirares: Pedido de cedência de um terreno camarário", 14 Abril 1976, p. 4, documento consultado no arquivo pessoal de Pedro Cabral.

5 A percentagem da população com idade inferior a 20 anos era de 40,5% e com idade inferior a 35 anos era de 53,7%. Cf. Brigada técnica de Tirares, "Tirares: Declaração de Utilidade Pública", 7 Abril 1976, documentos consultados no arquivo pessoal de Pedro Cabral.



↖ Fotografia aérea com a área de Tirares, 1974.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

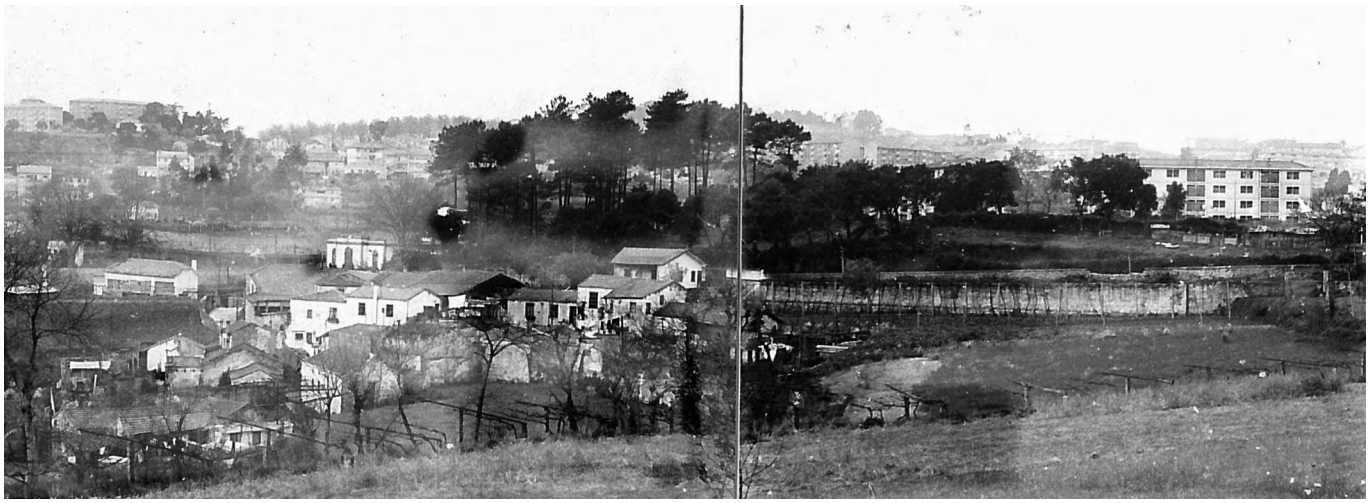
terrenos livres entre estes dois aglomerados, terrenos estes que pertenciam à Câmara do Porto. Os moradores de Tirares escolheram um terreno camarário localizado no lado poente da estrada da Circunvalação, sobranceiro a esta, que tinha uma boa exposição solar e ladeava a viela que ligava Tirares à rua de S. Roque da Lameira no sentido nordeste, e formalizaram o pedido de cedência a 14 de Abril de 1976[6].

Na Declaração de Utilidade Pública, de Abril de 1976, solicitava-se a expropriação de duas parcelas de terreno a nascente do terreno camarário, também sobranceiras à Circunvalação, para a construção de fogos novos; de uma parcela a poente onde existia uma fábrica têxtil[7] que havia sido encerrada há vários anos e onde se propunha a instalação de um equipamento colectivo; e de terrenos localizados na rua de Tirares, junto à levada que desemboca no rio Tinto. Nestes terrenos, correspondentes a quatro parcelas, haveria operações de demolição, recuperação e construção de fogos novos. No terreno a norte da rua de Tirares, onde existiam 27 fogos que ocupavam a antiga casa de lavoura e as dependências agrícolas, as obras de recuperação a realizar apenas permitiriam a obtenção de 3 fogos (na casa agrícola e num edifício anexo), demolindo-se parte das construções existentes para a edificação de fogos novos. Esta proposta implicaria a ocupação de um dos melhores terrenos agrícolas com habitação. No terreno a sul, onde existiam 4 fogos, apenas seriam recuperadas algumas construções de modo a albergar 2 famílias, demolindo-se uma construção e aproveitando parte do terreno para a edificação de fogos novos. A restante parte dessa parcela, tal como os terrenos a nascente que correspondiam a um antigo moinho que tinha sido transformado em 2 habitações e a um moinho que estava semi-abandonado, consistiam em áreas não recuperáveis para habitação, para as quais seria estudada a possibilidade de instalação de equipamentos de apoio ao espaço verde público previsto no Plano Director.

As propostas do Plano Director de 1962 pressupunham que a área de Tirares fosse abrangida pela criação de um parque público, a poente da área apontada para a instalação do cemitério oriental. A Brigada pretendia integrar o aglomerado renovado no parque, estando, nesse sentido, dependente do desenvolvimento que teria aquele lugar. Estudava-se a possibilidade de aproveitamento dos moinhos existentes e outras construções. Por outro lado, queria proteger-se as

6 Cf. Brigada técnica de Tirares, "Tirares: Pedido de cedência de um terreno camarário", 14 Abril 1976, *op. cit.*.

7 Este edifício terá sido, anteriormente, um Posto da Guarda Fiscal, a julgar pela sua aparência e pela identificação que é feita na legendagem das fotografias aéreas dos anos 1939-40. Cf. Fotografia aérea da cidade do Porto: 1939-1940: fiada 28, n.º 692", disponível em: http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/600447/, consultado a 2 Abril 2021.



↑ Fotografia do núcleo de Tirares, [1975].
© Arquivo Pedro Cabral

quintas e terrenos agrícolas existentes, que continuavam a ser cultivados.

A renovação do aglomerado existente seria complementada com o melhoramento dos arruamentos de acesso, com a criação de uma rede de saneamento e com o melhoramento da instalação de água. Quanto ao equipamento previsto no edifício localizado junto à estrada da Circunvalação, previa-se que fosse lá instalada a sede da Associação de Moradores de Tirares, um infantário, uma creche e uma cooperativa de consumo, para que a Associação pudesse promover o convívio entre moradores e a realização de actividades culturais e recreativas. Este equipamento extravasaria as necessidades dos moradores de Tirares, servindo também a população residente em aglomerados vizinhos.

A proposta elaborada pela Brigada consistia na recuperação de 5 casas e na construção de 31 casas, perfazendo os 36 fogos necessários. Ainda que nos documentos consultados não haja indicação quanto ao tipo de casas a edificar, presume-se que se tratasse de casas unifamiliares, já que se pretendia manter o carácter rural daquele lugar, que faria a transição entre uma área habitacional a noroeste e o cemitério oriental a sudeste. Contudo, estas intenções não seguiram avante. Entre 1979 e 1980, sob coordenação dos serviços da Câmara Municipal do Porto, foi construído um edifício de 4 pisos com um total de 40 fogos para a Associação de Moradores de Tirares. Este edifício localiza-se junto aos edifícios também construídos pela Câmara para a Associação de Moradores de Pêgo Negro, na bolsa de terrenos entre o bairro do Cerco do Porto e a Circunvalação. A sul do núcleo de Tirares, que mantém características habitacionais semelhantes às encontradas após o 25 de Abril (embora com outros moradores), foi construído o parque oriental da cidade no local para onde estava previsto o cemitério oriental.

OP33
OPERAÇÃO SAAL DE S. PEDRO E AZEVEDO



↖ Fotografia de moradores de S. Pedro e Azevedo numa manifestação, 1976.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

Os moradores mal-alojados da área de S. Pedro e Azevedo elaboraram um pedido de intervenção SAAL em Maio de 1975, mas apenas se formou uma brigada técnica em Agosto de 1976. A Brigada era constituída pelo arquitecto Guilherme Guimarães e pelos auxiliares técnicos António Costa, Carlos Fonseca e António Almeida, sendo chefiada pelo primeiro. Tratar-se-ia de uma equipa provisória que se encontrava a desenvolver um estudo prévio para a definição da unidade operacional. Dado em Dezembro de 1976 ainda se relatar o trabalho de inquérito às habitações degradadas, presume-se que os limites da operação SAAL não tenham chegado a ser definidos[1].

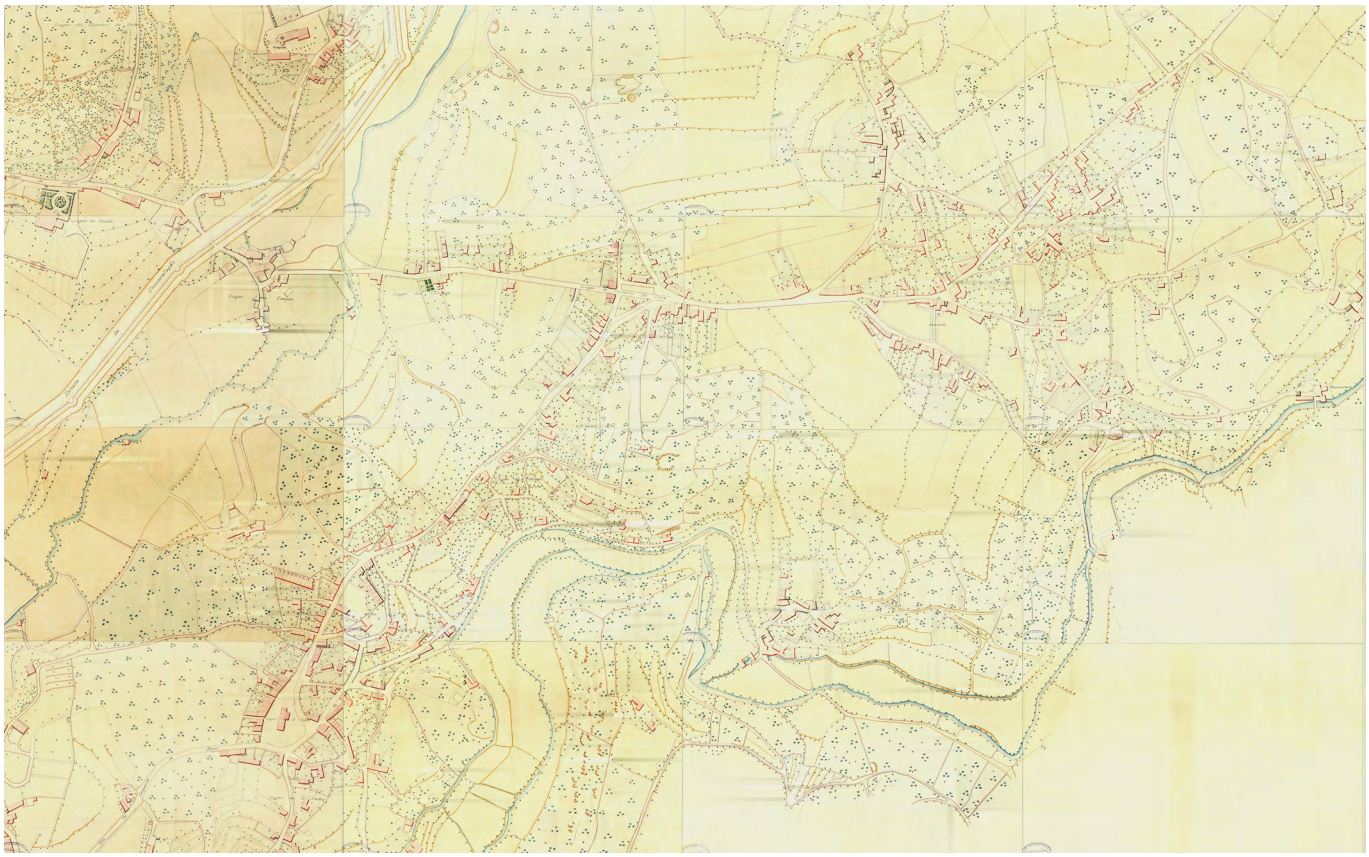
Os lugares de S. Pedro e Azevedo, localizados na fronteira da cidade do Porto com Gondomar e a sul das áreas de Pêgo Negro e Tirares, são bastante antigos. Presume-se que a origem da capela de S. Pedro remonte ao século XII, e que ao seu redor se tenham formado diversas aldeias das quais existem referências no século XVIII, como a aldeia de S. Pedro do Outeiro de Tine, a aldeia de Meiral ou a aldeia do Monte da Granja[2]. Existe também referência ao Casal de Azevedo no século XIV, que terá dado origem ao lugar de Azevedo e aos diversos arruamentos com esse nome[3].

Observando a planta de Teles Ferreira pode concluir-se que em 1892 estes aglomerados rurais já tinham sido transformados em espaços residenciais para alojar o operariado. À semelhança daquilo que se passou noutras áreas rurais da cidade, as casas de lavoura terão sido subdivididas para albergar os trabalhadores recém-chegados de meios rurais, verificando-se ainda a existência de algumas ilhas, sobretudo no lugar de S. Pedro, o que indica que se terá tratado de construções de raiz com fim especulativo. Nos anos 1970, a densidade de construção desses núcleos era mais elevada, para o que terá contribuído a construção do bairro do Lagarteiro a norte da rua de Azevedo, elaborado no âmbito do Plano de Melhoramentos. Este bairro foi construído em duas fases: a primeira fase, desenvolvida entre 1968 e 1973, consistiu na construção de 9 edifícios, e a segunda fase,

1 Brigada técnica de S. Pedro e Azevedo, "Relatório de actividades de 16/11 a 15/12/76", 15 Dezembro 1976, documento consultado no ADP.

2 Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999, p. 229.

3 Idem, p. 52.





↑ Excerto da planta de Teles Ferreira de 1892 com a área de S. Pedro e Azevedo.
© Arquivo Municipal do Porto

↓ Fotografia aérea da área de S. Pedro e Azevedo, 1974.
© Arquivo Alexandre Alves Costa



Frontaria da casa ocupada pela população de S. Pedro de Azevedo. Ao contrário do que tem sucedido ultimamente, nenhuma organização partidária reivindicou a ocupação — foi o povo — disseram-nos. Entretanto, decorrem diligências no sentido de regularizar a situação

← Excerto de artigo sobre a ocupação de um edifício pelos moradores de S. Pedro e Azevedo. *O Comércio do Porto*, 26 Março 1975.
© Arquivo Distrital do Porto

desenvolvida entre 1974 e 1977, consistiu na construção de mais 4 edifícios, perfazendo um total de 446 fogos.

Apesar da proximidade à estrada da Circunvalação, a poente, e à rua do Freixo, a sul, os núcleos de S. Pedro e Azevedo estavam muito mal servidos em termos de transportes, infra-estruturas, serviços e equipamentos. Somando uma população de cerca de 12.000 pessoas, em 1975 apenas existiam nestes lugares uma cabine telefónica e uma escola pré-primária. As carências habitacionais eram muitas, a que acrescia a ausência de postos de saúde e o mau estado de pavimentação das ruas. Foi com base nestas necessidades que a população ocupou um palacete que estava fechado havia 3 anos para o transformar numa escola e num posto médico. Foi nesse edifício localizado no número 163 da rua de Azevedo que passaram a funcionar de imediato um jardim-escola e um posto médico, contando com a colaboração de um médico, um professor e vários estudantes.[4]

Devido ao início tardio do trabalho da Brigada, e à paralisação do Processo SAAL poucos meses depois, a acção da Brigada cingiu-se à elaboração de inquéritos e à constatação da necessidade de actuação imediata nalguns casos urgentes, para os quais se equacionava o aproveitamento de instalações camarárias.

As más condições habitacionais nestes núcleos permanecem ainda hoje, verificando-se bastantes problemas de insalubridade, tendo a Câmara procedido, desde 2019, ao melhoramento de arruamentos da área de S. Pedro[5].

4 Cf. Jorge Campos, "A propósito dos tempos que correm", *O Comércio do Porto*, 26 Março 1975, documento consultado no ADP. Neste edifício funciona actualmente a Unidade de Cuidados de Saúde de Azevedo, que esteve em vias de encerramento em 2013.

5 Mariana Correia Pinto, "Campanhã: Câmara investe 2,6 milhões de euros em Azevedo", *Público*, 8 Janeiro 2019, disponível em: https://www.publico.pt/2019/01/08/local/noticia/azevedo-campanha-camara-investe-26-milhoes-euros-zona-esquecida-cidade-1857065, consultado a 3 Abril 2021.

PARTE 3.
O CAMPO DA ARQUITECTURA NO SAAL/PORTO

10. A POLÍTICA DO PLANO E A DISCUSSÃO DA CIDADE

10.1. A POLÍTICA DO PLANO

Após uma análise individualizada das diversas operações SAAL desenvolvidas na cidade do Porto, importa fazer uma leitura de conjunto. Durante o período de vigência do programa habitacional foram iniciadas 33 operações que abrangiam cerca de 11.500 agregados familiares. Dessas operações, apenas 11 foram parcialmente construídas, correspondendo a um total de 418 fogos e dois equipamentos[1]: 33 casas no bairro de Maceda, 32 nas Antas, 16 no Leal, um edifício de lavadouros e balneários na Sé, 15 fogos em Chaves de Oliveira, 74 na Lapa, 20 em S. Vítor[2], 66 em Massarelos, 44 em Francos, 56 na Bouça e 62 fogos e um edifício de pavilhão e balneários em Contumil. O processo de construção avançou em quase todas as operações formadas em 1974 (Maceda, Antas, Leal, Sé, Chaves de Oliveira, Lapa e S. Vítor), com excepção da operação da Bela Vista, e em 4 operações formadas em 1975 (Massarelos, Francos, Bouça e Contumil), embora em duas delas – Massarelos e Contumil – a construção dos fogos apenas se tenha iniciado numa fase mais tardia, já após o término do SAAL, mas ainda respeitando os projectos elaborados neste contexto e destinados às associações de moradores. Este feito terá sido possível graças à prévia tomada de posse dos terrenos expropriados e ao dinamismo e perseverança das associações de moradores. Quanto às restantes operações iniciadas em 1975 e à totalidade das operações iniciadas em 1976, ainda que em 11 casos se tivessem desenvolvido projectos para a recuperação e construção de fogos (Bela Vista, Parceria-Antunes, Prelada, Póvoa, Vilar, Boavista, Arrábida, Heroísmo, Miragaia, Campo 24 de Agosto e Combatentes), a complexidade e as dificuldades dos processos inviabilizaram a sua prossecução. Nas restantes 11 operações (S. Roque, Presa Velha-Formiga-China, Serralves, Fontaínhas, Lomba, Pêgo Negro, Tirares, Justino Teixeira, Carvalhido, Cedofeita-Carvalhosa e S. Pedro-Azevedo), a curta duração do SAAL apenas possibilitou a elaboração de planos de intervenção, sem que se tenha progredido para o desenvolvimento de projectos a uma escala mais aproximada.

A esta contabilização devem acrescentar-se ainda os espaços ocupados pelas organizações de moradores das operações SAAL para a instalação de equipamentos e/

1 A contagem dos fogos inclui os casos de recuperação e reconstrução de casas existentes, nomeadamente na operação de S. Vítor, único caso em que tal se verificou. Quanto aos equipamentos, considera-se aqui apenas a construção de equipamentos de raiz coordenada pelas brigadas técnicas, que se efectuou apenas nas operações da Sé e de Contumil.

2 Faz-se uma ressalva para o facto de, em S. Vítor, as obras de reconstrução das 3 casas C2 e de reabilitação das 4 casas D3 não terem sido finalizadas durante o período de implementação do SAAL e, por esse motivo, aparentemente não terem sido ocupadas pelos moradores.

ou realização de actividades, nomeadamente: o espaço da sede da Associação de Moradores do Bairro de Maceda, o edifício da sede e infantário da Associação de Moradores das Antas, a sede da Associação de Moradores do Leal e o edifício da creche 11 de Março, o edifício do Centro Social de Santana na Sé, a sede da Associação de Moradores de Chaves de Oliveira (instalada posteriormente no embasamento do conjunto habitacional construído), o edifício da Associação de Moradores da Zona da Lapa, o centro cultural e recreativo de S. Vítor, a sede da Associação de Moradores da Bela Vista, o edifício do centro infantil da Associação de Moradores de Massarelos, a sede da Associação de Moradores da Zona da Póvoa, a sede da Associação de Moradores da Zona de Francos, a sede da Associação de Moradores da Boavista, a sede da Associação de Moradores da Arada (S. Roque), a revitalização da sede do renomeado Grupo Dramático e de Moradores da Mocidade da Arrábida, a sede da Associação de Moradores da Bouça, a Casa dos Moradores da Associação de Moradores de Miragaia, a sede da Comissão de Moradores de Presa Velha-Formiga-China, a Comuna Infantil de Lordelo onde estava instalada a sede da Associação de Moradores de Serralves, a Comuna Infantil Soldado Joaquim C. Luís onde estava instalada a sede da Associação de Moradores do Campo 24 de Agosto, a sede da Comissão de Moradores da Zona das Fontaínhas, a sede da Associação de Moradores da Lomba, a sede da Associação de Moradores de Pêgo Negro, a sede da Associação de Moradores de Tirares, a Comuna Infantil de Campanhã gerida pela Comissão de Moradores de Justino Teixeira, a sede da Comissão de Moradores dos Combatentes, a sede da Associação de Moradores de Cedofeita (Cedofeita-Carvalhosa) e o edifício de jardim-escola e posto médico da Comissão de Moradores de S. Pedro e Azevedo[3]. A fixação destes equipamentos nem sempre foi estável, dado alguns espaços utilizados pelas organizações de moradores terem mudado com o decorrer do Processo.

Depois da conclusão da construção dos fogos das fases iniciadas, os processos ficaram interrompidos, quase todos indefinidamente. As únicas excepções correspondem às operações da Bouça e de Maceda, já que, entre 2004 e 2006, se procedeu ao completamento do conjunto habitacional projectado por Álvaro Siza para a Bouça, e actualmente estão em curso as obras para o completamento do conjunto do bairro de Maceda. Para o efeito, na Bouça constituiu-se uma cooperativa de habitação e em Maceda as obras estão a cargo do município, sem que os moradores tenham conhecimento de quais serão os destinatários desses novos fogos. Embora na Bouça o processo de completamento tenha sido desenvolvido em parceria com os residentes

3 O facto de não se mencionarem possíveis sedes das organizações de moradores das operações SAAL da Bela Vista, Parceria-Antunes, Prelada, Vilar, Heroísmo e Carvalhido não significa que não tenham existido, mas que não se encontrou informação que mencione a sua existência.

das casas já construídas, os novos fogos foram destinados a pessoas alheias ao bairro e ao processo desenvolvido previamente. Se este desenvolvimento permitiu restituir coerência a estes conjuntos arquitectónicos, o mesmo não se pode dizer a propósito da unidade social.

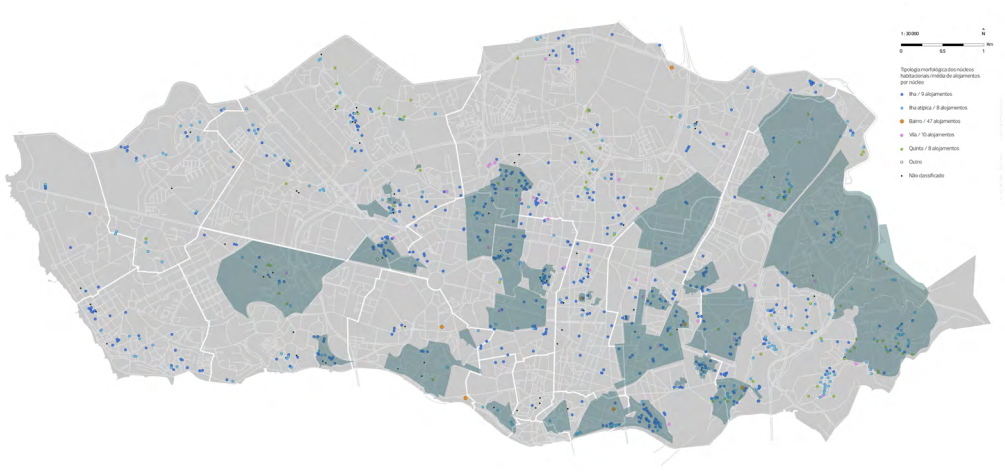
Algumas associações de moradores envolvidas no Processo conseguiram dar seguimento à solicitação para a construção de fogos após o término do SAAL, embora sob coordenação da Câmara e sem o acompanhamento das brigadas técnicas. Essas concretizações seguiram projectos-tipo elaborados pelos gabinetes técnicos do município, consistindo em blocos de habitação plurifamiliar de 4 pisos, com dois fogos por piso e sem espaços exteriores directamente relacionados com os fogos (varandas, pátios ou outros), abandonando-se as práticas participadas desenvolvidas no âmbito do SAAL. Foi possível, ainda assim, o realojamento destes moradores junto aos locais onde habitavam. Tratou-se dos casos das associações de moradores de Vilar, Boavista, Serralves[4], Pêgo Negro, Tirares, Combatentes e Carvalhido ligadas ao SAAL, ou, também, da Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre que, não tendo chegado a formar uma operação SAAL, foi constituída na mesma altura. Procurando compreender as motivações que terão levado a que estas associações de moradores tenham sido objecto de intervenção camarária para a melhoria das suas condições de habitação, ao contrário de outras em que isso não aconteceu (embora existissem, nalguns casos, projectos para tal[5]), levanta-se a hipótese de poder estar em causa a execução de planos urbanos municipais que implicavam a demolição dos núcleos degradados onde residiam essas populações ou, ainda, de se verificar uma adesão franca e imediata das populações a essas propostas enquanto alternativa ao SAAL[6]. A partir do conhecimento dos projectos camarários elaborados para os núcleos degradados, pondera-se se a concretização tardia do projecto SAAL para a área de Massarelos se terá devido à utilização de blocos de habitação plurifamiliar, embora o mesmo argumento não possa ser utilizado para o caso de Contumil, onde foram construídas habitações unifamiliares em banda.

A distribuição das operações pela área da cidade é relativamente uniforme, embora estas se localizem predominantemente nas áreas centrais e na periferia oriental, junto às linhas férreas e aos locais onde se haviam instalado unidades fabris. A inexis-

4 Quanto à Associação de Moradores de Serralves, tratou-se de um caso diferente, já que alguns moradores foram alojados no conjunto habitacional da Mouteira, um bairro camarário que não é gerido pela associação de moradores, ao contrário do que acontece nos restantes casos.

5 Referem-se os exemplos das propostas elaboradas pelos serviços camarários para a construção de blocos habitacionais no sector Sr.ª das Dores da operação de S. Vítor, na área do Leal e na área da Arrábida, nas quais se previa a demolição de todas as estruturas pré-existentes.

6 Foi o caso, por exemplo, da Associação de Moradores do Vilar, como superação do impasse em que a operação se encontrava e de modo a encontrar uma solução habitacional para os moradores.



↗ Planta da cidade do Porto onde se sobrepõem a planta com a identificação das operações SAAL e um levantamento das ilhas existentes em 2015, realizado nessa data.
© Arquivo Municipal do Porto; Vásquez, Isabel Breda; Conceição, Paulo (coord.), *'Ilhas' do Porto: Levantamento e caracterização*, Porto: Município do Porto, 2015, pp. 160-161.

tência de operações SAAL na faixa atlântica e nos anéis de maior diâmetro da periferia ocidental não significa que aí não existissem núcleos degradados, mas que eram mais escassos por comparação com os restantes sectores da cidade. Ainda que não se possa estabelecer uma transposição directa entre os núcleos degradados existentes à data e as unidades operacionais formadas no âmbito do SAAL – já que, devido à curta duração do Processo, alguns moradores não conseguiram viabilizar a formação de operações –, admite-se que esse compasso de espera acontecesse de modo idêntico nos vários sectores da cidade. Não obstante, fazendo uma comparação com o levantamento realizado em 2015 que identificou 957 núcleos degradados correspondentes a ilhas ou outros tipos de alojamento com problemas habitacionais semelhantes[7], presume-se que grande parte destes casos, que se estendem a todos os sectores da cidade, já existissem no início dos anos 1970.

Pela natureza do próprio programa, aplicado a nível nacional e aqui analisado no contexto do seu desenvolvimento na cidade do Porto, não se preconizava uma ideia de plano global para a transformação da cidade. Não houve uma tentativa de desenho de um sistema urbano, como aconteceu nalguns exemplos de urbanismo moderno, entre os quais os planos de Martin Wagner em Berlim, de Bruno Taut em Magdeburgo, de Fritz Schumacher em Hamburgo, de Cornelis van Eesteren em Amesterdão ou de Ernst May em Frankfurt[8]. Não se concebeu, igualmente, a adopção de um sistema de relações (que tem por base a célula habitacional) aplicável a toda a estrutura urbana, tal como definiu Ludwig Hilberseimer no seu projecto teórico da Cidade Vertical[9]. Nem se adoptou um plano racional e massivo, como tinha sucedido com a aplicação do Plano de Melhoramentos no Porto, em que, ainda assim, ficaram

7 Cf. Vásquez, Isabel Breda; Conceição, Paulo (coord.), *'Ilhas' do Porto: Levantamento e caracterização*, Porto: Município do Porto, 2015.

8 Cf. Tafuri, Manfredo, *Teorias e história da arquitectura*, Lisboa: Presença, 1979 [1968], p. 207.

9 A propósito desta proposta, e das diferentes interpretações que dela fizeram autores como Aldo Rossi, Giorgio Grassi e Manfredo Tafuri, cf. Pier Vittorio Aureli, "In Hilberseimer's footsteps" *in* Hilberseimer, Ludwig, *Metropolisarchitecture and sellected essays*, Nova Iorque: GSAPP Books, 2012 [1927], pp. 334-363.

por executar infra-estruturas e equipamentos associados. As intervenções do SAAL eram pontuais, com vista ao melhoramento dos núcleos degradados, e partiam da solicitação dos moradores organizados. Só com a progressão do Processo é que se alcançou uma perspectiva mais ampla e articulada entre as diversas operações, caminhando-se do "particular para o geral, do bairro para a cidade"[10]. Essa percepção está manifesta na própria dimensão das operações, já que, de um modo geral, aquelas que se formaram na fase inicial eram mais pequenas quando comparadas com as operações que se formaram posteriormente.

Nas primeiras operações, a definição das unidades operacionais cingiu-se ao núcleo habitado pelos moradores organizados e a terrenos livres que possibilitassem a sua expansão. Deste modo, algumas operações apresentavam dimensões bastante reduzidas tanto em termos de área como do aglomerado populacional associado, de que são exemplo as operações de Maceda, Chaves de Oliveira e Bela Vista que eram compostas por 47, 24 e 53 agregados familiares, respectivamente. Nos casos das operações das Antas, Leal, Lapa e S. Vítor, formadas ainda em 1974, e apesar de o perímetro das unidades operacionais não ser muito extenso (sendo, ainda assim, bastante maior que o das operações primeiramente referidas), estas englobavam um número de moradores muito superior devido à alta densidade de ocupação daquelas áreas onde quase não existiam espaços livres[11]. As operações que se seguiram procuravam abranger os vários núcleos vizinhos de habitação degradada, ainda que os moradores já estivessem ou não organizados, apresentando uma dimensão consideravelmente superior. São os casos das operações da Zona de S. Roque, Contumil, Serralves, Campo 24 de Agosto, Justino Teixeira, Combatentes, Carvalhido e S. Pedro-Azevedo, cujo perímetro se destaca de modo evidente na planta onde são assinaladas todas as operações.

10 Alexandre Alves Costa, "Anotações para sete imagens" *in* Sardo, Delfim (ed.), *O Processo SAAL: Arquitectura e participação 1974-1976*, Porto: Serralves, 2014, p. 83. Esta ideia é referida ainda durante a implementação do SAAL por Álvaro Siza: "Esboça-se igualmente um alargamento do método de intervenção, dos problemas internos de cada Associação e de cada zona para problemas que envolvem e aglutinam várias associações. / A formação recente de uma estrutura de trabalho que engloba várias zonas apenas reflecte e se adapta a um prévio passo decisivo das organizações de moradores, conscientes já de que os problemas locais são sobretudo reflexo das contradições da cidade e do território, nos seus aspectos mais gerais." Álvaro Siza, "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano" (1976) *in* Costa, Ana Alves; Costa, Ana Catarina; Fernandez, Sergio (coord.), *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL – S. Victor*, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, p. 47.

11 Tomando como base os dados consultados em arquivo que pareceram mais precisos e actualizados, a operação das Antas englobava 453 moradores, a do Leal 168, a da Lapa 482 e a de S. Vítor 615, aproximadamente. Não se mencionou, aqui, a operação da Sé, visto esta ser constituída por duas unidades operacionais e quatro organizações de moradores, englobando o grupo de moradores inicialmente formado e as habitações ocupadas por moradores que ainda não haviam aderido ao Processo.

Esta estratégia seguia as directrizes fornecidas pela coordenação do SAAL/Norte que, gradualmente, foi definindo uma metodologia de actuação[12]. Com a multiplicação do número de pedidos para a formação de Brigadas que dessem apoio aos moradores de núcleos degradados, excedia-se a capacidade de técnicos disponíveis, num momento em que, um pouco por todo o país e em simultâneo, se requeriam os serviços dos arquitectos sem que lhes fossem dadas condições de estabilidade profissional para desenvolver esse trabalho. Os arquitectos e os outros elementos das brigadas técnicas – estudantes, engenheiros, assistentes sociais, desenhadores, entre outros – eram contratados à tarefa para desempenhar funções num programa habitacional que se sustentava apenas na publicação de um despacho e, portanto, em condições de grande instabilidade e incerteza quanto à sua prossecução. Esta condição, o parco financiamento estatal ao programa SAAL[13] e as flutuações políticas e sociais do momento vivido terão afastado a hipótese do lançamento de concursos ou outros meios de contratação de equipas técnicas, eventualmente até internacionais[14], para dar resposta às solicitações que iam chegando. Assim se justifica, por exemplo, que Alcino Soutinho tenha chefiado três operações (Maceda, Serralves e Justino Teixeira) e que brigadas técnicas compostas por um número reduzido de elementos tivessem a seu cargo operações de grandes dimensões[15]. Apesar de a inclusão de estudantes do ensino superior, na sua maioria do curso de arquitectura da ESBAP, tenha agilizado os levantamentos, os inquéritos e a caracterização dos núcleos degradados e da sua população (para além de ter sido crucial no processo inicial de contacto com os moradores e na dinamização consequente), parte do trabalho das brigadas tinha de ser assegurado por arquitectos mais experientes. Por outro lado, para a construção ser

12 A coordenação do SAAL/Norte propôs, a certa altura, uma regulamentação da dimensão das operações, considerando que: "as operações deverão ter uma dimensão mínima (100 a 150 fogos), salvo em casos excepcionais devidamente fundamentados e reconhecidos pela Comissão Coordenadora do SAAL/Norte". SAAL/Norte, "SAAL/Norte – Proposta de regulamentação da dimensão das operações" [Setembro 1975] *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *Livro branco do SAAL 1974-1976*, [s.l.]: Conselho Nacional do SAAL, Novembro 1976, p. 211.

13 Segundo José António Bandeirinha, os encargos previstos para o SAAL em 1975 representavam apenas 1/10 do financiamento providenciado a outros programas habitacionais neste período. Um artigo de Brigitte David refere que, embora se considerasse o SAAL como a medida mais revolucionária na habitação, este programa beneficiava apenas de 1/20 do orçamento destinado à habitação. Cf. Bandeirinha, José António, *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974,* Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007, pp. 154-155; Brigitte David, "Le S.A.A.L. ou l'exception irrationnelle du système", *L'Architecture d'Aujourd'hui: Portugal an II*, 185, Maio/Junho 1976, p. 60.

14 Essa foi uma medida adoptada no programa PREVI (Proyecto Experimental de Vivienda), em Lima, que resultou da negociação entre o governo peruano, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidades (ONU), e para o qual foram realizados dois concursos: um para a contratação de 13 equipas de arquitectos estrangeiros e outro para a contratação de 13 equipas de arquitectos peruanos, cujos custos eram suportados pelo PNUD e pela ONU. Cf. Peter Land, "El Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) de Lima: antecedentes e ideas" *in* García-Huidobro, Fernando; Torriti, Diego Torres; Tugas, Nicolás, *¡El tiempo construye! = Time builds!*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008, pp. 10-25.

15 É o caso da operação SAAL de Justino Teixeira que, embora abrangesse uma área muito significativa, contava com uma equipa composta por apenas dois arquitectos, um estudante de arquitectura e um estudante de comércio.

economicamente viável e comportável pelos moradores, era desejável que a operação atingisse uma certa escala, para que, através da normatização de alguns elementos e/ou técnicas empregados, os custos fossem diluídos por um maior número de associados.

Este foi um dos problemas relativo à operação SAAL da Bela Vista, cuja unidade operacional era bastante reduzida, não abrangendo os núcleos de ilhas dos lotes contíguos que apresentavam condições habitacionais igualmente precárias, e para a qual se propunha uma intervenção muito onerosa que contemplava apenas a provisão de 53 fogos. Na avaliação do projecto, as indicações fornecidas pela coordenação do Serviço foram no sentido de redefinir a unidade operacional de modo a dar resposta ao problema habitacional mais amplo daquela parte de cidade, às quais a Brigada atendeu. No entanto, esta mudança de estratégia, e a falta de entendimento entre a Brigada e a coordenação quanto à reestruturação do projecto num momento em que este já se encontrava num grau de desenvolvimento avançado, levou à paralisação do Processo quando, inclusivamente, já se tinha tomado posse dos terrenos expropriados, inviabilizando o seu prosseguimento[16].

O «erro» que se verificou na operação da Bela Vista seria acautelado nas operações entretanto constituídas. No caso da operação SAAL de S. Roque, optou-se pela formação de uma operação de zona que englobava os núcleos da Arada e de Cartes-Maceda-Pinheiro Grande, ambos requerentes de apoio técnico. A extensão desta operação incluía ainda no seu perímetro as operações de Maceda e Chaves de Oliveira, embora no caso da operação de Maceda esta mantivesse um funcionamento autónomo[17].

Contudo, a grande dimensão que algumas operações adquiriram não veio agilizar o processo. É certo que o objectivo do SAAL era viabilizar o melhoramento dos bairros degradados de modo abrangente e efectivo, mas a sua operacionalidade seria dificultada com a cobertura de áreas muito extensas, com o envolvimento de organizações de moradores muito numerosas – ou com o envolvimento de várias organizações de moradores numa mesma operação (é o caso da operação da Zona de S. Roque, mas também da operação da Sé, por exemplo) –, e com a necessária reserva de terrenos que servissem a futura expansão das operações, o que tornava o processo de expro-

16 As sucessivas tentativas de reestruturação da Brigada, após o afastamento dos técnicos, revelaram-se infrutíferas, acusando-se a coordenação de não definir critérios claros que permitissem retomar os trabalhos encetados de modo seguro e eficaz.

17 Apesar de a Brigada considerar que a definição da unidade operacional foi precipitada e parcial, uma reformulação naquela fase de desenvolvimento dos trabalhos acarretaria atrasos, optando-se por manter os limites inicialmente definidos. No caso da operação de Chaves de Oliveira, a proposta elaborada para aquele núcleo também não sofreu alterações, embora o arquitecto chefe da Brigada fosse o mesmo da operação de Zona de S. Roque e, dessa forma, acautelasse outros interesses que eram comuns àquela unidade maior.

priações mais complexo, comprometendo o seu avanço. Também no caso da operação de Contumil, para a qual a Brigada ambicionava definir primeiramente uma estratégia de intervenção global que enquadrasse as necessidades e potencialidades daquele vasto lugar simultaneamente rural e suburbano, houve pressão por parte do Serviço para a realização de concretizações imediatas em pequenos núcleos. No sentido inverso, tomando o caso da operação da Prelada, embora se compreendesse que uma operação tão reduzida como aquela, que abrangia apenas 11 agregados familiares, obrigaria a um investimento demasiado avultado, não era possível enquadrá-la noutra operação próxima, como a de Francos, por apresentarem características muito díspares, invalidando, desta forma, a coesão da hipotética unidade operacional[18].

A consciencialização do processo e a definição progressiva da metodologia a aplicar pela coordenação do Serviço gerou ainda desentendimentos noutras operações. Por um lado, depreende-se que, sempre que possível, era incentivada a recuperação das estruturas existentes, como aconteceu nas operações de Parceria-Antunes e na operação do Vilar, nas quais, após a avaliação dos primeiros projectos apresentados, as propostas foram reformuladas no sentido de aproveitar integralmente as bandas de casas de ilha, reduzindo-se a densidade de ocupação através da reconversão das casas e construindo-se novos fogos que eram projectados como completamento ou expansão dos núcleos pré-existentes. Por outro lado, os conflitos latentes, por exemplo, na operação do Heroísmo, em que a Brigada propunha uma recuperação praticamente integral das casas existentes, complementada pela construção de novos fogos, e a coordenação solicitava uma proposta mais global do seu enquadramento na cidade, levam a questionar se a coordenação entenderia esta operação como demasiado conservadora ou circunscrita aos seus limites, em linha contrária ao que era apontado nas operações anteriormente mencionadas. A falta de objectividade nas directrizes apontadas pelo Serviço, e a comunicação dessas estratégias no momento de avaliação e acompanhamento dos projectos, gerou situações incómodas que inclusivamente comprometiam muitas vezes o processo desenvolvido até ao momento entre as Brigadas e os moradores.

A agilidade dos processos dependeu, ainda, da estratégia adoptada por cada brigada técnica no desenvolvimento das operações. Enquanto alguns técnicos entendiam que era urgente iniciar a construção de casas o quanto antes, tanto pela incerteza da

18 Como se tinha dito, a definição da unidade operacional era um dos desafios essenciais, considerando-se que deveria existir uma unidade morfológica e estrutural, ou seja, relacionada com o tipo de construção existente e paisagem urbana, e com as suas funções e conteúdo social. Cf. Alexandre Alves Costa, *op. cit.*, 2014, p. 81; Rossi, Aldo, "Consideraciones sobre la morfología urbana y la tipología constructiva" (1964), *Para una arquitectura de tendencia. Escritos: 1956-1972*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977 [1975], pp. 132-134.

situação política como pelo dinamismo dos movimentos de moradores que esmorecia com o distender dos processos, outros optavam por um processo de discussão e elaboração mais longo, em que se pudesse definir com maior segurança o tipo de intervenções mais adequado para aqueles contextos físicos e sociais e para o seu enquadramento na cidade. Relativamente aos primeiros, aludia-se a que as construções iniciais tinham um carácter experimental, proporcionando um confronto dos moradores com as novas casas que informaria as fases seguintes, ainda que as propostas gerais de implantação pudessem já estar definidas. Os segundos, que ocorreram sobretudo em operações iniciadas numa fase mais tardia, a partir de 1975, e que, também por esse motivo, dispuseram de menor tempo para a sua elaboração, deparavam-se com as dúvidas e incertezas acerca dos processos conduzidos nas restantes operações em curso, preferindo alongar a fase de diagnóstico e concepção. Estes casos correspondiam, ainda e na generalidade, a operações de maior dimensão, para as quais, porventura, era mais difícil preparar uma proposta de intervenção global coerente. Todavia, é curioso observar como em operações formadas em Agosto de 1975, de que é exemplo a operação do Campo 24 de Agosto, e em Fevereiro de 1976, como é o caso dos Combatentes, foi possível prosseguir para a elaboração de projectos que já contemplavam a construção de fogos. Em ambas as situações, o facto de se centrarem em intervenções pontuais, ao invés de estratégias gerais, potenciou um avanço mais célere. Além disso, reconhece-se a adopção de modelos já testados pelos arquitectos-chefe das brigadas: no Campo 24 de Agosto, por semelhança aos conjuntos habitacionais projectados por Agostinho Ricca para a classe média, e, nos Combatentes, pela aplicação dos princípios experimentados na operação das Antas por Pedro Ramalho.

As primeiras operações formadas constituíram a dianteira do Processo SAAL implementado no Porto, sendo, por isso mesmo, experimentais e correndo maiores riscos. O atribulado desenvolvimento da operação da Bela Vista deveu-se ao facto de se tratar do primeiro projecto apresentado, cuja proposta de implantação data ainda de Dezembro de 1974. Os elementos da brigada técnica da Sé também lamentaram, no decorrer do processo, ter avançado com a proposta de construção do edifício de lavadouros e balneários por cedência irreflectida aos pedidos feitos pelos moradores e viram-se obrigados a repetir alguns levantamentos realizados com pouco rigor. Porém, num contexto de premência, foram estas experiências que possibilitaram o amadurecimento do Processo e a sua definição, dos quais beneficiaram as operações formadas de seguida.

O facto de a operação de Miragaia iniciar o seu desenvolvimento em Julho de 1975 providenciou que o método aplicado resultasse das experiências já decorridas. A brigada técnica desenvolveu o processo de inquérito e levantamento arquitectónicos em simultâneo, possibilitando um estudo sistemático e veloz e uma apreensão geral da circunstância na qual iria intervir, munida de dados quantitativos e qualitativos rigorosos. Isso permitiu que houvesse uma complementaridade entre os vários tipos de análise, contemplando aspectos geográficos, a evolução urbana do lugar, a relação com a luta dos moradores, o contexto sócio-histórico e económico da população e as características arquitectónicas do património construído. O apoio num estudo aprofundado da história do lugar e das transformações operadas dotava-a de uma visão global da operação que contabilizava cerca de 1.000 fogos – sendo uma das operações mais populosas – e possibilitava o seu enquadramento em relação a outras áreas da cidade e operações em curso. Deste modo, foi possível elaborar uma proposta de conjunto – que, como foi sendo afirmado pela Brigada nos diversos documentos elaborados ao longo do Processo, não correspondia a uma noção estática de plano – e intervenções parciais para os diversos sectores, apesar de não ter avançado para a fase de construção devido a constrangimentos de ordem variada, como a dificuldade na expropriação dos terrenos e o fim iminente do SAAL.

Derivada ou não da coordenação do sector de planeamento do SAAL/Norte, a generalidade das operações consistiu na proposta de construção de casas unifamiliares em banda, assunto que se analisará mais à frente. Importa referir, contudo, que não se propuseram apenas conjuntos de baixa altura. Na operação da Sé, o conjunto habitacional elaborado para o terreno do parque das Camélias atingia, na ala que faz frente para a rua, 6 pisos. Na operação da Lapa, construiu-se um edifício de 3 pisos no qual se sobrepõem fogos T1 acessíveis através de galeria aos fogos T3 duplex com acesso directo a partir do piso térreo, e para a segunda fase, à cota superior, propunham-se edifícios de 5 pisos. Para o completamento da reconversão das casas de ilha da operação da Bela Vista, foi desenhado um volume que atingia uma altura de 4 pisos à face da rua. Em Massarelos, optou-se pela construção de dois grupos de blocos de habitação plurifamiliar que atingem, nalguns módulos, 5 pisos de altura. Na operação da Arrábida, que é caracterizada por intervenções mais pontuais de completamento do tecido urbano, um dos edifícios projectado com 3 pisos corresponde à sobreposição de fogos T3 duplex, com acesso a partir de galeria, a fogos T1, com acesso directo a partir do piso inferior. Os blocos construídos na operação da Bouça perfazem 4 pisos de altura, com acesso em galeria para os fogos duplex dos pisos superiores. A operação do Heroísmo contemplava a construção de um edifício em galeria de 3 pisos no

interior do quarteirão, sobrepondo fogos T3 duplex a fogos T1. Os novos fogos a construir nos terrenos livres das quintas da Cochela e do Espírito Santo, em Miragaia, seriam escalonados, de modo a ajustarem-se à encosta na área das Virtudes, alcançando uma altura de 6 pisos nalguns troços. E no Campo 24 de Agosto, o projecto previa a edificação de dois blocos longitudinais de habitação plurifamiliar que teriam, na parte mais alta, 7 pisos, e a distribuição para os fogos seria feita através de caixas de escadas que dariam acesso a dois fogos por piso (com excepção dos fogos no piso térreo do lado da rua e no terceiro piso do lado posterior do bloco, que teriam acesso directo).

Ainda assim, uma medida que se pode considerar transversal aos vários projectos elaborados é a da recuperação, ao máximo e sempre que possível, das estruturas existentes. Essa indicação seria transmitida no acompanhamento e apreciação dos projectos pelo sector do planeamento do SAAL/Norte, mas estava de alguma forma implícita no detalhe que se solicitava para o trabalho de inquérito e levantamento inicial dos núcleos degradados. Nos elementos a entregar para a definição da unidade operacional (DUO) deveriam constar plantas, fotografias e a caracterização geral do aglomerado, bem como a indicação do tipo de construção existente e o seu estado de conservação[19]. Além disso, a ausência de verbas disponibilizadas ao SAAL aliava-se à valorização das estruturas sociais existentes e do património arquitectónico, privilegiando, por esse motivo, a preservação das características dos aglomerados urbanos, sem prejuízo da sua adaptação a níveis de conforto e salubridade dignificantes.

A coordenação do SAAL/Norte foi definindo, aos poucos, uma metodologia de actuação comum e introduzindo uma articulação a mais escalas. A organização das operações por zonas e a realização de reuniões regulares nesse âmbito (que juntavam elementos das brigadas técnicas a trabalhar nessas zonas e os membros da comissão de coordenação) tinha em vista, para além da organização administrativa e acompanhamento dos processos, uma coordenação das necessidades dessas operações, definindo quais os equipamentos prioritários para as diversas áreas da cidade após se terem auscultado os moradores em cada operação[20]. Não faria sentido, por exem-

19 Cf. [Coordenação SAAL/Norte], "Normas para a caracterização das primeiras operações do SAAL/Norte" [Agosto-Setembro 1974] *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *op. cit.*, Novembro 1976, pp. 81-82.

20 "Acusados de propor a anarquia urbanística, pela recusa determinada dos Planos Gerais, desenhou-se muito, do local para o global, do particular para o geral, lançando em novas bases que incluíam, como instrumento de projecto, a participação activa dos moradores, uma metodologia de intervenção na cidade, reutilizando as suas estruturas com novos conteúdos, transformando e recuperando, para usos mais democráticos, os seus valores próprios. A partir do fogo como célula ou unidade, caminhou-se para o seu agrupamento e foram-se determinando os programas dos seus equipamentos. Agrupando agrupamentos, mudando a escala dos equipamentos, estabelecendo regras para a mobilidade e a comunicação, atingiríamos os limites da cidade e ultrapassando-os encontraríamos os outros que caminhavam na nossa direcção em sentido inverso ao nosso." Alexandre Alves Costa, *op. cit.*, 2014, p. 84. Quanto às organizações de mo-

plo, que na área da periferia oriental relativa à zona 9, que englobava as operações de Pêgo Negro, Tirares e S. Pedro-Azevedo e que apresentava carências quanto a vários tipos de serviços, cada organização de moradores requeresse para os seus núcleos uma creche ou espaços de carácter idêntico para a prática de desporto. Aliás, o entendimento entre os moradores e a elaboração de solicitações conjuntas fortalecia a premência das suas reivindicações.

Desse ponto de vista, o equipamento mais eficaz para a supressão de algumas necessidades e o alcance de um maior número de moradores talvez tenha sido a Comuna Infantil Soldado Joaquim C. Luís, ligado à actividade da Associação de Moradores do Campo 24 de Agosto, mas em proximidade com as áreas das Fontaínhas, S. Vítor e Heroísmo. Neste edifício realizavam-se actividades culturais e recreativas, dava-se apoio social e educativo e havia também um centro clínico. O espaço albergava ainda alguns escritórios, como era o caso do escritório da brigada técnica de Chaves de Oliveira. Desconhece-se como e quando terá sido o desfecho deste grande espaço de reunião do movimento popular que se formou sem que, da parte da Associação de Moradores do Campo 24 de Agosto, existisse até então uma tradição associativa[21]. Formaram-se outras comunas infantis, como a Comuna Infantil de Lordelo ligada à Associação de Moradores de Serralves e a Comuna Infantil de Campanhã ligada à Associação de Moradores de Justino Teixeira. No caso desta última, o infantário que lá funcionava foi transferido, em 1991, para a casa de Godim, encontrando-se ainda em funcionamento no presente momento e mantendo referência àquela área.

O edifício ocupado pelos moradores de S. Pedro-Azevedo para instalar um infantário e um posto médico ainda alberga, nos dias de hoje, uma unidade de cuidados médicos. Quanto ao centro infantil da Associação de Moradores de Massarelos, embora tenha mudado de instalações em 2013, mantém-se em funcionamento, integrando também um centro de dia para a terceira idade. Já no caso do infantário instalado pela Associação de Moradores das Antas num edifício com jardim que ocupou na praça das Flores, este esteve em funcionamento entre Abril de 1976 e o início dos anos 2000[22], encontrando-se actualmente abandonado. Numa parte do espaço do jardim, os moradores construíram um pavilhão para a realização de actividades desportivas e culturais. A creche 11 de Março, instalada pela Associação de Moradores do Leal

radores, era o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto que coordenava a mobilização e defendia os seus interesses à escala da cidade.

21 Cf. Lopes, Sérgio, *État et «Moradores»: Le S.A.A.L. et les commissions de quartier à Porto (25 avril 1974 – 30 août 1976)*, Paris: [ed. Autor], 197?, pp. 50-65.

22 Em 1976, o infantário era frequentado por cerca de 60 crianças. Apesar das diligências empreendidas, não foi possível determinar o ano do seu encerramento.

num edifício ocupado na rua João das Regras, encontra-se também encerrada, após ter ficado a cargo da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso.

Foram ainda formados outros equipamentos, como a construção de um pavilhão polivalente com balneários anexos da Associação de Moradores de Contumil (demolidos na primeira década dos anos 2000), em que o primeiro servia de sede e apoio às actividades organizadas e o segundo complementava as necessidades de higiene da população. Esta era uma das carências que mais se verificava nos bairros degradados, motivo pelo qual a Associação de Moradores da Arada (da operação da Zona de S. Roque) contemplou também a construção de balneários aquando da realização de obras na sua sede. O edifício de lavadouros e balneários da Sé, localizado no quarteirão definido pelas ruas de Santana e dos Mercadores, ainda se encontra em funcionamento. Este e o edifício de pavilhão e balneários de Contumil foram os únicos equipamentos construídos de raiz segundo projectos elaborados pelas brigadas técnicas. Com a provisão de novas casas e a recuperação das existentes, a escassez de equipamentos de higiene seria, à partida, suprida. No entanto, a interrupção do Processo SAAL veio validar a utilidade da realização destas pequenas intervenções. Desconhece-se se os balneários do parque infantil de Miragaia, que foram recuperados por essa Associação de Moradores, seriam utilizados pela população daquela área como complemento à ausência de instalações sanitárias nas casas. De qualquer modo, a gestão do parque pela Associação de Moradores de Miragaia possibilitou a realização de diversos tipos de actividades infantis.

Apesar de se mencionar, a propósito da actividade da Associação de Moradores de Pêgo Negro, que estaria em curso a construção de um abrigo curvo para funcionar como pavilhão, não existem registos que permitam comprovar a sua concretização. No caso dos edifícios onde as associações de moradores da Bouça e de Francos têm instaladas as suas sedes na actualidade, ambos integram um salão de festas. Porém, a Associação de Moradores Francos primeiramente esteve instalada num edifício na rua Direita de Francos, onde também construiu um parque infantil num terreno anexo. Mais recentemente, as associações de moradores da Lapa e de Contumil conseguiram promover a construção de parques infantis, e a Associação de Moradores da Lomba tem um ringue desportivo que foi reabilitado em 2018.

As diversas concretizações mencionadas serviram de apoio aos moradores dos núcleos degradados, facultando-lhes serviços ou comodidades até então inexistentes, ao mesmo tempo que funcionavam como pólos ou centros do movimento popular durante o período revolucionário. Findo o verão quente, e com o esmorecimento do poder popular, os centros revolucionários definharam, permanecendo em actividade

apenas alguns equipamentos destinados à infância ou a cuidados de saúde que, na sua maioria, foram sendo transformados e adaptados às necessidades do momento. Nesses casos, as lutas dos movimentos de moradores permitiram colmatar de modo evidente e a longo prazo algumas das carências daquelas áreas da cidade. Outro tipo de intervenções, como obras executadas ou reivindicadas pelas organizações de moradores para o melhoramento de infra-estruturas de algumas áreas degradadas, introduziram melhorias significativas nos espaços habitados, apesar de, nalguns desses casos, as propostas para a recuperação e construção de casas no âmbito do SAAL não se terem concretizado. São exemplo: a provisão de abastecimento de água a todas as casas em Pêgo Negro, os arranjos de arruamentos na Arrábida e em Pêgo Negro, e a limpeza e remoção de lixeiras no Leal, na Arrábida, no Heroísmo, em Miragaia, na Lomba e em Pêgo Negro. Foram ainda, em várias operações, realizadas obras de emergência nalgumas habitações cujo estado de degradação era preocupante e que ameaçavam ruir.

A promoção destas acções tinha um carácter pedagógico, que era acompanhado por campanhas de saúde, higiene e alimentação que procuravam esclarecer os moradores acerca de cuidados a adoptar com vista ao melhoramento das suas condições de vida. Os boletins de moradores colaboravam também nesse sentido, tratando-se de órgãos informativos que davam conta do andamento dos processos das operações SAAL e faziam a actualização dos acontecimentos políticos, mas também «formativos», no sentido em que procuravam contribuir para uma maior consciencialização de aspectos ligados ao modo de vida das populações. Os artigos publicados pelos moradores têm um teor anti-capitalista, emancipatório e nos quais se defende o poder popular, evidenciando assim a mobilização da população, o seu envolvimento no Processo e a sua politização. A construção de capital cultural[23] viabilizaria, ademais, a saída da "simples condição de operário" com vista a construir algo melhor[24].

23 Sobre as várias formas de capital, cf. Pierre Bourdieu, "The forms of capital" *in* Richardson, J. (ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, Nova Iorque: Greenwood Press, 1986, pp. 46–58.

24 "As pessoas da minha geração viveram com a ideia de uma classe operária como uma realidade de massa, com as multidões que saíam das fábricas, com um sindicalismo forte, com a massa operária a desfilar. Tínhamos uma espécie de visão global que girava à volta da fábrica, como sendo uma realidade estável. Em relação a isso, as pessoas diziam: «Antes de haver classe operária, há algo diferente, o artesanato.». Quando comecei a estudar a década de 1830, então, diziam que não eram operários. Para as pessoas, os operários são aqueles que trabalham em fábricas, os que trabalham numa cadeia de produção. Era essa a ideia da altura. Em relação a isso, tentei mudar de perspectiva, dizer que a classe operária não existe em si. Podemos usá-la como realidade sociológica, mas a classe operária é uma realidade simbólica. Para haver classe e movimento operários tem de haver alguém que saia da sua simples condição de operário, no sentido de ser alguém pago para fazer um trabalho, que o faz, vai para casa e recomeça no dia seguinte. Se olharmos para as origens dos operários do século XIX, vêm de regiões diferentes, com percursos de vida diferentes. Eles vivem esta condição como uma condição transitória. Estou a citar, creio... falo do operário sansimonista que fala de todos os trabalhos diferentes que já teve. Ele enumera os trabalhos terminando com «à espera de algo melhor». Tente comentar essa «espera de algo melhor». A classe operária foi criada por quem está à espera de algo melhor."

A luta pelo direito à habitação estava inscrita num processo mais global, que não se cingia nem terminava com a obtenção de casas. Procurava-se alterar os circuitos de produção da construção civil, questionar a legitimidade da propriedade privada, defender uma sociedade igualitária, democratizar a cidade. A gestão democrática das organizações de moradores teve a sua prova de fogo na administração dos financiamentos obtidos e na distribuição dos fogos construídos pelos seus associados:

> "No quotidiano das Comissões de Moradores emergem as mais diversas situações e problemas: já falámos dos embriões de «justiça popular». Mas para além dessa «justiça» do «poder popular», as Comissões de Moradores são chamadas, através da própria lei, para exercer uma espécie de justiça: a determinação das prioridades na habitação para cada caso concreto. Não é difícil imaginar o número de problemas que isso cria, com os não-beneficiários muitas vezes a sentirem-se prejudicados."[25]

Embora nalguns casos se reportem irregularidades, sobretudo naquelas associações que acabaram por estar sob controlo partidário, como foi o caso da Associação de Moradores da Lapa, noutras esse processo foi exímio, como na Associação de Moradores da Bouça, em que para a distribuição de casas foram definidos critérios que priorizaram os aglomerados familiares que se encontravam em condições habitacionais mais desfavoráveis[26].

As brigadas procuraram ter um papel decisivo no apoio e incentivo às várias actividades promovidas e na democratização dos processos, dispondo elementos que a cada momento permitiam o acompanhamento e o controlo do processo pelos moradores. O trabalho dos técnicos ia sendo verificado pelos moradores que, com frequência, visitavam os seus gabinetes, para além das reuniões regulares que realizavam (nalgumas operações, quinzenalmente em assembleia com todos os moradores, ou semanalmente quando estava em curso o processo de construção[27]). Esta abertura e o contacto frequente serviam para estreitar relações entre todos, o que terá facilita-

Jacques Rancière *cit. in* Neumann, Stan, *O tempo dos operários*, episódio 2 de 4, 2020, disponível em: https://www.rtp.pt/programa/tv/p40616/e2, consultado a 30 Abril 2021.

25 "Dans le quotidien des CMs les situations et les problèmes les plus divers émergent: nous avons déjà parlé d'embryons de «justice populaire». Mais mise à part cette «justice» de «pouvoir populaire», les CMs sont appelées, par le biais de la loi-même à exercer un type de justice: la détermination de priorités dans le logement pour chaque cas concret. Il n'est pas difficile d'imaginer le nombre de problèmes que cela cause, les non-bénéficiaires s'estimant souvent lésés." Lopes, Sérgio, *op. cit.*, 197?, pp. 116-117.

26 Cf. Virgílio Borges Pereira, "Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu. Breves notas sobre a memória do encontro entre o social e a política no Porto (pós-)revolucionário" *in* Monteiro, Bruno; Pereira, Virgílio Borges (orgs.), *A política em estado vivo: uma visão critica das práticas* políticas, Lisboa: Edições 70, 2013, pp. 237-251.

27 Era, por exemplo, o caso da operação do Leal. Cf. Sergio Fernandez, "A experiência do SAAL em Portugal", *IX Seminário Internacional da Escola da Cidade: Habitação: Infraestrutura, espaço público e gestão*, 30 Mar.-4 Abr. 2014, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TfK-GxmWIAfs, consultado a 9 Junho 2021.

do a confiança nos técnicos[28]. O SAAL pressupunha que a democratização do apoio técnico questionasse "a superioridade «cultural» e a «neutralidade» dos técnicos e das tecnocracias face aos problemas prioritários que afectam os moradores em luta pela habitação e pela cidade"[29], colocando essa gestão nas mãos das organizações de moradores. Isso implicava alterações nos métodos do trabalho[30]. Foi também com esse intuito que se planeou a montagem de uma exposição na ESBAP com o material apresentado no Encontro do SAAL/Norte decorrido entre 25 e 27 de Julho de 1975, para que os vários assuntos discutidos pudessem ser calmamente analisados pela população, com vista ao seu envolvimento e participação. A conjugação de todas as contribuições realizadas possibilitava uma visão panorâmica e global do processo em curso no Porto que complementava a discussão interna de cada operação, e a previsão de um horário alargado – com a exposição visitável também à noite – permitia que esta estivesse acessível a todos os trabalhadores[31].

Apesar de se constatar, com alguma frequência, a predominância de um espírito individualista, as propostas discutidas e defendidas para as operações eram sempre entendidas enquanto intervenções integradas na cidade, ou seja, enquanto intervenções pontuais em partes da cidade que mantinham como prioritária a satisfação das necessidades gerais da cidade. Por esse motivo, em várias operações valorizavam-se e procuravam preservar-se alguns terrenos livres como espaços comuns da cidade, de que são exemplo o vale na Lapa, que seria requalificado como espaço verde, e o jardim das Virtudes e o passeio das Fontaínhas, que não seriam utilizados pelas operações de Miragaia e das Fontaínhas, respectivamente, para suprir a falta de casas. Na operação de Parceria-Antunes, parte dos terrenos livres estavam reservados para a ampliação da Maternidade, não servindo, igualmente, para a expansão do bairro. E, na operação de Pêgo Negro, procurou acordar-se a redução da área prevista no Plano Director para o cemitério a instalar naquele local, de modo a conciliar a manutenção de terrenos agrícolas, a ligação entre os núcleos de Pêgo Negro e de Azevedo de Cam-

28 Relativamente ao processo desenvolvido para a demolição e reconstrução do bairro Byker, em Newcastle-upon-Tyne, a partir de 1968, Richard Hatch refere que Ralph Erskine, juntamente com Vernon Gracie, montou um escritório no próprio bairro, de modo a permitir um contacto directo e contínuo com a comunidade. Cf. C. Richard Hatch, "Social architecture: giving form to life", *Architectural Record*, 12, Dezembro 1979, pp. 104-105.

29 Alexandre Alves Costa *cit. in* José Gomes Bandeira, "No Porto, Da acumulação de capital, as comissões de moradores: Entrevista com o arq. Alexandre Alves Costa", *Sempre fixe: semanário popular*, Maio 1975, p. 19.

30 "El técnico de la brigada, el técnico que se pone al lado de la clase explotada, debe desmitificarse frente a sí mismo, en cuanto técnico porque al hacer esto da los primeros pasos en el camino de la revolución cultural; la Brigada en ciertos casos debe funcionar como vanguardia, conscientes de las críticas que puede levantar." Oliveira, Paula de; Marconi, Francesco, *Política y proyecto: Una experiencia de base en Portugal*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978, 97.

31 Também em Viena se montou uma exposição num museu para dar a conhecer as concretizações do programa habitacional a todos os contribuintes, podendo ser visitada à noite. Cf. Blau, Eve, *The Architecture of Red Vienna: 1919-1934*, Cambridge/London: MIT Press, 1999, pp. 388-393.

panhã, o realojamento da população dentro dos limites da cidade e a construção do cemitério, entendido enquanto equipamento que serve os interesses da cidade.

Ainda que as propostas de transformação das áreas da cidade fossem parciais, a sua implementação esbarrava repetidamente com o Plano Director do Porto de 1962. O plano coordenado por Robert Auzelle favorecia uma melhor mobilidade, a terciarização das áreas centrais da cidade e a «modernização» das suas arquitecturas, sugerindo a demolição de grande parte dos núcleos degradados que estavam integrados no SAAL. Nalguns casos, a implementação do Plano foi interceptada, como nas áreas do Leal e de S. Vítor, em que os terrenos onde se haviam demolido ilhas para a construção de parques de estacionamento foram reivindicados pelos moradores para a construção de casas, ficando à sua disposição. Também nas Antas estava em curso a demolição de ilhas para o desenvolvimento de um plano de pormenor que, dando seguimento às indicações do plano de Auzelle, propunha a edificação de conjuntos habitacionais compostos por blocos altos e torres. As demolições foram (provisoriamente) interrompidas e um dos terrenos serviu para a construção de casas para a Associação de Moradores das Antas. O plano que previa a construção de edifícios em altura no terreno livre da Bouça havia sido rebatido por Álvaro Siza no projecto que elaborou para ali ainda em 1973 e, com a formação do SAAL, este passou a estar destinado aos moradores mal-alojados daquela área. Noutros casos, a não concretização das propostas do Plano Director deveu-se não só à mobilização dos moradores, mas também, ou sobretudo, à radicalidade e abrangência das suas concepções, de que são exemplo as propostas de arrasamento das áreas da Sé e de Justino Teixeira ou o complexo sistema de acessibilidades proposto para as áreas do Vilar e da Arrábida.

Mas noutras situações o bloqueio das propostas do Plano Director encontrava uma maior resistência, forçando à sua aceitação e à adaptação dos projectos. Se, no caso da operação de Maceda, a compatibilização com a implementação do Plano foi relativamente pacífica (desviando-se uma das novas vias propostas pelo Plano de modo a não atravessar o bairro do Acácio), noutros casos, a situação era mais complexa. Para a área das Fontaínhas, o Plano previa o prolongamento da rua Duque de Loulé e a construção de um viaduto com o objectivo de estabelecer uma ligação mais directa e veloz à avenida da Ponte. Essa solução, que foi implementada após o término do SAAL, implicou a demolição de parte das construções do quarteirão definido pela rua do Sol, pelo passeio das Fontaínhas e pela rua Augusto Rosa (que permanece, ainda hoje, como cicatriz naquela área da cidade), destruindo a unidade paisagística daquele lugar e rompendo com a continuidade entre o passeio das Fontaínhas e o largo Actor Dias. A oposição da brigada técnica de nada valeu perante esta conjuntura, e a



↗ Fotografia das obras de demolição para a construção do viaduto na rua Duque de Loulé.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

operação foi interrompida sem que o projecto alcançasse um maior grau de desenvolvimento e se avançasse para concretizações.

No caso da operação do Vilar, a posição da Brigada, em consonância com as deliberações dos moradores, alterou-se com o decorrer do Processo. Inicialmente, o projecto elaborado ignorou as orientações contidas no Plano para o Campo Alegre (que dava seguimento às ideias do Plano Director), às quais se opunha, e que previam um acesso directo ao centro da cidade a partir da ponte da Arrábida, o que implicaria a construção de um viaduto e outras vias de acesso que atravessariam o bairro do Vilar. Para além do impacto que esta intervenção teria no perfil da cidade, arrasaria com a unidade daquele núcleo residencial e impediria o realojamento dos moradores em terrenos ligados à rua do Vilar, espinha dorsal daquele lugar. Contudo, com receio de que a viabilidade da operação ficasse comprometida pela possibilidade da sua concretização, a Brigada elaborou um segundo projecto onde apresentou hipóteses alternativas para a passagem das novas vias e do viaduto de modo a manter o local de implantação do bairro, ainda que adaptando a sua conformação. O sistema de mobilidade proposto pelo Plano de Auzelle não avançou, e os moradores do Vilar conseguiram dar seguimento à resolução do seu problema habitacional já sob coordenação da Câmara, mas a iniciativa por parte da Brigada de apresentar individualmente alternativas ao Plano Director foi mal recebida pela coordenação do SAAL/Norte.

Devido à quantidade de situações de incompatibilidade entre as propostas elaboradas no âmbito do SAAL e aquelas constantes no Plano Director que não se conseguiam revogar, a coordenação do SAAL/Norte propôs a constituição de um gabinete coordenado por Manuel Teles e Fernando Távora que concentraria os vários conflitos

e procuraria elaborar um plano que desse uma resposta simultaneamente integral e particular. Essa estratégia permitiria estabelecer uma coerência entre as soluções alternativas apresentadas, desencorajando-se a elaboração de alternativas parciais por parte das operações, dado que isso poderia gerar problemas noutros locais da cidade. No entanto, nos documentos consultados não se encontram indícios de que este gabinete tenha sido formado.

A submissão à possível implementação das propostas do Plano Director através da apresentação de soluções alternativas, ainda que estando em profunda contradição e confronto com ele, é demonstrativa de como a resolução das carências habitacionais se sobrepôs às ambições comuns das várias operações SAAL para a cidade. O espírito prático e pragmático sobrepôs-se ao idealismo, a necessidade sobrepôs-se à revolução. A base idealista mantinha-se, ainda assim, enquanto horizonte que se «deformava» à medida que os projectos iam sendo postos em prática. Talvez por isso se possa entender o SAAL como um programa reformista, a meio caminho de um projecto utópico[32], mas distante das premissas da cidade especulativa, que é aquela que se vê privada de idealismo[33].

De qualquer modo, uma reivindicação que se manteve firme na generalidade das operações foi a do direito ao lugar. No artigo publicado no boletim dos moradores do Vilar referente ao resultado da votação em assembleia geral que foi unânime quanto à rejeição do viaduto previsto no Plano, os moradores defendem:

> "É agora preciso que os Moradores continuem a discutir, a participar, a realizar as suas futuras condições de habitação. É preciso que o valor urbano dos locais pertença aos que neles sempre viveram, quantas vezes sem sequer saber da opressão e segregação urbana em que as suas vidas decorre [sic]."[34]

Tal como aconteceu na grande maioria das operações, os moradores reivindicavam o seu direito a permanecer no local habitado apresentando o argumento da antiguidade. Segundo Mário Brochado Coelho, esta exigência afastava-se dos pressupostos marxistas porque tinha um fundo cultural e não económico[35]. Contudo, o motivo

32 "The design of appropriate utopias is the cultural role of social architecture." C. Richard Hatch, *op. cit.*, Dezembro 1979, p. 97.

33 Cf. Grassi, Giorgio, "Arquitectura e racionalismo" (1970), *Escritos escolhidos, 1965-2015*, Porto: Edições Afrontamento, 2018, p. 67.

34 Associação de Moradores do Bairro de Vilar, "Não ao Viaduto", *O Vilar em luta*, s.d., s.p.

35 "O direito ao local, quanto a mim, já era educado e trabalhado na crítica marxista do urbanismo e sobretudo na prática também marxista da América do Sul, em que se dizia: «somos expulsos das áreas nobres», etc. Não era bem a ilha, não é a questão da ilha (...). O direito ao local não tem nada de marxista, tem a ver com: «foi aqui que a minha família viveu», «é aqui que eu quero estar». É diferente, é uma questão já cultural e não económica. E deixou marcas aqui no Porto, porque há aí áreas que ficaram amarradas a soluções populares, e áreas de algum valor." Mário Brochado Coelho *cit. in* José António Bandeirinha, [Entrevista a Mário Brochado Coelho], 1999, disponível em: https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/1085, consultado a 1 Junho 2021.

para a expulsão dessas classes para bairros periféricos assenta em princípios económicos que, quando contrariados, significam "a apropriação de locais valiosos pelas camadas populares nelas radicadas sob forma marginal"[36], tal como exposto no despacho que deu origem ao SAAL. Os moradores do Vilar continuam a sua exposição da seguinte forma, onde se pode entender como as duas dimensões do direito à cidade estavam relacionadas:

> "É preciso tomar nas mãos as nossas próprias condições de vida, que começam nos locais de habitação, nos locais de trabalho, na escola, no dispensário, na creche, no campo de jogos, no local de convívio, no jardim, … Quantos do bairro já espreitaram para a paisagem que se situa nas traseiras? e porque será que para ver é preciso espreitar? E a quinta inglesa que fica ao lado, quem beneficia desse parque de repouso e ar puro, tão necessário aos nossos velhos e crianças?
>
> Morador, a Cidade é tua – é preciso que nós a desenhemos, não mais para servir os interesses da exploração capitalista, mas ao serviço do humano, do social, do desenvolvimento socialista que agora se inicia na nossa Pátria."[37]

Foi ainda o direito ao lugar que prevaleceu nos casos em que, não se tendo concretizado as propostas elaboradas pelo SAAL, os moradores conseguiram assegurar a transformação dos seus bairros já sob a coordenação da Câmara. A realização do plano camarário para a área dos Combatentes, que destruiu a ilha do Valongueiro, levou ao estabelecimento de um acordo que possibilitou a construção de 3 blocos habitacionais de 4 pisos na rua Professor Bento de Jesus Caraça para a Associação de Moradores. Em Pêgo Negro e em Tirares, possivelmente devido aos planos camarários em curso para aquela área, os moradores conseguiram que, após o término do SAAL, fossem construídos blocos habitacionais para o seu realojamento no lado poente da estrada da Circunvalação. O mesmo aconteceu nas já referidas áreas do Vilar, Boavista, Serralves e Carvalhido.

Ao invés de um plano geral para a cidade, as operações SAAL propunham intervenções urbanas pontuais como actos mais realistas da possibilidade de transformação da cidade que, aos poucos, "tende à globalidade"[38]. Para Paulo Varela Gomes, essa estratégia era análoga à "terceira geração de planos" desenvolvida pelos "urbanistas reformistas italianos", que eram "feitos não para a expansão mas para a consolida-

36 Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, "Despacho", *Diário do Governo*, I série, n.º 182, 06/08/1974, pp. 873-874.

37 Associação de Moradores do Bairro de Vilar, "Não ao Viaduto", *op. cit.*, s.d., s.p.

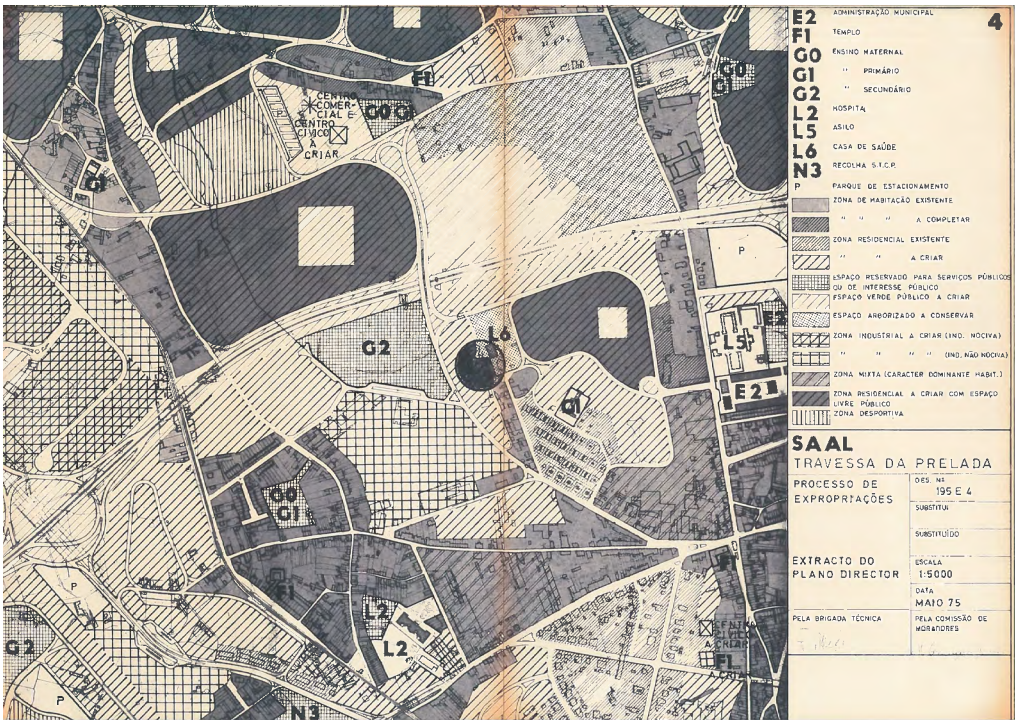
38 Álvaro Siza, "O 25 de Abril e a transformação da cidade" (Dezembro 1984), *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 39.

ção e ordenamento da cidade"[39]. A partir da transformação dos núcleos degradados reconfiguravam-se partes singulares da cidade que, considerando a prossecução da implementação do mesmo tipo de intervenção para outras áreas da cidade onde existiam problemas habitacionais e a instalação dos vários equipamentos colectivos previstos (que exerceriam influência sobre aquelas áreas e contribuiriam para a formação de escolas populares e comunas de consumo e produção), colaborariam no sentido do reordenamento da cidade desde um ponto de vista integral. A terem-se concretizado os projectos para as operações formadas e por formar, a rede composta por estes «bastiões» do poder popular formaria um «arquipélago de possibilidades» que teria um amplo impacto na configuração física e social da cidade. Ainda que para tal fosse necessário sujeitarem-se aos postulados dos planos urbanos previamente elaborados, a exigência do direito a uma casa decente para todos os habitantes seria, parafraseando David Harvey, um dos passos para um movimento revolucionário mais amplo[40], uma luta inscrita no processo revolucionário em curso. Mas, caso se cingisse à resolução do problema habitacional *stricto sensu*, ficaria confinada a astros irremediavelmente afastados uns dos outros, como os *Gemeindebauten* em Viena, ou oásis de ordem entre a desordem da cidade, como as *Siedlungen* centro-europeias[41].

39 "No Porto, os arquitectos tiveram em 1975 a primeira oportunidade de trabalhar no centro «histórico» da sua cidade e a acção das brigadas portuenses tinha implícita uma crítica em relação ao grande planeamento urbano da tradição moderna (e não apenas, nem principalmente, modernista), apontando para um novo tipo de urbanismo adequado a uma nova cultura e uma nova era: o plano constantemente aferido e alterado pela sua própria aplicação, o plano menos rígido, mais fragmentado, mais pragmático, tendo melhor em conta a conflitualidade de interesses que rege a cidade contemporânea. Os projectos SAAL no Porto integravam-se, de facto, naquilo a que os urbanistas reformistas italianos designaram por uma «terceira geração de planos», feitos não para a expansão mas para a consolidação e ordenamento da cidade. Com o SAAL, a Revolução portuguesa demonstrou ter jogado, também no terreno do urbanismo e da arquitectura, simultaneamente com o passado e o futuro, com a condição moderna e pós-moderna." Paulo Varela Gomes, "Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos" *in* Pereira, Paulo (dir.), *História da arte portuguesa*, volume 3, [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1995, pp. 564-565.

40 "In the same way that Marx depicted restrictions on the length of the working day as a first step down a revolutionary path, so claiming back the right for everyone to live in a decent house in a decent living environment can be seen as the first step toward a more comprehensive revolutionary movement." Harvey, David, *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*, Londres/Nova Iorque: Verso Books, 2013, p. 137.

41 Tal como alerta Manfredo Tafuri acerca das concretizações de programas habitacionais implementados no período entre-guerras: "Quella che abbiamo denominato «Vienna seconda» si forma come una costellazione i cui astri sono irrimediabilmente allontanati l'uno dall'altro: la loro riconnessione è possibile solo con un atto mentale; le fratture che essa impone al tessuto connettivo sono condizioni per la sua eloquenza." Tafuri, Manfredo, *Vienna Rossa: La politica residenziale nella Vienna Socialista*, Milão: Electa, 1980, pp. 134-137; "May actúa más como gestor que como arquitecto en sentido tradicional, pero está obligado a comprobar que los modelos urbanísticos no son «neutrales». Cuando, en 1930, se marcha de Alemania, con otros muchos arquitectos que habían colaborado con él en el «nuevo Francfort», para trabajar en la Rusia soviética del primer plan quinquenal, ya estaba claro que el *Trabantenprinzip* – el modelo de ciudad subdividida en núcleos semiautónomos – estaba demasiado ligado a la ideología de la *ciudad de la paz;* pero el equilibrio soñado por Howard, Unwin , Geddes y el propio May no pertenece a la gran ciudad, lugar, por definición, del desequilibrio permanente y del conflicto. Además, el modelo nuclear, que contrapone al desorden de la ciudad existente el «oasis de orden» demostrativo de la Siedlung exterior, intentaba derribar decenas de reflexiones y teorizaciones urbanísticas." Tafuri, Manfredo; Co, Francesco Dal, *Arquitectura Contemporánea*, Madrid: Aguilar, 1978, p. 183.



↗ Planta com a proposta do Plano Director de 1962 para a área da Prelada.
© Centro de Documentação da FAUP

Pelo contrário, algumas intervenções parciais continham em si uma transformação que em muito as excedia. O projecto elaborado para a operação da Prelada, com vista a melhorar as condições habitacionais de 11 agregados familiares, extravasou em larga escala os objectivos e os limites da unidade operacional, resultando num plano urbano mais vasto. Com o intuito de reestabelecer a escala e a coerência daquela parte da cidade, a Brigada coordenada por Fernando Távora reclamou a importância da casa da Prelada enquanto elemento dominante na paisagem urbana que se via ameaçado pela implementação de um plano de pormenor elaborado pelos serviços da Câmara para aquela área. Esse plano, para além de visar a demolição do núcleo degradado da Prelada, previa a edificação de um conjunto residencial em altura ao longo da nova via que atravessaria a Via de Cintura Interna no sentido norte-sul (correspondente às actuais rua Teodoro Sousa Maldonado e avenida Cidade de Xangai) que introduziria alterações irreversíveis àquele lugar. A contraproposta apresentada pela Brigada para os espaços a sul da casa da Prelada tentava enquadrar o novo edifício de 5 pisos já construído no âmbito desse plano na rua Teodoro Sousa Maldonado através de um conjunto de edifícios em "L" que reduziriam a sua cércea de forma sucessiva e terminariam do lado oposto da rua dos Castelos, permitindo enquadrar de modo simétrico o eixo de entrada na quinta da Prelada. Igualmente, o momento de intersecção entre a rua Teodoro Sousa Maldonado e a rua dos Castelos seria redesenhado para que se mantivesse a leitura do ponto de arranque desse eixo. No lado norte, a estrutura de caminhos rurais existentes seria preservada e reforçada pelo ajustamento das novas construções ao seu traçado (e a formação de pátios abertos

no lado oposto), o que permitiria a recuperação das construções de origem rural aí existentes, ao mesmo tempo que se replicava a estratégia de intervenção definida para a unidade operacional da Prelada no terreno contíguo a sul. Quanto ao plano de completamento da VCI – que não só constituiria uma barreira para os terrenos a ela confinantes como ao próprio conjunto da quinta da Prelada, dado que seria seccionado, destruindo-se a relação entre os espaços de jardim e horta e da casa e a harmonia do grande complexo comandado pelo eixo paisagístico desenhado por Nicolau Nasoni –, a Brigada propôs o rebaixamento do troço da VCI nesse local de modo a não perturbar a unidade da quinta da Prelada e sem prejuízo para o novo dispositivo de circulação rápida da cidade.

A quinta da Prelada acabou por ser violentamente amputada pela sobreposição da via de cintura interna; da estrutura dos caminhos rurais praticamente não há vestígios. Porém, aliadas à resposta prioritária aos moradores com problemas habitacionais estavam a defesa do património arquitectónico e dos tipos e escalas de construção existentes, a preservação da unidade dos espaços verdes e da estrutura topográfica e morfológica dos lugares, a multiplicação dos espaços de uso colectivo, a abertura da cidade. Eram estes os critérios de gestão urbana que muniam o plano em gestação, em contraciclo com os planos previamente elaborados.

10.2. RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA URBANA E SUBVERSÃO DOS MODELOS ESPECULATIVOS

Como se referiu, nas várias operações SAAL era encorajada a recuperação das estruturas existentes sempre que as condições assim o permitissem. Nesse sentido, a maior parte das casas sobreocupadas na estrutura medieval ou na área de expansão urbana dos séculos XVIII e XIX e das casas de lavoura subdivididas na periferia semi-rural que integravam unidades operacionais seriam recuperadas. Restituir-se-ia, assim, uma densidade de ocupação que respeitaria padrões de salubridade e conforto e utilizar-se-iam os terrenos livres adjacentes para a construção de novos fogos de modo a alojar dignamente a (quase) totalidade dos moradores. Incentivava-se, também, a recuperação da estrutura das ilhas pois, embora estas consistissem num modelo especulativo para o alojamento da classe operária, o parco investimento nestes conjuntos levou a que houvesse uma adaptação à topografia dos lugares que, de algum modo, assegurou um certo equilíbrio ou harmonia entre os objectos edificados e a paisagem urbana. Inerente a estas estratégias de recuperação estava o reconhecimento do valor patrimonial das áreas ocupadas pelos moradores mal-alojados, contemplando a sua realidade cultural e social. Ou seja, não se tratava apenas do reconhecimento do interesse arquitectónico daqueles núcleos, mas da relação entre as suas características físicas e sociais, que só poderia ser mantida caso aquela área preservasse a função residencial e a sua composição social.

Relativamente às propostas de recuperação de casas sobrelotadas, estas seriam mais significativas nas operações da Sé e de Miragaia. Embora noutras operações também se contemplasse esse tipo de intervenção, como nas casas localizadas à face das ruas nas Antas ou em S. Vítor (que estavam sobreocupadas ou em estado de abandono) ou na casa de lavoura da Prelada, essas situações não constituíam o tipo de intervenção predominante. No caso da operação de Cedofeita, por exemplo, perante a quantidade de casas sobreocupadas, presume-se que grande parte das intervenções consistissem na sua recuperação; no entanto, não se teve acesso a documentação que dê uma indicação mais precisa sobre a estratégia em elaboração.

Nas operações da Sé e de Miragaia, ambas localizadas no núcleo antigo da cidade, a grande maioria dos casos de habitação degradada correspondia à divisão e sobreocupação das casas da estrutura medieval que compreendem edifícios com diferentes alturas e de várias épocas, embora a configuração dos lotes apresente características semelhantes, com uma forma estreita e comprida. A criação de novos centros na ci-

dade e a situação geográfica destes núcleos fizeram com que estas áreas fossem perdendo importância e ficassem segregadas em relação ao resto da cidade. Tratando-se de núcleos onde residia uma parte significativa da população de fracos recursos, esta circunstância exponenciou o estado de insalubridade e densidade ocupacional que já se verificava.

Perante esta situação, as estratégias delineadas pelas brigadas técnicas da Sé e de Miragaia passavam pela requalificação destes lugares, reconhecendo o seu valor histórico, arquitectónico, social e cultural. A redução da densidade populacional seria obtida através da construção de novos fogos, como referido, criar-se-iam equipamentos que suprissem as necessidades identificadas, e os edifícios existentes seriam recuperados. Referindo-se à operação de Miragaia, Bernardo Ferrão salienta que se implementou um critério de "preservação global e crítica"[42], procurando "preservar o máximo dos seus valores ambientais e construtivos, como testemunho cultural e histórico vivo"[43]. Esta estratégia contemplava a conservação da estrutura urbana e das marcas do passado – que não era uma posição demagoga, visto que apenas se verificava uma degradação e sobrelotação dos edifícios e essa opção "era compatível com o custo da construção e não impedia a necessária rapidez com que deveriam processar-se as intervenções"[44] – e, simultaneamente, a resolução das carências habitacionais verificadas e a promoção de dinamização local.

Tratava-se, no fundo, de um tipo de intervenção equiparável àquele aplicado nas restantes operações SAAL, dado que a recuperação do núcleo antigo da cidade não o toma como totalmente definido, mas antes enquanto parte da cidade que é feita de destruições e adições sucessivas e que deve ser entendida no seu todo. Deste modo, o núcleo antigo é assumido enquanto um bairro entre outros na cidade. Esta perspectiva afasta-se de uma postura romântica que visa transpor de modo quase directo e acrítico as características físicas e sociais desses aglomerados. Pelo contrário, e possibilitado por medidas políticas e económicas que suportam esta visão, a definição de critérios tipológicos e arquitectónicos informada pelas qualidades da vida social e pelas aspirações da população foi essencial para a adopção de uma postura crítica.

O conhecimento aprofundado da realidade foi tomado como condição fundamental para esse posicionamento. Face aos interesses especulativos, a história e a memória funcionariam como condição de "imunidade", tomando uma expressão de Aldo Ros-

42 Bernardo Ferrão, "Tradição e modernidade na obra de Fernando Távora 1947/1987" *in* Trigueiros, Luiz (ed.), *Fernando Távora*, Lisboa: Editorial Blau, 1993, p. 36.

43 Idem, p. 38.

44 Idem, p. 44.

si[45]. Para tal, e apesar das modificações e substituições entretanto realizadas em edifícios, reconheceram-se os traçados medievais e as relações entre elementos urbanos antigos. A dependência da morfologia urbana para com a topografia do terreno permitiu compreender e consolidar o sistema de permanências, e o reconhecimento da história das transformações realizadas ao longo do tempo ajudou à definição da base de projecto. O estudo das áreas envolvia a consulta de registos e documentação antiga, mas também o levantamento e desenho dos edifícios, o que permitia uma análise das características do edificado, dos sistemas construtivos e dos materiais utilizados. Desta forma, adquiria-se também um conhecimento mais aprofundado dos tipos, sistemas de proporções e regras de composição do edificado. A memória como registo histórico era complementada pela memória viva e existente, que acrescentava novas dimensões aos registos históricos[46].

Foi nesse sentido que o estudo da Brigada sobre a formação da área de Miragaia permitiu reconhecer que, nos espaços planos junto ao rio, a morfologia urbana seguiu uma organização linear e paralela a este. Os edifícios de tipologia mercantilista tinham o espaço de loja, oficina ou armazém no piso térreo, com pórticos na fachada voltada para o areal que abrigavam as actividades ligadas à faina fluvial, e a habitação nos pisos superiores. As casas ocupavam todo o lote estreito e comprido, com duas frentes e sem qualquer espaço livre no interior do quarteirão. Por esse motivo, os quarteirões adoptam uma forma alongada paralela ao rio, com pouca profundidade, e um perímetro aproximadamente rectangular. As casas fronteiras ao rio constituem um módulo que se repete desde a Ribeira até Miragaia, nas quais os pórticos marcam de modo muito intenso a frente ribeirinha enquanto conjunto uno e contínuo. Por esse motivo, a demolição de alguns destes módulos nos anos 1940 e 1950 com o intuito de salubrizar esta área era uma medida que urgia reverter. A Brigada propunha a reocupação destes espaços com edifícios que seguiam a tipologia dos edifícios da frente ribeirinha, incluindo pórticos no piso térreo, e com uma superfície próxima da

45 "Falsa Amistad, explotación, especulación. Cómo se pueden defender las ciudades de todo esto o, en términos clínicos, cómo pueden inmunizarse? Cuáles son los caracteres esenciales de esa inmunidad para las ciudades? El estudioso americano Ivan Roitt, en su libro *Inmunologia essencial*, escribe que «La memoria, la especificidad y la capacidad para reconocer estructuras químicas extrañas a la propia e individual constitución pueden ser considerados los aspectos peculiares de la inmunología»." Aldo Rossi, "Ciudad y proyecto" *in* I Seminario Internacional de Arquitectura en Compostela, *Proyecto y ciudad histórica*, Santiago de Compostela: C.O.A.G., 1976, p. 18.

46 "History, Enzo Traverso clarifies, may be born of selective and subjective memory, but it puts the past at a distance and writes it down in the present according to the rules of objectivity, contemporary concerns, global rationalizations. History and memory are not opposites, as Halbwachs and Nora imagined, but held in dialectical tension. The sources of history are constantly enlarged by memory: contesting its blind spots, bringing silenced and subjugated voices into play, replacing amnesia with remembrance and reconciliation." M. Christine Boyer, "Collective memory under siege: The case of 'heritage terrorism'" *in* Crysler, C. G.; Cairns, S.; Heynen, H. (ed.), *The SAGE handbook of architectural theory*, Los Angeles/Londres/Nova Delhi/Singapura/Washington DC: SAGE Publications, 2012, p. 329.

dos lotes previamente demolidos. Contudo, não se tratava de uma reconstrução dos edifícios pré-existentes. As formas dos lotes foram ajustadas de modo a considerar dimensões mais adequadas (através de uma distribuição mais equitativa das larguras ou da diminuição do número de lotes de modo a aumentar largura das casas), algumas ruas foram alargadas (como a entrada na rua da Atafona, transversal aos quarteirões) e a ocupação do piso térreo gerava alguns espaços de alargamento, como junto à igreja de S. Pedro de Miragaia onde se criavam arcadas também na fachada posterior. De modo idêntico, as dimensões dos pórticos encontravam um equilíbrio entre uma continuidade com os edifícios contíguos e uma adequação às características dos novos edifícios e à capacidade construtiva de que se dispunha. A cércea das novas construções variava consoante as circunstâncias, para que se harmonizassem com as construções adjacentes, e o edifício destinado ao centro cultural, situado em frente à igreja de S. Pedro de Miragaia, seria mais baixo que esta, procurando enquadrar e reforçar a presença da igreja enquanto elemento dominante. Mas no que diz respeito à organização interna, a sua configuração seria semelhante à das restantes casas, com a caixa de escadas colocada no centro da casa.

Na operação da Sé, a localização do edifício de lavadouros e balneários junto à viela de S. Lourenço permitiu reactivar esse percurso, retomando um vínculo com a estrutura urbana antiga. Esta implantação restituiu alguma flexibilidade ao tecido urbano – que era característica da antiga subdivisão cadastral – possibilitando que a solução encontrada, apoiada nos traçados antigos, criasse um atravessamento entre os quarteirões e introduzisse um novo equilíbrio na morfologia urbana. Com esta proposta apresenta-se uma reflexão sobre a natureza da subdivisão dos terrenos, entendendo-os como factos técnicos e não jurídicos[47]. Ou seja, a nova organização deriva da relação com a arte antiga dos traçados e não com o sistema de propriedade, providenciando que, contrariamente a uma cidade formada pela soma de arquitecturas, sejam as arquitecturas a derivar dos traçados da cidade. Nos edifícios a recuperar, procurar-se-ia assegurar uma unidade daquela área, embora os critérios a implementar fossem definidos individualmente consoante o tipo de problemas identificado. Uma ideia essencial passava pela manutenção das actividades e serviços ligados à vida de bairro (como o comércio local) e pela utilização dos espaços livres primordialmente pelos moradores.

O receio de descaracterização da área da Sé, mas também de Miragaia, derivava do ressurgido interesse por estas áreas com um propósito especulativo, sobretudo a

47 Sobre a ideia de distinção entre factos técnicos e jurídicos, cf. Rossi, Aldo, "Las características urbanas de las ciudades venecianas" (1970), *op. cit.*, 1977 [1975], pp. 237-269.

partir da indústria do turismo. Essa ameaça estava já latente nas ideias contidas no Plano Director de 1962 – embora aqui se concretizassem através da demolição de grande parte do edificado para a exaltação dos monumentos, como se percebe na proposta elaborada para a área da Sé em que se substituíam conjuntos considerados de «arquitectura menor» por edifícios mais «modernos» – e cada vez ganhava maior dimensão.

O interesse na preservação dos edifícios é uma ideia da modernidade, mais do que uma reacção a ela[48]. Para além das técnicas de preservação desenvolvidas por Viollet-le-Duc no século XIX, a Carta de Atenas produzida em 1931 sobre o restauro de monumentos (que constituiu a primeira norma internacional dedicada ao património) reconhecia o valor documental e histórico destes enquanto testemunho das civilizações, e a necessidade da sua protecção e conservação. A Carta de Veneza de 1964 destacou a importância de preservar a autenticidade dos monumentos como património ou legado comum, avançando com uma definição universal de património como tradição que poderia ser aplicada a qualquer contexto. Foi sobre esta definição que se verificou uma profissionalização das teorias e práticas de preservação, com o ICOMOS ou a UNESCO, e o desenvolvimento de uma ideia eurocêntrica de tradição, património e autenticidade. Se, por um lado, o conjunto do ambiente construído passou a ser protegido a par dos monumentos, por outro lado deu-se uma tematização dos ambientes urbanos como locais de consumo cultural. Pode observar-se como a preservação do ambiente construído se inseriu nos ciclos do capitalismo global (embora controlada nacional ou localmente) e como se desenvolveu uma produção de imagens de consumo dissimulada de cultura que transformou sítios históricos em museus.

No Porto, a classificação de património mundial pela UNESCO em 1996 determinou o estabelecimento de medidas de salvaguarda do centro histórico. O centro histórico ficou definido por um perímetro que corresponde aproximadamente aos limites da muralha fernandina e a algumas áreas adjacentes, e por um espaço de protecção que engloba áreas contíguas como Miragaia e S. Vítor. Este reconhecimento impulsionou transformações substanciais no núcleo antigo da cidade, beneficiando sobretudo o sector turístico. Consequentemente, assiste-se a uma recuperação e utilização de objectos do passado para fins comerciais, o que originou processos de gentrificação que implicaram a expulsão dos moradores e, por conseguinte, uma alteração das características sociais e culturais do núcleo antigo. As estratégias de preservação e ma-

48 Cf. Mrinalini Rajagopalan, "Preservation and modernity: Competing perspectives, contested histories and the question of authenticity" *in* Crysler, C. G.; Cairns, S.; Heynen, H. (ed.), *op. cit.*, 2012, p. 309.

nutenção de um ambiente pitoresco ou nostálgico salubrizado já se vinham desenvolvendo anteriormente, inclusive a partir dos planos de salubrização realizados nos anos 1940 e 1950. Porém, ao pretender conservar os objectos ou aspectos decorativos dos conjuntos habitacionais com o intuito de preservar o seu ambiente, é rejeitada a vitalidade da cidade. Utilizando uma metáfora de Aldo Rossi, podem considerar-se as operações de conservação como saprófitas porque se alimentam de matéria em decomposição[49]. Por antítese à erosão do contexto histórico do património causada pelo turismo e pelo restauro de fachadas, só o quotidiano parece poder funcionar como órgão vital e agência de mudança.

Pelo contrário, as intervenções propostas no âmbito do SAAL seguiam os princípios definidos no estudo elaborado por Fernando Távora em 1969 para o Barredo[50], que não tinha sido implementado até então por não existirem condições legais que permitissem a sua viabilização. Este estudo definido especificamente para aquela área foi executado apenas após o 25 de Abril através da criação do CRUARB, apesar de a alteração sucessiva do CRUARB, a par com as diversas medidas políticas e económicas praticadas, ter levado à degeneração das suas ideias de base[51].

O *Estudo de renovação urbana do Barredo* teve por fundamento a análise de um caso específico com vista a preparar uma proposta de intervenção municipal que pudesse ser aplicada a outros casos de habitação degradada na cidade. Aproveitando algum

49 "Las falsas restauraciones, las fachadas impuestas a los monumentos por ordenanzas abstractas, los saneamientos, el estilo, ¿qué son? Todo esto se presenta como un saprófito, el animal que crece sobre las cosas muertas: hay como una falsa amistad entre la política oficial de las intervenciones públicas y los centros históricos." Aldo Rossi, "Ciudad y proyecto" *in* I Seminario Internacional de Arquitectura en Compostela, *op. cit.*, 1976, p. 18.

50 Távora, Fernando (coord.), *Estudo de renovação urbana do Barredo*, Porto: Câmara Municipal do Porto/Direcção de Serviços de Habitação – Repartição de Construção de Casas, 1969.

51 O CRUARB (Comissariado para a Renovação da Área de Ribeira/Barredo), foi criado em Setembro de 1974 como um serviço sob dependência do poder central. Em 1982 ficou sob tutela da Câmara Municipal do Porto e, a partir de 1993, passou a trabalhar em articulação com a FDZHP (Fundação para o Desenvolvimento do Centro Histórico do Porto). O facto de, segundo a nova direcção camarária com a presidência de Rui Rio, não haver retorno do investimento realizado, levou a que em 2003 o CRUARB fosse dissolvido e em 2007 fosse extinta a FDZHP. A Porto Vivo – SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa do Porto) foi constituída em 2004 como entidade que segue um modelo de incentivo ao investimento privado. Sobre este processo, cf. Queirós, João, *No Centro, À Margem: Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015; João Queirós, Vanessa Rodrigues, Virgílio Borges Pereira, "O mercado da reabilitação urbana enquanto construção política: Resultados de um percurso de pesquisa na cidade do Porto" *in* Pereira, Virgílio Borges (org.), *Em (re)construção: Elementos para uma sociologia da actividade na indústria de construção em Portugal*, Porto: FLUP, 2000, pp. 319-356. Numa fase inicial, Fernando Távora era consultor do CRUARB que funcionava com a colaboração de projectistas externos. A semelhança entre os princípios do CRUARB e do SAAL são explicativas do facto de o CRUARB se ter visto largamente afectado com a transformação do contexto político. Com o desenvolvimento do programa, os projectos passaram a ser realizados pelos serviços do próprio comissariado e a estratégia de intervenção viu-se alterada, como é possível constatar nos casos em que os projectos de reestruturação contemplavam isoladamente a recuperação das fachadas, as técnicas construtivas e a organização espacial interna. Os processos deixaram de ser participados, abandonando-se o critério de preservação física e social, e o enfoque no aspecto das fachadas conduziu, segundo alguns intervenientes no SAAL, a um "resultado miserável e caricatural". Cf. F. Távora, A. Siza Vieira, B. Ferrão, F. Barata, "Barredo: Operazione di rinnovo urbano", *Lotus International*, 18, Março 1978, pp. 95-99.

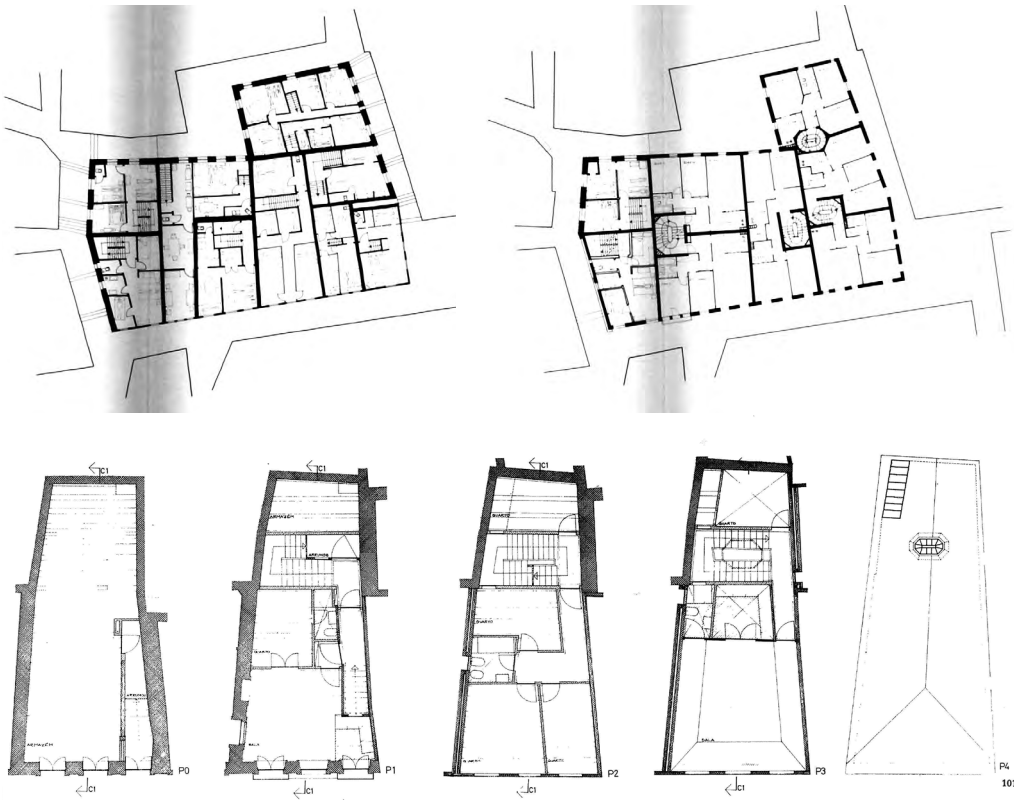
trabalho de inquérito e de acompanhamento social já realizado, elaborou-se um estudo aprofundado daquela área que considerava as características geográficas e morfológicas, os usos, o número de habitantes e o índice de ocupação, a caracterização da população com base na constituição dos agregados familiares, nas suas condições económicas e nos locais de trabalho, o estado de conservação dos edifícios e dos fogos, o valor das rendas, e as características do edificado considerando o seu interesse histórico, artístico, arqueológico e paisagístico. A recolha de informação sobre o contexto físico e social do Barredo tinha como objectivo a preparação de um plano de intervenção participado que valorizasse os aspectos positivos e possibilitasse uma melhoria das condições habitacionais. Nesse sentido, propunham-se medidas legislativas como a fixação de uma capacidade de alojamento máxima e critérios para a revisão das rendas. Contrariamente a intervenções parciais e desfasadas, o plano pretendia ser global e dinâmico, exigindo uma reavaliação e um acompanhamento constantes. Para além da instalação de equipamentos (centro social, balneários, entre outros), previa-se o acompanhamento social da população e o seu envolvimento em actividades culturais e nas reuniões a realizar.

Nos processos de recuperação ou reconstrução procurava manter-se o carácter dos edifícios, com atenção ao seu valor histórico e artístico, ainda que se incorporassem outros materiais ou soluções construtivas, pretendendo conservar-se a vitalidade existente. Quanto às novas construções a realizar, como no largo da Lada, teriam uma linguagem contemporânea, embora estas intervenções fossem consideradas operações muito delicadas e se procurasse integrá-las no espírito daquele lugar. Mas os níveis de densidade populacional existentes obrigavam ao realojamento de cerca de 60% da população, o que se tratava também de uma operação muito delicada e que exigia a informação e o envolvimento da população. Foram ainda desenvolvidos estudos mais aprofundados para os quarteirões I e III, que incluíram a elaboração de propostas de intervenção. Contudo, ainda que estas propostas tenham servido de matriz para o projecto elaborado por uma equipa coordenada por Távora[52] já no âmbito do CRUARB (que contemplava a recuperação dos edifícios A e B do quarteirão III), estes edifícios acabaram por ser intervencionados por outros técnicos[53].

Os vários ensinamentos apresentados no estudo para o Barredo estavam contidos nas estratégias desenvolvidas nas operações SAAL, como a análise detalhada dos

52 Este projecto foi realizado em parceria com Alfredo Matos Ferreira, Bernardo Ferrão, Jorge Barros, Francisco Barata, Manuel Magalhães e Joaquim Jordão, e contou com a participação de Agostinho Ramos e José Bernardo Távora.

53 Os edifícios A (parcela 39-40) e B (parcela 41) do quarteirão III foram intervencionados pelo CRUARB em 1978, o primeiro com projecto de Manuel Teles e Furtado Mendonça e o segundo com projecto de Manuel Teles.



↑ Plantas de levantamento e da proposta de intervenção no quarteirão III do Barredo, relativas ao 3.º piso, elaboradas no âmbito do *Estudo de renovação urbana do Barredo* de 1969.
© Távora, Fernando (coord.), *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*, Porto: Câmara Municipal do Porto/ Direcção dos Serviços de Habitação – Repartição de Construção de Casas, 1969, p. 111.

↓ Plantas da proposta elaborada para o edifício A pela equipa coordenada por Távora no âmbito do CRUARB.
© *Lotus International*, 18, Março 1978, p. 98.

contextos a intervencionar que possibilitou a redescoberta e o estudo das técnicas tradicionais de construção. No entanto, ponderava-se a aplicação de tecnologias mais avançadas, como é referido pela brigada técnica da Sé que alertava para a necessidade de estabelecer alguns compromissos devido à adaptação às condições do mercado da construção. Implementavam-se sistemas mecânicos e instalações sanitárias contemporâneos, ainda que estes fossem integrados e respeitassem as características do edificado. Muitas vezes, tal como no Barredo, o processo de recuperação, adequado a cada situação particular e, como tal, gerador de uma grande diversidade de soluções, tornava-se mais dispendioso do que a aplicação de soluções-tipo ou de técnicas de construção estandardizadas. Mas a coerência física e social daqueles aglomerados traria mais-valias que não podiam ser quantificadas a curto prazo e a manutenção da população nesses lugares travaria a especulação imobiliária.

O estudo de Távora é contemporâneo do plano de preservação do centro histórico de Bolonha, desenvolvido em 1969 e coordenado por Pier Luigi Cervellati. Aproveitando a abertura legislativa de um governo de esquerda, este plano possibilitou a defesa da cidade como "bem público"[54] contra a especulação e a descaracterização física e social do centro histórico causada pela gentrificação[55]. Empreenderam-se medidas como a

54 "(...) the City's employees had become political organizers working to achieve an ideological goal: the returning of a *bene pubblico*, the built environment of the city itself, to the low income residents of historic district, rather than to real estate interests for speculation or gentrification." Bruce Dale, "Commentary on Bologna" *in* Hatch, C. Richard (ed.), *The scope of social architecture*, New York: Van Nostrand Reinhold, [Cop. 1984], p. 256.

55 Sobre o plano implementado em Bolonha, cf., por exemplo, Cervellati, P. L.; Scannavini, R.; Angelis, C. de, *La nouvelle culture urbaine: Bologne face à son patrimoine*, [Paris]: Éditions du

aplicação de uma lei de expropriações que considerava o valor agrícola dos terrenos e não o preço de mercado, permitindo que a autarquia adquirisse vários terrenos e, desta forma, os retirasse das mãos dos especuladores; o controlo de rendas; e a regulamentação das medidas de preservação. Tornou-se, assim, possível uma reorganização do centro da cidade (em vez do seu crescimento na periferia), uma análise histórica cuidada, a utilização de fundos de habitação pública para a conservação e reabilitação de edifícios destinados a habitação, a adaptação de edifícios históricos para serviços educativos e sociais em cada bairro, e a implementação de processos participados nas várias instâncias. A luta pela defesa da cidade era diária, bem como o envolvimento dos moradores no processo de pesquisa e transformação dos bairros, verificando-se um exercício de democracia directa em que cada bairro podia eleger oficiais locais. A recuperação e reconstrução de edifícios contemplava a manutenção das características existentes, o que derivou de uma exigência específica dos moradores, possibilitando uma correspondência com a forma de vida tradicional no local que habitavam[56]. Mantinham-se, assim, os tipos arquitectónicos adaptados aos usos e necessidades contemporâneas, e utilizavam-se métodos tradicionais de construção, o que levou Cervellati a concluir que:

> "Não, não é com a arquitectura ou o planeamento urbano que os problemas sociais são resolvidos (como bem explicaram Marx e Engels), mas é através da compreensão dos assuntos sociais que se deve encarar o processo do desenho da cidade moderna, como entidade simultaneamente cultural e económica. Portanto, aqui reside a grande e revolucionária descoberta: o centro histórico da cidade torna-se, com o envolvimento e o impacto dos residentes que garantam a manutenção do seu carácter tradicional, a única parte moderna da área metropolitana."[57]

Richard Hatch refere que a estratégia desenvolvida para a preservação do centro antigo de Bolonha foi uma "preservação sem lágrimas"[58], por relação, presume-se, com a "modernidade sem lágrimas" de Baudelaire tal como apresentada por Marshall

Seuil, 1969; Cervellati, P. L.; Scannavini, R., *Bolonia: Política y metodologia de la restauración de centros históricos*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1976 [1973]; C. Richard Hatch, "Preservation without tears: Avoiding the social destruction caused by gentrification, Bologna, Italy will be conserved for the benefit of all", *Architectural Record*, 12, Dec. 1979, pp. 102-103; "Historic preservation: Bologna, Italy" *in* Hatch, C. Richard (ed.), *op. cit.*, [Cop. 1984], p. 238; Pier Luigi Cervellati, "Preservation with participation" *in* Idem, pp. 239-254.

56 Pier Luigi Cervellati, "Preservation with participation" *in* Hatch, C. Richard (ed.), *op. cit.*, [Cop. 1984], p. 247.

57 Traduzido a partir de Inglês: "No, it is not with architecture or urban planning that social problems are resolved (as Marx and Engels have explained so well), but it is with an understanding of social issues that one should approach the process of designing the modern city, both as a cultural and as an economic entity. Here, then, is the great and revolutionary discovery: a historic city core becomes, with the involvement and impact of its residents who will be sure that it retains its traditional nature, the only modern part of the metropolitan area." Pier Luigi Cervellati, "Preservation with participation" *in* Hatch, C. Richard (ed.), *op. cit.*, [Cop. 1984], p. 252.

58 C. Richard Hatch, "Preservation without tears: Avoiding the social destruction caused by gentrification, Bologna, Italy will be conserved for the benefit of all", *op. cit.*, Dec. 1979, pp. 102-103.

Berman[59]. Como tal, e estabelecendo um paralelismo com as operações SAAL da Sé e de Miragaia, pode considerar-se que se implementou uma *preservação sem lágrimas* a par de uma "modernidade permanente"[60] utilizando a terminologia apontada por Fernando Távora, ou seja, em que há uma "integração perfeita de todos os elementos" e uma "exactidão das relações entre a obra e a vida"[61]. Essa ideia de modernidade defendida por Távora não está, portanto, relacionada com uma questão de linguagem, mas com a correspondência entre a atitude que preside à sua concepção e a relação com o contexto e o processo. Ou seja, trata-se de um entendimento da arquitectura como projecto, e não como objecto[62], assegurando o interesse das pessoas para as quais se destina.

Quanto à estrutura das ilhas, esses conjuntos habitacionais correspondiam a uma ocupação intensiva do interior dos lotes urbanos com um propósito especulativo, e não a aglomerados que se foram formando paulatinamente ao longo do tempo de acordo com a evolução das suas comunidades. Dificilmente se poderá reconhecer nessas construções de baixo custo um valor artístico ou arqueológico, sendo mormente o fruto da ganância e de uma utilização abusiva do solo. Porém, estas formas espaciais reduzidas à agregação de pequenas células habitacionais erguidas com o mínimo de recursos foram apropriadas e transformadas pelos seus ocupantes e daí se geraram relações sociais ou, como menciona Álvaro Siza, "uma forma de vida e de uma cultura marginalizadas e ignoradas, que integram o que há de mais vivo e influente na cidade"[63]. A vitalidade reconhecida nas relações de vizinhança existentes nas ilhas e a dinâmica estabelecida entre os espaços individuais e colectivos – embora se devam, em boa parte, à exiguidade da área das células habitacionais – tomaram-se como valores positivos que não deixam de estar associados à configuração

59 Cf. Berman, Marshall, *Tudo o que é sólido se dissolve no ar*, Lisboa: Edições 70, 1989 [1982], p. 151.

60 Expressão usada por Fernando Távora, considerando a modernidade permanente uma das três constantes no fenómeno da arquitectura e do urbanismo (sendo as restantes duas "o esforço de colaboração que ele sempre traduziu" e "a sua importância como elemento condicionante da vida do homem"). Essa expressão serviu de mote à organização da exposição dedicada a Fernando Távora no âmbito do projecto Guimarães 2012, capital europeia da cultura, e respectivo catálogo. Cf. Távora, Fernando, "Arquitectura e urbanismo: A lição das constantes" (1952), *Teoria geral da organização do espaço: Arquitectura e urbanismo: A lição das constantes*, Porto: Faup Publicações, 1993, p. 9; Bandeirinha, José António (ed.), *Fernando Távora: Modernidade permanente=permanent modernity*, [Matosinhos]: Associação Casa da Arquitectura, 2012.

61 "A modernidade de um acontecimento mede-se pela relação que ele mantém com as condições dentro das quais se realiza. Em matéria de Arquitectura e Urbanismo, modernidade significa integração perfeita de todos os elementos que podem influir na realização de qualquer obra, utilizando todos os meios que melhor levem à concretização de determinado fim. A modernidade manifesta-se na qualidade, na exactidão das relações entre a obra e a vida. Sendo diferentes as condições serão diversas as soluções – mas deve ser comum a natureza das relações." Távora, Fernando, "Arquitectura e urbanismo: A lição das constantes" (1952), *op. cit.*, 1993, p. 9-11.

62 Sobre a distinção entre projecto e objecto, cf. Pedro Levi Bismarck, "Arquitectura e «pessimismo»", *ex-curso*, série b, 1, Porto: Stones against diamonds, 2020 [2018].

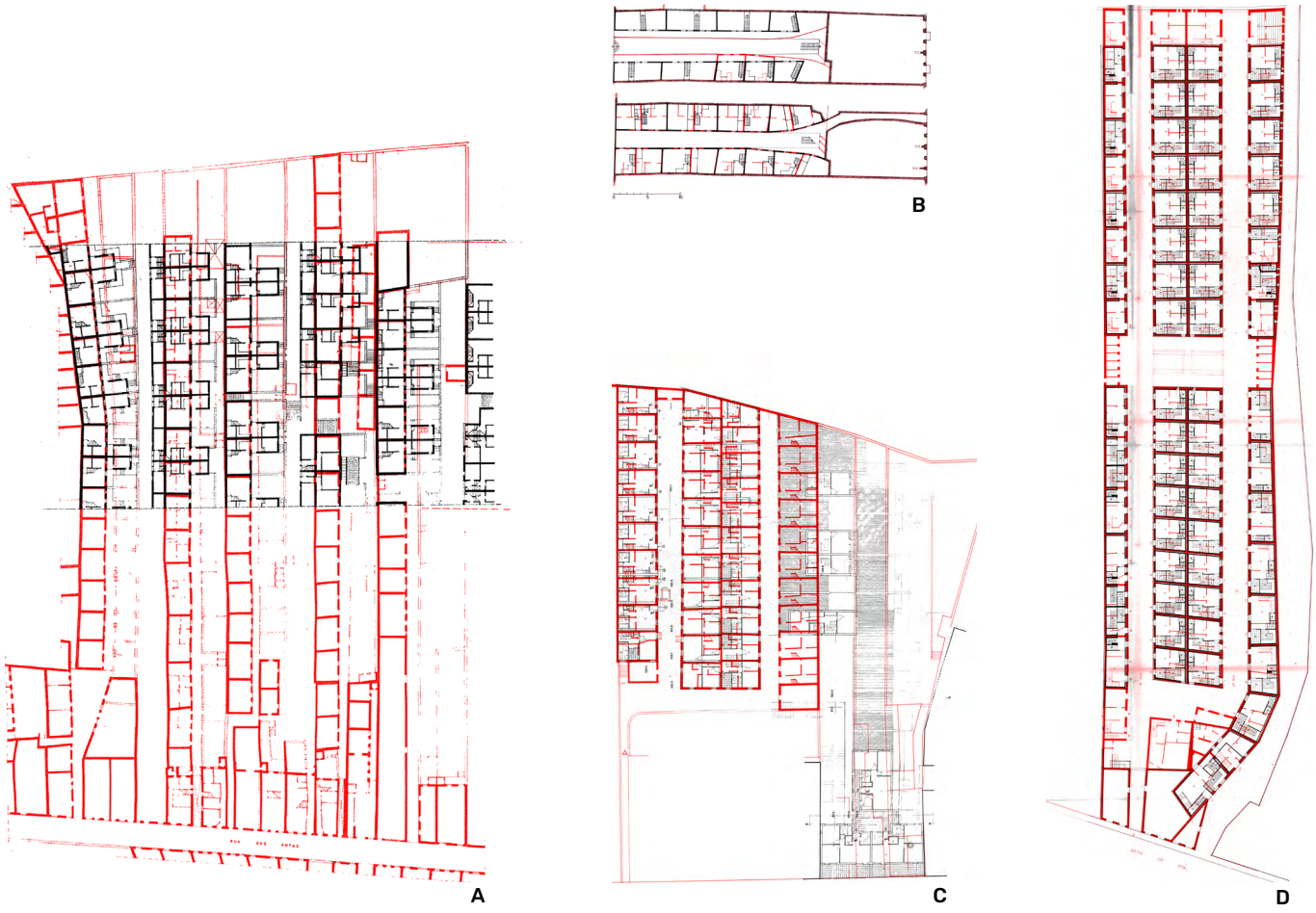
63 Álvaro Siza, "Renovação da zona de S. Vítor, Porto, 1974-77: Memória descritiva" *in* Castanheira, Carlos; Porcu, Chiara (ed.), *As cidades de Álvaro Siza*, Lisboa: Figueirinhas, 2001, p. 25.

espacial que lhes deu origem. À vista disso, muitas operações optaram pela recuperação da estrutura das ilhas, o que podia passar pela recuperação das formas de implantação, dos muros de suporte ou também das células habitacionais.

Na operação das Antas, a proposta de recuperação da estrutura das ilhas do sector D preservava os muros de suporte dos lotes e algumas paredes resistentes, alterando, contudo, a configuração do conjunto de modo significativo. As células habitacionais da banda disposta a norte em cada ilha seriam convertidas no núcleo-base das novas casas, ao qual se acrescentaria um piso, e a superfície de cada casa aumentar-se-ia através da construção de acrescentos nos lados anterior e/ou posterior. Embora os muros de suporte dos lotes fossem preservados, estes manter-se-iam como paredes dos núcleos-base das casas ou transformar-se-iam em muretes dos pátios no lado anterior das casas. Assim, de um modo geral, a área previamente ocupada pelas duas células habitacionais colocadas frente a frente de cada ilha passaria a pertencer ao espaço ocupado apenas por uma casa. Aproveitando alguns espaços livres existentes nas bandas de casas das ilhas, e demolindo pontualmente algumas células habitacionais, criar-se-iam atravessamentos entre os diversos lotes que permitiriam conectar as várias bandas de casas que, dada a topografia local, consistiriam em plataformas orientadas a sul.

No projecto para a recuperação de uma ilha na praça da Alegria, na operação de S. Vítor, o espaço de cada fogo seria praticamente quadruplicado através da união horizontal de duas células habitacionais e da construção de mais um piso recuado. A estrutura da ilha de duas bandas de casas seria recuperada praticamente na totalidade, criando-se uma galeria no piso superior e abrindo-se o topo do lote de modo a conectá-la às ilhas contíguas. Apesar de se manter a largura do espaço central livre, as fachadas das células habitacionais seriam reconstruídas, introduzindo ligeiros ajustamentos em termos de alinhamentos e alterando a sequência e o tamanho dos vãos.

Nos casos das ilhas cuja concepção inicial contemplou a edificação de casas com áreas relativamente superiores, como nos bairros da Parceria, da Bela Vista, do Vilar e do Bom Retiro, as estratégias de recuperação elaboradas previam a manutenção do tamanho das células habitacionais, retomando a sua forma originária. Ou seja, as casas de dois pisos que, para se tornarem mais rentáveis, haviam sido divididas, recuperariam a sua organização em dois pisos. O mesmo se passaria, presume-se, quanto à recuperação das casas do bairro Herculano, integrado na operação das Fontaínhas; porém, o grau de desenvolvimento de projecto não permite auferir esta conclusão de maneira evidente. Quanto à configuração interna das casas, esta seria



↑ Plantas com a sobreposição do levantamento das ilhas pré-existentes (a vermelho) e as propostas elaboradas para a sua recuperação (a preto) nas operações SAAL de: A - Antas, B - S. Vítor, C - Bela Vista, D - Vilar.
© *Lotus International*, 18, Março 1978, p. 90; Arquivo Álvaro Siza; Arquivo Distrital do Porto (imagens-base)

bastante alterada com a inclusão de instalações sanitárias, a adopção de padrões de conforto mais adequados e uma configuração diferente para a escada entre pisos, apesar de as aberturas nas fachadas permanecerem semelhantes. Mas existem algumas excepções, como a banda sul do bairro da Bela Vista que veria transformações significativas ao ficar integrada no novo volume proposto para o espaço livre. A banda de casas menos profunda no bairro do Vilar, a nascente, integrava casas com uma área menor e, por esse motivo, as novas casas corresponderiam à agregação de duas células habitacionais ou de uma célula e meia. Proceder-se-ia, ainda, à demolição de algumas construções da ilha de modo a libertar alguns espaços e a possibilitar o atravessamento do bairro do Vilar em três pontos. Relativamente à operação Parceria-Antunes, o critério de intervenção para o bairro da Parceria seria diferente daquele implementado no bairro Antunes, visto este último contemplar casas de menores dimensões e, na sua maioria, de apenas um piso, e, por isso, proceder-se à configuração dos novos fogos através da união de duas ou três células habitacionais. No bairro do Bom Retiro, integrado na operação do Heroísmo, nem todos os aglomerados familiares aderiram ao Processo, pelo que só seriam recuperadas as casas ocupadas por aqueles que integravam a associação de moradores, e propunha-se a demolição de um grupo de casas de menores dimensões adossadas ao muro limítrofe a norte do



↑ Planta com a sobreposição do levantamento das ilhas pré-existentes (a vermelho) e as propostas elaboradas para a sua recuperação na operação SAAL do Heroísmo (a preto). © Arquivo Distrital do Porto (imagem-base)

terreno. Quanto às restantes ilhas dessa operação, as ilhas do Perú e Moreira seriam demolidas, a ilha Montes sofreria uma intervenção semelhante àquela aplicada no bairro do Bom Retiro, com a recuperação das casas de dois pisos (sendo que algumas cresceriam para o lote relativo à ilha do Perú), e na ilha Zé Maria formar-se-iam dois fogos através da união de três células, demolindo algumas casas para criar pontos de ligação entre esta e as restantes ilhas. Nos espaços livres seriam construídos novos fogos.

Quanto à operação da Boavista, a partir do levantamento dos diferentes casos existentes, a brigada técnica definiu tipos de transformação possíveis para a recuperação das ilhas que envolviam o acréscimo de pisos, a extensão das casas quando existiam espaços livres adjacentes e a união de células (uma e meia ou duas células, lateral ou transversalmente). Tal como nas restantes operações, propunha-se a construção de novos fogos nos terrenos livres e a demolição de algumas células habitacionais para a criação de passagens que conectassem as ilhas.

Uma ideia fundamental patente nas diversas estratégias de recuperação das ilhas passava pela abertura daqueles conjuntos habitacionais anteriormente fechados, criando uma nova rede de percursos que as interligaria e, dessa forma, transformaria o tecido urbano. Ao mesmo tempo que se procurariam preservar as relações

sociais e a organização espacial existentes, destabilizar-se-ia a ordem da cidade ao desvelar essa outra camada que estava escondida. Formar-se-ia uma outra estrutura que coexistiria com a estrutura dos arruamentos, uma estrutura com uma outra escala e um sentido de apropriação diferente onde as esferas individual e colectiva se misturariam tanto pela necessidade como pelas vantagens de uma vida em comum. Essa estrutura de vielas e pátios faria lembrar os *closes* britânicos, que consistem em caminhos pedonais no interior dos quarteirões para os quais se voltam as fachadas das casas[64]. Assemelhar-se-ia, ainda, às vielas características da cidade medieval[65], ainda que, neste caso, o facto de se tratar de propriedade municipal ocupada pela população de menores recursos que já lá residia constituísse um travão à especulação fundiária e, desta forma, à ameaça de estes espaços poderem ser avassalados pelo turismo.

Reconhecendo o potencial latente na estrutura das ilhas, Álvaro Siza defende que a "ilha proletária" seria tomada "como elemento base do tecido urbano"[66], propondo a aplicação da mesma metodologia ensaiada na ilha da praça da Alegria para a recuperação das restantes ilhas em S. Vítor e sugerindo que a mesma estratégia pudesse reverter para a reconfiguração da cidade de um ponto de vista mais global. Não se tratava somente da forma mais expedita e económica para a transformação dos bairros degradados, evitando movimentos de terras e aproveitando algumas estruturas[67], como se validava esta forma de construção nos interiores de quarteirão também para

64 "Town pattern of close houses on an undulating ground retain the real advantages of a fresh site in the country. / The 'close' is based on an internal pedestrian way, with houses of various frontages spanning over it. A constant pitch, split to give top light, varies the heights with the frontages." Smithson, Alison & Peter, *Urban structuring: Studies of Alison & Peter Smithson*, London: Studio Vista, 1967, p. 36. Ao contrário dos corredores das ilhas, estas vielas atravessam totalmente os quarteirões. Apesar de serem propriedade privada, e de em tempos terem formando comunidades fechadas, actualmente são abertos. Encontram-se vários exemplos de *closes* na área central da cidade de Edimburgo.

65 "La suddivisione del suolo nel nucleo storico di Francoforte mostra un tipo di edificazione caratteristico: con corpi di fabbrica perpendicolari alle vie pubbliche e ravvicinati a formare delle corti molto strette e lunghe quanto la larghezza dell'isolato. In questo modo alla forma degli edifici, degli isolati, e quindi delle strade e degli spazi liberi, si sovrappone un sistema di percorsi completamente differente, che offre una dimensione diversa e in più rispetto a quella immediatamente manifesta relativa all'uso del suolo non edificato. / Numerosi sono gli esempi di questo tipo nella città vecchia: probabilmente questa esperienza è da ricollegare al tipo della casa borghese isolata nella città medioevale. La corte allungata si confonde cioè con quel vicolo – detto *Reine*, *Schupf* oppure *Wich* di cui resta la testimonianza in alcune città franconi e sveve – che divideva una casa dall'altra ed era destinato prevalentemente a raccogliere le acque di scarico. D'altra parte gli esempi di Francoforte mostrano una parentela anche con esperienze differenti caratteristiche di altre città europee: qualcosa di molto simile si trova ad esempio nel *vieux-Lion*, i cosiddetti *traboules*, che sono oggi una delle principali attrazioni turistiche della città francese. Soltanto che a Francoforte la funzione essenzialmente mercantile di questi percorsi ne faceva delle parti forse meno pittoresche ma più ordinate e quindi più chiaramente riconoscibili nella loro complessa funzione." Giorgio Grassi, "Das neue Frankfurt e l'architettura della nuova Francoforte" (1972) *in* Grassi, Giorgio (ed.), *op. cit.*, 2007 [1975], p. 41.

66 Álvaro Siza, "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano" (1976) *in* Costa, Ana Alves; Costa, Ana Catarina; Fernandez, Sergio (coord.), *op. cit.*, 2019, pp. 32-47.

67 Embora a coincidência das unidades de construção e da estrutura cadastral facilitasse, ainda, o processo de realojamento da população, tinha como inconveniente a necessidade do seu realojamento provisório para se proceder às obras de recuperação dos edifícios degradados.

as casas a construir de raiz, ou "as novas ilhas", como refere Alexandre Alves Costa[68]. Propunha-se uma reinterpretação e subversão da tipologia especulativa, tal como aconteceu no programa habitacional implementado em Viena no período entre-guerras[69].

Com o desmembramento do Império Austro-Húngaro, a cidade de Viena elegeu uma administração socialista que esteve no poder até ao eclodir da guerra civil em 1934 e que tomou em mãos a habitação como programa prioritário. Para além da socialização do património edificado existente que estava vago e da regulamentação das rendas, empreendeu um programa de construção de habitação para a classe operária que se concretizou sobretudo pela edificação das chamadas «fortalezas operárias» através da adopção do modelo *Gemeindebauten*. Para tal, utilizaram-se os terrenos municipais disponíveis e outros expropriados em áreas relativamente centrais, o que evitava o investimento em infra-estruturas. O modelo *Gemeindebauten* consistiu na reinterpretação dos Höfe (casas apalaçadas vienenses com pátio e um grande arco para a entrada de carroças) que, com a industrialização da cidade, tinham sido densificados para alojar as classes populares, reduzindo-se a área dos fogos e dos pátios interiores. Embora tivessem fachada para a rua, não era possível distinguir a miséria e a degradação das condições habitacionais a partir do exterior, tal como nas ilhas. A utilização deste modelo seguindo novos critérios, como o redimensionamento dos fogos e a abertura dos grandes pátios ajardinados onde eram instalados equipamentos colectivos, permitiu transformar as condições habitacionais e, simultaneamente, as relações entre edifício e cidade, privado e público, e interior e exterior[70]. Apesar de estes blocos aceitarem o vínculo com o tecido urbano existente e de consistirem na configuração de partes singulares da cidade, o facto de por vezes ocuparem vários quarteirões e se sobreporem à rua significava a apropriação do domínio urbano da rua e a reinterpretação da própria hierarquia urbana, contrariando os parâmetros da cidade especulativa.

68 "Quando se chama ilha proletária às ilhas estamos a conferir-lhes um novo sentido e uma nova dignidade. O singular dá-lhe a globalidade: é o conjunto de todas as ilhas, é a cidade a construir ou a reconstruir. Proletária porque a nova cidade será operária, antes de cidade sem classes. / Assim, as ilhas, primeira habitação operária, ganham um fortíssimo valor simbólico que inclui todas as qualidades da vivência colectiva que tiveram, arredados os aspectos negativos que a nova situação política e social não permitirá, certamente, que se repitam. / Os arquitectos vão desenhar as velhas e as novas ilhas e vão considerá-las elemento base do tecido urbano, por aquelas razões ideológicas, mas também por razões de desenho." Alexandre Alves Costa, "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano: algumas considerações sobre um título enigmático", *Jornal Arquitectos*, 204, Jan.-Fev. 2002, p. 12.

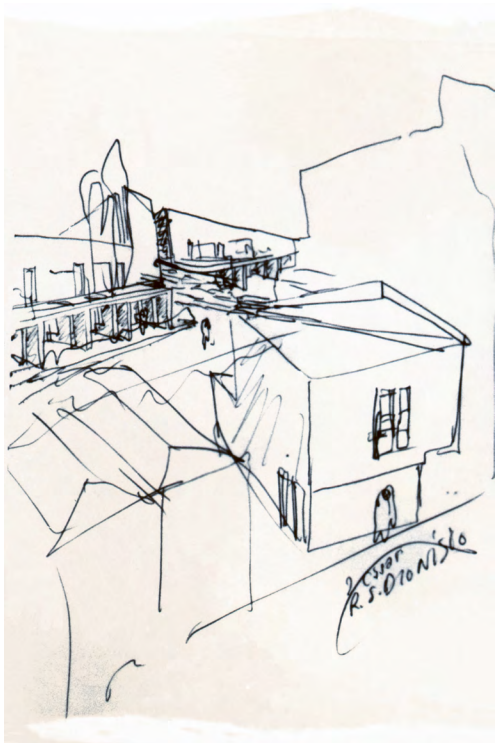
69 Sobre a aplicação do programa habitacional em Viena, cf., por exemplo, Tafuri, Manfredo, *op. cit.*, 1980; Blau, Eve, *op. cit.*, 1999.

70 As casas que ficavam voltadas para o interior do quarteirão estavam igualmente voltadas para o espaço público. O facto de se incorporarem nestes conjuntos novas instituições sociais e culturais (como auditórios, clínicas ou bibliotecas) tornava-os também edifícios de interesse público para a cidade.

Não obstante esta estratégia ter sido amplamente aplicada em várias operações (como naquelas referidas anteriormente: Antas, Bela Vista, Parceria-Antunes, Vilar, Boavista, Heroísmo), e de ser transversal a outras onde a recuperação de ilhas acabaria por ter menor impacto por comparação com a construção de novos fogos, mas nas quais se adopta a mesma premissa de formação de *novas ilhas* nos interiores de quarteirão (como nas operações de Maceda, Leal, Lapa, Póvoa, Francos, Arrábida, Bouça e Contumil, para mencionar os casos mais evidentes), em S. Vítor desenvolve-se um aspecto distintivo que diz respeito à visibilidade ou nova ordem discursiva que se quer conferir a estes «novos» espaços da cidade.

Por um lado, na conformação das velhas e das novas ilhas formar-se-iam pórticos que anunciariam a presença e dignidade destes conjuntos de habitação proletária. Estabelecendo mais uma vez um paralelo com as fortalezas operárias da Viena Vermelha onde, para além da expressividade da volumetria e da decoração dos próprios edifícios (pela inclusão de torreões e/ou ornamentos escultóricos, por exemplo), os arcos de entrada nos super-blocos eram tratados com grande imponência, os conjuntos de ilhas tomariam outra proporção com a monumentalização dos momentos de entrada, ainda que a outra escala. A utilização destes dispositivos que uniriam duas ou mais bandas de casas para evidenciar a entrada (ao invés do pequeno portão dissimulado na fachada das casas burguesas) simbolizava, ainda, a associação das partes deste grande organismo. Talvez seja com esta perspectiva que Manuel Vicente diga, a propósito do processo desenvolvido com os moradores das operações SAAL em que trabalhou em Lisboa, que a discussão da cidade assumia maior importância enquanto projecto colectivo do que a da configuração dos fogos e que, por esse motivo, a fachada adquiria um papel determinante[71], ou seja, que as ideias políticas ganhariam expressividade através da forma construída. O carácter comunicativo experimentado nas operações do Porto poderá ainda ser entrevisto na simbologia inerente à utiliza-

71 "Pour revenir au rapport architecte-population, je prévilégierai [sic] l'architecte faiseur de villes au détriment de l'architecte faiseur d'objets. La ville dans notre tradition latine peut être assumée par la population comme projet collectif. Il est beaucoup plus facile de parler d'une forme de ville avec la population que de discuter d'un objet architectural. Dans mes fonctions au Service du logement, j'ai été amené à discuter avec les organisations populaires d'un petit village ouvrier et on s'est aperçu que, contrairement à la municipalité, ces gens avaient une vision très réelle des besoins et des désirs en matière d'amélioration de leur ville; les représentants nous ont dit ce qu'ils voulaient: ces gens savaient exactement ce qu'étaient une rue et une place et évitaient toutes les discussions académiques sur les types de logements. / J'ai pensé à ce qui disait Kahn: «un espace est bon pour un homme lorsqu'il est bon pour tous». Moins les logements seront chargés avec les fantômes de la mauvaise conscience bourgeoise de l'architecte, plus l'espace sera «beau» et plus il sera appropriable par l'habitant comme une expérience enrichissante de son quotidien. / C'est un risque qu'en tant qu'architecte je suis disposé à assumer, sans aucune ambiguïté. Ce qui m'amène à lancer un slogan, un peu provocateur: *la façade d'abord*." Manuel Vicente *cit. in* "S.A.A.L.: architects, quell avenir? Débat avec Téotonio Pereira, Nuno Portas, Filipe Lopes, Manuel Vicente, Gonçalo Byrne, Raul Hestnes Ferreira et Bernard Huet", *L'Architecture d'Aujourd'hui: Portugal an II*, 185, Maio/Junho 1976, p. 81.





← Esquisso com o edifício B7 em primeiro plano e a banda de casas A1 em segundo plano propostos para o sector Sr.ª das Dores da operação SAAL de S. Vítor.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

→ Fotografia da maqueta elaborada para o sector de S. Vítor da mesma operação, assinalando a amarelo e a verde as ilhas a recuperar e os espaços onde seriam construídas «novas ilhas», respectivamente.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

ção da cor vermelha na Bouça ou na exposição da fachada do bloco em galeria para a linha do caminho-de-ferro na Lapa.

Por outro lado, e sempre que possível, os novos conjuntos em S. Vítor prolongar-se-iam até à rua de modo a fazer aflorar "a nova cidade do povo":

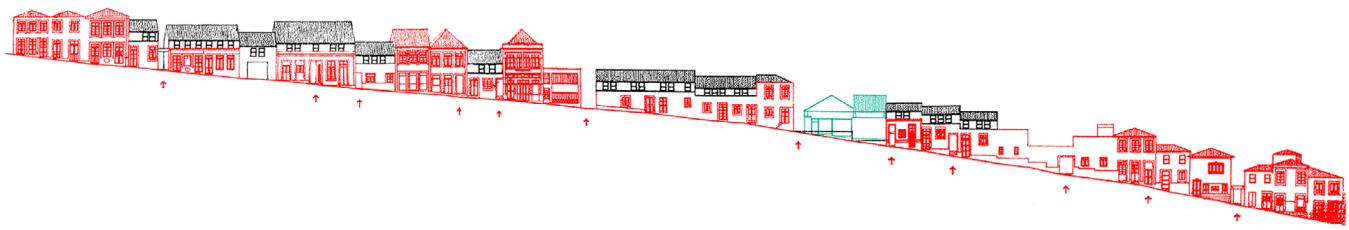
> "Aqui [no sector de S. Vítor] [desenvolvia-se a] ideia de como se poderia – ou utilizando os poucos espaços já vazios, ou aumentando o número desses espaços – organizar uma teia, ou um tecido, que atravessasse S. Vítor e, portanto, a ilha deixasse de ser ilha, e passasse a ser um sector de continuidade entre os vários espaços. Haveria um percurso e as ilhas passavam a ser, (…) [já não] espaços fechados, [mas] ruas interiores. A outra estratégia era abrir sempre que possível (…) para a rua, dar fachada, [dar a ver] o que seria a nova cidade do povo. [Era] uma espécie de inversão, em que o que estava escondido ganhava frente de rua."[72]

Um exemplo deste procedimento é o edifício B7 desenhado para a rua de S. Dionísio no sector Sr.ª das Dores, onde "uma arquitectura com poucas referências ao existente"[73] "«aparece» na cidade, integrando-se na rua, sem bloqueá-la"[74]. No estudo desta solução chegou a apresentar-se o edifício rodado para mostrar de modo ainda mais evidente a nova inserção e a permeabilidade desejada para os interiores de quartei-

72 Álvaro Siza, [Conferência para a sessão de apresentação do livro dedicado à operação SAAL de S. Vítor, segundo volume da colecção *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL*], 23 Abril 2019, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rLQop0sc2CE, consultado a 9 Junho 2021.

73 Álvaro Siza, "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano" (1976) *in* Costa, Ana Alves; Costa, Ana Catarina; Fernandez, Sergio (coord.), *op. cit.*, 2019, p. 38.

74 Álvaro Siza, "1975. Memoria de Sevilla", *Revista Separata. Literatura, arte y pensamiento*, 3, Verão 1979, p. 22.



↑ Alçado com a sobreposição do levantamento das casas à face da rua das Antas (a vermelho) e a proposta elaborada para a sua recuperação (a preto). Representa-se ainda a verde a demolição a efectuar para criar uma entrada mais larga para o interior do quarteirão.
© *Lotus International*, 18, Março 1978, p. 90 (imagem-base)

rão. Nas operações das Antas ou do Leal adoptar-se-ia outra estratégia. Enquanto para a recuperação de algumas casas térreas à face da rua no sector D nas Antas se acrescentaria um piso, noutro caso o edifício à face da rua seria demolido de modo a obter-se uma abertura mais larga para o espaço interior do quarteirão. O mesmo seria experimentado no sector da Fontinha, no Leal, em que se manteria um lote vazio na rua Bela da Fontinha para destacar a entrada para esse conjunto habitacional construído no miolo do quarteirão.

Mas Siza testou ainda, na proposta que elaborou para a primeira fase de intervenção no sector Sr.ª das Dores e que se construiu parcialmente (edifício A1), a formação de uma nova ilha que contraria a estrutura cadastral das ilhas pré-existentes e que haviam sido demolidas anteriormente pelos serviços da Câmara. Esta alteração morfológica foi uma das vias experimentadas no processo de "permanente relação dialéctica entre a dinâmica da luta dos moradores e a resposta a nível de projecto"[75], e que terá levado à alteração da estratégia seguida nas fases seguintes (como na proposta elaborada para o conjunto A4, onde se retoma o aproveitamento das estruturas existentes de um ponto de vista mais integral). Aqui ensaiava-se a disposição das novas ilhas como forma de contestação, de ruptura com a lógica especulativa de ocupação dos lotes, deixando o muro limítrofe desses lotes em ruína. No entanto, esse elemento que servia simultaneamente enquanto suporte do novo conjunto e enquanto testemunha ou crítica a uma forma de concepção da cidade não foi compreendido (ou foi demasiado bem compreendido), como o pode provar a sua demolição pouco tempo depois. Parafraseando Manfredo Tafuri, a linguagem artística pode explorar todos os limites que é possível atingir com uma obra de contestação, mas não pode fazer luz sobre as causas que determinam historicamente aquela escolha[76].

Através da recuperação das estruturas existentes concebem-se novos significados, tendo por base um vínculo com a cidade existente. Deste modo explora-se uma via alheia à elaboração de planos globais ou de modelos abstractos, com vista à alteração profunda das condições de vida e ao entendimento da cidade como projecto colectivo.

75 Álvaro Siza, "Renovação da zona de S. Vítor, Porto, 1974-77: Memória descritiva" *in* Castanheira, Carlos, Porcu, Chiara (ed.), *op. cit.*, 2001, p. 25.
76 Tafuri, Manfredo, *op. cit.*, 1979 [1968], p. 139.

10.3. TIPOS EDIFICATÓRIOS, IDEOLOGIA E PARTICIPAÇÃO

O modelo preferencialmente adoptado pelas brigadas para a construção de fogos foi a casa unifamiliar em banda. A justificar esta opção terão estado, desde logo, as características contidas no próprio despacho de lançamento do SAAL, em que se previa a colaboração da população na transformação dos seus bairros através de processos de auto-construção, o que implicaria o emprego de sistemas construtivos simples e artesanais em edificações de pequena escala. Ainda que no Porto não se tenham verificado situações de auto-construção – com excepção das intervenções feitas em edifícios ocupados para instalar equipamentos geridos pelas organizações de moradores, de alguns trabalhos de limpeza de ruas ou do arranjo de infra-estruturas – criou-se um imaginário em torno das formalizações que poderiam advir deste programa habitacional que terá influenciado as soluções utilizadas. Adicionalmente, a estagnação do sector da construção civil e a opção política pela contratação de cooperativas de construção que agregassem trabalhadores desempregados ou de pequenos construtores também eram limitativas quanto à utilização de equipamento e técnicas construtivas, privilegiando-se construções de pequena dimensão. Foi o que se verificou nas operações de Maceda, Antas, Chaves de Oliveira e S. Vítor, nas quais os trabalhos foram iniciados pelas cooperativas COPREFA e OUPA-OUPA, não sem que estes processos tenham tido alguns contratempos, como mencionado, relacionados com dificuldades técnicas, económicas e de pessoal[77]. Mas outras motivações terão influenciado esta opção por modelos de baixa altura. A política habitacional prévia e que tinha sido implementada de forma massiva para o realojamento dos moradores das ilhas – o Plano de Melhoramentos – consistiu na construção de bairros formados por blocos de habitação plurifamiliar localizados, sobretudo, na periferia da cidade. O corte abrupto com as formas espaciais reconhecidas e a transferência para um contexto muito diverso (a passagem do centro urbano denso e plurifuncional para a periferia suburbana, monofuncional e, muitas vezes, isolada de outros núcleos residenciais) levou os moradores a rejeitarem esse modelo habitacional e preferirem

77 Tanto na operação das Antas como na de S. Vítor, não existia um contrato que comprometesse a COPREFA em questões relacionadas com a qualidade da obra, prazos e orçamento, e as brigadas denunciavam problemas criados pelas dificuldades de organização da cooperativa de construção. Contudo, num documento, Álvaro Siza menciona que se estudavam possibilidades para que, sendo dadas garantias por parte da COPREFA do cumprimento de determinadas exigências, se tentasse manter a sua colaboração, não pretendendo contribuir para os ataques que eram feitos ao movimento cooperativista. Cf. Brigada de S. Vítor, "Sobre os problemas COPREFA", 17 Abril 1976, documento consultado no ADP.

habitação de baixa altura[78]. Essa preferência estava, ademais, contaminada por uma aspiração de influência pequeno-burguesa da casa unifamiliar com jardim.

Ainda assim, aquilo que terá impelido os técnicos das brigadas a adoptarem preferencialmente este modelo construtivo foi, também, a relação pretendida com os bairros pré-existentes. Os núcleos onde residiam os moradores que requereram o apoio do SAAL consistiam em espaços muito densos com edificações de baixa altura que ocupavam de modo intensivo os interiores de quarteirão, sobrando poucos espaços livres. Tanto no núcleo antigo, com a subdivisão e sobreocupação das casas na estrutura medieval da cidade, na área de expansão urbana dos séculos XVIII e XIX, com a construção de ilhas ou conjuntos habitacionais de características semelhantes no espaço interior dos lotes por norma estreitos e profundos, ou na periferia semi-rural, com o aproveitamento das estruturas de lavoura ou terrenos livres para a criação de alojamento operário precário, os bairros degradados eram espaços densos de baixa altura e compostos pela união de pequenas parcelas. Mesmo nos edifícios do núcleo antigo, que por vezes atingem 4 ou 5 pisos de altura, tratava-se da sobreocupação de casas unifamiliares de lotes estreitos e, como tal, de conjuntos que eram formados por células agregadas horizontalmente. A valorização dos laços sociais estabelecidos entre os moradores, indubitavelmente ligada à organização espacial, passava pela potenciação das suas estruturas habitadas, o que se concretizaria através da recuperação dessas estruturas e da construção de novos fogos que procurassem correspondências com estas. A renovação que se propunha para estas partes da cidade, que estavam na mira dos investimentos imobiliários, far-se-ia, assim, através da manutenção da escala existente e do seu tecido social.

Com vista ao desenvolvimento de formas de intervenção pouco dispendiosas para os fogos a construir de raiz, vários técnicos socorreram-se dos exemplos dos programas habitacionais desenvolvidos pelos arquitectos modernos no período entre-guerras e assentes em estratégias de racionalização da construção. Não raras vezes os autores que se referem às experiências do SAAL mencionam a influência das *Siedlungen* alemãs, holandesas e vienenses projectadas por Ernst May, Bruno Taut, J. J. P. Oud ou Adolf Loos. Usadas como modelo para a expansão das cidades, as *Siedlungen* reto-

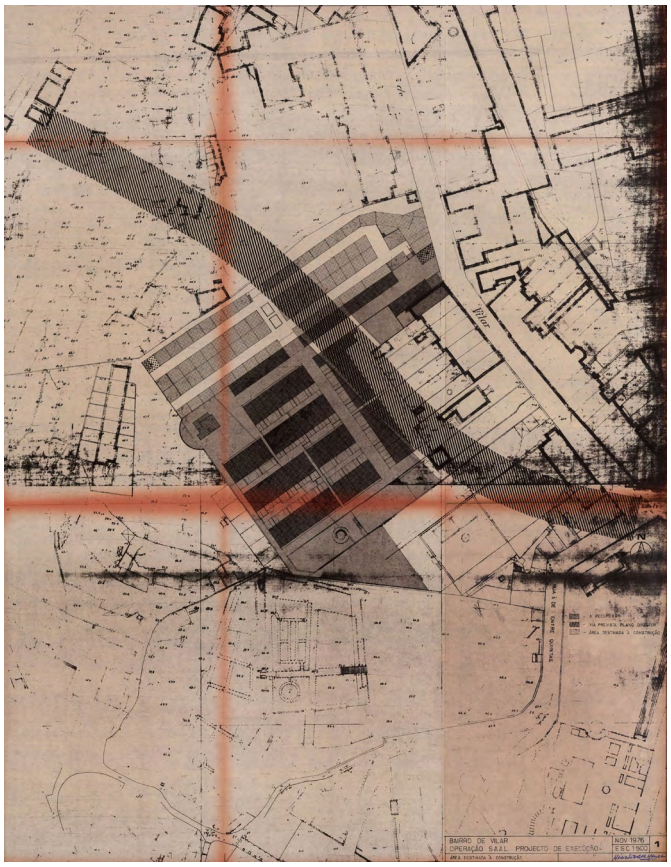
78 Num movimento contrário, em Lisboa optou-se preferencialmente por habitação plurifamiliar, por decisão dos próprios moradores, dada a limitação de terrenos disponíveis e o grande número de famílias envolvidas no Processo. Raúl Hestnes Ferreira afirma que as populações de origem rural queriam integrar-se na cidade, dispor de boa localização e de serviços, o que para elas significava habitar em apartamentos e rejeitar tipos edificatórios que associassem ao universo rural. Rejeitou-se, assim, a construção de casas-pátio em função de blocos de habitação de 4 pisos. Hestnes Ferreira acrescenta que: "Não nos cabia a nós, burgueses, defender a casa individual". Cf. Raúl Hestnes Ferreira *cit. in* "S.A.A.L.: architects, quell avenir? Débat avec Téotonio Pereira, Nuno Portas, Filipe Lopes, Manuel Vicente, Gonçalo Byrne, Raul Hestnes Ferreira et Bernard Huet", *op. cit.*, Maio/Junho 1976, p. 79.

mam em parte a construção de casas unifamiliares (embora também haja exemplos de edifícios de média altura), procurando criar estruturas homogéneas tanto do ponto de vista formal como social[79]. Ambicionava-se uma emancipação material e cultural da população que tirasse partido dos benefícios do processo de industrialização. Com o propósito de construir o maior número de fogos possível, atendia-se à economia de produção através da construção em série e da normatização dos elementos utilizados, inclusivamente do mobiliário. O fogo era reduzido a dimensões mínimas, garantindo, ainda assim, qualidade espacial e conforto através da engenhosa distribuição em planta e da organização funcional dos espaços, e tendo como condições-base uma óptima orientação solar e a boa ventilação das casas. Foi nessa perspectiva que se organizou o segundo CIAM, em 1929, sobre o alojamento de mínima subsistência ("Die Wohnung für das Existenzmininum"), no qual se estudavam unidades habitacionais com dimensões mínimas a partir das necessidades sociais e biológicas[80], e que Marguerete Schütte-Lihotzky desenvolveu o modelo da cozinha de Frankfurt, um protótipo que normatizou a cozinha como espaço de trabalho mecanizado e compacto. A ausência de ornamento e um certo ascetismo, que resultavam desta nova concepção dos conjuntos residenciais, eram contrabalançados pelo cuidado empregado no dimensionamento dos espaços, no desenho dos espaços comuns e das entradas e pela qualidade dos acabamentos e dos pormenores arquitectónicos.

A ideia de construção massiva, homogénea e anónima das *Siedlungen* enquanto representativa de uma sociedade igualitária é, porventura, mais evidente nos bairros inspirados no modelo da *ville radieuse* concebido por Le Corbusier, que se caracteriza por uma maior seriação e pela ausência de hierarquização dentro de cada conjunto,

79 Sobre as *Siedlungen*, cf., entre outros, Grassi, Giorgio, "Habitação nas cidades alemãs" (1966), *op. cit.*, 2018, pp. 35-57; Grassi, Giorgio, "Arquitectura e racionalismo" (1970), Idem, pp. 59-91; Rossi, Aldo, *La arquitectura de la ciudad*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2018 [1966/1978]; Grassi, Giorgio (ed.), *Das neue Frankfurt 1926-1931*, Bari: Edizione Dedalo, 2007 [1975]; Tafuri, Manfredo; Dal Co, Francesco, "Los intentos de reforma urbana en Europa entre las dos guerras", *op. cit.*, 1978 [1976], pp. 176-203; Arís, Carlos Martí, *Las formas de la residência en la ciudad moderna: vivenda y ciudad en la Europa de entreguerras*, Barcelona: Ed. UPC, 2000 [1991]; Heynen, Hilde, "Das Neue Frankfurt: the search for a unified culture", *Architecture and Modernity: a critique*, Cambridge/London: MIT Press, 1999, pp. 43-70. A tradução dos textos de Giorgio Grassi para português foi complementada pela tradução realizada previamente para espanhol, visto haver algumas diferenças nas duas versões, como um parágrafo que parece fundamental para a compreensão do texto e que está em falta na versão portuguesa: "Se puede afirmar, por consiguiente, que la dilatada experiencia histórica de la *Siedlung* viene caracterizada, generalmente, por una estrutura social unitária, además de por una unidad funcional y, frecuentemente, por una unidad formal característica. En ciertos aspectos, por tanto, la noción de *Siedlung* tiende a confundirse con la de *barrio*, en la acepción administrativa o popular del término, en la medida en que los caracteres de homogeneidad de la *Siedlung* son también los elementos de individualización del barrio urbano. Precisamente por ello, a mi modo de ver, esta misma definición de Siedlung es extensible también a gran parte de las implantaciones residenciales de bajo costo realizadas en la Alemania de entreguerras." Grassi, Giorgio, "Características de la casa de las ciudades alemanas", *La arquitectura como oficio y otros escritos*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1980, pp. 24-25.

80 Cf. Ernst May, "L'allogio minimo" (1929) *in* Grassi, Giorgio (ed.), *op. cit.*, 2007 [1975], pp. 168-171; Mumford, Eric, "CIAM 2, Frankfurt, 1929: The *Existenzminimum*", *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*, Cambridge: MIT Press, 2002, pp. 27-49.







↑ Planta da área destinada à construção da operação do Vilar, onde se pode ver o miradouro semi-circular, Novembro 1976.
© Arquivo Distrital do Porto

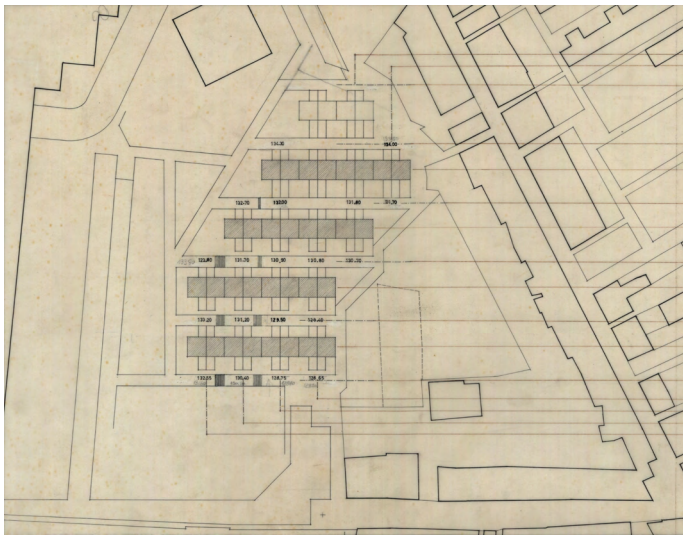
↗ Duas perspectivas aéreas da *Siedlung* Römerstadt de Ernst May (Frankfurt, 1927).
© Heynen, Hilde, *Architecture and Modernity: a critique*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1999, p. 56; https://ernst-may-gesellschaft.de/mayhaus/kleingarten.html, consultado a 10 Julho 2021.

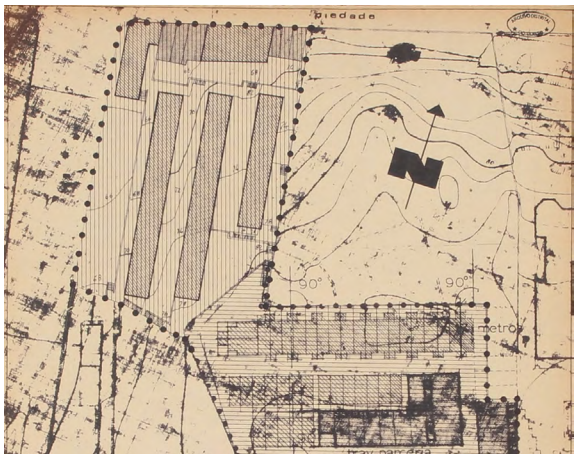
do que naqueles inspirados pelo modelo da cidade-jardim idealizado por Ebenezer Howard, em que se procuram criar estruturas mais variadas e organizadas em torno a espaços centrais[81]. No SAAL, a racionalização dos conjuntos tende a assemelhar-se mais a estes últimos. Tomando por exemplo a banda de 12 casas construídas em S. Vítor, em que a mudança de cota leva à criação de uma passagem inferior e à utilização da forma curva, ou o conjunto da Bouça, em que se criam equipamentos com formas variadas nos topos dos volumes a assinalar as esquinas como que formando portas urbanas[82], estas estratégias lembram projectos de J. P. P. Oud já citados – os conjuntos habitacionais Kiefhoek (Roterdão, 1925-29) e em Hoek van Holland (1924-27) – em que a criação de momentos de excepção quebra uma possível monotonia e permite manter, de alguma forma, o conceito tradicional de rua. Também na operação do Vilar, a última proposta elaborada (apresentada em Abril de 1976 e desenvolvida em Dezembro de 1976, e na qual se previa a recuperação integral da grande ilha existente e a sua extensão através da construção de fogos novos) contempla a criação de um espaço de miradouro semi-circular junto a um edifício que seria recuperado para instalar um equipamento para a Associação de Moradores que se pode associar,

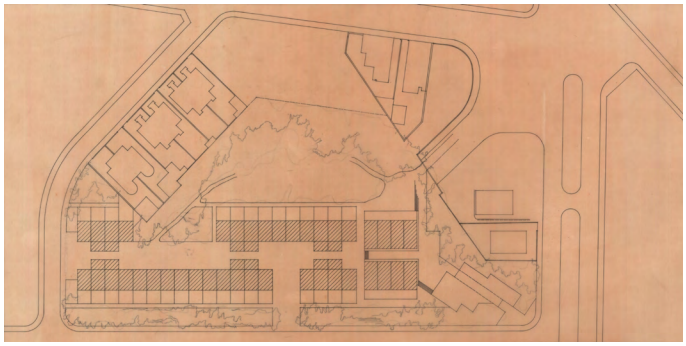
81 Sobre a diferença entre estes dois modelos enquanto inspiração para a concepção das *Siedlungen*, cf. Rossi, Aldo, "Aspectos de la tipología residencial en Berlín" (1964), *op. cit.*, 1977 [1975], pp. 145-154.

82 No texto elaborado sobre o bairro Kiefhoek em Roterdão, Carlos Martí refere como a rua principal é destacada pela forma curva das duas esquinas de ângulo agudo destinadas a espaços comerciais, funcionando como uma porta urbana. Cf. Arís, Carlos Martí (ed.), *op. cit.*, 2000 [1991], p. 79.









de algum modo, aos bastiões da *Siedlung* Römerstadt (Frankfurt, 1927-29)[83]. Nesta *Siedlung*, Ernst May explora a condição periférica da cidade, já que se localiza num espaço limítrofe, procurando uma relação franca com a natureza através da criação de espaços de estar ou miradouros semi-circulares que rematam o conjunto habitacional e estão elevados relativamente ao vale do Nidda. A topografia da área do Vilar apresenta também essa condição de lugar sobranceiro em relação à encosta de Massarelos que desce em direcção ao rio, com o miradouro a marcar um espaço central no conjunto habitacional onde convergem as casas pré-existentes e a nova expansão.

Ainda assim, nalguns conjuntos, as formas de implantação apresentam alguma rigidez. É o que acontece nos fogos construídos na operação das Antas (relativos à primeira fase), na implantação proposta para a cota mais baixa da operação de Parceria-Antunes, nos novos fogos na operação do Vilar, nos fogos construídos na operação de Contumil e nas bandas de casas propostas para a operação dos Combatentes, nos quais há uma repetição sistemática de edifícios lineares, seguindo apenas uma direcção e ajustando a extensão dos blocos ao perímetro do terreno livre. A direcção adoptada deriva tanto das condições heliotécnicas (casos das operações de Parceria-Antunes e de Contumil) como topográficas (caso da operação das Antas) ou ainda

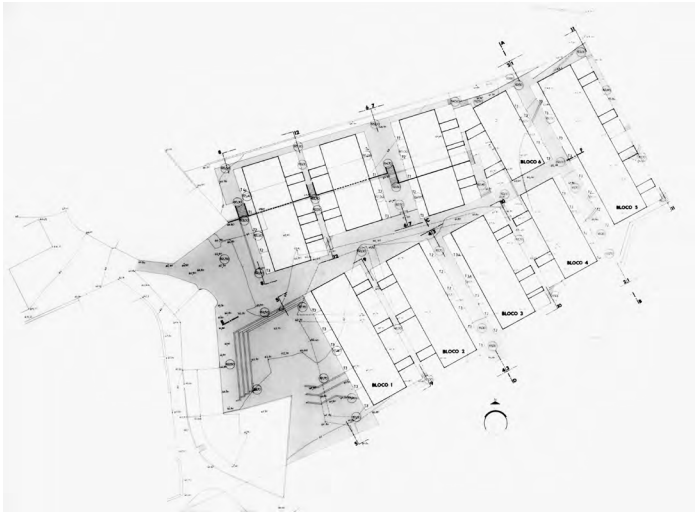
↖ Planta do conjunto de 62 fogos propostos para a quinta do Almor na operação SAAL de Contumil.
© Arquivo Associação de Moradores de Contumil

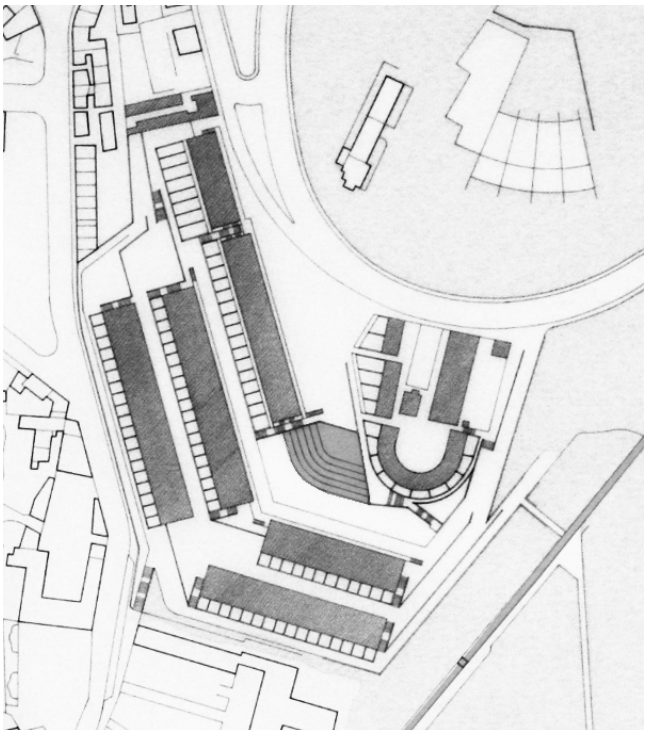
↗ Planta do sector B da operação SAAL das Antas.
© Arquivo Distrital do Porto

↙ Excerto da planta da proposta de intervenção global na operação SAAL Parceria Antunes.
© Arquivo Distrital do Porto

↘ Planta do projecto do conjunto de 48 fogos a construir na rua Professor Bento de Jesus Caraça da operação SAAL dos Combatentes.
© Arquivo Distrital do Porto

83 Sobre a *Siedlung* Römerstadt, cf., por exemplo, Heynen, Hilde, *op. cit.*, 1999, pp. 54-57; "Römerstadt" *in* Grassi, Giorgio (ed.), *op. cit.*, 2007 [1975], pp. 228-235.

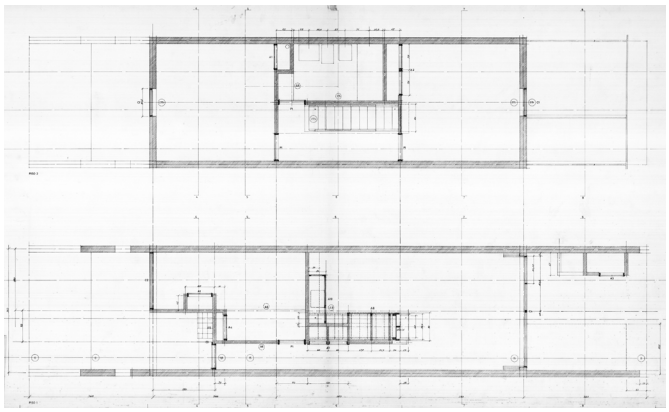


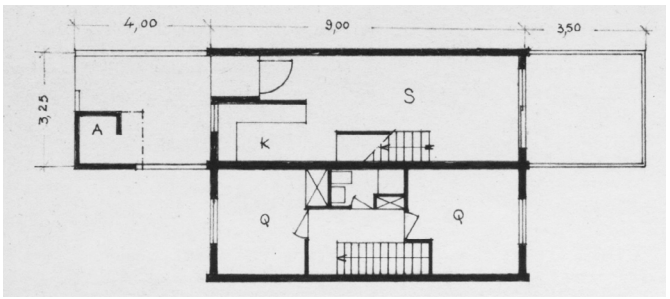


← Planta de implantação da operação SAAL de Maceda.
© Arquivo Alexandre Alves Costa

→ Excerto da planta geral de intervenção da operação SAAL da Lapa com o sector da segunda fase.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

da relação com os arruamentos (caso da operação dos Combatentes) ou com o tecido urbano contíguo (caso da operação do Vilar). Já noutras operações, embora se mantenha a criação de conjuntos constituídos por bandas de casas paralelas, a disposição dos novos volumes está mais dependente das particularidades características dos terrenos. É o caso da operação de Maceda, em que, num dos lados, a direcção dos volumes foi ligeiramente rodada para que as bandas de casas ficassem perpendiculares aos limites laterais do terreno; da segunda fase da operação SAAL da Lapa, em que os volumes são adossados à encosta; da rotação de um dos volumes da operação da Póvoa em relação aos restantes, para que este ficasse paralelo às ilhas contíguas; da operação de Francos, em que, consoante a geometria dos sectores a intervencionar, a direcção das bandas de casas é ajustada para se relacionar de forma mais directa com os arruamentos ou outras estruturas existentes; ou da operação da Boavista, em que as novas bandas de casas ora são paralelas ou perpendiculares em relação às ilhas pré-existentes a recuperar. De qualquer modo, nos vários casos mencionados, a organização regular dos volumes é representativa de uma concepção racional que se reflecte também na agregação em banda do mesmo tipo de fogo (apresentando apenas variações de acordo com número de quartos), resultando em conjuntos ordenados e homogéneos, com uma distribuição regular das aberturas e a utilização dos mesmos elementos construtivos.





← Planta do fogo-tipo T3 do bloco A1 da operação SAAL de S. Vítor.
© Arquivo Álvaro Siza

→ Planta do fogo-tipo T2 da operação SAAL de Francos.
© Arquivo Maria Cecília Cavaca

Com vista à obtenção de soluções de baixo custo, adoptaram-se, maioritariamente, fogos duplex estreitos e compridos e com duas frentes[84]. Esta solução permitia que as casas dispusessem de boa ventilação e iluminação natural, que fosse possível separar as áreas diurnas e nocturnas mantendo dimensões reduzidas, e que os espaços do piso térreo estabelecessem uma relação directa com o espaço exterior (jardim, pátio ou logradouro). Os fogos propostos são bastante estreitos, tendo como valor mínimo 3,6 metros nas primeiras casas T3 de S. Vítor ou 3,25 metros nos fogos T2 de Francos. A distribuição interna serviu-se dos estudos desenvolvidos no LNEC, nomeadamente daqueles sistematizados na publicação *Funções e exigências de áreas da habitação*[85], em que se tomam como referência os padrões mínimos indispensáveis ao exercício de funções e actividades nos espaços da casa. Mas este tipo de organização deriva, de modo idêntico, das concretizações desenvolvidas nas *Siedlungen* no período entre-guerras, cujas origens remontam às casas gótico-mercantis, e que no Porto ainda existem, por exemplo, na área de Miragaia. Estas casas permanecem enquanto modelo residencial nas cidades europeias devido à sua simplicidade, economia e adaptabilidade[86]. Embora num estudo sobre formas de habitação Giorgio Grassi se refira especificamente ao caso das cidades alemãs, a longa tradição da casa unifamiliar em banda também pode ser atribuída à cidade do Porto, o que justifica a escolha deste modelo para a construção de fogos novos no âmbito do SAAL:

> "Desde o período medieval, a casa em banda – formada em geral por unidades unifamiliares (*Kelinhaüser*), isto é, aquele tipo edificatório a que corresponde um esquema distributivo a tal ponto simples e claro que se tornou praticamente imutável – conti-

84 Constituem excepção, por exemplo, a proposta elaborada para a operação da Póvoa, em que os fogos T3 têm três pisos e apenas uma frente, ou os fogos T5 da operação de Francos, que teriam três pisos.

85 Portas, Nuno, *Funções e exigências de áreas da habitação*, Lisboa: LNEC, 1969.

86 A propósito da análise do conjunto habitacional da Bouça, na sua tese de doutoramento Carlos Machado estabelece relação entre estas casas, a tradição da casa gótico-mercantil, as *Siedlungen* e ainda as células das unidades habitacionais desenvolvidas por Le Corbusier (de que é exemplo a unidade habitacional de Marselha). Cf. Machado, Carlos, *Anonimato e banalidade: Arquitectura popular e arquitectura erudita na segunda metade do século XX em Portugal*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2006, pp. 309-386.

> nuou a repropor-se nas cidades alemãs com uma continuidade extraordinária, especialmente através das diversas estruturas residenciais de tipo colectivo (comunidades assistenciais, comunidades religiosas, corporações, etc.) que se foram sucedendo na cidade histórica."[87]
>
> "(…) a casa em banda, além de ser aquele tipo de edifício que, pela sua constante presença, maioritariamente condicionou a história das cidades alemãs, é também aquele que melhor se prestava a ser retomado e discutido no debate sobre a questão da habitação de baixo custo e sobre a arquitectura da nova cidade. De facto, a antiga experiência da *Reihenhaus* [casa em banda] constitui a referência mais precisa também para as mais importantes e significativas *Siedlungen* do racionalismo alemão. Sem nos determos nas coincidências formais que são, porém, muito evidentes, será importante, pelo menos, sublinhar nestas últimas (que nos fomos habituando a ler como propostas novas, revolucionárias) a persistência tenaz do antigo modelo, sobretudo no plano do uso e do dimensionamento dos elementos constitutivos."[88]

A distinção fundamental das casas das *Siedlungen* do movimento moderno relativamente à casa gótico-mercantil reside na inserção na estrutura urbana. Enquanto nesta a agregação dos vários módulos define, por si só, a conformação dos quarteirões e dos arruamentos, no caso das *Siedlungen*, por norma, os volumes lineares desvinculam-se da malha urbana, consistindo numa composição através de blocos abertos que, com vista a garantir as melhores condições higiénicas, regem a sua configuração segundo as condições heliotécnicas[89]. Nos casos das operações SAAL em que as casas estão dispostas em blocos lineares paralelos, trata-se da construção de formas abertas nos interiores de quarteirão e com relativa autonomia em relação à configuração perimetral, mas que não deixam de estabelecer um vínculo com a cidade existente. Os espaços exteriores dos bairros SAAL são bem definidos e "redutíveis aos arquétipos de rua, praça ou pátio"[90] e favorece-se a relação dos novos conjuntos com os espaços de entrada nos bairros, promovendo uma abertura e permeabilidade

87 Grassi, Giorgio, "Habitação nas cidades alemãs (1966)", *op. cit.*, 2018, p. 46.

88 Idem, p. 47.

89 Giorgio Grassi estabelece também esta distinção – entre a casa gótico-mercantil e as propostas do Movimento Moderno relativamente ao tecido urbano –, embora dê um sentido histórico a estas últimas, referindo o exemplo dos volumes lineares paralelos construídos pela comuna de Nuremberga em 1499. Cf. Idem, pp. 47-50.

90 "The diversity of urban situations in which the dozens of SAAL operations were begun or completed does not allow us to make a synthetic, typologic [sic] classification. However, we can say that the majority of the projects differ from the solutions adopted in earlier public housing programs in which post-CIAM layouts predominated (multistory slabs or towers with interstitial open spaces). Although no common guidelines were given to the teams, the majority of the solutions are of low rise, high or medium density type with well-defined exterior spaces – reducible to the archetypes of street, square, or patio – and continuous or connected buildings instead of the usual isolated slabs and towers. Part of the exterior space was frequently used for private gardens." Nuno Portas, "SAAL and the urban renovation in Portugal" *in* Hatch, Richard (ed.), *op. cit.*, 1984, pp. 263-264.

dos interiores de quarteirão. Considerando o exemplo da configuração adoptada na banda de casas construída em S. Vítor, que contraria a morfologia pré-existente e estabelece uma nova ordem urbana, essa nova relação faz-se por mediação com o muro limítrofe dos lotes das ilhas que haviam sido demolidas e, portanto, partindo das características morfológicas daquele lugar.

Pode concluir-se que a adopção preferencial da casa unifamiliar nas operações SAAL desenvolvidas no Porto passa pelo entendimento da economia e adaptabilidade deste tipo residencial, da sua longa tradição e da relação com a cultura da cidade entendida num sentido lato. No entanto, foi necessário encontrar uma densidade intermédia que estabelecesse um equilíbrio entre o número de fogos necessários e uma relação adequada entre espaços livres e construídos, não preterindo de condições de boa insolação e ventilação nos novos conjuntos. Só dessa forma se conseguiria obter uma solução viável para as necessidades habitacionais existentes através do emprego deste tipo edificatório de baixa altura. A casa unifamiliar é, assim, entendida enquanto alternativa residencial urbana – tal como aconteceu com o reconhecimento da utilidade do modelo da cidade-jardim para as *Siedlungen* do período entre-guerras, que tinha implícita a validação da casa unifamiliar como tipo habitacional urbano – e enquanto alternativa à própria cidade especulativa, dado que contraria uma utilização especulativa dos solos. Consiste, portanto, numa escolha simultaneamente arquitectónica e política[91]. Com esta hipótese, reverte-se ainda o argumento de que esta é uma solução regressiva, tal como é exposto por Walter Gropius no texto "Casas altas, médias ou baixas?"[92] ou como é entendido por alguns investigadores relativamente ao SAAL[93].

Embora tenham existido propostas de edificação em altura (até 7 pisos) nas operações SAAL desenvolvidas no Porto[94], pode considerar-se que, na generalidade, estas

91 Cf. Giorgio Grassi, "Das neue Frankfurt e l'architettura della nuova Francoforte" (1972) *in* Grassi, Giorgio (ed.), *op. cit.*, 2007 [1975], pp. 42-44.

92 Walter Gropius entende que as casas baixas são mais apropriadas para contextos rurais ou suburbanos, enquanto os edifícios altos de habitação plurifamiliar se adequam melhor a uma população urbana industrial por, para além de possibilitarem aos habitantes a libertação de algumas tarefas domésticas que seriam colectivizadas (com repercussões sobretudo para as mulheres), encurtariam as deslocações e permitiriam uma maior economia da construção. Cf. Walter Gropius, "Case alte, case medie o case basse?" (1930) *in* Grassi, Giorgio (ed.), *op. cit.*, 2007 [1975], pp. 338-344.

93 Cf., por exemplo, Ruivo, Ricardo; Tenreiro, José Pedro, "The SAAL program, the FFH, and contradictions in disciplinary ideology historical and historiographical tensions: The case of the Porto region" *in* Bandeirinha, José António; Sardo, Delfim; Moniz, Gonçalo Canto (ed.), *74-14 SAAL and architecture*, Coimbra/Porto: e|d|arq, CES, Fundação de Serralves, 2015, pp. 77-83.

94 Como foi mencionado anteriormente, os conjuntos habitacionais projectados para as operações da Sé, Lapa, Bela Vista, Massarelos, Bouça, Miragaia e Campo 24 de Agosto alcançavam a altura de 6, 5, 4, 5, 4, 6 e 7 pisos, respectivamente, e nos casos das operações da Arrábida e do Heroísmo existiram propostas para a construção de edifícios de 3 pisos. O facto de apenas se terem construído um edifício de 3 pisos na Lapa, dois edifícios de 4 pisos na Bouça e dois blocos que alcançam nalguns pontos 5 pisos em Massarelos, por oposição aos edifícios de habitação unifamiliar construídos em Maceda, Antas, Leal, Chaves de Oliveira, Lapa, S. Vítor, Francos e Contumil,

consistiam essencialmente no agrupamento de fogos unifamiliares em conjuntos de maior altura. Tanto na Lapa como na Bouça se pode fazer essa interpretação, dada a clara valorização dos espaços exteriores em cada fogo (com a criação de espaços de pátio ou varanda nos fogos do piso superior na Lapa, e com a relação estabelecida com os pátios comuns nos fogos dos pisos inferiores ou com varandas nos fogos dos pisos superiores na Bouça) e a demarcação de um átrio exterior para o acesso aos fogos da Bouça. A distribuição em galeria fomenta ainda essa ideia de rua elevada que agrega as várias casas, estabelecendo uma transição entre escalas e níveis de privacidade que é mais próxima das formas de associação das casas unifamiliares, nas quais a rua constitui um dispositivo activo. Este foi um dos propósitos das formalizações práticas e teóricas desenvolvidas por Alison & Peter Smithson, embora para o casal britânico a galeria representasse uma alternativa necessária às formas da cidade tradicional, considerando estas últimas obsoletas dado o imperativo de uma maior mobilidade[95]. No edifício de três pisos da Arrábida, em que é usada a galeria, ou no conjunto para o parque das Camélias na Sé, onde a ala dupla, mais alta, é acedida através de uma galeria também dupla separada por um saguão, desenvolve-se a mesma ideia de escala intermédia de associação. Nos casos em que essas formas de agregação não são tão evidentes, como em Massarelos ou até na Bela Vista, o dispositivo das escadas é tratado como uma espécie de rua que permite o prolongamento dos fogos. Essa particularidade deve-se ao escalonamento dos módulos em Massarelos ou ao alargamento dos átrios de ligação às galerias na Bela Vista, que prolongam horizontalmente os dispositivos de distribuição. Em ambos os casos, esses dispositivos de acesso funcionam como ruas que permitem o atravessamento do conjunto habitacional. Já nos edifícios projectados para a operação do Campo 24 de Agosto, os dispositivos das escadas não potenciam da mesma forma o contacto entre vizinhos, apesar da variedade da sua configuração. No bloco A, que estaria implantado na avenida Fernão de Magalhães, os fogos dos pisos térreos dos lados anterior e posterior (primeiro e terceiro pisos, respectivamente) teriam acesso directo e criar-se-iam duas caixas de escadas independentes (uma com entrada pelo lado anterior do volume que permite aceder aos fogos do segundo piso, e outra com entrada pelo lado posterior que faz o acesso aos fogos dos quarto, quinto e sexto pisos) de modo a possibilitar que o volume tenha 7 pisos, mas que a caixa de escadas com acesso pelo lado posterior apenas ligue 3 pisos (quarto, quinto e sexto pisos, em que o último fogo seria composto por três meios pisos). Do ponto de vista social, a fragmentação dos

leva a que algumas leituras mais superficiais sobre o Processo SAAL/Porto considerem que o programa não compreendia a construção em altura.

95 Cf. Smithson, Alison & Peter, *op. cit.*, 1967, p. 22.

acessos e o facto de não se criarem atravessamentos ao longo do volume (mas apenas ao seu redor) não proporcionaria um cruzamento tão intenso entre vizinhos como se propõe noutras operações, o que de alguma forma reflecte a intencionalidade latente no acto de projectação, verificando-se que Agostinho Ricca desenhou estes edifícios seguindo os mesmos critérios utilizados nos projectos de habitação plurifamiliar que realizou para a média e alta burguesia[96].

Porém, na operação da Boavista, a opção pela utilização de casas unifamiliares não parece tão convincente. Avaliando o projecto desenvolvido pelos técnicos dessa brigada aquando da integração das operações nos serviços camarários, após o desmantelamento do SAAL, pode depreender-se que a proposta elaborada ainda no âmbito do SAAL não adviria de convicções fortes quanto à possibilidade de recuperar as ilhas da rua João de Deus e utilizar o modelo da casa unifamiliar para a sua expansão, dada a alteração radical da estratégia seguida[97]. É certo que a condição imposta pela Câmara era a de dar continuidade ao plano municipal elaborado previamente para aquele lugar, mas a subversão dos princípios a aplicar – demolindo todas as ilhas existentes e propondo edifícios de habitação plurifamiliar – torna evidente que, naquele caso, a proposta primeiramente realizada era apenas circunstancial e estaria, porventura, condicionada pelas directrizes da coordenação do SAAL/Norte. Este foi o único caso em que os elementos das brigadas técnicas puderam continuar ligados às operações após a extinção do SAAL. Mas com este exemplo comprova-se, mais uma vez, a animosidade entre o SAAL e o município, e como os critérios de intervenção para os mesmos lugares eram completamente díspares, senão opostos.

Em reflexões posteriores, alguns intervenientes consideram que a construção de edifícios mais altos talvez pudesse ter sido uma estratégia mais eficaz – como é referido pelo Manuel Lessa a propósito da operação de Chaves de Oliveira[98] – ou que, na retoma de um programa como o SAAL, a questão da economia da construção deveria ser pensada a curto e longo prazo, o que implicaria a introdução de alterações à qualida-

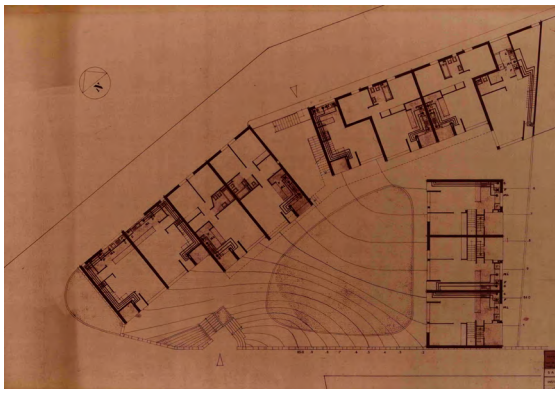
96 Nos edifícios projectados para a operação do Campo 24 de Agosto, as áreas dos espaços dos fogos não adoptam padrões mínimos, caso único quando comparado com outras operações, procurando conferir-se uma qualidade espacial equivalente aos projectos de habitação plurifamiliar destinados à média e alta burguesia que Ricca elaborou, embora a nível de acabamentos não seja possível perceber se haveria estratégias de redução de custos a ter em conta, dado não se ter acesso a dados suficientes. Em entrevista, Mário Brochado Coelho refere que Agostinho Ricca era um arquitecto mais conservador que inicialmente manifestou alguma hesitação em integrar o processo, mas que, apesar disso, terá aceitado participar no SAAL. Cf. Mário Brochado Coelho *cit. in* José António Bandeirinha, *op. cit.*, 1999.

97 O mesmo se passou com as propostas elaboradas posteriormente para lotes na rua 5 de Outubro, em que, contrariamente ao que havia sido definido no âmbito da operação SAAL, se previa a demolição das ilhas existentes e a construção de edifícios altos de habitação plurifamiliar.

98 Cf. Manuel Lessa *cit. in* Ana Catarina Costa, "Entrevista a Manuel Lessa", 19 Setembro 2014.







↑ Planta do projecto para a operação SAAL da Prelada.
© Arquivo Fundação Marques da Silva

← Planta do conjunto de 16 casas para a área do Cipreste da operação SAAL do Leal.
© Arquivo Sergio Fernandez

→ Planta da proposta para o primeiro sector da operação SAAL de Chaves de Oliveira.
© Arquivo Distrital do Porto

de construtiva dos projectos elaborados, entre as quais, acrescenta-se, aos sistemas de construção[99].

Noutras operações, e ainda que utilizando o modelo da casa unifamiliar e assegurando áreas mínimas, os projectos elaborado para fogos novos de baixa altura seguem critérios que se afastam daqueles empregados nas *Siedlungen* centro-europeias, adoptando uma configuração mais orgânica. São os casos das operações do Leal, Chaves de Oliveira, Prelada, Arrábida e Heroísmo, nas quais as formas de agrupamento dos fogos atendem sobretudo à particularidade dos lugares onde se implan-

99 "Agora se me dissessem: vamos então voltar, vamos fazer outro SAAL: alto e pára o baile. Teria que ser tudo muito bem visto para que isto não se ficasse realmente numa situação um bocado questionável. Eu creio que se põem muitas questões… Pronto, definir o programa, pode-se definir, e pode-se actualizar. Mas a nível urbanístico, eu creio que a nível urbanístico haverá que discutir algumas coisas, sobre o direito ao local… (…) Eu direi que, bem, em primeiro, eu direi que qualquer governo, nestes assuntos do direito, teria hoje em dia possibilidades de utilizar, não como política principal, nem coisa que se pareça, mas como um programazinho, tem possibilidades de o fazer. Basta que recupere essa ideia de ir às barracas, basta que disponha de terrenos razoáveis. Desde que não se ponha o problema do direito ao local com grande força: então saem daqui e vão para ali. (…) Segundo, eu acho que, sob o ponto de vista de qualidade da habitação, também há que discutir muito. Discutir muito porque a gente, sempre naquela coisa de querer fazer o mais barato possível, acabávamos por cair numa situação que é uma situação efémera, não é? Construir coisas que agora são bestiais, são óptimas, mas passado uns anos já estão degradadas e precisam de algumas obras, etc. Há que saber se isso é económico, se não é, o que é que vale a pena… Depois há o problema mesmo da qualidade da arquitectura utilizada, isso tem que ser discutido. Eu, por mim, direi que aí é que os problemas poderão ser mais difíceis. E depois há o problema político do financiamento, que é saber até que ponto é que a sociedade está disposta a pagar a habitação daqueles que não têm dinheiro para ela." Mário Brochado Coelho *cit. in* José António Bandeirinha, *op. cit.*, 1999.

tam. Não há, aqui, uma utilização de modelos genéricos, nem uma sistematização e racionalização que resultem de sistemas de produção em série – não sendo possível equiparar a produção destas casas às linhas de montagem da produção automóvel –, mas sim uma adequação aos contextos em que se inserem, que se reflecte, também, numa maior variação quanto à organização interna dos fogos dentro do mesmo conjunto. De um modo geral, tratava-se de intervenções de pequena escala em que os lotes disponíveis para construção eram pequenos e de geometria irregular. Por esse motivo, os conjuntos criados assemelham-se mais a núcleos rurais, mantendo características que fazem parte da própria história e cultura daqueles lugares.

No Leal, os 16 fogos construídos (referentes à primeira fase da operação) são agrupados de modo a repor o perímetro anteriormente ocupado pelas casas existentes, que haviam sido demolidas. Recupera-se a escala e a relação volumétrica daquele interior de quarteirão, embora a nova organização proponha agora um equilíbrio entre espaços livres e construídos, originando um conjunto habitacional formado por dois grupos de casas (cada um conectado através de uma rua semi-interior) que configuram um pátio comum. Em Chaves de Oliveira, os 15 fogos construídos são organizados em três volumes distintos (dois deles ligados através de uma galeria) que se dispõem em torno a um pátio comum, ocupando dois limites do antigo lote rural que se manteve murado, apesar de atravessável. Na volumetria adoptada, os edifícios são recortados e compostos por fogos diferentes entre si, assumindo, de alguma forma, uma relação com a volumetria da casa de lavoura que existia anteriormente e que foi demolida de modo a possibilitar um melhor aproveitamento da área do terreno. Na operação da Prelada, procurava-se que a construção dos novos fogos tivesse um impacto reduzido para preservar o pátio de entrada e o quintal à cota inferior. O novo volume ficaria encostado ao limite sul do terreno, abdicando-se, assim, de condições de insolação mais favoráveis para as novas casas (que teriam apenas aberturas orientadas a norte), em favor dos espaços comuns ligados ao cultivo da terra. Na Arrábida, a ligação à agricultura não é tão evidente, mas a grande diversidade de soluções adoptadas, tanto ao nível tipológico como de linguagem, denota como cada intervenção foi concebida em função das condições dos lotes que estavam livres[100]. Na operação do Heroísmo, os novos fogos a construir funcionariam como extensão das ilhas recuperadas, ocupando os espaços livres no interior do quarteirão com a agregação de casas em volumes que formam pátios comuns entre si.

100 No caso da operação da Arrábida, a grande diversidade de intervenções proposta era também representativa das contribuições parciais dos técnicos da Brigada, não existindo uma coordenação comum eficiente dos vários projectos.

Apesar de estes conjuntos terem uma conformação menos racional, por comparação com as bandas lineares de casas de outras operações referidas anteriormente, procurava-se igualmente uma composição regular e eficiente do ponto de vista da economia da construção e que, acima de tudo, possibilitasse a concepção de espaços igualitários. Era também evidente um predomínio dos espaços de uso colectivo relativamente aos espaços individuais dos fogos e ao sentido de propriedade, o que indica que se verificava uma "permanência nos fundamentos da cultura rural"[101] no seio da cidade. Como refere Boaventura Sousa Santos:

> "Dada a recente proletarização de largos sectores das classes populares, o processo de urbanização do campo decorre paralelamente ao processo oposto de ruralização da cidade. Os vínculos entre as famílias camponesas e as famílias operárias permitem não só o intercâmbio de bens materiais (ofertas mútuas), mas também as trocas simbólicas. O estilo de vida de muitas famílias operárias ainda revela hábitos de consumo e formas de interacção entre a família e o mundo externo que são típicos da sociedade rural e que coexistem, em combinações e justaposições complexas, com hábitos e formas de interacção geralmente associados à sociedade urbana."[102]

Em muitos agregados familiares pertencentes ao operariado ou à pequena-burguesia, o salário era complementado por agricultura de pequena escala[103], o que ocorre sobretudo nas operações localizadas na periferia semi-rural, onde ainda se dispunha de campos de cultivo com alguma dimensão. Se, nalguns casos, se considerava fundamental a manutenção desses espaços agricultáveis, como acontece na Prelada (em que se preserva, o mais possível, o quintal localizado à cota inferior), em Massarelos (reservando o espaço posterior aos blocos para a criação de hortas), na Lapa (em que o espaço de parque central seria também cultivável pelos moradores), em Contumil (onde se ponderava a reconversão de terrenos para que fossem agricultáveis) e em Pêgo Negro e Tirares (onde, sempre que possível, se mantinham as hortas, bouças

101 Grassi, Giorgio, "Rural e urbano na arquitectura" (1974), *op. cit.*, 2018, p. 124.

102 Boaventura Sousa Santos *cit. in* Chilcote, Roland H., *A Revolução Portuguesa: Estado e classes sociais na transição para a democracia*, Porto: Edições Afrontamento, 2014, p. 182.

103 "(…) o papel da pequena agricultura familiar não se limita a elevar o nível da reprodução social (ou a evitar a sua maior degradação). Ao fazê-lo, gera relações sociais que interferem com as relações sociais de produção capitalista e, portanto, com o desenvolvimento destas. Os dados apresentados revelam, por um lado, que o campesinato é uma classe social com peso significativo na formação social portuguesa e, por outro lado, que largos estratos das famílias operárias são semiproletários, ou seja, têm uma dupla pertença de classe em que se combinam o salariato industrial e a actividade agrícola autónoma. Num período de crise e de potencial agravamento dos conflitos sociais, as relações entre famílias camponesas e famílias operárias (sobretudo as da primeira geração de proletários) e as relações, no interior das famílias operárias, entre a componente agrícola e a componente industrial têm um significado social que transcende a simples geração de rendimentos suplementares. Estas relações são portadoras de mapas cognitivos, universos simbólicos e *habitus* de classe muito distintos dos que ideal e tipicamente são atribuíveis ao operariado ou às relações entre ele e a burguesia." Boaventura Sousa Santos, "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português", *Análise Social*, vol. XXI, 87/88/89, 1985, pp. 878-882.

ou terrenos de lavradio), noutros casos, as propostas elaboradas no âmbito do SAAL previam a urbanização das áreas de utilização agrícola para a construção de casas. Essa estratégia não era de todo consensual, como se percebe a propósito da operação de Maceda, em que a urbanização dos terrenos implicou que um lavrador ficasse sem parte dos campos e das colheitas[104] e a nova disposição das casas afastou-se da conformação pré-existente, gerando dúvidas sobre a eficácia da nova organização na potenciação (ou não) das qualidades da vida em comum. Também na operação de Francos se propunha a urbanização do terreno cultivado junto à linha do caminho-de-ferro, constatando-se, neste caso, que o convívio entre hortas, campos de cultivo e construções de pequena e média altura se devia a um consentimento temporário que seria revertido logo que os interesses imobiliários esgotassem outras possibilidades no centro da cidade[105].

Na operação de Contumil, as características rurais daquele lugar eram valorizadas tanto pela Associação de Moradores, que perspectivava a criação de uma escola popular ligada à agricultura, como pela Brigada, que almejava restituir alguns terrenos que estavam ocupados por casas degradadas sem possibilidade de recuperação para cultivo. Avocava-se, portanto, a realidade de uma população "semi-proletária"[106] que combinava actividades industriais assalariadas e agrícolas autónomas. Contudo, Boaventura Sousa Santos chama à atenção para o facto de esta situação poder contribuir tanto para "manter bloqueado o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista" (em virtude da existência de pequena agricultura) como para uma "fragmentação ou atomização interna do proletariado"[107]. Tomando em consideração a intenção da Brigada de "encontrar formas de organização familiares autónomas, mais correspondentes à sua posição de classe"[108], pondera-se se essa realidade dupla concorreria nesse sentido. Por outro lado, importa questionar em que é que consisti-

104 "Procedeu-se da melhor maneira por exemplo com o lavrador (caseiro) da quinta ao lado do bairro, que vai ficar sem alguns campos e parte das colheitas, para a construção das habitações?" Brigada técnica do bairro da Maceda, [texto elaborado para apresentação no Encontro SAAL/Norte], Julho 1975, p. 4, documento consultado na FIMS.

105 Cf. Brigada técnica de Francos, "Processo de Declaração de Utilidade Pública", 15 Julho 1975, documento consultado no ADP.

106 Cf. Nota de rodapé n.º 103 do presente capítulo.

107 "As relações capital/trabalho são, assim, atravessadas por anéis de relações oriundas de práticas e ideologias sociais portadoras de lógicas de acção não capitalistas, o que contribui para a fragmentação ou atomização interna do operariado e, em certa medida, da própria burguesia. Em consequência, a organização dos interesses de qualquer destas classes, ainda que a níveis muito diferentes, acaba por não ter o peso social correspondente ao que seria legítimo deduzir do seu peso numérico no sistema produtivo. E, se a fragmentação/atomização acarreta a relativa pulverização dos conflitos entre o capital e o trabalho, o défice do peso corporativo acarreta a relativa descentração desses conflitos na formação social portuguesa. Por via destas repercussões, a pequena agricultura familiar, para além de alimentar a reprodução social, pode eventualmente contribuir para manter bloqueado o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista." Boaventura Sousa Santos, *op. cit.*, 1985, p. 882.

108 Brigada técnica de Contumil, "Zona de Contumil: Relatório", 21 Julho 1975, p. 2, documento consultado no ADP.

ria a «casa proletária», não baseada nos "esquemas que sempre estiveram ao serviço da burguesia"[109].

A concepção da casa burguesa alterou, de modo significativo, a representação da vida quotidiana. Relativamente à organização interna da casa, esta é caracterizada por uma separação dos espaços da sala e da cozinha e pela introdução de um maior número de divisões ajustadas à diferentes funções e actividades da vida doméstica, conectadas por um corredor. Mas a maior alteração diz respeito ao processo de privatização e ao isolamento da vida da casa em relação à cidade. Com a progressiva individualização subtrai-se o carácter colectivo da cidade, movimento incrementado com o regimento pelas leis do maior lucro da cidade especulativa.[110] Mas ainda que a brigada de Contumil defendesse que a instalação temporária dos moradores em casas pré-fabricadas pudesse servir para o ensaio de configurações espaciais mais adequadas ao operariado, abrem-se inúmeras questões quanto à possível invenção de uma nova tipologia.

A este respeito, Aldo Rossi expressa algum cepticismo. Refere que no encontro de soluções particulares de habitação para o proletariado se codifica a arquitectura dos ricos e dos pobres[111]. Acrescenta ainda que "o arquitecto que propõe novas ideologias, na realidade aperfeiçoa mecanismos de exploração"[112]. Embora não se referindo especificamente à possibilidade de concepção de uma tipologia proletária, Álvaro Siza refere numa entrevista que em situações raras como as do Processo SAAL não se deve "«(…) pôr o carro à frente dos bois», porque quando se põe não anda, ou anda empurrado, anda mal"[113]. Mas na mira de muitos arquitectos esteve em causa a definição de novas tipologias concordantes com a posição de classe e com o tipo de sociedade a formar. Sem procurar desenvolver este tema a fundo, menciona-se o exemplo das unidades de assentamento propostas por um grupo de urbanistas, arquitectos e sociólogos da Universidade de Moscovo no livro *The ideal communist city*, que consistiria na criação de edifícios altos apoiados por serviços colectivos e áreas comuns nos edifícios residenciais (tais como espaços de refeição), e em que o espaço da casa, local de resguardo da vida produtiva e social, seria reformulado de modo a estar dividido em duas áreas, uma diurna e outra nocturna, e definido por um espaço único de grande dimensão com duas frentes que possibilitaria uma maior liberdade na organização do espaço interno[114]. Negava-se, deste modo, a compartimentação da casa burguesa,

109 Idem, p. 1.
110 Cf. Grassi, Giorgio, "Habitação nas cidades alemãs" (1966), *op. cit.*, 2018, p. 55.
111 Cf. Rossi, Aldo, "La arquitectura de la ilustración" (1973), *op. cit.*, 1977 [1975], p. 288.
112 Traduzido a partir da versão em espanhol. Idem, p. 289.
113 Álvaro Siza *cit. in* Figueira, Jorge, *Reescrever o pós-moderno*, Porto: Dafne editora, 2011, p. 27.
114 A liberdade na organização do espaço da casa era incrementada pelo facto de o número de residentes permanentes ser mais reduzido, visto que a educação e criação das crianças era

e procurava restituir-se a realização de actividades de foro colectivo. No caso das *Siedlungen* centro-europeias, pelo contrário, a organização espacial interna assemelhava-se à das casas burguesas (em que existiam várias divisões ligadas através de um corredor ou outro dispositivo de distribuição que era entendido como símbolo de distinção de classe), mas com áreas reduzidas e uma maior adequação funcional dos seus espaços, o que leva a concluir que, ao conceber estas casas de baixo custo, se rebaixavam as características e padrões da habitação da burguesia ou se aburguesavam as características da habitação operária.

Já em Viena, Eve Blau considera que as tipologias habitacionais implementadas entre as duas Grandes Guerras assentaram numa tradição firme da vida doméstica do operariado, privilegiando um espaço central na casa que condensava vários tipos de tarefas e actividades. No modelo *Gemeindebauten*, por norma, os fogos tinham um espaço central de sala-cozinha onde se realizavam diferentes tarefas, e as restantes divisões mais pequenas eram acedidas através desta, sem recurso ao dispositivo do corredor[115]. Apesar de se ter melhorado de modo significativo a ventilação e a insolação das casas, e de a área reduzida da célula habitacional ser complementada por equipamentos colectivos, Manfredo Tafuri é muito crítico quanto a estas realizações, argumentando que as soluções experimentadas foram pobres do ponto de vista tipológico[116]. Já no modelo das *Siedlungen*, e em apoio aos movimentos de ocupação desenvolvidos em Viena durante e após a primeira Grande Guerra, Adolf Loos desenvolveu uma tipologia assente na ideia da casa unifamiliar com horta (*Nutzgarten*), como resposta à fome e à falta de alojamento que se verificava. Derivada das casas rurais, das casas suburbanas e das casas operárias inglesas, tratava-se de uma construção barata e simples que viabilizava processos de auto-construção e que consistia em lotes estreitos e compridos com as casas implantadas à face das ruas regulares, orientadas no sentido norte-sul, colocando-se a horta no lado sul. O maior espaço

responsabilidade do infantário e da escola. Cf. Gutnov, A.; Baburov, A.; Djumenton, G.; Kharitonova, S.; Lezava, I.; Sadovskij, S., "Organization of daily life", *The ideal communist city*, Nova Iorque: George Baziller, [1968], pp. 51-82. Referindo-se ao mesmo tipo de princípio de construção em altura apoiada por serviços colectivos, El Lissitzky nomeia estes edifícios comunas de habitação ("housing communes"). Cf. Lissitzky, El, "Housing communes", *Russia: An architecture for world revolution*, Cambridge: MIT Press, 1970 [1930], pp. 35-42.

115 Cf. Blau, Eve, "The new dwelling: «The Gemeinde-Wien-type»", *op. cit.*, 1999, pp. 174-215.

116 "Eppure, l'organizzazione delle cellule di tale montagna incantata dimostra un profondo disinteresse per la ricerca tipologica. Gli alloggi del Karl Marx-Hof, come quelli della maggior parte degli Höfe viennesi fra le due guerre, del resto, si basano su una successione di vani del tutto empirica e ricca di inconvenienti funzionali. Alla qualità e alla densità dei servizi collettivi – ma Kaganovič criticherà la mancanza di impianti di riscaldamento centralizzato, nel superblocco di Ehn – corrispondono sorprendenti carenze nella distribuzione e nell'attrezzatura degli alloggi. Le distanze prese dalla cultura che informa il «movimento moderno» e le ricerche sul tema dell'Existenz-minimum da esso condotte pesano non poco sui progettisti viennesi. / Lo Hof, in tutte le sue varianti, non sembra ammettere standard fissati a priori; il basso coefficiente tecnologico che caratterizza la realizzazione del programma viennese ha un suo correlato nella deficienza tipologica: il prezzo pagato all'orgogliosa affermazione della irripetibilità dell'evento è indubbiamente alto." Tafuri, Manfredo, *op. cit.*, 1980, pp. 94-97.

da casa era a sala-cozinha que concentrava todos os trabalhos e actividades diurnos da casa e estava em contacto com a horta, enquanto os quartos eram exclusivamente usados para dormir e estavam localizados no piso superior.[117]

Mas esta ideia de vincular o operário à casa implicava a sua captura pelo sistema de propriedade, e a horta passava a apoderar-se do emprego do seu tempo livre. É o próprio Loos quem o diz de forma inequívoca:

> "Quem queira evitar revoluções, como eu, quem seja evolucionista, deve pensar sempre: a posse de uma horta individual tem de causar um efeito perturbador, e quem não acompanhe o ritmo é responsável por toda a futura revolução ou guerra.
>
> (...) como arquitecto chefe do departamento de habitação de Viena, exigi que só possa possuir casa quem demonstre, ao longo dos anos, que está em condições de trabalhar a horta."[118]

Estes aspectos, que isolam cada agregado familiar na sua propriedade, imprimem-lhe também um carácter pacificador, o que implica a sua despolitização, bem como a sua «desproletarização» progressiva, ou aburguesamento, que não é sinónimo da desejada sociedade sem classes[119].

No caso das realizações no âmbito do programa Ina-Casa[120], em Itália, após a segunda Grande Guerra, e acerca dos dilemas dos arquitectos italianos em busca de uma arquitectura proletária, Aldo Rossi refere o seguinte:

117 Cf. "Collective housing – pursuing the reality of livelihood", *a+u: Adolf Loos: From interior to urban city*, 573, Junho 2018, pp. 92-135; Blau, Eve, "«Wohnen Lernen»: Learning to live, 1919-1923", *op. cit.*, 1999, pp. 88-133.

118 Traduzido a partir da versão em espanhol: "Quien quiera evitar revoluciones, como yo, quien sea evolucionista, debe pensar sempre: la posesión de un huerto individual tiene que causar un efecto perturbador, y quien no vaya al compás es responsable de toda futura revolución o guerra. / (...) como arquitecto jefe de la oficina de población de Viena, he exigido que pueda poseer una casa sólo quien demuestre, a través de años, que está en condiciones de trabajar un huerto." Adolf Loos, "La colonia moderna: una conferencia" (1927) in Opel, Adolf; Quetglas, Josep (ed.), *Adolf Loos: Escritos II 1910/1932*, Madrid: El Croquis, 2004, p. 233.

119 Embora numa análise sobre a habitação "pavilhonar" em França – que parte do paradoxo entre o favorecimento da construção de edifícios de habitação plurifamiliar após a segunda Grande Guerra e a preferência expressiva dos franceses pela habitação unifamiliar – os autores não retirem conclusões quanto aos casos de co-propriedade nem da construção de habitação unifamiliar nas áreas centrais da cidade, afirmam que existe uma ideologia associada à casa unifamiliar, salvaguardando, contudo, que essa leitura diz mais respeito à sociedade do que propriamente ao tipo edificatório. Cf. Raymond, Henri; Haumont, Nicole; Dezès, Marie-Geneviève; Haumont, Antoine, *L´Habitat Pavillonnaire*, Paris/Montréal/Budapest/Torino: L'Harmattan, 2001 [1966]. Ainda assim, no prefácio, Henri Lefebvre refere que: "L'idéologie pavillonnaire comporte une conscience de propriété et de propriétaire qui peut entrer en conflit avec d'autres formes de la conscience (et notamment avec la «conscience de classe» dans le cas fort répandu où le propriétaire est un prolétaire). Généralement, ce conflit est maintenu à l'état latent. Pourtant, il agit. La contradiction «bourgeoisie-prolétariat» se change en opposition «riches-pauvres» ou «petits-gros» (propriétaires).". Henri Lefebvre, "Préface" *in* Idem, pp. 20-21.

120 O plano Ina-Casa, realizado a partir de 1949 em Itália, surgiu como resposta às necessidades de alojamento das classes mais desfavorecidas e a uma profunda crise na indústria da construção. Os cerca de 355.000 fogos construídos denotam o ensaio de novas tipologias que procuravam conferir um carácter colectivo à habitação dita social. Cf. Biagi, Paola Di (org.), *La grande ricostruzione: il piano Ina-Casa e l'Italia degli anni cinquanta*, Rome: Donzelli editore, 2011 [2001]; Pilat, Stephanie Zeier, *Reconstructing Italy: The Ina-Casa neighborhoods of the postwar era*, London/New York: Routledge, 2016 [2014].

> "[Os arquitectos italianos] perderam-se em discussões para saber quais formas eram mais *congénitas* à burguesia ou ao proletariado (congénitas ou *co-naturais*) e acabaram por descobrir características populares da arquitectura espontânea, maneiras de viver simples e naturais que são somente o resultado da miséria secular do nosso povo."[121]

Rossi critica aquilo que entende ter sido uma negação da cidade e da cultura moderna ao tentar recriar um ambiente popular. Na tentativa de encontrar as bases da casa proletária, considera que os arquitectos implementaram um método descritivo, que absorve uma situação existente sem a modificar e aplica-a às novas casas populares, tratando-se de uma medida anti-progressista. Na sua opinião, os arquitectos deveriam ter-se concentrado em dar forma à transformação efectiva da sociedade, em criar novas propostas e novas formas de viver baseadas numa interpretação das existentes e em constituir partes da cidade simultaneamente autónomas e em relação com as restantes.[122]

O mesmo problema é abordado por Álvaro Siza no texto "O 25 de Abril e a transformação da cidade" que escreveu dez anos após o início do SAAL, num momento em que estava a trabalhar no bairro da Malagueira, em Évora:

> "A súbita revelação de fragmentos dolorosamente belos ou desajeitadamente copiados, em contraste com a cinzenta e distante prática profissional, explicam em Portugal o repentino alinhamento com as tendências europeias, desencadeadas por mais lentas e experimentadas vias, e que se traduzem:
>
> a) Numa crítica ao uso do património disciplinar, considerado purista e elitista na sua prática «moderna», e na apressada procura de uma espontaneidade perdida, em termos reais rara ou inexistente.
>
> Esta tendência proclama-se dos valores lúdicos da Arquitectura, também da História, quase sempre encarada como neutro depósito de formas.
>
> b) Numa descida às raízes do Movimento Moderno, naturalmente interminável, e por isso mesmo limitada a algumas referências de menor risco.
>
> Nos dois casos, uma incapacidade (que coincide com um convite generalizado, quando não imposição) em mergulhar no interior dos movimentos e da transformação da cidade, exteriores a níveis de decisão onde a participação directa raramente acon-

121 Traduzido a partir da versão em espanhol: "Se han perdido em discusiones para saber qué formas eran más *congeniales* a la burguesía o al proletariado (congeniales o *connaturales*) y se ha acabado por descubrir aquellos caracteres populares de la arquitectura espontánea, aquellas maneras de vivir simples y naturales que sólo son el resultado de la miseria secular de nuestro pueblo." Rossi, Aldo, "La ciudad y la periferia" (1961), *op. cit.*, 1977 [1975], p. 99.

122 Idem, pp. 99-102.

> tece, ou só tarde, ou com deficiente informação; e que por isso a eles se sobrepõem, sendo determinantes em Portugal, como é visível.
>
> Incapacidade talvez inevitável."[123]

Siza afirma que os arquitectos do SAAL foram incapazes de penetrar *no interior dos movimentos e da transformação da cidade*, socorrendo-se de referências conhecidas, como as modernas *Siedlungen*, ou procurando apreender uma espontaneidade que muitas vezes se traduziu em mero formalismo. Assume, assim, que não foi possível encontrar uma resposta arquitectónica congruente com os movimentos sociais e políticos.

Embora alguns arquitectos se empenhassem em desenvolver relações espaciais que estivessem alinhadas com uma perspectiva de classe, a consciência de classe nem sempre existia. Francesco Marconi e Paula de Oliveira referem mesmo que "os estratos proletários não fizeram uma escolha propriamente «proletária» e que os seus modelos de vida e cultura estão profundamente deformados pelos valores burgueses"[124]. Em Chaves de Oliveira, Manuel Lessa revela que o projecto desenvolvido tentou reproduzir o modelo da casa burguesa, em correspondência com aquilo que os moradores desejavam. Para Lessa, não havendo controlo popular seria impossível alcançar soluções inovadoras e, por esse motivo, o projecto passou a assumir um papel secundário.[125] Ainda assim, não existem espaços exteriores privados no bairro – apenas o logradouro comum – e procurou-se que os espaços de sala e cozinha tivessem uma ligação franca de modo a evitar o isolamento da mulher na realização das tarefas domésticas (concretizada apenas nalgumas casas por oposição dos moradores). No Leal, várias hipóteses de sistemas colectivos foram negadas pelos moradores, em prol de um maior sentido de privacidade. Esta perspectiva foi contrariada pela Brigada que, reconhecendo o dinamismo daquela população, procurou fomentá-lo através das formas de agregação das casas, embora a organização interior dos fogos vá ao encontro dos seus anseios. Também na operação do Heroísmo, os moradores rejeitaram a possibilidade de instalação de um lavadouro colectivo, preferindo tanques individuais. A não aceitação imediata da colectivização de algumas tarefas ou equi-

123 Álvaro Siza, "O 25 de Abril e a transformação da cidade" (Dezembro 1984), *op. cit.*, Fevereiro 1986, pp. 38-39. Numa versão posteriormente editada, substituiu-se o termo "inevitável" por "inaceitável", cf. Álvaro Siza, "O 25 de Abril e a transformação da cidade" *in* Castanheira, Carlos, Porcu, Chiara (ed.), *op. cit.*, 2001, p. 24.

124 Traduzido a partir da versão em espanhol: "El problema está en que los estratos proletarios no han hecho necesariamente una elección «proletaria» y que sus modelos de vida y cultura están profundamente deformados por los valores burgueses." Oliveira, Paula de; Marconi, Francesco, *op. cit.*, 1978, p. 97.

125 Cf. Brigada de Chaves de Oliveira, "Visão crítica do trabalho", [texto apresentado no Encontro SAAL/Norte], Julho 1975, documento consultado no ADP.

pamentos derivava, como mencionado por Oliveira e Marconi, do facto de chocarem "com o conceito de propriedade privada e com o papel do núcleo familiar"[126].

A existência de um espírito individualista foi reportada por várias brigadas técnicas, e a tomada de consciência das necessidades das populações nem sempre foi canalizada desde um ponto de vista colectivista, mas a partir da agregação das necessidades individuais que lhes eram comuns. Embora as brigadas e a coordenação do Serviço procurassem absorver e espoletar "as qualidades da vivência colectiva"[127], nem sempre houve por parte da população uma consciencialização e valorização dessas práticas. A dominação da simbologia da cultura burguesa manifestava-se do ponto de vista social e espacial. Por outro lado, a convivência forçada a que as populações estavam sujeitas nos seus bairros degradados, que implicava a quase total ausência de privacidade dentro e fora da célula habitacional, tomava esta como uma das necessidades fundamentais a suprir, e o isolamento individualista assumia a dimensão de mito[128]. Acerca do empenho dos técnicos, Mário Brochado Coelho reconhece que:

> "Houve um momento muito romântico em que nós tínhamos quase a ideia de que era possível fazer uma revolução de mentalidades através deste processo. Porque o processo mexe com tudo. E (...) havia aqui uma escola. Começaram a surgir os jornais, começaram a surgir as coisas culturais, começou-se a discutir tudo: pinta-se desta cor, pinta-se daquela, como é que é, como é que deve ser, o que é que é bonito, o que não é. Era interessante, era realmente muito interessante. Só que era muito demorado."[129]

A participação dos moradores na discussão dos projectos incidiu tanto na escolha dos tipos edificatórios e da morfologia urbana como na organização interna dos fogos ou em aspectos estéticos ou pormenores referentes aos conjuntos habitacionais, embora nem sempre com a mesma expressividade ou preponderância. No caso da operação de Maceda, não se teve acesso a material que permita indicar se a escolha da casa unifamiliar foi unânime nem como foi debatida, mas uma conversa dá conta da preferência de alguns moradores por casas isoladas, e não em banda, enquanto

126 Oliveira, Paula de; Marconi, Francesco, *op. cit.*, 1978, p. 94.

127 Alexandre Alves Costa, "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano: algumas considerações sobre um título enigmático", *op. cit.*, Jan.-Fev. 2002, p. 12.

128 Faz-se uma apropriação da expressão usada por Henri Lefebvre sobre a ideologia da habitação "pavilhonar": "L'image du pavillon correspond à un idéal qui comporte un désir de protection et d'isolement, un besoin d'identification et d'affirmation de soi, un besoin de contact avec la nature, en bref une exigence d'isolement. Une sorte d'attitude magique valorise et idéalise le Pavillon; la résistance au changement et le triomphe de l'isolement individualiste y prennent l'ampleur d'un mythe." Henri Lefebvre, "Préface" *in* Raymond, Henri; Haumont, Nicole; Dezès, Marie-Geneviève; Haumont, Antoine, *op. cit.*, 2001 [1966], p. 16.

129 Mário Brochado Coelho *cit. in* José António Bandeirinha, *op. cit.*, 1999.

outros moradores defendiam as vantagens de estarem agrupadas[130]. Também no seio da Brigada, alguns elementos manifestaram dúvidas quanto à opção por bandas de casas paralelas, anteferindo a organização dos fogos em torno a um espaço central[131]. Em várias operações, havia interesse por parte dos técnicos em discutir o carácter dos espaços livres dos bairros e as ligações ou momentos de encontro entre o espaço individual e a vida colectiva, porém, sem sucesso. Depreende-se que não se encontraram os moldes propícios para essa discussão, já que, quando confrontados com estas questões, os moradores não conseguiam pronunciar-se. Relativamente à organização interna da casa, a possível ligação ou fusão entre os espaços da sala e da cozinha foi o assunto mais debatido por, do ponto de vista das equipas técnicas, colaborar no sentido de uma progressiva emancipação do papel da mulher na casa; no entanto, essa possibilidade foi quase sempre rebatida pelos moradores. A inclusão de chuveiro ou banheira nos quartos-de-banho foi outro dos aspectos frequentemente discutidos nas operações, resultando, maioritariamente, na escolha da banheira. Apesar de o chuveiro ser mais económico do ponto de vista do aproveitamento do espaço, a banheira representava de modo mais explícito uma comodidade que até então tinha sido negada à grande generalidade dos moradores. Será um dos motivos pelos quais os quartos-de-banho parecem, nalgumas situações, sobredimensionados quando comparados com as restantes divisões das casas. Outras questões foram levantadas, como a incorporação de armários, a existência ou não de portas entre divisões ou o tipo de janelas a utilizar, nas quais a população participou de forma dedicada.

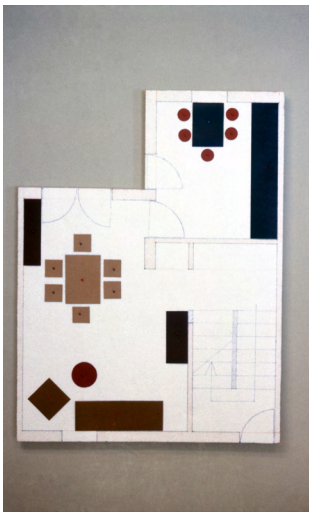
Para que os projectos pudessem ser discutidos com os moradores, as brigadas técnicas exploraram vários meios de comunicação que permitissem a sua compreensão. De um modo geral, para além da discussão oral, a representação tridimensional através de maquetas foi aquela que se mostrou mais eficaz, por comparação com a apresentação dos desenhos produzidos, que os moradores não conseguiam ler[132]. No entanto, Sergio Fernandez menciona que, na operação do Leal, a elaboração de maquetas a diferentes escalas foi insuficiente. Ainda que as maquetas tenham circulado entre as casas dos moradores por sua solicitação, a população mais idosa era incapaz de perceber a organização espacial que se propunha. Em alternativa, a brigada técnica elaborou pranchas de esferovite com a planta das casas, o que permitia a colo-

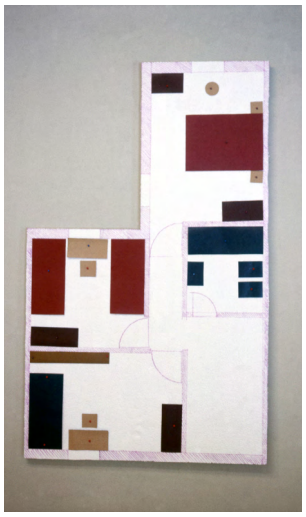
130 [Conversa entre Margarida Coelho, Alcino Soutinho, Manuel Teixeira e moradores do bairro da Maceda], s.d., documento consultado na FIMS.

131 Brigada técnica do bairro da Maceda, [texto elaborado para apresentação no Encontro SAAL/Norte], Julho 1975, documento consultado na FIMS.

132 Refere-se, no entanto, o exemplo da operação da Arrábida, em que a Brigada publicou um artigo no boletim dos moradores a explicar o que era um levantamento, uma planta, um corte e um alçado. Cf. Comissão de Moradores da Zona da Arrábida, "O que é um levantamento?", *A Reconstrução*, 5/6, 30 Julho 1975.







← Fotografia da maqueta do conjunto de 16 casas para a área do Cipreste da operação SAAL do Leal no gabinete da Brigada.
© Arquivo Sergio Fernandez

→ Fotografias das pranchas em esferovite com a planta das casas para a área do Cipreste da operação SAAL do Leal.
© Arquivo Sergio Fernandez

cação de mobiliário, facilitando uma leitura da relação das áreas àquela escala por comparação.[133] Noutros casos, como em Massarelos, a compreensão da maqueta só foi possível através da inclusão de objectos e decoração, como se se tratasse de uma casa de bonecas. Contudo, ao mesmo tempo que o aspecto acabado destes modelos tridimensionais inspirava confiança aos moradores, inibia o seu sentido crítico, como refere Brigitte David[134]. Foi por esse motivo que outras equipas optaram pela realização de instalações precárias à escala real, para que os moradores pudessem experimentar as dimensões dos espaços propostos. Este modelo foi testado em S. Vítor, na Escola da Praça da Alegria, com a simulação dos espaços da casa "realizada com mesas, cadeiras, alguns expositores e papel cenário"[135], referindo-se mesmo que alguns moradores levaram as suas peças de mobiliário para ver se cabiam.

O mobiliário que os moradores possuíam ou queriam comprar para equipar as novas casas adquiria, para eles, a maior importância. Em muitos casos, essa importância quase transcendia a da nova casa, já que as características das peças de mobiliário comportavam uma dimensão simbólica de distinção social[136]. Tal como aconteceu nas *Siedlungen* centro-europeias ou nos fogos da Viena Vermelha, as realizações políticas

133 Sergio Fernandez, "A experiência do SAAL em Portugal", *op. cit.*, 30 Mar.-4 Abr. 2014.

134 "(…) les architectes ont dû également changer leur méthodologie de travail. L'incompréhension, devant les plans, a conduit à adopter la maquette ; celle-ci trop bien finie, trop ressemblante à une maison de poupée, inspirait un tel respect pour le travail de l'architecte, qu'elle paralysait le sens critique. Il a fallu s'en tenir à une maquette précaire et si possible exécutée devant les intéressés." Brigitte David, *op. cit.*, Maio/Junho 1976, p. 61.

135 Adalberto Dias, "Renascer" *in* Costa, Ana Alves; Costa, Ana Catarina; Fernandez, Sergio (coord.), *op. cit.*, 2019, p. 117.

136 "(…) está muito exagerada essa participação. (…) depois caiu na moda falar do Processo SAAL, então [os arquitectos] começaram a dourar um bocado a pílula. Mas realmente foi comovente. Eu lembro-me, por exemplo, de que ali em S. Vítor – com o Siza, e julgo que [com] o Souto de Moura, pronto, lá na escola – fizeram um risco na sala de aulas para dar o quarto de dormir, e chegaram ao ponto de ir buscar as mobílias e pôr ali as mobílias para ver se cabiam. Foi quando, de repente – pelo menos eu –, descobri que tudo isto é cultural e, portanto, que havia ali gente que preferia continuar com aquela mobília a ter uma casa nova. Mas porquê? Porque na casa nova não cabia aquela mobília. O status social vinha mais pela mobília do que [pela casa]." Mário Brochado Coelho *cit. in* José António Bandeirinha, *op. cit.*, 1999.

não acontecem de forma automática e, para o proletariado, as questões do gosto[137] não são necessariamente uma expressão da consciência de classe. É compreensível que famílias habituadas a viver em espaços com dimensões diminutas, sem comodidade e no limiar da necessidade aspirem a um ambiente de conforto que abarque também o supérfluo. A transposição da ideia de racionalização e austeridade para os objectos do espaço doméstico dificilmente ia ao encontro daquilo que ambicionavam.[138] Essa realidade é bem expressa por Álvaro Siza, quando se refere à apropriação das casas em S. Vítor:

> "Eu lembro-me que, numa dessas primeiras casas habitadas, [nessa] escada central, de tiro – hoje seria tudo não regulamentar, mas na altura era bem regulamentar – (...) as pessoas puseram em cada degrau – [que] já eram estreitos (...) – (...) um bonequinho ou vários bonecos daqueles em plástico, da Walt Disney: Pato Donald, Mickey... e a escada estava toda habitada. E ficávamos um bocado, não [digo] incomodados, mas [a questionar] «o que é isto?» ou «porquê?». Mas logo compreendíamos [que era] a reacção de uma família que vive em 4,5 [metros] por 4,5 quando encontra espaço, ainda que o espaço fosse reduzido. Mas era uma melhoria tremenda e, portanto, ocupar o espaço é quase uma reacção instintiva. Havia casas em que (...), [como os] móveis [eram] muito grandes, (...) para ir para a segunda cama era preciso passar sobre a primeira. Era essa ânsia de encontrar espaço e de poder nele viver."[139]

137 Toma-se o entendimento do gosto tal como formulado por Pierre Bourdieu: "O gosto, propensão e aptidão para a apropriação (material e/ou simbólica) de uma classe determinada de objectos ou de práticas classificadas e classificadoras, é a fórmula geradora que está na base do estilo de vida, conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos sub-espaços simbólicos (mobiliário, vestuário, linguagem ou *hexis* corporal), a mesma intenção expressiva." Bourdieu, Pierre, *A distinção: Uma crítica social da faculdade do juízo*, Lisboa: Edições 70, 2010 [1979], p. 274.

138 A questão de mobilar ou não as casas construídas no âmbito de programas habitacionais como o de Viena ou de Weimar é discutida por Eve Blau no seu livro sobre o programa habitacional vienense implementado no período entre as duas Grandes Guerras, apresentando argumentos distintos dos diversos actores. Cf. Blau, Eve, "The new dwelling: «The Gemeinde-Wien-type»", *op. cit.*, 1999, pp. 174-215. Para uma comparação com o que sucedeu no programa SAAL, destaca-se o argumento do crítico de teatro Ernst Toller, por reacção à intenção de educação de gosto do proletariado formulada por Franz Schuster e Franz Schacherl: "It is significant, I believe, to determine that the worker generally loves frivolous ornament and has no understanding of the new simplicity of modern architecture. Why? The modern architecture comes to his simplicity from frivolous, luxurious superfluity. He has gone beyond luxury and for his new forms has extracted only the functional elements. The worker on the other hand has known only conditions of want and need. Everything in his old dwelling was grey and monotonous. Luxury was a dream and ideal… He yearns for a little beauty/embellishment, which he can only recognize in the form of frivolous ornament, and all he finds is sober simplicity. Because the qualitative difference between this form of simplicity and the simplicity he has known is not manifestly apparent, his displeasure and discomfort with it is understandable. It therefore seems that the ruling law for the worker of our generation is that he must travel a little further along the false ways (*Irrwege*) of the bourgeoisie, in order eventually to be able to reject them out of inner necessity." Ernst Toller *cit. in* Idem, p. 195.

139 Álvaro Siza, [Conferência para a sessão de apresentação do livro dedicado à operação SAAL de S. Vítor, segundo volume da colecção *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL*], 23 Abril 2019, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rLQop0sc2CE, consultado a 9 Junho 2021.

Salienta-se, ainda, que a luta pelo direito a uma casa é inseparável de uma luta simbólica pela apropriação de signos distintivos[140], tais como a mobília da casa ou a sua decoração. Desse ponto de vista, e perante as dificuldades económicas das populações, procura obter-se o máximo efeito com o menor custo, e os artigos adquiridos – aqueles que têm capacidade económica para adquirir – são apreciados como a concretização de um sonho[141]. Vejam-se, a este respeito, as fotografias do interior de uma das casas da operação do Leal após a sua ocupação.

Ainda que Nuno Portas seja crítico em relação aos processos participativos e que refira que, em termos daquilo que é a linguagem ou expressão estética dos edifícios construídos, não haja indícios da discussão com os moradores, afirma que a organização interna das casas e a relação entre elas reflecte o diálogo com a população[142]. A participação era incentivada pelas brigadas técnicas, como referido, e manifesta-se nos diversos projectos elaborados. Mas isso não significa que as aspirações dos moradores tivessem um reflexo directo nos projectos. As posições dos técnicos quanto ao envolvimento dos moradores na tomada de decisões variaram entre um maior seguidismo ou dirigismo. Enquanto na operação da Sé a decisão de construção do edifício do lavadouro e dos balneários foi, segundo a Brigada, impulsiva e uma res-

140 "As lutas pela apropriação dos bens económicos ou culturais são, indissociavelmente, lutas simbólicas pela apropriação desses *sinais distintivos* que são os bens ou as práticas classificadas e classificadoras ou pela conservação ou subversão dos princípios de classificação dessas propriedades distintivas. Como consequência, o espaço dos estilos de vida, ou seja, o universo das propriedades pelas quais se diferenciam, com ou sem intenção de distinção, os ocupantes das diferentes posições no espaço social, é apenas um balanço num momento dado das lutas simbólicas pela imposição do estilo de vida legítimo e que encontram uma realização exemplar nas lutas pelo monopólio dos emblemas da «classe», bens de luxo, bens de cultura legítima ou modo de apropriação legítima desses bens." Bourdieu, Pierre, *op. cit.*, 2010 [1979], p. 374.

141 "E até as escolhas que, do ponto de vista das normas dominantes, parecem as mais «irracionais», têm por base o gosto de necessidade – com, certamente, o efeito completamente negativo da falta de informação e de competência científica resultante da falta de capital cultural: por exemplo, o gosto por berloques de fantasia e por bagatelas que povoa «salões» e «entradas» de bugigangas e bibelots de feira inspira-se numa intenção desconhecida pelos economistas e pelos estetas vulgares, a saber, a de obter com o menor custo o máximo de «efeito» («isto dará muito efeito»), fórmula que, para o gosto burguês, é a própria definição de vulgaridade (sendo uma das intenções da distinção sugerir com o mínimo de efeitos o maior dispêndio de tempo, de dinheiro e de engenho). O que é o pechisbeque ou a bugiganga senão aquilo que dá muito efeito por pouco valor, ou seja, as «loucuras» que podem admitir na medida em que podem dizer que as adquiriram «por nada»? Os vendedores de quinquilharias e os especialistas da promoção de vendas sabem bem que têm de conseguir reduzir os freios e as censuras que interditam o esbanjamento mostrando como «achados» os consumos interditos, o canapé desclassificado de que as pessoas se esforçam por esquecer a cor para se convencerem, considerando apenas o preço, que era com aquele que há muito sonhavam «para pôr em frente da televisão» ou o vestido de nylon que é comprado porque estava em saldo, embora a pessoa tivesse «jurado nunca mais usar nylon»." Idem, pp. 559-560.

142 "The dialogue established was, in some cases, primarily of a political and ideological nature, opening little of the black box of environmental design concepts. However, many of the completed projects reveal positive results of dialogue with the residents in decisions about the functional organization of buildings – high or low rise, with or without private yards, with the kitchen opening up to the street or to the back, with or without an entrance hall, and so forth. These are important aspects of housing typology, and ones that have direct connections with desired patterns of life or with the mental images that the residents have of houses they like. (…) / Curiously, it was in the external architectural expression – volumes, opening, finishes, and even color – that the residents allowed the opinions of «their» architects to prevail and which caused to appear in these SAAL projects the inevitable references to central-European housing of the 20s and 30s, which was neither known to them nor among their preferences." Nuno Portas, "SAAL and the urban renovation in Portugal" *in* Hatch, Richard (ed.), *op. cit.*, 1984, p. 263.

posta directa às solicitações dos moradores, noutras operações, como nas Antas e na Lapa, por exemplo, assumiu-se que a participação não se deveria sobrepor à responsabilidade técnica nas diversas fases do processo.

> "Um processo de participação move-se entre conflitos, tensões, choques, entrega, saltos, paragens; compreende erros e também a sua crítica; acumula experiência; tende à globalidade.
>
> Pouco tem a ver com a apaziguadora noite de burocracia em que se vem transformando, um pouco por toda a parte onde ainda ou já existe, ou com o processo de fragmentação da cidade em bolsas de preservação, de participação, de qualidade, de permissividade.
>
> Pouco tem a ver com tendências de Arquitectura em circuito interno, e com as suas diferentes combinações e doses.
>
> Momentos de um processo criativo de participação aconteceram em Portugal, depois do 25 de Abril. E por isso se verificou o único instante de interesse internacional significativo pela Arquitectura Portuguesa, pelo menos do meu conhecimento, e em contemporaneidade."[143]

Álvaro Siza resume assim o complexo diálogo e discussão no seio do SAAL, mais caracterizado pelo conflito que pelo consenso[144]. Pode depreender-se que nas operações em que se elaboraram propostas arquitectónicas passíveis de prosseguirem para a fase de construção, a responsabilidade técnica das brigadas nunca foi preterida em prol de uma maior autonomia de decisão por parte dos moradores[145]. Mesmo no caso do edifício de lavadouro e balneários da Sé, em que se avançou sem existir ainda um plano de intervenção elaborado pela Brigada, a sua concretização não fugiu do controlo dos técnicos. Também nos casos em que se procurou uma "actividade de colaboração", como no Heroísmo, o seu funcionamento contemplou, por parte da Brigada, uma apreensão da "realidade em termos dinâmicos dando-lhe concretização" e, por parte da população, a sua monitorização de modo a "garantir passo a passo ser essa a solução que lhe convém". Deste modo, consideram que não haveria nem "uma

143 Álvaro Siza, "O 25 de Abril e a transformação da cidade" (Dezembro 1984), *op. cit.*, Fevereiro 1986, p. 39.

144 Este entendimento dos processos participativos é coincidente com as formulações expressas por Markus Missen ou Peter Blundell Jones, Doina Petrescu e Jeremy Till nos respectivos livros dedicados à relação entre arquitectura e participação. Cf. Peter Blundell Jones, Doina Petrescu, Jeremy Till, "Introduction" *in* Jones, Peter Blundell; Petrescu, Doina; Till, Jeremy, *Architecture & participation*, Londres/Nova Iorque: Spon Press, 2005, pp. xiii-xvii; Miessen, Markus, *The nightmare of participation: crossbench praxis as a mode of criticality*, Berlim: Sternberg Press, 2011 [2010].

145 A partir dos documentos consultáveis e dos testemunhos recolhidos não se encontraram indícios de que, nas várias operações, as soluções arquitectónicas tenham sido determinadas pelos moradores.

solução apenas técnica" nem uma execução directa das vontades dos moradores.[146] A responsabilidade das brigadas esteve, talvez, mais condicionada pelas indicações expostas pela coordenação do Serviço – como nos casos das operações da Bela Vista, Boavista, Parceria-Antunes ou Vilar – do que propriamente pelas aspirações concretas dos moradores.

Nos projectos elaborados para os novos fogos distingue-se, ao nível da linguagem, a opção por uma maior racionalidade e abstracção ou por uma tentativa de integração procedente da releitura da arquitectura popular, sendo, como tal, mais mimética. Para alguns arquitectos, o "direito à imagem"[147], ou seja, a uma familiaridade com o bairro habitado, era fundamental para a compreensão e boa aceitação dos moradores. É nesse sentido que nas operações das Antas, Leal, Chaves de Oliveira, Prelada, Póvoa, Contumil e Heroísmo se incorporam elementos ou atribuem características que permitem estabelecer essa relação: a utilização de cobertura inclinada em todos os casos; a aplicação de cor e chapas metálicas nas fachadas dos novos fogos nas Antas e em Contumil, por analogia aos precários acrescentos realizados pelos moradores; as variações volumétricas em Chaves de Oliveira e no Leal que lembram ora a volumetria da antiga casa de lavoura ora a estrutura espacial que potencia as relações de vizinhança nas ilhas; a criação de átrios exteriores com vegetação na Prelada, procurando fundir-se no ambiente rural da quinta; a adopção de casas de uma só frente com o último piso recuado na Póvoa, que se assemelham às casas de ilha daquele lugar; e as novas casas no Heroísmo que praticamente não se distinguem em termos de volumetria das casas de ilha existentes a recuperar[148]. Em Massarelos, embora se pretenda, através da utilização da cor, minimizar o impacto dos edifícios na encosta e integrá-los, a linguagem adoptada distancia-se de forma evidente das construções vizinhas. Noutros casos, a linguagem abstracta deriva de uma racionalização ou composição autónoma dos novos volumes que não procura correspondências com a arquitectura local. Esta abordagem pode encontrar-se nos novos fogos das operações da Sé, Bela Vista e Campo 24 de Agosto. Quanto às restantes operações – Maceda, Lapa, S. Vítor, Parceria-Antunes, Vilar, Francos, Boavista, Arrábida, Bouça e Miragaia – a aparente distância entre as propostas realizadas e as características locais pren-

146 Brigada técnica do Heroísmo, "1.º Encontro SAAL/Norte: Brigada do Heroísmo", Julho 1975, documento consultado no ADP.

147 "Uma das lutas das pessoas nessa altura era o direito à cidade, o direito ao lugar, e nós acrescentávamos o direito à imagem, à casa, àquilo a que estavam [habituados]." Sergio Fernandez *cit. in* Ana Catarina Costa, "Entrevista a Sergio Fernandez", 3 Outubro 2014.

148 No caso da operação dos Combatentes, a inexistência de outros desenhos para além da proposta de implantação inviabiliza que se retirem conclusões quanto à linguagem que os edifícios teriam, embora se possa depreender que encontrariam correspondências com os fogos desenvolvidos nas Antas.

de-se com a derivação das influências europeias já mencionadas, mas também com uma racionalidade ou radicalidade que, segundo Siza, constituía a única via possível:

> "Esta é a condição em que actua o arquitecto, responsável de 3% do que se constrói em Portugal, de aproximadamente 10% na cidade do Porto.
>
> Nessa condição, o arquitecto não pode actuar (participar) imitando a espontaneidade que não tem; nem fechando-se numa produção supostamente erudita, quando a transformação da Arquitectura e da Cidade sempre assentou no cruzamento, mestiçagem, inovação e continuidade, procura de resposta aos problemas do quotidiano e ânsia de aventura.
>
> Da atenção e da intuição retira a Arquitectura legitimidade, como disciplina e como linguagem.
>
> De momento, a arquitectura dos 3% não pode ser senão radical, não pode parecer senão distanciada.
>
> Do rigor do arquitecto só pode resultar demarcação da caótica e também estimulante transformação clandestina. Nesta transformação se há-de perder ou encontrar, pois rigor compreende a sua observação, indignada e maravilhada, até à permeabilidade espontânea.
>
> Apetece-me terminar parafraseando Vargas Llosa, quando fala de Literatura: a Arquitectura desaparecerá, quando a Humanidade for feliz.
>
> Até lá, a responsabilidade mantém-se."[149]

O aparente distanciamento era, contudo, informado pelas características locais, como mencionado quanto à análise das janelas propostas nas operações da Lapa e de S. Vítor ou quanto às fachadas nos edifícios com arcadas propostos em Miragaia. A elaboração dos projectos ia ganhando uma configuração mais precisa através da relação dialéctica estabelecida com os moradores, aumentando-se a sua definição à medida que o Processo avançava. A identificação das necessidades, as discussões com os moradores e a compreensão dos seus lugares influíram directamente na elaboração dos projectos e neles estão reflectidos, ainda que os processos tenham sido curtos e sobressaltados e os resultados nem sempre evidenciem uma transmissão directa dessas concepções. Foi, portanto, o processo de leitura e interpretação das realidades físicas e sociais e das suas necessidades e aspirações que conduziu à pesquisa das formas mais adequadas. Ainda assim, a secura ou ascetismo dos novos volumes dificilmente encontravam eco ou reconhecimento por parte da população, o que de

149 Álvaro Siza, "O 25 de Abril e a transformação da cidade" (Dezembro 1984), *op. cit.*, Fevereiro 1986, pp. 39-40.

algum modo levou à rápida descaracterização das casas em Maceda, com a aplicação de um revestimento da fachada individualizado de casa para casa, ou em S. Vítor, com a substituição quase imediata dos caixilhos e a alteração de alguns vãos.

Avaliando os vários aspectos do processo implementado nas operações desenvolvidas no Porto, pode considerar-se que a operatividade da participação da população incidiu sobretudo na definição das unidades operacionais, na identificação de terrenos para a expansão dos seus bairros, na priorização das reivindicações e necessidades, na definição dos equipamentos necessários, na gestão dos processos e do funcionamento dos bairros construídos, e no próprio envolvimento dos moradores em torno de uma causa sua, enquanto comunidade a nível local, e comum, à escala da cidade. Nesse sentido, e ainda que a arquitectura tenha constituído uma das preocupações fundamentais dos arquitectos, pode concluir-se que o Processo tomou as populações "como sujeitos da história, e não os seus objectos"[150].

150 "Participation is the arena in which people can relearn environmental competence, experience the pleasures of collective work, and develop the ability to question the nature of the manmade world. I believe there is a fundamental drive to competence, a basic need for human beings to become the subjects of history and not its objects." C. Richard Hatch, "Introduction" *in* Hatch, Richard (ed.), *op. cit.*, 1984, p. 8.

11. O CAMPO DA ARQUITECTURA NA REVOLUÇÃO

11.1. O ARQUITECTO COMO AGENTE EFICIENTE

O contexto particular que se verificou com o 25 de Abril possibilitou que houvesse um envolvimento político pleno dos arquitectos nos movimentos de defesa do direito à cidade, fazendo com que a consciência crítica que tinha vindo a ser adquirida nos anos precedentes ganhasse uma aplicação prática.

Foi em boa parte o reconhecimento conquistado por Nuno Portas enquanto arquitecto que o levou a integrar o campo de poder político durante os primeiros três Governos Provisórios como Secretário de Estado da Habitação, viabilizando condições para a implementação de um programa habitacional como o SAAL. Para além do papel que desempenhou na recepção crítica e difusão da produção arquitectónica estrangeira coetânea (através da sua participação na revista *Arquitectura* e da rede de contactos que estabeleceu no contexto arquitectónico internacional)[1], Portas criou uma linha de investigação em habitação no LNEC (como mencionado anteriormente) onde definiu uma metodologia de investigação e estruturou equipas técnicas cujo trabalho até então se encontrava demasiado disperso, abrindo caminho para a experimentação de soluções arquitectónicas que pudessem dar corpo à transformação das formas de habitar. A nova vaga de técnicos formados no LNEC pôde aprofundar competências profissionais no interior dos programas de habitação pública, o que os dotou de uma postura mais crítica. Deste modo, os novos técnicos puderam ensaiar alternativas aos modos de exercer a profissão, viabilizando acções que se traduziram em práticas subversivas e em sinais de oposição ao regime a partir do campo de acção estatal.

A ocupação de cargos em instituições nacionais que permitisse pôr em acção programas concretos foi uma das vias propostas e exploradas por Nuno Portas. Como José António Bandeirinha refere a propósito da comunicação preparada para o Encontro Nacional de Arquitectos em Lisboa em 1969[2], Portas tinha esperança numa reformulação das estruturas do Estado a partir de dentro, considerando que cabia aos arquitectos o imperativo ético de o fazer. Nuno Portas combatia ainda o imobilismo que caracterizava a postura de alguns técnicos que, avessos à ideia de implementar pro-

1 Sobre o papel de Nuno Portas no panorama arquitectónico português nesse período, cf., por exemplo, Baía, Pedro, "Do CODA para a revista Arquitectura", *Da recepção à transmissão: reflexos do Team 10 na cultura arquitectónica portuguesa 1951-1981*, Coimbra: Tese de Doutoramento, DArq-FCTUC, 2014, pp. 95-140.

2 Cf. José António Bandeirinha, "O Encontro Nacional de Arquitectos em 1969. A reprodução das tensões sociais, culturais e políticas no âmbito profissional da arquitectura", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 2010, pp. 11-26.

gramas reformistas, assumiam que seria necessário mudar primeiro as estruturas sociais e económicas. Pelo contrário, este advogava a elaboração de propostas concretas, de acções que permitissem alavancar alterações políticas através do exercício da arquitectura, possibilitando a alteração dessas estruturas.

Essa era já a prática de Nuno Teotónio Pereira e daqueles que integravam o atelier da rua da Alegria, os quais, no início dos anos 1970, iam avançando para o estabelecimento de contactos com populações mal-alojadas e para o desenvolvimento de tentativas de trabalho local que contemplassem a participação dos moradores. Foi o caso das acções do GRIMU junto de populações residentes na área suburbana de Lisboa, promovendo a organização desses moradores e a elaboração de propostas que fossem ao encontro das suas aspirações[3]. Estas iniciativas, de carácter local e que contemplavam a formação de equipas multidisciplinares, terão influenciado grandemente as estratégias de trabalho desenvolvidas no SAAL, e as acções de mobilização dessas populações foram abrindo horizontes para o possível surgimento de movimentos sociais.

Após o 25 de Abril, foi necessário encontrar uma resposta célere que tirasse partido desse momento excepcional de desejo de transformação da cidade com base num interesse colectivo. O surgimento quase imediato do SAAL e as características da sua implementação derivaram precisamente da circunstância social e política e desse carácter de urgência, o que surtiu consequências na estrutura e funcionamento do Serviço.

O SAAL foi integrado no Fundo de Fomento da Habitação por este se tratar de um organismo criado recentemente, em 1969. Acreditava-se que esta circunstância facilitaria o contorno de alguns entraves burocráticos[4]. De modo a facilitar o processo de descentralização, formaram-se delegações regionais para o apoio ao desenvolvimento das diversas operações. Contudo, tomando por referência específica a delegação SAAL/Norte, o SAAL estabeleceu-se numa situação ambígua, já que, por um lado, ocupava um lugar político-institucional enquanto braço do Estado, mas, por outro, desejava uma certa autonomia, mais alinhada com os movimentos sociais e políticos. Quanto às brigadas técnicas, o seu trabalho situava-se numa posição intermédia entre a resposta às tarefas encomendadas pelo Serviço e a apreciação das solicita-

3 Para um conhecimento mais aprofundado das iniciativas das quais fez parte Nuno Teotónio Pereira, cf. José António Bandeirinha, "Nuno Teotónio Pereira 1950-1970: Arquitectura como prática política", *Estudo Prévio: Revista do Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa,* 10, 2016, disponível em: https://www.estudoprevio.net/jose-antonio-bandeirinha-nuno-teotonio-pereira-1950-1970-arquitectura-como-pratica-politica/, consultado a 20 Abril 2021.

4 Bandeirinha, José António; Castela, Tiago; Aristides, Rui; Alves, Joana Gouveia, "O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado" *in* Agarez, Ricardo (coord.), *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal*, Lisboa: IHRU, 2018, p. 262.

ções dos moradores que eram os gestores do processo. Acima de tudo, tratava-se da oposição entre um enquadramento forçosamente vinculado ao modo de produção capitalista e a participação ou a identificação com a mobilização popular em curso. A pretensa reforma das instituições a partir de dentro (defendida por Portas) comportava assim um paradoxo, ao integrar técnicos num sistema contra o qual pretendiam lutar.

Esta situação gerou críticas e desconforto para alguns técnicos. A brigada técnica do Vilar considerava que o facto de o Serviço ser um projecto do Governo fazia dele um projecto burguês, motivo pelo qual não poderia defender o interesse das populações[5]. Entendia, portanto, que a forma como o Serviço se apresentava às populações era equívoca. No seu entender, perante essa circunstância, "ao SAAL não [restava] outra alternativa senão submeter-se à estratégia governamental" e deveriam celebrar-se contratos colectivos com os trabalhadores, assegurando direitos laborais e regalias sociais[6]. Só assim é que as populações teriam condições para averiguar se o Serviço era capaz de responder às suas necessidades ou se deveriam prosseguir a sua luta de forma autónoma e contestando essa via. Esta ideia testemunha a "dualidade de impotências" apontada por Boaventura Sousa Santos relativamente à situação política portuguesa vivida durante o período revolucionário[7], pois, embora alguns arquitectos que se alistaram em cargos políticos e programas estatais tenham procurado canalizar o Estado para dinâmicas de participação social mais intensa (que, no entanto, não eram dominadas por si), as estruturas mais conservadoras foram mantidas, criando obstáculos às várias tentativas de transformação interna. A aliança entre os técnicos e os moradores impedia estes últimos de se insurgirem contra as estruturas a que os primeiros pertenciam, verificando-se cada vez mais entraves que culminaram na extinção deste programa habitacional[8].

Para a brigada técnica de S. Vítor, estes vários equívocos poderiam ter sido reduzidos através da introdução de alterações na estrutura do SAAL. Num texto apresentado a 13 de Janeiro de 1975 e dirigido à comissão coordenadora do SAAL, a Brigada questionava a distribuição do trabalho e o sistema de remunerações aplicados pelo Serviço, observando que se mantinham regras relativas às profissões liberais. Referia ainda que, da parte dos serviços públicos ou do Estado, não se tinham organizado

5 Como, por exemplo, no objectivo de abolição da propriedade privada.

6 Brigada técnica do Vilar, "Texto apresentado pela Brigada do Vilar e lido em Plenário de Brigadas no dia 3 de Fevereiro de 1976 na ESBAP", 3 Fevereiro 1976, documento consultado no ADP.

7 Cf. Santos, Boaventura Sousa, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Edições Afrontamento, 1992 [1990], pp. 29-36.

8 Cf. João Arriscado Nunes, Nuno Serra, "«Casas decentes para o povo»: movimentos urbanos e emancipação em Portugal" *in* Santos, Boaventura Sousa (org.), *Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa*, Porto: Edições Afrontamento, 2003, p. 242.

gabinetes capazes de dar resposta às necessidades existentes nem se demonstrava "interesse em colectivizar o trabalho do arquitecto numa perspectiva verdadeiramente revolucionária", o que não parecia coadunar-se com as pretensões ou possibilidades do próprio Serviço.[9] Perante esta situação, e enquanto não fosse possível formar gabinetes oficiais de projecto ao serviço do SAAL ou de outros programas do FFH, propunha-se a constituição de três tipos de brigadas: "brigadas profissionais", celebrando-se contratos com gabinetes de arquitectura com prazos e verbas fixos que respondessem de forma eficiente ao trabalho relativo a uma operação SAAL; brigadas escolares de cidade, compostas por estudantes e orientadas por um docente responsável, celebrando-se um contrato entre o SAAL e a escola; e brigadas escolares de campo orientadas por docentes das escolas de arquitectura, compostas por estudantes de arquitectura do primeiro ano (remunerados de acordo com as condições de integração no serviço cívico) e estagiários que trabalhariam nos locais a intervencionar a tempo inteiro (contratados em regime de trabalho profissional de estágio).[10]

Nas operações desenvolvidas no Porto, o posicionamento dos técnicos perfilou-se ao lado dos movimentos populares. Embora possa haver casos em que a adesão ao SAAL terá resultado da inexistência de trabalho naquele momento, os técnicos que aceitaram participar no SAAL/Porto fizeram-no sobretudo por motivos ideológicos e políticos. Perante esta condição, num texto dedicado ao SAAL, João Arriscado Nunes e Nuno Serra estabelecem a distinção entre intelectuais universais e intelectuais específicos, considerando que, ao invés de "porta-vozes da justiça de uma «causa»"[11], condição associada aos primeiros, os técnicos do SAAL se aproximavam mais à figura do intelectual específico, assumindo um papel que articulava as competências técnicas com o movimento social e político e possibilitava que estes actores se opusessem ao sistema em que se inseriam[12]. Referem, porém, que, com a tomada de posições, por vezes se extravasaram os limites entre as componentes técnica e política, aproximando-se do conceito de intelectuais universais.

É nesse sentido que parece pertinente recuperar a definição de "agente eficiente" de Pierre Bourdieu para compreender as disposições dos técnicos que intervieram no Processo SAAL/Porto a partir do campo de acção da arquitectura. Para Bourdieu, o campo é entendido enquanto a divisão do mundo social estruturada por códigos, práticas e interesses, e no qual os seus agentes determinam posições sociais. O cam-

9 Brigada técnica de S. Vítor, "Proposta à comissão coordenadora do SAAL" *in* Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *Livro branco do SAAL 1974-1976*, [s.l.]: Conselho Nacional do SAAL, Novembro 1976, pp. 108-109.

10 Ibidem.

11 João Arriscado Nunes, Nuno Serra, "«Casas decentes para o povo»: movimentos urbanos e emancipação em Portugal" *in* Santos, Boaventura Sousa (org.), *op. cit.*, 2003, p. 218.

12 Idem, pp. 213-245.

po da arquitectura representa, assim, a natureza do grupo de arquitectos que partilham uma estrutura de conhecimento e valores e que se organiza hierarquicamente.[13] Apesar da relativa autonomia do campo, definida pelos seus códigos e práticas próprios, este grupo encontra-se dependente da condição sócio-económica e dos outros campos sociais. Igualmente, a partilha de disposições dentro do campo não significa que os pontos de vista adoptados pelos seus agentes sejam semelhantes, já que esse grupo é heterogéneo.

A actividade destes agentes deriva das suas biografias individuais (determinadas pela origem, formação e pelas disposições que foram sendo adquiridas ao longo do percurso de cada um), da posição de poder que ocupam dentro do campo (relativamente ao cargo que desempenham no SAAL, ao vínculo com a ESBAP e/ou à sua posição na sociedade num sentido mais lato) e dos condicionalismos externos (neste caso, o contexto particular do país em processo revolucionário). Apesar das diferenças existentes entre os diversos técnicos do SAAL desenvolvido no Porto, a adesão dos arquitectos ao Processo, colocando o seu trabalho a favor das classes desfavorecidas e em prol dos seus interesses, apartou-se de uma utilização da arquitectura para a manutenção do status das classes sociais mais abastadas e como forma de distinção social. Pelo contrário, o capital cultural acumulado pelos arquitectos foi posto ao serviço das populações mal-alojadas e usado de forma activa no desenvolvimento dos processos de melhoramento dos seus bairros, motivado por uma opção política. Pode inclusivamente dizer-se que os arquitectos, de certo modo, traíram a sua própria classe ao procurarem adaptar a sua forma de operar aos objectivos da revolução[14]. Os arquitectos puderam colocar as suas competências e autoridade específicas ao serviço de causas políticas – como o direito universal à habitação –, assumindo-se como verdadeiros "agentes eficientes", nos termos previstos por Bourdieu, que se refere àqueles que "têm peso suficiente para orientar efectivamente a política da habitação porque detêm esta ou aquela propriedade activa no campo"[15].

13 Sobre o conceito de campo, cf., por exemplo, Bourdieu, Pierre, *As regras da arte: génese e estrutura do campo literário*, Lisboa: Presença, 1996 [1992]; Bourdieu, Pierre, *Lição sobre a lição*, Porto: Estratégias criativas, 1996 [1982]; Bourdieu, Pierre, *As estruturas sociais da economia*, Lisboa: Instituto Piaget, 2001 [2000]; Bourdieu, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa: Edições 70, 2014 [2001], pp. 57-73; Webster, Helena, *Bourdieu for architects*, Londres/Nova Iorque: Routledge, 2011.

14 Aponta-se esta hipótese de leitura ainda que, posteriormente, com o fim do SAAL, essas medidas tenham sido revertidas. A ideia de traição da própria classe é tomada de Walter Benjamin, quando este cita Louis Aragon a propósito da condição que poderá assumir o intelectual revolucionário no processo de produção: "É (...) completamente correcta a afirmação de Aragon (...): «O intelectual revolucionário começa por aparecer, principalmente, como traidor da sua classe de origem.» No caso do escritor, esta traição consiste em que ele assume um comportamento que o transforma de fornecedor do aparelho produtivo em engenheiro, que considera tarefa sua adaptá-lo aos objectivos da revolução proletária.". Cf. Benjamin, Walter, "O autor enquanto produtor" (1934), *Sobre arte, técnica, linguagem e política*, Lisboa: Relógio D'Água, 2012, pp. 128-130.

15 Bourdieu, Pierre, *op. cit.*, 2001 [2000], p. 125.

Os agentes que integraram o quadro técnico do SAAL trabalharam na organização da estrutura do Serviço e na definição de uma metodologia de funcionamento, lutando, simultaneamente, pela autonomia deste organismo face ao FFH, de modo a poderem controlar a execução do programa e reduzir os entraves causados pelas várias instâncias pelas quais passavam as decisões (objectivo nunca atingido). A defesa e divulgação pública do Serviço foi acautelada pela influência que alguns agentes detinham em várias instâncias do poder, tanto pelo seu enquadramento político-administrativo dentro de determinadas instituições, como através do alcance da sua visibilidade pública. Para tal, considera-se não somente a relação directa estabelecida com a ESBAP, mas ainda, por exemplo, a participação destes agentes na imprensa nacional e estrangeira especializada e não-especializada. Assim como foi graças ao envolvimento de Lewis Mumford, Charles Abrams e Jane Jacobs no movimento de oposição à renovação urbana de alguns bairros de Nova Iorque nos anos 1950 que se alterou a opinião pública e do poder político[16], foi também a defesa pública do SAAL por agentes como Alexandre Alves Costa, Margarida Coelho e Mário Brochado Coelho que fez com que o programa ganhasse notoriedade e favorecesse a adesão dos moradores e a sua confiança.

As brigadas técnicas, através do reconhecimento ou consciencialização da natureza política da sua actividade estética, souberam mobilizar os seus recursos e propriedades activas no campo em prol dos movimentos sociais. A determinação dos agentes nestes processos englobava o ensaio de soluções que oscilavam entre a sua interpretação das necessidades e potencialidades físicas e sociais existentes e um alinhamento mais directo com as preferências dos moradores. De qualquer modo, as diversas situações revelam como os agentes se empenharam e mobilizaram a favor da melhoria das condições habitacionais das populações mal-alojadas. A discussão dos processos e dos projectos com os moradores e a disposição constante de informação denotam a ambicionada democratização da racionalidade técnica que marcou os modos de exercer a profissão, ainda que condicionada pela urgência de efectivação do programa habitacional e pela dificuldade de implementação de estratégias participativas, que nem sempre decorreram como desejado. Porém, a simetria desejada nos processos por vezes não se reflectiu na organização interna das próprias brigadas técnicas. A esse respeito, foram apontadas incoerências pela Brigada de Contumil entre os propósitos e o modo de funcionamento do Serviço, já que a definição de hierarquias dentro das brigadas, como a distinção do valor por hora recebido por

16 Madden, David; Marcuse, Peter, *In Defense of Housing: The politics of crisis*, Londres/Nova Iorque: Verso, 2016, e-book, capítulo 5, "Housing movements of the postwar metropolis", para. 6.

cada técnico com base na sua formação, entrava em desacordo com a democratização dos processos[17].

Os técnicos do SAAL procuraram intervir ainda nos modos de produção para a construção dos bairros, naquilo que estava ao seu alcance. A preferência pela utilização de materiais nacionais e pela contratação de cooperativas de construção ou de empresas de pequena (ou média) dimensão resultava de uma opção política e de uma questão de coerência entre princípios e meios. Todo o trabalho era estruturado tendo por base essa premissa, ainda que, como referido anteriormente, os processos de construção desenvolvidos por cooperativas tenham sofrido alguns percalços.

Pode dizer-se, assim, e apesar de algumas inconsistências, que a colaboração entre os intelectuais e os movimentos sociais influiu na actividade política entendida de um ponto de vista mais global e que a actividade dos vários agentes contribuiu no sentido do desenvolvimento de uma consciência popular na luta pela defesa dos direitos fundamentais. O envolvimento dos técnicos na dinamização das organizações de moradores (que passou pela colaboração na elaboração de actividades e boletins de bairro e pelo contacto e assistência assíduos) e os esforços desenvolvidos na discussão dos processos (cujos limites e estratégias variaram de acordo com o entendimento e funcionamento de cada operação) denotam uma dedicação extrema no modo como estes agentes puseram em prática as suas competências técnicas tendo em vista a emancipação dos moradores e a construção de uma cidade mais justa. O contínuo confronto com a realidade nas várias fases do processo – na fase de diagnóstico e caracterização, na definição do programa, na elaboração de projecto e no acompanhamento de obra – traduz uma experiência inscrita numa prática política. Como resultado, as propostas elaboradas e aquelas construídas permanecem enquanto exemplos de estratégias para pensar e intervir na cidade.

Deste modo, declinam-se algumas acusações dirigidas ao SAAL que têm por base a denúncia de aproveitamento do Processo para a valorização dos projectos realizados neste âmbito, apresentados como objectos autorais. O reforço do prestígio de alguns agentes a partir da sua participação no SAAL enquadra-se na complexa estrutura do campo a que pertencem, que se encontra em permanente conflito e redefinição. Entende-se, porém, que este assunto deve ser enquadrado numa reflexão sobre a transformação do campo da arquitectura após o término do SAAL (o que não é assunto da presente investigação) e que a análise das questões nesse âmbito não coloca em causa a validade do programa habitacional. O estudo do processo inerente à implementação do SAAL no Porto permitiu averiguar que, no momento de transformação social e

17 Informação obtida através de conversa telefónica com o arquitecto Elói Castro a 18 Março 2021.

política que se seguiu ao 25 de Abril, os arquitectos envolvidos procuraram colocar o seu capital cultural ao serviço da defesa do direito à cidade. Assistiu-se à união entre os interesses de valorização da história da cidade, das comunidades e das condições locais (físicas e sociais) como fundamento de projecto que, por sua vez, estavam em concordância com os interesses dos moradores carenciados que tinham por base uma ideia de sociedade de orientação socialista. A intervenção a partir do campo da arquitectura teve implicações estéticas, éticas e políticas[18], assumindo-se também "prática viva da revolução"[19].

18 Sobre este assunto, cf. Bourdieu, Pierre, *op. cit.*, 1996 [1992], pp. 155-158.

19 "O burocrata diz: «Queremos a arte ao serviço da revolução». Ao serviço de: com isto pensa o pachorrento burocrata que humilha a altivez do intelectual. Mas primeiro: a arte não pode estar ao serviço da revolução, porque ela é prática viva da revolução. Mas segundo: não, não digo. Ou melhor: digo com todas as precauções, certo da delicadeza deste dizer. Verdade difícil a transmitir («je te porte en moi comme un oiseau blessé» – Aragon): pois que assim seja. Não é a arte que está ao serviço da revolução, é a revolução que está ao serviço da arte." Coelho, Eduardo Prado, "Sobre o trabalho teórico, a prática estética e a luta ideológica", *Hipóteses de Abril*, Lisboa: Diabril, 1975, pp. 65-66.

11.2. REALISMO E ARQUITECTURA

Após uma síntese comparativa das propostas elaboradas no âmbito do SAAL/Porto, e tomando em consideração o campo de acção dos arquitectos no processo revolucionário, a presente investigação discorre agora sobre a carga política inerente à posição estética adoptada[20]. Considera-se que a circunstância vivida exaltou a função social e política da arte, neste caso da arquitectura, e, em vista disso, poderá fazer sentido uma associação dos projectos SAAL à ideia de realismo. Esse pressuposto parte de um entendimento do realismo enquanto posição estética adequada a um quadro intelectual profundamente influenciado pelo marxismo. Mas, para tal, convirá primeiro enquadrar o realismo de acordo com as construções históricas previamente elaboradas.

A ideia de realismo, tal como entendida no século XIX, correspondeu à "transição de um mundo inter-subjectivo de sonhos e esperanças para um mundo social adaptado à realidade tal como ela é"[21]. Procurava-se uma representação objectiva da realidade que desse visibilidade aos problemas sociais e ao quotidiano do cidadão comum, o que estava de certa forma influenciado pelo dealbar do positivismo científico e pelo desenvolvimento de métodos empíricos de observação[22]. A valorização dos factos tal como eles são constituía um ponto de vista inovador, que se libertava da herança cultural ligada ao idealismo e de algum modo anunciava já alguns fundamentos que viriam a ser marcantes para o modernismo. Mas, ainda que o olhar atento dos artistas revelasse a sua insatisfação perante as condições de vida das camadas mais pobres da população, estes centravam-se na representação minuciosa das situações sem tomar partido na luta[23].

20 Considera-se o entendimento de regime estético tal como utilizado por Jacques Rancière: "No seu sentido restrito, a estética não é nem a teoria da arte em geral, nem a disciplina cujo objecto de estudo é a arte. É um regime específico de pensabilidade e de identificação das artes, que Rancière designa como **regime estético da arte**. No seu sentido lato, a estética é uma **partilha do sensível** que determina um modo de articulação entre as formas de acção, produção, percepção e pensamento. Esta definição geral estende o campo da estética para além do campo da arte e passa a incluir as coordenadas conceptuais e os modos de visibilidade operativos no campo da política." Gabriel Rockhill, "Glossário de termos técnicos" (2004) *in* Rancière, Jacques, *Estética e política: a partilha do sensível*, Porto: Dafne, 2010 [2000], p. 91.

21 Losa, Margarida, Do romance realista ao romance proletário: uma introdução ao estudo do romance do novo realismo social brasileiro, italiano e português entre 1930 e 1955 à luz da nova teoria crítica sobre realismo, ficção e recepção, Lisboa: Campo da Comunicação, 2014 [1988], p. 68.

22 Cf. Nochlin, Linda, *Realism*, Harmondsworth/Baltimore/Melbourne: Penguin Books, 1971.

23 De acordo com a análise de Linda Nochlin, os artistas realistas do século XIX (como Degas ou Manet) estavam interessados, sobretudo, na representação dos factos referentes à instantaneidade do momento presente. Cf. Idem, pp. 23-33. Margarida Losa argumenta que a solidariedade social presente na literatura realista do século XIX é expressa de forma negativa, não anunciando qualquer pretensão em relação a uma possibilidade de mudança. Cf. Losa, Margarida, *op. cit.*, 2014 [1988], pp. 91-104.

Só no século XX, com a formação de um novo movimento realista, é que o confronto das representações artísticas com fragmentos da realidade se concentrou na produção de significados e de um efeito de empenhamento. Mais concretamente, foi nas décadas de 1930 e 1940 que se estabeleceu um compromisso franco daqueles que se consideravam realistas com as classes trabalhadoras[24]. Porém, se pode dizer-se que aquilo que caracteriza de forma mais evidente as experiências realistas é a sua motivação política, tal como refere Frederic Jameson[25], nunca existiu consenso quanto aos restantes atributos associados a este movimento.

A identificação das características subjacentes ao realismo foi motivo de contínua discórdia, tanto a nível internacional como em contextos mais localizados. O mais emblemático debate protagonizado por Georg Lukács, Ernst Bloch, Hanns Eisler e Bertolt Brecht entre 1935 e 1940 (numa altura em que estes se encontravam exilados devido à ascensão do nazismo na Alemanha) consistiu numa discussão sobre a função social e política da literatura e da arte em geral, culminando na oposição de distintas teorias estéticas do realismo[26].

Enquanto representante ou defensor do realismo socialista, Lukács opunha-se às vanguardas artísticas, considerando essas formas artísticas superficiais e criticando o abandono da tradição e da herança cultural. Exigia uma representação fidedigna da realidade entendida como um todo – em consonância com o método estabelecido no primeiro Congresso de Escritores Soviéticos em 1934 – através de uma prática contemplativa e de uma harmonização e pacificação das contradições verificadas. Tomava por referência as técnicas realistas desenvolvidas no século XIX, como por exemplo os romances de Honoré de Balzac, encontrando desta forma um equilíbrio entre essência e aparência.[27] Contudo, para além de recusar as experiências estéticas ligadas à arte moderna, esta concepção da ideia de realismo poderia ser lida como prática aliada à consolidação do regime socialista e a um culto excessivo da personalidade e figura de Estaline.

Já Bloch e Brecht argumentavam que, de acordo com uma concepção materialista, a realidade era descontínua e fragmentária e, como tal, deveria haver um outro entendimento da ideia de realismo que não passasse por uma atitude mimética em relação

24 Cf. Losa, Margarida, *op. cit.*, 2014 [1988], p. 104.

25 Embora Jameson esteja focado nas armadilhas subjacentes à associação entre arte e ideologia, mais precisamente na dissolução do realismo, reconhece que a motivação política é o traço mais característico das experiências realistas. Cf. Jameson, Frederic, *The antinomies of realism*, Londres/Nova Iorque: Verso, 2015 [2013].

26 Apesar de terem surgido a propósito do expressionismo, as matérias em discussão centraram-se em torno da ideia de realismo. Cf. João Barrento, "De Weimar a Moscovo: A teoria marxista do realismo e da literatura entre as duas guerras" *in* Barrento, João (ed.), *Realismo, materialismo e utopia: Uma polémica 1935-1940*, Lisboa: Moraes editores, 1978, pp. 9-32.

27 Georg Lukács, "Trata-se do realismo!" (1938) *in* Barrento, João (ed.), *op. cit.*, 1978, pp. 35-64.

ao presente. Entendiam igualmente que as suas práticas artísticas não deveriam cingir-se a determinadas formas e técnicas desenvolvidas no passado – que dificilmente poderiam ajustar-se às necessidades presentes –, mas estar abertas a referências e a domínios mais amplos. Para Bloch, à arte cabia o papel de revelar aquilo que ainda não é visível, mas que está latente enquanto potência, desenvolvendo assim um conteúdo utópico e emancipador que ainda não tinha forma. Por oposição a uma atitude funcionalista, valorizava a subjectividade humana e desenvolvia uma relação dialéctica entre os diversos fragmentos da realidade através de processos de montagem, potenciando a sua transformação.[28] Brecht opunha-se ao entendimento de realismo como forma – considerando-o antes como uma técnica com a qual se mostram as contradições da realidade –, confrontando a sociedade com essa descontinuidade através de processos didácticos de montagem e distanciamento. Entendia assim que os meios utilizados podem ser ousados, desde que adequados à realidade concreta das pessoas e compreensíveis para as massas. Nesse sentido, e contrariamente a uma identificação ou conformismo, defendia o papel da imaginação e da abstracção como estímulo para a transformação dos processos sociais. O realismo para Brecht deve ser transversal a todos os domínios, e as obras realistas são instrumento da luta de classes.[29]

Estas posições não só representam diferentes concepções da problemática estética do realismo, como apresentam diferentes entendimentos do marxismo. Ainda assim, conclui-se que o desacordo quanto à forma ou ao processo não invalida o objectivo comum de reconhecer a função social da arte, deliberadamente influenciada pela realidade e intencionalmente operante sobre ela.

Em Portugal, o novo realismo social foi denominado de neo-realismo (tal como em Itália) e tratou-se de uma corrente que questionou os campos da arte, filosofia, ciência e política a partir dos anos 1930, reconstituindo o quadro intelectual português e funcionando como movimento de contracultura[30]. Desejava-se que a produção cultural fosse extensiva a amplas camadas de população, contribuindo para a criação de condições ideológicas que viabilizassem uma transformação social. No entanto, não só não existiu consenso quanto à adopção da designação de neo-realismo, como se

28 Ernst Bloch, "Marxismo e literatura" (1935) e "O expressionismo, visto agora" (1937), Idem, pp. 65-80; Ernst Bloch, Hanns Eisler, "A arte e a sua herança" (1938), Idem, pp. 81-85.

29 Bertolt Brecht, "Formalismo e realismo" (1938) e "Notas sobre a escrita realista" (1940), Idem, pp. 87-131.

30 Cf. Pita, António Pedro, *Conflito e unidade no neo-realismo português: arqueologia de uma problemática*, Porto: Campo das Letras, 2002. Sobre o mesmo tema, cf. ainda, por exemplo, Lourenço, Eduardo, *Sentido e forma da poesia neo*-realista, Lisboa: Dom Quixote, 1983 [1968]; Reis, Carlos (ed.), *Textos teóricos do neo-realismo português*, Lisboa: Seara Nova, 1981; Viçoso, Vítor, A *narrativa do movimento neo-realista: as vozes sociais e os universos da ficção*, Lisboa: Colibri, 2011.

verificaram tensões internas quanto ao entendimento da condição da arte, inviabilizando uma desejável unidade do movimento[31]. Em causa estava a aparente oposição entre a sofisticação dos modernistas e o empenho social dos artistas realistas, à semelhança daquilo que se passou noutros contextos. O mais intenso debate, iniciado na revista *Vértice* em 1952[32], foi protagonizado por Álvaro Cunhal e Mário Dionísio numa altura em que as produções realistas atingiam uma maior diversidade e maturidade. Enquanto Álvaro Cunhal argumentava que as expressões artísticas deveriam encontrar uma concordância directa com a realidade, criticando a autonomia da arte e a abstracção – que considerava formalista –, Mário Dionísio entendia que o problema em questão era mais complexo e não poderia ser reduzido à oposição entre forma e conteúdo, sustentando que o descuro da condição artística comprometeria inevitavelmente o seu impacto social. No entender de Dionísio, a experimentação formal era necessária, acautelando que isso deveria acontecer de forma espontânea, sem uma sobrevalorização do conteúdo e procurando expressar uma nova estrutura[33].

A ênfase dada ao conteúdo por alguns artistas e intelectuais resultou, nalguns casos, numa produção mais superficial, o que levou a que este movimento fosse conotado como populista ou que frequentemente se entendam os trabalhos a ele associados como simplistas ou ingénuos. A redução a simplificações e a atribuição de uma carga negativa demonstram como este movimento é ainda mal compreendido e não visto na sua complexidade e heterogeneidade, o que tem levado ao parco reconhecimento do seu legado. É por esse motivo que, apesar da sua relutância em relação ao neo-realismo, Eduardo Lourenço sublinha o "papel histórico considerável" do movimento, cuja "história cultural e ideológica, na sua complexidade, está por fazer" e "sem o qual, a nossa futura e actual relação de portugueses com Portugal é simplesmente *incompreensível*"[34]. Afinal de contas, o neo-realismo português foi um movimento de contracultura que esteve subordinado à censura, condição muito distinta daquela que se verificou noutros países, como em Itália.

31 No seio do movimento neo-realista português existiam diferentes concepções do marxismo que tentavam ser secundarizadas em nome de um movimento anti-fascista unitário. Um dos desacordos passava pela adopção do termo "neo-realismo", cunhado por Joaquim Namorado, que remetia para uma nova versão do realismo do século XIX, o que não ia ao encontro do entendimento de alguns intelectuais. De modo a inscrever o neo-realismo português no movimento internacional mais amplo que existiu nesse período, Margarida Losa optou pela adopção da designação "novo realismo social" para se referir aos movimentos português e italiano, argumentando que deste modo se poderia estabelecer uma distinção mais evidente para com a filosofia neo-realista americana e a nova objectividade alemã (*Neue Sachlichkeit*). Cf. Losa, Margarida, *op. cit.*, 2014 [1988].

32 Cf. António Guerreiro, "Mário Dionísio, um homem dividido", *Público*, 2 Novembro 2016, disponível em: https://www.publico.pt/2016/11/02/culturaipsilon/noticia/mario-dionisio-um-homem-dividido-1749614, consultado a 16 Janeiro 2020.

33 Pita, António Pedro, *op. cit.*, 2002, pp. 207-213.

34 Lourenço, Eduardo, *O labirinto da saudade*, Lisboa: Gradiva, 2013 [1978], p. 35.

Embora em Itália algumas obras neo-realistas tenham sido realizadas durante os últimos anos de governação fascista – como o filme *Ossessione* de Luchino Visconti, em 1943[35] –, o grosso da sua produção correspondeu aos anos de reconstrução do país por aqueles que fizeram parte da resistência. Entende-se assim este movimento enquanto tentativa de criação de uma cultura ou identidade que procurava assinalar aquele momento de transformação intensa marcado por uma aspiração ética muito forte por parte dos intelectuais italianos.

Inicialmente associado à literatura e ao cinema italianos, este "novo modo de ver e sentir a realidade"[36] estendeu-se a outras áreas artísticas, sendo também identificado na arquitectura (apesar de não haver uma transferência unívoca do termo, tal como estudado por diversos investigadores[37]). Trata-se de uma associação que até hoje não encontra paralelo no caso português, o que se pretende problematizar na presente investigação. Não obstante, e alargada a um contexto mais amplo, a ideia de realismo em arquitectura foi tema de variadas investigações[38], entre as quais se destacam o número "Realismus in der Architektur" da revista *Archithese* em 1976[39], o número "Formalisme-Réalisme" da revista *L'Architecture d'Aujourd'hui* em 1977[40] e o artigo "Architettura e realismo" de Manfredo Tafuri publicado em 1985[41], permitindo compreender algumas das coordenadas que enquadram este problema.

Segundo Linda Nochlin – uma das primeiras autoras a referir-se de uma forma sustentada à ideia de realismo em arquitectura –, a arquitectura depara-se com uma

35 Considerado por diversos historiadores como o primeiro filme neo-realista italiano.

36 Antonio Gramsci *cit. in.* Maristella Casciato, "L'«invenzione della realtà»" *in* Di Biagi, Paola, *La grande ricostruzione: Il piano Ina-Casa e l'Italia degli anni cinquanta*, Roma: Donzelli editore, 2011 [2001], p. 206.

37 A título de exemplo, cf. Idem, pp. 205-221; Bruno Reichlin, "Figures of Neorealism in Italian Architecture (Part 1)", *Grey Room*, 5, 2001, pp. 79-101, disponível em: www.jstor.org/stable/1262574, consultado a 2 Março 2020; Bruno Reichlin, "Figures of Neorealism in Italian Architecture (Part 2), *Grey Room*, 6, 2002, pp. 110-133, disponível em: www.jstor.org/stable/1262617, consultado a 2 Março 2020; David Escudero, "Beyond Filmmaking: Searching for a Neorealist Architecture in Italy, 194X- 195X", *The Journal of Architecture*, 24:4, 2019, pp. 441-468.

38 Para além dos autores e textos já referidos, cf., por exemplo: Nochlin, Linda, *op. cit.*, 1971, pp. 209-235; Maria Gonzalez-Pendas, "Realism under construction" *in* Pérez-Gómez, A., Cormier, A., Pedret, A. (ed.), *99th ACSA annual meeting proceedings, Where do you stand*, 2011, pp. 11-20; Biraghi, Marco, *Project of crisis: Manfredo Tafuri and contemporary architecture*, Cambridge/Londres: The MIT Press, 2013, pp. 123-143; Luka Skansi, "Manfredo Tafuri and the critique of realism", *Serbian architectural journal*, 6, 2014, pp. 182-195; Silvia Malcovati, "The utopia of reality: realisms in architecture between ideology and phenomenology", *Serbian architectural journal*, 6, 2014, pp. 146-165; Silvia Malcovati, "Realism and Rationalism: an Italian-German architectural discourse", *bfo-journal*, 2, 2016, pp. 5-15; Irina Davidovici, "Tafuri on Hous-'ing': Housing history as city-making praxis", *Joelho*, 8, 2017, pp. 36-51.

39 *Archithese: Realismus in der Architektur*, 19, 1976. Este número contempla artigos dos editores Bruno Reichlin e Martin Steinmann e dos autores Alan Colquhoun, Giorgio Grassi, Aldo Rossi, Denise Scott Brown, Hans Heinz Holz, Otakar Mácel e Karel Teige.

40 *L'Architecture d'Aujourd'hui: Formalisme-Réalisme*, 190, 1977. Destaca-se o texto do editor Bernard Huet e a publicação de projectos elaborados por arquitectos identificados com a denominada *Tendenza* italiana. Este número reuniu a tradução de alguns textos publicados no número da revista *Archithese* acima identificada (nomeadamente os artigos de Aldo Rossi, da dupla Bruno Reichlin e Martin Steinmann e de Giorgio Grassi).

41 Manfredo Tafuri, "Architettura e realismo" *in* Lampugnani, V. M. (org.), *L'avventura delle idee nell'architettura: 1750-1980*, Milan: Electa, 1985, pp. 122-145.

dificuldade adicional por comparação com as outras artes. Por não ter um objecto exterior para representar para além de si própria – de forma idêntica à música, que é intrinsecamente abstracta[42] –, esta dificilmente poderá encontrar verosimilhança com a realidade[43]. A identificação com o real – que era tão importante para a ideia de realismo do século XIX – só poderia existir a partir de uma leitura funcionalista ou utilitarista da arquitectura, associação que é estabelecida por referência à Nova Objectividade (*Neue Sachlichkeit*) no editorial do número da *Archithese* acima citado. Partindo do pressuposto de que a realidade da arquitectura é a natureza da sua construção, Bruno Reichlin e Martin Steinmann mencionam o exemplo da *Siedlung* Dessau-Törten (1926-28) projectada por Walter Gropius, onde a forma é determinada pelo processo construtivo e pelos materiais utilizados[44]. No entanto, consideram que esta interpretação apresenta poucos pontos de contacto com a leitura elaborada acerca da ideia de realismo em arquitectura, como se irá desenvolver adiante. Para além disso, para o movimento moderno mais dogmático, as formas não só ilustram o processo construtivo como (também) o encenam. No texto que publicou no mesmo número da revista *Archithese* dedicado à ideia de realismo, Alan Colquhoun refere inclusivamente que nesses casos a arquitectura procurou construir uma representação da sua própria funcionalidade, ao invés de uma representação do mundo[45].

Colquhoun entende que a arquitectura tem a faculdade de actuar simultaneamente sobre o real e sobre o domínio das representações do mundo[46]. A partir desta consideração, pode depreender-se que a arquitectura não se distancia tanto das restantes artes no que diz respeito a uma postura realista (como se tinha apontado anteriormente), excluindo sim a possibilidade de uma posição subsequente relativamente ao realismo do século XIX[47]. Esta é, aliás, a leitura realizada por Bruno Reichlin e por David Escudero quanto ao neo-realismo italiano, dissociando-o de uma derivação a partir do naturalismo ou mimetismo do realismo oitocentista[48]. Como referido, o

42 Sobre a abstracção da música, cf. Dias, Sousa, "A sublime frivolidade da música", *O riso de Mozart: música pintura cinema literatura*, Lisboa: Sistema Solar (Documenta), 2016, pp. 26-51.

43 Cf. Nochlin, Linda, *op. cit.*, 1971, pp. 209-235.

44 Bruno Reichlin, Martin Steinmann, "Zum Problem der innerarchitektonischen Wirklichkeit", *Archithese: Realismus in der Architektur*, 19, 1976, pp. 3-10. Consultado também a partir da tradução para francês: Bruno Reichlin, Martin Steinmann, "A propos de la réalité immanente", *L'Architecture d'Aujourd'hui: Formalisme-Réalisme*, 190, 1977, pp. 72-73.

45 Alan Colquhoun, "Regeln, Realismus und Geschichte", *Archithese: Realismus in der Architektur*, 19, 1976, pp. 12-17. Consultado também a partir da tradução para espanhol: Colquhoun, Alan, "Normas, realismo e historia", *Arquitectura moderna y cambio histórico: Ensaios: 1962-1976*, Barcelona: Gustavo Gili, 1978, pp. 133-141.

46 Ibidem.

47 Afastando-se a necessidade de uma verosimilhança com o real, ou seja, de uma transposição da realidade para os meios artísticos (tal como entendido relativamente ao realismo do século XIX), a arquitectura passa a estar a par das outras artes enquanto construção de representações do mundo, analisando-se a possibilidade de uma postura realista a partir de parâmetros semelhantes.

48 Cf. David Escudero, *op. cit.*, 2019, pp. 441-442, 463; Bruno Reichlin, *op. cit.*, 2001, p. 79.

neo-realismo italiano esteve intrinsecamente ligado ao momento de reconstrução política, social e cultural do país, o que significava a procura de um caminho alternativo à arquitectura do movimento moderno (visto que, tal como a arquitectura neo-clássica, esta também tinha sido adoptada pelo regime de Mussolini). Naquele momento, o optimismo associado aos benefícios da industrialização era já encarado como uma ilusão, levando os arquitectos e intelectuais italianos a desenvolver um novo olhar que fosse capaz de integrar a complexidade do quotidiano. A atenção dirigiu-se, assim, para a evocação de valores espaciais da tradição popular, muitas vezes rural, que remetessem para a vitalidade e espontaneidade das comunidades – numa direcção contrária às lógicas de repetição e uniformidade que tinham caracterizado as pesquisas dos períodos anteriores –, procurando espelhar valores comuns e reconhecíveis a todos.

É esse o motivo que leva Manfredo Tafuri a destacar a vocação comunicativa da arquitectura realista no artigo que elabora sobre o tema. Entendendo o realismo como uma "construção histórica" que trespassa diversos períodos e que se manifesta enquanto "resistência ou inquietação" face às "áreas do «moderno»"[49], Tafuri elenca várias circunstâncias onde se identificam essas características, nomeadamente a União Soviética pós-revolucionária, a Viena Vermelha, o *New Deal* americano e a Itália do pós-segunda guerra. Relativamente ao caso italiano – de resto, o mais consensual exemplo de arquitectura realista (sendo mencionado pela grande maioria daqueles que se debruçaram sobre esta problemática) – Tafuri expõe o modo como grande parte dos projectos elaborados no âmbito do Ina-Casa recorreram a estratégias que mais tarde acabaram por ser apropriadas pelos promotores imobiliários e servir os órgãos de poder. Este programa habitacional, realizado a partir de 1949, procurou responder às necessidades de alojamento das classes mais desfavorecidas que até então tinham sido ignoradas e, simultaneamente, inverter o cenário de crise da indústria da construção que se fazia sentir, reunindo grande parte dos arquitectos empenhados neste momento de transição do país. Construíram-se cerca de 355.000 fogos num período de 14 anos[50], sobretudo nos subúrbios das cidades (onde havia terrenos

49 "Ciò che chiameremo Realismo non è frutto di teorizzazioni, non fa parte degli schemi di lettura cari alle narrazioni lineari del «moderno», non è tendenza unitaria geograficamente e cronologicamente collocabile. Diremo di più: l'oggetto della nostra analisi è esso stesso frutto di una *costruzione storica*; non, quindi, una tendenza vissuta come tale dai suoi protagonisti, bensì un atteggiamento che parla e si riproduce al di fuori di linee di sviluppo coscientemente tracciate. / Ci proveremo pertanto a riconoscere l'azione di una mentalità che percorre trasversalmente le aree del «moderno», insinuandosi in esso come elemento di resistenza o inquietudine. Lo stesso termine da noi scelto per designare tale mentalità è convenzionale. Esso nasce per assonanza, rinviando al più notevole movimento che si sia riconosciuto, nel nostro secolo, dotato di una poetica affine a quella da noi individuata: il Neorealismo italiano." Manfredo Tafuri, "Architettura e realismo" *in* Lampugnani, V. M. (org.), *op. cit.*, 1985, p. 123.

50 Paola Di Biagi, "La «città pubblica» e l'Ina-Casa" *in* Di Biagi, Paola, *La grande ricostruzione: Il piano Ina-Casa e l'Italia degli anni cinquanta*, Roma: Donzelli editore, 2011 [2001], p. 17.

disponíveis e a custos mais reduzidos), tendo-se ensaiado novas formas de organização, distribuição e agregação dos fogos e dos edifícios com o objectivo de conferir um carácter colectivo à habitação dita social. No entanto, a crítica de Tafuri desvela como a tentativa de reconhecer e espelhar valores comuns levou, por um lado, à utilização de modelos originários do mundo rural (enquanto condição de humanidade mais pura e de sentido comunitário) e, por outro lado, a uma adesão excessiva ao real e a um exagero linguístico. Estas estratégias acabaram por redundar em populismo e, ainda que involuntariamente, na apologia de uma ideologia regressiva e anti-urbana, apontando num sentido contrário aos desejados empoderamento e emancipação dos moradores mais desfavorecidos.

Apesar deste desacordo entre intenções arquitectónicas e o seu real impacto nos contextos específicos (e que é apontado relativamente às diversas circunstâncias apresentadas), Manfredo Tafuri reconhece excepções tanto no caso italiano como nos conjuntos habitacionais realizados em Viena durante o período de governo da administração socialista entre 1920 e 1933[51]. Alegando que a "forma discursiva mais apropriada [ao realismo] é a épica"[52], menciona os exemplos do bairro em Viale Etiopia projectado por Mario Ridolfi e Wolfgang Frankl (Roma, 1949-55) ou do Karl Marx-Hof projectado por Karl Ehn (Viena, 1927-30), nos quais já não existem indícios de nostalgia e alusão directa ao mundo rural (contexto italiano) ou a formas nacional-populistas (contexto vienense), mas a uma monumentalidade dramática e crua, caminhando-se para o que apelida de «realismo». O abandono de uma linguagem figurativa ou

51 Após a primeira guerra mundial, a cidade de Viena foi regida por uma administração socialista que tomou como bandeira do seu programa o problema habitacional, tendo proposto a socialização do património edificado que se encontrava vago para acomodar parte da população mal-alojada, a regulamentação das rendas e a implementação de um programa de construção de habitação para a classe operária. Aproveitando a substancial percentagem de terrenos municipalizados, e continuando uma política de expropriações, construíram-se cerca de 66.000 fogos (para aproximadamente 200.000 pessoas) em áreas centrais da cidade a partir da utilização do modelo do super-bloco, também apelidado de *Hof*. Os super-blocos consistiam em complexos habitacionais em altura, de grande densidade, que ocupavam o perímetro dos quarteirões, conformando espaços públicos no seu interior. Apesar de os fogos terem dimensões reduzidas, os conjuntos estavam equipados com instalações e serviços comuns que permitiam suprir parte das necessidades domésticas e também sócio-culturais da população, nomeadamente espaços de recreação (parques e jardins), da vida política, económica e cultural (teatros, salas de reunião e lojas), de educação (escolas, jardins de infância e bibliotecas) e de saúde (clínicas médicas), a par dos espaços de lavandarias e cozinhas colectivas. Cf. Tafuri, Manfredo, *Vienna Rossa: La politica residenziale nella Vienna Socialista*, Milão: Electa, 1980; Blau, Eve, *The Architecture of Red Vienna: 1919-1934*, Cambridge/Londres: MIT Press, 1999.

52 "Il Realismo di cui tenteremo di inseguire le articolazioni non ha nulla a che fare con le poetiche intimiste, con il naturalismo fine a se stesso, con la laconicità riduttiva. Piuttosto, la sua forma discorsiva più appropriata è l'epica: un mito in senso proprio, infatti, viene da esso fatto scontrare con il «cattivo presente»." Cf. Manfredo Tafuri, "Architettura e realismo" *in* Lampugnani, V. M. (org.), *op. cit.*, 1985, p. 124. Por forma discursiva épica entende-se a utilização de elementos e princípios de concepção que procurem retratar e exaltar valores colectivos de modo grandioso. Ao tomar o proletariado como o "herói da causa que beneficiaria toda a humanidade", entende-se que a adopção do género épico está relacionada com a utilização de um "som alto e sublimado" (tal como proferido por Luís de Camões n'*Os Lusíadas*) e de princípios formais que evoquem monumentalidade, inspirando simultaneamente "assombro e admiração". Cf. Losa, Margarida, *op. cit.*, 2014 [1988], pp. 200, 234; Camões, Luís de, *Os Lusíadas*, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões, 2000 [1572], p. 2.

pretensamente reconhecível representa uma postura crítica e mais consciente das contradições da própria realidade – tal como a auto-crítica perpetrada por Ludovico Quaroni após a conclusão do bairro Tiburtino (Roma, 1950-54)[53] dirigido por si e por Mario Ridolfi e considerado o manifesto do neo-realismo italiano – e, simultaneamente, uma defesa da autonomia da disciplina.

É isto que defendem Bruno Reichlin e Martin Steinmann, Alan Colquhoun, Aldo Rossi, Giorgio Grassi e Bernard Huet – ou mesmo Manfredo Tafuri, quando se refere ao conjunto Monte Amiata de Carlo Aymonino (Milão, 1967-1973)[54] – nos respectivos artigos dedicados à relação entre realismo e arquitectura[55]. Estes autores consideram que os processos estéticos da arquitectura teriam de ser avaliados a partir das suas estruturas próprias e na relação com a história da disciplina, e que só dessa forma a arquitectura poderia ser realista e não formalista (formalista quer pela adesão a processos de mimese da realidade, quer pelo alheamento da circunstância e do contexto de produção). Para tal, Grassi faz a apologia de uma adequação da arquitectura tanto à realidade imediata como a um tempo mais lato, utilizando formas permanentes que evoquem significados colectivos estáveis. Parece, portanto, natural que tanto Huet como Rossi procurem reabilitar a arquitectura do realismo socialista, afirmando a importância dos valores estéticos da arquitectura e da carga simbólica associada à sua monumentalidade[56]. Ainda que o significado das coisas seja volátil, tal como defende Jameson[57], e que o conteúdo político não seja uma propriedade da

53 Cf. Ludovico Quaroni *cit. in* David Escudero, *op. cit.*, 2019, p. 446.

54 Embora Tafuri se refira a uma figuração e interpretação mais complexa que é herdeira das "instâncias menos caducas" do neo-realismo, pode interpretar-se como sendo uma defesa da autonomia da arquitectura. Cf. Manfredo Tafuri, *op. cit.*, 1985, p. 136.

55 Cf. Bruno Reichlin, Martin Steinmann, *op. cit.*, 1976, pp. 3-10; Alan Colquhoun, *op. cit.*, 1976, pp. 12-17; Giorgio Grassi, "Architekturprobleme und Realismus", *Archithese: Realismus in der Architektur*, 19, 1976, pp. 18-24 (consultado também a partir das traduções para espanhol e português: Grassi, Giorgio, "Cuestiones de arquitectura y de realismo", *La arquitectura como oficio y otros escritos*, Barcelona: Gustavo Gili, 1980, pp. 182-189; Grassi, Giorgio, "Questões de arquitectura e realismo", *Escritos escolhidos: 1965-2015*, Porto: Afrontamento, 2018, pp. 141-151); Bernard Huet, "Formalisme Réalisme", *L'Architecture d'Aujourd'hui: Formalisme-Réalisme*, 190, 1977, pp. 35-36 (consultado também a partir da tradução para inglês e do comentário realizado por Michael Hays aquando da inclusão desse texto na sua antologia: Bernard Huet, "Formalism – Realism" *in* Hays, Michael, *Architecture theory since 1968*, Nova Iorque: The MIT Press, 2000, pp. 254-260).

56 Nesta valorização da arquitectura soviética associada ao realismo socialista, considera-se o impacto que a representatividade e a monumentalidade de edifícios e infra-estruturas como as estações do metro de Moscovo tiveram para os arquitectos da denominada *Tendenza*, embora nalguns exemplos se verifique sobretudo a aplicação de um estilo enquanto instrumento político do regime. Cf. Aldo Rossi, "Une éducation realiste/Realismus als Erziehung", *Archithese: Realismus in der Architektur*, 19, 1976, pp. 25-28. Pier Vittorio Aureli entende que a defesa da autonomia para Rossi se prende sobretudo com a construção de uma alternativa à dominação capitalista, ou seja, à lógica especulativa de desenvolvimento da cidade, insistindo em categorias como a tipologia (conhecimento da constituição e evolução das formas urbanas) e a individualidade dos factos urbanos. Cf. Aureli, Pier Vittorio, *The project of autonomy: Politics and architecture within and against capitalism*, Nova Iorque: The Temple Hoyne Buell Center for the Study of American Architecture, Princeton Architectural Press, 2008, pp. 53-69.

57 Cf. Frederic Jameson *cit in.* Neil Leach, "Architecture or revolution?" *in* Leach, Neil (ed.), *Architecture and revolution: Contemporary perspectives on Central and Eastern Europe*, Londres/Nova Iorque: Routledge, 2004 [1999], p. 115.

forma, como referem Neil Leach[58] e Bernard Huet[59], existe uma certa estabilidade de significados, o que leva Hannes Meyer a propor, já na década de 1940, "entregar as Pirâmides à sociedade futura"[60] e Timothy Clark a lembrar a utilização do Arco de Constantino pelas tropas de choque de Mussolini[61].

O caminho traçado pelos arquitectos da denominada *Tendenza*[62], na esteira do neo-realismo, influenciados pelo realismo socialista e defensores de uma autonomia da disciplina, era assim apontado por Huet como a alternativa possível para o impasse em que a arquitectura se encontrava – ora refém da sua função social ora do seu valor comercial – e perante a vontade de uma transformação política[63]. Presume-se, assim, que a perspectiva era a de que aos realismos já caducos sucederiam outros, pulsantes de vida, numa corrente dinâmica[64]. Esta foi, porém, uma linha de fuga que não voltou a cruzar um contexto político que lhe desse seguimento.

58 Cf. Neil Leach, "Architecture or revolution?", Idem, p. 119.

59 "Il n'y a pas d'architecture fasciste, ni stalinienne dans la «forme», il n'y a que l'architecture de la période fasciste ou stalienne." Bernard Huet, *op. cit.*, 1977, p. 36.

60 "Entre [los] proyectos [del arquitecto francés Claude-Nicole Ledoux] de casas particulares se destacan algunas por sus formas piramidales, y que se llaman «Casas para empleados forestales». Encima del cuadrado de la modesta habitación se eleva el sombrero de una pirámide. Mientras en todas las épocas anteriores de la arquitectura los elementos piramidales significaron el poder dominante, real o religioso (Gizeh, Cestus-Roma, Teotihuacan, etc.), este arquitecto trasfiere conscientemente las pirámides a la nueva clase dominante, poniéndolas al servicio de la burguesía libertadora y revolucionaria. ¡Audaz acción! / Todos lo sabemos: Hoy asistimos a la caída de un viejo mundo y al nacimiento de otro. Más que una lucha por el nuevo reparto del mundo, esta Segunda Guerra Mundial se presenta como fase decisiva para la entrega del poder por la vieja sociedad en retirada a la nueva que asoma. ¿Cuándo nos dispondremos los arquitectos conscientes de los países democráticos a entregar las Pirámides a la sociedad futura?" Meyer, Hannes, "La realidad soviética: los arquitectos" (1942), *El arquitecto en la lucha de clases y otros escritos*, Barcelona: Gustavo Gili, 1972, p. 231.

61 "What are we supposed to say, for example, about a photo of Mussolini's shock troops marching through the Arch of Constantine? Put the blame on the Arch somehow? Pretend that Mussolini got Roman architecture right? (To which the reply might reasonably be, in fact: Are you saying he got it wrong? What else, after all, was the Arch of Constantine for?" Timothy Clark *cit. in* Michael Hays, [Commentary on Bernard Huet's editorial of the AA issue on Realism] *in* Hays, K. Michael, *Architecture theory since 1968*, Nova Iorque: The MIT Press, 2000, p. 255.

62 Cf. "La «Tendenza»", L'Architecture d'Aujourd'hui: Formalisme-Réalisme, 190, 1977, pp. 47-70.

63 Como inicialmente salientado, esta característica é tomada como condição-base para abordar a ideia de realismo, excluindo-se assim desta análise exemplos em que a arquitectura é tomada sobretudo como signo comunicativo (por referência à cultura Pop baseada na realidade quotidiana, cf.: *Archithese: Realismus in der Architektur. Las Vegas etc.*, 13, 1975; Denise Scott Brown, "Zeichen des Lebens: Symbole in der amerikanischen Stadt/Signes de vie, symboles dans la ville américaine", *Archithese: Realismus in der Architektur*, 19, 1976, pp. 29-34) ou a partir de uma perspectiva semântica (referência à leitura de Michael Hays a propósito da arquitectura de Machado e Silvetti, cf.: Hays, K. Michael, *Unprecedented Realism: The architecture of Machado and Silvetti*, Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1995).

64 Ideia tirada a partir da posição defendida por Mário Sacramento relativamente ao neo-realismo português: "É de concluir, então, que, à semelhança do que Sartre pretende sobre o marxismo, o neo-realismo, para mim, é... uma literatura por fazer? Pois bem: sim e não. Não, porque o neo-realismo existe e existirá como teoria e prática literárias já definidas e realizadas; e sim, porque a dialéctica em que se gerou é um dinamismo e, logo, um movimento filosófico e literário ininterrupto. Quer isto dizer que não há, para mim, um neo-realismo histórico apenas, com maior ou menos actualidade, mas realismos que se sucedem e sucederão em cadeia." Sacramento, Mário, *Há uma estética neo-realista?*, Lisboa: Veja, 1985 [1968], p. 42.

*

Quanto ao caso português, embora o neo-realismo seja identificado e estudado em disciplinas como a poesia, a literatura e a pintura, a arquitectura neo-realista portuguesa não é devidamente reconhecida pela historiografia[65]. Num entendimento talvez simplificado do movimento, Alexandre Alves Costa diz mesmo que:

> "Ao contrário de outros sectores como os da literatura, música, cinema, etc., os arquitectos de formação néo-realista [sic] não fizeram arquitectura néo-realista [sic]. Não procuraram ou não encontraram uma coerência entre ideologia e linguagem, nem se deram conta que a sociedade portuguesa se transformava, correndo o risco de virem a colaborar com a sua saída liberal."[66]

Os arquitectos que estiveram envolvidos no Processo SAAL partilhavam a "educação realista" de Aldo Rossi (excepção feita ao seu interesse pelo realismo socialista da década de 1950), profundamente influenciada pelo cinema neo-realista de Luchino Visconti ou Roberto Rossellini[67] que mostrava "um mundo mais complexo" do que aquele que parecia poder ser abarcável pelo "aspecto cinzento e penitenciário da arquitectura do movimento moderno"[68]. Partilhavam ainda, como mencionado, a influência de intelectuais marxistas empenhados no domínio social e político da arte e num movimento de contracultura. Consequentemente, os arquitectos do SAAL são também herdeiros do neo-realismo, questionando-se de que forma essa herança se reflectiu na sua prática profissional.

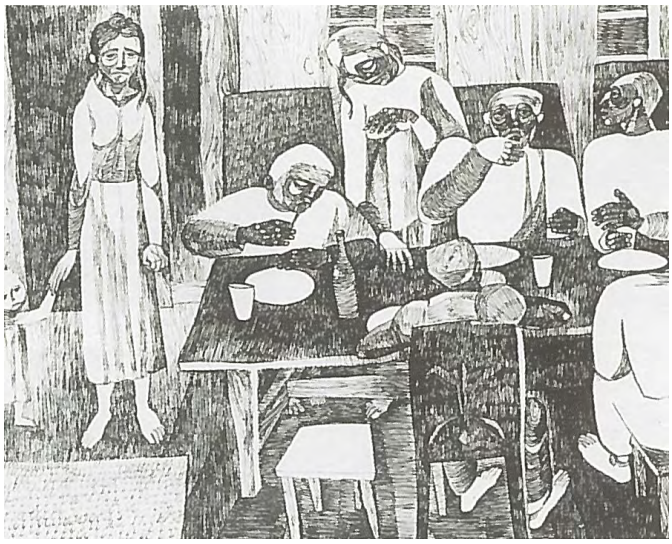
Observando os primeiros desenhos e pinturas de Álvaro Siza, não pode ignorar-se a semelhança com as obras de alguns artistas do movimento neo-realista. Essa semelhança transparece através da técnica da pintura, mas também dos motivos

65 De igual forma, as exposições, actividades e a producção bibliográfica realizadas pelo Museu do Neo-Realismo de Vila Franca de Xira nunca associaram a arquitectura ao movimento neo-realista.

66 Alves Costa continua: "Os que pensaram que a batalha do arquitecto se colocava ao nível dos conteúdos programáticos, tantas vezes paradoxalmente sem sequer considerar a natureza de classe dos futuros utentes, servida por uma tecnologia e uma linguagem neutras e universais, abandonaram o seu campo específico e iludiram a sua luta colocando-a em termos puramente quantitativos.". Costa, Alexandre Alves, *Dissertação expressamente elaborada para o concurso de habilitação para a obtenção do título de professor agregado...*, Porto: ESBAP, 1982 [1980], p. 27.

67 Embora Alexandre Alves Costa afirme que "já não éramos neo-realistas" e saliente a adesão à união entre razão e sentimento de Herbert Marcuse, não deixa de referir Visconti nem a atriz Anna Magnani (protagonista no filme "Roma, cidade aberta" de Rossellini) num texto mais recente onde reflecte sobre o assunto. Cf. Alexandre Alves Costa, "O território sagrado do nosso empenho" *in* Urbano, Luís (coord.), *Revoluções: Arquitectura e cinema nos anos 60/70*, Porto: Ruptura silenciosa, 2013, pp. 9-19.

68 Aldo Rossi, "Une éducation realiste/Realismus als Erziehung", *op. cit.*, 1976, pp. 25-28. Consultado e traduzido aqui a partir da versão em italiano: "Era tutto questo il realismo? / Certamente «il realismo» appariva come un'alternativa; si opponeva all'aspetto grigio e penitenziario dell'architettura del movimento moderno. / Non era l'architettura ad interessarmi – ed è la stessa cosa adesso – ma la sua capacità di esprimere un mondo più complesso. Era il realismo, o il realismo socialista, un nodo che coinvolgeva una diversa comprensione del mondo a dispetto delle avanguardie." Aldo Rossi, "Un'educazione «realista»" [1976] *in* Ferlenga, Alberto (ed.), *Aldo Rossi: architetture: 1959-1987*, Milão: Electa, 1987, p. 71.





← Desenho à pena, tinta da china, Álvaro Siza, 1954.
© Salgado, José, *Álvaro Siza em Matosinhos*, Matosinhos: C. M., 2005, p. 43.

→ Fotografia do quadro a óleo "O almoço do trolha", Júlio Pomar, 1946-50.
© *Expresso*, 27 Maio 2015.

representados. O desenho que representa o almoço de uma família de baixos rendimentos (1954) lembra a pintura "O almoço do trolha" (1946-50) de Júlio Pomar. Outros desenhos e aguarelas elaborados por Siza quando tinha por volta de 20 anos sugerem o confronto ou a tensão entre a permanência de características rurais e as novas lógicas da cidade industrial, ou entre as classes exploradas e as classes abastadas. Igualmente, a presença de figuras humanas, como os rostos incluídos nos esquissos do projecto para o conjunto habitacional em Caxinas (Vila do Conde, 1970-72), pode ser lida enquanto recolecção da realidade, tratando-se de um processo de recolha atenta e de interpretação que é crucial para intervir sobre essa realidade. No domínio da arquitectura, os esquissos de Siza ilustram um diálogo entre o autor e o "outro social" que talvez não esteja muito distante da "escrita auditiva" de José Saramago[69], nem do processo de recolha e análise *in situ* desenvolvido por Alves Redol[70].

O impulso para compreender o real já tinha surgido em 1945 com a primeira versão do texto "O problema da casa portuguesa", onde Fernando Távora apresentava uma terceira via para o impasse da arquitectura moderna, propondo retomar de forma crítica os valores da arquitectura tradicional para a qualificação da modernidade e defendendo explicitamente uma arquitectura realista[71]. Deste modo, consagrou-se o movimento de busca do real que ganhou consistência com a elaboração do Inquérito

69 Viçoso, Vítor, *op. cit.*, 2011, p. 335.

70 Cf., por exemplo, Gaspar Martins Pereira, "Alves Redol: percurso singular de um «intelectual» no Estado Novo" *in* Monteiro, Bruno; Pereira, Virgílio Borges (org.), *Intelectuais Europeus no século XX: Exercícios de objectivação sócio-histórica*, Porto: Edições Afrontamento, 2014, pp. 271-283.

71 "Yo defendía en este texto lo que se llamaba la *tercera vía*, en el sentido de una evolución de la arquitectura moderna con capacidad de identificación con lo tradicional. Una posición que significaba una cierta desconfianza de algunos caminos de la arquitectura moderna, que reconocía la incapacidad de esa arquitectura para resolver algunos problemas, no sólo en términos de construcción; y, a la vez, una repugnancia por lo que se llamaba arquitectura oficial, que en aquel momento atravesaba una crisis muy grande. (…) / Resumiendo mi postura, la cuestión era buscar aquello que yo llamaría una arquitectura realista." Fernando Távora *cit. in* Javier Frenchilla, "Fernando Tavora: Conversaciones en Oporto", *Arquitectura, Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, 261, Julho-Agosto 1986, pp. 23-24.



↖ Aguarela, Álvaro Siza, [1954-55]. © *A+U*, 123, Dezembro 1980, p. 11.

à Arquitectura Popular na década de 1950[72]. O Inquérito respondeu à vontade de redescobrir a realidade portuguesa através da arquitectura popular, salientando a forte relação entre as qualidades tradicionais, as características locais (físicas e sociais) e a racionalidade da construção. Os arquitectos estavam "à procura de um realismo do quotidiano"[73], ou seja, ansiavam pelo contacto com a densidade da realidade nas suas formas de existência, considerando que a arquitectura popular era aquela que reflectia de modo mais evidente a vitalidade das comunidades locais. Essa via foi continuada através do desenvolvimento de vários trabalhos de fim de curso da ESBAP em contextos rurais – eventualmente por se tratar de contextos onde a conexão entre as características espaciais e sociais se estabelecia de modo mais directo[74] –, bem como através dos exercícios desenvolvidos em disciplinas como Arquitectura Analítica ou Composição de Arquitectura que estavam orientados para o estudo da complexidade da realidade em ambiente urbano, envolvendo os problemas habitacionais existentes. Assim emergiu uma consciência mais aguçada dos arquitectos que, como refere Nuno Teotónio Pereira, assumiam as "suas responsabilidades cívicas e culturais"[75].

Mesmo sob uma ditadura, e, como referido, num contexto político muito diferente quando comparado com Itália, a arquitectura portuguesa das décadas de 1950 e

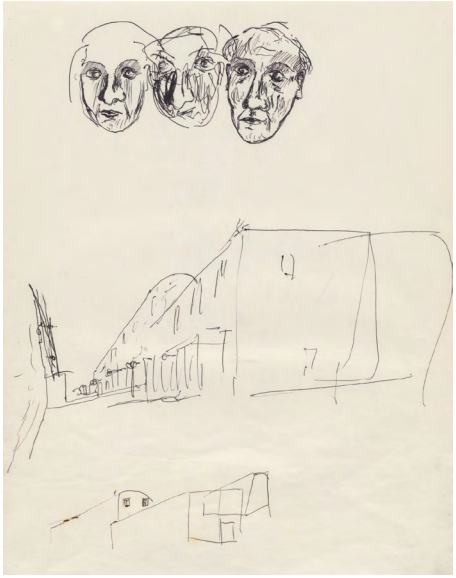
72 Sindicato Nacional dos Arquitectos, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa: Sindicato nacional dos arquitectos, 1961.

73 Aldo Rossi, "Un'educazione «realista»" (1976), *op. cit.*, 1987, p. 71.

74 Cf. o segundo capítulo deste documento intitulado "O curso de arquitectura da ESBAP e a relação com a cidade", onde são mencionados alguns destes trabalhos.

75 "O que aconteceu é que, *por dever de ofício*, confrontados por um lado pela estreiteza censória do *portuguesismo estado-novista*, e por outro pelo radicalismo sem fronteiras do «*international style*», sentiram a necessidade de procurar raízes na arquitectura mais vernácula. E fizeram-no empenhadamente, deixando-se deslumbrar pela economia das formas depuradas ao longo de séculos e pela adequação aos diferentes meios naturais, transformados pelo trabalho humano através de sucessivas gerações. Era a consciência de uma classe profissional que estava a emergir através de um assumir das suas responsabilidades cívicas e culturais. É aqui que radica o pioneirismo da iniciativa." Pereira, Nuno Teotónio, "O Portugal desaparecido" (1987) [Introdução à 3.ª edição de Arquitectura Popular em Portugal], *Escritos: 1947-1996, selecção*, Porto: Faup Publicações, 1996, p. 214.





← Esquisso de uma das casas unifamiliares localizadas no topo norte do conjunto habitacional projectado para Caxinas com a representação de um rosto de criança em primeiro plano, Álvaro Siza, [1970-72].
© Trigueiros, Luiz (ed.), *Álvaro Siza: 1954-1976*, Lisboa: Blau, 1997, p. 28.

→ Esquisso da banda de casas para o sector Sr.ª das Dores da operação SAAL de S. Vítor com a representação de três rostos, Álvaro Siza, [1974-77].
© Arquivo MoMA

1960 reflectiu uma "aproximação ao real" que é relatada por Sergio Fernandez no penúltimo capítulo do seu livro *Percurso*, obra que traça uma sequência crítica da arquitectura portuguesa produzida entre 1930 e 1974[76]. Contrariando tanto um ideal de progresso capitalista como a visão estática da tradição promovida pelo Estado Novo, os arquitectos debruçavam-se sobre aquilo que Fernando Távora entende como as "realidades reais"[77].

Contudo, a utilização do termo «realismo» para qualificar a arquitectura e denotar essa *aproximação ao real* é muito residual, senão quase inexistente. Um dos raros contextos em que este é empregue por associação à disciplina surge no número 60 da revista *Arquitectura*, tanto no editorial escrito pela nova equipa que assume a condução da revista, como no artigo assinado por Nuno Portas sobre "Arquitectura religiosa moderna em Portugal":

> "Em relação à situação da arquitectura e das artes plásticas, sem se fazer eco de qualquer particularismo estético, [os representantes da nova equipa de trabalho da revista] pretendem definir, claramente, uma atitude realista, apoiando todas as experiências de aprofundamento da realidade portuguesa, todo o esforço tendente a ligar a criação artística à vida autêntica do nosso povo e da nossa época."[78]

76 Fernandez, Sergio, *Percurso: arquitectura portuguesa, 1930-1974*, Porto: Faup Publicações, 1988 [1985], pp. 93-172.

77 "Depois, e quanto a outro aspecto das formas de que se reveste a nossa arquitectura, estamos em crer que a ela preside, quase fundamentalmente, um critério de «gosto», facto que lhe imprime características bem diversas daqueles [sic] que ela deveria manifestar, para além de todos os inconvenientes de julgamento e decisão pessoal que tal critério acarreta e de inteira fuga das realidades reais – passe a expressão – que a deveriam enquadrar." Távora, Fernando, *Da organização do espaço*, Porto: Faup Publicações, 1999 [1962], p. 57.

78 Carlos S. Duarte, Frederico Sant'Ana, José Daniel Santa-Rita, Nikias Skapinakis, "Editorial", *Arquitectura*, 60, Outubro 1957, p. 3.

> "É pois a própria capacidade da criação arquitectónica moderna se manter à altura de uma dimensão sobrenatural do *homem* (e não apenas do crente) que está assim em causa. Pensa o autor destas notas – e só nessa medida elas podem ter actualidade – que a reintegração de tais valores que desde há anos tem vindo a ser feita no contexto agitado da cultura moderna, nos surgirá como uma questão de *realismo*, quer dizer de fidelidade não já a um dogma exterior mas à existência real do próprio homem."[79]

A nova fase da revista *Arquitectura*, fortemente associada ao modelo editorial da revista *Casabella-Continuità*[80], foi um importante veículo de difusão da arquitectura italiana no contexto nacional, exercendo uma influência significativa nos arquitectos portugueses. Essa vertente foi exponenciada com a integração de Nuno Portas na nova equipa editorial a partir de 1958[81], dado que este conhecia bastante bem as experiências neo-realistas italianas[82]. Por conseguinte, algumas obras realizadas em Portugal, sobretudo aquelas destinadas a habitação, denotam uma forte influência do exemplo italiano. São disso exemplo os conjuntos habitacionais construídos no bairro de Olivais (Lisboa, 1955-1968), nos quais a organização das unidades habitacionais e a configuração dos dispositivos de distribuição e das formas de agregação expressam uma vontade de encontrar formas de espacialização mais concordantes com a promoção de formas de sociabilidade[83], ou os projectos habitacionais realizados

79 Nuno Portas, "Arquitectura religiosa moderna em Portugal", *Arquitectura*, 60, Outubro 1957, p. 20. Portas utiliza o termo «realismo» em outros dois momentos: "O ponto de partida da Igreja para a Beira [Igreja de Águas em Penamacor de Nuno Teotónio Pereira] foi outro: o carácter da região, a comunidade bem definida a que a obra se dirigia, a responsabilidade que já então se fazia sentir de responder com o maior realismo não só às necessidades de um programa mas ao ambiente e à cultura pré-existente, permitiram um critério de composição com resultados notáveis para a fase actual da nossa arquitectura." e "Apesar das suas diferenças as duas obras [igreja em La Martella de Ludovico Quaroni e igreja do bairro Ina-Casa em Baggio de Luigi Gigini e Gino Pollini] partem de uma consciência comum: a da responsabilidade de pensar cada solicitação, cada meio, cada necessidade, em total liberdade creativa [sic], antes de as afogar sob o formulário de um período polémico da arquitectura moderna que já é tempo de ultrapassar. E voltaremos a poder falar em **realismo**, em densidade **figurativa**, logo no **realismo**, e o homem ganhará com isso." Idem, pp. 28, 32.

80 A este propósito, cf. Nuno Correia, "O início da 3.ª série da revista *Arquitectura* em 1957: A influência das leituras de *Casabella-Continuità* e *Architectural Review*", *Revista de História da Arte*, 10, 2012, pp. 79-93.

81 A 3.ª série da revista *Arquitectura*, iniciada com o número 59 lançado em Julho de 1957, foi coordenada por uma equipa dirigida pelo arquitecto Frederico Sant'Ana e constituída por Carlos Duarte, Frederico Sant'Ana, José Daniel Santa Rita e Nikias Skapinakis, com edição do arquitecto Rui Mendes Paula. Nuno Portas colaborou na redacção de artigos desde esse número, sendo integrado na equipa editorial a partir do número 62, publicado em Setembro de 1958.

82 Nuno Portas conhecia bem as experiências neo-realistas italianas tanto pelas viagens que realizou a Itália com Nuno Teotónio Pereira em 1958, como pelos estudos que desenvolveu sobre as concretizações do programa Ina-Casa. Esse conhecimento foi registado na sua prova de fim de curso, onde Portas se socorreu do estudo de variados exemplos de conjuntos habitacionais, entre os quais italianos, como modelos para repensar estratégias de projecto de habitação social. É também Portas quem escreve o prefácio da edição portuguesa do livro *História da Arquitectura Moderna* de Bruno Zevi, o que demonstra a sua proximidade à cultura italiana e, em particular, ao trabalho de Zevi. Cf. Portas, Nuno, *A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura*, Porto: Faup Publicações, 2004 [1969]; Nuno Portas, "Prefácio" (1967) *in* Zevi, Bruno, *História da arquitectura moderna*, Lisboa: Arcádia, 1970, pp. 7-23.

83 Sobre os projectos para o bairro de Olivais, cf., por exemplo, "Olivais-Norte", *Arquitectura*, 81, Março 1964, pp. 5-28; Artur Pires Martins, Palma de Melo, "Habitação colectiva em Olivais-Nor-

por Vítor Figueiredo, onde a ausência de recursos nunca constituiu um limite para a riqueza espacial[84].

As formas de apreensão e intervenção perante a realidade resultaram em métodos ou técnicas que denotam uma intenção política associada às suas características estéticas, e que se tornaram mais evidentes nos projectos SAAL. O SAAL foi, assim, a circunstância social e política que permitiu pôr em acção um modo de exercer a profissão que visava a construção de um ideal comunitário. Como refere Siza:

> "(…) depois do 25 de Abril pudemos intervir no interior de um movimento de transformação muito importante. Não é uma questão de alteração de método ou de pensamento, mas antes a possibilidade de efectuar um trabalho prático, com toda a riqueza que pode trazer o contacto quotidiano com uma realidade em infinita mutação. Não fomos nós que mudámos, mas sim as condições do nosso trabalho."[85]

O trabalho em arquitectura deixou de estar refém da sua condição de profissão liberal, ou seja, dependente de encomendas por parte de uma elite endinheirada, para poder inteirar-se das forças de transformação da cidade e agir no seio delas. Contrariamente a um trabalho "marginal" e "alienado"[86], era agora possível aliar convicção

te", *Arquitect*ura, 91, Jan.-Fev. 1966, pp. 9-13; Vasco Croft, Justino Morais, Joaquim Cadima, "Conjunto de habitações económicas em Olivais-Sul", *Arquitectura*, 110, Julho-Agosto 1969, pp. 166-170; Nuno Teotónio Pereira, António Freitas, Nuno Portas, "Habitações em torre em Olivais-Norte", Idem, pp. 171-174; F. Gomes da Silva, Octávio Costa, "Habitações em torre em Olivais-Sul", Idem, pp. 175-177; Vítor Figueiredo, "1960 Olivais – Lisboa", *Arquitectura*, 135, Outubro 1979, pp. 37-39; Nunes, João Pedro, *À escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969),* Lisboa: C. M., 2007; Ramos, Tânia, *Bairros planeados e novos modos de vida: Olivais e Telheiras, que contribuições para o desenvolvimento do habitar sustentável*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.

84 Vítor Figueiredo será, porventura, um dos arquitectos que melhor representa uma corrente neo-realista em Portugal, embora essa associação nunca tenha sido estabelecida de forma clara (assunto a abordar, eventualmente, numa investigação futura). Identifica-se essa inclinação logo na memória descritiva elaborada acerca do projecto desenvolvido para o CODA, que é continuada no seu percurso profissional. Sobre a vida e obra de Vítor Figueiredo, cf. Figueiredo, Vítor, *Habitação em São João do Estoril*, Porto: CODA, ESBAP, 1959, disponível em: https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48143, consultado a 22 Junho 2021 ; Duarte Cabral de Mello, "Vitor Figueiredo: La misere du superflu", *L'Architecture d'Aujourd'hui: Portugal an II*, 185, Maio/Junho 1976, pp. 30-31; Nuno Portas, "A propos du travail de Vitor Figueiredo", Ibidem; *Arquitectura: Vítor Figueiredo/arquitecto*, 135, Outubro 1979; Vítor Figueiredo, "O «choro» dos arquitectos" [Recolha e fixação de texto por Manuel Graça Dias], *Jornal Arquitectos*, 199, Jan.-Fev. 2001, pp. 37-35; Arenga, Nuno (ed.), *Vítor Figueiredo: fragmentos de um discurso*, Porto: Circo de ideias, 2012; Carlos Machado, "Vítor Figueiredo: a miséria do supérfluo", 2012, disponível em: http://www.artecapital.net/arq_des-96-vitor-figueiredo-a-miseria-do-superfluo, consultado a 22 Junho 2021; Maldonado, Vanda; Borges, Pedro Namorado (ed.), *Vítor Figueiredo: projectos e obras de habitação social 1960-1979*, Porto: Circo de ideias, 2015.

85 Álvaro Siza *cit. in* Christine Rousselot, Laurent Beaudoin, "Entretien avec Álvaro Siza", *AMC: Architecture Mouvement Continuité*, 44, 1978, p. 37, consultado a partir da tradução para português: Machabert, Dominique; Beaudouin, Laurent (entrev.), *Álvaro Siza: Uma questão de medida*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, p. 34.

86 É Álvaro Siza quem assim descreve as condições de trabalho antes do 25 de Abril: "Antes, o nosso trabalho era um trabalho alienado, marginal, (...). / (...) Para mim, tratava-se de realizar, quase exclusivamente e com muitas dificuldades, pequenas casas para amigos... Depois, algumas obras ficaram conhecidas, mas da mesma forma que o podem ser as de um pintor ou de um escultor: um pouco por snobismo. Fazia-se arquitectura para os museus, que podem ser por vezes clientes muito ricos... como os bancos. Não foi por acaso que concebi quatro projectos, nem todos realizados, para bancos. Porque esses compram quadros, esculturas e também... projectos. Isso faz parte do seu orçamento publicitário. O nosso trabalho era marginal e chegava apenas para fazer viver o escritório." Ibidem.

ideológica e prática profissional. Consequentemente, procurava-se uma arquitectura que convergisse com o processo revolucionário.

Pela sua complexidade e riqueza – e também devido à quantidade de material escrito e desenhado disponível sobre o processo – o projecto desenvolvido para a operação de S. Vítor é tomado nesta análise como paradigma de uma postura realista no seio do Processo SAAL desenvolvido no Porto.

Em S. Vítor, a intervenção apresentada pela Brigada procurava reconhecer a importância da história da cidade e das características daquele lugar, ao mesmo tempo que queria introduzir as alterações necessárias de modo a propor uma transformação espacial que acompanhasse a transformação social e política em progresso. Por conseguinte, partiu-se de um levantamento e de uma análise rigorosos dos modos de vida e das formas de espacialização a eles associadas para, com esse conhecimento, poder exponenciar-se a vocação colectiva da estrutura urbana existente. A estratégia passava pela promoção de ligações entre os diversos espaços integrantes da operação – através de caminhos, espaços comuns e infra-estruturas – que facilitassem a interacção social entre a população. Esta proposta ia contra um entendimento especulativo da utilização do solo, procurando, pelo contrário, produzir espaços livres, permeáveis e abertos ao usufruto dos moradores e contrariar o isolamento e a degradação a que esta área havia estado votada.

A "ilha proletária" era assim tomada "como elemento base do tecido urbano"[87], reconhecendo e alimentando o potencial desse elemento agora transformado (e superando o estigma ou carga negativa a ele associado). Em causa estava a reorganização da cidade a partir deste tipo de construção nos interiores de quarteirão, reinterpretando-se o modelo especulativo. A subversão da ilha em S. Vítor alterava a rede de ligações e, portanto, a relação entre público e privado. Ao recuperar a visibilidade da vida existente nos interiores de quarteirão, as ilhas recuperariam também o domínio urbano da rua. Mas há outro factor a ter em conta. A adopção do termo *proletária* leva a entender o proletariado como força motriz para uma sociedade sem classes. Essa ideia, que faz parte do imaginário neo-realista, é partilhada por arquitectos como Bruno Taut, para quem esse termo funcionava enquanto "título de honra", vendo "a classe operária como porta-voz do futuro desenvolvimento social"[88].

87 Álvaro Siza, "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano" (1976) *in* Costa, A. A..; Costa, A. C.; Fernandez, S. (coord.*), Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL. S. Victor*, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, pp. 32-47.

88 "L'entusiasmo di Taut derivava soprattutto dalla sua consapevolezza del nuovo ruolo storico della classe operaia e indubbiamente con la sua opera impresse in molti campi un'impronta indelebile nella Germania in quegli anni, soprattutto nell'edilizia residenziale. (…) Il termine «proletario» rappresentava, pertanto, per Taut un titolo d'onore; egli vedeva nella classe operaia la portatrice del futuro sviluppo sociale e definì la sua – e in generale tutta la nuova architettura – «lo specchio

Nenhum dos autores previamente abordados se refere a Bruno Taut nos artigos dedicados à ideia de realismo em arquitectura. Sem embargo, perante a necessidade de abordar os problemas sociais de um modo objectivo, vários arquitectos expressionistas politicamente empenhados aproximaram-se do racionalismo, entre os quais Bruno Taut. Ainda assim, Taut aproveitou as ferramentas do expressionismo para a concepção dos bairros que realizou quando foi consultor da GEHAG (uma empresa imobiliária sem fins lucrativos criada em Berlim em 1924). Apesar da racionalização da construção e da repetição de tipos, os bairros de Taut apresentam uma grande variedade de soluções de modo a comportar simultaneamente um sentido individual e comunitário[89]. Para além disso, Taut "não lutava aprioristicamente à procura do novo"[90]. A sua arquitectura afastou-se de uma adesão plena ao real industrial – como se pode observar pela utilização de janelas de desenho e produção tradicional ou pela concepção da cozinha como um espaço para habitar, e não apenas para cozinhar (num sentido contrário ao que se apontava com a cozinha de Frankfurt) – e de uma recuperação acrítica ou mimética dos modelos do passado. Tal como não é a imposição de uma nova ordem através de novos meios que permite uma identificação com o real, não são os princípios estéticos do passado que ditam a relação com o real. O comentário de Brecht acerca do retrato de Lenine exemplifica bem este problema:

> "As deficiências e os erros de alguns futuristas são evidentes. Colocavam sobre um enorme cubo um enorme pepino, pintavam tudo de vermelho e chamavam-lhe: Retrato de Lenine. O que eles queriam era que Lenine se não parecesse com coisa alguma jamais vista. O que conseguiram foi que o seu retrato se não parecesse com qualquer retrato jamais visto. O retrato não devia lembrar nada do que se conhecia dos velhos e amaldiçoados tempos. Infelizmente, também não lembrava Lenine. Coisas como estas são terríveis. Mas isso não dá razão àqueles artistas cujos retratos agora

di un diverso modello di società, che vuole abolire la divisione in strati e in classi»." Junghanns, Kurt, *Bruno Taut: 1880-1938*, Milão: Franco Angeli, 1984, p. 174.

89 Tomando o exemplo da *Siedlung* Freie Scholle, esta corresponde a uma unidade composta por um espaço comum centrípeto e por edifícios dispostos ao longo das ruas que dele derivam. Mesmo que o *Hof* (pátio residencial) atribua à *Siedlung* um forte sentido comunitário, cada sector, e por vezes cada casa, são diferenciados através de atributos plásticos (como variações cromáticas ou compositivas), potenciando assim uma correspondência com exigências individuais e subjectivas, isto é, com o "carácter humanamente subjectivo" (recorrendo a uma expressão utilizada por Bloch). Igualmente, no bairro Britz (*Hufeisensiedlung*), a forma em ferradura simboliza o espaço central que pretende traduzir o carácter comunitário do conjunto, enquanto as restantes partes do bairro e as casas se distinguem entre si. Ernst Bloch, "O expressionismo, visto agora" (1937) *in* Barrento, João (org.), *op. cit.*, 1978, p. 78.

90 "Al contrario di Le Corbusier o di Mies van der Rohe, [Taut] non si batteva aprioristicamente a favore del nuovo e aveva un atteggiamento di cauta attesa nei confronti dell'industrializzazione edilizia, evitando gli esperimenti dettati unicamente dal desiderio di verificare una determinata teoria; restava perciò fedele a una costruzione razionalizzata in mattoni, che assicurava allora i migliori risultati economici." Junghanns, Kurt, *op. cit.*, 1984, p. 157.

> lembram sem dúvida Lenine, mas cuja técnica de pintura não recorda de modo nenhum a técnica de luta de Lenine. Isto também é evidente."[91]

Nas propostas elaboradas para S. Vítor, as células habitacionais também não mimetizam as ilhas pré-existentes nem se regem por um racionalismo e padronização característicos da Nova Objectividade, distinguindo-se destes através da utilização de elementos tradicionais (como a caixilharia) e do diálogo que se estabelece com a história. As formas abstractas das casas em banda, enfatizadas pelo revestimento homogéneo em reboco das superfícies exteriores e pela repetição das eficientes unidades habitacionais, lembram a "neutralidade bauhausiana", como Siza menciona[92]. Porém, diferem da ênfase estética de Walter Gropius em busca de um "renascimento da forma"[93], que quer ignorar o passado, ou das fachadas brancas de Hannes Meyer, que correspondem à integração da arquitectura no sistema de reprodutibilidade técnica[94]. As formas abstractas da banda construída no bairro de S. Vítor defrontam-se com o peso das ruínas, que correspondem ao antigo muro limítrofe dos lotes das ilhas que haviam sido demolidas e que é deixado em estado arruinado enquanto "memória estruturadora do projecto"[95]. Deste modo, as novas formas "nascem da luta com as velhas, não sem estas, nem a partir do nada", como entende Brecht[96], surgindo no interior do quarteirão como fazendo já parte daquele lugar.

De um ponto de vista global, a proposta apresentada pela Brigada não consistia numa unidade imposta, nem pretendia sobrepor uma nova lógica à realidade exis-

91 Bertolt Brecht, "Formalismo e realismo: O Debate sobre o Expressionismo" (1938) *in* Barrento, João (org.), *op. cit.*, 1978, pp. 88-89.

92 Cf. desenho acessível em https://www.moma.org/collection/works/161449?artist_id=29732&locale=pt&page=1&sov_referrer=artist, consultado a 3 Junho 2016.

93 "Si reemprendemos la continuidad del discurso, es sintomático notar que la acusación de «comunismo» – que aparece ahora todavía más cargada de trágica ironía – se encuentra siempre en la base de los acontecimientos relevantes que señalan la historia del Bauhaus; es la misma acusación que el Burgomaestre Hesse dirigirá a H. Meyer algunos años más tarde. Este acontecimiento es la imagen de la extrema contradicción en la que el Bauhaus – y no sólo el Bauhaus – llega a encontrarse; contradicción representada por la incapacidad todavía arraigada en el mundo burgués, de comprender y aprovechar la «negatividad» de sus propias contradicciones, de funcionalizar en ellas la ideología de la prefiguración intelectual de aquellos intelectuales que dada la ausencia de un plan y de un programa recurrirán a los industriales, como Le Corbusier, o a Ford, como Gropius, a fin de que les suministrasen las condiciones sociales necesarias para la *perpetuación* de la arquitectura y el *renacimiento* de la forma; los arquitectos que así actuaban, demostraban no sólo la ineluctabilidad, sino la *necesidad* del dominio burgués sobre la sociedad." Francesco Dal Co, "Introducción: Hannes Meyer y la «Venerable Escuela de Dessau»" *in* Meyer, Hannes, *El arquitecto en la lucha de clases y otros escritos*, Barcelona: Gustavo Gili, 1972, pp. 39-40.

94 A este respeito, cf., por exemplo, Meyer, Hannes, "La arquitectura marxista" (1931), *op. cit.*, 1972, pp. 122-124.

95 Álvaro Siza, "1975. Memoria de Sevilla", *Revista Separata. Literatura, arte y pensamiento*, 3, Verão 1979, p. 35.

96 "A literatura proletária esforça-se por aprender formalmente a partir de obras do passado. Isso é natural. Reconhece-se que não se pode pura e simplesmente passar por cima de fases anteriores. O novo deve ultrapassar o velho, mas deve ao mesmo tempo tê-lo dentro de si, «superá-lo». Tem de se reconhecer que há agora uma nova aprendizagem, uma aprendizagem crítica, uma aprendizagem transformadora e revolucionária. Há coisas novas, mas que nascem da luta com as velhas, não sem estas, nem a partir do nada." Bertolt Brecht, "Formalismo e realismo: [Observações sobre o formalismo]" (1938) *in* Barrento, João (org.), *op. cit.*, 1978, p. 102.

tente. Tratava-se de uma intervenção fragmentária adaptada às condições físicas presentes naquele local e baseada no seu potencial em estado latente. Os quatro tipos de construção previstos para o sector Sr.ª das Dores atestam a diversidade e adaptabilidade da intervenção, que seria continuada no sector de S. Vítor. O estudo para (re)desenhar as velhas e as novas ilhas entendia que estes núcleos simultaneamente autónomos e interligados, construídos no interior dos quarteirões, possibilitavam o estabelecimento de uma escala intermédia entre a casa e a cidade, o que seria afim a uma maior democratização da cidade. O projecto aproxima-se, assim, da perspectiva de Bloch, na medida em que este considera que o realismo corresponde a "processos de montagem de fragmentos da realidade (ela própria fragmentária e aberta)"[97]. A brigada técnica coordenada por Siza estava empenhada em perseguir "o carácter fugaz da realidade" "em todos os matizes" e em captá-lo para a arquitectura[98].

Embora haja uma distância considerável relativamente à mimetização ou saturação semântica características de algumas experiências neo-realistas (como aquelas desenvolvidas em contexto italiano), reconhece-se no projecto para S. Vítor uma vocação comunicativa. Como referido aquando da análise da operação, a utilização de cor verde-água nas superfícies exteriores da banda de casas, com caixilhos de desenho tradicional em madeira, pintados de castanho, e cortinas laranja estabelece uma postura dialogante com a realidade local. A estranheza da aplicação da cor verde-água – que lembra a escolha de semelhante cor para a casa da mãe de Robert Venturi de modo a contrariar a declaração proferida por Marcel Breuer, quando dizia que a cor verde é a única a não poder ser usada na arquitectura – talvez pretendesse evidenciar a natureza da transmutação que estava a emergir. Lembra-se, a este propósito, a estratégia comunicativa empregada na operação da Bouça, onde a utilização da cor vermelha ia ao encontro do realismo de Bruno Taut tal como aplicado na «frente vermelha» («Rote Front»), a primeira linha de edifícios do conjunto urbano em Britz (Berlim, 1925-33). Ainda que não exista um significado estável para as coisas – o próprio bairro em forma de ferradura em Britz foi tomado pelos nazis após 1933[99] – forja-se um simbolismo associado à dimensão colectiva da arquitectura que

97 "Para Bloch, o realismo autêntico corresponderá a processos de montagem de fragmentos de realidade (ela própria fragmentária e aberta), de modo a permitir que transpareça, na relação dialéctica que entre eles e o todo se estabelece, o conteúdo de latência transformadora e de tendência utópica que esse real concreto, enquanto processo, já contém: a realidade mais o futuro que lhe é inerente." João Barrento, "De Weimar a Moscovo: A teoria marxista do realismo e da literatura entre as duas guerras" *in* Barrento, João (org.), *op. cit.*, 1978, p. 30.

98 "Cada desenho está obrigado a captar, com o máximo rigor e em todos os matizes, um momento concreto de uma imagem fugidia. E quanto mais se reconheça o carácter fugaz da realidade, mais claro deve ser o desenho, ainda que tanto mais vulnerável quanto mais exacto." Álvaro Siza, "A maior parte dos meus projectos" (1980) *in* Morais, Carlos Campos (ed.), *01 Textos: Álvaro Siza*, Porto: Civilização Editora, 2009, p. 299.

99 Após a tomada de poder por Hitler, a GEHAG passou a ser gerida segundo princípios da ideologia nacionalista alemã e o conjunto urbano em Britz foi utilizado para propaganda nazi. Cf. Busch-

se pretendia de reconhecimento alargado. Igualmente, nos momentos de entrada nas velhas e nas novas ilhas desenham-se portais que querem anunciar a abertura e inter-conexão destes fragmentos de cidade. Esses portais evocam, a outra escala, as grandes portas dos *Gemeidebauten* da Viena Vermelha, numa monumentalidade austera, de cariz épico, que pela mão de Siza veio a ganhar forma apenas uns anos depois, no bairro da Malagueira, com a edificação dos portais na agregação de alguns volumes e, principalmente, com a edificação do aqueduto na relação com as bandas de casas[100].

Siza faz um caminho paralelo ao de Federico Fellini ou de Michelangelo Antonioni, revelando tons autobiográficos e surreais nos seus trabalhos. Por um lado, as propostas elaboradas para S. Vítor derivam dos projectos realizados anteriormente – sobretudo do conjunto habitacional de Caxinas (1970-72), da casa Alcino Cardoso (Moledo do Minho, 1971-73), do banco em Oliveira de Azeméis (1971-74), do bairro da Bouça (Porto, 1973-76) e da casa Beires (Póvoa do Varzim, 1973-76), como referido a propósito da análise da operação –, o que demonstra como o «eu» não é neutralizado e esquecido em nome de uma voz colectiva (contrariamente a alguma poesia neo-realista portuguesa[101]). Por outro lado, identifica-se uma nota de surrealismo, como no contraste entre a ruína e a abstracção das novas construções. A herança neo-realista em S. Vítor é, por isso, *felliniana*, reflectindo a complexidade dos factores em jogo. Mas se a invenção se expressa na contínua transição entre o surreal e o real[102], reconhece-se uma condição poética. Como escrevem Brecht e Bloch, "[r]ealismo também não significa a eliminação da fantasia e da inventiva"[103] e "a essencialização poética tem, assim, como objectivo revelar algo de essencial existente na matéria empírica, mas

feld, Ben, *Bruno Taut's Hufeisensiedlung*, Berlim: Nicolaische Verlagsbuchhandung GmbH, 2015, pp. 77-79.

100 Cf., a título de exemplo, Molteni, Enrico, *Álvaro Siza: Barrio de la Malagueira, Évora*, Barcelona: Ediciones UPC, 1997; Fleck, Brigitte (ed.), *Malagueira: Álvaro Siza in Évora*, Freiburg: Verlag publ., 2013; Mota, Nelson, *An Archaeology of the Ordinary. Rethinking the Architecture of Dwelling from CIAM to Siza*, Delft: Tese de Doutoramento, Delft University of Technology, 2014, pp. 413-503; Gomes, Mário, *Bairro da Malagueira de Siza Vieira: Factores de apropriação e construção identitária em torno da casa*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2016; Costa, Bárbara Maçães, *Conduit, Patio, Waste: Mapping Environmental Relations in Bairro da Malagueira*, Lausanne: Tese de Doutoramento, EPFL, 2021.

101 Cf. Lourenço, Eduardo, *op. cit.*, 1983 [1968].

102 "In apertura di uno straordinario saggio Muscetta scrive della «invenzione della verità», per sottolineare l'aura di leggenda con cui Carlo Levi gli aveva parlato di Scotellaro: la verità primitiva del poeta, carica di quel senso di realtà drammatica, fortemente umana, che segnò il risorgimento di un intero paese. Ma realtà e verità si coniugano con «invenzione»; e nell'«invenzione», ancor meglio che nell'«aspirazione», si manifesta compiutamente quel continuo passaggio fra surreale e reale che caratterizza la cultura italiana del dopoguerra; una cultura pluridisciplinare, forse per la prima volta nel nostro paese, che si confronta finalmente con il riconoscimento e l'affermazione del potere dell'immaginazione." Maristella Casciato, "L'«invenzione della realtà»" *in* Di Biagi, Paola, *op. cit.*, 2011 [2001], p. 221.

103 Bertolt Brecht, "Notas sobre a escrita realista" (1940) *in* Barrento, João (org.), *op. cit.*, 1978, p. 130.

ainda não claramente revelado"[104]. Por sua vez, a Brigada de S. Vítor defendeu que o rigor não limita a imaginação nem a criação colectiva e escreveu no seu manifesto:

> "A Brigada não considera nem admite que a urgência dos problemas seja um limite à qualidade e à poesia. / (Poesia entendida como total *adesão* e *expressão* do processo político em curso, em toda a sua riqueza e complexidade – riqueza e complexidade cujas raízes se encontram e só num movimento popular colectivo e irreversível.)" / (...) «A QUALIDADE É O RESPEITO PELO POVO.» CHE"[105].

Em momento algum se preteriu a qualidade da arquitectura. A Brigada manteve-se vigilante e escapou das rasteiras ideológicas que poderiam desonrar a forma estética (parafraseando Hannah Arendt a propósito do erro político e artístico de Brecht quando este escreveu uma ode a Estaline[106]). Por esse motivo, talvez possa dizer-se que no projecto para S. Vítor se superaram alguns dos impasses reconhecidos nos realismos anteriores e que, portanto, poderá fazer sentido entender a sua participação no debate estético sobre a ideia de realismo[107]. O projecto foi desenvolvido enquanto parte integrante da luta por uma revolução social e cultural, sob uma permanente auto-crítica por parte da Brigada e uma consciência clara dos seus próprios conflitos e contradições. É nesse sentido que se entende que a arquitectura procurou interpretar uma utopia e sustentar uma ideia de libertação. Os fragmentos que foram construídos permanecem, assim, como ruínas de uma revolução abruptamente suspensa.

104 "A essencialização poética tem, assim, como objectivo revelar algo de essencial existente na matéria empírica, mas ainda não claramente revelado, ou mesmo desconhecido; o factor subjectivo do poético desempenha aqui o papel de parteira em relação a essa revelação prévia do estético." Ernst Bloch, "Marxismo e literatura" (1935) *in* Barrento, João (org.), *op. cit.*, 1978, p. 69.

105 Álvaro Siza, "Linhas de acção dos técnicos como técnicos" (1976) *in* Costa, Ana Alves; Costa, Ana Catarina; Fernandez, Sergio (coord.), *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL – S. Victor*, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, pp. 56-57.

106 Ideia tomada a partir de artigos de António Guerreiro. Cf. António Guerreiro, "Os pecados dos escritores", *Público*, 18 Outubro 2019, disponível em: https://www.publico.pt/2019/10/18/culturaipsilon/cronica/pecados-escritores-1890086, consultado a 19 Outubro 2019; António Guerreiro, "Bons escritores, maus cidadãos", *Público*, 26 Agosto 2021, disponível em: https://www.publico.pt/2021/08/26/culturaipsilon/cronica/bons-escritores-maus-cidadaos-1975130?ref=pesquisa&cx=page__content, consultado a 26 Agosto 2021; Arendt, Hannah, "Bertolt Brecht: 1898-1956", *Men in dark times*, Nova Iorque: A Harvest Book, 1968 [1955], pp. 207-249.

107 Até ao momento não se dispõe de conhecimento de que os autores que se dedicaram a estudar a relação entre a ideia de realismo e arquitectura tenham ponderado esta inclusão.

NOTAS FINAIS

A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DEMOCRÁTICA

Enquanto espacialização da organização da sociedade, a cidade é o palco da luta de classes, é o lugar onde diferentes ideologias e interesses se confrontam e onde se espelham as desigualdades e as contradições sociais. Os grupos sociais dominantes são aqueles que detêm maior poder sobre ela, através do sistema de propriedade e da possibilidade de decisão sobre os seus usos. Desta forma, não só controlam os espaços de produção e reprodução da cidade, como mantêm os grupos sociais de menores recursos subjugados às suas decisões. São estas as causas do estado de degradação de parte do parque habitacional e dos processos de expulsão das classes populares do centro da cidade, submetendo-as a uma situação de vulnerabilidade e instabilidade que tem ainda como consequência a descaracterização da cidade.

No pólo oposto, a defesa do direito à cidade representa o direito a habitá-la de forma digna e a transformá-la. Esse direito alcançou uma dimensão maior no contexto de transformação social e política que se seguiu ao 25 de Abril, ainda que as concretizações que daí advieram não sejam proporcionais às ambições e aos esforços aplicados. Tratou-se de um momento fugaz de procura de um exercício de uma prática democrática directa e de um trabalho colectivo em torno de uma causa comum, logo anulado pela suspensão do processo revolucionário e pela implementação de um sistema político democrático liberal representativo. Lembrava Engels que o problema da habitação não poderá ser resolvido enquanto não se abolir o sistema de exploração capitalista e não se socializarem todos os bens e meios de produção[1]. Até lá, a produção de habitação continuará inscrita nos ciclos de consumo e investimento e os esforços empregados em torno da implementação de programas habitacionais públicos não poderão senão minorar este problema. Ainda que a defesa do direito à habitação não seja susceptível de ser concretizada plenamente dentro de um quadro político e social capitalista estrito, a reivindicação e exposição pública deste direito, bem como a insistência no encontro de soluções alternativas, são um primeiro passo para o combate contra o sistema, com vista à sua transformação.

O SAAL foi um programa habitacional que promoveu um reordenamento da cidade através da valorização cultural e social de contextos até então marginalizados. Através da abertura política, da partilha do conhecimento técnico, da defesa de modos de produção anti-capitalistas e da gestão dos processos pelas populações foi possível a

1 Cf. Engels, Friedrich, *A Questão do Alojamento*, Porto: Editora Poveira, 1971 [1873].

defesa do interesse colectivo em detrimento dos interesses particulares das classes dominantes. Essa defesa baseou-se não apenas na provisão de alojamento, mas também no desenvolvimento de uma ideia de cidade que tinha em conta a sua história e o seu património físico e social, envolvendo um estudo dos lugares e das suas comunidades e uma transformação que visava a valorização dos aspectos positivos do quotidiano. Tratou-se de um momento em que se julgou que tudo estava em aberto, e os técnicos do SAAL, desalinhados com as estruturas de poder, integraram o movimento de resistência e transformação. Por outro lado, a socialização dos solos e a gestão do processo e dos conjuntos habitacionais pelas organizações de moradores permitiram que, ainda hoje (naquelas em que esta condição se mantém), estas funcionem como agências democráticas, cabendo aos moradores o escrutínio e votação acerca de diversos assuntos que dizem respeito ao seu funcionamento, como a atribuição das casas que ficam vagas ou o planeamento e gestão de operações de manutenção.

No entanto, não se poderá dizer que as realizações do Processo SAAL desenvolvido no Porto – que compreendem conjuntos habitacionais e equipamentos – sejam um exemplo de "socialismo construído", tal como referido por Buekschmitt a propósito das *Siedlungen* de Frankfurt. Não concordando com a formulação de Buekschmitt, Giorgio Grassi reconhece que o estabelecimento de uma densidade de ocupação alternativa à da cidade oitocentista e a configuração de partes de cidade individualizadas permitem, ainda assim, ler as concretizações coordenadas por Ernst May em Frankfurt como uma definição mais precisa da arquitectura da cidade socialista (ainda que tenha existido, posteriormente, uma regressão do desenvolvimento político e social e apenas a qualidade arquitectónica permaneça como testemunho do ambicionado projecto social).[2] No Porto, a exemplaridade desse intento poderá estar mais no ensaio de uma metodologia do que nos fragmentos realizados que, ainda assim, representam uma pequena (em quantidade) mas importante conquista face aos interesses especulativos das classes dominantes pelo alojamento dos moradores em condições dignas nos locais por eles ocupados.

No livro *Spaces of Hope*, David Harvey refere como "periodicamente a figura da cidade reemerge na teoria política como a escala espacial na qual as ideias e os ideais acerca de democracia e pertença podem ser melhor articulados"[3]. Sobre o que é, ou em que consiste, a cidade democrática, talvez se possa dizer apenas que ela não existe e que

2 Cf. Giorgio Grassi, "Das neue Frankfurt e l'architettura della nuova Francoforte" (1972) *in* Grassi, Giorgio (ed.), *Das neue Frankfurt 1926-1931*, Bari: Edizione Dedalo, 2007 [1975], pp. 46-48.

3 "Part of the attraction of the spatial form utopian tradition is precisely the way in which it creates an imaginary space in which completely different rules can be contemplated. And it is interesting to note how the figure of the city periodically re-emerges in political theory as the spatial scale at which ideas and ideals about democracy and belonging can best be articulated." Harvey, David, *Spaces of Hope*, Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2000, p. 239.

qualquer operação nesse sentido será sempre e apenas uma via para a sua democratização. A política democrática pressupõe que todos possam actuar politicamente e de forma igualitária, o que não significa que para tal exista um consenso ou uma uniformidade. Para que seja possível caminhar para a democratização deverá existir um consenso sobre os princípios democráticos, mas dissenso acerca das suas interpretações[4]. Da mesma forma, a construção da cidade democrática, enquanto processo ininterrupto, pode ser entendida como o campo político do dissenso, do conflito e da diferença, onde a partilha de espaços comuns ou a construção de espaços colectivos possibilitam a experimentação de diferentes formas de vida. Segundo Hannah Arendt, o espaço comum deve ser aquele em que, através da acção, se dá a inscrição no mundo, e deve ser, por isso, um lugar de diversidade (embora reconheça que a sua utilização é orientada sobretudo para a gestão da esfera privada, ignorando as valências comunitárias)[5]. Pensar a ideia de comunismo, desligada das experiências degeneradas que existiram ao longo da história, passa por reconhecer a elevada diversidade e complexidade da vida em comum, aceitando que a democracia, enquanto ideia irrealizável, será sempre um movimento em direcção a algo por vir[6].

A pertinência da análise sistemática das diversas operações SAAL desenvolvidas no Porto serviu não só para compreender melhor esses processos, mas sobretudo para, com base neles, se conceberem novos significados. Não significa, portanto, que com este estudo se aspire a uma adopção das metodologias desenvolvidas no âmbito do SAAL na actualidade – dado que as circunstâncias que lhe deram origem são muito diversas –, mas que o conhecimento e análise do Processo possam informar e formar possibilidades de acção. Igualmente, e ainda que a autonomia do campo da arquitectura (e dos restantes campos culturais) esteja ameaçada pelo neoliberalismo – o que representa uma inibição do sentido crítico e da independência que caracterizam os modos de actuação do intelectual, obstaculizando a sua intervenção autónoma no campo político –, a tentativa de compreensão dos modos de actuação dos *agentes eficientes* do SAAL/Porto mostra a importância das suas disposições críticas e da defesa da autonomia do universo social dos intelectuais[7].

A alteração do presente só pode partir da sua observação e interpretação e de uma ideia de construção do mundo. Esta formulação passa pelo entendimento de que a

4 Cf. Rancière, Jacques, *O ódio à democracia*, Lisboa: Mareantes editora, 2006 [2005]; Miessen, Markus, *The nightmare of participation: crossbench praxis as a mode of criticality*, Berlim: Sternberg Press, 2011 [2010].

5 Cf. Arendt, Hannah, *A condição humana*, Lisboa: Relógio D'Água, 2001 [1958].

6 Sobre a ideia de «democracia por vir», cf. Dias, Sousa, "A democracia por vir, com Jean-Luc Nancy", *Žižek, Marx e Beckett e a democracia por vir*, Lisboa: Sistema Solar (Documenta), 2018 [2014], pp. 35-56.

7 Cf. Bourdieu, Pierre, "Post-scriptum: Por um corporativismo do universal", *As regras da arte: génese e estrutura do campo literário*, Lisboa: Presença, 1996 [1992], pp. 377-387.

arquitectura exprime tanto um juízo crítico sobre a disciplina como sobre as suas motivações. Como tal, os processos desenvolvidos no âmbito do campo de acção dos arquitectos, que envolvem a organização do espaço, exprimem uma determinada ideia sobre a sociedade. É através da defesa dos direitos sociais e da investigação sobre a natureza de uma cidade mais justa que se poderá caminhar para formas mais adequadas[8]. Ao desvelar os valores ideológicos relacionados com determinados procedimentos e escolhas formais pretende-se, assim, reafirmar a responsabilidade política do arquitecto no exercício da sua profissão.

8 Segundo Marielle Christine Gros, é a "continuidade dos direitos sociais" que constitui "uma condição necessária à universalização dos direitos de cidadania e, por essa via, à consolidação da democracia". Cf. Marielle Christine Gros, "Quanto o capital financeiro conduz o ataque ao Estado Social" *in* Pinto, José Madureira; Pereira, Virgílio Borges (org.), *Pierre Bourdieu: A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 313.

BIBLIOGRAFIA

Livros, revistas e artigos

2G: Arquitectura italiana de la posguerra 1944-1960, 15, 2000.

Abrams, Janet, "Name to reckon with", *Building Design*, 532, 1981, p. 2.

Adolf Loos: From interior to urban city, a+u, 573, Junho 2018, pp. 92-135.

Afonso, João, "Encontro Nacional de Arquitectos: tomar consciência da sociedade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, Dezembro 2010, pp. 27-39.

Agarez, Ricardo (coord.), *Habitação: Cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918- 2018*, Lisboa: IHRU, 2018.

Amaral, Keil do, "Uma Iniciativa Necessária", *Arquitectura*, 14, 2ª série, Abril 1947, pp. 12-13.

Anderson, Stanford, "The legacy of German Neoclassicism and Biedermeier: Behrens, Tessenow, Loos and Mies", *Assemblage*, 15, Agosto 1991, pp. 62-87.

Angéli, Marc; Hehl, Rainer (ed.), *Informalize! Essays on the political economy of urban form, vol. 1*, Berlim: Ruby press, 2012.

_ *Collectivize! Essays on the political economy of urban form, vol. 2*, Berlim: Ruby press, 2013.

_ *Reform! Essays on the political economy of urban form, vol. 4*, Berlim: Ruby press, 2015.

Antas, A. Azeredo; Monterroso, Manuel, *A salubridade habitacional no Pôrto (1929-1933)*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1934.

Araújo, Arnaldo, *Formas do habitat rural – Norte de Bragança: contribuição para a estrutura da comunidade*, Porto: CODA, ESBAP, 1957.

Araújo, Pedro Borges de, "SAAL Antas 1974-1976" *in* Costa, Ana Alves; Fernandez, Sergio (coord.), *Cidade participada: Arquitectura e democracia: Antas, Pedro Ramalho*, Lisboa: Tinta-da-china, 2020, pp. 140-145.

Architese: Realismus – réalisme, 19, 1976.

Architese: Realismus in der Architektur, Las Vegas etc., 13, 1975.

Arendt, Hannah, *A condição humana*, Lisboa: Relógio D'Água, 2001 [1958].

_ *Men in dark times*, Nova Iorque: A Harvest Book, 1968 [1955].

Arenga, Nuno (ed.), *Vítor Figueiredo: fragmentos de um discurso*, Porto: Circo de ideias, 2012.

Arís, Carlos Martí, *Tres paseos por las afueras*, Tarragona/Valls: Publicacions URV/A+C, 2008.

Arís, Carlos Martí (ed.), *Las formas de la residencia en la ciudad moderna: Vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras*, Barcelona: Edicions UPC, 2000 [1991].

Arquitectura: Vítor Figueiredo/arquitecto, 135, Outubro 1979.

Arquitectura, 110, Julho-Agosto 1969.

Arquitecturas Bis, 2, Julho 1974.

Arquitecturas Bis, 12, Março 1976.

Arvatov, Boris, *Arte, produção e revolução proletária*, Lisboa: Moraes Editores, 1977 [1973].

Assennato, Marco, *Progetto e metropoli: Saggio su operaismo e architettura*, Macerata: Quodlibet, 2019.

Aureli, Pier Vittorio, *The city as a project*, Berlim: Ruby Press, 2014.

_ "In Hilberseimer's footsteps" *in* Hilberseimer, Ludwig, *Metropolisarchitecture and sellected essays*, Nova Iorque: GSAPP Books, 2012 [1927], pp. 334-363.

_ *The possibility of an absolute architecture*, Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2011.

_ *The project of autonomy: politics and architecture within and against capitalism*, Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 2008.

Autogestion et socialism: études, débats, documents: Mouvements de gestion directe au Portugal; Débat sur le marxisme, 33-34, 1976.

Baía, João, *SAAL e autoconstrução em Coimbra: Memórias dos moradores do bairro da Relvinha 1954-1976*, Coimbra: 100Luz, 2012.

Baía, Pedro, *Da recepção à transmissão: reflexos do Team 10 na cultura arquitectónica portuguesa 1951-1981*, Coimbra: Tese de Doutoramento, DArq-FCTUC, 2014.

Bandeira, Pedro, *Escola do Porto: lado B, 1968-1978 (Uma história oral) = Porto school: B side, 1968-1978 (An oral history)*, Guimarães: Centro Internacional das Artes José de Guimarães/Documenta, 2014.

Bandeirinha, José António, "Serviço de Apoio Ambulatório Local" *in* Reis, António; Rezola, Maria Inácia; Santos, Paula Borges (coord.), *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, Porto: Figueirinhas, 2018, pp. 357-365.

_ "Nuno Teotónio Pereira 1950-1970: Arquitectura como prática política", *Estudo Prévio: Revista do Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa*, 10, 2016, disponível em: https://www.estudoprevio.net/jose-antonio-bandeirinha-nuno-teotonio-pereira-1950-1970-arquitectura-como-pratica-politica/, consultado a 20 Abril 2021.

_ (ed.), *Fernando Távora: Modernidade Permanente*, [Matosinhos]: Associação Casa da Arquitectura, 2012.

_ "A lição da ponte de Rio de Onor", *Joelho*, 2, Abril 2011, pp. 129-132.

_ Il processo SAAL, trentacinque anni dopo. Modelli, valutazioni e upgrades", *Lotus International: Activism in architecture*, 145, 2011, pp. 48-53.

_ "O Encontro Nacional de Arquitectos em 1969. A reprodução das tensões sociais, culturais e políticas no âmbito profissional da arquitectura", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 2010, pp. 11-26.

_ "«Verfremdung» *vs.* «Mimicry»: O SAAL e alguns dos seus reflexos na contemporaneidade" *in* Sardo, Delfim (ed.), *Falemos de casas: entre o norte e o sul, Trienal de Arquitectura de Lisboa*, Lisboa: Athena, 2010, pp. 59-79.

_ *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.

_ "Anos sessenta: verdades e consequências da crise da habitação em Portugal", *Jornal Arquitectos*, 226, Março 2007, pp. 24- 29.

_ "Processo SAAL" *in* Figueira, Jorge; Providência, Paulo; Grande, Nuno (comissariado), *Porto 1901-2001: Guia de arquitectura moderna*, Porto: Porto 2001, 2001, fascículo 24.

Bandeirinha, José António; Castela, Tiago; Aristides, Rui; Alves, Joana Gouveia, "O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado" *in* Agarez, Ricardo (coord.), *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal*, Lisboa: IHRU, 2018, pp. 235-279.

Bandeirinha, José António; Sardo, Delfim; Moniz, Gonçalo Canto (ed.), *74-14 SAAL and architecture*, Coimbra/Porto: e|d|arq, CES, Fundação de Serralves, 2015.

Barrento, João (ed.), *Realismo, materialismo e utopia: Uma polémica 1935-1940*, Lisboa: Moraes editores, 1978.

_ "De Weimar a Moscovo: A teoria marxista do realismo e da literatura entre as duas guerras" *in* Barrento, João (org.), *Realismo, materialismo e utopia: Uma polémica 1935-1940*, Lisboa: Moraes editores, 1978, pp. 9-32.

Bebiano, Rui, "As esquerdas e a oposição à guerra colonial" *in* Teixeira, Rui de Azevedo (org.), *A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção. Livro de actas do II congresso sobre a guerra colonial*, Lisboa: Editorial Notícias, 2002, pp. 293-313.

Becker, Annette; Tostões, Ana; Wang, Wilfried (org.), *Portugal: Arquitectura do século XX*, München, Prestel, 1997.

Benjamin, Walter, *Sobre arte, técnica, linguagem e política*, Lisboa: Relógio D'Água, 2012 [1916-1940].

Berman, Marshall, *Tudo o que é sólido se dissolve no ar: A aventura da modernidade*, Lisboa: Edições 70, 1989 [1982].

Berni, Lorenzo, "Architettura Portogallo: operazione SAAL", *Panorama*, 620, 1978.

Bessa-Luís, Agustina, *Crónica do Cruzado Obs.*, Lisboa: Babel, 2015 [1976].

Biagi, Paola Di (ed.), *La grande ricostruzione: Il piano Ina-Casa e l'Italia degli anni cinquanta*, Roma: Donzelli editore, 2011 [2001].

_ "La «città pubblica» e l'Ina-Casa" *in* Biagi, Paola Di (ed.), *La grande ricostruzione: Il piano Ina-Casa e l'Italia degli anni cinquanta*, Roma: Donzelli editore, 2011 [2001], pp. 3-31.

Bica, Briane Elisabeth Panitz, *Renovation urbaine "a l'inverse": Les moradores et la politique urbaine, Portugal 1974-1976*, Grenoble: Tese de Doutoramento, Université des Sciences Sociales, 1979.

Binário, 205-206, Jan-Fev. 1976.

Biraghi, Marco, *Project of crisis: Manfredo Tafuri and contemporary architecture*, Cambridge/Londres: The MIT Press, 2013.

Bismarck, Pedro Levi , "Arquitectura e «pessimismo»", *ex-curso*, série b, 1, Porto: Stones against diamonds, 2020 [2018].

_ "Contributos para uma crítica da «questão da habitação» no Porto" *in* Cepeda, André; Costa, Nuno Brandão, *São João de Deus*, Porto: Dafne, 2018, pp. 8-55.

Blackburn, Robin, "The Test in Portugal", *New Left Review*, I/87-88, Set.-Dez. 1974, pp. 5-46.

Blau, Eve, *The Architecture of Red Vienna: 1919-1934*, Cambridge/Londres: MIT Press, 1999.

Bloch, Ernst , "O Expressionismo, visto agora" (1937) *in* Barrento, João (org.), *Realismo, materialismo e utopia: Uma polémica 1935-1940*, Lisboa: Moraes editores, 1978, pp. 73-80.

_ "Marxismo e literatura" (1935) *in* Barrento, João (org.), *Realismo, materialismo e utopia: Uma polémica 1935-1940*, Lisboa: Moraes editores, 1978, pp. 65-71.

Bloch, Ernst; Eisler, Hanns, "A arte e a sua herança" (1938) *in* Barrento, João (org.), *Realismo, materialismo e utopia: Uma polémica 1935-1940*, Lisboa: Moraes editores, 1978, pp. 81-85.

Bodenschatz, Harald; Sassi, Piero; Guerra, Max Welch (ed.), *Urbanism and dictatorship: A European perspective*, Basel: Birkhäuser, 2015.

Bohigas, Oriol, *Contra una Arquitectura Adjectivada*, Barcelona: Editorial Seix Barral, 1969.

Borella, Giacomo, *La scuola di Porto*, Milão: CLUP, 1991.

Boughton, John, *Municipal Dreams: the rise and fall of council housing*, Londres/Brooklin (NY): Verso books, 2018.

Bourdieu, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa: Edições 70, 2014 [2001].

_ *A distinção: Uma crítica social da faculdade do juízo*, Lisboa: Edições 70, 2010 [1979].

_ *As estruturas sociais da economia*, Porto: Campo das Letras, 2006 [2000].

_ *As estruturas sociais da economia*, Lisboa: Instituto Piaget, 2001 [2000].

_ *As regras da arte: génese e estrutura do campo literário*, Lisboa: Presença, 1996 [1992].

_ *Lição sobre a lição*, Porto: Estratégias criativas, 1996 [1982].

_ *Homo Academicus*, Stanford: Stanford University Press, 1988 [1984].

_ "The forms of capital" *in* Richardson, J. (ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, Nova Iorque: Greenwood Press, 1986, pp. 46–58.

_ "O mercado de bens simbólicos" [1970] *in* Miceli, Sergio (org.), *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 99-181.

Boyer, M. Christine, "Collective memory under siege: The case of «heritage terrorism»" *in* Crysler, C. G.; Cairns, S.; Heynen, H. (ed.), *The SAGE handbook of architectural theory*, Los Angeles/Londres/Nova Delhi/Singapura/Washington DC: SAGE Publications, 2012, pp. 325-339.

Brecht, Bertolt, "Notas sobre a escrita realista" (1940) *in* Barrento, João (ed.), *Realismo, materialismo e utopia: Uma polémica 1935-1940*, Lisboa: Moraes editores, 1978, pp. 115-131.

_ "Formalismo e realismo" (1938) *in* Barrento, João (ed.), *Realismo, materialismo e utopia: Uma polémica 1935-1940*, Lisboa: Moraes editores, 1978, pp. 87-114.

Brito, Casimiro de, *Prática da escrita em tempo de revolução*, Lisboa: Caminho, 1977.

Brown, Denise Scott, "Zeichen des Lebens: Symbole in der amerikanischen Stadt/Signes de vie, symboles dans la ville américaine", *Archithese: Realismus in der Architektur*, 19, 1976, pp. 29-34.

Buschfeld, Ben, *Bruno Taut's Hufeisensiedlung*, Berlim: Nicolaische Verlagsbuchhandung GmbH, 2015.

Busquet, Grégory, "Political Space in the Work of Henri Lefebvre: Ideology and Utopia", *justice spatiale | spatial justice*, 5, Dez. 2012 – Dez. 2013, disponível em: https://www.jssj.org/article/lespace-politique-chez-henri-lefebvre-lideologie-et-lutopie/, consultado a 20 Abril 2021.

C., A., "Álvaro Siza Vieira en Madrid", *Arquitectura*, 228, 1981, p. 9.

Cachado, Rita Ávila; Baía, João (org.), *Políticas de habitação e construção informal*, Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2012.

Cadernos de intervenção social, 2, Setembro 1979.

Câmara Municipal do Porto, *Plano de melhoramentos: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1966.

_ *Plano de salubrização das «ilhas» do Porto*, Porto: C.M., 1956.

Camões, Luís de, *Os Lusíadas*, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões, 2000 [1572].

Campos, Ezequiel, *Prólogo ao plano da cidade do Porto*, Porto: Empresa Industrial Gráfica, 1932.

Camps, Maria, *Da obra projectada à obra vivida: Sobre o conjunto habitacional da Bouça*, Porto, Dissertação de Mestrado Integrado, 2012.

Carvalho, Mariana, *Investigação em arquitectura: o contributo de Nuno Portas no LNEC 1963-1974*, Coimbra: Dissertação de Mestrado Integrado, FCTUC, 2012.

Carvalho, Miguel, *Quando Portugal ardeu: histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*, Alfragide: Oficina do Livro, 2017.

Carvalho, Ricardo, *A cidade social: Impasse, desenvolvimento, fragmento*, Lisboa: Tinta-da-china, 2016.

Casabella, 419, Novembro 1976.

Casciato, Maristella, "«L'invenzione della realtà»: realismo e neo-realismo nell'Italia degli anni cinquanta" *in* Biagi, Paola Di (org.), *La grande ricostruzione: il piano Ina-Casa e l'Italia degli anni cinquanta*, Rome: Donzelli editore, 2011 [2001], pp. 205-221.

Cassirer, Brigitte; Siza, Álvaro, *Bürgerbeteiligung in Portugal 1974 bis 1976: Ein Berich über Bügerbeteiligungsprojekte in Portugal*, Berlim: Bauausstellung Berlin GmbH, 1981.

Castanheira, Carlos; Porcu, Chiara (ed.), *As cidades de Álvaro Siza*, Lisboa: Figueirinhas, 2001.

Castells, Manuel, *Lutas Urbanas e Poder Político*, Porto: Afrontamento, 1976.

_ "La question du logement au Portugal démocratique", *Espaces et Sociétés*, 13-14, Out. 1974 - Jan. 1975, pp. 199-207.

Cavalcanti, Rafaela Campos, *A arquitectura dos cravos: Da experiência do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) no Porto*, Recife: Tese de Doutoramento, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

CAU: construcción, arquitectura, urbanismo, 30, Março/Abril 1975.

Cerezales, Diego Palacios, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa 1974-1975*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

Cervellati, Pier Luigi, "Preservation with participation" *in* Hatch, Richard (ed.), *The scope of social architecture*, Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1984, pp. 239-254.

Cervellati, P. L.; Scannavini, R., *Bolonia: Política y metodologia de la restauración de centros históricos*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1976 [1973]

Cervellati, P. L.; Scannavini, R.; Angelis, C. de, *La nouvelle culture urbaine: Bologne face à son patrimoine*, [Paris]: Éditions du Seuil, 1969.

Chilcote, Roland H., *A Revolução Portuguesa: Estado e classes sociais na transição para a democracia*, Porto: Edições Afrontamento, 2014.

Cidade/Campo: Cadernos da habitação ao território: Movimento popular e prática urbanística em Portugal, 2, 1979.

Cidade/Campo: Cadernos da habitação ao território: Portugal, habitação e dependência, 1, Fevereiro 1978.

Città Classe, 4, Setembro 1975.

Co, Francesco Dal, "Introducción: Hannes Meyer y la «Venerable Escuela de Dessau»" *in* Meyer, Hannes, *El arquitecto en la lucha de clases y otros escritos*, Barcelona: Gustavo Gili, 1972, pp. 17-59.

Coelho, Eduardo Prado, *Hipóteses de Abril*, Lisboa: Diabril, 1975.

Coelho, Margarida, "Uma experiência de transformação no sector habitacional do Estado: SAAL – 1974-1976", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Fevereiro 1986, pp. 619-634.

Coelho, Mário Brochado, "Um processo organizativo de moradores: SAAL Norte 1974-76", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Fevereiro 1986, pp. 645-671.

Colquhoun, Alan, "Regeln, Realismus und Geschichte", *Architheses: Realismus in der Architektur*, 19, 1976, pp. 12-17.

_ "Normas, realismo e historia" (1976), *Arquitectura moderna y cambio histórico: Ensaios: 1962-1976*, Barcelona: Gustavo Gili, 1978, pp. 133-141.

Constituição da República Portuguesa, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976.

Correia, Nuno, "O início da 3.ª série da revista Arquitectura em 1957: A influência das leituras de Casabella-Continuità e Architectural Review", *Revista de História da Arte*, 10, 2012, pp. 79-93.

_ "A crítica arquitectónica, o debate social e a participação portuguesa nos «Pequenos Congressos» - 1959/1968", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, Dezembro 2010, pp. 41-57.

Costa, Alexandre Alves, "Anotações para sete imagens" *in* Sardo, Delfim (ed.), *O Processo SAAL: Arquitectura e participação 1974-1976*, Porto: Serralves, 2014, pp. 77-87.

_ "O território sagrado do nosso empenho" *in* Urbano, Luís (coord.), *Revoluções: Arquitectura e cinema nos anos 60/70*, Porto: Ruptura silenciosa, 2013, pp. 9-19.

_ *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa: outros textos sobre arquitectura portuguesa*, Porto: Faup Publicações, 2007a.

_ *Textos Datados*, Coimbra: e|d|arq, 2007b.

_ "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano: algumas considerações sobre um título enigmático", *Jornal Arquitectos*, 204, Jan.-Fev. 2002, pp. 9-16.

_ "1974-1975, o SAAL e os anos da revolução" *in* Becker, Annette; Tostões, Ana; Wang, Wilfried (org.), *Portugal: Arquitectura do século XX*, München, Prestel, 1997, pp. 64-71.

_ "Beelden van een bevrijde stad", *Wonen-Tabk*, 22-23, 1983, pp. 25-31.

_ *Dissertação expressamente elaborada para o concurso de habilitação para a obtenção do título de professor agregado...*, Porto: ESBAP, 1982 [1980].

Costa, Alexandre Alves; Mota, Nelson, "Nem neogarrettianos nem Vencidos da Vida. Uma pastoral transmontana", *Monumentos*, 32, Dezembro 2011, pp. 148-157.

Costa, Alexandre Alves [et al.], "SAAL/Norte: Balanço de uma experiência", *Cidade/Campo*, 2, 1979.

Costa, Alexandre Alves; Portas, Nuno, *Racionalização de soluções da habitação: Análise e selecção de esquemas do fogo*, Lisboa: LNEC, 1966.

Costa, Ana Alves; Costa, Ana Catarina; Fernandez, Sergio (coord.), *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL – S. Victor*, Lisboa: Tinta-da-china, 2019.

Costa, Ana Alves; Fernandez, Sergio (coord.), *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL – Antas, Pedro Ramalho*, Lisboa: Tinta-da-china, 2020.

Costa, Ana Catarina, "O simpósio «SAAL: em retroprospectiva». Algumas considerações sobre as condições necessárias à crítica", *Revista Punkto*, Junho 2014, disponível em: https://www.revistapunkto.com/2014/06/o-simposio-saal-em-retroprospectiva-ana_6.html, consultado a 9 Maio 2021.

Costa, Bárbara Mações, *Conduit, Patio, Waste: Mapping Environmental Relations in Bairro da Malagueira*, Lausanne: Tese de Doutoramento, EPFL, 2021.

Costa, Nuno Brandão, *Band à part 1: Tipologia e revolução*, Porto: Circo de Ideias, 2019.

Crinson, Mark, "The uses of nostalgia: Stirling and Gowan's Preston housing", *Journal of the Society of Architectural Historians*, vol. 56, 2, Junho 2006, pp. 216-237.

Dale, Bruce, "Commentary on Bologna" *in* Hatch, C. Richard (ed.), *The scope of social architecture*, New York: Van Nostrand Reinhold, [Cop. 1984], pp. 255-256.

Damish, Hubert, *Noah's ark: Essays on architecture*, Cambridge/London: MIT Press, 2016.

David, Brigitte, "Le S.A.A.L. ou l'exception irrationnelle du système", *L'Architecture d'Aujourd'hui: Portugal an II*, 185, Maio/Junho 1976, pp. 60-61.

Davidovici, Irina, "Tafuri on Hous-'ing': Housing history as city-making praxis", *Joelho*, 8, 2017, pp. 36-51.

Delgado, Ana Paula; Valença, Paulo de Queiroz; Guimarães, Margarida Mesquita (coord.), *Morro da Sé: de porta a porta*, Porto: Porto Vivo, SRU, 2011.

Dias, Adalberto, "Renascer" *in* Costa, Ana Alves; Costa, Ana Catarina; Fernandez, Sergio (coord.), *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL – S. Victor*, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, pp. 116-119.

Dias, Bruno Peixe; Neves, José (coord.), *A política dos muitos: povo, classes e multidão*, Lisboa: Tinta-da-china, 2010.

Dias, Sousa, *Žižek, Marx e Beckett e a democracia por vir*, Lisboa: Sistema Solar (Documenta), 2018 [2014].

_ *O riso de Mozart: música pintura cinema literatura*, Lisboa: Sistema Solar (Documenta), 2016.

Dias, Tiago Lopes, "A precedent of SAAL: the National Laboratory for Civil Engineering's housing research program in the 1960s" *in 74-14 SAAL and Architecture. Book of proceedings*, Porto/Coimbra: e|d|arq, CES, Serralves, 2016, pp. 85-92.

Downs, Charles, *Revolution, urban social movements and urban policy: Portugal: 1974-1976*, [s.l.]: [s.n.], 1983.

_ "Comissões de Moradores and urban struggles in revolutionary Portugal", *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 4, 2, Junho 1980, pp. 267-294.

Duarte, Carlos; Sant'Ana, Dreferico; Santa-Rita, José Daniel; Skapinakis, Nikias, "Editorial", *Arquitectura*, 60, Outubro 1957, pp. 3-4.

Ekici, Didem, "In praise of poverty: the middle-class dwelling and asceticism in early twentieth-century Germany, *The Journal of Architecture*, 23:4, pp. 563-579.

Engels, Friedrich, *A Questão do Alojamento*, Porto: Editora Poveira, 1971 [1873].

Escola Superior de Belas Artes do Porto: Curso de Arquitectura, *II Encontro do Curso de Arquitectura, ESBAP: Regime de estudos, 1976-1977: bases gerais*, Porto: ESBAP, 1976.

Escudero, David, "Beyond Filmmaking: Searching for a Neorealist Architecture in Italy, 194X-195X", *The Journal of Architecture*, 24:4, 2019, pp. 441-468.

Faria, António Pedro, *Porto, área de S. Victor: Cidade, arquitectura, política*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2015.

Fernandes, António Teixeira, "A Igreja e a «questão social» na cidade do Porto" *in* Pereira, Virgílio Borges (org.), *A habitação social na transformação da cidade: Sobre a génese e efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956*, Porto: Afrontamento, 2016, pp. 65-101.

Fernandes, Eduardo, "The language of the SAAL program: Similarities and variations in the work of the SAAL teams in Porto" *in* Bandeirinha, José António; Sardo, Delfim; Moniz, Gonçalo Canto (ed.), *74-14 SAAL and architecture*, Coimbra/Porto: e|d|arq, CES, Fundação de Serralves, 2015, pp. 135-142.

_ *A escolha do Porto: Contributos para a actualização de uma ideia de Escola*, Guimarães: Tese de Doutoramento, Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2010.

Fernandes, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*, Porto: Faup Publicações, 1999.

Fernandes, José A. Rio (coord.), *Geografia do Porto*, Porto: Book cover, 2020.

_ *Porto: cidade e comércio*, Porto: CMP, Arquivo Histórico, 1997.

Fernandes, Manuel Correia, *ESBAP / Arquitectura anos 60 e 70: Apontamentos*, Porto: Serviço editorial da FAUP, 1988.

Fernandez, Sergio, "Rio de Onor, 1963-1965", *Joelho*, 2, Abril 2011, pp. 38-49.

_ *Percurso: arquitectura portuguesa, 1930-1974*, Porto: Faup Publicações, 1988 [1985].

_ *Recuperação de aldeias – equipamento colectivo: Rio de Onor*, Porto: CODA, ESBAP, 1964.

Ferrão, Bernardo José, *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*, Porto: Faup Publicações, 1997 [1985].

_ "Tradição e modernidade na obra de Fernando Távora 1947/1987" *in* Trigueiros, Luiz (ed.), *Fernando Távora*, Lisboa: Editorial Blau, 1993, pp. 23-46.

Ferrari, Federico, *Paysages réactionnaires: Petit essai contre la nostalgie de la nature*, Paris: Eterotopia France, 2016.

Ferreira, António Fonseca, "A Questão do Alojamento – Revisitar Engels", *Jornal Arquitectos*, 204, Jan.-Fev. 2002, pp. 5-8.

_ *Por uma nova Política de Habitação*, Porto: Edições Afrontamento, 1984.

Ferreira, Vítor Matias, *Movimentos sociais urbanos e intervenção política: A intervenção do SAAL em Lisboa*, Porto: Edições Afrontamento, 1984.

Figueira, Jorge, *Reescrever o pós-moderno*, Porto: Dafne editora, 2011.

_ *Escola do Porto: Um Mapa Crítico*, Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002.

Figueiredo, Vítor, "O «choro» dos arquitectos" [Recolha e fixação de texto por Manuel Graça Dias], *Jornal Arquitectos*, 199, Jan.-Fev. 2001, pp. 37-35.

_ *Habitação em São João do Estoril*, Porto: CODA, ESBAP, 1959, disponível em: https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48143, consultado a 22 Junho 2021.

Filgueiras, Octávio Lixa, *Da função social do arquitecto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*, Porto: E.S.B.A.P., 1985 [1962].

Fleck, Brigitte (ed.), *Malagueira: Álvaro Siza in Évora*, Freiburg: Verlag publ., 2013.

Fleck, Brigitte; Wang, Wilfried, *Bouça Residents Association Housing: Porto 1972-77, 2005-06, Álvaro Siza*, Austin: The Center for American Architecture and Design, 2008.

Forty, Adrian, *Words and buildings: A vocabulary of modern architecture*, Nova Iorque: Thames & Hudson, 2000.

Frampton, Kenneth, "The isms of contemporary architecture", *Architectural Design*, 52 (7/8), AD Profile 42, 1982, pp. 60-82.

França, José Augusto, *A arte em Portugal no séc. XX: 1911-1961*, Venda Nova: Bertrand, 1984.

Freitas, Eugénio, *Toponímia portuense*, Porto: Contemporânea, 1999.

Frenchilla, Javier, "Fernando Távora: Conversaciones en Oporto", *Arquitectura, Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, 261, Jul-Ago. 1986, pp. 22-28.

Gabinete de urbanização da Câmara Municipal do Porto, *Plano Director da Cidade do Porto*, Porto: C.M., 1962.

Gadanho, Pedro, "Operações SAAL, Álvaro Siza e a persistência de São Victor: Falhar, falhar novamente, falhar melhor" *in* Sardo, Delfim (ed.), *O Processo SAAL: Arquitectura e participação 1974-1976*, Porto: Serralves, 2014, pp. 65-75.

García-Huidobro, Fernando; Torriti, Diego Torres; Tugas, Nicolás, *¡El tiempo construye! = Time builds!*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008

Goff, Jacques Le, "História" *in* Romano, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi, volume 1 Memória-História*, [Lisboa]: I.N.C.M., 1984, pp. 156-178.

Gomes, Maria Inês, *Sobre a realidade social e autonomia do desenho: Da ESBAP à política da habitação nos projectos SAAL de Siza Vieira*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2015.

Gomes, Mário, *Bairro da Malagueira de Siza Vieira: Factores de apropriação e construção identitária em torno da casa*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2016.

Gomes, Paulo Varela, "Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos" *in* Pereira, Paulo (dir.), *História da arte portuguesa*, volume 3, [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1995, pp. 547-591.

Gonçalves, Eliseu, "A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933)" *in* Agarez, Ricardo, *Habitação: Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*, Lisboa: IHRU, 2018, pp. 40-81.

_ "Alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: Da casa familiar ao bloco comunitário" *in* Pereira, Virgílio Borges (org.), *A habitação social na transformação da cidade: Sobre a génese e efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956*, Porto: Afrontamento, 2016, pp. 9-20.

_ *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933: a prática de uma arquitectura* económica, saudável e cómoda *nas vésperas do moderno*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2014.

_ "O Bairro do Monte Pedral e o alojamento operário em 1900" *in* Ramos, Rui (coord.), *Leituras de Marques da Silva*, Porto: FIMS, 2011, pp. 100-109.

Gonçalves, Eliseu; Ramos, Rui, "Primeiras propostas de habitação operária no Porto: a casa unifamiliar, o carré Mulhousien e a *cité-jardin*", *Ciudades: Revista del Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid*, 19, 2016, pp. 77-98.

Gonzalez-Pendas, Maria, "Realism under construction" *in* Pérez-Gómez, A.; Cormier, A.; Pedret, A. (ed.), *99th ACSA annual meeting proceedings, Where do you stand*, 2011, pp. 11-20.

Gramsci, António, *A formação dos intelectuais*, Amadora: M. Rodrigues Xavier, 1972 [19--].

Granjo, João Pires, "À Lisbonne: «Casas sim, barracas não»", *Autrement: Contre-pouvoirs dans la ville*, 6, Setembro 1976.

Grassi, Giorgio, *Escritos escolhidos, 1965-2015*, Porto: Edições Afrontamento, 2018.

_ (ed.), *Das neue Frankfurt 1926-1931*, Bari: Edizione Dedalo, 2007 [1975].

_ "Das neue Frankfurt e l'architettura della nuova Francoforte" (1972) *in* Grassi, Giorgio (ed.), *Das neue Frankfurt 1926-1931*, Bari: Edizione Dedalo, 2007 [1975], pp. 46-48.

_ *La arquitectura como oficio y otros escritos*, Barcelona: Gustavo Gili 1980 [1971].

_ "Architekturprobleme und Realismus", *Archithese: Realismus in der Architektur*, 19, 1976, pp. 18-24.

_ "L'architettura come mestiere (introduzione a H. Tessenow)" (1974) *in* Tessenow, Heinrich, *Osservazioni elementari sul costruire*, Milão: Franco Angeli, 1987, pp. 21-68.

Gregotti, Vittorio, *Território da Arquitectura*, São Paulo: Perspectiva, 1994 [1966].

Gregotti, Vittorio (ed.), *Alvaro Siza, architetto 1954-1979*, Milão: Idea Editions/Edizioni del Padiglione d'Arte Contemporânea di Milano, 1979.

Gropius, Walter, "Case alte, case medie o case basse?" (1930) *in* Grassi, Giorgio (ed.), *Das neue Frankfurt 1926-1931*, Bari: Edizione Dedalo, 2007 [1975], pp. 338-344.

Gros, Marielle Christine, "Quanto o capital financeiro conduz o ataque ao Estado Social" *in* Pinto, José Madureira; Pereira, Virgílio Borges (org.), *Pierre Bourdieu: A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento, 2007, pp. 313-335.

_ *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Porto: Afrontamento, 1982.

Guimarães, Maria Filipa, *Do social edificado: Bases para uma proposta de reabilitação do bairro de São Vítor*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2009.

Gulin, Francisco Couto, "La lección de un maestro", *Q*, 43, 1981.

Gutnov, A.; Baburov, A.; Djumenton, G.; Kharitonova, S.; Lezava, I.; Sadovskij, S., *The ideal communist city*, Nova Iorque: George Baziller, [1968].

Harvey, David, *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*, London/New York: Verso Books, 2013.

_ *Spaces of Hope*, Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2000.

_ *The Urbanization of Capital: Studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization*, Oxford: Basil Blackwell, 1985.

Hatch, Richard (ed.), *The scope of social architecture*, Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1984.

_ "Social architecture: giving form to life", *Architectural Record*, 12, Dezembro 1979, pp. 96-107.

Hatherley, Owen, *Red metropolis: Socialism and the government of London*, Londres: Repeater, 2020.

Hays, K. Michael (ed.), *Architecture theory since 1968*, Nova Iorque: The MIT Press, 2000.

_ *Unprecedented Realism: The architecture of Machado and Silvetti*, Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1995.

Henriques, Tiago, *A habitação social portuense do processo SAAL: Uma leitura do experimentalismo tipológico a partir de operadores projectuais*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2011.

Hertweck, Florian (ed.), *Positions on emancipation: Architecture between aesthetics and politics*, Zurique: Lars Müller publishers, 2018.

Heuvel, Dirk van den, "As found: The metamorphosis of the everyday. On the work of Nigel Henderson, Eduardo Paolozzi, and Alison and Peter Smithson (1953-1956)", *OASE*, 59, 2002, pp. 52-67.

Heynen, Hilde, *Architecture and Modernity: a critique*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1999.

Huet, Bernard (ed.), "Formalism – realism" (1977) *in* Hays, K. Michael (ed.), *Architecture theory since 1968*, Nova Iorque: The MIT Press, 2000, pp. 254-260.

_ "Formalisme Réalisme", *L'Architecture d'Aujourd'hui: Formalisme-Réalisme*, 190, 1977, pp. 35-36.

_ *L'Architecture d'Aujourd'hui: Formalisme-réalisme*, 190, 1977.

Huxley, Aldous, *Sobre a democracia e outros estudos*, Lisboa: Livros do Brasil, 197? [1927].

I Seminario Internacional de Arquitectura en Compostela, *Proyecto y ciudad histórica*, Santiago de Compostela: COAG, 1976.

Jacob, Sam, *Make it real: Architecture as enactment*, Londres: Strelka press, 2012.

Jameson, Frederic, *The antinomies of realism*, Londres/Nova Iorque: Verso, 2015 [2013].

JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias, 1150, 29 Out. - 11 Nov. 2014.

Jones, Peter Blundell; Petrescu, Doina; Till, Jeremy, *Architecture & participation*, Londres/Nova Iorque: Spon Press, 2005.

Jorge, Lídia, *Os memoráveis*, Alfragide: Leya, 2018 [2014].

Jornal Arquitectos, 204, Jan.-Fev. 2002.

Jornal Arquitectos, 100, Junho 1991, pp. 31-36.

Junghanns, Kurt, *Bruno Taut: 1880-1938*, Milão: Franco Angeli, 1984.

Lage, José Alberto, *Reabilitação de bairros e arquitectura. Estratégias de processo; práticas de projecto (SAAL/NORTE: 1974-1976/1997, 2012)*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2017. [Tese não publicada.]

L'Architecture d'Aujourd'hui, 278, Dezembro 1991.

L'Architecture d'Aujourd'hui, 211, Outubro 1980.

L'Architecture d'Aujourd'hui: Formalisme-Réalisme, 190, 1977.

L'Architecture d'Aujourd'hui: Portugal an II, 185, Maio/Junho 1976.

Lameira, Gisela; Rocha, Luciana, *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)*, Porto: FAUP, 2019.

Lampugnani, Vittorio Magnano, *Architecture and city planning in the twentieth century*, Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold Company, 1985, pp. 218-219.

_ (ed.), *Architettura Moderna: L'avventura delle idee 1750-1980*, Milão: Electa, 1985.

Land, Peter, "El Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI) de Lima: antecedentes e ideas" *in* García-Huidobro, Fernando; Torriti, Diego Torres; Tugas, Nicolás, *¡El tiempo construye! = Time builds!*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008, pp. 10-25.

Lahiji, Nadir Z. (ed.), *Can architecture be an emancipatory project? Dialogues on architecture and the left*, Winchester/Washington: Zero books, 2016.

Leach, Neil (ed.), *Architecture and revolution: contemporary perspectives on Central and Eastern Europe*, Londres/Nova Iorque: Routledge, 1999.

_ "Architecture or revolution?" *in* Leach, Neil (ed.), *Architecture and revolution: Contemporary perspectives on Central and Eastern Europe*, Londres/Nova Iorque: Routledge, 2004 [1999], pp. 112-123.

Leal, João, "Entre o Vernáculo e o Híbrido: a partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal", *Joelho*, 2, Abril 2011, pp. 68-83.

Lefebvre, Henri, *O Marxismo*, Amadora: Livraria Bertrand, 1974 [1963].

_ *O Direito à Cidade*, Lisboa: Letra Livre, 2012 [1968].

_ "Préface" *in* Raymond, Henri; Haumont, Nicole; Dezès, Marie-Geneviève; Haumont, Antoine, *L´Habitat Pavillonnaire*, Paris/Montréal/Budapest/Torino: L'Harmattan, 2001 [1966], pp. 7-23.

Leitão, Luís; Dias, António; Manuel, Jorge; Dianoux, Laurent, "Mouvements urbains et commissions de Moradores au Portugal (1974-1976)", *Les Temps Modernes*, 388, Novembro 1978.

Lima, João, *O 1º de Maio. Um grupo militante no processo revolucionário português: nascimento, morte e transfiguração*, Porto: Dissertação de Mestrado, FLUP, 2016.

Lima, João Torres, *MOJAF – Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna (1963-1970)*, Porto: Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FLUP, 2012.

Lissitzky, El, *Russia: An architecture for world revolution*, Cambridge: MIT Press, 1970 [1930].

Lobo, Susana, "*Viaggio in Italia*. O SAAL-Norte e os anos de chumbo", *Estudos Italianos em Portugal*, 9, 2014, pp. 27-46.

Loff, Manuel; Pereira, M. da Conceição Meireles (coord.), *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*, Porto: Editora Universidade do Porto, 2006.

Loff, Manuel, "Fim do colonialismo, ruptura política e transformação social em Portugal nos anos setenta" *in* Loff, Manuel; Pereira, M. da Conceição Meireles (coord.), *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*, Porto: Editora Universidade do Porto, 2006, pp. 153-193.

Lopes, Diogo Seixas, *Melancolia e arquitectura em Aldo Rossi*, Lisboa: Orfeu negro, 2016 [2015].

Lopes, Sérgio, *État et «Moradores»: Le S.A.A.L. et les commissions de quartier à Porto (25 abril 1974 – 30 août 1976)*, Paris: [ed. Autor], 197?.

Losa, Margarida Lieblich, *Do romance realista ao romance proletário: uma introdução ao estudo do romance do novo realismo social brasileiro, italiano e português entre 1930 e 1955 à luz da nova teoria crítica sobre realismo, ficção e recepção*, Lisboa: Campo da Comunicação, 2014 [1988].

Lotus International: Architettura nella città storica, 18, Março 1978.

Lotus International: Rinnovo urbano, 13, 1976.

Lotus International: Aspetti e realizzazioni di una politica della casa nei paesi europei, 10, 1975.

Lourenço, Eduardo, *O labirinto da saudade*, Lisboa: Gradiva, 2013 [1978].

_ *Sentido e forma da poesia Neo-Realista*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983 [1968].

Löwy, Michael, "The Revolutionary Romanticism of May 1968", *Thesis Eleven*, 68, February 2002, pp. 95-100.

Loza, Rui Ramos (coord.), *Porto património mundial III: CRUARB: 25 anos de reabilitação urbana: as intervenções de 1974 a 2000. Fichas de obras*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000-2001.

Lukács, Georg, "Trata-se do realismo!" (1938) *in* Barrento, João (org.), *Realismo, materialismo e utopia: Uma polémica 1935-1940*, Lisboa: Moraes editores, 1978, pp. 35-64.

Machabert, Dominique; Beaudouin, Laurent (entrev.), *Álvaro Siza: Uma questão de medida*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009.

Machado, Carlos, "Vítor Figueiredo: A miséria do supérfluo", 12 Dezembro 2012, disponível em https://www.artecapital.net/arq_des-96-vitor-figueiredo-a-miseria-do-superfluo, consultado a 20 Julho 2017.

_ *Anonimato e banalidade: Arquitectura popular e arquitectura erudita na segunda metade do século XX em Portugal*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2006.

Machado, Idalina, "Do SAAL à cooperativa no conjunto habitacional da Bouça: reflexos no espaço social" *in* Cachado, Rita Ávila; Baía, João (org.), *Políticas de habitação e construção informal*, Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2012, pp. 25-41.

_ *Lutas sociais, habitação e quotidiano: análise da génese e estruturação do bairro da Bouça na cidade do Porto (do SAAL à solução cooperativa)*, Porto: Tese de Doutoramento, FLUP, 2012.

Madden, David; Marcuse, Peter, *In Defense of Housing: The politics of crisis*, Londres/Nova Iorque: Verso, 2016, e-book.

Magalhães, Maria Madalena, "Aspectos da industrialização do Porto: elementos para uma visita de estudo" *in VI colóquio ibérico de geografia, Porto, 14 a 17 de Setembro de 1992*, Porto: Instituto de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992.

Malcovati, Silvia, "Realism and Rationalism: an Italian-German architectural discourse", *bfo-journal*, 2, 2016, pp. 5-15.

_ "The utopia of reality: realisms in architecture between ideology and phenomenology", *Serbian architectural journal*, 6, 2014, pp. 146-165.

Maldonado, Vanda; Borges, Pedro Namorado (ed.), *Vítor Figueiredo: Projectos e obras de habitação social 1960-1979*, Porto: Circo de ideias, 2015.

Mandroux-França, Marie-Thèrése, *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*, Porto: C. M., 1985.

Marcuse, Herbert, *Um Ensaio para a Libertação*, Amadora: Livraria Bertrand, 1977 [1969].

Marçal, Horácio, "O abastecimento de água à cidade do Porto e à vila de Matosinhos", Separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, 15, 1968.

Marinho, Maria João, *A urbanização das Fontainhas: séculos XVIII-XIX*, Porto: Dissertação de Mestrado, FLUP, 2018.

Marques, H., Fernandes, J. A. R., Martins, L. P., *Porto: Percursos no espaço e memórias*, Porto: Edições Afrontamento, 1984.

Marques, João Luís, *A igreja na cidade, serviço e acolhimento, arquitectura portuguesa 1950-1975*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2017.

Markl, Martin, *O banho público do Porto: análise e projecto de intervenção*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2020.

Martins, Artur Pires; Melo, Palma de, "Habitação colectiva em Olivais-Norte", *Arquitectura*, 91, Jan.-Fev. 1966, pp. 9-13.

Martins, Sara Ribeiro, *A disseminação do modelo da casa quadripartida na cidade industrial. O caso do Porto no primeiro terço do século XX*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2016.

Matos, Fátima, *A habitação no grande Porto: uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*, Porto: Tese de Doutoramento, FLUP, 2001.

_ "Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956", *Análise Social*, vol. XXIX, 127, 1994 (3.ª), pp. 677-695.

May, Ernst, "L'allogio minimo" (1929) *in* Grassi, Giorgio (ed.), *Das neue Frankfurt 1926-1931*, Bari: Edizione Dedalo, 2007 [1975], pp. 168-171.

McGuirk, Justin, *Radical cities: Across Latin America in search of a new architecture*, Londres/Nova Iorque: Verso, 2015 [2014].

Meli, Leidy, *A unidade residencial da Bouça: A proposta, os espaços e a cidade*, Porto: Prova Final, FAUP, 2007.

Mello, Duarte Cabral de, "Vítor Figueiredo: La misère du superflu", *L'Architecture d'Aujourd'Hui*, 185, Maio/Junho 1976, pp. 30-31.

Membros efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (ed.), *Livro branco do SAAL 1974-1976*, [s.l.], Conselho Nacional do SAAL, Novembro 1976.

Mendes, Manuel (coord.), *Memória: Alfredo Durão de Matos Ferreira*, Porto: Fundação Instituto Marques da Silva, 2017.

_ "«Karl-Marx», off", *Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erostismo*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2010a, pp. 383-384.

_ "Porto, Escola e Projectação. 1940-1986 (experiências de partilhada evolução da situação da arquitectura)", *Do esquecimento para além da arte: do nomadismo ao erostismo*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2010b, pp. 153-178.

_ *(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*, Porto: Faup Publicações, 2001.

Meyer, Hannes, *El arquitecto en la lucha de clases y otros escritos*, Barcelona: Gustavo Gili, 1972.

Michelis, Marco de, "Piccole case", *Heinrich Tessenow, 1876-1950*, Milão: Electa, 1991, pp. 38-65.

Ministério das obras públicas, *Colóquio sobre política da habitação*, Lisboa: Ministério das obras públicas, 1969.

Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, "Despacho", *Diário do Governo*, I série, n.º 182, 06/08/1974, pp. 873-874.

Miessen, Markus, *The nightmare of participation: crossbench praxis as a mode of criticality*, Berlim: Sternberg Press, 2011 [2010].

Molteni, Enrico, *Álvaro Siza: Barrio de la Malagueira*, Évora, Barcelona: Ediciones UPC, 1997.

Moniz, Gonçalo Canto, *O ensino moderno da arquitectura: a Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*, Coimbra: Tese de doutoramento, Darq-FCTUC, 2011.

_ "A formação social do arquitecto: Crise nos cursos de arquitectura, 1968-1969", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 2010, pp. 59-76.

Moniz, G. C., Correia, L. M., Gonçalves, A., "O Estudo de Renovação Urbana do Barredo. A formação social do arquitecto para um território mais democrático", *Revista de Estudos do Século XX*, 14, 2014, pp. 315-337.

Montaner, Josep Maria, "The return of Tessenow", *Temes de Disseny*, 5, 1991, pp. 205-211.

Montaner, Josep Maria; Muxí, Zaida, *Arquitectura y política: Ensayos para mundos alternativos*, Barcelona: Gustavo Gili, 2017 [2011].

Monteiro, Bruno; Pereira, Virgílio Borges (org.), *Intelectuais Europeus no Século XX: Exercícios de objectivação sócio-histórica*, Porto: Afrontamento, 2014.

Morais, Carlos Campos (ed.), *01 Textos: Álvaro Siza*, Porto: Civilização Editora, 2009.

Moreira, Paulo; Pestana, Mariana, "«Aleixo Sempre». Demolição do Bairro do Aleixo. Projecto de Restradas com Delair CFD", *Jornal Arquitectos*, 249, Jan.-Abr. 2014, pp. 282-297.

Moreira, Pedro, *O SAAL, as ilhas e a cidade*, Porto: Prova Final, FAUP, 2004.

Moreno, Joaquim, "«Aprendizagem revolucionária»: Uma pedagogia da arquitectura social" *in* Rodrigues, Dalila (coord.), *Arquitectura social: Três olhares críticos*, Lisboa, CCB, 2014, pp. 27-35.

Mota, Nelson, "Freedom to build? Self-help and incremental growth in the politics of housing in post-revolutionary Portugal" *in* Bandeirinha, José António; Sardo, Delfim; Moniz, Gonçalo Canto (ed.), *74-14 SAAL and architecture*, Coimbra/Porto: e|d|arq, CES, Fundação de Serralves, 2015, pp. 111-119.

_ "SAAL, sweat and tears", *Volume: Self-building city*, 43, 2015, pp. 82-91.

_ *An archaeology of the ordinary: rethinking the architecture of dwelling from CIAM to Siza*, Delft: Tese de Doutoramento, Delft University of Technology, 2014.

_ "Engagement and estrangement: participation and disciplinary autonomy in Álvaro Siza's S. Victor neighbourhood" in Duxbury, N., Moniz, G. C., Sgueo, G. (ed.), *Cescontexto, Rethinking Urban Inclusion: Spaces, Mobilizations, Interventions*, 2013, pp. 588-595.

_ "Between populism and dogma: Álvaro Siza's third way", Footprint, Defying the avant-garde logic: architecture, populism, and mass culture, 8, Primavera 2011, pp. 35-58.

Moura, Eduardo Souto de, *Relatório de Estágio de Arquitectura*, [s.l.]: [s.n.], 1980.

Movimento das Forças Armadas, Programa do Movimento das Forças Armadas, 26 Abril 1974, disponível em: http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07, consultado a 2 Abril 2017.

Mumford, Eric, *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*, Cambridge: MIT Press, 2002.

Mumford, Lewis, *The culture of cities*, San Diego/Nova Iorque/Londres: A Harvest/HBJ Book, 1970 [1938].

Nicolin, Pierluigi (dir.), *Álvaro Siza, Profésion poética=Profissão poética*, Barcelona: Gustavo Gili, 1988 [1986].

Nochlin, Linda, *Realism*, Harmondsworth/Baltimore/Melbourne: Penguin Books, 1971.

Nonell, Anni Günther, *Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*, Porto: Faup Publicações, 2002 [1998].

Nonell, Anni Günther; Tavares, Rui, "Oporto" *in* Guàrdia, M., Monclús, F. J., Oyón, J. L. (dir.), *Atlas histórico de ciudades europeas*, Vol. 1 – Peninsula Ibérica, Barcelona: Salvat, 1994, pp. 126-153.

Nunes, João Arriscado; Serra, Nuno, "«Casas decentes para o povo»: movimentos urbanos e emancipação em Portugal" *in* Santos, Boaventura Soura (org.), *Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa*, Porto: Edições Afrontamento, 2003, pp. 213-245.

Nunes, João Pedro, *À escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*, Lisboa: C. M., 2007.

O Problema da habitação: análise sectorial: programas de acção em 74/75: princípios de acção futura, [s.l.]: [s.n.], 1976.

Oficina Arara, *Buraco – Pasquim Satírico Pró-Lírico: Buraco da Torre / A contra-cidade*, Junho 2019.

"Olivais-Norte", *Arquitectura*, 81, Março 1964, pp. 5-28.

Oliveira, César, "O 25 de Abril e a ruptura com os municípios corporativos" *in* Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa: Temas & Debates, 1996, pp. 343-359.

Oliveira, J. M. Pereira de, *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento, 2007 [1973].

Oliveira, Joaquim Morais, "A fábrica e lanifícios de Lordelo", *A Indústria Portuense em perspectiva histórica: actas do Colóquio*, Lisboa: CLC-FLUP, 1998, p. 81-94.

Oliveira, Luísa, *A continuidade da tradição na modernidade: São Vítor, Kreuzberg, Schilderswijk e Chiado*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2009.

Oliveira, Paula de; Marconi, Francesco, *Política y proyecto: Una experiencia de base en Portugal*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978.

Omonen, Markku, "Neilikkavallunku - Mouksen Arkkitehti", *Arkkitehti*, 7, 1980.

Opel, Adolf; Quetglas, Josep (ed.), *Adolf Loos: Escritos II 1910/1932*, Madrid: El Croquis, 2004.

Opus Incertum, *Architectures à Porto*, Liège: Pierre Mardaga, [1990].

Oro, Aitor Varea, *La arquitectura del território: Los entramados sociales como herramienta de proyecto*, Valência: Tese de Doutoramento, Universitat Politècnica de València, 2015.

Paulino, Raquel, *ESBAP|FAUP O Ensino da Arquitectura na Escola do Porto. Construção de um Projecto Pedagógico entre 1969 e 1984*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2013.

Pehrsson, Kajsa, "Om bostadsfrågan i Portugal", *Att. Bo*, 1975.

Pereira, Gaspar Martins, "Do Porto dos Almadas ao limiar do século XX" *in* Fernandes, José A. Rio, *Geografia do Porto*, Porto: Book cover, 2020, pp. 76-89.

_ "Alves Redol: percurso singular de um «intelectual» no Estado Novo" *in* Monteiro, Bruno; Pereira, Virgílio Borges (org.), *Intelectuais Europeus no século XX: Exercícios de objectivação sócio-histórica*, Porto: Edições Afrontamento, 2014, pp. 271-283.

_ "SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário", *História: Revista da FLUP Porto*, IV Série, vol. 4, 2014, pp. 13-31.

Pereira, Gaspar; Serén, Maria, "O Porto Oitocentista" *in* Ramos, Luís A. de Oliveira (dir.), *História do Porto*, Porto: Porto Editora, 1994, pp. 376-521.

Pereira, Nuno Teotónio, "Participação Popular e Trabalho do Arquitecto" (Dez. 1969), [Comunicação de Nuno Teotónio Pereira no Encontro Nacional de Arquitectos (ENA) em Dezembro de 1969], *ex-curso, Stones against diamonds*, série a, 3, Novembro 2018.

_ *Escritos: 1947-1996 selecção*, Porto: Faup Publicações, 1996.

_ "Architettura Popolare, dall'Inchiesta al Progetto", *Domus*, 655, 1984, pp. 28-30.

_ "Habitações para o maior número", *Arquitectura*, 110, Julho-Agosto 1969, pp. 181-183.

Pereira, Virgílio Borges (org.), *A habitação social na transformação da cidade: Sobre a génese e efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956*, Porto: Afrontamento, 2016.

_ "Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu. Breves notas sobre a memória do encontro entre o social e a política no Porto (pós-)revolucionário" *in* Monteiro, Bruno; Pereira, Virgílio Borges (orgs.), *A política em estado vivo: uma visão crítica das práticas políticas*, Lisboa: Edições 70, 2013, pp. 237-251.

_ "Uma imensa espera de concretizações. Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto", *Sociologia, Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 13, 2003, pp. 139-148.

Pereira, Virgílio Borges, Queirós, João, *Na "Modesta Cidadezinha": Génese e estruturação de um bairro de casas económicas do Porto (Amial, 1938-2010)*, Porto: Afrontamento, 2013.

Pereira, V. B.; Queirós, J.; Silva, S. D.; Lemos, T., "Casas económicas e casas desmontáveis: génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo" *in* Agarez, Ricardo (coord.), *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal*, Lisboa: IHRU, 2018, pp. 82-117.

Pevsner, Nikolaus, *A history of building types*, New Jersey: Princeton University Press, 1997 [1976].

Pilat, Stephanie Zeier, *Reconstructing Italy: The Ina-Casa neighborhoods of the postwar era*, London/New York: Routledge, 2016 [2014].

Pimenta, Ana Rita, *O conjunto habitacional da Pasteleira*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2013.

Pinho, Jaime; Taurino, Leonor; Gonçalves, Fernanda, *Fartas de viver na lama: 25 de Abril, o Castelo Velho e outros bairros SAAL do distrito de Setúbal*, [Lisboa]: Colibri, 2002.

Pinto, António Costa, "O legado do autoritarismo e a transição portuguesa para a democracia, 1974-2004" *in* Loff, Manuel, Pereira, M. da Conceição Meireles (coord.), *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*, Porto: Editora Universidade do Porto, 2006, pp. 37-70.

Pinto, Jorge Ricardo, *O Porto oriental no final do século XIX: um retrato urbano (1875-1900)*, Porto: Edições Afrontamento, 2007.

Pinto, José Madureira; Pereira, Virgílio Borges (org.), *Pierre Bourdieu: A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento, 2007.

Pinto, Pedro Ramos, "Urban Social Movements and the Transition to Democracy in Portugal, 1974-1976", *The Historical Journal*, 51, 4, 2008, pp. 1025-1046.

Pita, António Pedro, *Conflito e unidade no neo-realismo português: arqueologia de uma problemática*, Porto: Campo das Letras, 2002.

Portas, Nuno, *Arquitectura(s): teoria e desenho, investigação e projecto*, Porto: Faup Publicações, 2005.

_ *A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura*, Porto: Faup Publicações, 2004 [1969].

_ "O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Fevereiro 1986, pp. 635-644.

_ "SAAL and the urban renovation in Portugal" *in* Hatch, Richard (ed.), *The scope of social architecture*, Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1984, pp. 259-264.

_ "Uma nova política urbana", *Binário*, 197, Fevereiro 1975, pp. 60-62.

_ "Prefácio" (1967) *in* Zevi, Bruno, *História da arquitectura moderna*, Lisboa: Arcádia, 1970, pp. 7-23.

_ *Funções e exigências de áreas da habitação*, Lisboa: LNEC, 1969.

_ "Arquitectura religiosa moderna em Portugal", *Arquitectura*, 60, Outubro 1957, pp. 20-34.

Portas, Nuno; Cabral, Bartolomeu Costa, "Uma realização da Câmara Municipal do Porto: O conjunto habitacional da Pasteleira. Notas em torno das realizações portuenses" e "A política habitacional da Câmara Municipal do Porto e o problema das «ilhas»", *Arquitectura*, 69, Novembro-Dezembro 1960, pp. 31-47.

Portas, Nuno; Mendes, Manuel (org.), *Arquitectura portuguesa contemporânea: anos sessenta – anos oitenta*, Porto: Fundação de Serralves, 1991.

Providência, P., Baía, P. (ed.), *Manuel Correia Fernandes: 18 obras*, Porto: Circo de Ideias, 2021.

Quaderns, 159, 1983.

Queirós, João, *Aleixo: génese, (des)estruturação e desaparecimento de um bairro do Porto (1969-2019)*, Porto: Edições Afrontamento, 2019.

_ "O «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956: Enquadramento político-social e elenco de realizações" *in* Pereira, Virgílio Borges (org.), *A habitação social na transformação da cidade: Sobre a génese e efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956*, Porto: Afrontamento, 2016, pp. 37-64.

_ *No Centro, À Margem: Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015.

Queirós, João; Pereira, Virgílio Borges, "State, housing and the «social question» in the city of Porto (1956-2006): an analysis on the making of doxa, orthodoxy and «alodoxia effects» in the (re)production of state housing policies", *Social Sciences - Annual Trilingual Review of Social Research*, 1, 2012, pp. 203-214.

_ "Estado, Alojamento e a «Questão Social»: elementos para a compreensão sociológica da formação da respectiva relação no Porto contemporâneo", *Argumentos de Razón Técnica – Revista Española de Ciencia, Tecnología y Sociedad, y Filosofía de la Tecnología*, 2, 2009, pp. 113-128.

Queirós, João; Rodrigues, Vanessa; Pereira, Virgílio Borges, "O mercado da reabilitação urbana enquanto construção política: Resultados de um percurso de pesquisa na cidade do Porto" *in* Pereira, Virgílio Borges (org.), *Em (re)construção: Elementos para uma sociologia da actividade na indústria de construção em Portugal*, Porto: FLUP, 2000, pp. 319-356.

Rajagopalan, Mrinalini, "Preservation and modernity: Competing perspectives, contested histories and the question of authenticity" *in* Crysler, C. G.; Cairns, S.; Heynen, H. (ed.), *The SAGE handbook of architectural theory*, Los Angeles/Londres/Nova Delhi/Singapura/Washington DC: SAGE Publications, 2012, pp. 308-324.

Ramalho, Pedro, *Itinerário*, Porto: Faup Publicações, 1989 [1980].

Ramalho, Pedro, *Pedro Ramalho: Projectos e obras de 1963 a 1995*, Porto: A.A.P., 1995.

Ramos, Rui, "Pasteleira" *in* Costa, Alexandre Alves [et al.], *Porto 1901-2001, Guia da arquitectura moderna*, Porto: Ordem dos Arquitectos SRN/Civilização, 2001.

Ramos, Sílvia, *Campo Alegre Cidade: da sua longa metamorfose*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2017.

Ramos, Tânia, *Bairros planeados e novos modos de vida: Olivais e Telheiras, que contribuições para o desenvolvimento do habitar sustentável*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.

Rancière, Jacques, *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*, Lisboa: Antígona, 2012 [2005].

_ *Estética e política: a partilha do sensível*, Porto: Dafne, 2010 [2000].

_ *O ódio à democracia*, Lisboa: Mareantes editora, 2006 [2005].

Raymond, Henri; Haumont, Nicole; Dezès, Marie-Geneviève; Haumont, Antoine, *L´Habitat Pavillonnaire*, Paris/Montréal/Budapest/Torino: L'Harmattan, 2001 [1966].

Reichlin, Bruno, "Figures of Neorealism in Italian Architecture (Part 1)", *Grey Room*, 5, 2001, pp. 79-101, disponível em: www.jstor.org/stable/1262574, consultado a 2 Março 2020.

_ "Figures of Neorealism in Italian Architecture (Part 2)", *Grey Room*, 6, 2002, pp. 110-133, disponível em: www.jstor.org/stable/1262617, consultado a 2 Março 2020.

Reichlin, Bruno; Steinmann, Martin, "Zum Problem der innerarchitektonischen Wirklichkeit", *Archithese: Realismus in der Architektur*, 19, 1976, pp. 3-10.

_ "A propos de la réalité immanente" (1976), *L'Architecture d'Aujourd'hui: Formalisme-Réalisme*, 190, 1977, pp. 72-73.

Reichlin, B.; Steinmann, M. (ed.), *Archithese: Realismus in der Architektur – réalisme dans l'architecture*, 19, 1976.

Reidy, *DPA*, 19, Edicions UPC, Barcelona, 2003.

Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Volume VI, Lisboa: Publicações Alfa, 1992.

_ "A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização" *in* Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Volume VI, Lisboa: Publicações Alfa, 1992, pp. 13-62.

Reis, Carlos (ed.), *Textos teóricos do neo-realismo português*, Lisbon: Seara Nova, 1981.

Reis, Sofia Borges, *74-86 Arquitectura em Portugal: uma leitura a partir da imprensa*, Coimbra: Dissertação de Mestrado, FCTUC, 2007.

Revista Crítica de Ciências Sociais, 18/19/20, Fevereiro 1986.

Ribeiro, Ariana, *A operação de Serralves: Uma proposta de habitação social*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2011.

Ribeiro, Maria de Fátima, *A operação SAAL Miragaia: Da interpretação da cidade ao património*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2011.

Ribeiro, Susana, *Reabilitação, reinterpretação e(m) evolução*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2018.

Rodrigues, Camila, *Memories of the SAAL in Lisbon: Socialism was not around the corner*, Lisboa: Tese de Doutoramento, FCSH-UL, 2018.

Rodrigues, Fernando Matos; Fontes, António Cerejeira; Silva, Manuel Carlos; Fontes, André Cerejeira (coord.), *A cidade da participação: projecto de arquitectura básica participada na ilha da Bela Vista*, Porto: Edições Afrontamento, 2016.

Rodrigues, Fernando Matos; Silva, Manuel Carlos, *Cidade, habitação e participação: o processo SAAL na ilha da Bela Vista 1974/76*, Porto: Edições Afrontamento, 2015.

Rodrigues, Fernando Matos, *Ilha da Bela Vista*, Porto: Edições Afrontamento, 2015.

Rodrigues, Jacinto, "Balanço da minha experiência pedagógica na escola", Intervenção ao 2.º encontro de arquitectura, 1977, disponível em: http://jacintorodrigues.blogspot.com/p/ecologia-urbana.html, consultado a 5 Dezembro 2017.

_ *Urbanismo e revolução*, Porto: Afrontamento, 1975.

Rodrigues, Maria, *Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76)*, Porto: Campo de Letras, 1999.

Rodrigues, Maria Salgado, *Movimentos sociais e políticas sociais: perspectivas dos actores do Movimento de Moradores no Porto (1974-76)*, Porto: Dissertação de mestrado em ciências da educação, FPCEUP, 2009.

Rogers, Ernesto Nathan, *Esperienza dell'architettura*, Milão: Skira, 1997 [1965].

_ "Utopia della realtà", *Casabella-continuità*, 259, Janeiro 1962.

Rossi, Aldo, *La arquitectura de la ciudad*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2018 [1966/1978].

_ *A arquitectura da cidade*, Lisboa: Edições Cosmos, 2001 [1966/1977].

_ *Para una arquitectura de tendencia. Escritos: 1956-1972*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977 [1975].

_ "Ciudad y proyecto" *in* I Seminario Internacional de Arquitectura en Compostela, *Proyecto y ciudad histórica*, Santiago de Compostela: C.O.A.G., 1976, pp. 17-24.

_ "Introducción" *in* I Seminario Internacional de Arquitectura en Compostela, *Proyecto y ciudad histórica*, Santiago de Compostela: C.O.A.G., 1976, pp. 15-16.

_ "Un'educazione «realista»" (1976) *in* Alberto Ferlenga (ed.), *Aldo Rossi: architetture 1959-1987*, Milão: Electa, 1987, p. 71.

_ "Une éducation realiste/Realismus als Erziehung", *Architheses: Realismus in der Architektur*, 19, 1976, pp. 25-28.

Rousselot, Christine; Beaudouin, Laurent, "Entretien avec Álvaro Siza", *AMC: Architecture, Mouvement, Continuité*, 44, 1978, pp. 33-41.

Ruivo, Ricardo; Tenreiro, José Pedro, "The SAAL program, the FFH, and contradictions in disciplinary ideology historical and historiographical tensions: The case of the Porto region" *in* Bandeirinha, José António; Sardo, Delfim; Moniz, Gonçalo Canto (ed.), *74-14 SAAL and architecture*, Coimbra/Porto: e|d|arq, CES, Fundação de Serralves, 2015, pp. 77-83.

"S.A.A.L.: architects, quell avenir? Débat avec Téotonio Pereira, Nuno Portas, Filipe Lopes, Manuel Vicente, Gonçalo Byrne, Raul Hestnes Ferreira et Bernard Huet", *L'Architecture d'Aujourd'hui: Portugal an II*, 185, Maio/Junho 1976, pp. 78-81.

Sacramento, Mário, *Há uma estética neo-realista?*, Lisboa: Veja, 1985 [1968].

Salgueiro, Teresa Barata, "A Promoção Habitacional e o 25 de Abril", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Fevereiro 1986, pp. 673-691.

Santos, Boaventura Sousa, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Edições Afrontamento, 1992 [1990].

_ "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português", *Análise Social*, vol. XXI, 87/88/89, 1985, pp. 869-901.

Santos, José Paulo dos (ed.), Álvaro Siza: obras y *proyectos, 1954-1992*, Barcelona: Gustavo Gili, [cop. 1993].

Santos, Mariana, *Sobre a apropriação do espaço: um percurso pelos bairros SAAL do Porto*, Porto: Prova Final, FAUP, 2004.

Santos, Ricardo, *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL – Oeiras*, Lisboa: Tinta-da-china, 2016.

Sardo, Delfim (ed.), *O Processo SAAL: Arquitectura e participação 1974-1976*, Porto: Serralves, 2014.

Schmid, D., Eberle, D., Hugentobler, M. (ed.), *A history of collective living: forms of shared housing*, Basel: Birkhauser, 2019.

Secchi, Bernardo, *La città dei ricchi e la città dei poveri*, Roma: Laterza, 2013.

Sequeira, Sandra, *S.A.A.L.: Novo conceito de projectar habitação e habitar*, Lisboa: Dissertação de Mestrado Integrado, Universidade Lusíada de Lisboa, 2012.

Silva, Cristina Emília, *A divulgação internacional da arquitectura portuguesa 1976-1988*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2016.

Silva, Rodrigo; Nazaré, Leonor (org.), *A república por vir: Arte, política e pensamento para o século XXI*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

Silva, Rui, "Uma cidade mais-que-perfeita", *Gabinete Paratextual*, 3, 2019.

Sindicato Nacional dos Arquitectos, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa: Sindicato nacional dos arquitectos, 1961.

_ *1.º Congresso Nacional de Arquitectura: relatório da comissão executiva, teses, conclusões e votos do congresso*, Lisboa: S.N.A., 1948.

Siza, Álvaro, "Renovação da zona de S. Vítor, Porto, 1974-77: Memória descritiva" *in* Castanheira, Carlos; Porcu, Chiara (ed.), *As cidades de Álvaro Siza*, Lisboa: Figueirinhas, 2001, pp. 25-29.

_ "O 25 de Abril e a transformação da cidade" (Dezembro 1984), *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Fevereiro 1986, pp. 37-40.

_ "A maior parte dos meus projectos" (1980) *in* Morais, Carlos Campos (ed.), *01 Textos: Álvaro Siza*, Porto: Civilização Editora, 2009, pp. 299-300.

_ "Bouça Residents' Association Housing", *a+u Architecture & Urbanism*, 123, 1980.

_ "1975. Memoria de Sevilla", *Separata. Literatura, arte y pensamiento*, 3, Verão 1979, pp. 28-39.

_ "A ilha proletária como elemento base do tecido urbano" (1976) *in* Costa, Ana Alves; Costa, Ana Catarina; Fernandez, Sergio (coord.), *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL – S. Victor*, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, pp. 32-47.

_ "Linhas de acção dos técnicos como técnicos" (1976) *in* Costa, Ana Alves; Costa, Ana Catarina; Fernandez, Sergio (coord.), *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL – S. Victor*, Lisboa: Tinta-da-china, 2019, pp. 56-57.

_ "Tres intervenciones en la ciudad de Oporto" *in* Tarragó, Salvador; Beramendi, Justo G. (ed.), *Proyecto y ciudad histórica: I Seminario Internacional de Arquitectura*, Santiago de Compostela: C.O.A.G., 1976, pp. 85-101.

Skansi, Luka, "Manfredo Tafuri and the critique of realism", *Serbian architectural journal*, 6, 2014, pp. 182-195.

Smithson, Alison & Peter, *Urban Structuring: Studies of Alison & Peter Smithson*, London: Studio Vista, 1967.

_ "Cluster City: A new shape for the community", *Architectural Review*, Novembro 1957, pp. 333-336.

Solá-Morales, Ignasi de, "La posibilidad de la arquitectura popular", *Periferia*, 2, 1984, pp. 5-9.

Sousa, Fernando (coord.), *Os presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*, Porto: CEPESE-Centro de Estudos da População Economia e Sociedade, 2013.

Stavrides, Stavros, *Common space: The city as commons*, Londres: Zed books, 2016.

Steinmann, Martin, "Reality as History: Notes for a discussion of realism in architecture", *A + U*, 69, Setembro 1976.

Swenarton, Mark, "Reforming the welfare state: Camden 1965-73", *Footprint, The European Welfare State Project: Ideals, Politics, Cities and Buildings*, Outono 2011, vol. 5/2, pp. 41-48.

Tafuri, Manfredo, *Storia dell'architettura Italiana: 1944-1985*, Turim: Piccola Biblioteca Einaudi, 1986.

_ "Architettura e realismo" *in* Lampugnani, V. M. (org.), *L'avventura delle idee nell'architettura: 1750-1980*, Milão: Electa, 1985, pp. 122-145.

_ *Projecto e utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo*, Lisboa: Editorial Presença, 1985 [1973].

_ *Vienna Rossa: La politica residenziale nella Vienna Socialista*, Milão: Electa, 1980.

_ *Teorias e história da arquitectura*, Lisboa: Presença, 1979 [1968].

Tafuri, Manfredo; Cacciari, Massimo; Co, Francesco Dal, *De la vanguardia a la metropoli: Crítica radical a la arquitectura*, Barcelona: Gustavo Gili, 1972.

Tafuri, Manfredo; Co, Francesco Dal, *Arquitectura Contemporánea*, Madrid: Aguilar, 1978 [1976].

Tarragó, Salvador; Beramendi, Justo G. (ed.), *Proyecto y ciudad histórica: I Seminario Internacional de Arquitectura*, Santiago de Compostela: C.O.A.G., 1976.

Taut, Bruno, *The city crown*, Londres/Nova Iorque: Routledge, 2017 [1919].

Tavares, André; Bandeira, Pedro (ed.), *Só nós e Santa Tecla: a casa de Caminha de Sergio Fernandez*, Porto: Dafne, 2008.

Tavares, Bruno, *Estudo do SAAL – da teoria à prática: Carácter da sua execução no Porto*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, Universidade Lusíada do Porto, 2011.

Tavares, Domingos, *António Correia da Silva: Arquitecto Municipal*, Porto: Dafne, 2016.

_ "A difficult work: systematic and circumstance in opening new ways to Portuguese architecture" *in* Bandeirinha, José António; Sardo, Delfim; Moniz, Gonçalo Canto (eds.), *74-14 SAAL and architecture*, Coimbra/Porto: e|d|arq, CES, Fundação de Serralves, 2015, pp. 53-59.

_ *Da Rua Formosa à Firmeza*, Porto: Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P., 1985.

Tavares, Maria, *Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência: Arquitectura e modos de actuação no exercício do projecto*, Porto: Tese de Doutoramento, FAUP, 2016.

_ "Casa Protótipo: afirmação de um caminho experimental em arquitectura", *Resdomus: revista de cultura arquitectónica*, 11, 2014, pp. 35-45.

Tavares, Rui, "A carta topographica da cidade do Porto de 1892 – uma base cartográfica para a gestão urbanística municipal" *in* Braga, Maria Helena Gil; Fernandes, Mário (coord.), *A planta da cidade do Porto no século XIX: cartografia e urbanismo*, Porto: CMP, Pelouro do conhecimento e coesão social, departamento municipal de arquivos, FLUP, departamento de geografia, Novembro 2011, pp. 14-19.

Távora, Fernando, *Da organização do espaço*, Porto: Faup Publicações, 1999 [1962].

_ (coord.), *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*, Porto: Câmara Municipal do Porto/Direcção dos Serviços de Habitação – Repartição de Construção de Casas, 1969.

_ "Arquitectura e urbanismo: A lição das constantes" (1952), *Teoria geral da organização do espaço: Arquitectura e urbanismo: A lição das constantes*, Porto: Faup Publicações, 1993, pp. 3-19.

_ *Cadernos de Arquitectura*, série I, Lisboa: Manuel João Leal, 1947.

_ "O Problema da Casa Portuguesa", *Aléo*, 9, ano IV, série IV, Lisboa, 10 de Novembro 1945.

Távora, F.; Siza Vieira, A.; Ferrão, B.; Barata, F., "Barredo: Operazione di rinnovo urbano", *Lotus International*, 18, Março 1978, pp. 95-99.

Teixeira, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

_ "A habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro, *Análise Social*, vol., XXIX, 127, 1994, pp. 555-579.

_ "As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940", *Análise Social*, vol. XXVII, 115, 1992, pp. 65-89.

_ "Do entendimento da cidade à intervenção urbana: o caso das «ilhas» da cidade do Porto", *Sociedade e Território*, 2, Fevereiro 1985, pp. 74-89.

Tessenow, Heinrich, *Osservazioni elementari sul costruire*, Milão: Franco Angeli, 1987.

Teyssot, Georges, *Da teoria de arquitectura: doze ensaios*, Lisboa: Edições 70, 2010 [1987].

Thorney, D. G., "Método da composição na educação arquitectónica", *Arquitectura*, 91, Jan.-Fev. 1966, pp. 33-37.

Till, Jeremy, *Architecture depends*, Cambridge/Londres: The MIT Press, 2009.

Topalov, Christian, *Histoires d'enquêtes: Londres, Paris, Chicago (1880-1930)*, Paris: Classiques Garnier, 2015.

_ "La politique du logement dans le processus révolutionnaire portugais (1974-1975)", *Espaces et Sociétés*, 17/18, Mar.-Jun. 1976, pp. 109-136.

Topalov, Christian [et al.] (dir.), *L'Aventure des Mots de la Ville*, Paris: Robert Laffont, 2010.

Trigueiros, Luiz (ed.), *Álvaro Siza: 1954-1976*, Lisboa: Blau, 1997.

Urban planning: Housing builds cities, vol. 4, 3, 2019.

Urbano, Luís (coord.), *Revoluções: Arquitectura e cinema nos anos 60/70*, Porto: Ruptura silenciosa, 2013.

Vanlaethem, France, "Entrevue avec Alvaro Siza: Pour une architecture épurée et rigoureuse", *ARQ – Architecture/Québec*, 14, Agosto 1983, pp. 16-19.

Vasconcelos, Diana da Silva, *O bairro de Ramalde de Fernando Távora: um bairro moderno no Porto*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2009.

Vásquez, Isabel Breda; Conceição, Paulo (coord.), *'Ilhas' do Porto: Levantamento e caracterização*, Porto: Município do Porto, 2015.

Velho, Cláudia, *S. Vítor e as Siedlungen: Dos anos vinte à contemporaneidade do lugar*, Porto: Prova Final, FAUP, 2007.

Verso editors (ed.), *The right to the city*, Londres/Nova Iorque: Verso, 2017.

Viçoso, Vítor, *A narrativa no movimento Neo-Realista: as vozes sociais e os universos da ficção*, Lisboa: Edições Colibri, 2011.

Vidler, Anthony, *James Frazer Stirling: notes from the archive*, New Haven: Yale University Press, 2010.

Vilaça, Helena, "As associações de moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e da participação social", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 4, Janeiro 1994, pp. 49-96.

_ *Associativismo e movimentos sociais: modalidades de participação*, Porto: Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, FLUP, 1993.

Wagner, Richard, *A arte e a revolução*, Lisboa: Antígona, 2000 [1849].

Walton, Sara, "Entrevista a arq. João Resende e eng. Artur Santos Leite", *Disparidades dos limites que compõem o espaço urbano: o limite da cidade vs. o limite da casa no SAAL Boavista*, Porto: Dissertação de Mestrado Integrado, FAUP, 2016.

Webster, Helena, *Bourdieu for architects*, Londres/Nova Iorque: Routledge, 2011.

Wood, Ellen Meiksins, D*emocracy against capitalism: Renewing historical materialism*, Londres/Nova Iorque: Verso, 2016.

Wonen-Tabk, 9 – 83, 1983.

Outras publicações periódicas

Amorim, Miguel, "Ilha de Siza Vieira à venda por 25 milhões", disponível em: https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/ilha-de-siza-vieira-a-venda-por-25-milhoes-11356683.html, 1 Outubro 2019, consultado a 9 Dezembro 2019.

"As crianças da Boavista já têm parque infantil", *Comércio do Porto*, 20 Junho 1976.

Associação cultural Amigos do Porto, *Boletim*, 18, 2000.

Bandeira, José Gomes, "No Porto, Da acumulação de capital, as comissões de moradores: Entrevista com o arq. Alexandre Alves Costa", *Sempre fixe: semanário popular*, Maio 1975, pp. 14, 19.

Barradas, Fernando, "O palacete ocupado pela L.U.A.R.: No riso das crianças o obrigado do povo", *O Comércio do Porto*, 20 de Março de 1975, recorte consultado no ADP.

Campos, Jorge, "A propósito dos tempos que correm", *O Comércio do Porto*, 26 Março 1975.

Carvalho, Patrícia, "Obras no Bairro da Maceda avançam em 2017", *Público*, 22 Novembro 2016, disponível em: https://www.publico.pt/2016/11/22/local/noticia/obras-no-bairro-da-maceda-no-porto-avancam-em-2017-1752163, consultado a 7 de Janeiro de 2021.

_ "Câmara do Porto vai avançar com demolição do Bairro do Nicolau nas Fontainhas", *Público*, 22 Junho 2013, p. 16.

"Cedofeita organiza comissões de moradores", *Comércio do Porto*, 23 Fevereiro 1975.

Coentrão, Abel, "Segunda fase do projecto SAAL no Bairro da Maceda vai avançar", *Público*, 21 Abril 2016, disponível em: https://www.publico.pt/2016/04/21/local/noticia/segunda-fase-do-projecto-saal-no-bairro-da-maceda-vai-avancar-1729661, consultado a 7 de Janeiro de 2021.

"Continuam as ocupações: Moradores de Massarelos expropriam Champallimaud", *Comércio do Porto*, 26 Março 1975.

Cordeiro, José Lopes, "Os bairros d' «O Comércio do Porto»", *Público*, 16 Julho 2000, disponível em: https://www.publico.pt/2000/07/16/jornal/os-bairros-d-o-comercio-do-porto-146522, consultado a 17 Abril 2021.

_ "O bairro do Monte Pedral", Público, 23 Maio 1999, disponível em: https://www.publico.pt/1999/05/23/jornal/o-bairro-do-monte-pedral-133935, consultado a 17 Abril 2021.

_ "O triste fim da Fundição do Ouro", *Público*, 25 Abril 1999, disponível em: https://www.publico.pt/1999/04/25/jornal/o-triste-fim-da-fundicao-do-ouro-132703, consultado a 2 Fevereiro 2021.

Guerreiro, António, "Bons escritores, maus cidadãos", *Público*, 26 Agosto 2021, disponível em: https://www.publico.pt/2021/08/26/culturaipsilon/cronica/bons-escritores-maus-cidadaos-1975130?ref=pesquisa&cx=page__content, consultado a 26 Agosto 2021

_ "Os pecados dos escritores", *Público*, 18 Outubro 2019, disponível em: https://www.publico.pt/2019/10/18/culturaipsilon/cronica/pecados-escritores-1890086, consultado a 19 Outubro 2019.

_ "Mário Dionísio, um homem dividido", *Público*, 2 Novembro 2016, disponível em: https://www.publico.pt/2016/11/02/culturaipsilon/noticia/mario-dionisio-um-homem-dividido-1749614, consultado a 16 Janeiro 2020.

Medeiros, Carolina / FAUP, "Percurso arquitectónico de Alfredo Matos Ferreira em exposição na FAUP", *Notícias Universidade do Porto*, 10 de Dezembro de 2017, disponível em: https://noticias.up.pt/percurso-arquitetonico-de-alfredo-matos-ferreira-em-exposicao-na-faup/, consultado a 9 Dezembro 2019.

"Inaugurada a Sede da Associação de Moradores da Zona da Póvoa", *Jornal de Notícias*, 16 de Maio de 1976.

Pacheco, Natércia, "Travessa da Póvoa-Porto. Sabem que mais? A revolta sobe", *Gazeta*, 27 de Maio de 1976.

"Parque infantil em Francos", *Jornal de Notícias*, 11 Setembro 1976.

Pinto, Luísa, "Cooperativa experimenta habitação de luxo a custos controlados nas Fontainhas", *Público*, 27 Junho 2008, disponível em: https://www.publico.pt/2008/06/27/jornal/cooperativa-experimenta-habitacao-de-luxo-a-custos-controlados-nas-fontainhas-266567, consultado a 5 Fevereiro 2019.

Pinto, Mariana Correia, "Campanhã: Câmara investe 2,6 milhões de euros em Azevedo", *Público*, 8 Janeiro 2019, disponível em: https://www.publico.pt/2019/01/08/local/noticia/azevedo-campanha-camara-investe-26-milhoes-euros-zona-esquecida-cidade-1857065, consultado a 3 Abril 2021.

_ "Uma mancha verde e habitação para construir «cidade nova» na Lapa", *Público*, 9 Dezembro 2019, disponível em: https://www.publico.pt/2019/12/09/local/noticia/-mancha-verde-habitacao-construir-cidade-nova-lapa-1896735?fbclid=IwAR2d6e6eAGmngaxXfGVgnyhSUY9JIS2e-9CBSoJ1B7C8iVF9_696dwYAG16g, consultado a 19 Dezembro 2019.

_ "Em meio ano, Porto recebeu 187 pedidos de licenciamento para projectos imobiliários", *Público*, 10 Dezembro 2019, disponível em: https://www.publico.pt/2019/12/10/local/noticia/meio-ano-porto-recebeu-187-pedidos-licenciamentos-projectos-imobiliarios-1896807, consultado a 10 Dezembro 2019.

Pinto, Mariana Correia; Dias, Gonçalo, "Tinto, mas limpo: do velho rio à vida nova do Parque Oriental", *Público*, 22 Julho 2019, disponível em: https://www.publico.pt/2019/07/22/local/noticia/rio-tinto-limpo-passo-longa-vida-parque-oriental-1880611, consultado a 1 Abril 2021.

Pinto, Mariana; Garrido, Nuno, "Porto: destruíram-lhes as hortas comunitárias, deixando-os «ainda mais pobres»", *Público*, 28 Abril 2020, disponível em: https://www.publico.pt/2020/04/28/local/noticia/porto-destruiramlhes-hortas-comunitarias-deixandoos-pobres-1914265, consultado a 5 Março 2021.

R., M., "Dr. Cal Brandão no Centro Infantil de Massarelos: Contai com o meu apoio, estou com as comissões de moradores", *Comércio do Porto*, 30 Maio 1976.

Webgrafia

https://2019.openhouseporto.com/places/bairro-bouca/

https://www.bing.com/maps

https://digital.library.cornell.edu/catalog/ss:1504049

http://www.domussocial.pt/bairros-lista/central-de-francos, consultado a 3 Março 2021.

https://www.drawingmatter.org/, consultado em Fevereiro 2019.

https://www.moma.org/artists/29732#works

http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2015/05/as-carquejeiras-porto.html, consultado em Dezembro 2020.

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73483

http://portoarc.blogspot.com/2017/03/alfandega-nova.html, consultado em 17 Dezembro 2020.

http://portodeantanho.blogspot.com/search/label/F%C3%A1brica%20de%20Cer%C3%A2mica%20de%20Massarelos, consultado a 2 Fevereiro 2021.

http://schatkamer.nai.nl/en/projects/woningen-en-interieur-weissenhofsiedlung#

https://www.serralves.pt/institucional-serralves/parque-historia/, consultado a 26 Março 2021.

"A Fábrica de Lanifícios de Lordelo (Cidade do Porto)", *Monumentos desaparecidos*, disponível em: http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2010/02/fabrica-de-lanificios-de-lordelo-cidade.html, consultado a 26 Março 2021.

Arquivo Distrital do Porto, https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/details?id=409302, consultado a 21 de Janeiro de 2021.

Bandeirinha, José António, [Entrevistas realizadas sobre o SAAL], disponível em: https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs?_token=tIr6c0dl3Ho9KN7neIxAMxAYN5iC5Rg31YzMDaEz&action=advanced-search&title=saal&authors=&publicationYear=&type=&country=&language=&otherSearchTerms=&repository=&order_asc_desc=asc, consultado a 23 Janeiro 2021.

_ [Entrevista a Mário Brochado Coelho], 1999, disponível em: https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/1085, consultado a 1 Junho 2021.

"Bairro de casas económicas de São Roque da Lameira", *SIPA*, disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=24028, consultado a 10 Março 2021.

"Câmara reabilita ringue desportivo da Associação de Moradores da Lomba, 28 Março 2018, disponível em: http://www.porto.pt/noticias/camara-reabilita-ringue-desportivo-da-associacao-de-moradores-da-lomba

"Casa da Quinta da Prelada", http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5446, consultado a 6 Fevereiro 2021.

Colaço, Isabel; Dias, Manuel Graça (autores), Feldman, Edgar (realização), "Maria Manuel Godinho de Almeida e Duarte Cabral de Mello", *Magazine de Arquitectura e Decoração*, RTP 2, 27 Janeiro 1993, disponível em https://arquivos.rtp.pt/conteudos/maria-manuel-godinho-de-almeida-e-duarte-cabral-de-mello/, consultado a 10 Abril 2019.

Fernandez, Sergio, "A experiência do SAAL em Portugal", *IX Seminário Internacional da Escola da Cidade: Habitação: Infraestrutura, espaço público e gestão*, 30 Mar.-4 Abr. 2014, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TfKGxmWIAfs, consultado a 9 Junho 2021.

Moniz, Gonçalo Canto (entrevistador), *Depoimentos sobre Octávio Lixa Filgueiras*, Fundação Marques da Silva, 2007, disponível em: https://www.facebook.com/fundacao.marquesdasilva/videos/

"Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna em São Mamede de Infesta", Noticiário nacional, 15 Fevereiro 1965, disponível em: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/movimento-juvenil-de-ajuda-fraterna-em-sao-mamede-de-infesta/, consultado a 15 Janeiro 2021.

Neumann, Stan, *O tempo dos operários* [A History of the European Working Class], 2020, disponível em: https://www.rtp.pt/programa/tv/p40616, consultado a 4 Maio 2021.

"Porto – Antiga Fábrica de Lanifícios de Serralves", *Portal do Arqueólogo: Direcção-Geral do Património Cultural*, disponível em: https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2720981, consultado a 26 Março 2021.

Ramos [et al.], *Mapping Public Housing Research Project Database*, disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/mapa_habitacao_db

Rodrigues, José Miguel, "Orgânico racional: Entrevista a Pedro Ramalho", disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J1ZtamLj-ig, consultado a 6 de Setembro de 2019.

Siza, Álvaro, [Conferência para a sessão de apresentação do livro dedicado à operação SAAL de S. Vítor, segundo volume da colecção Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL], 23 Abril 2019, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rLQop0sc-2CE, consultado a 9 Junho 2021.

"Torre do Palácio dos Terenas/Torre de Pedro-Sem/Torre da Marca", disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5554, consultado a 15 Outubro 2019.

Venturi, "Robert, My choice of colour for the Vanna Venturi House", disponível em: http://www.webofstories.com/people/robert.venturi.and.denise.scott.brown/11?o=SH, consultado a 3 Junho 2016.

Jornais dos Movimentos de Moradores

A nossa luta, Jornal da Comissão de Moradores do Carvalhido

A razão da nossa luta, Comissão de Moradores da Zona de Justino Teixeira, Monte da Estação, Godim e D. Lopo de Almeida

A Realidade, Boletim informativo da Comissão de Moradores de Pêgo Negro

A Reconstrução, Publicação quinzenal da Comissão de Moradores da zona da Arrábida

A voz de Francos, Boletim informativo da Associação de Moradores de Francos

A Voz da Lapa (Jornal de apoio às lutas populares), Boletim da Associação de Moradores da Zona da Lapa

A voz do Leal, Boletim da Associação de Moradores do Leal

A Zona, Boletim da Associação de Moradores de S. Vítor

Arada em Luta, Boletim da Associação de Moradores da Arada

Arranque, Jornal dos Moradores das Antas,

Boletim informativo, Associação de Moradores de Serralves

Boletim informativo, Comissão de Moradores da Lomba

Boletim informativo, Comissão de Moradores de Massarelos

Despertar, Boletim da Associação de Moradores de Presa-Velha/Formiga

Ilhéu visto a olho nu, Jornal dos Moradores do Bairro do Acácio

Lutar é vencer, Jornal da Associação de Moradores da Zona de Chaves de Oliveira

Lutar pela habitação, Comissão de Moradores Provisória da Zona das Fontainhas

Miragaia em luta, Jornal da Comissão de Moradores de Miragaia

Moradores em tuta, Boletim da Comissão de Moradores de Contumil, 3, Outubro/Novembro 1975.

O Alerta, Boletim mensal dos Moradores das Zonas da Bouça, Burgães, Peneda, Marq. Marinho e Monte Cativo

O Vilar em luta, Associação de Moradores do Bairro de Vilar

Uma casa para ti, Boletim da Comissão de Moradores da Zona da Sé

União do Povo, Boletim da Associação de Moradores da Bela Vista (D. João IV)

Filmografia

Bacelar, Manuela, *Meninos Ciganos*, 1975.

César, Filipa, *Porto, 1975*, 2010, 10'.

Cinequipa, *Direito à habitação*, 1976, 48'.

Costa, Catarina Alves, *Casas para o povo*, 2010, 12'.

Dias, João, *As operações SAAL*, 2007, 97'.

Ferreira, Alfredo Matos, *SAAL: Pelo direito à habitação: Casas sim barracas não*, [1975-76], 4'.

Ferreira, Alfredo Matos, *Encontro SAAL/Norte*, [1975].

Mesquita, Pedro, *Paredes Meias*, 2009, 52'.

Neumann, Stan, *O tempo dos operários [A History of the European Working Class]*, 2020, 4 episódios, 208'.

Pinto, Cândida, *Vizinhos*, 2016, 4 partes, 155'.

Rocha, Luís Filipe, *Barronhos – Quem teve medo do poder popular?*, 1976, 52'.

Teles, António Cunha, *Continuar a viver ou Os Índios da Meia Praia*, 1977, 100'.

Arquivos

Arquivo Agostinho Ricca

Arquivo Alexandre Alves Costa

Arquivo Alfredo Matos Ferreira

Arquivo Álvaro Siza

Arquivo Associação de Moradores do Bairro da Maceda

Arquivo Associação de Moradores de Contumil

Arquivo Canadian Centre for Architecture

Arquivo Cecília Cavaca

Arquivo Centro Documentação 25 de Abril

Arquivo Distrital do Porto

Arquivo Fundação Marques da Silva

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Arquivo Margarida Coelho

Arquivo Mário Trindade

Arquivo MoMA

Arquivo Pedro Cabral

Arquivo Pedro Ramalho

Arquivo Sergio Fernandez

Centro de Documentação 25 de Abril

Centro de Documentação da FAUP

CIGeoE - Centro de Informação Geo-espacial do Exército

Ephemera - Biblioteca e arquivo de José Pacheco Pereira

Entrevistas

Entrevista Alexandre Alves Costa (11 Março 2016)

Entrevista Álvaro Siza (3 Dezembro 2016)

Entrevista Manuel Lessa (19 Setembro 2014)

Entrevista Manuel Mendes (9 Setembro 2020)

Entrevista Margarida Coelho (21 Setembro 2015)

Entrevista Pedro Ramalho (13 Outubro 2014)

Entrevista Sergio Fernandez (3 Outubro 2014)

Conversas

Adalberto Dias

Camilo Cortesão

Eduardo Souto de Moura

Elói Castro

Helena Albuquerque

José Luís Gomes

José Manuel Soares

José Oliveira

Manuel Fernandes de Sá

Mário Trindade

Pedro Borges de Araújo

Pedro Cabral

Ricardo Figueiredo

Teresa Fonseca

Xan Casabella López

TABELA-SÍNTESE DAS OPERAÇÕES SAAL NO PORTO

TABELA-SÍNTESE DAS OPERAÇÕES SAAL NO PORTO	INÍCIO DA OPERAÇÃO	CHEFE DE BRIGADA
OP01 **OPERAÇÃO SAAL DA MACEDA** **Associação de Moradores do Bairro da Maceda** **(Zona administrativa 8)**	Outubro 1974	Alcino Soutinho
OP02 **OPERAÇÃO SAAL DAS ANTAS** **Associação de Moradores das Antas** **(Zona administrativa 7)**	Outubro 1974	Pedro Ramalho
OP03 **OPERAÇÃO SAAL DO LEAL** **Associação de Moradores do Bairro do Leal** **(Zona administrativa 3)**	Outubro 1974	Sergio Fernandez
OP04 **OPERAÇÃO SAAL DA SÉ** **Associação de Moradores da Zona da Sé** **(Zona administrativa 5)**	Outubro 1974	Carlos Guimarães
OP05 **OPERAÇÃO SAAL DE CHAVES DE OLIVEIRA** **Associação de Moradores de Chaves de Oliveira** **(Zona administrativa 8)**	Novembro 1974	Manuel Lessa
OP06 **OPERAÇÃO SAAL DA LAPA** **Associação de Moradores da Zona da Lapa** **(Zona administrativa 3)**	Novembro 1974	Alfredo Matos Ferreira Bernardo Ferrão Beatriz Madureira
OP07 **OPERAÇÃO SAAL DE S. VÍTOR** **Associação de Moradores da Zona de S. Vítor** **(Zona administrativa 6)**	Novembro 1974	Álvaro Siza Domingos Tavares
OP08 **OPERAÇÃO SAAL DA BELA VISTA** **Associação de Moradores da Bela Vista** **(Zona administrativa 7)**	Dezembro 1974	Mário Moura Mário Trindade Manuel Carvalho (António Dias)
OP09 **OPERAÇÃO SAAL DE MASSARELOS** **Associação de Moradores de Massarelos** **(Zona administrativa 2)**	Janeiro 1975	Manuel Fernandes de Sá
OP10 **OPERAÇÃO SAAL DE PARCERIA-ANTUNES** **Associação de Moradores do Bairro Parceria-Antunes** **(Zona administrativa 2)**	Janeiro 1975	Carlos Ferreira Henrique Vanez Fernando Lucena
OP11 **OPERAÇÃO SAAL DA PRELADA** **Associação de Moradores da Travessa da Prelada** **(Zona administrativa 4)**	Janeiro 1975	Fernando Távora

BRIGADA	Nº AGREGADOS FAMILIARES	Nº FOGOS CONSTRUÍDOS	INÍCIO DA CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTOS CRIADOS
Manuel Mendes, Marta Oliveira, Pedro Cabral	47	33	Novembro 1975	Sede
Francisco Lima, Pedro Borges de Araújo, Maria Teresa Fonseca, Lídia Costa, Vítor Bastos, Augusto Costa, José Lencastre, Miguel Pais Vieira, Orlando Sequeira, Mário Frois Amaral, Teresa Barreiros, Américo Queirós, Vítor Gonçalves Arcos	453	32	Outubro 1975	Sede, Infantário
Vítor Sinde, António Corte Real, Emídio Fonseca, José Manuel Soares, Carlos Delfim	168	16	Abril 1976	Sede, Creche
José Gigante, Carlos Prata, Henrique de Carvalho, Maria Manuela Antunes, José Martins, Raimundo Delgado, António Silva Costa, Jofre da Silva Bispo, António Trindade, Miguel Henriques, Maria Estela Vieira, António Ribeiro, João Carlos Sousa, Carlos Filipe Ribeiro	1003		[1975-1976]	Edifício de lavadouros e balneários
António Tentúgal Valente, Maria Eduarda Fernandes, Maria João Freitas, Maria Emília Dias Gomes, Maria do Rosário Alves, Joaquim Figueiras	24	15	Maio 1976	Sede
Agostinho Ramos, Francisco Barata, Joaquim Jordão, Manuel Magalhães	482	74	Abril 1976	Sede
Francisco Guedes, Adalberto Dias, Eduardo Souto de Moura, Manuela Sambade, Graça Nieto Guimarães, Paula Cabral	615	20	Outubro 1975	Centro Cultural e Recreativo
Fernando Lucena, Henrique Vanez, Manuel Carvalho, Manuel Pinto, Manuela Juncal, Fernando Parati, Manuel Teles, Eduardo Queirós, Manuel Queirós, António Jorge Lopes, Maria Rodrigues, José Pereira	53			Sede
Rui Oliveira, Mário Rui Martins, Celeste Seixas, Nuno Barata Silvério, Manuel Castro, José Bastos, Abílio Mourão, Manuel Santos Silva	626	66	[Início anos 1980]	Centro Infantil
José Cião Reis, Graça Guimarães, Paula Cabral, Clara Outeiro, Rui Graça, António Jorge Nunes	215			
Beatriz Madureira, António Silva Costa, A. Ramos, J. Soares Malta, J. Diogo	11			

TABELA-SÍNTESE DAS OPERAÇÕES SAAL NO PORTO	INÍCIO DA OPERAÇÃO	CHEFE DE BRIGADA
OP12 **OPERAÇÃO SAAL DA PÓVOA** **Associação de Moradores da Zona da Póvoa** **(Zona administrativa 7)**	Janeiro 1975	José Alberto Miranda
OP13 **OPERAÇÃO SAAL DE VILAR** **Associação de Moradores do Bairro de Vilar** **(Zona administrativa 2)**	Janeiro 1975	Domingos Moreira Polónia Mário Moura
OP14 **OPERAÇÃO SAAL DE FRANCOS** **Associação de Moradores da Zona de Francos** **(Zona administrativa 4)**	Fevereiro 1975	Rolando Torgo
OP15 **OPERAÇÃO SAAL DA BOAVISTA** **Associação de Moradores da Zona da Boavista** **(Zona administrativa 4)**	Março 1975	João Resende João Godinho
OP16 **OPERAÇÃO SAAL DA ZONA DE S. ROQUE** **Associação de Moradores da Zona da Arada,** **Associação de Moradores Cartes-Maceda e Pinheiro Grande** **(Zona administrativa 8)**	Abril 1975	Óscar Nunes Manuel Lessa
OP17 **OPERAÇÃO SAAL DA ARRÁBIDA** **Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida** **(Zona administrativa 1)**	Abril 1975	José Luís Gomes Camilo Cortesão
OP18 **OPERAÇÃO SAAL DA BOUÇA** **Associação de Moradores da Bouça** **(Zona administrativa 3)**	Abril 1975	Anni Günther Nonell
OP19 **OPERAÇÃO SAAL DE CONTUMIL** **Associação de Moradores de Contumil** **(Zona administrativa 8)**	Abril 1975	Célio Costa Elói Castro Mário Abreu
OP20 **OPERAÇÃO SAAL DO HEROÍSMO** **Comissão de Moradores da Rua do Heroísmo** **(Zona administrativa 6)**	Maio 1975	Cristiano Moreira
OP21 **OPERAÇÃO SAAL DE MIRAGAIA** **Associação de Moradores de Miragaia** **(Zona administrativa 5)**	Julho 1975	Sergio Fernandez Fernando Távora Jorge Barros
OP22 **OPERAÇÃO SAAL DE** **PRESA VELHA-FORMIGA-CHINA** **Associação de Moradores da Zona de** **Presa Velha-Formiga-China** **(Zona administrativa 6)**	Julho 1975	Sergio Fernandez Francisco Guedes de Carvalho

BRIGADA	Nº AGREGADOS FAMILIARES	Nº FOGOS CONSTRUÍDOS	INÍCIO DA CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTOS CRIADOS
Suzana Cavaco, Luís Casal, Pedro Cavaco, Fernando Pinto, Olavo Barros, Leonor Machado Seixas	226			Sede
Paulo Simões Ramos dos Santos, Luís Pereira Alves, Maria João Ralha Matos, José Oliveira, António José Rocha	124			
Maria Cecília Cavaca, Manuel Maia, Maria Nazaré Guimarães, Manuel Magalhães	363	44	Janeiro 1976	Sede
José Luís Milho, Paula Araújo Silva, Jorge Barbosa, Carlos Claro, António Moreira, António Oliveira, Artur Santos Leite	539			Sede
Manuel Miranda, António Manuel Valente, Marta Oliveira, Pedro Cabral, Manuel Almeida, José Oliveira Martins, Maria Emília Gomes, Isabel Flores, Maria Teresa Cardoso, Jorge Moreira Martins	206			Sede (Arada)
José Manuel Soares, Miguel Vieira, José Guilherme Corte Real, Romero Cunha	283			Sede
Álvaro Siza, Maria José Abrunhosa Castro, Sérgio Gamelas, Augusto Amaral, Alberto Rainho, Jorge Moreira	200	56	Fevereiro 1977	Sede
Carlos Figueiredo, Emília Ferreira, João Ferreira, José Resende Dias, Fernando Costa, José Pereira, Ricardo Catarino	364	62	1978	Edifício de pavilhão polivalente, sede e balneários
José Ramos Coutinho, José Fernando Monteiro, Maria Beatriz Almeida, Eduardo Goulart	126			
António Lacerda, José Prata, Maria Amélia, José Fernando, Isabel Flores, José Casanova, Teresa Cardoso, Adriana Rego, Mário Dorminsky, Manuela Pereira, José Oliveira Martins, Helena Ramos, Bernardo Ferrão, Gil Carneiro, Agostinho Ramos, Pedro Paredes, Joaquim Jordão, Manuel Campos, António Melo, Luísa F. Silva	1000			Sede
Helena Albuquerque, Paula Cabral Silva, Graça Nieto Guimarães, Salvador Rocha	550			Sede

TABELA-SÍNTESE DAS OPERAÇÕES SAAL NO PORTO	INÍCIO DA OPERAÇÃO	CHEFE DE BRIGADA
OP23 **OPERAÇÃO SAAL DE SERRALVES** **Associação de Moradores da Zona de Serralves** **(Zona administrativa 1)**	Julho 1975	Alcino Soutinho
OP24 **OPERAÇÃO SAAL DO CAMPO 24 DE AGOSTO** **Associação de Moradores da Zona do Campo 24 de Agosto e Eirinhas** **(Zona administrativa 7)**	Agosto 1975	Alfredo Viana de Lima Agostinho Ricca Gonçalves
OP25 **OPERAÇÃO SAAL DAS FONTAÍNHAS** **Associação de Moradores da Zona das Fontaínhas** **(Zona administrativa 5)**	Agosto 1975	Manuel Mendes
OP26 **OPERAÇÃO SAAL DA LOMBA** **Associação de Moradores da Lomba** **(Zona administrativa 6)**	Setembro 1975	Cristiano Moreira
OP27 **OPERAÇÃO SAAL DE PÊGO NEGRO** **Associação de Moradores da Zona de Pego Negro** **(Zona administrativa 9)**	Dezembro 1975	Marta Oliveira Pedro Cabral
OP28 **OPERAÇÃO SAAL DE TIRARES** **Associação de Moradores da Zona de Tirares** **(Zona administrativa 9)**	Dezembro 1975	Marta Oliveira Pedro Cabral
OP29 **OPERAÇÃO SAAL DE JUSTINO TEIXEIRA** **Associação de Moradores da Zona de Justino Teixeira** **(Zona administrativa 6)**	Janeiro 1976	Alcino Soutinho
OP30 **OPERAÇÃO SAAL DOS COMBATENTES** **Associação de Moradores dos Combatentes** **(Zona administrativa 7)**	Fevereiro 1976	Pedro Ramalho
OP31 **OPERAÇÃO SAAL DO CARVALHIDO** **Associação Revolucionária de Moradores do Carvalhido** **(Zona administrativa 3)**	Março 1976	João Serôdio
OP32 **OPERAÇÃO SAAL DE CEDOFEITA-CARVALHOSA** **Associação de Moradores de Cedofeita, Comissão de Moradores da Carvalhosa** **(Zona administrativa 2)**	Março 1976	Anni Günther Nonell
OP33 **OPERAÇÃO SAAL DE S. PEDRO-AZEVEDO** **Comissão de Moradores de S. Pedro e Azevedo Campanhã** **(Zona administrativa 9)**	Agosto 1976	Guilherme Guimarães

* Nesta lista estão incluídos todos os técnicos envolvidos em pelo menos uma das fases de desenvolvimento das operações.

BRIGADA	Nº AGREGADOS FAMILIARES	Nº FOGOS CONSTRUÍDOS	INÍCIO DA CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTOS CRIADOS
Salviano Cunha Brandão, Guilherme Dias Castro, Afonso Pinto de Jesus	249			Comuna Infantil de Lordelo
Edgar Castro, Xan Casabella López, Abílio Cardoso, António Cardoso, João Marrana, Nelson Guerra, Helena Lemos, Fernanda Meireles, Helena Meireles, Rui Manuel Martins	622			Comuna Infantil Soldado Joaquim C. Luís
José Pereira Athayde, Armando Carvalho, Filomena Vasconcelos, José Pereira, Maria Conceição Veloso, Serafim Neves, José Júlio Silva, José Queirós	950			Sede
José Ramos Coutinho, Maria Beatriz Almeida, Maria Manuela Ramos, Júlio Matos, Rui Santos, Maria Luísa Pinto, Mário Ramos	417			Sede
-	156			Sede
-	36			Sede
Ricardo Figueiredo, Guilherme de Castro, Francisco M. Leal	180			Comuna Infantil de Campanhã
Pedro Borges de Araújo, José Lencastre	48			Sede
José Magalhães Carneiro, Ana Maria Almeida, Alfredo Filgueiras Resende	625			
Maria José Abrunhosa Castro, Sérgio Gamelas, Jorge Manuel Moreira	340			Sede (Cedofeita)
António Costa, Carlos Fonseca, António Almeida				Jardim-Escola, Posto médico